Historia de Portugal

Manuel Pinheiro
Chagas, Joaquim Alfredo Gallis

Digitized by Google

Columbia University
in the City of New York

THE LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

N.° 253
Est. A — P.° 6

Digitized by Google

HISTORIA
DE
PORTUGAL

Digitized by Google

Digitized by Google

MANUEL PINHEIRO CHAGAS

HISTORIA

DE

PORTUGAL

POPULAR E ILLUSTRADA

TERCEIRA EDIÇÃO

SEGUNDO VOLUME

LISBOA
EMPREZA DA HISTORIA DE PORTUGAL
SOCIEDADE EDITORA
LIVRARIA MODERNA — *95, Rua Augusta, 95*
TYPOGRAPHIA — *35, Rua Ivens, 37*
MDCCCXCIX

Digitized by Google

946.9
P8385
v.2

45-24113

Digitized by Google

HISTORIA DE PORTUGAL

VOLUME SEGUNDO

CAPITULO I

Batalha de Aljubarrota

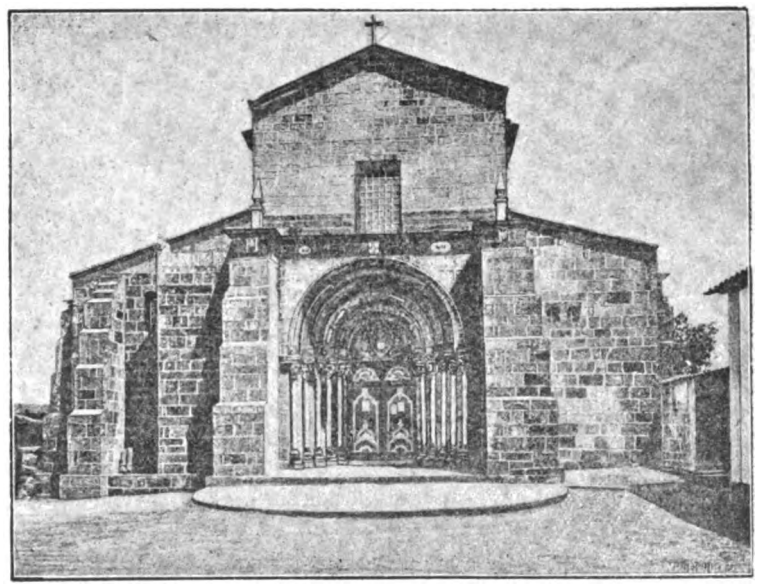
NTES que assistâmos a esse heroico prélio, onde se vão decidir os destinos da nacionalidade portugueza, bom é que, tendo por guia Fernão Lopes, lancemos uma vista d'olhos para os dois exercitos contendores, e comparemos as suas forças desproporcionadas.

O exercito portuguez constava apenas de seis mil e quinhentos homens, que eram assim constituidos: mil e setecentas lanças, oitocentos bésteiros e quatro mil peões.

Entre os bésteiros haveria um cento dos celebres bésteiros inglezes, assim como no exercito inimigo havia um grande numero de cavalleiros francezes. E' isto o que leva Froissart, que nas suas chronicas narra a batalha de Aljubarrota, a dar n'essa notavel peleja um papel importantissimo aos Inglezes e Francezes, papel que de modo nenhum representaram.

Nem Inglezes nem Francezes formavam corpos especiaes nos dois exercitos.

De Inglezes havia no exercito portuguez pouco mais ou menos cem archeiros ou bésteiros confundidos com



S. PEDRO DE RATES
(Feito sobre uma phototypia da casa Biel)

Digitized by Google

os bésteiros nacionaes[1]. De Francezes havia no exercito castelhano muitos cavalleiros da Gasconha e do Béarn, assoldadados ou voluntarios, mas distribuidos pela hoste. Porém, o velho Froissart, escrevendo pelo que lhe contavam, não se eximia nunca á tentação de pôr em relevo os seus compatriotas e os Inglezes, que a uns e outros era egualmente devotado[2]. Tirando essa tendencia nacional, a batalha de Aljubarrota, contada nas suas chronicas, é um quadro pittoresco, e em geral bastante exacto[1].

O exercito Castelhano era incrivelmente superior; contava seis mil lanças, dois mil ginetes, oito mil bésteiros, e quinze mil peões. Eram enormes as bagagens, pois só carretas havia setecentas, e oito mil cabeças de gado, tudo isto acompanhado por innumeros azemeis, pagens e serventes, de fórma que, diz Schœffer, attendendo tambem a que os Portuguezes tinham não poucas bagagens e bastantes homens não combatentes «a velha lenda que levanta o exercito de Castella a oitenta e sete mil

[1] Alexandre Herculano, no seu bello romance *Monge de Cister*, põe na bocca de D. João I as seguintes palavras, falando com o chanceller João das Regras: «Bem sei que, se não fôsse modestia, poderieis citar as vossas proprias façanhas em Aljubarrota, e mais ereis cavalleiro novel tirado d'aquella massa, e depois vir com o costumado solau *dos quinhentos archeiros Inglezes, que valeram ahi mais que mil lanças.*» (*Monge de Cister, vol. 2.º pag. 33.*) E' natural que, não levando ao romance os habitos de escrupulosa investigação que o distinguem na historia, pozesse o numero 500 sem apurar bem a verdade d'elle, porque nada vejo nas chronicas que o confirme. «Na outra parte na ala esquerda, diz Fernão Lopes, eram de mistura com Antão Vasques, e com outros Portuguezes alguns estrangeiros assim como micer João de Monferrara, e Martim Paulo e Bernardom Sola, e d'outros Inglezes e frécheiros e outros homens de armas *que eram por todos outros duzentos.*» (*Chronica d'el-rei D. João I, 2.ª parte, cap.* 38, *pag.* 95). Schœffer, que consulta Lopes, Duarte Nunes de Leão, Soares da Silva, Ayala e Froissart, escreve o seguinte: «A ala esquerda era composta de Portuguezes e estrangeiros; havia entre outros alguns archeiros Inglezes, *duzentos cavalleiros ao todo*, tantos quantos se contavam na ala direita.» (*Historia de Portugal, tr. fr. pag.* 370.) Ora, já n'um dos capitulos anteriores da sua chronica dissera Fernão Lopes: «E em isto chegou Fernão Rodrigues de Sequeira, fronteiro-mór de Lisboa, com as gentes que ahi tinha e mais as da cidade, que eram cem lanças, *contando vinte e uma de Inglezes*, que vinham com elles.» (*Chronica de D. João I, 2.ª parte, cap.* 25, *pag.* 55.) Vinte e uma lanças vêem a dar pouco mais de cem homens, que, juntamente com outros voluntarios estrangeiros e com alguns Portuguezes, formavam os duzentos homens da ala esquerda. Não fala Fernão Lopes em nenhuma outra vinda de bésteiros Inglezes, não sabemos portanto como havemos de chegar aos quinhentos de que fala Herculano.

[2] Froissart, sendo Francez, era muito protegido pela rainha de Inglaterra Filippa de Hainaut; por isso não conta as guerras entre os seus compatriotas e os Inglezes com grande sentimento prtriotico. Patricios e inimigos envolve-os a todos no mesmo affecto. O sentimento da nacionalidade no seculo XIV não estava tão absolutamente fixado como no seculo actual. Francezes e Inglezes, da mesma fórma que Portuguezes e Castelhanos, eram irmãos, e as suas gnerras podiam-se considerar discordias de familia, por isso mesmo ainda mais encarniçadas, como sempre acontece. A côrte ingleza era franceza de origem e de costumes. Lá se falava o francez, e a fusão entre os Normandos e os Anglo Saxonios não se operára ainda a ponto de que a aristocracia conquistadora olvidasse a terra d'onde partira. Muitas das provincias da França hoje eram francezas, ámanhã inglezas. Podia-se por conseguinte seguir o partido do rei de Inglaterra ou o partido do rei de França sem por esse facto se incorrer na aspera censura que hoje se inflige aos que renegam da patria. O mesmo succedia aqui nas luctas entre Portugal e Castella. A nobreza portugueza, pelo facto de seguir o partido do rei castelhano, não merecia então o estygma que a posteridade lhe infligiu, da mesma fórma que não eram considerados em Castella com o desprezo que os traidores inspiram os fidalgos castelhanos que tinham em tempo seguido o partido do rei D. Fernando.

[1] Alexandre Dumas, n'um dos seus pequenos romances, de cujo titulo nos não recordamos, traça tambem, seguindo a Froissart, com a sua penna tão pittoresca e tão viva, um quadro da batalha d'Aljubarrota. O romance, semi-phantastico, tracta d'um espirito familiar, por nome Orthon, que revelava a um fidalgo bearnez as cousas mais distantes, e que assim o habilitou a contar no Béarn a um seu amigo, no dia 15 d'agosto, a batalha d'Aljubarrota pelejada na vespera em Portugal. Conta-o, como dizemos, seguindo Froissart, e por isso lá vêem na primeira linha os bésteiros inglezes e os cavalleiros gascões. A lenda que serve de base ao romancinho de Dumas tambem Froissart a conta com toda a seriedade. Quem quizer explicações minuciosas sobre esse espirito familiar que narrou a Raymundo senhor de Corasse a batalha d'Aljubarrota, e sobre outros da mesma especie, póde consultar o curioso, magnifico e eruditissimo livro do conde de Résie, intitulado «Histoire et traité des sciences occultes ou examen des croyances populaires, sur les êtres surnaturels, la magie, la sorcellerie, la divination, etc., depuis le commencement du monde jusqu'á nos jours.» (2 vol. Paris 1857) vol. 1.º livro 2.º cap. I. A historia do «lutin» Orthon vem a pag. 139.

Digitized by Google

homens, e o de Portugal a onze mil, mettendo em linha de conta pagens, creados, conductores e carreiros, deixa de parecer tão incrivel como á primeira vista[1].»

O exercito castelhano, além d'isso, era acompanhado por alguns engenhos bellicos, ainda então desconhecidos ou quasi desconhecidos em Portugal, e cujo troar devia produzir nos Portuguezes uma certa commoção, sem ter por isso influencia alguma na batalha, tanto por causa da inexperiencia dos que os manejavam, como pela sua construcção imperfeitissima e rudimentar. Queremos falar das dezeseis bombardas ou trons que vinham no exercito do rei de Castella e que eram as primeiras peças de artilheria que os Portuguezes viam figurar em batalha. Estreiava-se alli essa arma, que depois havia de produzir uma revolução completa na arte militar, mas cuja primeira apparição não produziu senão espanto, sem ter ainda os resultados, que apenas eram entreadivinhados então por alguns espiritos mais penetrantes[2].

Taes eram as forças com que os dois reis se preparavam a combater no dia

---

[1] «Leão, pag. 243» Schœffer. Hist. de Port. tr. fr. pag. 370.

[2] Quando vae apparecer nas batalhas esse novo e poderoso elemento da arte militar julgamos que os leitores tomarão com prazer conhecimento d'algumas noticias curiosas relativas ao descobrimento da polvora, ao seu uso antigo, e ao seu definitivo emprego na arte da guerra.

Sobre a *Antiguidade da polvora na Peninsula* escreve Herculano no *Panorama*, vol. II da 2.ª série, pag. 99, o seguinte artigo:

«Quando no segundo volume da primeira série d'este jornal publicámos dois extensos artigos sobre a milicia da edade média, concluimos o nosso trabalho pondo em grande duvida, ou antes negando o conhecimento e uso da polvora nas Hespanhas em tempos remotos, e recusando o testemunho de Duarte Nunes de Leão, que menciona esse uso em epocha muito anterior ao meiado do seculo XIV em que se crê teve origem este celebre invento, que mudou inteiramente o systema militar da Europa.

«Hoje, porém, daremos aqui algumas noticias contrarias á opinião que n'aquelles artigos seguimos, e que nos parecem curiosas para a historia d'essa composição assoladora, que tão terrivel papel tem feito nos successos dos tempos modernos.

«Duarte Nunes foi buscar ao capitulo 1.º da Chronica de D. Sancho I, de Ruy de Pina, a noticia que nos dá da existencia da polvora e bombardas no fim do seculo XII. Ahi a chronica, narrando o cêrco de Silves, diz que el-rei mandou atirar a uma torre com grandes *tiros e grossos de polvora*. Vem isto em summa a ser o mesmo que diz Nunes de Leão.

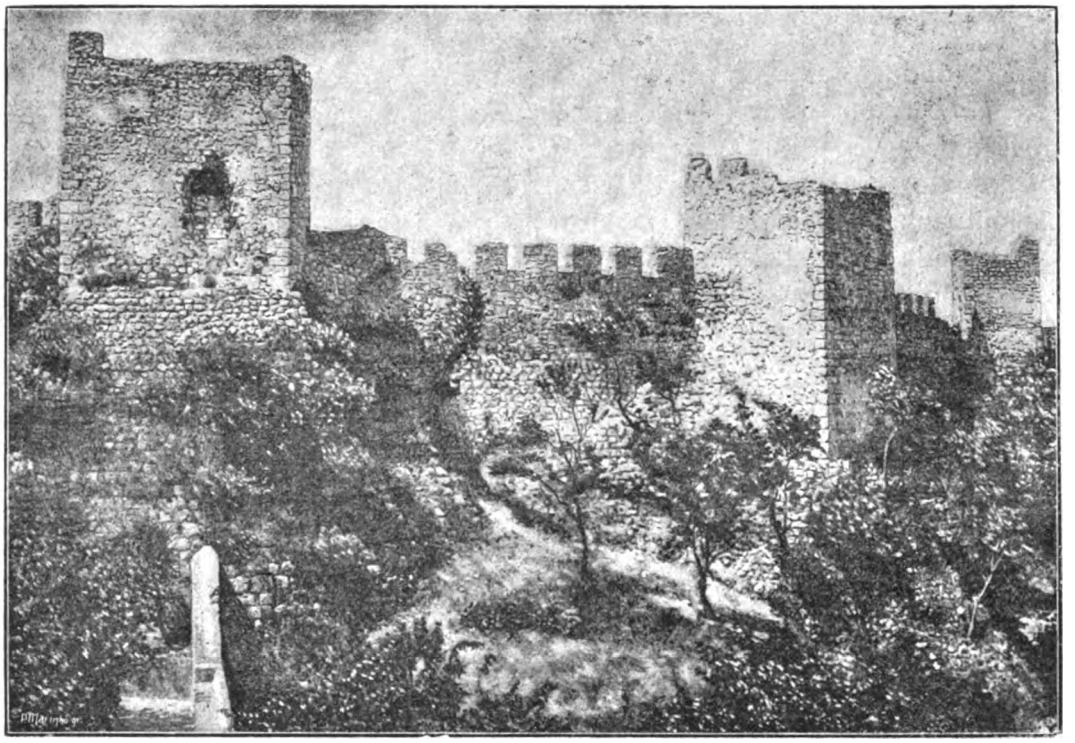
É hoje mais que provavel que a relação da tomada de Silves, que Ruy de Pina nos dá tão particularisada e tão differente da brevidade com que costuma referir successos tanto ou mais importantes, foi tirada d'alguma memoria contemporanea ou pelo menos da chronica geral do reino de Fernão Lopes, que costumava procurar essas mesmas fontes, e cujos trabalhos relativos aos primeiros reinados não chegaram até nós talvez por inveja ou maldade de Ruy de Pina. Seja como fôr, é certo que a relação que lêmos n'este chronista, concorda em muitas circumstancias com a narração feita por um dos cruzados que assistira áquella conquista, narração publicada ha dois annos pelo sr. Gazzera, nas Memorias da Academia de Turim.

«No que, porém, o chronista portuguez parece ter sido menos fiel a essa mesma memoria ou documento de que se serve, é exactamente n'este ponto dos tiros de polvora: porque na narração do cruzado se diz que a torre fôra batida por umas machinas pequenas d'el-rei e uma grande dos estrangeiros. Se as machinas dos Portuguezes arremeçassem tiros de polvora, como é crivel que o narrador allemão deixasse de mencionar uma circumstancia tão notavel e para elle inteiramente nova? É portanto de crêr que Ruy de Pina quiz enfeitar a relação do successo com esta particularidade; que por isso o seu testemunho não reforça o de Duarte Nunes, e que se não houvera outras provas positivas da existencia da polvora nos tempos primitivos da nossa monarchia, ficaria subsistindo o que dissemos no nosso anterior artigo ácerca d'este objecto.

«Algumas pessoas acharam estranho que no segundo capitulo do *Bobo* se descrevesse, entre os instrumentos e tiros proprios para combater os logares fortificados no seculo XII, uma especie de bombas ou granadas arrojadas por um mixto similhante á polvora. Todavia não commettemos nenhum anachronismo; n'essa parte, como em tudo o que ahi escrevemos, procurámos conservar escrupulosamente a verdade historica. Para o provar publicamos hoje este artigo, que servirá ao mesmo tempo de correcção ao que se disse, tractando da milicia da edade média.

«Se dérmos crédito aos Chins, a polvora é uma invenção sua; mas são mui debeis as provas que apresentam para sustentar esta pretenção. Entretanto Hyde, na *Historia do Xadrez*, mostra por diversas passagens de escriptores gregos e latinos que os Indios, defendendo-se da invasão de Alexandre Magno, empregavam o fogo como meio de arremessar tiros dos logares fortificados; e n'esta mesma obra se menciona a longa tradição de se haverem fundido canhões no Peru em epochas mui remotas. Porventura da India tiveram os Arabes o conhecimento da polvora, e de lá provavelmente o obteve tambem a China. A civilização da India parece ser a mais antiga das velhas civilizações da Asia, e é indisputavel que ao trato com os povos do Indostão deveram os Arabes grande par-

Digitized by Google



CASTELLO DE TORRES NOVAS

seguinte, e que elles dispozeram da seguinte fórma:

te da sua. Quanto a estes, nenhuma duvida se póde oppôr aos testemunhos que nos restam de que elles faziam uso na guerra, senão exactamente do mixto a que damos o nome de polvora, ao menos de outro em que a naphta substituia o carvão, mas em que entravam, como n'aquella, o enxofre, o salitre, e que produzia pouco mais ou menos um effeito identico.

«Na dissertação que o erudito arabista Casiri publicou em o segundo volume da Bibliotheca Arabico Hispanica sobre a antiguidade e uso da polvora, e artilheria entre os Arabes, depois de falar brevemente do fogo greguez, mencionado pelo imperador Leão na sua *Tactica*, e de citar o que sobre a origem da polvora se lê em Ducange na palavra *Bombarda*, prosegue assim:

«Mas os monumentos arabicos noticiam a sua «muito mais remota existencia entre os Persas e os «Africanos. Parece por isso verosimil que o conhe«cimento e uso da polvora passasse dos Arabes para «os Hespanhoes, e d'estes para os Francezes, que de«pois fabricaram a dita polvora e acharam o metho«do de a granular. É isto o que claramente indicam «os codices arabicos da bibliotheca do Escurial, e en«tre outros o que se intitula—*Noticia e Methodo re«gio*—composto por Schehab Aldin Alabas Ben «Fadhl, autor que florescia em 1249, e que n'essa «obra descreve as varias especies de artilheria usada «pelos Arabes do seu tempo:—*Serpeiam*, diz elle, *e «sussurram os scorpiões ligados em volta, accesos com «salitre, e por isso estoirando lampejam e incendeiam. «Era coisa de vêr o engenho sacudido estender pelo «ar uma como nuvem, fazendo um estampido terrivel «similhante ao do trovão e, vomitando fogo para to«dos os lados, despedaçar, incendiar, e reduzir tudo a «cinzas.*

O rei de Portugal confiou a vanguarda, como sempre, ao condestavel, com

«Vê-se das palavras do escriptor que elle fala de «globos de ferro expellidos pela violencia do fogo ar«tificial, porquanto emprega sempre os vocabulos «*Naphta* e *Barude*, materias de que n'aquelle tempo «se fabricava a polvora. Os Persas, os Turcos e os «Arabes davam antigamente o nome de *Barud* ao sa«litre, e hoje dão a mesma denominação á polvora: «quanto á *Naphta* é este um genero de bitume mis«turado de enxofre.

«O illustre escriptor granadino Abu Abdallah Ebn «Alkhathibe na sua *Historia Hispanica* (ann. 1312-23) «fala tambem d'estes globos de ferro arrojados com «o impulso da naphta, nos seguintes termos: «*Elle* «(o rei de Granada Abulvalid) *movendo o arraial foi «cercar Baeza com grande numero de tropas, onde fez «desfechar com estrepito contra o forte castello aquel«le grande engenho de naphta e de globo, chegando«se-lhe o lume.* Este testemunho é confirmado pela «chronica de Affonso XI. Na obra de Hassan Ben «Omar, intitulada *Aura do vento oriental*, escripta na «mesma época da *Historia Hispanica*, egualmente se «faz menção da polvora como coisa conhecida geral«mente n'aquelle tempo pelos Mouros.

«De todos os exemplos do uso da polvora entre «os Arabes o mais antigo é o que lembra Elmacino «no livro I da *Historia Sarracenica*, onde refere que «na hegira 71 (anno 690) Hagiageo tendo cercado

Digitized by Google

OS HABITANTES DOS ARREDORES DE LISBOA ACOLHENDO-SE Á CAPITAL

(Interregno — 1383)

Digitized by Google

seiscentas lanças. A ala direita, commandada por Mem Rodrigues e Ruy Mendes de Vasconcellos, era a celebre ala dos namorados e contava duzentas

«Meakk destruira os tectos da Caba, e os reduzira a «cinzas com manganellas e morteiros *(manganis et «mortariis)* sacudidos por meio de naphta e de fogo.

«Estes testemunhos dos escriptores arabes são «reforçados por uma passagem da chronica latina do «imperador Affonso Raymundes (liv. II, cap. 41), ao «mesmo tempo que servem para explical-a. Diz o «chronista que os Moiros, cercando Toledo, pozeram «emvolta da cidade muitas balistas e machinas, e ar«remessos de fogo e trons *(tormenta)* para arrojar «pedras e lanças, e escorpiões para despedir settas, «e fundas e arietes, e vineas. — Aqui por exclusão de «partes, visto que o auctor enumera todos os gene«ros de machinas de tiro, se conhece que os trons «*(tormenta)* não eram senão as manganellas de fogo, «que tão triviaes parecem ter sido entre os Musul«manos de Hespanha.»

«A opinião de Casiri de que a invenção da polvora, não sendo verdadeiramente européa, provavelmente passou dos Arabes para os Hespanhoes e d'estes para as outras nações francas, não deixa de ser fundada. Como é crivel que, havendo tão estreitas relações entre os Mouros e os Christãos da Peninsula, estes ignorassem por muito tempo o modo d'empregar um tão poderoso agente de destruição, elles cuja vida era uma série raro interrompida de batalhas, assedios e defezas de castellos? Frequentes vezes os principes sectarios d'uma das crenças se ligavam com os da seita contraria para guerrearem os proprios correligionarios, e não era raro vêr marchar unidos na mesma hoste ou arrancada os pendões da cruz e os estandartes moslemicos. N'este intimo trato militar era quasi impossivel que os engenhos, invenções de guerra e armas pouco a pouco se não tornassem communs. A grande mudança das cervilheiras e saios de malha para as armaduras de solhas, elmos, grevas, emfim d'arnez liso, foi uma imitação dos cavalleiros do oriente. Basta examinar com attenção os monumentos colligidos por Montfaucon para nos convencermos d'isso. Porque não succederia o mesmo á polvora? Não poderia o monge Schwartz, a quem se attribue a invenção d'ella, conhecer os livros dos Arabes em que se tratasse da sua confecção e uso? O documento que cita Ducange a respeito da epocha em que a polvora primeiro apparece em França (1338) é notavel, porque se tracta alli d'ella e das bombardas, não como d'uma coisa extraordinaria, mas como um petrecho de guerra trivialissimo; e de feito este invento era já commum por toda a Europa no meiado do decimo quarto seculo.

«Uma passagem de Petrarcha no livro intitulado *Remedio de varia fortuna* (escripto antes de 1344 como o mostra Muratori no tom. II das *Antiguidades italianas*) vem roborar esta nossa opinião, mostrando que os tiros, para os quaes servia a polvora, eram entre as nações francas os mesmos que descrevem os escriptores arabes. Diz ahi Petrarcha o seguinte (liv. I, Dial. 99) «os globos de metal, que, «introduzidas n'elles as chammas, são arremessados «com horrivel ruido... Era esta peste rara, ainda «não ha muitos annos, de modo que se olhava para «ella com espanto; agora, porém... é tão commum, «como outra qualquer especie d'armas». — Eis aqui pois trivialissima já a artilheria dos Arabes antes de 1344, podendo-se deduzir das palavras de Petrarcha que, posto que menos frequente, já era conhecida, nos fins do seculo XIII. E não será digno de reparo que esta terrivel invenção servisse entre os Arabes, para arrojar uma especie de bombas ou granadas? Não é mais natural suppôr que os Francos imitaram os Musulmanos, do que imaginar que uns e outros fizeram o mesmo invento, e logo lhe deram uma applicação identica? E' obvio que sim.

«Em ultimo logar notaremos que á palavra *Polvora* se póde talvez achar melhor etymologia no arabico *Al-Barud* do que no latim *Pulvis*. Verdade é que nós os Castelhanos tomamos quasi sempre os nomes latinos na sua fórma do ablativo; mas não deve esquecer que já tinhamos na peninsula os vocabulos *Polvo* e *Pó*, correspondentes a *Pulvis*, tirados ou immediatamente do latim, ou immediatamente d'algum dos dialectos da lingua romana. Os Francezes, os Italianos, os Anglo-Normandos déram á polvora a mesma denominação de pó — *poudre, polvere, powder*. Só nós os Hespanhoes, meio Arabes no sangue, nos costumes, e ainda na linguagem, distinguimos aquelle mixto *(Al-barud)* pela denominação especial de *Polvora*».

Em reforço aos testemunhos dos escriptores arabes, citados por A. Herculano *apud* Casiri, podemos accrescentar tambem o testemunho de Conde. Narrando o sitio posto a Tarifa pelo emir de Marrocos e pelo rei de Granada na expedição que terminou na batalha do Salado ganha por Affonso XI de Castella e Affonso IV de Portugal, diz o seguinte: «*y fueron delante de Tarifa... y principiaron á combaterla com màquinas é ingenios de truenos que lançaban balas de hierro grandes com nafta, causando gran destruccion en sus bien torreados muros*». (Conde. *Historia de la dominacion de los Arabes en España* Pag. 604. Edição Baudry.)

Na sua *Histoire et tactique des trois armes et plus particulièrement de l'artillerie de campagne* (1 vol. Paris 1845) Ild. Favé consagra os primeiros paragraphos da sua obra a essa questão do invento da polvora e dos seus successivos aperfeiçoamentos e applicação.

«A polvora, diz o distincto escriptor militar, foi o producto do desenvolvimento natural da arte das composições incendiarias cuja historia vamos narrar em poucas palavras. Os homens, desde que principiaram a guerrear-se, procuraram fazer-se mal por meio do fogo; o emprego, para a defeza das cidades, dos oleos a ferver, e do pez derretido, sobe á mais alta antiguidade». *(Histoire et tactique, etc.*, pag. 1.)

Os Gregos empregavam frechas e dardos a que iam pegadas composições incendiarias e que se chamavam *malléolos* e *falaricos;* vasos cheios de fogo eram lançados á mão. Na Asia esse ramo da arte da guerra desenvolveu-se muito, e de lá é que trouxe Callinico, architecto d'Heliopolis, a composição conhecida pelo nome de *fogo greguez*. Foi esse fogo que em 673 destruiu uma frota arabe que cercava Constantinopla.

Nos combates navaes levavam os Gregos esse fogo encerrado em tubos de bronze e disposto de

Digitized by Google

lanças. A ala esquerda, onde governava Antão Vasques, compunha-se pela maior parte de estrangeiros e formava um corpo de outros duzentos homens; a rectaguarda, ou, como hoje diriamos antes, a reserva, era commandada por el-rei em pessoa, e constava de setecentas lanças. Entre as duas alas e a rectaguarda, para servirem de esteio áquellas, estavam os bésteiros e os peões. As bagagens ficavam atraz do exercito, defendidas por um certo numero de peões e bésteiros, formados em boa ordem em torno d'ellas.

A vanguarda castelhana constava de mil e seiscentas lanças, e n'ella brilhava toda a fidalguia, tanto de Castella, como de Portugal a que tomára o partido do estrangeiro. As duas alas, formadas cada uma de setecentas lanças, eram commandadas pelo mestre de Alcantara e pelo mestre de Calatrava (D. Pedro Alvares Pereira, irmão de Nuno Alvares). Na rectaguarda, onde governava o marechal de Castella, juntava-se uma compacta massa de tres mil lanças.

O que já presagiava um máu exito para a batalha era a desorganização dos peões, dos bésteiros e das bagagens. Não houvera disposição para os ordenar. Estavam, como bem lhes parecia, nos intervallos das alas a massa confusa da peonagem e dos bésteiros, e as bagagens confundidas com a rectaguarda. O rei de Castella, doente, mal podia presidir á for-

Brazão d'armas do concelho dos Olivaes

modo a produzir um immenso terror no inimigo. Os Arabes e os Turcos foram buscar á Asia o segredo d'essas composições com que inspiraram profundo pavor nos cruzados, pavor de que o sire de Joinville na sua *Chronica de S. Luiz* dá uma ingenua relação. Ild. Favé attribue aos Chinezes não a invenção da polvora, mas o emprego mais abundante do salitre n'essas composições incendiarias, algumas das quaes já eram salitrosas. Mas, como o salitre existe na China á flôr do solo, foi empregado com mais frequencia em taes composições. A mistura do salitre, do enxofre e do carvão estava pois achada; mas não se lhe conheciam ainda bem as propriedades explosivas e detonantes, por ser o salitre empregado muito pouco puro. Parece ser isso o que o alchimista Schwartz percebeu por acaso, e desde então fez-se a polvora como a actual, mas ainda muito grosseira, por não se conhecerem bem as proporções em que deviam ser empregados os ingredientes.

Começaram pois a propagar-se essas novas machinas, meio imitadas dos Arabes, mas tendo uma polvora differente, no principio do seculo XIV. Primeiro a Christandade viu com horror esses novos engenhos de destruição, e os concilios prohibiram o seu emprego. Os Allemães, segundo conta Casimiro Siemienowicz no seu livro intitulado *Da grande arte de artilheria*, obrigavam os que se empregavam no manejo d'essas machinas a jurarem que não usariam nem de globos envenenados, nem de fogos clandestinos, e que não os empregariam de noite.

«As novas machinas, diz ainda Ild. Favé, estavam muito longe comtudo de ser tão terriveis como se suppunha; a sua imperfeição e o perigo do seu serviço, ainda mais do que todos esses juramentos, limitaram nos primeiros tempos o emprego da artilheria.

«N'essa época a metallurgia estava pouco adeantada, e pouco se sabia da fundição de metaes; por isso as primeiras peças foram muito grosseiramente feitas. Tomavam-se fortes laminas de ferro que se dobravam em redondo, apertavam-se com fortes anneis ou circulos de ferro, e assim se formava uma especie de tonel que se carregava com uma polvora grossa e impura como era no principio. Não havia dados alguns para regular a quantidade de polvora; o projectil, talhado grosseiramente, era de pedra, e succedia muitas vezes que a peça não resistia á explosão, e fazia correr menos perigos ao inimigo do que áquelles que a serviam ou que estavam proximos d'ella. Estas peças estavam montadas em plataformas, a que foram ligadas primeiro com cordas e depois com bandas de ferro. Estas platafórmas eram moveis por meio de quatro rodas que lhes serviam de supporte. Assim tinha-se o meio de dirigir a peça n'um sentido, mas não se podia mover no sentido vertical e ficava sempre apontada com o mesmo angulo». *Histoire et tactique*, etc., pag. 91.

Foram estas peças que figuraram (se figuraram, porque o facto é controverso) na batalha de Crécy, perdida pelos Francezes e ganha por Eduardo III de Inglaterra, em 1346. Não contribuiram nada para a victoria, tanto que os Inglezes não as empregaram em Poitiers, e Froissart e outros chronistas não falam em similhante cousa.

Eram assim tambem essas dezeseis bombardas que vieram fazer a Aljubarrota uma triste figura, espantando apenas os Portuguezes sem quasi lhes fazerem damno. No tempo de Carlos VII de França é que a artilheria se aperfeiçoou; a primeira batalha em que o emprego das peças teve uma influencia verdadeira foi a batalha de Harengs, ganha pelos Francezes sobre os Inglezes a 12 de fevereiro de 1429.

Digitized by Google

matura, e tal era a céga confiança que tinham na superioridade do seu numero, que a ninguem fôra confiado o commando em substituição do rei, que o não podia exercer convenientemente, não só porque estava longe de ser general, mas porque demais a mais estava, como dissemos, enfermo.

Aljubarrota é uma pequena villa, que fica a sueste de Leiria, entre Alcobaça e Porto de Moz, a uma legua para leste de Alcobaça, de torrão fertil. Fundada n'uma eminencia, gloriava-se de se erguer no sitio onde outr'ora se levantava uma cidade romana por nome Arruncia [1]. A gloria mais incontestavel que lhe ia resultar da batalha do dia 14 de agosto de 1385 apagou essas lembranças do antigo esplendor.

O exercito portuguez e o castelhano tinham convergido para este campo de batalha, aquelle marchando de leste a oeste, e o outro de norte a sul. A nossa pequena hoste viera de Abrantes passando por Thomar, Ourem e Porto de Moz; o exercito do rei de Castella descêra de Coimbra a Leiria [2]. Ordenára o rei de Portugal o seu exercito com o rosto para Leiria; mas os Castelhanos

[1] Esta opinião produz em seu abono, entre outros testemunhos e conjecturas, a inscripção d'uma pedra que se achava servindo de mesa ao altar mór da antiquissima egreja de Santa Marinha, templo de que já no meiado do seculo passado existiam diminutas reliquias. Em Poços de Soão, logar do seu termo, desenterraram-se por vezes em chão lavradio medalhas romanas. «*Panorama*, vol. IX, 1.º da 3.ª série, pag. 169, art. *Pelourinho d'Aljubarrota.*»

[2] Depois de publicada a primeira edição d'este livro saiu á luz em Madrid um volume intitulado *Batalla de Aljubarrota*, escripto pelo sr. C. Ximenes de Sandoval, e publicado em 1872. Este livro, que se cognomina *monographia historica* e *estudo critico-militar* tem um valor scientifico muito mediocre, o que o não impediu de ser elogiadissimo em Portugal, onde os que o leram estavam pouco habilitados, por falta de estudos especiaes, para darem o seu voto em assumptos tão importantes. Devemos comtudo dizer que o livro está regularmente escripto, que tem a vantagem de reunir todos os documentos dispersos a respeito da batalha, de inserir um mappa do campo de Aljubarrota, levantado pelo auctor em *croquis*, e que além d'isso procura manifestar a mais completa imparcialidade; mas o sr. Sandoval nem descobriu factos novos, nem soube fazer a critica dos factos conhecidos.

Consagra uma parte do seu livro a demonstrar que a differença numerica entre Castelhanos e Portuguezes não era tamanha como se suppõe, questão perfeitamente pueril e frivola, desde o momento que se reconhece, como o reconhecia o proprio D. João I de Castella em documentos officiaes, que eram as suas forças muito superiores ás nossas, o que o não impediu de praticar o erro de ter nos pontos essenciaes da batalha forças muito inferiores ás que podia apresentar. «Como é que Napoleão, perguntava Alexandre da Russia ao peneral Savary depois de Austerlitz, nos apresentou sempre massas esmagadoras, quando sabemos que o seu exercito era muito inferior ao nosso? — *Sire*, respondia-lhe Savary, *c'est l'art de la guerre*» Nós não ganhámos a batalha de Aljubarrota porque cada portuguez é capaz de escavacar seis castelhanos, como suppunham as balofas chronicas antigas, ganhámol-a pela superioridade das nossas manobras, pela habilidade dos nossos generaes, pela firmeza dos nossos soldados. Era tudo isso o que faltava aos Castelhanos.

Em todo o caso não acceitamos as contas do sr. Sandoval. Diz elle que o exercito hespanhol constava de

Estado maior do rei.....	900	homens
Cavallaria fidalga.....	8:500	»
Cavalleiros de Calatrava e Santhiago	1:200	»
Francezes	2:000	»
Cavalleiros de Alcantara..... ...	2:300	»
Besteiros.....	7:300	»
Peões armados de lanças.....	9:800	»
	32:000	»

E accrescenta a este numero de combatentes doze mil não combatentes.

Baseia-se o sr. Sandoval em parte para este calculo no unico documento official que lhe pode servir que é o do recrutamento de Murcia, como diriamos hoje, recrutamento ordenado por D. João I, que marcava os contingentes de cada terra, e, soccorrendo-se de outras investigações, chega á conclusão que indicámos, e que não discutiremos, visto differir pouco do nosso calculo, que eleva as forças combatentes do rei de Castella a 35:000 homens.

Com relação á hoste portugueza differe, porém, bastante o seu calculo, porque a suppõe composta da seguinte forma:

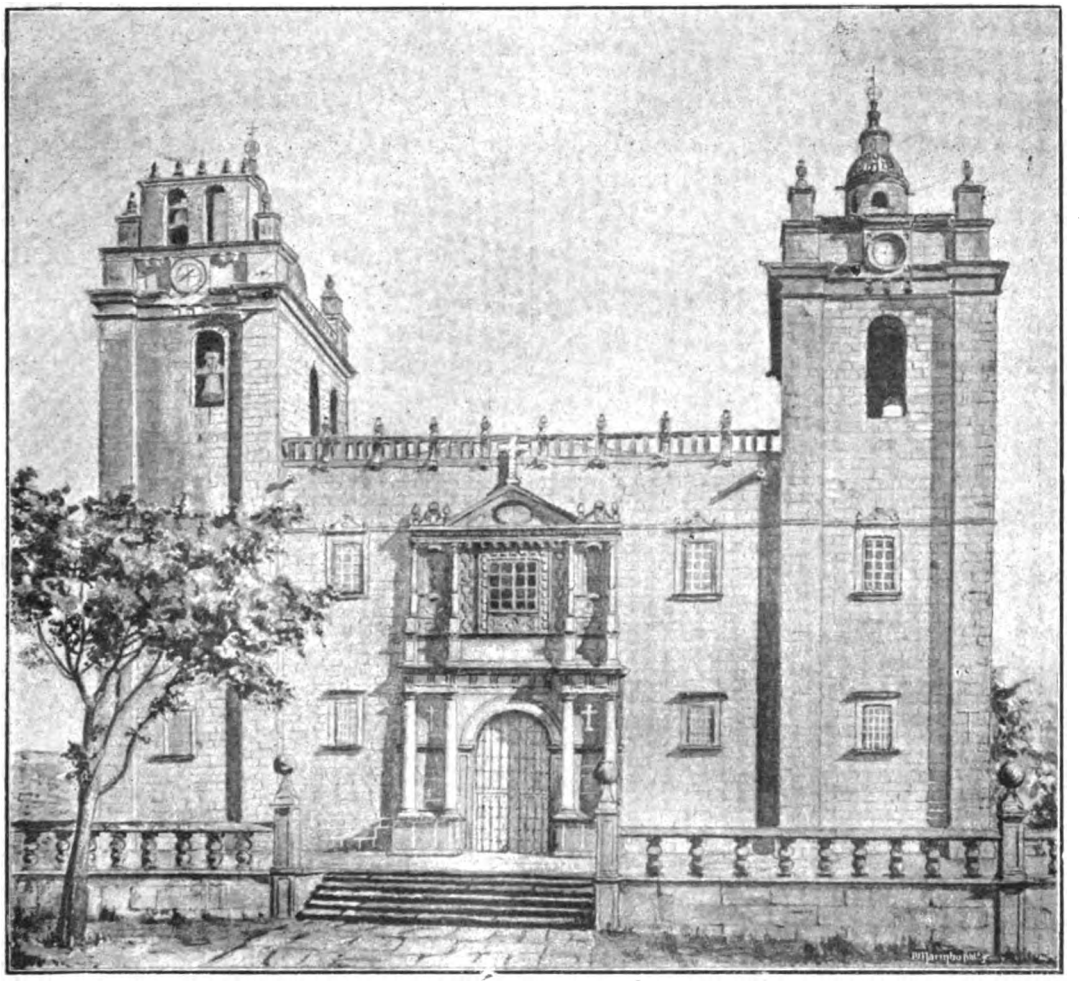
Estado maior do rei D. João I.....	200	homens
Cavallaria fidalga.....	1:900	»
Inglezes.....	700	»
Peões.....	7:200	»
	10:000	»

Junte-se a isto 3:000 não combatentes.

Ora vejâmos: Aonde vae o sr. Sandoval procurar os seus 700 inglezes? Cento e cinco sabemos nós que trouxe de Lisboa Fernão Rodrigues de Sequeira, e não nos consta que em Aljubarrota estivessem mais alguns.

O erro do sr. Sandoval consiste na má interpretação do texto de Fernão Lopes. Diz effectivamente o sr. Sandoval: «*Los ingleses y otros extranjeros assalariados insiste Lopez em que eram unos 200.*» (*Batalla de Aljubarrota*, pag. 185.) Não diz similhan-

Digitized by Google



SÉ DE MIRANDA DO DOURO

desfilaram por deante d'elle e foram tomar posição em Aljubarrota. Então o rei de Portugal operou uma conversão de frente, e esperou que amanhecesse.

te coisa o chronista. Diz apenas: «Na outra parte na ala esquerda eram *de mistura com Antão Vasques e com outros Portuguezes* alguns estrangeiros assim como micer João de Monferrara, e Martim Paulo e Bernardom Sola e d'outros inglezes e frécheiros e outros homens de armas *que eram por todos outros duzentos.* (*Chronica de D. João I*, d. II, cap. 38, pag. 95.)

Mas diz o sr. Sandoval: Estavam em Portugal 700 Inglezes, que decerto não estavam longe do campo de batalha. Pois estavam, como estavam longe de Aljubarrota os vencedores de Trancoso, porque Aljubarrota foi uma batalha inesperada. A 2 de abril entraram em Lisboa, depois de um combate com as galés castelhanas, tres navios inglezes com soldados; mas n'este tempo andava D. João I pelas provincias do norte, d'alli desceu a Abrantes, quando soube da marcha do rei de Castella, chamou á pressa reforços de toda a parte, Nuno Alvaro veiu do Alemtejo, da Beira não poderam vir a tempo os vencedores de Trancoso, e de Lisboa, onde *estavam os inglezes auxiliares*, só Fernão Rodrigues de Sequeira pôde acudir com umas cem lanças, entre as quaes, diz expressamente Fernão Lopes, se contavam *vinte e uma* de Inglezes. Quer dizer, de todos os Inglezes que estavam em Lisboa, só cento e cinco partiram no primeiro contingente de quinhentos homens com que Fernão Rodrigues abalou, ficando os outros provavelmente para seguirem com outros contingentes, que já não precisaram de sair, em virtude da victoria de Aljubarrota.

Accrescente-se a isto que Froissart, chronista contemporaneo e mais desejoso de pôr em relevo os feitos d'armas dos Inglezes com que tratava do que os dos Portuguezes que desconhecia, tambem, como o sr. Sandoval confessa, affirma que em Aljubarrota estiveram apenas uns duzentos Inglezes, conta redonda que nem mesmo contestaremos, porque é possivel que no exercito de D. João I viessem do norte do paiz alguns Inglezes provenientes de uma nau que, segundo parece, fôra arribar ao Porto. Os setecentos do sr. Sandoval é que debalde os procuraremos.

Calcula tambem o sr. Sandoval que as forças, que estavam em campanha no anno de 1384, seriam de

Digitized by Google

O campo de batalha era raso e chão, dizem os chronistas portuguezes[1]; era cortado d'obstaculos naturaes, diz o chronista castelhano Ayala[2], e diz o rei de Castella n'uma carta dirigida ás auctoridades de Murcia[3]. São ambos Castelhanos, é verdade, que procuram attenuar a vergonha da derrota; mas em todo o caso são contemporaneos, são testemunhas oculares e são actores d'esse drama, devem conhecer o scenario. Suppôr que inventaram absolutamente, que transformaram uma planura lisa n'um campo montuoso e coberto de precipicios é absurdo; falavam tambem a testemunhas oculares, o rei inseria isso n'um documento official. Cobrir-se-hia de inapagavel ridiculo se usasse de tão mesquinho subterfugio, e de tão impudente mentira. Nem o grave chronista Pedro d'Ayala descia tambem a forjar similhante falsidade. Mas, por outro lado, a negação absoluta dos Portuguezes tambem não é para desdenhar. Aljubarrota não podia estar tão transformada no tempo de Fernão Lopes, cincoenta annos depois da batalha, que não se podesse ir verificar o facto. Porém, D. João diz que o seu exercito estava tão apertado que não poude desenvolver uma frente de mais de trezentas lanças. Fernão Lopes, descrevendo a investida dos Castelhanos, diz tambem que «começaram de se fazer ficadiços uns traz de outros, de guisa que a sua vanguarda, que era muito mais comprida, e as alas tão grandes, que bem podiam abraçar a batalha dos Portuguezes, ficou tão curta d'aquella guisa que a de Portugal tinha, e ficou assim grossa e ancha em espessura de gentes, que havia um laço de pedra dos primeiros aos deanteiros[1]».

Ora é absurdo, é pueril attribuir essa tão consideravel reducção de frente ao capricho dos Castelhanos, ou ao acaso que fazia com que uns se fossem dei-

---

11 a 12:000 homens, mas que em 1385 deviam ser mais, e, fazendo algumas deducções que julga necessarias, chega ao seu calculo de 9:300 Portuguezes, mas não reflecte:

1.° Que o cerco de Lisboa fôra tambem mortifero para os vencedores;

2.° Que n'uma guerra como esta combatem muitos homens em defesa das suas casas que depois se não empregam em exercito movel. O sr. Sandoval parece imaginar por exemplo que todos os defensores de Lisboa estiveram em Aljubarrota, como se pertencessem a um exercito moderno, sem se lembrar que a maior parte dos que estiveram nas muralhas de Lisboa não poderiam ser arrancados das suas casas, que defendiam a sua terra por amor patrio, mas que não pertenciam a regimentos e a batalhões. Para a guerra dava cada povoação um contingente determinado, para a defeza das praças aproveitava-se o triplo;

3.° Que Aljubarrota foi uma batalha imprevista, que D. João I não reunira todas as suas forças para ir jogar a sorte da patria n'uma batalha, que provavelmente estava resolvido a disputar o terreno palmo a palmo em escaramuças e combates parciaes, mas a metter-se de novo dentro dos muros de Lisboa, ou a ir reunindo as forças que podesse. A necessidade de dar combate surprehendeu-o completamente.

Já se vê pois, por todas estas reflexões, que os calculos do sr. Sandoval se baseiam em meras conjecturas, conjecturas cuja inanidade acabamos, parece-nos, de demonstrar.

[1] «Alli não havia melhoria de campo que os Portuguezes tivessem escolhido, nem montes, nem valles, como alguns, mal escrevendo em seus livros, querem contar, porque tudo era campina egual, sem nenhum estorvo a ambas as partes: o qual o trilhamento das bestas, e passar dos homens tornou assim razo e tão chão como plaino rocio». Fernão Lopes *Chronica d'el-rei D. João I*, parte II, cap. 38, pag. 94. Era uma superficie plana «como hoje se vê do mesmo logar da batalha» diz Nunes de Leão, textuaes.

[2] *Los de la avanguarda tenian gran avantaja, ca todos, con ayuda de los peones que tenian en las suas alas, peleaban con la avanguarda de Castilla sola: e los de las dos alas de Castilla non peleaban, cá non podieron passar las vallas que tenian delante.*» *(Cronica de D. Juan el primero* ann., 1385, cap. 14, pag. 234.) Note-se que Ayala é testemunha ocular, esteve na batalha, e até foi n'ella feito prisioneiro. E' verdade que é Castelhano, e interessado em desculpar a derrota.

[3] Os motivos pelos quaes, segundo essa carta do rei de Castella, perdeu elle a batalha são o estarem as suas tropas «1.° *Un monte cortado que les daba hasta la cinta;* 2.° *en la frente de su batalla una cava tan alta como um hombre, hasta la garganta;* 3.° *que la frente de su esquadron estaba toda cercada por los arroyos que la tenian al rededor que no habia de frente de trecientas y quarenta á quatrocientas lanças.*» Esta carta vem transcripta nos *Discursos historicos de Muricia* de Francisco Cascales, pag. 190.

[1] Fernão Lopes, *Chronica d'el-rei D. João I*, parte II, cap. 42, pag. 106.

Digitized by Google

xando ficar atraz dos outros. Approximando a narrativa de Fernão Lopes da carta d'el-rei D. João facilmente se percebe que havia obstaculos naturaes que impediram a linha castelhana, assim que se pôz em marcha, de permanecer em todo o seu desenvolvimento. Ora o que é natural, é que tanto D. João como Ayala exaggerassem muitissimo a influencia e a natureza d'esses obstaculos, que talvez se limitassem ao revolver do terreno agricultado, e a vallas occasionaes que não seria difficil cegar. Assim, procurando desviar de si a accusação de covardia, assumem a responsabilidade de uma falta absoluta de tacto militar. Escolhem o terreno em que hão de combater do modo mais desvantajoso possivel! Têem uma força tão superior que nada lhes é mais facil do que abarcar n'um amplexo de ferro a pequena hoste portugueza, e de tal maneira se collocam que ficam com uma frente inferior á do inimigo! Se é verdade o que dizem, vão collocar as alas em sitios onde não podem soccorrer o corpo principal e onde ficam por conseguinte paralysadas! [1]

E foi para isto que mudaram de posição, que foram escolher terreno a seu geito, e que obrigaram o exercito portuguez, como vimos, a um movimento de conversão para vir acceitar a batalha no sitio que os Castelhanos preferem... por ser o peior para elles!

Eis a posição em que os dois exercitos passaram a noite de 13 a 14 de agosto de 1385. O que nos parece podermos deduzir d'estas affirmações contradictorias é que o terreno não era tão accidentado como Ayala e D. João dizem, mas que, na sua presumpção, os Castelhanos fizeram pouco caso de obstaculos minimos, que depois, juntamente com a falta de ordem e de direcção energica, os embaraçaram bastante.

Dormia tudo emfim nos dois arraiaes castelhano e portuguez, e só velavam alguns cavalleiros, palestrando nas façanhas que tencionavam praticar no dia seguinte. Era então uso (formoso costume d'esses poeticos tempos de cavallaria) fazerem os moços guerreiros votos de bravura a que chamavam denodamentos, e que a emulação incitava a que muitas vezes transpozessem as raias da temeridade. De dois votos d'esse genero, feitos na vespera da batalha de Aljubarrota, nos conserva memoria Fernão Lopes. Um cavalleiro por nome Gonçalo Eannes de Castelvide jurou ser elle quem désse o primeiro golpe; Vasco Martins de Mello foi mais adeante, e jurou, ou prender o rei de Castella ou

[1] Estudou o sr. Sandoval, como elle mesmo declara, em abril de 1869, o campo de batalha de Aljubarrota, e tirou um *croquis*, que apresentou no seu livro a pag. 208; nós atravessámos o campo de batalha de Aljubarrota em setembro de 1876. O sr. Sandoval encontrou a explicação da narrativa de D. João I de Castella no estudo que fez do campo de batalha, nós limitar-nos-hemos a apontar aos nossos leitores portuguezes, pelo menos aos nossos leitores da Batalha e de Aljubarrota, o que diz o sr. Sandoval: Sabem quaes eram os terriveis rios que cobriam a frente dos Portuguezes, e que impossibilitaram a marcha aos Castelhanos? O Lena ao pé da Batalha em agosto, e um riacho affluente do Lena, que corta a estrada de Alcobaça a Leiria, atravessado por uma ponte, que se parece com a do Manzanares em ser pomposa de mais para um rio pomposo de menos. Nós em setembro de 1876 não vimos lá em baixo nem uma gota de agua, é possivel que os Castelhanos em agosto de 1385 encontrassem o Tejo n'aquelle sitio!

Por aqui se vê que é perfeitamente exacto o que dizemos no texto: havia uns riachos insignificante, uns barrancos, e os Castelhanos exaggeraram a importancia d'esses obstaculos. Effectivamente confessem os nossos leitores que o Lena n'aquellas alturas, e o rio Calvaria (?) seu affluente, nunca suppozeram que seriam tomados a serio por um general qualquer *no mez de agosto.*

Em todo o caso isso não provaria, ainda que fosse verdadeiro, senão que os generaes portuguezes souberam escolher bem a sua posição, e os castelhanos mal, o que redunda em gloria nossa. Napoleão estudava sempre com grande cuidado o terreno em que devia dar batalha, e não dava o melhor ao inimigo. O sr. Sandoval reconhece-o, dizendo que o vulgo ignorante *«creeria que los pequeños obstaculos ó accidentes del terreno robabam gloria á sus compatriotas, cuando, por el contrario, les añaden el merito de la inteligencia con que supieron aprovecharlos, (Batalla de Aljubarrota, pag.* 206.)

Digitized by Google

pelo menos pôr-lhe a mão[1]. Temerarias promessas que mostravam até que ponto estava exaltado o enthusiasmo guerreiro n'essa heroica phalange por dois heroes commandada! O que não podiam fazer com soldados assim Nuno Alvares e D. João I?

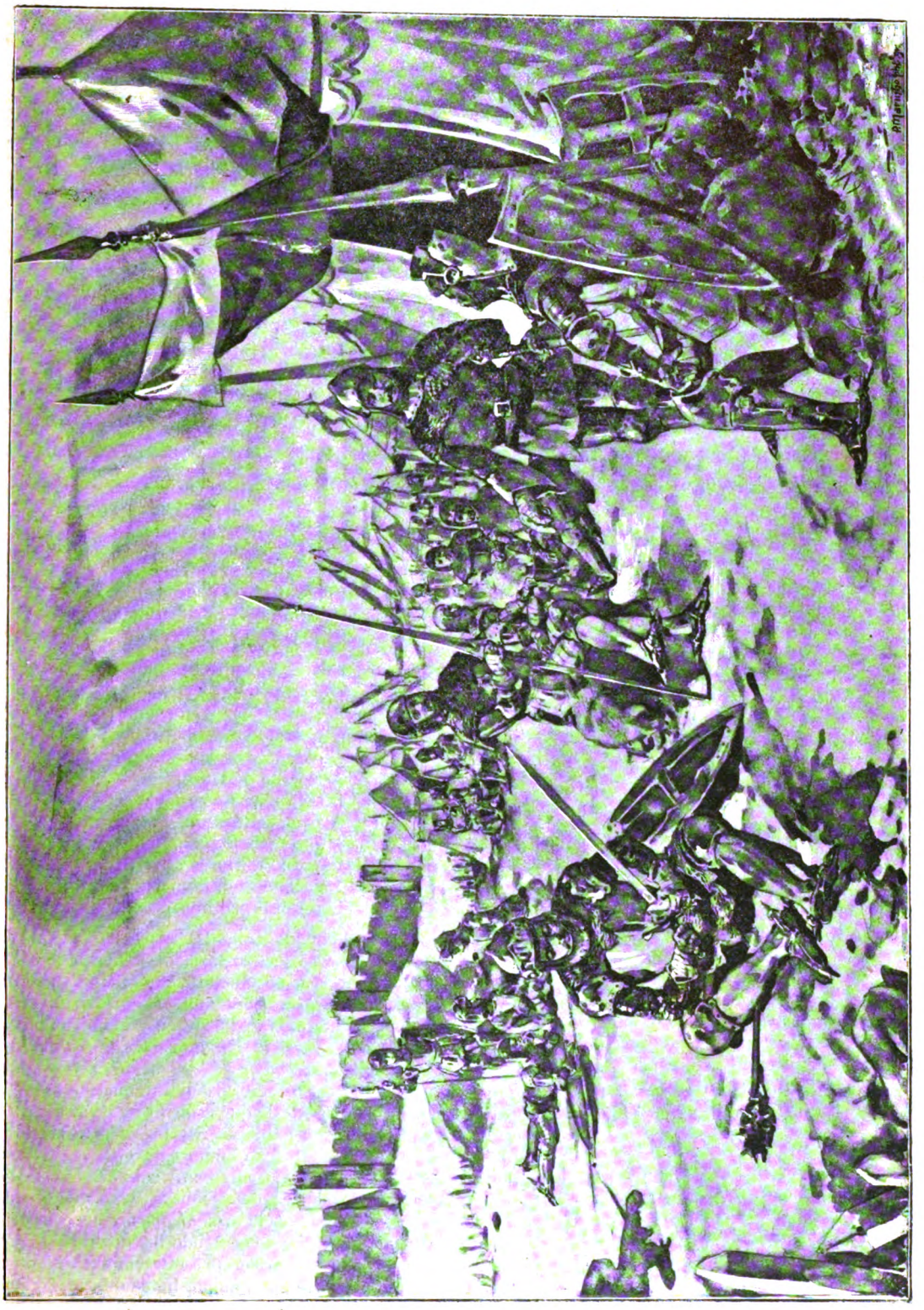
MESTRE DE AVIZ
(Feito sobre um retrato a oleo do seculo XV, existente na galeria imperial de Vienna)

Raiou finalmente o glorioso dia 14 d'agosto de 1385. O sol, assomando no oriente, illuminou em cheio as duas hostes dispostas na fórma que dissémos.

D'um lado, o numeroso exercito castelhano, onde doidejavam á brisa os innumeros pendões de tantos fidalgos que alli se agrupavam em torno da signa real de Castella; as armas resplandecentes d'essa opulenta nobreza, bem polidas e bem lustrosas, repercutiam os raios do sol que transformava essa floresta de lanças n'uma pinha de fogo. Do outro lado, a pequena hoste portugueza, em que tambem tremulavam diversos pendões, mas onde os poucos, e não muito ricos fidalgos que seguiam a fortuna do novo soberano, não feriam os olhos pelo esplendor das suas armaduras. Mas em compensação havia no exercito castelhano a presumpção que, sendo o excesso da confiança, produz os mesmos desastrosos effeitos que a tibieza; no exercito portuguez havia o heroismo desesperado de

[1] Este facto foi aproveitado por Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento para um romancinho poetico intitulado *Os votos denodados*, que figuram no *Romanceiro Portuguez*, 2.º volume, pag. 57 a 81. Esse livrinho, aliás desleixadissimo em linguagem, estylo e metrificação, tem comtudo um sabor nacional, e um encanto de narrativa que o tornam muito apreciavel e de muito aprazivel leitura. Este romance *Os votos denodados* é um dos melhores do volume. Tem um tom aventuroso e uma singeleza d'expressão, que

Digitized by Google



BLOQUEIO DE LISBOA

Digitized by Google

homens que se vêem obrigados a vencer ou a morrer. Além, a idéa que agrupava tantos soldados era uma idéa de ambição pessoal; aqui, era uma idéa patriotica, era a idéa da defeza do torrão natal, dos lares, da nacionalidade, da honra portugueza.

Na vanguarda, o condestavel, armado simplesmente, para o não distinguir o inimigo, percorria as fileiras, dando as suas ultimas ordens e recommendando que avançassem em ordem lentamente, e que recebessem a carga dos Castelhanos, com os pés bem pregados no solo; os contos das lanças apertados debaixo dos braços e as lanças o mais prolongadas que podessem. Deviam combater a pé como em Atoleiros.

Por toda a parte por onde o condestavel passava não se ouviam senão acclamações, gritos de enthusiasmo, presagios seguros da victoria.

Na ala direita, a *ala dos namorados*, tremulava a bandeira verde, symbolo das suas esperanças amorosas. Todos esses juvenis cavalleiros, pensando na sua dama, em Deus e na sua patria que o rei symbolisava, preparavam-se a praticar façanhas pelo menos similhantes ás dos votos denodados de Gonçalo Castel Vide e de Vasco Martins. Ouvia-se alli o rumor alegre d'essas vozes frescas e enthusiasticas, o estrondo dos risos, o tiroteio dos bons ditos[1]. Sympathica e valorosa hoste que devia cumprir dignamente as promessas feitas. e em com-

---

ás vezes ultrapassa as raias do prosaismo, porém, que outras vezes não deixa de seduzir Diremos alguns versos do 1.º canto

Os mancebos mais ousados,
Portuguezes cavalleiros,
A ala dos namorados
Formaram aventureiros;
É verde a sua bandeira,
Côr da esp'rança do amador,
Precursora lisongeira
De victorias e d'amor.
Uma usança então havia,
Fazer votos denodados;
Esse voto consistia
Em feitos muito arriscados.
Gonçaleanes Castel-Vide
E Vasco Martins de Mello,
Amam Anna d'Athaide,
Que é de belleza um modelo.
Ambos elles são amigos,
Ambos elles são rivaes,
Ambos valentes nos p'rigos,
Ambos nas fôrças eguaes:
Ambos elles suspiravam
Por D. Anna, mas em vão;
Por isso amigos ficavam,
Rivaes sim, amigos não;

Ambos elles pertenciam
A' ala dos namorados,
E por Dona Anna faziam
Estes votos denodados:

GONÇALEANES

Eu juro ser o primeiro
Que ha de com lança ferir;
Juro á fé de cavalleiro
Que hei de o meu voto cumprir.

VASCO MARTINS

Eu juro como christão
Prender el-rei de Castella:
Ou ao menos pôr-lhe a mão.
Qual das emprezas mais bella?

Entre todos disputavam,
Qual dos votos é maior;
Porém todos assentavam
Que eram votos de primor;
Qualquer d'aquellas emprezas
Arriscada de fazer;
Porém almas portuguezas
A nada sabem temer;
Muito mais um namorado
Que tudo acha possivel;
Invocando um nome amado,
É o seu braço invencivel.

[1] O arcebispo de Braga D. Lourenço, fazendo antes da batalha as suas exhortações religiosas, aconselhava que fossem ao combate repetindo as palavras latinas *Et verbum caro factum est.* Perguntavam alguns o que aquillo significava, e respondiam outros: *Que verdade, verdade é muito caro este feito, mas se Deus quizer hade sahir de bom mercado.* Imagine-se as gargalhadas que acolheriam a traducção liberrima, e veja-se por isto de que espirito estavam animadas as phalanges portuguezas. Seria o proprio arcebispo o auctor da traducção humoristica, porque elle não desgostava de *chalacear*, como se vê da carta que escreveu ao abbade de Alcobaça, depois da batalha, e que vem publicada nas *Memorias* de Soares da Silva, carta em que, constando-lhe que o rei de Castella arrancara as barbas em Santarem, accrescentava: «e abofé, bom amigo, milhor he ca o faga el, ca non fagersnolo nos, ca home cas suas barbas arrepella má lavor faria das alheias!»

O sr. Sandoval publica esta carta, extrahindo-a das *Memorias de D. João I*, de Soares da Silva, a pag. 119 da *Batalha d'Aljubarrota* (Madrid, 1872).

Digitized by Google

pensação ficar quasi toda estendida nos campos de Aljubarrota, que a sua bravura illustrou.

Na ala esquerda o espectaculo era diverso. Com o seu fleugma britannico os bésteiros inglezes revistavam os arcos, preparavam-se para a lucta com boas refeições, e esperavam tranquillamente o signal do combate. Não havia alli a petulancia meridional, o enthusiasmo patriotico, mas havia o altivo socego d'esses veteranos, muitos dos quaes tinham combatido debaixo das ordens do principe Negro, e que estavam costumados a não vêrem nunca a victoria desamparar-lhes a bandeira.

Na rectaguarda el-rei, armado tambem sem distincção dos seus outros cavalleiros, percorria as fileiras animando com palavras benevolas os soldados, e fazendo cavalleiros todos os que se lhe apresentavam. Ao seu lado cavalgava o seu alferes-mór, tremulando a régia bandeira, o marechal da hoste, e varios cavalleiros estrangeiros entre os quaes se distinguia o gascão João de Montferrat. Por onde passava a modesta comitiva erguiam-se gritos d'enthusiasmo, acclamações que enchiam d'ufania o brioso monarcha. Respirando com delicias essa viração ardente da batalha, com o punho na espada, que manejava tão vigorosamente como o sceptro, o aventuroso soldado de Aviz communicava aos outros a confiança e o denodo, só pelo espirito sereno e denodado que mostrava. «Tenho assistido a sete batalhas campaes, dizia-lhe João de Montferrat, e nunca vi soldados com mais alegre aspecto, com mais resoluta physionomia. Apesar da desproporção immensa do numero, prophetiso-vos, senhor, a victoria.

— Dar-vos-hei alviçaras pelo vosso bom agoiro, respondia sorrindo D. João I. E os vivas atroavam os ares, e o arcebispo de Braga, D. Lourenço, o prelado militante, erguendo uma cruz de prata, animava os soldados a pelejarem pela patria contra os invasores, pela fé contra os herejes, pelo rei do povo leal contra o rei da nobreza traidora. E todos esperavam anciosos o signal da batalha, e nem um só sentia desmaiar-lhe o animo intrepido ao vêr diante de si tão confusa massa de inimigos.

Brazão de armas da villa de Arouca

No exercito castelhano era muito differente o aspecto das tropas: confiança havia e até demasiada; mas faltava a animação do soberano e a unidade do commando. O rei doente, e montando n'uma mula, não estava á testa das tropas, e os fidalgos e cavalleiros tumultuavam sem darem ordens, sem cuidarem da disposição das forças. O que pensavam era já em dividir o espolio do inimigo, que tinham irrefragavelmente por vencido, como os caçadores de Lafontaine vendiam a pelle do urso que estava muito longe de ser morto. Alguns bispos distribuiam indulgencias do papa d'Avignon, mas tudo sem enthusiasmo. Os ginetes castelhanos volteiavam em torno das bagagens portuguezas, espreitando o momento de as saltearem. Mas a vigilancia era perfeita, e o que elles fizeram foi dar mais solidez ao nosso exercito, porque, tendo faltado o animo a uns trinta peões portuguezes, fugiram e foram cair no meio dos ginetes castelhanos, que os mataram desde o primeiro até ao ultimo. Esta especie de castigo providencial, tirando aos nossos a esperança de procurarem a salvação na fuga, fazia com que muitos dissessem: «morrer por morrer, mais vale morrermos como homens, pelejando e cahindo de rosto para o inimigo.»

Já ia o dia em mais de meio quando o exercito castelhano se pôz em marcha

Digitized by Google

e, como diz Camões no seu verso tão sonoro:

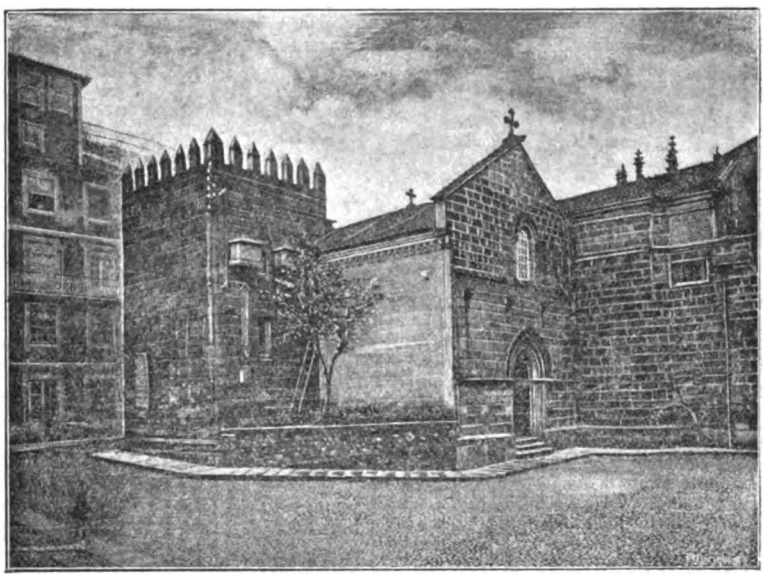
> Deu signal a trombeta castelhana
> Horrendo, féro, ingente e temeroso
> ....
> E as mães que o som terribil, escutaram
> Aos peitos os filhinhos apertaram.

Logo a vanguarda portugueza, á voz de Nuno Alvares Pereira, se abalou tambem, e foi a passo e ordenadamente ao encontro do inimigo. Os tiros das bombardas causaram um certo espanto e hesitação na linha portugueza; o primeiro projectil disparado matou d'uma vez dois escudeiros. Houve agitação e a fortuna das armas hesitou um instante, prompta a desamparar os Portuguezes. Mas uma voz se ergueu dizendo: «É castigo de Deus; esses dois escudeiros mataram ha dias um clerigo n'uma egreja. Deus protege-nos porque nos livra dos máos.» Foi o bastante para que a serenidade voltasse e com a serenidade o enthusiasmo.

A vanguarda castelhana, desdobrada n'uma extensa linha e reforçada pelos peões e bésteiros, avançava ameaçando englobar nos seus immensos braços a estreita linha portugueza. Mas avançava sem muita ordem e um pouco tumultuosa. Reparando que o exercito portuguez combatia a pé, o que não esperavam, foram, mesmo em marcha, decepando os contos das lanças para as fazerem mais curtas e mais facilmente manejaveis. Esta operação, a falta de commando, os obstaculos de terreno que existiam incontestavelmente maiores ou menores, foram pouco a pouco diminuindo a frente. Os flancos dobraram á rectaguarda, e a linha prolongando-se até ao corpo de reserva formou com ella uma profunda columna. Perdiam assim a esperança de envolver completamente o exercito portuguez, mas em compensação tinham a certeza de o romper com o embate formidavel d'esse immenso ariete humano, formado por vinte e tantos mil homens, entre cavalleiros e peões, que vieram bater com impeto irresistivel na estreita linha formada pelas seiscentas lanças de Nuno Alvares, desamparadas de reforço. O choque foi terrivel. Os Portuguezes de Nuno Alvares combatiam como leões, a flôr da nobreza castelhana e portugueza com el-rei de Castella bandeada pelejava bravamente. Resoavam d'um lado os gritos *S. Jorge e Portugal*, *Castella e Santhiago* do outro. Os Castelhanos combatiam com uma furia cega, mas accumulavam imprudencias sobre imprudencias. Pensando que as lanças, mesmo encurtadas, de pouco lhes serviam, lançaram-n'as fóra e deitaram mão ás achas d'armas e aos estoques. Assim ficou diante das alas um monte de lanças partidas, que, impecendo o terreno, tornou mais difficil a manobra d'esse formidavel exercito. Mas, por mais imprudencias que se fizessem, um corpo de vinte e tantos mil homens formados em columna, com trezentos homens de frente, rompe forçosamente uma hoste de seiscentos homens, formados simplesmente em duas fileiras. Foi o que succedeu: depois d'um renhido combate, os Castelhanos irromperam, dilacerando a linha inimiga, n'uma torrente irresistivel. Sem trepidarem, as duas alas portuguezas convergiram sobre o centro. Não era necessaria a celebre certeza de tiro dos archeiros inglezes para empregar bem os virotes n'aquella massa confusa. A ala dos namorados precipitava-se com um enthusiasmo que tocava as raias da loucura, e, abrindo uma larga brecha na columna castelhana, lá ficava quasi toda sovertida n'essas ondas tumultuosas d'um verdadeiro mar de soldados. A batalha parecia perdida para os Portuguezes, quando, á voz do seu brioso monarcha, a rectaguarda, a flôr do exercito, as setecentas lanças da reserva cahiram como um furacão sobre

Digitized by Google

o inimigo. O rei fazia prodigios de valor, que Foissart refere[1]. Cada um dos seus homens combatia como desesperado, o condestavel trazia de novo á carga a sua hoste rota, a ala dos namorados, mutilada mas briosa sempre, voltava a derramar as ultimas gotas do seu generoso sangue; os archeiros inglezes, imperturbaveis e fleugmaticos, não perdiam virote, e o seu tiro rapido e certeiro crivava d'uma nuvem de settas a columna inimiga. Esta, depois da primeira victoria, hesitava e recuava. A sua immensa extensão, que déra impeto e vigor ao ataque, paralysava agora para a defeza da rectaguarda toda, que ficava a grande distancia do ponto em que se travára a peleja, e em que o pequeno exercito portuguez concentrava os seus esforços.



BRAGA — CAPELLA E CASTELLO DE N S. DA GLORIA

E o que faziam entretanto os sete mil homens das duas alas, e os dois mil ginetes de cavallaria ligeira? As alas, sem receberem ordens, impedidas pelos obstaculos do terreno, pelos montes de lanças partidas que obstruiam o solo, ficavam n'uma inacção absoluta. Quasi nem tinham chefes. Muitos dos fidalgos que as dirigiam tinham-se ido lançar isoladamente onde a peleja estava mais accesa.

Os ginetes obstinavam-se em atacar as bagagens, e eram repellidos pelos bésteiros, que as defendiam sem arredarem pé. Não tinha aquella massa de tropas uma direcção, um commando que utilisasse a sua bravura e o seu numero.

Vendo-se desamparada, a vanguarda da columna recuou. Recuar era perder-se. Os Portuguezes redobravam de esforços: cahiu-lhes nas mãos a bandeira real de Castella. A massa formidavel, recuando, atropellou-se a si mesma, vacillou, ennovelou-se, esmagou a rectaguarda de encontro ás bagagens, que se misturaram com ella e augmentaram a confusão. O desanimo foi tão prompto como a confiança, é ainda Froissart quem nos dá testemunho d'isso[1], e quem deu o exemplo foi o rei de Castella, que,

[1] «O rei fez prodigios de valor, e derribou tres ou quatro dos principaes adversarios, de fórma que todos o temeram» Froissart, liv. III, cap. 21 na *Collecção das chronicas francezas*, por A. Buchon, t. IX, pag. 419.

[1] Palavras textuaes do chronista francez. *Voir* (por *vrai*) est que á cheval de première venue ils sont de grand bobant (por *orgueil*) et de grand courage et hautain et de dur encontre à leur avantage, et se combattent assez bien à cheval. Mais si très tôt comme ils ont jeté deux ou trois dardes et donné un coup d'épée et ils voient que leurs ennemis ne se déconfissent point, ils se doutent (*s'effrayent*) et retournant les freins de leurs chevaux et se sauvent qui sauver se peut; encore jouérent-ils de ce tour et de ce métier-lá: car ils trouvérant leurs ennemis durs e forts et aussi frais à la bataille que doncques que point en devant ne se fussent combattus en la journée donte ils en furent plus émerveillés et ébahis. *Chronica*, liv. III, cap. 21 na *Collecção das Chronicas nacionaes e francezas*, por J. A. Buchon, tom IX, pag. 419.

Digitized by Google

passando da mula em que estava montado para um cavallo que o seu camareiro-mór Gonzalez de Mendoza lhe apresentou, fugiu á rédea solta caminho de Santarem. O valente fidalgo deixou-o fugir com mal disfarçado desprezo.

«Debalde el-rei, diz Schœffer, lhe disse que não voltasse ao combate, debalde os fugitivos o avisaram de que estava tudo perdido. «Quero, disse Mendoza, morrer combatendo, a fim de que as mulheres de Guadalajara não me possam accusar de ter levado á morte os seus maridos e filhos, e de ter voltado são e salvo. «Correu a precipitar-se na peleja, onde morreu gloriosamente e combatendo[1].»

A batalha estava definitivamente perdida. Quando já se manifestava hesitação na columna atacante, é que o mestre de Alcantara se lembrou de vir atacar pela rectaguarda os peões portuguezes. Impediu-os de fugir, se tinham vontade d'isso, e o condestavel, desembaraçado pelo rei do desastre que soffrêra, pôde correr aos peões, soccorrêl-os, e dar-lhes firmeza. Esse movimento do mestre de Alcantara, feito um pouco mais cêdo, teria decidido talvez de outro modo a sorte da peleja[2].

Repellidos os ginetes, o desbarato tornou-se então completo. Assim como não houvera ordem no ataque não houve ordem na fuga, de fórma que as duas alas, que não tinham quasi entrado na peleja, e que podiam por conseguinte admiravelmente cobrir a retirada, fugiram tão dispersas e tão rotas como as outras, e não deixava de ser um curioso espectaculo este de um numeroso exercito em debandada perseguido por um punhado de homens. Aqui uns fugiam a cavallo nos primeiros cavallos que se lhes deparavam, outros largavam as armas, estes sahiam das estradas, outros, reunindo-se em magote, procuravam defender-se, como succedeu, por exemplo, quando muitos peões portuguezes tentaram espoliar a capella e as bagagens do rei de Castella, onde estavam juntas muitas preciosidades. Os inimigos voltaram rosto e defenderam-se briosamente, ficando alli mortos talvez mais Portuguezes, victimas da sua cubiça, do que no campo de batalha. Os Castelhanos conseguiram salvar uma grande parte d'esse precioso espolio, mas vieram-n'o a perder em grande parte, porque a fuga continuou, cada vez com mais destroço.

Ainda a batalha não estava de todo perdida, quando el-rei de Castella fugiu á rédea solta caminho de Santarem. Percebeu-lhe a fuga Vasco Martins de Mello, e, zeloso de cumprir o seu voto, seguiu-o a todo o galope, mettendo-se sósinho, com heroica temeridade, no meio da escolta que acompanhava o rei.

Conheceram-n'o logo como Portuguez pela cruz de S. Jorge, e mataram-n'o sem que elle podesse cumprir o seu te-

[1] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 372.

[2] Tanto Fernão Lopes como Ayala attribuem a este ataque uma influencia desfavoravel na sorte da peleja. Fernão Lopes diz: «... e elles faziam aos Portuguezes proveito, porque os peões d'aquella parte ainda que fugir quizessem, não o podiam fazer e assim forçosamente cumpria de se defenderem a qual coisa depois os Castelhanos entenderam, que lhes fôra máo avisamento, pois imigos não deixavam portal por onde fugir podessem. (*Chronica de D. João I*, parte II, cap. 45, pag. 115). E Ayala observa: «E aun, segund dicen, ove otro damno, que los peones de Portugal fuyeron, salvo por los de caballo Castilla que estaban á sus espaldas de aquella parte, é non podiam salir: e assi forzadamente se avian a defender é pelear. E esto es contra buena ordenanza que los antiguos mandaron guardar en sus batallas, que nunca ome debe poner á su enemigo en las espaldas ninguna pelea por le dar logar para fuir (*Chronica d'el rey D. Juan el primero*, anno 1385, cap. 14). A estrategia moderna tambem diz que se deve fazer uma ponte d'oiro para o inimigo que foge, mas atacar a um tempo pela frente e rectaguarda é meio de ganhar a victoria. Em Sadowa os austriacos estiveram quasi vencedores, quando o exercito prussiano lhes appareceu na rectaguarda. O principio de victoria converteu-se em completa derrota. O inconveniente d'esta manobra do mestre d'Alcantara não foi o impedir os Portuguezes de fugir, foi o ser já feita intempestivamente.

Digitized by Google

merario voto[1], mas ganhando mais gloria do que se o cumprisse. Gonçaleanes fôra mais feliz, conseguira ser quem deu o primeiro golpe, e, soccorrido a tempo, não succumbiu na empreza. Proseguindo na fuga, el-rei chegou a Santarem ao cahir da noite, e os da escolta bradaram que abrissem as portas que vinha alli el-rei de Castella. Os de dentro não queriam acreditar, forçoso foi, porém, que acreditassem quando reconheceram a voz do proprio monarcha. Abriram então as portas, profundamente espantados, e o rei entrou no castello, cabisbaixo, e com o desespero impresso nas feições transtornadas. Refugiando-se no seu aposento, deu então largas á sua dôr profunda, desabafando em gritos e lagrimas a raiva e o desalento que se tinha apoderado d'elle. Chegou isso a ponto de os seus lhe estranharem um tal desespero como indigno de um rei. Quizeram consolal-o dizendo-lhe que seu pae soffrera eguaes desventuras, e ainda maiores, e que nunca desanimára. «Meu pae, respondeu D. João, foi batido pelo principe de Galles, o primeiro capitão do seu tempo, e homem tão feliz na guerra, que derrotou e fez prisioneiro el-rei de França; foi batido pelos Inglezes, que são a flôr da cavallaria da Europa; e eu soffro esta vergonha infligida por um mestre de Aviz e por um punhado de chamorros[2].» E voltava a lamentar-se e a pungir-se.

Não se julgando ainda bastante seguro em Santarem, n'essa mesma noite partiu para bordo da esquadra, que estava em Lisboa, e d'ahi n'uma galé para Sevilha, onde entrou de noite para não ouvir os clamores dos desgraçados que tinham perdido em Aljubarrota amigos e parentes. Mas no dia seguinte esse clamor que temia resoou bem alto deante dos paços, e tal impressão lhe fez que logo se retirou para Carmona. A sinistra nova correu toda a Castella, excitando por toda a parte um assombro mortal e chegou a Toledo, onde estava a rainha D. Beatriz, que cahiu como morta ao ouvir a noticia. Ordenára ella que as suas damas estivessem dia e noite rezando para que os Castelhanos ganhassem a victoria; quando as tristes noticias chegaram, cessaram as preces, e começaram os tumultos. No povo foi a impressão mais forte. Furioso pela affronta e pela perda, e envolvendo no seu odio cégo tudo quanto era portuguez, já queria matar a propria rainha e todos os seus compatriotas que com ella estavam, designio que poria decerto em execução, se o arcebipo de Toledo não conseguisse acalmal-o com boas palavras.

Brazão de armas da villa de Penamacor

O assombro e a dôr eram justificados, porque, além do triste effeito moral que produzia, a batalha de Aljubarrota importava para os Castelhanos um formidavel desastre: a flôr da nobreza lá ficára estendida, porque todos tinham combatido valentemente. Dos Portuguezes que seguiam as bandéiras de Castella, poucos sobreviveram, não só porque durante a batalha combateram sempre nos postos de mais perigo, como tambem porque depois d'ella não foram poupados pelos seus irritados compatriotas. Um irmão de Nuno Alvares, feito prisioneiro e conduzido á presença d'el-rei de Portugal, foi por elle confiado a um fidalgo chamado Egas Coelho. Não lhe valeu e protecção: foi assassinado barbaramente.

[1] Ignacio Pizarro no romance que citámos, *Os votos denodados*, suppõe que Vasco Martins chegou a pôr a mão no rei de Castella. É possivel que o fizesse, e o romancista devia adoptar essa supposição; comtudo, como logo o conheceram pela cruz de S. Jorge, não é provavel que chegasse a approximar-se do rei.

[2] Chamorros era uma denominação zombeteira que os Castelhanos deram aos Portuguezes por estes usarem o cabello cortado muito curto.

Digitized by Google

Fatigado d'esse dia glorioso, deitára-se D. João em cima de um banco de pedra, quando Antão Vasques de Almada lhe lançou aos pés como tapete a bandeira real de Castella. Sorrindo a recebeu o brioso rei, que mal podia ainda acreditar que houvesse ganho tão formidavel batalha. Seguido por um prisioneiro castelhano, foi então percorrendo o campo e inquirindo d'elle os nomes dos mortos de mais graduação. Fôra uma terrivel messe a que o ferro portuguez ceifára. Jaziam no campo D. Pedro filho do marquez de Villena, D. João de Castanheda filho do conde D. Tello primo d'el-rei, D. Fernando filho do conde D. Sancho, o prior dos Hospitalarios castelhanos, o conde Villalpando, o almirante-mór de Castella João Fernandes de Toar, o mordomo-mór d'el-rei Pero Gonzalez de Mendoza, o adiantador-mór e o marechal de Castella, João Ramires de Arellano, Diogo Gomes Sarmiento, João Duque e quantos mais! Dos Portuguezes que pelejavam á sombra da bandeira-castelhana tinham morrido o conde de Mayorca, D. João Affonso Tello, irmão da rainha D. Leonor, o mestre de Calatrava D. Pedro Alvares Pereira e seu irmão Dlogo Alvares, Gonçalo Vasques de Azevedo, e Alvaro Gonçalves de Azevedo seu filho, Garcia Gonçalves Taborda alcaide-mór de Leiria, João Gonçalves alcaide-mór de Obidos, e Ayres Pires de Camões alcaide de Alemquer, e um castelhano Pero Lopes de Ayala, o chronista eloquente que temos frequentes vezes citado [1]. Do nosso lado, os fidalgos mais distinctos que pereceram foram Vasco Martins de Mello, e aquelle brioso cavalleiro gascão de quem já fallámos e que se chamava João de Montferrat.

Não se póde saber qual foi na totalidade o numero dos mortos. Devia ser enorme tanto pela consternação que houve em Castella, como porque só d'homens d'armas ficaram no campo estendidos dois mil e quinhentos. Os peões mortos deviam ser muitos mais, porque, fugindo desordenadamente em todas as direcções, foram salteados pelos camponezes, e pelos homens das cidades e villas, que se vingavam das suas cruezas d'outr'ora matando n'elles á vontade. Bem conhecida é a tradição da padeira d'Aljubarrota, que, ainda que Fernão Lopes a não cite, para ser verdadeira, tem muitas probabilidades a seu favor [1].

---

[1] Nascido em 1332, Pero Lopes de Ayala entrou d'edade de dezoito annos nos negocios publicos, chamado a elles por D. Pedro, o cruel. Seguiu o partido de D. Henrique de Trastamara, que o fez seu alferes-mór. N'essa qualidade assistiu á batalha de Najera. em que foi feito prisioneiro pelos inglezes, indo passar os seus annos de captivo a Londres. Foi chanceller quando voltou á patria, e chanceller foi tambem de D. Jeão I. Cahiu prisioneiro dos portuguezes na batalha d'Aljubarrota, mas parece, diz Ticknor, que o seu captiveiro não foi d'esta vez tão cruel nem tão longo como o de Londres. Effectivamente resgatou-se pelo enorme preço de trinta mil dobras. Voltando a Castella, continuou no seu cargo de chanceller, que exerceu ainda durante alguns annos do reinado d'Henrique III. Morreu em Caláhorra em 1407, d'edade de setenta e cinco annos.

Foi poeta e chronista notavel. Escreveu as chronicas de D. Pedro I, de Castella, D. Henrique III até ao sexto anno do seu reinado. Traduziu em castelhano Tito Livio, S. Gregorio, e Boecio. Escreveu um livro de caça, e uma especie de poema didactico sobre os deveres dos reis e nobres, intitulado *Rimado de Palacio*. Rivalisa com o nosso Fernão Lopes, a quem precedeu chronologicamente, e, sendo-lhe inferior em pittoresco e poesia, é lhe superiar talvez em sagacidade d'apreciações. Veja-se ácerca d'este escriptor Ticknor, *Historia da Litteratura Hespanhola—Primeiro periodo, desde as origens até Carlos V.* tr. fr. de Magnabal (Paris, 1864) cap. V, pag 97, e cap. IX, pag. 167.

[1] O sr Herculano resumiu n'um curioso artigo tudo quanto a esse respeito ha conhecido. Transcrevel-o-hemos:

«Das muitas tradicções populares de Portugal, uma das vulgarisadas e acceitas é a da famosa padeira d'Aljubarrota, que, depois da batalha dada junto áquella povoação entre D. João I de Portugal, e D. João I de Castella matou sete castelhanos com a pá do forno... Se imaginarmos que uma mulher, armada com uma pá, venceu e derrubou sete soldados em peleja egual. a tradicção é absurda e incrivel; mas se attendermos a que estes sete homens podiam ser assassinados depois da batalha, quando as gentes d'el-rei de Castella, cheias de fome e cansaço, se derramaram pelos arredores d'Aljubarrota, sem offerecerem a minima resistencia a quem os accommettia, de que são testemunha os antigos chronistas, então

Digitized by Google

Depois de ter permanecido tres dias no campo de batalha, depois do condestavel ter ido a uma romaria a Santa Maria d'Ordem, levantou el-rei de Portugal o campo, e caminhou em direcção a Alcobaça. Era tempo; as fetidas emanações dos cadaveres insepultos (porque os barbaros usos da época não concediam sepultura aos inimigos) começavam a corromper a atmosphera; mas as leis da guerra na edade média não permittiam a um general proclamar-se vencedor, se não dormia tres noites no campo da batalha, leis absurdas que podiam tornar infructiferas pelejas, onde o desbarato dos vencidos fosse menor do que em Aljubarrota.

Partiu o exercito portuguez para Alcobaça, em cuja egreja foram enterrados os nobres portuguezes que tinham com as suas vidas comprado essa esplendida victoria. Iam soldados e chefes carregados d'espolio, de que nenhuma parte haviam retido para si nem el-rei nem o condestavel. Ficára apenas aquelle com um pedaço de Santo Lenho, e este com um caldeirão que doou ao convento d'Alcobaça, como quem sabia

NUNO ALVARES PEREIRA

a façanha da celebre padeira, perdendo grande parte do seu maravilhoso, se torna possivel. Reduzido assim á possibilidade, este successo tradicional, quer real, quer fabuloso, tem em qualquer dos casos um valor historico, porque é um symbolo, uma expressão da idéa viva e geral dos Portuguezes d'aquelle tempo, o

Digitized by Google

que precisavm de vasos amplos para os seus repastos os gordos cistercienses[1]. Este caldeirão foi o que depois alguns cortezãos aconselharam a Philippe II que fundisse para d'elle fazer um sino ou uma peça d'artilheria, para assim extinguir essa memoria da vergonhosa derrota dos Castelhanos. «Se o caldeirão

---

odio ao dominio estranho, e o rancor com que todas as classes d'individuos guerreavam aquelles que pretendiam sujeital-os a esse dominio. A força de similhante idéa, ou antes sentimento, enraizado nos animos, e lançado n'elles, além d'outras circumstancias, pelo caracter das nossas instituições primitivas, dá a razão por que, durante uns poucos de seculos, este cantinho de terra, dividido da grande monarchia castelhana, soube resistir áquelle colosso até que, corrompidos os brios nacionaes com o oiro e vicios do rei nado de D. João III, veiu Portugal a succumbir aos pés do seu temeroso rival, d'onde só o poderam fazer levantar affrontas e oppressões de sessenta annos. Se, pois, a padeira d'Aljubarrota é um *mytho*, uma invenção popular do seculo decimo quinto, nem por isso o desprezemos. Um povo que deve a uma mulher odio bastante contra os oppressores estranhos para haver d'assassinar a sangue frio sete d'esses inimigos; um povo, dizemos, que assim symbolisava o seu modo de sentir a tal respeito, devia saber sustentar a independencia nacional.

«Todavia não seremos nós que desterremos para o mundo dos phantasmas a famosa Brites d'Almeida, forneira de Aljubarrota. Deixaremos os leitores ajuizarem da realidade da sua existencia, pondo aqui as observações historicas que em diversos tempos se fizeram a este respeito

«Segundo o testemunho de fr. Manuel dos Santos, o chronista-mór fr. Francisco Brandão fez em 1642 tirar um summario de testemunhas na villa de Aljubarrota, em que juraram as pessoas mais antigas d'aquelles sitios e do qual constava ter-se ahi conservado inalteravel a tradição d'aquelle successo, guardando-se a pá nos paços do concelho, a qual era de ferro com um cabo mais moderno de páo. N'este summario se dizia que Brites de Almeida se chamava por alcunha a *Pisqueira*, e tinha a padaria na rua direita de villa, junto ao celleiro dos frades de Alcobaça. É esta a memoria escripta mais antiga que nos resta ácerca da padeira de Aljubarrota. Agora transcreveremos uma passagem de um livro pouco lido (e que merecia outro fado) a qual nos parece mais curiosa de quanto a este respeito se encontra nos nossos escriptores. Eis o que diz José Soares da Silva no tomo 3.º das memorias de D. João I, cap. 260:

«Por noticias produzidas da diligencia que, por or-«dem do illustrissimo bispo de Leiria, D. Alvaro de «Abranches, a instancia minha, se fez na mesma villa «(Aljubarrota) depoz o parocho da dita freguezia (S. «Vicente) e outras pessoas não menos fidedignas que «era constante aquella tradição; e junctamente de-«clararam o logar em que hoje (1732) se guarda esta «pá, que desde então conservou tanta fé, que não só «a levavam na procissão, que todos os annos faziam «no mesmo dia 24 de Agosto; mas quando este reino «passou ao dominio de Castella, temendo os morado-«res d'esta villa que Filippe II quizesse extinguir-lhe «esta memoria, consumindo o instrumento d'ella, «houve um homem dos seus mais principaes, por no-«me Manuel Pereira de Moura, que a metteu dentro «de uma parede que se fazia nos mesmos paços do «concelho (de d'onde, com grande gosto e alvoroço «do povo, se tirou depois no tempo da acclamação «do invicto monarcha, el-rei D. João, o IV) e certa-«mente que se não enganaram n'aquelle juizo, por-«que depois tiveram repetidas ordens de Madrid os «vereadores da camara da mesma villa, para remette-«rem a tal pá para aquella côrte, de que poderam des-«culpar-se com dizer que não sabiam d'ella.

«Chamava-se a tal forneira Brites de Almeida, cu-«jo nome o mesmo em todas as noticias, (ainda que «lhe não tragam a sobredita alcunha) e as casas em «que morava, ainda hoje ha homens que se lembram «d'ellas, e, posto que arruinadas, ainda se lhes viam «duas janellas de pedraria, e em uma d'ellas esculpido «um forno, como indice do que por detraz das ditas «casas havia, nas quaes depois fizeram tambem cel-«leiro os mesmos padres, junto do que já tinham: e «d'ellas foi ultima possuidora uma mulher, que tinha «por alcunha a *tubaroa*, como tudo consta da inqui-«rição referida, ainda que nella se não declare como «a forneira fizera estas mortes, nem tambem se diga o logar d'ellas, que sendo no tal forno, persuado a «que os Castelhanos se recolheram n'elle, ou que, «entregues á imagem da morte que é o somno, ou «representando-a mais vivamente, porém com menos «alma, em mortaes paroxismos, facilitaram a que es-«ta mulher, com instrumento tão improprio e des-«proporcionado, os reduzisse de moribundos a cada-«veres, como affirma a tradição.

«Outra ha tambem n'aquella villa (ainda que menos «constante) de que, depois da batalha, houvera alguns «homens em Aljubarrota, que com impia curiosidade «ajuntaram os ossos dos que n'ella morreram, e fize-«ram d'elles uma calçadinha que ia de casa do for-«neiro até o forno; e que quando os castelhanos, que «por ali passavam, diziam alguma coisa que offendes-«se ou tocasse aos Portuguezes, lh'a iam mostrar, des-«aggravando-se dos vivos com a injuria dos mortos, «a qual não ha muitos annos que havia homens ve-«lhos que affirmavam havel-a ainda visto, de cuja as-«severação existem hoje bastantes testemunhas; e o «padre fr. Antonio da Purificação, na 2.ª parte da «Chronica da Ordem dos Ermitas de Santo Agosti-«nho, a pag 244 verso, diz tambem, que ainda no seu «tempo se conservava muita parte da dita calçada». «*Panorama*, vol 3.º da 1.ª série. pag. 414.

[1] Ainda esse caldeirão serviu recentemente o jornalismo para dirigir a proposito d'elle censuras a um ministro. Não o sonhava decerto o *Coade Stavel*, como o diz o texto da doação, quando *donavit etiam grandem caldeiram, in qua Castellani de famulatu Regis faciebant suos Badulaques* (cit em Viterbo *Elucidario* vol I, pag. 116, voc *Badulaque* edição de 1865) *Badulaque* ou *Bazulaque* diz ainda Viterbo, era um guisado de carne, cortada em miudos, ou de forçura de carneiro, com cebola, toicinho, azeite, etc., e bem conhecido, accrescenta o frade, que devia saber d'isso, e praticado nas communidades religiosas do reino.

Digitized by Google

assim brada tão alto, conta-se que respondêra o por vezes agudo monarcha, muito mais alto bradaria, transformado ou em canhão, ou em sino.»

Quando chegaram a Lisboa as novas da victoria, foi grande o alvoroço como fôra grande a inquietação, que pungira os espiritos antes da batalha. Promettêra a camara, se a contenda se decidisse em favor dos portuguezes, promulgar e fazer cumprir severamente uma postura, pela qual se poria termo a todas as feiticerias e immoralidades que ultrajavam a moral e os bons costumes. Effectivamente, a promessa foi cumprida, e a postura pela qual a camara mostrou o seu agradecimento a Deus, que dera ao seu partido a victoria d'Aljubarrota, é um curioso documento, que ainda nos ha de servir quando tratarmos das superstições populares do nosso paiz na edade média.

O alvoroço de Lisboa transformou-se em enthusiasmo, quando el-rei D. João I enviou á cidade, não só como capital do reino, mas tambem como aquella que mais heroismo e constancia mostrára n'essa lucta pela independencia, as bandeiras apprehendidas ao exercito inimigo. Vieram todos recebêl-as em procissão, descalços, trazendo a imagem de S. Jorge, que apregoavam como o grande causador da victoria. Prégou um sermão famoso fr. Pedro de S. Francisco, tomando por texto a phrase *A Domino factum est istud, et est mirabile in oculis nostris,* e logo fez a cidade voto de que na semana da Assumpção (pois na vespera d'essa solemnidade é que se realisára a batalha), se fariam tres procissões, uma ao convento da Trindade, outra ao da Graça, e outra finalmente ao de S. Francisco, procissões em que iriam todos descalços, e todas ellas em honra da Santissima Virgem; outra em dia de S. Vicente, em honra do padroeiro da cidade, e outra emfim em dia de S. Jorge, para não se deixar de ser grato ao santo, cujo appellido fôra o esforço dos portuguezes n'esse dia para sempre memoravel.

Emquanto se rogosijava Portugal inteiro, Castella inteira gemia, lamentavam todos a perda d'algum parente ou amigo, via-se a nobreza dizimada, mareiada, por muito tempo, a honra das armas, em perigo o proprio reino, porque o rei de Portugal ia mudar a guerra de defeza em guerra d'invazão; o duque de Lancaster, animado pelos successos dos seus alliados, reverdecia as suas antigas pretenções ao throno de Castella, e o orgulho castelhano abatido não se pôde consolar por largos seculos d'essa derrota. Prescott, o historiador americano, contando o reinado de Fernando e Izabel, ainda encontra nos escriptores contemporaneos dos dois catholicos monarchas vestigios da impressão profunda que Aljubarrota deixára no animo das gerações. O anniversario d'Aljubarrota ficou sendo para Castella um dia de lucto, como o de Guadalete para a Hespanha arabe, o de Salado para os Granadinos e Africanos, o de Fontenoy para a Inglaterra, o de Waterloo para a França, e o de Alcacer-Kibir para nós. O doloroso resentimento que essa victoria deixou no animo dos nossos visinhos, não o apagaram nem os sessenta annos d'oppressão que infligiram, seculos depois, aos descendentes dos seus heroicos vencedores.

Brazão de armas da villa de Marvão

«A batalha d'Aljubarrota, diz Schoeffer, foi a acção mais memoravel que se travou entre exercitos christãos da Peninsula. A superioridade incomparavel das forças do partido vencido; a mocidade dos dois chefes victoriosos opposta a tantos guerreiros assignalados, ex-

Digitized by Google

perimentados por anteriores campanhas; os curtos instantes que bastaram para se decidir a acção (meia hora); a grandeza do premio disputado (tratava-se de dois reinos e da independencia de Portugal), todas estas circumstancias asseguram á batalha d'Aljubarrota o interesse da posteridade[1].»

Effectivamente essa batalha foi um verdadeiro prodigio, por todas as suas circumstancias.

A que devemos pois attribuir o inesperado resultado? A muitas causas cujo conjuncto fez pender a balança para o lado dos Portuguezes.

Em primeiro logar, defendiam estes a sua patria e combatiam pela independencia nacional, e todos sabemos quanto similhante pensamento robustece os braços e exalta a coragem dos combatentes.

Em segundo logar, e esse é o motivo principal, no exercito portuguez, por isso mesmo que era pequeno, havia a unidade da acção. Todos os homens, alli agrupados para vencer ou morrer, tinham um unico movel a que obedeciam, que os guiava na batalha, e que lhes daria forças mesmo contra um desbarato. No exercito castelhano, pelo contrario, havia diversas opiniões, ambições differentes, odios e rivalidades. Portuguezes e Castelhanos porfiaram entre si sobre quaes se mostrariam mais briosos cavalleiros; estes, porém, na ancia de fazerem as suas provas, em vez de dirigirem, como deviam, as manobras dos differentes corpos em que estava o exercito dividido, accumularam-se todos na vanguarda para combaterem com audacioso, temerario, mas infructifero valor.

Faltava não só o commando especal, mas até o commando geral. Não havia um chefe, não havia plano. Cada um combateu á vontade, como entendeu, por conseguinte fizeram tudo intempestivamente. Logo no principio da peleja a vanguarda confunde-se com a rectaguarda, muda-se por conseguinte a ordem extensa na ordem profunda, e, apesar de tão grave alteração na manobra, ninguem procura ou remediar a mudança, ou aproveital-a para dirigir o combate d'outro modo. As alas não recebem ordens, e por isso não combatem, impedidas demais a mais em parte pelo terreno, em parte pelos obstaculos de que a desordem do corpo principal semeiava o campo. Os ginetes andam affastados da peleja, sem que ninguem pense n'elles, procurando tomar as bagagens e em nada contribuindo para a batalha, e quando correm afinal a ameaçar a rectaguarda dos Portuguezes, o que deviam ter feito logo no principio, é quando já não é tempo, quando o ataque de frente está repellido, e quando por isso o condestavel póde correr em soccorro dos peões atacados.

Em compensação, que firmeza de commando, que unidade, que serenidade de manobra no pequeno exercito portuguez! A vanguarda é rota, nem por isso os Portuguezes se abalam: as duas alas convergem sobre o centro com a regularidade d'um moderno regimento manobrador, a rectaguarda, á voz do seu rei, marcha em boa ordem sobre a columna atacante, a vanguarda desbaratada reforma-se com a maxima promptidão e volta ao combate; em menos de dez minutos as forças todas do exercito portuguez estão concentradas sobre um ponto unico, e esse ponto é o decisivo.

A batalha d'Aljubarrota é por conseguinte não só gloriosa para os soldados portuguezes cujo valor alli resplandeceu com immortal fulgor, mas tambem para os chefes a cuja pericia principalmente se deveu a victoria. Na edade média, epocha da força bruta, e em que a força bruta usualmente decidia as pelejas, a batalha d'Aljubarrota avulta co-

[1] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 347.

Digitized by Google

mo a batalha de Poitiers, a batalha de Najera e outras em que o principe Negro commandava, presagiando uma época em que na guerra a intelligencia, e não a força, decidiria a sorte das batalhas. Principia a revelar-se a tactica, a precisão das manobras, como capaz de vencer os numerosos batalhões; a guerro democratica mais uma vez se manifesta na sua incontroversa superioridade. Em Aljubarrota, como em Atoleiros, como em Trancoso, as massas compactas e firmes da infanteria resistem triumphalmente á carga do inimigo.

Descemos muito, temos sido o ludibrio da Europa, a nossa decadencia é miseranda e aviltante; apesar de tudo, gloria-se um homem de ser Portuguez, quando, folheando as nossas velhas chronicas, se lhe depara, resplandecente como os nomes mais gloriosos de que se ufana Roma, de que se ufana a França, este nome que por si vale um poema — Aljubarrota!

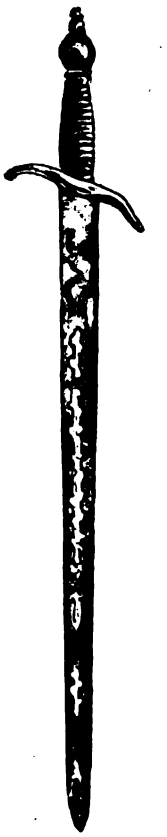
CAPITULO II

Invasão do condestavel em Castella.— Batalha de Valverde

Em tudo déra D. João I de Castella provas do acanhado espirito que o animava, e que fazia d'elle o homem menos capaz d'aspirar á conquista d'uma corôa. Sem tacto militar para prevenir a derrota; sem grande bravura pessoal para a fazer menos vergonhosa, sem constancia e sem pundonor para lhe remediar as consequencias desastrosas, vêmol-o, quando ainda a batalha não está de todo perdida, fugir do campo, acolher-se á villa da Santarem, desabafar em queixumes e imprecações, e afinal partir a toda a pressa por mar para Sevilha, sem curar dos seus fidalgos que desamparava, do seu exercito disperso, da sua frota consternada, sem deixar ordens a pessoa alguma, sem nomear um chefe, sem marcar um itinerario, um ponto de reunião ás tropas fugitivas, e sem fazer com o vencedor (já que não ousava tentar de novo a sorte das armas) uma convenção qualquer que o habilitasse a salvar as reliquias da sua hoste.

Pasma-se quando se nota negligencia tão profunda.

Os chefes castelhanos de Santarem, vendo-o assim partir á pressa sem dar ordens, sem pensar em coisa alguma, perguntaram-lhe que haviam de fazer. Defenderem-se, respondeu el-rei. A resposta era facil mas difficil o cumpril-a, quando o numeroso exercito castelhano se fundia todo como a neve no verão, quando não havia um corpo organisado, um chefe em torno do qual se reunissem, um pendão unico arvorado no centro d'alguma manga de homens d'armas. Fizeram-n'o elles sentir ao rei de Castella, e pediram-lhe que os dispensasse da menagem. El-rei dispensou-os, o que elle queria era fugir.



A ESPADA DO CONDESTAVEL

O exercito entretanto espalhava-se por toda a parte sem ordem nem direcção,

Digitized by Google

perdendo a cada instante soldados que cahiam aqui e além victimas do odio e da vingança dos lavradores que os apanhavam disseminados ou das Brites d'Almeida, que não faltavam ellas por essas povoações sertanejas, ainda que não adquiriram a fama, bem ou mal fundada, que em sorte coube á celebre padeira d'Aljubarrota.

O unico corpo de tropas que tinha uma tal ou qual organisação era o do mestre d'Alcantara, formado pelos ginetes que tinham estado durante a batalha atacando obstinadamente as bagagens, e que retiravam menos damnificados do que os seus restantes compatriotas. A este corpo de cavallaria se agruparam pelo caminho soldados dispersos, que procuravam, á sombra da bandeira do mestre, mais segura caminhada. Chegando a Santarem soube o mestre d'Alcantara que el-rei partira para Castella. Nem parou um instante. Atravessou o Tejo e partiu caminho da fronteira.

Havia muitos Castelhanos em Santarem, tanto de guarnição antiga como dos fugitivos da batalha, mas não tinham quem os commandasse, e a ultima esperança de resistencia fugira-lhes com o mestre d'Alcantara. Estavam n'essa villa prisioneiros tres dos mais notaveis fidalgos do partido do mestre d'Avíz, que, segundo vimos a seu tempo, tinham, durante o cêrco de Torres-Vedras, cahido nas mãos dos Castelhanos. Eram elles o mestre de Christo, Lopo Dias de Sousa, e o prior do Hospital, Alvaro Gonçalves Camello, e Rodrigo Alvares Pereira, irmão do Condestavel. A sua anciedade fôra grande quando souberam da derrota dos Castelhanos em Aljubarrota. Oscillantes entre o jubilo que sentiam pela victoria dos Portuguezes e a angustia que lhes era causada pelo receio de que o rei de Castella quizesse vingar-se d'elles matando-os ou levando-os comsigo, passaram horas dolorosas, emquanto succedeu na villa o tumulto das continuas sahidas e entradas dos Castelhanos. Mas, afinal, sabendo da passagem do mestre d'Alcantara, e do desamparo em que a villa ficára, ainda que cheia d'uma turba confusa de soldados sem commando, correram ás portas, e, juntando-se-lhe logo o povo em grande quantidade, começaram a erguer vivas a D. João I de Portugal, e morras aos Castelhanos scismaticos. Estes não curaram d'investigar a causa d'estes gritos, e, julgando que já era a vanguarda do exercito vencedor, fugiram desapoderadamente uns, e outros foram-se refugiar nas egrejas.

Não tardou a succeder o que elles com antecipação receiavam; D. João I e o condestavel appareceram ás portas de Santarem, e foram acolhidos com enthusiasmo. Aqui, deu provas D. João I d'aquella alta generosidade, que fez d'elle um dos vultos mais notaveis da Europa na edade média. Sabendo da situação precaria dos Castelhanos encerrados nas egrejas, sitiados pelo povo e sem mantimentos, mandou-lhes abrir as portas e ordenou que os deixassem sair livremente, e voltar para a sua terra. Que diverso procedimento não fôra o do rei de Castella quando, depois de passar a fronteira, decepára os pulsos dos prisioneiros portuguezes, e praticára crueldades de toda a laia! Em tudo se conhece a differença que vae entre um monarcha heroe, que ao seu valor deve a corôa, e pela sua grandeza d'alma a robustece e se mostra digno d'ella, e um homem vulgar, que possuindo-a por direito hereditario, está a pique de perdel-a por inepcia e covardia, e a avilta com crueldades, e a mancha com sangue innocente espargido sem remorsos.

Em Santarem quiz D. João I recompensar, de modo que satisfizesse a mais desmesurada ambição, mas sem pensar que a recompensa estivesse á altura dos

Digitized by Google

serviços que premiava, a fidelidade do seu intrepido condestavel. Offereceu a Nuno Alvares Pereira o condado de Ourem, que João Fernandes Andeiro tivera com o resto do apanagio que esse valido possuia. Doando-o assim em recompensa de tão nobres serviços, como que rehabilitava o titulo que fóra outr'ora a iniqua recompensa do adulterio.

Nuno Alvares Pereira acceitou a mercê, mas poz lhe uma condição: exigiu que o seu companheiro de armas lhe promettesse não fazer outro conde durante a sua vida toda. Este orgulho, que hoje acharíamos demasiado, quadra bem áquella altiva figura do condestavel, que cedia facilmente bens e riquezas, como fizera por occasião da passagem do conde D. Gonçalo para o serviço de D. João I, mas que timbrava em conservar no livro da nobreza um logar á parte, como o que a sua valente e integra espada talhou n'esse outro livro de nobreza mais alta, que a posteridade outhorga, e que a historia registra.

A recompensa, que pelo lado honorifico esta condição fazia enorme, não o era menos pelo lado pecuniario, porque o rendimento de Nuno Alvares Pereira subiu, com estas doações, a dezeseis mil dobras annuaes, somma considerabilissima para esse tempo. Effectivamente, além do condado de Ourem, com todos os annexos que João Fernandes Andeiro possuira, deu D. João I ao seu condestavel as villas de Borba, Villa-Viçosa, Extremoz, Evora-Monte, Portel, Montemór-o-Novo, Almada e Sacavem com os seus reguengos; o serviço real dos Judeus de Lisboa, Porto de Moz, Rabaçal, Bouças, Alvaiazere, e as terras de Pena de Basto e de Barroso, e as rendas e direitos que el-rei tinha em Silves e Loulé no Algarve. A recompensa era enormissima, e apesar d'isso ninguem a estranhou, tão formidaveis tinham sido tambem os serviços prestados pelo recompensado. Quem nunca se poude resignar a essas extraordinarias concessões foi o doutor João das Regras, que estas prodigalidades feriam a um tempo nos seus principios economicos e politicos, e na cordial desaffeição que ao condestavel consagrára.

Ia este comtudo mostrar immediatamente que nenhuma recompensa, por mais elevada que fosse, estava a par do seu merito. Acabando de colher virentes loiros na batalha de Aljubarrota, ia ceifar nova messe de corôas triumphaes no proprio coração de Castella.

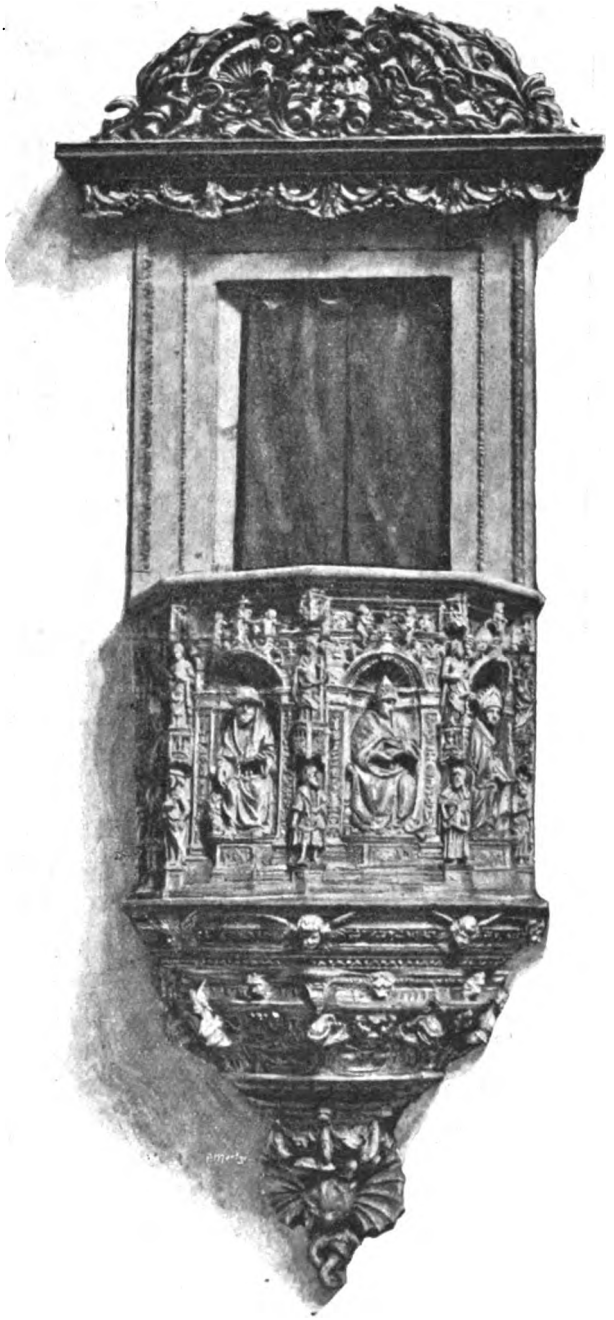
Espirito inquieto e sedento de gloria, o condestavel nunca se deixou enervar pelo triumpho. Ainda mal repousára das fadigas de Aljubarrota, e já pensava em transformar em guerra offensiva a guerra defensiva, que até ahi com tanto successo sustentara.

Diz Ayala que a invasão em Castella, invasão que vamos narrar, fôra feita por ordem d'el-rei. Fernão Lopes assevera que foi sem elle ter conhecimento de tal. N'uma coisa que diz respeito exclusivamente aos negocios internos do paiz, encostamo-nos de preferencia, como nos parece justo, ao chronista nosso compatriota.

Parece, por conseguinte, que, tendo o condestavel partido por ordem d'el-rei para a provincia do Alemtejo, de que continuava a ser fronteiro, pensára logo em não permanecer na defensiva e em pagar aos Castelhanos invasão com invasão. O momento era propicio. Castella estava sepultada em profunda afflicção e em mais profundo desalento. El-rei reunira côrtes em Valladolid, e pedira recursos em dinheiro e gente para se defender d'uma invasão provavel; mandára tambem pedir soccorros ao rei de França, seu antigo alliado. Nas fronteiras a desesperação era profunda, porque os habitantes viam a cada instante passando a raia os miseraveis restos d'esse

Digitized by Google

exercito tão florescente e numeroso, que entrára em Portugal com plena confiança na victoria. Pedirem-lhes novos



PULPITO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

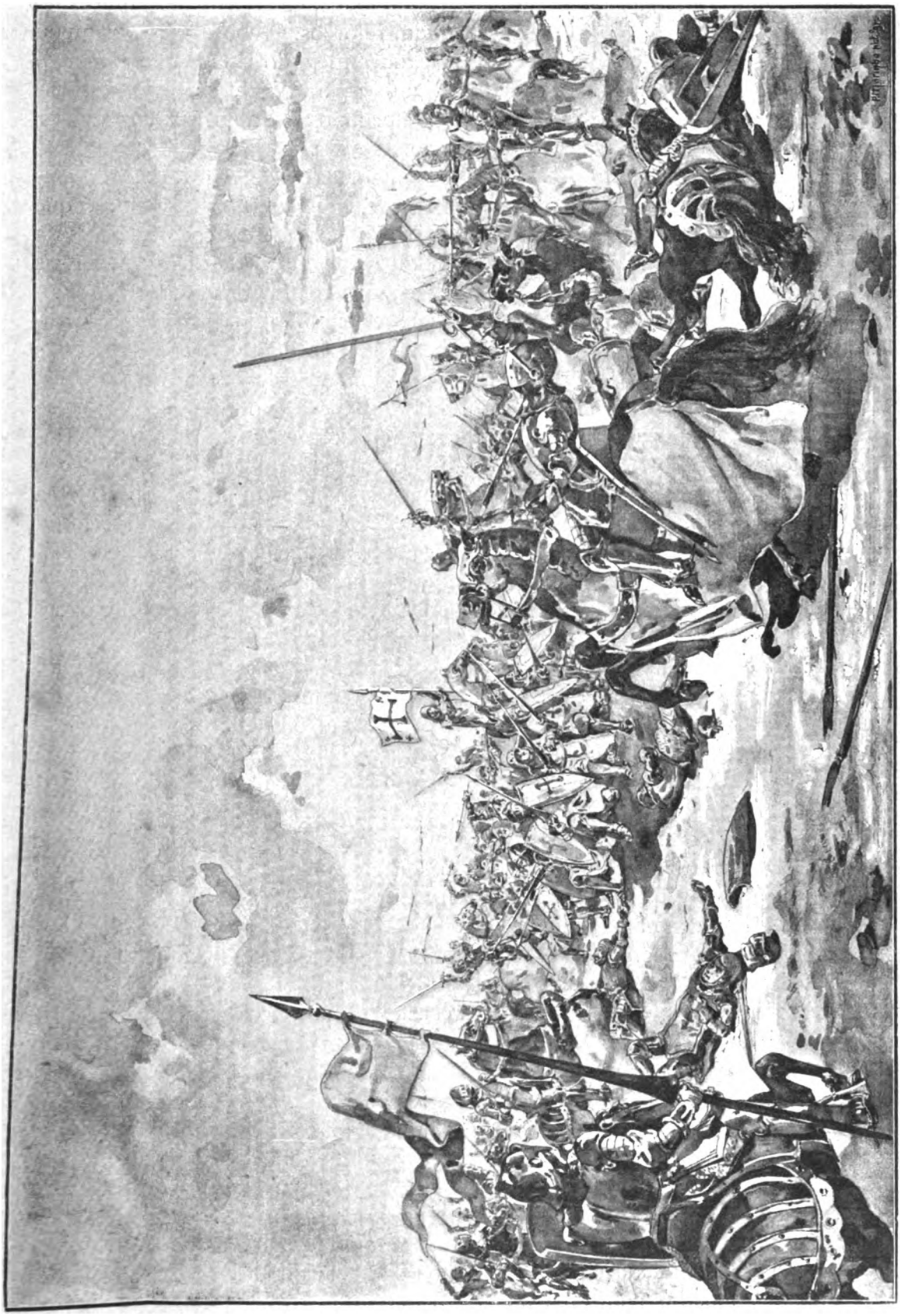
sacrificios em taes circumstancias era uma coisa que os exasperava, porque os ameaçava com uma guerra interminavel e fecunda em desastres.

Uma invasão em taes circumstancias, tinha todos os dados para ser feliz.

Havia porém outras circumstancias, que diminuiam as probabilidades de venturoso successo. Na fronteira do Guadiana estavam reunidos muitos fidalgos que não tinham combatido em Aljubarrota, e que, segundo o costume, censuravam, tudo quanto se fizera, e diziam que, se elles estivessem presentes, as coisas correriam d'outra maneira. Ora, Nuno Alvares Pereira, audacioso como sempre, e verdadeiro heroe de cavallaria do tempo, não avisára el-rei do que tencionava fazer, mas mandára dizer aos inimigos que os ia atacar. Elles, que ardiam em desejos de se medir com os Portuguezes, ou que, pelo menos, para sustentarem o seu dito, eram obrigados a mostrar-se ardidos e ousados, reuniram todas as suas forças e prepararam-se para recebel-o, annunciando, com uma fanfarronada legitimamente nacional, que iam dar emfim uma lição a esse flagello de Castelhanos, e que toda a sua pena era não vir com elle o rei d'Aviz, como chamavam ironicamente a D. João I de Portugal, para d'uma vez vingarem sobre esses dois suppostos heroes a affronta recebida pelo rei de Castella.

Estes fidalgos, que assim blasonaram das suas façanhas antes de as praticarem, eram, entre outros, D. João Affonso de Guzman, conde de Niebla; D. Gastão de Lacerda, conde de Dedina; D. Pedro Munos, mestre de Santhiago, D. Martin Annes de Barbuda, portuguez que o rei de Castella fizera mestre d'Alcantara em substituição de D. Pedro Alvares Pereira, morto em Aljubarrota; outros dois portuguezes, Fernão Gonçalves e Gonçalo Rodrigues de Sousa: D. Gonçalo Nunes de Guzman, mestre de Calatrava; D. Pedro Ponce de Leon, senhor de Marchena; D. Affonso Fernandes de Aguilar, e seus irmãos; Martim Affonso Portocarrero e os da casa dos Vinte e

Digitized by Google



BATALHA DOS ATOLEIROS

Digitized by Google

Quatro de Sevilha que traziam o pendão da cidade.

Á testa de mil lanças, dois mil peões, e um punhado de bésteiros entrou o condestavel pela fronteira de Badajoz. Este pequeno exercito marchava em perfeita ordem. Bem sabia Nuno Alvares que á disciplina dos seus devera a maior parte dos successos que obtivera. A vanguarda commandava-a elle, como sempre; confiára a rectaguarda ao prior do Hospital, uma das alas a Gonçalo Eanes Castel-Vide, a outra a Martim Affonso de Mello, bagagem no centro e bésteiros e peões convenientemente distribuidos. Assim entrou até onze leguas pelo interior de Castella. Sahiu-lhe então ao encontro Martim Annes de Barbuda, mas retirou sem combater, refugiando-se na serra, e deixando-o tomar posse do castello de Villa-Garcia, que os defensores tinham abandonado.

Em Villa-Garcia recebeu o condestavel um arauto que o vinha desafiar da parte de todos os fidalgos castelhanos que estavam por aquelles sitios reunidos, e apresentar-lhe ao mesmo tempo, tambem da parte d'elles, um feixe de varas, como que dizendo-lhe que tencionavam castigal-o. O condestavel recebeu imperturbavel o recado, mandou dar cem dobras ao mensageiro, e respondeu com muita graciosa amabilidade que agradecia infinitamente tanto o desafio com o feixe de varas, que não deixaria d'approveitar dentro em pouco, indo com ellas fustigal-os a todos. Os Castelhanos não tinham de que se queixar; o condestavel percebera-lhes o symbolo, e devolvia-lhes uma explicação de sua lavra.

Internou-se mais o condestavel em Castella, e, subindo duas leguas acima de Merida, foi na direcção d'uma aldeia chamada Valverde, que as armas portuguezas tinham d'illustrar com uma nova victoria. Seguiam-n'o passo a passo, mas de longe, os Castelhanos, que esperavam reforços. O condestavel acampou a legua e meia do Guadiana; o inimigo dirigiu-se para Valverde, onde esperava impedir os Portuguezes d'atravessar o rio.

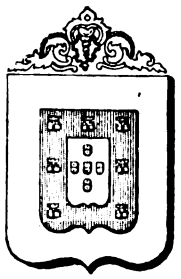
Tinham os Castelhanos recebido emfim os reforços que esperavam, e que consistiam em numerosos populares da Andaluzia, e até do Aragão. As forças que então se juntaram, segundo o uniforme testemunho dos chronistas portuguezes e castelhanos, eram superiores ás que tinham pelejado em Aljubarrota. Fernão Lopes, sempre tão escrupuloso em evitar exagerações, avalia-as em trinta e tres mil homens. O condestavel contaria. qnando muito cinco mil. Uma differença comtudo havia, toda em favor dos Portuguezes, e era que os inimigos em Aljubarrota eram bons, valentes e experimentados soldados, era a flôr da nobreza, o escol da cavallaria; em Valverde o grande numero dos inimigos compunha-se de lavradores juntos á pressa, e que tremiam só d'ouvirem proferir o nome do condestavel. Além disso faltava, como faltava em Aljubarrota, mais ainda do que em Aljubarrota, a unidade do commando: ciumes e rivalidades dividiam os chefes. Os Castelhanos desconfiavam do mestre d'Alcantara, por elle ser Portuguez, ou chamorro como diziam; o mestre d'Alcantara despresava-os; mas em todo o caso a desproporção numerica era formidavel: os Castelhanos, apesar de terem commettido a imprudencia de se fraccionarem, sempre envolviam completamente os soldados do condestavel, de fórma que, diz Fernão Lopes, «pareciam os Portuguezes em meio dos inimigos uma pequena eira em um espaçoso campo.[1]» A batalha de Valverde é uma d'aquellas homericas scenas, dean-

[1] *Chronica de D. João I,* Parte II, cap. 56. pag. 149.

Digitized by Google

te das quaes pára suspensa a historia.

Marchou a hoste portugueza bem unida e bem formada em direcção a Valverde, afim de passar o Guadiana. O inimigo dividira-se: uma parte das tropas atravessára o rio e collocára-se na margem opposta; os restantes conservaram-se do lado por onde vinha o condestavel para o impedirem de passar. O plano do inimigo parecia ser, quando o condestavel atravessasse o rio, mettel-o, como hoje diriamos, entre dois fogos; porque d'um lado lhe picariam a rectaguarda, do outro lançariam ao Guadiana a vanguarda n'essa difficilima operação da passagem do rio. Com o seu grande tacto militar percebeu-os Nuno Alvares, e sem hesitar ideou o seu plano. Com o seu pequeno exercito formado em massa compacta, na disposição em que sempre marchára, bagagens no centro, atravessou impetuoso como um javali a massa dos inimigos que d'esse lado se lhe oppunha. Deixaram-n'o passar depois d'um breve combate, tanto porque era esse o plano, como porque os lavradores arremettiam de má vontade contra esse homem terrivel, contra esse novo Cid que se chamava Nuno Alvares. Chegando á beira do rio, o condestavel deixou ficar a rectaguarda guardando as bagagens e contendo o inimigo, e com a vanguarda atravessou. Debalde os Castelhanos da margem fronteira, que eram dez mil, procuraram oppôr-se-lhe; o desembarque custou muitas vidas aos Portuguezes, mas effectuou-se. Deixando a vanguarda em posição, defendendo a praia contra a turba castelhana, atravessa de novo D. Nuno o rio, passa com as bagagens, volta a buscar a rectaguarda que os Castelhanos debalde feriam de longe com pedradas e settas. Em pouco tempo está o exercito portuguez todo na margem opposta. Ahi o combate é mais vivo, os Castelhanos não se deixaram repellir facilmente. Desalojados emfim, reunem-se n'um cabeço proximo; o condestavel marcha contra elles e de novo os saco-de das penhas em que se abrigam; repete o mesmo assalto feliz contra segundo e terceiro outeiro, porém, os castelhanos multiplicam-se.



Brazão de armas da villa de Arrayollos

Sem ordem sim, porém numerosos *como as ervas dos campos* (phrase de Fernão Lopes) afogam a cada momento na sua massa tumultuosa e oscillante a pequena hoste portugueza. Lançando os olhos para traz, vê o novo conde d'Ourem a sua rectaguarda em grande perigo; corre a ella, desembaraça-a com o prestigio da sua presença, com a energia da sua voz: Gil Fernandes (o d'Elvas) sempre heroico e sempre descontente, depois de pelejar como um leão, não se póde eximir a dizer ao condestavel duas palavras desagradaveis por ter deixado a rectaguarda em tanto risco; sem lhe responder, Nuno Alvares torna á vanguarda que se acha empenhada em combate desegual com a flôr da cavallaria inimiga, consegue fazel-a avançar a custo, semeando o caminho de mortos e de feridos. Os Portuguezes, electrisados pelo exemplo do seu chefe, combatem como leões, e, ufanos do prestigio que a victoria constante ás suas bandeiras imprime, chacoteiam dos inimigos, e dirigem-lhes a um tempo tiros de settas e de motejos. A rectaguarda está de novo em perigo, e de novo lá corre o condestavel, e chega um momento em que está quasi a perder a esperança; os seus esforços sobr'humanos, os esforços sobr'humanos dos soldados que o acompanham não conseguem dissipar essa nuvem d'inimigos que os envolve, demolir essa barreira viva que por toda a parte

Digitized by Google

os rodeia. Então passa-se uma scena que recorda as singellas lendas do christianismo primitivo.

Os portuguezes debalde procuram o seu chefe, não o encontram, começam a espantar-se, a desanimar. Alguns cavalleiros vão afinal encontral-o entre dois penhascos resando com fervor; mudo e abatido, a dois passos, o seu pagem de lança tem á mão o seu corcel de combate. Os cavalleiros, que o buscavam, querem interrompel-o; elle faz-lhes com a mão um signal que os suspende, e acaba a sua oração. Ergue-se então radiante, corre á sua hoste e firma de novo as vacillantes fileiras «Ávante, diz elle, um contra quatro!» Animados por este brado sublime de temeraria ousadia, os Portuguezes rompem, derrubando tudo o que se lhes oppõe: mas lá tremúla ao longe o pendão do mestre de S. Thiago; é a flôr do exercito inimigo que vem esmagar no seu formidavel embate a columna portugueza. O combate é furioso; emfim o mestre de Santhiago cae morto, a sua hoste dispersa-se; o mestre de Alcantara (Martim Annes Barbuda, Portuguez) quer voltar á carga com os que restam, os outros chefes desdenham reunir-se-lhe, os vinte e quatro de Sevilha, seguidos pelos contingentes da Andaluzia, debandam; destroçam os lavradores da Mancha, os pobres Aragonezes; a nobreza retira-se, uns para aqui, outros para além, sem união na fuga, sem união no combate, e os portuguezes dizimados, mas muito principalmente fatigados por essa lucta vertiginosa, cantam emfim victoria, uma victoria maravilhosa, e saudam com brados clamorosos o seu heroico chefe, que n'esse dia se multiplicara, que fizera prodigios de valor, que apparecêra em toda a parte sempre radiante, sempre invencivel, e a cuja constancia indomavel se devêra o triumpho obtido ao cabo de tão estupenda peleja.

Orgulhoso com o successo, Nuno Alvares retirou para Portugal, e os Castelhanos, escarmentados, mal ousavam contar esta incrivel derrota. «Que tal vos déstes com o condestavel? perguntavam alguns a um Fernão Rodrigues de Sousa, chistoso portuguez, e que servia a bandeira de Castella.» —Mui bem, respondeu elle, fomos-lhe offerecer aquelle cordeiro sem macula em sacrificio, e tornámo-nos para casa[1].»

Effectivamente parecia que os Castelhanos tinham successivamente apresentado em holocausto as differentes fracções da sua hoste á espada terrivel do condestavel. Mas era ainda assim tão numeroso o exercito, que essas mesmas fracções como que absorviam em si a pequena phalange portugueza. Fôra uma batalha de gigantes; lembrava essas pelejas homericas, em que o invencivel Achilles, só com o seu divino gladio, prostrava em torno do seu carro bellico as phalanges troyanas, essas pelejas miraculosas e legendarias em que um anjo invisivel, estendendo a mão, derriba por terra os batalhões, como o vento acama as cerradas espigas dos trigaes.

A victoria deveu-se em grande parte ao prestigio de Aljubarrota. Tão numerosos, os Castelhanos mal ousaram approximar-se dos adversarios, e, se n'um momento apertavam mais a limitada hoste, bastava que apparecesse o condestavel para que a sua espada flammejante em torno de si e dos seus traçasse um largo circulo. Além d'isso, as massas tumultuosas dos Castelhanos eram de qualidade muito inferior ás de Aljubarrota. Lavradores aggregados á pressa compunham a sua força principal: depois, não havia commando, e em troca havia rivalidades nos chefes. Finalmente, a admiravel disciplina dos Por-

[1] Fernão Lopes, Chronica d'el-rei D. João I. T. II, cap. 58, pag. 156.

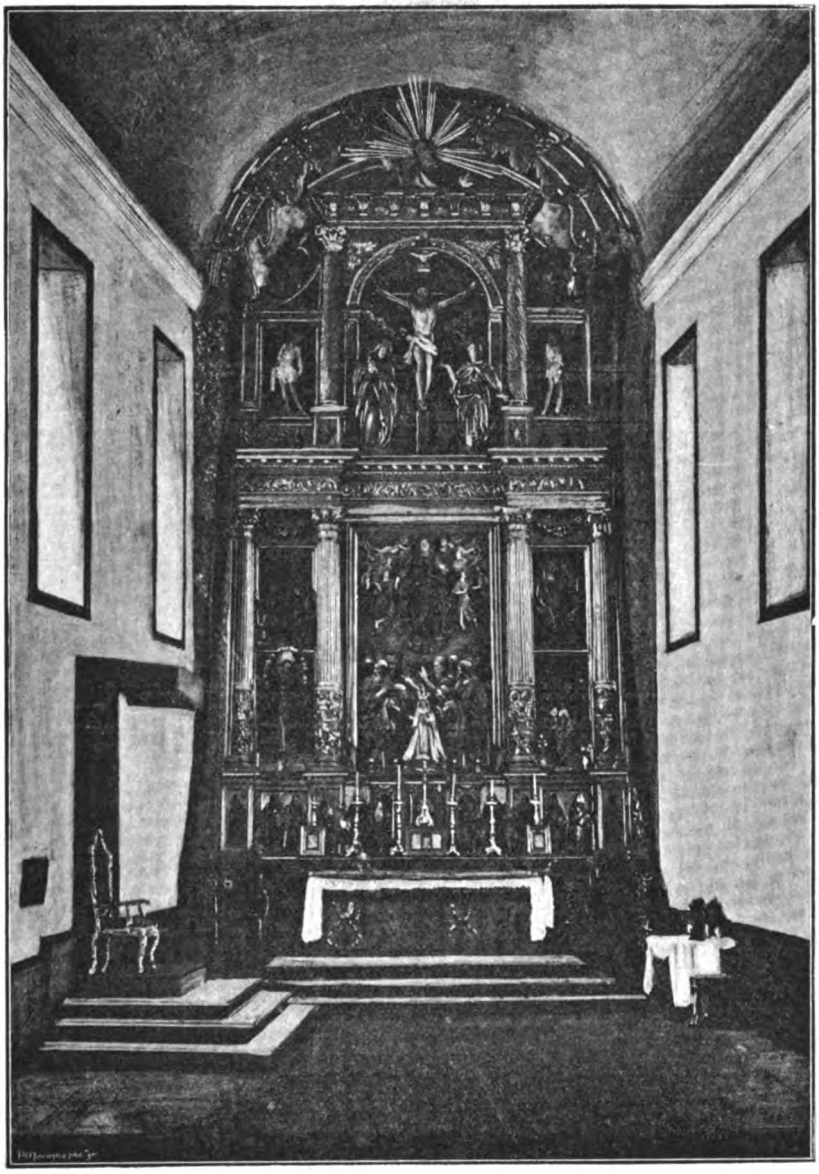
Digitized by Google

tuguezes devia incontestavelmente assegurar-lhes a victoria. Nas circumstancias mais criticas, nem um soldado sahiu das fileiras! Atravessando o rio em tão perigosas condições, não perderam nem sequer uma carga das bagagens. Unidos e compactos, fazendo frente para todos os lados, demoliam as massas sempre recrescentes dos Castelhanos, como o incansavel ariete allue as muralhas, as fortalezas, contra as quaes vibra as suas derrocadoras marradas.

«O terror da derrota de Aljubarrota, diz Schœffer, pesava ainda sobre os Castelhanos e paralysava-lhes os movimentos, emquanto a esse nome o Portuguez brandia as armas cheio de esperança e de orgulho. Loiros immortaes pertencem tambem ao vencedor de Valverde. Antes que o reino de Castella se podesse recobrar do golpe de Aljubarrota, segundo golpe a feriu, que fez correr menos sangue do que o primeiro, mas que actuou egualmente sobre a opinião publica. Valverde sôa tão tristemente aos ouvidos castelhanos, é invocado com tanto orgulho pelo Portuguez como Aljubarrota[1].»

[1] *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 378.

Effectivamente nos chronistas castelhanos se encontram os vestigios da impressão profunda que este segundo desastre lhes produziu[1]. Subiu ao seu auge pelo contrario a exaltação dos Portuguezes.



ALTAR-MÓR DA SÉ DE MIRANDA DO DOURO

Que nação adquiriu nunca, em tão criticas circumstancias, gloria mais bella? Tão pequena, tão dividida, em pou-

[1] «*E esta fue uma grand disaventura entre todas las otras que acaecieron en esta guerra despues que fue començada!* Ayala ann. 1385, cap. 18, pag. 240.

Digitized by Google

co mais de um anno, além de victorias parciaes, de tomadas de castellos, da heroica defeza de praças, ganha quatro batalhas campaes, sempre com enorme desproporção de forças, contra um inimigo poderoso e aguerrido! Nos fastos da nossa historia resplendem, como quatro luzeiros de uma constellação gloriosa, os nomes de Atoleiros, Trancoso, Aljubarrota e Valverde![1]

CAPITULO III

Novas invasões em Castella.— Vinda do duque de Lancaster.— Conclusão da guerra da Independencia

STAS successivas victorias tinham dado aos Portuguezes tal confiança em si e inspirado aos Castelhanos tanto desalento, que não havia cousa que os nossos não achassem possivel, nem temeridade que o successo não justificasse. Viera de Lisboa um tal Antão Vasques para guerrear á sombra das bandeiras do condestavel. Quando chegou a Extremoz, achou-o já partido, reuniu então elle uns quatrocentos homens, nos quaes se contavam apenas dezeseis lanças, sendo o resto peões e bésteiros, e entrou por Castella. Tomou villas e Castellos; poz outras a resgate, e sabendo que, de volta para Portugal, o esperavam os inimigos em numero de oitocentos, fortificados n'um monte, marchou tranquillamente contra elles, galgou a encosta, desalojou-os, dispersou-os, e regressou vagarosamente a Portugal, trazendo adiante de si um rebanho de quatro mil ovelhas, cinco mil vaccas, e mil porcos, tal era o denodo que animava então todos os soldados do heroico mestre de Aviz!

Entretanto D. João I em Santarem, quasi sem dar um passo, colhia a cada instante os fructos da victoria de Aljubarrota. As praças que elle em vão cercára antecedentemente, rendiam-se-lhe agora sem que elle apparecesse diante dos seus muros. Dos seus alcaides uns fugiam para Castella, outros vinham aggregar-se ao seu partido, como fez por exemplo o conde de Ceia, D. Henrique Manuel, que entregou Cintra, e se reconheceu vassallo do rei de Portugal.

Em Roma subira ao solio pontifical, depois da morte de Urbuno VI, o papa Bonifacio IX, e este promulgára uma bulla em que desligava todos os alcaides que tinham voz pelo rei de Castella do juramento de fidelidade que lhe tivessem feito, por isso que elle era heretico e schismatico, visto seguir o partido do antipapa d'Avignon. Os raios dimanados da cidade santa, da capital do catholicismo, não assombraram os alcaides que mantiveram a sua voz por Castella, mas os relampagos da espada do vencedor d'Aljubarrota bastaram para que todos elles abrissem as portas das suas fortalezas, completamente abatidos por tão maravilhosa victoria. Assim se entregaram logo Torres Vedras, Torres-Novas, Alemquer, Obidos, Monforte, Crato, Villa Viçosa, Mourão, etc.

El-rei, antes da batalha, fizera, como homem religioso, diversos votos e promessas para que Deus lhe concedesse a

[2] Atoleiros, abril de 1384; Trancoso, julho de 1385; Aljubarrota, agosto de 1385; Valverde, outubro de 1385.

Digitized by Google

victoria. Daremos conta d'elles á medida que assistirmos ao seu cumprimento. O primeiro que elle cumpriu foi o de uma romaria a Santa Maria de Oliveira em Guimarães. Partiu de Santarem para o Porto, de passagem tomou posse de Leiria, onde encontrou muitas das joias da rainha D. Leonor, e do Porto foi a Guimarães cumprir a sua promessa. Satisfeitos assim os seus deveres religiosos, tratou de cumprir os seus deveres de soberano, e passou a Traz-os-Montes afim de render algumas praças que tinham voz por Castella, e das quaes a principal era Chaves defendida por Martim Gonçalves de Athayde, casado com D. Mecia de Coutinho, irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, um dos defensores de Trancoso.

Foi por esta occasião que elle recebeu do condestavel a participação da victoria de Valverde, e ao mesmo tempo a supplica do vencedor, que lhe rogava que lhe perdoasse o ter entrado por Castella sem prévia licença sua. Estas heroicas desobediencias são das que se premeiam em vez de se punirem, e assim lhe respondeu D. João I, enviando-lhe juntatamente com o *bill d'indemnidade,* como hoje diriamos, o titulo de conde de Barcellos. As mercês accumulavam-se á porfia sobre essa gloriosa cabeça, que vergava já ao peso dos loiros.

Marchou D. João I contra Chaves. Intimada para se render respondeu a villa assestando nos muros os trons e os engenhos, retesando as cordas dos arcos dos seus bésteiros nas setteiras da fortaleza, e eriçando de lanças os peitoris das muralhas. El-rei pôz-lhe cêrco então em regra. Como a villa colhia agua do Tamega, que lhe ficava um pouco distante, el-rei mandou levantar junto do rio uma bastida ou castello de madeira mais alto que a muralha sitiada, d'onde se crivavam de settas os defensores da fortaleza, e que ao mesmo tempo os impedia de irem buscar agua ao rio. Começaram pois a sentir-se em Chaves os horrores da sêde. El-rei, com uma galanteria digna de Henrique IV de França, mandava todos os dias um cantaro d'agua a D. Mecia Coutinho para seu uso especial. Não sabemos se esse cantaro chegou para mais alguem, em todo o caso o natural era que não fizesse senão aguçar a sêde aos que viam chegar todos os dias a pequena ração de liquido.

N'esta extremidade, fizeram um esforço resoluto, e, n'uma feliz sortida, queimaram o castello de madeira. Tendo o Tamega livre, e, não receiando já os horrores da sêde, Chaves cobrou animo para mais larga defeza, e D. João I viu-se obrigado a mandar pedir soccorros a Lisboa, e a chamar a si os fidalgos dos logares circumvisinhos.

Recebeu elle n'essa occasião uma nova que o encheu de jubilo. Chegou a Lisboa um cavalleiro inglez portador d'uma carta do duque de Lancaster, em que lhe annunciava a sua proxima vinda á Peninsula para sustentar os direitos de sua mulher á corôa de Castella, e em que ao mesmo tempo lhe pedia que lhe enviasse navios de transporte. Logo tratou d'isso D. João I, e fez partir do porto de Lisboa para Inglaterra seis navios, e doze galés commandadas por Affonso Furtado. Isto succedia já em 1386. Como estão mudados os tempos! N'essa epoca eramos nós que forneciamos os Inglezes de navios de transporte!

Trataram logo em Lisboa de acceder aos desejos do seu rei predilecto, e a camara deu as ordens necessarias para que se aprestasse d'um modo completo e até certo ponto pomposo o soccorro que havia de ir a Chaves. Oiçamos Fernão Lopes, porque a sua relação nos dá noticia dos usos militares d'esse tempo.

«...Logo por todos foi accordado,

Digitized by Google

diz o velho chronista, que por serviço d'el-rei e honra da cidade lhe enviassem trigosamente duzentas e dez lanças bem corregidas, as duzentas da cidade, e as dez da villa de Cintra que então era seu termo, e duzentos e cincoenta bésteiros, e duzentos homens de pé, que fosse por capitão d'estas gentes, com a bandeira da cidade, de que era alferes, Gonçalo Vasques Carregueiro, e Estevam Vasques Filippe, anadel-mór de todo o reino[1], e que levasse dois trombetas, e trez alveitares, e dois ferradores, e dois selleiros, e dois correeiros e um jogral, e todos pagos por trez mezes, a saber Março, Abril e Maio, a trezentas libras cada lança por aquelle tempo, as duzentas e setenta em dinheiro e as trinta libras lhe davam em panno para todos irem de uma libré[2], pela guisa que foi accordado, e assim pagaram aos que iam de Cintra em companhia da bandeira da cidade, e a cada bésteiro davam vinte e cinco libras por mez, que eram cinco dobras, e a cada homem de pé vinte, que eram quatro, e ordenaram que déssem a Estevam Vasques, por motivo da sua caudelaria, para compra de bestas para ir honradamente, como cumpria, cinco mil dobras, valendo então a dobra a cinco libras, e deram a Sylvestre Esteves procurador da cidade, que ia com elles, certos dinheiros, que levasse em deposito para dar a inculcas se mister fosse, e outras taes coisas d'avisamento, e ordenaram mais entre si aquelles de cavallo que haviam d'ir que levassem senhos *LL*[3] de prata ao collo em cima da libré que haviam de levar, e que cada um mandasse fazer o seu o mais loução que podesse; e assim os mandaram fazer logo á pressa, e d'elles os faziam de oiro com pedras, e eram todos tamanhos como um comprido dedo[1].»

Juntamente com estas tropas concelheiras de Lisboa chegou tambem deante de Chaves o condestavel vindo do Alemtejo, e logo em seguida os fidalgos das visinhanças. Apertado então o cêrco da praça, viu-se Martim Gonçalves de Athayde obrigado a capitular depois d'um prolongado assedio. Rendeu-se por conseguinte, estabelecendo, primeiro que tudo, como condição, que só entregaria a praça no caso de não ser no praso de quarenta dias soccorrido por el-rei de Castella, a quem enviou mensageiros para lhe darem noticia do que se passava.

El-rei de Castella estava então muito pouco em estado de o soccorrer: as duas derrotas de Aljubarrota e Valverde tinham completamente arrasado o exercito que poderia ajuntar; as côrtes de Valladolid, ainda que dispostas a sacrificios, não podiam comtudo vencer a repugnancia que o povo mostrava por tão desastrosa guerra. Fiava-se muito el-rei nos soccorros que lhe haviam de vir de França.

Reinava n'esse paiz o joven rei Carlos VI, que tão celebre se havia de tornar pelas suas terriveis desventuras. Muito novo ainda, bem que já declarado legalmente maior, deixava ainda o governo nas mãos dos seus tios, duques de Borgonha e de Bérry, e nas do duque de Bourbon. O momento era bem escolhido para se conseguir que elle auxiliasse D. João de Castella. As armas francezas tinham triumphado dos Flamengos revoltados contra o seu senhor duque de Borgonha, Philippe o audacioso, e no jubilo da victoria Carlos VI devia estar bem disposto a soccorrer um alliado infeliz. Com effeito a resposta

[1] Anadel-mór era o chefe supremo dos bésteiros de conto.

[2] Era já como que uma tentativa de uniforme.

[3] Estes *LL*, eram a letra inicial de Lisboa.

[1] *Chronica d'el-rei D. João I*, p. II, cap. 66, pag. 170.

Digitized by Google

que deu aos mensageiros foi das mais favoraveis. Prometteu um auxilio de cem mil francos de oiro e de mil lanças. Infelizmente um pensamento egoista veiu transtornar esses generosos planos. Soube-se em Pariz que o duque de Lancaster tencionava passar a Hespanha; logo os duques se lembraram de que era melhor atacarem a Inglaterra, privada d'um dos seus melhores generaes e de muitos bons soldados, do que soccorrerem Castella. Oiçâmos a este respeito o barão de Barante:

«Assim pacificada Flandres, pensou o duque de Borgonha em cumprir o grande projecto de desembarcar em Inglaterra com terrivel apparato bellico. Um motivo novo, accrescentando-se ao ardor do joven rei e de todos os seus cavalleiros, apressava a execução de tantos compromissos, tomados d'um modo tão publico. O duque de Lancaster ia fazer uma grande expedição a Hespanha contra o rei de Castella, o mais poderoso e o mais fiel alliado da França. Retomaram-se por conseguinte os preparativos, e nunca um paiz se preparou para a guerra com mais solemnidade e despeza; novos impostos, e maiores do que nunca se tinham exigido n'esses ultimos cem annos, foram lançados a toda a casta de pessoas, a cada villa, a cada cidade, a cada aldeia campesina. Muitas pessoas eram taxadas no terço ou no quarto das suas posses; havia mesmo algumas a que se pedia mais do que tinham[1].»

Esta expedição impediu por conseguinte o rei de França de valer ao seu alliado. Só depois, como veremos, em 1387, pensou o rei de França em enviar o soccorro promettido, que foi commandado pelo duque de Bourbon, e pelos sires de Lignac e de Passac.

EANNES DE AZURARA

O papa Clemente, de Avignon enviára ao rei de Castella uma carta cheia de

[1] Esta expedição, que nenhum resultado deu de si, é notavel pela presumpçosa magnificencia com que foi levada a effeito. Gorou por motivo de rivalidades de chefes, de má vontade d'uns, de falta de energia do rei, de falta de habilidade militar de todos. Daremos, para curiosidade do leitor, algumas particularidades das que Barante relata:

«Foram convocados todos os fidalgos, até os mais distantes. Os aliados da França foram convidados a unir-se tambem ao exercito. Reuniram-se navios em toda a costa maritima, desde Cadiz até á Prussia. Mas os Hollandezes e os Zelandezes não davam os seus senão por bom preço, e pago á vista em dinheiro de contado. Os habitantes de Ziriczée na Zelandia até recusaram auxiliar em coisa alguma qualquer expedição contra os Inglezes.

«Emfim nunca se vira uma frota assim na Christandade: tanto que se contava já em setembro de 1386 mil e duzentos e oitenta e sete navios no porto de L'Ecluse. O condestavel, pela sua parte, reuniu outra

Digitized by Google

consolações e de bençãos; mas nem as bençãos e consolações do anti-papa nem as promessas do rei de França serviam ao rei castelhano para soccorrer Chaves; por isso respondeu ao mensageiro de Martim Gonçalves de Athayde, agradecendo os bons serviços que este lhe prestára, e permittindo-lhe que rendesse a praça, o que elle effectivamente fez. A villa de Chaves foi então dada pelo rei de Portugal ao seu predilecto condestavel.

Este exercia no animo do rei uma influencia indisputavel. O seu valor, o seu genio militar, a nobreza do seu caracter, e a austeridade dos seus costumes, tudo o tornava sympathico ao rei de Portugal, que essas mesmas qualidades possuia em subido gráo. Sempre mantenedor da disciplina, o Condestavel não quiz consentir que mulher alguma acompanhasse os seus soldados, medida que sublevou contra elle os animos, porém que não deixou por isso de manter severamente. Partindo a unir-se a el-rei, pediu-lhe que tornasse geral a medida, senão seria illusoria a sua ordem; el-rei condescendeu immediatamente, e dizia sorrindo que ao Condestavel se deviam tadas as virtudes que se praticavam no exercito.

Tomada Chaves, logo Bragança se rendeu, receiosa de egual destino, e tendo assim com a sua voz a maior parte das praças de Traz-os-Montes, intentou D. João I fazer em Castella a projectada invasão, e passar para isso á Beira, por cuja raia tencionava entrar em Castella. Antes d'isto passou revista em Valença ás suas tropas, e achou que contava quatro mil e quinhentas lanças, ou vinte e tantos mil homens, o maior exercito que nunca até então em Portugal se levantára. Com um exercito assim numeroso, e com chefes como o condestavel, não julgava D. João I impossivel esbulhar da corôa hereditaria o seu desventurado competidor.

Passando por Almeida com o desejo de entrar depressa em Castella, não pensava D. João I em tomar essa praça, que ainda tinha voz pelo inimigo; mas os seus entraram a escaramuçar com os da praça por causa de umas colmeias que estavam cêrca do muro, que os de fóra queriam tomar, e que os de dentro defendiam. Pouco a pouco foi-se envolvendo na contenda o exercito todo, até que D. João I, que ao principio quizera suster o impeto dos seus, achou melhor auxilial-o, e tomar a praça de assalto como effectivamente tomou.

Apesar de ser agora o seu exercito tão numeroso, a campanha pelo rei de Portugal emprehendida devia ser muito menos venturosa do que as antecedentes feitas com tão poucas tropas, como se a Provideucia, favorecendo-o emquanto

---

esquadra em Trêguier, na Bretanha. Tudo se fazia com tal grandeza que até se chegou a fabricar uma cidade de madeira, que devia ser transportada para Inglaterra, e cujas peças todas se podiam aggregar, afim de se alojarem quando lá chegassem. Cada fidalgo rivalisava em magnificencia nas provisões que mettia a bordo, e sobretudo no ornamento dos navios que lhe eram destinados. Não se viam senão pinturas e doirados na mastreação; tudo eram brazões e divisas; as velas eram da côr distinctiva de cada cavalleiro; as bandeiras, os pavilhões, os guiões de ricos estofos fluctuavam ao vento. Dizia-se que o sire de la Trémouille gastára mais de dois mil francos em embellesar o seu navio. Mas nada chegava ao navio do duque de Borgonha. Era todo pintado por fôra d'ouro e azul. N'elle se viam cinco grandes bandeiras com as armas do ducado de Borgonha, do condado de Flandres, do condado de Artois, do condado de Rhétel, e do condado de Borgonha; quatro pavilhões do mar com fundo azul e cauda branca; tres mil estandartes com a divisa do duque; fôra sem duvida tomada para essa circumstancia, mas sempre a conservou: era a seguinte: «Tarda-me». Tambem a tinham bordado a oiro nas velas, com boninas em torno.» *Histoire des ducs de Borgogne*, t. I, livr. II, pag. 249 a 251. (Edição de Bruxellas.)

Esta pomposa expedição desfez-se como seculos depois se desfez a expedição de Bolonha, emprehendida por Napoleão.

Os preparativos do grande imperador foram malogrados pela guerra continental, os do joven Carlos VI pela incuria e pelo mesmo fausto dos seus. Parece que um genio maritimo garante á Inglaterra a inviolabilidade das suas praias.

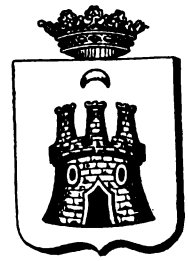
Digitized by Google

se tratava de uma causa justa, a defeza da patria, o desemparasse quando d'aggredido passava a aggressor, e transformava a defeza justa em injusta aggressão. Logo se começaram a sentir na sua hoste os effeitos da rivalidade entre os chefes; as merçês, realmente demasiadas, não em relação ao merito do recompensado, mas em relação ás riquezas do paiz, que o rei accumulava na cabeça do condestavel, tinham creado a este invejosos, e o mesmo Martim Vasques da Cunha, o heroe de Trancoso, não via com bons olhos essa elevação inaudita de um simples vassallo.

Marchando por tres sitios differentes, reuniram-se el-rei, o condestavel, e Martim Vasques da Cunha defronte de Coria, a que pozeram cêrco. D. Nuno Alvares Pereira não era muito de parecer que se perdesse tempo em assedios de praças, e, como o seu espirito franco e ousado não costumava estar com contemplações, habituado além d'isso á muita liberdade que el-rei lhe concedia, não só formulava alto e bom som as suas opiniões, mas até mesmo, quando se tratou de dar assalto, ficou immovel com a sua hoste, sem entrar em combate. Ousadia era esta que transpunha effectivamente todos os limites, e não seremos nós que desculparemos o condestavel, ou procuraremos attenuar-lhe os defeitos, filhos do excesso dos seus mesmos predicados. Andou mal o condestavel, e el-rei mostrou-se com razão descontente, tanto mais quanto o assalto foi repellido, apesar dos prodigios de valor operados pelos Portuguezes; e não devemos negar, que, posto que a ausencia completa de engenhos de cêrco devesse tornar sempre difficultosa a tomada da praça, á inacção de D. Nuno se deve em grande parte attribuir o máo exito do assalto.

El-rei, sem accusar directamente o seu irmão de armas, mostrou-se queixoso do succedido, e disse á noite suspirando: Ah! que falta fizeram hoje os cavalleiros da Tavola Redonda! Não pôde supportar a accusação o brioso e cavalheiresco Mem Rodrigues de Vasconcellos, commandante em Aljubarrota da ala dos namarados, e respondeu logo:

«Não sei porque vos queixaes; aqui temos nós Martim Vasques da Cunha que vale bem Galaad, Gonçalo Vasques Coutinho pede meças a Tristram, Lancelot é bem substituido por João Fernandes Pacheco, e eu creio que posso competir com o bom cavalleiro Key. Não nos faltaram cavalleiros, continuou Mem Rodrigues com o desassombro caracteristico d'aquella esplendida pleiade de nobreza, quem nos faltou foi o rei Arthur.» —«Pois quando disse, accudiu D. João I, que me faltavam os cavalleiros de Tavola-Redonda, não esqueci o rei que era como os outros cavalleiros.» E levou o caso a riso. Mas a historia celebrou o dito, e conservou aos valentes companheiros d'el-rei D. João I o nome de cavalleiros da Tavola-Redonda[1].



Brazão de armas da cidade de Miranda do Douro

Percebeu o condestavel que o epigramma se lhe dirigia e veiu logo no dia seguinte como que justificar-se, expondo as suas razões para se não continuar com a guerra de cêrcos. Essas razões eram militarmente justissimas, e mostravam que D. Nuno Alvares era um grande homem de guerra; não bastavam comtudo para o salvarem da imputação de desobediente; dizia elle que fazer cêr-

[1] Com o nome de *Tavola-Redonda* projectou o sr. Rebello da Silva escrever uma série de romances historicos, onde viessem a lume as principaes scenas da epopéa de D. João I. Não chegou a escrever senão o primeiro, que se conserva inedito e que se intitula *A Conquista de Ceuta*. Por alguns capitulos que o grande e mallogrado escriptor nos fez a honra de nos lêr, parece-nos podermos affiançar affoitamente que esse romance é um dos primores do autor da *Mocidade de D. João V.*

Digitized by Google

cos sem engenhos de guerra era sacrificar inutilmente vidas, que uma boa victoria mais facilmente rendia as praças do que trinta apertados cêrcos, e trazia para exemplo Aljubarrota, que fizera cahir sem trabalho algum nas mãos de D. João I cidades diante das quaes gastara primeiro debalde tempo e esforços. Para que se levantasse o cêrco de Coria allegava elle razões especiaes, que não eram menos sensatas. No acampamento faltavam mantimentos sadios, e a agua que se bebia era fétida e má. As emanações do Alagon espalhavam a doença no arraial. D. João I rendeu-se emfim a estas razões, e, depois de tres semanas de cêrco, levantou o campo e voltou a Portugal, indo poisar em Lamego.

Entretanto o duque de Lancaster, segundo as promessas do tratado, sahia d'Inglaterra e fazia-se de véla para Hespanha. Ao passar pelas costas da Bretanha, onde estava o condestavel de Clisson (que Fernão Lopes chama Roberto de Liçon) cercando a cidade que o nosso chronista chama Biestes (Brest naturalmente) sahiu em terra, destroçou os francezes, e queimou-lhes o arraial; depois, embarcando-se de novo, proseguiu a sua viagem, e veiu aportar a Corunha, na Galiza, no dia 25 de Julho de 1386 O exercito que o acompanhava era, diz Fernão Lopes [1], de duas mil lanças, trez mil bésteiros e um grande numero de peões. Ayala dá-lhe apenas mil e quinhentas lanças e mil e quinhentos bésteiros [2]. Tomem os leitores, se quizerem, o termo medio.

A cidade de Corunha, em presença d'um exercito em todo o caso numeroso, apressou-se a reconhecer as pretenções do duque de Lancaster, não por convicção do alcaide, como logo depois se viu, mas por não se poder defender. Quando o duque ainda estava em Corunha, vieram a elle embaixadores do rei de Castella, a quem os Inglezes tinham enviado antecedentemente tambem mensageiros para lhe exigirem que entregasse o reino ao duque, legitimo soberano d'elle, por ser casado com a filha primogenita de D. Pedro I o Cruel. Estes embaixadores traziam duas missões, uma apparente, outra secreta. A primeira consistia e n expôrem as razões pelas quaes D. João I se julgava sentado legalmente no throno castelhano, respondendo por conseguinte com uma negativa formal ás exigencias do duque; a outra, confiada particularmente a um dos embaixadores, o prior de Guadalupe, consistia em propôr um accôrdo, pelo qual o herdeiro do throno castelhano D. Henrique (depois Henrique II) casaria com a filha mais velha do duque de Lancaster, e reinariam ambos tranquillamente quando D. João morresse [1]. Tudo isso foi rejeitado, e o duque, partindo de Corunha, foi tomar posse de Sant'lago, onde recebeu a mensagem de muitos fidalgos gallegos, compellidos a isso pelo terror das suas armas, e onde proclamou legitimo papa e pontifice de Roma, Bonifacio IX, nomeando logo novo arcebispo e novo deão, que bem pouco tempo disfructaram essas dignidades.

[1] *Chronica d'elrei D. João I*, p. II, cap. 83, pag. 204.
[2] *Cronica d'el rey D. Juan el primero*, anno 1386, cap. 6.

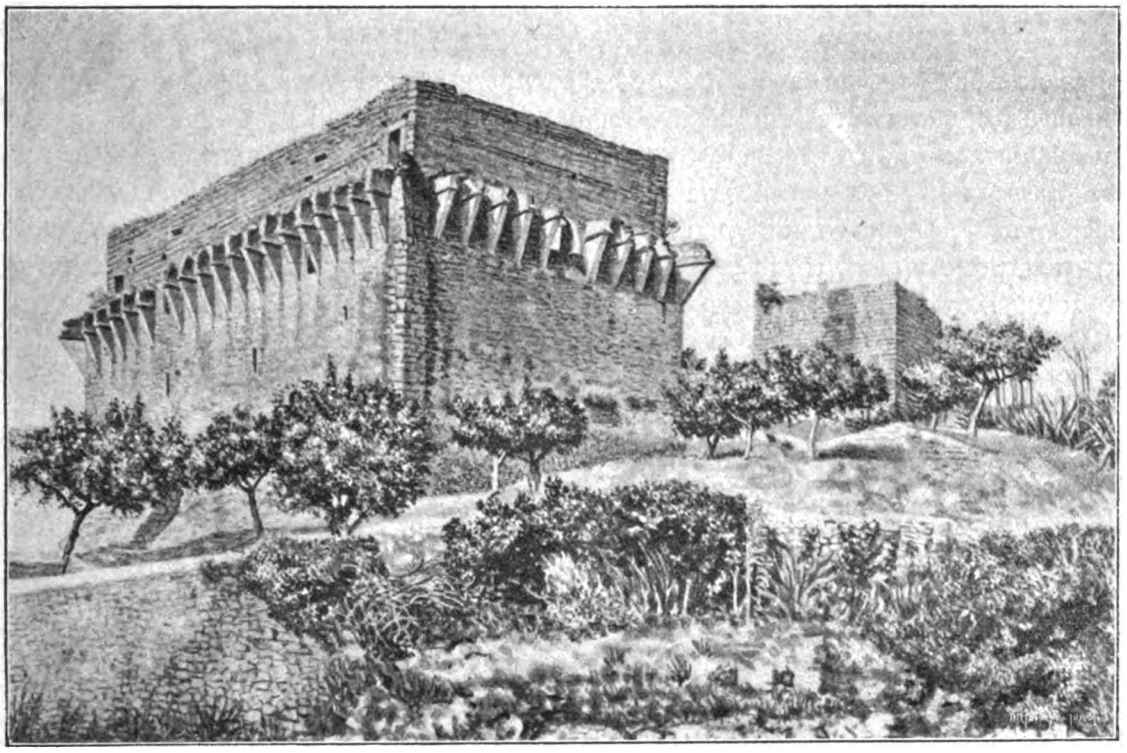
[1] Fernão Lopes, expondo o que dizemos ácerca das duas missões segundo a auctoridade d'anteriores chronistas, é comtudo d'opinião que não existiu missão secreta, porque, diz elle, se tal casamento se tratasse então, como se effectuou depois, escusadas eram tantas guerras e tanta mortandade. Mas não reflecte o velho historiador que, sorrindo lhe então a esperança d'um triumpho completo, era natural que o duque de Lancaster se não contentasse com a concessão do adversario, ao passo que depois, desenganado por uma campanha senão desastrosa pelo menos pouco feliz, a acceitou como bem vinda. Ora, o que é pouquissimo provavel, é que D. João I de Castella, em tão criticas circumstancias, depois d'Aljubarrota, depois de Valverde, com o reino exhausto e ameaçado pelas armas, até ahi sempre victoriosas do seu competidor, D. João I de Portugal, não tentasse d'algum modo chegar a um accordo com o adversario. Estamos convencidos pois que a proposta se fez, que não foi então acceita, para depois, em circumstancias diversas, vir a realisar-se.

Digitized by Google

Quando el-rei soube que o duque de Lancaster chegára a Galliza, sahiu immediatamente de Lamego onde estava, e encaminhou-se para o Porto, afim d'estar mais proximo do seu alliado. Começou-se logo a tratar d'uma conferencia entre os dois principes, mas os preparativos protrahiram-se, porque D. João I não queria apparecer diante dos Inglezes senão com todo o apparato, e rodeiado de todos os seus briosos companheiros. Mandára por isso chamar o condestavel, que estava no Alemtejo, e tratára de aprestar com a maior riqueza de fatos os seus cavalleiros, para que em nada se mostrassem inferiores aos Inglezes, cujos habitos luxuosos elle conhecia.

Aprasou-se emfim a conferencia em Ponte de Mouro, entre Melgaço e Monção, mas, apesar do duque ter desembarcado em Coruuha a 25 de julho de 1386, só no dia 1 de novembro d'esse anno é que essa conferencia veiu a effectuar-se na grande tenda que pertencêra ao rei D. João I de Castella, e que em Aljubarrota cahira nas mãos dos Portuguezes.

Alli se celebrou entre os dois alliados o tratado, cujas principaes condições foram, em primeiro logar alliança offensiva e defensiva contra quaesquer inimigos do rei de Portugal ou do duque de Lancaster, em segundo logar el-rei de Portugal compromettia-se a ajudar o duque na conquista do reino de Castella com dois mil peões, pagos á sua custa, por espaço de oito mezes, a contar da primeira oitava do Natal (que era o primeiro dia do anno então, devendo-se, para rigor chronologico, emendar todas as datas subtrahindo-lhes estes sete dias de differença) até ao fim do mez d'agosto. O duque de Lancaster casava sua segunda filha D. Filippa com o rei de Portugal, e dava-lhe em dote numerosas villas castelhanas, das que ainda não possuia,



CASTELLO DE OUREM

Digitized by Google

mas que por justo direito lhe pertenciam, affirmava elle. O dote era barato.

O casamento effectuou-se logo em seguida. Trataremos d'elle mais circumstanciadamente em capitulo especial.

Não pôde o rei de Portugal ter juntas no Natal as forças com que devia reunir-se ao exercito do duque de Lancaster, e por isso, se só lhe appareceu no dia 25 de março de 1387, levava-lhe em compensação, em vez do exercito que se obrigára a levantar, tres mil lanças, dois mil bésteiros e quatro mil peões. O motivo d'isso não fôra simplesmente um excesso de zêlo, mas tambem o conselho que muitos lhe deram de que fosse em força para não ser victima d'algum tratado particular, que o duque de Lancaster quizesse fazer com o rei de Castella sem a sua participação. Não havia perigo; as doenças, a inimisade dos Gallegos, que matavam nos Inglezes, como seculos depois nos Francezes de Soult, tinham reduzido o exercito do pretendente á corôa de Castella a seiscentas lanças e a seiscentos archeiros. Foi assim que entraram no reino que invadiam, indo na vanguarda os condestaveis dos dois reis, e na rectaguarda os reis em pessoa. Debalde D. João de Portugal pedira ao condestavel que cedesse o posto da vanguarda ao duque de Lancaster, que tinha desejo de o commandar. O condestavel era teimoso e allegou que, emquanto elle vivesse, nunca cederia a pessoa alguma a vanguarda, que tanto desejava commandar que até mesmo, quando era chefe do exercito, ainda assim era na vanguarda que elle ia. D. João I já conhecia a inflexibilidade do seu companheiro d'armas, e bem via que não lhe seria possivel ceder; resignou-se por conseguinte, e o duque de Lancaster, espantado, teve de ficar na rectaguarda juntamente com D. João I.

A nova rainha D. Philippa ficára como regente em Portugal durante a ausencia de seu marido.

O rei de Castella, falto de recursos e salteado d'improviso por esta inesperada guerra, sem ter ainda recebido de França outro soccorro que não fosse o de voluntarios isolados, reunira todas as forças que podera ajuntar na fronteira de Samora e que confinava com a nossa Beira, e desguarnecêra o resto do reino para fortalecer aquelle ponto; de fórma que, apesar das tristes circumstancias de Castella, encontrou o exercito invasor bem defendidas as praças.

A intenção do rei de Castella era, como elle mesmo o declara e o seu chronista Ayala confirma, não fazer a guerra em campo aberto, mas defender as praças o melhor que podesse[1].

Effectivamente quando o rei de Portugual e o duque de Lancaster chegaram diante de Benavente, acharam-n'a bem defendida e tiveram de levantar o cêrco porque não traziam comsigo (descuido notavel!) machinas d'assedio. Diante de Benavente o que houve foi justas entre fidalgos d'um e d'outro partido, como era muito costume n'esses tempos cavalleirosos.

Partindo de diante de Benavente, assolaram os invasores as campinas dos arredores e tomaram alguns logarès abertos, como Roales e Valderes, etc.

N'esta ultima villa houve um successo notavel, que não deixaremos de referir. Andavam desde o principio da campanha em rixa os Portuguezes e os Ingle-

---

[1] *Por las quales razones*, diz D. João de Castella n'uma carta dirigida á cidade de Murcia, *los de nuestro consejo, é los nuestros caballeros son de parecer que al presente no diesemos la batalla a nuestros inimigos, sino que les ficiessemos guerra á la larga, etc.* (Cascales *Disc.* VIII Cap.

«*E lo que fué d'este invierno estuvo el rey de Castilla*, Accrescenta Ayala, *en ordenar todas las cosas que cumpriam para defendimento del reyno cá el non tenia voluntad de lo poner por batalla entonce; mas solamente guerrear e defender el reyno.*» *Cron*, anno 1388, cap. 8.º

Digitized by Google

zes, sempre alliados desde o principio da nossa monarchia, e que, apesar d'isso, nunca se deram bem! Comtudo D. João I não era da tempera de D. Fernando. Os Portuguezes não só não soffreram aos soldados do duque de Lancaster o que tinham aturado aos do conde de Cambridge, mas até mesmo devemos dizer, para sermos justos, que eram agora os nossos que maltratavam os seus fieis alliados. Quando se tratou do saque, assentou-se em que os inglezes saqueassem desde pela manhã até o meio-dia e os Portuguezes do meio dia em diante. Os nossos estavam em braza, e razão tinham, confessamol-o. As largas mãos britannicas apanhavam tanto em tão pouco tempo, que os portuguezes viam melancolicamente que se esperavam pelo meio-dia corriam muito sério risco de chucharem os ossos esbrugados com admiravel presteza. Por isso tiraram-se dos seus cuidados, e saltaram ao mesmo tempo nos Castelhanos e nos inglezes com uma imparcialidade de que não podêmos deixar de fazer muito louvavel menção.

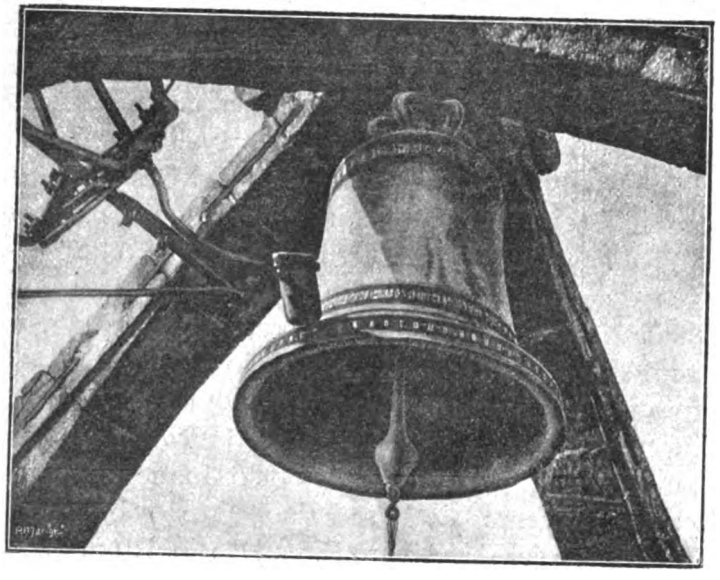
O duque de Lancaster foi á tenda do seu alliado queixar-se d'esta violação das suas ordens .Furioso por se vêr assim desobedecido, D. João I sentiu-se possuido d'um d'esses accessos de colera terrivel, que trez ou quatro vezes o accommetteram na sua vida, que transtornavam completamente a sua indole bondosa, e de que A. Herculano nos dá uma tão bella descripção no seu *Monge de Cister*[1]. Montou a cavallo e, correndo á villa, entrou a galope, e expulsou á cutilada os seus soldados aterrados, e a cutilada tão séria, que degolou um, fez saltar outro do muro abaixo, de que lhe resultou a morte, e feriu um grande numero. Era a primeira vez que os Portuguezes viam assim o seu rei predilecto dominado por essa ira cega, e poderam dizer justamente que a colera d'um rei como D. João I. é terrivel como a do leão.

D'alli partiram os alliados a cercar Villalobos, onde praticaram os nossos uma d'essas homericas façanhas que fazem pasmar a nossa mesquinha geração. Estava um dia de nevoeiro espesso, quando el-rei mandára á forragem varios peões, levando por escolta Martim Vasques da Cunha acompanhado por outros dezesete cavalleiros. Conversando e rindo, deixando os cavallos ir á vontade, foram os cavalleiros descahindo á rectaguarda, e como o nevoeiro era cerrado, quando repararam que tinham ficado só repararam tambem que se tinham perdido. Quiz o acaso que logo fossem parar a um sitio onde estavam quatrocentas lanças castelhanas, commandadas pelo duque de Benavente D. Frederico, irmão bastardo d'el-rei, Alvaro Pires Osorio, Ruy Ponce de Leon e outros, acompanhados por muitos peões. Vendo apparecer de subito este punhado de Portuguezes, os Castelhanos cresceram sobre elles. Sem se desconcertarem, os Portuguezes sobem a um outeiro, apeiam-se, formam um circulo de lanças, e alli resistem intrepidamente aos assaltos do inimigo, que de longe lhes arremessa dardos que, em vez de lhes fazerem mal, servem para elles lh'os devolverem com mais seguro effeito. Mas o risco é imminente, e comtudo ninguem se quer apartar dos seus companheiros para ir buscar soccorros, até que um dos fidalgos, Diogo do Avelal, pergunta: Qual é mais honroso: ficar aqui para pelejar e morrer comvosco, ou atravessar o exercito inimigo, para ir dar aviso ao arraial? Partir, exclamaram todos á uma. Então o valente fi-

[1] Tom. 2.º narrando o accesso de colera terrivel, que cegou D. João I, quando mandou matar o seu valido predilecto, o camareiro-menor Fernando Affonso, por elle ter violado a pureza dos paços, tendo relações illicitas com uma dama da rainha.

Digitized by Google

dalgo debruça-se sobre o pescoço do cavallo, enterra-lhe nos ilhaes as esporas, e parte a todo o galope. Atravessa sem ser ferido a phalange inimiga, e vae ao arraial levar o aviso. É o condestavel em pessoa quem sahe a soccorrer os dezesete heroes. Encontra-os firmes, intrepidos, tendo perdido apenas um dos seus, que sahira do circulo formado pelas suas lanças para ir apanhar dardos que reenviasse depois ao inimigo. Com a chegada do condestaval retiraram-se á pressa os Castelhanos, e conta Fernão Lopes que iam dizendo entre si: «De hoje mais não cumpre que se leiam as proesas de Tristão e de Lançarote, mas fallemos no esforço de Martim Vasques da Cunha, que com dezesete homens d'armas se defendeu a quatrocentas lanças que eramos, por tamanho espaço em tão fraco logar[1].»



SINO DE S. GERALDO

Razão tinham de fazerem espanto: a proeza dos nossos deixava a perder de vista as fabulosas façanhas de que vinham recheiados então os romances de cavallaria, diversão predilecta da época.

Pouco tempo depois rendeu-se Villalobos; mas esse pequeno triumpho não animou el-rei de Portugal, que via Castella toda reunida contra o seu alliado, e pouco disposta a reconhecer-lhe as pretenções. Assim disse uma vez ao duque, allegando-lhe a impossibilidade de tomarem Castella villa a villa, as poucas forças de que dispunham os alliados, a distancia a que estavam das suas patrias, e accrescentou que não havia a tomar senão um de dois partidos, ou voltar elle a Inglaterra buscar mais gente com que podesse reunir um exercito consideravel, ou fazer com el-rei de Castella algum accordo, que désse resultados uteis.

O duque achou justo o que lhe dizia seu genro, e respondeu que estava muito disposto a acceitar as propostas do rei de Castella relativas ao casamento do herdeiro da corôa com a filha primogenita d'elle duque, matrimonio já proposto e primeiro repellido. N'este accordo voltaram ambos a Portugal, não como quem fugia, mas por outro caminho e sempre combatendo. N'uma d'essas escaramuças morreu Ruy Mendes de Vasconcellos, um dos heroes d'Aljubarrota.

Mas algumas pelejas insignificantes houve n'este regresso, devendo-se notar com certo espanto que estava commandando os Castelhanos o infante D. João, filho de Ignez de Castro, já livre da prisão, e tomando assim partido pelo rei que o encarcerára.

Depois de entrados em Portugal, chegou a Hespanha o soccorro promettido de França, commandado, como já dissemos, pelo duque de Bourbon e pelos sires de Lignac e de Passac. Era de duas mil lanças. Não aproveitou o rei de

[1] Fernão, Lopes, *Chronica d'el-rei D. João I*, P 2.ª, cap. 108, pag. 245.

Digitized by Google

OS CASTELHANOS MATANDO OS PORTUGUEZES PELA ASPHYXIA

Digitized by Google

Castella tão numerosos e valentes auxiliares para combater, mas apenas para negociar mais vantajosamente com o duque dc Lancaster a quem logo enviou mensageiros.

Ao entrar em Portugal, dividiu-se o exercito alliado: foi o condestavel para o Alemtejo, de que continuava a ser fronteiro; D. João I foi fazer uma nova romaria a Santa Maria d'Oliveira, em Guimarães, e o duque de Lancaster dirigiu-se a Coimbra para visitar a filha. Vieram ao encontro d'elle no caminho em Trancoso os mensageiros do rei de Castella, que desejavam encontral-o só; logo alli se lançaram as bases do tratado, pelo qual o duque de Lancaster renunciava ás suas pretenções ao throno de Castella e abdicava o titulo de rei, sendo D. João de Castella obrigado a pagar-lhe seiscentos mil francos de oiro como indemnisação das despezas da guerra, e uma pensão de quarenta mil francos annuaes. Effectuava-se o casamento do infante D. Henrique herdeiro do throno castelhano com D. Catharina filha primogenita do do Duque de Lancaster, e esta recebia logo como apanagio um grande numero de villas e cidades; a duqueza D. Constança, mãe da futura princeza, tambem recebia um apanagio. Para resolver mais completamente as difficuldades do tratado, pedia o rei de Castella ao principe inglez que fosse para Bayona, que á Inglaterra pertencia, para estarem mais proximos, dizia elle, na realidade para o subtrahir á influencia do rei de Portugal. Pois ás nossos victorias, e á prostração em que ellas tinham deixado o inimigo, devia o duque de Lancaster o ter concluido um tratado tão vantajoso, o que não conseguiria simplesmente por ter occupado algumas praças na Galliza, que ardiam por lhe sacudirem o jugo.

El-rei de Portugal comtudo não estranhou a precaução, apesar de que a sua lealdade estava muito acima de quaesquer suspeitas do inimigo, emquanto que a do rei de Castella era muito menos digna de respeito. Ao mesmo tempo que entrava em negociações com o duque de Lancaster, um cavalleiro castelhano, que se apresentava como transfuga no acampamento dos alliados, procurava envenenar o duque. Descoberta a sua traição, foi queimado. Por essa occasião cahiu doente el-rei de Portugal, chegando a estar em perigo de vida. Na hora que elle julgava do transe extremo, e a pedido de seu sogro, perdoou D. João I ao conde D. Gonçalo e ao seu cumplice a antiga conspiração de Torres Vedras. Mas não lhe chegára ainda a sua ultima hora, e o heroico mestre de Aviz tinha ainda que escrever paginas gloriosissimas na historia portugueza.

Depois de se achar restabelecido, despediu-se do duque de Lancaster, que esperava com impaciencia a occasião de partir para Bayona. Assim o fez, embarcando, com o seu exercito bastante dizimado, n'uma esquadra portugueza que o esperava no rio Douro. A paz logo se concluiu em Bayona com as bases assentadas em Trancoso.

Diz n'este ponto Schœffer, fundado na auctoridade dos escriptores castelhanos, que o duque de Lancaster cedeu ao rei de Portugal as praças que tomara na Galliza. «Para o dote de sua filha Philippa, são as proprias palavras do escriptor allemão, e como indemnisação das despezas da campanha de Castella, o duque cedeu ao rei João todas as praças que se tinham declarado por elle na Galliza, ou que elle tinha tomado. Mas todas essas praças, depois do duque sair de Hespanha, voltaram a sujeitar-se á obediencia do rei de Castella, jubilosas por obterem o seu perdão, e D. João I de Portugal, pouco disposto a fazer valer uma acquisição á qual o seu direito era duvidoso e contestado, parece que renunciou a ella. Em verdade, tomou

Digitized by Google

pouco tempo depois Tuy e outros logares na Galliza, mas, como veremos, era por muito differente motivo, e razões diversas Fiel ao seu principio de se contentar com o que julgava necessario á consolidação do seu dominio, e como que pertencendo-lhe directamente, limitou se por conseguinte a restabelecer Portugal nas suas antigas fronteiras, e a restituir-lhe n'esse circulo a sua unidade interior e fóra d'elle a sua independencia completa[1].»

Como bem observa Fernão Lopes, era absurdo que o duque de Lancaster, quando estava cedendo dos seus direitos á corôa de Castella, outhorgasse por um lodo ao rei de Portugal villas de que por outro lado desistia. Se assim fosse a clausula, deveria figurar ou pelo menos ser discutida uo tratado com o rei de Castella, onde nem por sombras se fala em similhante coisa. Parece-nos por conseguinte que uma tal cedencia nunca existiu senão na imaginação d'Ayala, que effectivamente fala n'ella[2], dando base á asserção ainda um pouco dubitativa do historiador germanico.

Concluida assim a paz entre o rei de Castella, e o duque de Lancaster, tratou D. João I de Portugal de resolver alguns negocios internos, e de promulgar algumas leis necessarias para que se começasse a restabelecer a ordem n'este paiz, dilacerado havia tantos annos pela guerra civil. Estava-se já em 1388. O primeiro decreto que promulgou foi relativo ás prezas feitas em mar ou em terra sobre os inimigos, e á sua justa repartição. O segundo, decerto muito mais importante, teve por fim confirmar e legalisar todos os contractos e negocios feitos nas praças que tinham tido voz por Castella, e por conseguinte perante tabelliães que eram nomeados pelo soberano usurpador. Muitos queriam que taes contractos não fossem considerados validos, porque valida tambem não era a instituição abusiva dos tabelliães por um soberano illegitimo. Reconhecendo a verdade do principio, percebeu, porém, D. João I, com o seu alto bom senso, as tristes consequencias que a sua applicação teria na pratica, e ordenou que, apesar d'isso, a validade permanecesse aos referidos contratos.

Brazão d'armas de Villa Flor

Tratou tambem D. João I de regularisar o pagamento das quantias aos seus fidalgos, e de o organisar d'um modo menos oneroso do que o estabelecido pelos reis seus antecessores. Estabelecendo quantias certas para quem o servisse com certo numero de lanças, ao mesmo supprimiu o abuso do pagamento dos filhos dos fidalgos logo que elles nasciam. Deu tambem por essa occasião uma prova d'alta equidade, pagando, a requerimento dos embaixadores de Genova, os navios d'essa republica aprezados por elle, em virtude de circumstancias urgentes, durante o cêrco de Lisboa. Depois d'isso tratou de reunir côrtes em Braga, e por esse tempo se lhe vieram unir alguns fidalgos que andavam em Castella, taes como D. Pedro de Castro, o filho do conde d'Arrayolos D. Alvaro de Castro, e sobrinho d'Ignez, que fugira para os Castelhanos quando fôra da conspiração de Torres-Vedras,

[1] Schoeffer *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 383. N'uma nota diz o escriptor estrangeiro o seguinte: «E' notavel que os escriptores portuguezes não referissem esta circumstancia.» Engana-se Schoeffer; Fernão Lopes refere-a, mas é para a refutar, como dizemos no texto. Consagra até á refutação d'essas e d'outras opiniões, que julga falsas, um capitulo inteiro que intitula: «*Resposta a algumas razões que um historiador poz em sua chronica.*» O cap. é o 118 da 2.ª parte pag. 261. O historiador refutado é Pedro Lopes d'Ayala, cujo nome o nosso chronista não cita, segundo o seu costume, porque Fernão Lopes parece ter uma certa embirração com o grande escriptor castelhano.

[2] *Cronica d'el-rey D. Juan el primero*, anno. 1387 cap. 7.º

Digitized by Google

em que tomára parte, e D. Pedro da Guerra, filho bastardo do infante D. João, e o proprio infante D. Diniz, segundo filho d'Ignez de Castro, que veiu reconhecer a realeza de seu irmão bastardo, e continuar, d'um modo que não esperava, o romance aventuroso da sua existencia, que foi sempre baldão do destino.

Com effeito, recebido admiravelmente por D. João I, não tardou que o rei portuguez, temendo-lhe a iudole irrequieta, e receiando que por causa d'elle houvesse em Portugal discordias, o mandasse para Inglaterra. Foi o infante, mas, quando estava já proximo das costas britannicas, principiou a assustar-se com a perspectiva d'esse disfarçado exilio, e a temer que seu irmão, para se desembaraçar d'elle, o mandasse secretamente matar. Os membros d'aquella malfadada familia d'Ignez de Castro, quando não praticavam o crime, sonhavam-n'o nos outros.

Pungido por estas desconfianças, D. Diniz virou de bordo, e voltou a Portugal, quando foi no caminho salteiado e captivo por navios flamengos, que Fernão Lopes erradamente suppõe bretões. Sabendo que o seu prisioneiro era irmão do rei de Portugal, quizeram por elle um resgate de cem mil francos. D. João I negou-se a pagal-o, dizendo, e com razão, que, logo que elle soffrêra esta desgraça exactamente por querer desobedecer ás suas ordens, lavava agora as suas mãos das consequencias. Depois d'um longo captiveiro, os Flamengos, vendo que nada aproveitavam com o terem-n'o preso, soltaram-n'o, e elle foi-se logo refugiar em Castella, onde, de novo bem acolhido, porque ia servir de instrumento aos odios da realeza castelhana, desempenhou ainda na guerra e na politica um papel bastante mesquinho mas activo emfim[1].

A guerra continuou, mas da parte dos Castelhanos frouxa e sem alento. Emquanto el-rei andava pelo Minho, cobrando algumas praças que mantinham voz pelo inimigo, o condestavel partiu para o Alemtejo, e chegou a tempo de punir severamente uma partida inimiga, composta pela maior parte de Francezes, que tinham dado uma saltada ás povoações da fronteira, fazendo roubos e destruições. O condestavel foi-lhes no encalço, colheu-os uma noite d'improviso, destroçando-os com grande mortandade, e rehaveu tudo quanto os Portuguezes tinham perdido.

---

[1] Transcrevemos n'este ponto uma curiosa nota do *Portugal Pittoresque* de F. Denis:

«Devo, diz o illustre escriptor francez, á singular obsequiosidade do sabio archivista de Cambray, um dos documentos ineditos mais curiosos que se conservaram sobre este periodo da historia de Portugal. É a transcripção do interrogatorio do confessor de D. Diniz, segundo filho de Ignez de Castro, que, fugindo da Inglaterra, onde não se julgava em segurança, naufragou deante de Middleburgo, e foi roubado por pescadores flamengos, que até lhe tiraram a sua baixella de prata. Vê-se por esse curioso trecho que o infante D. Diniz attribuia a si uma legitimidade que ao infante D. João se devia recusar, e que o tornava a um tempo querido do povo e temido do mestre d'Aviz, então D. João I. *Dicie ulterius, super his interrogatus, quod ille Petrus defunctus rex duas habuit uxores, primam videlicet Constantiam, ex qua procreavit filium suum Fernandum solum, qui per novem annos regnavit rex Portugal. Quo si quidem constante matrimonio dictus rex Petrus adulterium comisit cum quadam Agnete nuncupata, ex qua genuit filium adulterinum Johannem, in Hispania regentem; deinde Constantia predicta ab humanis astracta quæ erat soror matris regis moderni Castelle dictus Petrus rex duxit in uxorem memoratam Agnetem suam amisiam* (sic) *et ex illa procreavit Dyonsium sepedctum in legitimo matrimonio.*

«Segundo o theor d'esse documento importante, o infante D. Diniz, retirado em Hespanha, prestára fé e homenagem ao rei de Castella, e recusára em Portugal a D. João I tomar parte activa na guerra contra aquelle monarcha. Ficando por isso suspeito ao fundador da dynastia d'Aviz. D. Diniz acabou por inspirar verdadeiros receios a seu omnipotente irmão. D. João folgou de se desembaraçar d'elle dando-lhe uma missão para o rei d'Inglaterra. Chegando a Plymouth, avisaram-n'o alguns fidalgos portuguezes que não se apresentasse áquelle soberano senão depois d'obter d'elle um salvo-conducto; como o salvo-conducto não vinha, embarcou para Flandres, algum tempo viveu entre os pescadores de Middleburgo, n'um captiveiro muito visivel, e contentissimo ficou depois por encontrar um asylo em Hespanha. É fundador da casa Villar, que por elle descende em linha recta d'Ignez de Castro.

Digitized by Google

El-rei foi cercar Melgaço, que resistiu intrepidamente a um cêrco de cincoenta e trez dias, durante o qual empregou D. João I todos os artificios usados n'esse tempo em assedios de praças. Afinal tomou a villa por capitulação, a instancias d'alguns dos seus cavalleiros, principalmente do Sá das galés, porque o monarcha, exasperado pela resistencia, não queria primeiro dar quartel, tanto mais que mandára chamar a rainha D. Philippa, afim de lhe dar o brilhante espectaculo d'um assalto. Afinal condescendeu com os seus e com os inimigos, e concordou na capitulação, que ainda foi severa, porque os defensores da praça tiveram que sahir desarmados, vestidos simplesmente com gibões, e empunhando varas, o que era a maior humilhação que a uma guarnição n'esse tempo se podia infligir. Durante o assedio houvera uma scena caracteristica. Duas mulheres, uma do arraial outra da villa, tinham combatido, arrancando punhados de cabellos uma á outra, até que a da villa foi derrubada com grande gaudio dos assistentes.

ESTANDARTE DO CONDESTAVEL NUNO ALVARES

Tomada Melgaço, partiu el-rei para Monção e de Monção para Lisboa onde deixou a rainha, e d'onde logo sahiu para ir tomar Campo Maior no Alemtejo, como com effeito tomou por capitulação. Passava-se isto em setembro de 1388. D'ahi voltou el-rei a Lisboa a fazer côrtes, que foram as de 1389, e ahi ajustou com o rei de Castella treguas d'alguns mezes. Terminado o praso, rompeu de novo a guerra ao norte, tomando Tuy em agosto de 1389. O rei de Castella, vendo que a fortuna não lhe sorria por mais que a tentasse, resignou-se a pedir tréguas mais prolongadas, enviando para isso a Braga os seus embaixadores.

A França acabava de concluir com a Inglaterra uma trégua de tres annos, e preparavam-se as celebres conferencias d'Amiens, que deviam tratar da paz definitiva, e que nunca chegaram a um accordo. Era o duque de Lancaster quem dirigia as negociações, e tinha desejos de que seu genro fosse incluido nas tréguas. Assim o conseguiu, e firmou-se paz por tres annos entre Castella, Portugal, França e Inglaterra.

Mas se Carlos VI de França, Ricardo II d'Inglaterra, e D. João I de Portugal, tinham desejo sincero de chegar a um accordo que estabelecesse a paz, não succedia o mesmo a D. João I de Castella, que não se podia consolar das vergonhosas derrotas que soffrêra, e no qual o desejo de vingança se transformára n'uma verdadeira mania. Chegou ella a ponto de lhe dictar uma estranha resolução, que não veiu a effectuar-se porque todos os seus conselheiros contra ella se declararam; essa resolução foi a seguinte:

Reunindo côrtes em Guadalajara expôz D. João I de Castella os motivos que o tinham levado a concluir com Portugal aquellas tréguas, e que eram principalmente o estar o reino exhausto d'homens e de dinheiro; porém, declarou immediatamente que, tão depressa tivesse adquirido novas forças e novos recursos, abri-

Digitized by Google

ria a campanha, e procuraria recobrar e reino. Em particular communicou todavia aos seus mais intimos este pensamento estranho, que não se podia conformar com as derrotas que soffrêra, e que não estava disposto a desistir das suas pretenções á corôa de Portugal; que seria para elle humilhação suprema deixar o mestre d'Aviz em tranquilla posse do reino que usurpára; que o principal motivo por que até ahi se tinham mallogrado todos os seus esforços fôra a firme resolução em que os Portuguezes estavam de não acceitarem para soberano um rei de Castella, afim de conservarem a sua independencia; que portanto elle desejava abdicar em seu filho D. Henrique a corôa castelhana, reservar para si unicamente Cordova, Sevilha, o bispado de Jaen, o reino de Murcia e o senhorio de Biscaya, e apresentar-se quasi como simples aventureiro a defender os seus direitos á corôa de Portugal.

Lisongeiro em extremo seria para nós vermos um tão poderoso rei largar voluntariamente a corôa que herdára, para que os Portuguezes não tivessem duvida em o receber para soberano, se não lessemos claramente em similhante resolução o despeito que elle sentiu por tão infelizes campanhas, e o ardente desejo de vencer afinal, custasse o que custasse, essa contenda de que ainda lhe não resultára senão opprobrio.

Não foi pequeno o espanto que sentiram os conselheiros, quando ouviram similhante confidencia, e não lhes foi difficil tambem convencel-o do absurdo de tal resolução. Desistindo logo tambem d'essa idéa, que lhe atravessára a mente como um relampago, D. João I de Castella tratou então de reunir todos os seus recursos para renovar a guerra. Encontrou difficuldades: estavam pouco dispostas as côrtes a fazer sacrificios de dinheiro. No meio d'estes cuidados veiu inesperada morte salteial-o. No dia 9 d'outubro de 1390, estando em Alcalá d'Henares, deu d'um cavallo uma quéda tão desastrosa qué logo lhe sobreveiu a morte. Contava apenas trinta e dois annos d'edade, e onze de reinado.

Não teve este soberano nenhuma das qualidades indispensaveis para um rei que aspira a conquistar uma corôa. Era pessimo general. Sem ser covarde, não tinha comtudo a aventurosa bravura que inflamma os exercitos, quando os chefes a possuem. Era pouco affavel de sua natureza, e, com ser frio de caracter, deixava-se cegar pelas más paixões a ponto de commetter imprudencias que o perdiam e crueldades que lhe alienavam os animos. Um homem assim devia ser vencido n'uma lucta em que tinha por principal adversario D. João I, vulto cavalheiresco, intrepido, grandioso, heroico para dizermos tudo.

Succedeu-lhe no throno D. Henrique III, ainda criança, que ficou debaixo da tutella do arcebispo de Sant'Iago, mestre de Calatrava, e de João Hurtado de Mendonza, mordomo-mór da casa real. Esta regencia entendeu que, em vez de dar seguimento aos projectos do rei fallecido, projectos todos bellicosos, se devia pelo contrario prolongar a tregua estabelecida, como com effeito se prolongou por mais quinze annos, sendo d'ella negociadores, por parte de Castella Pero Lopes d'Ayala, o bispo de Siguenza e o doutor Antonio Sanches, e por parte de Portugal o prior dos Hospitalarios e o doutor João das Regras. Trez clausulas continha a tregua, que, por duas d'ellas não serem depois cumpridas fielmente pelos Castelhanos, deram origem ao renovamento das hostilidades, rompendo os Portuguezes a outra. Eram as seguintes (transcrevemol-as de Fernão Lopes):

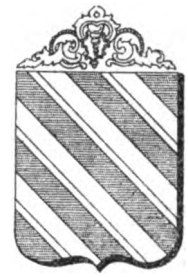
«1.ª Que reino ao outro não fizesse guerra por mar nem por terra, nem se

Digitized by Google

tomasse e nem roubasse villa e cidade, castello ou logar nem outra coisa alguma.

«2.ª Que todos os prisioneiros, de qualquer condição que fossem, que estivessem por arrefens d'outros ou por suas rendições d'um reino ou outro, fossem livremente soltos sem outra rendição, d'aquelle dia que esta tregua foi firmada até seis mezes seguintes, e, para se isto melhor fazer, fossem escolhidos dezeseis frades da ordem de S. Domingos, oito Castelhanos e oito Portuguezes, que andassem em Castella buscando os ditos prisioneiros para os fazer soltar; e em Portugal oito de S. Francisco, quatro Portuguezes e quatro Castelhanos, e sendo requeridos por elles os que os tivessem e os não quizessem soltar, que então os ditos frades requeressem ás justiças que lh'os fizessem entregar; e, não o querendo fazer, que fosse requerido cada um rei em seu reino por os ditos frades, ou por outros que para isso houvessem poder, que os fizesse soltar ou fosse obrigado a entregar a pessoa que tivesse o prisioneiro, pois que o dar não queria, e, sendo isto do dia da publicação das treguas até seis mezes, aquelle que o assim não cumprisse que désse e pagasse por cada prisioneiro mil dobras cruzadas; e, não as dando depois dos ditos seis mezes até dois mezes seguintes, que seu adversario por sua auctoridade podesse penhorar, e fazer penhora em tantos de seus bens e de seus sujeitos, que valesse a quantia que montasse em toda a somma, e que por tal razão não se entendesse a tregua ser quebrantada, e que os ditos frades fossem cridos sobre o achamento dos prisioneiros, e requerimentos e negação de justiça por seus juramentos, ou escripturas, assignadas por elles e selladas por um sello.

«3.ª Que por quanto antes d'estas treguas de quinze annos em uma particular soffrença de guerra que ahi houve de certos mezes e dias se fizeram roubos pelos naturaes d'um reino a outro, foi ordenado em estes tractados, que sobre isto se pozessem certos juizes de ambas as partes para conhecerem de taes damnos, chamados aquelles a que foram feitos, e se livrassem por suas sentenças, e aquellas que fossem dadas contra os naturaes de Castella, que o seu rei e o juiz dado por elle as désse a execução do dia em que fossem dadas até os dois mezes, e por esta maneira o fizesse el-rei de Portugal: não se fazendo tal execução ao dito tempo, que se podesse fazer tomadas nos bens dos subditos da parte que fosse a isso negligente por a somma contida em taes sentenças[1].»



Brazão d'armas da villa de Castanheira

Estas condições, cumpridas á risca pelos portuguezes, não o foram egualmente pelos Castelhanos. Foram logo soltos os prisioneiros inimigos em Portugal retidos, porém muitos dos nossos que estavam em Castella não só não foram libertados, mas até soffreram maus tratos, e, escondidos pelos que os tinham em seu poder, morreram muitos d'elles miseravelmente. Debalde os frades os reclamavam, debalde appellavam para as auctoridades, debalde mesmo invocavam a justiça do proprio Henrique III. A regencia fazia muitas promessas em nome do infantil monarcha, mas não chegava a uma conclusão. Por outro lado, as sentenças promulgadas pelos juizes reunidos na fronteira não eram executadas, e os Castelhanos eximiam-se a pagar o que lhes era imposto. D. João I supportou largo tempo esta falta de cumprimento das condições estipuladas; não

[1] Fernão Lopes, *Chronica de João I*, Parte II, cap. 150, pag. 328.

Digitized by Google

quiz nunca fazer as penhoras que o tratado auctorisára a fazer nos bens dos Castelhanos, mas, decorrendo trez annos sem que o negocio tivesse solução, começou a ameaçar. Vieram embaixadas de Castella protestar contra as ameaças, allegando que o seu soberano fazia tudo quanto em seu poder cabia para cumprir o que fôra accordado. Mas, diz Schœffer, «pouco a pouco el-rei Henrique chegara a carregar-se com uma divida de duzentas e cincoenta mil dobras, somma que não podia já ser compensada por bens moveis, e para a qual era necessaria uma cidade ou uma villa[1].» D. João I resolveu-se emfim a dar aos Castelhanos uma lição severa.

Estava-se em 1395, e o negocio pendente não se resolvia. Chamou então el-rei um fidalgo em que tinha muita confiança, Martim Affonso de Mello, e disse-lhe que desejava tomar de subito uma praça aos Castelhanos, para segurança da sua vida, e que a elle lhe confiava a empreza. Martim Affonso partiu para o Alemtejo e esteve muito tempo espiando Badajoz e Albuquerque, e informando-se do modo como essas duas praças eram guardadas. Lançou afinal as suas vistas sobre Badajoz.

Em Badajoz residia então homisiado um escudeiro chamado Gonçalo Annes, que para lá fugira d'Elvas, por algum crime que commettêra. Foi com esse que Martim Affonso tratou do caso. Encontrou-o bem disposto, tanto mais do que exito da empreza lhe podia resultar perdão e recompensa. Estava já tudo combinado; o porteiro, illudido por Gonçalo Annes, conservava de noite a porta aberta a certas horas, quando o governador de Badajoz teve desconfianças do refugiado portuguez, e o mandou sahir da cidade.

Gonçalo Annes sahiu protestando contra a injustiça do exilio, jurando que combateria em juizo de Deus com o calumniador que lhe assacava pensamentos de traição para com os seus hospedes; mas com isso tudo a coisa parecia perdida. Gonçalo Annes não era todavia homem que largasse de mão uma empreza proveitosa. Partiu para Sevilha, andou por lá mezes; teve artes depois de voltar a Badajoz, a pretexto de recolher uma divida, e logo, conluiado com o porteiro, abriu entrada aos portuguezes, que tomaram a cidade de subito na noite de quinta-feira d'Ascenção do anno de 1396. Não encontraram resistencia porque os Castelhanos estavam completameete desprevenidos, e admira que, tendo andado em incubação este projecto por espaço de nove mezes, não tivessem os inimigos, ácerca d'elle, mais do que as desconfianças vagas que os tinham impellido a expulsar Gonçalo Annes de Badajoz.

Logo que D. João I se viu senhor d'essa forte praça fronteira, enviou embaixadores a Henrique III a dizer-lhe qual o motivo por que assim procedêra, mas que estava prompto a restituir-lhe a cidade, logo que elle lhe pagasse o que lhe devia. O rei de Castella mostrou-se irritadissimo com este quebrantamento de tréguas, e, sem a nada attender, declarou as hostilidades renovadas. É possivel tambem que aproveitasse o pretexto para repetir as pretenções de seu pae, e recomeçar a guerra que n'essa occasião se lhe antolhava mais favoravel.

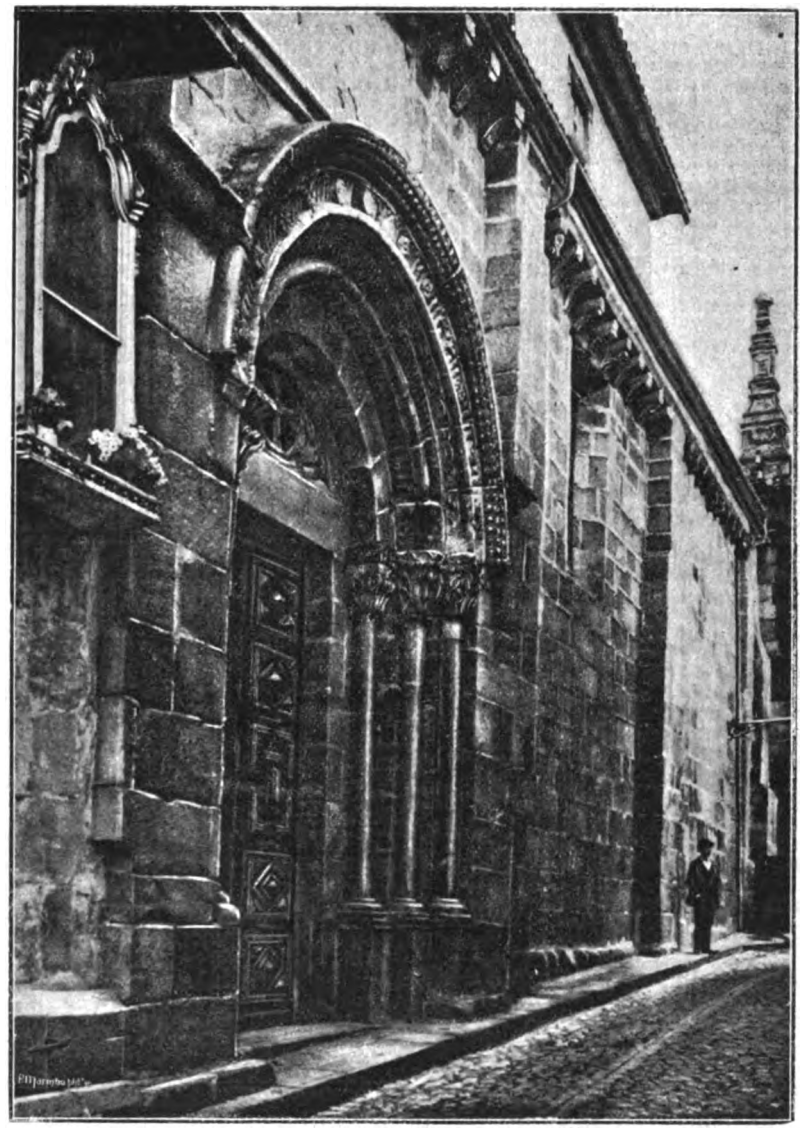
Effectivamente muitos dos principaes fidalgos do reino, e entre elles Martim Vasques da Cunha, o heroe de Trancoso, mostravam-se invejosos do condestavel, e descontentes com o rei, e chegou a ponto a sua irritação de quebrarem por tudo, e de apagarem n'um momento de despeito dez annos de lealdade, passando para o rei de Castella. Ao tempo dissenções entre o rei e o condestavel, de que daremos conta em tempo competente, animaram os que tudo te-

[1] *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 386.

Digitized by Google

miam da união fraternal d'esses modelos de cavallaria.

Reuniram-se pois alguns fidalgos castelhanos, e com elles Martim Vasques da Cunha e os outros transfugas, e, entrando pela Beira, vieram queimar Vizeu. D. João I chamou logo os seus cavalleiros, mas, contra o costume, encontrou-os remissos. O condestavel, irritado, respondeu-lhe com a sua habitual semceremonia, que havia mais fidalgos no reino, e que não era necessario estar sempre a chamal-o em tudo e por tudo. D. João I zangou-se com a resposta, e enviou segundo mensageiro: o condestavel deu ainda resposta mais desabrida, mas... vejam como é gracioso este simples caso da vida do condestavel, e como revela bem os thesouros de lealdade que havia n'aquella alma quasi infantil de tão boa e ingenua que era! Ao passo que dava estas respostas duras ao seu rei, sabem o que fazia? Estava reunindo á pressa soldados para vir juntar-se a D. João I, e, quando este menos o esperava, e passeiava em Santarem, singularmente queixoso do procedimento do seu amigo, do seu irmão d'armas, appareceu-lhe de subito Nuno Alvares á testa de duas mil lanças! Lançaram-se nos braços um do outro, e tudo esqueceram, a não ser aquella amisade fortissima que os unia desde que as suas espadas leaes tinham começado a reflectir, nas folhas sem mancha, empunhadas pelas suas mãos juvenis, os fulgidos raios do sol das batalhas.



PORTA DE SOL, NA SÉ DE BRAGA

Queriam ambos entrar por Castella para tomar vingança da invasão de Martim Vasques, mas tiveram noticia que outra partida de Castelhanos andava talando o Alemtejo. Não chegaram a tempo de os surprehender; prevenidos, os invasores fugiram atravessando o Gua-

Digitized by Google

diana, até com graves perdas, por causa das cheias. Então el-rei deixou o condestavel em Evora, e partiu para Coimbra.

O condestavel entrou logo por Castella, e chegou até Caceres, arrazando tudo e sem encontrar resistencia; mas, como Nuno Alvares era todo homem de altas cavallarias, que não gostava d'estes inglorios feitos, quando quiz entrar de novo em Castella, mandou prevenir o mestre de Santhiago para que elle se podesse defender; porém, o mestre, apesar de avisado evitou sempre a batalha, deixando o condestavel assolar á vontade as proprias villas do mestrado, até que, farto d'estas correrias sem perigo, voltou Nuno Alvares a Portugal e foi descançar em Montemór.

Entretanto el-rei, juntando um novo exercito de quatro mil lanças e muitos peões e bésteiros, marchava para Galliza afim de fazer por alli uma invasão em Castella. Um desastre terrivel inaugurou a campanha. Era em maio de 1398. O Minho ainda ia caudaloso e cheio; quizeram-n'o passar a váo como costumavam: vieram guias de Monção. Imprudentemente, e para surprehenderem o inimigo, resolveram-se a passar de noite, e demais a mais n'uma noite escura e toldada. O váo era perigoso, porque não cortava o rio a direito. Os guias perderam-se; accumulou-se muita gente no rio. No meio das trevas era medonha a confusão. Ouviam-se em alarido afflictivo os brados dos que se sentiam arrastados pela agua, ou dos que, atravessando a nado, não podiam galgar a riba escarpada, o baque dos cavallos na onda, o tinir das armas, o relinchar doloroso dos ginetes. D. João I, depois de grande trabalho, conseguiu emfim suspender essa desgraçada passagem. Quando alvoreceu o dia, illuminando o triste quadro dos horrores da noite, ficaram todos pasmados da extensão do desastre. Tinham morrido quinhentos homens, e entre elles alguns da primeira gerarchia, taes como um D. Affonso, sobrinho d'el-rei, e um fidalgo, por nome João Rodrigues Pereira.

Apesar do triste começo não desistiu D. João I da empreza, e tratou de sitiar Tuy. Não foi feliz ainda; os sitiados repelliram-lhe o primeiro assalto, julgaram mesmo que o teriam desanimado. Enganavam-se; el-rei assentou o arraial, e preparou com vagar o assedio. Vendo então que o perigo era sério, avisaram o rei de Castella para que os fosse soccorrer. Estava este disposto a aproveitar mais largamente o ensejo que a fortuna lhe offerecia. Sabia o rei de Portugal defronte de Tuy com um exercito, que julgava ainda mais dizimado do que effectivamente o fôra pela passagem do rio; o condestavel estava no Alemtejo; a Beira, pela deserção de Martim Vasques da Cunha e de outros fidalgos da sua parcialidade, estava aberta ao inimigo; o infante D. Diniz voltára para Castella depois do seu captiveiro em Middleburgo. Com todos estes dados urdiram D. Henrique III e os seus conselheiros um vasto plano. O mestre de Santhiago devia ameaçar o Alemtejo para reter o condestavel n'essa fronteira; o condestavel de Castella, Ruy de Avalos, devia fazer uma demonstração para o lado de Tuy, espalhando que ia no exercito o proprio Henrique III, demorando conseguintemente por esse lado o rei de Portugal; ao mesmo tempo uma esquadra castelhana, que devia sahir em parte de Santander na Biscaya, em parte de Sevilha na Andaluzia, devia ameaçar Lisboa; e o ataque principal, que todas estas diversões serviam para proteger, fazia-se pelo lado da Beira, e dirigiam-n'o o infante D. Diniz, que se proclamava para esse fim rei de Portugal, e os fidalgos portuguezes que tinham deixado o serviço de D. João I. Esperava o rei

Digitized by Google

de Castella que a realeza do infante D. Diniz, vulto que sabia sympathico ao povo, encontrasse facilmente adherentes e, depois de conseguido o seu fim, descartar-se-hia d'elle, dando-lhe um ducado com algumas villas, e juntaria na sua fronte á corôa de Castella a corôa de Portugal.

O plano não era mal concebido, mas falhou pela execução: o infante D. Diniz entrou, proclamando que a rainha D. Beatriz lhe cedêra todos os seus direitos, e que por conseguinte era elle por todos os titulos o soberano legitimo de Portugal. Nem um homem se lhe juntou. O que pôde fazer foi devastar e queimar as povoações da Beira. Ao mesmo tempo o condestavel, avisado por Gonçalo Vasques Coutinho da entrada do infante, não fez caso das demonstrações offensivas do mestre de Santhiago, marchou para a Beira, precedido por um mensageiro com uma carta para o infante D. Diniz, em que lhe estranhava muito a sua rebellião, e em que lhe pedia ao mesmo tempo que o esperasse que elle não tardaria a punil-o. Queria com effeito esperal-o o brioso infante, mas os fidalgos castelhanos, que tinham sempre vivas na memoria as lições de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde, não estiveram pelo ajuste e obrigaram-n'o a retroceder. Não foi muito agradavel a volta: perseguiam com apupos este pobre D. Diniz II, que tão estranha maneira tivera para conquistar um reino.

A esquadra castelhana tambem não fizera coisa de vulto. Entrára no Tejo, mas a cidade em peso se levantou para se defender, e desde Cascaes até Lisboa estavam as praias todas guarnecidas. Depois de alguns dias de demora, retirou-se sem ter ousado tentar o minimo desembarque[1].

[1] Não podemos eximir-nos a transcrever n'este ponto um trecho de Schoeffer.

Nem sequer os Castelhanos conseguiram que el-rei de Portugal descercasse Tuy; porque Ruy de Avalos, tendo feito a sua demonstração aggressiva e não conseguindo que D. João I viesse a elle, partiu, deixando completamente desanimados os defensores da cidade, que, perdendo a esperança de soccorro, entregaram-se por capitulação. Ao mesmo tempo os fronteiros do Alemtejo, em vez de se intimidarem com as ameaças do mestre de Sant'Iago, entraram em Castella pelos lados de Serpa, roubaram e assolaram á vontade, e, de volta a Portugal, encontrando um corpo inimigo que os queria impedir, romperam-n'o, destroçando-o completamente no dia 1 de janeiro de 1399, e regressaram triumphantemente á sua patria.

Brazão de armas da villa de Marialva

Todas estas coisas moveram o rei de Castella a tratar sériamente da paz, e enviou para esse fim a el-rei de Portugal

«Só a armada castelhana, diz elle, parece ter sido mais prejudicial aos Portuguezes. Os historiadores de Portugal dizem que a frota sahiu de Lisboa sem ter emprehendido coisa alguma; porém, escriptores castelhanos affirmam que cinco galés da sua nação triumpharam de sete navios portuguezes; aprisionaram quatro, affugentaram dois e metteram um a pique. Ainda que se conceda este ponto, os grandes preparativos estiveram muito longe de corresponder a esse resultado, etc. *Hist. de Portugal*, tr. fr. pag. 388, Os escriptores castelhanos a que Schoeffer se refere são Ayala, *Cron. del-rei D. Enrique tercero.* Nota e supplemento. p. 588. Fernão Peres de Gusman. Generaciones, Semblanza se Obras de los reves D. Enrique III e D. Juan III, cap. 9 p. 589. *Cronica* do mesmo *del rey D. Juan II.* Valencia 1779.

Os escriptores portuguezes nada dizem na verdade directamente a esse respeito, mas quando Fernão Lopes refere a discussão do tratado, affirma que os plenipotenciarios portuguezes se queixaram de que «seu adversario armára uma frota, e a enviara ao reino de Portugal por desvairadas partes, as quaes juntas fizeram damno e perda, e quanto mal podiam, *tomando-lhe naus*, etc. *(Chronica de D. João I*, par. II. cap. 182, pag. 400). E adiante accrescenta que os mesmos plenipotenciarios exigiam que os Castelhanos entregassem «*as duas naus, que vinham de Genova.*» (Ibid. cap. 182, pag. 400.)

Digitized by Google

um Genovez por nome Ambrosio de Marines, que encontrou D. João I no Porto. Logo se tratou de se nomear plenipotenciarios, que na fronteira de Olivença discutissem as condições do tratado.

Os plenipotenciarios castelhanos foram Ruy de Avalos e o mestre de Sant'-Iago, acompanhados por alguns doutores, entre os quaes figurava um Pero Sanches, habil sophista e rabula de primeira força. Os plenipotenciarios portuguezes foram o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, conde de Barcellos, de Ourem, e de Arrayolos, que todos estes condados se accumulavam n'elle, o bispo de Coimbra, e os doutores Ruy Lourenço e Alvaro Pires Escobar.

A discussão durou nove mezes, todo o tempo do armisticio que fôra fixado, e nada concluiu. Não era possivel chegar-se a um accordo, porque nenhum dos contendores se confessava vencido, e ambos queriam sahir com as honras da guerra. Os portuguezes queixavam-se de que os Castelhanos não tivessem cumprido as condições da trégua de quinze annos; os inimigos de que os Portuguezes as tivessem rompido. Queriam os de Castella que lhes fossem restituidas Badajoz e Tuy com uma larga indemnisação, os de Portugal queriam que os prisioneiros, por causa dos quaes a antecedente contenda se travára, fossem postos em liberdade tambem com uma indemnisação copiosa; que as praças que os fidalgos portuguezes transfugas tivessem entregado ao rei de Castella fossem entregues ao rei de Portugal, e esses fidalgos expulsos do reino em que estavam refugiados; queriam os Castelhanos que el-rei de Portugal perdoasse aos transfugas, e lhes restituisse todos os seus bens. Estavam os portuguezes resolvidos a entregar o que tinham tomado aos Castelhanos, mas com a condição que estes restituissem tambem o que tinham aprezado. Era justo.

Passando a outras exigencias, queriam os Castelhanos que a rainha D. Beatriz casasse com o filho do rei de Portugal D. Affonso, que morreu ainda principe, e que logo fossem proclamados soberanos do reino disputado. Queriam mais que o infante D Diniz, para desistir das suas pretenções á realeza, recebesse em terras de Portugal um ducado com amplos dominios, e ainda juntavam a todas as exigencias a de que o rei de Portugal fosse obrigado a ajudar o rei de Castella na guerra contra os Mouros com mil lanças e dez galés. Inacceitaveis eram similhantes condições. Depois de tantas victorias haviam os Portuguezes de passar, como se fossem vencidos, debaixo das forcas caudinas d'um tratado humilhante!

As conferencias romperam-se bruscamente, e renovou-se a guerra. D. João I reuniu um exercito de quatro mil lanças, e, acompanhado pelo condestavel, foi sitiar Alcantara. Mas a praça era forte, e resistiu. Algumas escaramuças victoriosas salvaram a honra das armas, e D. João I levantou o cêrco.

Impaciente elle estava por concluir a paz. Enfadavam-n'o tantas delongas. Sem desejos ambiciosos, querendo apenas a independencia da sua patria, não podia comprehender como Castella se obstinava em se exhaurir de sangue e de dinheiro sem acceitar uma paz para ella honrosa, depois de tantos e tão assignalados desastres. Enviou então a Segovia, onde estava Henrique III, embaixadores a renovaren as propostas de paz. Foram elles o arcebispo de Lisboa[1], D. João Vasques de Almeida, e o doutor Martim d'Ocem. Os Castelhanos estavam em certos pontos mais benignos, mas levantavam por outro lado novas e exorbitan-

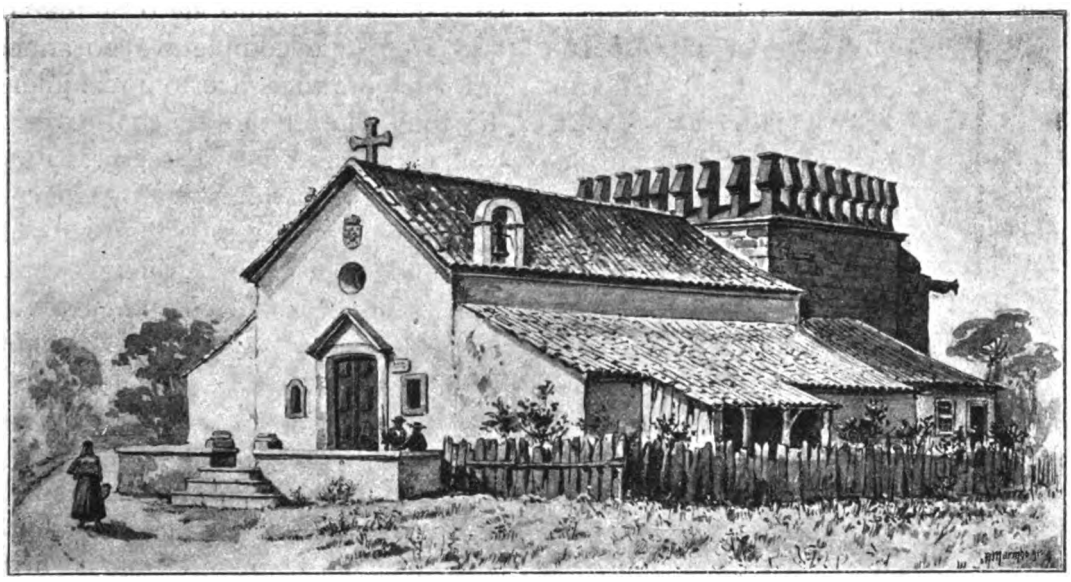
[1] Lisboa, que era então bispado suffraganeo de Santiago de Castella, fôra por Bonifacio IX elevada á dignidade de Sé archiepiscopal, e recebêra como suffraganeos os bispados d'Evora, Silves e Badajoz.

Digitized by Google

tes pretenções. Allegavam que o rei de Castella, por si e não por D. Beatriz, tinhá direito ao reino de Portugal e exigiam para elle uma indeminisação, tal como a que o fallecido D. João I déra ao duque de Lancaster. Insistiam além disso no auxilio contra os Mouros. O rei de Portugal regeitou energicamente estas absurdas pretenções, e formulou da seguinte maneira o seu *ultimatum:* Estava prompto a restituir Badajoz e Tuy comtanto que lhe restituissem as praças Portuguezas que estavam em poder de Castella: dava quitação do que se lhe devia por os prisioneiros não terem sido entregues a tempo, mas os prisioneiros deviam ser soltos, e não se lhe havia de vir pedir indemnisação pelo que tomára em Badajoz e em Tuy. Perdoava aos transfugas portuguezes, restituia-lhes os seus bem patrimoniaes, mas não os bens da corôa que elles tivessem por dadiva antes da deserção. Em D. Diniz e em D. Beatriz, e nas pretenções de Henrique III, nem se devia tornar a falar. Estaria prompto, como bom amigo e alliado e bom christão, a auxiliar o rei de Castella contra os Mouros, mas nem por sombras queria considerar tal soccorro como obrigatorio; se o désse seria espontaneamente, como seu avô D. Affonso XI de Castella na expedição do Salado.

Em presença da energica resposta, os Castelhanos abateram a prôa e concordaram, não na paz, mas n'uma tregua de dez annos com as condições por D. João I formuladas.

Assentára-se nas treguas, que logo, passados seis mezes, se assignasse a paz definitiva; mas os seis mezes passaram-se, passaram-se annos, e não se resolvia o caso. O rei de Castella tinha repugnancia em desistir das suas pretenções, e, ainda que sua esposa a rainha D. Catharina de Lencastre, irmã da rainha de Portugal, D. Philippa, insistia muito com elle para que chegasse a um accordo, sempre se foi esquivando a isso, até que a morte o surprehendeu ainda muito novo, ficando por herdeiro do throno el-rei D. João II, creança de pouca edade, e como regente a rainha D. Catharina e o infante D. Fernando tio do monarcha infantil. Discordlas civis em Castella impediram a rainha de tratar logo do negocio que tinha tanto a peito; mas final-



CAPELLA DE S. JORGE, PROXIMO DE ALJUBARROTA

Digitized by Google

mente na paschoa de 1407 voltou-se a tratar da paz definitiva.

Reuniram-se os embaixadores na fronteira de Castello Rodrigo, para o lado da Beira. Os plenipotenciarios eram o bispo de Singuenza, e o arcebispo de Lisboa, acompanhados, segundo o costume, por alguns juristas. As conferencias ainda d'esta vez nada decidiram. Queriam os Castelhanos a toda a força que os Portuguezes lhes pagassem as despezas da guerra! Para vencidos a pretenção não deixava de ser curiosa, e parecerá tocar os extremos do absurdo ao leitor da actualidade. Deve este porém reflectir que o systema das treguas usado na edade média frustrava muitas vezes todo o proveito da victoria. Quando se tratava da paz, o vencido estava recobrado do damno recebido, e podia muitas vezes dictar as condições, que recebia submisso se não se lhe désse descanço emquanto não assignasse a paz. Mas a energia de D. João I suppria os inconvenientes do uso do tempo. As conferencias foram de novo rotas.

Sempre desejosa de chegar a um accordo, pediu D. Catharina a seu cunhado e co-regente D. Fernando que a encarregasse a ella especialmente das negociações. Assim o conseguiu e começou logo a cartear-se com o rei de Portugal. Apesar da boa vontade dos dois, que devia aplanar todas as difficuldades, as negociações prolongaram-se. Estava o escolho n'uma pretenção, de que mesmo D. Catharina não queria desistir, era o do soccorro obrigatorio que D. João I devia dar ao rei de Castella contra os Mouros. O rei de Portugal foi inflexivel. D. Catharina cedeu emfim; mas levou tempo. O tratado de paz, ratificando pura e simplesmente as condições da trégua, foi assignado n'uma villa de Castella, que Fernão Lopes chama Ilhom, no dia 31 de outubro de 1411.

E ainda ficou uma difficuldade pendente. Como o rei de Castella tinha apenas sete annos e por conseguinte não podia jurar o tratado, ficou este dependente da sua approvação quando chegasse aos quatorze annos. Quando chegou a essa edade, apresentaram-lhe os regentes o tratado, e houve n'isso duvida. Recomeçaram as negociações, e afinal el-rei assignou o tratado na cidade d'Avila em 30 de abril de 1423, e ainda o não assignou definitivamente porque só o declarou valido até 6 de março de 1484, em que completava 20 annos, e em que com mais acerto podia julgar se lhe convinha ou não assignal-o.

Trez annos antes d'esse praso foram a Castella os cavalleiros Ruy Gonçalves e Pedro Gonçalves, e o doutor Ruy Fernandes para acabar de uma vez com essas hesitações. Effectivamente D. João II resolveu-se a dar a sua assignatura definitiva em Medina del Campo no dia 30 de outubro de 1431. Ainda vivia D. João I de Portugal.

Estava definitivamente reconhecida a independencia portugueza. Com prodigios de valor e de constancia firmára Portugal a sua carta de emancipação. As campanhas que deram em resultado Atoleiros e Trancoso, Aljubarrota e Valverde, são das mais maravilhosas que se notam nos annaes bellicos da humanidade. Povo que assim affirmava a sua autonomia não podia vêr mais o seu nome riscado da lista das nações independentes. Não fôra sem designio que a Providencia lhe influira tão heroicos espiritos para consolidar a nacionalidade contra a qual tudo conspirava. Esse designio percebeu-o o mundo, quando viu as frotas portuguezas, zombando de credulos pavores, devassando mares desconhecidos, abraçarem o continente africano com o longo cinto de espuma das suas quilhas, e aportarem afinal, temerarias e maravilhadas, nas praias resplandecentes do Indostão!

Digitized by Google

CAPITULO IV

Dissenções entre o rei e o condestavel.— Casamento de D. João I

Como vimos no capitulo antecedente a amisade que unia o rei ao condestavel fôra turvada occasionalmente; não dissemos por quê. Vamos dizel-o agora.

Fallámos já na profunda inimisade que dividia Nuno Alvares Pereira e João das Regras, os dois validos de D. João I, as duas columnas do seu throno. Geravam essa inimisade, não só differenças de caracteres, mas tambem differenças de politica. Era Nuno Alvares Pereira o homem dos tempos cavalleirosos que findavam, João das Regras o das diplomaticas éras que se abriam. Nuno Alvares Pereira, o ultimo dos barões, João das Regras, o primeiro dos ministros omnipotentes, não se podiam entender. Queria este nivellar tudo diante do throno, aquelle queria que, entre a cerrada phalange das espadas de uma nobreza inquieta, resplandecesse, mas apenas como a do primeiro entre os fidalgos, a espada do soberano.

Era uma lucta de morte entre os dois principios que esses dois homens representavam.

A lucta entre a nobreza e a realeza foi em Portugal uma lucta que durou seculos. Começou no tempo de D. Affonso II, accentuou-se mais no tempo de D. Diniz, e João das Regras, continuando-a em nome de D. João I, não fez mais do que seguir o exemplo e as tradições de todos os ministros que se tinham succedido desde o tempo do chanceller Julião, ministro de D. Sancho I, que esse teve principalmente que luctar com o clero. Se a nobreza, apesar da sua importancia politica e dos seus vastos recursos, foi quasi constantemente vencida, é porque a sua queda era uma necessidade do progresso; resultava, como diz Herculano, do modo de ser da sociedade.

O que constituia porém sobretudo a fraqueza da aristocracia n'esta lucta com João das Regras era a attitude que tomára na guerra essencialmente nacional que se travára contra o rei de Castella. Emquanto o povo combatia francamente pela causa nacional, sem saber ainda nem quem havia de representál-a; emquanto o povo acima de tudo via a idéa sacro-santa da patria, a nobreza hesitava, seguia em grande parte a bandeira do rei estrangeiro, passava sem escrupulo de um para outro campo, decidia-se pelo mestre de Aviz quando a fortuna principiava a ser-lhe favoravel, passava outra vez para Castella quando as coisas tomavam um aspecto desesperado para o rei portuguez, e muitos houve que, movidos por despeitos mesquinhos ou por motivos d'interesse pessoal, abandonaram a causa triumphante do mestre de Aviz, como fizeram por exemplo Martim Vasques da Cunha e outros. Portanto a nobreza não só tinha em muito pouca attenção a causa da patria, mas achava-se dividida, incerta e sem opinião definida e collectiva sobre a questão gravissima da independencia nacional. Portanto o rei e o povo approximaram-se naturalmente n'esta communhão de idéas e de provações e de perigos.

Digitized by Google

O povo ao mesmo tempo percebia o interesse que tinha em dar força ao throno, porque era esse o meio de cohibir e de reprimir as tyrannias locaes. O rei interessava na força dos concelhos, porque eram elles que lhe davam força para quebrar a independencia da fidalguia, o que era para a corôa uma constante ameaça.

N'esse tempo um novo elemento viera ainda auxiliar a realeza na sua lucta com a aristocracia feudal. Renovára-se na Europa o estudo do direito. A primeira Renascença, a Renascença do seculo XIII, trouxera a renovação dos estudos em geral, a fundação das universidades, o culto enthusiastico de tudo o que trazia comsigo a cunho da grande civilisação antiga. Ora o direito que se ensinava nas novas universidades era o direito romano, o direito dos imperadores, o direito como se derivava dos codigos de Justiniano e de Theodosio, e que tornava lei suprema no Estado a vontade do principe. Póde-se imaginar portanto que os legistas, que sahiam das universidades da Italia, como João das Regras, discipulo da universidade de Bolonha, haviam de trazer no espirito a convicção profunda da necessidade de fortalecer o poder real. Era, como se vê, para o povo um alliado com restricções mentaes. Os legistas auxiliavam o povo dos municipios, porque este auxiliava a corôa, e porque o inimigo mais poderoso era n'essa occasião a nobreza; mas, depois da victoria, haviam de voltar as armas contra os seus alliados da vespera. Assim, a evolução monarchica absolutista do seculo XVI estava já contida nos elementos d'esta grande evolução democratica do seculo XIV, e, como acontece em todas as coisas do mundo, o principio da vida trazia já em si os germens da morte; Aljubarrota encerrava, latente, mysteriosa, só conhecida da Providencia, a chave do triste enigma de Alcacer-Kibir.

TUMULO DE NUNO ALVARES

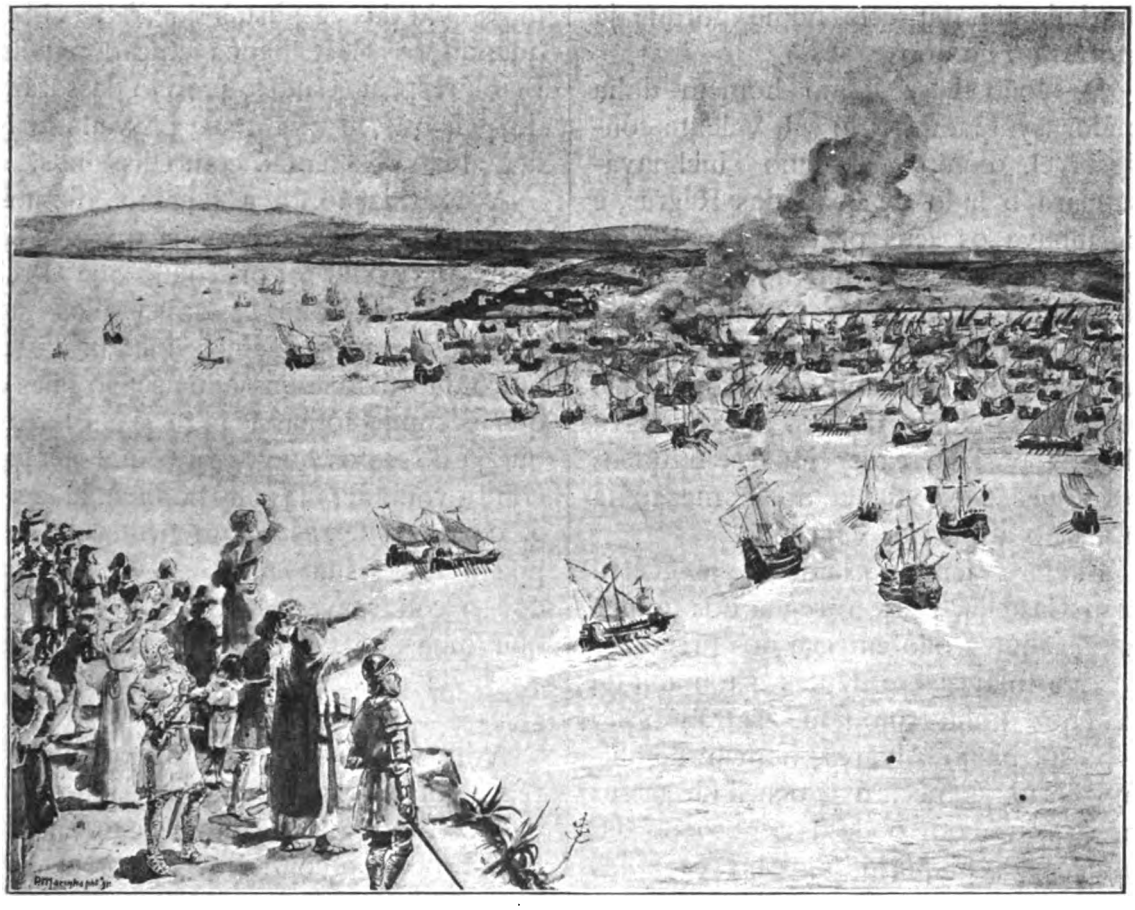
Mas, voltando agora ao periodo que nos occupa, em que estava por assim dizer na sua lua de mel a alliança da corôa, dos legistas e do povo, ouçamos Herculano, que in sere n'um dos seus magnificos romances estas paginas, ora profundas, ora humoristicas, mas em que está definida de um modo notavel a hostilidade permanente entre João das Regras e o condestavel.

«D'este modo a alliança triplice da unidade monarchica da sciencia e do principio da associação, cuja fórma mais bella, mais energica, mais viva tem sido e será sempre o municipio, era uma coalisão que se tornava em toda a Europa cada vez mais ameaçadora para a casta privilegiada, mas que em Portugal actuava com dobrada violencia na epoca de D. João I, pelas circumstancias a que já alludimos. É por isso que, apesar de tantos caracteres elevados, e de tan-

Digitized by Google

tos homens valentes e cheios de amor da patria, que então surgiram das fileiras aristocraticas; apesar da indole cavalheirosa do principe, das riquezas da fidalguia e das instituições e costumes, que, recordando a todo o momento o vida propria; era vão, porque não podia chegar a uma causa final, e faltava-lhe apenas um seculo para se tornar impossivel.

João das Regras era o nó da triplice alliança, era o homem da idéa juvenil.



COMBATE NAVAL NO TEJO

poder dos antigos ricos-homens, deviam dar immensa força moral e material aos seus descendentes, a decadencia da nobreza como elemento politico era rapida e decisiva, e será perceptivel para qualquer que leia a historia dos fins da edade média. A idéa contraria a ella era a idéa progressiva. O cyclo da monarchia absoluta mandava já do oriente os seus primeiros clarões. A Providencia assim o ordenára, e o combater é o estrebuxar do privilegio, que queria viver de Nuno Alvares, chefe da nobreza, o homem da idéa gasta e decadente. O legista, alma rasteira, prosaica, astuta, proveitosa, e talvez negra, levava de vencida o mais illustre homem de armas de Portugal, alma grande, generosa, leal e poetica. Transportada a questão do complexo social para o individuo, a verdade é que o máo triumphava do bom, a velhacaria da franqueza. Quantos tolos perguntariam na sinceridade da sua parvoice:

Digitized by Google

«Onde está a justiça e a providencia de Deus?

«Deixava brigar dois animalculos, o condestavel e o chanceler de Portugal, e dirigia o desenvolvimento da civilisação humana por leis eternas, e não pelas reflexões semsaboronas de meia duzia de mentecaptos, a quem tomo a liberdade de dar este nome porque já morreram ha 400 annos.»

D. João I se como homem tinha maior sympathia pelo seu valente condestavel, como soberano inclinava-se para o lado de João das Regras, e partilhava os seus principios politicos, que todos se cifravam no acrescentamento do régio poder. Nos ataques do seu ministro contra a nobreza, recommendava-lhe comtudo elle sempre que respeitasse Nuno Alvares. Este abusava da sua posição excepcional, e frequentes vezes se excedia, como aconteceu na occasião a que nos referimos.

Findara temporariamente a guerra com Castella, viera a trégua dos quinze annos, que a não entrega dos prisioneiros portuguezes, e depois a tomada de Badajoz tinha rompido. Entrando no repoiso, Nuno Alvares, homem de animo largo, começára a distribuir terras pelos seus com o desassombro de um monarcha, adquirindo assim vassallos proprios e formando em Portugal uma especie de feudalismo. Isto desagradou ao rei, que procurava o mais possivel, aconselhado por João das Regras, acabar com esses préstamos a que o desfalque dos bens da corôa, como vimos, déra quasi a fórmula feudal. Dizia-lhe o seu astuto ministro que as recompensas dadas ao condestavel já eram demasiadas para as posses da corôa; el-rei, querendo conciliar tudo sem tirar ao condestavel o que lhe dera, e sem permittir ao mesmo tempo que elle e os fidalgos seus adherentes lhe fossem absorvendo o reino, determinou comprar essas terras aos fidalgos. O condestavel sentiu-se muito d'isso, e, por mais razões que D. João lhe désse, tanto se irritou que esteve para sahir do reino. Foi necessario que o rei lhe mandasse plenipotenciarios a tranquillisal-o, e lhe fizesse concessões. Afinal o condestavel cedeu, mas ficou sempre resentido, como se viu das respostas que deu a el-rei quando os Castelhanos entraram pela Beira, respostas rudes, que não passaram de palavras, e que a sua provada lealdade logo desmentiu, como dissemos.

A conciliação foi a seguinte, diz-nos Fernão Lopes. No Porto é que ella se concluiu, «e alli foi ordenado que el-rei tomasse para si todos os vassallos que o conde e outros fidalgos tinham, e que outro não tivesse vassallos senão elle, e que o conde tomasse para si as terras que já dissemos que déra, o que elle fez contra vontade, mas não podia alli fazer; e, como as terras foram tiradas, el-rei poz a todos suas quantias, e assim ficou o condestavel socegado n'aquellas que tinha de juro e herdade, mas as que eram de préstamo lhe foi forçado deixar.»

A idéa juvenil, como diz Herculano, representada pelo chanceller João das Regras triumphava; a idéa gasta, encerrada no brioso condestavel, morria. Tinha D. João I todas as contemplações possiveis pelo homem, a quem o ligava fraternal affecto, mas o principio destruia-o sem piedade, e o condestavel, apesar do seu habitual insoffrimento, resignava-se emfim, porque o seu espirito claro bem lhe fazia presentir que quem o vencia não era D. João I nem João das Regras, era a força das coisas.

Victorioso assim a um tempo das pretenções dos inimigos exteriores e das exigencias da sua nobreza turbulenta, D. João I conseguia tambem rehabilitar perante as côrtes estrangeiras este paiz, sobre o qual as leviandades de D. Fer-

Digitized by Google

nando tinham acarretado o desprezo universal. As suas victorias, que tinham feito soar o seu nome na França maravilhada, a influencia que essas victorias tinham feito adquirir ao seu alliado duque de Lancaster, tudo grangeava para a nossa pequena patria um logar eminente na politica européa. O casamento de D. João I com Philippa de Lancaster já provava o desejo que a Inglaterra tinha de estreitar comnosco as suas relações de amisade. O facto de vir um dos principes mais poderosos do continente, o duque de Borgonha, pedir a mão d'uma infanta portugueza, mostra quão rapidamente se dilatára a nossa fama, e quanto, graças á energia por nós desenvolvida, estavamos sendo acatados em toda a Europa.

Referiremos a seu tempo esse casamento, que fez d'uma filha de D João I uma duqueza de Borgonha; agora tratamos unicamente do casamento do proprio D. João I, e da influencia que teve nas nossas relações com a Inglaterra.

Eram antiquissimas as nossas relações com a Inglaterra. Os nossos pescadores, já então muito audaciosos, aventuravam-se até ás proximidades do mar da Mancha, os cruzados inglezes arribavam sempre a Portugal, quando iam de caminho para a Palestina. A posse de uma parte das costas atlanticas da França dava ainda á Inglaterra novos motivos para estar em relações comnosco. D'estas relações antiquissimas só apparece noticia quando alguma dessidencia occasional trazia a necessidade de um accordo. Assim uma vez uns Castelhanos, que se davam por Portuguezes, exerceram violencias sobre navios britannicos. Portugal nomeou dois homens desinteressados e a Inglaterra outros dois para julgarem a questão. Os Portuguezes pediram que os negociantes de Bayona, então cidade ingleza, lhes alugassem navios, porque não havia em Portugal os necessarios para o commercio, e prometteram bom pagamento[1]. D. Diniz fez em outubro de 1308 um verdadeiro tractado de commercio com a Inglaterra, pelo qual se vê que já houvera um accordo anterior. N'esse tractado o rei de Inglaterra concedia aos negociantes portuguezes garantias e salvos-conductos para mercadejarem nas terras inglezas. De vez emquando, como hoje diriamos, suscitava-se a observancia d'este tractado[2]. Algumas vezes havia contendas graves entre subditos das duas nações[3], mas isso não fazia senão avivar a recordação do antigo tractado[4].

Brazão de armas da cidade de Vizeu

Os reis de Inglaterra sempre declararam debaixo da sua protecção especial os navios e negociantes portuguezes[5] garantindo-os, tanto quanto possivel, contra quaesquer violencias[6]. A 20 de outubro de 1353 o corpo commercial das cidades maritimas portuguezas fez com o rei de Inglaterra um tratado, pelo qual além das garantias de segurança de propriedade, de livre navegação e livre transito, se estipuiava que, se uma das partas achasse entre os bens tomados pela outra ao inimigo alguns que lhe pertencessem, lhe deveriam ser estes restituidos[7]. Além de outras garantias, ti-

---

[1] Rymer *Fœdera*, etc., vol. I. P. II. Ad. ann. 1293 pp. 799, 789, 815 (edição de 1816).

[2] Em 1325 por exemplo. Rymer *Fœdera*, etc. ed. III Hagœ. Com. 1739, 1745, vol. II. Pag. 2.ª, pag 134.

[3] Rymer *Fœdera*, etc. II, 4, p. 146

[4] Rymer *Fœdera*, etc. II, 4, p. 158, ad. ann. 1344.

[5] Suscepimos eosdem mercatores, naves, magistros et marinarios... in protectionem et defensionem ac salvam guardiam nostram etc. Rymer *Fœdera* etc., ad ann. 1325, vol. 3.º, pag. 71. Texto de uma ordenação do rei de Inglaterra.

[6] Rymer Ibid.

[7] «A esta disposição do tratado se referia, diz Schoeffer, quatro annes depois o rei d'Inglaterra n'uma discussão sobre objectos portuguezes, que na guerra com os Francezes, os Inglezes tinham á estes tomado. Rumer, III. 1, IV, p, 138.

Digitized by Google

nham os portuguezes obtido o direito de pescar nas aguas ingiezas, a troco do pagamento dos direitos usuaes [1].

Durante os reinados de D. Affonso IV e de D. Pedro I não houve necessidade de renovar o tratado de commercio com a Inglaterra; mas D. Fernando, que pela sua irrequieta ambição andava sempre negociando com os outros governos, renovou umas poucas de vezes os tratados de commercio com a Inglaterra, que acompanhavam provavelmente outras estipulações politicas. Encontramos assim durante o seu reinado os tratados de 12 de abril de 1372 [2], de 2 de novembro de 1372 [3], de 16 de junho de 1373 [4], e de 15 de julho de 1380 [5], que não contêm aliás estipulações essencialmente differentes das dos tratados anteriores.

Comtudo no reinado de D. Fernando, como vimos, houvera mais do que tratados commerciaes, houvera alliança militar. O conde de Cambridge veiu a Portugal combater ao lado de D. Fernando, e seu filho chegou a estar desposado eom a pequenina D. Beatriz, que devia ser depois rainha de Castella. O mestre de Aviz seguiu a tradição, procurando a alliança ingleza. Depois de subir ao throno renovou a 15 de abril de 1386 o tratado de commercio [6], a 9 de maio do mesmo anno concluiu com o rei Ricardo II uma alliança offensiva e defensiva [7], que foi confirmada a 12 de agosto [8], ratificada pelo successor de Ricardo, Henrique IV, a 16 de fevereiro 1404 [1]. O casamento de João I com Philippa de Lencastre (2 de fevereiro de 1384) apertou mais estes laços, como se vê pelo facto de se declarar que em qualquer tratado que Portugal fizesse com o rei de Castella seria a Inglaterra incluida, e reciprocamente [2]. Foi o que succedeu effectivamente nas trêguas de 27 de fevereiro de 1404, concluidas entre Portugal e Castella, em que foi a Inglaterra incluida [3].

A significação politica do casamento de D. João I com uma princeza britannica n'estas paginas fica traçada. Era mais uma manifestação da velha alliança que nos ligava aos Inglezes, era como que a confirmação e a garantia dos tratados então renovados. Mas essa alliança estava então longe de ser, como foi trez seculos depois, uma protecção aviltante para nós; era a alliança de dois povos que se respeitavam mutuamente, alliança em que eram reciprocas as vantagens se por acaso a balança não pendia um pouco para a lado dos Inglezes, que, pelo menos n'essa occasião, tinham lucrado mais com o nosso auxilio do que nós com o d'elles. O certo é que o duque de Lancaster, ao retirar-se da Peninsula, ia tanto ou mais satisfeito por deixar sua filha D. Philippa rainha de Portugal, do que por deixar sua filha D. Catharina rainha de Castella.

Se, pelo lado da politica, fazia D. João I um vantajoso casamento, tambem não deixava de encontrar n'elle todos os elementos da felicidade conjugal.

Quando se tratou de escolher noiva, deu elle uma rara prova de bom senso, preferindo D. Filippa a D. Catharina. «Se escolho a primogenita, disse elle aos conselheiros que instavam para que a preferisse, vejo-me obrigado, sob pena

[1] «Item que pessoners de la marismes et citées avante dites, puissent venir et pêcher, franchement et sauvement en les ports d'Engleterre et de Bretaigne, et en tous les autres lieux et ports, où ils verront, paints les droits et les coutumes a les seigneures du pays.» Rymer III, 1, p. 88».

[2] *Renovatio antiquorum fœderum*, Rvmer, IV, p. 12.

[3] Rymer, III, 2, p. 208.

[4] Rymer, III, 3, p. 8.

[5] Rymer, III, 8, p. 103; e III, 3, p. 120.

[6] Rymer, III, 3, p. 200 a 202.

[7] Rymer, III, 6, p. 203.

[8] Rymer, III, 4, p. 15. Silva, Memorias, etc. t. IV, *Collecção dos documentos*, numn. 34.

[1] Silva, *Collecção dos documentos*, num. 32.

[2] Vejam-se as correspondencias entre os dois reis em Silva, *Collecção dos documentos* num. 33 e 35.

[3] Rymer, IV, 1, p. 64 e 65

Digitized by Google

de deshonra para o meu nome, a sustentar as pretenções que de seu pae ha de herdar á corôa de Castella. Ora, eu que não sou ambicioso, quero governar livremente o reino, cujos povos me elegeram espontaneamenete, mas não quero ir perturbar os outros na pacifica posse dos solios que herdaram, nem desejo acarretar e Portugal, que tanto necessita de tranquillidade, novas e desnecessarias complicações.

Casou por conseguinte el-rei D. João I com a infanta D. Philippa de Lancaster, na cidade do Porto, a 2 de fevereiro de 1384. Tinha elle d'edade vinte e nove annos, ella vinte e oito. O casamento foi feito com grande pompa, e logo el-rei ordenou casa a sua mulher, dando-lhe os rendimentos necessarios para a sustentar dignamente, e collocando junto d'ella para desempenharem os differentes cargos da côrte, fidalgos e fidalgas tanto portuguezes como inglezes.

Era D. Philippa uma excellente senhora, com todos os domesticos predicados que distinguem as Inglezas; esposa irreprehensivel, boa mãe e boa educadora. O seu epitaphio, contra o costume dos epitaphios, não lhe exagera as virtudes quando diz:

«Foi esta senhora um modelo e regra de virtude conjugal para casados; guia e ensino para donzellas; meio e occasião de toda a honestidade para o reino; e, porque não faltasse em nada, tiveram n'ella os que a serviam uma mestra mui discreta e grave da graça egalanteria de palacio e de toda a politica cortezã[1].»

Assim era effectivamente. Os historiadores são concordes em louvar a prin-

BRAGA—CAPELLA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

[1] Citado e traduzido (o epitaphio é em latim) por fr. Luiz de Sousa na *Historia de S. Domingos* 1ª parte, L. VI, cap. XXV, tom. 2, pag. 307, 3ª edição (de 1866).

Digitized by Google

ceza que soube reunir á dignidade de uma rainha os doces predicados de esposa, as sérias qualidades de mãe de familia, cuja presença purificou o paço manchado por D. Leonor Telles, que deu a seu marido a ventura, á sua côrte o exemplo da moralidade, e ao seu paiz adoptivo essa pleiade maravilhosa de principes de que foi duas vezes mãe, mãe pela natureza, mãe pela educação, principes que honram a patria, e que formaram nos degraus do throno um cortejo tal como se não encontra facilmente em outra época da historia e em outro solio do universo.

É d'elles que vamos falar agora.

CAPITULO V

Os filhos de D. João I

João foi grande por si mesmo, escreve Ferdinand Denis no *Portugal Pittoresque*, mas foi grande tambem pelos homens da sua raça. Realmente, d'essa linhagem é que podemos reproduzir o que dizia um auctor italiano dos bravos do seu tempo:

Ecco uno esercito d'eroi

Razão tinha o escriptor francez: D. Duarte o rei eloquente. D. Pedro o sabio politico e o homem de vasta instrucção. D. Henrique o iniciador dos descobrimentos, o homem de sciencia superior ao seu seculo. D. Fernando o heroe da resignação, o principe constante, o infante santo, cercam o throno de D. João I de um resplendor incomparavel.

Vamos tratar d'elles com mais alguma demora, que o merecem.

Teve D. João I da rainha D. Filippa, sua mulher, oito filhos, que foram os seguintes:

A infanta D. Branca, nascida em Lisboa a 13 de julho de 1388, morreu d'edade de oito mezes e foi sepultada na cathedral da cidade onde nascera.

O infante D. Affonso, nasceu em Santarem a 30 de julho de 1390, e morreu de dez annos d'edade. Foi sepultado em Braga[1].

O infante D. Duarte, que foi o herdeiro do throno, e que nasceu em Vizeu a 30 d'outubro de 1391.

Falaremos mais largamente d'elle quando tratarmos do seu reinado. Lembraremos comtudo desde já o logar que este sabio monarcha conquistou na lista dos nossos escriptores. *Eloquente* o chamou a posteridade. Mais do que eloquente ainda, sabio de primeira ordem, philosopho notavel para o seu tempo o devemos nós chamar.

O primogenito de D. João I, cultivando as lettras, n'uma época semi-barbara, deu immenso realce á purpura do soberano com os predicados d'escriptor. São d'isso testemunho os livros que nos deixou, e que hoje são apreciados não só como thesoiro de sciencia e d'eloquencia para a época, mas tambem como espelho das virtudes do principe, educado n'uma atmosphera de pureza e de nobreza d'alma. Lendo as paginas do *Leal Conselheiro*, em que o escriptor coroado fala de seu pae, de sua mãe, dé

[1] N'um tumulo de bronze doirado. que mandou de Borgonha sua irmã D. Isabel. Cunha *Hist. de Braga*, t. 2.º. cap. 58, n.º 4.

Digitized by Google

seus irmãos, com entranhado affecto, em que nos mostra como os mais nobres predicados do espirito e do coração resplandeciam n'essa côrte austera e grave, sentimo-nos como que transportados para um Paraizo anterior ao mundo peccaminoso, deleitamo-nos na contemplação d'essa época, unica na historia d'um povo, em que a sciencia, o heroismo, e a virtude se casavam em doce alliança, e perfumavam, fragrante grinalda, o paiz e o seculo em que floresciam.

Erudito, o infante D. Duarte, primeiro dos nossos reis (de que nos chegasse memoria) que teve relativamente uma copiosa livraria, deixou-nos testemunho do que sabia no seu livro *Leal Conselheiro,* obra de philosophia moral, valiosa pela suavidade do estylo, pela alteza dos principios, e tambem pelos conhecimentos que revela, ainda que, debaixo do aspecto scientifico, esteja muito longe de satisfazer não só a philosophia actual, mas tambem a do seu tempo, que póde citar livros de maior importancia. Um escriptor contemporaneo, n'um livro em que se revelava um talento esperançoso e sério, avalia da seguinte fórma o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte:

«O livro de D. Duarte não é uma obra scientifica. A exposição das doutrinas é desconnexa e sem as precisas relações e liames intimos... Este defeito, já em si grave, é acompanhado de falta de maduro exame nas classificações parciaes... Attendendo á data do livro e ás circumstancias scientificas e moraes, todas as censuras seriam immerecidas. Em summa, tendo de concluir, diremos em abono da verdade: o livro não era destinado ás escolas de philosophia, e todos os defeitos arguidos devem ser seguidos d'esta ponderosa consideração.

«Em favor do merecimento do livro ha a época, a elevadissima posição do escriptor, e mais que tudo a discrição, o discernimento e a virtude incomparavel d'expôr em linguagem nossa os seus preceitos, e a doutrina elevada da moral christã[1].

Seguiu-se, immediatamente na ordem do nascimento, a D. Duarte o Infante D. Pedro, que nasceu em Lisboa a 9 de dezembro de 1392. Foi duque de Coimbra, senhor de Montemór-o-Velho e regente do reino durante a menoridade de Affonso V. Foi elle o primeiro que em Portugal teve o titulo de Duque. Dotado das mais altas qualidades moraes, não o era menos de predicados d'espirito, e parece que n'elle se reuniram, ainda que talvez em grau menos sublime, as qualidades dos outros seus irmãos.

Erudito como D. Henrique, eloquente como D. Duarte, virtuoso como D. Fernando, victima como este de ruins paixões, a nobre figura do infante D. Pedro avulta como uma das mais notaveis e das mais sympathicas da nossa historia. Foi como poeta muito apreciado na peninsula hespanhola. O infante D. Pedro, diz Ticknor na sua *Historia da litteratura hespanhola,* versificador de certo renome, que viajou pelas differentes partes do mundo, travou pessoalmente conhecimento com Juan de Mena, em Hespanha, e dirigiu-lhe alguns versos melhores do que a resposta que receberam[2].»

---

[1] J. J. Lopes Praça. *Historia da Philosophia em Portugal, nas suas relações com o movimento geral da philosophia*—pag. 42 e 43:— 1868. Livro muito apreciavel e que revela um escriptor sisudo e meditador, Ainda que seja apenas um esboço, estamos convencidos que merecia a séria attenção da imprensa do paiz.

Do *Leal Conselheiro* ha duas edições, uma de Paris de 1842, outra de Lisboa de 1843. Ambss vêm acompanhadas do *Livro de ensenança de bem cavalgar toda a sella*, escripto tambem por el-rei D. Duarte. Veja-se para mais ampla noticia o *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio da Silva, tom. 2.º pag 203. (Lisboa 1859.)

[2] Ticknor *Historia da litteratura hespanhola*, pag 347 da traducção franceza de Magnabal. (Paris 1864.) O illustre escriptor americano accrescenta a esta noticia a seguinte nota: «Os versos que teem por titulo: *Do infante Dom Pedro, Filho d'el-rey Dom Joam, em Loor de Joam de Mena*, a resposta de João de Mena, uma curta réplica do Infante, e uma *finida* ou conclusão vêm no Cancioneiro de Rezende. (Lis-

Digitized by Google

Devemos notar que este João de Mena era o mais notavel poeta da côrte de D. João II de Castella e um dos mais apreciados entre os das primeiras epocas da litteratura hespanhola.

Como prosador, traduziu algumas obras latinas e escreveu um livro intitulado *A virtuosa bemfeitoria*, livro moral dedicado a seu irmão o infante D. Duarte, e que ainda se acha inedito. Posto que não tenha o alcance do *Leal Conselheiro*, notam-se-lhe qualidades eminentes do mesmo genero, suavidade de estylo e alteza de principios[1].

As suas viagens alguma coisa aproveitaram a seu irmão D. Henrique, a quem, segundo parece, trouxe esclarecimentos mais ou menos importantes, mas que de certo tiveram a vantagem de o animarem no projecto a que deveu a sua gloria pessoal, e o nosso paiz o esplendor com que fulgura na historia.

D'estas viagens do infante D. Pedro apoderou-se a imaginação popular, e fez d'ellas um verdadeiro mytho, em que bordou os mais maravilhosos matizes no liso trama da digressão do infante[1].

Eram então muito usadas as divisas, costume cavalheiresco, em que mais ou menos conceituosamente exprimiam os cavalleiros as tendencias do seu espirito. Um symbolo qualquer figurava nos escudos, escolhido pela pessoa que tomava a divisa juntando-lhe a lettra, que os filhos de D. João I usaram sempre em lingua franceza, que era o idioma de sua mãe. A côrte ingleza, como já dissemos, ainda era meio normanda, e a lingua franceza era usada tanto em Paris como em Londres.

Nos tumulos dos quatro infantes na Batalha se vêem as divisas escolhidas por cada um d'elles, e que fr. Luiz de Sousa explica, nem sempre com acerto, mas pelo menos sempre com engenho e magia de estylo. A divisa do infante D.

---

boa 1516 in-folio 72, 61). Veja-se tambem Bellerman (Die Alten Liederbucher der Portugiesen «da antiga litteratura portugueza» Berlin, 1840, pp. 27, 64) Mendez (*Typog.* a p. 137) Este infante D. Pedro é segundo ereio, o mesmo principe a que Cervantes allude (*D. Quichote*, part. II. cap. XXII), dizendo que foi um grande viajante. Pellicer e Clemencin nada nos dizem a esse respeito.» A omissão de que Ticknor se queixa provém naturalmente de que os commentadores hespanhoes julgavam o facto geralmente sabido, mas o principe é indubitavelmente o mesmo. Devemos accrescentar que esses versos a João de Mena juntamente com outros em castelhano vêm não só no *cancioneiro* de Rezende, mas tambem nas *Memorias de D. João I*, de Soares da Silva, tom. IV, pag. 463. As copias castelhanas já tinham sido editadas separadamente em Hespanha. Veja-se o já citado *Diccionario Bibliographico* de Innocencio da Silva, tomo 6.º, pag. 379 (Lisboa 1862).

[1] Eis o resumo dos assumptos tratados no livro, feito pelo autor no fim da dedicatoria: «Este tratado de virtuosa bemfeitoria é partido em 6 livros, o primeiro declara que coisa é virtuosa bemfeitoria... O 2.º livro trata como o beneficio deve ser dado. O 3.º livro falla como a virtuosa bemfeitoria deve ser requerida. O 4.º livro divisa como o beneficio deve ser recebido. O 5.º livro d'esta obra declara que coisa é agradecimento e em que maneira deve ser feito. O 6.º e ultimo livro demonstra os modos por que as bemfeitorias se podem perder.» Citado (mas com a ortographia e antiquadas palavras do original) no *Diccionario bibliographico* de Innocencio da Silva, tomo VI pag, 378.

[2] Veja-se a respeito d'esse mytho e do livro apocrypho, a que deu origem a curiosa obra de F. Dinis, intitulada *mundo encantado, cosmographia, e historia natural phantastica da edade media*, pag. 314.

Acerca d'esse mesmo livro apocrypho eis o que diz Innocencio da Silva no seu *Diccionario bibliographico*, tomo 3.º, p. 149 (Lisboa, 1859).

«*Gomes de Santo Estevam*, que se diz ter sido um dos doze creados que acompanharam o infante D. Pedro, filho de D. João I, em suas longinquas peregrinações, começadas segundo a opinião vulgar dos nossos historiadores em 1424 (mas que o sr. abbade de Castro, sem duvida mais bem informado, faz datar de 1415. E' para mim incomprehensivel como, em tal persuasão, Barbosa não viu o grosseiro erro em que cahiu ao dal-o ainda por vivo em 1544, dizendo que n'esse anno publicou o livro ou auto que corre impresso com o seu nome! seja como fôr, o tal livro apparece na *Bibliotheca Lusitana* com o titulo seguinte:

Livro do infante D. Pedro, que andou as quatro partidas do mundo. Lisboa por Antonio Alvares 1554, 4.º»

Adduz Innocencio as rasões que tem para não acreditar muito n'essa edição de 1554. Não vem isso ao nosso caso; diremos apenas que o livro, incontestavelmente apocrypho, não pode remontar para além do seculo XVI, sendo a primeira edição irrefutavelmente conhecida uma traducção castelhana (ou original, quem sabe?) de 1564. As viagens do infante D. Pedro deviam levar pelo menos um seculo a enfeitarem-se de maravilhoso.

Digitized by Google

Pedro são, segundo elle diz «umas balanças, e de mistura com ellas alguns ramos de que pendem umas bolotas como de azinheira, e uma lettra franceza de uma só palavra que é *Dèsir*[1].»

As explicações especiosas de fr. Luiz de Sousa, essas abandonamol-as.

Na divisa *Dèsir* é que se resume incontestavelmente o caracter d'este modelo de principes: foi a sua vida, coroada por tão desditosa morte, uma constante aspiração para o bem, um constante desejo de se instruir, de se melhorar, de attingir emfim ao ideal de todas as creaturas humanas.

O terceiro dos principes sobreviventes a D. João I e o quinto de seus filhos foi o celebre infante D. Henrique, duque de Vizeu, senhor da Covilhã, e mestre da ordem de Christo. Nasceu no Porto a 4 de março de 1394.

Temos de lhe consagrar mais d'um capitulo, quando tractarmos dos descobrimentos dos Portuguezes e do notavel impulso que elle lhes imprimiu. Agora, para fazer-mos figurar o seu vulto n'esta galeria, limitar-nos-hemos a retratal-o de relance, aproveitando dois dos magnificos periodos da biographia que Rebello da Silva d'este principe escreveu.

«Dotára-o Deus de engenho elevado, de constancia e de vontade firme para, ajudado de prendas tão raras, conceber e executar os vastos planos que sublimaram seu nome. Cavalleiro, cortoulhe a gloria, ao sair da puericia e na juventude, os loiros guerreiros, para mais tarde lhe cingir na fronte a corôa rostral, querendo que todos o tivessem por modelo acabado das perfeições da epoca, vendo-o unir ás palmas de soldado os tropheus de navegador, á doutrina a gerarchia, ao arrojo a austeridade[2].»

Essa constancia, essa intrepidez e essa perseverança bem se demonstravam na sua divisa: *Talent de bien faire*. Tem a palavra *talent* a significação de vontade: *talante*, como diziam os nos-

D PHILIPPA DE LANCASTER

sos antigos, e ainda como hoje em certos casos se escreve. Foi essa divisa do generoso infante a palavra animadora dos Portuguezes nos seus emprehendimentos continuados. «Entre os lavores da sepultura, diz fr. Luiz de Sousa, se vêem uns traços pequenos de que nascem uns raminhos, que na feição e fructos, parecem de carrasco, porque as bolotas são muito redondas, os ramos torcidos e curtos, e as folhas cercadas de pontas agudas. Quem tractava de

[1] Fr. Luiz de Sousa, *Historia de S. Domingos* 1.ª parte, liv. VI, cap. XV, pag. 270 do 2.º vol. (Lisboa, 1866 — 3.ª edição).

[2] *Archivo pittoresco*, vol. IX (1866), n.º 6, pag. 24.

Digitized by Google

cultivar os desertos da Lybia, tão agrestes e féros, com infinitos perigos de mar e terra como elle pretendia com seus descobrimentos (que todavia foram principio de amansar aquella barbaria e dar-lhe a conhecer o verdadeiro Deus) bem podia significar sua boa tenção, e a difficuldade da empreza na fereza e humildade d'um carrasco e no fructo secco e sem proveito que d'elle nasce com a lettra tambem franceza. *Talent de bien faire.* Talento e animo de bem fazer.»

Seguia-se ao infante D. Henrique a infanta D. Izabel, que nasceu a 21 de fevereiro de 1397. Foi esta infanta duqueza de Borgonha. Governava este vasto ducado, em consequencia da desastrosa morte de seu pae João-Sem-Medo, assassinado em Montereau, á vista do delphim de França, depois Carlos VII, Philippe cognominado o Bom. Era o terceiro duque do ramo dos Valois. Para vingar a morte de seu pae, alliára-se Philippe o Bom com os Inglezes, e fazia guerra a Carlos VII, que, desapossado do throno, não tinha esperança senão no prestigio da donzella d'Orléans — a celebre Joanna d'Arc. Mas, acalmado o primeiro ardor da vingança, Philippe o Bom lembrára-se de que a sua familia era da casa real de França e de que o seu paiz era em grande parte francez, e começou-se a sentir um pouco frio com os Inglezes, cujo moço rei, Henrique VI, cingia a um tempo a corôa de Inglaterra e a corôa de França. Reparando n'essa frieza o governo inglez, para o prender mais ao seu partido, fizera-o regente de França, e não foi talvez estranho ao casamento do duque de Borgonha com a infanta Izabel de Portugal, proxima parenta por sua mãe da casa real de Inglaterra. Oiçâmos o barão de Barante contar-nos esse matrimonio:

«Havia já muito tempo que elle negociava o seu casamento com a infanta Izabel, filha do rei João I de Portugal e de Philippa de Lencastre. Os sires de Roubaix e de Toulongeon, de Noyelle e outros fidalgos borgonhezes tinham-n'a ido buscar; ella embarcára com um dos infantes seus irmãos para vir por mar para Flandres. Já chegára á vista do porto de L'Ecluse; reunira-se muita gente na praia para festejar a sua vinda, quando uma furiosa tempestade a arrojou de novo ao mar. Muitos dias se esteve sem se saber o que lhe succedêra, e receiando-se que houvesse perecido n'algum naufragio. Era a inquietação que pungia o duque Philippe, quando sahiu de Paris a toda a pressa. Pouco tempo depois soube que o navio, largo tempo baldão das ondas, fôra emfim arrojado á costa de Inglaterra, que a princeza recebera bom acolhimento dos governadores d'esse reino e que até lhe tinham emprestado cem libras para as suas despezas. Quando chegou a Flandres, foi recebida com uma magnificencia até então desconhecida e que ultrapassava o fausto já tão celebre da casa de Borgonha. Foi em Bruges, no dia 10 de janeiro de 1430, que as bodas se celebraram. O duque mandára construir salas novas para accrescentar o seu palacio. As ruas estavam forradas por esses bellos tapetes de Flandres, taes que em parte nenhuma se faziam assim. A duqueza de Bedford, a duqueza de Cléves tinham vindo fazer honra ao casamento de seu irmão. A condessa de Namur, a condessa de Lorena, madame de Luxemburgo, e outras nobres senhoras formaram tambem o cortejo da duqueza. Os grandes senhores e os poderosos fidalgos estavam em chusma presentes a esta ceremonia. Como elles, os ricos burguezes de Bruges, que commerciavam em todo o mundo, rivalisavam em luxo e em gastos. Duraram as festas oito dias inteiros sem interrupção; não só a córte, mas a cidade tambem estava

Digitized by Google

de noite e de dia occupada em festins, em danças, em corridas de cavallos, em jogos de toda a especie. Nada pareceu mais esplendido do que trez fontes collocadas defronte do palacio. Uma era um leão de pedra que vertia sem cessar vinho do Rheno, a outra um veado d'onde corria vinho de Beaune, a terceira um unicornio que, nas horas das refeições, fazia saltar em repuxo agua de rosa para lavagem de mãos, depois, alternadamente, vinho de Malvasia, vinho de La Romanee, e vinho moscatel. Tambem não se via por toda a cidade senão homens do populacho, bebedos, jogando á pancada uns com os outros, ou deitados aqui e além no meio das ruas; ao passo que dentro do palacio, aquelles que se approximavam do duque se entregavam a mais nobres divertimentos. Ordenou para sua esposa uma casa muito mais magnifica, e composta de muito maior numero de criados do que a de qualquer rainha da Christandade.

«Deu assim a esse terceiro casamento um esplendor muito maior do que aos dois primeiros, ou porque se achasse então mais cheio de gloria e de prosperidade, ou porque quizesse mostrar-se mais galanteador com sua nova esposa. Foi por causa d'ella, n'esta occasião, segundo se diz, que elle tomou a divisa. «Não terei outra», applicando-a sem duvida sómente ao casamento, porque emquanto a amores não se privou d'elles depois de casado, como se não privára antes. N'essa mesma occasião dizia-se que amava muito madama de Bruges; e foi em sua honra, segundo o rumor popular, que instituiu essa famosa ordem do Tosão d'Oiro, o maior ornamento sem duvida da festa do seu matrimonio, e que pareceu sempre depois um dos mais bellos signaes da sua gloria e do seu poder. Dizia-se que quizera vingar essa senhora das zombarias de alguns fidalgos da sua côrte, e propôr-lhes para objecto de ambição e de inveja uma lembrança d'essa côr doirada de que elles indiscretamente haviam motejado.

«Diga-se o que se disser, o duque Philippe deu e teve sem duvida mais dignos motivos para instituir, n'essa occasião solemne, uma cavallaria tão conforme com as suas nobres inclinações, e com a predilecção que mostrou toda a sua vida por esse genero de ceremonias e deveres. Aqui está como elle expôz o seu pensamento, quando, um anno depois, regulou definitivamente a sua ordem do Tosão de Oiro, cujos primeiros vinte e quatro cavalleiros tinham apparecido com todo o seu esplendor no casamento:

Brazão d'armas da cidade de Vianna do Alemtejo

«A todos presentes e futuros fazemos saber que por causa do grande e perfeito amor que temos pelo nobre estado e nobre ordem de cavallaria, de que, por nossa ardente e singular affeição, desejamos ainda accrescentar a honra, afim de que, por meio d'ella a verdadeira fé catholica e o estado da nossa madre Egreja, a tranquillidade e a prosperidade sejam, tanto quanto podem ser, defendidas, guardadas e conservadas; nós para gloria e honra do Creador omnipotente e do nosso Redemptor, para veneração da gloriosa Virgem sua mãe, para honra do senhor Santo André, glorioso apostolo e martyr, para exaltação da fé e da santa Egreja, para excitação das virtudes e dos bons costumes, no dia 10 de janeiro de 1460, que era o dia da solemnidade do casamento celebrado em Bruges entre nós e a nossa muito querida e muito amada esposa Izabel, instituimos, creámos e ordenámos, como pelas presentes instituimos, creamos e ordenamos uma ordem e confraria de cavallaria, a associação amigavel d'um certo nume-

Digitized by Google

ro de cavalleiros, a que quizemos dar o nome de Tosão d'Oiro, conquistados por Jasão, e debaixo das seguintes condições:

«A ordem devia constar de trinta e um fidalgos de nome e d'armas e sem macula. O chefe supremo devia ser o duque Philippe, durante a sua vida, e depois d'elle os seus successores duques de Borgonha.

«Os cavalleiros deviam largar qualquer outra ordem, excepto os soberanos, que podiam conservar a ordem de que eram chefes.

«O collar, que sustentava o Tosão de Oiro dado pelo duque, devia-lhe ser reenviado depois da morte do cavalleiro. Compunha-se de fuzis que faziam brotar scentelhas das suas pedras; era, havia muito, a divisa do duque, e significava, segundo se dizia, que tocar-lhe era inflammavel. O manto da ordem era escarlate, arrastando até ao chão, e com pelles; o chapéo da mesma côr.

«Os noventa e quatro artigos d'essa ordenação continham os deveres impostos aos cavalleiros, que todos se referiam á fidelidade para com a santa Egreja, á integridade da fé catholica, á lealdade para com o soberano, á amisade e fraternidade entre os cavalleiros, á honra nas armas, ás revelações que se lhes ordenava que fizessem de tudo o que fosse contrario ou injurioso ao soberano ou aos membros da ordem. As ceremonias, as recepções, os juramentos e os processos contra os cavalleiros delinquentes, eram tambem regulados com os mais minuciosos pormenores. Emfim o duque designava os artigos d'essa longa ordenação que podiam ser depois explicados e mudados pelo capitulo da ordem, e os que deviam ser immutaveis. Era certamente o mais bello codigo de honra e de virtude cavalleiresca, e tambem o meio de prender e de tornar cada vez mais docil ao duque de Borgonha toda essa grande nobreza que o rodeiava e servia[1].»

Alargámos esta citação, em apparencia estranha ao nosso assumpto, porque nos captivou a recepção magnifica feita á filha dos nossos reis n'essa Borgonha ducal, mais poderosa do que um reino, mais rica do que um imperio, que tinha debaixo do seu dominio a opulentissima Flandres, e porque não quizemos deixar de lembrar, com justificado orgulho nacional, que foi em homenagem a uma princeza de Portugal, filha de D. João I, que se fundou essa ordem tão celebre do Tosão de Oiro, que ainda hoje partilha com a da Jarreteira o privilegio de ser outhorgada unicamente aos soberanos, ou a personagens distinctas pelo seu merito relevantissimo, ou pela sua importantissima posição social.

Passando com os estados de Borgonha (depois de cerceados por Luiz XI de França) para o dominio da Hespanha pelo casamento de Philippe I de Castella, bisneto de Philippe o Bom, com Joanna a Doida, a ordem do Tosão d'Oiro ainda hoje está annexa á corôa hespanhola.

Foi fecundo o casamento de Philippe o Bom e d'Izabel de Portugal; deu-lhe esta tres filhos, Jadoc e Antonio, que morreram novos, e Carlos que herdou o ducado, e se tornou celebre pelo seu heroico valor, e pela imprudencia da sua indole arrebatada, que o levou a uma desastrosa morte, e que lhe valeu da posteridade o cognome de Carlos o Temerario.

Carlos o Temerario é neto de D. João I, o heroico vencido de Granson, de Morat e de Nancy, é neto do vencedor d'Aljubarrota; corre-lhe nas veias sangue portuguez, e d'isso se gloria.

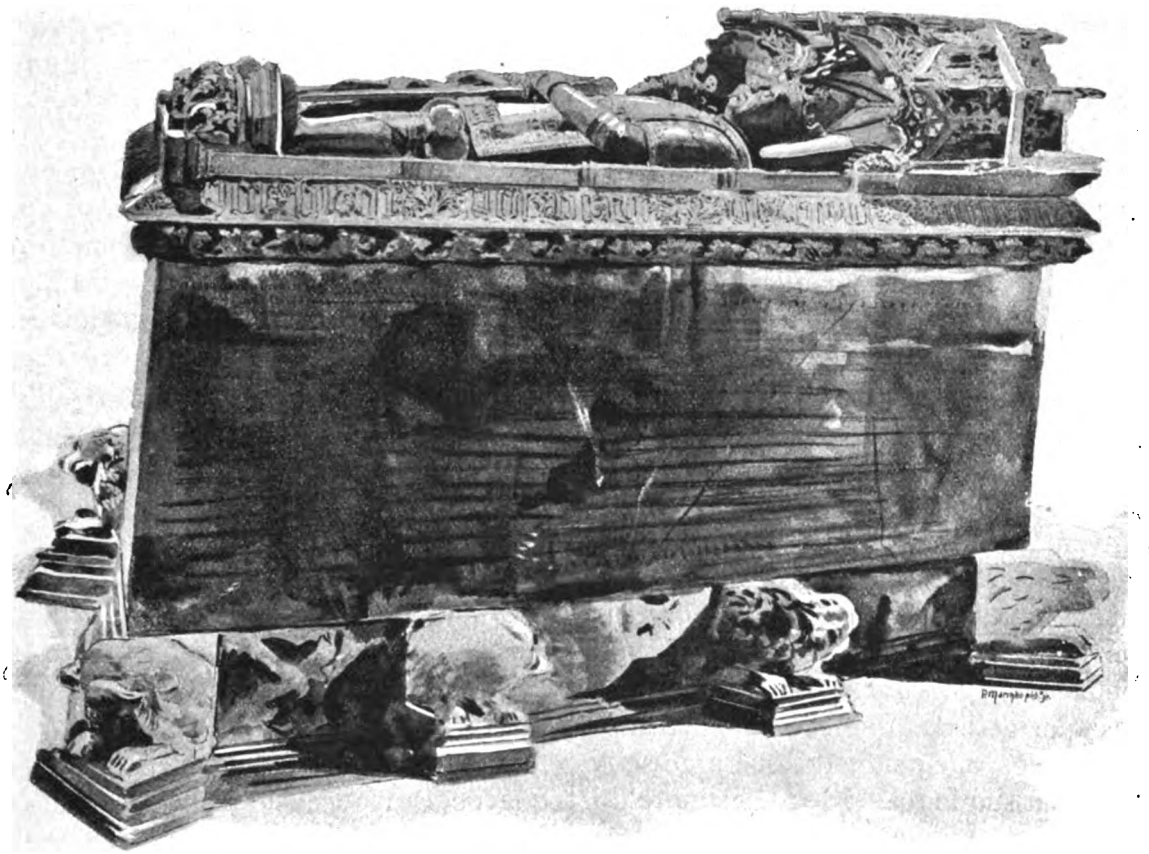
---

[1] *Histoire des ducs de Bourgogne*, t. IV, pag. 289 a 294 (edição de Bruxellas, 1835)

Digitized by Google

«O duque Philippe, diz M. de Barante, morreu d'edade de mais de setenta e dois annos (em 1467). Fôra casado tres vezes, com Michaela, filha do rei Carlos; com Bona d'Artois, filha do conde d'Eu e viuva do conde de Nevers; emfim com Izabel de Portugal, que lhe sobreviveu quatro annos[1].»

O setimo filho de D. João I foi o infante D. João, que nascêra em Santarem no mez de janeiro de 1400. Foi mestre de Santhiago, e succedeu a Nuno Alvares no cargo de condestavel. Ainda que



TUMULOS DE D. JOÃO E DE D. PHILIPPA DE LANCASTER

Effectivamente Izabel falleceu em 17 de dezembro de 1471, d'edade de 74 annos. Jaz sepultada na cathedral de Dijon.

«A infanta Izabel, diz Ferdinand Denis, era um d'esses espiritos viris que não recuam diante de difficuldade alguma. Mãe do *Temerario*, seu filho folgava de lembrar que lhe devia a ella ser parente do principe que soubera conquistar um throno, e punia com o saque de Dinan, como foi tão eloquentemente provado por M. Michelet, o ultrage que os habitantes ousavam fazer á sua memoria.»

fazem sombra ao seu vulto as figuras grandiosas de seus irmãos, nem por isso deixaremos de reconhecer que o adornavam qualidades elevadas.

Da divisa adoptada por elle nem mesmo fr. Luiz de Sousa, que não recúa nunca diante das mais difficeis interpretações, consegue dar uma explicação satisfatoria. «Sua divisa, diz o illustre dominicano, são uns ramos estendidos com uns fructos picados e redondos como medronhos; e por entre elles pendem umas bolsas quadradas ao uso antigo com trez

[1] *Histoire des ducs de Borgogne*, t. VI, pag. 409.

Digitized by Google

vieiras sobre cada bolsa. A lettra em francez, como as de seu pae e irmãos (era n'aquelle tempo a lingua franceza estimada e corrente entre os principes. por cortezã e polida) *j'ai bien raison*, corresponde em portuguez: eu tenho bem razão.

«Como não sabemos feitos particulares d'este principe, tambem ignoramos em que funda a razão de se contentar tanto, como affirma, da empresa dos medronhos que não duvido seria muito acertada[1].»

Teremos ainda occasião de falar n'este principe, que veiu a casar com uma neta de Nuno Alvares Pereira, filha do duque de Bragança, e que foi avô da rainha de Hespanha, Izabel a Catholica.

O filho mais novo de D. João I foi o infante D. Fernando, o Infante Santo, como nós os portuguezes lhe chamamos, o Principe Constante como o appellidou o dramaturgo que lhe celebrou a vida. Havemos de narrar a gloriosa façanha que lhe grangeiou a gloria que o illumina, havemos de contar a sua intrepidez diante dos tratos e da miseria, a sua ineffavel resignação. Agora diremos apenas que a divisa que elle adoptára não era menos adequada do que a de seus irmãos á sua indole, ao seu destino e ao caracter de toda a sua vida; *Le bien me plait*, dizia elle ne lettra da empreza, e a sua existencia toda castidade, virtude, abnegação, e a sua morte, verdadeiro e voluntario sacrificio, provam que nada custava ao seu animo para proceder na conformidade d'esse *bem* que agradava ao seu doce espirito, ao seu coração angelico.

Este infante, que tinha de morrer d'um modo tão prematuro e cruel, nasceu em Santarem a 29 de setembro de 1402. Foi mestre da ordem d'Aviz.

Teve D. João, além d'estes oito filhos, dois bastardos, ainda quando era Mestre d'Aviz. Um d'elles foi D. Affonso, a cujo nascimento se liga a lenda do *Barbadão,* lenda poetica, mas regeitada pelos factos, que serviu comtudo para assumpto ao drama do nosso grande poeta o sr. Antonio Pereira da Cunha.

Nasceu não sabemos em que anno, porque a data, que acceitámos na primeira edição d'esta obra, fiados na auctoridade de quasi todos os escriptores que nos precederam, é evidentemente absurda.

Dizem que nasceu em 1370. Ora n'esse anno tinha seu pae 13 annos apenas. Não é crivel que fosse dotado de tão singular precocidade o illustre Mestre de Aviz. Dizem uns tambem que nasceu nas casas de Ruy Penteado em Lisboa, outros que foi no castello de Veiros no Alemtejo. Casou com a filha do condestavel D. Nuno Alvares, e recebeu por essa occasião o condado de Barcellos, em que el-rei o investiu, a pedido do proprio sogro, que era quem possuia o condado. Teve tres filhos d'este matrimonio, D. Affonso, marquez de Valença, o primeiro marquez que houve em Portugal; D. Fernando, que foi conde de Arrayolos e depois 2.º duque de Bragança, D. Izabel, que casou com seu tio o infante D. João. D. Affonso casou segunda vez com D. Constança de Noronha, filha do conde de Gijon, mas d'essa não teve successão. Seu irmão legitimo D. Pedro fel-o duque de Bragança em 1442. D. Affonso morreu em Chaves em dezembro de 1461, não decerto com os noventa annos que se lhe attribuem, mas bastante edoso.

A estas noticias accrescenta no mesmo periodico o sr. Vilhena Barbosa o seguinte:

«O duque de Bragança D. Affonso, foi um perfeito cavalleiro nos campos de batalha, pois que ninguem o excedia em valor e coragem. Tirou bastante instrução

[1] *Historia de S. Domingos*, vol. 2.º, pag. 272 (3.ª edição).

Digitized by Google

das muitas viagens que fez, e do seu amor ao estudo foram provas a livraria que creou no seu palacio e os objectos d'antiguidade e curiosidade que colligiu no reino e fóra d'elle, dos quaes fez um museu, o primeiro que houve em Portugal.[1]»

Outra filha bestarda teve ainda D João I. Irmã do primeiro duque de Bragança, D. Beatriz, de cuja vida obscura não ha que fazer menção, casou com o conde de Arundel, fidalgo inglez, e d'ella descende uma das mais nobres familias da Grã-Bretanha que, ainda ha pouco tempo, e não sabemos se tambem agora, tinha representantes directos na côrte de Londres.

O valor, a virtude, a erudição, a eloquencia, a nobreza resplandeciam emtorno d'este solio privilegiado. Tronco fecundo, todo estrellado de flôres e todo opulentado de fructos, as suas vergonteas espraiaram-se pela Europa e em toda a parte resplandeceram. Muito deveram ellas á natureza, ainda mais á educação e ao exemplo. N'essa atmosphera, toda impregnada no doce perfume da virtude, deviam florir como em ambiente proprio as altas qualidades dos principes de que fizemos menção.

CAPITULO VI

Caracter e côrte de D. Joao I. — Legislaçao — Monumentos e artes

E hoje quizessemos formar uma ligeira idéa da maneira austera e assisada como estes principes foram educados, escreve Ferdinand Denis, seria no *Leal Conselhciro,* no livro composto pelo herdeiro do throno, onde deveriamos ir buscar esses pormenores; só ahi os poderiamos encontrar. Ahi veriamos que D. João I, principe lettrado, pois que até compozera um livro sobre caça, era bastante esclarecido para desprezar as superstições lançadas á circulação pela astrologia, e que, secundado pela admiravel princeza que elevára ao throno, reunira já em Portugal todos os elementos do desenvolvimento intellectual, que se ia manifestar com tanto esplendor. Repito, n'esse bello livro de philosophia pratica, escripto por um rei, é que se podem apanhar os segredos d'essa vida moral, que por tanto tempo se desconheceu. Era uma nobre época sem duvida aquella em que o soberano repetia a seus filhos: Lembrae-vos que de todas as coisas de que póde vir diminuição de honra, ainda que nos pareçam de pequena consequencia, nos devemos guardar como se fossem perigosas; e que, pelo contrario, se uma coisa é grande só em apparencia, e que não se possa verlhe o defeito, devemos despresal-a». Era um tempo de força verdadeiramente viril e ao mesmo tempo de pureza christã, aquelle em que o filho d'esse grande rei podia repetir a seu turno: «Não ha uma só mulher n'esta côrte a que possam chegar linguas diffamadoras».

Com effeito reinava nos paços uma moralidade notavel, que contrastava singularmente com a devassidão do reinado anterior. As offensas aos costumes eram reprimidas com uma severidade

[1] *Archivo Pittoresco,* tom. VI, pag. 166.

Digitized by Google

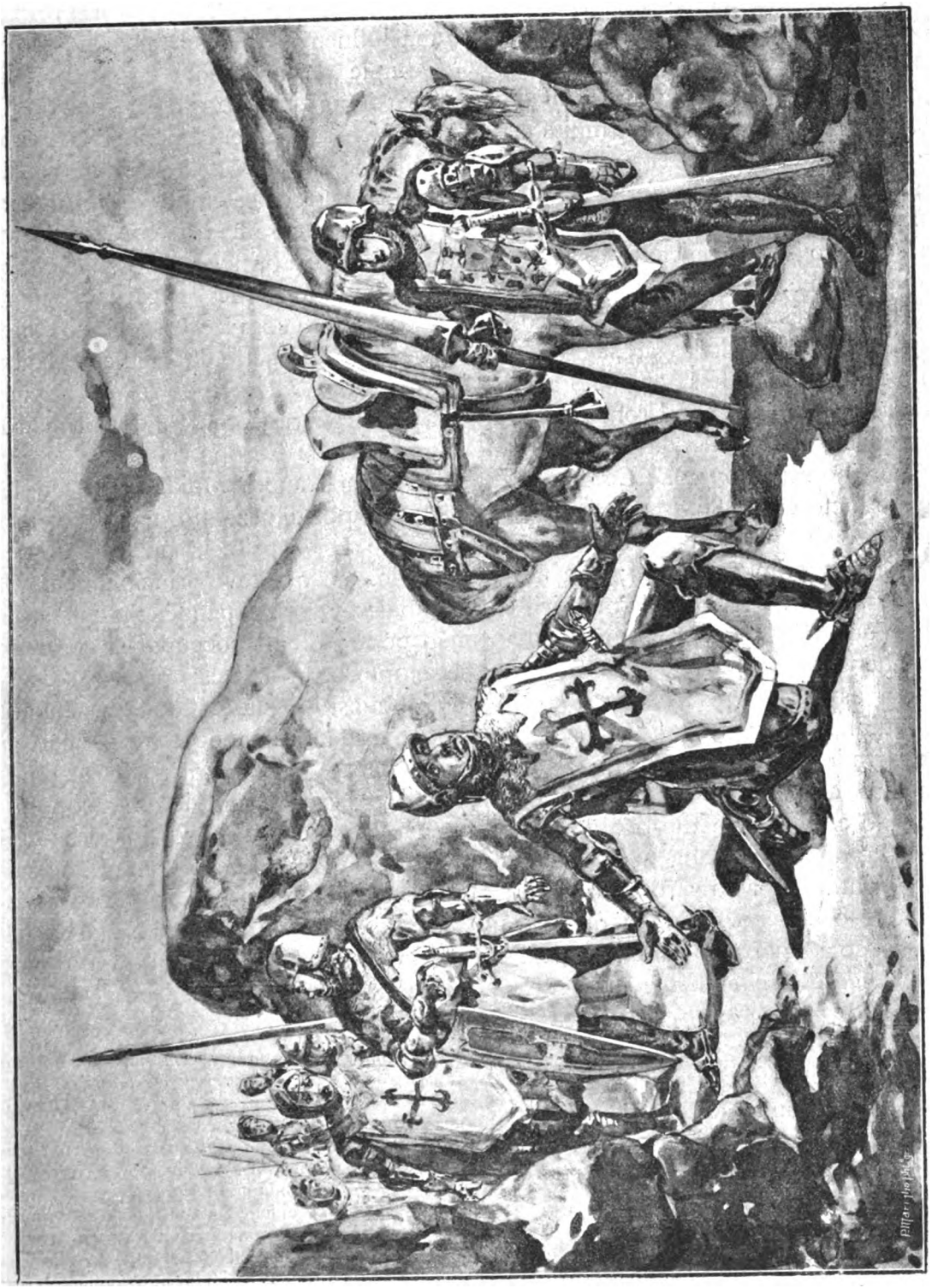
que chegava ao excesso, como succedeu no caso de Fernando Affonso, caso que fórma o assumpto historico do romance *Monge de Cister*.

«A virtude severa de D. Philippa chamada pelo povo a boa rainha, diz A. Herculano, influira em grande parte no contraste que formava a côrte do mestre d'Aviz com a de seu irmão e predecessor, onde aos terrores do veneno ou do ferro assassino, que pesavam carregados e sombrios em todas as frontes, se associavam deleites abjectos; onde a prostituição e a morte tripudiavam juntas em choréas infernaes. Posto que D. João I não fosse exemplo das fraquezas humanas, e que D. Philippa tivesse mais d'uma vez razão de queixar-se das infidelidades de seu real esposo, é necessario confessarmos que elle soube fazer respeitar a santidade do teeto domestico, e que os paços, onde habitava essa angelica mulher, a cujos cuidados maternaes deveu talvez Portugal os tres mais bellos caracteres da sua historia, os tres irmãos Duarte, Pedro e Fernando, foram, para o chefe da dynastia d'Aviz, como um templo, cujos umbraes a nenhum pensamento impuro era permittido cruzar.

RELICARIO D'OUREM

«As antigas leis de Portugal contra o que abusava da confiança domestica e introduzia a prostituição na morada do senhor com quem vivia, de quem era *homem* para usarmos da linguagem d'aquelles tempos, haviam sido eseriptas com sangue. Não era preciso que o adulterio manchasse o leito conjugal para ellas pesarem inexoraveis sobre a deslealdade familiar. O cliente que travava relações menos puras com a filha, com a irmã, e ainda com a servidora do seu patrono, votava-o á execração a lei, e a culpa aggravava-se quando occoria a circumstancia de ser donzella ou viuva a cumplice do crime, que, commettido na mansão do rei, augmentava de intensidade e podia classificar-se como um attentado contra a magestade do throno. O estado dos costumes, mais ou menos corrompido, tinha dado em diversas épocas maior ou menor força ás posturas de D. Diniz e de Affonso IV ácerca d'esta materia. Mas o Mestre de Aviz, mais irmão que chefe dos seus homens d'armas, esse principe, ao mesmo tempo violento e folgasão como seu pae, especie d'Arthur dos romances do Santo Grial no meio dos seus cavalleiros da Tavola-Redonda, mostrava em todas as occasiões demasiado pundonor na propria dignidade, para se dever reputar pouco prudente aquelle que quizesse correr o risco de experimentar

Digitized by Google



NUNO ALVARES RESANDO DURANTE A BATALHA DE VALVERDE

Digitized by Google

se elle considerava ou não como modificada pelos costumes a dura sancção penal contida n'essas leis antigas [1].»

Ora, Fernando Affonso, camareiro-menor do rei, violára a santidade dos paços, tendo relações com uma das damas da rainha. Apesar de ser muito seu valido, não hesitou el-rei em punil-o. Quando preso, conseguiu Fernando fugir e encerrar-se na egreja de Santo Eloy; mas, sabendo isto, el-rei encheu-se de tamanha ira, que, sahindo tal como estava a dormir a sésta, correu elle mesmo á egreja, arrancou-o do logar sagrado, e mandou-o queimar. Esse episodio notavel do reinado de D. João I romanciou-o admiravelmente A. Herculano, como já dissémos, no seu *Monge de Cister*. Passou-se o facto em 1389.

Este respeito pelas damas casa-se tão bem com as grandes acções; esta moralidade austera é por tal fórma viril e grande, que não nos admira que n'uma atmosphera assim purificada desabrochassem os nobres pensamentos, e os commettimentos ousados. Era uma época de cavallaria; o caso mais ou menos legendario, que Luiz de Camões immortalisou no celebre episodio dos doze de Inglaterra, tem uma alta significação, porque pinta o espirito verdadeiramente cavalheiroso da época. Ainda que não esteja tirado a limpo se o romanco *Amadis de Gaula* é originalmente portuguez, se é obra de Vasco de Lobeira, e se esse Vasco de Lobeira é o que Fernão Lopes numera na lista dos cavalleiros que D. João I armou antes da batalha de Aljubarrota, parece demonstrado que o romance ou é portuguez, ou é imitado d'algum romance picardo, mas que a sua apparição póde referir-se a esta época. Bem significa elle o espirito dominante do tempo.

A prudencia, a nobreza de alma de D. João I, a sua gloria e a gloria do seu paiz soavam alto no estrangeiro e davam ao rei de Portugal e a Portugal uma influencia notavel. Já vimos como o duque de Borgonha escolhera para noiva uma princeza d'este longinquo paiz. Vemos tambem em 1421 D. João I mediador entre Castella, Aragão e Navarra. Em 11 de setembro de 1426 combina-se um casamento entre o infante D. Duarte e a princeza D. Leonor, filha de Fernando IV de Aragão; o infante D. Pedro casa com Izabel, filha do conde Jayme II de Urgel e da rainha D. Izabel de Aragão. A alliança do rei de Portugal era tão procurada como a dos primeiros monarchas da Europa.

Tratemos agora rapidamente da legislação portugueza no tempo d'el-rei D. João I. Na primeira metade do seu reinado, em que teve principalmente de combater pela independencia da patria, não pôde D João I occupar-se de outro assumpto, e as côrtes, quando se reuniam, quasi que não cuidavam senão de votar os subsidios necessarios para a continuação da guerra [1]. Na segunda parte do seu governo vieram a conquista de Ceuta e o começo dos descobrimentos. Tudo isto fazia com que se cuidasse menos da organisação da legislação interna. A influencia pessoal do soberano concorria tambem muito para supprir a deficiencia das leis [2]. Deitemos

[1] *Monge de Cister*, vol 2.º pag. 157.

[1] Visconde de Santarem. *Memorias para a historia das côrtes que em Portugal se celebrarani*, P. II. Reinado de D. João I, pp. 16-24. *Memorias de litteratura portugueza*, t. II, p. 67 e segg.

[2] «Em parte nenhuma expoz o rei João com mais dignidade as suas maximas de governo a esse respeito do que na despedida que dirigiu, largando Ceuta, ao governador da cidade: «Que nunca poderia ser temido se não fosse amado, dando porém castigo onde cumprisse com aquelle resguardo que elle bem conhecesse ser razão. E assim lhe encommendou que tivesse bem cuidado da outra gente mais pequena, aos quaes sempre mostrasse de si bom gasalhado, e os animasse, especialmente logo pelo primeiro começo, até que se fossem fazendo a seu senhorio; porque, se os assim tratasse, que se acharia com elles muito melhor que de outra guisa; porque não só-

Digitized by Google

comtudo, com Schœffer, uma rapida vista de olhos para a legislação do tempo de D. João I, reservando para um capitulo especial um estudo mais completo.

«Muito tempo antes do acabamento e da proclamação da primeira recopilação geral das leis, tinha o rei D. João em vista a composição e a redacção de um codigo assim [1], e essa recopilação contém um grandissimo numero de leis que attestam a actividade legislativa d'esse monarcha, levada aos mais diversos ramos de administração [2], e provam pelo logar que occupam n'esta collecção posterior o fim a que tendiam. Outras disposições do rei, como as que versavam sobre objectos de navegação [3], não foram admittidas no primeiro codigo geral, porque, no impulso tão forte dado á marinha, cederam logo o campo a novas ordenações; uma lei, que penetrava no amago da economia politica, e que teve depois, como se verá, consequencias da mais alta importancia, foi dada e applicada pelo rei João, mas emquanto reinou não foi nem proclamada, nem sequer redigida por escripto e achou-se só determinada *in mente (lei mental)* para ser formalmente promulgada por seu filho el-rei D. Duarte nas côrtes de Santarem (8 de abril de 1434) [4]. Acha-se importancia não menos decisiva no accordo do rei com os prelados, feito no dia 30 de agosto de 1427, a ultima *concordata* d'esta época, pela qual foram ascommodadas as differenças, que havia seculos duravam, entre o poder espiritual e o régio, e foram determinados e fixados contradictoriamente os limites e os decretos dos dois poderes [1]. Depois de novos abalos [2] el-rei tomou n'essa circumstancia a iniciativa, e desenvolveu grande firmeza para prevenir todos esses debates e pôr termo á volta d'elles; isso explica-se pelo seu modo de pensar, pela energia da sua vontade, e tambem pela situação da santa sé em que os prelados, n'esse tempo, mal se podiam amparar.

Brazão d'armas da villa de Almada

«Durante o reinado de D. João I mudou-se a chronologia até então em uso. Seguindo o exemplo do Aragão (1358) e de Castella (1383), el-rei ordenou, por uma lei de 15 de agosto de 1422, que fosse abandonada a éra de Augusto *(éra de Cesar)* empregada desde a origem em Portugal em todos os actos [3], para que se contasse o tempo a partir do nascimento de Christo [4]. Es-

mente lhes faria coração, para muito melhor lhe obedecer, mas ainda lhes faria supportar quaesquer minguas e trabalhos que lhes viessem; porque, disse elle, o senhorio por força nunca é muito seguro; e este modo tive eu no começo de meus feitos, e com a graça de Deus achei-me com elle como todos sabeis.» *Chronica do conde D. Pedro de Menezes (por Gomes Eanes de Azurara)*, cap. 9 na *Collecção de livros ineditos da historia portugueza* (edição da Academia) tom. II, pag. 240.

[1] *Ordenações do senhor rei D. Affonso V*, Coimbra 1792, prefação pag. 5.

[2] *Esclarecimentos sobre as leis promulgadas segundo as propostas das cortes e inseridas nas Ordenações do rei Affonso V.* Veja-se nas *Memorias de litteratura portugueza*, tom. II, pag. 67-69.

[3] Fernão Lopes, *Chronica do rei D. João I*, par. II, cap. 127. Leão, cap. 12.

[4] *Synopse chronologica de subsidios para a historia da legislação portugueza*, por J. Anastacio de Figueiredo, pag. 29.

[1] *Ordenações do senhor rei D. Affonso V*, liv. II, tit. VII dos artigos entre el-rei D. João e a clerezia, com os quaes se devem comparar os capitulos impressos na *Synopse* acima citada. Algumas disposições que fazem parte d'elles tinham já sido tomadas no anno de 1416, *Synopse chronologica*, pag. 11. Os pormenores acharão adiante o seu logar.

[2] *Raynald*, ad. ann. 1427, n.º 11.

[3] Antes do seculo XII não se encontra em Portugal exemplo algum incontestado de acto que date do nascimento de Jesus Christo.

[4] Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo. *Ordenações do rei Affonso V*, livro IV, titulo 66, em que a data de 22 de agosto deve ser rectificada e substituida pela de 15 de agosto, *Dissertações chronologicas e criticas*, etc. Veja-se ácerca de tudo isto principalmente Soares da Silva. *Dissertação sobre o numero éra*. Nas *Memorias* do mesmo T. IV, *Collecção dos documentos* n.º 19, *Elucidario, etc.*, por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, verb *Era* e particularmente Ribeiro pass. cit. cap. 4. p. 23, 28.

Digitized by Google

sa éra figura depois em todos os documentos publicos, e mal se encontra um exemplo do emprego da precedente[1].»

Schœffer não faz sentir de um modo bastante claro os dois caracteres dominantes da politica interna e da administração de D. João I: a debellação das pretenções da nobreza e do clero, sanccionada por tantas leis resultantes de propostas das numerosas côrtes reunidas durante este reinado, e a introducção definitiva do direito romano, base da tyrannia régia, na legislação portugueza. A entrada das contribuições geraes no systema fazendario de Portugal, pela generalisação das sizas, é a mais notavel manifestação d'essa tendencia niveladora; já Herculano nos deu noticia d'essa modificação; emquanto á introducção do direito romano, reservamol-a, como Schœffer e como Ferdinand Denis, para um capitulo especial.

E' n'esta grandiosa época, em que tudo desabrocha e floresce, que principiam tambem a manifestar-se com nunca visto esplendor as artes em Portugal. A architectura, essa poesia monumental da edade média, desabrochou no magnifico mosteiro da Batalha, digna commemoração da heroica peleja de Aljubarrota, assombroso como ella, arrojado, altivo, floreado, brincado como o espirito cavalheiresco d'aquelles que o fizeram brotar do solo.

A architectura já antes de D. João I attingira a um certo desenvolvimento em Portugal, Alcobaça o demonstra. Os nossos artistas já sabiam recortar a pedra em magicos lavores, como se prova pelos tumulos de D. Pedro e D. Ignez de Castro; mas traçando e levantando a Batalha é que definitivamente Portugal pôde tomar logar entre esses povos artistas da meia-edade, cuja portentosa imaginação affeiçoava em pedra as estrophes sublimes dos poemas que mal sabiam modular nas suas rudes linguagens.

O conde Racksinski, apreciador um pouco frio, mas conscienciosо e intelligente, das nossas coisas de arte, a quem decerto ninguem negará a erudição paciente, os profundos conhecimentos em questões artisticas, mas a quem, se nos permittirem, negaremos absolutamente o sentimento poetico, diz o seguinte ácerca da architectura das primeiras épocas da nossa monarchia:

«Antes de D. João I, 1383, a architectura apresentára em Portugal poucos exemplos do seu desenvolvimento e dos seus progressos, não quero dizer, debaixo do ponto de vista da importancia e da grandeza das construcções, porque innumeraveis fortalezas provam que se levantaram então em Portugal immensas muralhas, mas debaixo do ponto de vista do estylo architectonico. Todavia mesmo n'esses edificios encontram-se portas, enquadramentos de janellas, capiteis ou outros ornatos de um lavor curioso e analogo aos dos outros paizes; assim o claustro de Alcobaça, que data de D. Diniz, apresenta um specimen muito notavel do que se sabia fazer em Portugal, ainda antes de D. João I.

«No tempo de D. João I, época em que principiaram as construcções da Batalha, a architectura gothica foi introduzida em Portugal, em consequencia das relações intimas que existiram então entre esse principe e a familia reinante d'Inglaterra, debaixo da influencia dos constructores da cathedral d'York, e com o auxilio das associações d'architectos e de pedreiros que n'essa época e muito tempo antes enriqueciam todos os paizes civilisados com edificios gothicos[1].»

[1] J. P. Ribeiro *Observações historicas e criticas para servir de memorias ao systema de diplomatica portugueza*. Lisboa, Observ. III, pag. 89.

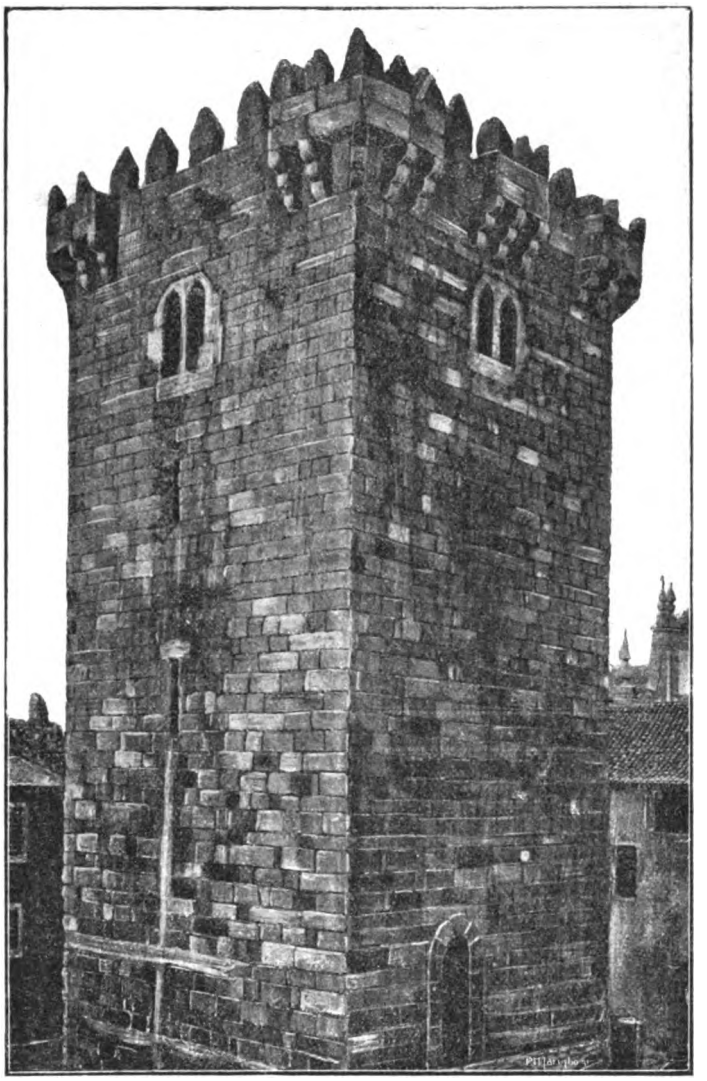
[1] *Les Arts en Portugal*, pag. 407 (Paris 1846).

Digitized by Google

Estabelecendo relações mais intimas com a Europa, Portugal collocava-se ao nivel das outras nações, e logo tambem se avantajava a ellas no arrojo do espirito e da phantasia. A Batalha, esse monumento grandioso erguido em commemoração da batalha de Aljubarrota, e em consequencia do voto feito a Santa Maria por D. João I, esse magestoso templo cuja primeira concepção é incontestavelmente devida a um portuguez, Affonso Domingues[1], embora lhe succedesse o Irlandez Huet ou Ouguet, como a este succederam ainda outros architectos, porque se prolongou por muitos annos a construcção, a Batalha pois é verdadeiramente o symbolo das altas aspirações d'um povo heroico, que, sentindo chegar a hora da sua grandeza, a tudo se arrojava, tudo commettia, intrépido no tentamen, sempre feliz no exito.

A civilisação européa abrianos as suas fontes, já copiosas n'esses começos do seculo xv; nós, haurindo com soffreguidão os liquidos thesoiros, relanceavamos a vista em torno de nós, procurando o modo de tambem os opulentar.

Foi tambem no tempo de D. João I que appareceu em Portugal o grande pintor flamengo João Van-Eyck, um dos corypheos da arte moderna. Tendo vindo na embaixada que o duque de Borgonha, Phillipe o Bom, de quem era moço da camara, enviou a Portugal a pedir a mão da princeza Izabel, parece que fez d'esta infanta um magnifico retrato[1]; mas, atravessando Portugal de passagem, não deixou aqui vestigios profundos.



TORRE DE MENAGEM DO CASTELLO DA CIDADE DE BRAGA

[1] Por um documento de 1402, citado pelo cardeal-patriarcha D. Fr. Francisco de S. Luiz nas sua *Memorias historicas*, etc., do convento da Batalha, e allegado pelo conde Racksinski no seu livro *Les Arts en Portugal*, pag. 225 e no *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pag. 71, (Paris 1848) se vê evidentemente que foi Affonso Domingues o primeiro architecto da Batalha.

[1] Veja-se Racksinski *Dictionnaire historique du Portugal*, pag. 81. *Les Arts en Portugal*, pag. 195. Veja-se tambem Barante, *Histoire des ducs de Bourgogne de la maison de Valois*, t. IV, pag 289, nota 3 (edição de Bruxellas de 1835). A noticia da vinda de João Van-Eyck a Portugal n'esse livro pertence ao barão de Reiffenberg, erudito belga, que illustrou com magnificas notas a obra do barão de Barante na edição de Bruxellas que citámos.

Digitized by Google

Comtudo as relações de Portugal com a Borgonha, e por conseguinte com Flandres, que á Borgonha pertencia, não podiam ser extranhas á predominancia notavel que a pintura flamenga entre nós exerceu, e que se protrahiu até além dos meiados do seculo XVI.

Assim, a pintura, que então se começa a desenvolver, ainda que seja principalmente pelas magnificas illuminuras dos manuscriptos que esse desenvolvimento se manifeste; a architectura, de que nos resta na Batalha um magnificente specimen; a poesia, que tem no infante D. Pedro um dos mais esmerados cultores da Peninsula; a prosa, que adquire uma tão doce gravidade nos escriptos do infante D. Duarte, e que vae dentro em breve nas chronicas de Fernão Lopes attingir a mais completa expressão de que é n'esse seculo susceptivel, tudo floresce a um tempo, tudo irradia e fórma em torno do sólio do mestre de Aviz uma aureola que o immortalisa durante a paz, como os relampagos da sua espada o tinham rodeado e o iam rodear ainda, em tempo de guerra, d'um inextinguivel brilho.

CAPITULO VII

Expedição contra Ceuta

IMOS, quando fallámos das pazes com Castella, como a rainha D. Catharina se obstinára em inserir no tractado a obrigação contrahida por D. João I de soccorrer com doze galés os Castelhanos quando elles emprehendessem guerra contra Granada, e vimos tambem que D. João I não consentira nunca em acceitar similhante clausula, dizendo que não teria duvida em soccorrer Castella como amigo e alliado, principalmente nas emprezas contra os infieis, mas que não estava disposto a reconhecer isso como obrigação. D. Catharina teve de desistir, e o tractado assignou-se sem clausula.

Comtudo, d'ahi a pouco tempo enviou a rainha de Castella embaixadores a D. João I, pedindo-lhe o auxilio de doze galés, porque ia fazer guerra aos Granadinos. Era um modo sobrepticio de fazer acreditar que a clausula fôra introduzida; mas D. João I, que percebeu o laço, recusou terminantemente. Comtudo esta insistencia da rainha obrigou por força as attenções de D. João I e dos seus conselheiros a voltarem-se para os Mouros, e não seria extranha á expedição movida contra Ceuta.

Depois das guerras prolongadas, ha sempre nos paizes que ellas por muito tempo agitaram uma superabundancia de actividade que anceia por empregar-se de algum modo. Os homens, que se habituaram á existencia tumultuosa dos acampamentos, não pódem facilmente habituar-se á tranquillidade da paz. Assim em França, quando terminaram as guerras do primeiro imperio, os officiaes de Napoleão foram procurar no mundo inteiro satisfação aos seus habitos bellicosos. Uns vieram para Portugal como Solignac, outros para o Brazil como Labattut, outros para a Asia como Allard, Orgoni, etc. Innumeros voluntarios francezes se alistaram nas legiões gregas que luctavam pela independencia da patria. O mesmo acontecia por outro lado com os officiaes de marinha Inglezes. Sarto-

Digitized by Google

rius, Napier, Cochrane, etc., são os officiaes novos que se estreiaram na sua carreira durante as grandes guerras napoleonicas, e que se não resignaram depois facilmente aos cruzeiros pacificos da Mancha ou do Mediterraneo.

Assim tambem, depois da grande lucta da independencia portugueza, se encontram dispersos por toda a Europa, combatendo como voluntarios, um grande numero de cavalleiros portuguezes. Os filhos de D. João I, educados nas tradições de gloria da sua patria e da sua familia, costumados a tratar desde crianças com o grande Nuno Alvares Pereira, sobrinhos do principe Negro, não ouvindo emtorno de si senão historias gloriosas, sentiam-se agitados por uma nobre emulação. Repetiam-se torneios na côrte cavalheiresca de D. João I, mas isso não bastava para saciar as heroicas aspirações dos tres filhos mais velhos, D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro, unidos entre si pelos laços da mais fraternal e da mais sincera amizade.

Essas tendencias bellicosas dos principes estavam perfeitamente de accordo com a politica de D. João I, que, orgulhoso da superioridade militar adquirida pelos Portuguezes, estava desejoso de a aproveitar para alargar o seu poderio. Era-lhe difficil romper para o lado de Castella, porque isso obrigava-o a expedições nimiamente perigosas, por causa do grande poderio de Castella, e tambem do odio dos Castelhanos, profundamente resentidos ainda com o golpe de Aljubarrota. Qualquer invasão portugueza accenderia no animo dos Castelhanos um odio terrivel, e proporcionar-nos-hia uma Aljubarrota em sentido inverso. Contra Granada não podia tambem voltar as suas armas, porque estavamos separados do territorio arabe pelo territorio castelhano, porque era necessaria a alliança do principe D. Fernando, então regente de Castella, e este estava todo occupado com as suas pretenções á corôa aragoneza[1].

Conversavam uma vez os principes a este respeito com seu irmão bastardo o conde de Barcellos[2], quando João Affonso, veador de fazenda, lhes lembrou a expedição de Ceuta. Falaram n'isso a el-rei, que primeiro se sorriu e depois achou a idéa bastante acceitavel. Muitos annos depois dizia o infante D. Henrique a seu irmão D. Duarte, que el-rei seu pae não emprehendera a expedição de Ceuta só para os armar cavalleiros, mas que tivera vistas politicas muito mais elevadas[3].

---

[1] Gomes Eanes de Azurara, continuador de Fernão Lopes, e auctor da 3.ª parte da *Chronica de D. João I*, que fórma com as duas primeiras partes um unico volume na edição de 1644, diz que D. João I chegou a enviar embaixadores a D. Fernando propondo-lhe essa guerra, mas que D. Fernando recusára, allegando os seus negocios aragonezes, Veja-se *Chronica de D. João I*, 3.ª part. cap. 6, pag. 16.

[2] O conde de Barcellos, diz Azurara, era mais velho que nenhum d'elles, o qual, posto que fallecesse na nobreza da geração, quanto á parte da mãe, fizera-o Deus tão virtuoso e de tamanha nobreza de coração que em todas as coisas d'honra escondia a baixeza do sangue de sua mãe, e com isto havia elle mui grande siso, pelo qual havia no reino grande logar para conselho, quanto mais que elle fôra já fóra d'estes reinos, por espaço de grande tempo, e fôra por casa de grandes principes e senhores, onde lhe fôra dada grande auctoridade, assim por ser filho de quem era como pela grandeza do seu corregimento, porque além dos seus corregimentos serem grandes e bons, levava comsigo muitos senhores e grandes homens, com outros muitos fidalgos d'este reino de que sempre foi bem acompanhado, e foi tão longe a sua ida que chegou á casa santa de Jerusalem, e em esta viagem que elle assim fez aprendeu e soube muitas coisas, que viu n'aquellas partes estranhas, as quaes accrescentaram muito em seu bom conselho, assim que por todas estas coisas, posto que os infantes fossem tão prudentes e discretos, tomaram porém grande ousio para fallarem a seu pae quando viram que o conde lhes louvára tão grandemente seu proposito. Gomes Eanes de Azurara, *Chronica d'el-rei D. João* I, 3.ª part., cap. 7, pag. 19. D'aqui se vê qual era o estado inquieto dos Portuguezes, a sua tendencia, se assim nos podêmos exprimir, para a expansão. Aljubarrota e as outras victorias que assignalaram as suas campanhas contra Castella tinham-lhes revelado as suas forças, sentiam-se pertados n'este estreito recinto. Emquanto não podiam praticar façanhas similhantes ás de seu pae, os principes procuravam nas viagens um alimento para o seu espirito sedento de aventuras.

[3] Ruy de Pina, *Chronica de D. Duarte*, cap. II, pag. 107 na *Collecção de livros ineditos da historia portugueza*, tom, I.

Digitized by Google

Antes porém de tomar uma resolução, el-rei ponderou bem todos os inconvenientes d'esse projecto, a falta de dinheiro, a falta de tropas, a falta de navios, e o inconveniente de ir auxiliar o inimigo, facilitando-lhe muito com a tomada de Ceuta a conquista de Granada. Fez estas considerações todas aos principes[1]. D. Henrique respondeu vivamente e com tal intimativa que seu pae resolveu-se logo a tentar essa empreza, que demais a mais lhe sorria Tratou immediatamente de colher os esclarecimentos necessarios ácerca da cidade que ia atacar. Para isso fingiu querer reatar negociações matrimoniaes com Branca, rainha da Sicilia, viuva do rei Martinho. Mandou-lhe uma embaixada composta do prior do hospital, Alvaro Gonçalves Camello, e do capitão-mór da frota, Affonso Furtado. Estes partiram a bordo dos seus navios, pararam diante de Ceuta para fazer aguada e fornecerem-se de mantimentos, demoraram-se o mais que poderam, observaram bem a cidade, e depois seguiram para Sicilia, onde offereceram á rainha a mão do infante D. Pedro, em vez da mão do principe herdeiro D. Duarte, o que já sabiam que ella regeitava. Assim succedeu. Voltaram, fizeram a el-rei, em conselho, um relatorio da sua missão official, e particularmente communicaram-lhe as suas observações. Satisfeito com ellas, D. João tratou immediatamente de consultar a rainha sua esposa.

Receiava D. João I que D. Philippa, levada pela ternura maternal, não consentisse na partida dos seus queridos filhos para a sua primeira expedição militar, mas o alto bom senso de D. Philippa mostrou-lhe bem que lhes era indispensavel no tempo e no paiz em que viviam darem provas de valor pessoal. O que não queria era que seu marido partisse. Tinha elle as suas provas feitas e não carecia de novos combates para augmentar a sua reputação. Mas D. João I, que estava morto por ir outra vez respirar a atmosphera ardente dos campos de batalha, appellou para um argumento a que a piedosa rainha não pôde dar resposta. Disse-lhe que tinha vergonha de ter as mãos tintas em sangue christão, e queria laval-as com sangue musulmano. Em tempos mais modernos, D. Philippa poderia ter-lhe respondido, que menos desagradavel fôra elle a Deus, derramando o sangue dos Castelhanos em Aljubarrota em defeza da terra da patria, do que o ia ser derramando em Ceuta, n'uma guerra d'invasão, o sangue dos Mouros, que estavam muito pacificamente em suas casas. Mas nos primeiros annos do seculo xv as razões allegadas por D. João I ainda tinham grande valor, e D. Philippa emmudeceu. A sua adhesão era de grande alcance, porque teria grande influencia no espirito do povo[1].

Não queria tambem D. João I emprehender esta expedição sem o voto favoravel do condestavel, não só porque tinha em muito apreço o seu parecer, como tambem porque sabia que uma expedição condemnada por esse grande homem de guerra seria uma expedição condemnada pela opinião publica, se esta phrase é applicavel ao seculo xv. Antes porém de falar n'isso a Nuno Alvares ainda se demorou tres annos, receioso sempre de que os Castelhanos tentassem alguma invasão. Emfim, vencido pelas instancias de seus filhos, convocou o seu conselho em Torres Vedras, depois de ter verificado que effectivamente o condestavel era favoravel á em-

[1] Gesta regis Joannis de bello septensi... per Math de Pisnao, na *Collecção de livros ineditos da historia portugueza*, t. I. pag. 15. Silva, *Mem. de D. João I*, p. 1:400.

[1] ...«*Tantoe enim opinionis apud populum erat, quod solum illud recte factum videbatur, quod ipse comprobasset.*» Math. de Pisano, 1. c. p. 21.

Digitized by Google

preza. Reunido o conselho, não só o condestavel declarou que achava a empreza justissima, e que dava graças a Deus por ter vivido tempo bastante para a ver realisada, mas accrescentou que pedia licença a el-rei para tomar parte n'ella. Os principes votaram no mesmo sentido. Os outros conselheiros, ainda que um pouco mais indecisos, não se atreveram comtudo a opinar contra. A expedição estava resolvida.

Era necessario, porém, que ella se fizesse com o maximo segredo, e D. João I espalhou que premeditava tirar vingança dos corsarios hollandezes que vinham muitas vezes saltear as nossas costas e perseguir o nosso commercio. Para dar mais verosimilhança ao caso enviou a Hollanda o veador de um dos infantes, Fernão Fogaça, com a missão official e apparente de exigir energicamente da condessa de Hollanda[1] uma reparação pelos ultrages praticados pelos seus subditos, e com a missão secreta de a metter na confidencia, e de lhe pedir que auxiliasse o rei de Portugal a desviar assim as attenções dos Mouros. A condessa da Hollanda accedeu gostosamente ao pedido, e representou admiravelmente o seu papel na comedia que se planeou. Recebeu officialmente Fernão Fogaça com grande sobranceria, repelliu energicamente as reclamações tambem bastante vivas do enviado portuguez, e particularmente riu-se com Fernão Fogaça do susto dos seus subditos, que julgavam imminente uma guerra com Portugal, nação n'essa época muito mais poderosa, e prometteu-lhe além d'isso que tomaria providencias para que cessassem as saltadas dos corsarios do seu paiz, promessa que religiosamente cumpriu.

Á sombra d'este boato começou el-rei a fazer abertamente os seus preparativos.

D. FR. JOÃO D'EVORA

Alugou quantos navios encontrou na Galliza, na Biscaya, na Inglaterra, na Allemanha. Espalhou-se a noticia por toda a christandade, e em toda a parte se disse que se preparava em Portugal uma grande expedição, que devia ser commandada pelos infantes D. Henrique e D. Pedro. Este effectivamente recrutava tripulantes no Alemtejo, no Algarve, na Extremadura; D. Henrique, juntamente com seu irmão bastardo, recrutava forças de desembarque nas provincias do Norte, marcando, aos soldados

[1] Fernão Lopes e Schoeffer dizem «conde da Hollanda», mas n'essa época quem governava na Hollanda era a condessa Jacqueline.

Digitized by Google

que alistava, o Porto para ponto de embarque, emquanto D. Pedro ordenava aos seus marinheiros que se juntassem em Lisboa. E tudo isso se fazia sem se dizer qual era o fim de tantos preparativos. Faziam-se mil conjecturas[1], mas sempre o que passava por mais verosimil era a expedição da Hollanda.

Em Castella desconfiava-se um pouco de tamanhos preparativos, e não se acreditava muito que elles se dirigissem contra a Hollanda, um pobre condado então, que se não tornava celebre senão pela audacia dos seus corsarios, e que de mais a mais estava então sendo dilacerado pelas guerras civis. Desconfiaram de algum subito rompimento, e essas desconfianças mais se aggravaram quando se soube que mercadores genovezes residentes em Lisboa tinham escripto aos seus correspondentes de Sevilha, dizendo-lhes que a expedição parecia dirigir-se contra essa cidade e aconselhando-lhes a pôrem os seus bens em segurança. Então, reunido o conselho, deliberou-se que viesse uma embaixada a Lisboa sondar as disposições de D. João I, e pedir-lhe que jurasse de novo a paz. Tão promptamente se prestou D. Joáo I ao que d'elle se exigia, que todas as desconfianças cessaram immediatamente. Começou então o rei de Aragão a assustar-se, tanto mais quanto tinha um competidor no conde de Urgel, que podia aproveitar a alliança portugueza. Vieram embaixadores aragonezes. Socegou-os egualmente D. João I. Chegou então a sua vez ao rei moiro de Granada que tinha mais serios motivos de receio, não só porque a sua qualidade de musulmano o tornava alvo habitual da hostilidade dos principes christãos, mas tambem porque D. João I não quizera nunca celebrar uma alliança com elle, nem quando mais carecia do seu auxilio. Vieram a Lisboa embaixadores granadinos, qué allegaram as boas relações commerciaes dos subditos das duas nações, e que não conseguiram nunca arrancar nem a D. João I, nem a D. Philippa, nem aos infantes senão respostas evasivas. Foram-se embora receiosos como tinham vindo e aconselharam ao seu rei que pozesse as costas do seu reino em estado de defeza.

Entretanto caminhavam rapidamente os preparativos, e o infante D. Henrique, saindo do Porto com a esquadra que n'aquella cidade reunira, veiu para Lisboa, onde já estava o infante D. Pedro com a sua. Vinham muitos fidalgos com o infante D. Henrique, mas quem mais chamava a attenção de todos era um velho de noventa annos, Ayres Gonçalves de Figueiredo, que fizera talvez as suas primeiras armas na batalha do Salado, e que ia assim mais uma vez combater contra os Moiros [1]. Muitos estrangeiros vieram tambem alistar-se á sombra da bandeira de D. João I, entre elles trez francezes e um rico inglez que trazia uns poucos de navios com muitos bésteiros.

Vieram tambem um duque e um barão allemães. O duque foi-se embora, porque D. João I lhe não quiz dizer o fim da expedição, o barão esse ficou e prestou relevantes serviços com mais quarenta cavalleiros que o acompanhavam.

Um triste acontecimento veiu interromper de subito estes preparativos. A

[1] «Pensava-se em Napoles e na Sicilia, diz Schoeffer, onde os infantes desposariam as rainhas viuvas; em Jerusalem, porque o rei queria cumprir um voto feito na Batalha de Aljubarrota; algumas pessoas falavam n'uma cruzada contra o anti-papa d'Avignon, etc.

[1] Quando o infante viu apparecer-lhe o velho, disse, cheio de admiração: «A' vossa edade convinha mais o repouso do que o serviço militar. — Longe de mim taes pensamentos, respondeu o digno Figueiredo, emquanto nos meus membros circular o calor vital, emquanto as forças me não desampararem não deixarei de seguir el-rei meu senhor a toda a parte aonde elle quizer ir.» Math. de Pisano, pag. 32

Digitized by Google

rainha D. Philippa estava em Sacavem com el-rei por causa da peste que ardia em Lisboa, quando n'essa aldeia se déram tambem alguns casos mortaes. D. João partiu logo para Odivellas, mas a rainha adoeceu no caminho. A doença fez logo rapidissimos progressos, e D. Philippa comprehendeu que se approximava a morte. Encarou-a com serenidade, despediu-se affectuosamente de seus filhos e de seu marido, deu-lhes a todos os mais piedosos e mais santos conselhos. Juntou os seus pedidos aos dos infantes para que seu marido se affastasse de junto d'ella, porque a afflicção em que estava e a sua organisação mais debilitada pelos annos podiam concorrer com a indole contagiosa da doença para o prostrarem tambem no leito da morte. Depois de resistir por largo tempo, D. João I cedeu emfim ás supplicas de todos e partiu para Alhos-Vedros. Pouco sobreviveu a rainha. Ao decimo terceiro dia da enfermidade, perguntou aos filhos:

— De que lado sopra o vento, que parece abalar as paredes do quarto? — Do norte, responderam-lhe. — Parece-me que é favoravel á vossa partida, tornou ella. E, com um sorriso angelico, suppondo ver na penumbra da agonia, a visão beatifica da mãe de Deus, expirou, entre os filhos que amava, pensando no marido que, longe d'ella, abatido e desesperado, nem já tinha força para cuidar nos preparativos d'essa expedição a que tão apaixonadamente se entregára.

Assim que se espalhou a noticia, houve uma dôr profunda em todo o reino. O povo chorava deveras a boa rainha, a meiga Ingleza, a desvelada mãe de familia, que déra tão nobres exemplos ás mães e ás esposas portuguezas. Como duas horas antes d'ella morrer houve um eclipse do sol, o povo, chorando, dizia que até o ceu deitava lucto pela morte d'aquella santa senhora [1].

«Unida desde a edade de vinte e oito annos, diz Schœffer, ao rei D. João (2 de fevereiro de 1387) Philippa tinha cincoenta e seis annos de edade quando morreu [2].» Podêmos contal-a no numero das mais nobres creaturas do seu sexo. No seu trajar tão desviada de vãos requintes de enfeite como de inconveniente mesquinhez e affectada negligencia, cheia de modestia no seu gesto e no seu porte, tendo no rosto a expressão e o colorido d'uma castidade exemplar [3], conservando sempre os olhos baixos como o pedia a reserva usada n'esse seculo, falava pouco, e só quando isso parecia conveniente e necessario; na grave dignidade das suas palavras e na firmeza d'ellas é que a princeza se revelava. A beneficencia era uma das necessidades da sua alma, a sua occupação predilecta era extinguir as questões, apaziguar as differenças, estabelecer a paz entre os vassallos, mesmo á custa d'uma parte dos seus bens. Moderada no goso das riquezas a ponto de se não permittir senão a satisfação das mais indispensaveis necessidades da vida, observava as prescripções da Egreja ácerca dos jejuns com tal rigor, que, não sendo de constituição muito robusta, estragou a sua saude. Muitas

Brazão d'armas da cidade da Guarda

[1] Marth. de Pisano, pag. 33-35. Gomes Eanes de Azurara, cap. 44, parte III da *Chronica* de Fernão Lopes.

[2] O original diz sessenta e quatro annos, e o mesmo diz La Cléde. Mas o erro de Schoeffer é que mais espanta, porque, acabando de dizer que tinha vinte e oito annos em 1387, dá-lhe sessenta e quatro em 1415.

[3] Temos frequentemente de modificar na nossa versão a traducção franceza, que é detestavel. N'este ponto, por exemplo, escreve Mr. Soulange-Bodin «*chasteté virginale*». O termo «castidade virginal», applicado á mãe de oito filhos, não deixa de ser ridiculo.

Digitized by Google

horas do dia eram consagradas á oração e aos exercicios de piedade. Estava por tal fórma habituada ás praticas do serviço do divino que podia ensinar os seus proprios capellães. O resto do seu tempo era empregado em trabalhos d'agulha, ou na educação de seus filhos. Como as mulheres das classes inferiores, velava pelas minucias do governo da casa e costumava as suas damas a fazerem o mesmo. Modelo de modestia e de economia domestica, distinguia tambem as mulheres ornadas d'essas virtudes e admittia-as na sua roda. A rainha applicava-se sobretudo á instrucção e á educação de seus filhos. Soube dar ás suas faculdades maior desenvolvimento do que era então costume nas côrtes christãs da Peninsula, e essa cultura intellectual unida á castidade da rainha apresentava ás classes elevadas um exemplo admiravel, e que não foi esteril. Ennobreceram-se o tom, o porte, as maneiras, e a linguagem. A côrte passou a ser uma escóla de delicadeza, de bons costumes e de nobres exercicios do espirito[1]. Podia-se alguem espantar de que em tal ambiente, debaixo da direcção e com o ensino de tão nobre mãe, crescessem cinco filhos de rei, que, em todos os seculos e em todas as côrtes, seriam ornamento e orgulho d'uma familia soberana? E não mereceu Philippa occupar um logar honroso na historia do povo, a que deu homens taes, por ella educados e formados?[2].

A morte de D. Philippa espalhou immenso desalento em todo o paiz, e não houve quem não julgasse que a expedição ficaria indefinidamente addiada. Os infantes comtudo, ainda que afflictissimos pela morte de sua mãe, não desejavam desistir da empreza. Assim que sua mãe se enterrou, o que se fez logo em seguida á morte, porque a peste produzia a immediata putrefacção do cadaver, partiram elles para o Restello, onde a frota estava reunida, e juntaram o conselho para saberem o que se devia resolver em vista das novas circumstancias. Dividiram-se os votos: sete dos membros do conselho opinaram por que se desistisse da empreza; os outros sete, e n'esse numero entravam os trez infantes, insistiram por que a partida se effectuasse. Allegaram aquelles que o céo era evidentemente contrario á expedição, porque os sinistros agoiros não faltavam. Em primeiro logar viera a peste, depois um eclipse do sol, e ultimamente a morte da rainha Philippa, que devia ser considerada, mais que todos os outros, funesto presagio. Pelo contrario, os infantes, como homens esclarecidos, combatiam tão absurda opinião, e sustentavam que ridiculo pareceria terem-se feito tantos preparativos para por fim de contas se gorar tão apregoada empreza. Conta Gomes Eanes de Azurara, mas como facto de que muito duvida, que no ardor da disputa dissera o infante D. Pedro cousas desagradeveis ao condestavel; inverosimil é esta asserção por duas razões, a primeira porque o infante D. Pedro era de todos o mais cordato e prudente, e consagrava ao condestavel uma sincera amisade, amisade retribuida pelo heroico Nuno Alvares; a segunda porque muito pouco provavel nos parece que, apesar da edade avançada, fosse o ardente condestavel do partido dos que votavam contra a guerra. Demais, Gomes Eanes mesmo confessa que o infante D. Henrique, de cuja bocca elle colhêra as informações necessarias para escrever a sua chronica, negára que tal successo se tivesse passado.

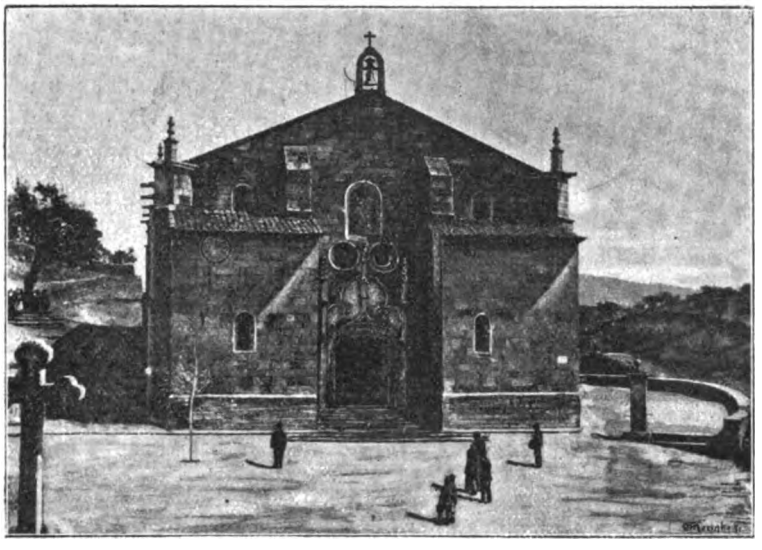
[1] «Leão, pag. 417-418 e Sousa, *Historia Genealogica*, tom. II, pag. 32, onde está tambem impresso o seu epitaphio, tal como foi dado pelo rei.» Esse epitaphio, como anteriormente dissemos, vem tambem na *Historia de S. Domingos*, de Fr. Luiz de Sousa.

[2] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 397.

Digitized by Google

Comtudo o facto era que a questão ficava indecisa, porque no conselho não havia maioria para nenhum dos lados. Decidiram então os infantes ir ter com el-rei, que estava em Alhos-Vedros[1]. Encontraram-n'o immerso em abatimento profundo, sem animo para coisa nenhuma, irresoluto, afflicto, dilacerado pela dôr immensa que o pungia ao perder assim, na edade em que pesa mais a solidão, em que mais se sente a perda dos entes queridos que fizeram comnosco a triste peregrinação da existencia, a companheira adorada que fôra consolação, exemplo e amparo nas tribulações da realeza. Quando soube, porém, do que se tratava, o sentimento dos seus deveres de soberano venceu a desculpavel fraqueza do homem, e com rara nobreza de porte e de expressão declarou que não sabia como podia ainda haver hesitação entre os seus que elle julgaria que, em vez de o aconselharem a não partir, insistiriam com elle para que partisse, se a prostração em que o deixára a morte de sua esposa o levasse a não querer seguir jornada. Os membros do conselho, contrarios á idéa da partida, quizeram insistir ainda dizendo que seria necessario pelo menos um mez para pôr a frota em estado de se fazer de véla; os infantes logo levantaram a objecção, affirmando que no dia seguinte, se fosse necessario, estaria a frota prompta.

Logo el-rei deu a ordem definitiva da partida, e os infantes, tão jubilosos quanto o podiam estar no meio da justificada afflicção que os pungia, partiram para o Restello onde estava a frota fundeada. Era uma das mais numerosas que nunca se tinham visto na peninsula; trinta e trez náos, vinte e sete galés de trez ordens de remos, trinta e duas galés bi-remos, e cento e vinte fustas e outros navios pequenos. O espectaculo



EGREJA DE FREIXO DE ESPADA Á CINTA

que apresentava essa numerosa frota nas aguas do Tejo era magnificente; não nos podemos eximir á tentação de abrilhantarmos as nossas paginas com o painel que d'esse panorama pinta Rebello da Silva no seu já citado romance inedito: «*A Conquistn de Ceuta*».

. . . . . .

«As duas armadas encontraram-se no mar, e saudaram-se com ruidosas acclamações. Os sons das trombetas, anafis, e timbales, ouviam-se a larga distancia, correspondidos por milhares de vozes. As galés, com os dois mastros, o mestre e o de traquete, nobremente embandeirados de balsões e pendões, quarteados com as côres do infante D. Henrique, branca, verde e preta, e a sua divisa, *talent de bien faire*, bordada em lettras de oiro, surgiam altivas e graciosas, ar-

[1] Por uma contradicção, filha de inadvertencia, diz Schœffer que os infantes foram procurar o rei ao Restello, quando algumas paginas antes dissera a verdade, isto é, que o rei estava em Alhos Vedros.

Digitized by Google

madas de toldos de seda, com os castellos bordados de talha doirada.

«Sobre as varandas, de pé, e cercados de um sequito apparatoso, viam-se os trez irmãos, D. Duarte, D. Henrique, e D. Pedro, o conde de Barcellos D. Affonso, D. Fernando de Bragança, filho do infante D. João [1], o marechal Gonçalo Vasques Coutinho, o alferes-mór João Gomes da Silva, o prior do Crato Alvaro Gonçalves Camello, o condestavel Nuno Alvares Pereira, o mestre de Christo D. Lopo Dias de Sousa [2], o almirante Lançarote Pessanha [3], o capitão de mar Affonso Furtado, e outros fidalgos de grande nome e reputação, cada um em seu navio, trajando os de Lisboa as côres d'el-rei, e ostentando os do Porto as do infante D. Henrique. Os homens de armas e bésteiros vestiam a libré dos senhores de quem seguiam as bandeiras; e os patrões, alcaides, arraes, marinheiros e remadores de que se compunham as tripulações das galés, usavam as côres e divisas d'el-rei e dos infantes. As náos com o seu curto e alteroso casco, tombadilho e castello de ré muito elevados, e o mastro de mesena, pouco maior do que o mastro de uma lancha, inchadas de panno, pesadas e torpes de manobrar, navegavam barlaventeando, emquanto os vasos do reino, mais leves, obedecendo ao esforço dos *vintaneiros*, curvados sobre os seus vinte e cinco ou trinta bancos, cortavam o rolo das vagas, velozes como aves, enfunando as velas latinas, ou os *bastardos*, soltos ao sopro da brisa que refrescára, como se quizesse, tambem ella, proteger o formoso alardo do maior poder naval que Lisboa vira ainda em suas aguas.

«As ancoras morderam a areia diante do Restello. As fainas da marinhagem terminaram. As velas encolheram-se. E ao estrepito das multidões e dos instrumentos succedeu o silencio e a quietação. As trevas cobriram o rio e a cidade. Nas praias desertas nem um vulto! A bordo das náos e galés apenas o vagaroso perpassar dos homens da ronda nocturna, cujas lanças reluziam ao clarão da lua, accusava a vigilancia militar. A hora do repouso já tinha batido havia muito, e depois das fadigas do dia o somno emmudecêra todos os rumores [1].»

Eis o quadro brilhante, que o Tejo apresentava, e a que o magico estylo de Rebello da Silva dá vida e animação. Mas a noticia da morte da rainha D. Philippa fizera perder a esse quadro o seu brilhante colorido. Trajavam lucto os navios; os mastros nus, sem flammulas nem galhardetes, recortavam tristemente os seus perfis no azul da atmosphera. Como que ennegrecia os navios a sombra de um desalento pungente. Mas el-rei observou que produziria uma triste influencia no animo dos soldados começarem a sua expedição vestidos de lucto, que bastava que elle e seus filhos, que tinham recebido o mais profundo golpe, trouxessem esse lucto no coração sem que deixassem de vestir galas para celebrar o principio d'uma empreza guerreira. Logo os infantes revestiram os seus ricos trajos. soaram de novo as trombetas com festivo clangor, e as capitanias tornaram a ondear ao vento as suas flammulas de mil côres. Espantados d'esse

[1] Este infante D. João era o Irmão do rei, o filho de Ignez de Castro, o que morrêra em Castella. Seu filho. D. Fernando passara para Portugal juntamente com seu primo D. Pedro de Castro, como dissemos no logar competente.

[2] Este Lopo Dias de Sousa, que ainda tinhs n'esse tempo o mestrado de Christo, era o filho de D. Maria Telles.

[3] Filho naturalmente d'aquelle Lançarote Pessanha, que os populares mataram no Alemtejo em 1384.

[1] *Archivo Pittoresco*, vol. VII (1864), pag. 13. N'este periodico publicou Rebello da Silva um excerpto do seu romance inedito *A Conquista de Ceuta*.

Digitized by Google

apparato, os capitães dos outros navios mandaram saber a causa d'essa repentina transformação da dôr em jubilo; disseram-lh'a, e elles, contentes por vêrem resolvida a expedição, de volta aos seus navios pozeram-n'os tambem de gala. «Em verdade, diz o prolixo Gomes Eanes d'Azurara no seu estylo já muito mais pretencioso do que o de Fernão Lopes, e pompeando opulencias de erudito, que o seu antecessor felizmente não conhecia, em verdade era formosa coisa de vêr uma frota, que pela manhã parecia alguma matta, que perdêra as folhas e fructos, ser em tão breve tempo tornada a parecer um formoso pomar acompanhado de muitas folhas verdes, e flores de diversas côres, porque assim eram as bandeiras e estandartes de desvairadas guisas e que cantavam em elle muitas aves de graciosos sons, porque os instrumentos não eram poucos, porque em cada navio havia instrumentos de desvairadas guisas, os quaes todo aquelle dia a uma voz nunca fizeram fim de tanger.[1]» Assim, com o estrepito guerreiro ficaram alvoroçadas as populações, que não esperavam que a empreza progredisse, e entre os curiosos corriam as mais diversas opiniões. Uns applaudiam a resolução d'el-rei, outros lamentavam que elle se deixasse arrastar pelo enthusiasmo juvenil de seus filhos, e todos perguntavam uns aos outros qual seria o fim d'esta mysteriosa expedição, e qual era o inimigo ameaçado por tamanho poder naval. Ninguem o sabia.

Entretanto el-rei sahia d'Alhos Vedros, e, mettendo-se n'um bergantim do conde de Barcellos, vinha tomar o commando da esquadra, que levantara ferro do Restello, e fôra fundear mais adiante em Santa Catharina. No dia de Santhiago (25 de julho) a armada emfim desteriu as velas, e sulcou affoitamente o Tejo, demandando a barra. Seguiam-n'a com os olhos rasos de lagrimas os que ficavam na praia, indecisos, sem saberem se deviam alegrar-se, se affligir-se com a expedição. E entretanto a numerosa armada, com as brancas velas soltas ao vento, deixando atraz de si um longo rasto de espuma, seguia caminho do Oceano. Não tardou que transpozesse a foz do Tejo e que se deixasse baloiçar pelas vagas do alto mar. Voltaram-se as prôas ao sul, as distantes velas encobriram-se emfim com os montes de Cezimbra, e os Lisbonenses ficaram incertos sobre o destino que o seu rei e os seus compatriotas iam procurar. O proprio rei, esse, sabendo qual o fim immediato a que a sua empreza tendia, não adivinhava por certo quaes seriam as suas consequencias; vendo as quilhas dos seus navios rasgar as liquidas entranhas do Oceano, não adivinhava que estava tomando posse do elemento sobre o qual haviam de reinar como soberanos, e que a bandeira das quinas ia aprender o caminho que devia percorrer quando, voando, sempre tremulante e victoriosa, de fortaleza em fortaleza, chegasse a fluctuar ufana sobre as rendidas muralhas das praças do Oriente.

Dobrado o cabo de S. Vicente, abrigou-se a esquadra na enseada de Lagos. Foi ahi que o rei quiz revelar aos seus companheiros a empreza a que se conduzia. O encarregado de fazer a confidencia foi Fr. João Xira, que, n'um sermão prégado em presença de todos os capitães, proclamou a cruzada, annunciou e louvou o designio de el-rei. O mais gracioso é que o rei, á força de espalhar falsos boatos para esconder o verdadeiro, enraizára por tal fórma o scepticismo nos seus, que já não queriam acreditar na verdade, quando era a verdade que elle lhes dizia. «Não é má invenção, diziam elles, esta d'irmos tomar Ceuta; cuida el-rei que nós não

[1] *Chronica de D. João I*, P III, cap. 48, pag. 153.

Digitized by Google

advinhamos que o nosso destino é á Sicilia.» E assim se foi prolongando a illusão, que favorecia o mysterio.

De Lagos continuaram a sua viagem caminho do estreito de Gibraltar. Uma pesada calmaria obrigou-os a arribar a Faro, onde tiveram que se demorar até ao dia 7 de agosto. Então levantaram de novo ferro, e foram fundear em Algesiras, que fica já muito proximo de Gibraltar.

ELMO E ESPADA DO MESTRE D'AVIZ

Os moiros d'esta cidade, aterrados por vêrem tamanha multidão de navios, julgaram que a empreza se dirigia contra elles. Foi uma deputação dos da cidade ter com el-rei D. João, pedindo-lhe humildemente que os tranquillisasse, porque estavam todos sobresaltados por não terem a certeza de que essa expedição lhes não era hostil. D. João I respondeu de um modo sêcco e evasivo; aos Moiros principalmente é que elle não queria designar ao certo o alvo da sua empreza. Por isso, descontentes com a altiva resposta, os de Gibraltar pozeram-se em estado de defeza e o mesmo se fez em toda a costa da Hespanha arabe.

De Algesiras passou a esquadra a Tarifa, cidade que pertencia a Castella, e cujo governador os recebeu com a maior obsequiosidade. Não só promptificou refrescos e provisões para a esquadra, mas até, sem se importar com o perigo de romper as pazes existentes entre Castella e Granada, mandou enforcar um almogarave granadino que viera espiar a frota e procurar saber o seu destino. «Mas o Moiro, diz Eanes d'Azurara com a maior seriedade, não recebeu pequena honra em sua justiça, que foi acompanhado de muita e muito boa gente, que com boa vontade o iam ver, os quaes, tanto que o viram enforcado, o atassalharam todo ás espadas [1]. E' natural que o Moiro dispensasse as honrarias, e o acompanhamento fidalgo que Gomes Eanes aprecia em tão alto valor.

Partiram de Tarifa para o estreito, e no dia 12 de agosto appareceu a esquadra diante de Ceuta, causando immenso terror aos habitantes. Uma ventania forte, e as correntes do estreito, contra as quaes os Portuguezes, ainda pouco habeis mareantes, não se souberam precaver, arrastaram as náos para Malaga, ficando só diante de Ceuta as galés e as fustas. Isto animou os Moiros, que se julgaram salvos, pensando que não era a cidade o alvo da empreza de D. João I. Fecharam comtudo as portas, e pozeram-se de atalaya pelos muros, mas antes impellidos pela curiosidade do que pelo receio. Logo lhes voltaram comtudo os sustos, porque o rei, mandando fundear as galés e as fustas defronte d'uma parte da cidade que se chamava Barbaçote, ficou esperando as náos, e, vendo que ellas tardavam, enviou o infante D. Henrique para apressar a sua vinda. Convenceram-se então definitivamente os Moiros de Ceuta de que eram elles os ameaçados.

---

[1] *Chronica de D. João I*, part. III, cap. 55, pag. 72.

Digitized by Google

. . . FORAM ACOLHIDOS COM GRANDE ESPANTO SEU. .

Digitized by Google

Ceuta pertencia ao imperio do emir de Marrocos e de Fez, e era então seu governador Salat-ben-Salat, que mostrou ser homem indeciso, de pouca firmeza, e de pouca resolução. Aterrado por esta subita ameaça, que nem remotamente previra, compellido pelos conselhos dos seus, que tudo temiam d'um rei tão celebre pelos seus feitos de armas, apressou-se a chamar á cidade as tribus do deserto, então como hoje, e como no tempo dos romanos, de Massinissa, de Syphax e de Jugurtha, inquietas, turbulentas, selvagens e intrepidas. Correram ellas ao chamado, e com mais confiança esperou Salat-ben-Salat os acontecimentos.

Já algumas escaramuças se tinham travado entre Moiros e Christãos, porque estes, impacientes de desembarcarem, atreviam-se a ir á praia em pequenos grupos, apesar das ordens expressas do rei, quando uma nova tormenta veiu ameaçar os navios portuguezes. O ancoradouro não era seguro, e a frota levantou ferro dirigindo-se para Algesiras, tendo as náos de novo de ceder á corrente, e de ir até Malaga. Parecia que tinham razão os agoireiros, e que a Providencia combatia a empreza, porque tantos obstacnlos se lhe deparavam. Mas d'estes impedimentos, como de tantos outros anteriores, tinha de resultar, pelo contrario, a facilitação do emprehendimento. Effectivamente, Salat-ben-Salat vendo a frota dos christãos levantar ferro, acreditou n'uma partida immediata, e, folgando com isso, apressou-se imprudentemente em se desembaraçar das tribus que chamára e que, emquanto se não mostravam terriveis para o inimigo, estavam sendo alliados pesados e incommodos. Despedidos esses numerosos auxiliares, que orçariam pouco mais ou menos por dez mil[1], ficou Ceuta reduzida ás suas proprias forças, que bastavam ainda assim para uma prolongada defeza, sendo a cidade forte e cercada de bem torreados muros. Não foi por conseguinte pequeno o seu pavor, quando viram no dia 20 de agosto surgir de novo a armada deante da cidade.

A armada portugueza tivera effectivamente um instante de desalento profundo; estes constantes obstaculos que o mar e a procella oppunham a navegadores inexperientes, a fortaleza da cidade, a grande cópia de gente que tinham visto a guarnecer as muralhas, tudo os assustava e os fazia considerar a empreza como impossivel. Voltaram-se as iras dos soldados contra o prior do Hospital, chegando a accusal-o de cumplicidade com Salat-ben-Salat; de lhe ter vendido o segredo da expedição, quando viera explorar a cidade, e de ter arrastado depois a armada a uma perda certa; asseveravam que el-rei não tardaria a punir a traição e phantasiavam sobre isso as muis extravagantes historias. Nas altas regiões não era menor o desalento, e os infantes viam com profunda tristeza apoderar-se de todos essa desanimação de mau agoiro. Quando se reuniu o conselho a bordo dos navios, alguns conselheiros houve que opinaram que se tomasse Gibraltar, outros, pouquissimos, que se insistisse na empreza de Ceuta, e a maior parte que se voltasse a Portugal. Mas el-rei não era homem que desistisse facilmente d'um projecto que realisára depois de o pesar maduramente. Aos que lhe aconselharam que tomasse Gibraltar, respondeu que era pequeno fructo para tamanhos preparativos, correndo além d'isso o risco de travar uma

[1] «Gomes Eanes d'Azurara (*Chronica de D. João I*, P. III, cap. 59, p. 180, diz que eram nada menos de cem mil; mas Matheus de Pisano affirma com mais verosimilhança (*Gesta regis Joannis* etc. p. 43) que eram dez mil. Ora devemos notar que Matheus de Pisano, escriptor então celebre na Europa, fôra chamado expressamente a Portugal para compôr a chronica da conquista de Ceuta.

Digitized by Google

guerra com Castella, a quem a conquista d'esse territorio encravado nos seus Estados pertencia por concenso tacito de todos os reinos da Peninsula. Da volta a Portugal nem quiz que se falasse: cobrir-se-hia elle aos olhos do mundo d'um eterno ridiculo. Portanto, lamentava ter de contrariar o voto dos seus conselheiros, mas declarava-se muito decidido a levar por diante o que tentára. Em presença d'uma tal affirmativa, calaram-se todas as objecções, e tratou-se de se combinar apenas o plano de ataque.

Disse el-rei que tencionava assentar o seu arraial em Almina, da banda do mar, o que pareceu aos conselheiros pouco acertado, porque, deixando a cidade com communicações para o sertão, podia d'ahi receber soccorros, e estar a guarnição constantemente á vontade, entrando e sahindo, conforme lhe aprouvesse. Redarguiu o rei allegando que, pondo-se assim do mar, não precisava d'entrincheiramentos, emquanto que, estabelecendo o acampamento do lado de terra, tinhà de se fortificar, para se defender a um tempo contra a guarnição da cidade e contra os Moiros sertanejos. O acontecimento deu razão a el-rei, mas foi porque sahiu contra todas as previsões.

Effectivamente, a idéa de D. João I não era acertada, admittindo-se o caso d'um prolongado cêrco. Privar uma cidade sitiada de communicações com o exterior é um principio elementar da arte dos assedios. Mas é natural que a idéa de D. Jãão I fosse tomar a cidade á escalada, como effectivamente succedeu, e n'esse caso o plano adoptado era o melhor, porque o exercito de desembarque operava com a protecção efficaz da frota proxima.

Tomaram-se então as disposições convenientes. O infante D. Henrique pedira em Lisboa a seu pae para ser o primeiro a desembarcar. El-rei não só lh'o concedeu, mas fez mais: deu-lhe a direcção principal da empreza. Ordenou que a frota do Porto, que estava debaixo do commando immediato de D. Henrique, fosse fundear defronte d'Almina, emquanto o resto da esquadra ameaçaria outro ponto da cidade, com o fim d'attrahir para si a attenção dos Moiros. A abrigo d'essa diversão, o infante D. Henrique desembarcaria a seu salvo, e então os outros navios, vindo unir-se-lhe, lançariam em terra o resto da gente.

Determinado isto, deram-se as ordens necessarias, e a frota levantou ferro para voltar a Ceuta. Fazia-se tudo de má vontade, as ancoras levantavam-se vagarosamente, vagarosamente se despregavam as velas, vagarosamente feriam os remos das galés a superficie liquida. A armada estendia-se no estreito «como uma immensa ponte» diz Azurara, porque os navios, tardos no velejar, pareciam ser arrastados a custo á empreza. A bordo dos navios do infante D. Henrique houve quasi uma sedição; muitos escudeiros, vendo a frota d'el-rei navegar como que em direcção a Portugal, emquanto elles iam direitos a Ceuta (consequencia do plano combinado) chegaram a suppôr que, para salvar a honra das armas, e para se não dizer que partira sem fazer uma tentativa, el-rei os sacrificava a elles, enviando-os ao matadoiro. Escondendo mal debaixo de fórmulas de respeito a insubordinação e as suas temerarias supposições, chegaram a dizer ao infante D. Henrique muito claramente que lhe desobedeceriam, se elle os quizesse enviar a terra, ficando muito socegado a bordo, pretextando os seus deveres de chefe. Henrique respondeu friamente, que ninguem saltava em terra antes d'elle, e que lhe importava pouco ser ou não ser seguido, que ficassem a bordo se quizessem e que o deixassem combater sósinho os inimigos da fé; que folgaria de morrer dando com a sua morte uma lição aos

Digitized by Google

que ousavam accusar de covardia o heroe d'Aljubarrota e os filhos de D. João I.

Os escudeiros cahiram-lhe aos pés arrependidos, dizendo-se indignos de perdão, e jurando que esse perdão saberiam elles conquistal-o no dia seguinte com prodigios de dedicação e de valor. Não seria de certo estranho este successo á temeraria bravura que no dia seguinte mostraram os soldados do infante D. Henrique.

Estava finalmente a esquadra toda fundeada diante de Ceuta. Para assustarem os Portuguezes, e fazerem-lhes suppôr a cidade maior ainda do que era, tiveram os Moiros a ingenua lembrança de a illuminarem toda, pondo em cada janella um facho. Era deslumbrante o espectaculo; no meio do silencio da noite, quebrado apenas pelo rumor das vagas, avultava na costa africana essa pinha de luz, que transformava Ceuta n'uma cidade phantastica dos contos orientaes; a frota respondia-lhe com egual illuminação. Para se fazerem os preparativos do combate em cada navio corriam de pôpa á prôa os archotes e as lanternas, cujo trémulo fulgor se reflectia nas aguas buliçosas, que parecia terem-se de subito inflammado, como se as constellações do firmamento viessem banhar-se nas aguas do estreito.

Diz Azurara, dando á phrase um geito poetico que lembra Fernão Lopes, que assim como o lume, quando se apaga, derrama esplendor mais vivo, assim resplandecia Ceuta proxima a succumbir.

E com effeito, que profundo contraste entre essas duas illuminações que defrontavam uma com a outra, a da terra e a do mar! Alem a luz intensa e immovel, com que resplandecia a cidade silenciosa; aqui a chamma agitada dos fachos no tumulto dos preparativos, ondeante chamma que se espelhava na superficie inquieta do mar. Fulgurava na frota portugueza o clarão alegre das luminarias do triumpho, e os Moiros accendiam com as proprias mãos o luzeiro grave e triste das suas tochas funeraes.

CAPITULO VIII

Tomada de Ceuta.—Bravura do infante D. Henrique

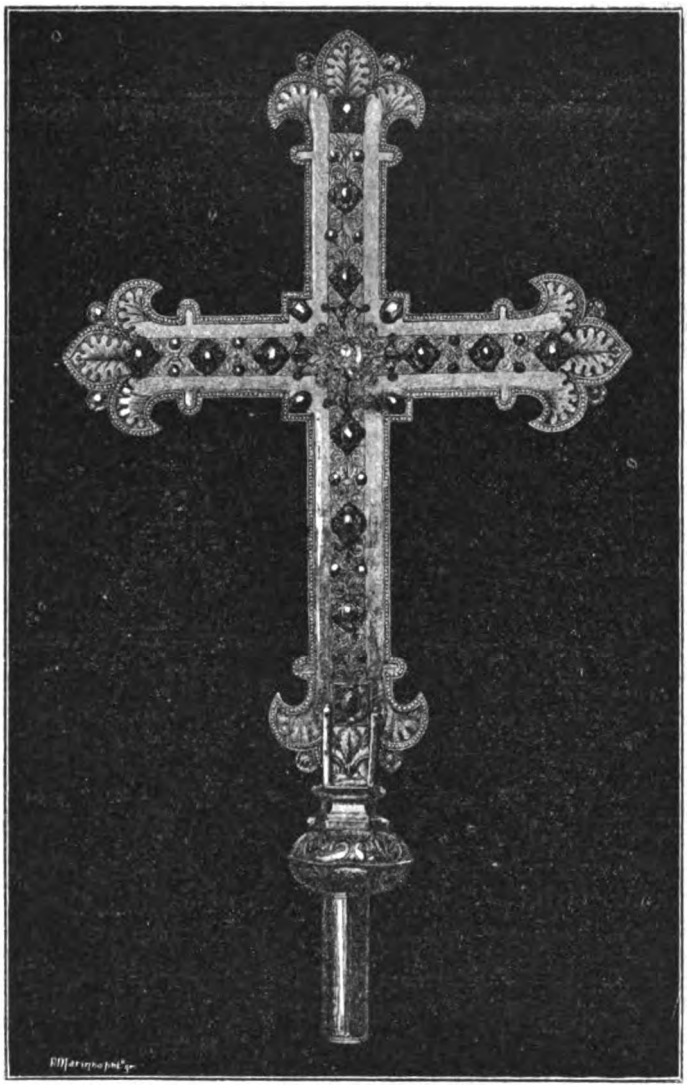
AMANHECEU o dia 21 de agosto, que devia ficar para sempre assignalado gloriosamente nos fastos portuguezes. Ao desalento dos nossos guerreiros succedêra uma extraordinaria animação, e, quando o rei, mandando preparar uma galeota, atravessou a esquadra para dar aos capitães as suas ultimas instrucções, foi recebido com incrivel enthusiasmo. A todos recommendava que nenhum dos homens das suas tripulações pozesse pé em terra, antes do infante D. Henrique estar com os seus desembarcado. Na frota do infante a impaciencia era extrema, e como o signal se demorasse, o veador do conde de Barcellos, João Fogaça, não se podendo conter, abicára á praia com o seu batel; mas não foi elle o primeiro a desembarcar, precedeu-o Ruy Gonçalves, depois veador da infanta D. Izabel, mulher do infante D. João. Atraz d'este

Digitized by Google

seguiram-se logo muitos cavalleiros portuguezes, e entre elles, mas na frente de todos, o infante D. Henrique, irritado por não ter sido o primeiro. Os Moiros tinham sahido da cidade, e na praia escaramuçavam com os Christãos que iam desembarcando. Travaram-se combates homericos, luctas corpo a corpo em que uns e outros desenvolviam, os Portuguezes a robustez de homens costumados a não vergar ao peso das armaduras, os Moiros a agilidade e a flexibilidade nervosa de membros proverbiaes nos filhos do deserto; mas a contenda decidiu-se tanto mais facilmente a favor dos Christãos, quanto Ruy Gonçalves derribou uma especie de gigante que avultava entre os berebéres, e que elles pareciam considerar como um chefe, o que affrouxou consideravelmente a defeza dos Moiros.

Na confusão da luta, no meio do turbilhão de ferro e aço, formado pelas armaduras, arnezes, grevas, solhas, elmos e viseiras, que faziam dos combatentes outros tantos cavalleiros mysteriosos, não era facil aos que pelejavam conhecerem-se entre si; pareceu comtudo ao infante D. Henrique vêr seu irmão o infante D. Duarte no mais acceso da pugna. Não se enganava; não podendo reprimir a sua marcial impaciencia, o herdeiro da corôa, por uma heroica desobediencia ás ordens de seu pae, metteu-se n'uma chalupa, acompanhado por trez ou quatro fidalgos, e veiu confundir-se com os combatentes do infante D. Henrique.

Por este acolhido com jubilo fraternal, e com a amisade enthusiastica e sincera que unia os irmãos, filhos de D. João I, o infante D. Duarte tomou com o infante D. Henrique a direcção da peleja, que progrediu victoriosamente para os Portuguezes.



CRUZ DE D. SANCHO I

Andava entre os Moiros um negro alto e membrudo, que Gomes Eanes de Azurara e Matheus de Pisano nos descrevem como similhante aos Ethiopes, mas completamente nú, e tendo como arma unica uma funda que manejava com incrivel dextresa e vigor, de fórma que as pedras por essa funda arrojadas, pareciam, diz Gomes Eanes «de um

Digitized by Google

trom ou colobrete [1]». Este homem, que era naturalmente algum negro da costa de Africa limitrophe de Marrocos, algum dos que depois os navegadores de D. Henrique encontraram nas terras por elles exploradas, avulta n'este canto épico da tomada de Ceuta, como a figura de Argante, o fero Circassiano, na *Jerusalem liberta* de Torquato Tasso, que, atravessando furioso o exercito dos Christãos, «sempre mata ou derriba, ou fére ao menos [2]». Este negro produzia egual estrago entre os Christãos, quando Vasco Martins de Albergaria, que ficára atordoado com uma das pedras arrojadas pela terrivel funda, recobrando alento, precipitou-se, ardendo em vingança, no seio da massa compacta dos inimigos, e atravessou o africano com uma lançada. A perda d'este formidavel combatente desanimou os Moiros, que fugiram á pressa na direcção da cidade. O infante D. Henrique, obedecendo á lettra ás instrucções de seu pae, queria estabelecer-se solidamente no campo e esperar o desembarque do resto do exercito. Mas D. Duarte fez-lhe sentir quanto seria possivel, na confusão com que os Moiros retiravam, entrar com elles de envolta na cidade, ou pelo menos tomar a porta de Almina, e sustental-a tempo bastante para dar logar á chegada do exercito. Concordou o infante D. Henrique, e logo ambos marcharam, seguidos pelos seus cavalleiros, que tiveram a felicidade de surprehenderem as portas, sendo o primeiro a entrar na cidade aquelle Vasco Martins de Albergaria, que praticára a façanha de derrubar o negro.

A este tempo já estava com os dois infantes o conde de Barcellos, e pouco mais ou menos uns quinhentos homens, que a cada instante augmentavam. Por conselho do infante D. Duarte, tomaram um outeiro, onde se estabeleceram, e d'onde irradiaram depois pelas differentes ruas, que os Moiros deffendiam com o valor do desespero, e com a intrepidez de quem pugna pelos seus lares. Entretanto Vasco Fernandes de Athaide, correndo por dentro da cidade ao longo do muro da cêrca, fôra arrombar outra porta, não sem custo e espargimento de sangue; mas a porta arrombou-se, e os Christãos poderam entrar por duas bandas na cidade aberta.

Dividiram-se então os Portuguezes em trez bandos principaes, commandado um d'elles pelo conde de Barcellos, o outro por Martim Affonso de Mello, e o terceiro pelos dois infantes, indo este ultimo tomando todas as alturas que dominavam a cidade. Para ir mais ligeiro, D. Duarte despiu a armadura e ficou apenas com uma cota, do que lhe resultou adiantar-se a seu irmão, que, coberto de todas as armas, caminhava mais vagarosamente. Afinal D. Henrique imitou-lhe o exemplo, mas, quando apressou o passo para o alcançar, já não o encontrou; D. Duarte fôra de eminencia em eminencia occupar a mais elevada, a que chamavam o Cesto. D. Henrique suppôz pelo contrario que elle tomaria pela rua direita, e seguiu-a levando adiante de si os Moiros, que por toda a parte se apinhavam, a um tempo defendendo-se e fugindo. Deixaremos os infantes D. Henrique e D. Duarte, perdidos um do outro, caminhar, aquelle pela rua direita, este pelas alturas da cidade, e vejâmos entretanto o que se passa na frota regia.

---

[1] *Chronica de D. João I*, p. III, cap. 71, pag. 209.

[2] Il feroce Circasso usci di stuolo
Ch'esser vols'egli il feritor primiero,
E quegli, in cui feri, fú steso al suolo,
E sossopra in un fascio il suo destriero,
E pria che l'asta in tronehi andasse a volo;
Molti cadendo compagnia gli fero.
Pei stringe il ferro, e quando giunge a pieno,
Sempre uccide, od abatte, ó piaga almeno.

Foi o ultimo verso da oitava o que traduzimos no texto. *Gerusalemme liberata* canto 3.º, oit. 34, pag 60 do 1.º volume da edição de Nimes, 1764

Digitized by Google

A revista passada por el-rei D. João aos seus navios prolongava-se, porque eram muitos os baixeis, e já a cidade estava entrada pelos infantes, e ainda el-rei não acabára a sua inspecção. Avisaram-n'o d'isso os murmurios dos soldados impacientes, e as queixas dos fidalgos, que lamentavam, estes não participar da honra ganha pelos assaltantes, aquelles vêr-se privados a um tempo do combate e da presa. Vendo como as coisas tinham caminhado rapidamente, D. João chamou seu filho D. Pedro, e disse-lhe que fosse transmittir a D. Duarte a ordem de desembarcar.

A resposta que D. Pedro lhe trouxe foi que o principe já estava em terra. Sorriu-se o rei da impaciencia de D. Duarte, mais agradado do que irritado com a insubordinação do filho, e deu ordem para que o desembarque se operasse immediatamente. Fez-se com a maior rapidez, não tanta que não encontrassem vencidas as maiores difficuldades. Ainda assim dividiram-se os Portuguezes em quatro corpos, e espalharam-se na cidade, auxiliando bravamente os que os tinham precedido. Commandava um d'elles o condestavel, o outro era o infante D. Pedro, guiava o terceiro o mestre de Christo, e o quarto, que devia ser commandado pelo infante D. Duarte, como este partira adiante como voluntario, agrupava-se simplesmente em torno da bandeira do herdeiro da corôa. El-rei, que soffria muito d'uma ferida na perna, que fizera na vespera saltando para bordo da galé e que ao mesmo tempo entendia não ser honra sua figurar na conclusão d'uma victoria já ganha e decidida, quiz-se reservar para a tomada do castello, e sentou-se á porta da cidade, onde armou cavalleiro o seu escrivão da puridade, Gonçalo Lourenço de Gomide.

Entretanto a cidade offerecia um aspecto lamentavel; muitos dos Moiros fugiam, mas outros, ou por afferro ás riquezas, ou por se não poderem resignar a desampararem as casas em que seus paes tinham morrido, em que elles mesmos tinham nascido, preferiam esperar a morte, senão resignados, pelos menos intrepidos. Não succumbiam sem defeza, e os mais inermes procuravam vingar-se anteci-padamente da sorte cruel que os Christãos lhe reservavam. «Mettiam-se detraz das portas, diz Gomes Eanes de Azurara, para matarem os inimigos quando entrassem, mas isto não lhes aproveitava muito porque achavam os mais dos Christãos armados, e assim ligeiramente não lhes podiam empecer, e como isto nunca se acertava em similhantes logares que um só entrasse e logo não achasse outros alguns ácerca de si, era a magua d'aquelles Moiros tamanha que sem arma nem ferro se lançavam aos Christãos, e não havia ahi taes que, por grande multidão que vissem, que não mostrassem signal de defensão, e jazendo na terra, as almas quasi fora dos corpos, ainda moviam seus braços para uma e outra parte, como que desejavam cortar alguma coisa, e alguns tomavam suas riquezas, e as alagavam nos poços, ou as soterravam nos cantos de suas casas, imaginando que, posto que por então perdessem sua cidade, que a tornariam ainda a recobrar, e se aproveitariam d'aquellas coisas, que assim guardavam[1].»

Brazão d'armas da cidade de Tavira

O infante D. Henrique seguia pela rua direita, que ia ter ao castello, julgando encontrar pelo caminho seu irmão D. Duarte, quando se encontrou com um grande magote de portuguezes que fugiam diante dos Moiros, levados pelo

[1] *Chronica de D. João I*, P. III, cap. 91, pag. 255.

Digitized by Google

desespero da derrota a voltarem uma ultima vez a face ao inimigo. D. Henrique deixou passar uma grande parte da torrente, e os Moiros que vinham jubilosos, estacaram de subito diante do inesperado obstaculo que o infante lhes oppunha, acompanhado por poucos dos seus. A rua era estreita; pôde assim o infante quasi só conter por algum tempo o embate dos Moiros, até que os Portuguezes, envergonhando-se do seu panico, e reconhecendo o infante, voltaram a segundal-o, e levaram os Moiros de vencida até proximo de alfandega.

Alli porém os Moiros, reforçados por muitos dos seus, que convergiam para esse centro de resistencia, tornaram a destroçar os Portuguezes; mas tornaram tambem a encontrar o infante, que não arredava pé, e emtorno do qual se agruparam outra vez os Portuguezes, recuperando a vantagem perdida.

Foram os Moiros de vencida até á cêrca que dividia Ceuta em duas cidades distinctas. No ardor da perseguição, o infante nem reparára que nem todos o tinham podido acompanhar, e que estavam apenas emtorno d'elle dezesete homens. Os Moiros pararam n'um sitio onde a cêrca exterior e a cêrca interior formavam um angulo ainda protegido pela sombra do muro do castello que o dominava. Alli se travou rijo combate sobre o corpo de um escudeiro portuguez, Fernão Chamorro, que os Moiros queriam levar, e D. Henrique e os seus defendiam. Fugiram os inimigos emfim, e a perseguição continuou. Eram cinco apenas com o infante os que atravessaram de envolta com elle uma das portas da cêrca, seguiram uma especie de corredor abobadado, que ia ter a segunda porta, e ainda depois a terceira, construcção labyrinthica, muito usada nas fortalezas arabes, mas que as nossas chronicas não nos fazem muito claramente perceber. O que é certo é que os trez muros enredavam-se n'aquelle sitio de tal modo que mettido entre duas portas, uma que deitava para a villa onde os Moiros se tinham fechado, apesar do inimigo, outra que deitava para a parte da cidade já pelos Portuguezes tomada, mas que o muro defendido pelos Moiros dominava, de modo que não podiam os Portuguezes soccorrer o infante sem grande perigo, esteve D. Henrique largas horas acompanhado pelos seus quatro bravos, sem querer desamparar o seu posto, e sem receber soccorro de parte alguma. Já todos o julgavam morto, já essa triste nova chegára aos ouvidos d'el-rei, quando um cavalleiro, Garcia Moniz, cortando por tudo, atravessou a primeira porta, foi ter com o infante, que não queria de modo algum largar o posto que occupava, e onde esperava soccorros para tomar a segunda villa. Foram necessarias primeiro as observações de Garcia Moniz, que lhe representava que a segunda villa cahiria por si logo que se tomasse o castello, e depois as ordens reiteradas de seu irmão D. Duarte e d'el-rei, para o obrigarem a desistir da empreza. Chamado por seu pae, foi ter com elle a uma das mesquitas, onde D. João o recebeu de braços abertos, louvando-lhe o seu valor, ainda que reprehendendo-lhe um pouco as demasias temerarias.

Essa noite ficaram os Portuguezes de guarda ao castello, preparando-se para o atacarem no dia seguinte. Mas, quando os soldados encarregados d'isso se collocaram no seu posto, notaram que um bando de pardaes poisava tranquillamente nas torres, o que decerto não fariam se as torres estivessem cheias de gente. Deram parte das suas desconfianças ao rei, que, tendo mandado approximar as tropas, e vendo que no castello não se fazia o mais leve movimento, preparava-se já para mandar arrombar as portas, quando appareceram no alto das

Digitized by Google

ameias um Genovez e um Biscainho, que disseram que tinham ficado só elles, e que Salat-ben-Salat fugira com a guarnição. Logo se abriram as portas, o castello foi occupado pelos Portuguezes, e a bandeira de S. Vicente, a bandeira de Lisboa, de que era alferes João Vaz d'Almada, tremulou no alto das muralhas. O infante D. Duarte pensou em occupar a segunda villa, e mandou tropas, que encontraram alguma resistencia, mas que expulsaram definitivamente os Moiros, fazendo fluctuar a bandeira do infante ao sopro da brisa do deserto.

Ufano da sua victoria, tratou logo D. João I de expedir a noticia d'ella, e mandou mensageiros a D. Fernando, regente de Castella, e tambem ao governador de Tarifa, Martim Porto-Carrero, honra que lhe fazia de muito agradecido que ficára pelo bom acolhimento que elle fizera á esquadra. A victoria fôra effectivamente maravilhosa e merecia que se relatasse. Muitos Moiros tinham morrido no combate, e muitos mais tinham ficado captivos. O numero dos mortos avaliam-n'o uns em dez mil homens, outros em cinco mil, outros em dois mil. Gomes Eanes d'Azurara não se decide por nenhum d'estes algarismos. O que elle affirma é que de Christãos morreram só oito! a saber «cinco á porta que Vasco Fernandes britou, e dois dentro na cidade contando com elles Vasco Fernandes de Athayde e mais o alferes de D. Henrique[1]». Schœffer acceita a asserção sem commentarios, dizendo: «segundo a asserção dos Portuguezes só morreram oito Christãos». Ora, sem pararmos na inverosimilhança do facto, não nos será difficil achar no proprio Gomes Eanes a prova do contrario.

Em primeiro logar, dizendo no trecho acima citado que morreram cinco homens na porta que Vasco Fernandes arrombou, disse antecedentemente «mas

D. JUAN AFFONSO
(Morto na batalha de Aljubarrota)

isto não foi ligeiramente acabado, porque primeiro morreram ali *sete ou oito homens*»[1]. Depois conta frequentemente que não se fez a tomada das ruas com tanta facilidade que os moiros não se defendessem, e bem; narra que na rua direita foram os Christãos repellidos duas vezes, voltando á carga a incitações do infante D. Henrique. Ora, não parece provavel que os Portuguezes fugissem só porque os Moiros os enxotassem com os albornozes Não insistimos: além das

[1] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 408.

[1] *Chronica de D. João I*, P. III. cap. 72. pag. 211.

Digitized by Google

contradicções palpaveis do historiador n'este facto especial, a inverosimilhança é manifesta.

Tentaram os Moiros ainda, tomar a cidade não, mas pelo menos inquietal-a e approximaram-se dos muros no dia 22 de agosto com intenção hostil. Sahiu logo a elles o infante D. Duarte, e diversos fidalgos se lhe juntaram com o condestavel na frente; houve uma ligeira escaramuça, em que morreu um cavalleiro Inglez. Essas escaramuças repetiram-se todos os onze dias que D. João I esteve em Ceuta, mas nunca mais o infante sahiu a ellas, porque seu pae l'ho prohibiu expressamente, dizendo-lhe que não lhe era honroso entrar sempre n'essas mesquinhas luctas.

Era necessario tratar emfim da ceremonia que déra motivo á expedição de Ceuta, ou que pelo menos a lembrara. Os victoriosos infantes ardiam em desejos de ser armados cavalleiros pela mão de seu pae D. João I, que queria fazer a ceremonia com todo o apparato que ella comportava, e por isso tratou logo de mandar pelo seu capellão purificar a mesquita principal de Ceuta, para a transformar em templo catholico. Lembrou-se D. Henrique de que em tempo tinham piratas moiros de Ceuta salteado Lagos no Algarve, e tomado dois sinos; deu ordem para que se procurassem; effectivamente encontraram-se e foram postos no minarete da mesquita. ouvindo Ceuta pela primeira vez, depois que o conde Julião a entregára aos Arabes, o som religioso dos sinos, durante sete seculos substituido pelo grito do muezzin que chamava os fieis á oração.

Apromptada a nova egreja, disse-se missa solemne, prégou o capellão d'el-rei, fr. João de Xira, e logo em seguida armou D. João cavalleiros seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Foi uma tocante ceremonia; n'essas plagas de novo conquistadas, n'essa mesquita moira transformada em cathedral christã, o velho heroe, o representante de uma geração que ia extinguir-se, conferiu a ordem da cavallaria a esses filhos em que se sentia renascer, em que via com inexcedivel jubilo desabrocharem ao sol das batalhas os brilhantes predicados que tinham feito d'elle o idolo do povo, que haviam de lhe conquistar a admiração da posteridade.

Um sentimento doloroso se confundia comtudo com esta alegria justificada, era a lembrança de D. Philippa, da virtuosa esposa, da santa mãe que tanto se rejubilaria, se vivesse, com a gloria de seus filhos. As crenças consoladoras d'esse seculo de vivissima fé permittiam-lhes o doce pensamento de que o espirito de D. Philippa pairaria invisivel na purificada nave, e contemplaria, suspensa n'um raio de sol africano, a augusta ceremonia em que seus filhos, heroicos neophytos, eram introduzidos no sanctuario da cavallaria por um dos maximos sacerdotes d'essa religião da honra, o brioso D. João I.

Digitized by Google

CAPITULO IX

Importancia da Conquista de Ceuta.— Regresso a Portugal

EGUNDO o costume do tempo, apenas os infantes foram armados cavalleiros, poderam logo conferir a ordem de cavallaria aos fidalgos que acabavam de ganhar, debaixo das suas ordens, tão briosamente as suas esporas d'oiro. Como temos dito por vezes, esta ceremonia dava áquelle que iniciava um seu companheiro no culto do valor e da lealdade, uma certa influencia sobre o neophyto, que lhe ficava consagrando sempre respeito e affeição indissoluvel. Nunca teve o mundo mais bello exemplo d'essa dedicação, do que a que deu um dos cavalleiros feitos pelo infante D. Pedro. Foi Alvaro Vaz de Almada, depois conde de Avranches na Normandia, que morreu ao lado do infante D. Pedro na deploravel batalha d'Alfarrobeira. Contaremos na occasião competente essa formosa historia dos tempos passados, que fecha. quasi em Portugal o cyclo da cavallaria.

Um dos cavalleiros armados pelo infante D. Duarte foi D. Pedro de Menezes, conde de Vianna, que devia ficar por governador de Ceuta, e que n'esse posto devia praticar actos de extremado valor. O mais notavel dos que foram armados por D. Henrique foi um neto de Ignez de Castro, D. Fernando, senhor de Bragança.

Realisada esta ceremonia, tratou el-rei do regresso a Portugal, mas antes d'isso communicou ao seu conselho o desejo que tinha de conservar o dominio de Ceuta, e d'alli fazer tremular perpetuamente o estandarte portuguez, allegando, entre muitas outras razões, que, indo tantos portuguezes por amor da gloria combater em reinos estrangeiros, quando a sua patria estava em paz, agora que tinham Ceuta, melhor seria que para alli fossem pelejar, porque faziam assim grande serviço ao seu paiz, podendo ao mesmo tempo exercitar-se no duro exercicio das armas. Seria por conseguinte Ceuta uma optima escola guerreira, onde os jovens fidalgos se adextrariam, e onde se conservaria sempre vivo o bellico ardor, que poderia ser aproveitado depois em emprezas uteis a Portugal.

Combateram alguns do conselho a opinião d'el-rei, allegando a difficuldade de sustentar uma praça distante de Portugal, sendo, como era, provavel que os Moiros não se resignassem a perder facilmente uma tão importante cidade. D. João I replicou allegando que seria ridiculo ter emprehendido uma expedição de tal magnitude para desamparar depois o fructo d'ella; que Deus, que lhe concedêra a victoria, saberia tambem proteger os defensores da cidade, que tinham transformado de infiel em christã; e que, emfim, era vontade sua que assim se fizesse. Emmudeceram todas as objecções, e tratou-se immediatamente de se escolher um chefe para a guarnição que devia ficar. Lançou primeiro el-rei os olhos para Martim Affonso de Mello, mas, depois, a instancias do infante D. Duarte, escolheu o joven conde de Vianna, D. Pedro de Menezes, a quem deu

Digitized by Google

dilatadas instrucções em que transluzem os nobres principios que sempre guiaram o procedimento d'este soberano, e em que se mostram ao mesmo tempo o bom senso governativo e a experiencia guerreira do antigo mestre d'Aviz. Essas instrucções são minuciosamente referidas por Gomes Eanes d'Azurara, na chronica especial que escreveu dos feitos d'este cavalleiro[1].

Estava pois Ceuta definitivamente reunida aos dominios portuguezes. A conquista era importante, não só pelo que já por si valia, mas principalmente pelas consequencias importantes que teve.

Ceuta, hoje um insignificante presidio hespanhol na costa africana, com uma população quasi toda militar, era n'esse tempo uma das cidades mais importantes e a mais povoada da Mauritania[2]. Tinha mesquitas, edificios magnificos, numerosos estabelecimentos de instrucção, e era cercada além d'isso de campinas ferteis e agradaveis, sobretudo de riquissimos vinhedos. A industria de Ceuta estava bastante desenvolvida; alli se fabricavam obras de coiro, de seda, e de ferro. A sua posição tornara-a um emporio de commercio importantissimo entre o Oriente musulmano e o Occidente christão. A sua prosperidade declinou rapidamente na mão dos portuguezes, porque já não havia motivo para que ella continuasse a ter similhante importancia commercial, mas pelo menos libertaram-se os navios portuguezes e hespanhoes de um direito de fundeação que tinham de pagar em Ceuta, se não queriam ser tratados como inimigos quando passavam para o Mediterraneo, e fechou-se ás tribus arabes da Barbaria o porto pelo qual passavam sempre para correrem em soccorro do reino de Granada. Ceuta fôra, por isso e por muito tempo, o terror do Christianismo europeu.

«O pequeno e heroico exercito dos Portuguezes, diz Schœffer, derribou esse terror dos seculos anteriores. O destino e o papel de Ceuta acharam-se de subito maravilhosamente mudados. Nas mãos dos Portuguezes essa cidade tornou-se d'ahi em deante a chave dos Estados do Islam e o terror dos Mahometanos. Tinha de ser de futuro o baluarte do christianismo na costa d'Africa; para o rei João seu conquistador era uma garantia de que os seus successores, em perpetua luta com os infieis, iriam sempre ganhando novos paizes para a fé christã, e ao mesmo tempo offereceriam um theatro para os combates, uma escola de exercicios de cavallaria para a nobreza guerreira de Portugal. «N'esta empreza, disse o rei quando depois se tratou da conservação de Ceuta, tive em vista servir a Deus, restituir á egreja catholica, a que pertencêra outr'ora, uma cidade tão hostil ao christianismo; Ceuta deve ser conservada, afim de que outros principes christãos ou futuros reis de Portugal se sintam arrastados, pela imitação de um santo zêlo, a proseguirem na conquista da Africa, e a arrancarem de novo das mãos dos infieis paizes que os Christãos já possuiram.

«Asstm os Portuguezes não poderão, por effeito da ociosidade que resulta da paz, cahir na inacção, e n'uma effeminada molleza, e perder as suas forças e a pratica das armas. O que foi Carthago para Roma, sel-o-ha Ceuta para Portugal. Todos os dias os meus cavalleiros me pedem que lhes dê licença para irem a paizes estrangeiros exercitar-se nas armas; agora teem Ceuta, onde podem satisfazer esse desejo com grande proveito do serviço da divindade, e sem despezas tamanhas, para não falar d'outras van-

[1] *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, cap. 7 na *Collecção de livros ineditos da historia portugueza*, tom. II. (Edição da Academia.)

[2] Leo Afric. III.

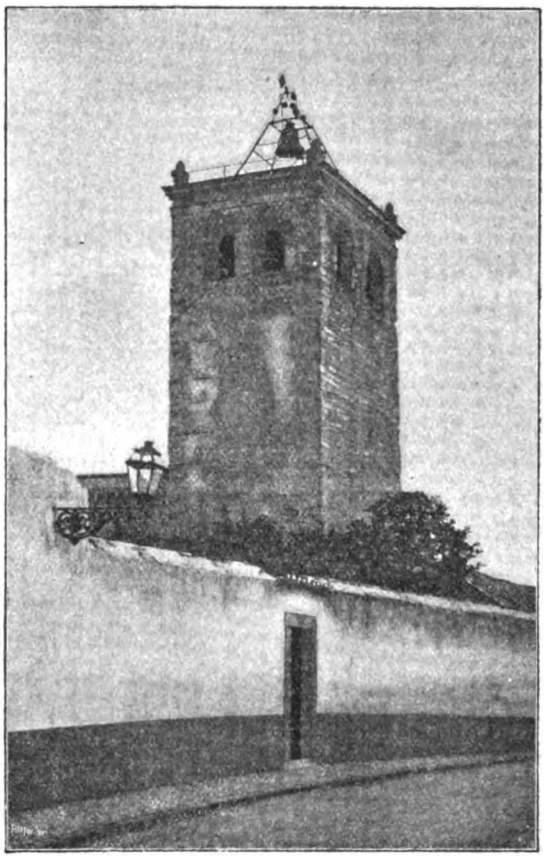
Digitized by Google

tagens que d'esta possessão resultam.» Esse fim attingiu-se, e a primeira empreza militar de Portugal contra uma potencia estrangeira foi coroada pelo mais glorioso resultado.

«Era ao mesmo tempo a primeira expedição maritima, a primeira façanha dos Portuguezes n'um elemento em que se não sentiam bem firmes; porque a sua frota, incapaz de se dirigir, deixára-se arrastar pelas correntes do estreito. Ceuta foi para os Portuguezes o ponto de partida para conquistas longiquas na costa d'Africa, e a tomada d'esta cidade, que encheu de jubilo e de admiração todos os Estados christãos do Mediterraneo, devia gerar depois vastos projectos, audaciosas emprezas, prodigiosas façanhas; estava aberto um novo campo, dava-se uma nova direcção á actividade da nação portugueza. Desde então não falaram os Portuguezes mais senão em expedições maritimas, e Ceuta foi o primeiro fusil da longa cadeia com que marinheiros Portuguezes cingiram a costa d'Africa, e o ultimo dos quaes, engastado em oiro, se prendia ao paraiso da India. Assim, domina um pensamento mais elevado, manifesta-se um espirito de mais elevado alcance na transformação da mesquita mahometana em templo christão, que se fez logo depois da conquista, n'essa consagração pela espada que el-rei João deu a seu filho, armando-o n'essa egreja cavalleiro; e Henrique o illustre merece e recebe a dignidade de cavalleiro na cabeça d'essa parte do mundo que devia fundar a sua immortalidade[1].»

Nomeado o governador para a nova possessão portugueza, e nomeados tambem os soldados que deviam constituir a guarnição, resolveu D. João I regressar a Portugal. No dia 2 de setembro de 1415 a frota levantou ferro, e partiu para Portugal, depois de ter deixado plantada em terras africanas a bandeira da cruz e das quinas. D. João podia morrer: estava completa a sua gloria.

«Chegando a Tavira, diz ainda Schœffer, el-rei mandou chamar seus filhos



TORRE DAS CABAÇAS EM SANTAREM

para os recompensar, disse, dos grandes serviços que tinham prestado n'essa campanha, excepto Duarte que, na sua qualidade de herdeiro dos seus Estados, nada mais podia receber. Elevou o infante D. Pedro á dignidade de duque de Coimbra, e o infante D. Henrique á de duque de Vizeu; o ultimo, por causa dos seus trabalhos para o equipamento da frota, foi nomeado além d'isso senhor da Covilhã.

Todos os que tinham servido o rei foram por elle cheios de presentes, e despedidos em Tavira com expressões de benevolo reconhecimento. Os navios es-

[1] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr.fr, pag. 404.

Digitized by Google

trangeiros receberam largamente o preço do frete, e singraram alegremente para o seu paiz.

Depois o rei continuou o seu caminho até Evora, onde os infantes D. João e D. Fernando, que por motivo da sua mocidade tinham ficado em Portugal, esperavam a chegada de seu pae. Com o mestre d'Aviz[1], a quem tinham sido confiados, sahiram, seguidos por todos os habitantes da cidade, ao encontro do rei, e acompanharam-n'o, ao som dos hymnos cantados por um bando de mulheres e de creanças, ao palacio onde a infanta D. Izabel o esperava, rodeada pelas nobres damas da côrte e da cidade. Estavam todos os olhos banhados em lagrimas. A volta feliz do illustre pae da patria, que coroava as suas victorias anteriores com este triumpho obtido sobre os infieis; a vista dos seus filhos queridos, todos cheios de força e de nobre orgulho, cujas façanhas em Ceuta pareciam justificar as mais brilhantes esperanças de uma nação bellicosa; a presença de quasi todos os guerreiros, cobertos de gloria, recebendo os abraços de seus irmãos, de seus paes, de suas irmãs ou de suas esposas, depois d'uma empresa, que primeiro, pelo mysterio em que o seu destino se envolvera, agitára todos os espiritos e os enchera de uma certa inquietação, depois pela sua direcção inesperada e pela rapidez da execução (a travessia fez-se n'um mez pouco mais ou menos, a tomada da cidade em duas horas) surprehendera todos pela audacia das façanhas, pelo pequeno numero das victimas, e espalhára por toda a parte a admiração e o jubilo; tudo isso provocava as commoções mais variadas, mas que todas concorriam para formarem um sentimento poderoso, energico, penetrante, que por largo tempo animou a nação. O *Te Deum*, entoado pelos guerreiros christãos na grande mesquita de Ceuta, foi o hymno enthusiastico do reinado de D. João I, cantado no declinar glorioso da sua carreira tantas vezes agitada; annunciou a Portugal o seculo da sua grandeza. Quando el-rei mandou arvorar a bandeira de S. Vicente no castello de Ceuta, abriu aos seus Portuguezes mais vasta perspectiva e designou-lhes mais elevadas aspirações; d'ahi as suas vistas pairaram muito para além do *cabo de S. Vicente*. No promontorio de Sagres (o *Promontorium Sacrum* mundo antigo) foi poisar o infante D. Henrique, e fitando o seu olhar pensativo nas vagas agitadas, na immensidade do Oceano, devaneiou para além d'ellas um mundo novo e esplendido[1].

CAPITULO X

Morte de D. João I

Os dezoito annos que decorreram ainda entre a tomada de Ceuta e a morte d'el-rei, não foram assignalados por acontecimentos importantes. As enfermidades saltearam o monarcha, e obrigaram-n'o a confiar por frequentes vezes o governo do reino a seu filho D. Duarte, que assim foi governando provisoriamente o paiz que tão pouco tempo tinha de reger na qualidade de rei.

Ceuta estava sendo entretanto, como D. João I previra e desejára, uma escola

[1] Fernão Rodrigues Sequeira. que ficára governando o reino.

[1] Schoeffer, *Historia de Portugal*, pag. 406 tr. fr

Digitized by Google

bellica para os fidalgos portuguezes, que, debaixo do commando do brioso conde de Vianna, D. Pedro de Menezes, repelliram constantemente os assaltos do inimigo, empenhado em retomar a sua predilecta cidade. Em 1418 foi o primeiro ataque dos Moiros, que vieram, segundo dizem os nossos velhos chronistas, prodigos sempre na avaliação das forças do inimigo, em numero de cento e vinte mil homens e acompanhados por numerosas galés, sitiar a praça. Repelliu-os no dia 11 de agosto d'esse anno o valente governador, estendendo, ainda segundo o computo dos nossos velhos historiadores, tres mil mortos no campo da batalha. Em todo o caso, o que é verdade é que este primeiro cêrco foi repellido.

Teve o segundo um caracter mais sério, porque vieram juntamente com as hordas barbaras de Fez algumas disciplinadas tropas granadinas, que apertaram o assedio, obrigando D. Pedro de Menezes a pedir soccorro a Portugal. Enviou-lhe logo D. João I uma esquadra, commandada pelos infantes D. Henrique e D. João, anciando este ultimo por fazer as suas primeiras armas nas plagas africanas, já illustradas pela bravura de seus irmãos mais velhos. Passava-se isto em 1419.

Não foi necessario comtudo que os dois infantes chegassem a travar batalha com os Moiros: uma violenta sortida de D. Pedro de Menezes, junta com a noticia da chegada da esquadra, bastou para que se levantasse o cêrco e ficasse Ceuta desassombrada.

Com isto se accrescentou muito a fama de D. Pedro de Menezes, cujo nome já soava bem alto no reino, onde foi quasi enthusiasticamente acolhido, quando em 1424 veiu a Portugal gosar a licença que pedira, depois de nove annos de constante permanencia na praça africana, para onde ainda voltou, ficando depois na sua descendencia o governo de Ceuta.

Á feliz eschola do primeiro governador d'esta conquista de D. João I se deve incontestavelmente o conservar-se ella, como se conservou, fazendo parte dos dominios de Portugal, e todas as recompensas que el-rei outhorgou a D. Pedro eram bem cabidas, á vista dos grandes serviços que prestou á sua patria.

No anno de 1428 casou o infante D. Duarte com a princeza d'Aragão D. Leonor, filha de D. Fernando I. A 16 de janeiro d'esse mesmo anno foi o casamento ajustado pelo arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, enviado para esse fim como embaixador ao soberano aragonez, effectuando-se o casamento por procuração, a 2 de fevereiro do mesmo anno, em Valencia, d'onde a futura rainha de Portugal partiu, pomposamente acompanhada, atravessando a Castella no meio de grandes festas, vindo a casar em Coimbra a 22 de setembro de 1428.

N'esse mesmo anno casou o infante D. Pedro com D. Izabel, filha do conde D. Jayme d'Urgel. O casamento realisou-se em Valencia, para onde, com essa intenção, partira o infante.

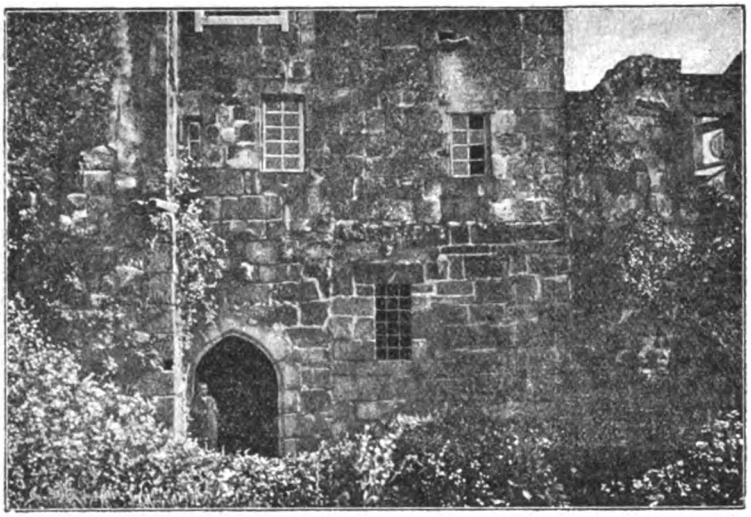
Já em 1424 casára o infante D. João com sua sobrinha D. Izabel, filha de D. Affonso conde de Barcellos. Em 1431 casou a infanta D. Izabel com Philippe de Borgonha. Restavam apenas solteiros o infante D. Henrique e o infante D. Fernando, que solteiros morreram.

Tinha por conseguinte D. João tudo ordenado: o reino tranquillo e glorioso, os filhos casados e florescentes de virtudes e d'altos predicados de todo o genero. Podia morrer tranquillo, e ir-se juntar no Empyreo com o celeste espirito de sua esposa D. Philippa, de quem sempre conservava pungentissima lembrança.

A geração de que fizera parte, de que

Digitized by Google

fôra o chefe e o exemplo, ia desapparecendo a pouco e pouco, e D. João I via-se sósinho entre as ruinas amontoadas. Os companheiros da sua vida tinham-se ido sumindo ao tumulo pouco a pouco, e os homens da nova geração, impacientes de se distinguirem tambem, começavam emprehendimentos novos, que nada ficavam a dever ás emprezas dos seus paes, e que muito as excediam em alcance civilisador. O infante D. Henrique déra principio ás suas navegações.



BRAGA — COSTAS DO VELHO PAÇO ARCHIEPISCOPAL

Consagraremos capitulos especiaes aos descobrimentos portuguezes, mas já aqui deixamos assignalado que, para que nada faltasse ao esplendor do reinado de D. João I, tambem foi emquanto governava o bastardo de D. Pedro I que os Portuguezes começaram a arrojar-se a desconhecidos mares.

D. João I contemplava, com melancholia e satisfação ao mesmo tempo, os seus filhos e os mancebos que os rodeiavam e que promettiam ao paiz uma nova era d'heroismo. Nos infantes D. Pedro e D. Duarte encontrava, e talvez em mais elevado grau, as proprias qualidades governativas, e a politica profunda do chanceller João das Regras; via em D. Henrique o valor junto com a sciencia; em D. Fernando a virtude inalteravel. Contemplava nos homens da nova geração os predicados que tinham abrilhantado a sua; D. Pedro de Menezes em Ceuta lembrava as façanhas de Nuno Alvares Pereira na sua heroica mocidade.

Era tempo de descer ao tumulo; tinham-n'o precedido, com annos d'intervallo, os tres companheiros queridos da sua existencia; João das Regras, o seu amparo e o seu conselho nos negocios governativos; D. Philippa, a doce companheira das suas alegrias e das suas tribulações domesticas; Nuno Alvares Pereira, o seu braço direito nos combates.

O primeiro fôra João das Regras. O velho chanceller finou-se a 3 de maio de 1404, e foi enterrado na egreja do convento de Bemfica, fundado, a instancias do chanceller, por D. João I, e tambem a instancias d'elle concedido pelo monarcha á ordem dominicana, de que João das Regras era muito devoto. Nos ultimos annos da sua vida fôra o *grande doctor*, como lhe chama Fernão Lopes, cheio de mercês pelo seu grato soberano. Fôra el-rei que lhe fizera o casamento com uma filha de Martim Vasques da Cunha, e, quando este fidalgo passou descontente a Castella, onde obteve o titulo de conde de Valencia del Campo, e que por conseguinte em Portugal se lhe confiscaram os bens, foram estes doados a João das Regras por D. João I.

Esses bens eram principalmente as villas da Lourinhã e Cascaes e o morgado de S. Matheus em Lisboa. D'este casamento nasceu uma filha unica, D. Branca da Cunha, que veiu a casar com

Digitized by Google

LEVANTAMENTO DO CERCO DE LISBOA

Digitized by Google

D. Affonso, filho do infante D. João, e neto d'Ignez de Castro.

Tiveram estes tambem uma filha, D. Izabel, que casou com D. Alvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto, em cuja familia se perpetuou a descendencia do insigne chanceller João das Regras.

Depois de João das Regras foi D. Philippa de Lencastre, a 18 de julho de 1415; o ultimo foi o condestavel Nuno Alvares Pereira, a 1 de novembro de 1431. O velho condestavel, homem que tivera sempre, como sabemos, profundos instinctos religiosos, depois de ter figurado na expedição de Ceuta, disse adeus ao mundo, e recolheu-se ao convento do Carmo, que fundára em Lisboa. Foi ahi que morreu depois de ter vivido nove annos pobre e humildemente.

«Recolheu-se ao convento do Carmo de Lisboa, que havia fundado, diz um dos seus biographos, no fim de julho ou principio de agosto de 1422; e, para maior perfeição da vida que abraçava, renunciando todos os titulos e cargos, e repartindo de novo todos os seus bens, rendas e terras que possuia, sem reservar nada para si, tomou o tabardo de donato em 15 de agosto de 1423, de edade pouco mais ou menos de 63 annos, trocando o nome em Nuno de Santa Maria, como d'ahi em diante se assignou. Não é para esquecer, como vivo testemunho do seu esforço e valentia, o que depois aconteceu. Vivia o santo condestavel no fervor de sua oração e penitencias, quando sobreveiu a nova do cêrco que ameaçava Ceuta, e, mandado consultar por el-rei sobre a maneira de accudir a esta praça, e direcção do soccorro, de novo se lhe mandou offerecer a que o admittisse como soldado, dizendo: que com a edade e profissão não tinham esfriado n'elle os desejos de cumprir sua obrigação na milicia que respeitava ao bem da Egreja; que, sem largar d'uma mão as contas, levaria na outra a espada, que ainda guardava para sustentar a honra de Deus; e que não poderia escolher morte mais gloriosa, nem sepultura mais honrada que acabando n'aquella empreza em defensão da fé, e gloria da patria. N'este genero de vida perseverou 8 annos continuos, 2 mezes e 16 dias, edificando a todos com muitas obras correspondentes á humildade de sua profissão, e acabou santamente em o 1.º de novembro de 1431, em edade de 71 annos, 4 mezes e 7 dias, e não a 12 de maio, como alguns escreveram, seguindo a Jorge Cardoso no Agiologio. El-rei D. João I e os infantes seus filhos assistiram com toda a nobreza e clero ás exequias, que se lhe celebraram com grande magnificencia, e foi enterrado no meio da capella-mór em sepultura rasa em que se conservou quasi 100 annos; sobre ella durou por muito tempo uma lampada de prata, que, em honra sua, lhe mandou pôr el-rei D. Duarte, seu particular devoto. A rainha D. Joanna de Castella, mulher de Philippe o Formoso, filha dos reis catholicos Fernando e Izabel, e descendente do mesmo condestavel, o mandou trasladar para um rico tumulo de marmore, com a sua figura em cima, da mesma pedra, em habito de donato carmelita, e na edade de velho, e no topo em outra estatua em pé, que o representava ao natural em annos de mancebo, e armado em guerra, como costumava usar; desfez-se com o terramoto de 1755. Com a mudança que depois se fez dos seus ossos para o logar onde agora estão, lhe mandou o sr. rei D José nova lampada, que arde defronte d'elle. Os tres estados de Portugal supplicaram a sua beatificação a Urbado VIII nas côries de 1641, e os bispos do reino fizeram nova instancia a Clemente X, nas de 1674. Um retrato seu antigo e do seu mesmo tempo se conser-

Digitized by Google

vava na sacristia do dito convento, que lhe mandou fazer D. Affonso, seu genro, primeiro duque de Bragança: hoje permanece outro de que se tem tirado varias copias. Ruy de Pina, na Chronica d'el-rei D. Duarte, refere que era levada sua imagem no exercito nas bandeiras, como aconteceu no accommettimento de Tanger. O retrato que offerecemos é o mesmo em que se via como militar junto do antigo tumulo, que fez tirar Antonio Rodrigues da Costa, e vem na vida que escreveu do mesmo condestavel em lingua latina no anno de 1723[1].»

O epitaphio d'este varão illustre, no seu antigo tumulo, era o segunte:[2]

Nun'Alvares Pereira,
Condestabre de Portugal,
Jaz aqui d'esta maneira
Que foi na batalha real,
A mais singular bandeira.
Capitão mui valoroso,
E por tal mui conhecido
O qual nunca foi vencido
Mas sempre victorioso
Dos imigos mui temido.

O epitaphio é evidentemente muito posterior á morte do condestavel.

Nuno Alves Pereira, marchando como sempre na vanguarda, precedia no tumulo o seu velho companheiro d'armas e assim tacitamente o avisava de que chegára tambem a sua hora. Não a temia D. João I; bastantes vezes affrontára a morte nos campos da batalha, quando tinha razões de se apegar á vida, para que a receiasse agora que tinha completado a sua missão, e que podia reclinar-se n'um esplendido occaso, depois de ter illuminado por cincoenta annos o seu paiz e o seu seculo. Sentindo-se já adoentado, passou D. João I, por conselho de seus filhos, a Alcochete, para ver se melhorava com a frescura do sitio, bem lavado d'ares e situado no Ribatejo. Mas as melhoras não vieram, e D. João I ordenou que o transportassem a Lisboa onde queria morrer. Veiu para Lisboa segundo o seu desejo. Passava-se isto no verão de 1433. Era o anniversario da batalha de Aljubarrota. O rei de *boa memoria*, como lhe chamou o povo, e como a historia o chama, o rei sempre victorioso, o fundador da dynastia d'Aviz, e tambem da gloria portugueza, expirava ouvindo em torno de si, confundidos com os prantos do povo, os eccos longinquos dos cantos de victoria; o seu ultimo sol era o mesmo que illuminára o campo d'Aljubarrota. Para que nenhum esplendor á sua vida faltasse, illuminaram-lhe o poente magnifico os raios d'oiro e purpura d'essa radiante aurora do seu reinado, que illuminando Aljubarrota, prophetisava Ceuta, e depois de Ceuta o itinerario victorioso dos Portuguezes por desconhecidos mares e regiões remotas.

---

[1] *Retratos e elogios dos varões e donas que illustraram a nação portugueza*, etc. T. I. 2.ª biographia. (As paginas não teem numeração. A edição é de 1817. O autor é Pedro José de Figueiredo, mas parece que teve collaboradores.)

[2] *Epitaphios antigos (colligidos por um curioso do seculo de quinhentos)* publicados no *Panorama*, vol. 4.º da 1.ª série, pag. 275.

Digitized by Google

CAPITULO XI

Reinado de D. Duarte

E houve rei pranteado com sinceridade pelos seus povos, foi decerto D. João I. Filho da eleição popular, tinham por elle os subditos a sympathia que sempre consagram áquelle que de *motu proprio* escolheram, a ardente sympathia que os Francezes depois votaram a Napoleão, e que tantos desastres, causados pelas desmedidas ambições do grande imperador, não conseguiram apagar de todo. Demais, o rei D. João era, pelas suas qualidades, o mais proprio para ganhar o affecto popular. Valente, generoso, affavel, familiar e austero, deu a todos exemplo de moralidade, e, habil politico, fundando, auxiliado pelo chanceller João das Regras, o predominio do principio monarchico, soube comtudo conciliar o affecto da nobreza que refreiava, pelo menos da parte sã do corpo aristocratico, pelos seus instinctos cavalheirescos, pela estima em qué tinha os seus bravos fidalgos. O affecto do povo merecia-o pela sua constante sollicitude em lhe favorecer os interesses, em lhe respeitar as liberdades, em reunir côrtes com desusada frequencia. A unidade da monarchia portugueza consolidou-a elle, ou antes fundou-a verdadeiramente; porque desenraizou do solo as ultimas vergonteas do meio-feudalismo portuguez; porque aboliu, tanto quanto pôde, as justiças senhoriaes e ecclesiasticas; porque formou n'um corpo de ordenações as differentes leis votadas pelas diversas côrtes, ampliando-as, e modificando-as com as leis do direito romano, renascente na Europa, e que em Portugal deu então definitivamente entrada. O estabelecimento das sizas, generalisando o encargo tributario, deu tambem unidade ao nosso systema financeiro, e Portugal, em tudo unido e compacto, se teve depois que lamentar o demasiado predominio, que essa unidade, favorecendo as invasões da centralisação, deu á realeza, adquiriu por essa fórma nos pimeiros tempos a força que lhe era necessaria para levar ao calo os seus gloriosos designios.

Emtorno do leito de morte do rei D. João I estavam reunidos quatro dos cinco infantes, que constituiam a sua abençoada prole. Só estava longe d'elle o infante D. Pedro, então em Coimbra, e até n'isso infeliz. Banharam o cadaver as lagrimas sinceras dos filhos que estremeciam seu pae, e o infante D. Duarte, meditador e philosopho, mais proprio talvez para as felicidades obscuras de uma existencia retirada e estudiosa do que para a brilhante agitação dos thronos, não se consolou da morte de seu pae nem com os jubilos da ambição satisfeita, porque o não fascinava a corôa.

Determinára D. João I no seu testamento que fosse o seu corpo sepultado na egreja do seu convento da Batalha, mas como não se podia logo organisar convenientemente o prestito que o devia acompanhar ao mosteiro de gloriosa memoria, determinou seu filho D. Duarte que fosse primeiramente sepultado na sé de Lisboa, diante do altar de S. Vicente, santo predilecto do fallecido monarcha, para ser depois trasladado á Batalha.

Fez-se o enterro com toda a pompa. O cadaver foi transportado dos paços

Digitized by Google

do Castello, onde D. João I fallecêra, á sé, levado aos hombros dos infantes e dos condes, e outros fidalgos, todos vestidos de lucto. Innumeras tochas inundavam de luz as ruas da cidade, que o funebre prestito atravessava. O cadaver foi depositado n'uma capella, toda forrada de pannos luctuosos; ficaram-n'o

ALJUBARROTA — ANTIGA EGREJA

guardando, para lhe fazerem honra, alguns dos vereadores do concelho, e muitos frades e clerigos que se revezavam, e que todos os dias resavam ou cantavam trinta missas por alma do finado; todas as semanas se lhe fazia sahimento com toda a pompa e solemnidade.

Assim, com estas piedosas ceremonias mostrava el-rei D. Duarte a dôr que lhe causara a morte de seu pae, o profundo respeito que á sua memoria consagrava.

Segundo depois asseveravam os chronistas, a subida ao throno de D. Duarte foi mal agoirada, porque um astrologo de grande fama, mestre Guedelha, assegurou que o seu reinado seria breve e desastroso se teimasse em fazer a sua coroação no dia que determinára:

«Quer-me parecer, senhor, asseveram os chronistas que dissera o sapiente Judeu, que vos ides apparelhar para de prompto serdes investido com a real successão, que por direito vos pertence; por mercê vos rogo, que por agora deixeis de o fazer, dilatando tal solemnidade para além do meio-dia: n'isto, se a Deus aprouver, andareis bem encaminhado, e em proveito do vosso reino; porquanto estas horas em que imaginaes ides ser obedecido, não são boas, antes se demonstram bem infestas, e só carregadas de revezes, visto que Jupiter vae retrogrado, e o sol é decahido; isto sem contar ainda outros signaes máos

Digitized by Google

que o céo apresenta, e que denotam infelicidade certa.»

E D. Duarte dizem que respondera: «Demasiado sei, mestre Guedelha, que do grande amor que me professaes nascem vossos receios; não encontro a excellencia da astronomia e confesso reconhecer a sujeição dos corpos inferiores aos celestes, porém sobre todas as coisas acredito no poder de Deus, e que d'elle emanam todas as coisas; e porque o cargo, que vou occupar, seu é, com esperança de sua ajuda o tomo, encommendando-me juntamente á bemaventurada Virgem Maria sua mãe e Senhora nossa, cujo dia hoje é; pedindo a ambos me queiram ensinar e favorecer.»

O reinado de D. Duarte foi curto e infeliz, observa La Cléde, que «com o curso fortuito das coisas do mundo verificou-se o que dissera o astrologo, o que talvez foi a primeira vez na sua vida.» [1]

Nós começamos por duvidar, apesar dos chronistas, que o astrologo dissesse o que se lhe atribue. N'esse tempo, em que se tinha fé inteira n'essa mentirosa sciencia, bastava que as palavras de um astrologo muito remotamente se podessem interpretar como prophecia de um caso que se realisava, para que todos, ampliando e commentando, asseverassem que o acontecimento fôra por elle previsto.

Demais, as prophecias dos astrologos, como os velhos oraculos de Delphos, eram sempre redigidas de modo que podiam dar logar ás mais diversas interpretações.

Basta para isso vêrmos as celebres prophecias de Nostradamus, que tanta fama adquiriram em França, e que são redigidas de um modo nebuloso e sybillino, susceptivel de se accommodar a todas as versões possiveis[1].

---

[1] Citado na *Historia de Portugal* do sr. F. D. d'Almeida e Araujo. Tom. 1.º pag. 621. (Lisboa. 1852).

[1] «Miguel Nostradamus, nascido em Saint-Rémy, na Provença, em 1503, d'uma familia judaica, que se convertera ao christianismo, habitava na pequena cidade de Salon, onde exercia a profissão de medico. Era medico ordinario do rei Carlos IX, com os ordenados correspondentes. Morreu em Salon em 1566, considerado pelo povo como homem que conhecia o futuro.» Conde de Résie, *Histoire et traité des sciences occultes* etc. T. 2.º (Pariz. 1847) Livro IX, cap. III, pag. 308, nota 2.ª

As prophecias de Nostradamus, consideradas como infalliveis, eram feitas em quadras sybillinas, onde a grammatica e o senso commum eram atropellados d'um modo incrivel. Ahi temos uma que os credulos applicaram depois á Revolução franceza:

> Régne gaulois, tu seras bien changé
> En lieu estrange est translaté l'empire:
> En autres mœurs et loix sera rangé,
> Rouen et *Chartres* te feront bien du pire.

Como o duque de Orléans, que fôra primeiro duque de Chartres, foi um dos fautores da revolução franceza, quizeram vêr no quarto verso da estrophe uma allusão a esse facto; mas como explicavam Rouen? O terceiro verso parece justificado «*Em outros costumes e leis será ordenado*»; mas o segundo *Para logar estranho é transferido o imperio?* É necessario realmente muito boa vontade para vêr n'uma quadra, em que se prophetisam ao acaso alterações em França, o que não era dificil de prevêr no seculo XVI, adivinhação certa da revolução do seculo XVIII.

A mais singular das prophecias de Nostradamus é a que se refere á morte de Henrique II. Ahi o acaso ajudou-o extraordinariamente. Pedindo-lhe Catharina de Medicis que tirasse o horoscopo de seu marido, Nostradamus escreveu a seguinte quadra, em que a morte desastrosa da Henrique II parece effectivamente prognosticada com todas as suas circumstancias.

> Le lion jeune le vieux surmontera
> En champ bellique par singulier duel,
> Dans cage d'or les yeux lui crèvera
> Deux plaies une, puis mourir; sort cruel!

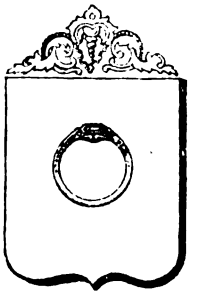
Henrique II, muito amador de justas e torneios morreu n'um d'esses bellicos divertimentos traspassado pela lança d'um fidalgo, tenente da guardn escoceza, conde de Montgommery, que desastrosamente lhe quebrou a viseira, e, introduzindo-lhe a lança por um dos olhos, penetrou com o ferro no cerebro. Este desastre, parece que apenas occasional, serviu d'assumpto para um dos mais bellos romances d'Alexandre Dumas, *Les deux Dianes*, em que o grande escriptor francez, usando dos seus previlegios de romancista, attribue a essa morte d'Henrique II, perpetrada pelo conde de Montgommery, causas que provinham de vingança pessoal. Ainda que o desastre foi na verdade d'explicação não muito facil, tanto mais que Montgommery, ou movido por occulto presentimento, ou hesitante diante do crime que ia commetter, se recusou por muito tempo a combater com el-rei, comtudo a historia nada conta que possa

Digitized by Google

Não dando importancia, como dissemos, á prophecia de mestre Guedelha, se elle prophecia fez, coroou-se el-rei D. Duarte, e logo depois partiu para Cintra, onde seu pae, primeiro dos nossos reis que apreciou, como deviam ser apreciadas, aquellas frescas sombras, lançou os fundamentos do palacio que lá hoje existe, e que é um curioso mixto de todas as architecturas, justificando, mais do que nenhum outro edificio, o que diz o conde Rackzinski de todos os monumentos portuguezes[1]. Ahi foi reconhecido como principe herdeiro seu filho D. Affonso, criança de berço, que tinha de ser depois D. Affonso V o Africano; foi esse o primeiro herdeiro do throno que tomou, como era costume nos outros reinos da Europa, o titulo de principe, sendo até ahi os filhos primogénitos dos reis designados, como os seus outros irmãos, pelo titulo de infantes.

Logo depois d'esta cerimonia tratou D. Duarte de cumprir até ao fim os seus deveres filiaes, executando as ordens exaradas no testamento de seu pae, trasladando-lhe o cadaver para o convento da Batalha. A ceremonia foi feita com a maior pompa possivel. Ruy de Pina deu-nos d'essa trasladação uma descripção minuciosissima nos primeiros capitulos da *Chronica d'el-rei D. Duarte,* capitulos que foram accrescentados pelo editor de 1644 á *Chronica de D. João I,* de Fernão Lopes e Eanes d'Azurara[1].

Resumiremos brevemente a descripção do chronista, que nos vae mostrar o que era uma pompa funeral do seculo xv.



Brazão d'armas da villa de Sortelha

Para o dia 25 de outubro de 1433 convocou D. Duarte a Lisboa todos os prelados, grandes, e abbades do reino, afim de figurarem na cerimonia da trasladação. Effectivamente, no dia marcado reuniu-se na capital toda a fidalguia e prelasia do reino. El-rei, vestido de lucto, acompanhado por sua comitiva, magnifica mesmo nas suas vestes de dó, dirigiu-se para a sé em silenciosa procissão, ao som dos pausados dobres dos sinos da cidade. A sé, toda com as janellas e portas cerradas, avultava tenebrosa e como que tambem trajando lucto; n'uma das janellas da egreja de Santo Antonio o dominicano fr. Ro-

justificar a supposição, aliaz altamente dramatica, do romancista.

Mas a prophecia de Nostradamus parece de todo o ponto applicavel ao genero de morte d'Henrique II; notemos comtudo, para attenuar o espanto que esta coincidencia póde produzir, em primeiro logar que todos em França receiavam que algum desastre succedesse a Henrique II n'esses divertimentos perigosos, a que se entregava com um ardor extraordinario e com extraordinaria imprudencia; em segundo logar, que as metaphoras da quadra auctorisavam toda e qualquer interpretação. «O leão novo vencerá o velho.» O leão póde ser um inimigo, póde ser uma féra, póde ser uma doença. E' verdade que vem o segundo verso: «Em campo bellico em duello singular;» mas o terceiro transtorna tudo outra vez: «Tirar-lhe-ha os olhos dentro d'uma gaiola d'oiro.» Os olhos perdeu-os Henrique II mas foi dentro d'uma gaiola de ferro, se a viseira assim se póde chamar. Mas confessemos que n'esta quadra foi realmente Nostradamus muito ajudado pelo acaso.

[1] «Não ha terra que apresente, em coisas d'architectura, mais anachronismos do que Portugal. O rebocamento exerce o seu poder d'um modo cruel. E' verdade que devemos confessar que em anachronismos o exterior da sé de Milão offerece-nos um exemplo que em parte nenhuma foi ultrapassado. Aqui veem-se muitas vezes n'um só portal os estylos mais dessimilhantes, e pertencendo a differentes épochas. Por exemplo, o frontiscipio da cathedral de Vizeu é do ultimo seculo, e é uma mesquinharia. Acaba-se ha pouco tempo de se pintarem de branco as cinco estatuas de que está ornado, e isso produz tambem um effeito detestavel. Disseram-me que em Guimarães teve-se a audacia de se mutilarem as columnas e os capiteis para se revestirem de tabuas e d'estuque, e depois de se pintarem as tabuas, de modo que imitassem pedra. E' de se pôrem os cabellos em pé. Sobem, segundo parece, a 2:000 cruzados ou 8:000 francos as despezas d'esta restauração. Excepto Batalha, que é d'um só jacto, e que póde ficar da sua época em todas as suas partes, quasi que não conheço edificio em Portugnl, que o progresso não maculasse, e em que não introduzisse confusão.»

Les Arts en Portugal pag. 372.

[1] A descripção da trasladação vem no cap. 2.º do appendice a que nos referimos, pag, 286 da 3.ª P. da *Chronica de D. João I.*

Digitized by Google

drigo, confessor do infante D. Henrique, prégou um sermão que arrancou ao povo lagrimas sentidas. Por dentro estava a sé toda forrada de preto, mas esplendidamente illuminada por innumeras tochas; no cruzeiro uma eça assombrada pela bandeira d'el-rei e todas as outras bandeiras de reis e principes parentes. Aos hombros do rei D. Duarte, e dos infantes, foi o caixão da tumba para a eça. Em torno da eça bispos e abbades não cessavam de incensar o corpo com os thuribulos oscillantes, emquanto o arcebispo de Braga celebrava o officio funebre.

Veiu a noite, e a egreja ficou immersa no silencio, sendo guardada devotamente a eça pelo infante D. Pedro, acompanhado de muitos fidalgos. Ao outro dia houve nova missa, e ordenou-se depois a procissão solemne da trasladação, que era da seguinte forma:

Abriam o prestito innumera quantidade de religiosos de todas as ordens, uns arvorando cruzes, outros empunhando tochas; logo depois seguiam-se cinco formosos cavallos, ricamente arreiados, levados á mão por alguns dos maiores fidalgos do reino. O primeiro, coberto de damasco branco e vermelho, tinha na cobertura bordadas as armas de S. Jorge; na cobertura do segundo, que era de damasquim vermelho e azul, iam as armas d'el-rei; o terceiro, egualmente paramentado, tinha bordado no damasco o mote d'el-rei; *Por bem*. O quarto, coberto com eguaes arreios, levava bordada a divisa que el-rei tomára quando casára com a rainha D. Philippa e que era a letra F; o quinto finalmente ia simplesmente paramentado com uma ampla cobertura de damasco negro.

Seguiam-se, depois da carreta com as andas e com o caixão, puxada pelo rei e pelos infantes, doze cavalleiros, o primeiro dos quaes levava a bandeira d'el-rei enrolada e encostada ao hombro, o segundo levava o elmo, o terceiro o estandarte, o quarto o guião, o quinto a lança, o sexto a acha d'armas, e os restantes as outras armas d'el-rei, menos o ultimo, que levava um balsão negro a arrastar pelo chão, e rematava o prestito a fidalguia e o povo. Na rua Nova e em S. Domingos estavam armados pulpitos onde dois prégadores de fama fizeram sermão accommodado ao caso. Á porta de S. Vicente pozeram-se os cavallos na carreta, e o rei e os infantes, montando tambem a cavallo, acompanharam o prestito. Chegando a Odivellas foi o caixão para uma eça, na egreja, competindo essa noite a guarda do corpo ao infante D. Henrique, acompanhado, na sua qualidade de mestre de Christo, por todos os commendadores e cavalleiros. Devia ser um espectaculo imponente, na velha egreja do mosteiro de D. Diniz, funebremente illuminada pela vacillante luz das tochas, o d'esse longo prestito dos freires militares, revestidos com os seus amplos mantos brancos, com a cruz vermelha bordada, velando no silencio da noite o cadaver d'um heroe!

D'Odivellas seguiu o prestito, sempre na mesma ordem, até Villa Franca de Xira, em cuja egreja poisou tambem, sendo velado o corpo pelo infante D. João, acompanhado pelos commendadores e cavalleiros da ordem de S. Thiago, de que era mestre. No dia seguinte parou o prestito em Alcoentre, e ahi velou o corpo o infante D. Fernando, acompanhado pelos seus fidalgos, porque ainda então não era mestre da ordem d'Aviz. No dia immediato foram ficar a Alcobaça, onde competiu essa ultima guarda do corpo ao conde de Barcellos, D. Affonso, filho bastardo do finado, que fez a guarda, acompanhado pelos seus filhos, condes de Ourem e de Arrayolos, e outros fidalgos. Ao quinto dia emfim chegaram á Batalha, e o cor-

Digitized by Google

po de D. João I, pôde repousar no tumulo que lhe era destinado, á sombra d'essas maravilhosas abobadas, d'onde gotejava a fé e a poesia, n'esse templo, que é por si um poema, em cujas pedras, que o tempo tem respeitado, parecem vibrar ainda as estrophes gloriosas da epopéa d'Aljubarrota.

Na sepultura de D. João I, que está ao lado da rainha D. Philippa, figura no meio de um silvado, com espinhos e amoras, a divisa franceza do grande monarcha *Il me plaît pour bien*. A esta divisa tão singela e tão nobre dá verdadeiros tratos fr. Luiz de Sousa, com o mau gosto caracteristico do seu tempo, para lhe fazer exprimir umas subtilezas que nem chegam a ser engenhosas, em que andam aos tombos Abimelech e o Rhamno e a sarça de Moysés, etc. Que bellas paginas de bom e vernaculo portuguez não precisou fr. Luiz de Sousa de escrever para compensar estas absurdas metaphysicas[1].

Ainda não estavam concluidas de todo as ceremonias funerarias, quando a peste, essa terrivel inimiga de D. Duarte, que o perseguiu sempre desde o principio até ao fim do seu reinado, rebentou com violencia. Fugindo, para assim dizermos, diante d'ella, foi D. Duarte para Leiria, e alli reuniu côrtes, para receber dos representantes dos tres Estados a homenagem que lhe era devida.

Quando terminou essa simples ceremonia, D. Duarte pensou em as dissolver, mas o conde d'Arrayolos, depois duque de Bragança, que principiava então a sua tão agitada carreira politica, em que representou um papel turbulento, exclamou que logo que estavam reunidas,

D. JOÃO I DE CASTELLA

melhor era que se prorogassem para tratarem de muitos objectos importantes, entre os quaes se deviam contar as ques-

[1] Quanto é superior a todas estas eruditas subtilezas do engenhoso dominicano a graciosa tradição popular, que explica a divisa de D. João II Diz ella que D. João I em Cintra, passeiando com a rainha D. Philippa e as suas damas, se foi desviando um pouco do rancho com uma donzella, por quem tinha alguma predilecção, e a quem furtou um beijo, no momento em que a rainha, voltando-se, o surprehendeu em flagrante. «Foi *por bem*» accudiu o monarcha. Uma pêga, accrescenta, não sabemos se a tradição popular, se o poeta (Almeida Garrett) que tão elegantemente a poz em verso, ouvindo a phrase, repetiu-a logo volteiando emtorno da rainha. Em memoria do caso se construiu nos paços em Cintra a celebre sala das pêgas, onde innumeras d'estas aves estão pintadas, com a divisa «*Por bem*» a sahir-lhes do bico. A poesia em que Almeida Garrett contou, com a sua inimitavel singeleza, e com o profundo conhecimento que tinha do tom da poesia popular, esta graciosa anecdota, não está incluida (salvo erro) nas suas obras completas, e foi apenas publicada, primeiro n'um artigo periodico litterario lisbonense, *Illustração*, de que era redactor principal Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, e depois transcripta n'um dos *Almanachs de lembranças*. Foi ahi que a vimos. Começa pela seguinte quadra, que repete no fim:

Gavião, gavião branco
Vae correndo, vae voando;
Mas não diz quem n'o feriu
Gavião, gavião branco.

Digitized by Google

tões de fazenda, porque el-rei D. João I, ainda que principe economico e bom administrador, puzera, por causa das suas continuadas guerras, o thesouro em grande penuria.

D. Duarte accedeu, e as côrtes, começadas em Leiria, foram-se continuar em Santarem. Mostrava n'isto D. Duarte, logo no principio de seu reinado e em coisas de pouca monta, porque não tinha interesse em dissolver as côrtes, o defeito que paralysou sempre a sua boa vontade, que esterilisou as suas altas faculdades, a falta de energia e a falta de iniciativa propria. Se o turbulento conde d'Arrayolos, em vez de pedir uma coisa indifferente n'essa occasião, como era a prorogação das côrtes, pedisse uma coisa qualquer de que podessem vir males para o reino e para a corôa, D. Duarte não teria talvez força para resistir.

Não se encontram muitos documentos que se refiram aos objectos tratados n'estas côrtes[1]. Poucas das leis que alli se promulgaram foram para o Codigo Affonsino[2]. Principiou logo depois da reunião d'essas côrtes D. Duarte a governar com grande acerto, organisando a fazenda publica, fazendo largas economias no governo da sua casa, e ordenando que houvesse sempre em côrtes um conselho de Estado permanente, composto de um infante, de um bispo e de um conde. Promulgou a lei mental, que seu pae já applicára, mas que não fôra escripta, e começou a reunir materiaes para a compilação de um codigo, que nem pôde executar, obra que depois se realisou durante a regencia de seu irmão D. Pedro[3].

Grato aos esforços que D. Duarte empregava para governar com inteireza, o povo consagrou-lhe o mesmo affecto que consagrára a seu pae, e sempre o respeitou e o teve em alta valia. Diz um historiador estrangeiro que nunca foi mais justificado o dictado *palavra de rei* do que durante o reinado de D. Duarte— porque era um homem de rara fidelidade aos seus juramentos e ás suas promessas.

Na vida intima do paço, o filho de D. Philippa era, como seu pae, um exemplo de austera moralidade, e sua mulher, a rainha D. Leonor, se não tinha o alcance de espirito da rainha D. Philippa, tinha, porém, como ella o instincto do pudor e da modestia feminil. Infelizmente não levava essa modestia, como a assisada ingleza, tambem aos negocios do Estado, e não se abstinha, cómo a filha do duque de Lancaster sempre se absteve, de influir nas decisões de seu marido. Este, pouco energico, tambem commetteu o erro de não reprimir sua esposa, e d'ahi resultaram grandes desgraças, tanto durante a vida de D. Duarte como depois da morte d'elle. D. Leonor, tendo todos os predicados de uma mulher honesta, não tinha as solidas qualidades de uma rainha que governe, e foi, por isso, nas mãos de vis intrigantes, um instrumento, com auxilio do qual introduziram a discordia no reino, e que despresaram depois, fazendo-a passar pelas mais deploraveis posições.

Apesar de occupado com os negocios do governo, que tanto lhe deram que fazer, não deixou o rei D. Duarte de consagrar sempre algumas horas aos seus estudos predilectos, e de formar no Paço uma collecção de livros, que constituiu a primeira bibliotheca dos reis de Portugal de que a historia tenha conhecimento.

Julgára-se por muito tempo que el-rei D. Affonso V fôra o primeiro rei Portuguez que fundára nos seus paços

---

[1] Sousa, *Provas da Historia Genealogica*, t. I, pag. 554. «N'um decreto de D. Duarte, diz Schœffer, de 6 de setembro do mesmo anno, allude-se a uma disposição d'estas côrtes. Sousa *provas*, t. III, pag. 492.

[2] Veja-se *Memorias de litteratura portugueza*, t. II, p. 80.

[3] «E assim se cumpriu toda a sua vida». Pina, cap. 7.

Digitized by Google

uma bibliotheca, mas o nosso erudito e consciencioso bibliographo, Innocencio Francisco da Silva, que tantos serviços tem prestado ás lettras patrias, expondo no *Panorama* o que encontrára n'um documento ignorado ou pouco conhecido, rectificou as idéas erroneas que versavam sobre esse assumpto, e restituiu a el-rei D. Duarte toda a honra que lhe era devida.

Nota Innocencio que quasi todos os chronistas e historiadores portuguezes[1] affirmam que foi D. Affonso V o primeiro rei que teve livraria nos seus Paços, mas que n'um codice da Cartuxa de Evora, que muito serviu a João Franco Barreto para a elaboração da sua *Bibliotheca Portugueza*, que infelizmente ficou manuscripto, havia uma compilação de todas as obras miudas d'el-rei D. Duarte, faltando, porém, o *Leal Conselheiro* e a *Arte de Cavalgar*, de que ha actualmente duas edições[2]. Tinha além d'isso esse codice[3] uma resenha dos livros de uso d'el-rei D. Duarte, resenha que Innocencio transcreve n'esse artigo, que se intitula *Memoria ácerca da bibliotheca de el-rei D. Duarte*[4].

Occupado com os negocios internos do reino, não deixava comtudo D. Duarte de seguir com olhar attento as peripecias da politica exterior. Tendo ficado em paz com toda a Europa, depois da morte de D. João I, entregue já ás emprezas maritimas, que talvez depois demasiadamente lhe absorvessem a attenção, Portugal contemplava tranquillamente as agitações da Europa, que a grande luta da França e da Inglaterra punha toda em fogo. Um negocio comtudo havia que, para um paiz tão religioso como era Portugal, não podia deixar de ter suprema importancia, esse negocio era o das dissensões ecclesiasticas.

Brazão d'armas da villa de Serpa

---

[1] D'entre elles, diz Innocencio, apontaremos os seguintes. que temos agora á mão.

«Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso*, cap. CCXIII,

«Mariz, *Dialogo IV*, capit IX.

«Duarte Nunes de Leão, *Chronica de D. Affonso*, cap. LXIX.

Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, tom. II, parte III, cap. III. E tambem no *Epitome*, cap. XIII da edição de 1674.

«Francisco de Santa Maria, *Anno Historico*, tom. II, pag. 601.

«Francisco da Fonseca, *Evora Gloriosa*, pag. 90.

«João Baptista de Castro *Mappa de Portugal*, tom. II, pag. 191 da edição de 1746, etc., etc.

«A vista de tão unanime testemunho, já não é para estranhar que o moderno autor do *Manuel de Bibliothèconomie* da *Collecção Roret* (Paris 1841) descrevendo as principaes bibliothecas da Europa, no artigo *Lisboa*, a pag. 231, nos apresente como existente n'aquella data *a Bibliotéca Real, fundada por D. Affonso VII* Deixamos aos conhecedores da materia o cuidado de analysarem o valor d'este asserto.»

[2] A de Paris, 1842, observa Innocencio, em 4.º grande, precedida de uma introducção illustrada com varias notas, e publicada por J. I. Roquete; a de Lisboa, impressa na Typographia Rollandiana, 1844, em 4.º pequeno, mais completa que a de Paris, por conter o cap. IV, que n'aquella se ommittiu.

[3] «De todo o codice, accrescenta o illustre bibliographo, mandou o erudito conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, extrahir um fiel e bem ordenado transumpto, o qual não obstante perecer com toda a selectissima livraria que pertecêra a este fidalgo no incendio subsequente ao terremoto do 1.º de novembro de 1755 (perda irreparavel para as lettras portuguezas!) havia sido por elle benevolamente communicado a D. Antonio Caetano de Sousa, que o fez imprimir em parte nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, tom. I.

[4] Os livros que Innocencio da Silva menciona n'esse curioso artigo, são oitenta e dois, entre os quaes figuram:

As viagens de Marco Polo (celebra viajante veneziano, a quem nos referiremos quando fallarmos dos nossos descobrimentos); duas *Biblias*: a *Dialectica* d'Aristoteles (naturalmente vertida das traducções arabes, que eram as mais conhecidas na edade média, mas que adulteravam muito o pensamento do escriptor grego) e a *Dialectica* d'Avicena (escriptor arabe mais conhecido pela medicina); as obras de Valerio Maximo; as *Epistolas* de Seneca; *Livro dos Evangelhos; Actos dos Apostolos; Genesis; Historia geral; Livro de Salomão*; *Chronica de Hespanha, Chronica de Portugal, Livro dos Martyres; Livro de Tristão* (romance de cavallaria); *Merlim* (idem); *Livro de Galaad* (idem); *Livro de Montaria* (escripto por D. João I); *Livro das trovas d'el-rei D. Diniz*; *Meditações e Confissões* de Santo Agostinho; *Cadernos das cidades e villas de Portugal; Livro da virtuosa bemfeitoria* (escripto pelo infante D. Pedro, como já dissémos, e dedicado a el-rei D. Duarte); as obras do celebre jurisconsulto Bartholo; obras de

Digitized by Google

Acabára o schisma, que durante tanto tempo dividira os catholicos. As coisas nos ultimos tempos tinham chegado a ponto de haver não só dois papas, mas tres papas na Egreja. Um antigo condottiere, Balthasar Cossa, com alguns cardeaes revoltados contra o pontifice de Roma, Gregorio XIII, foi proclamado em Bolonha pontifice com o nome de João XXIII; em Avignon governava o cardeal aragonez Pedro de Luna com o nome de Benedicto XIII. Para fazer cessar o escandalo d'esta nova trindade... pouco orthodoxa, reunira-se o celebre concilio de Constança, por cuja decisão foram queimados alguns hereges da Bohemia, e que pôde emfim, depois de largas agitações, terminar o schisma.

Os tres papas foram supprimidos, e Martinho V subiu ao solio pontifical, de novo estabelecido em Roma pelo proprio imperador Sigismundo da Allemanha[1]. Mas a Martinho V succedeu Eugenio IV, e o schisma esteve para renascer.

O concilio de Constancia, ao separar-se, determinára que houvesse d'ahi por diante um concilio de cinco em cinco annos. Effectivamente em 1420 reuniu-se um concilio em Sienna, mas não deu resultado por causa das agitações que o perturbaram; separaram-se os prelados, convencionando que se reuniriam de novo em Basiléa. Tinham passado, porém, mais de sete annos e o concilio não se reunia. Havia comtudo graves assumptos a resolver; no concilio de Constancia reconhecêra-se a necessidade de se reformar a Egreja, e effectivamente eram incriveis os escandalos do clero; as heresias continuavam a lavrar na Bohemia; a Egreja grega, ameaçada pelos Turcos, pretendia reunir-se á Egreja latina, finalmente o estado do reino de França era desolador e reclamava a intervenção do

---

Cicero (traduzidas em portuguez pelo infante D. Pedro); o *Conde Lucanor* (escripto pelo principe D. João Manuel, sogro de D. Pedro I de Portugal (já fallámos d'este livro no primeiro volume da historia, quando tratámos incidentemente do celebre personagem que o escreveu, e que foi o primeiro prosador das Hespanhas no seu tempo e um dos paes da litteratura hespanhola); *Commentarios de Julio Cesar;* um outro livro das obras de Cicero (provavelmente em latim); *Livro das trovas d'el-rei D. Affonso*, encadernado em oiro, diz a resenha, o qual compilou F. de Montemór-o-Novo (naturalmente de Affonso IV, que, segundo consta, foi tambem poeta como seu pae); um livro de astrologia, *Livro das trovas d'el-rei* (d'onde se vê que D. Duarte, além de prosador, foi tambem poeta); *Livro do cabalgar*, d'el-rei D. Duarte (que nas modernas edições anda junto com o *Leal Conselheiro)*, etc, etc.

[1] J Ferrari, *Histoire des révolutions d'Italie ou Guelfes et Gibelins* T. 3.º, P. IX, cap. VIII. Este escriptor notavel, mas que faz da historia muitas vezes amplo thema para as variações da sua phantasia, não só não vê na Italia senão Guelfos e Gibelinos, mas tambem na Europa não acha outra coisa. A chave de toda a historia moderna está simplesmente na luta dos Guelfos e dos Gibelinos. Para elle este schisma que dividia a christandade foi o signal de uma grande crise d'onde sahiu triumphante o partido progressista, crise que em todos os Estados se manifestou de um modo mais ou menos extraordinario. Como é uso de todos estes theoricos da historia, as mais pequeninas coisas lhes servem como indicios ou symptomas do que a sua imaginação vê nos fastos dos povos. Vejâmos qual é o modo por que se menifesta em Portugal, debaixo do ponto de vista do sr. J. Ferrari, a tal crise a que deu origem o schisma da Egreja!

«Debaixo d'outra fórma, identica revolução visita Portugal no quinto anno do grande schisma, quando o povo se indigna contra a regente Leonor Telles, e entra no palacio real, seguindo D. João mestre de Aviz, irmão do fallecido rei. Com D. João a velha monarchia regenera-se, a regente desthronisada desapparece, os pretendentes são batidos, o enthusiasmo transporta os soldados do novo chefe que se chamam (*é a ala dos namorados que está fazendo figura!)* os soldados do amor; põem em derrota o exercito castelhano, tres vezes mais numeroso, e em 1415 está acabada a crise. Os filhos de D. João tornaram-se os genios tutelares de Portugal; com elles se toma Ceuta, se descobre a Madeira, se occupa o archipelago dos Açores, se explora a costa d'Africa. Desapparecem as ordalias, apaga-se a magia *(é a postura da camara de Lisboa ácerca dos sortilegios, etc., depois da batalha de Aljubarrota)* e a poesia nacional consola-se d'isso com a magica navegação de Vasco da Gama, que dobra o cabo das Tormentas e vê as maravilhas da India offerecidas ao commercio e á espada dos Portuguezes.» *Histoire des revolutions d'Italie ou Guelfes et Gibelins*, P. IX, cap. XI, tom. IV, pag. 145 (Paris, 1858). E' bonito; mas vejam como, por este systema, a historia de Portugal faz exercicios acrobaticos na corda bamba dos Guelfos e dos Gibelinos! Escriptor muito erudito e talentoso, J. Ferrari, á força de querer arrancar da historia a confirmação de theorias que ella não justifica, desce, em beneficio das suas generalisações, a verdadeiras puerilidades.

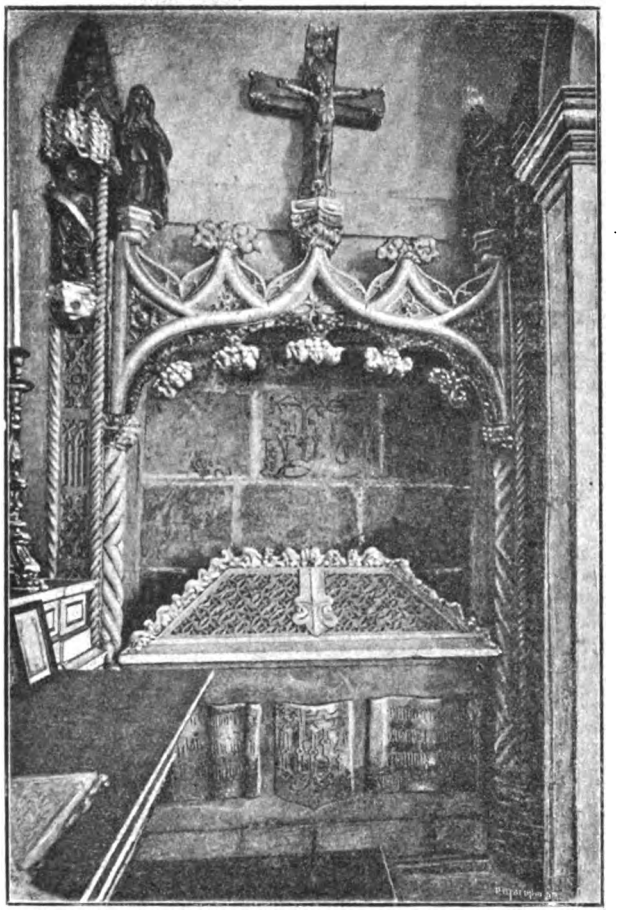
Digitized by Google

poder supremo d'essa época — o poder ecclesiastico. Por isso tambem foram os delegados do clero de França os primeiros que appareceram, de *motu proprio,* em Basiléa, para darem execução aos decretos do concilio de Constancia. Seguiu-lhes o exemplo o imperador Sigismundo, cujo reino de Bohemia estava sendo assolado pelos herejes revoltados.

O papa Martinho V, que succedêra a Eugenio IV, indignou-se vendo que, sem sua convocação, se reunia um concilio. Não ousou comtudo dissolvel-o, mas quiz transferil-o para Bolonha, allegando que se approximava assim dos Gregos que se queriam unir á Egreja latina e se affastava dos Bohemios que se queriam separar d'ella, e accrescentando que não estava em segurança em Basiléa, por causa das dissensões entre o duque de Borgonha e o duque de Austria, que entre si disputavam a herança de Catharina de Borgonha, duqueza de Austria.

Responderam os prelados e os padres que essas dissensões já tinham serenado. O papa, vendo que lhe não obedeciam, dissolveu o concilio. Os padres negaram-lhe o direito de o fazer, e sustentaram o concilio, o duque de Borgonha inclinou-se pelo contrario para o partido do papa.

Isto passava-se em 1431, e a discordia foi sempre augmentando. Eugenio IV recusou-se a reconhecer o concilio de Basiléa, e reuniu pela sua parte em Ferrara, e depois em Florença, um concilio, que proclamou o unico légal. «Unico de todos os principes da Europa, diz M. de Barante, o duque de Borgonha mostrou-se affecto ao papa e tinha embaixadores no concilio[1]». Não era elle o unico; o rei de Portugal, D. Duarte, ou para seguir a politica de seu cunhado, ou porque a sua convicção fosse essa, ou porque, desejando conservar-se estranho ás discordias da christandade, quizesse sempre achar-se do lado de Roma, tambem



TUMULO DE JOÃO AFFONSO SANTAREM

enviou ao concilio reunido pelo papa Eugenio IV os seus embaixadores, que foram seu sobrinho o conde de Ourem e o bispo do Porto, Antão Martins, Acompanhavam estes delegados os doutores Vasco Fernandes de Luceno e Diogo Affonso Mangaancha, o frade agostinho João Thomé, e o franciscano mestre Gil Lobo, além de muitos outros fidalgos.

Extremamente lisongeado com esta prova de respeito pela auctoridade pontifical, e com esta adhesão inesperada

[1] Barante *Histoire des ducs de Bourgogne*, L. V, t. V. pag. 102

Digitized by Google

que recebia de um reino situado na extremidade da Europa, quando a maior parte dos priucipes, colligados contra elle, conspiravam a sua perda e o ameaçavam com o deposição, Eugenio IV deu ao rei de Portugal todas as provas de affecto e de estima. Quiz honrar esse catholico soberano, concedendo-lhe aos seus successores o privilegio de serem ungidos como os reis de França e Inglaterra com o oleo sancto. «Na verdade, diz Schœffer, já o papa Martinho V concedera este ponto aos reis de Portugal, por occasião da presença do infante D. Pedro em Roma[1]; mas os monarchas não tinham até então feito uso algum d'esse direito honorofico[2]. No meio do seculo XII uma tal prerogativa seria de grande importancia para os reis de Portugal, mas no seculo XV já lhes não pareceu de grande valor[3]».

Assim, D. Duarte continuava a manter, como seu pae D. João I, no exterior a paz livre de complicações, no interior a tranquillidade e a boa ordem, e, como seu pae tambem, a moralidade e o estudo. O que já mostrava que não seria feliz o reinado de D. Duarte era a peste, que assolava o reino, com mais ou menos intensidade. Rodeado comtudo pelos seus irmãos, seguindo com orgulho e com jubilo as tentativas coroadas de exito do infante D. Henrique, firmando-se no braço do infante D. Pedro, o politico prudente por quem professava, apesar de primogenito, um certo respeito, e revendo-se na singular modestia e nas resplandecentes virtudes que adornavam o infante D. Fernando, el-rei D. Duarte esperava desmentir a prophecia de mestre Guedelha, e ter um feliz reinado, que os seus subditos abençoassem. Não o quiz a providencia: no céo sereno preparava-se um raio. Uma desgraça inaudita, tanto mais terrivel quanto succedia a uma longa série de prosperidades, mais fulminante para os povos por vir logo em seguida á brilhante expedição de Ceuta, veiu illustrar sinistramente o reinado de D. Duarte. Mas parecia que a Providencia, depois de ter posto em relevo com a luz da prosperidade os brilhantes predicados dos filhos de D João I, lhes enviava a desventura para mostrar como lhes não faltavam tambem as solidas virtudes. A alma doce e pura do infante D. Fernando, todo modestia e humildade, precisava das sombras do infortunio, como a estrella precisa, para resplandecer, do véo escuro da noite.

CAPITULO XII

Expedição a Tanger

ultimo dos filhos de D. João I e de D. Philippa era D. Fernando, tambem de todos o mais querido da mãe e o predilecto de seus irmãos. As circumstancias do seu nascimento concorreram talvez para essa preferencia maternal, que sempre se manifestou apenas por uma ternura um pouco mais pronunciada. Era D. Fernando o filho das suas dôres e dos seus perigos, sahira de uma constituição debil, tudo o fazia estremecido dos paes, e attrahia para elle a inquieta sollicitude de D. Philippa.

«Nasceu em Santarem, diz fr. Luiz de Sousa, quasi por milagre. Andava a rainha prenhada, adoeceu tão gravemente que

[1] «Sousa, *Historia Genealogica*, t. II, pag. 73».
[2] «Duarte Nunes de Leão. *Chronica d'el-rei D. Duarte*, cap. 4 e 5. Lisboa, 1780».
[3] *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 431.

Digitized by Google

foi parecer dos medicos que morreria do mal, se não procurasse abortar a creatura que em suas entranhas trazia. Offereceu-lhe el-rei seu marido de sua mão uma bebida composta para o effeito; mas esteve tão longe de a tomar, que quanto mais certificada foi de sua morte, se tardava em a levar, tanto com maior valor a engeitou. Agradou este animo a el-rei, mandou trazer reliquias de santos, dar esmolas, fazer orações. E por tal caminho deu vida e bom parto á enferma, apesar da medicina; e com ella um filho que alegrou a côrte e o reino (quasi prognostico do muito que depois havia de fazer pelo mesmo reino). Como filho de dôres e perigo assim foi amado da rainha para o criar com dobrado cuidado; e como havido por orações e sacrificios assim sahiu em condições, uma creatura celestial. Desde moço se entregou todo a Deus com exercicios, de sorte que, sendo de quatorze annos, resava o officio divino como um sacerdote. E, para se desviar do trato ordinario da côrte, e conservar a preciosa joia de castidade e puresa que toda a vida amou e guardou, sahia raramente de casa, occupando todo o tempo, sem dar hora á ociosidade, em lêr e estudar; e d'ahi veiu que foi bom latino, e na sagrada escriptura tão versado, que parecia mais graça do céo que força do estudo[1].»

Apesar de filho mimoso, não teve D. Fernando os defeitos que habitualmente resultam da céga predilecção dos paes. É porque D. Philippa, educadora exemplar, não se deixava arrastar pelo seu affecto a ponto de ser de uma perigosa indulgencia; tambem a ajudava na empreza a indole docil do adorado filho. Estes carinhos, com que todos o rodeiavam, não fizeram senão dar-lhe ao espirito um leve perfume feminino, uma flôr de delicadesa que era mais um dos seus encantos e que mais lhe acareava as sympathias. A sua physionomia insinuante, a gravidade do seu modo, e ao mesmo tempo a sua intelligencia fina e perspicaz faziam d'elle o idolo da côrte.

Era D. Fernando extremamente religioso, sem superstições, nem fanatismo. Não lhe agradavam tanto os exercicios do corpo como os exercicios religiosos, a leitura de obras de devoção, e a pratica da caridade. «Simples na sua maneira de viver, diz Schœffer, e na organisação da sua casa, não fazendo gastos consideraveis senão para dar mais pompa ás festas publicas e sobretudo ás solemnidades religiosas, amigo da ordem e pontual na economia domestica, e nos negocios, podia com limitados rendimentos exercer grandes caridades, ao passo que desdenhava todos os meios de se enriquecer que as circumstancias permittiam, mas que a alteza do seu pensamento e a sua delicadeza de sentimentos repelliam[1]. El-rei seu irmão só á força de instancias é que o poude decidir a acceitar o mestrado de Aviz[2].

De uma reserva quasi feminina, de uma affabilidade extraordinaria, afastando-se o mais possivel da politica, e não recommendando pessoa alguma a seus irmãos senão quando a pessoa recommendada era de alta e extraordinaria capacidade, D. Fernando justificava em todas as suas acções a divisa que adoptára: *O bem me apraz*. Eram limitados os seus rendimentos, porque, fóra o mestrado de Aviz, apenas possuia as villas de Salvaterra e de Athouguia. Pouco o incommodava isso; mas o que lamentava era o não ter podido tomar parte,

[1] *Historia de S. Domingos*, T. II, pag. 312 (edição já citada).

[1] Schœffer n'este ponto é um tanto vago, e o leitor não percebe que riquezas eram estas que o infante despresava. O facto a que o escriptor allemão allude é o de D. Fernando regeitar todas as doações que proviessem de confiscos. Fr. Luiz de Sousa *loc. cit.*

[2] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 432.

Digitized by Google

pela sua extrema juventude, na expedição de Ceuta. Sentia-se envergonhado por não ter conquistado em tão santas batalhas as suas esporas de cavalleiro, e, por isso mesmo que fôra mimoso, envergonhava-se, na austeridade do seu delicado pundonor, envergonhava-se da

PORTA LATERAL DA EGREJA DE FREIXO DE ESPADA Á CINTA

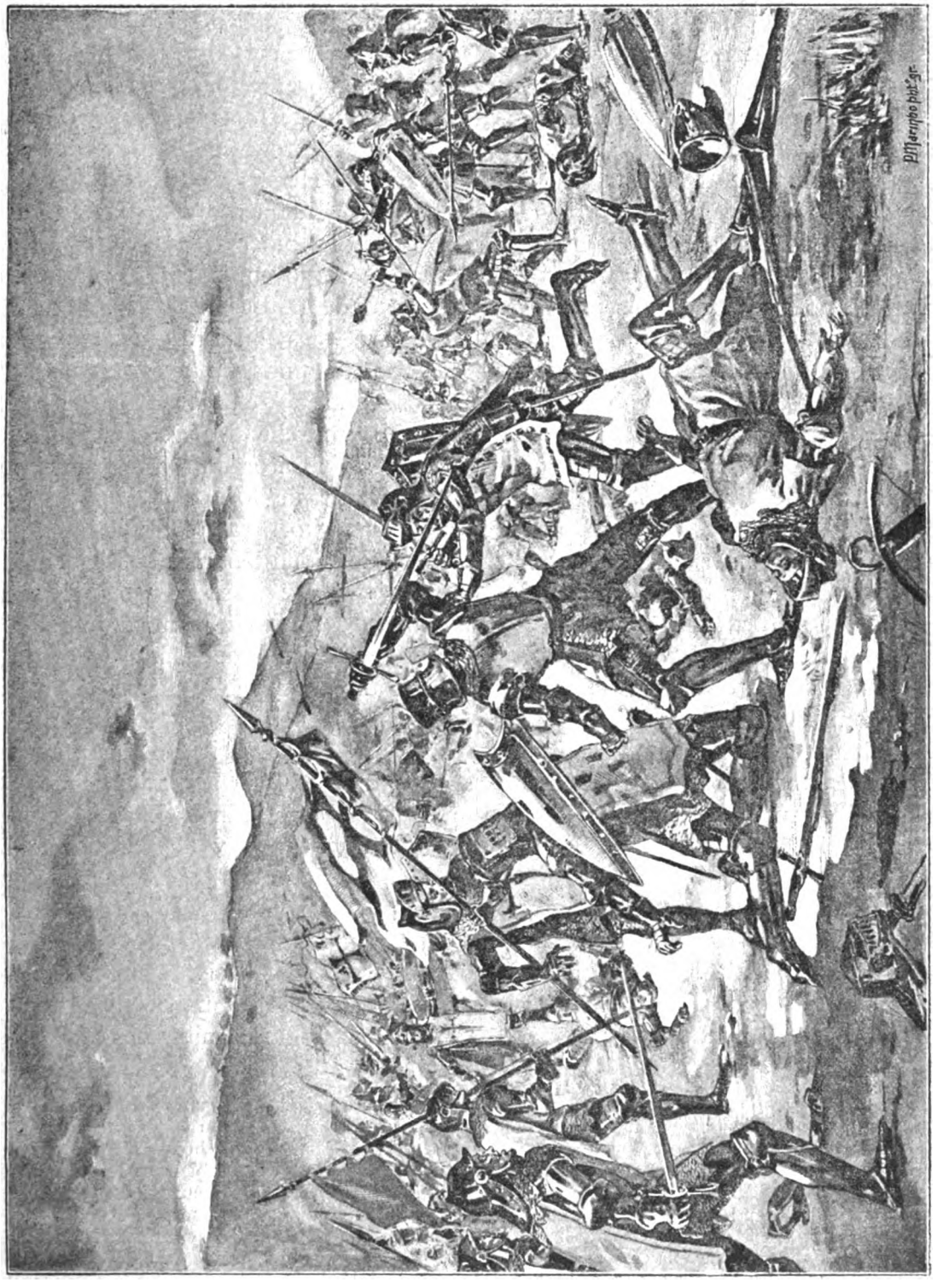
sua existencia tranquilla, que comparava com as paginas gloriosas da vida de seus irmãos.

Com o caracter, que todos os historiadores uniformemente attribuem ao sympathico infante D. Fernando, vê-se claramente que, ainda que impellido pelas suas predilecções estudiosas e meditativas para uma existencia retirada, não podia deixar de anciar pelos combates, a fim de cumprir o que julgava um dever, e não consentir que se dissesse que fôra elle o unico dos filhos de D. João I que não arrancára a espada da bainha para accrescentar a gloria e o poderio da sua patria. A guerra contra os Mahometanos sorria-lhe então mais que nenhuma outra, por causa das idéas religiosas que o dominavam como a todos os outros principes do seu tempo, idéas religiosas com-tudo, que, sendo para a nossa epocha exaltadissimas, não tinham as demasias asceticas dos espiritos pouco esclarecidos do seu tempo. Se cumpria rigorosamente os preceitos da Egreja, sempre se recusou comtudo a fazer-se religioso, pensando que eram outros os deveres d'um principe, o que até deu origem aos escrupulos, que por muito tempo o inhibiram de acceitar o mestrado de Aviz, não querendo, sendo leigo, disfructar rendimentos ecclesiasticos. Tambem deu provas dos mesmos escrupulos, recusando obstinadamente acceitar o chapéu de cardeal, que o papa Eugenio IV lhe offerecia.

Tinha elle pois trinta e tres para trinta e quatro annos quando, estando el-rei em Almeirim, o infante D. Fernando foi ter com elle, e lhe pediu licença para ir procurar fortuna e aventuras nas côrtes estrangeiras, escolhendo de preferencia a de Inglaterra[1], pelo parentesco e intimidade que unia as duas familias reaes portugueza e ingleza. Affirmava-lhe ainda assim que, estivesse elle on-

[1] O auctor dos *Retratos e Elogios dos varões e dona que illustraram a nação portugueza* assevera, não sabemos com que fundamento, que, se o infante D. Fernando intentára ir a Inglaterra fôra convidado por *seu tio*». Se Henrique VI, que effectivamente reinava então em Inglaterra, convidou D. Fernando a ir a Londres, não affirmamos ; porém o que sabemos com certeza é que estava muito longe de ser tio de D. Fernando. Senão veja-se. Ricardo II, primo da rainha Philippa, fôra desthronisado em 1399 pelo conde de Derby, irmão da mesma rainha, e *tio* do infante D. Fernando. Tomou o conde de Derby o nome de Henrique IV. Succedeu-lhe seu filho Henrique V em 1413; morreu em 1422, succedendo-lhe seu filho Henrique VI, a quem o auctor dos *Retratos e Elogios* chama *tio* do Infante D. Fernando.

Digitized by Google



BATALHA DE ALJUBARROTA

Digitized by Google

de estivesse, e ainda que no estrangeiro grandes honras lhe outhorgassem, tudo largaria para defender o seu rei natural e a sua patria, quando fosse necessario e assim lh'o requeressem; mas que era costume dos Portuguezes ganharem honra e gloria nos paizes estranhos, e elle, como Portuguez e como principe, maior obrigação tinha de dar lustre ao seu nome[1].

Pensaria já o infante D. Fernando n'uma expedição contra os Moiros da Africa? É possivel; mas o seu natural bom senso impedia-o de falar em tal, porque bem sabia como o reino estava exhausto de recursos, e como seria perigosa e pouco proveitosa qualquer empreza que se tentasse. Estava reservado ao infante D. Henrique, tambem homem de alto bom senso, mas desvairado n'esse momento pelo ardor das descobertas, e desejoso de alargar para o sul da Africa os dominios Portuguezes, afim de adquirir novos conhecimentos ácerca das terras cujas costas os seus navegadores exploravam, estava reservado ao infante D. Henrique suscitar a idéa d'essa desgraçada expedição.

El-rei ficou muito sentido com a inesperada resolução do infante D. Fernando, e, de animo pouco energico, incapaz de impor as suas vontades, viu-se em transes dolorosos para negar ao irmão a licença pedida. Disse-lhe que seria um tal passo pouco honroso para ambos, porque o mundo, que não perscrutava as boas intenções, não veria da parte de D. Fernando senão a ambição immoderada de riquezas, e pensaria ao mesmo tempo que o rei o tratava com pouca honra, e era com elle mesquinho e avaro. Sempre hesitante, D. Duarte, para obstar á partida do infante D. Fernando, procurou um amparo em seu irmão D. Henrique, pedindo-lhe que tentasse dissuadir o joven infante do seu designio. Ia bater a errada porta; D. Henrique logo combateu, é verdade, o projecto de D. Fernando passar ao estrangeiro, mas foi para louvar a vontade que elle tinha de se distinguir por feitos de armas, e para aconselhar a el-rei que emprehendesse uma expedição contra os Moiros de Africa, onde podesse D. Fernando ganhar gloria e Portugal proveito. Era a sua idéa fixa, por isso a defendeu tenazmente, lembrando o que seu pae dissera, quando defendêra no conselho a opinião que tinha de manter Ceuta, allegando que seria a Africa uma eschola de guerreiros, e que, defendendo contra os Moiros aquella praça, se acostumariam os Portuguezes a conservar sempre acceso no peito, como em sacrario intimo, o ardor bellico, e a chamma da cavallaria; que não se effeminariam em molle ociosidade, e que estariam sempre capazes de defender a patria quando necessario fosse.

El-rei combateu vivamente esse novo designio, allegando que Portugal não tinha recursos para similhantes emprezas,

---

[1] Os Portuguezes eram effectivamente n'essa epocha uns verdadeiros cavalleiros andantes, uns aventureiros que a Europa só conhecia por vel-os apparecer sempre nos sitios onde se distribuiam cutiladas. Nas guerras do imperador Segismundo da Allemanha contra os turcos lá andavam Portuguezes, sendo o principal o infante D. Pedro. Nas guerras de Henrique IV de Inglaterra com a França, lá estava D. Alvaro Vaz d'Almada, que se distinguiu por exemplo na tomada de Ruão. Na celebre batalha d'Azincourt, ganha por Henrique V de Inglaterra sobre Francezes, um dos maiores desastres que a historia de França commemora, figuravam Portuguezes no exercito victorioso, contando-se entre outros o illustre paladino Sueiro da Costa. Quando o duque de Borgonha, João-Sem-Medo, foi sitiado em Arras pelas tropas de Carlos VI rei de França (1414) houve differentes justas, e n'uma figuraram cavalleiros portuguezes. É M. de Barante quem nol-o diz. «Houve outra justa, que se fez tambem com extremada cortezia. O combate era entre tres cavalleiros Francezes commandados por um bastardo de Bourbon, que era muito novo e tinha vontade de se fazer conhecido, e o sr. de Cottebrune, cavalleiro borgonhez já famoso, *com trez Portuguezes do paço de Borgonha. Histoire des ducs de Bourgogne*, tom. 3.º pag. 118».

M. de Barante não nos diz quem foram os vencedores.

Digitized by Google

que precisava de tranquillidade, depois d'um reinado tão bellicoso como fôra o de seu pae, e que lhe rogava a elle D. Henrique muito instantemente, que não só não suggerisse a D. Fernando essa nova idéa d'uma empreza africana, mas que tambem o dissuadisse do seu projecto.

D. Henrique respondeu friamente que obedeceria ao rei, mas que lamentava não ser acolhido um projecto tão glorioso como elle propunha, e partiu deixando D. Duarte lancinado por angustias crueis.

Não desistira comtudo D. Henrique do seu projecto, antes pelo contrario, agora que via as hesitações de D. Duarte e a insistencia do infante D. Fernando, mais perseverou em o levar por diante. Deixava-se D. Duarte, guiar não, mas pelo menos influenciar bastante por sua mulher, a rainha D. Leonor, que não tinha, como sua mãe D. Philippa, espirito capaz de dar conselhos aproveitaveis. D. Henrique abusou d'esta fraqueza de seu irmão; não lhe foi isso difficil. A rainha, que sabia o credito de que os infantes gosavam na côrte portugueza e entre o povo, e que já se malquistára com o infante D. Pedro, folgou de encontrar ensejo de favorecer o infante D. Henrique para ser a seu turno por elle favorecida. Mas D. Henrique, para ainda mais a decidir, fez-lhe notar que, se a expedição contra a Africa fosse resolvida, e se Tanger e as outras cidades africanas fossem sendo tomadas pelos Portuguezes, como por elles e pelos restantes Hespanhoes tinham sido tomadas as praças da Peninsula, os infantes teriam por grande honra ir habitar em Africa, cedendo todos os seus direitos em Portugal, trocando de bom agrado as suas possessões na patria por esse novo e magnifico imperio, e que assim os filhos d'ella e de D. Duarte ficariam na sua patria muito mais opulentos, e poderiam governar o paiz sem receio de rivalidades. A rainha, pouco perspicaz, sentiu immenso jubilo com esta inesperada perspectiva, e logo disse, contendo mal o seu alvoroço, que achava a petição dos infantes muito justa, e que usaria de toda a influencia que o amor do rei lhe dava para que obtivessem o que desejavam[1].

Brazão de armas da villa de Juromenha

Como se tudo concorresse para que a desgraça visitasse Portugal, durante esses ultimos cincoenta annos tão mimoso da fortuna, veiu por essa occasião de Roma a Lisboa um Portuguez, D. Gomes, que era abbade em Florença, e que depois foi prior em Santa-Cruz, enviado pelo papa Eugenio IV para trazer a D. Duarte a bulla da cruzada, que este lhe pedira

[1] Esse amor era effectivamente grande, e D. Duarte dava d'isso repetidas provas, mostrando, por exemplo, a maior consideração pela familia de sua esposa. Quando o infante de Aragão D. Henrique e o rei de Navarra, irmãos de D. Leonor, foram prisioneiros dos Genovezes, alliados do duque de Milão, n'uma batalha naval, D. Duarte, logo que recebeu a noticia, mandou suspender as festas que estava dando ao pôr em seus filhos oa santos oleos, e mostrou por esse facto grande tristeza e lucto. «Todas as coisas de prazer e de alegria, diz Ruy de Pina, durante seu reinado, lhe foram assim contrarias que todas se lhe convertiam em paixão e tristeza» (*Chronica d'o rei D. Duarte*, Cap. IX, pag. 102, do vol. I da *Collecção de livros ineditos da Historia Portugueza*, ed. da Academia).

É notavel o engano em que La Cléde cahe, tomando este D. Henrique de Aragão pelo infante D. Henrique de Portugal, quando Ruy de Pina escreve bem claramente no titulo do capitulo o seguinte: *Como el-rei deixou de fazer as festas, que no pôr do Santo Oleo a seus filhos ordenava, e isto por el-rei de Napoles, e el-rei de Navarra e o infante D. Henrique*, irmãos da rainha, *serem presos em Italia*. Apesar d'isso La Cléde escreve: «Por este tempo soube el-rei de Portugal, com pesar seu, que el-rei de Napoles e o infante D. Henrique tinham ficado prisioneiros no mar pelo duque de Milão; mas, cobrando D. Henrique a liberdade, *voltou para Portugal e, como sempre lhe fervia no peito o desejo de fazer novas conquistas*, etc. (Citado na *Historia de Portugal* do sr. F. D. d'Almeida e Araujo, vol. I, pag. 621). É notavel tambem que o sr. Almeida e Araujo, que transcreve paragraphos antes um trecho de Ruy de Pina, não reparasse na incrivel equivocação do escriptor francez.

Digitized by Google

de prevenção para, logo que se offerecesse ensejo para combater os Moiros, poder fazel-o sem detença, com todas as vantagens que se derivavam da promulgação d'essas bullas. Eugenio IV, que estava em grandes obrigações para com o rei de Portugal, porque o seu embaixador conde de Ourem passára de Roma a Basiléa de proposito para sustentar perante os bispos rebeldes a causa do pontifice[1], entendeu que não devia demorar a outhorga da mercê que lhe pediam, e remetteu, logo que o pedido lhe foi feito, a bulla da cruzada. Veiu na peior occasião possivel, porque facilitou aos infantes D. Henrique e D. Fernando e á rainha D. Leonor o insistirem no seu projecto, e obrigarem o rei, sempre de má vontade e como que pungido por sinistros presentimentos, a acceder á malaventurada expedição.

Cedeu emfim o fraco D. Duarte ás instancias de seus irmãos e de sua esposa, e determinou que se fizesse a expedição contra Tanger, e que fosse commandada pelos infantes D. Henrique e D. Fernando. O exercito, que intentou formar, devia ser de quatorze mil homens, a saber: tres mil e quinhentos homens de armas, quinhentos bésteiros a cavallo, dois mil e quinhentos bésteiros a pé, sete mil peões, e quinhentos serviçaes ou criados do exercito. Mas para reunir um exercito assim era necessario dinheiro, e os cofres do thesouro não estavam muito bem providos. D. Duarte dizia ao infante D. Henrique, fazendo ao seu projecto as objecções que lhe occorriam, que os motivos principaes por que a fazenda publica estava desfalcada eram os seguintes: o dote dado á duqueza de Borgonha, que ascendera a duzentas mil corôas, as festas do casamento d'ella, e a sua passagem para Flandres; as festas do casamento d'elle D. Duarte, e as dadivas feitas aos fidalgos aragonezes que tinham acompanhado a rainha D. Leonor; eguaes festas no casamento do infante D. Pedro, as pomposas exequias do rei D. João, pagamento de legados do mesmo fallecido soberano, e pagamento das avultadas lettras de cambio que o conde de Ourem e os outros embaixadores a Roma tinham levado comsigo, etc. Como se vê, já no seculo XV passava o superfluo antes do necessario, e o machado das economias tinha muito que decepar no orçamento d'el-rei D. Duarte, ou antes no de seu pae.

Como faltava o dinheiro, e não havia d'onde o obter que não fosse do povo, ao povo se recorreu, apesar da repugnancia que el-rei mostrava em sobrecarregar de tributos os seus subditos por uma causa que lhes era pouco sympathica. Por isso reuniram-se côrtes em Evora a 15 de abril de 1436, e ahi expoz o doutor Ruy Fernandes o projecto d'el-rei, louvando-o, como era de razão, e appellando ao mesmo tempo para o patriotismo e boa vontade dos concelhos, que outhorgaram, para o producto ser applicado á expedição, *pedido e meio*, que os povos pagaram com grande murmurio e grande descontentamento.

E no meio de tudo isto o que pasmava é que não era o menos descontente el-rei D. Duarte, descontente de si e dos outros, descontente das suas proprias incertezas, que esterilisavam o seu bom senso e as suas altas faculdades. Estava decidida a empreza, e os principaes do seu conselho não tinham sido consultados; não fôra consultado o infante D. Pedro, em quem o proprio monarcha re-

[1] Este concilio, que teve de ser dissolvido pelas armas do rei de França, Carlos VII, que enviou contra elle seu filho, depois Luiz XI, chegou a produzir um no o ainda que ephemero schisma na christandade. Elegeu papa, em opposição a Eugenio IV, o velho Amadeu, duque abdicatario de Saboya, que tomou o nome de Felix IV. Houve outra vez dois papas na Egreja. Quando morreu Eugenio IV, e lhe succedeu Nicolau V, Felix IV desistiu das suas pretenções, e recebeu em recompensa a purpura cardinalicia.

Digitized by Google

conhecia tão elevado senso governativo! Mas o infante mostrava-se aggravado, o povo murmurava, e D. Duarte viu que não teria remedio senão sanccionar a sua imprudencia com o consentimento, ainda que fosse apenas apparente, do seu conselho. Em agosto pois d'esse anno de 1436 reuniu em Leiria, não todos os seus conselheiros, mas os seus parentes mais proximos, seus irmãos e seus sobrinhos. Compareceram os infantes D. Pedro, D. Henrique, D. João e D. Fernando, o conde de Barcellos, e seu filho conde de Arrayolos; faltava apenas o conde de Ourem, porque se achava ausente do reino, em virtude dos negocios da embaixada ao papa.

Quando se tratou de discutir o projecto, abstiveram-se de votar tres dos membros do conselho, porque deviam ser justamente suspeitos de parcialidade. O infante D. Fernando e o infante D. Henrique tinham promovido a expedição, não podiam por conseguinte agora defendel-a; o conde de Arrayolos já fôra nomeado condestavel do exercito expedicionario, estava tambem interessado em que a resolução do conselho fosse a favor do projecto, e por isso egualmente se absteve.

PORTA LATERAL DA EGREJA DE FREIXO DE ESPADA Á CINTA

Quem primeiro falou foi o infante D. João. Devemos confessar que não nos merecem grande confiança os discursos que vêm nas chronicas de Ruy de Pina; são sempre tão guindados, tão enrevesados, que não só a fórma, como era natural, pertence ao chronista, mas parece que o mesmo fundo deve ser ás vezes de phantasia. Se o discurso do infante D. João é verdadeiro, se Ruy de Pina, dando-lhe nova fórma, não lhe alterou as idéas, devemos confessar que não parece mais do que uma ironia constante.

Começou elle por demonstrar que a expedição projectada não era nem serviço de Deus, nem honra nem proveito do reino, nem gosto dos expedicionarios.

Não é serviço de Deus porque... oiçamol-o que as suas palavras são curiosas, ou na bocca de um principe do seculo XV ou na de um chronista do seculo XVI:

«E ainda, senhor, se por doctrinas e ensinanças de Jesus Christo e dos seus apostolos nos havemos de reger, esta guerra aos Moiros não está muito certo se é d'ella servido; sei porem que a santa escriptura, por prégações e virtuosos exemplos de vida os manda converter; e, se por outra maneira Deus fôr servido, permittira e mandára que, em seus erros e damnada contumacia, usáramos de nossas forças e ferro, até serem conver-

Digitized by Google

tidos á sua fé, e isto ainda não vi, nem ouvi que se achasse em authentica Escriptura. E as indulgencias e remissões de peccados, que para esta guerra o papa outhorga, não teem effeituosa força de lei para obedecer, nem de regra para de necessidade servir; porque estas presuppõem necessidade que aqui não ha, e santa vontade e boa devoção, que os menos n'ella levam. E mais bem sei que, por mil dobras que enviemos a um cardeal, para fazermos uma mui pequena obra de misericordia, nol-as enviará outhorgadas do papa, com graças muito maiores[1]».

A pessoa que assim fala tem as idéas mais justas d'este mundo, e podia reproduzir o seu discurso no seculo XIX sem que a taxassem de reaccionaria.

Passando a demonstrar que não era honra do reino similhante expedição, allegou que D. João I bastante honrára Portugal com as suas victorias, e o elevára a um tal pinaculo de consideração européa, que o mais leve revez seria para Portugal consideravel deslustre. Proveito não o via na conquista d'essas longinquas praças africanas tal que compensasse a perda de vidas e de fazenda, que seria o preço mesmo da victoria, e em ultimo logar gosto nenhum achava em receber lançadas e cutiladas dos Moiros.

Terminando este arrasoado decisivo contra a expedição, communicou o infante que ia expender o que havia a dizer em defeza d'ella. Todos imaginaram que iria elle apresentar novos argumentos, que fizessem pesar a seu turno a balança para o lado dos prós. Engano: o infante D. João seguiu um systema completamente differente, tomou a inversa de tudo quanto allegára. Por exemplo: Lembram-se do que elle disse-

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. Duarte*, na *Collecção de livros ineditos*, etc., cap. 17, pag. 123.

ra das indulgencias do pontifice, que se obtinham quantas se queriam, mandando mil dobras a um cardeal. Oiçamol-o agora na segunda parte da sua argumentação:

«Para crêrmos que n'esta guerra Deus é servido, e que vós a deveis proseguir não hei por de pequeno credito e efficacia as piedosas indulgencias que a Santa Egreja dos thesoiros da misericordia, por remissão dos peccados, n'esta guerra outhorga[1].»

Chamava a isto o infante D. João pesar os prós e os contras de um projecto! Não via elle, não viam todos que, se os prós eram verdadeiros eram falsos os contras, e vice-versa? O modo que o infante D. João empregava para allegar as razões a favor e contra o projecto era dizer as mesmas de ambas as vezes, mas affirmando da primeira vez que eram boas e da segunda apregoando que eram más!

Alguns dos seus argumentos em defeza do projecto são na verdade curiosos. Não affirmava elle que el-rei devia emprehender a expedição, porque Deus ordenára no mundo tres classes de homens: lavradores, oradores e defensores; que um soberano era, por ser soberano, defensor; e como, da mesma fórma que os lavradores e os oradores, se não teem que lavrar e se não teem que orar deixam de o ser, assim os defensores deixam de ser defensores quando não teem que defender! E, em virtude d'esse original raciocinio, aconselhava o infante D. João a seu irmão D. Duarte que, para continuar a ser *defensor* fosse *offender* os Moiros. Ha trechos n'estes discursos que parecem verdadeiras zombarias.

Assim como refutou o seu primeiro argumento, assim refutou os outros, limitando-se a negar o que primeiro affir-

[1] Ibid., ibid., pag. 126.

Digitized by Google

mára, e a inverter os raciocinios que deduzira. A não ser este discurso obra completamente de Ruy de Pina, e a exprimir, só com alterações de fórma, o que o infante expendeu no conselho, o que se póde dizer, em abono do senso commum do infante, é que o seu fim não fôra outro senão desviar indirectamente os espiritos da expedição da Africa, porque as razões que allegou contra ella eram as unicas fortes, as unicas logicas e as unicas bem deduzidas.

Foi isso mesmo o que tacitamente declarou o conde de Barcellos, quando, levantando-se para falar em seguida ao infante, se limitou a dizer que adoptava como sua a primeira parte do discurso do infante, regeitando completamente as idéas por este apresentadas na segunda parte d'essa oração.

Em seguida levantou-se o infante D. Pedro, e todos escutaram em respeitoso silencio as palavras d'esse homem, considerado por todos, e principalmente por seu irmão D. Duarte, como um dos vultos politicos mais eminentes da Europa, e o mais eminente de Portugal.

Começou D. Pedro por se queixar, indirectamente e com brandura, mas de um modo perfeitamente sensivel, de se pedir a opinião do conselho quando já estava tudo decidido; mas, passando, apesar da inutilidade, a enumerar as razões que via contrarias ao projecto, foi logo, como homem de alta intelligencia, ao amago da questão. Não negou que fosse uma tal guerra honrosa para o reino, e proveitosa talvez para a fé chrisfã; concedeu mesmo que as forças do paiz seriam sufficientes para a levar a bom fim, e não duvidou de que o valor dos Portuguezes triumphasse, como triumphara em Ceuta, da superioridade do numero; mas lembrou que faltava para essa empreza o essencial, o elemento sem o qual não se poderia organisar uma expedição conveniente, isto é, o dinheiro.

Os pedidos talvez não chegassem, e, ainda que chegassem, eram distrahidos, para serem empregados na guerra, de outros destinos mais urgentes. Accrescentou que a conquista de praças africanas pouco proveitosa seria para o Estado, além de serem de difficultosa conservação, porque não succedia na Africa o mesmo que na Hespanha succedêra. Em Hespanha a conquista christã era uma reconquista, e as praças annexadas ás corôas néo-gothicas ficavam-lhes de coração unidas, e na Africa era a conquista christã uma invasão. As cidades tomadas pelos Portuguezes nunca seriam cidades de Portugal, mas sempre possessões estrangeiras, mantidas á custa de sacrificios e de esforços, como ilhas no seio de um mar de tribus insubmissas. Com rara previsão, que o successo tristemente justificou, disse que o exercito que cercasse Tanger se veria dentro em pouco elle mesmo sitiado pelos Moiros, que de toda a parte concorreriam a defender uma das suas cidades mais importantes. Em consequencia de todos estes argumentos votou contra a expedição.

Brasão de armas da villa de Torres Novas

Tão auctorisado voto inquietou sobre maneira el-rei D. Duarte, que sentiu redobrarem os seus tristes presentimentos. A palavra d'aquelle seu irmão, duplamente irmão pelo nascimento e pela alteza da intelligencia, despertou os seus receios, avivou as idéas que elle já alimentava no mesmo sentido, e levou-o a arrepender-se do que fizera. Recuar parecia comtudo impossivel, e D. Duarte, para vêr se tudo conciliava, lembrou-se de fazer intervir o papa. Mandou-lhe

Digitized by Google

perguntar pelo conde de Ourem, que, vindo já a caminho de Portugal, voltou por isso de proposito a Roma, se era licito fazer aos Musulmanos uma guerra de aggressão.

Eugenio IV reuniu em Bolonha os seus cardeaes, e respondeu o seguinte:

«Que os livros dos Santos Canones, por que a Santa Sé Apostolica se regia, el-rei em seus reinos os tinha, e assim letrados que os bem entenderiam com quem n'este caso se devia aconselhar; e comtudo, satisfazendo a seu desejo, lhe diziam brevemente que, se a questão era dos infieis que occupam as terras que foram de christãos, em abatimento da religião christã, tornando as santas egrejas em malditas mesquitas, e fazendo outras abominações, a estes não era duvida, com auctoridade do Papa, poder-se e dever-se fazer guerra; e que os doutores theologos, por mais segura cautella, diziam n'este caso que os inimigos deviam pelos christãos primeiro ser admoestados, e, se podesse ser, convertidos por prégações, e por exemplos de boa vida, e que. quando em suas contumacias as palavras santas os não commovessem, com armas os poderiam forçar ou guerrear. E, se porventura a questão era dos infieis que occupam as terras que nunca foram de christãos, que em tal caso se fazia distincção; que ou elles faziam damno e nojo aos Christãos ou não; e se o faziam, que licitamente lhes podiam fazer guerra, e se o não faziam, que direitamente lh'a não podiam fazer; porque a terra e abundancia d'ella é do Senhor, que faz nascer o sol sobre os bons e maus, e dá de comer ás aves do céo; salvo se fossem idolatras, ou peccassem contra a natura, porque então podiam ser punidos, porque a lei da natureza manda adorar um só Deus, que assim puniu Sodoma e as outras cidades, posto que fossem gentios. E que, em qualquer caso que o principe possa fazer guerra aos infieis, deve ser com piedade e discrição, e que não exponha o povo christão a manifesto perigo, sem evidente necessidade; porque, se por sua sobeja audacia ou má poovidencia se seguissem mortes e damnos, gravemente peccaria; mas, quando o principe fizesse o que devia, e previsse os casos que podessem acontecer, e seu povo aventurasse onde fosse tempo e logar e com razão, em tal caso, posto que por desventura ou por juizo escondido de Deus, ou por caso não cuidado perecesse muita gente em guerra justa, não peccava[1].»

Accrescentava o papa formalmente, respondendo á pergunta que el-rei lhe fazia se podia lançar tributos ao povo para uma guerra contra os infies, que, sendo a guerra, como era, uma guerra de aggresão, não podia lançar similhantes tributos, ainda que tivesse esperança de com ella ganhar a Africa toda.

Mas emquanto se faziam estas perguntas, e se discutiam estas respostas, el-rei, sempre de animo irresoluto, deixando-se arrastar pela rainha e pelos infantes, tomou a decisão, que, no fundo d'alma, reprovava. Fôra em agosto de 1436 que elle chamára seus irmãos a conselho, e a 18 de setembro nasceu-lhe em Torres Vedras uma filha, que foi depois D. Leonor, imperatriz da Allemanha. A rainha aproveitou a sua delicada situação para compellir seu marido a dar emfim por condescendencia as mãos a esse projecto fatal.

Logo se tratou do equipamento da frota, e, como succedera na expedição de Ceuta, uma parte se fez prestes no Porto, onde o conde de Arrayolos foi encarregado de activar os preparativos e de embarcar as tropas, e o restante em Lisboa.

---

[1] Ruy de Pina, *Chronica de el-rei D. Duarte. Collecção de livros ineditos*, etc, Cap 20, pag. 134

Digitized by Google

A 22 de agosto de 1437 a esquadra dos infantes desferiu velas do sitio do Restello, e partiu em direcção a Ceuta. Ouviram primeiro os infantes missa com el-rei em Santa Catharina de Ribamar. Antes da náo do infante D. Henrique levantar ferro teve-os, a elle e a D. Fernando, largo tempo abraçados o desventuroso rei, banhando-os de lagrimas e dando lhes os seus ultimos conselhos. Ao infante D. Henrique recommendou D. Duarte expressamente que sitiasse Tanger, que lhe désse até tres assaltos, que, se todos tres fossem infructiferos, voltasse logo sem mais tardança a Ceuta, e esperasse alli até março do anno immediato, em que D. Duarte iria então auxilial-o com todas as forças do reino que tivesse disponiveis.

Dito isto, despediu-se dos infantes; e a frota levantou ferro no meio da tristeza de todos. Maus agoiros, tristes presentimentos pesavam n'esta partida, mas quem se havia de fiar n'elles? Não tinham egualmente annunciado o começo da expedição de Ceuta, e não foi a expedição de Ceuta bafejada pelos sorrisos da fortuna? Com intervallo de vinte e dois annos partiram para a Africa duas frotas, ambas mal agoiradas. Ia uma procurar a gloria, a outra a desventura.

A 27 de agosto d'esse mesmo anno chegaram os infantes a Ceuta, onde já encontraram o conde de Arrayolos com a esquadra do Porto. Logo se espalhou por toda a Africa a noticia da chegada dos principes Portuguezes, e um grande terror se apoderou dos Mouros, muitos dos quaes mandaram, a troco de avultados tributos, pedir paz aos infantes, que a uns a concederam, a outros a negaram, conforme lhes aprouve e lhes pareceu melhor.

O CARDEAL DE ALPEDRINHA

Apenas chegára a Ceuta, passou o infante D. Henrique revista ás tropas que commandava, e viu, com grande espanto seu, que lhe faltavam oito mil homens para a conta que se julgára indispensavel.

Em vez dos quatorze mil homens em que se falára, contou D. Henrique apenas dois mil cavalleiros, mil bésteiros e tres mil peões, ao todo seis mil homens, e esses mesmos de má vontade. Só tinham ido os que não tinham podido

Digitized by Google

esquivar-se ao alardo geral que se fizera; uma grande parte dos homens requisitados aos concelhos tinham preferido sugeitar-se ás pesadas multas com que se lhes punia a falta, a figurarem na expedição; outros tinham desertado antes de embarcarem, todos emfim haviam mostrado extrema repugnancia por essa viagem militar á Africa. Depois o dinheiro faltava, apesar de se ter aproveitado não só o dinheiro dos pedidos, mas até o dinheiro do cofre dos orphãos; já se vê qua a resposta de Roma não se esperára, resposta que era, como vimos, tão desfavoravel mesmo ao simples lançamento de tributos. Tinha sido difficillimo obter transportes, e não fôra possivel reunir todos os necessarios, apesar de se recorrer a navios estrangeiros, aos quaes se pagavam avultados fretes. Mas os navios do norte estavam em grande parte retidos, por causa das guerras que por lá ferviam entre França e Inglaterra, e D. João II de Castella prohibira expressamente aos seus navios de Biscaya, tripulados por tão habeis mareantes, o encarregarem-se de transportar para as plagas africanas as tropas portuguezas.

De tudo isso resultava estar o exercito reduzido a seis mil homens, e com esses seis mil homens esperava o infante D. Henrique dominar a Africa sobresaltada, e que toda se punha em movimento para defender a praça, fosse ella qual fosse, que os Portuguezes atacassem.

Se havia algum modo de tornar essa expedição venturosa, dispondo-se apenas de tão pouca gente, era atacar Tanger de surpreza, como se atacára Ceuta, e tomal-a á escalada. Havia muitas probabilidades para que o terror inspirado pelos nossos produzisse n'esse primeiro momento um verdadeiro panico, e entregasse Tanger quasi sem defeza nas mãos dos filhos de D. João I. Para isso devia a esquadra ter-se encaminhado directamente a Tanger, e emprehendido de subito o assalto, que poderia ser auxiliado por um reforço partido secretamente de Ceuta. Mas ir estacionar n'esta ultima cidade, dar tempo aos Mouros para se prepararem, para se precaverem, e afinal marchar contra elles com tão diminutas forças, era realmente pôr do seu lado todas as desvantagens da partida.

Mas uma verdadeira cegueira dominava o infante D. Henrique, e turvava a luz do seu alto espirito. Aos que lhe pediam que communicasse a D. Duarte o succedido e que esperasse em Ceuta reforços, respondia que, se a Providencia assim ordenára as coisas, é porque desejava que o seu serviço, o serviço de Deus, fosse feito d'essa maneira, resposta verdadeiramente indigna do esclarecido, do sabio infante D. Henrique!

Dois caminhos conduziam de Ceuta a Tanger, um d'elles, o mais curto e o mais directo, por Alcacer, estava intransitavel, o segundo, o de Tetuão, dava uma grande volta. Resolveu-se o infante a seguir o primeiro, e para isso mandou logo mil homens que se pozessem ao trabalho, e que lhe aplanassem a estrada; mas as communicações, que ao mesmo tempo recebeu, fizeram-n'o desistir do projecto. Soube que esse caminho, alcantilado e de facil defeza, estava atulhado de Mouros que se propunham impedir-lhe a passagem. Decidiu á vista d'isso tomar por Tetuão, ainda que fosse mais longe. O infante D. Fernando, que se sentiu doente, devia ir por mar embarcado na frota.

A 8 de setembro ouviu D. Henrique missa e pôz-se a caminho. Ruy de Pina dá-nos uma relação curiosa e minuciosa das bandeiras que tremulavam na vanguarda da hoste do infante D. Henrique, e da ordem de marcha do pequeno exercito, que pouco excedia cinco mil homens:

Digitized by Google

«Saiu logo primeiro o conde d'Arroyolos, sobrinho do infante, com a vanguarda, e apoz elle as bagagens; e estas em sair, pozeram até meio dia[1], e, apoz elle, veiu D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, e seus filhos D. Alvaro e D. Henrique, que com a sua gente levavam a ala direita; e logo apoz elle D. Fernando, o moço veador do infante, que por alcunha o chamavam o Cegonha e que levava a ala esquerda, e apoz este saiu a bandeira do infante, que levava Ruy de Mello, que depois foi almirante, o qual estava quedo fóra da porta, esperando a bandeira de el-rei, com que logo saiu D. Duarte de Menezes, como alferes-mór, em nome do conde D. Pedro, seu pae, que o era; e apoz elle saiu a bandeira de Christo, em nome da cruzada, que levava João Falcão; e apoz elle saiu logo a imagem de Santa Maria, e a imagem do condestavel Nuno Alvares Pereira e o vulto d'el-rei D. João, e logo o lenho da Vera Cruz: e, com estas reliquias e devoções saiu o bispo de Evora acompanhado de suas gentes e de muitos que alli eram; e, derradeiro de todos, saiu o infante com sua batalha, que seguiu a gente que descia até ao Paul, que são quatro leguas de Ceuta, onde se alojou[2].»

De passagem tomou o infante D. Henrique Tetuão, que fôra desamparado pelos seus habitantes. Percorreram aqui os nossos Portuguezes, como em muitas outras occasiões, o theatro illuminado muito posteriormente pela gloria dos outros povos. Tetuão, por exemplo, é um sitio que a moderna campanha, feita pelos Hespanhoes em 1860, illustrou, e que serviu para dar um titulo de duque a um dos seus mais illustres marechaes[1].

N'uma sexta-feira, a 13 de setembro de 1437 (dia aziago, 13 e sexta-feira; estavam de accordo as superstições populares com as previsões do raciocinio) assentou o infante D. Henrique o seu arraial diante de Tanger, onde encontrou com a gente da frota o infante D. Fernando, que fôra por mar, como dissemos, por se achar adoentado. Formou-se o acampamento n'um deleitoso sitio que defrontava com o cabo de Espartel, e que é um verdadeiro paraiso de hortas, pomares e jardins, como se encontram com tanta frequencia na Barbaria ao lado de horridos desertos. Ainda ahi se commetteu uma imprudencia e uma imprudencia grave, porque se assentou o arraial a alguma distancia do mar, contra o que el-rei D. Duarte ordenára, contra o que o bom senso recommendava. Foi essa uma das causas principaes do desastre que opprimiu depois os Portuguezes.

Brazão de armas da villa de Mertola

Defendia Tanger Salat-ben-Salat, o mesmo que fôra expulso de Ceuta por D. João I, e que tinha por conseguinte uma vingança a tomar. Esta circumstancia seria decerto favoravel aos Portuguezes, se, apparecendo de subito diante de Tanger, causassem a Salat-ben-Salat um panico similhante ao que já lhe tinham causado em Ceuta. Mas assim, desde o momento em que lhe tinham dado tempo de comparar as suas forças com as forças dos assaltantes, devia Salat-ben-Salat sentir intimo gosto, vendo a possibilidade de se vingar dos mesmos

[1] Se Nuno Alvares Pereira, o disciplinador condestavel, não estivesse já no tumulo, elle ensinaria aos officiaes como se faziam esses movimentos em 1384.

[2] Ruy de Pina, Chronica d'el-rei D. Duarte, cap. 23, na *Coll. de livros ined.*, pag. 146.

[1] O'Donnell, que morreu ha annos, e que foi agraciado por Izabel II com o titulo de duque de Tetuão, em consequencia da sua campanha contra os Marroquinos. Herdou lhe o titulo seu filho, que esteve por algum tempo ministro de Hespanha em Lisboa.

Digitized by Google

que o tinham expulsado da sua cidade predilecta. Essa possibilidade era evidente. Os Portuguezes eram, como dissemos, seis mil homens, levantava-se contra elles a Africa em peso, e só dentro de Tanger havia sete mil homens armados, entre os quaes se encontravam alguns besteiros de Granada.

Logo, assim que assentaram o arraial, deram os Portuguezes um assalto, porque se espalhára que estavam abertas as portas da cidade.

O assalto foi repellido com algumas perdas da parte dos Christãos; começáva a longa série de temeridades que assignalaram esse desgraçado cêrco. Ficaram feridos n'essa inutil escaramuça, entre muitos cavalleiros, o conde d'Arrayolos e Alvaro Vaz d'Almada.

No dia 20 de setembro deu-se á cidade o primeiro assalto regular. Commandavam os differentes corpos assaltantes o infante D. Fernando, o conde de Arrayollos, o marechal Vasco Fernandes Coutinho, e o bispo de Evora, D. Alvaro de Abreu, prelado militante que seguia as tradições do arcebispo de Braga D. Lourenço. O infante D. Henrique reservára para si o ataque do ponto mais importante, que era o castello. É este o primeiro assedio, feito por Portuguezes, em que encontramos definitivamente empregadas, e contribuindo principalmente para o derrubamento das muralhas, as peças de artilheria. Além dos trons, que designavam os antigos engenhos de assedio, menciona Ruy de Pina as bombardas que abriram brecha nos muros de Tanger. Tambem ao lado dos besteiros nos apparecem pela primeira vez os espingardeiros. Não eram comtudo as armas de fogo empregadas contra quem lhes desconhecesse o uso; antes pelo contrario, como já dissemos, era muito natural que os Mouros as tivessem conhecido primeiro e soubessem ainda manejal-as melhor. O assalto foi dado com a proverbial bravura portugueza, mas com a imprevidencia que presidiu a todas as operações d'este cerco. As escadas eram muito curtas, e o caminho para a fortaleza não estava preparado, de fórma que nem os engenhos se podiam approximar O ataque dos Portuguezes dirigiu-se principalmente contra as portas; mas os Moiros tinham-se prevenido e haviam n'as tapado com pedra e cal. Quando o infante D. Henrique deu a ordem da retirada, tinha perdido vinte mortos e quinhentos feridos! Era uma perda enorme para tão pequeno exercito.

E entretanto os Moiros iam-se accumulando em volta da praça em crescido numero. Esperavam comtudo reforços, e por isso nem atacavam o acampamento, e retiravam mesmo quando os Portuguezes os seguiam com ardor. Contentavam-se de dizimar os nossos em combates parciaes, a que elles se aventuravam com a louca temeridade de gente heroica sem commando sério. Repelliam os Mouros que se approximavam forrageando, perseguiam n'os, iam encontrar forças infinitamente superiores que os traziam de rota batida ao acampamento, e que se retiravam apenas os infantes davam mostras de lhes quererem apresentar combate, e comtudo, segundo o que diz Ruy de Pina, eram já dez mil de cavallo e noventa mil de pé, tribus sem cohesão que os chefes não queriam, e muito justamente, arriscar a um combate regular com as tropas portuguezas. Ruy de Pina chama-lhes covardes: porque os infantes diziam o mesmo foi que se perderam.

Já tinham morrido muitos fidalgos n'estas loucas e inglorias correrias, os Mouros iam-se atrevendo tanto que já chegavam a communicar com os sitiados, passando entre o acampamento e a praia. Era uma advertencia muda que a Providencia dava aos infantes, indi-

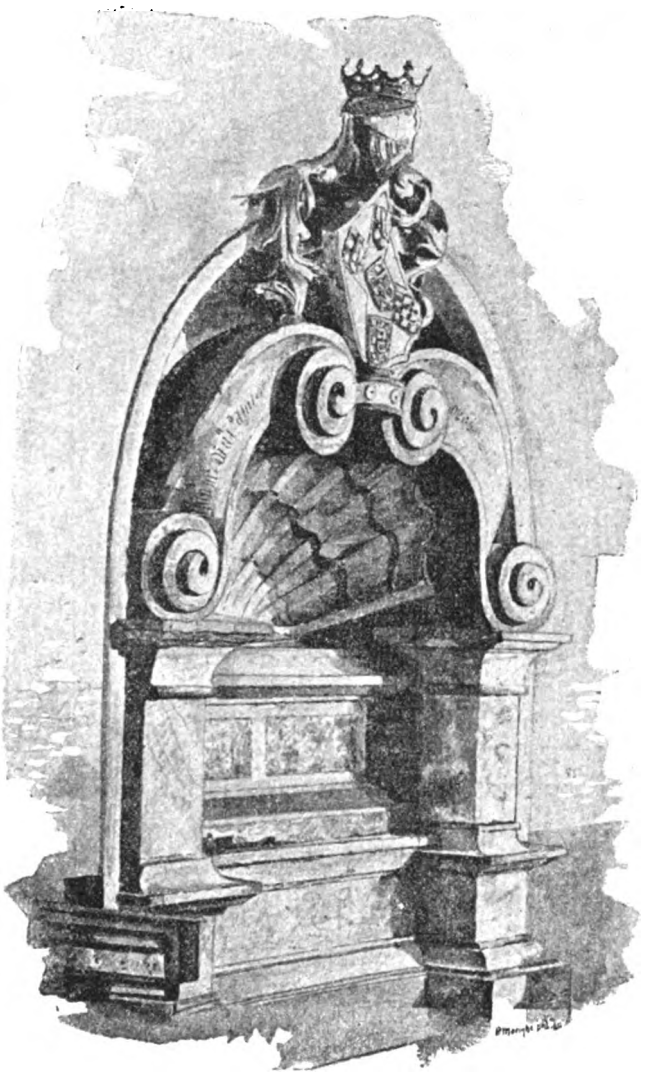
Digitized by Google

cando-lhes o perigo de vêrem as suas communicações interceptadas com a esquadra; mas os Portuguezes, que viam cruzes brancas no ar, não viam na terra estes perigos tão evidentes.

No dia 3 de outubro appareceram os Mouros em grande numero, parecendo que queriam apresentar combate. Logo os infantes formaram o exercito, e correram a elles; os Mouros fugiram, mas entre a rectaguarda e os Portuguezes sempre se chegou a travar uma pequena peleja, em que foram os Mouros desbaratados. E' natural comtudo que esta apparencia de lucta, com que os inimigos engodavam os nossos, attrahindo-os a perseguirem-n'os durante mais de legua e meia, não fosse mais do que um estratagema para mascarar o ataque verdadeiro, uma sortida dos sitiados, que deram no acampamento quasi desguarnecido. Foram necessarios prodigios de valor praticados pelos defensores do acampamento, que eram commandados por Diogo Lopes de Sousa, Alvaro de Brito, etc., para que os Mouros, repellidos e escarmentados, se acolhessem á praça. Mas o perigo avultava de dia para dia, e uma retirada a tempo era o partido mais sensato que se podia tomar.

Não se dobrava a isso o orgulho do infante D. Henrique.

Logo determinou elle segundo assalto com escadas maiores, que tinham vindo de Ceuta, e um castello de madeira de cujo eirado os espingardeiros e bésteiros deviam crivar de tiros os defensores de Tanger. Mas estava tão diminuido o exercito, que não pôde abranger todo o ambito das muralhas. Concentrou D. Henrique o ataque no sitio onde estava mais alluida a muralha pelas bombardas; nos outros sitios determinou que houvesse apenas um simulacro de assalto; mas os Mouros perceberam facilmente o estratagema, e concentraram tambem no



TUMULO DE AFFONSO, 1.º DUQUE DE BRAGANÇA

mesmo ponto a defeza. Além d'isso, como o arraial estava já cercado de inimigos, foi necessario distrahir das tropas assaltantes outras que ficassem em defeza do acampamento, e que o conde de Arrayollos, o bispo de Evora e o infante D. Fernando commandavam.

De tudo isto resultou que o assalto foi repellido; demais o castello de madeira nem podéra chegar junto das muralhas,

Digitized by Google

pelos mesmos inconvenientes que houvera no anterior assalto. Militarmente os infantes mereceram o desastre que os fulminou, porque é impossivel dar provas de maior imprevidencia. O infante D. Henrique já em Ceuta mostrára que não era bom general. A temeraria bravura que alli ostentou, e de que lhe resultou muita gloria pessoal, provando que era um soldado heroico, provou tambem que não tinha, por isso mesmo, os predicados n'um general indispensaveis.

Preparava-se comtudo o infante D. Henrique para dar terceiro assalto, quando dois escudeiros do conde de Arrayolos lhe trouxeram captivos dois almogavares Mouros, que o informaram de que se approximavam todos aquelles emires do Al-Maghreb, reis de Fez, de Marrocos, de Tafilet, etc., capitaneando um exercito, que Ruy de Pina assevera ser de sessenta mil homens de cavallo e setecentos mil homens de pé [1]. Aqui se revela, como sempre, a exaggeração habitual dos nossos chronistas. Nem nós, nem elles, nem os proprios chefes do exercito Mouro poderiam saber ao certo qual era a força numerica d'essas tribus confusas, que se juntavam a todos os exercitos Mouros, infinitas como os grãos de areia dos seus desertos, mas tambem como os grãos de areia sem cohesão e sem força.

Em todo o caso, o exercito era seguramente cincoenta vezes superior ao dos infantes. Não tardou que os Berebéres apparecessem inundando com a sua multidão variegada os valles e os oiteiros. Desapparecia a terra debaixo dos pés d'essa confusa turba; o galope dos cavallos númidas levantava nos ares verdadeiros turbilhões de areia e de pó. Logo D. Henrique, sem perder o esforço, deu ordem para que os mareantes se recolhessem á fróta, os soldados ao arraial, emquanto elle, com os cavalleiros, ia operar um reconhecimento. Era ainda temeridade. O que havia a fazer para salvar o exercito era retirar immediatamente, desamparando o arraial com tudo o que encerrava. Era uma fuga desairosa? Ainda mais desairosa foi a capitulação, a que se viram obrigados.

As bombardas e os engenhos situados a alguma distancia do arraial, e guardados pelo marechal Vasco Fernandes Coutinho e por Alvaro Vaz de Almada, logo foram tomados pelos Mouros, que, desabando, como uma torrente, sobre o sitio onde estava a artilharia, tornaram impossivel toda a resistencia. O marechal teve de fugir com os seus logo no primeiro embate, desamparando a artilharia toda. Cobriu lhes a retirada com o heroico valor, que todas as suas faltas resgatava, o infante D. Henrique, á testa dos seus cavalleiros, com os quaes se recolheu ao arraial.

Realisava-se o que o infante D. Pedro previra: estavam os infantes de sitiadores transformados em sitiados!

Logo os Mouros, correndo em perseguição de D. Henrique, rodearam por todas as partes o arraial, interceptando-lhe as communicações com a esquadra, que era o que sempre se devia temer. Primeiro os Mouros julgaram poder entrar no acampamento de envolta com os Portuguezes; mas encontraram inesperada resistencia, tanto mais notavel quanto o exercito estava diminuido por uma acção pouco louvavel praticada por uns mil cavalleiros e peões, que, ao vêrem approximar-se tamanha multidão de Mouros. se recolheram aos navios. O heroismo tem os seus desalentos, e nem todos eram capazes da coragem de sacrificio desenvolvida pelos outros, que, ficando no arraial em torno dos infantes,

[1] Duarte Nunes de Leão diz setenta mil cavalleiros, e infanteria innumeravel. João Alvares, autor da *Chronica do infante santo*, e seu companheiro de prisão, diz 39:000 cavalleiros e 600:000 infantes.

Digitized by Google

davam provas d'uma intrepidez verdadeiramente sobre-humana. Mais notavel é ainda o procedimento de D. Pedro de Castro, e d'outros Portuguezes, que estavam de guarda á frota, os quaes, vendo a posição dos seus companheiros d'armas, passaram dos navios a terra, talvez nos mesmos bateis que tinham levado para bordo os mil fugitivos. Brilhante acção com que os Portuguezes resgataram uma fraqueza d'alguns dos seus compatriotas.

Repellidos n'este primeiro ataque, os Mouros espantaram-se, mas não desanimaram, porque tinham bem consciencia da sua enorme superioridade. Pelo contrario, no acampamento christão conhecia-se que era cada vez mais critica a posição em que se achavam. Effectivamente, para remate do seu infortunio, indo revistar as provisões, quando se viram completamente cercados e cortadas as suas communicações com a frota, notaram com terror que tinham apenas munições de bocca para dois dias. Na sua imprevidencia, nem tinham pensado em se abastecer convenientemente, já que se descuidavam de acampar á beira-mar, o que de tudo seria o mais rasoavel.

Era horrivel a situação, e quasi que não se podia sahir d'ella senão atravessando com mão armada o exercito inimigo, e procurando, com sacrificio de muitas vidas, a salvação na frota, salvação que tão facil lhes teria sido ainda alguns dias antes, se não fossem os maus conselhos do orgulho.

Mas, antes que podessem pensar n'isso com mais detença, vinha novo assalto dos Mouros obrigal-os a accudir sériamente á sua defeza.

Esse assalto dado n'uma quinta-feira, 10 de outubro, foi energicamente repellido. Os Portuguezes, que na vespera tinham murmurado contra os seus chefes, agora, vendo-se perdidos, batiam-se com a coragem do desespero. Debalde os Mouros amiudaram os assaltos, pelejando não só com a bravura propria da sua raça, mas com uma disciplina que era n'elles pouco habitual.

Reuniu-se logo o conselho, e o infante D. Henrique propoz que se tentasse na noite seguinte romper o bloqueio. Reunir-se-hia o pequeno exercito Portuguez n'uma compacta massa, e, rompendo para o lado da praia, alli se forticariam n'um espaço circumscripto, até poderem embarcar, protegidos pela armada; mas um capellão do infante D. Henrique, Martim Vieira, aterrado pela perspectiva dos perigos a que se expunha, ao receber a confidencia do infante, deliberou fugir para o inimigo, e alli comprou a liberdade a troco da abjuração e da denuncia que fez dos projectos dos seus irmãos de crenças. Ainda antes de darem pela evasão do indigno padre, perceberam os Portuguezes que tinham sido trahidos, vendo que os Mouros accumulavam grandes forças do lado da praia. Era a ultima esperança que se perdia.

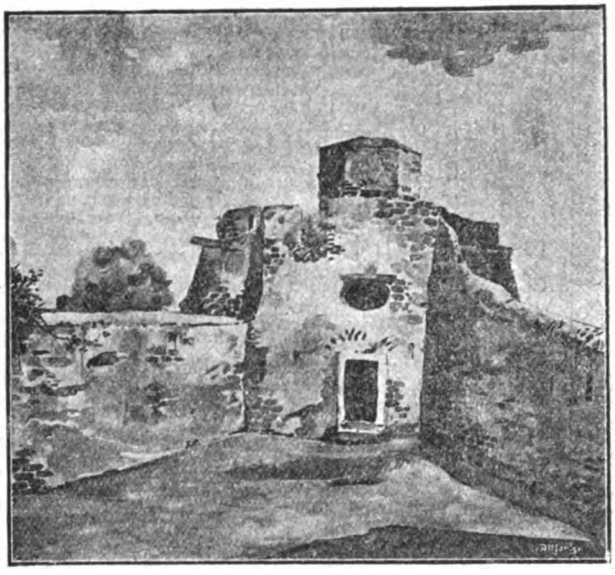
Passou a sexta-feira sem combate, mas a fome principiava a devastar o arraial christão. Desejavam todos que os Mouros dessem um novo assalto, porque preferiam morrer na peleja a morrer miseravelmente de fome e de sede, mas no sabbado, quando esperavam que viesse o assalto, ao verem o exercito musulmano pegar todo em armas e cercar o acampamento, viram com grande espanto seu avançar um grupo de parlamentarios que traziam propostas de paz.

Não podiam os Portuguezes, na triste situação em que se achavam, obtel-as melhores. Exigiam os Mouros que lhes fosse entregue o acampamento com todos os petrechos que encerrava, artilharia, armas, cavallos, bagagens e tendas, a entrega de Ceuta e

Digitized by Google

a de todos os Mouros captivos que em Portugal estivessem.

Quizeram, porém, os infantes tratar directamente com os emires de Fez e de Marrocos, e, tendo-se isso combinado, partiram para o acampamento sarraceno Ruy Gomes da Silva, alcaide de Campo-Maior, e Paio Rodrigues, escrivão de fazenda d'el-rei D. Duarte. Emquanto se demorava a negociação, as



RESTOS DE UM ANTIGO PALACIO NA POVOA DE SANTA IRIA

tropas musulmanas, cedendo aos instinctos do seu odio, e não podendo por mais tempo obedecer aos dictames da disciplina, correram sobre o acampamento. Se o assalto fosse dado com a cohesão com que tinham sido dados alguns dos assaltos antecedentes, seria impossivel a resistencia; mas não foi, e os Portuguezes, passada a primeira surpreza, defenderam-se de novo com um valor quasi sobrehumano. Pelejava entre elles o bispo de Ceuta, ou animava-os e consolava-os com exhortações christãs. Depois de seis horas de combate retiraram-se os Mouros, mas, na sua raiva impotente, quizeram lançar fogo ao acampamento. Apagaram-n'o rapidamente os prostrados defensores, e os chefes dos assaltantes poderam emfim impôr-lhes a sua vontade, e moderar-lhes os desordenados impetos.

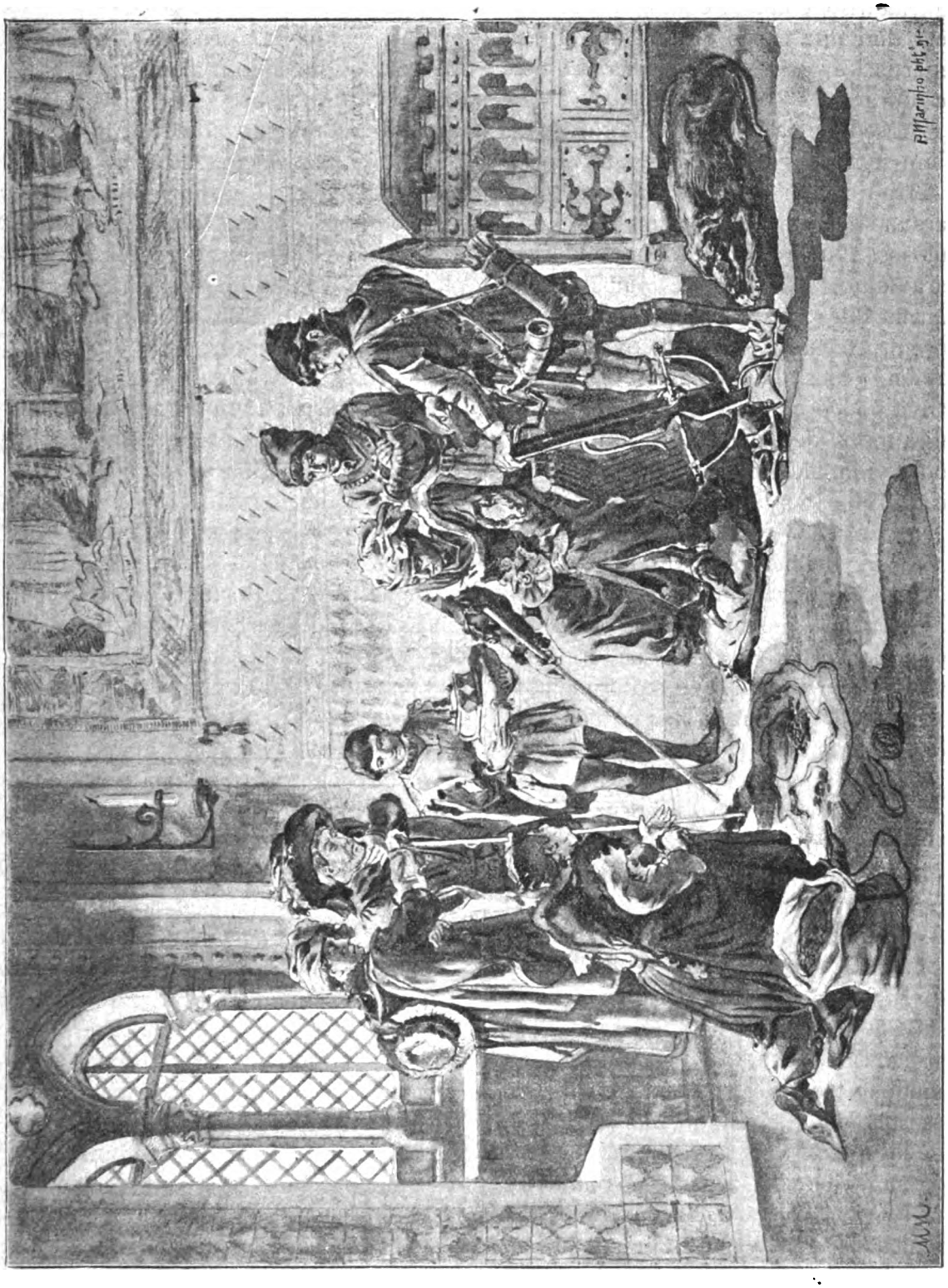
Effectivamente não convinha aos chefes a destruição do exercito dos infantes. Não seria de certo a troco dos cadaveres dos dois filhos de D. João I, que obteriam de D. Duarte a restituição de Ceuta, e era isso o que tinham mais a peito os chefes musulmanos, e principalmente o al-kaid de Tanger. Sabiam-n'o os generaes Portuguezes, mas sabiam tambem que ninguem poderia conter o impeto d'essas desordenadas tribus hereberes se de novo quizessem tentar o assalto. Passaram por conseguinte os Portuguezes a noite de sabbado para domingo a aperfeiçoar as fortificações do acampamento, a encurtar e circumscrever mais o recinto entricheirado, porque já não havia braços bastantes para a defeza de todo o arraial. Foi essa uma triste noite, noite de desalento e de desespero, em que, para conseguir dos soldados que se entregassem a esse trabalho, que muitos consideravam inutil depois de tão fadigoso dia, foi necessario que o proprio infante D. Henrique pegasse n'uma enxada e cavasse nos fossos como os infimos peões.

Raiou a aurora do domingo 13 de outubro. A situação dos christãos era horrorosa. Tinham-se acabado os mantimentos; faltava a agua, porque os Mouros não se tinham esquecido, no ultimo assalto que tinham dado, de corromper a agua dos poços e das fontes que havia junto das estacadas, atirando para dentro animaes mortos.

A fome e a sede appareciam emfim, com todo o cortejo das suas terriveis e incomportaveis angustias.

«Os miseros, diz o sr. Vilhena Barbosa, estavam reduzidos a comer a carne dos cavallos que iam matando para se alimentarem. Porém, nem tinham

Digitized by Google



ALVARO GONÇALVES CAMILLO, PRIOR DO HOSPITAL, TRAÇANDO, NA PRESENÇA DE D. JOÃO I E DE SEUS FILHOS, A PLANTA DE CEUTA

Digitized by Google

lenha para assar. Com as sellas e albardas que queimavam, mal aqueciam aquella triste comida, e mais triste ainda pela diminuta ração que a cada um se repartia, e pelo pouco que promettia durar.

«A sede, essa então era abrasadora. Viam-se muitos soldados deitados sobre a terra onde havia alguma humidade, para a sugarem com os seus labios sequiosos. Outros nem já tinham forças para tanto, prostrados e vencidos por aquella dura necessidade. Accudiu-lhes, porém, Deus em tão afflictivo transe, enviando-lhes algumas gotas d'agua em chuva pouco copiosa, que, pouca como foi, a todos deu alento, e a muitos salvou a vida, ficando ainda alguma provisão d'ella[1]».

Na posição deploravel em que se achavam, deliberou o conselho que de noite se fosse trabalhando em estender o entrincheiramento para o lado da praia, de fórma que podessem approximar-se tanto do mar, que lhes fosse possivel, com auxilio da armada, fugir para bordo dos navios. Deitaram-se todos ao trabalho com a melhor vontade, mas, por mais esforços que fizessem, rompeu o dia quando estavam ainda atrazadissimos os trabalhos, que foi mister abandonar, para que os Mouros não suspeitassem o projecto Portuguez.

Tal era a triste situação dos Christãos! De imprudencias em imprudencias estavam reduzidos a não poderem salvar as suas vidas senão por uma capitulação humilhante ou por uma fuga temeraria e desesperada. E comtudo, no regimento que lhes dera para se guiarem, bem recommmendara D. Duarte aos infantes que tivessem o arraial em constante communicação com o mar. Tinham desdenhado obedecer a essa ordem tão rasoavel; estavam soffrendo agora amargamente as tristes consequencias do seu estouvamento.

Mas, emquanto procuravam subtilmente ir estendendo o arraial para o lado do Oceano, iam tambem os Portuguezes continuando com os Mouros as encetadas negociações. Depois de dois dias de debates vieram finalmente, no dia 16 d'outubro, quarta-feira, ao seguinte accordo: Os Portuguezes retirariam simplesmente com o que tinham vestido, desamparando o acampamento com todos os seus pertences, depondo as armas, deixando os cavallos, abandonando a artilharia. Compromettia-se o infante D. Henrique a fazer com que seu irmão el-rei D. Duarte entregasse aos Mouros Ceuta, e todos os prisioneiros que tivesse ou n'essa cidade ou em Portugal; compromettia-se tambem a fazer com que o rei de Portugal firmasse com os Estados de Barbaria uma tregua de cem annos; devia ficar em refens do cumprimento d'essa promessa o infante D. Fernando. Em troca obrigavam-se os Mouros a deixarem embarcar a são e salvo os Portuguezes, entregando em refens o filho de Salat-ben-Salat, e, como fiadores da vida d'este moço, ficavam provisoriamente em poder de Salat-ben-Salat, Pedro d'Athayde, João Gomes d'Avellar, Ayres da Cunha e Gomes da Cunha.

Quando o infante D. Henrique viu os termos em que era redigida a capitulação, não pôde conter a sua ira. Revoltava-o mais que tudo a clausula de ficar seu irmão em refens. Logo teve, porém, de baixar a cabeça diante da inflexivel necessidade. Quiz então que o seu nome fosse substituido ao nome do infante D. Fernando; dizia-lhe a consciencia que era elle o unico, o verdadeiro culpado. Ás suas imprudencias, ás suas loucas temeridades tinham sido principalmente devidos os infortunios da expedição. D.

[1] I de Vilhena Barbosa, *Lendas nacionaes*, 3.ª *Expedição a Tanger — Archivo Pitoresco*, vol. VIII, pag. 80 a 84

Digitized by Google

Fernando representára um papel puramente passivo; portando-se sempre com inexcedivel bravura, D. Fernando parecia que andava como que alheado dos negocios da guerra. Durante essa curta e desgraçada campanha, vimol-o sempre obedecer simplesmente ás ordens de seu irmão, sem observações, sem grande enthusiasmo, como quem cumpre um dever de honra, mas quasi indifferente ao resultado dos seus esforços. O sacrificio devia ser o seu triumpho, como a doce resignação christã era a sua grande qualidade.

Queria pois obstinadamente o infante D. Henrique resgatar as suas culpas expondo-se, em vez de D. Fernando, ao castigo; mas não só D. Fernando se negou a essa troca, como tambem o conselho entendeu que não competia a D. Henrique, chefe da expedição, ficar em refens dos Mouros, e que devia voltar a Portugal conduzindo as tristes reliquias d'essa malfadada hoste. O papel que lhe reservavam não devia ser menos penoso para o amor proprio de D. Henrique, tão profundamente humilhado pelo tristissimo exito da empreza.

N'esse mesmo dia partiu o infante D. Fernando para os Mouros, depois de se ter despedido de seu irmão, que não podia conter as lagrimas ao abraçal-o, mal sabia elle que pela ultima vez[1]! No dia 17 deviam os Portuguezes embarcar, mas não foi pequeno o seu espanto, quando viram que os Mouros, em vez de cumprirem as condições da capitulação, continuavam a apertar o cêrco dos entrincheiramentos, a impedir os sitiados de communicarem com a esquadra, e de virem buscar fóra mantimentos e agua. Queixou-se D. Henrique a Salat-ben-Salat; mas realmente os chefes não tinham culpa d'aquella infracção dos tractados! As hordas selvagens, as tribus indisciplinadas e desobedientes, que se aggregavam ao exercito Mouro e constituiam a sua força principal, não queriam saber do que os seus chefes combinavam, e estes é que não podiam impôr-lhes as suas vontades. Foi o que Salat-ben-Salat respondeu ao infante D. Henrique, offerecendo-lhe que fizesse o embarque das suas tropas pela coiraça de Tanger, onde ao menos commandava elle.

Brazão de armas da villa de Olivença

Percebia-se que era sincero o Mouro, porque a vida de seu filho, já a bordo dos navios Portuguezes, respondia pela vida dos christãos. Mas o seu poder é que ainda era menor do que elle imaginava. D. Henrique, desconfiado d'isso mesmo, enviou pelo sitio que Salat-ben-Salat indicava alguns doentes do seu exercito. Passaram os primeiros sem transtorno, mas não tardou que se realisasse o que o infante receiára: os Berebéres exaltados pela sua propria furia invadiram a coiraça da cidade e começaram a matar nos Portuguezes. Então D. Henrique viu que, por ser involuntario da parte dos chefes, não era menor o logro do tractado, e resolveu pedir á força das armas o que se negava á fé jurada. O resto d'essa quinta-feira e a sexta passou-a elle approximando os entrincheiramentos do mar. Como no campo Mouro reinava a desordem e não havia direcção, pois que os chefes procuravam chamar ao respeito das capitulações as tribus revoltosas, e as tropas disciplinadas procuravam tambem reprimir os tumultuarios, poude D. Henrique, sem grande opposição, fazer o que dias antes lhe custaria pelo menos metade do exercito. Logo acudiram á praia os bateis da esquadra, e o embar-

[1] Esta scena aproveitou-a muito habilmente o sr. Mendes Leal no seu romance *O Infante Santo*, publicado n'um dos volumes do antigo *Panorama*.

Digitized by Google

que principiou inquietado pelos Mouros. Graças a este perjurio livraram-se os Portuguezes da humilhação de deporem as armas, servindo-se pelo contrario d'ellas para abrirem até aos seus bateis um caminho sanguinolento. O embarque fez-se com precipitação, que trouxe novos desastres. Anciosos por se livrarem dos tormentos e dos perigos a que tinham estado sujeitos, soldados imprudentes lançavam-se ao mar, e alguns havia que prometteram dadivas aos marujos para terem o privilegio de embarcar primeiro. Digâmol-o com vergonha: esse contracto era infamemente acceite por muitos tripulantes, que repelliam cruelmente os que nada tinham com que pagassem esse monstruoso privilegio.

Este facto, contado depois a D. Duarte, causou-lhe horror e indignação, e diz Ruy de Pina que, se elle tivesse podido conhecer os que assim haviam procedido, não lhes teria poupado os mais severos castigos.

Em compensação narram-se actos d'um acrisolado valor. Alvaro Vaz d'Almada, o amigo do infante D. Pedro, que era capitão da frota, sustentou, juntamente com o marechal Vasco Fernandes Coutinho, todo o peso da retirada, e foram os dois heroes recuando vagarosamente até á praia, onde estava um batel para os receber. Então, em presença do inimigo, com tanta tranquillidade como se estivessem conversando n'algum sarau pomposo, discutiram entre si sobre primores de cortezia, disputando um com o outro qual havia d'entrar em ultimo logar, embarcando afinal no meio do espanto dos Mouros, que não podiam comprehender aquelle sangue-frio e aquella como que elegancia da bravura. Mais de quarenta homens comtudo morreram n'este embarque, uns a golpes dos Mouros, outros porque imprudentemente se lançavam ao mar, para chegarem mais depressa á esquadra, e assim pereciam afogados,

No domingo, 20 d'outubro, estavam já embarcados todos os Portuguezes, fóra os infelizes que acompanhavam no seu captiveiro o infante D. Fernando. A capitulação, com que terminára essa tragedia sanguinolenta, de pouco servira, porque á força dos seus braços é que os Portuguezes tinham devido a salvação; por isso o infante D. Henrique, exasperado por essa indigna violação dos tractados, levou comsigo o filho de Salat-ben-Salat, que estava a bordo em refens do cumprimento da concordia. Desferindo emfim as velas, affastou-se a armada das praias, onde ficava o infante D. Fernando, para illustrar com a resignação o nome Portuguez, que a fortuna das armas não consentira que illustrasse com a victoria. São faceis d'adivinhar os sentimentos do infante D. Henrique; a dôr, a humilhação, o remorso laceravam cruelmente aquella grande alma. A pretexto de accelerar o resgate de seu irmão, mas na realidade talvez para não entrar vencido na enseada de Lisboa, d'onde sahira tão orgulhoso e ufano, confiou o infante D. Henrique a esquadra ao conde d'Arrayolos e a D. Fernando de Castro, e elle recolheu-se a Ceuta, onde estava já como capitão D. Fernando de Noronha, genro de D. Pedro de Menezes. O illustre conde de Vianna, e primeiro governador de Ceuta, morrêra durante o cerco de Tanger.

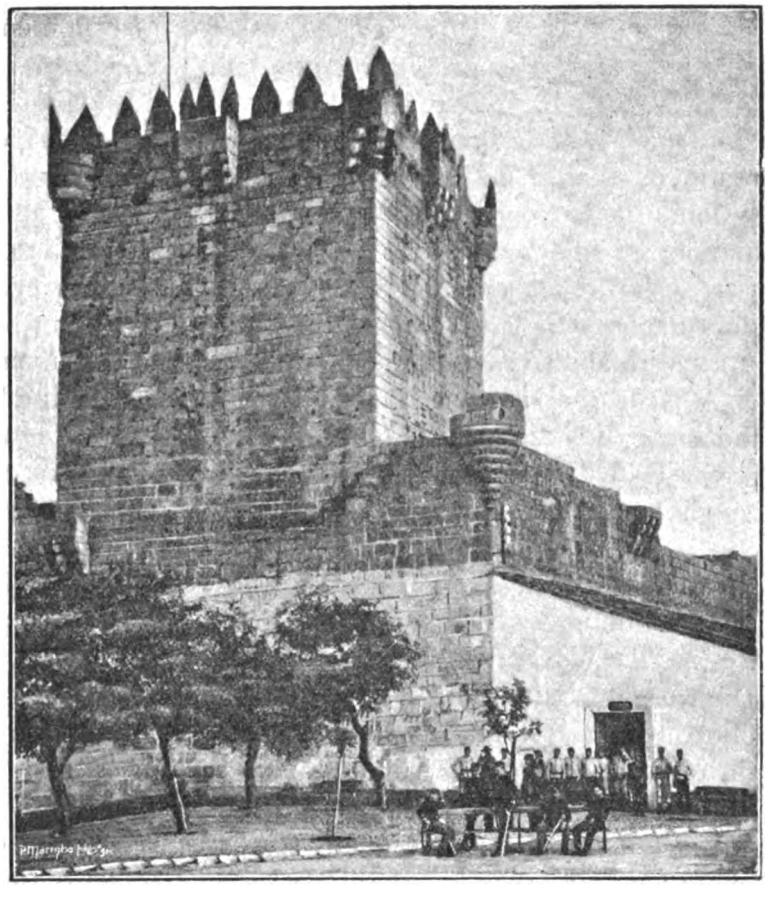
Findara no dia 20 de outubro o desgraçado assedio, que principiára no dia 13 de setembro. Durára trinta e sete dias: nos primeiros vinte e cinco foram os infantes os cercadores, durante os ultimos doze foram pelo contrario elles os sitiados. Sobre seis mil combatentes, tinham ficado quinhentos mortos no campo de batalha, um grande numero de feridos, alguns dos quaes morreram em consequencia dos ferimentos, e o infante D. Fernando com outros fidalgos pri-

Digitized by Google

sioneiros. Tal era a deploravel estatistica d'esta fatal expedição.

Findava assim o primeiro acto do drama doloroso que teve por protogonista o infante D. Fernando. A expedição tinha o desastroso resultado, que todos deveriam esperar em vista das imprudencias commettidas e da leviandade com que fôra organisada. O infante D. Henrique, tão habil, tão intelligente, não avaliara bem a differença que havia entre Tanger e Ceuta, e sobretudo entre a poderosa expedição de D. João I e a expedição insignificante dos irmãos de D. Duarte, N'este primeiro acto da tragedia desempenha o infante D. Fernando um papel relativamente insignificante. Emquanto na alma de D. Henrique se agitam confusamente o sentimento religioso, a paixão da gloria e a ambição da conquista, na alma de D. Fernando brilha com um resplendor immaculado a piedade christã. Combate valorosamente porque está convencido de que é esse o seu dever de cavalleiro christão, mas nem o mais leve sentimento de ambição e de egoismo vem turvar aquella alma nobilissima, por isso tambem a imagem de D. Fernando apparece na historia com um relevo surprehendente, e inspira a todos os povos e a todos os poetas a mais profunda sympathia.

«Morreu, diz eloquentemente Schoeffer, pela sua patria, e se a vida de um só individuo não merece um logar nos annaes da sua nação, senão emquanto exerce acção sobre ella, a historia de Portugal deve calar-se agora ácerca de tudo o que diga respeito a D. Fernando. Mas esse nobre martyr christão pertence á humanidade, que pára de bom grado a consideral-o por alguns instantes. Acima dos povos, acima dos Estados vivem e pairam recordações e altos pensamentos que, sem pertencerem exclusivamente a paiz e a tempo algum, são sagrados para todas as nações da terra. O povo, de cujo seio sahiram, não consentirá em despresal-os nos seus faustos e o estrangeiro, sem pensar nas distincções de raças, póde comprazer-se em contemplar a grandeza e a pureza dos sentimentos, venham elles d'onde vierem[1]».



O CASTELLO DE CHAVES

[1] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr, pag. 440.

Digitized by Google

CAPITULO XIII

Captiveiro do Infante Santo

SALTEIADO por sinistros presentimentos, ficára D. Duarte em Portugal, e esses presentimentos iam tomando vulto á medida que iam correndo os dias. Não satisfeito já com o systema de correios, que estabelecera, mandou o infante D. João ao Algarve, para estar a alcance de receber mais depressa noticias, e tambem de accudir a seus irmãos se se vissem em afflicção.

A peste grassava em Lisboa, e fazia todos os dias victimas. Fugindo-lhe de novo, D. Duarte enviou sua mulher para Cintra, e foi elle para uma quinta chamada de Monte Olivete, nos arredores da Lisboa de então, quer dizer da Lisboa que findava por esse lado em S. Roque. De Monte Olivete passára D. Duarte para Santarem, e foi ahi que lhe chegou primeiro aos ouvidos a noticia de que os infantes estavam em Tanger n'uma triste situação. Era uma d'estas vagas atoardas que precedem sempre as novas dos grandes desastres, mas não tardou a sêr confirmada por noticias seguras, que davam os infantes cercados pelos Mouros.

Foi grande o golpe que D. Duarte recebeu ouvindo esta noticia, e, no estado em que já se achava de tribulação e desgosto pelos estragos que a peste fazia no reino, desde que elle subira ao throno, podia-lhe ser fatal este novo e terrivel dissaber, se o infante D. Pedro, com a sua grande alma, incapaz de mesquinhos sentimentos, em vez de se ufanar de lhe terem sahido tão certas as infaustas previsões, não o confortasse e amparasse, rodeando-o de carinhos e cuidados, e reanimando-lhe o espirito abatido. O golpe comtudo era pungente para o homem e para o rei. As armas portuguezas, illustradas por cincoenta annos de victorias, acabavam de soffrer o mais terrivel dos desastres; milhares de familias no reino pediam debalde ao momarcha os seus filhos sepultados nas areias africanas; o thesouro, esgotado pelos preparativos da empreza, ficava ainda em peiores circumstancias, por se terem sovertido n'esse abysmo de Tanger, arraial, munições e petrechos de guerra, e, além de tudo isso, em vez de se alargarem as fronteiras portuguezas, perdia-se pelo contrario Ceuta, o mais brilhante florão da corôa, legada a seu filho pelo heroico mestre de Aviz. Soffria o rei por estes desastres que punham em sério perigo a prosperidade de Portugal, que fôra sempre augmentando até á morte de D, João I, e que elle D. Duarte tivera o triste privilegio de suspender, imprimindo, segundo parecia, ao florescente paiz um movimento retrogrado.

Soffria o homem no seu amor proprio, vendo justificadas as apprehensões dos seus subditos, apprehensões a que elle não se eximira, mas que procurara superar por culpavel condescendencia com os desejos de seus irmãos, e principalmente de sua mulher; soffria já com a idéa de que todos o accusariam de imprudente e de leviano, por não ter dado ouvidos aos seus conselheiros, e principalmente ás vozes do povo, que protestára altamente contra similhante expedição; soffria cruelmente no seu affecto fraternal, pois que se via na cruel alternativa

Digitized by Google

de deixar seu irmão D. Fernando entregue aos Mouros, ou de lhes abandonar Ceuta! Teria de riscar do glorioso dictado dos reis de Portugal a phrase que atestava ao mundo a gloria de D. João I! Elle que recebêra de seu pae o titulo de «rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta» havia de transmittir a seu filho o simples titulo de rei de Portugal e do Algarve, que D. Fernando a D. João I deixára! Era uma humilhação a que o seu nobre espirito com difficuldade se curvava.

E entretanto começavam a chegar ao reino as miseras reliquias da vencida hoste, e a apparição d'esses infelizes, extenuados pelos padecimentos, vestidos de farrapos, cobertos de cicatrizes, excitava o horror e a commiseração dos Portuguezes, que bradavam contra as imprudencias do rei, e lembravam, com a credulidade supersticiosa d'essas eras, que bem mal agoirada fôra a expedição, e que proseguil-a, apesar de tantos presagios funestos, fôra verdadeiramente tentar a Deus. O successo tudo justifica! Eguaes ou peiores prophecias haviam assignalado o começo da expedição de Ceuta: ninguem se lembrou d'ellas quando a frota de D. João I entrou ufana e vencedora na enseada de Lisboa.

Os expedicionarios de Tanger não resistiram ao desejo d'assoalharem os seus padecimentos, de se proclamarem martyres, e de pedirem em altos brados a recompensa do seu sangue derramado. A cada instante se via D. Duarte rodeado por esses heroicos, mas importunos pretendentes, que, vestindo os seus farrapos, desgrenhando a barba e os cabellos, vinham contar-lhe as suas desgraças, e fazer-lhe os seus requerimentos. Pungido por estas importunações que não podia repellir, vendo assim a cada instante avivada a ferida que lhe vertia sangue, D. Duarte cahira n'um estado de prostração e de desanimo, de que o não podiam fazer sahir. D'onde lhe veiu primeiro conforto e allivio foi ainda do infante D. Pedro, ou, o que vinha a ser o mesmo, do seu *alter ego* Alvaro Vaz d'Almada. Em vez de imitar os seus companheiros d'armas, o valente capitão mór vestiu-se com apuro e appareceu a D. Duarte com alegre semblante, dizendo-lhe que, em vez de se affligir, se ufanasse, porque seus irmãos, com o seu heroico procedimento, haviam derramado novo lustre no brazão da casa real portugueza; que as armas de Portugal, em vez de se marearem com o desastre de Tanger, tinham pelo contrario adquirido maior brilho, pois que uma derrota n'essas condições, e com as circumstancias heroicas que a tinham acompanhado, era mil vezes mais gloriosa do que a mais esplendida victoria.

Não era só a Lisboa que haviam chegado os navios da esquadra; a muitos outros portos de Portugal, e até da Andaluzia, tinham arribado vasos Portuguezes desejosos de se verem em terras christãs. Na Andaluzia foram os nossos tratados com muito carinho, e acolhidos como heroes e martyres da fé. Por isso ficou D. Duarte muito agradecido aos Andaluzes, e lhes deu provas de quanto apreciava esses generosos serviços.

Entretanto D. Henrique em Ceuta não respirava senão vingança; primeiro quiz reter o filho de Salat-ben-Salat para o trocar pelo infante D. Fernando, e allegava para fazer isso que os Mouros não tinham cumprido as condições da capitulação, e que o filho do alkaid de Tanger devia pagar por essa falta de palavra. Logo se convenceu comtudo de que seria baldada e pouco leal essa represalia, em primeiro logar porque Salat-ben-Salat empregára todos os esforços para manter a sua palavra, em segundo logar porque a rendição de Ceuta era o que os Mouros desejavam; o rei de Fez tinha

Digitized by Google

isso muito a peito, e pouco lhe importaria que o filho de um dos seus grandes, por mais poderoso que elle fosse, padecesse, comtanto que a chave do estreito de Gibraltar lhe fosse restituida. Vendo que não conseguiria assim senão irritar o alkaid de Tanger contra o infante D. Fernando, D. Henrique soltou o joven Mouro e tentou outros modos de libertar seu infeliz irmão.

Escreveu logo ao rei D. Duarte, pedindo-lhe que empenhasse todas as forças da monarchia em vingar o desastre soffrido pelas armas christãs, e sobretudo em salvar o principe captivo, sem entregar Ceuta. Não contente com isso, escreveu ao rei de Castella e a todos os grandes d'esse reino, pintando-lhes o quanto estavam os povos da Peninsula interessados em que se conservasse no poder dos Christãos uma cidade tão importante como Ceuta, e mostrando-lhes como acção digna de cavalleiro, de um principe, e de um catholico, a empreza do livramento do infante D. Fernando. D. Duarte bem desejoso estava de o fazer, mas luctava com innumeras difficuldades. Por conseguinte a primeira coisa que fez foi ordenar ao infante que viesse para Portugal, e ao governador de Ceuta que não fizesse por caso algum guerra aos Mouros, com receio de os irritar contra o infante D. Fernando; ao mesmo tempo avisou as cidades do reino para que elegessem os seus procuradores, afim de se reunirem côrtes em Leiria em janeiro do proximo anno de 1438.

A figura do infante D. Fernando é por tal fórma sympathica e elevada que não precisa a historia de a divinisar para que ella inspire respeito e veneração á posteridade. Em geral os historiadores querem attribuir a D. Fernando uma rigidez inquebrantavel, uma abnegação completa desde o principio até ao fim do seu longo captiveiro. Crêmos que, fazendo-a menos humana, tornam pelo contrario esta dôce figura menos comprehensivel e menos digna de admiração. Parece-nos que as horas angustiosas de Gethesemani dão um realce immenso ao sacrificio de Jesus. Essas horas de hesitação, em que o martyr sublime pedia a Deus que affastasse d'elle o calix da amargura, amaciam com uns toques de humanidade a figura magestosa do Redemptor, e tornam pathetico o drama, que não nos commoveria tanto se vissemos apenas em Jesus a impassibilidade do homem-Deus que é superior aos flagicios. Pois no infante D. Fernando uns leves signaes de fraqueza humana ainda nos fazem ter em mais elevada conta o valor do seu sacrificio. Era homem, e não se resignou de subito ás torturas do captiveiro. No primeiro recado que enviou a seu real irmão, instava com elle para que entregasse brevemente Ceuta afim de o libertar. Lancinado pelas primeiras torturas, o instincto da conservação fazia-o soltar um brado de afflicta anciedade. Era o agonisar das fraquezas humanas n'aquelle grande espirito. Depois que as suas primeiras reclamações não acordaram eccos, nunca mais os seus labios proferiram um queixume.

Mas nas côrtes de 1438, reunidas em Leiria, D. Duarte apresentou uns apontamentos escriptos pelo infante D. Fernando, em que pedia que o libertassem, e em que enumerava differentes razões para provar que Ceuta era nas mãos dos Christãos uma inutilidade e uma inutilidade perigosa.

D. Fernando passara de Tanger a Arzilla, e começava a soffrer tormentos e humilhações.

O infante D. João fôra com uma esquadra a Arzilla vêr se tratava d'outro resgate de seu irmão, que não fosse a entrega de Ceuta. Notando que os Portuguezes estavam pouco dispostos a cumprir o tratado, Salat-ben-Salat deu

Digitized by Google

principio aos insultos e padecimentos que D. Fernando teve de supportar. Era essa primeira dôr que arrancava a D. Fernando um grito de desespero e de supplica. Foi o unico.

Abriram-se as côrtes em Leiria, e el-rei expoz o motivo para que as convocara, que não era senão o tratar-se da redempção do infante. Pedia D. Duarte que désse cada membro das côrtes o seu voto por escripto. Assim se fez, e, apurados todos elles, chegou-se á conclusão de que havia nas côrtes quatro opiniões principaes, e essas opiniões eram as seguintes:

A primeira, sustentada principalmente pelos infantes D. João e D. Pedro, e apoiada por um grande numero de procuradores das cidades, resumia-se no cumprimento puro e simples do tratado, entregando-se Ceuta para se redimir o infante.

Devia-se isso, pensavam elles, á generosidade de D. Fernando, que voluntariamente se entregára ao captiveiro, e á lealdade portugueza, pois que não deviam Portuguezes ser accusados de terem assignado um tratado com intenção de o violarem.

A segunda opinião, sustentada pelo arcebispo de Braga, D. Fernando, e por quasi todo o braço do clero, era de que não se podia entregar Ceuta sem auctorisação do papa, visto haver alli mesquitas que se tinham convertido em egrejas, e que passariam, pela cedencia, de novo a ser profanadas.

A terceira era a dos meios dilatorios. Aconselhavam os seus defensores ao rei que fosse espaçando o negocio, e entretanto appellando para os reis da christandade, e convidando-os a tentarem uma empreza africana, em que algumas conquistas se fizessem que podessem depois servir para a troca; no caso de nada se conseguir assim, opinavam que se entregasse Ceuta.

ARCEBISPO D LOURENÇO DA CUNHA

A quarta, sustentada com muita violencia pelo conde de Arrayolos, era que Ceuta de modo nenhum se devia entregar. O conde combateu directamente os apontamentos enviados pelo infante D. Fernando, e, exprimindo rudemente um sentimento que todos conservavam occulto, magoou o coração do rei, mas penetrou no seu espirito, que pendia involuntariamente para essa resolução cruel, talvez um pouco desleal, mas util ao paiz. Ora D. Duarte pensava que

Digitized by Google

era rei, que tinha de redimir o erro da expedição de Tanger, e não de o aggravar com sacrificios que o reino faria, em vez de ser o soberano quem os fizesse.

Mas logo os seus sentimentos fraternaes despertavam de novo, e D. Duarte sentia-se pungido por atrozes incertezas, Fiel ao seu caracter irresoluto, D. Duarte, depois de longa peleja comsigo mesmo, optou pelos meios dilatorios, que mais sorriam ao seu animo, infelizmente tão fraco!

Logo tratou de pôr esse projecto em execução, e escreveu ao papa e a todos os reis christãos, pedindo-lhes que o ajudassem a libertar o infante; todos, porém, lhe responderam affirmando que rogavam a Deus pela salvação do generoso principe, lamentando seu desgraçado destino, mas declarando não poderem n'essa occasião ajudal-o em coisa alguma. Desanimado, voltou o rei D. Duarte as suas vistas para o infante D. Henrique, procurando na energia d'elle amparo para a sua propria irresolução. Mandou-lhe pedir que viesse á côrte, porque elle já sahira de Ceuta, e estava no Algarve; mas o infante D. Henrique rogou-lhe que o dispensasse d'isso, dizendo que não desejava entrar em Lisboa senão acompanhado pelo infante D. Fernando, já que de Lisboa tambem o levára para o conduzir á desventura. Combinou então D. Duarte ir ter com elle a Portel, onde falaram, sem que d'ahi resultasse coisa alguma, porque o infante D. Henrique persistia na idéa d'uma empreza guerreira, e D. Duarte via-lhe as difficuldades insuperaveis. Dizia o infante que bastava um exercito de vinte e quatro mil homens para derrotar todas as forças dos emires da Barbaria; mas D. Duarte bem sabia que se, havendo apenas o glorioso e afortunado precedente de Ceuta, querendo alistar quatorze mil homens só conseguira reunir seis mil, muito menos poderia agora marchar com vinte e quatro mil homens para as praias africanas, quando o desastre de Tanger estava ainda actuando com todo o seu terror nas imaginações dos Portuguezes.

E entretanto o captiveiro do infante Santo prolongava-se e tornava-se cada vez mais rigoroso. Até ahi tivera de soffrer apenas os insultos do populacho, insultos que os chefes mal podiam reprimir; mas, á medida que se ia tornando mais evidente a repugnancia dos Portuguezes pela entrega de Ceuta, os maus tratos passavam tambem a partir das auctoridades musulmanas.

Sigâmos o martyr na sua via dolorosa.

A 20 de outubro partira, como vimos, para Portugal a esquadra sitiadora de Tanger, e logo a 22 do mesmo mez Salat-ben-Salat transportou o infante e os seus companheiros de captiveiro para Arzilla. Começaram os insultos.

Perto de duas horas esperaram os prisioneiros á porta de Tanger, expostos ás vaias do populacho, até que chegou Salat-ben-Salat e deu a ordem de marcha. Penosa marcha foi essa, em que, requeimados pelos ardores do sol africano, posto que temperado pela brandura da estação, montados em deploraveis sendeiros, soffrendo as torturas da sêde, que ninguem pensava em lhes mitigar, começaram os Portuguezes a comprehender que martyrios lhes estavam destinados. Ao longo da estrada os Mouros, alegres com o triumpho, e ao mesmo tempo muitos d'elles lacerados pela perda de um grande numero de parentes ou amigos, que o ferro portuguez ceifára abundantemente, faziam recahir sobre o principe, tanto as consequencias do seu jubilo insolente como as da sua vingativa dôr. Chegaram finalmente ao pôr do sol a Arzilla. Ahi terminaram os maus tratamentos, mas uma vigilancia activissima rodeou os captivos.

Digitized by Google

Sete mezes esteve o infante D. Fernando em Arzilla, e durante esses sete mezes constantemente o perseguiu a enfermidade, causa a que devemos tambem attribuir as supplicas dolorosas que dirigiu a seu régio irmão. Durante esses sete mezes D. Fernando mostrou-se de uma bondade inexgotavel. Era elle a Providencia dos captivos christãos. Ou os mandava secretamente resgatar por negociantes estrangeiros, ou os vestia e provia de tudo quanto lhes era necessario. Mas no fim d'esse tempo, vendo Salat-ben-Salat que não se tractava da entrega de Ceuta, avisou o infante que escrevesse a seu irmão a pedir-lhe o cumprimento do tractado, ou então que se preparasse a ser entregue ao regente de Fez, que os nossos chronistas chamam Lazuraque. A ameaça realisou-se no dia 25 de maio, D. Fernando partiu de Arzilla para Fez.

Foi commovente a despedida de D. Fernando e dos prisioneiros que ficaram em Arzilla. Não era necessario que o infante os tivesse enchido de beneficios para que elles lhe consagrassem um profundissimo affecto. Inspirava tanta sympathia aquella doce e melancholica figura, causava tanta veneração a firmeza d'aquelle martyr, a resignação d'aquelle santo, que não havia quem resistisse á magica influencia de tão nobre espirito, de coração tão angelico.

Montado n'um sendeiro miseravelmente arreiado, o que assim se ordenára para o tornar mais facil alvo dos motejos da plebe, partiu D. Fernando para Fez, aonde chegou no dia 31 de maio. Durante o caminho perseguiram-n'o constantemente as vaias das populações, avisadas da sua passagem e ardentes em se vingarem com insultos e maus tractos do terror que o nome Portuguez ainda lhes inspirava, mesmo depois do desastre de Tanger. Vencedor, quasi vencido, como dizia de Achilles Gabriel Pereira de Castro na sua *Ulysséa*, o povo musulmano não podia perdoar a D. Fernando e a seus companheiros de armas o carissimo preço por que lhe tinham feito comprar a victoria. Cantavam satyras vibradas contra os Portuguezes, lapidavam os prisioneiros, escarravam-lhes na cara, arrojavam-lhes lama, deitavam-lhes como a cães o comer, e quebravam depois os pratos em que elles tinham tomado as suas refeições, como se o contacto dos infieis nazarenos tornasse a louça incapaz de servir aos fieis sectarios do Al-Koran. O infante supportava tudo com a intrepida e resignada paciencia, que nunca mais o desamparou.

Brazão de armas da villa de Campo Maior

Em Fez esperava-o captiveiro ainda mais rigoroso do que o antecedente. Lazuraque déra ordens crueis: mandou encerrar D. Fernando n'um dos andares superiores da masmorra, onde não penetrava nem um raio de luz, porque Lazuraque tomára a atroz resolução de privar D. Fernando de todo o contacto com o mundo exterior. Ao carcereiro foi expressamente prohibido que deixasse falar os prisioneiros com pessoa alguma.

Quem era este Lazuraque, de quem as nossas chronicas falam com horror, e com o qual Salat-ben-Salat ameaçava os seus prisioneiros, até que finalmente lh'os entregou, fazendo-lhes suppor, pela emphase com que lhes falava n'elle, que os ia entregar a um verdadeiro monstro, a um minotauro que os devoraria a todos? Será Schoeffer quem nol-o ha de dizer.

«Viam-se (os prisioneiros) agora cheios de terror em poder do monstro cujo nome os assombrava de longe, nas mãos sanguinolentas do feroz Lazuraque,

Digitized by Google

do homem que governava o Estado com um poder sem limites, debaixo do nome do joven Abdallah, que se chamava então rei de Fez [1]. Filho de um Mouro e de uma Christã, educado entre hordas de bandidos arabes, apesar de ser o mais novo de seus irmãos, a todos submettera á força de dextresa e de maldade. Pelas suas intrigas roubou o throno aos dois filhos mais velhos do rei de Fez Abu-Said, e sentou em logar d'elle no solio o terceiro filho Abdallah, sem lhe conceder mais do que o livre goso do harem; deu-lhe sua irmã, a garrida Halu, para esposa, e casou elle mesmo com a irmã do rei, que já a muitos outros pertencera. Mandou encarcerar ou decapitar Mouros influentes, despojou os ricos e entregou os empregos e as dignidades ás suas creaturas, que eram a mais infame ralé. Cheio de desconfiança, mesmo para com os homens mais leaes, espiando as fraquezas dos outros, lograva toda a grnte, dissimulando a sua verdadeira opinião para affectar uma muito differente. A sua indole era uma mistura de maldade e de manha, de hypocrisia e de crueldade. Aos olhos do povo passava por um santo, porque a sua arte de dissimulação e a sua profunda hypocrisia o punham em estado de se impôr aos outros com piedosos discursos e acertadas sentenças. Gosando de grande credito junto das classes inferiores, era por isso ainda mais terrivel para aquelles que o conheciam e lhe tinham horror. Demais, os depresados Portuguezes, a todos odiosos, não podiam achar junto de pessoa alguma o minimo amparo contra o seu oppressor. O povo via em Lazuraque o perseguidor dos Christãos, o verdadeiro musulmano; os melhores e os mais esclarecidos d'entre os Mouros deviam pelo menos consentir o que elles mesmos talvez não teriam feito[1].»

Este homem, que exercia em Fez o poder que os antigos hadjehs arabes tinham exercido na côrte de Kordova quando a decadencia da dynastia ommyada conduziu ao throno dos Abd-er-Rhaman kalifas idiotas, verdadeiros reis *fainéants*, era o destinado pela Providencia para ser o algoz do infante D. Fernando. Sem ter as grandes qualidades d'el-Mansur, o glorioso hadjeb kordovez, tinha Lazuraque os seus instinctos despoticos e a sua indole dominadora; mas juntava-lhes a repugnante crueldade e a baixeza do espirito. Quer Deus que junto dos grandes martyres appareçam, para dar notavel realce á sua heroica resignação, estas figuras sombrias! Põe o milhafre junto da pomba de Fez, o abutre junto da aguia de Santa Helena! Ao lado de D. Fernando Lazuraque, ao lado de Napoleão Hudson Lowe!

Se damos com justiça ao infante D. Fernando o titulo de Infante Santo, conhece-o a historia mais especialmente pelo nome de *Principe Constante*, com que o immortalisou um dos maiores poetas da peninsula, o vulto que a Hespanha oppõe a Shakspeare, o celebre Calderon de la Barca. Uma das peças do grande poeta da côrte de Philippe IV é consagrada a pôr no theatro o vulto sublime do martyr de Fez, e essa peça foi a que elle denominou o *Principe Constante* [2].

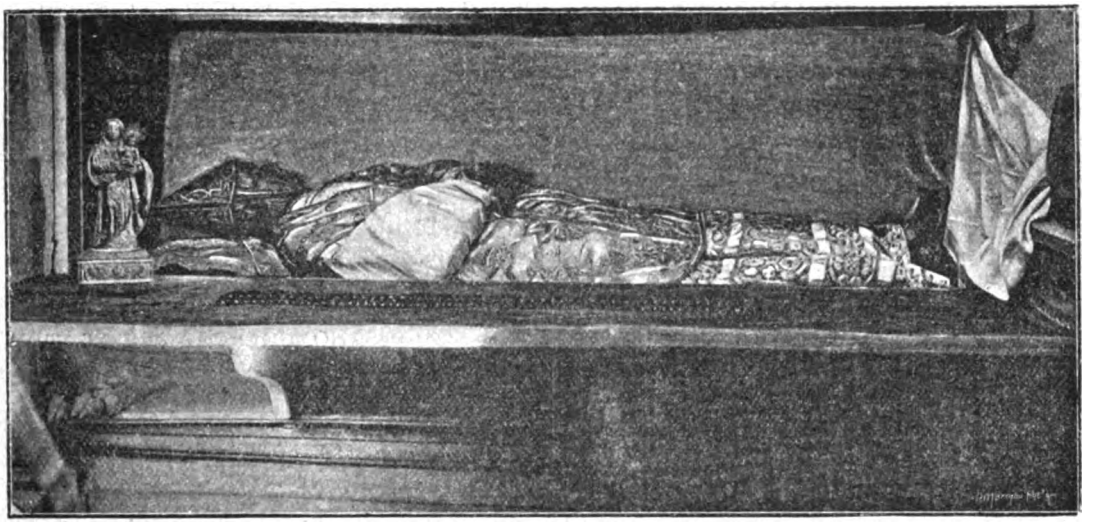
[1] Chronica do conde D. Duarte de Menezes, cap. 35 na *Colleção de livros ineditos da historia portugueza*, publicada pela Academia das Sciencias, tom. III.

[1] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 443.

[2] Os Hespanhoes teem uma verdadeira adoração por Calderon de la Barca, não só porque o consideram, como de razão, uma das glorias da sua patria, mas tambem porque incontestavelmente é Calderon o poeta msis *hespanhol* da litteratura hispanica. «Calderon, diz um celebre critico do visinho reino, se havemos de dar credito ás curtas noticias que nos restam da sua vida, e que estão conformes com o personagem do *cavalleiro hespanhol*, que tão frequentemente repetiu nos seus dramas, era pelo seu caracter pessoal o representante da sua nação. Sabemos d'elle que era cavalleiro por sua origem, nobre nos

Digitized by Google

Esse nome bem o mereceu o infante D. Fernando, porque a sua constancia nunca affrouxou no meio dos mais asperos tormentos. Perdida a esperança de recuperar Ceuta com a troca do infante, vingou-se Lazuraque infligindo-lhe as mais humilhantes torturas. Tres mezes esteve E. Fernando com os seus companheiros de captiveiro encerrado n'essa masmorra sem ar e sem luz, devendo a subsistencia á caridade d'um negociante cioso recurso, de que elle usava, comtudo, não para allivio proprio, mas para os seus desgraçados companheiros de prisão. Conduzidos aos jardins do palacio regio de Fez, metteram-lhes nas mãos enxadas, e obrigaram-n'os a cavar desde o nascer até ao pôr do sol. Com as suas mãos de principe, habituadas apenas a empunhar o gladio, e a folhear os livros de piedade, o infante D. Fernando, o mais delicado de todos os fi-



TUMULO E VENERANDA RELIQUIA DO ARCEBISPO D. LOURENÇO DA CUNHA

de Mayorca, que pagou depois cruelmente o serviço prestado ao principe. No fim d'esses tres mezes, o carcereiro expulsou-o da masmorra com os outros, para lhes roubar a todos o que tinham comsigo, perdendo n'essa occasião o infante D. Fernando duzentos dobrões que trouxera, e que eram ultimo e prelhos de D. Philippa, revolveu os torrões dos jardins africanos, sem soltar um queixume, e conservando sempre nos labios um sorrisso de resignação.

Levado ao palacio do hadjeb ou do grão-visir, ou como quer que poderemos designar o cargo de Lazuraque, D. Fernando, carregado de ferros, e brutal-

sentimentos, valente, affavel com os eguaes e inferiores, respeitoso sem baixesa com os superiores, generoso e caritativo. Sabemos tambem que possuia em alto gráo o espirito da religião, á qual consagrou os seus ultimos annos, recebendo as ordens sacras; n'isso foi similhante a Tirso e Lope, mas não foi casado antes como Lope, nem a historia conservou nenhuma anecdota amorosa da sua vida. E' de crêr que, poeta e soldado, lhe não faltariam na sua juventude, mas tambem é de crêr que a sua maneira de amar seria a mesma que descreve nas suas comedias, porque essa é a unica digna de um cavalheiro cujas prendas consta que possuia em alto grau.

«Pois bem, essas prendas eram as geraes das pessoas distinctas não só da sua época, mas tambem das anteriores, porque, da mesma fórma que nos seculos de maior rudeza, as qualidades mais proprias do nobre hespanhol eram a piedado religiosa, o valor, o amor e respeito ao bello sexo, a generosidade e a lealdade. Se Calderon queria interessar os seus contemporaneos bastava-lhe descrever-se a si mesmo.»

D. Alberto Lista, *Lecciones de literatura española, esplicadas en el Ateneo cientifico, literario y artistico.* Lição 17.ª, pag 2 do 2.º volume da edição de Madrid.

Digitized by Google

mente impellido pelos soldados, que o picavam com as lanças, insultado pela multidão que se apinhava em torno d'elle, D. Fernando, sem um murmurio acceitou todos os tratos, e offereceu a Deus os seus martyrios. Era elle quem, com os seus olhares inundados de doçura, confortava os Portuguezes, que vertiam lagrimas de sangue ao verem-n'o assim tão cruelmente tratado. Entrando no palacio, ouviu Lazuraque dizer-lhe que, já que o governo de Lisboa se portava com indigna deslealdade e vergonhosa perfidia, não querendo entregar Ceuta, soffreria elle, visto que ficára em refens, a pena do perjurio, e podia considerar-se d'ahi em diante como o seu escravo mais humilde e mais despresivel. Elle, Arabe miseravel, que nem sequer cingia a corôa de Fez, mas exercia um poder usurpado sobre o legitimo soberano, teria o gosto de vêr tratar dos seus cavallos o filho e o neto dos reis mais poderosos da Christandade.

Assim se fez effectivamente, e D. Fernando foi encarregado de varrer e limpar as cavallariças.

Tudo soffria com resignação o infante D. Fernando, e até achava uma consolação nos trabalhos humilhantes a que os Mouros o obrigavam, porque lhe permittiam viver em companhia dos seus, padecer por elles e dar-lhes animo e consolação. Tratado com as attenções devidas á sua gerarchia, viveria D. Fernando n'uma penosa solidão; tratado como igual dos seus servidores, estava ao menos ao lado d'elles, e tinha com quem falasse na patria querida, por cuja causa padeciam, em seus irmãos, cujas saudades o pungiam, que pensavam sempre n'elle, mas que o desamparavam obedecendo á cruel razão do estado. Devemos dizel-o? O procedimento do governo Portuguez não nos parece isento de deslealdade; é certo que Lazuraque se portou como barbaro, como um verdadeiro tigre, mas é certo tambem que os Portuguezes procederam de modo a darem uma triste idéa da civilisação ou da fé christã a esses barbaros, que os nossos despresavam. Não se tratava de optar pelo desamparo do infante D. Fernando, ou pela entrega de Ceuta; tratava-se positivamente de entregar a cidade. D. Fernando ficára como penhor, ou antes como *signal*. O governo Portuguez podia deixar de ratificar a capitulação; mas n'esse caso deviam voltar as coisas ao antigo estado, e o exercito portuguez devia entrar no seu arraial, e procurar livrar-se d'outro modo. Mas, depois de ter salvo as reliquias da hoste portugueza com o principe que a commandava, com tantos nobres fidalgos que n'ella militavam, deixar de cumprir o tratado sacrificando apenas um principe infeliz com os seus servos, era, devemos confessal-o, um verdadeiro perjurio.

É incontestavel que não escaparia um só Portuguez se não fosse a capitulação; apertados no seu arraial, bastava que os Mouros os bloqueassem para os render todos pela fome e pela sêde; é verdade que as hordas indisciplinadas não cumpriram a capitulação, mas os Portuguezes facilmente as romperam, o que não succederia, como não succedera durante doze dias, se os chefes Mouros, com a força principal, com a força verdadeira do seu exercito, se oppozessem ao embarque dos Portuguezes. O conde d'Arrayolos, que falava com tanto furor no conselho, e que tão arrogantemente dizia que não se podia entregar Ceuta para salvar a vida fosse de quem fosse, devia pensar e dizer isso mesmo quando a sua propria vida estava em risco, e devia protestar contra a capitulação para se não fazer, e não para se não cumprir. Allegava elle que não era valioso um tratado feito debaixo da pressão de tão crueis circumstancias. Commodo subterfugio, que facilita excessiva-

Digitized by Google

mente o livrar de perigo um exercito, ou um homem que pela sua imprudencia n'elle se colloca. Um seculo depois, Francisco I de França, chamado não com muita razão o rei cavalheiro, deixou de cumprir o tratado de Madrid, allegando que o assignára quando estava prisioneiro de Carlos V. Não o assignasse; ou descumprisse-o embora, mas sacrificasse n'esse caso a sua reputação de cavalheirismo: não suppomos que n'essas criticas circumstancias seja muito facil conquistar a um tempo as vantagens da vida presente e a estima da posteridade.

E entretanto D. Fernando padecia cruelmente, não só humilhações e torturas moraes, mas verdadeiros tormentos physicos. Se o não pungia completamente a fome, tinha pelo menos apenas o necessario para subsistir. Todos os prisioneiros recebiam cada um, para alimentação quotidiana, dois pães; carne e vinho, era coisa que nunca viam. N'um quarto em que, muito apertadas, cabiam oito pessoas, estavam acumuladas doze com o infante; nunca d'alli os deixavam sahir, de forma que a falta d'acceio, a falta de subsistencia, a falta d'ar causavam-lhes a todos os mais crueis padecimentos. Não podiam falar com pessoa alguma; os Mouros que lhes dirigissem a palavra tinham por castigo quinhentas chicotadas.

Habil em inventar torturas, e em as saborear com delicia, Lazuraque parecia que andava espiando o modo de vibrar golpes crueis ao infante e de fazer vergar a inflexibilidade do seu animo. Um dia mandou-o chamar de proposito para lhe dar noticia da morte do rei D. Duarte. Primeiro D. Fernando não quiz dar credito á noticia; uma carta d'um dos altos officiaes da côrte dirigida ao regente de Fez tirou-lhe todas as duvidas. Então a sua constancia succumbiu, e o infante desmaiou. «Era, diz Schœffer, como um navio abandonado sem esperança de salvação ao furor das vagas, depois de se quebrar a ultima corda que o prendia á praia. Com muito custo as consolações dos seus companheiros de prisão lhe poderam restituir algum socego; só o tempo é que operou sobre elle, com a sua acção vagarosa e continuada, e os tormentos que Lazuraque fazia soffrer aos seus desgraçados escravos contribuiram decerto a fazer diversão á dor do infante[1].

Era já sem esperança o captiveiro de D. Fernando, porque Lazuraque, mais avaro do que zeloso dos interesses do paiz que regia, preferia uma grande somma á entrega de Ceuta. Perdeu-o tambem a sua avareza insaciavel, porque o thesouro de Portugal, exhausto pelo desastre de Tanger, e pelas dissenções civis que se seguiram á morte do rei D. Duarte, não podia pagar pela redempção do infante as quantias enormes que Lazuraque tinha em vista. Empunhava, como regente, as redeas do governo, o infante D. Pedro, que tinha como dever de honra o libertar seu irmão. Fôra esse sempre o seu voto, não só porque entendia que não se devia desamparar o homem que se sacrificára pela patria, mas tambem porque julgava a honra de Portugal empenhada no cumprimento da capitulação. Demais el-rei D. Duarte no seu testamento recommendára ao seu successor que não descançasse emquanto D. Fernando não estivesse liberto. Por varias vezes D. Pedro offereceu entregar Ceuta, e sempre Lazuraque se esquivou a acceitar a troca, augmentando o rigor com que tractava os prisioneiros. Voltou a mandar-lhes deitar grilhões aos pulsos, arrancou-lhes o miseravel fato que vestiam, e deu-lhes em troca farrapos de

[1] *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 445.

Digitized by Google

panno grosseiro. Postos a pão e agua, e recebendo mesmo de agua e de pão uma quantidade minima, voltaram para o carcere infecto onde iam definhando cruelmente. Na vespera do Natal de 1437 foram os companheiros do infante empregados em quebrar pedra, e offerecidos ao mesmo tempo aos insultos e aos maus tractos da gentalha.

PA DE ALJUBARROTA

A escolta que tinha por missão salvaguardar-lhes as vidas, para lhes prolongar os tormentos, foi tambem insultada pela multidão infrene; a custo escaparam os prisioneiros, que foram reintegrados no carcere. No dia seguinte novas scenas do mesmo genero. A turba exaltada inebriava-se com aquelle espectaculo feroz, em que tinham os populares o supremo gosto de serem a um tempo espectadores e actores. As mães levantavam no collo os filhos para os iniciar n'essas scenas d'odio, em que um dia poderiam representar tambem um papel activo; os velhos accudiam em tropel; os proprios cegos pediam que os conduzissem ao sitio onde se praticavam essas atrocidades para ouvirem ao menos, diziam elles, o rumor das cadeias dos christãos. Quando estes voltavam ao carcere ensanguentados e martyrisados, o infante derramava abundantes lagrimas, e lastimava sobre tudo não poder partilhar os seus trabalhos e padecimentos, não poder acompanhal-os para lhes dar conforto e o exemplo da resignação.

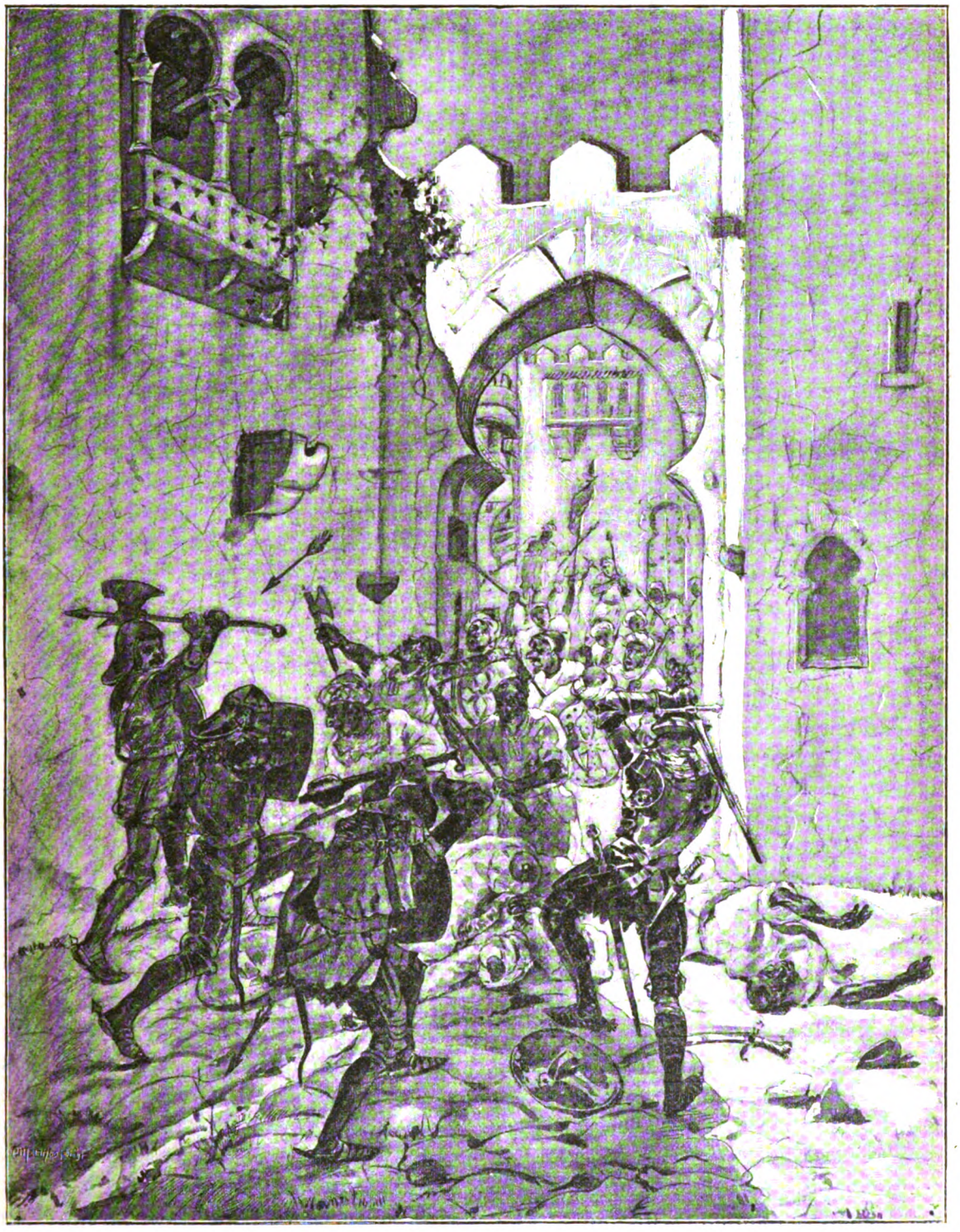
Resignação mostrava realmente o infante D. Fernando e no mais elevado grau. Incansavel em procurar libertal-o, tentára o infante D. Pedro comprar alguns Mouros que proporcionassem a evasão ao infante, mas era verdadeiramente d'um argus a vigilancia de Lazuraque, e bastava a mais leve suspeita de que algum Mouro procurava favorecer a fuga de D. Fernando para que fosse logo punido cruelmente, e em presença do infante e dos outros Portuguezes, que chegaram uma vez a ter os seus vestidos manchados com o sangue que espirrava das feridas d'um pobre Mouro lacerado pelo chicote.

Estas crueldades exacerbavam o animo dos Portuguezes, e faziam com que elles consagrassem aos seus perseguidores um odio profundo, que ás vezes desabafava, quando, sósinhos com o infante, no carcere, podiam falar com segurança nas suas afflicções e nos seus tormentos. Mas o infante reprehendia-os docemente, e dizia-lhes qne estes sentimentos não eram dignos de Christãos, nem conformes com as santas maximas do Evangelho; que os Mouros eram cégos privados da luz do Christianismo, e que portanto se lhes devia perdoar as crueldades que praticavam, pois que a sua consciencia não fôra esclarecida pelas santas prédicas de Jesus.

Os seus companheiros ouviam-n'o com respeito e veneração, e admiravam aquella inalteravel virtude, que resplandecia tanto mais vivida quanto mais fundas eram as trévas em que o infortunio a mergulhava.

E comtudo D. Fernando padecia cruelmente. No silencio do seu carcere, quando os seus companheiros, prostrados e exhaustos, cediam á fadiga, elle acordado via passar por diante dos olhos, razos d'agua, as esplendidas visões do seu Portugal tão querido; se dormia, terriveis sonhos o perseguiam, mas, quando

Digitized by Google



OS INFANTES EM CEUTA

Digitized by Google

raiava a manhã, o doce sorriso tornava a fluctuar nos labios descórados do infante, e os seus companheiros de masmorra encontravam de novo n'elle o Christão caridoso, que se despia para os vestir, que se privava do alimento para o dar aos mais necessitados, que tinha uma palavra consoladora para cada desalento, um carinho para cada enfermidade. De todos os tormentos, com que Lazuraque o ameaçava, um só o fazia tremer, era o de o separarem dos seus companheiros de infortunio. Quando receiava que Lazuraque puzesse em execução essa ameaça, despedia-se d'elles ternamente e chamava-os com os nomes mais ternos, exaltava a sua dedicação, promettia-lhes recompensas dignas dos sacrificios, se Deus o restituisse ainda á liberdade e á patria. E elles cahiam-lhe aos pés chorando, abraçavam-lhe os joelhos, e diziam-lhe que de bom grado dariam por elle a sua vida sem o minimo pesar.

Assim, nos mysteriosos recessos dos carceres da Moirama se passavam estas patheticas scenas, cuja memoria ficaria para sempre sepultada no olvido, se as não narrasse á posteridade um dos que sobreviveram á catastrophe, fr. João Alves, secretario do infante.

Em março de 1442 compareceu de novo D. Fernando em presença de Lazuraque. O Mouro queria-lhe perguntar qual era o preço que elle estava resolvido a dar pelo seu resgate e pelo resgate dos seus companheiros. D. Fernando prometteu cincoenta mil dobrões e a liberdade de cincoenta captivos Mouros. Lazuraque riu-se da offerta, e mandou reconduzir o infante ao carcere, continuando, apezar d'isso, com elle as negociações entaboladas, até que D. Fernando offereceu cento e cincoenta mil dobrões, e cento e cincoenta prisioneiros Mouros. Lazuraque mostrou-se satisfeito com esta somma, porém, continuou no seu systema de maus tratamentos, esperando talvez que a prolongação das torturas, fatigando a paciencia do infante, o obrigasse a levantar o lance. Enganava-se: o infante não ousava pedir mais, temendo sobrecarregar a fazenda publica. Demais D. Fernando já se julgava desamparado por seus irmãos, que continuavam, porém, a tratar affincadamente do seu resgate; mas todas as cartas que os infantes D. Pedro e D. Henrique lhe enviavam, eram interceptadas por Lazuraque, parece que apenas para saciar o seu desejo de fazer mal, que era um dos seus grandes prazeres.

A masmorra para onde, depois d'esta entrevista, os Mouros transportaram D. Fernando, situada no proprio paço, era ainda mais horrorosa do que as outras em que tinha estado. Ahi arrastou na solidão quinze mezes d'uma vida lamentavel, emquanto os seus companheiros continuavam a ser empregados nos mais penosos trabalhos, que se prolongavam pela noite adiante, sem terem já a consolação de verem o infante. Comtudo a amizade fez-lhes descobrir meios engenhosos de communicarem com elle, e por elle mesmo de longe velavam, obtendo para o infeliz principe, á força de rogativas e humilhações, alguns allivios no seu captiveiro, taes como o de ter luz de dia e de noite para lêr o seu livro de preces. Estava comtudo proxima a hora do seu livramento.

No principio de Junho de 1448 começou o infante D. Fernando a soffrer em consequencia d'uma dysenteria. Os seus companheiros, sabendo-o, pediram, supplicaram, instaram para que o mudassem de carcere. Nada conseguiram; obtiveram apenas que o seu medico e os outros christãos o podessem velar. No dia 5 de junho de 1448 os padecimentos manifestaram-se com maior vivacidade, e o espirito do infante pareceu adquirir uma lucidez extraordinaria,

Digitized by Google

á medida que se approximava a hora do passamento. Tomando todos os sacramentos da Egreja com a sua exemplar piedade, o infante D. Fernando, em vez de ser confortado por fr. Pedro Vaz, que assistia aos seus ultimos momentos, confortava-o a elle pelo contrario. Emquanto o sol doirou o horisonte, durou tambem no corpo do infante a tenue chamma vital; com o ultimo raio do sol fugiu-lhe tambem o derradeiro alento.

Em pleno sasonar da vida, aos quarenta e um annos de edade, D. Fernando expirava, e a sua bella alma desprendia-se do carcere corporeo, longe da patria, longe dos seus irmãos e dos seus amigos, sepultado no fundo de horrivel masmorra, sem poder relancear a vista pelas formosas campinas de Portugal.

Os seus companheiros consagraram-lhe desde logo um verdadeiro culto. Foram forçados pelos Mouros a preparar o venerado cadaver para ser conservado até que os Portuguezes o resgatassem; mas acharam modo de lhe tirar o coração e de o esconderem preciosamente. Os despojos mortaes do infante não foram poupados pelos Mouros. A vingança barbara perseguiu o martyr até além do tumulo. O cadaver de D. Fernando, despido pelos algozes, foi enforcado pelos pés nas ameias das muralhas, onde esteve quatro dias exposto aos insultos do povoléo. Depois, mettido n'um caixão de madeira, ficou exactamente no mesmo sitio onde estivera o cadaver, engastado na muralha. Julgavam os Mouros que assim humilhariam o martyr, cuja alma purissima os contemplava do alto dos céos com um sorriso de piedade.

Os companheiros de D. Fernando padeceram, depois da morte d'elle, cada vez maiores tormentos. Cinco morreram tambem pouco depois do fallecimento do infante; os outros recuperaram a liberdade, mas só depois que Lazuraque morreu. Entre elles voltou o secretario João Alvares, que escreveu a chronica do martyr [1], e que trouxe a Portugal o coração do infante. Chegou á patria no dia 1 de junho de 1451. Reinava D. Affonso V, que encarregou o secretario, juntamente com outro prisioneiro, que voltava tambem de Fez e que era collaço de D. Fernando, de levarem á Batalha essa preciosa reliquia. Rodeados d'uma numerosa turba, vestida de lucto, encontraram os dois antigos captivos o mestre de Christo, que, rodeado dos seus cavalleiros, partia para uma digressão. O mestre de Christo sabem os leitores quem era, era o infante D. Henrique, o chefe da expedição de Tanger, cujas imprudencias expiára esse martyr, cujo nobre coração já frio e mudo ia repousar nas arcarias da Batalha. Sabendo que sagrada reliquia os dois conduziam, o mestre de Christo voltou redea ao cavallo, e, seguido sempre pela sua comitiva, acompanhou piedosamente até ao sublime mosteiro o coração do Infante Santo.

«Vinte e sete annos depois (da morte do infante), escreve o sr. Mendes Leal rematando o seu notavel romancinho *O Infante Santo*, vinte e sete annos depois, á frente da flôr da sua nobreza, marchava el-rei D. Affonso V para as margens do Tejo seguido de immensa turba de povo. Acompanhava-o o clero principal com as magestosas insignias das solemnidades religiosas.

«Que grande successo motivára tamanha pompa de cruzes, pallios e confrarias, Que terá el-rei que esperar de longe?

. . . . . .

[1] «Fr. João Alvares, escreve F. Denis, que foi depois abbade commendatario de Paço de Sousa, escreveu, n'um estylo cheio de ingenuidade, a historia do captiveiro do Infante Santo. Esse livro foi impresso em 1527. Deve-se escolher de preferencia a primeira edição; as impressões subsequentes alteraram o texto original.»

Digitized by Google

«Pela foz do rio entrava magestosa uma galé que vinha d'Africa. Á sua vista rei e nobreza e povo todos se descobriram. È porque dentro vinham os ossos d'um santo.

«D. Affonso V continuara a obra de D. João I. Arzilla pagára Tanger.

«E o martyr de Fez descançou emfim á sombra do seu brazão real, debaixo das venerandas abobadas de Santa Maria da Victoria, vulgarmente chamado o convento da Batalha [1].»

Era o epilogo d'esse longo drama. Affonso V o Africano não só vingava nos Mouros o desastre de seus tios, mas roubava ás praias barbarescas o cadaver do Principe Constante, o envolucro terreno d'uma das mais nobres almas que allumiaram com as suas virtudes os fastos da historia portugueza.

CAPITULO XIV

Morte do rei D. Duarte — D. Affonso V — Regencia

OLTEMOS agora alguns annos atraz, e ao reino, para darmos conta da morte d'el-rei D. Duarte, que fôra communicada, como vimos, a D. Fernando d'um modo brutal.

Estava a côrte em Evora, quando lá appareceu a peste, essa eterna seguidora de D. Duarte. Passou então a familia real a Aviz, onde el-rei recebeu o celebre D. Duarte de Menezes, filho natural do conde de Vianna, D. Pedro. Por intrigas de familia concedêra el-rei a sobrevivencia da capitania de Ceuta ao fidalgo que despozasse a filha legitima do conde, e que foi D. Fernando de Noronha; mas, depois de tratar algum tempo com o joven heroe, el-rei arrependeu-se do que fizera, e assim o declarou amavelmente a D. Duarte de Menezes, dando-lhe para compensação o cargo de alferes-mór, que seu pae tambem tivera.

A peste appareceu em Aviz, e como el-rei, com razão, receiava que isso fosse proveniente de estar reunida a côrte, ordenou que ella se dispersasse, o que se fez, indo o infante D. Pedro para Coimbra, o infante D. João para Alcacer, e el-rei para Thomar. Já lá chegou doente, e a doença foi tão rapida que em doze dias o levou; se não foi a peste, foi pelo menos enfermidade complicada com os germens da epidemia. Tambem a profunda tristeza que o desbarato de Tanger lhe causára, e a constante afflicção em que estava por ter de optar pela entrega de Ceuta, a joia mais preciosa da sua corôa, ou pelo desamparo de seu heroico irmão, predispunham-n'o para succumbir a qualquer enfermidade mais violenta.

A 9 de setembro de 1438 falleceu pois el-rei D. Duarte, de edade de quarenta e sete annos, e depois de cinco d'um reinado, curto e cheio de desgraças; porque a fome, a peste e a guerra, guerra desastrosa, encheram completamente os breves annos do seu governo. Nem D. Duarte se pôde occupar d'outras cousas, nem revelar as altas qualidades governativas que possuia. Todas as suas leis ficaram em estado de esbo-

[1] *Panorama*, vol. V da 1.ª serie, pag. 325.

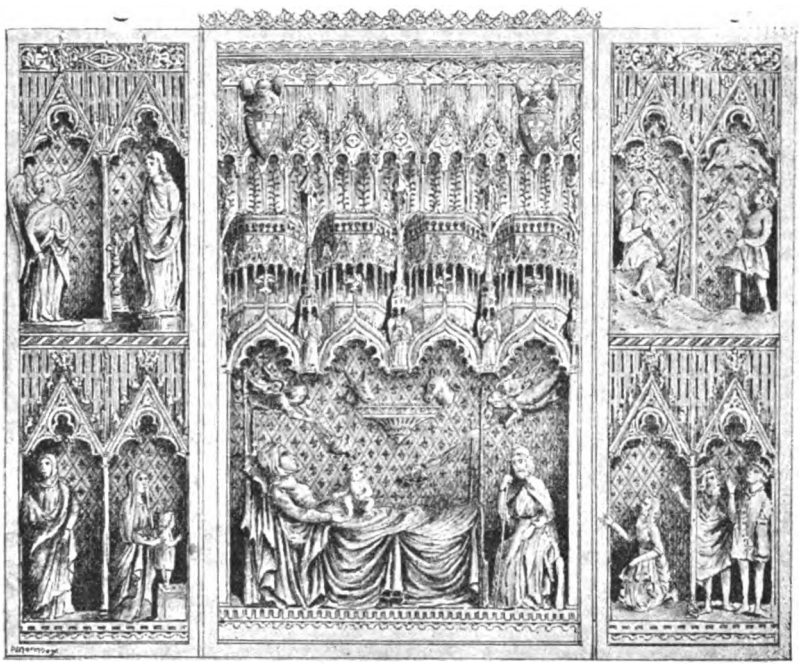
Digitized by Google

ço; a *lei mental*[1], se foi escripta no seu reinado, lei que fazia voltar ao dominio da corôa as possessões que d'ella tinham sahido por doação, quando não havia herdeiros directos, não poude comtudo dar no seu governo todos os seus fructos e produzir todos os seus resultados; tambem D. Duarte quiz emprehender a compilação das leis, que seu filho D. Affonso conseguiu reunir, e que por isso se ficou chamando: *Ordenações Affonsinas*.

Irresoluto, e submettendo facilmente as inspirações do seu espirito ás condescendencias do seu coração, D. Duarte deixou fazer o mal, vendo-o, conhecendo-o, e adivinhando-lhe as consequencias. Folgando sempre de addiar difficuldades, optava de preferencia pelos meios dilatorios, e foi assim que, não ousando libertar D. Fernando, deixou exarada no seu testamento a ordem de o resgatarem, fosse por que preço fosse, ainda que se tornasse necessario entregar Ceuta. «D. Duarte, escreve Ferdinand Denis, tinha no seu brasão a divisa *loco et tempore*, e até á hora extrema desmentira o espirito d'esse motto.»

Mas como, apesar d'esses defeitos capitaes n'um monarcha, o venera a historia e a tradição portugueza o colloca na lista dos nossos melhores reis?

Em primeiro logar era physicamente sympathico; tinha o rosto de sua mãe, o olhar extremamente meig[illegible]. Apesar das suas predilecções pelos trabalhos intellectuaes, predilecções que sua mãe lhe inculcára, era tambem déstro em todos os exercicios do corpo, e passava por ser o melhor cavalleiro do seu reino. Nos seus escriptos se revelam as suas



ORATORIO DO REI DE CASTELLA, TOMADO NA BATALHA DE ALJUBARROTA

[1] Notaremos o modo como Alph. Rabbe, aliás relativamente escrupuloso, se refere a este facto e a esta lei. Em poucas linhas era difficil accumular maior numero de erros:

«Duarte, apezar da breve duração do seu reinado, tivera tempo de redobrar o golpe terrivel que seu pae vibrára á aristocracia portugueza. Por conselho d'um jurisconsulto que já tivemos occasião de citar (João das Regras) * conseguiu anniquillar a validade das mesmas doações que tinham sido feitas durante o precedente reinado, o de seu pae, a pretexto que nos intentos do fallecido rei, esses bens eram só transmissiveis aos varões, e que, faltando estes, as terras eram reversiveis para os dominios da corôa. Ora, n'essa época, tendo morrido na Africa a flôr da nobreza, já não havia senão mulheres nas familias. ** A lei que consagrou esta extorsão chamou-se mental, porque era fundada sobre uma restricção mental, que se suppunha do fallecido rei, da mesma fórma que se suppunha uma revelação feita por elle a seu filho *in extremis*. Esse expediente era digno

* João das Regras morrêra, como sabemos, trinta annos antes de D. Duarte subir ao throno.

** Como se D. Duarte, depois do desastre de Tanger, pensasse no dominio da corôa e em cousas analogas! Demais, a lei mental foi promulgada nas côrtes de Santarem no dia 8 de abril de 1434, tres annos antes da expedição de Tanger. Veja-se J. A. de Figueiredo, *Synopse chronologica de subsidios... para a historia da legislação portugueza*, pag. 26.

Digitized by Google

predilecções; escreveu um tratado de equitação e escreveu o *Leal Conselheiro*, livro de conselhos moraes, que era a leitura predilecta de sua esposa [1], e em que inseriu muitas idéas de seu pae [2]. A linguagem d'esse livro é perfeitamente despretenciosa [3]. mas é profundamente clara e lucida, e a D. Duarte pertence a gloria de ter dado ao balbuciante idioma portuguez a fluencia que lhe faltava ainda.

O povo, com esse instincto peculiar que o não engana, apesar das infelicidades do reinado de D. Duarte, mesmo apesar do descontentamento que tinham produzido alguns actos do infeliz soberano, nunca deixou de o encarar com sympathia e veneração, e, levando-lhe sempre em conta as suas boas intenções e as suas elevadas qualidades, lamentou a sua morte, como lamentára a morte de D. João I, seu pae.

Deixou D. Duarte dois filhos e quatro filhas.

Os filhos foram D. Affonso, que lhe succedeu no throno, tendo de edade seis para sete annos, e o infante D. Fernando; as filhas foram as infantas D. Philippa, D. Catharina, D. Joanna e D. Leonor.

D. Joanna foi rainha de Castella, casada com o fraco Henrique IV; e D. Leonor foi imperatriz d'Allemanha pelo seu casamento com o imperador Frederico III [1]. As outras duas filhas, que morreram solteiras, foram D. Philippa e D. Catharina.

Não devemos deixar de relatar uma particularidade, que refere Ruy de Pina, ácerca da morte de D. Duarte. Houve eclipse do sol; nada mais facil do que essa eventualidade, que é bastante frequente; mas parece-nos comtudo ou que os nossos chronistas abusam dos eclipses, contentando-se com os parciaes, ou então que os inventam; porque effectivamente asseveram que houve um eclipse quando morreu D. Philippa, outro quando morreu D. João I, outro quando morreu D. Duarte! Decididamente o sol não pensava senão em Portugal, e tomava lucto pela casa reinante aqui, sem se importar com as outras familias reaes da Europa. Era fineza que devia ao povo, que já pensava em ir, por novos caminhos, demandar-lhe o berço.

Estavam, como dissemos, os infantes dispersos por differentes sitios do reino: D. Henrique em Sagres no Algarve, porque não quizera voltar á côrte depois do desastre de Tanger; o infante D. João em Alcacer do Sal; o infante D. Pedro em Coimbra. Foi este quem logo appareceu em Thomar com a dôr no coração, mas com o espirito sempre forte e preparado para a tudo providenciar. Emquanto o cadaver de D. Duarte era conduzido ao mosteiro da Batalha, tratava o infante D. Pedro da acclamação de seu

---

dos Jesuitas; comtudo ainda elles não estavam em Portugal; mas percebe-se que deviam com facilidade enraizar-se n'um terreno assim preparado.» Alphonse Rabbe, *Résumé de l'histoire de Portugal depuis les premiers temps de la monarchie jusqu'en 1823* (3.ª edição, Paris, 1827) pag. 91. Este escriptor, como se disse, é um dos estrangeiros mais dignos de serem consultados sobre cousas portuguezas; mas as obras nacionaes é que o não ajudavam, e depois tinha prevenções que transparecem em cada phrase. Não descançou emquanto não encontrou em Portugal prenuncios de jesuitismo. Engano! A lei mental era assim chamada, não porque houvesse restricções no espirito de D. João, etc., mas porque pensava em promulgal-a sem ter podido fazel-o.

[1] «*Annaes das sciencias, das artes e das lettras, por uma sociedade de Portuguezes residentes em Paris*, tom IX, pag. 9 e seguintes, onde se acham os esclarecimentos mais completos ácerca do *Leal Conselheiro*, especialmente ácerca do codice conservado na Bibliotheca real de Paris n.º 70007.

[2] Por exemplo este quadro symbolico das obrigações de um rei com as palavras: «Temor de mal reger; justiça com amor e temperança; contentar corações desvairados; obrar grandes feitos com pouca riqueza, etc.

[3] «Tendo, diz o rei no prologo, mais tenção de bem mostrar a sustancia do que escrevia que a formosa e guardada maneira de escrever».

[1] O casamento de D. Leonor deu assumpto a um formoso romancinho de F. M. Bordalo, intitulado *Ignoto Deo*, publicado no vol. XII do *Panorama*, 4.º da 3.ª série.

Digitized by Google

sobrinho, o infantil principe D. Affonso. Logo tudo se pôz em ordem, e a 10 de setembro d'esse anno de 1438 foi D. Affonso V proclamado rei, sendo pelo infante D. Pedro apresentado n'um discurso, digno da intelligencia do orador, aos grandes da côrte, que se achavam presentes. Tendo nascido em Cintra no anno de 1432, contava o moço rei apenas seis annos de edade. Concluindo a sua allocução, o nobre infante curvou-se para a régia criança e beijou lhe a mão, sendo logo o seu exemplo seguido por todos os que estavam presentes. Depois o alferes-mór, D. Duarte de Menezes, soltou os brados do costume, e foi immediatamente percorrer a villa acclamando por toda a parte o novo rei. D. Affonso, quinto d'este nome, duodecimo na lista dos nossos monarchas, e terceiro da dynastia d'Aviz, sentava-se no solio portuguez conduzido pela mão de um dos homens mais illustres da sua raça, a quem elle tão ingrato se havia de mostrar.

Concluida a ceremonia, convocou D. Leonor aos seus aposentos o infante e os principaes fidalgos, que estavam presentes, para ouvirem a leitura do testamento d'el-rei. Com grande espanto de todos, achou-se n'elle nomeada regente do reino, e tutora de seu filho, a rainha D. Leonor. A fraqueza de D. Duarte por sua esposa manifestava-se ainda além do tumulo. Apesar do muito affecto que tinha ao infante D. Pedro, tirava-lhe a regencia que tão legitimamente lhe pertencia, para ir dar a uma mulher, inexperiente, sem tino governativo, pouco sympathica ao povo, não só porque este sempre lhe attribuira uma funesta influencia nas decisões de seu marido, mas tambem por este odio instinctivo que a plebe de uma nação demasiadamente ciosa da sua autonomia consagra aos estrangeiros. Tomar esta resolução era evidentemente lançar no reino os germens da discordia, germens que haviam de fructificar com rapidez.

«Pôr as redeas do Estado, diz Schœffer, nas mãos de uma mulher, emquanto havia tão perto do throno homens taes como o infante D. Henrique e o infante D. Pedro, que o céo parecia ter creado para cingirem corôas mais brilhantes do que a de Portugal; confiar o leme a uma estrangeira, no meio dos perigos que rodeiavam a náu do Estado, emquanto Portuguezes de nascimento, que eram o orgulho da sua nação, os valentes filhos de D. João I, do salvador da independencia de Portugal, aspiravam á gloria de seu illustre pae, era um facto que só se podia explicar pelos meios de captação de uma esposa, á qual o povo estava costumado a attribuir uma influencia funesta, desde que sabiam que fôra ella quem promovera com todas as suas forças a desgraçada expedição dirigida contra Tanger[1].

Brasão de armas da villa] do Conde

Isto occorreu logo ao espirito de todas as pessoas sensatas, e houve amigos verdadeiros da rainha que não temeram dizer-lhe que o povo não podia vêr com bons olhos a sua regencia quando havia principes tão bemquistos e de tão alta intelligencia; que o passo que ella devia dar, o que lhe era mais conveniente e mais digno, era ceder logo a regencia voluntariamente, não tivesse depois de a ceder á força, o que tirava todo o merito ao sacrificio.

A rainha, apesar de todos os seus defeitos feminís, tinha algum bom senso; e não ia longe de adherir e este ajuizado conselho; mas essa prudente resolução foi combatida por outros ambiciosos,

[1] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. p. 455

Digitized by Google

que esperavam, á sombra de D. Leonor, alcançar o que não alcançariam de D. Pedro, e que, para a dissuadirem do projecto que pessoas de bem lhe aconselhavam, não temeram calumniar o infante, lembrando á rainha que D. Pedro tinha filhos tambem, que o amor de pae podia n'elle superar o amor do dever, e que não era prudente confiar-lhe o joven rei, tentando-o com a possibilidade de supprimir este obstaculo que separava do throno os seus proprios filhos. Não lhes foi difficil actuarem com estas infames calumnias sobre o espirito da rainha, já predisposto contra o infante. Havia muito que ella lhe tinha um odio mortal, sem se poder saber qual era a origem d'elle. Ruy de Pina, e com Ruy de Pina Schoeffer, attribue esse odio a inimisades feminís. A mulher do infante D. Pedro era filha do conde d'Urgel, pretendente ao solio de Aragão e competidor de el-rei D. Fernando, pae da rainha D. Leonor, que vencêra o seu rival e o condemnára a prisão perpetua. Passára o odio dos paes para as filhas, e o genro do conde d'Urgel cahiria tambem por isso no desvalimento da filha de D. Fernando? É possivel, mas tambem é natural que o muito que el-rei D. Duarte apreciava o infante inspirasse zêlos á rainha, ciosa da sua influencia sobre o animo de seu marido. É natural tambem que a popularidade de D. Pedro desagradasse á regente, que não se podia ufanar da mesma fórma das sympathias dos Portuguezes.

O povo murmurou comtudo, e até mesmo contra el-rei D. Duarte, allegando que não lhe competia a elle, mas sim ás côrtes geraes do reino, cuidar da pessoa que havia de exercer a regencia. A rainha, sem se resolver a largar o poder, percebeu que devia conciliar o favor do povo, consultando os infantes sobre os negocios do Estado. Foi o que ella fez quando o infante D. Henrique veiu a Lisboa. Aconselhou-lhe este que reunisse immediatamente as côrtes, para, de accordo com ellas, prover a tudo quanto fosse necessario á governança e á defensão do reino.

Ao mesmo tempo o infante D. Pedro encarregava-se de desmentir as calumnias dos seus adversarios, propondo elle mesmo que se jurasse o infante D. Fernando, irmão d'el-rei D. Affonso V, principe herdeiro, visto o monarcha, sugeito, como creança, a todos os perigos d'essa fragil edade, poder d'um instante para o outro fallecer. Assim se fez, e os terrores maternaes de D. Leonor, se é que realmente os sentira, ficaram por esse facto acalmados.

Desejosa então de resgatar o que as suas suspeitas podiam ter tido de offensivo para seu cunhado, resolveu a rainha propôr-lhe o casamento do rei com sua filha D. Izabel, e assim lh'o communicou, dizendo-lhe que não fazia mais do que cumprir a ultima vontade do fallecido soberano. D. Pedro ficou deveras penhorado com este bom movimento da rainha, e agradeceu-lh'o commovido, pedindo apenas que dilatasse o casamento algum tempo, não só por ser o rei muito novo, mas tambem porque em occasião ainda de tanto lucto e tristeza não era decente que se fizessem festas. Começaram, porém, aqui a accender-se os odios, que deviam amargurar a existencia do infante D. Pedro. O casamento fez invejosos, e o maior de todos foi o conde de Barcellos, D. Affonso, filho natural de D. João I. Projectava elle casar o rei com sua neta D. Izabel, filha do infante D. João seu genro; ficou por conseguinte sériamente desgostoso quando soube da resolução da rainha, e não houve intriga que não armasse, não houve tentativas que não fizesse, para que a rainha voltasse com a palavra atraz. Soube d'essas intrigas o duque de Coimbra, e, receioso do effeito que ellas

Digitized by Google

podiam produzir no animo da rainha, resolveu, para segurança d'esse casamento que desejava, pedir á rainha uma promessa escripta, o que D. Leonor logo lhe concedeu amavelmente.

Chegára-se ao fim do mez de outubro; tractou-se de se fazerem na Batalha as exequias do fallecido rei D. Duarte, e logo depois das exequias se prepararam todos para as côrtes, que, segundo o exarado na carta de convocação, se deviam reunir em Torres-Novas.

Reuniram-se emfim, mas, antes que principiassem as sessões, os fidalgos adversos ao infante D. Pedro, cuja energia receiavam e cuja popularidade lhes era odiosa, concertaram-se entre si para que nas côrtes se esforçassem o mais possivel por que todo o poder fosse conferido á rainha. Era mulher e estrangeira, mais facilmente a podiam dominar, o que não succederia se o infante D. Pedro exercesse a regencia, com as affeições que tinha entre o povo, e com as tradições politicas que lhe haviam sido transmittidas por seu pae, e que todas se cifravam na mutilação dos privilegios da nobreza. Exacerbados pelos resentimentos e pelas invejas particulares, os interesses geraes da classe serviram de pretexto para uma verdadeira conjuração formada pelos fidalgos, e que tinha por chefes ostensivos o marechal Vasco Fernandes Coutinho, o arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, seu irmão D. Sancho, o prior do Crato Nuno Goes, e por chefe secreto o conde de Barcellos, cujo auxilio foi promettido pelo marechal aos conspiradores, quando celebraram uma reunião secreta n'uma egreja de Torres-Novas. O marechal prometteu tambem o auxilio do infante D. Henrique, e effectivamente o proceder do grande iniciador dos nossos descobrimentos com seu irmão D. Pedro é uma das nodoas da sua vida.

O ajuste celebrado pelos fidalgos foi communicado á rainha, que soube assim que podia contar com o amparo da nobreza, e cujo natural bom senso ficou um pouco desvairado vendo formar-se para ella na sombra um tão importante partido.

A primeira sessão das côrtes foi con-

CONDE DE BARCELLOS, FILHO NATURAL DE JOÃO I

sagrada á ceremonia das menagens prestadas ao rei; depois começou-se logo a tratar dos negocios da regencia.

As côrtes annunciaram-se tumultuosas; os procuradores do povo estavam em massa do partido do infante D. Pedro. Alguns nobres e ecclesiasticos os acompanharam n'essa resolução, que se manifestou tão energicamente que a rainha, n'um momento de lucidez, bem viu que tinha de transigir. Mandou pois chamar pelo infante D. Henrique o infante D. Pedro, e propôz-lhe um accordo, em

Digitized by Google

que ambos dividissem entre si a regencia. O accordo fez-se: a rainha devia tomar para si a educação de seu filho e a direcção dos negocios da fazenda, ao passo que D. Pedro ficaria incumbido da defensão do reino com o titulo de «defensor», e da administração dos negocios da justiça. Parecia que, por este accordo, tudo se conciliava; mas a rainha não se lembrara da nobreza, que não admittia transigencias, e que voltou a azoinar-lhe os ouvidos, accusando-a, por ella ter tomado tão grave resolução sem consultar os nobres, que sempre se lhe tinham mostrado affeiçoados, e que tinham formado uma conjuração para defenderem a integridade do seu poder. Diziam-lhe mais que ella fizera uma loucura, abandonando a regencia que lhe fôra outhorgada em testamento de seu marido. Tanto fizeram que a pobre rainha arrependeu-se da conciliação que propozera e voltou a reassumir o poder completo. Na primeira sessão de côrtes que houve em seguida a este caso, reclamou D. Leonor o cumprimento integral do testamento de D. Duarte.

Esta nova resolução fez nascer outra vez a discordia nas côrtes, que voltaram a ser tumultuarias. Os grandes defendiam a todo o transe a justiça de D. Leonor, os procuradores do povo pugnavam pelo infante D. Pedro, e principalmente pelo direito que tinham de eleger um regente, direito que nas suas vontades ultimas fôra postergado por D. Duarte. A discussão travou-se em presença do rei infantil. Os procuradores de Lisboa, Pedro de Serpa e Vicente Egas, affirmaram com varonil audacia, dirigindo-se ao proprio soberano, que os ouvia sem os comprehender, os direitos imprescriptiveis do povo. Lembrando ainda o energico plebiscito que fundara a dynastia de Aviz, os procuradores de Lisboa allegavam que lhes pertencia o direito de eleger rei quando falhava a successão directa, e que por isso egualmente lhes pertencia a eleição do regente, em caso de menoridade. Era o principio da soberania popular, affirmado ousadamente em pleno seculo xv.

Effectivamente, D. Leonor, a quem os cortezãos faziam sonhar a possibilidade de governar sósinha, reclamava a regencia sem partilha; o infante D. Pedro sentia-se offendido pela pequena parte que se lhe concedia no governo, mas, para o não accusarem de ambicioso, e por amor da paz, declarava sugeitar-se ao que seu irmão quizesse; o conde de Barcellos, apesar de seu filho, o conde de Arrayolos, tomar parte no governo, vendo-se excluido d'elle pessoalmente, mostrava-se irritadissimo; os procuradores dos concelhos sugeitavam-se á concordia de má vontade, mas sugeitavam-se emfim, porque desejavam vêr acabadas as dissensões. Só a rainha protestava. Comtudo teve de se render logo que os procuradores, vendo a sua incerteza, lhe declararam positivamente que, a terem de optar por um dos dois contendores, optavam pelo infante, fazendo logo saber a este que estavam promptos a obedecer-lhe. Então D. Leonor resignou-se; mas a má vontade que já tinha ao infante D. Pedro subiu de ponto, e logo lhe deu d'isso uma prova manifesta.

O conde de Barcellos, que não perdia a esperança de casar o rei com a sua neta, aproveitou as disposições de D. Leonor para lhe insinuar que mandasse pedir a D. Pedro a promessa escripta que lhe fizera, de que Affonso V casaria com sua filha D. Izabel. Um resto de escrupulo fez hesitar D. Leonor, mas afinal cedeu. O conde de Barcellos encarregou-se em pessoa da mensagem quasi insultante. D. Pedro ouviu-o contendo a sua indignação; respondeu-lhe que podia, se quizesse, contestar a validade d'essa reelamação; que a infanta D. Iza-

Digitized by Google

bel ficára justa para casar com o rei D. Affonso desde o tempo d'el-rei D. Duarte; mas que não queria de modo algum conservar pela força o que fôra promettido espontaneamente, e, sacando d'um cofresinho a promessa escripta e assignada por D. Leonor, rasgou-a em mil bocados, e assim a entregou ao conde de Barcellos.

Acabaram as côrtes em Torres-Novas, e a rainha veiu para Lisboa com o rei, dando então audiencia aos embaixadores de Castella, que tinham vindo como que auxiliar as pretenções da rainha, fazendo ao mesmo tempo outras reclamações de menor importancia. Em attenção ás perturbações do reino, deu-se-lhes então uma resposta evasiva, promettendo-se-lhes que a ultima resposta seria enviada a Castella com uma embaixada portugueza.

Soube-se depois que esta embaixada não viera a Portugal de consentimento do rei D. João II, mas fôra remettida pelos infantes de Aragão, irmãos de D. Leonor, e que disputavam na côrte castelhana o valimento ao celebre condestavel D. Alvaro de Luna, vencendo elles umas vezes, outras vezes triumphando o condestavel no espirito vacillante do fraco D. João II.

Entretanto a rainha ia governando com grande desprazimento do povo, que lhe levava a mal as coisas mais innocentes e de que menos culpada era. Assim, por exemplo, a rainha viuva ficára gravida, e essa situação delicada, juntamente com a doença e morte de sua filha D. Philippa, creança de onze annos, que falleceu de peste em Lisboa em março de 1439, impediam-n'a de dar, como desejava, provimento aos negocios do reino; pois o povo por isso a accusava, e queixava-se de não obter prompto despacho aos seus requerimentos. Importunavam muitos o infante D. Pedro para que tomasse o governo, mas elle, ou por não estar ainda certo da unanime vontade dos povos, ou por não querer promover no reino a guerra civil, não só não quiz comprazer com os seus partidarios, mas até mesmo defendeu constantemente a rainha contra as accusações que lhe faziam.

Brazão de armas da cidade de Setubal

Pouco depois da morte da infanta D. Philippa nasceu a infanta D. Joanna, filha posthuma de el-rei D. Duarte, que foi depois rainha de Castella; em seguida partiu D. Leonor para Sacavem, e D. Pedro, ficando em Lisboa, chamou alguns dos seus mais intimos, entre outros Alvaro Vaz de Almada, e disse-lhes que lhe parecia pouco digno de si ter no governo do reino tão mesquinha parte. e portanto, como não queria quebrar o accordo que fizera, preferia largar de todo a regencia, e partir para as suas terras; mas que em todo o caso desejava saber a opinião dos seus amigos. Uns adheriram ao seu parecer, outros acharam que as coisas deviam continuar como estavam; outros, finalmente, entenderam que se devia assenhorear do poder sem partilha. Á vista d'estas confusas opiniões, concordaram todos guiar-se pelo conselho do infante D. João, que, tendo-se conservado estranho ás ultimas discordias, podia ser considerado imparcial.

Encontraram-se os dois irmãos n'uma ermida, que tinha a invocação da Senhora do Paraiso, e que se levantava no sitio onde depois se ergueu o convento de Santos o-Novo. O infante D. João foi de voto que tomasse elle logo a regencia, e disse mais que, se elle D. João não tivesse dois irmãos mais velhos, o duque de Coimbra e o duque de Vizeu, immediatamente exigiria a regencia, porque era vergonha estarem sendo prin-

Digitized by Google

cipes Portuguezes governados por uma mulher estrangeira. Aconselhou D. João que reunisse D. Pedro logo as côrtes e que lhes pedisse o governo; mas o infante, preferindo cingir-se o mais que podesse á legalidade, declarou que tencionava esperar o praso em que se deviam reunir as côrtes, porque até então era muito possivel que a regente, fatigada do governo, se resolvesse espontaneamente a abdicar.

Mas, muito pelo contrario, a regente, irritada pela malevolencia do povo (e não faltavam cortezãos caridosos que a informassem minuciosamente de tudo quanto se dizia contra ella e a favor do infante D. Pedro), a regente pois, em vez de pensar em desistir do governo para o entregar a seu cunhado, sentia ateiar-se-lhe cada vez mais o odio que sempre contra elle sentira, e usava do seu poder para lh'o manifestar bem claramente, ás vezes por actos que a deslustravam e imprudencias que lhe creavam cada vez maior numero de inimigos, não só no povo, mas tambem na nobreza. Entre essas imprudencias devemos mencionar o facto d'ella expulsar vergonhosamente do paço tres donzellas das principaes familias de Portugal, só porque eram adherentes do infante D. Pedro. Era uma das donzellas expulsas sobrinha de Alvaro Vaz de Almada. Este acto da rainha produziu um verdadeiro escandalo no paiz, e irritou gravemente todas as familias nobres aparentadas com as insultadas senhoras.

Pois a rainha bem precisão tinha do amparo da nobreza quando ia excitar contra si todas as iras populares. Prodiga dos rendimentos do thesouro, cuja administração lhe fôra confiada, D. Leonor quiz fazer pagar ao povo o preço da adhesão de alguns fidalgos á sua causa. «Accrescentou, diz Ruy de Pina, mais este escandalo contra a rainha, e para a maior parte do povo soltamente contrariar seu regimento, passar uma carta em nome d'el-rei, porque fazia mercê a Nuno Martins da Silveira, seu aio, dos varejos, a que os mercadores de Lisboa eram obrigados de sete annos, cuja publicação e esperança de execução aos ditos mercadores causou tanta tristeza e sentimento que, certificados de suas perdições, se se executassem, se socorreram á camara da cidade, e com palavras em que moviam todos a piedade para si mesmos, e com muitas razões que pareciam serviço d'el-rei, e bem do reino lhe pediram que com a rainha, e com o conselho, ou por outra qualquer maneira, a tal mercê impedissem [1] ».

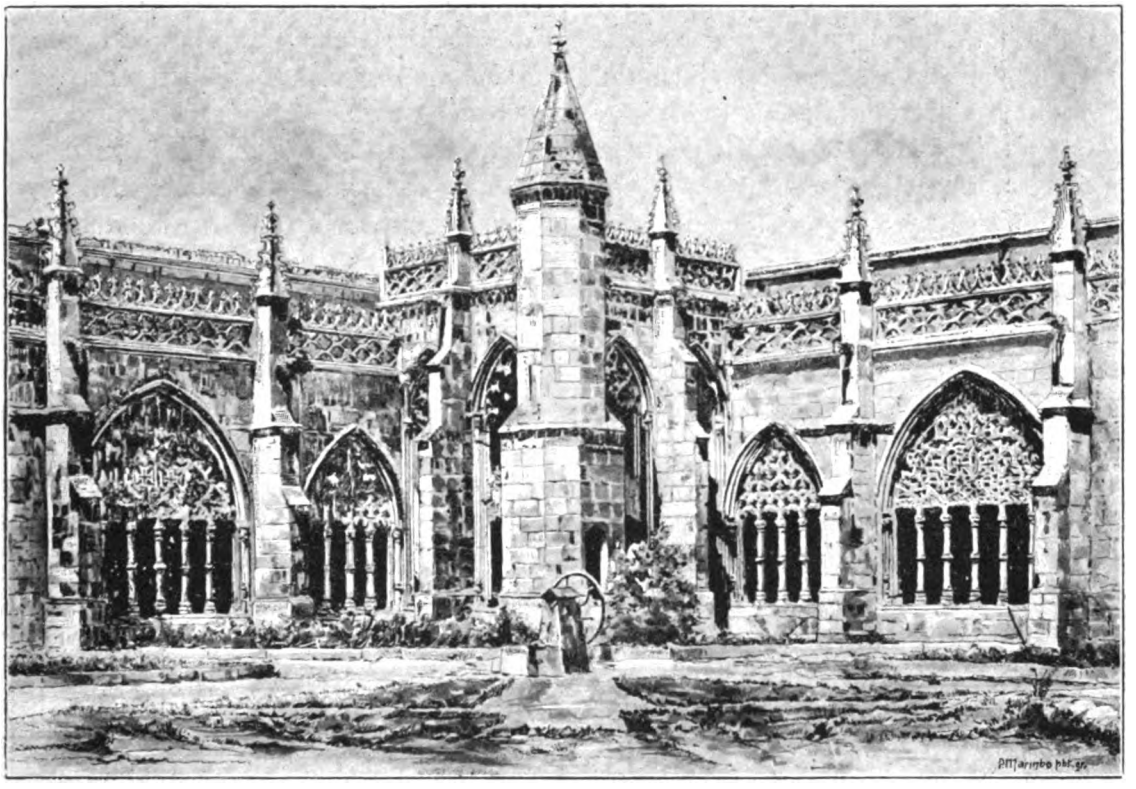
D'aqui se originou um alvoroto, que tomou grandes proporções quando se viu que a carta de mercê, assignada pela rainha, não trazia a assignatura do infante. Apparecendo na camara um tal Bartholomeu Gomes, contador, e Alvaro Antonio, escrivão da siza dos pannos, que queriam fazer executar a ordem da rainha, o povo quiz matal-os, e se Bartholomeu Gomes escapou, graças a amigos seus que o defenderam, Alvaro Antonio foi atirado pela janella, salvando-se com vida por milagre. A cidade estava por tal modo alvoroçada, que ninguem a podia aquietar; o povo chamava o infante D. Pedro; e este, exacerbado pelas offensas da rainha, acolhia os recados com boa sombra e não desanimava a insurreição. Não o accusemos de ambicioso; conhecendo o seu valor, vendo que o reino todo o desejava para regente, com amargura mas com lealdade, não quizera semear a discordia no reino, e resignara-se a deixar no governo de Portugal a preeminencia á Aragoneza; esta, em vez de lhe reconhecer o nobre procedimento, cada vez lhe

1 Rny de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 24 pag. 237.

Digitized by Google

mostrava mais odio, e insultava-o a cada instante na pessoa dos seus parciaes. Era natural o resentimento.

Entretanto, como Lisboa continuava revolta, enviou a rainha á cidade o conde de Arrayolos, encarregado pela concordia da justiça do reino, afim de apaziguar as desordens. O conde foi, mas mau effeito produziu, porque logo começaram os murmurios, que se foram tornando tão ameaçadores, que o padre achou mais prudente fugir do pulpito sem concluir o discurso. O conde de Arrayolos ficou exasperado com o modo por que o frade comprehendera a sua missão; este comtudo ia pagando caro



BATALHA — CLAUSTRO REAL

viu a sua auctoridade desacatada, e não pôde, por mais esforços que fizesse, conter a plebe. Lembrou-se então de recorrer á influencia religiosa, e instou com um frade dominicano, bom prégador, por nome fr. Vasco da Alagoa, para que, no seu primeiro sermão, tranquilisasse o povo agitado. Mas o frade, homem devoto á rainha, em vez de procurar socegar os tumultos, entendeu que devia trovejar, ameaçando os fautores das desordens com toda a ira da terra e dos céus.

Este impensado geito dado á prédica, o erro, porque o povo enfurecido correu ao mosteiro, e se o prior não tivesse feito fugir o frade secretamente, era muito natural que o mal-aventurado prégador não escapasse com vida.

Estes tumultos deram occasião ao infante D. Pedro de fazer um certo alardo da sua popularidade. Veiu de Camarate, onde estava, a Lisboa, e, recebido com enthusiasmo, reprehendeu severamente o povo por fazer reclamações tumultuarias, quando tinha as côrtes para expor as suas queixas, que elle mesmo D. Pedro apoiaria, se fossem justas. Todos

Digitized by Google

receberam com humildade as reprehenções, por fim de contas apenas apparentes, do infante D. Pedro, que não desgostava de mostrar á rainha, como outr'ora seu pae, o mestre de Aviz, o mostrara a D. Leonor Telles, que podia açaimar e desaçaimar á sua vontade o leão popular.

Com estas coisas se accendia o odio da rainha, e não se poude conter que não avisasse os fidalgos da sua parcialidade para que viessem ás côrtes bem armados e escoltados para poderem resistir ás pretenções do povo. Com a sua pequena mão a rainha semeava a discordia no reino e preparava a guerra civil, de que ella mesma devia ser a primeira victima.

O infante D. Pedro, a quem estas coisas constavam, foi falar com o infante D. João, que estava em Alcochete enfermo, e d'elle recebeu de novo o conselho de se proclamar unico regente. O infante D. Pedro o que disse é que não podia deixar de levantar a luva que a regente lhe atirava, e logo que D. Leonor se preparava para apparecer nas côrtes com a fidalguia em som de guerra, elle, como defensor, devia prevenir d'esse facto as cidades e as villas, o que logo fez por uma carta circular, em que declarava as tenções da rainha, avisando os povos para que se precavessem contra as insolencias dos fidalgos e dos estrangeiros, porque D. Leonor se preparava para recorrer ao auxilio de seus irmãos, os infantes aragonezes. A carta, lida na camara de Lisboa, foi depois affixada á porta da Sé, e foi tal a affluencia de povo a lêl-a e a transcrevel-a, que até de noite se accumulava ás portas da cathedral gente munida de laternas, que devorava com fervor a prosa do seu infante querido.

As cidades responderam todas unanimemente agradecendo ao infante a communicação, accrescentando mesmo a cidade do Porto que o unico modo de resolver estas pendencias era proclamar-se D. Pedro regente unico. A luta estava emfim travada abertamente, e por imprudencia da rainha.

Este ultimo acto de D. Leonor, acto que o conde de Arrayolos severamente desapprovou, e que ella, em presença das reprehensões do conde, prometteu revogar, sem cumprir nunca a promessa, acabou de indignar o infante D. Pedro, que declarou então abertamente guerra a sua cunhada. Indo visitar o rei a Sacavem, entrou, com semblante frio e severo, nos aposentos de D. Leonor, disse-lhe que, positivamente desafiado por ella, acceitava a luta sem lhe temer as consequencias, e retirou-se logo em seguida sem lhe beijar a mão, o que foi tido por grande escandalo e irreverencia. A rainha, aterrada por esta declaração do infante, e sabendo o poder que elle exercia em Lisboa, não se julgou segura em Sacavem, e fugiu com seus filhos para Alemquer. Alguns dos seus não lh'o levaram a bem, dizendo-lhe que pelo contrario devia entrar em Lisba a experimentar o seu prestigio e o prestigio da auctoridade. Tinham razão; se a rainha queria lutar, andava mal começando por fugir do campo de batalha. Deixava o campo livre aos inimigos, desanimava alguns dos seus amigos, e não podia conter o zêlo imprudente de outros. Os acontecimentos provaram que fôra esse passo um passo errado da rainha, e justificaram o proverbio francez: *Les absents ont tort.*

Effectivamente, logo os habitantes de Lisboa, prevendo que da resolução tomada por D. Leonor podiam resultar guerras, trataram de escolher um alferes que os capitaneasse, e esse alferes foi, por consenso unanime de todos, Alvaro Vaz de Almada, o intimo amigo do infante D. Pedro. Depois de terem procedido a essa eleição reuniram-se todos na egreja de S. Domingos, já desde o tem-

Digitized by Google

po de D. Fernando escolhida para fôro d'estas manifestações tumultuarias, e alli juraram escolher para regente o infante D. Pedro, defender a sua eleição, e requerer em côrtes que essa eleição se realisasse. D'isso tudo levou noticia á rainha, cada vez mais sobresaltada, um dos seus apaniguados, Pedro Annes Lobato, que lhe fez sentir o perigo imminente em que uma tal resolução a collocava.

Nem todos os partidarios tinham comtudo a prudencia e a moderação de Pedro Annes, e o arcebispo de Lisboa fazia ao mesmo tempo verdadeiras loucuras. Como o seu palacio pegava com a muralha do castello, junto da porta de Martim Moniz, assenhoreou-se de uns cubellos que lhe ficavam por cima da casa, abriu uma porta na muralha para sua serventia particular, e quando a camara o recriminou por isso, o arcebispo não respondeu senão fortificando o palacio e proferindo injurias contra o povo. Isto excitou alvoroto, e a vida do arcebispo D. Pedro de Noronha, primo da rainha, correria verdadeiro risco se não tratasse de se pôr a salvo em Alhandra, onde continuou a vociferar contra os Lisbonenses e a ameaçal-os. Estes souberam-n'o e logo o puniram, suspendendo-lhe os rendimentos da mitra, accusando-o de blasphemo, e mandando pedir ao papa que o depozesse e lhe désse um successor. Então o arcebispo, julgando-se em perigo ainda na Alhandra, quiz passar a Obidos. N'essa villa não o quizeram receber, e D. Pedro de Noronha teve emfim de se retirar para Castella.

Lisboa entretanto permanecia em sedição, e, para regularisar esse estado, pediram os Lisbonenses ao infante D. João que viesse residir para a cidade. O infante accedeu de bom grado, e a rainha, vendo a feição que as coisas tomavam, quiz encetar o caminho da conciliação, e por isso escreveu uma carta a Lisboa e ás outras cidades, procurando descarregar-se das mais odiosas accusações que se lhe faziam, affirmando por exemplo que nunca pensara em dar entrada em Portugal aos estrangeiros.

A carta não produziu o menor effeito: na maior parte dos sitios nem foi lida; em Lisboa nem sequer se consentiu que fosse affixada á porta da Sé, chegando a correr perigo de vida um escrivão da chancellaria d'el-rei, Gomes Borges, por ter querido affixar a carta de D. Leonor, como se affixára a de D. Pedro.

Tendo já o infante D. João do seu lado, resolveu Lisboa dar uma fórma ainda mais solemne á promessa que fizera, de requerer ás côrtes a regencia de D. Pedro, e n'uma especie de sessão feita na camara, em que falou o doutor Affonso Magaancha, e em que orou tambem, a pedido do povo que desejava ouvir o seu parecer, o capitão-mór do mar e alferes da cidade Alvaro Vaz de Almada, formulou a cidade da seguinte maneira a sua resolução: A rainha devia ceder a regencia, e devia tomal-a até á maioridade do rei D. Affonso V o infante D. Pedro; no caso d'este fallecer, seguir-se-hia o infante D. Henrique; a este seguia-se, ainda que estivesse captivo em Fez, o infante D. Fernando. Depois, em ultimo recurso, vinha a familia do bastardo de D. João I: em primeiro logar o conde de Barcellos, e logo em seguida os condes de Arrayolos e de Ourem. A rainha é que em caso nenhum devia reger o reino, sendo comtudo tratada sempre com a maxima consideração. Quando D. Affonso V chegasse á edade propria, devia logo o regente entregar-lhe o governo.

Feito e assignado este accordo, communicaram-n'o logo os da cidade ao infante D. João, que o approvou muito, mostrando-se em tudo do parecer dos habitantes de Lisboa. Depois, reunido o

Digitized by Google

povo no refeitorio de S. Domingos, leram-lhe o accordo os vereadores para isso designados, e pediram a todos que dessem o seu parecer sobre o caso sujeito. Um alfayate[1], Diogo Peres, bradou logo que nada tinham que dizer, e que estavam promptos a cobrir d'assignaturas esse accordo em tudo conforme com as intenções populares. «Com aquella voz, diz Ruy de Pina, seguiram tantas vozes que alguma se não ouvia; e com os assignados dos que tinham assignado

O CALDEIRÃO DE BARCELLOS

foram logo outros tantos postos, que não cabiam em um grande caderno; porque assim trabalhava cada mechanico official de pôr alli o seu nome, como se na postura d'elle accrescentasse sua honra e fazenda, remediasse de todo a necessidade do reino[2].

A cidade de Lisboa communicou aos infantes e á rainha a resolução que tomára, e logo foi n'isso acompanhada pelas outras terras do reino, principalmente pela cidade do Porto, que se mostrou mais exaltada do que nenhuma outra. O Infante D. Pedro confessou-se muito agradecido; o infante D. João approvou tudo quanto se fizéra; mas o infante D. Henrique, sem desapprovar a substancia do accordo, achou-o illegal, e a rainha, como era de suppor, logo se rebellou contra elle. Immediatamente escreveu aos fidalgos que seguiam o seu partido, que não comparecessem nas côrtes, procurando assim tirar com a sua ausencia toda a validade ao que n'essas côrtes se decidisse, mas enviando sempre de prevenção os seus protestos contra qualquer tentativa que se fizesse no sentido de tirar a regencia á rainha.

Entretanto em Lisboa a exaltação subia de ponto, principalmente desde que o alcaide-mór D. Affonso, senhor de Cascaes, e seu filho D. Fernardo tinham tomado absolutamente o partido de D. Leonor, fechando-se no castello, collocando as roldas e sobre roldas, permanecendo emfim n'uma attitude visivelmente hostil á cidade. Os Lisbonenses queriam combater o castello, mas o infante D. João preferiu ir primeiro por bem, e entrou em negociações com o alcaide-mór, por intermedio da esposa d'este, D. Maria de Vasconcellos. Queria o infante que D. Affonso ou entregasse o castello ou consentisse que elle D. João fosse para dentro dos seus muros. A resposta que trouxe foi que nem uma nem outra cousa estava o alcaide resolvido a fazer. Ao mesmo tempo D. Maria de Vasconcellos aproveitou o ensejo para dizer ao infante D. João, da parte da rainha, que ella não podia perdoar ao infante D. Pedro o modo insultante com que este a tractára, mas que tão pouca era a sua ambição de poder que estava muito disposta a resignal-o nas mãos d'outro qualquer de seus cu-

[1] O tanoeiro Lopo Fernandes foi um dos promotores d'este acto, approvado por moção enthusiastica d'um alfayate como dizemos no texto. Foi um alfayate, Fernão Vasque, o chefe da sedição de Leonor Telles; foi um tanoeiro, Affonso Ennes, quem primeiro proclamou a dictadura do mestre d'Aviz. Eram bellicosos nos seculos XIV e XV os alfayates e os tanoeiros.

[2] Ruy de Pina *Chronica de D. Affonso V*, cap. 38, dag. 259.

Digitized by Google

O INFANTE D. HENRIQUE

Digitized by Google

nhados, principalmente d'elle D. João, com cuja filha D. Izabel muito folgaria de vêr casado el-rei D. Affonso V. D. João percebeu logo a transparente astucia feminina, e respondeu, sorrindo, que os filhos d'el-rei D. João I sempre tinham sido muito unidos e que era escusado semear entre elles a sisania; que el-rei D. Affonso V devia casar com a filha do infante D. Pedro, como el-rei D. Duarte ajustára, e como a rainha D. Leonor posteriormente promettera; e que, emquanto a sua filha, preferia elle D. João vêl-a dissoluta e perdida a vêl-a casada com o regio noivo de sua prima. «Por esta nobre abnegação, escreve Schoeffer, que lhe fazia sacrificar a satisfação do orgulho paternal, o gosto de vêr a fronte de sua filha ornada com a régia corôa, ao sentimento do dever e ao amor fraterno, pareceu que a Providencia lhe reservára uma recompensa. Depois D. Izabel veiu a ser esposa do rei de Castella, D. João II, mãe da grande Izabel, ornamento do throno castelhano, e avó de tantos reis e imperadores[1].»

Com esta resposta se foi D. Maria de Vasconcellos, e logo o alcaide-mór, que não se abastecera de mantimentos para sustentar um cêrco, entregou o castello ao infante, e partiu para Alemquer a unir-se á rainha.

Esta, vendo que não conseguira os seus intentos com o infante D. João, esperou ser mais feliz com o infante D. Henrique, e tratou de ensaiar sobre elle o effeito das suas astucias femininas. Escreveu-lhe dizendo-lhe que D. Pedro só d'elle se receiava na empreza de tomar a regencia do reino, e que portanto estava disposto a prendel-o, e talvez a matal-o. Teve conhecimento da carta, logo que foi escripta, o infante D. Pedro, que andava bem servido de espiões, e, correndo de Montemór-o-Velho, onde estava, a Soure, ondé então residia o infante D. Henrique, foi apertal-o nos braços, assegural-o da sua amizade, e pedir-lhe que nunca desconfiasse do seu affecto fraternal, por mais calumnias que procurassem incutir-lhe. Ficou D. Henrique espantado d'esta subita expansão, mas retribuiu-lh'a com egual carinho. Não foi pequeno o seu espanto quando d'ahi a breve espaço recebeu a calumniosa carta da rainha D. Leonor. Correu logo a Montemór-o-Velho, com a carta aberta na mão, e disse a D. Pedro:—«Vêde o que me escrevem, e eu tanto desconfio de vós que venho pôrme em vosso poder.»—«Já conhecia a carta, respondeu D. Pedro sorrindo, e por isso vos fui prevenir.» Os dois irmãos abraçaram-se de novo, compadecendo-se das vãs tentativas da rainha. Causa gosto encontrarem-se na historia scenas como esta, em que brilham com tão vivo esplendor os mais puros sentimentos da alma humana. O affecto que unia entre si os irmãos de D. João I, illumina com doce luz estas paginas tenebrosas da nossa historia. Tudo quanto se liga a essa grande época do mestre d'Aviz é nobre e generoso. Depois, a decadencia começa, primeiro insensivel, e em seguida rapidissima. Praticam-se ainda grandes coisas, até coisas mais assombrosas do que as que praticou a geração de D. João I; mas os homens acanham-se, diminue a sua grandeza moral, ainda quando augmenta ou pelo menos se conserva intacta a pujança do seu braço.

O infante D. Henrique, depois, nos desgraçados episodios que trouxeram como consequencia a morte de D. Pedro, não teve talvez um procedimento irreprehensivel; é essa, como dissemos, uma das nodoas da sua vida: os leves toques de egoismo, que assombreavam ás vezes a sua nobre alma, accentuam-se com a approximação da velhice. Mas

[1] *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 468.

Digitized by Google

n'esta primeira época o infante D. Henrique fórma com seus irmãos um grupo verdadeiramente sympathico.

Juntaram-se os infantes com o conde de Barcellos, que andava de um para o outro lado, inquieto, procurando principalmente n'aquellas turvações a sua conveniencia, e acordaram em enviar uma embaixada á rainha, a pedir-lhe que comparecesse nas côrtes, que se deviam reunir em Lisboa. O embaixador foi o conde de Barcellos, que encontrou D. Leonor em Alemquer, fortificada e apercebida como se estivesse em tempo de guerra Estranhou-lh'o o conde, e, communicando-lhe a sua embaixada, recebeu d'ella a resposta que não iria ás côrtes senão no caso de ser annullada a eleição que as cidades e villas tinham ousado fazer do infante D. Pedro para regente do reino. O duque de Coimbra, quando soube d'esta resposta, disse que elle nada tinha com o requerimento que as cidades e villas tinham feito, que ellas, se quizessem, o annullassem, mas que lhe parecia que, até para obter essa annullação, melhor seria que a rainha comparecesse nas côrtes, e, sem insistir mais, tomou o caminho de Lisboa. O conde de Barcellos, entretanto, reunindo-se com alguns outros fidalgos, fez um accordo secreto em que prometteram uns aos outros tratar sempre das suas vantagens particulares, fosse qual fosse o caminho que tomassem as coisas da regencia. Pouco tempo depois celebrava-se em França, entre os fidalgos, uma concordia, que não tinha outro fim senão o da reunião promovida pelo conde de Barcellos, mas que tomava ostensivamente o nome de *Bem Publico*. Eram mais francos os nossos, e diziam-se sem rebuço os defensores do bem particular.

Esta lucta da rainha D. Leonor com o infante D. Pedro é realmente uma das mais caracteristicas da nossa historia. D. Leonor combate com armas de mulher, que todas resvalam na couraça impenetravel, com que se reveste o animo frio e varonil do infante. Recúa sempre diante do combate em campo aberto; mas intrigas pequeninas, astucias, insultos, mesquinhas vinganças, isso não falta. Quando o infante veiu de Coimbra a Lisboa, acompanhado, como lhe cumpria, por muitos fidalgos e adherentes, D .Leonor mandou-lhe dizer que seria melhor que não apparecesse em Alemquer, ou que, se quizesse ir prestar as suas homenagens a el-rei, que fosse pelo menos sem tantos seguidores. Este recado envolvia um insulto que D. Pedro percebeu, redarguindo friamente que ninguem o vencia em amor e respeito a el-rei, e que a rainha fazia mal em estar a insultal-o continuamente, quando elle não pensava senão em servil-a.

Brazão d'armas da cidade de Lagos

Sem passar por Alemquer, dirigiu-se o infante a Lisboa; antes de entrar na cidade, recebeu uma deputação de lisbonenses, que lhe pedia para elle tomar logo posse da regencia, sósinho, sem outro companheiro. D. Pedro respondeu, allegando que não podia fazer similhante coisa sem assentimento de seus irmãos, de seus sobrinhos, e das côrtes; mas os deputados insistiram, mostrando que tinham na sua mão as adhesões de todos os concelhos, que os infantes concordavam tambem que assim se procedesse, e que eram por conseguinte infundados os escrupulos de D. Pedro.

Vencido por estas instancias, o infante prometteu o que quizeram, e fez logo em seguida a sua entrada solemne em Lisboa, sendo recebido com muito affecto pelo infante D. João, e indo á Sé jurar que havia de reger bem o reino, e que havia de entregar o governo a D. Affonso V, apenas elle chegasse á maior-

Digitized by Google

idade. Não valia a pena atropellar assim um pouco as formulas legaes, porque logo se abriram as côrtes, o infante D. João tomou a palavra (estando enfermo, empregou intermediario) e propoz a eleição de D. Pedro para unico regente do reino. As côrtes approvaram, e D. Pedro assumiu então legalmente a regencia.

Foram mensageiros notificar á rainha a decisão dos Tres Estados, e pedir-lhe ao mesmo tempo que trouxesse o joven rei a Lisboa, para elle cumprir a formalidade de comparecer nas côrtes, approvando uma lei que tão de perto lhe dizia respeito. D. Leonor negou-se obstinadamente a deixar ir seu filho, sem que as côrtes reconhecessem a regencia d'ella. Foram baldadas todas as tentativas; a rainha persistiu no seu projecto. Quem logrou afinal trazel-a á capital com o filho foi o infante D. Henrique. Era este o unico dos seus cunhados que exercia uma verdadeira influencia sobre o espirito da rainha.

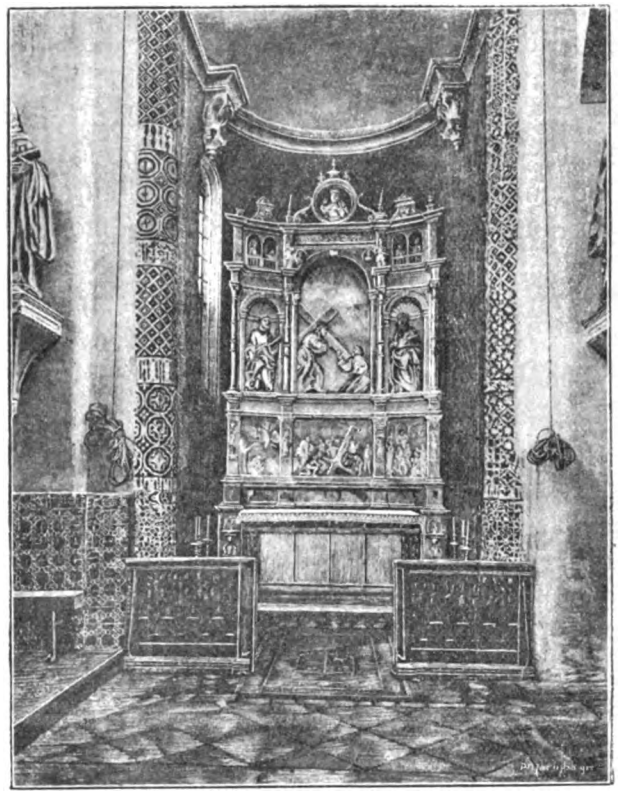
D. Leonor veiu emfim, e deixou ir o filho ás côrtes, mas não sem que primeiro exigisse uma promessa escripta e assignada pelos infantes, de que el-rei lhe seria immediatamente restituido. O juvenil monarcha presidiu á assembléa, e em seu nome o doutor Diogo Affonso Mangaancha confirmou a eleição das côrtes e declarou acceitar o infante D. Pedro para regente durante a sua menoridade. Logo depois Affonso V voltou para o seio de sua mãe, e as côrtes continuaram nos seus trabalhos. Foi alli que D. Pedro outhorgou aos povos um dos beneficios que lhe valeram mais o reconhecimento popular: o dispensal-os finalmente devéras do pesado tributo da aposentadoria, ordenando em Lisboa, e depois em Santarem, Evora, etc., estáos, ou hostáos, onde poisassem el-rei e os seus fidalgos.

Estavam já para se fechar as côrtes, quando um João Gonçalves, procurador da cidade do Porto, appareceu um dia na casa onde se reunia a camara lisbonense, e disse que as côrtes se iam fechar quando estava ainda por fazer o mais importante; que se tirára a regencia á rainha, e que se déra ao infante D. Pedro; mas que isso de nada valia se á rainha continuasse a ser confiada a educação do rei, não só porque essa educação faria d'elle um homem effeminado e, de mais a mais, ignorante dos negocios do reino, mas tambem que a rainha não deixaria de lhe incutir idéas de inimisade para com o regente e para com os que o tinham eleito, o que podia de futuro accarretar graves perigos. Todos sentiram a verdade d'estas palavras, e logo foi uma deputação apresentar o resultado das suas reflexões ao infante D. Pedro. Accrescentára o procurador do Porto que o Estado não podia com as enormes despezas que trazia comsigo a existencia de duas côrtes distinctas, a do regente e a do rei. D. Pedro concordou no que havia de verdadeiro na representação, mas pediu que o não obrigassem a exercer sobre a rainha essa violencia; em primeiro logar porque o seu filho estava sendo a sua consolação unica no meio dos soffrimentos do seu orgulho; em segundo logar porque elle mesmo não folgava d'assumir tamanha responsabilidade como era a da vigilancia do rei; que, se alguma desgraça succedesse ao infantil monarcha, não faltaria quem logo accusasse o infante; e, em terceiro logar que, tendo o seu tempo todo absorvido pelos importantes negocios do Estado, não podia consagrar ao monarcha toda a attenção que a sua educação requeria. Todas estas objecções lh'as desfizeram os delegados, até que o infante D. Pedro declarou que o que lhe parecia melhor era propor-se á rainha o viverem no mesmo sitio, encarregando-se a rainha da educação

Digitized by Google

moral do rei, e deixando ao infante o cuidado da sua educação intellectual e politica. N'este sentido se fizeram propostas á rainha, que ella sempre regeitou, dizendo que só as acceitaria, se lhe fosse restituida no governo a parte que as côrtes de Torres-Novas lhe tinham garantido. Os infantes, que tinham vindo tractar da negociação, retiraram-se descontentes, depois de muitos e baldados esforços para a fazerem mudar de proposito.

Comtudo, a rainha bem percebia que não podia deixar de ser vencida na lucta, e, victima de crueis perplexidades, não sabia o que havia de decidir. Temia desamparar seus filhos, e entregal-os ao infante, de quem os seus conselheiros lhe faziam formar uma pavorosa idéa; temia, por outro lado, vêr o povo arrebatar-lhe seus filhos, se persistisse em recusar-se a um accordo. N'esta hesitação, pediu conselho aos fidalgos que a rodeavam, e elles, sempre desejosos de accenderem a chamma da discordia, foram de parecer que persistisse a rainha na sua negativa, e que deixasse seus filhos, o que muito embaraçaria o infante D. Pedro, que tanto temia encarregar-se da responsabilidade da sua guarda. A pobre rainha não era mais do que um instrumento nas mãos dos cortezãos, que zelavam, não os interesses d'ella, mas os seus proprios interesses, e que só cubiçavam magoar e enleiar o infante D. Pedro. Ainda havia pouco tempo que o conde de Barcellos, logo que o infante fôra nomeado regente, apresentára em côrtes uma proposta, pela qual se coarctava o mais possivel a auctoridade da regencia, reservando-se a decisão de quasi todos os casos de administração para as côrtes! Os procuradores regeitaram a proposta. Era agora o conde de Barcellos, o chefe da aristocracia, o homem que não reconhecia ás côrtes o direito de nomearem regente, quem se fazia democrata e quem dava ás assembléas da nação quasi todas as attribuições legislativas e executivas! Era uma transformação maravilhosa; mas transformações assim ainda hoje não são raras. Aconselhada pelo seu odio, e pelos ambiciosos que se serviam d'ella para os seus fins, a rainha D. Leonor resolveu abandonar os filhos, e partir com as infantas, querendo lançar sobre D. Pedro todo o odioso da sua resolução. A' ultima hora, comtudo, o sentimento maternal, superado pelas más paixões, rebentou em extraordinaria explosão, e houve uma scena pathetica á meia noite, quando, mandando acordar seus fi-



SÉ VELHA DE COIMBRA — ALTAR DE S. PEDRO

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 51, pag. 284.

Digitized by Google

lhos, se despediu d'elles com lagrimas e soluços. «Filho e senhor, dizia ella tomando el-rei nos braços e banhada de amargo pranto, praza a Deus por sua piedade que vos guarde e vos dê vida, e a mim não deixe viva e desamparada de vós, como o sou de el-rei vosso pae[1]». D. Affonso, criança de menos de oito annos, procurava consolar a mãe, e maravilhava a todos com a tranquillidade do seu animo. Mas a pobre creança, que não percebia essas emmaranhadas intrigas, e que só via fugir a mãe, que odio não sentiria ir-se pouco a pouco accumulando no fundo do peito contra o homem que o privava dos affagos maternaes? O seguimento provou que o joven principe não assistira indifferente a essas dolorosas scenas.

D. Pedro ficou, effectivamente, devéras pungido quando se viu com o rei e o infante D. Fernando nos braços. Estamos convencidos que, se D. Leonor insistisse em não querer viver ao lado do regente, não a obrigaria este a ceder-lhe o filho. Mas D. Leonor preferira apresentar-se como victima, e dar a D. Pedro todo o odioso de um perseguidor, de um barbaro que nem respeitava os sentimentos maternaes. De todos os golpes que lhe vibrou, foi esse o que mais doeu a D. Pedro, e o que teve para elle depois mais funestas consequencias. Bem se podiam prevêr já as desgraças futuras nos modos e no porte da creança real, que passava de uns para outros, sem dizer coisa alguma, sem louvar, sem se queixar, nem accusar, frio, impassivel, com uma impenetrabilidade superior aos seus poucos annos.

D. Pedro, sem adivinhar o odio que se ia accumulando contra elle no coração do real pupillo, sentira-se logo do procedimento da rainha, e tentára fazel-a desistir da sua resolução. O infante D. Henrique foi atraz de D. Leonor para a dissuadir; mas não a pôde alcançar senão em Cintra, para onde ella se retirára, e ahi nada conseguiu da obstinada senhora, que triumphava ao vêr que acertára no coração do infante o golpe que ella lhe vibrára.

Se alguma coisa podia consolar o infante dos dissabores que a rainha lhe causava era, decerto, a verdadeira idolatria de que era objecto entre o povo. Em agradecimento á dispensa definitiva das aposentadorias, quizeram os habitante de Lisboa erigir ao infante uma estatua em vida, que devia ser collocada na frontaria dos Estáos[1]. Assim o communicou ao infante uma deputação dos habitantes de Lisboa. Mas elle, com um triste sorriso, respondeu que, se o povo n'esse momento falava em lhe erigir uma estatua, não faltariam occasiões de mudanças de pensar, e que seus filhos ou elles mesmos talvez derribariam a estatua que então lhe fosse levantada. Preferia então, dizia elle, não acceitar a honra a sujeitar-se á affronta.

Quando o rodeava o enthusiasmo idolatra de um povo inteiro, era realmente notavel esta triste previsão, que lhe fazia adivinhar, rasgando os véos do futuro, o destino que lhe estava reservado. Não nos deve espantar, comtudo. D. Pedro era uma alta intelligencia e um nobre espirito, e não ha espirito nobre e intelligencia elevada que, depois de ter atravessado por algum tempo as regiões da politica, não fique para sempre com

[1] Os paços dos Estáos existiram no local onde é hoje o theatro de D. Maria II. Esses mesmos paços foram applicados por el-rei D. João III para séde da inquisição. Em 1755 foram arrasados pelo terramoto e reconstruiram-se. Em 1820 serviram para palacio da regencia. Em 1826 para varias repartições da camara dos pares. Em 1833 para edificio do thesouro publico, secretaria da fazenda, etc. Devorou-o um incendio no dia 14 de Julho de 1836, e sobre as suas ruinas se edificou o theatro de D. Maria II. Que destinos teem as pedras! «A palavra estáos, diz o sr. Vilhena Barbosa no curioso artigo d'onde tirámos estas noticias, significava hospedaria e derivava-se com pouca corrupção do antigo vacabulo *hoestão*, que designava casa de aposentadoria publica.» Vide *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 33

Digitized by Google

uns laivos de sceptica amargura, triste privilegio de quem aprende á custa sua a conhecer os homens e a inconstancia da plebe[1].

Ainda outra vez pareceu que o infante D. Pedro adivinhava o seu desgraçado fim. Oiçamos Ruy de Pina contar-nos a anecdota:

«E seguiu-se mais depois, para se presumir que o infante alguma revelação tinha de sua morte, que em Coimbra, indo elle quando regia e o infante D. Henrique para a porta de S. Bento, que sahe á ponte onde estão as armas da cidade, que são uma mulher posta sobre um calix com uma corôa na cabeça, e a uma têta um leão e a outra uma serpe; o infante D. Henrique, olhando-as, disse pelo contentar: Bem se póde, senhor irmão, comparar a vós esta figura, pois tambem d'uma parte daes mantimento ao leão que é Castella, e da outra a Portugal que é a serpe do nosso timbre. — «Verdade é, disse o infante D. Pedro, mas vêde-a melhor e considerae que está sobre calix, que significa sangue, em que mais claro parece que de meus trabalhos, serviços e beneficios, esse ha de ser meu galardão. E certo, comquanto esse principe era mui catholico, devoto, justo e em que havia muitas outras virtudes, assim se seguiu como ao diante se dirá[1].»

A rainha entretanto não descansava, e, logo que esteve em Cintra, mandou-se queixar a seus irmãos, os infantes de Aragão, do procedimento que o infante D. Pedro com ella tivera. Os infantes, sem a quererem desamparar, mandaram-lhe comtudo dizer que se aquietasse por então, porque os negocios d'elles tambem não estavam seguros em Castella. Para ter com seus irmãos comunicações mais faceis, passou a rainha de Cintra a Almeirim. D. Pedro, que tinha de todos os seus passos informações certas, estava cuidadoso com esta inquietação, e, para evitar loucuras d'ella, mudou a côrte para Santarem, a fim de a poder vigiar melhor; ao mesmo tempo mandou publicar uma lei, que punia severamente aquelles que aconselhassem

Brasão de armas da villa do Aljubarrota

---

[1] Um dos bons poetas portuguezes, Pedro Antonio Corrêa Garção, na Arcadia Corydon Erimantheu, tratou este assumpto n'uma das suas odes, mas não foi n'ella feliz, como em algumas das que lhe mereceram justo renome. Parece que, mais desejoso de vibrar allusões pungentes ao marquez de Pombal, a cujo governo era adverso, do que de reproduzir na sua magestade historica esta magnifica scena, poz na bocca do infante D. Pedro um discurso emphatico, bem differente da singela e melancholica resposta que Ruy de Pina attribue ao infante, e que é mais conforme com o seu nobre caracter. Garção, escrevendo a *Falla do infante D. Pedro aos Portuguezes*, attende mais ao seculo XVIII e ao marquez de Pombal erigindo uma estatua a si mesmo na pessoa do seu fófo representante D. José I, e collocando no pedestal o seu proprio medalhão, do que aos factos do seculo XV narrados pelos velhos chronistas. Os seguintes versos, postos na bocca do infante D. Pedro, visam a peito bem proximo:

Não queiraes offuscar minha memoria
Provocando-me a collocar no solio
Um injurioso exemplo da vaidade,
Um padrão da lisonja.....
.....Fôra impropria
A gloria que me daes, se n'essa estatua
Descobrissem os seculos futuros
As máculas horrendas da vangloria.
.....
Mas haja quem se lembre d'este caso
E quem diga que regeitei modesto
As honras d'uma estatua; e que estas honras
Quem chega com justiça a merecel-as
Tambem sabe atrever se a despresal-as.
.....
.....É mui pesada
A sugeição do sceptro, e quem domina
Não tem a seu arbitrio as leis sagradas,
Fiel executor deve cumpril-as;
Mas não póde alteral-as.....

Seria este poemeto uma das causas ou a causa unica da mysteriosa prisão que Garção, sem duvida o mais horaciano dos nossos Arcades, soffreu durante uma parte do governo do marquez de Pombal? Não sabemos, mas inclinamo-nos a acredital-o. Veja-se a respeito d'este poeta um bello estudo critico de Luiz Augusto Rebello da Silva, publicado com o titulo: *Poetas d'Arcadia=I=Pedro Antonio Correia Garção*, no *Panorama*, vol. 9.º, pag. 330.

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 51, pag. 287.

Digitized by Google

mal a rainha, e a induzissem a semear no reino a discordia. Depois, como o seu temor provinha principalmente dos infantes de Aragão, e sabia que estavam em activa correspondencia com a rainha, resolveu precaver-se, alliando-se com os adversarios em Castella dos infantes aragonezes, e tratou de effectuar uma alliança com o condestavel Alvaro de Luna e o mestre de Alcantara D. Guterres.

O rei de Castella D. João II era um monarcha fraco, sem energia, que toda a sua vida vacillou ao sopro dos contrarios partidos que entre si disputavam a governança do reino, que lhe competia a elle reger. Esses partidos tinham por chefes principaes, d'um lado os infantes de Aragão, do outro lado o condestavel D. Alvaro de Luna. O hesitante monarcha pendia mais para o condestavel, era este o seu verdadeiro favorito, o homem da sua escolha; mas frequentissimas vezes o sacrificou á preponderancia do partido adverso. Quando porém a força dos infantes obrigava el-rei a desviar D. Alvaro de Luna da côrte, sempre tinha com elle secretas communicações, e a influencia do condestavel no seu espirito não deixava de ser immensa.

Afinal, os nobres adversos a D. Alvaro conseguiram chamar ao seu partido o principe D. Henrique, filho de D. João II, e o condestavel teve de succumbir diante de tantos odios. O favorito de D. João II morreu em 1453 no cadafalso, levando comsigo as saudades do monarcha sem energia que assignára a sua condemnação lamentando-a [1].

Em cumprimento d'esta alliança, e com approvação do rei de Castella, varias vezes enviou D. Pedro tropas portuguezas a favorecerem o condestavel, e a combaterem os infantes, auxilios valiosos, que muito concorreram para firmarem no poder o valido de D. João II.

Mas a rainha D. Leonor continuava a ter inquieto o regente, e este, depois de consultar o seu conselho, enviou o infante D. Henrique, afim de interceptar as communicações da rainha com seus irmãos, e tomou varias medidas tendentes a impedir os disturbios que D. Leonor promovesse. Isto fez com que alguns fidalgos do partido da rainha, receiosos de se perderem com ella, a aconselhassem a que fingisse accommodar-se com o infante, como com effeito fez por

[1] A vida e morte do condestavel D. Alvaro de Luna é um dos episodios mais dramaticos da historia de Hespanha, e o condestavel é considerado pelos nossos visinhos como um dos seus vultos eminentes. A *Chronica do Condestavel*, considera-a Ticknor como um dos mais bellos livros de prosa castelhana do seculo XV. Dando conta das chronicas de feitos individuaes, escreve o seguinte o celebre escriptor americano:

«Immediatamente depois da chronica de Pero Niño, segue-se a do condestavel D. Alvaro de Luna, o principal personagem do reinado de D. João II, quasi desde o momento em que, ainda criança, apparece como pagem na côrte, em 1408, até ao momento em que, em 1453, morre no cadafalso, victima da sua ambição desmesurada, do ciume dos nobres mais proximos do throno, e da culpada fraquesa do rei. Não se conhece o autor d'esta chronica *, mas uma evidencia intrinseca nos leva a acreditar que foi provavelmente um ecclesiastico bastante erudito, fazendo certamente parte da casa do condestavel, muito affeiçoado á sua pessoa, e sendo-lhe sinceramente dedicado. Esta chronica lembra-nos a bella e antiga biographia de Wolsey, pelo seu camareiro Cavendish.

«As duas obras são escriptas, depois da quéda dos grandes homens cuja vida narram, por pessoas que os serviram e amaram na sua prosperidade, e que vingam depois a sua memoria com um tal sentimento de gratidão e de fidelidade, que esse sentimento dá muitas vezes ao seu estylo uma bellesa impressionadora pela sua vehemencia, e ás vezes tambem pela sua eloquencia. A historia do condestavel é, por conseguinte, mais antiga. Foi composta entre 1455 e 1460, perto de um seculo antes da biographia de Wolsey por Cavendish. E grave e magestosa, magestosa de mais ás vezes; mas é isso que lhe dá maiores ares de verdade. A relação do cêrco de Palenzuela **, a viva

* A *Chronica de D. Alvaro de Luna* imprimiu-se pela primeira vez em Milão, em 1546, in fol., pelos cuidados d'um dos descendentes do condestavel Apesar da sua importancia e do seu interesse, só depois foi editada uma vez, graças a Flores, activo secretario da Academia d'Historia. (Madrid 1784, in 4.º) «Privado d'el-rei» favorito do rei, tal é o titulo pelo qual se designa ordinariamente Alvaro de Luna. Manrique chama-o «tan privado» palavra que passou quasi para a lingua ingleza. Lord Bacon no seu *Ensaio XXVII*, diz: «As linguas dão a taes pessoas o nome de favoritos ou privados, *favourites*, ou *privadoes*.

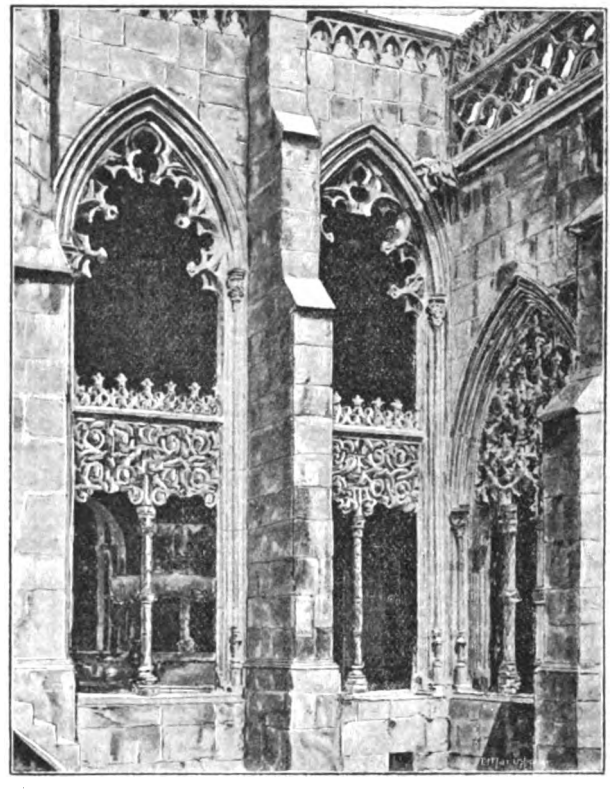
** «Tit. XCI—XCV. Veja-se tambem a curiosa poesia composta por Juan de Mena, poeta da côrte, ácerca da ferida que o condestavel recebeu durante o cerco.

Digitized by Google

promessas escriptas, e assignadas por ella, sem que D. Pedro desconfiasse da perfidia, antes pelo contrario folgando com esta terminação dos seus sustos, e dando ordens para que se restabelecessem as communicações interceptadas entre a rainha e os infantes de Aragão.

Quem ficou descontente com esta concordia, apesar de fingida, foi o conde de Barcellos, que não estava satisfeito senão com guerras e turvações; e logo aconselhou á rainha que se passasse para o Crato, terra bem fortificada, e dependente do prior dos Hospitalarios, Nuno Goes, que tomaria o seu partido, e que d'ahi, appellando para a nobreza da sua facção, e para o auxilio de seus irmãos, levantasse affoitamente a bandeira da guerra. D. Leonor acceitou com alvoroço a proposta, e, vencido pelo conde de Barcellos o obstaculo das hesitações do prior do Crato, preparou-se a rainha secretamente para sahir de Almeirim e levantar o estandarte da guerra civil.

O conde de Barcellos não se descuidava, e logo depois de ter persuadido a rainha a seguir o seu conselho, travou elle, em particular, alliança com os infantes de Aragão, coisa que lhe foi muito censurada por seus irmãos, e por seus proprios filhos, chegando o conde de Ourem a dizer que, se rebentasse a guerra, tomaria antes o partido de D. Pedro do que o partido de seu pae. É verdade que Ruy de Pina assevera que o conde de Ourem ia de meias no jogo paternal, e que, no principio das dissenções, tinha feito um accordo secreto para tomar cada um d'elles um dos partidos, afim de ficarem sempre de ganho, fosse



BATALHA — CANTO DO CLAUSTRO DOS REIS

descripção da pessoa e do porte do condestavel *, a scena da visita do rei ao seu favorito no seu palacio de Escalona, as festas que se seguiram ** e, acima de tudo, os pormenores circumstanciados e dolorosos ácerca do condestavel cahido do poder, da sua prisão e da sua morte ***, provam a liberdade e energia de uma testemunha ocular, pelo menos de uma pessoa inteiramente familiarisada com o assumpto que trata. Esta composição deve ser por conseguinte collocada no numero das mais ricas e das mais interessantes entre as velhas chronicas hespanholas; é absolutamente indispensavel para quem quizer comprehender o espirito turbulento do tempo a que se refere, época dos *bandos* ou dos partidos armados, quando todo o paiz estava dividido em facções, cada uma das quaes tinha as suas disposições bellicosas, combatendo cada uma por sua conta, e recusando absolutamente submetter-se á autoridade do rei. «Ticknor, *Hist. da litt. hespanhola*, tr. fr. de Magnabal, pag. 185 (Paris. 1864).

Este episodio da historia de Hespanha foi aproveitado em parte por uma celebre escriptora do visinho reino, D. Carolina Coronado, para um bello romance, que escreveu com o titulo de *Jarilla*, e que foi traduzido em portuguez e publicado no 4.º volume da *Revista Popular*, periodico litterario, que houve em Lisboa.

* Tit. LXVIII.

** Tit. LXXIV, etc.

*** Tit. CXXVII, CXXVIII, onde se encontram permenores. O ar grave e o porte do condestavel, o modo como foi conduzido montado n'uma mula ao logar do supplicio, o profundo silencio da multidão antes da sua execução, os soluços universaes que a seguiram, estão admiravelmente pintados, e provam, em quanto a mim, que o autor era testemunha ocular das circumstancias que tão bem descreve.

Digitized by Google

qual fosse o resultado da lucta. Habil transacção, que provava tanto o senso politico d'esses principes, como o seu desprendimento dos escrupulos, e que os habilitava portanto a serem grandes estadistas n'estes nossos tempos, em que os escrupulos se tornam para um homem politico tão embaraçosa bagagem.

O infante D. Henrique tentou, sem o conseguir, dissuadir o conde de Barcellos de uma alliança tão escandalosa. D. Affonso perseverou na sua intenção, e o resultado das suas intrigas logo appareceu n'uma embaixada que veiu de Castella a Portugal, afim de tractar de indemnisações por causa d'algumas presas maritimas feitas pelos Portuguezes em navios castelhanos, e principalmente para intimar a D. Pedro que restituisse a regencia a D. Leonor, ou que a deixasse partir para Castella. D. Pedro, depois de consultar os seus conselheiros, respondeu que, emquanto a indemnisações, se nomeariam juizes que decidiriam da validade d'ellas, e que, no que dizia respeito á rainha D. Leonor, iria depois uma embaixada portugueza a Castella de proposito para levar a resposta. Os embaixadores faziam ao mesmo tempo um singular pedido: queriam que a sua mensagem fosse communicada ás cidades e villas do reino. A sua intenção era aterrarem o povo com a perspectiva de uma guerra com Castella, e chamarem-n'o assim aos interesses de D. Leonor. D. Pedro respondeu que os negocios politicos tractavam-se com o governo que representava o paiz, e não directamente com o povo. Ao mesmo tempo soube secretamente, por um dos embaixadores, o bispo de Coria, que aquella mensagem era mais dos infantes de Aragão que do rei de Castella; que este, em vez de ser adverso a D. Pedro, lhe era favoravel, e achava muito justo que fosse um homem quem regesse o paiz e educasse o rei, pois que elle sabia por experiencia propria o mal que resultára de ter sido o reino governado e elle educado por sua mãe a rainha D. Catharina.

A' vista d'isto, o infante D. Pedro mandou attenciosamente dizer á rainha D. Leonor que, visto ser esse o seu desejo, lhe pedia que partisse para Castella com os embaixadores. Não era isso o que a rainha queria, e os embaixadores mostraram uma carta, que, diziam elles, tinham recebido d'el-rei de Castella, em que lhes era ordenado que não partissem antes de ter resolvido tudo a que tinham vindo. Pareceu a D. Pedro pouco verosimil que em tão pouco tempo tivessem os embaixadores escripto para Castella e recebido resposta; que era mais provavel que tivessem trazido cartas em branco, e o sello régio. Para se certificar d'isso, escreveu a D. Alvaro de Luna. O condestavel estava então exilado da côrte, mas conservava-se em secreta correspondencia com o rei, e respondeu logo certificando ao infante, e dando-lhe para prova uma carta escripta pelo proprio punho do rei, que os embaixadores procediam sem assentimento de D. João II, e obedecendo simplesmente ás ordens dos infantes de Aragão, que de tudo dispunham em Castella. Então D. Pedro intimou formalmente os embaixadores para que sahissem de Portugal, mas elles, sem desobedecerem, foram com diversos pretextos alongando a sua partida, de fórma que ainda estavam em Santarem quando a rainha sahiu para o Crato.

D. Pedro soubera finalmente do projecto de D. Leonor, e foi em seu nome o infante D. Henrique ameaçar o prior do Crato, e ordenar-lhe que viesse desculpar-se em presença do regente. O prior allegou a sua velhice e enfermidades, e enviou seu filho Fernão Goes, que effectivamente se apresentou com toda a humildade, e pediu licença para ir a

Digitized by Google

Almeirim communicar á rainha a resolução em que estavam de a não receberem. Foi e cumpriu o que dissera, mas secretamente fez o contrario, combinando com a rainha o dia e o modo da sua partida.

Quando chegou porém o dia marcado (31 de outubro de 1440) vieram as hesitações saltear a rainha D. Leonor, e os conselhos de um dominicano, contrarios ao projecto da rainha, actuaram no seu espirito, e estiveram para a dissuadir. Era já noite quando chegaram os filhos do prior do Crato, e encontraram a rainha n'estas irresoluções. Ficaram espantados e irritados com isso, e queixaram-se em altas vozes. Para não ser infiel á sua palavra, mais do que por desejo proprio, partiu a rainha ás nove horas da noite, banhada em lagrimas, e acompanhada apenas da sua filha D. Joanna, creança ainda de mama, porque a infanta D. Leonor estava doente, e de poucos creados seus. Conservára a sua partida secreta para a maior parte d'elles. Quando chegou ao Crato, recebeu-a magnificamente o prior, entregando-lhe as chaves da sua fortaleza, e jurando servil-a em tudo.

Era mais de meia-noite quando se espalhou por Almeirim uma voz que dizia: «Fujamos, fujamos, que vem o infante D. Pedro prender-nos». Correram ao paço da rainha, e não a encontraram. Então a consternação foi grande, dispersaram-se todos, e os que suspeitavam qual fôra o caminho que a rainha tomára foram em seu seguimento. Um d'esses foi D. Affonso, senhor de Cascaes, homem já edoso, que partiu muito contra vontade, forçado pelas instancias de sua mulher D. Maria de Vasconcellos, e de seu filho D. Fernando. «Deixae-me, dizia o pobre velho abraçando a terra e banhando-a de lagrimas, deixae-me comer a esta terra que me creou e a que não fui nem sou traidor. Não me desterreis este corpo sem culpa, nem lhe deies sepultura em terra alheia[1]».

Era tambem pouco mais de meia noite quando o infante D. Pedro foi avisado por Gil Peres de Rezende, contador de Santarem, da partida da rainha. Esta noticia produziu-lhe um grande abalo, mas logo providenciou com a maior energia, mandando D. Guiomar de Castro tomar conta da infanta D. Leonor, Martim Affonso de Miranda tomar conta, por inventario, de tudo quanto se achasse em Almeirim pertencente á rainha, e Martim d'Almeida de tudo quanto fosse dos fidalgos e dos creados. Diogo Fernandes d'Almeida, védor da fazenda, foi expedido como embaixador á rainha, para lhe rogar que voltasse, ou que ao menos entregasse a infanta D. Joanna, com ordem, se ella o não quizesse fazer, de lavrar, em nome de el-rei e em presença de tabelliães, um protesto contra tão insolito procedimento. Diogo Fernandes foi, mas voltou sem ter falado á rainha, porque lhe constou, disse elle, que estava D. Leonor tão firme no seu proposito que seria impossivel demovel-a; mas o chronista assevera que, sendo elle genro do prior do Crato, estava secretamente nos interesses da rainha.

Brazão de armas da villa de Loulé

Ao mesmo tempo o infante escreveu a seus irmãos, aos grandes do reino, e ás cidades e villas, notificando-lhes o succedido, e recommendando-lhes que se preparassem a defender a pessoa do rei, pois que, dando um tal passo, era intenção evidente da rainha semear no reino a guerra civil. Aproveitando a demora dos embaixadores de Castella em

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 65, pag. 310.

Digitized by Google

Santarem, tomou-os por testemunhas de que nada fizera que justificasse o procedimento da rainha, pedindo-lhes que instassem com ella para que não levasse por deante uma tal loucura. Corriam mensageiros em todas as direcções, e muitos d'elles trouxeram presos homens que se iam unir á rainha, e que D. Pedro mandava soltar logo que sabia que eram de casa de D. Leonor. Mas, como elle entendia que sua cunhada não déra esse passo sem contar com o auxilio de Castella e dos seus partidarios Portuguezes, tomou todas as precauções para uma guerra, nomeou o infante D. Henrique fronteiro da Beira, o infante D. João fronteiro do Alemtejo, e ordenou ao mesmo tempo aos Alemtejanos que não fornecessem ao Crato mantimentos senão os que bastassem para sustentação da rainha e de vinte pessoas da sua comitiva. Pela promptidão e acerto d'estas medidas, preveniu D. Pedro as tentativas da rainha, e suffocou todo o movimento revolucionario que se podesse levantar.

Com effeito, D. Leonor, assim que chegou ao Crato, enviou por todo o reino cartas que levára de Almeirim já escriptas, em que affirmava de novo o seu direito á regencia, e em que dirigia graves accusações ao governo do infante. Em parte nenhuma se fez caso d'essas cartas, e em alguns sitios chegaram os mensageiros a ser maltratados. Comtudo o infante entendeu que se devia justificar, e enviou a Lisboa, como capital do reino, uma carta em que se lavava completamente de todas as culpas que lhe eram imputadas.

O conde de Barcellos e os outros fidalgos do seu partido, tomados de subito pela rapidez e energia das medidas de D. Pedro, e não vendo esperança de auxilio da parte de Castella, não se moveram, de fórma que a rainha achou-se muito embaraçada no Crato. Faltavam os mantimentos, e ella resignou-se a pedir humildemente ao infante D. João que deixasse a praça abastecer-se. «Mas o infante, escusando de o fazer, lhe respondeu accusando com muita graveza e temperança seu movimento, em especial de pôr sua honra, seu estado, e sua honestidade em poder do prior e de seus filhos, que não tinham no reinq fama de muito honestos, pedindo-lhe emfim que para escusar similhantes necessidades e outras maiores, se quizesse tornar, do que ella não curou[1].»

Por este tempo veiu a Portugal o bispo de Segorbe, embaixador do rei de Aragão, irmão de D. Leonor, propondo em nome do seu amo as bases para um accordo entre a rainha e o regente. Este respondeu-lhe que nada se podia tratar emquanto a rainha estivesse no Crato. Procurou o bispo persuadil-a a que de lá sahisse, e, como o não conseguiu, voltou para Aragão sem ter feito coisa alguma.

Estava a guerra civil definitivamente ateiada no reino, e para a não prolongar, resolveu-se D. Pedro a tomar as praças da ordem do Hospital que obedeciam ao prior do Crato, apesar de já estar muito entrado o inverno; e, preparando o exercito, enviou contra o castello de Belver Lopo de Almeida, que foi depois o primeiro conde de Abrantes, contra o castello de Amieira Alvaro Vaz de Almada, conde de Abranches na Normandia, e contra o Crato foi elle em pessoa com seu irmão o infante D. João, e seus sobrinhos, os condes de Ourem e de Arrayolos. Amieira rendeu-se pouco depois de se lhe pôr cêrco. Belver tambem se rendeu, depois de valorosa resistencia, a 17 de dezembro de 1440. Vendo isto, e vendo tambem que os fidalgos Portuguezes não se resolviam a

[1] Ruy de Pina. *Chronica de D. Affonso V*, cap. 68, pag. 314.

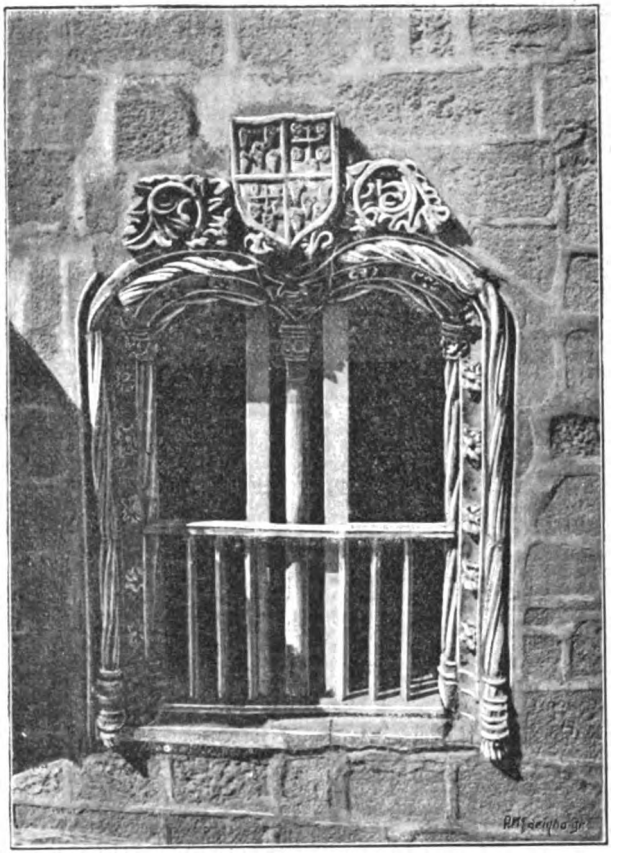
Digitized by Google

defendel-a, mandou a rainha assoldadar gente a Castella, vendendo para isso grande parte das suas joias. Os homens de armas castelhanos vieram ao Crato, commandados por um D. Affonso Henriques, e, afim de abastecerem a villa, sahiram a forragear, e taes estragos fizeram que o reino todo se indignou, e que D. Pedro, incitado pela indignação geral, apressou a sua ida para o Crato. Razão tinha elle para estar particularmente irritado contra a rainha, porque ella fazia tudo quanto podia para lhe ser desagradavel, e quando o regente estava de marcha para o Alemtejo, teve ainda uma nova prova da malevolencia de D. Leonor.

Essa prova foi a seguinte:

Enviara D. Pedro a Roma embaixadores a pedirem ao papa Eugenio IV as dispensas necessarias para o casamento de D. Affonso V com a princeza D. Izabel. A rainha, sabendo quanto magoaria o infante se o contrariasse n'esse projecto de casamento, empenhou todo o seu credito com seus irmãos, o rei de Aragão e Napoles e o rei de Navarra, e com o rei e rainha de Castella, para que obtivessem do papa que se recusasse a conceder a dispensa. Eugenio IV não queria descontentar o infante, mas, vendo-se perseguido por instancias de tantas pessoas reaes, adoptou um meio termo, e um subterfugio digno da astuciosa côrte romana: concedeu a dispensa, não por escripto, mas simplesmente de viva voz, *vivæ vocis oraculo* segundo a formula, promettendo logo enviar d'ahi a tempo a confirmação, escripta em bulla, d'essa dispensa verbal.

É claro que o infante D. Pedro, por muito virtuoso que fosse, por muita inclinação que tivesse a perdoar as injurias, sempre devia conservar no fundo do coração um certo rancor por essa mulher que transtornava todos os seus planos, e procurava todos os meios de o contrariar e offender. Excitado por tantas picadas de alfinete, não hesitou mais, e, depois de reunir um conselho em Aviz, em que achou todos da sua opinião,



VIZEU — JANELLA DA CASA ONDE NASCEU D. DUARTE

marchou sobre o Crato. Muitos dos habitantes eram seus partidarios, e por elles soube, quando se approximava dos muros da villa, que a rainha fugira para Castella no dia 29 de dezembro de 1440[1], acompanhada pelo prior e outros

[1] Por visivel erro de imprensa, ou engano do autor, diz Ruy de Pina que foi em 1441. Pouco antes rendêra-se o castello de Belver, e Ruy de Pina diz que foi a 17 de *dezembro* de 1440. Pouco depois fez se o accordo com o conde de Barcellos, e diz Ruy de Pina que foi nos fins de *fevereiro* de 1441. Como é que um acontecimento intermediario a estes dois factos se podia passar em dezembro de

Digitized by Google

fidalgos, deixando ficar a guarnição do castello debaixo do commando de Gonçalo da Silveira. Outros habitantes tinham já ido avisar a Alter o commendador-mór d'Aviz, Garcia Rodrigues de Sequeira, que foi tomar posse do Crato, e fortificou a villa para a defender contra o castello, cujo governador parecia disposto a resistir; mas, quando os infantes se approximaram com o seu exercito, que subia a doze mil homens, acompanhados de canhões e engenhos de assedio, Gonçalo da Silveira viu que era impossivel a resistencia e entregou-se. O castello doou-o o infante D. Pedro a seu irmão D. João, e o priorado do Crato outhorgou-o a D. Henrique de Castro.

Resolvido este negocio, pensou D. Pedro em reduzir á sua obediencia os fidalgos que davam mostras de rebellião, e pricipalmente o conde de Barcellos, que mostrava disposições indecisas, e que, segundo parece, aconselhára a rainha, que estava em Albuquerque, ainda proximo da fronteira, que viesse entrar de novo em Portugal pela comarca de Traz-os-Montes onde elle residia. Marchou tambem para esse sitio o infante D. Pedro, e, encontrando-se com o infante D. Henrique, ambos se dirigiram para Lamego, d'onde tencionavam partir para reduzirem á força o conde de Barcellos. Este inquietou-se com a approximação de seus irmãos, e respondeu já com hesitação á rainha, que, seguindo o seu conselho, se lhe vinha unir, queixando-se principalmente de que os infantes d'Aragão não se mostrassem mais promptos em soccorrel-a. Comtudo, querendo disfarçar a fraqueza com a arrogancia, mandou dizer a seu filho, o conde d'Ourem, que vinha com os infantes, que avisasse D. Pedro de que não passasse o Douro, porque lhe podia sahir cara a insistencia. O infante enfureceu-se tanto com este recado que o conde de Ourem afflictissimo pediu lhe que sustivesse o seu impeto, emquanto elle ia falar com seu pae para o demover da sua cega obstinação. Foi, mas nada conseguiu, e os infantes marcharam para Mesão-Frio afim d'alli atravessarem o Douro. O conde de Barcellos, para os impedir de o fazerem, mandou submergir quantos barcos encontrou, mas o infante D. Pedro, encolerisado, fez logo construir uma ponte sobre toneis, e com a maior presteza. Temendo as consequencias d'esta ira do infante, habitualmente senhor de si, o conde de Ourem pediu-lhe que o deixasse fazer uma nova tentativa. D. Pedro, que, diz Ruy de Pina, além de muitas outras virtudes possuia a de saber dominar a sua colera, e de se deixar dobrar facilmente pelos rogos das pessoas que o rodeavam, concedeu ao conde de Ourem o que elle lhe pedia, e o conde de Barcellos, diz ainda Ruy de Pina, vencido mais pela evidencia do perigo do que pelas supplicas do filho, veiu falar a Lamego com os infantes, que sairam a recebel-o com mostras de amizade e benevolencia; «Os velhos rancores, diz Schoeffer, pareciam ter desapparecido; o povo regosijou-se vendo os abraços repetidos, ouvindo as expressões reciprocas de reconciliação e de affecto que n'esse instante comprimiam ou disfarçavam os maus sentimentos, e o arcebispo de Braga, que estava presente, entoou em voz alta o principio do psalmo: *Ecce quam bonum et quam jucundum, habitare fratres in unum,* que, na união entre esses grandes senhores, parecia dar uma garantia de paz e de descanço ao reino. Depois de entrarem na cidade (fins de fevereiro

1441? E, se desde a partida de D. Leonor para o Crato passára um anno, como fôra elle occupado? O engano é evidente. Com tudo, Schoeffer transcreve a data sem observações. Devemos dizer que o escriptor allemão, apesar de seu muito merecimento na parte narrativa, não se guia só pelos nossos chronistas, mas muitas vezes copia-os cegamente, reproduzindo até as reflexões com que elles acompanham a narração.

Digitized by Google

de 1441) conversaram nos seus negocios, e D. Pedro escutou com benevolencia as desculpas do conde, que prometteu «obedecer-lhe d'ahi em deante, reconhecer a regencia, não tornar a seguir nem servir a rainha». O arcebispo de Lisboa, cunhado do conde, que vivia no exilio em Castella, devia ser reintegrado na sua dignidade, sem falar d'outras provas de favor que o regente dispensou ao conde. Ao mesmo tempo tractou-se de dispôr logo o casamento, ou pelo menos, os esponsaes do rei com a filha do regente. As côrtes, convocadas logo depois em Torres Vedras, approvaram unanimemente essa união, e concederam para esse fim uma somma consideravel. El-rei entrava nos dez annos quando os seus esponsaes foram celebrados em Obidos (maio de 1441)[1]».

Estando o reino tranquillo, procurou o infante D. Pedro reconciliar-se tambem com a rainha, por intermedio do conde de Barcellos. Mas D. Leonor, que estava então em Madrigal, illudia-se estranhamente sobre as esperanças que lhe restavam de conquistar a regencia. Seus irmãos tinham subido ao apogeu do poder, e reinavam em Hespanha sem rivaes, tendo-se apoderado á força, em Medina del Campo, da pessoa do rei, que, joguete das ambições alheias, era governado por quem tinha força e energia bastante para lhe impor a sua vontade. D. Leonor suppunha-se por isso triumphante, e regeitou a concordia offerecida pelo infante D. Pedro, como quem tinha já nas mãos a victoria definitiva. Não foi essa a unica imprudencia que commetteu, porque dispendeu as sommas que lhe provinham da venda das suas joias, para levantar homens de armas que servissem seus irmãos, afim de lhes captar a benevolencia, e não obteve em troca senão vãs promessas e apparencias de protecção.

Ao menos rendeu-lhe ser optimamente recebida na côrte, e prometter-se-lhe auxilio, indo logo como prova d'isso frequentes embaixadas a Portugal, que teriam obtido condições muito rasoaveis, se D. Leonor, cega pelo orgulho, estivesse disposta a transigir. Assim D. Pedro já lhe concedia todas as terras e rendimento que tinha no reino, e a criação de seus filhos, por amor da paz, apesar de saber que não incutiria a rainha no joven monarcha senão sentimentos de odio contra o regente. D. Leonor não quiz, exigiu a regencia, e a instancias d'ella enviaram os infantes uma embaixada a Portugal, que diziam seria a ultima, em que ameaçavam Portugal com a guerra se o governo não fosse entregue á rainha. D. Pedro, com a sua usual moderação, declarou-lhes que não podia responder senão depois de ter ouvido as côrtes, com o que folgaram muito os embaixadores, cuja intenção não era outra senão a de aterrarem os povos; porém, D. Pedro agourentou-lhes um pouco esse jubilo pelas medidas energicas e preventivas que logo tomou, demonstrando, que se desejava ouvir as côrtes, não era porque temesse uma campanha e porque precisasse de temporisar. Por isso abasteceram-se praças de guerra, nomearam-se fronteiros, levantaram-se tropas, equiparam-se navios, e interromperam-se as relações commerciaes com Castella. Os embaixadores assistiam, um tanto desapontados, a estes bellicos preparativos, e muito mais desapontados ficaram quando, reunidas as côrtes de Evora no principio de 1442, muitos dos procuradores bradaram logo que se devia fazer a guerra, e afinal os tres estados reunidos declararam que tudo confiavam da pruden-

[1] Quinze de agosto de 1541, diz o texto. 1541 é erro typographico transparente, e a data 15 de agosto resulta d'um engano de Schoeffer. Ruy de Pina diz que foi na *Ascenção* de 1441; Schoeffer confundiu *Ascensão* com *Assumpção*, e escreveu 15 de agosto. Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 478.

Digitized by Google

cia e do siso de D. Pedro, e que lhe entregavam a resolução d'esse negocio. D. Pedro por conseguinte recusou simplesmente fazer o que os embaixadores pediam, dizendo que estava prompto a acceitar a guerra, e que a não temia, porque era filho do vencedor de Aljubarrota. Os embaixadores, á vista d'isto, deviam sacudir a aba da toga deixando cahir a guerra com todos os seus horrores sobre esse atrevido paiz. Pois nada fizeram, e, como os fanfarrões de co-

BANDEIRA USADA POR BERNARDIM SOLA NA BATALHA DE ALJUBARROTA

media, que recuam apenas aquelles que pretendem aterrar levam a mão á espada, os Castelhanos fizeram para a sua patria uma retirada ridiculissima, depois de terem entrado em Portugal como o heroe de Camões:

irado, e não facundo
Ameaçando a terra, o mar e o mundo.

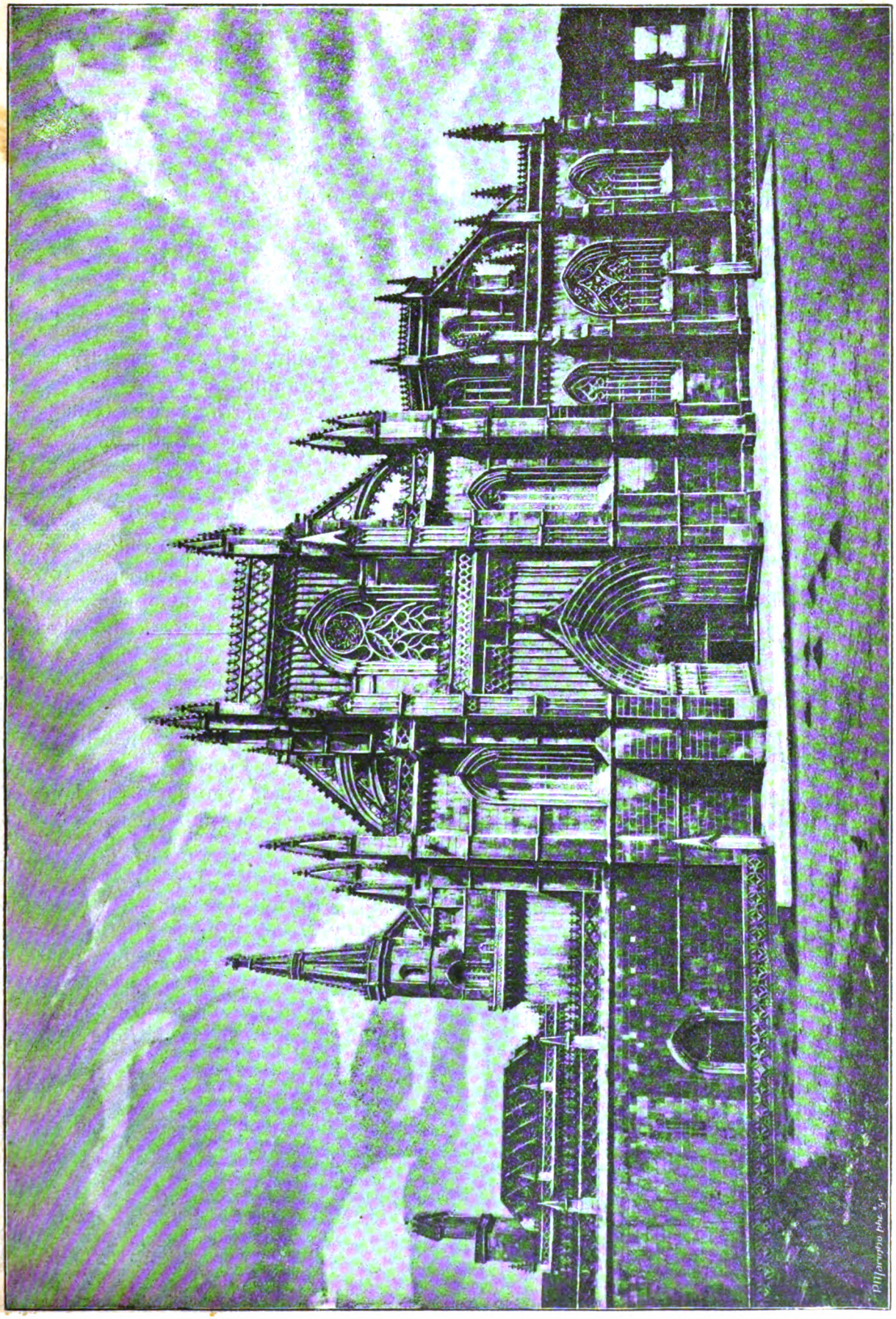
Ainda a rainha D. Leonor conseguiu expôr perante as côrtes castelhanas as suas razões de queixa, e obteve que voltasse a Portugal uma embaixada, composta d'essa vez de dois fidalgos em nome do rei, e de dois procuradores do povo em nome das côrtes de Castella. Era um caso novo, mas os infantes de Aragão, para satisfazerem sua irmã, estavam dispostos a empregarem contra Portugal todos os meios de intimidação, comtanto que não tivessem que mover um soldado, nem que dispender uma mealha. Infelizmente para elles, encontravam como adversario um vulto eminente, um politico habil, um homem de rija tempera, que coisa nenhuma demovia do seu proposito, que estava prompto a fazer todas as concessões rasoaveis, mas que se sorria d'essas bravatas, que nenhuma influencia tinham sobre elle.

A sua resposta a esta nova embaixada foi que desejava que a rainha não voltasse a Portugal, porque seria um elemento de discordia, mas que estava prompto a enviar-lhe para Castella o seu dote e as suas arrhas, e além d'isso dez mil dobras de oiro[1] para recompensa dos seus servidores. A rainha não queria transigir, e desejava que se fizesse guerra a Portugal. Reuniu-se o conselho sobre isso, e houve differentes votos, mas venceram afinal os que não queriam guerra. Os que combateram com mais vivas razões o desejo da rainha foram o conde de Haro[2] e o bispo de Avila. O conselho adheriu ao parecer d'estes dois nobres, e voltou uma embaixada a Portugal a tratar de obter para D. Leonor as condições mais favoraveis que possivel fosse. Mas entretanto succederam grandes mudanças em Castella, que interromperam as negociações. Oiçamos Schoeffer.

«A nova elevação do condestavel D. Alvaro de Luna tivera por immediato resultado a queda dos infantes de Aragão, e D. Leonor, vista com maus olhos pelo rei e pela rainha, deixara a côrte e retirara-se para Toledo. Alli cahiu em tão profunda miseria que teve de sustentar a sua existencia por meio de dons em dinheiro e em viveres que lhe offereceram alguns prelados castelhanos e algumas nobres damas. Acabrunhada pelo derribar das suas esperanças e

[1] Duas mil, diz Schoeffer.
[2] Conde de Faram chama-lhe Ruy de Pina.

Digitized by Google



CONVENTO DA BATALHA — FACHADA PRINCIPAL

Digitized by Google

desamparada pela regia côrte, reduzida a viver da caridade dos particulares, engolphada na miseria obscura e pesada, via, em Castella cerrar-se-lhe toda a perspectiva de um melhor futuro, e o olvido estender-se sobre ella. Então sentiu-se cada vez mais attrahida para o paiz a que devêra outr'ora uma existencia brilhante, e, afim de poder voltar para elle, tentou obter a sua reconciliação com o regente, por intermedio do conde d'Arrayolos.

Não queria já voltar a Portugal como rainha, para acabar a sua vida nos seus dominios; aspirava só a residir lá como irmã mais nova do regente, cujas vontades seriam a sua lei, e disposta a contentar-se com o que elle se dignasse conceder-lhe. Pedro, cujo coração não se fechára aos sentimentos ternos e conciliadores, tomava já as suas disposições para satisfazer os desejos da rainha, quando lhe trouxeram a noticia da morte d'ella, acontecida em Toledo no dia 19 de fevereiro de 1445.

«Esta morte inesperada e subita fez nascer a suspeita de que Leonor fôra envenenada. Os que viam em Pedro o adversario da rainha, sem considerarem a natureza do homem, ousaram imputar-lhe um crime que, n'um tempo em que a rainha era de receiar pelo poder que tinha, podia ao menos ser vantajoso ao regente, mas agora, que uma desgraçada mulher, desamparada e sem soccorro, lhe implorava a assistencia e a compaixão, seria tão inutil como atroz. Demais, uma tal acção era completamente estranha aos seus sentimentos e ao seu modo de proceder. Tambem não houve alma elevada que sentisse a sombra sequer de uma suspeita. Mas espalhou-se o boato que o condestavel Alvaro de Luna, servindo-se de uma mulher de Illescas, que tinha entrada em casa da rainha D. Leonor, a envenenára, com receio que ella podesse introduzir de novo em Toledo o infante Henrique de Aragão, que d'essa cidade fôra expulso. Este boato achou tanto mais credito quanto, quinze dias depois, a irmã de D. Leonor, a rainha Maria, morreu egualmente em resultado do veneno, ministrado, segundo se disse, por ordem de D. Alvaro de Luna[1]».

Assim acabou, longe da terra portugueza, e nos ultimos transes da miseria, essa mulher orgulhosa, que na sua patria adoptiva tentára accender o facho da guerra civil, e que, victima das suas proprias intrigas, foi expiar a Castella os erros do seu espirito, e os crimes dos seus funestos conselheiros. Era a segunda rainha portugueza que os nossos visinhos viam morrer, desamparada ou odiada pelos seus subditos, punida por ter querido oppôr-se ao voto popular. Mas a primeira, D. Leonor Telles, a esposa duplamente adultera, era um verdadeiro monstro de iniquidade; a segunda, D. Leonor a Aragoneza, não tivera mais crime do que o seu orgulho feminil, e a leviandade com que prestou ouvidos aos maus conselhos. A sua sorte foi comtudo ainda mais infeliz do que a da sua predecessora. Esta morrêra na masmorra, considerada apenas pelos que a tinham preza como uma poderosa inimiga; a esposa de D. Duarte soffreu mais do que a criminosa esposa de D. Fernando, porque teve o que mais custa a uma alma orgulhosa, o despreso e o esquecimento.

---

1 Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 18.

Digitized by Google

CAPITULO XV

Principio dos descobrimentos.—Estado da geographia na Europa atê ao tempo do infante D. Henrique

AGORA que deixamos o reino tranquillo e prospero, guiado pela habil mão do infante D. Pedro, tempo é que voltemos alguns annos atraz, e que dêmos conta dos descobrimentos Portuguezes, iniciados regularmente pelo infante D. Henriqoe, e de cuja resplandecente aurora foi ainda testemunha D. João I, o homem predestinado para inscrever datas immortaes na historia do seu paiz.

Antes de emprehendermos seguidamente a historia dos descobrimentos Portuguezes, é indispensavel que relanceêmos os olhos para o estado da geographia na Europa até ao tempo em que os nossos descobrimentos principiaram, e que vejâmos quaes eram as noções falsissimas, e vagas, espalhadas até ao seculo XX entre os paizes mais adiantados na civilisação, ácerca da maior parte do mundo, envolta ainda nos véos de um impenetravel mysterio[1].

A civilisação antiga tendo passado das ferteis planuras da Asia pelas emigrações aryas, de um lado para a Europa, de outro lado para a Asia inferior, onde foi dar vida a essa estranha e immovel civilisação indiana, concentrou-se d'este lado na ridente bacia do Mediterraneo, e alli permaneceu em foco brilhante, mas cuja luz a pouca distancia irradiava. O imperfeitissimo estado, em que ficou por largo tempo a arte da navegação e a das construcções navaes, não permittia aos povos commerciantes da antiguidade as ousadas expedições a que se abalançaram os modernos. Os Egypcios, em cujo paiz resplandecia mais vivida a chamma da civilisação, satisfeitos com as ricas producções do seu solo, e não se sentindo impellidos pela necessidade a irem pedir aos outros povos o que na sua patria lhes não faltava, pouca attenção deram aos dois mares que lhes banhavam as ferteis praias. «Nunca sahiam do seu paiz, escreve Robertson, baseando-se na auctoridade de Diodoro da Sicilia; detestavam todos os mareantes, considerando-os impios e pro-

[1] Os livros e estudos, que mais particularmente consultámos para tornarmos o mais completo que nos fosse possivel este capitulo, foram, além do *Portugal Pittoresque*, de Ferdinand Denis, a *Cronica do descobrimento e conquista de Guiné*, por Gomes Eanes d'Azurara (Paris 1841); *The life of prince Henry of Portugal surnamed the navigator*, por Richard Henry Major (London, 1868)); *Historg of America* por William Robertson (London, 1812); *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au delà du cap Bojador*, pelo visconde de Santarem (Paris, 1842); *Descripção e roteiro da costa occidentol d'Africa, desde o cabo d'Espartel até o das Agulhas*, por Alexandre Magno de Castilho (Lisboa 1866); *Historia Insulana* pelo padre Antonio Cordeiro (Lisboa, edição de 1866); *Historia de Portugal*, por Schoeffer, traducção franceza de Soulange Bodin (Paris, 1848); *Historia Universal*, de Cesar Cantu, traducção franceza de Eugenio Aroux e Piersilvestre Leopardi (Paris, 1866); *Originalidade da navegação do Oceano atlantico septentrional, e do descobrimento de suas ilhas pelos Portuguezes no seculo XV*, artigo publicado por José de Torres nos volumes X e XI do *Panorama* (2.º e 3.º da 3.ª série); *Navegadores Portuguezes*, artigo publicado por F. M. Bordalo, no volume XII do *Panorama* (4.º da 3.ª série) e muitos outros livros e artigos que teremos occasião de citar quando a elles nos referirmos, e entre os quaes figuram muitos que na 1.ª edição não podéramos consultar.

Digitized by Google

fanos; e, fortificando os seus portos, negavam a entrada n'elles aos estrangeiros. Foi na decadencia do seu poder, e quando a sua veneração pelas antigas maximas tinha geralmente declinado, que abriram de novo os seus portos, e voltaram a communicar com as outras nações [1].

Não assim os Phenicios: habitando na estreita lingua da terra, onde a sua formosa Tyro se levantava, estavam, como depois os Venezianos, os Hollandezes e tantas outras nações, predestinadas pela natureza para expedições maritimas, antes fundeados do que fixados no continente. Era para elles Tyro apenas o ninho das aves marinhas, onde vinham poisar instantes, onde guardavam a preza, e d'onde saíam de novo a sulcar as aguas azues do Mediterraneo, e a semear com as suas colonias não só as margens d'essa admiravel bacia, mas tambem as praias já mais distantes e temerosas do Oceano Atlantico.

O Atlantico foi por largos tempos o terror dos povos maritimos; habituados ás caricias das aguas do mar Jonio, que parecem suspirar amores quando beijam a quilha dos navios, á vaga lasciva do Adriatico, do Archipelago e do mar Tyrrhenio, todas essas ramificações do Mediterraneo, cuja espuma resplandecente parece transformar-se a cada instante n'uma nova Aphrodite, e cujas proprias coleras são coleras femininas, os antigos pilotos desmaiavam de terror quando, approximando-se do estreito de Gibraltar, viam levantar-se ao longe as ondas alterosas do Atlantico, e ouviam o eterno rugido de leão irritado que elle solta na amplidão immensa. Ainda no tempo dos Romanos, ainda depois das galés de Cesar terem passado da Gallia á Britannia as heroicas legiões do grande general, ainda o Atlantico, posto que já tratado mais familiarmente, excitava um terror vago em todos os que o contemplavam, e ninguem se atrevia e perguntar a si mesmo que tenebrosos mysterios se escondiam ao longe por traz d'essa cortina de vagas que cerrava o horisonte, e cujo collo verdejante e franjado de espuma parecia ligar-se com o torvo firmamento das regiões do Norte.

Como a tudo quanto é mysterioso e desconhecido, povoavam os antigos de terrores e de phantasmas o Oceano. Era para elles o mar das trevas, a habitação dos monstros formidaveis, o abysmo insondavel que separava o mundo terreno do mundo deslumbrante, que só se revela ao homem quando a morte, abrindo-lhe as portas do carcere, o immerge de subito nas sombras, d'onde resurge á luz nova e sublime. Assim se pensava desde eras remotas. Vieram as expedições dos Phenicios, dos Carthaginezes, dos Gregos, dos Romanos, e apesar d'isso, ainda no tempo de Augusto um poeta amigo de Ovidio, Albinovano, punha na bocca de Germanico, ao chegar á beira do Atlantico, os seguintes versos:

> Quo ferimur? ruit ipsa dies, orbem que relictum
> Ultima perpetuis claudit natura tenebris [1].

Vinha de longe esta supposição do mar Tenebroso, que, augmentada cada vez mais com fabulas novas, e tomando vulto na imaginação dos povos, chegou ainda, até no tempo do infante D. Henrique, a fazer descórar de pavor os mareantes Portuguezes sentados na prôa das caravellas descobridoras. Foi Theopompo, escriptor grego, que viveu no 4.° seculo antes de Christo, que primeiro nos deixou noticia d'este pelago

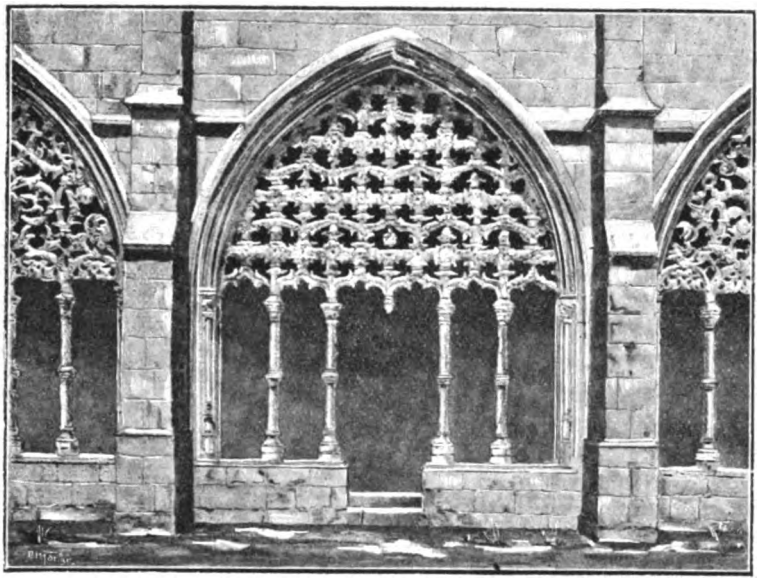
[1] *History of America*, liv. 1, tom. I, pag. 8 (Edição 12.ª, London, 1812); Robertson, celebre ministro protestante da egreja escoceza, auctor, além da *Historia da America*, da *Historia de Carlos V*, escreveu a primeira d'estas obras em 1788. e é considerado como um dos regeneradores da historia no seculo XVIII.

[1] Citado por Major na sua *Life of prince Henry of Portugal*, cap. VII, pag. 87 (London, 1868).

Digitized by Google

fabuloso e terrivel. N'um fragmento das suas obras, citado por Eliano, vem uma conversação entre Sileno e Midas, rei da Phrygia, em que o primeiro diz que a Europa, a Asia e a Africa estavam rodeadas pelo mar, mas que além do mundo conhecido havia uma ilha immensa, contendo animaes monstruosos, homens que eram de uma estatura dobrada da nossa, e que viviam o dobro da nossa existencia. Havia n'ella muitas grandes cidades, cujos habitantes tinham leis e costumes inteiramente differentes dos nossos»[1]. Era essa vaga idéa da Atlantida que se principiava tambem a formular no espirito dos escriptores da antiguidade.

Foi a imaginação dos poetas que primeiro concebeu para além d'esse mar de mysterios, a existencia de uma região abençoada, do Elysio resplandecente onde as almas bemaventuradas viviam no goso de uma eterna paz, ou foram as navegações dos Phenicios, cuja vaga noticia chegava aos outros povos, que despertaram esse pensamento na alma dos rapsodas gregos, e inspiraram a Homero o que nos conta no quarto canto da Odysséa ácerca d'essas regiões formosissimas situadas para além do Atlantico, que eram os jardins eternos onde as almas boas recebiam a sua recompensa? Não o podêmos dizer. José de Torres, que, devemos dizel-o, corta com demasiada facilidade os nós gordios mais intrincados, e simplifica muito as questões regeitando seccamente tudo quanto contraria a sua these para a região das fabulas, não se embaraça com esta pergunta, e escreve o seguinte: «Homero cêrca de onze seculos A. C. tem pouco mais ou menos as idéas do seu seculo. Seus poemas encerram os primeiros elementos da geographia dos gregos. Á sua luz é facil percorrer toda a esphera dos conhecimentos, das tradições, das fabulas espalhadas pela Grecia e Asia Menor. O mundo que conhecia, sobre



CONVENTO DA BATALHA — CLAUSTRO DOS REIS

ser circumscripto e acanhado por todas as partes, não passava ao occidente do termo do Mediterraneo, e entrada do Oceano, de que pouco sabia, e além da qual diz que o mundo termina em duas regiões (evidentemente fabulosas), a das Trevas e a do Elysio [1]». Que as regiões eram fabulosas é o que não soffre duvida, mas o que merecia a pena de se discutir era se essa fabula a forjára simplesmente a imaginação do cantor grego ou se resultava de noções vagas que houvesse na Grecia ácerca das navega-

2 R. H Major. *Life of prince Henry of Portugal*, cap. VII, pag. 87.

1 *Originalidade da navegação do Oceano Atlantico septentrional e do descobrimento de suas ilhas pelos Portuguezes no seculo XV. Panorama*, vol. 10.º (2.º da 3.ª série) pag. 114.

Digitized by Google

ções dos Phenicios. Tinham estes transposto o estreito de Gibraltar, e, costeando a Andaluzia, tinham ido fundar nma colonia em Cadiz. Major suppõe que alguma coisa transpirára no Oriente do enlevo em que os encantos da costa andalusa tinham mergulhado os Phenicios, aliás ciosos dos seus decobrimentos, e que isso déra origem a phantasiarem os Gregos para aquelle lado os Elysios.

A noção vaga de uma terra para o Occidente existia, é isso incontestavel, no espirito dos povos antigos. Platão dá-nos noticia d'essa vastissima ilha, chamada Atlantida, mais vasta do que a Asia e Africa unidas, terra abençoada, dividida em numerosos reinos, fertil, povoadissima, e que n'um dia e n'uma noite desappareceu deixando o mar por tal fórma agitado, que tornára impossivel para sempre a navegação do Oceano, que se estendia como immensa mortalha liquida sobre a ilha submergida.

Esta noticia da Atlantida suppõe José de Torres que foi Platão o primeiro que a espalhou na Grecia, na sua volta do Egypto. Como vimos pela citação de Major, a prioridade deve conceder-se a Theopompo; mas Platão refere ainda que foi a Solon que os sacerdotes de Sais contaram esse facto, e Crantor, commentando Platão, n'um trecho que Proclo cita, assevera que os sacerdotes de Sais conservavam a mesma tradição tres seculos depois da existencia do celebre legislador atheniense. Torna-se pois evidente que a noticia da Atlantida é antiquissima, e que, a não ser a vaga tradição de algum antigo continente que desappareceu n'uma d'essas terriveis convulsões geologicas que precedem os tempos historicos, combinada com as ilhas Afortunadas de Homero, tem a sua origem nas navegações dos Phenicios, e revela a impressão produzida no espirito dos povos do Oriente pelas noticias vagas que lhes chegavam d'essas regiões desconhecidas que os Phenicos demandavam.

Mas devemos discutir sériamente a historia contada por Platão, ou devemos despresal-a como fabula inventada a seu bel-prazer pelo discipulo de Socrates, ou pelos sacerdotes de Sais em cuja auctoridade se funda? Por muito tempo se considerou como simplesmente fabulosa a historia da vasta região, e o proprio Antonio Cordeiro, que consagra um sem numero de capitulos a contar com invejavel seriedade a historia dos reis Gorgoris, Ibero e Tago, e não sabemos que outros figurões inventados por fr. Bernardo de Brito, entende poder tractar com sobranceira piedade a ilha de Platão, e fulmina-a n'um desdenhoso capitulo que intitulou *Da fabulosa ilha Atlanta*[1]. Hoje que os estudos geologicos, alargando immensamente a existencia do nosso planeta, e revelando as innumeras transformações de que foi theatro, tornaram os sabios menos despresadores d'essas vagas tradições adulteradas que se prendem ás antigas e formidaveis convulsões do globo terraqueo, a existencia da ilha Atlantida, se não adquiriu fóros de verdadeira, não é tambem considerada impossivel[2]. Quem

[1] Antonio Cordeiro, *Historia Insulana*, L. I., cap. II, pag. 18 e 20 da edição de 1866.

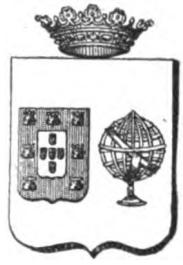
[2] «Imaginemos, diz Cesar Cantu no capitulo magnifico intitulado *Antiguidade do mundo*, imaginemos a Europa no tempo em que os estreitos dos Dardanellos e de Gibraltar eram linguas de rochedos que a uniam com a Asia e Africa. Os mares interiores, de um nivel mais elevado, cobriam as terras baixas; os plainos da Laponia, da Russia, da Siberia estavam submersos, e o Sahara era um golpho profundo. As gargantas das montanhas não estavam ainda entulhadas pelos terrenos de transporte; havia lagos, paúes, e bahias, que, mudados pelas alluviões, se transformaram depois nos ricos valles do Pó, do Rheno, do Garonna, do Sena, do Elba, do Oden, do Danubio. O mar Negro, posteriormente aos tempos historicos, poz-se em communicação com o Bosphoro da Thracia, e com o mar Caspio; este e o lago Aral communicavam entre si, e o mar do Norte avançava pelo continente até á proximidade d'elles. Areias salgadas, tão frequentes na Asia, na Africa e na Europa oriental, provam que o Mediterraneo occupava um

Digitized by Google

sabe se essas ilhas vulcanicas semeadas pelo Oceano não serão as reliquias ainda frementes d'um mundo submergido? Não teem surgido na proximidade dos Açores ilhas vulcanicas, que um instante vivem á superficie dos mares, e que logo se submergem de novo no seu seio tempestuoso? «Que muito era, diz Alexandre Magno de Castilho, depois de citar as ilhas Sabrina, Bogoslasw, a visinha de Unalaskaw, e as que surgiram nos Açores em 1630 e 1719, que muito era pois que se mergulhasse nas ondas éss'outra antiga parte da terra? Jazerá ella sob as aguas immoveis, em torno das quaes gira incessantemente o agigantado e impetuoso rio de margens liquidas, o Gulf Stream[1]»? Major vae d'accordo com este parecer, e chega mesmo a suppôr que o vasto mar de sargaço que occupa uma porção do Atlantico Septentrional, explica «o obstaculo á navegação a que a tradição se refere[2]».

Mas, existisse ou não a Atlantida, é certo que d'uma terra para o Occidente houve na antiguidade apenas uma noção muito vaga e confusa, e que as particularidades em que entra Platão, sobre os costumes e governo dos seus habitantes, só podem servir para dar um assumpto excentrico á ávida phantasia dos romancistas modernos [1].

Eis o que a antiguidade conhece para o occidente do estreito de Gibraltar; terras como que entrevistas á meia luz do sonho, e tomando por isso mesmo fórmas phantasticas; mar povoado de terrores, e o desconhecido avultando nebuloso nos horisontes. E comtudo a tradição conserva aqui e além noticia d'algumas empresas atrevidas tentadas para rasgarem o véo do mysterio. Que importava? Começadas a medo, continuadas entre sobresaltos de cada hora, os homens que a ellas se arriscavam, quando voltavam ao mundo conhecido, eram vistos como esses heroes de epopea, Ulysses ou Enéas, que tinham franqueado vivos, depois de terem colhido o ramo de oiro protector, as portas dos infernos, e que voltavam pallidos d'essas regiões sobrenaturaes, inspirando terror aos que escutavam a sua narrativa. A ser verdade o que a tradição nos refere, viu a mais remota antiguidade emprehendida e levada a cabo a grande empresa da circumnavegação de Africa. De nada serviu ella comtudo para augmentar os conhecimentos geographicos dos antigos;



Brazão de armas da villa de Almeida

leito mais vasto, ou se estendia para outro lado. E' provavel que os montes Ouraes se levantavam como uma grande ilha, ao passo que pelo contrario as ilhas da Oceania se ligavam com as regiões meridionaes da Asia, que pelo norte se ligava com a America. Os Gregos conservavam memoria de um continente chamado Lettonia, que occupava uma grande parte do mar Egeu. A vagarosa separação das rochas Calpe e de Abyla, que fez penetrar o Mediterraneo n'uma terra onde verdejavam plainos populosos, é um acontecimento symbolisado na fabula de Hercules. Por que havemos de acreditar que a grande ilha Atlantida foi apenas um sonho dos sacerdotes egypcios? Que motivos tinham elles para inventar um conto estranho ao culto, á sua idéa, ao seu interesse? As tradições lembram-nos muitos diluvios na Grecia, durante os quaes a Thessalia devia apresentar um vasto lago, que se escoou pelo Peneu; a Beocia pelo contrario devia ser inundada pelo trasbordar do lago Copai — *Historia Universal* — tr. fr. d'E. Aroux e P. Leopardi. T. 1.°, pag. 112 (Paris, 1856).

[1] *Descripção e roteiro da costa occidental da Africa*, pag. XI do prologo.

[2] *Life of the prince Henry of Portugal*, pag. 88.

[1] Mauricio Sand, filho da celebre escriptora conhecida pelo pseudonymo de Georges Sand, teve a extravagante idéa de escrever um romance passado na Atlantida (!) que intitulou *Le coq aux cheveux d'or*. Onde elle foi beber os dados necessarios para descrever os costumes das populações, a que os seus heroes pertencem, não sabemos nós, mas o que é certo é que os taes costumes são originaes. M. Sand tem predilecção pelas civilisações quasi desconhecidas. A acção d'um outro romance seu intitulado *Callirrhoé* passa-se na Gallia contemporanea de Brenno (o do *voe victis*) e na Etruria. Eugenio Sue não foi tão audacioso. A primeira legenda dos *Mysterios do Povo* passa se apenas na Gallia contemporanea de Cesar.

Digitized by Google

o mar cerrou-se de novo apagando o sulco de espuma, aberto pelas quilhas audaciosas, e as ondas ficaram como de antes, virgens, sumindo no olvido e na incredulidade dos povos a memoria d'essa inutil desfloração.

Conta Herodoto que no tempo do rei Necho do Egypto, filho de Psammitico, que reinou, segundo se julga, do anno 617 até 601 antes de Christo, navios d'essa nação, tripulados por Phenicios, que o rei chamára para esse fim, sahiram dos portos do mar Roxo, e vieram, costeando a Africa toda, entrar no Mediterraneo pelo estreito de Gibraltar. A viagem durára tres annos, e fôra uma verdadeira maravilha; mas nenhuma impressão produziu nos contemporaneos, que não renovaram nem aproveitaram o commettimento; nenhuma na posteridade, que a considerou fabulosa, pondo mais essa mentira á conta de Herodoto que já de tantas estava carregado; mas para Herodoto soou a hora da rehabilitação; tem-se ido provando pouco a pouco que o historiador grego contava ingenuamente quanto colhia das informações obtidas pelas terras onde viajou, e que essas informações eram em geral exactas. Esta viagem de circumnavegação dos Phenicios foi pelos escriptores antigos considerada fabulosa, e um dos motivos, que para isso allegavam, é exactamente o que lhe dá actualmente uma grande verosimilhança. Com effeito contavam elles «como coisa d'espanto, que durante uma grande parte da sua viagem tinham tido o sol á direita[1].» Esta affirmação excitou a incredulidade do proprio Herodoto, que nos transmittiu a historia do facto, e comtudo era verdadeirissima, logo que os navios da expedição tivessem dobrado o cabo da Boa Esperança e voltado as prôas ao norte. Mas, apesar d'esta prova quasi concludente, a ausencia d'outros documentos que demonstrem a viagem excitou as duvidas de Robertson[1], e fez com que muitos escriptores modernos a combatessem, taes como Gosselin, Mannert, de Murr, Walckenaer, Malte Brun, Pardessus, citados pelo visconde de Santarem[2], que se conserva neutro na questão, lista de autores a que Alexandre Magno de Castilho accrescenta ainda o nome de Dodwell[3]. Mas o que devemos dizer e affirmar bem alto é que a navegação dos Phenicios, embora seja verdadeira, como nos parece incontestavel, em nada diminuiu a gloria dos Portuguezes. Que importava que outras quilhas sulcassem antes das suas esses mares que Camões chama «nunca d'antes navegados», se nenhum vestigio ficou d'essas navegações, se a geographia nada aproveitou com ellas, se não sobreviveu nenhuma indicação que podesse guiar os subsequentes navegadores? Se a unidade da raça humana estiver definitivamente demonstrada, não se prova *ipso facto* que as regiões mais desconhecidas dos modernos foram povoadas por antigas emigrações, ás quaes pertence, por conseguinte, a prioridade do descobrimento? Não é hoje evidente que a America foi povoada por emigrações asiaticas, e esse facto diminue por acaso um apice a gloria de Colombo?[4] Não: seria absurdo manifesto dizel-o.

O mesmo podêmos affirmar ácerca do famoso periplo de Hannon, cuja authenticidade, combatida por muitos escripto-

---

[1] Major. *Life of the prince Henry of Portugal* pag. 90

[1] *History of America*, t. 1.º, pag. 14.

[2] *Recherches sur la priorité*, etc. *Introduction*, pag. V.

[3] *Descripção e roteiro*, etc. Prologo, pag. XIV,

[4] «Humboldt, escreve Cesar Cantu no seu capitulo intitulado *Unidade da especie humana*, insiste nas analogias que offerecem os Americanos com os Mongoes e outros povos da Asia central; acha que quanto mais sa estudam as raças, as linguas, as tradições, os costumes, mais se deve acreditar que os habitantes de Novo Mundo vem da Asia Oriental, e

Digitized by Google

res antigos e modernos, em nada tambem póde diminuir a gloria que nos cabe pelos nossos descobrimentos.

Os Carthaginezes, habitantes d'uma colonia fundada pelos Phenicios nas costas africanas do Mediterraneo, tinham succedido á sua metropole na audacia e na prosecução das emprezas maritimas. 570 annos antes de Jesus Christo, Hannon, general carthaginez, navegou para o sul ao longo da Africa, e emprehendeu em sentido opposto o que já fôra realisado pelos marinheiros phenicios do rei Necho do Egypto, o que lhe não diminue a gloria, no caso d'elle ter effectuado o periplo que a tradição lhe attribue, assim como o seu periplo não diminue a gloria dos nossos navegantes. A discripção da sua viagem fel-a elle gravar á volta no templo de Baal Moloch, que os Romanos queimaram, estando já porém essa inscripção punica traduzida em grego na Sicilia, o que a salvou, transmittindo-a á posteridade.

Nos tempos modernos, depois de bem conhecida e explorada a Africa, voltou a erudição a occupar-se do periplo de Hannon, e, confrontando-o com os resultados dos nossos descobrimentos, achou que havia, apesar de muitos erros, uma certa veracidade na narrativa do carthaginez. Entre os escriptores que se occuparam da confrontação avulta, pelo muito engenho da analyse, o francez Vivien de Saint-Martin, de cujo estudo, publicado em 1860, dá conta, fazendo-lhe uma critica imparcial, o inglez R. H. Major[1]. Ainda que muitos auctores de boa nota duvidem da authenticidade d'esta viagem, ha tambem muitas probabilidades a seu favor, e o visconde de Santarem é o primeiro a reconhecel-as[2]. Em pontos assignalados

D. DUARTE

por Hannon encontram-se quasi evidentemente alguns que depois os Portuguezes descobriram; a outros é impossivel fixarem-se no moderno mappa os correspondentes, apesar dos esforços de Vivien de Saint-Martin.

Torna-se difficil por conseguinte marcar o extremo limite da viagem de Hannon; o que é certo é que d'essa viagem nenhum proveito colheu a geographia,

---

que estiveram em communicação com os Thibetanos, os Tartaros samaneus, os Ainos das ilhas de Jesao e de Sachalin. Este illustre viajante assegura que, quando se tiverem estudado melhor os Mouros d'Africa, e essas hordas que habitam o interior e o nordeste da Asia, vagamente designadas pelo nome de Tartaros ou de Tchoux, as raças caucasiana, mongol, americana, malaia, negra, parecerão menos isoladas, e vêr-se-ha n'essa grande familia do genero humano um só typo organico, modificado por circumstancias que talvez nunca nos seja dado descobrir». *Hist. Universal*, tr. fr., tom, I, pag. 141.

[1] *Life of the prince Henry of Portugal*, pag. 90-94.
[2] *Recherches sur la priorité*, etc., pag. 5.

Digitized by Google

e que as noções incertas que elle consignou na sua narrativa ácerca das costas africanas não poderam senão tornar mais nebuloso o mysterio em que essas regiões se envolviam [1].

Estas duas viagens, ainda que nada contribuissem para o adiantamento da geographia, são, apesar d'isso, as unicas dos antigos que offerecem alguns visos de probabilidade. Era ainda aos Portuguezes que estava reservada a gloria, não só de dar conhecimento ao mundo d'essas regiões inexploradas, embora entrevistas, mas tambem de rehabilitar a memoria dos antigos navegadores, provando que havia alguns lampejos de verdade n'aquillo que os romanos e os gregos tinham apenas na conta de fabulas, despidas de todo o fundamento.

Ainda se fala nas circumnavegações de Sataspes e de Eudoxo, um Persa e um Grego da Asia, vivendo aquelle 570 annos, este pouco mais de 100 antes de Christo; mas o que a tradição nos refere das suas viagens é por tal fórma recheiado de ridiculos inventos, que destróe completamente a verosimilhança d'essas tentativas.

A costa africana era evidentemente um mysterio para os antigos; mas o que parece tambem definitivamente comprovado é que as ilhas Afortunadas ou as Canarias lhes eram conhecidas. Suppõe-se que os Phenicios alli aportaram sahindo de Cadix, que era, diz Cesar Cantu, «o seu ponto de partida para expedições mais longinquas[1]». É incontestavel que os povos de Hespanha, e principalmente os habitantes das nossas costas, os Lusitanos, conheciam as Canarias. Refere-se que, quando Sertorio aportou ás ribas hispanicas fugindo á tyrannia de Sylla, encontrou marinheiros lusitanos, que lhe disseram que, se elle quizesse, o conduziriam a umas ilhas maravilhosas, onde, bafejado por deleitosas brisas, podia passar em suave socego o resto da sua vida[2].

Seduzido um instante por esta visão paradisiaca, Sertorio hesita, mas o destino vence, impelle-o a ambição, e vem entre o Guadiana e o Tejo fundar com os Lusitanos um imperio ephemero mas tão brilhante, que a propria Roma parece transplantada para o occidente, e que um poeta francez póde collocar na

[1] Da mesma fórma que na viagem dos Phenicios de Necho, algumas particularidades, que pareciam fabulosas aos contemporaneos de Hannon, e aos vindouros mais proximos a elle, servem agora de provas da sua authenticidade. Assim conta Hannon que durante a noite viu innumeraveis fogos accesos nas praias. Robertson *(History of America*, tom. I, N. II, pag. 349) explica-os da seguinte fórma. «O excessivo calor obriga os negros a abrigarem-se nos bosques ou nas choças durante o dia. Logo que se põe o sol, sahem para fóra, e, á luz dos archotes, gosam o prazer da musica e da dança, em que gastam a noite.» Major suppõe que esses fogos ou eram puramente incidentaes, ou resultavam de um facto que Bruce narra nas suas viagens; «Logo que a chuva pára, diz Bruce, a alta relva, que as aguas fizeram brotar, sécca, desbota e perde o viço e como se torna incommoda para os Sangallas (povos da Abyssinia) deitam-lhe estes fogo. A chamma rapidamente se estende pelo paiz todo, e torrentes de labaredas inundam os sitios onde, algumas semanas antes, outro elemento correra com violencia.» (*Life of the prince Henry*, pag. 94). Conta Hannon tambem que viu em alguns sitios o mar como que a arder, phenomeno de phosphorescencia vulgar nas regiões tropicaes. Parece indubitavel, pois, que Hannon realisou a viagem que se lhe attribue, e que não é o seu *Periplo*, como pretendia Dodwell, uma obra espuria composta por um Grego. Mas o futuro é que nada aproveitou com ella, como não aproveitára com a dos Phenicios, porque as noções geographicas correntes ácerca da Africa não deixaram de ser ou muito vagas ou completamente erroneas. Essas narrações truncadas, essas noticias confusas não fizeram senão accender mais vivo no espirito do infante D. Henrique o desejo de emprehender scientifica e seguidamente o descobrimento e a exploração d'estas costas africanas, envoltas n'um véo de mysterio, que só se rareára instantes para ficar mais denso.

[1] Cantu, *Historia Universal*, traducção franceza de Eugenio Aroux e Piersilvestre Liopardi, tom. I, pag. 536 (Pariz, 1866).

[2] O sr. José de Torres considera puramente fabuloso este facto, e, seguindo Strabão, declara que isso nasceu apenas de «ter servido de texto a Sallustio e a Plutarcho, um grande patranheiro como Gabinio» *(Originalidade*, etc. *Panorama*, vol. X, pag. 147). O visconde de Santarem vê o caso a differente luz, e, sem insistir no argumento, sempre observa que favorece a prioridade do conhecimento que os povos da Peninsula tinham da Africa Occidental (*Recherches*, etc., pag. 3). Ha tres factos que militam poderosa-

Digitized by Google

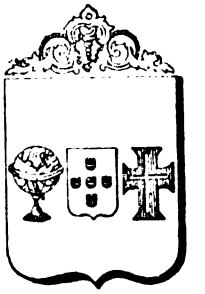
bocca do heroico proscripto o celebre e orgulhoso verso.

Rome n'est plus à Rome; elle est toute où je suis

Vinte annos depois Stacio Seboso dá conta já de cinco ilhas Afortunadas, a que os navegadores do seu tempo tinham posto nomes proprios[1].

A expedição mais certa e que trouxe resultados mais proficuos foi a que Juba emprehendeu. Rei da Mauritania, era-lhe facil fazer partir dos portos occidentaes do seu reino navios que abordassem ás Canarias, situadas a pouca distancia, que as explorassem e as reconhecessem. Assim fez, e a geographia antiga adquiriu definitivamente a posse d'estas ilhas. Mas vieram os barbaros, e todas essas noções confusas se baralharam, sem que os povos da peninsula hispanica, e principalmente os Portuguezes, como veremos depois, perdessem a tradição da existencia d'essas ilhas, procurando-as em expedições de que se nos conserva uma noticia vaga mas indubitavel.

Eis quaes foram as emprezas, mais ou menos provaveis, que, durante os tempos antigos, procuraram rasgar o véo de mysterios em que se envolvia a maior parte do mundo e affrontar os horrores do mar tenebroso. Infructiferas para a sciencia, tambem o era para a gloria dos seus auctores, que á volta encontravam entre os contemporaneos uma desdenhosa incredualidade, incredualidade que elles mereciam, porque faltava ás suas expedições a perseverança, o espirito scientifico, tudo o que as podia tornar valiosas. Á mercê dos ventos e das vagas, percorrendo cheios de pavor as solidões em que a sua imaginação creava monstros que os seus olhos não viam, quando regressavam d'essas viagens terrificas, as suas narrações não faziam senão augmentar o horror que o Occeano inspirava, e encher de fabulas o campo da sciencia. Era necessario que apparecesse na scena do mundo o infante D. Henrique, auxiliado pelos seus intrepidos Portuguezes, para que, dominando os mares e os ventos, as caravellas audaciosas fossem sulcando pouco a pouco essas invias soledades, tomando posse d'ellas em nome da sciencia, e rasgando, para nunca mais se tornar a cerrar, o véo que escondia aos olhos do mundo civilisado as maravilhas das regiões tropicaes.



Brazão de armas de Arcos de Val de Vez

Se, percorrendo agora os livros dos antigos geographos, queremos verificar se estas expedições esclareceram d'alguma fórma o campo da sciencia, encontramos a evidente prova do contrario, e reconhecemos os erros mais crassos e a mais profunda ignorancia. Strabão e Plinio suppõem a Africa uma ilha que terminava dentro da ilha equinoxial[1]. Polybio, um dos homens mais eruditos da antiguidade, confessa não saber se a

---

mente a favor do que Sallustio e Plutarcho allegam. Um é ser Sallustio quasi contemporaneo de Sertorio, e, se foi Gabinio que lhe serviu de texto, ainda Gabinio, apesar de patranheiro, adquire maior auctoridade, por contar factos occorridos durante a sua vida; o segundo é ajustar-se perfeitamente a descripção das duas ilhas feita pelos marinheiros a Sertorio á situação das ilhas Lancerote e Forte-Ventura (Major *Life of the prince Henry, etc*, pag. 136; o terceiro é ter sido por informações colhidas na côrte de Augusto, que Juba II, rei da Mauritania, se resolveu a explorar as ilhas Afortunadas. Em todo o caso, seja ou não verdadeiro o facto, é certo que, pertença a gloria aos Portuguezes ou aos Lusitanos. sempre illumina os filhos d'esta heroica terra que habitamos.

[1] *Pluciales*, em que Major reconhece a ilha de Palma; *Convallis*, que parece corresponder a Taneriffe; *Jnnonia*, que Major suppõe Gomera; *Capraria*, que é, segundo se crê, a ilha do Ferro, e *Planaria*, nome que Juba substitue depois por Canaria, que dá o nome ao archipelago.

1 *Recherches sur la priorité, etc.*, pelo visconde de Santarem, Introducção, pag. XXVI.

Digitized by Google

Africa é um continente ou uma ilha[1], e Ptolomeu, em cujas obras se resumem todos os conhecimentos geographicos dos antigos, imagina que a Africa é um grande continente, que se estende sem interrupção até ao pólo antartico, e a sua ignorancia é tão completa que suppõe que esse continente se vae alargando cada vez mais, á medida que prolonga para o sul, quando é exactamente o contrario que succede[2]. A respeito das outras partes do mundo, era a sua ignorancia a mesma. Apesar das conquistas de Alexandre, ainda no tempo dos Romanos, o conhecimento exacto da India terminava na costa do Malabar, e tudo o mais era conhecido só vagamente. Ptolomeu commetteu o erro enorme de 45 graus de longitude na situação das boccas do Ganges, e de 60 na posição da China[3], se á China corresponde o paiz dos Séres, como Robertson suppõe.

Na Europa a Dinamarca, a Suecia, a Prussia, a Polonia, a Russia, eram-lhe quasi desconhecidas, e os povos que as habitavam recebiam d'elle a vaga e confusa denominação de Sarmatas e de Scythas[4]. As conquistas de Mithridates tinham rasgado um pouco o mysterio das regiões que orlam o Ponto Euxino (Mar Negro), mas toda essa região da Asia Central, berço da humanidade, era para os Romanos uma região incognita. Julgavam a zona torrida impossivel de ser habitada, por causa do excessivo calor, impossivel por conseguinte tambem a communicação entre as duas zonas temperadas, e, se a idéa da communicação do mar das Indias com o Atlantico apparece n'alguns escriptores da antiguidade, taes como Strabão e Eratosthenes, é definitivamente repellida por Ptolomeu, em cujas obras se encerra, como já dissemos, a ultima expressão dos conhecimentos geographicos dos antigos[1].

Essas mesmas noções confusas se perderam completamente, quando a barbaria inundou a Europa, enchendo de ruinas o campo da civilisação antiga. Na *Introducção* da sua eruditissima defeza da prioridade dos nossos descobrimentos[2], o visconde de Santarem resume substanciosamente o que depois desenvolve no corpo da obra, e mostra qual era o atrazadissimo estado da geographia antes do tempo do infante D. Henrique. Mostra que os geographos do seculo VI, entre os quaes conta Cosmas Indicopleustas, não tinham idéa alguma da fórma da Africa: no seculo VIII Béda, o Veneravel; no IX o geographo de Ravenna; no X, entre outros, Massoudi, auctor arabe que deve, pelos progressos da sua nação, ser considerado como o mais adiantado em conhecimentos geographicos; no XI, Herman *Contratus*; no XII Edrisi, o mais notavel geographo arabe da edade média,

[1] *Historia*, liv. III. Citado na *History of America*, de Robertson, tom. I, N. III, pag. 350.

[2] *Geographia*, liv. IV, cap. IX. Citado em Robertson, ibid., pag. 351.

[3] Robertson, *History of America*, tom. I, N. VI, pag. 352.

[4] Ibid., ibid., liv; I, pag. 31.

[1] José de Torres, *Originalidade da navegação*, etc., no *Panorama*, vol. X, pag. 161.

[2] O titulo completo do livro é o seguinte: *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au delà du cap Bojador, et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des Portugais du quinzième siècle.* Este livro, escripto em francez por um dos homens mais eruditos que Portugal n'este seculo possuiu, e tambem um dos mais sabedores da Europa na especialidade da geographia, destróe completamente, com uma rara accumulação de documentos e de argumentos, as pretenções dos Normandos, dos Catalães e dos Italianos, ao descobrimento dos paizes situados para além do Bojador. É pena que este livro tão patriotico e ao mesmo tempo tão imparcial, cheio de tão solida erudição, não tenha um estylo mais attrahente e uma fórma menos indigesta. Infelizmente as repetições abundam, os argumentos repisam-se, e a prosa pesada do escriptor, familiar com a lingua franceza mas não com as suas elegancias, torna-se de uma particular monotonia. Isto em nada diminúe o alto valor scientifico da obra; mas o que ella é tambem é de uma consulta difficil, porque não tem outro indice que não seja o dos auctores citados.

Digitized by Google

são todos uniformes em desconhecer a fórma da Africa, e os paizes situados para além do cabo Não. No XIII seculo Ibn-Said é egualmente ignorante: Brenetto Latini, Rogero Bacon, Alberto o Grande, esses grandes luminares da sciencia na edade media[1], teem as mesmas noções falsissimas ácerca da geographia. No XIV seculo Abulféda, geographo arabe, Marino Sanuto, John Mandeville, celebre viajante inglez, conservam idéas erroneas ácerca da Africa, e um mappa, cujo fac-simile temos á vista[2], o mappa genovez de Portulano Laurentino de 1351, ao passo que nos ha de servir depois para mostrarmos que alguns archipelagos do Atlantico haviam sido devassados, segundo todas as probabilidades, pelos nossos marinheiros, commandados pelos capitães genovezes, que D. Diniz alistára, prova tambem que a configuração das costas africanas para além do cabo Não era completameute desconhecida[3].

Registremos aqui, porque nos ha de servir depois para ulteriores demonstrações, a indicação da importancia immensa que teem os mappas da edade média para a historia da geographia.

FEITO HEROICO DE DIOGO D'AVELAL

N'um livro intitulado *Commentario geographico sobre o exodo e os Numeros*, Léon de Laborde, celebre geographo e viajante francez, escreve a seguinte phrase, que bem demonstra o grande valor historico dos mappas da edade média: Reconhece-se logo n'este estudo que a sciencia geographica dos antigos se encontra nos livros dos seus auctores, ao passo que na edade mé-

[1] Veja-se ácerca da sciencia na edade média, e d'estes encyclopedistas que foram os pharoes que derramaram luz nas trevas d'esse periodo de gestação, um notavel artigo do sr. Latino Coelho publicado no volume VII do *Archivo Pittoresco*.

[2] Publicado por Major na sua *Life of the prince Henry of Portugal*, a pag. 107.

[3] Este breve resumo occupa desde pag. XXVII até pag. C da *Introducção* do livro do visconde de Santarem.

Digitized by Google

dia está quasi exclusivamente nos mappas[1].

Os mappas são as testemunhas irrefutaveis dos conhecimentos geographicos do tempo em que foram levantados. As indicações dos livros, mais ou menos vagas, podem ser adaptadas por interpretes parciaes a factos depois averiguados, a narração escripta tem uma flexibilidade que depois se aproveita. Como podemos averiguar a realidade das viagens de Hannon ou dos Phenicios de Necho? Simples conjecturas nos levam a suppôl-as provaveis, mas tanto póde ser importante a conformidade d'algumas das indicações transmittidas por Herodoto e pelo auctor do Periplo com os factos hoje conhecidos, como póde ser simplesmente occasional. Se possuissemos os mappas contemporaneos, não teriamos eguaes duvidas; a carta implacavel nos revelaria, pela exactidão ou pela falsidade das suas indicações, se o descobrimento fôra verdadeiro ou phantasiado.

Foi isso o que serviu ao visconde de Santarem para demonstrar, como demonstrou, triumphantemente a prioridade dos descobrimentos Portuguezes para além do cabo Bojador. Foi com os mappas na mão, que elle provou irrefutavelmente que, só depois das emprezas do infante D. Henrique, começaram a apparecer noções verdadeiras e definidas da Africa nos mappas europeus[2].

Esta importancia dos mappas da edade média, triumphantemente estabelecida pelo visconde de Santarem, é egualmente reconhecida por José de Torres[1]. Registramos com prazer n'uma nota a opinião do esclarecido escriptor, porque nos servirá de reforço quando tivermos de combater n'este mesmo capitulo outras asserções do distincto collaborador do *Panorama*.

Havemos de consagrar um capitulo especial á demonstração da prioridade dos descobrimentos Portuguezes para além do cabo Bojador; por ora bastenos dizer que os monumentos geographicos da edade média são unanimes em provar que na Europa se desconhecia completamente a configuração das costas africanas, e que para além do cabo Não tudo era mysterio ou incerteza, ao passo que para além do cabo Bojador nem sequer entreluzia no espirito dos geographos dos seculos médios um só lampejo da verdade.

Não succedia o mesmo no que respeita ás ilhas do Atlantico, Açores, Madeira e Canarias. Posto que não tivessem sido exploradas seguidamente, eram comtudo conhecidas de um modo um tanto vago antes das emprezas do infante D. Henrique; mas, segundo Major affirma, foi ainda aos Portuguezes que deveu o mundo esses vagos lampejos «*glimpses of light*[2]» que sulcaram as trévas do Atlantico mysterioso.

---

[1] Citado pelo visconde de Santarem nas suas *Recherches*, etc. *Introducção*, pag. CIII, nota 1.ª

[2] O erudito visconde fez em Paris uma publicação importantissima, que foi um Atlas de mappas desde o seculo XI até ao XVII, pela maior parte ineditos. Para comprovar a importancia d'essa publicação escreveu na Introducção do seu livro *Recherches*, etc., uma nota de que extrahiremos alguns trechos:

«É evidente, diz elle, que a publicação dos monumentos d'esse museu *(um museu de mappas)* que fórma a verdadeira e a melhor historia da geographia, longe de ser um objecto de curiosidade e de precisar de ser elevada á dignidade d'obra scientifica, pela sua mesma publicação a essa dignidade se levanta. A utilidade d'uma tal publicação em proveito da sciencia torna-se por conseguinte incontestavel; porque se pódem d'essa fórma estudar melhor os monumentos, comparal-os entre si, e na sua ordem chronologica ou nos seus systemas, achando-os reunidos n'um atlas ao alcance de todos, do que se se achassem como antes, encerrados n'um só local e n'um só paiz, etc.» *Recherches*, etc. *Int.* pag. CIV.

[1] «Se as cartas, que pretendem dar relevo aos systemas dos antigos, não são contemporaneas, mas sim obra moderna, e provêem de sciencia incomparavelmente mais adeantada, *não succede assim ás cartas originaes da edade média, integra e fiel expressão dos conhecimentos geographicos da época.* J. de Torres, *Originalidade da navegação do Oceano Atlantico*, etc. *Panorama*, vol. X, pag. 190.

[2] Titulo do capitulo que Major consagra a estes descobrimentos com que preludiavamos a grande

Digitized by Google

Não falemos aqui na viagem dos Àrabes de Lisboa, narrada por Edrisi, que descobriram uma ilha a que deram o nome de El-Aghanam, em que M. de Avezac quer vêr a ilha da Madeira, com mais ou menos probabilidade. Costa Macedo, secretario da Academia das Sciencias, adduziu bastantes razões para demonstrar que essa expedição é ficticia, e o nome de uma rua da velha Lisboa, collocada junto das Alcaçarias, e intitulada dos «Maghrurins», porque foi habitada pelos Sarracenos viajantes á volta da sua expedição, parece demonstrar o contrario do que o que de Avezac suppõe, pois que *Maghrurins* significa «os que foram enganados». Mas, ainda que fosse verdadeira a historia de Edrisi, ainda assim nos caberia uma porção da gloria, pois que de Lisboa partira a aventurosa expedição.

Chegando aos factos incontroversos, encontramos demonstrado o descobrimento das Canarias, ou antes o seu *redescobrimento* (pois que já eram conhecidas dos antigos) pelos Portuguezes. Muito tempo se attribuiu essa gloria aos Castelhanos. Está agora plenamente demonstrado que aos Portuguezes pertence; prova-o uma carta escripta por D. Affonso IV ao papa Clemente VI, nas seguintes circumstancias:

«Quando Affonso, filho primogenito do infante D. Fernando, e neto do rei Affonso, o Sabio, foi privado, por seu tio D. Sancho, da herança da corôa de Castella, retirou-se indignado para França, para a côrte de seu tio Philippe o Formoso. Ali casou com Mafalda, filha de Aymery VI, visconde de Narbonna, de quem teve Luiz de Hespanha, chamado por quasi todos os historiadores hespanhoes, Luiz de La Cerda, conde de Talmond, e almirante de França. Quando morreu João III, duque da Bretanha, uma guerra civil dividiu em duas facções o ducado. A Inglaterra tomou partido pelo conde de Montfort, irmão do duque, ao passo que o rei de França manteve o de seu sobrinho, conde de Blois, que fôra chamado a succeder-lhe pelo proprio duque. N'esta guerra, D. Luiz commandou em chefe em varios combates contra a Inglaterra, até que afinal o papa Clemente VI obteve uma tregua, assignada em Malestroit no dia 19 de janeiro de 1343, que chegou a durar tres annos, de fórma que no intervallo os termos da paz poderam ser negociados em presença do papa, em Avignon. Um dos plenipotenciarios foi Luiz de Hespanha, e, como as negociações se protrahiram grandemente por demoras do rei de Inglaterra, alli esteve D. Luiz até ao principio do anno de 1345.

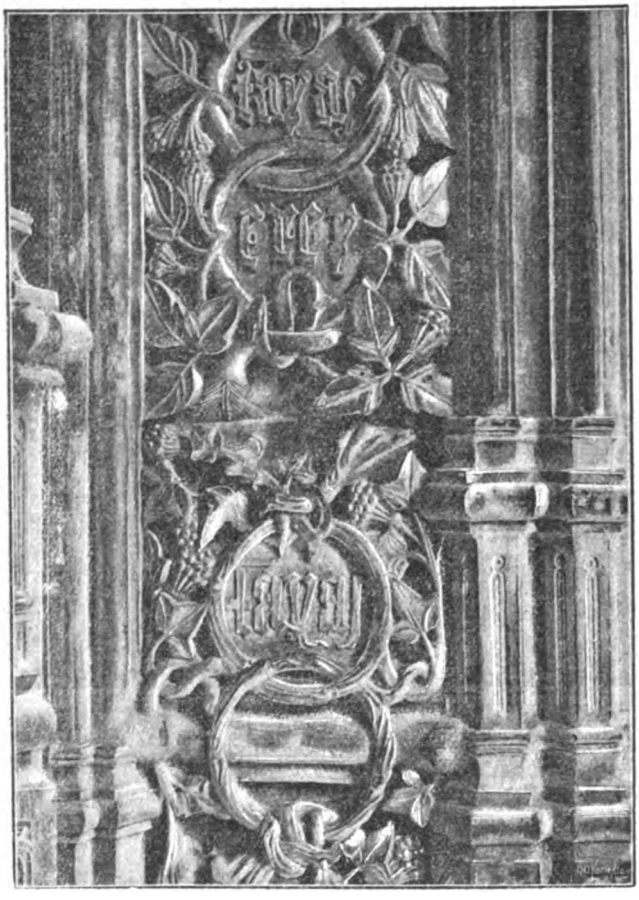
«Durante a sua estada em Avignon, D. Luiz representou ao papa que havia ilhas no Oceano, chamadas as ilhas Afortunadas, algumas das quaes estavam deshabitadas, e outras não, e que desejava obter posse d'ellas para exaltação da Fé e propagação do Christianismo, e por isso pedia a Sua Santidade que lhe outhorgasse a auctoridade necessaria e o titulo de rei d'essas ilhas. O papa outhorgou-lhe o que elle lhe pedia, e, por uma bulla datada de Avignon, 15 de novembro de 1344[1], deu-lhe o senhorio das ilhas Afortunadas com o titulo de principe de fortuna, para ficar perpetuamente feudatario da Apostolica Sé, á qual devia pagar annualmente 400 florins de bom e puro oiro de cunho florentino; e D. Luiz reconheceu-se feudatario no dia 28 de novembro do mesmo anno. Ao mesmo tempo escreveu o papa

empreza, intentada pelo infante D. Henrique. *Life of the prince Henry of Portugal*, cap. VII, pag. 134 a 152.

[1] Por erro de imprensa, não emendado nas erratas, diz o texto «1334». A impossibilidade é evidente, logo que o auctor diz que a bulla foi outhorgada em Avignon, onde D. Luiz de La Cerda esteve de 1343 a 1345.

Digitized by Google

cartas aos reis de França, de Sicilia, de Aragão, de Castella e de Portugal, assim como ao Delphim de França, e ao doge de Genova, pedindo-lhes que ajudassem o novo rei n'esta empreza. A resposta do rei de Portugal encerra a passagem



CONVENTO DA BATALHA — UM TRECHO ORNAMENTAL DO ARCO FEITO POR D. MANUEL, QUE DÁ ENTRADA PARA AS CAPELLAS IMPERFEITAS

a que acima se alludiu[1]. Submettendo-se, com a reverencia habitual, ao desejo de Sua Santidade, lembrava-lhe que já tinha mandado expedições áquellas ilhas e só fôra impedido de enviar uma grande armada pelas guerras em que andou envolvido, primeiro com o rei de Castella, e depois com os Sarracenos. A carta acabava desculpando-se o rei de não dar a D. Luiz navios e soldados, por estar exhausto o thesouro, mas exprimindo a intenção em que estava de o fornecer de mantimentos e outras provisões, dando-lhe tantas quantas podesse. Esta carta era datada de Montemór, 12 de fevereiro de 1315. A guerra com a Hespanha[1], a que o rei se referia, rebentára nos fins de 1336, d'onde se segue que a asserção de que fôra isso que o impedira de mandar uma grande armada a essas ilhas, ou significa que antes d'esse anno é que os Portuguezes tinham enviado expedições ás Canarias, ou que as expedições que elle mandára durante a guerra, seriam, se a guerra não fosse, equipadas em muito mais larga escala. Entretanto, podemos mostrar com toda a evidencia que em 1341 foi feita uma viagem ás Canarias, debaixo dos auspicios do rei de Portugal, graças a uma narrativa que devemos ao poeta Boccacio, e que foi arrancada do olvido apenas em 1827 pelo erudito Sebastião Ciampi[2]. Provinha essa narrativa de cartas escriptas para Florença, por certos negociantes florentinos estabelecidos em Sevilha, com data de 17 das kalendas de dezembro de 1341»[3].

A carta mencionada por Boccacio dá noticia circumstanciada da expedição equipada por el-rei de Portugal, e que constava de dois navios tripulados por marinheiros de dif-

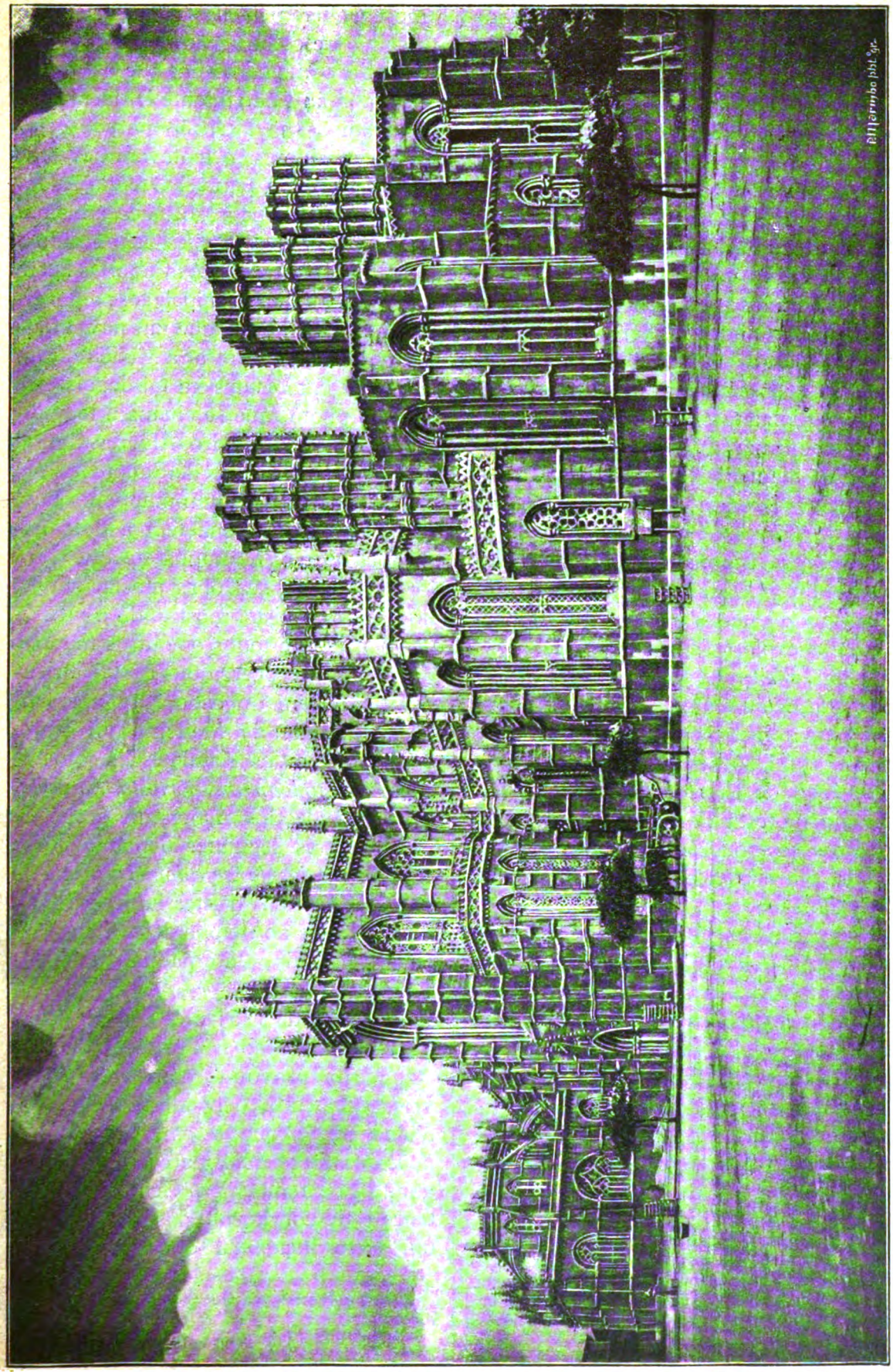
[1] No periodo que precede o ponto em que principiámos a citação.

[1] Mais propriamente Castella.

[2] Parece que José de Torres não tinha conhecimento d'esse trecho de Boccacio, publicado por Sebastião Ciampi, porque se refere unicamente á obra intitulada *De montibus et diversis nominibus maris*, etc., e d'ella deduz que «Das Afortunadas *(Canarias)* já no seu tempo visitadas pelos Portuguezes, não alcança mais de que os antigos, porque d'ellas escreve: «Diz-se que em frente (da grande montanha Sabbion, na terra firme) estão situadas as ilhas Afortunadas!» *Originalidade*, etc., pag. 247 do vol. X do *Panorama*.

[3] Major, *Life the of prince Henry of Portugal*, pag. 139 a 141.

Digitized by Google



CONVENTO DA BATALHA—VISTA GERAL DO LADO DA PORTA LATERAL

Digitized by Google

ferentes nações, predominando os Genovezes. Lembram-se os nossos leitores do contracto que fizera el-rei D. Diniz com Manuel Pezagno, fidalgo de Genova, pelo qual este veiu exercer em Portugal o cargo de almirante, obrigando-se a trazer comsigo vinte mareantes experimentados da sua nação para alcaides das galés. Os Portuguezes, que mal encetavam a carreira das aventuras, precizavam de ser exercitados pelos Genovezes, mestres então na arte nautica, habituados a lustrarem com as suas esquadras todos os golphos e enseadas do Mediterraneo.

Este documento, citado por Major, vem confirmar as inducções, já tiradas antecedentemente, da carta de Affonso IV pelo visconde de Santarem e por José de Torres.

Está pois demonstrado evidentemente que eram as Canarias conhecidas pelos Portuguezes, antes que João de Bettencourt as explorasse e colonisasse.

Com effeito o principe de Fortuna não conseguiu reunir as forças sufficientes para tomar posse do seu precario reino, e foi só sessenta annos[1] depois que João de Bettencourt, fidalgo normando, á testa de um corpo de aventureiros, se apoderou das Canarias, prestando por ellas homenagem á corôa de Castella.

Vê-se que os Portuguezes frequentavam as Canarias já no seculo XIV. Major demonstra, senão com evidencia absoluta, pelo menos com bastantes probabilidades, que tambem no seculo XIV navios Portuguezes, dirigidos pelos pilotos que D. Diniz mandára vir de Genova, abordaram ao grupo da Madeira, e ao grupo dos Açores, sem comtudo emprehenderem n'elles nem sequer um principio de colonisação.

Desde o momento em que os Portuguezes, já antes do infante D. Henrique, voltavam a sua attenção para as emprezas maritimas, e tentavam devassar os mysterios do temivel Oceano Atlantico, o pelago tenebroso, nada mais natural do que terem elles encontrado a Madeira e os Açores. As Canarias ficam a sueste dos dois archipelagos; um temporal bastava para que um navio desgarrado fosse encontrar a Madeira, exactamente como tambem foi depois esse terrivel piloto, que se chama a tempestade, que levou Pedro Alvares Cabral ás plagas obençoadas de Santa Cruz.

Ora, succede que um mappa do Portulano Mediceo[1], que tem a data authentica de 1651, mappa de que Major nos dá na sua obra um fac-simile, que temos á vista, mostrando a mesma ignorancia que todos os outros mappas do seculo XIV ácerca das costas africanas para além do cabo Não, apresenta na latitude da Madeira um grupo de ilhas com as seguintes denominações: *I de lo legname, portosto, I deserte*, e na latitude dos Açores um grupo de ilhas com as seguintes denominações: *I de brazi, insule de colombis, insule de venturu*. Algumas d'estas indicações são reproduzidas no mappa dos irmãos Pizzigadi de 1367, e no mappa catalão de 1375.

O mappa de 1351 é de origem genoveza, assim como o Portulano de que faz parte; provou-o com indestructiveis argumentos o conde Baldelli Boni n'uma edição que fez em 1827 do *Mélione de Marco Polo;* parece[2] por conseguinte que tambem a Genovezes pertence o descobrimento das ilhas; mas ha um facto incidental que vem provar

[1] Por novo erro de imprensa, tambem não emendado na lista das erratas, diz Major que a expedição de Bettencourt foi seculo e meio depois da tentativa do principe de Fortuna, dizendo na pagina immediata que Bettencourt tomou posse das Canarias em 1405.

[1] Ou Laurentino, por ter pertencido a Lourenço de Medicis.

[2] Major, *Life of the prince Henry*, pag. 149.

Digitized by Google

quasi triumphalmente que, se os Genovezes fizeram o descobrimento, foram Genovezes a serviço de algum paiz estrangeiro.

O facto é o seguinte:

Tinham os Genovezes a firme crença que um homem na sua nação, Lancerote Malocello, fôra quem descobrira de novo na edade média as ilhas Afortunadas, e elle tambem quem dera a uma das ilhas do grupo o nome de Lancerote. «N'um mappa genovez com a data de 1455, feito por Bartholomeu Pareto, estão gravadas, junto da mesma ilha, as palavras «Lansaroto Maroxello Januensis» e ha uma passagem de Petrarcha que nos leva a pensar que esse descobrimento foi feito no seculo XIII. Essa passagem declara que *patrum memoria,* quer dizer, uma geração atraz, uma armada de Genovezes chegára ás ilhas Afortunadas. Ora, como Petrarcha nasceu em 1304, se, como é altamente provavel, a viagem de Lançarote Malocello é a viagem a que elle allude, realisou-se ella, o mais tardar, nos fins do seculo XIII[1]».

Não nos interessa saber se a pretenção dos Genovezes é ou não fundamentada; o certo é que no seu espirito formulára-se a convicção de que a prioridade do descobrimento das Canarias lhes pertencia, e por conseguinte de que essa prioridade lhes dava algum direito sobre a sua posse. N'essa conformidade o mappa genovez do Portulano Mediceo ou Laurentino, trazendo as Canarias, põe junto d'ellas o escudo da republica, ao passo que deixa desacompanhados d'esse escudo os grupos da Madeira e dos Açores, o que prova que nenhum direito se arrogavam sobre essas ilhas.

Este conjuncto de probabilidades dão uma grande força á opinião de Major, de que foram os Portuguezes, capitaneados pelos pilotos genovezes assalariados por D. Diniz, que abordaram primeiro á Madeira e aos Açores, mas que essas ilhas já estavam conhecidas antes de Gonçalves Zarco, e antes de Gonçalo Velho Cabral.

Brazão de armas da villa de Pedrogam Grande

O facto de apparecerem em mappas do seculo XIV ilhas, consideradas descobertas pelos Portuguezes só no seculo XV, não passára despercebido antes de Major, e José Torres, vendo n'isso um argumento contra a prioridade dos nossos descobrimentos, procurou destruil-o. É contra o mappa catalão que elle principalmente dirige as suas baterias:

«A carta catalã de 1375, que se conserva na bibliotheca real de Paris, poderá parecer um famoso argumento contra a nossa these, se não houvesse um sem numero de considerações bem fundadas, que n'esta discussão lhe tiram toda a importancia. Averiguada como está a data d'este monumento geographico, (*Athenoeum*, jornal inglez de 18 d'abril, 16 de maio, 6 e 20 de junho de 1840 vêrem-se n'elle ao sul do estreito, as ilhas *porto-santo* (Porto-Santo) *insula de legname* (Madeira) *insula deserte* (Desertas) *insula salvage* (Selvagens) não quer dizer que essas ilhas fossem já conhecidas no tempo em que foi traçado, mas sim que foram uma addição, posterior á epoca de nossas grandes emprezas e descobertas maritimas.»

Este argumento parece-nos contraproducente. Quando se quer demonstrar a prioridade do descobrimento de Zarco, dar essa mesma prioridade para base da argumentação é um singular modo de raciocinar. Como este mappa é anterior a Zarco, é impossivel que as ilhas que lá vem fossem conhecidas, e

[1] Major, *Life of the prince Henry of Portugal*, pag. 150.

Digitized by Google

por conseguinte foram uma addição feita posteriormente. Mas exactamente o que se pretende demonstrar é que as ilhas não eram conhecidas antes de Zarco. Então...

«Nem outra coisa póde ser, continúa José de Torres, quando a historia, a cosmographia e a geographia contemporanea nenhuma archivou a menor noção da descoberta d'aquellas ilhas no seculo XIV; quando um documento singular, tirado da cartographia, nenhuma prova faz contra geraes e oppostos testemunhos de maiores auctoridades; quando aquella addição é, além d'hypothese muito verosimil, facto muito geral e usual entre navegantes que taes eram por sem duvida os que, meio seculo depois da construcção da carta, lhe accrescentaram algumas das descobertas maritimas dos Portuguezes, ou deram para isso informações[1].»

Devemos confessar que estamos já longe d'aquellas «cartas da edade média, integra e fiel expressão dos conhecimentos geographicos da época». Muito de proposito registrámos anteriormente estas palavras de José de Torres. Ao primeiro documento que lhe apparece contrario á sua these, vem o estygma d'apocrypho marcar o mappa desventurado. Mas se, sem outras provas, apenas porque as suas indicações contrariam a opinião predominante depois, se póde regeitar auctoridade d'esse mappa, cuja data foi escrupulosamente averiguada, não sabemos como se poderá fazer a historia geographica com auxilio da cartographia. O systema das «addições posteriores» inutilisa completamente um mappa de qualquer seculo, tirando-lhe logo o cunho de contemporaneo. Emfim, quando ha um só a contradizer todos os outros, ainda se poderá considerar improvavel a genuinidade do documento só com essa prova; mas José de Torres ou não conheceu, ou se descuidou de mencionar o Portulano Laurentino de 1351. Não é pois um documento singular de cartographia, são já dois documentos que vem comprovar a opinião de Major.

Invoquemos ainda o systema das addições; mas, como o grupo dos Açores apparece com outros nomes, porém na latitude veadadeira, tanto no mappa do Portulano, como no mappa catalão, segue-se que essas addições teriam de ser feitas posteriormente ao descobrimento dos Açôres. Ora, a ilha de Santa Maria descobriu-se em 1432, a de S. Miguel em 1444, a Terceira entre 1444 e 1450. Mas n'esse tempo já os Portuguezes, depois de dobrarem o cabo Bojador em 1434, tinham explorado uma grande extensão da costa africana. Qual é pois o motivo por que as celebradas addições, restringindo-se ás ilhas, não tocaram no continente, e deixaram ficar a sua configuração da mesma fórma vaga e falsa?

E comtudo, segundo o testemunho de Azurara, em 1446, isto é, pouco mais ou menos quando se descobriu a ilha Terceira, já os Portuguezes tinham explorado 50 leguas de costa para além do cabo Bojador[1]. Como é que os navegantes, que accrescentaram ao mappa as ilhas dos Açôres, deixaram como antes intacta a parte continental do mappa, quando a podiam augmentar com 22 e 1/2 graos (de 20 leguas)? E, comtudo, um dos argumentos, que serve ao visconde de Santarem para demonstrar a prioridade dos nossos descobrimentos para além do cabo Bojador, é o seguinte,

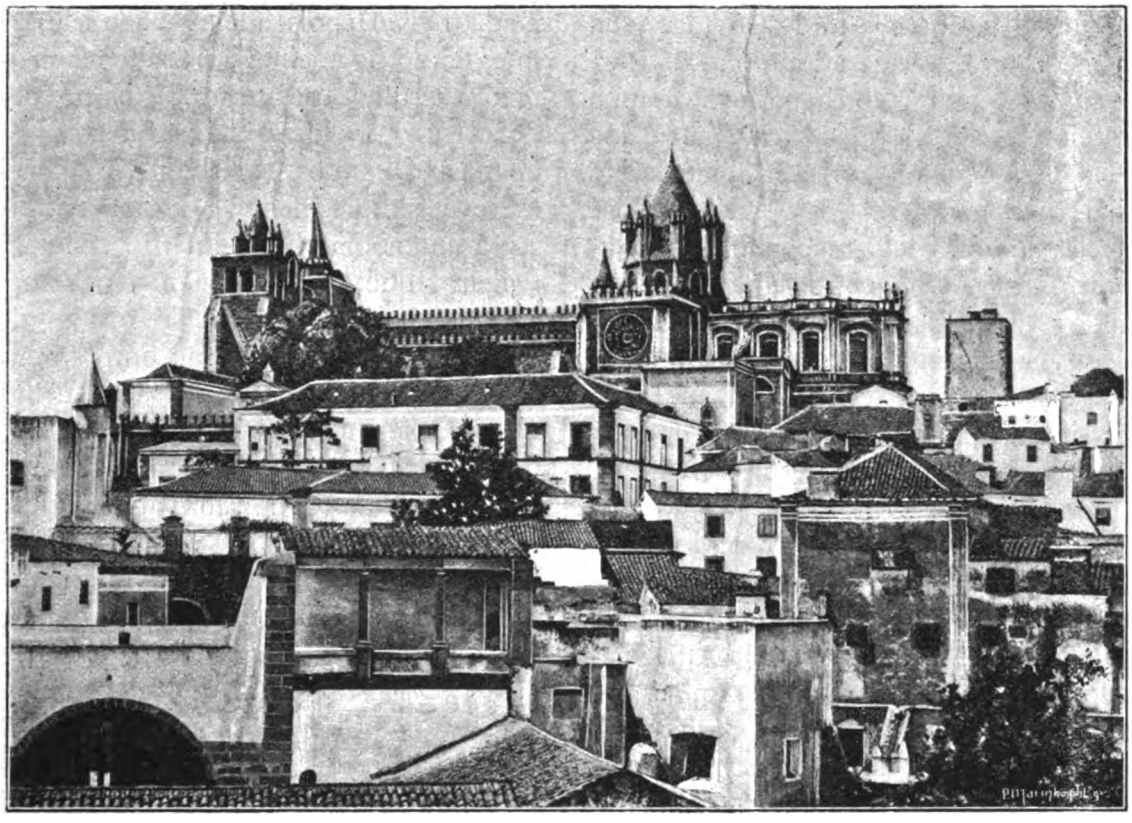
[1] *Originalidade*, etc., *Panorama*, vol. X, pag. 256.

[1] *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné escripta por mandado de el-rei D. Affonso V sob a direcção scientifica e segundo as informações do illustre infante D. Henrique pelo chronista Gomes Eanes de Azurara* (Edição de Paris, 1841, feita pelo visconde da Carreira e annotada pelo visconde de Santarem), pag. 372.

Digitized by Google

que elle dá por titulo ao § XI da sua obra: «As cartas historico-geographicas, posteriores á passagem do cabo Bojador pelos Portuguezes em 1434, demonstram que foi só depois d'esta época que os cosmographos das outras nações principiaram a accrescentar aos seus mappas o traçado da costa occidental da Africa, costa explorada de novo pelos Portuguezes.

Mas, objectar-se-ha, é possivel que as addições fossem feitas depois do descobrimento da Madeira em 1418 e antes da passagem do cabo Bojador. N'esse caso, como figuram lá os Açores? Depois do descobrimento da ilha de Santa



SÉ DE EVORA — VISTA DO SUL

e a adoptar em geral a nomenclatura hydrogeographica portugueza, copiada das nossas cartas maritimas, prova evidente e sem réplica da nossa incontestavel prioridade[1]». Logo adeante cita o mesmo escriptor[2] o mappa de Gabriel Valsequa de Mallorca, mappa de 1439, em que, apesar de terem decorrido apenas cinco annos depois da passagem do cabo Bojador, já apparece a custo a Maria e antes da passagem do cabocelebre, que se effectuou dois annos depois? Como figura um grupo de ilhas e não uma só? E note-se que no mappa catalão não teem as ilhas açorianas as mesmas denominações que no mappa do Portulano Laurentino. Figuram os nomes que lhes foram dados pelos Portuguezes: S. Jorge, Santa Maria, ilha do Corvo[1]. Este facto parece confirmar a

[1] *Recherches*, etc., pag. 109.
[2] Ibid. pag. 110.

[1] Visconde de Santarem, nota á *Chronica de Guiné*, de Azurara, pag. 391.

Digitized by Google

opinião opposta á de Major; julgamos o contrario. Se esses nomes figuram na carta, por addição posterior á data da sua construcção, e tambem á data do descobrimento das ilhas, é a addição de 1450 e tantos, e, por conseguinte, posterior mais de 4 annos á data em que nos diz Gomes Eanes que tinham os Portuguezes já descoberto 450 leguas de costa. Se, pelo contrario, figuram na carta desde que ella foi levantada, nada mais natural do que adoptarem os Portuguezes os nomes consignados no mappa catalão ás ilhas a que abordavam e que evidentemente lhes correspondiam, tanto mais que nos assevera Francisco José Freire, citado pelo visconde de Santarem, que a existencia da ilha de S. Miguel concordava (segundo disse o infante D. Henrique) com seus antigos mappas[1].

A's cartas já citadas por Major accrescentára o visconde de Santarem, em nota á chronica de Azurara, a carta de Parma do seculo XIV, onde vêem marcadas a *insula dé Corvimarini*, *Le Conigi*, *San Zorzo*, *Li Colombi*, *Insula de Brazil*, *Insula de Sante*, e o Atlas inedito da bibliotheca Pinelli, tambem do seculo XIV, onde vêem *Caprana*, *I de Brazil*, *Li Colombi*, *I de la Ventura*, *San Zorzi*, *Li Cumbi*, *I di Corvimarini*. Fazendo estas citações, o visconde de Santarem conserva-se neutral, mas parecendo inclinar-se evidentemente para a opinião de serem as ilhas conhecidas antes de Gonçalo Velho.

O testemunho d'um auctor contemporaneo, e tão veridico e tão bem informado como era Gomes Eanes d'Azurara, podia derrubar toda esta série de probabilidades, mas devemos dizer que o seu testemunho, se não resolve a questão a favor do escriptor Inglez, tambem o não contraría. O capitulo em que tracta da Madeira e dos Açores tem o seguinte titulo: Como foi povoada a Ilha da Madeira e as outras ilhas que são em aquella parte[1]». Note-se que Gomes Eanes emprega o termo «povoada» e não «descoberta». Conta que, indo João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz procurar Guiné, Deus «guiou-os assim que com tempo contrario chegaram á ilha que se agora chama Porto Santo» etc.[2] Nada mais. Depois, adeante, conta ainda que, tendo os coelhos arrasado as plantações da ilha «passaram-se (os povoadores) á outra da Madeira[3]», etc. Isto apenas. Quando se refere aos Açores escreve simplesmente. «E na era de 1445 annos mandou o infante a um cavalleiro, que se chama Gonçalo Velho, commendador que era na ordem de Christo, que fosse povoar outras duas ilhas, que estão affastadas d'aquellas cento e setenta leguas ao noroeste; e uma d'estas começou o infante D. Pedro de mandar povoar com aprazimento de seu irmão, e seguiu-se sua morte em breve, pela qual ficou depois ao infante D. Henrique; e a esta pozéra o infante D. Pedro nome á ilha de S. Miguel, pela singular devoção que elle sempre houvéra com aquelle santo[4]».

Tão prolixo em narrar os descobrimentos da costa africana, Gomes Eanes é d'este modo resumido quando fala no descobrimento das ilhas. Em nada esclarece a questão, a não ser que essa mesma reserva provenha de estarem as ilhas já conhecidas antes do infante D. Henrique.

Já vêem que um grande conjuncto de probabilidades se agrupa em volta da opinião de Major, mas, seja ella verdadeira ou falsa, o que é verdade é que os Portuguezes, já antes da época dos gran-

[1] Visconde de Santarem, nota á *Chronica de Guiné*, de Azurara, pag. 389.

[1] *Chronica da conquista de Guiné* pag. 385.
[2] Ibid. pag. 386.
[3] Ibid. pag. 387.
[4] Ibid. pag. 389.

Digitized by Google

des descobrimentos, procuravam penetrar os mysterios do Oceano, sulcando as suas vagas com affoiteza, e demandando, senão a Madeira e os Açores, pelo menos as Canarias. Vanguarda destinada, pela sua posição, a explorar antes dos outros povos os paizes desconhecidos, que se escondiam por traz da cortina de vagas do Atlantico, iamos ensaiando as nossas forças, e costumando-nos a encarar sem temor o pavoroso aspecto das ondas.

Eis o que na Europa se conhecia para o lado occidental, e para além do Atlantico: a costa africana até ao cabo Não, e ainda para além d'este cabo até ao Bojador, as Canarias, e vagamente os Açores e o grupo da Madeira. Tudo era mysterioso, devassado uma ou outra vez por expedições occasionaes, e sem consequencias geographicas, dos marinheiros das nossas costas.

Mas a febre das viagens já se apoderára da Europa, uma curiosidade immensa devorava essas gerações, que, terminadas as luctas mais sangrentas da edade média, aspiravam para a luz da sciencia, e tentavam por todos os modos surgir das trevas, em que as immergira a confusão dos seculos barbaros. O seculo XIII fôra já um diluculo radioso, fôra, para assim dizermos, a antemanhã da Renascença. A poesia, levantando-se com o genio de Dante a alturas vertiginosas, fôra como que o sonho esplendido que visita, nas horas ultimas da noite, as imaginações tanto mais activas quanto as outras faculdades do ser jazem immersas no repouso; as cathedraes gothicas, sublimes nas suas fórmas mysteriosas e sombrias, eram como as phantasticas visões nocturnas, illuminadas pelo doce luar do mysticismo; as nações modernas aspiravam, porém, a entrar no estadio da civilisação, onde tinham sido precedidas pelos povos da antiguidade; a poesia, perdendo a vigorosa inspiração que marca as producções da adolescencia dos povos, havia de adquirir as bellezas serenas e correctas que são o privilegio da virilidade; a arte cessaria de lavrar na pedra os poemas da fé, para levantar os edificios harmoniosos, onde a humanidade deixa estampada, na regularidade das proporções e na pureza das linhas, a prova monumental da sua orgulhosa superioridade; por todos os lados procuravam os povos arrancar á natureza os seus segredos e estabelecer o seu dominio triumphal sobre o creação.

Brazão de armas da villa de Monforte

Não ousando ainda devassar as solidões do Atlantico, tentavam os viajantes por terra alargar o mundo conhecido, e penetrar nas regiões ignotas do Oriente. Á volta, quando faziam as suas narrativas, encontravam o pasmo dos que os escutavam, e muitas vezes a incredulidade. Benjamim de Tudela, judeu do reino de Navarra na Hespanha, já no seculo XII fôra a Constantinopla por terra e de Constantinopla, proseguindo para o Oriente, chegára á Tartaria chineza: d'alli voltára para o sul, atravessára a India, embarcára no Malabar, visitára as ilhas dos mares orientaes, e voltára á Europa pelo Egypto[1]. Em 1246 o papa Innocencio IV teve a estranha e louvavel idéa de mandar converter o neto de Gengis khan, e enviou-lhe duas missões, uma de Franciscanos, guiados pelo padre João de Plana Carpini[2], outra de Dominicanos dirigidos pelo padre Ascolino. Não obtiveram os missionarios nem a conversão, nem o martyrio. O barbaro chefe recebeu-os com certo espanto, e despediu-os sem se dignar mesmo responder-

[1] Robertson, *History of America.*, T. 1 L. 1.º, pag. 45.

[2] «Bispo de Antivari» diz o sr. A. M. de Castilho na *Descripção e roteiro,* etc., prologo, pag. XIX, nota 2.

Digitized by Google

lhes[1]. Mas a geographia é que lucrou com a missão, porque João Carpini Percorreu as provincias septentrionaes da Russia moderna, chegando até ao fim do Thibet, e Ascolino penetrou na persia.

Em 1258 S. Luiz rei de França, tendo vagas informações de que um dos kans da Tartaria tinha abraçado o Christianismo, enviou-lhe dois frades, fr. André e Guilherme de Rubruquis ou de Rubruk[2]. Procurando debalde o tal barbaro christão, percorreram comtudo os missionarios uma grande parte da Asia Central.

Mas quem adiantou muito mais os conhecimentos geographicos ácerca do Oriente foi Marco Polo, rico negociante veneziano, que, tendo obtido a protecção de Kuhlayn-Khan, o mais poderoso dos descendentes de Gengis[3], pôde percorrer, com intentos mercantis, as cidades mais populosas e mais ricas da Asia, chegando á China, paiz quasi, senão totalmente desconhecido dos antigos, e que elle revelou á Europa debaixo do nome de Cathay, e ao Japão, que pelo Japão devemos entender a sua ilha de Zipangri. Percorreu tambem o Oceano indico, visitou as ilhas maravilhosas disseminadas por essas vagas resplandecentes, e, quando voltou á Europa, escreveu uma relação das suas viagens, livro popularissimo nos seculos XIV e XV, ainda que em geral fossem consideradas fabulosas as informações, reconhecidas depois pela maior parte authenticas, que dava ácerca d'esses ignotos paizes.

Perto de meio seculo depois de Marco Polo, diz ainda Robertson, sir John Mandeville, Inglez, animado pelo seu exemplo, visitou a maior parte dos paizes do Oriente, que descreveu, e, como elle tambem, publicou uma relação das suas viagens[1]. As narrações d'aquelles antigos viajantes abundam em muitas historias absurdas e incoherentes, dizendo respeito a gigantes, nigromantes, e monstros. Mas não era por essa circumstancia que ellas se tornavam menos acceitaveis a um seculo ignorante, que se deleitava com tudo quanto era maravilhoso. Os prodigios que elles contavam, quasi sempre por tambem os terem ouvido narrar, enchiam de pasmo a multidão. Os factos que referiam, pelos terem observado, attrahiam a attenção dos mais perspicazes. Os primeiros, que podem ser considerados como as tradições populares e as fabulas dos paizes que os viajantes atravessaram, iam ser gradualmente desprezados, á medida que a instrucção augmentava na Europa. Os ultimos, por muito incriveis que parecessem no tempo em que foram referidos, confirmaram-n'os depois as observações dos modernos viajantes Tanto uns como outros, comtudo, excitavam a curiosidade do genero humano a respeito das partes mais remotas da terra, alargavam as idéas, e não só iam dispondo invencivelmente os homens para tentarem novas descobertas, mas tambem lhes proporcionavam informações que lhes indicavam a direcção que deviam dar d'ahi por diante as suas tentativas de descobrimento[2]».

Todas estas noticias confusas, espalhadas, contraditas e contraditorias; estas viagens emprehendidas sem nexo, e que levantavam apenas uma ponta do

---

[1] «Recebeu o recado, diz Robertson, *com o despreso que elle merecia*». É um juizo de protestante assanhado. Se a missão não fosse enviada pelo papa, seria outra a opinião do escriptor escocez.

[2] «Rubruquis» chama-lhe Robertson, «Rubruk» o visconde de Santarem

[3] Robertson, *History of America*, t. I, L. 1.°, pag. 48.

[4] Ao lado do paragrapho relativo ás viagens de Mandeville, põe Robertson a data 1322, ao lado das de Marco Polo 1265. D'este ultimo viajante diz o sr. A. M. de Castilho que nasceu em 1250 e falleceu, segundo se julga, em 1322.

[1] *Voyages and travels by sir John Mandeville.*

[2] Robertson, *History of America*, T. 1.°, L. 1.°, pag. 49.

Digitized by Google

véo mysterioso, eram os confusos rumores que precedem sempre as grandes emprezas. Esses navegantes Portuguezes, que sulcavam aqui e além o Atlantico, esses viajantes Italianos, Flamengos, Inglezes, que iam por terra demanrique, e o incendio em desejos de dar um corpo a esses presentimentos de terras mysteriosas, de inundar de luz o mundo para a Europa sepultado em trevas. Assim as faiscas, emanadas de um e de outro lado, e que mal sulcam, pon-

VASCO DE LUCENA OFFERECE O SEU LIVRO AO DUQUE DE BORGONHA
(segundo uma illuminura do manuscripto do *Quinto Curcio*, existente na «Bibliotheque National de Paris»)

dar o Oriente, eram apenas os precursores do grande vulto, em cuja vasta fronte se elaborava o projecto sublime de revelar á civilisação occidental os mundos desconheeidos. Cada uma d'essas noticias vagas era uma scentelha que cahia no espirito do infante D. Hentos luminosos, a escuridade da noite, cahindo em materia inflammavel vão lavrando em silencio, vão elaborando o incendio, que, irrompendo a final, magnifico e tumultuoso, dissipa de todo as sombras com o immenso e rubro clarão de uma aurora de chammas.

Digitized by Google

CAPITULO XVI

O infante D. Henrique.—Motivos que o levaram a emprehender os descobrimentos

Além do laço do affecto fraternal, que ligava entre si todos os filhos d'el-rei D. João I, outro havia, não menos intimo, que prendia os tres mais velhos, e fazia com que sempre convivessem e folgassem de tractar uns com outros: era o do amor da sciencia. Vimos como o infante D. Pedro dedicára a D. Duarte o seu livro *Da virtuosa bemfeitora,* livro que tractava de philosophia moral, e que devia por conseguinte ser apreciado pelo eloquente auctor do *Leal Conselheiro*. Outros eram os cuidados, outras as predilecções do infante D. Henrique: enlevavam-n'o as sciencias positivas; tinham n'elle as mathematicas um adepto convicto, e a astronomia um dedicado cultor. D. Pedro, como os homens eruditos e modestos, cujo espirito não deixa ramo algum dos conhecimentos humanos por escrutar, e que são de immensa utilidade aos que se dedicam de preferencia a uma especialidade, dando-lhe subsidios importantes e conselhos uteis, e deixando-se elles ficar na segunda plana, e no gosto d'este suave *dilectantismo* scientifico; D. Pedro, pois, foi muitas vezes confidente dos projectos e estudos de D. Henrique, e subministrou-lhe valiosos auxilios.

Não podemos dizer se D. Henrique pensou, logo que se entregou a esses estudos, em emprehender as navegações que fizeram a sua gloria; mas é natural que a arte nautica, tão intimamente ligada com a astronomia, com os outros ramos das sciencias mathematicas, chamasse logo a sua attenção, e, como consequencia immediata, que viesse o desejo de conhecer os mysterios do Atlantico.

A empreza de Ceuta veiu fixar o desejo vago do infante D. Henrique. N'essa expedição, em que elle primeiro viu apenas, como seus irmãos, ensejo de praticar brilhantes feitos de armas, e de conquistar dignamente as suas esporas de cavalleiro, não tardou a achar tambem estimulo para empreza de mais porte. Ceuta era, como dissémos já, um emporio do commercio entre a Asia, a Africa e a Europa, e a vista das riquezas alli accumuladas, e que provinham de distantes regiões, devia excitar no animo do infante D. Henrique a ambição de herdar os proventos dos Mouros expulsos, e de conhecer ao mesmo tempo as regiões de onde elles esses proventos auferiam. Essa razão commercial não foi effectivamente estranha ás emprezas de D. Henrique, e é uma das cinco apontadas por Azurara no capitulo 7.º da sua *Chronica*[1].

«Na edade média, diz Major, uma grande variedade de causas conspiraram para dirigir a attenção das nações européas para o Oriente. As cruzadas, apesar de serem nos seus primeiros effeitos funestas para as nações de onde emanaram, não só lhes deram conhecimento de distantes paizes, mas tambem d'aquelle luxo oriental, que se tornou um estimulo para se cultivarem relações

---

1 Pag. 44.

Digitized by Google

mercantís com esses paizes. Outro acontecimento, que influiu muito para limitar os estados occidentaes da Europa a descobertas maritimas, foi a guerra entre os Mouros e os habitantes da Peninsula. As vastas operações mercantís dos Arabes encheram a Hespanha com as ricas producções do Oriente, e os habitos luxuosos das côrtes mouriscas de Sevilha e Granada foram imitados pelos principes catholicos de Aragão e Castella. Mas, como as hostilidades entre conquistadores e conquistados de dia para dia se tornavam mais obstinadas e implacaveis, a falta d'estes objectos de luxo começou a ser sentida pelos ultimos, para os quaes, pelo menos entre os ricos, se tinham tornado verdadeiras necessidades. De fórma que se póde inferir claramente que a expulsão dos Mouros da Peninsula foi um dos grandes estimulos para se procurar uma passagem para a India pelo mar.

N'esta expulsão tomaram os Portuguezes a frente, e foram por conseguinte os primeiros a sentir o effeito do incentivo. A conquista de Ceuta foi o primeiro passo para o desejado objecto, e o principe Henrique, com o seu amor do estudo e a sua cavalheiresca bravura, era exactamente o homem proprio para proseguir aquelle objecto com a perseverança de uma determinação fixa[1].

Foi em Ceuta que elle colheu informações numerosas ácerca das costas da Africa occidental e do interior d'essa vasta peninsula. Desde tempos muito remotos que tanto os Berebéres da Mauritania como os Arabes da Hespanha conservavam relações continuadas com os paizes africanos. Eram os portos da Africa septentrional que davam sahida ás producções da Nigricia, conduzidas alli por numerosas e repetidas caravanas. A Africa central, aquella mesma de que ainda hoje pouca noticia temos, era conhecida dos Arabes hespanhoes, e Tombuctú, a cidade mysteriosa, não fôra ignorada dos civilisados Granadinos. «Leão Africano, natural de Granada, e que nasceu no fim do seculo que testemunhou as explorações do principe Henrique, fala na mesquita de pedra, e no palacio real de Tombuctú, os unicos dois edificios notaveis da cidade, como tendo sido obra de um perito architecto de Granada; e Ibn Batuta, escrevendo no seculo em que o principe Henrique nasceu, menciona como uma das curiosidades de Tombuctú o tumulo de Abu-Ishac-es-Sahili, famoso poeta de Granada, que morreu em Tombuctú em 1346.»

O mesmo succedia com as regiões da Africa occidental, conhecidas e frequentadas pelas caravanas mouriscas ainda para o sul do cabo Bojador, ao passo que por mar ninguem ousava passar além do temeroso promontorio. As noticias colhidas dos prisioneiros de Ceuta excitaram a curiosidade de D. Henrique, e accenderam-lhe o desejo de dilatar o campo da sciencia geographica, dando conhecimento ao mundo de esses paizes. E' essa outra das cinco regiões em que Azurara fala.

As outras tres eram puramente religiosas: desejava D. Henrique saber a extensão dos paizes onde reinava triumphante a religião mahometana; desejava tambem saber ao certo se havia algum principe christão para essas regiões, e finalmente queria fazer penetrar o christianismo n'esses logares desallumiados do facho de Jesus. Azurara ainda accrescenta a estas uma sexta razão, da qual, diz elle com perfeita gravidade, todas as outras procedem. Essa razão mãe é astrologica. O infante D. Henrique nascêra n'uma conjuncção tal que o fadava para grandes emprezas, etc. Já se vê que Azurara era respeitador e admi-

[1] *Life of prince Henry of Portugal*, pag. 64.

Digitized by Google

rador d'aquelle desventurado mestre Guedelha, que se fartou de fazer a D. Duarte prophecias.

Foi, como de costume, o infante D. Pedro, confidente das tenções de seu irmão, e não se esqueceu de auxilial-as. Quando em 1416 sahiu do reino para emprehender as celebres viagens, de que a imaginação popular depois se apoderou, é natural que seu irmão D. Henrique não se esquecesse de lhe recommendar que colligisse o maior numero de noticias que podesse sobre o objecto que lhe interessava; mas ou lh'o recommendasse ou não, é certo que o infante D. Pedro, quando regressou em 1428, trouxe a seu irmão um thesoiro precioso, que foi o livro manuscripto das viagens de Marco Polo com que o presenteara a senhoria de Veneza. Quer Antonio Galvão, o auctor da historia dos descobrimentos Portuguezes, que D. Pedro tivesse trazido tambem um importantissimo mappa que depois existia, diz elle, no cartorio de Alcobaça, e onde apparecia nada menos do que o Cabo da Boa Esperança, o estreito de Magalhães, e muitos outros pontos que os Portuguezes exploraram. A esse respeito oiçâmos o que diz Major, o conscienciosissimo biographo de D. Henrique:

«Temos infelizmente, diz elle, noticias muito incertas ácerca d'este mappa, onde appareciam, segundo assevera Antonio Galvão, todas as partes do mundo e da terra descriptas. O estreito de Magalhães tinha o nome de Caudo Dragão; o Cabo da Boa Esperança a Testa da Africa, e assim outros logares, pelo qual mappa D. Henrique, terceiro filho do rei, foi muito ajudado nos seus descobrimentos. Galvão ainda conta que lhe disse Francisco de Sousa Tavares, que no anno de 1528, D. Fernando, filho e herdeiro do rei D. Manuel, lhe mostrou um mappa achado no cartorio do real mosteiro de Alcobaça, que foi feito mais de cento e vinte annos antes, no qual estava exarada toda a navegação da India, com o Cabo da Boa Esperança como é agora conhecido. Se assim é, continua elle, havia tanto ou mais descoberto do que ha agora. Este Francisco de Sousa Tavares foi executor testamentario de Antonio Galvão, e editor da sua «Historia dos descobrimentos do mundo», de fórma que, se algum erro fosse commettido por Galvão em primeiro escrever este facto, o editor podia corrigil-o. Não o fazendo, tomou a responsabilidade da asserção. E, sendo o caso assim, a ultima advertencia de Galvão a respeito da evidencia d'esses dois mappas parece «prima facie» não só rasoavel, mas altamente prejudicial para a gloria que a obra que escrevemos tem por fim attribuir aos Portuguezes, e por excellencia ao principe Henrique, direito que lhes pertence indubitavelmente, de terem aberto caminho para a India pelo Cabo da Boa Esperança. Esta difficuldade foi habilmente refutada por um sabio escriptor Portuguez, Antonio Ribeiro dos Santos, que não se esforçou por escapar ao perigo apparente, mas que pelo contrario lhe ampliou o campo. Mostra elle que indicações similares apparecem em mappas ainda anteriores, como por exemplo no de Merino Saunto, que tem pouco mais ou menos a data de 1320, n'um famoso mappa, conservado ainda no mosteiro camaldulense de S. Miguel de Murano, proximo de Veneza, da data de 1380 pouco mais ou menos, e que se suppunha ser a copia de um que foi trazido da China por Marco Polo. A estes accrescenta dois de um periodo posterior, ainda que anterior aos reconhecidos descobrimentos do Cabo que resultaram das expedições do principe Henrique, e vinham a ser o do Veneziano Andrea Bianco de 1436, e do afamado Fra Mauro, geographo eminente, o monge

Digitized by Google

do mencionado mosteiro Camaldulense, mappa datado de 1459[1].

Escriptor aliás apreciavel, Antonio Galvão não merece comtudo çredito algum quando refere coisas que outros não mencionam, elle que é muitas vezes inexacto quando narra factos conhecidos. A invenção do mappa de Alcobaça é por tal fórma absurda, que ao visconde de Santarem nem lhe pareceu necessario refutal-a. Que quer dizer um mappa que ninguem conhece, de que não fazem menção alguma os cosmographos estrangeiros, e cujas indicações em nenhum outro mappa são reproduzidas? A opinião de Antonio Ribeiro dos Santos, essa é que é altamente provavel, e todos os documentos da cartographia a justificam. Na conformidade da geographia systematiça dos antigos, os cartographos da edade média traçavam a configuração phantasiada da Africa, mas que dava umas vagas ideas da sua configuração verdadeira. No mappa, que temos á vista, do portulano Laurentino, a Africa, partindo do estreito de Gibraltar, caminha para o sul pouco mais adiante do cabo Bojador, volta depois para leste, formando com a primeira direcção um angulo perfeitamente recto, e, depois de uma enorme reintrancia, torna a caminhar para o sul, voltando depois a nordeste para se ir ligar com as praias do mar Roxo.

N'essa ponta meridional, quem tiver desejo de ver o cabo da Boa Esperança póde vêl-o, mas a confusão das indicações, os desplantes geographicos de toda a casta mostram que foi pautando-se approximadamente pelas idéas dos antigos que o auctor do mappa phantasiou aquella especie de peninsula, differentissima da realidade. Succede pouco mais ou menos o mesmo nas outras cartas da edade média, mas as dissimilhanças que entre ellas se notam bastam para mostrar que os cosmographos traçavam linhas a capricho, no mappa, das terras, desconhecidas.

Não; nas cartas que guiaram o infante

INFANTE D. JOÃO

D. Henrique não havia nem sequer indicações vagas, havia apenas o mysterioso, que excitava o animo venturoso a procurar dilaceral-o.

Eram imperfeitos ainda bastante os conhecimentos nauticos dos europeus; comtudo a bussola inventada por Flavio Gioia de Amalfii ainda que não animasse muito os navegantes a arriscarem-se, fiados unicamente n'ella, nas perigosas solidões do alto mar, Atlantico,

[1] Major, *Life*, etc., pag. 92.

Digitized by Google

já comtudo servia de guia aos maritimos; as cartas hydrographicas planas, cuja invenção é, pareee que falsamente, attribuida ao infante D. Henrique, devendo-se-lhe, talvez, apenas o aperfeiçoamento, auxiliavam tambem os navegadores na derrota; já o astrolabio e o quadrante serviam, ainda que muito imperfeitamente, para se tomar a altura das estrellas. Conhecia o infante D. Henrique tudo o que no seu tempo se sabia em sciencias mathematicas, o seu alto genio advinhava-lhes as incalculaveis consequencias. Voltando de Ceuta, fôra habitar no Algarve, e estabelecendo-se no promontorio de Sagres, começara a encarar as ondas do Atlantico, e a scismar no modo de intentar por ellas as suas explorações descobridoras. Chamando do estrangeiro um cosmographo celebre, Jayme de Mayorca, auxiliado por elle entregou-se com fervor ao estudo. Estabeleceu tambem na sua villa, *Villa do Infante*, como ainda hoje se lhe chama, uma escola de cosmographia e de navegação, que foi frequentada pelos cavalleiros da sua casa, e por outros homens que por essas emprezas se enthusiasmavam? Não podemos dizêl-o com absoluta certeza; todas as probabilidades militam a favor da affirmativa, e o que parece incontestavel é que, ainda que não tivesse na fórma regular d'um curso, a conversação do infante, de Jayme de Mayorca, e d'outros homens sabedores que se agrupavam em torno do filho de D. João I, seria altamente instructiva para os cavalleiros que os escutavam, e que foram os mesmos que depois guiaram as caravellas de D. Henrique nos seus emprehendimentos.

«O que parece altamente provavel, diz Major, é que a cadeira de mathematica de Lisboa foi estabelecida pelo infante D. Henrique, porque apparece uma doação d'elle, datada de 12 de outubro de 1431, em que outhorgava á Universidade d'aquella cidade [1], que não tinha casa propria, algumas casas que elle comprára a João Annes, armeiro d'el-rei, por quatrocentas corôas velhas, ao passo que é sabido que em 1435 essa cadeira existia, tratando-se n'ella d'um objecto em que tomava o infante especial interesse» [2].

Estavam pois reunidos todos os elementos necessarios para se poder levar a bom fim a empreza intentada pelo infante. Recursos para ella tambem não lhe faltavam. Mestre da ordem de Christo, podia applicar os immensos rendimentos d'essa cavallaria religiosa a expedições em que tanto lucrava a propagação da fé christã. Homens tinha-os de feição para arriscados commettimentos. Os cavalleiros da sua casa, e da sua creação, forcejavam por lhe agradar em tudo, porque elle era grande remunerador de serviços, muito protector dos seus, chegando a ser accusado por Gomes Eanes d'Azurara de nimio indulgente para as culpas dos que o serviam. Além d'isso os membros da ordem de Christo estavam á sua disposição. Obrigados pelo seu voto a arrostarem todos os perigos, comtanto que lucrasse a fé, formando a flôr da cavallaria do reino, nada havia que os assustasse, emquanto que, ao mesmo tempo, livres de todos os laços de familia pelo seu voto de celibato, iam procurar a morte quasi certa, sem que as lagrimas das esposas e dos filhos os retivessem na praia, sem que lembrança d'elles os fizesse recuar lá no alto Oceano diante d'algum perigo insolito.

«Ha muitas duvidas, diz Major, a respeito do anno em que primeiro o principe expediu navios para expedição exploradora. Alguns suppõem que foi em 1412, mas não ha fundamento para tal supposição. D'uma expressão, que oc-

[1] A Universidade fôra transferida de Coimbra a Lisboa por el-rei D. Fernando.

[2] Major, *Life*, etc., pag. 60.

Digitized by Google

corre n'uma bulla do papa Nicolau V, datada de 1455, infere-se que elle principiou esta empreza pelo anno de 1415. Parecem concordes todos em reconhecer o facto de que foi em Ceuta e n'esse anno que o principe colheu importantes informações dos Moiros de Fez e de Marrocos a respeito dos Arabes que viviam nas fronteiras do deserto, assim como a respeito do reino dos Jalofos, proximo da Guiné. Sabia que os paizes do norte da Africa enriqueciam com o commercio d'aquelles paizes, e de lá tiravam consideravel quantidade d'oiro. N'isto, como degrau para maiores propositos de adiantamento, viu elle uma fonte de prosperidade para a sua patria, que por si era digna de que se fizessem novos esforços para a sua exploração. A data mais anterior dada por alguma auctoridade do mesmo seculo á expedição para isso preparada é a do anno já mencionado de 1415. Occorre n'uma narrativa, feita muitos annos depois da morte do principe ao celebrado cavalleiro allemão Martim de Behain, por Diogo Gomes, almoxarife do palacio de Cintra, que fôra elle mesmo um explorador debaixo das ordens do principe Henrique, e muito da sua intimidade. Diz elle que em 1415 um nobre portuguez, chamado João de Trasto, foi chefe de uma expedição preparada pelo principe. O vento levou-o áquella parte da ilha da Grande Canaria, que se chama Telli a fructifera. Procurando voltar, encontrou fortes correntes entre as ilhas, de fórma que foi com grande difficuldade que regressou á patria. Ha comtudo tantas coisas manifestamente inexactas nas outras affirmações de Diogo Gomes a respeito de viagens anteriores, que narra pelo que ouviu dizer, que não podemos estar perfeitamente certos de que esta data que ella attribue á primeira expedição seja a verdadeira.

«Fosse como fosse, é certo que, depois da sua volta a Ceuta, o principe adoptou a pratica de mandar todos os annos uma expedição o mais longe possivel ás costas da Africa. Alguem quiz attribuir aos seus navegadores o credito de serem os primeiros que passaram o cabo Não, que, como o seu nome indica, fôra antigamente considerado como limite de navegação segura, ou ainda possivel[1]; mas isto é claramente falso, porque o cabo Bojador, que realmente formava esse limite, apparece distinctamente desenhado nos mappas do seculo XIV, antes do principe Henrique ter nascido[2].»

Estava aberta a estrada; estava dado o impulso; da bahia de Lagos principiavam a sahir os navios Portuguezes, vedetas d'essas esquadras audazes que tinham de explorar as mais remotas regiões; e o principe Henrique, em pé no mais avançado promontorio da Europa, agitava sobre as vagas o facho que ia dissipar as trevas e mostrar aos seus espantados contemporaneos mundos desconhecidos e maravilhosos.

---

[1] O proverbio dizia: «Quem passar o cabo Não ou voltará ou não.»

[2] Major, *Life of the prince Henry*, pag. 64.

Digitized by Google

CAPITULO XVII

Descobrimento[1] de Porto Santo e Madeira

No anno de 1418 dois cavalleiros da casa do infante D. Henrique offereceram-se para irem tambem nas expedições emprehendidas ás costas africanas. Chamavam-se elles João Gonçalves Zarco, e Tristão Vaz Teixeira. O infante mandou-lhes preparar um barco, e enviou-os com instrucções d'irem ao longo da costa africana para além do cabo Não, até onde o permittisse as vagas. Mas uma tempestade arrojou-os para longe da costa e fel-os andar perdidos no alto mar, até que, depois de alguns dias de navegação á ventura, descobriram terra, e arribaram a uma ilha, que foi a do Porto-Santo[2].

Era a ilha abundante de zimbro, urzes e dragoeiro, arvore muito apreciada pelo succo chamado «sangue de drago» que a pharmacia utilisa. No centro erguia-se uma alta montanha, que depois se chamou o pico do Castello; nas praias luzia a areia alvissima. Completamente despovoada, Porto-Santo, sem ter a magnificencia d'essas terras virgens da America, ou mesmo da sua visinha Madeira, apresentava-se comtudo como um paraiso aos navegadores, que acabavam de soffrer os horrores da procella.

Ufanos com o seu descobrimento, voltaram os dois cavalleiros a Portugal, e deram parte ao infante D. Henrique do resultado da sua expedição, differente do que tinham esperado, mas nem por isso menos brilhante. Fizeram da ilha uma descripção encantada, e accrescentaram que seria util colonisal-a. O ardor das aventuras, o desejo de agradarem ao infante, e sobretudo a novidade da empreza incitaram muitos fidalgos a offerecerem-se ao infante D. Henrique para tambem povoarem a ilha. Bartholomeu Perestrello, creado do infante D. João, foi o escolhido para acompanhar os dois descobridores na empreza da colonisação.

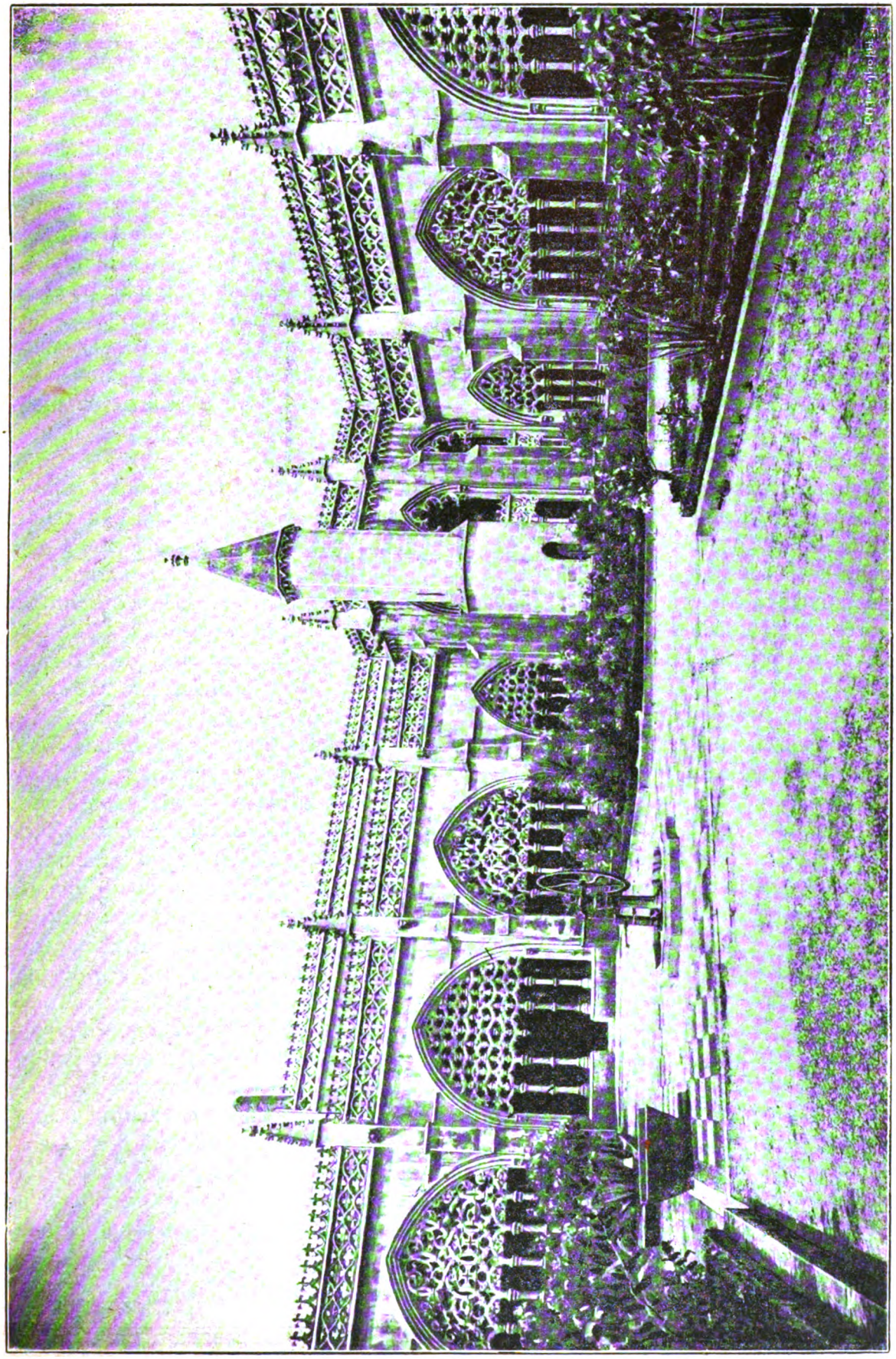
Voltaram pois João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, acompanhados por Bartholomeu Perestrello, á ilha de Porto-Santo. Uma circumstancia, futil em apparencia, mas que teve consequencias graves, e que Azurara conta, inutilisou os primeiros esforços dos colonisadores. Um amigo de Bartholomeu Perestrello déra-lhe uma coelha, que teve filhos durante a viagem. Quando chegaram a Porto Santo, Perestrello soltou a mãe e a prole, e não pensou mais n'elles; depois tractaram de levantar ca-

---

[1] Ou reconhecimento, se admittirmos que já eram conhecidas.

[2] Começam aqui as duvidas originadas principalmente do laconismo de Azurara em tudo quanto respeita ao descobrimento da Madeira, Porto-Santo e Açores. Barros, nas suas *Decadas*, affirma que foi Gonçalves Zarco que deu á ilha da Madeira o nome de *Porto-Santo*, por ter sido n'ella que se salvou da tempestade. Mas Azurara limita-se a dizer «Chegaram á ilha que se *agora chama* Porto Santo». D'onde parece deduzir-se que, tendo voltado Gonçalves Zarco a Portugal, e tendo declarado a D. Henrique a latitude da ilha, reconhecesse este n'ella a ilha do *Porto-Santo* exarada nos seus mappas, e lhe adaptasse o nome. Repetimol-o ainda, o laconismo inexplicavel de Azurara, unico escriptor digno de credito absoluto por ser contemporaneo, por ser homem veridico, e bem informado, ha de sempre envolver em trevas este primeiro periodo dos nossos descobrimentos, e ha de obrigar-nos a caminhar amparados apenas em conjecturas.

Digitized by Google



CONVENTO DA BATALHA — PATEO DO CLAUSTRO

Digitized by Google

banas, onde habitassem, emquanto não podiam construir casas, e fizeram as sementeiras. Mas, em menos de um anno, os coelhos multiplicaram com tal rapidez que devoraram as searas. Debalde os povoadores emprehenderam uma caçada activissima; os coelhos a tudo sobreviveram, e os povoadores perderam a esperança de tirar qualquer resultado da sua nova colonia.

Apparece-nos agora outro ponto dubio, o descobrimento da ilha da Madeira. Conta Barros, e com elle todos os historiadores subsequentes, que fazia scismar os descobridores uma cerração negra, que se divisava immovel sempre no mesmo ponto, e que se tornava principalmente perceptivel nos dias claros. Pessoas que teem visitado as ilhas nos affirmam que ainda hoje, apesar da Madeira estar despida do basto arvoredo, que auxiliava então a formação dos vapores, se descobre do Porto Santo este nevoeiro pairando sobre a Madeira. Preoccupava-os essa cerração constante. Se não suspeitavam para aquelle lado a existencia de terra conhecida, o que sonhariam os navegadores quando por tardes serenas viam, para além da extensão das vagas, desenhar-se no horisonte essa linha sombria e immovel? «Era necessario conhecermos bem pouco, escreve Ferdinand Denis, as idéas geographicas com que se alimentava a idade média, para não imaginarmos as diversas preoccupações que agitavam Gonçalves Zarco e os seus fieis companheiros. *Antilia* e as suas cidades de oiro, *S. Brandão* e o tumulo vasto que devia occupar no meio do oceano, essas vagas lendas, n'uma palavra, que se misturaram até com as grandes concepções de Colombo, e ás quaes tencionamos voltar, mais de uma vez haviam de interpôr as suas chimeras aos vestigios de uma terra longiqua, e ao mundo real que temiam abandonar aquelles que já tinham emprehendido tamanho esforço.»

«Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira sahiram um dia comtudo resolutamente da sua pequena ilha. Embarcados a bordo de um fragil navio, e acompanhados por alguns bateis, dirigiram-se para essas brumas immoveis, que descortinavam de Porto Santo. Não teriam andado os dois terços do caminho, quando a Madeira lhes appareceu com os seus porticos de basalto, as suas grandes florestas virgens, as suas collinas docemente affagadas pelas nuvens».

Mas é exactamente ácerca de tudo isto que Azurara não diz nem uma unica palavra.

Depois de contar o caso dos coelhos, accrescenta apenas «por cuja causa deixaram aquella ilha e passaram-se á outra da Madeira, que será quarenta leguas em cêrco e doze do Porto-Santo[1]». Nada mais! É tudo quanto se póde encontrar em Gomes Eanes de Azurara ácerca do descobrimento da Madeira. Aventuremos pois uma conjectura.

Se as ilhas eram já conhecidas em 1351, posto que vagamente, mas bastante para virem collocadas n'um mappa na sua verdadeira altura, quando Zarco voltou a Portugal dando noticia do descobrimento, é natural que o infante D. Henrique, pondo á ilha o nome que tinha no mappa antigo, advertisse ao mesmo tempo os seus cavalleiros de que o grupo era mais numeroso, e Zarco, tornando a Porto Santo, depois dos primeiros trabalhos da colonisação, voltou os olhos para essa linha negra do horisonte, suppoz que alli existiria a ilha apontada, e navegou direito a ella, tanto para a reconhecer como para n'ella estabelecer uma nova colonia. Só assim se explica o modo como Azurara fala

---

1 *Chronica da Conquista de Guiné*, cap. 83, pag. 387

Digitized by Google

da Madeira sem tocar no seu descobrimento, como se fosse uma coisa natural depois de achado Porto Santo.

Mas accrescentam os nossos historiadores que deu João Gonçalves Zarco a denominação de Madeira á nova ilha, porque a viu coberta, como effectivamente estava, d'espesso arvoredo. Era esse o nome que mais naturalmente lhe occorreria? Quando o termo «madeira» designa especialmente os troncos e ramos de arvores já derribados e preparados para usos proprios, não era estranho que fosse esse nome que servisse immediatamente a Gonçalves Zarco para designar a ilha, em vez da «ilha do Arvoredo» ilha das «Florestas», ilha das «Mattas»? Emfim nada teriamos que dizer contra o capricho do descobridor, se não fosse a grande massa de probabilidades que se agrupam a favorecer a opinião de Major.

Quando Edrisi conta que os Arabes lisbonenses, «Maghrurins», arribaram a uma ilha desconhecida do Atlantico, diz tambem que a essa ilha pozeram o nome d'El-Aghanam, que significa «ilha do gado», porque acharam n'ella grandes rebanhos d'animaes selvagens. Nada prova que essa ilha fosse a da Madeira; mas tambem parece que o nome italiano de «isola de lo legname» deriva directamente do termo arabe. Não seria natural que o cosmographo italiano, que estampou no mappa os resultados das expedições portuguezas dirigidas por Genovezes, entendesse que uma das ilhas d'esse grupo havia de ser a ilha mencionada por Edrisi, e corrompendo o nome arabe, lhe pozesse o nome italiano que mais proximo lhe ficava pela pronuncia, ainda que de significação differentissima, e que depois Gonçalves Zarco traduzisse a designação italiana, com tanta maior facilidade quanto a achava justificada pelo aspecto da ilha?

Isto, repetimos, apenas são conjecturas. Para darmos uma opinião assente sobre este ponto controverso da historia dos nossos descobrimentos, seria necessario que dispozessemos de muito mais tempo do que o que nos concede a rapidez d'esta publicação, e de recursos de intelligencia e d'erudição mais amplos de que os limitados que possuimos. O que fizemos foi agrupar as opiniões que teem corrido sobre o facto desde a obra d'Azurara até á recente obra de Ricardo Henrique Major, e indicarmos quaes são as probabilidades que militam a favor das diversas supposições.

Brazão de armas da villa de S. Martinho dos Gallegos

No proximo capitulo teremos ainda ensejo de dar noticia d'outra versão que voga ácerca do descobrimento da Madeira, e ainda uma vez lamentaremos que o silencio d'Azurara torne quasi impossiveis de verificar com segurança os factos, que as tradições posteriores envolvem n'um véo nebulosissimo.

Por agora limitar-nos-hemos a seguir João Gonçalves Zarco na sua viagem d'exploração da ilha da Madeira, seguindo Antonio Cordeiro, auctor da *Historia insulana*, escriptor destituido de criterio, que em todos os pontos controversos se encosta ao parecer de Antonio Galvão, mas que n'estes factos sabidos merece confiança, não tanto por elle como pelo que aproveitou d'uma antiga historia manuscripta de Gaspar Fructuoso, homem douto e investigador, que viveu (e viveu nas ilhas) no seculo XV.

No dia 1 de julho de 1419 sahiu de Porto Santo João Gonçalves e Zarco, e navegando para a ilha da Madeira, encontraram uma ponta de terra a que pozeram o nome de *S. Lourenço*, que assim se chamava o navio que os conduzia. Velejando mais para o sul, encon-

Digitized by Google

traram uma praia onde fundearam, e onde desembarcou um cavalleiro, por nome Ruy Paes, que foi o primeiro que poz o pé na ilha da Madeira. Continuaram depois costeando muito de perto a ilha, e dando o nome de *Porto do Seixo* a uma enseada onde a praia se apresentava formosa e bem regada de fontes, uma das quaes brotava d'um seixo; de *Santa Cruz* a outra praia, onde d'uns paus derrubados pelo vento mandou Gonçalves Zarco fazer uma cruz. *Ponta do Garajão* foi chamado um promontoriosinho, que ficava para o occidente; *ribeiro de Gonçalo Ayres*, um rio, junto de cuja foz desembarcou um fidalgo que esse nome tinha.

Encontrando depois uma bahia profunda, onde a praia era despida de arvoredo e apenas coberta de uma erva que se chama funcho, deram-lhe o nome de *Funchal*. «Os navegadores, escreve F. Denis, ahi passaram a noite dentro dos bateis, mas abrigados por duas ilhotas que ficam á entrada da bahia. Talvez desde então, e nos seus projectos de futuro, designassem essas encantadoras praias, que tinham diante dos olhos, para o local da cidade que devia em breve levantar-se n'essa ilha feliz. O que devia necessariamente confirmal-os no seu projecto de colonisação immediata, é que a mais simples observação bastava para lhes provar que nenhum paiz do mundo era mais proprio do que esse a receber um estabelecimento agricola: nenhum reptil lhe manchava as praias, nenhum animal feroz lhe perturbava o descanço; e tal era a segurança dos pacificos hospedes d'essas praias, que os mesmos passaros deixavam approximar-se os homens sem os temer, e tornavam-se presa dos marinheiros, de que ainda não tinham aprendido a receiar-se.»

Ns dia seguinte pela manhã continuaram a exploração. Depois de terem dado o nome de ponta da Cruz a uma d'aquellas entre as quaes ficava a bahia entalada, foram seguindo, e, ao encontrarem uma praia, cujo esplendido panorama os captivou, lhe deram o nome de *Praia Formosa*. Appareceu-lhes então, rolando em torrente espumosa as suas aguas limpidas, um rio que vinha desaguar no mar, e que dois mancebos de Lagos, que tinham desembarcado, quizeram atravessar a váo. Mas iam-se perdendo, e foi necessario accudir-lhes, pelo que tomou o rio o nome de *Ribeira dos Accorridos*. Passando adiante encontraram uma grande lapa, toda povoada de lobos marinhos, que foi para os nossos navegantes divertida caçada. Mataram muitos, e deram ao sitio o nome de *Camara de Lobos*, d'onde João Gonçalves Zarco tomou o nome, que nos seus descendentes se perpetuou, de Camara.

Dobrada uma ultima ponta, que recebeu o nome de *Ponta do Girão*, porque alli terminou o giro dos bateis á roda da ilha, avistaram os nossos a ponta de S. Lourenço, onde tinha principiado a sua circumnavegação. Estava ella, por conseguinte, completa, e as costas da ilha da Madeira todas conhecidas e exploradas. É um d'estes jubilos infindos, um d'estes prazeres sublimes, já hoje negados aos homens da nossa geração, o de se vêr surgir de subito do seio dos mares uma ilha ignota, de correr ao longo das suas costas, onde reina o silencio magestoso da natureza immaculada, de dar um nome a cada praia formosissima, a cada pittoresco rochedo, que faz soltar um grito d'admiração aos que pela primeira vez o contemplam. Hoje o que pódem esperar os navegadores? avistar pela primeira vez algum fragmento de terra arctica, ou antarctica, pedaço de gelo onde reina o terror e a mudez pavorosa das regiões que não visita o sol. Mas n'esses tempos, em que

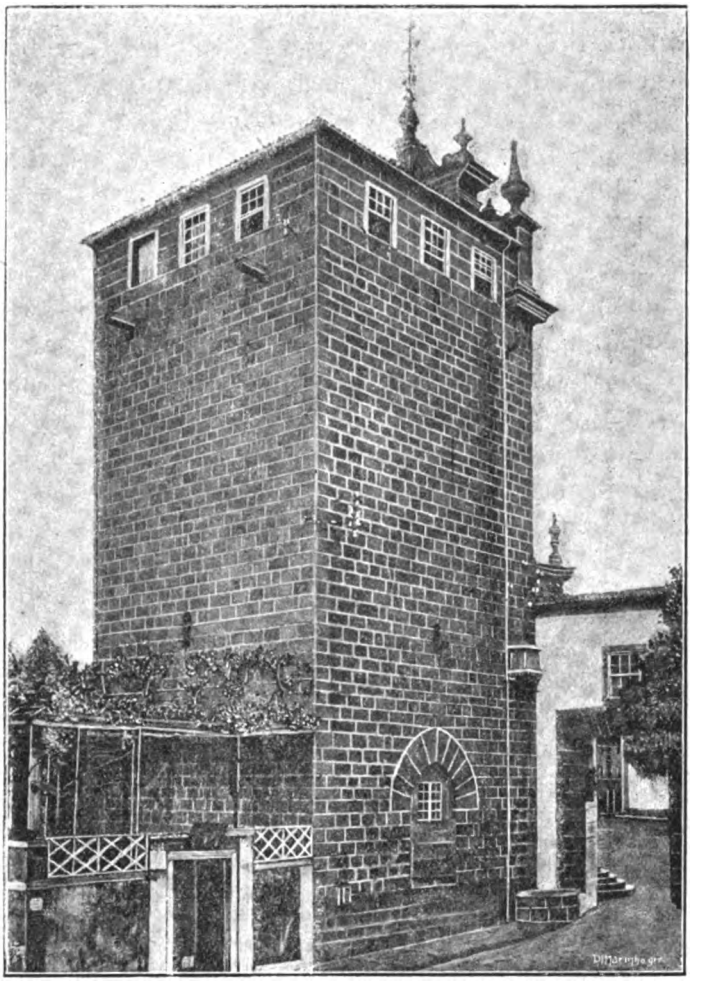
Digitized by Google

pouco a pouco se iam levantando as pontas do véo que escondia metade do mundo á outra metade, quantos navegantes não tinham a ineffavel delicia de lustrarem pela primeira vez as naves d'esses magnificos templos, onde se revela a omnipotencia de Deus, onde fórma abobada estrellada d'oiro pelos raios do sol a copa verdejante das arvores, onde são columnas magestosas os troncos seculares, onde os passaros substituem o orgão, os balsamicos aromas das flôres o incenso; onde o altar é a immensidade, e o sacerdote a solidão.

Conhecida essa nova ilha, voltaram os navegadores a Portugal, trazendo as noticias maravilhosas do que tinham visto. Rejubilaram-se immensamente o rei D. João I e o infante D. Henrique, este por ir conseguindo o fim a que aspirava, aquelle pela gloria e proveito que d'estes descobrimentos provinham para o seu paiz, illustrando o seu reinado. Não eram poucos os murmurios com que o povo accolhia as tentativas do infante D Henrique, estranhando que elle assim arriscasse vidas e dinheiro n'essas expedições que tentavam Deus, procurando perscrutar os mysterios em que elle envolvêra o Oceano; mas tudo emmudeceu quando começaram a apparecer os resultados das suas tentativas, quando os nossos descobridores começaram a arrancar a esse Oceano as fluctuantes perolas, que elle escondia entre as serras espumosas das ondas.

Seguiram-se as alviçaras aos navegantes.

«El-rei, diz Antonio Cordeiro, tomou por fidalgo da sua casa o descobridor João Gonçalves, e lhe confirmou o appellido de João Gonçalves da Camara, e lhe deu por armas um escudo em campo verde, e n'elle uma torre d'homenagem com uma cruz d'oiro e dois lobos marinhos encostados á torre, com paquife e folhagens vermelhas e verdes, e por timbre outro lobo marinho, assentado em cima do paquife, e demais lhe fez el-rei mercê de capitão donatario da jurisdicção do Funchal, que é jurisdicção de metade da ilha e de juro e d'herdade para elle e seus successores; e assim este ditoso capitão ficou sendo o chefe e primeiro tronco das illustres familias dos Camaras, tão



BRAGA — TORRE FORTE DA ANTIGA MURALHA

Digitized by Google

estendidas e augmentadas como adiante veremos[1]».

As ilhas novamente descobertas foram divididas em tres capitanias; uma, que abrangia unicamente a ilha de Porto-Santo, foi dada a Bartholomeu Perestello, e as outras duas, que occupavam a ilha da Madeira, foram o justo quinhão dos dois descobridores. A primeira, a do Funchal, pertenceu, como vimos, a João Gonçalves Zarco; a Tristão Vaz Teixeira a segunda, que se appellidava de Machico.

Este nome conduz-nos naturalmente a falar na romantica tradição que attribue a dois amantes Inglezes o achado da Madeira. Narrada pela primeira vez por Antonio Galvão, acceita, como de costume, por Antonio Cordeiro, serviu a escriptores Inglezes para arrogarem á sua nação a prioridade do descobrimento, sem que apresentassem para isso razões de grande peso. O romance era gracioso, e como romance unicamente podia ser acceito; mas um escriptor d'alta valia, como é o sr. Major, de reconhecida boa fé, e de incontestavel imparcialidade, defendendo a realidade dos factos narrados pela tradição, se não lhes deu fóros d'historica, tornou-a pelo menos muito digna de ser discutida sériamente. Vejâmos, pois, se seriam realmente Inglezes os que arribaram a essa formosa ilha a que elles hoje ainda chamam a Flôr do Oceano. «Pelo amor que lhe consagram, diz F. M. Bordalo, parece, na verdade, haverem sido os Inglezes descobridores d'essa insula[1]». Se assim foi, teve a formosa ilha, que é como que um idylio sonhado pelo Oceano, nas lagrimas dos dois amantes o seu baptismo de poesia.

[1] *Historia insulana*, L. III, cap. V, § 30, pag. 101.

CAPITULO XVIII

Historia d'Arfet e de Machim.— Opinião de Bowdish. —Narrativa d'Antonio Galvao. — Novas razões dadas por Major

No reinado de Eduardo III da Inglaterra um mancebo de boa familia, mas não de alta nobreza, enamorou-se perdidamente de uma formosa dama, cuja altiva parentella se escandalisou com o arrojo do plebeu. O amor não conhece as vãs distincções das gerarchias, como tambem não refoge deante dos odios de raça que separam as familias. Esses obstaculos parece que pelo contrario mais facilmente espertam a amorosa chamma. Uma sina fatal arrasta sempre as Julietas dos braços dos Romeus, embora o odio e a vingança accendam os espiritos dos Capuleti e dos Montechi. Ha na mulher que o destino collocou em posição elevada, uma fascinação irresistivel, que lança aos pés das Beatrizes os loucos e namorados Bernardins.

Roberto Machim amou Anna d'Arfet, ou Anna Dorset, e a loura *miss*, atten-

[1] *Navegadores Portuguezes*, artigo publicado no *Panorama*, vol. XII (4.ª da 3.ª série), pag. 28.

Digitized by Google

tando mais na gentileza do requestador do que na antiguidade dos seus pergaminhos, correspondeu ao amor que lhe votavam. Isso não abrandou, antes irritou mais a familia da dama. Omnipotente na côrte, alcançou d'Eduardo III uma ordem de prisão, que lançou n'um carcere o ousado amante. Só, desamparada no meio d'uma familia inimiga, não tendo mais do que as suas lagrimas para resistir ás ordens tyrannicas de seus paes, Anna d'Arfet cedeu ás instancias dos que a rodeavam, e consentiu no casamento que lhe impunham com um fidalgo de gerarchia e de riqueza eguaes ou superiores ás suas. Foi o seu pae que a conduziu ao altar do matrimonio, como na tragedia grega é Agamemnon que conduz Iphigenia ao altar do sacrificio.

Mas dando a mão ao esposo que lhe impozeram, Anna d'Arfet não lhe deu, nem lhe podia dar, o coração, onde vivia sempre indelevelmente gravada a imagem do seu querido Machim. Victima resignada, coroou com ás flôres da grinalda nupcial a sua fronte pallida, mas transformou-se-lhe logo a grinalda em diadema de espinhos. As saudades do seu primeiro amor pungiam-n'a amargamente, e o saber que elle estava soffrendo as torturas da masmorra, julgando-a perfida talvez, emquanto ella, nos doirados salões do seu palacio esplendido tinha, senão a felicidade pelo menos as apparencias da ventura, augmentavam-lhe consideravelmente a dôr que padecia.

Consummado o sacrificio, julgaram os parentes de Anna d'Arfet que podiam abrir as portas da masmorra ao homem que ousára aspirar á mão fidalga que estava agora indissoluvelmente presa por laços respeitaveis. Mas que laços respeita o amor quando é verdadeiro e profundo? que obstaculos conhece? a que leis se sujeita? Torrente espumosa, irrita-se com os diques que a suspendem, despedaça-os, e mais irresistivel corre depois de ter superado as frageis barreiras com que os homens tentam rebater esses cachões que a mão de Deus despenha.

Livre da prisão, Roberto Machim informou-se da sua amada, teve artes de communicar com ella, soube que o amor que o devorava ardia tambem no peito da victima sacrificada, convenceu-se de que estaria prompta a affrontar todos os perigos para se unir ao escolhido do seu coração. As leis e a influencia de familias poderosas oppunham-se a que elles gosassem na Inglaterra de uma ventura anathematisada pela sociedade; mas o mundo era vasto, e em toda a parte resplendia o sol para lhes allumiar a existencia, em toda a parte podiam os dois namorados armar um flóreo ninho onde arrulhassem o placido idylio dos seus amores.

Um amigo de Machim offereceu-se para auxiliar a fuga. Disfarçou-se, conseguiu entrar como criado em casa do esposo de Anna, e com ella planeou todos os pormenores de salvação. Entretanto Roberto fretava um navio, e preparava-se para passar a França, mais separada da Inglaterra pelos odios e rivalidades do que pela tempestuosa barreira que a Dover e a Calais interpõe o Oceano.

Residia Anna d'Arfet em Bristol; foi de Bristol que elles partiram. Uma noite, acompanhada pelo supposto servo, fugia Anna da casa onde entrára banhada em pranto, e d'onde sahia radiante de ventura para se unir ao homem a quem déra o coração. Não iremos affirmar que um vago remorso se não ligasse no espirito d'Anna a esse doce sentimento de felicidade ineffavel: é tão poderoso o sentimento do dever; a magestade da ceremonia religiosa, das leis sociaes, da auctoridade paternal sanccionam por tal fórma estes sacrificios, que ainda hoje

Digitized by Google

tantas vezes se repetem, que, mesmo quando a victima reconhece no intimo da alma que tem direito de protestar contra a tyrannia, mesmo quando não se julga ligada pelo juramento que uma pressão moral lhe arrancou, treme no momento em que se revolta, e não encara sem pavor o estado de voluntaria proscripção em que se vae collocar perante a sociedade.

Roberto já a esperava a bordo do navio: Anna tudo esqueceu nos seus braços. Fresca brisa infunou as velas do baixel britanno, que partiu, deixando atraz de si um longo rasto de espuma, a demandar as praias hospitaleiras da França.

Parecia comtudo que a Providencia queria punir a rebeldia dos dois amantes, porque, apenas largaram do porto de Bristol, salteou-os a tempestade. Um nordeste rijo, que sopra frequentemente n'aquellas paragens, levou o navio desgarrado e corrido pelas solidões do Atlantico. Os dois amantes a cada momento julgavam chegada a sua ultima hora, e davam graças ao céo por lhes ter concedido ao menos o supremo goso de morrerem juntos, ventura ineffavel que acceitavam mais como signal da misericordia divina, do que como castigo da Providencia.

Quem poderá pintar os transes de Roberto durante esses longos dias em que o navio, batido pelo temporal, os ar rastava com invencivel poder para as solidões do mar tenebroso; como se de lá o chamasse essa louca vertigem que se apodera dos navios que entram descuidosos na zona da attracção do Maelstrom! Devia ser para o seu coração dedicado uma tortura immensa, lembrar-se que arrancára do lar confortavel e magnifico essa mulher educada em todos os requintes do luxo, para lhe dar em troca a morte horrivel do naufragio nas solidões sem nome de desconhecidos mares. Ella consolava-o com um sorriso, e dizia-lhe que morrer nos seus braços era mil vezes preferivel a viver nos braços de um ente odiado... E entre as nuvens negras que se acastellavam no horisonte, o sol do seu amor pintava-lhes a luminosa miragem dos loucos devaneios.

E o navio corria sempre, acossado pela tempestade, e o Oceano levantava mais alto o seu rouco e eterno gemido, e até ao mais longinquo horisonte não se devisavam senão serras e serras de agua franjadas de espuma branca.

«Terra» brada afinal uma voz de marinheiro, ao divisar pela prôa essa linha negra, que aos olhos perspicazes do maritimo denuncia claramente o desejado porto. N'estas alturas terra! Será a famosa Antilia, a ilha de S. Brandão? algum continente phantastico, onde vagueiem espectros e desconhecidos monstros? algum fragmento da Atlantida, onde viva, esquecida pelo mundo, que proseguiu o seu giro, alguma familia patriarchal contemporanea dos tempos primitivos da humanidade? ou foi Eros que fez, como outr'ora Jupiter para Latona, surgir do seio das aguas uma nova Delos fluctuante, que offereça aos seus aventurosos amores um doce ninho, e um thalamo tranquillo?

E a terra entretanto desenhava-se mais clara no horisonte, e os viajantes podiam distinguir as fórmas da ilha gentil, que abria para os receber as suas placidas enseadas, cujas margens verdejantes reflectiam a cópa dos seus arvoredos no espelho oscillante das ondas.

Desembarcam. O exame demorado da ilha não desmente a prespectiva que os fascinou de longe. Banhada de claros e sussurrantes ribeiros, vestida de verdura, pompeando todas as galas d'uma natureza virginal, os dois inglezes como que viram n'essa terra encantada o Eden que o seu compatriota Milton havia de

Digitized by Google

cantar seculos depois, e onde elles podiam viver como Adão e Eva, deixando correr os dias no goso ineffavel d'uma ternura mutua e sem nuvens, como o purissimo céo que desenrolava sobre elles o seu azulado manto[1].

Tres dias passaram os dois amantes na ilha, que os leitores já adivinharam que era a ilha da Madeira; e devaneiavam elles as delicias d'esse viver longe do mundo, emancipados pela tempestade das leis sociaes, quando a desgraça lhes veiu mostrar ainda uma vez, que o destino adverso não lhes perdêra a pista no seu longo navegar. Dos tripulantes da embarcação, uns andavam explorando o interior da ilha, outros faziam, como fez depois Gonçalves Zarco: iam costa a costa reconhecendo as enseadas e as praias. Na terceira noite de novo se desencadeia a procella, revolvendo as vagas. Vem agora do occidente a emissaria de Deus, e levanta de novo deante de si o infeliz navio, por tanto tempo ludibrio dos ventos e das ondas, vae arrojal-o á costa d'Africa, onde os mareantes foram captivos dos Marroquinos.

Aqui ficaram na ilha Roberto Machim com Anna de Arfet e os poucos marinheiros que devassavam o interior, sem navio onde podessem tentar fazer-se de novo de vela para regiões conhecidas, e apenas com o escaler, onde não ousariam decerto expôr-se aos grossos mares. A ilha que lhes parecera um paraizo, emquanto conservavam a possibilidade de fugir d'ella, affigurava-se-lhes agora horrenda, logo que se transformára em carcere.

A ausencia da liberdade é como a ausencia do sol, escurece e contrista a mais ridente paizagem.

D. FERNANDO, O INFANTE SANTO

Anna de Arfet é que não pôde resistir a tão encontradas commoções. A sua debil organisação, durante a maior intensidade do perigo, achára forças na violencia do seu amor, na excitação das circumstancias; agora que a exaltação do primeiro momento cahira, e que ella se via face a face com a temerosa realidade, abandonaram-n'a as forças, e, depois de padecer algum tempo, succumbiu emfim.

Machim soffria duplicados tormentos, porque soffria por ambos. Ao ver expirar nos seus braços a amante estreme-

1 Lamentamos não termos n'esta occasião presente o vol. IX do *Archivo Pittoresco*, porque substituiriamos a nossa humilde prosa pelos formosos periodos em que Rebello da Silva narra, com o seu magico estylo, este episodio do gracioso romance de Roberto Machim e Anna de Arfet. Fazem parte da biographia do infante D. Henrique, escripta por Rebello da Silva para acompanhar o retrato do principe.

Digitized by Google

cida, quasi lhe fugiu a razão; pungiu-o dôr profundissima, chamou em seu auxilio a morte; mas a intensidade do padecimento, superior ás forças hnmanas, poupou-lhe o crime do suicidio. Cinco dias depois da morte da sua amante, foram os seus companheiros encontral-o já cadaver sobre o tumulo d'Anna de Arfet.

Ao chegarem á ilha, e para darem graças á Providencia pelo salvamento inesperado, tinham erigido um tosco altar: foi a seus pés que sepultaram os dois infelizes amantes, cujo romance, depois de commoventes peripecias, viera a ter tão tragico desenlace. Depois de cumprido esse piedoso dever, os marinheiros embarcaram no fragil esquife que lhes restava, e, preferindo a morte provavel á perda completa da esperança de tornarem a ver a sua patria, vogaram para o lado do Oriente, a Deus e á ventura. E o tumuio dos dois amantes lá ficava solitario á beira do Oceano, n'essa ilha despovoada, n'esse vasto e magnifico cemiterio, cercado pelas vagas. Sobre a loisa de Roberto Machim e de Anna de Arfet largo tempo suspirou a brisa apenas, sem que o rumor de passos humanos despertasse os echos da solidão, sem que se ouvisse outro clamor que não fosse o rugido eterno e melancholico d'esse velho leão scismador, que sacode as crinas alvejantes de espuma. Como o Oceano na tragedia de Eschylo consola com a sua grande voz Prometheu amarrado ao poste de Caucaso, assim tambem pareceu que tomava a tarefa de psalmear, junto do tumulo dos dois amantes desgraçados, a elegia consoladora do Infinito.

Entretanto os sobreviventes do desgraçado navio de Bristol iam ter á costa de Marrocos, e, tomados como captivos, eram encerrados nos carceres, onde tantos outros christãos (e entre elles os seus companheiros que tinham vindo no mesmo navio) estavam accumnlados, victimas da pirataria musulmana.

Era um d'esses prisioneiros um piloto hespanhol, Juan de Morales, que travou relações de amisade com os Inglezes, os quaes lhe contaram a sua viagem desgraçada, lhe falaram na ilha desconhecida a que tinham arribado, lh'a descreveram minuciosamente, e lhe demarcaram a altura em que ella ficava situada.

Correram longos annos de captiveiro. Os inglezes foram pouco a pouco perecendo, victimas dos maus tratamentos, da nostalgia, do desalento profundo, e tambem dos trabalhos passados; mas Juan de Morales, de tempera mais estoica, foi sobrevivendo sempre. Chegou o anno de 1416, morreu em Hespanha o principe D. Sancho, filho mais novo de el-rei D. Fernando de Aragão, e deixou por testamento uma larga quantia destinada exclusivamente para redempção dos christãos captivos em terras de Mouros. Passaram-se tempos antes que se executasse a ultima vontade do legatario, mas executou-se, emfim, e Juan de Morales foi um dos resgatados. Viveria ainda algum dos Inglezes de Machim? É possivel, mas é natural tambem que, para o resgate pago pelo dinheiro hespanhol, fossem hespanhoes os preferidos. Em todo o caso, Juan de Morales regressou á patria.

O navio em que Juan de Morales vinha foi encontrado por João Gonçalves Zarco, provavelmente de volta de Porto-Santo, pois que Porto-Santo já estava descoberto. O motivo por que Gonçalves Zarco tomou o navio em que estava Morales não se percebe bem: Portugal e Castella estavam em paz, e a tomada do navio era uma verdadeira pirataria. Mas emfim a edade média não tinha estes modernos escrupulos, e as continuadas reclamações do governo portuguez ao castelhano, e principalmente do castelhano ao portuguez, por causa de factos

Digitized by Google

d'esta ordem, mostram que estas violações parciaes dos tratados eram frequentes nos mares.

Captivo de Portuguezes em vez de ser captivo de Mouros, Juan de Morales tratou de conquistar as boas graças de Gonçalves Zarco, revelando-lhe o que dos companheiros de Machim soubera, e offerecendo-se a conduzil-o a essa ilha, tão minuciosas haviam sido as informações que ácerca da sua posição obtivéra.

Gonçalves Zarco trouxe o piloto a Portugal, apresentou-o a D. Henrique, e, recebendo d'este a necessaria auctorisação, voltou à Porto Santo levando comsigo o hespanhol. Foi então que este explicou a Gonçalves Zarco que a linha negra do horisonte annunciava a ilha da Madeira, aonde o conduziu immediatamente. Na primeira praia onde desembarcaram encontraram o tumulo d'Anna d'Arfet e de Machim, vieram os sacerdotes do navio e resaram os responsos sobre a sepultura dos dois Inglezes. N'esse sitio se levantou depois uma egreja, e em memoria do Inglez Machim se deu logo a uma das duas capitanias, em que a Madeira se dividiu, o nome de Machico; esse nome ainda hoje o tem uma das povoações da ilha.

Eis a romantica historia, que nenhum escriptor menciona antes de Antonio Galvão, e a que este credulo historiador do seculo XVI, que já propagára a fabula do mappa de Alcobaça, onde vinha o cabo da Boa Esperança e o estreito de Magalhães, deu cabida no seu livro. Depois d'elle, um dos nossos mais notaveis escriptores do seculo XVII, D. Francisco Manuel de Mello, o autor da *Carta de guia de casados, dos Apologos dialogaes*, e das *Epanaphoras de varia historia*, escolheu-o para assumpto de uma das narrativas que formam esta ultima obra, narrativa a que elle deu o nome de *Epanaphora amorosa*. Antonio Cordeiro, escrevendo a *Historia Insulana*, e encostando-se n'este caso, como no do mappa de Alcobaça, ás opiniões de Antonio Galvão, conta de novo o mesmo facto. Corrêra comtudo como romance adornativo das paginas das chronicas, quando um escriptor inglez se apoderou d'essa tradição, cuja authenticidade estava muito longe de ser demonstrada, para attribuir á sua nação a prioridade do descobrimento da Madeira. «Um homem grave e cheio de boa fé, escreve Ferdinand Denis, mas que o seu patriotismo levou talvez longe de mais, não hesita em considerar esta lenda como um facto adquirido pela historia.» Esse escriptor é Bowdish, que assim expressamente o declara nas suas *Excursões á Madeira e ao Porto-Santo*. Mas a narrativa de Bowdish differe da de Antonio Galvão, como a d'este differe da de D. Francisco Manuel de Mello, e finalmente como a d'este differe da nossa, em que nos encostámos a Major, que se ampara n'um manuscripto que descobriu.

Brazão de armas da cidade de Penafiel

Mas surge agora um novo e mais formidavel contendor. Major, cuja imparcialidade ninguem póde pôr em duvida, porque d'ella encontra no seu magnifico livro repetidas provas, Major defende a authenticidade da historia de Roberto Machim e Anna d'Arfet. Ainda que respeitemos muito as opiniões do sabio inglez, e que as tenhâmos frequentemente adoptado, confessaremos que n'este ponto as razões allegadas por elle não foram sufficientes para nos convencer.

Contra o que se poderia esperar, o escriptor que serve principalmente de auctoridade ao historiador do infante D. Henrique, é D. Francisco Manuel de Mello. A sua *Epanaphora amorosa* fôra até agora considerada apenas como um bonito romance, que o autor aproveitá-

Digitized by Google

ra para traçar algumas d'aquellas formosas e portuguezissimas paginas, que a nossa litteratura lhe deve. As alterações que elle fazia á narrativa de Antonio Galvão, todos as consideravam filhas do capricho do romancista, que alinda os factos para lhes dar mais graciosa fórma. É diverso o parecer de Major.

Declara D. Francisco Manuel de Mello que a sua narração se baseia n'um manuscripto que possue, e que foi obra de um Francisco Alcoforado, companheiro de Gonçalves Zarco, e um dos navegantes que exploraram a Madeira. Esse manuscripto, accrescenta D. Francisco Manuel que chegou ao seu poder por extraordinarias circumstancias. Ainda hoje é moda frequente entre escriptores de casos ramanticos phantasiarem um manuscripto, que ninguem mais conhece, e que lhes serve de base á narrativa. Esta supposição dá ao romance um ar mais gracioso e mais dramatico. Major comtudo jura na veracidade da asserção de D. Francisco Manuel.

D. Francisco Manuel, diz elle, estava aparentado com a familia dos descendentes de Zarco, e era tradição antiga, já conhecida e mencionada por Barros, que na familia do descobridor da Madeira existia uma narração authentica d'essa empreza[1]. As varias allianças matrimoniaes que aparentaram D. Francisco Manuel com os descendentes de Zarco, são, na opinião de Major, as circumstancias extraordinarias a que D. Francisco Manuel allude.

Mas a lealdade de Major resplende aqui de um modo brilhante, porque é elle mesmo quem nos dá o argumento irrefutavel que destroe todas as suas conjecturas: «Posto que a livraria de Manuel de Mello esteja conservada na Bibliotheca Nacional de Lisboa, o manuscripto de Alcoforado, apesar de ser procurado diligentissimamente a pedido meu e a instancias de um distincto nobre Portuguez, o conde de Rilvas, nunca se achou. A suspeição, occasionada por esta circumstancia, augmentou ainda achando eu que na livraria de Mello havia um exemplar da obra de Antonio Galvão, escripta pouco mais ou menos pelo anno de 1555, e no qual essa historia de Machim foi pela primeira vez impressa, posto que d'um modo muito menos minucioso[1]».

Devemos confessar que esta asserção tira toda e qualquer importancia ao supposto manuscripto. Um documento tão importante, que é visto por um só escriptor, e que depois desapparece completamente sem que ninguem mais o veja, quando a bibliotheca do escriptor que o menciona atravessa intacta o oceano dos tempos, perde completamente o seu valor. O escriptor inglez é o mesmo que n'outra circumstancia[2] despresa um documento similhante, que appareceu e desappareceu sem deixar rastos. Se um dia se descobrir o manuscripto de Alcoforado, poderemos então discutir as asserções que elle contiver; até agora podemos consideral-o como um perfeito mytho, de que D. Francisco Manuel se serviria para dar um fundamento mais verosimil ao seu formoso romance.

Mas, accrescenta Major, não era D. Francisco Manuel de Mello interessado,

---

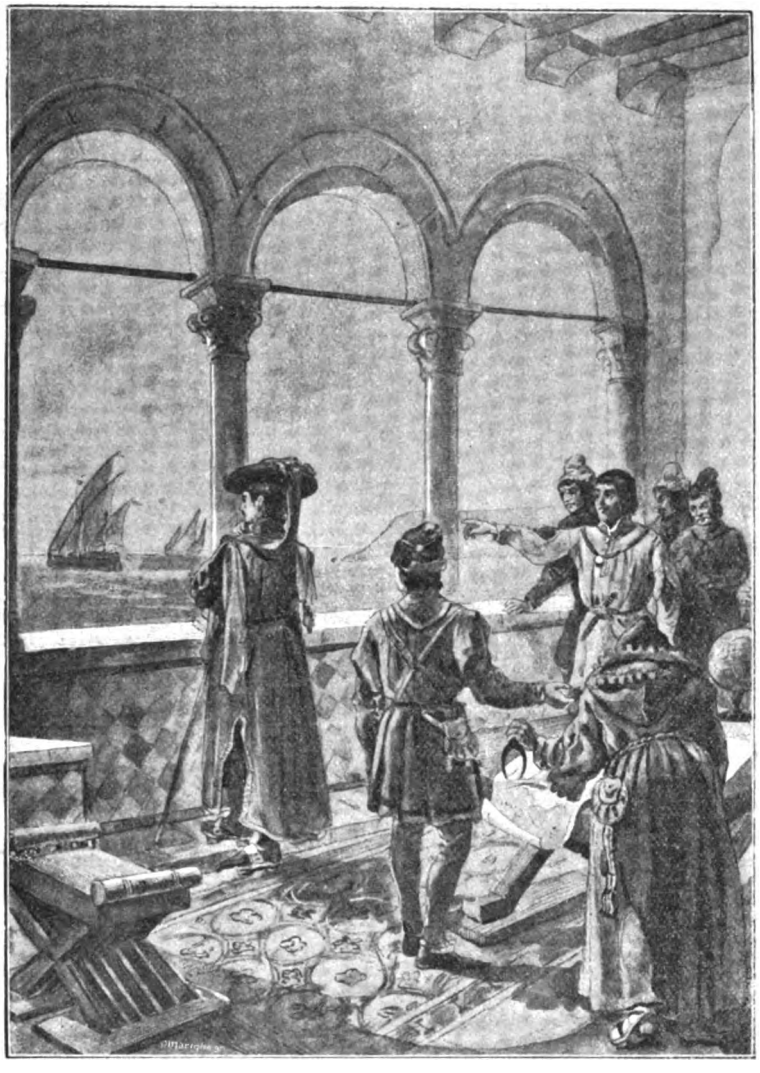
[1] Antonio Cordeiro refere que Gaspar Fructuoso tirou o que narra de uma obra manuscripta do conego Jeronymo Dias Leite, «o qual tirou o que compoz de um caderno de tres folhas de papel, que anda nos escriptorios dos sobreditos capitães, sobre o descobrimento da Madeira, feito por Gonçalo Ayres Ferreira (cujo original começa com estas palavras: Chegamos a esta ilha, a que puzemos o nome de Madeira) que veiu por companheiro de Zarco a descobril-a». — *Historia Insulana*, tom. I, pag. 128. Vejam que trapalhada. O manuscripto de Alcoforado vem a ser o de Gonçalo Ayres Ferreira? Mysterio.

[1] *Life of the prince Henry*, pag. 69.

[2] A proposito do livro de M. Margry, publicado em 1867 e em que se defende a prioridade dos descobrimentos normandos na Africa occidental.

Digitized by Google

em vez de dar autenticidade á historia de Machim, em a apresentar como fabulosa, pois que roubava uma parte da gloria a Zarco, de cuja familia estava sendo um dos representantes? Em primeiro logar, diremos que D. Francisco Manuel de Mello não cuidou senão em aproveitar um formosissimo assumpto; em segundo logar, que a prioridade de Machim em nada diminue a gloria de Zarco. Se a ilha do Porto Santo fôra já descoberta, o principal da empreza estava feito, e o descobrimento da Madeira era inevitavel mais dia menos dia. Notaremos ainda que ha uma ligeira contradicção nas asserções de Major. Se elle acceita como verdadeira a historia de ser o piloto castelhano Juan de Morales quem indicou a Madeira a João Gonçalves Zarco, e se admitte que o grupo da Madeira e do Porto-Santo. já figurava desde 1351 n'um mappa conhecido do infante D. Henrique, de que fórma concilia então duas contrarias affirmações? Rogamos aos leitores que sigam bem este nosso raciocinio. Porto-Santo e Madeira apparecem no mappa do Portulano Mediceo, João Gonçalves Zarco chega a uma ilha desconhecida, e o infante D. Henrique vê que essa ilha corresponde ao Porto-Santo do mappa, logo vê tambem e indica ao descobridor que a pouca distancia e em certa direcção deve haver mais outra ilha, que é a *isola de lo legname*. Porém n'essa direcção do Porto-Santo vê-se uma linha negra, immovel no horisonte. Que mais queriam? Para não descobrirem a Madeira com todas estas indicações era necessario ou taparem os olhos, ou virarem as costas. Boa novidade lhes trazia n'esse caso o piloto Juan de Morales!



O INFANTE D. HENRIQUE EM SAGRES

Já se vê que a gloria de Zarco ficava bem pouco diminuida pela prioridade de Machim, e que D. Francisco Manuel podia sem escrupulos aparar a penna elegantissima para desenhar com finos lavores o quadro pittoresco das aventuras do Inglez.

Note-se mais que Antonio Cordeiro,

Digitized by Google

tão minucioso no mencionar os nomes dos descobridores e as familias que n'elles tiveram origem, não aponta o nome de Francisco Alcoforado, que Major junta depois aos nomes de Ruy Paes, Alvaro Affonso, Gonçalo Ayres Ferreira (todos estes mencionados por Antonio Cordeiro) sem outra auctoridade que não seja a de D. Francisco Manuel de Mello.

Note-se ainda que, tendo os descobridores recebido todos doações na ilha da Madeira e do Porto-Santo, o piloto Juan de Morales não obteve a mais ligeira recompensa, ingratidão difficil de conciliar com a abundancia de terreno, que não só permittia ao infante D. Henrique dar premios que nada lhe custavam, mas que até lhe fazia desejar que houvesse quem acceitasse as dadivas, para mais depressa se povoar a ilha deserta.

Este Juan de Morales, effectivamente, é um vulto que apparece apenas para representar o seu papel n'este drama ou comedia, e que torna a sumir-se nos abysmos do nada, d'onde o evocou a imaginação dos escriptores.

Major, comtudo, não insiste no argumento do manuscripto de D. Francisco Manuel de Mello; a base principal da sua argumentação é um outro manuscripto que o distincto escriptor Inglez encontrou na Allemanha.

É por tal fórma incontestavel a lealdade de Major, que bastaria que elle nos dissesse que encontrou o manuscripto, para que jurassemos na sua veracidade. Dá-nos, comtudo, as noticias mais circumstanciadas ácerca d'esse importante achado. No corpo da obra diz simplesmente: «A suspeita excitada pela ausencia do manuscripto de Alcoforado, e a presença da obra de Galvão na livraria de Mello, induziu-me a continuar as minhas investigações, e, afinal, consegui obter de Munich um extracto de um manuscripto Portuguez inedito, contendo essa historia, que, tendo sido escripto em 1508, era anterior a Galvão perto de meio seculo. É producção de um impressor e compilador allemão residente em Lisboa, e cujo nome tem a forma portugueza de Valentim Fernandes[1].» Depois de referir o que o manuscripto conta, e de notar as differenças que existem entre a sua narrativa e a narrativa de Galvão, continúa: «Logo depois da compilação d'aquelle documento, em 1508, passou para as mãos de Conrado Peutinger (o feliz possuidor da famosa *Tabula Peutingeriana*) e ficou em seu poder até que morreu em 1547[2].» E algumas linhas mais abaixo: «a narrativa de Fernandes sempre d'ahi por diante se conservou na Allemanha.» No prologo, comtudo, é que Major é mil vezes mais explicito. Eis o que o distincto escriptor nos conta ácerca da valiosa collecção feita por Valentim Fernandes. Oiçamol-o com attenção:

«No anno de 1847, a Academia das Sciencias de Munich imprimiu uma memoria escripta pelo doutor Schmeller ácerca de uma interessantissima collecção de documentos manuscriptos formados por um Allemão em Lisboa no anno de 1507. Apesar de ter o nome de Valentim Fernandes, que sôa á portugueza, era nascido na Moravia, mas, como era filho de Allemães, umas vezes assignava-se Valentim Allemão, outras vezes Valentim da Moravia.

«Antes de nos referirmos aos documentos d'esta collecção, que nos prestaram n'esta obra especiaes serviços, traçaremos brevemente a historia da collecção e do collector: Valentim Fernandes era impressor. N'aquelle tempo a arte de imprimir levou muitos Allemães

---

[1] *Life of the prince Henry*, etc., pag. 69. Este Valentim Fernandes é o celebre impressor Valentim da Moravia, um dos primeiros que exerceram em Portugal a arte de Guttemberg.

[2] Ibid., pag. 71.

Digitized by Google

a paizes estrangeiros, e elle dirigiu-se para Portugal. Achamol-o em 1495 em Lisboa, occupado, juntamente com outro Allemão, Nicolau da Saxonia, em imprimir a *Vida de Christo* de Ludolpho da Saxonia, mas que fôra traduzida em Portuguez, em 1445, por Bernardo, monge de Alcobaça. Por causa do seu conhecimento da lingua allemã, foi nomeado notario dos Allemães em Lisboa afim que podesse lavrar todas as concordias e negociações escriptas que se effectuavam com mercadores allemães em Lisboa, e tambem authenticar traducções do latim. Logo depois Valentim Fernandes apparece não só como impressor mas tambem como editor. D. Pedro, irmão do principe Henrique, trouxera de Veneza um valioso manuscripto de Marco Polo, que lhe fôra dado como presente pela senhoria da Republica. Servindo-se d'esse manuscripto e do texto latino do dominicano fr. Pepino de Bolonha, que fôra enviado de Roma a el-rei D. João II, fez Valentim uma traducção da obra em Portuguez, juntamente com as *Viagens na India* do Genovez Geronimo de Santo Stephano. Tambem traduziu as *Viagens* do Veneziano Niccolo de Conti, servindo-se do texto latino de Poggio Bracciolini. A importancia d'estas obras para el-rei D. Manuel, por cuja ordem foram feitas as traducções, póde ser avaliada pelo facto de conterem jornadas á India em tempo tão antigo. As traducções inglezas de Conti e de Santo Stephano, das quaes a primeira é feita por John Winter Jones esq., figuram no volume que tive a honra de editar em 1847 para a «Sociedade Hackuyt» debaixo do titulo de «A India no seculo xv».

«Foi, sem duvida, em ligação com similhantes estudos que Fernandes subsequentemente compilou a collectiva obra geographica, de que tivemos recente noticia, e que aspirava a dar conta dos paizes descobertos pelos Portuguezes na Africa e na India. O seu conteúdo é o seguinte:

1.° Chronica dos descobrimentos do infante D. Henrique em Guiné, por Azurara, até 1448;

2.° Narrativa de Diogo Gomes, até 1463;

3.° Narrativa de Gonçalo Pires, até 1492;

4.° Narrativa de João Rodrigues, até 1493;

5.° Diario de Hans Mayr, 1505-6;

6.° Descripção d'Africa, por Valentim Fernandes, 1507;

7.° Das ilhas do mar Oceano, por Valentim Fernandes, com mappa;

8.° Roteiros dos navios ou instrucções para os pilotos.

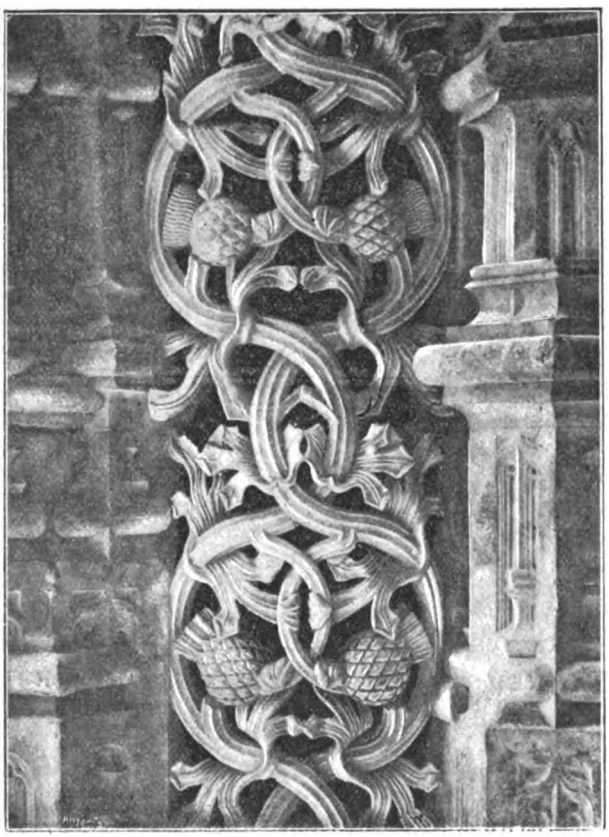
«D'estas obras manuscriptas deu o doutor Schmeller completa a narrativa de Diogo Gomes; porém, como a porção mais antiga é uma narração das viagens emprehendidas debaixo dos auspicios do infante D. Henrique, mas em que o auctor não tomou parte, e que, sendo derivadas do que ouvia contar, não pódem ser consideradas como absolutamente dignas de fé, ao passo que são muito melhor narradas por Azurara, extrahi só a parte em que descreve as suas proprias aventuras.

«O documento é obra d'um homem de educação incompleta, mais d'um navegante que d'um erudito, mas derrama luz sobre um objecto — o descobrimento das ilhas de Cabo Verde — a respeito do qual parece-me que posso demonstrar que escreveu Cadamosto com a maior inexactidão.

«O exito de Gomes como explorador foi notavel, e o modo como elle sabia conciliar os chefes mais hostis com mostras de coragem e de tacto estava acima de todo o louvor. Um outro merito da sua narrativa, pouco menos interessante do que o primeiro, é o de ser o unico

Digitized by Google

documento que eu tenho encontrado onde se conservam os mais minuciosos pormenores ácerca da morte e do enterro do infante D. Henrique, porque Diogo Gomes esteve, por ordem expressa d'el-rei, encarregado de guardar os restos do seu venerado amo até serem encerrados no tumulo.



CONVENTO DA BATALHA — UM TRECHO ORNAMENTAL DO ARCO FEITO POR D. MANUEL, QUE DÁ ENTRADA PARA AS CAPELLAS IMPERFEITAS

«Os outros documentos da obra de Valentim Fernandes não foram impressos pelo doutor Schmeller *verbatim*, mas simplesmente descriptos com um rapido commentario feito pelo sabio allemão. Um d'elles, comtudo, intitulado «Das ilhas do mar Oceano», era de tal importancia para a historia do descobrimento da Madeira, que pedi á livraria de Munich uma cópia *verbatim*, que devo á bondade do doutor Halm, chefe distincto d'aquella importante livraria, e tambem á esmerada obsequiosidade do doutor Kustmann, que me offereceu vigiar a transcripção do difficil Portuguez do manuscripto. O valor d'este obsequio, espontaneamente prestado, era tanto maior quanto ninguem seria tão competente como esse eminente *savant* para vencer as difficuldades da tarefa. Das mãos do professor Kustmann já recebemos tambem uma grande variedade de valiosissimas memorias sobre os diversos documentos encerrados na collecção de Valentim Fernandes, que de muito nos serviram na presente obra.

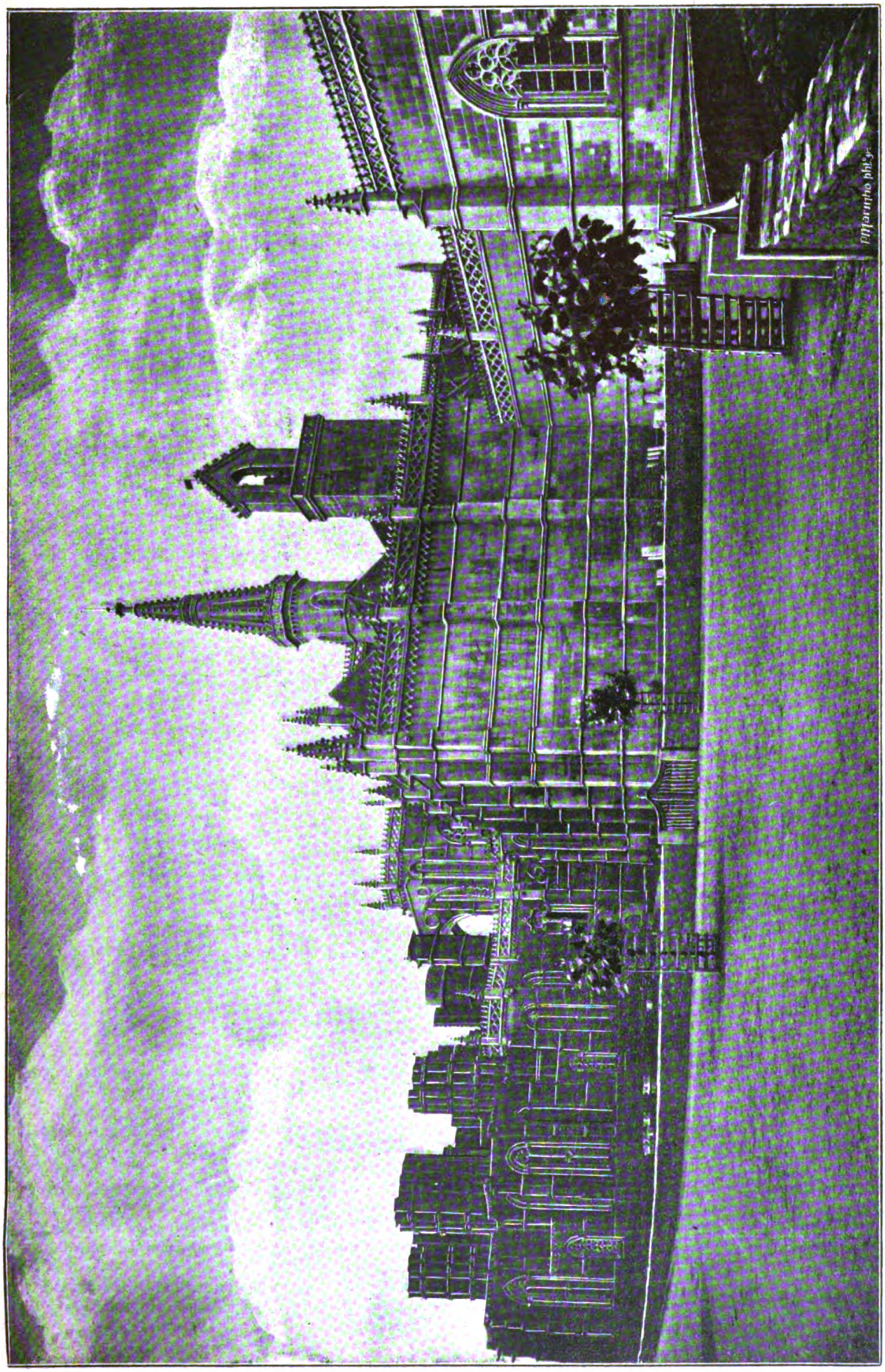
«Por meio d'este documento relativo á Madeira, combinado com outras evidencias, foi boa fortuna minha estabelecer a verdade da historia, até agora disputada, do descobrimento occidental da Madeira no seculo XIV pelo inglez Machim; porque este documento é *mais antigo* do que o *mais antigo* até agora apresentado, em que essa historia se narrasse, e, sendo inteiramente independente d'outro qualquer, é prova de que todas as narrativas se derivam d'outra fonte anterior[1]».

As palavras que vão em italico tambem assim estão no texto, e provam a importancia decisiva que Major attribue ao documento por elle consultado.

Não vêmos comtudo bem como é que esse documento venha alterar muito o estado da questão. Note-se que, ao passo que as outras narrativas são escriptas por antigos navegadores, a historia de Machim escreveu-a Valentim Fernandes, como o indice o declara — *Das ilhas do mar Oceano por Valentim Fernandes*, e escreveu-a em 1508, segundo o que Major affirma no corpo da obra[2]. Que im-

1 *Life*, etc. Prefacio, pag. 17-20.
2 Ibid, pag. 70.

Digitized by Google



CONVENTO DA BATALHA — VISTA DO LADO DO NORTE

Digitized by Google

porta que elle seja mais antigo do que Antonio Galvão? Está ainda muito longe de ser contemporaneo dos factos que narra; a Madeira encontrou-a Zarco em 1419, a historia de Valentim Fernandes é de 1508. Ha um seculo entre o narrador e os successos narrados. Quem escreve um seculo depois dos acontecimentos não é muito mais digno de fé do que quem escreve seculo e meio depois d'elles. É Major mesmo quem o confessa periodos antes, declarando que a narrativa, feita por Diogo Gomes, de acontecimentos anteriores áquelles em que tomou parte, não teem valor especial. Por conseguinte o manuscripto de Valentim Fernandes em nada vem modificar o nosso juizo; o que faz é com que remonte quarenta e tantos annos para traz de Antonio Galvão a tradição a que nos referimos.

Mas por acaso é muito mais valioso um manuscripto de 1508 do que um livro de 1555 para comprovar factos occorridos em 1418? D'onde deriva ao menos Valentim Fernandes a sua narrativa? D'algum velho contemporaneo ainda d'homens que tivessem conhecimento dos que haviam andado envoltos na aventura da Madeira? Não diz o manuscripto, pois que Major declara que Valentim Fernandes tirou a sua narrativa d'uma fonte ignorada[1].

Então que credito merece uma narrativa posterior quasi um seculo aos acontecimentos, e que não declara a fonte onde foi beber as suas informações, quando os escriptores contemporaneos do successo se conservam uniformemente silenciosos sobre o assumpto, quando Azurara não diz coisa alguma, quando Cadamosto nem a similhante historia allude[2]?

É evidente que o manuscripto de Valentim Fernandes em nada vem alterar a questão: é posterior 90 annos ao descobrimento de Porto-Santo e isso basta para que nos mereça quasi tanto credito como Antonio Galvão, que lhe é posterior 130.

Mas o argumento mais forte, que os defensores da historia de Roberto Machim podem apresentar, é o nome de Machico, dado logo desde o descobrimento a uma porção da ilha, e cuja etymologia nos é completamente desconhecida, a não lhe querermos dar a de Machim. Não pretendemos negar a força do argumento, nem queremos resolver o problema que esse nome ha de sempre apresentar; mas tambem nos parece que a resolução d'elle no sentido do romance de Machim não póde ser senão conjectural, e só por si nada prova.

Assim como é possivel que do nome de Machim se derivasse effectivamente o nome de Machico, tambem é possivel que esse nome, e a ignorancia em que se ficou ácerca da sua etymologia, fosse exactamente o que désse origem ao romance. E' notavel a parecença que tem a historia de Machim com todas as fabulas que se contam para justificar o nome de uma cidade ou o seu brazão, quando a origem do brazão ou do nome

[1] *From a source of which we are ignorant.* — *Life of the prince Henry*, etc., pag. 70.

[2] Para sermos imparciaes devemos dizer que o silencio d'Azurara por si só não significa muito. O visconde de Santarem, n'uma nota á *Chronica da conquista e do descobrimento da Guiné* (pag. 388) diz o seguinte: «E' de notar que o silencio d'Azurara ácerca de Roberto Machim e Anna d'Arfet parece indicar que este romance se não tinha ainda inventado no tempo do auctor.» O excessivo laconismo de Azurara em tudo o que respeita ao descobrimento da Madeira e dos Açores não nos auctorisa a fazermos do seu silencio argumento unico para negarmos um facto. Comtudo, quando o acontecimento era tão extraordinario e poetico, maravilha que um chronista tão amador de flores de rethorica como era Azurara desprezasse um assumpto por tal fórma fertil. Mas o silencio de Cadamosto é mais para estranhar. O viajante veneziano esteve no Porto Santo e Madeira em 1455, e deixou-nos na narração das suas viagens noticia circumstanciada ácerca das duas ilhas. Será Major, o proprio Major, que nos ha de dizer o que se encontra ácerca d'este grupo na *Viagem* de Cadamosto.

Digitized by Google

não é geralmente conhecida. Devemos asseverar que os antigos escriptores não são uniformes no modo de escrever o nome. Cadamosto escreve Monchrico, o que já está longe de Machim, e Azurara, o mais antigo de todos, o que merece mais confiança, aquelle cujo testemunho é mais sério, escreve *Machito*[1]. Esse problema da etymologia da villa continúa, no nosso entender, a ficar insoluvel.

Os argumentos de Major não nos parece que alterassem a questão. O silencio absoluto dos escriptores do seculo xv não o quebra o novo manuscripto por elle descoberto, e que pertence como o livro de Galvão ao seculo xvi. Apesar de dar mais scientifica fórma á sua argumentação, Major não vai adiante de Browdish. As trévas continuam a envolver a tradição antiga. «O unico poeta que produziu a Madeira, diz com ufania Bowdish, introduziu-a no seu poema *Zargueida*[1].» Tambem fr. José de Santa Ritta Durão aproveitou para um dos mais formosos episodios do seu poema, *O Caramuru*[2], a lenda da estatua dos Açôres, e suppômos que isso não servirá a historiador algum para demonstrar a existencia da fabulosa estatua. Mas o que é verdade é que as aventuras de Machim pertencem ao romance e ao poema, elles é que podem aproveitar-lhe as dramaticas peripecias. A historia séria não deve admittil-as, e quando muito poderá indicar essa etymologia do nome de Machico, porque até agora tem sido a unica aventada. Não teriamos feito mais, se o calor com que Major defende a veracidade do romance não nos obrigasse, pelo muito que respeitamos o erudito Inglez, a narrar mui circumstanciadamente a historia, e a apresentar os argumentos allegados a favor d'ella, e os motivos por que os não julgâmos fortes. A bandeira cobriu a mercadoria; a não ser isso, deixariamos engastada esta gra-

Brazão de armas da villa de Montemór-o-Velho

«.. Deram á vela no dia 22 de março de 1455, e ao meio-dia de 25 chegaram á ilha de Porto Santo.

«Cadamosto affirma que esta ilha fôra descoberta vinte e sete annos antes pelas caravellas do principe Henrique. Devia dizer trinta e sete, mas é provavel que houvesse erro de copia. Este engano de dez annos é que deu provavelmente origem á supposição espalhadissima, posto que falsa, de que as viagens de Cadamosto foram emprehendidas dez annos mais cedo do que succedeu na realidade. Achou a ilha, que trinta e sete annos antes estava deserta, menos mal povoada, produzindo sufficientes cereaes para uso dos habitantes e abundante em gado e em caça, principalmente coelhos, que eram innumeraveis. A ilha produzia sangue de drago e excellente mel e cêra; as costas eram muito fartas de peixe.

«Sahiram de Porto Santo no dia 28 de março, e no mesmo dia chegaram a Monchrico (sem duvida Machico) um dos portos da Madeira, onde desembarcaram. Cadamosto refere como o principe Henrique, vinte e quatro annos antes *, colonisára esta ilha que fôra até então desconhecida. Achou quatro estabelecimentos na ilha, um chamado Monchrico, *(Machico)*, outro Santa Cruz, o terceiro Funchal, e o quarto Camara de Lobos. Havia habitantes por outros sitios, mas estas eram as principaes localidades **.»

[1] *Chronica do descobrimento de Guiné*, pag. 387.

* Deve haver aqui outro erro de cópia, e ainda de dez annos. A ilha da Madeira fôra principiada a colonisar trinta e quatro annos antes.

** *Life of the prince Henry*, etc., c. XV, pag. 247.

Nem uma palavra, nem uma allusão á historia de Machim, apesar de Cadamosto desembarcar no mesmo sitio onde se devia elevar o tumulo dos inglezes! E comtudo Cadamosto entra em innumeraveis particularidades ácerca da Madeira, particularidades que Major todas aproveita na sua obra.

[1] *Excursões nas ilhas da Madeira e de Porto-Santo*, pag. 115. O poeta a que o Inglez se refere, e que está muito longe de ser o unico produzido pela Madeira, é F. de T. M. e Vasconcellos. «Debaixo do ponto de vista litterario, escreve acertadamente Ferdinand Denis, Vasconcellos fez muito bem em dar algum interesse ao seu poema com esta lenda tocante; mas a historia escripta severamente não se baseia apenas n'uma tradição oral, por mais formosa que seja; ora não conhecemos um só escriptor do seculo XV que narre as aventuras de Machim e d'Anna d'Arfet. Accrescentemos que o mais poetico de todos elles, e ao mesmo tempo o mais digno de fé, n'uma palavra Azurara, guarda completo silencio a esse respeito... Freire *, contando a anecdota, e falando da famosa inscripção traçada sobre o tumulo d'Anna, accrescenta judiciosamente: «Não podêmos assegurar que pessoas de autoridade respeitavel lêssem o epitaphio».

[2] Poema que tem por assumpto uma graciosa tradição da historia brazileira.

* Francisco José Freire, mais conhecido pelo nome arcadico de Candido Lusitano, e que escreveu uma Vida do Infante D. Henrique.

Digitized by Google

ciosa aventura, como diamante em oiro, no magico estylo de D. Francisco Manuel de Mello.

O que se acaba de ler é o que figura textualmente na primeira edição d'este livro, mas entre a publicação das duas edições debateu-se muito esta questão, e appareceram novos elementos para o seu estudo, que ainda assim não trouxeram nem por sombras a solução d'este problema historico.

Publicou-se em primero logar o antigo manuscripto de Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, manuscripto que tanto serviu a Antonio Cordeiro para a sua *Historia insulana*. Commentou-o com grande sagacidade e erudição um sabio madeirense, um dos mais eruditos escriptores que Portugal possue, o sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, que se não esquivou, como era natural, a discutir a tão debatida questão de Machico. Depois de demonstrar exuberantemente que era completamente impossivel a historia do romanesco descobrimento da Madeira, depois de desfazer completamente a historia do manuscripto, forjada por D. Francisco Manuel de Mello, e de que falaremos adiante, o sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo aventa a idéa de que a palavra Machico se derive de Monchique, terra do Algarve, cuja recordação seria suscitada pela tal ou qual similhança que, segundo parece, têem os valles de Monchique e de Machico. O sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo desenvolve eruditamente esta hypothese, procurando explicar o modo como se corromperia a primitiva designação passando por Monchrico até Machito[1]. Esta supposição seria de todas a mais verosimil, se não tivesse contra si as seguintes razões, que nos parecem indestructiveis. Em primeiro logar Azurara, contemporaneo de alguns dos descobridores, escreve *Machito*, emquanto Cadamosto, que deveria, na sua qualidade de estrangeiro, adulterar a palavra, é que escreve *Monchrico*, approximando-se mais da palavra portugueza do que o proprio chronista Portuguez, o que é positivamente absurdo.

Em segundo logar não é menos absurdo que o nome de uma terra algarvia fosse em tão pouco tempo adulterada pelos proprios Algarvios. Elles lhe pozeram o nome, e elles o corromperam! A pronuncia ilhôa nada tem que vêr com similhante adulteração, em primeiro logar porque os colonos ainda eram no tempo de Azurara dos nascidos em Portugal, e ainda não tinham tido tempo de adquirir uma pronuncia especial, em segundo logar porque Azurara não era escriptor madeirense, era escriptor continental, escreveu o nome como lh'o diziam os navegadores Algarvios, e, repetimos, não ha nada menos acceitavel do que a supposição de que os homens nascidos em Monchique, depois de terem posto a uma terra descoberta por elles o nome da sua patria não o soubessem pronunciar vinte annos depois.

Seis annos depois entrou na liça o grande escriptor Camillo Castello Branco, publicando em 1879, no seu livro *Sentimentalismo e Historia*, um artigo intitulado *A lenda de Machim*, em que apresenta uma outra etymologia do nome de *Machico*. Entende o grande escriptor que a palavra *Machico* se deve pronunciar *Maquito*, e que se deriva da palavra italiana *macchia*, que significa em alguns casos *matta*. A proposito d'essa hypothese, já aventada pelo eminente escriptor no *Diario Illustrado*, travára-se n'essa occasião uma polemica amena e cortez entre Camillo Castello Branco e o auctor da presente *Historia de Portugal*. Objectavamos nós que seria singular que fosse exactamente Cadamosto que, escrevendo *Monchrico*, se

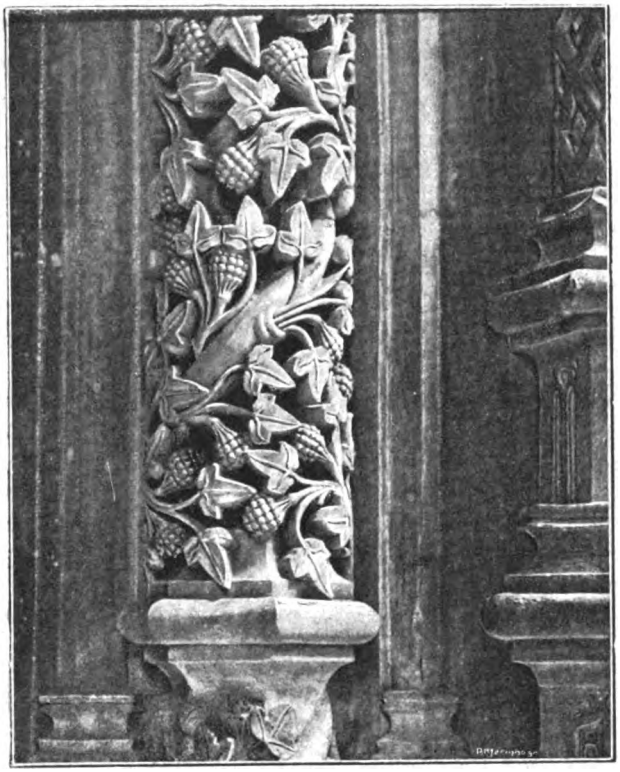
[1] *Saudades da Terra*, pag. 428 (Funchal, 1873).

Digitized by Google

affastasse mais da palavra italiana d'onde se derivára *Machico*, sendo Azurara que se approximasse mais. E' o inverso do que succede com a hypothese do sr. Rodrigues de Azevedo. Este apresenta uma etymologia portugueza, e quem mais se approxima d'essa etymologia é exactamente Cadamosto escriptor italiano; Camillo Castello Branco opta por uma etymologia italiana, e quem d'ella mais se approxima é exactamente Azurara, escriptor Portuguez.

Seria então o nome de *Machico* ou *Machito* posto pelos capitães Genovezes, que, na opinião de Major, primeiro encontraram a Madeira? E' possivel, e n'esse caso a hypothese de Camillo Castello Branco seria muito acceitavel, mas, como nos mappas em que apparece a *isola de le legnamo* não apparece o nome de *Machito*, fica sendo a hypothese de Camillo Castello Branco uma conjectura engenhosa, mas sem uma base historica positiva e séria[1].

Em 1875 publicou o sr. Emiliano A. Bettencourt um folheto intitulado *Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto-Santo e Madeira*, que tem um valor scientifico muito secundario.



CONVENTO DA BATALHA—UM TRECHO ORNAMENTAL DO ARCO FEITO POR D. MANUEL, QUE DÁ ENTRADA PARA AS CAPELLAS IMPERFEITAS

Com relação á etymologia de *Machico* limita-se a dizer que se derivaria de algum macho pequeno que os descobridores lançassem em terra, como de dois cavallos a que outros fizeram o mesmo tomou o nome a *Angra dos Cavallos*[2]. E' uma conjectura como outra qualquer. Venha mais essa para o rol.

Onde, porém, o sr. Emiliano Bettencourt procede um pouco levianamente, é quando, querendo combater a hypothese da descoberta das ilhas da Madeira e Porto-Santo por capitães Genovezes ao serviço de Portugal, fecha o folheto com este argumento que julga triumphante. «Sendo opinião geral, tambem partilhada pelo sr. Major, que as ilhas da Madeira foram povoadas depois da descoberta de Zarco (1420), claro está que a denominação de *Deserta*, dada na referida carta (a *italiana*) a uma das ilhas, só poderia ter sido posta depois das outras ilhas se acharem povoadas, pois que antes todas ellas eram desertas, e uma tal designação não poderia aproveitar só áquella[1]».

O sr. Emiliano Bettencourt imagina, como se vê, que as palavras italianas *isole deserte* significam em Portuguez *ilhas desertas*, ilhas despovoadas, quando

[1] O artigo *Lenda de Machim* em que vem reproduzida a discussão travada entre Camillo Castello Branco e Pinheiro Chagas no *Diario Illustrado* e no *Diario da Manhã*, vem publicado na *Sentimentalismo e Historia*, pag. 115 a 150 (Porto, 1879).

[2] *Memoria sobre o descobrimento das ilhas da Madeira e Porto-Santo*, pag. 20 (Lisboa, 1875).

[1] *Memoria, etc.*, pag. 22 *in fine*.

Digitized by Google

qualquer diccionario italiano lhe diria que *deserto* quer dizer *solitario*, *abandonado*, *devastado*, etc[1]. O seu argumento além d'isso é contra-producente. Todas as ilhas, quando pela primeira vez alli põe pé um ente humano, são desertas. Dar esse nome a alguma em especial parece absurdo. Vemos portanto que os Portuguezes não fizeram senão aportuguezar o nome de *isole deserte*, e assim o argumento triumphante do sr. Bettencourt vem reforçar a argumentação que pretende destruir.

O que ha de mais importante na *Memoria* do sr. Bettencourt é a transcripção do manuscripto de Valentim Fernandes, de que existe, desde 1848, uma copia na bibliotheca do rei de Portugal[2]. Por essa transcripção se vê que Major nem sempre reproduziu fielmente a narrativa de Valentim Fernandes, e que a sua orthographia de *Machico* differe de todas as conhedas, porque Valentim Fernandes escreve *Matschiquo*.

Terminaremos com uma referencia ao famoso manuscripto de Francisco Alcoforado, que D. Francisco Manuel de Mello inventou. Além de todas as razões allegadas pelo sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, notaremos que a supposição de manuscriptos para dar uma certa côr de verosimilhança a um romance estava muito em moda nos seculos XVI e XVII. Em primeiro logar quasi todos os romances picarescos são fingidas auto-biographias, *Marcos de Obregon, Guzman de Alfarache*, a *Picara Joanna*, etc. Quando o auctor não queria fingir que era o proprio heroe quem contava as suas aventuras, inventava um manuscripto, um auctor mysterioso, como fez Cervantes para o seu D. Quixote com o seu Cid Hamet Benengeli, e Peres de Hita com as suas *Guerras civis de Granada*, romance historico em que imagina tambem que lhe chegou ás mãos, com immenso trabalho, um manuscripto arabe que tinha ido para Africa no tempo da expulsão dos granadinos. Esta moda renovou-se no seculo XIX, quando Walter Scott inventou os manuscriptos do *Old Mortality*, e de todos os imaginarios auctores dos seus romances. Attribue Ticknor este costume do seculo XVII á reacção que havia já no publico peninsular contra as fabulas inverosimeis e frivolas dos romances de cavallaria. Os auctores procuravam dar aos seus romances mais evidentemente fabulosos a apparencia da verdade[1].

Procura o sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo insinuar que a invenção da *Epanaphora amorosa* fôra feita com fim politico, para favorecer um projecto de cedencia da Madeira á Inglaterra, como dote de D. Catharina de Bragança[2].

Estamos convencidos, como o sr. Camillo Castello Branco, de que essa hypothese é inexacta. A *Epanaphora* não só foi escripta, como diz o sr. Camillo, quando nem se pensava ainda no casamento de D. Catharina com o rei de Inglaterra, mas quando nem sequer se podia pensar n'isso, por estar em Inglaterra o governo republicano e não se sonhar sequer a restauração dos Stuarts[3].

Não nos aventuremos tanto na região das conjecturas. Francisco Alcoforado foi o Cid-Gamet-Benengeli de D. Francisco Manuel de Mello, e, como do phantasiado mouro dizia Cervantes, tambem este Alcoforado imaginario tão alto pendurou a sua penna de ouro, que ninguem, depois do grande escriptor portuguez, ousou manejal-a com a mesma douta mestria.

---

[1] N'um diccionario italiano-francez que temos presente encontramos as seguintes significações para *Deserto—perdu, ruiné, désert, solitaire, ravagé. Diccionario* de Bottarelli, pag. 126 (Veneza, 1791).

[2] *Memorial*, etc., de pag. 11 a 15.

[1] *Historie de la littérature espagnole*, tr. fr., t. III, pag. 150, (Paris, 1872).

[2] *Saudades da terra*, pag. 366.

[3] *Historia e sentimentalismo*, pag. 148.

Digitized by Google

CAPITULO XIX

Continuação da expedição de Zarco e de Tristão Vaz — Concessão da ilha feita aos primeiros exploradores

ôra, como vimos, a ilha da Madeira dividida em duas capitanias, a do Funchal e a do Machico, outhorgadas, a primeira a João Gonçalves Zarco e a segunda a Tristão Vaz Teixeira.

Era João Gonçalves Zarco homem, segundo parece, de boa familia, e valoroso soldado. Foi armado cavalleiro pelo infante D. Henrique no cerco de Tanger, de onde escapou com vida, sendo já donatario do Funchal. Não limitou elle ao descobrimento da Madeira as suas emprezas maritimas, porque ainda o vamos encontrar nas expedições enviadas pelo infante para além do cabo Bojador.

Não era João Gonçalves leigo na arte de navegação, porque, antes de emprehender a viagem que o levou a Porto-Santo, já elle commandava as caravellas que guardavam as costas do Algarve. Casou com uma senhora, por nome Constança Rodrigues de Almeida, de quem teve tres filhos e quatro filhas, que todos viveram na Madeira, casando lá alguns d'elles e cumprindo á risca o seu dever de povoadores[1].

Tristão Vaz Teixeira era um valente soldado, não tão nobre como Zarco, segundo nos diz Azurara, mas egualmente distincto por feitos d'armas, celebrando-se por exemplo o modo como se portára n'uma d'aquellas continuadas escaramuças que havia com os Mouros ás portas de Ceuta. Pela sua «singular cavallaria, nobreza e obras, diz o auctor da *Historia Insulana*, foi sempre chamado o Tristão, sem usar de outro appellido, e el-rei lhe deu por armas uma ave Fenix, que é singularissima entre as aves; e elle mesmo em seu testamento se nomeia sómente Tristão, porém seus descendentes ajuntaram á Fenix no escudo uma cruz e uma flôr de liz, armas dos Teixeiras, e assim se vêem hoje esculpidas no arco da capella de S. João Baptista na egreja maior do Machico, d'estes capitães.

«Foi casado com uma fidalga que devia ter com elle algum parentesco, pois se chamava Branca Teixeira, e procedia da illustrissima casa de Villa Real. D'este matrimonio nasceram quatro filhos e oito filhas!» [1].

O infante D. Henrique não podia escolher progenitores mais aptos para a colonisação.

Aqui temos pois Gonçalves Zarco e Tristão Vaz senhores das suas magnificas possessões. Como bons catholicos, a

---

[1] Transcrevemos n'este ponto uma nota de Ferdinand Denis:

«Faremos notar de passagem que Gonçalves Zarco, antigo creado do infante D. Henrique, foi o primeiro que fez uso da polvora e da artilheria no mar.

«Um poeta conhecido, Manuel Thomaz, conservou a memoria d'esse facto curioso na sua *Insulana*, livro bastante raro em França:

Bem é verdade que este o Luzitano
Primeiro foi no mar com nome eterno,
Que usou da dura frueta de Vulcano
E do salitrado aljofar do inferno.

[1] *Historia Insulana*, pag. 112 (Edição de 1866).

Digitized by Google

primeira coisa que fizeram foi levantar egrejas, que tornassem aquellas novas regiões feudatarias do christianismo. Em Machico se erigiu o mais antigo templo da ilha «da invocação de Christo», diz Antonio Cordeiro.

Depois, no Funchal, ergueu João Gonçalves Zarco uma egreja com a invocação de Nossa Senhora, e que tomou o nome de Senhora do Calhau, por ser muito pedregoso o sitio.

Depois, começou a exploração da ilha, que acharam fragosa e cortada de rios profundos. Visitaram a costa com mais cuidado que da primeira vez. Pela terra dentro iam alguns tripulantes, e por mar os dois capitães. N'essa visita deram a denominação de *Ribeira Brava* a um rio caudaloso, que lhes custou a atravessar; de *Ponta do Sol* a uma ponta que nos vieiros da rocha figurava de longe um sol. Foi esse o sitio escolhido por João Gonçalves Zarco para fundar uma segunda villa. A outro sitio, em que desembarcaram, chamaram *Calheta*. «E logo mais abaixo, junto a uma formosa ribeira, diz Antonio Cordeiro, se fundou depois a villa de Calheta, que veiu a ser o illustre titulo do conde Simão Gonçalves da Camara[1]». *Ponta do Pargo* foi o nome que deram a um promontoriosito, onde pescaram um peixe dos d'essa qualidade. *Ponta do Tristão,* foi um outro promontorio, que o capitão do Machico descobriu depois de se separar do seu collega.

Tratou-se de se fazer a demarcação, e o que serviu para marco, se Antonio Cordeiro, ou antes Gaspar Fructuoso a quem elle segue, não erra, foi um pau de oliveira, mandado de Portugal, para esse fim, pelo infante D. Henrique (!) e pregado na ponta que se chamou por isso ponta de Oliveira. Fosse como fosse o marco da separação, o certo é que João Gonçalves Zarco ficou possuindo quatorze leguas ao sul e tres leguas ao norte, emquanto o resto ficou para Tristão Vaz Teixeira.

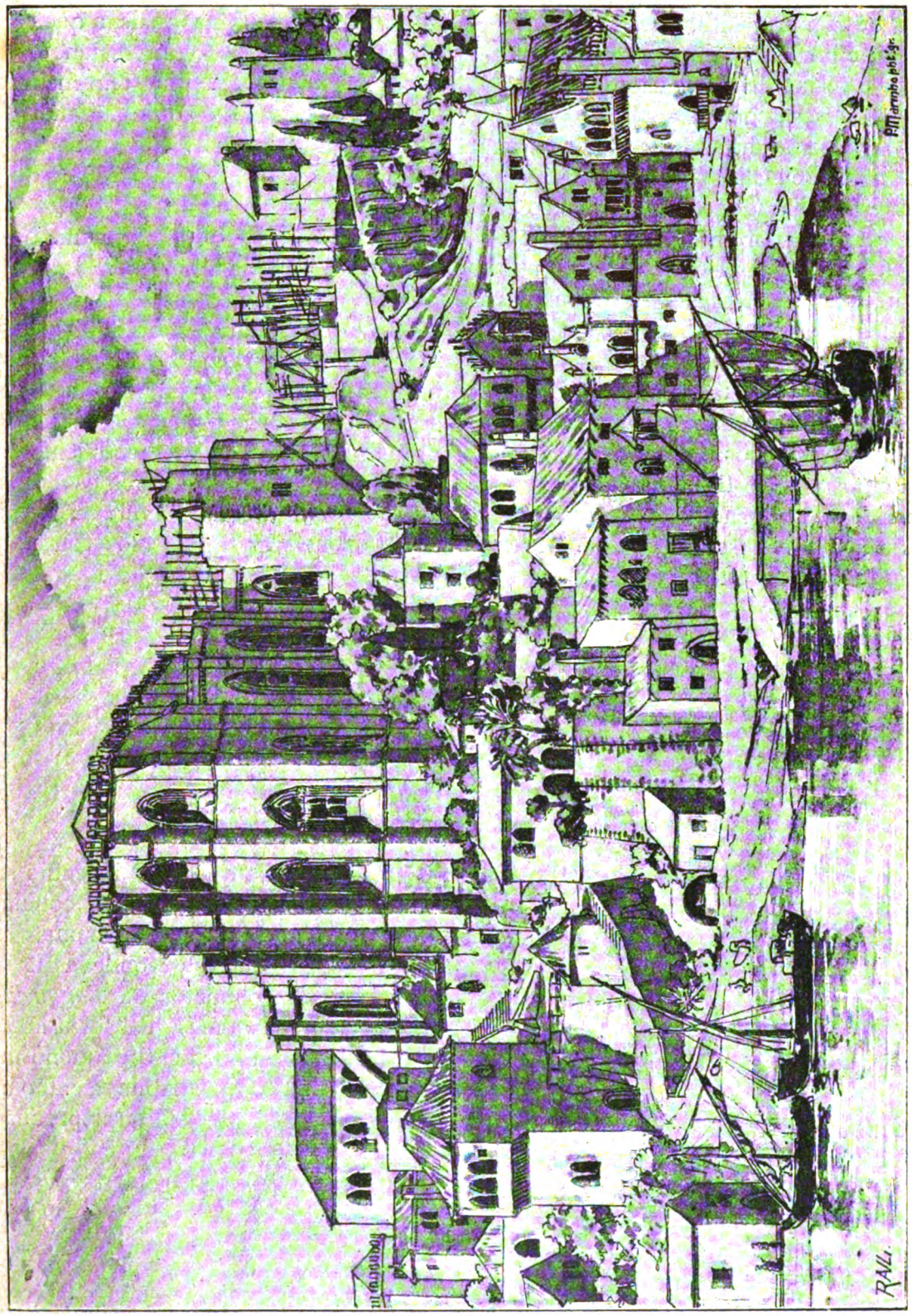
Entretanto Bartholomeu Perestrello voltára a Porto-Santo, cuja capitania lhe pertencêra, mas, encontrando ainda lá desenvolvida a praga dos coelhos, regressou desanimado ao reino. De novo o incitaram a que não perdesse o alento, e, voltando a colonisal-a, conseguiu fundar emfim um estabelecimento, que foi prosperando, ainda que não chegasse nunca a attingir a prosperidade da Madeira.

«Outras ilhas demais ha junto á Madeira, diz Antonio Cordeiro, que chamam Desertas; uma é a que (depois de estar já na Madeira) o felicissimo João Gonçalves Zarco observou haver distante só seis leguas; e mandando-a descobrir, e achando que era de rochas, e sem agua doce dentro, a não mandou logo povoar, mas só lhe mandou lançar algum gado grosso e algumas aves, que multiplicaram logo, e ficou chamando-se a ilha Deserta; tem duas leguas de comprimento, e um terço de largura; tem já pastores e um feitor, e sua ermida, onde um clerigo lhes diz missa, e já tem agua, posto que salobra, e alguma cevada e trigo dá, ainda que pouca, mas muito gado, e não coelho nem rato algum; é por natureza inconquistavel, por ser tão cercada de continuadas e altissimas rochas, que se não podem subir senão por tal carreiro que dois pastores deitando a rodar penedos de cima, levam com elles a baixo quanto encontram, como já de facto succedeu a muitos Inglezes que queriam ir buscar gado. Eram senhores d'esta ilha os capitães do Funchal, mas este senhorio passou d'elles brevemente a Luiz Gonçalves de Athayde, e rende duzentos mil réis cada anno

«D'esta primeira ilha deserta, e só a

[1] *Historia Insulana*, pag. 105.

Digitized by Google



DESENHO CONJECTURAL DA EGREJA DO CARMO EM LISBOA NOS FINS DO S CULO XVI

Digitized by Google

um terço de legua de comprimento, está outra deserta ilha, que tem só uma legua de comprimento, e ainda menos de largo; e por isso tambem a não povoaram, e só lhe deitaram cabras, que a ella vão buscar com cães.

«A terceira ilha deserta, ou ilhéo (que chamam ilhéo Chão) jaz entre a primeira Deserta e a Madeira, é de só meia legua de tamanho, porém de rochas alto e em cima plano, mas por amor dos ventos se não semeia; e dista quatro leguas da Madeira, e só meia legua da maior Deserta, por cujo respeito estas tres ilhas se chamam Desertas, como do nome da ilha Terceira se chamam ilhas Terceiras as mais ilhas dos Açores, e, como diz Fructuoso, livro II, cap. 51, ao capitão do Funchal pertenciam estas tres Desertas por elle as descobrir, posto que hoje nem todas lhe pertençam.

«Ultimamente, trinta leguas da Madeira para o sul, e indo para as Canarias, estão duas ilhotas mais, a que chamam as Selvagens, com distancia de tres leguas entre si, e uma tem meia legua de terra, e outra pouco mais, a maior tem algum gado, e ambas senhor castelhano de quem são, porque ambas devem entrar no numero das doze Canarias, de que no livro II já tratámos (e trata o historiador Barros)[1]».

Eis o que eram as primeiras colonias do povo que tantas devia fundar pelas mais remotas partes do mundo. Todas, ou quasi todas se desprenderam pouco a pouco da corôa portugueza, mas essas primeiras ficaram indissoluvelmente engastadas no diadema dos nossos monarchas, onde ainda hoje avultam, ufania dos Portuguezes, inveja dos estranhos povos.

CAPITULO XX

Incendio da ilha da Madeira.— Progresso da colonisação

MAIS antigo dos historiadores que nos servem aqui de guia nada diz de um acontecimento, que não é duvidoso, comtudo, e cuja lembrança foi perpetuada pela tradição. Ao passo que o infante D. Henrique, cuja alta previdencia sabia tudo adivinhar, fundava innumeros projectos sobre essas florestas virgens, que podiam ser utilisadas pela marinha nascente, e pelas vastas construcções em que em Lisboa se pensava, mãos imprudentes deitavam fogo ás magnificas florestas que tinham imposto o seu nome a toda a ilha. O incendio subiu até ao mais alto cume das collinas, desceu em turbilhões de chammas até essas plagas deliciosas, onde as arvores, como diz o auctor da *Zargueida*, se miravam nas aguas. Tal foi a intensidade do incendio que o pequeno numero de colonos, que habitava então na Madeira, viu-se obrigado a ir procurar

[1] *Historia Insulana*, T. I, L. III, cap. XVII, pag. 131. O titulo completo é o seguinte: *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental; composta pelo padre Antonio Cordeiro da companhia de Jesus, insulano tambem da ilha Terceira e em edade de 76 annos, para confirmação dos bons costumes assim moraes, como sobre naturaes (!), dos nobres antepassados insulanos, nos presentes e futuros descendentes seus, e só para salvação de suas almas e maior gloria de Deus.*

Digitized by Google

nas ondas um momentaneo refugio.

«Este facto curioso, continúa Ferdinand Denis em nota, é attestado por um dos nossos antigos viajantes, cujos manuscriptos existem na Bibliotheca do rei. André Thévet conheceu um velho marinheiro, a quem uma testemunha ocular contára o incendio da Madeira[1].

O silencio de Azurara sobre o assumpto não nos deve maravilhar. Sabemos já como o historiador do descobrimento da Guiné é laconico em tudo quanto diz respeito ás ilhas; mas todos os outros historiadores relatam o caso, e o facto citado por Ferdinand Denis no ultimo periodo que transcrevemos traz um testemunho decisivo na questão.

Devia ser um espectaculo maravilhoso o d'esse vastissimo incendio, que durou sete annos, segundo o que Antonio Cordeiro affirma. Essa floresta desabrochada do seio das ondas, de subito abrazada; o seu clarão vermelho a reflectir-se nas aguas, e a illuminar o céo; aquellas arvores seculares, estorcendo-se ao contacto d'esse elemento que só até então conheciam quando a mão de Deus soltando o raio accendia algum d'esses anciãos dos bosques em vasto facho, que as torrentes da chuva em breve apagariam! os passaros fugindo aterrados d'esse sanctuario em chamma, cuja abobada verdejante se mudára em rubro tecto, onde o estalar dos ramos, o sibilar do fogo, os gritos dos animaes selvagens perseguidos pelo elemento destruidor succedera ao magestoso silencio! tudo devia apresentar um espectaculo medonho e atterrador, e o navegador que passasse de longe nas solidões do Atlantico, e visse de subito estampar-se no horisonte esse vasto panorama esbraseado, havia de suspender com assombro a marcha do seu navio e perguntar a si mesmo com vago terror, se fôra a mão do Omnipotente que accendêra além esse pharol gigante, se era algum navio phantastico e immenso, que fluctuava em chammas sobre as vagas que o não podiam extinguir, ou se era o inferno que abria além as suas fauces escandescentes.

Mas nenhum navio atravessava o Oceano, as vastas solidões dos mares não eram devassadas por outras velas que não fossem as poucas que, de espaço a espaço, os Portuguezes enviavam a explorações longiquas, e esse espectaculo magestoso não teve por espectadores senão os colonos e as aves maritimas, que alargavam o vôo pavido para fugirem dos céos toldados, não já pelos vapores do arvoredo, mas pelos vapores do incendio.

Sete annos, a ser verdade o que assevera Antonio Cordeiro, e com elle outros historiadores, sete annos permaneceu no horisonte essa sinistra chamma que devorou a maior parte das riquezas florestaes da ilha. O fogo dizem que chegou a penetrar no interior da terra, indo devorar as raizes e ramificações que se entranhavam no solo. Terminou emfim á falta de alimento, ou quando os colonos conseguiram abrir claros bastante vastos no arvoredo para que as linguas de fogo, batidas pelo vento do mar, não saltassem de ramo a ramo, estabelecendo nos bosques uma cadeia de labaredas.

O incendio ateára-se d'esta maneira: Quando João Gonçalves Zarco tratou de fundar a villa do Funchal, hoje cidade e capital da ilha, como lhe fazia obstaculo o basto arvoredo que assombrava o sitio escolhido, em vez de mandar decepar a machado os incommodos troncos, mandou-lhes deitar fogo para que o obstaculo desapparecesse com mais rapidez. A imprudencia era manifesta; o fogo, ateando-se com velocidade, e

[1] *Portugal pittoresque.*

Digitized by Google

saltando de arvore em arvore, em breve abrangeu a ilha. Os colonos assustados refugiaram-se nos navios, onde primeiro julgaram que estavam perdidas todas as suas esperanças de colonisação.

Pelo contrario o incendio favoreceu-lhes os progressos; o solo da Madeira revelou-se de uma fertilidade assombrosa, ainda augmentada pelas cinzas fecundativas do arvoredo. Comtudo o infante D. Henrique ficou desgostoso quando soube da imprudencia, que produzira tão triste resultado, se bem que, apesar do vasto e prolongado incendio, ainda ficou arvoredo bastante para que a madeira que vinha para o reino em grande abundancia tivesse grande influencia no desenvolvimento das construcções. Azurara, depois de relatar muitas outras vantagens que advieram ao reino dos descobrimentos do infante D. Henrique, menciona «as grandes alturas das casas que se vão ao céo, que se fizeram e fazem com a madeira d'aquellas partes». Ao qne o visconde de Santarem accrescenta a seguinte nota:

«Esta interessante particularidade indica que a madeira transportada a Portugal das ilhas novamente descobertas pelo infante D. Henrique, principalmente a ilha da Madeira, fôra em tanta quantidade, que a sua abundancia fizera mudar o systema de construcção dos predios urbanos, augmentando os andares, elevando assim as casas, substituindo-o por esta sorte ao romano e arabe, que até então provavelmente se usára. Esta probabilidade adquire maior peso á vista do systema de illuminação de Lisboa ordenado por el-rei D. Fernando, como consta de um documento do cartorio da camara de Lisboa.

«Esta particularidade referida pelo auctor é, pois, mui curiosa para a historia da nossa architectura[1]».

[1] *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, pag. 14.

D. Henrique desenvolveu logo uma espantosa actividade colonisadora. Conhecida a fertilidade da ilha, tratou de desenvolver n'ella todas as culturas que melhor se coadunavam com o seu clima. Á ilha de Chypre mandou elle buscar os bacellos d'aquellas famosas vinhas, que produziam o celebrado Malvasia, assim chamado por ser primitivamente originario de Menemvasia ou Napoli di Malvasia na Moréa. A uva, cujos formosos cachos, suspensos entre os fraguedos d'essa rocha do Mediterraneo, doirados pelo sol do Oriente, distillavam o licor suavisimo tão apreciado pelos Europeus desde épocas remotas, não degenerou na ilha oceanica, e, beijada pelos raios de fogo do sol tropical, produziu esse nectar ainda mais suave, que disputa ao vinho do Porto a primazia, que não é para os Inglezes dos menores encantos que na Madeira os attrahem, mas que hoje, infelizmente, está sendo quasi um mytho, graças ao *oldium tuckery*, que arruinou as explendidas vindimas, que eram a riqueza da ilha, e que nunca mais tornaram a ser o que foram.

Não sabemos com que fundamento assevera Ferdinand Denis que tambem da Borgonha foram transplantadas cepas para a ilha da Madeira.

Á Sicilia mandou o infante D. Henrique buscar a canna de assucar, que se desenvolveu rapidamente na Madeira, e que está hoje constituindo uma das suas principaes culturas, depois de ter sido o recurso que salvou a prosperidade da ilha, quasi de todo suffocada no primeiro momento pela terrivel molestia das vinhas.

«No meiado do seculo xv, escreve Ferdinand Denis, a ilha da Madeira contava já 180 *moradores*, habitantes fixos, sem metter em linha de conta uma população fluctuante, composta de mercadores ou de moços dos dois sexos nascidos na ilha, que emprehendiam fre-

Digitized by Google

quentes viagens, e sem mencionar tambem os clerigos e os frades, cujo numero não era determinado, mas que parece ter sido bastante consideravel. Notemos tambem de passagem que o infante D. Henrique, sendo mestre da ordem de Christo, entendeu que devia submetter a ilha toda a essa instituição. Todo o espiritual da Madeira e do Porto-Santo, diz-nos Gomes Eanes de Azurara, foi attribuido á ordem que se designa aqui; e succedeu o mesmo depois á ilha de S. Miguel, de que Gonçalo Velho passou a ser commendador, era essa ordem a que recebia o dizimo dos assucares[1].»

«Um livro que os historiadores consultam raras vezes, continúa em nota o escriptor citado, o *Agiologio lusitano* de Jorge Cardoso, encerra preciosos pormenores a respeito da primeira população monacal da ilha da Madeira. Parece que, logo depois do descobrimento da ilha pelos Portuguezes, um religioso da ordem dos Franciscanos, chamado fr. Gil, que vinha de Roma, naufragou nas praias visinhas da capital. Estabeleceu a sua primeira residencia a uma legua ao poente do Funchal, e a um tiro de espingarda d'essa caverna de lobos marinhos, em que os primeiros exploradores tinham reparado. Edificou o eremiterio n'um valle profundo, á borda d'um riacho opulento d'aguas; mas, depois de ter corrido pacificamente por muitos annos n'esse sitio, o riacho transformou-se em torrente, e levou a pobre cabana. Fr. Gil transportou-se então ao Funchal, onde devia haver já outros frades; e, de accordo com um certo Fr. Jorge, que viera para reedificar a choupana do ermita, foi offerecer a Lisboa esse augusto asilo a alguns dos seus frades. Construiu-se então o convento de S. Bernardino, um dos mais antigos monumentos da ilha[1].»

O INFANTE D. PEDRO

[1] Ferdinand Denis interpreta mal Azurara. O velho chronista diz: «deu á dita ordem o espiritual da ilha da Madeira e do Porto-Santo, e todo o espiritual *e temporal* da outra ilha de que fez commendador Gonçalo Velho, e mais da ilha de S. Miguel, lhe deixou o dizimo *e metade* dos assucares.» *Chronica*, etc., pag. 391.

[1] J. Cardoso, *Agiologia lusitano*, tomo 3.º, pag. 274.

Digitized by Google

Quando Cadamosto aportou á Madeira em 1455 já a ilha, segundo elle declara, podia apresentar oitocentos homens armados, sendo cem cavalleiros. A fertilidade da terra era maravilhosa; produzia centeio com fartura, madeira que era muito aproveitada, sobresaindo entre as arvores aproveitadas uma especie de cedro fragrante de que faziam caixas, mezas, etc., e um teixo vermelho tambem muito apreciado.

O assucar dava grande proveito aos colonisadores; enxameavam as abelhas produzindo com abundancia mel e cêra. Os vinhos eram magnificos, gado e caça não faltava tambem. Havia muitos habitantes, possuidores de grandes riquezas. Já Cadamosto dá noticia dos frades em que Jorge Cardoso fala, e que eram, segundo assevera o viajante veneziano, homens de santa vida.

Preciso se torna que deixemos este Eden, onde demasiado tempo nos demorámos.

Mais formosa do que a celebre Capua, a Madeira não pôde comtudo reter no seu seio luxuriante os navegadores Portuguezes. Cubiçosos do desconhecido, amantes da tempestade, os cavalleiros do infante D. Henrique voltavam a prôa das caravellas para as regiões mysteriosas.

Sigâmol-os pois, que é esse o nosso dever de historiadores.

CAPITULO XXI

Descobrimento dos Açores

CERCA do descobrimento das ilhas dos Açores adduz Major os argumentos já conhecidos, para provar que tinham sido visitadas pelos Portuguezes em navios commandados pelos Genovezes de Manuel Pezagno ou Pessanha; a existencia de grupos de ilhas, umas com differentes nomes do que aquelles que os Portuguezes lhes pozeram, outras com os nomes proximamente identicos, em mappas anteriores ao anno de 1431, parece provar que os Açores eram conhecidos posto que vagamente. Por muito que respeitemos a erudição de José de Torres, não podemos demorar-nos um instante na argumentação com que elle procura derribar este facto. E para que os leitores vejam que o não fazemos por desdenhar o escriptor, de cujos trabalhos aliás nos aproveitamos sempre que nos parece que podem ser acceitos á luz da boa critica, transcrevemos um dos paragraphos do seu artigo, que ao nosso assumpto se refere:

«Entre os annos 1384-1434 fixam a data do portulano que pertenceu á bibliotheca Pinelli, e hoje é do celebre geographo barão de Walckenaer. N'elle se vê que, no alto mar, e quasi n'um mesmo meridiano, partindo do Estreito para o sul, estão as ilhas *Caprara biono* (Lono, doada em 1462 a João Vogado?) —*porto-Santo* —*y de legname* — *deserte* —*salvage* — e o grupo das *Canarias*. Ao norte do Estreito põe no mesmo meridiano *y de brasil* —*y de la ventura* —*são Zorzi* — *li combi* —*y de corvo marini*. Estas ilhas, e alguns dos seus nomes, traducção dos que os Portuguezes lhes impozeram no acto da descoberta, estão a dizer-nos que o portulano, tal como es-

Digitized by Google

tá, não é todo obra continua anterior á época das nossas emprezas maritimas, mas resultado d'addições successivas, feitas á proporção que os descobrimentos proseguiam, e o conhecimento d'elles se vulgarisava pelos paizes estrangeiros. Se, pelo que temos precedentemente escripto, é claro que as ilhas, com os nomes dados pelos Portuguezes no principio do seculo xv, não podiam existir quarenta annos antes em cartas da ultima metade do seculo xiv, as ilhas do archipelago da Madeira, e as que no portulano Pinelli ficam primeiro ao norte do Estreito (em que apenas se podem descobrir dois nomes, um exacto, outro que rasteja pelo verdadeiro, de duas das ilhas dos Açores) são addição feita em época posterior ás nossas descobertas, addição que a respeito das ultimas ilhas ainda revela grande ignorancia, e confusão nos seus numeros e nomes. De suppômos que as ilhas que traz em frente da Peninsula, são representação das dos Açores, e que á ilha do Corvo, só reconhecida depois de 1453, corresponde a de *corvo marini* do portulano, seguir-se-hia que, na época assignada á construcção d'elle, não é possivel que o anno de 1434 seja o ultimo termo, e melhor se póde suppôr fosse o de 1453, ou proximamente posterior. Se, porém, a inspecção da carta original, a inspecção da obra primeira, e das addições subsequentes, que porventura se discriminem n'ella, obrigar de preceito a fixar em 1434 o ultimo termo da sua data, então parece dever sem constrangimento concluir-se que o autor e o ultimo addicionador do portulano, das ilhas descobertas pelos Portuguezes no seculo xv apenas chegou a conhecer as da Madeira, e nunca as dos Açores, de que n'aquella epoca porventura nenhuma era descoberta ainda. Não fazendo d'ella menção particular, inequivoca, dá logar a crêr-se que nada ha de commum entre as ilhas que chama *são zorzi*, e *corvo marini*, e as nossas de S. Jorge e Corvo, duas das mais insignificantes dos Açores [1].»

E' sempre o conhecido sophisma, a que os livros de logica chamam «circulo vicioso». Quer se demonstrar que as ilhas dos Açores não eram conhecidas antes das expedições do infante D. Henrique, apesar de figurarem n'um mappa anterior. Declara-se que foram addições subsequentes. Por quê? Porque ainda não eram conhecidas no tempo em que se levantou o mappa, exactamente o que se pretendia demonstrar!

Mas emfim, prova-se que o mappa não tem addições posteriores á data que se lhe fixa. Essas ilhas são phantasiadas n'esse caso e nada teem de commum com os Açores. Estando na mesma latitude, tendo duas d'ellas o mesmo nome que duas do archipelago açoriano? Embora, tudo isso é o acaso... Confessemos que taes argumentos não são sérios.

Note-se que no mappa de Gabriel Valsequa, de 1459: veem as ilhas com os seguintes nomes, — *Ilha de Sperta, Guadrilla, Ylla del Inferno, Yllla de Fridols, Ylla de Osels, Ylla de... Ylla de Corp-Marinos, Conigi.* Se para os mappas antigos passaram por addições posteriores os nomes dados pelos Portuguezes ás ilhas açorianas, e se em 1439, como se prova por esta carta, ainda esses nomes eram lá fora ignorados, segue-se que essas addições foram posteriores a 1439, e com effeito José de Torres attribue-lhes a data de 1453. Mas no mappa de Valsequa veem consignados os descobrimentos para além do cabo Bojador, que se passára em 1434, e no mappa da bibliotheca Pinelli, onde, segundo quer José de Torres, havia addições de 1453, vêmos a costa occidental da Afri-

[1] Originalidade da navegação do Oceano septentrional, etc, *Panorama*, vol. X. (2.ª da 3.ª série) pag. 376.

Digitized by Google

ca terminar no cabo Bojador, para além do qual não ha um só nome, prova certa de que então essa costa, assim como os paizes visinhos eram absolutamente desconhecidos [1].

Que estranhas addições são estas! Como póde o visconde de Santarem servir-se das cartas anteriores á passagem do cabo Bojador para demonstrar a prioridade dos nossos descobrimentos na costa africana, se as cartas posteriores tambem não trazem os paizes por nós descobertos? A cartographia da edade media perdeu todo o seu valor com este systema, e documentos adulterados por addições posteriores feitas a capricho, não pódem servir de base para um estudo serio sobre a prioridade dos descobrimentos!

Mas não nos cansemos em refutar os argumentos de um notavel escriptor, que n'este ponto se deixa cegar por um falso sentimento de nacionalidade, e relatemos o achado da ilha Santa Maria pelo commendador Gonçalo Velho Cabral.

Nada nos conta Azurara ácerca d'esse descobrimento, limitando-se a dizer que em 1445 mandou o infante povoar as duas ilhas de Santa Maria e de S. Miguel. Antonio Cordeiro, e com elle todos os nossos escriptores, relatam que em 1431 mandou o infante a Gonçalo Velho Cabral que navegasse direito ao poente em procura de algumas ilhas que deviam para aquelle lado existir. Com effeito, tentando D. Henrique principalmente descobrir terras para o sul, a chegada de Gonçalo Velho aos Açores não podia ser simples effeito do acaso, estando ellas n'uma direcção tão affastada da que era seguida habitualmente pelas caravellas do infante.

Effectivamente, depois d'alguns dias de viagem encontrou Gonçalo Velho uma longa carreira de rochedos, em torno dos quaes o mar fervia com furia, e a que o descobridor deu o nome de *Formigas*. Era para aquelle lado perigosissima a navegacão, e Gonçalo Velho regressou a Portugal desalentado; mas o infante animou-o, e, voltando no anno seguinte de 1432 a seguir a mesma derrota, foi encontrar, no dia 15 de agosto, a ilha a que chamou de Santa Maria.

Desembarcou do lado do occidente na praia onde depois se fundou a primeira povoação, e a que deu o nome de Praia do Cabrestante. Explorou a ilha toda, tanto por mar como por terra, mas principalmente por mar, pois que o muito arvoredo, de que estava coberta, impedia a exploração por terra. Depois de a ter assim visitado, voltou a Portugal trazer novas ao infante, que, satisfeitissimo com a noticia, mandou lógo deitar gado na ilha, e deu a capitania d'ella ao descobridor Gonçalo Velho Cabral, commendador de Almourol da ordem de Christo, senhor das Pias, de Cardiga e de Bezelga na jurisdicção de Thomar[1], que, não podendo casar, como cavalleiro professo de uma ordem religiosa, legou a capitania a seu sobrinho João Soares de Albergaria.

Havia ja habitantes na ilha de Santa Maria, e ainda se não dera com a de S. Miguel, quando um escravo negro, que fugira ao seu senhor, e se refugiára nas eminencias ainda inexploradas da ilha, andando á caça para comer, descobriu ao longe terra. O dia estava claro, e o negro pôde descortinar perfeitamente a ilha, que assim brotava para elle do fundo do Oceano. Veiu trazer a noticia ao seu dono, julgando, e com razão, que em troca de tão importante nova obteria facilmente o perdão e a liberdade. Com-

[1] V sconde de Santarem, *Rccherches* etc. pag. 96.

[1] Ferdinand Denis nota que n'um manuscripto Portuguez que tem em seu poder, Gonçalo Velho Cabral é chamado Gonçalo Velho *das Pias* Era, como vêmos, o nome d'uma das terras que elle possuia.

Digitized by Google

DEFEZA DE CEUTA — O ADAIL SAHINDO A DAR NOS MOUROS

Digitized by Google

municou-se o facto para Portugal ao infante D. Henrique; este enviou immediatamente Gonçalo Velho procurar a nova ilha «que o infante achou concordar com a noticia dos mappas antiquissimos que comsigo tinha [1].» Foi Gonçalo Velho Cabral, e da primeira vez não a encontrou, passando entre ella e o ilhéo chamado hoje de Villa Franca, o que a Antonio Cordeiro, que não é dos mais incredulos, parece simplesmente impossivel. A impossibilidade é manisfesta, logo que o ilhéo fica a um tiro de peça de S. Miguel, como assevera o mesmo Antonio Cordeiro. Segunda vez foi Gonçalo Velho, e achou terra emfim no dia de S. Miguel, 8 de maio de 1444, desembarcando no sitio onde se levantou a primeira villa, chamada depois Villa Velha. Voltando a pedir as alviçaras ao infante, outhorgou-lhe este a capitania d'essa nova ilha, como já lhe outhorgára a de Santa Maria.

Estes descobrimentos das ilhas dos Açores e da Madeira parece terem por sina ficar para sempre envoltos n'um véo nebuloso. Antonio Cordeiro é quem relata os factos como acima os contamos, porém, a narrativa de Azurara, posto que deficientissima, é bastante para destruir uma parte da versão de Antonio Cordeiro.

Em primeiro logar a ilha de S. Miguel, declara Azurara positivamente, que foi assim chamada por causa da grande devoção que tinha por aquelle santo o infante D. Pedro, que foi quem mandou povoar a ilha; em segundo logar tambem Azurara assevera que em 1445 povoou Gonçalo Velho as *duas ilhas* que ficam 170 leguas ao noroeste da Madeira; logo, a ilha de Santa Maria não foi povoada antes da de S. Miguel, e por conseguinte a historia do negro é méra fabula! Vejam que confusão!

Vem José Torres, e declara ter encontrado na Torre do Tombo uma carta de D. Affonso V «datada de 2 de julho de 1439, dando licença ao infante D. Henrique para mandar povoar as sete ilhas dos Açores em que elle mandára lançar ovelhas [1]».

Aqui temos pois um documento que vem contradizer plenamente as palavras de Azurara, que affirma que em 1445 mandou o infante D. Henrique povoar duas ilhas. É verdade que podiam estar as sete descobertas, podia ter o infante na sua mão a licença para as colonisar, e só a aproveitar para as duas que estavam mais proximas uma da outra. Mas tambem é possivel e provavel que José de Torres lesse mal a data, que virá a ser, como querem Barros e os escriptores que o seguem, a de 1444.

Rectificaremos n'esta occasião um erro em que Major cahe por interpretação falsa das palavras de um historiador nosso. Escreve o erudito inglez o seguinte:

«O padre Antonio Cordeiro, natural da ilha Terceira, que na sua *Historia Insulana* nos dá noticias extrahidas da anterior e ainda inedita «Historia dos descobrimentos dos Açores [2]», do padre Gaspar Fructuoso, natural de S. Miguel, cita uma tradição que dizia que, pelos annos de 1370, um Grego foi lançado n'esta ultima ilha por uma tempestade, e se resolveu a colonisal-a, mas foi infeliz na sua primeira experiencia. Trouxe comsigo para a ilha uma grande quanti-

---

[1] Antonio Cordeiro, *Historia insulana*, t. I, pag. 172. Não foi por conseguinte Francisco José Freire, como o visconde de Santarem parece suppôr, quem primeiro notou este facto.

[1] *Originalidade*, etc. Panorama, vol. X, pag. 412. Não será este documento aquelle em que fala João de Barros, e a que allude o visconde de Santarem na *Chronica* de Azurara, nota 1.ª, pag. 456, quando diz: Barros limita-se a citar *no anno de* 1449 a licença que el-rei déra ao infante D. Henrique para mandar povoar as 7 ilhas dos Açores?«

[2] O titulo do manuscripto é *Saudades da terra*. Está já impresso, como dissemos.

Digitized by Google

dade de gado, mas logo morreram os animaes, e elle pôz de banda o seu projecto [1].»

Das palavras de Antonio Cordeiro não se póde inferir que essa tradição tivesse o mais leve fundamento, porque não só elle a dá como fabulosa, mas tambem assevera que a opinião de Gaspar Fructuoso era a mesma. Citemos textualmente:

«Quizeram dizer alguns que pelos annos de 1370, do Nascimento de Christo, setenta annos antes de ser descoberta pelos Portuguezes a ilha de S. Miguel, déra com ella um Grego, que, tendo em Cadiz uma tormenta, d'ella levado foi a dar em esta ilha, e, vendo-a, a quiz povoar e pedir, e para isso a quiz experimentar, e voltou, e lançou n'ella muito gado: mas que todo morreu logo n'ella, e por isso desistira de a pedir e povoar, e ficara como d'antes encoberta; e por fundamento tomam que, quando muito depois se descobriu, se achou onde hoje é a villa da Alagôa muita ossada de gados, especialmente de carneiros, e assim pozeram áquelle porto o Porto dos Carneiros, mas isto (diz Fructuoso, liv. 4.°, cap. 1.°) é uma méra fabula, e eu julgo se levantou de que, descoberta a ilha de Santa Maria, mandou o infante D. Henrique muitas eguas que lançassem n'ella, e tal tempestade deu no navio, em que iam as eguas (e lá já junto a estas duas ilhas) que por escaparem os navegantes lançaram as eguas ao mar, e d'aqui chamaram ao tal mar o val ou valle das eguas; e, como a ossada d'estas podia lançar o mar áquella parte mais proxima da ilha de S. Miguel, este poderia ser o fundamento da fabula sobredita [2].»

Para mais complicar as noticias que restam sobre o descobrimento dos Açores, o nome que se dá no mappa de Gabriel Valsequa ao descobridor do archipelago, não é o de Gonçalo Velho Cabral; ao lado das ilhas escreveu Valsequa o seguinte.

«*A questas ilhas foram trobadas per Diego de Senill, pelot del Rey de Portugall an l'an MCCCCXXXII* [1].»

A data é a do descobrimento da ilha de Santa-Maria, mas o nome do descobridor é diverso. Suppõe Major, e antes d'elle já o suppozéra José de Torres, que seja este o nome do piloto da expedição.

Agora que já puzémos os leitores ao facto das variadissimas versões que vogam sobre o descobrimento dos Açores, continuaremos a narrar esse episodio da historia das nossas navegações, tal como até agora tem sido relatado pelos nossos chronistas.

Se é verdade o que assevera Antonio Cordeiro, foram os primeiros povoadores da ilha uns Mouriscos, que habitaram Vilha Velha. Parece tambem que logo conheceram os nossos a natureza vulcanica da terra, como se deduz dos seguintes paragraphos de Antonio Cordeiro:

«Passado um anno, pouco mais, por mandado do infante, foi do Algarve outra vez o primeiro capitão de S. Miguel a povoar a dita ilha com muitos e muito nobres povoadores Portuguezes (de que trataremos em seu logar) e com gados, aves, trigo, legumes para povoarem e semearem, e com o mesmo piloto com que a primeira vez viera, que tinha bem observado e demarcado a ilha; chegando porém á sua vista, reparou que a ilha que observára tinha um mui alto pico na ponta do Oriente, e outro na

[1] *Life of the prince Henry*, pag. 236.

[2] *Historia Insulana*, vol. I, pag. 171. É verdade que resta demonstrar como foi que da ossada das eguas veiu ao porto o nome de Porto dos Carneiros.

[1] Seguimos a versão dada pelo visconde de Santarem na *Chronica* de Azurara em nota 2 á pag. 389. Richard Major escreve Diego de *Sevill* (*Life*, etc., pag. 237).

Digitized by Google

do Occidente, e que a ilha que via não tinha mais que um só pico da banda do Oriente sobredito, e da banda do Occidente era vaga; *item* reparou que n'aquelle mar achava grande numero de solta pedra pomes, que encontrava sobre a agua e da mesma sorte muitas arvores; e que isto demonstrava não ser aquella a ilha que deixára.

«E, não obstante isto, animando-se a entral-a, foi dar no mesmo porto de onde tinha sahido, na povoação velha, que foi a primeira que houve n'esta ilha, e alli acabaram de entender que o pico, que faltava da banda do Occidente, tinha em o anno antecedente voado ao ar, e cahira espalhado em o mar, com pedras, terra e arvores pelo repentino e furiosissimo fogo, que do fundo da terra rebentou, e causou os terramotos, medos e estrondos que os que tinham ficado em a outra banda da ilha experimentaram; e no porto, aonde o grande pico estivera, ficaram sete profundos e planos valles, a que d'ahi por deante chamaram Sete Cidades; e aquella occidental ponta da ilha chamaram a Ponta dos Mosteiros, por o parecerem as formadas sete concavidades, e é esta a unica vez que subterraneos fogos, e taes tremores de terra edificam cidades, costumando destruil-as e arrazal-as [1].»

O archipelago dos Açores era, como o da Madeira, novo Eden; mas, por baixo d'elle, no seio do mar, que arrojára á superficie essas ilhas convulsas e escandescentes, rugia um verdadeiro inferno.

CAPITULO XXII

Continuação dos descobrimentos no archipelago dos Açores: Terceira, S. Jorge, Graciosa, Fayal, Pico, Flores, e Corvo

A darmos credito a José de Torres, e á sua interpretação da data do documento da Torre de Tombo, estavam em 1439 tambem descobertas estas ilhas, com excepção das duas ultimas. Cingir-nos-hemos, todavia, como dissémos, ás narrações dos nossos antigos historiadores. É por ora o que temos de positivo ácerca d'este capitulo, importante mas muito nebuloso, da historia portugueza.

Ignora-se completamente quem foi o descobridor da ilha Terceira; indica o nome que foi a ilha descoberta em terceiro logar, e por conseguimte logo depois de Santa Maria e S. Miguel; sabe-se tambem que foi entre 1444-1450 que ella se descobriu, porque, tendo-se descoberto S. Miguel em 1444, já em 1450 apparece uma doação feita pelo infante D. Henrique a um cavalleiro flamengo, por nome Jacome de Bruges, em que lhe outhorga a capitania da ilha deserta para elle a mandar povoar. Quizeram por isso avocar a si os Flamengos a gloria do descobrimento; no capitulo immediato demonstraremos a nullidade das suas razões, bastando agora notar que na doação feita pelo infante D. Henrique a Jacome de Bruges nem remotamente

[1] *Historia insulana*, t. 1.º, pag. 175.

Digitized by Google

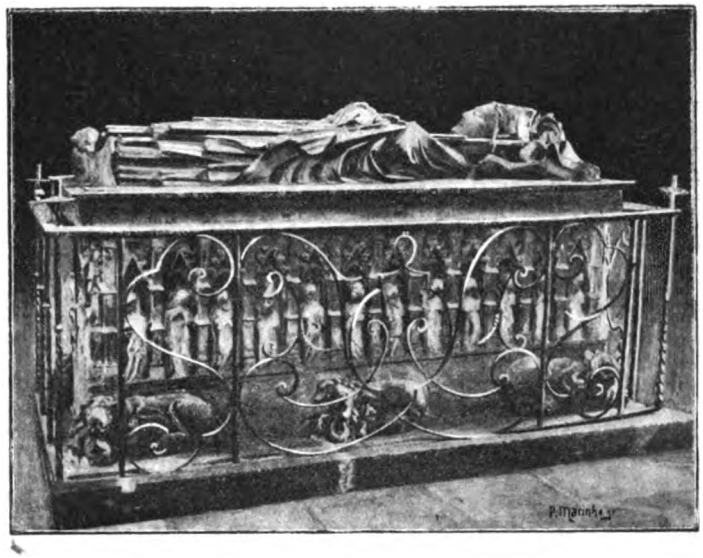
se allude a que este fidalgo tivesse descoberto a ilha. O documento resa assim, nos seus primeiros periodos:

«Eu o infante D. Henrique, regedor e governador da ordem de cavallaria Nosso Senhor Jesus Christo, duque de Vizeu, e senhor da Covilhã, faço saber aos que esta minha carta virem que Jacome de Bruges, meu servidor natural, do condado de Flandres, veiu a mim, e me disse que porquanto desde *ab initio* e memoria dos homens se não sabiam as ilhas dos Açores sobre outro aggressor senhorio salvo meu, nem a ilha de Jesus Christo, terceira das ditas ilhas, a não souberam povoada de nenhuma gente que até agora fosse no mundo, e ao presente estava erma e inhabitada; que me pedia por mercê que porquanto elle a queira povoar que lhe fizesse d'ella mercê, e lhe désse minha real auctoridade para isso como senhor das ilhas [1].»

Do documento se vê que Jacome de Bruges não allega o tel-a descoberto, o que seria decerto a razão mais forte, e tambem se mostra que a ilha, antes de receber, do uso geral o nome de Terceira, recebera do seu desconhecido descobridor o nome d'ilha de Jesus Christo.

O documento é datado de Silves, 2 de março de 1450.

Se é verdade o que refere Antonio Cordeiro, uma dramatica historia se liga ao descobrimento da ilha Terceira. Jacome de Bruges não pôde achar gente para povoar a ilha. Passando á Madeira, travou amizade com um fidalgo, por nome Diogo de Teive; este offereceu-se para o auxiliar na colonisação. Voltando á Terceira, algum tempo viveram em boa amisade, até que o demonio da ambição segredou a Diogo de Teive o desejo de ser elle o unico possuidor da ilha. Phantasiou uma carta vinda de Bruges, cidade flamenga de que Jacome tomára o nome, em que annunciava ao donatario da Terceira uma rica herança. Jacome embarcou para Flandres, e nunca mais se soube d'elle. O assassino, se crime houvera, escolhera para theatro da sua perfida acção as magnificentes solidões do Oceano. Offerecemos o caso á phantasia dos romancistas.



TUMULO DO ARCEBISPO D. GONÇALO PEREIRA

Corre a mesma incerteza ácerca do descobrimento da ilha de S. Jorge. Attribue Antonio Cordeiro o descobrimento a Vasco Eanes Cortereal, primeiro donatario da capitania d'Angra, porque foi tambem elle o primeiro donatorio de S. Jorge, razão futil, contraditada pelo que disse antecedentemente ácerca de Jacome de Bruges, e mais ainda pelo que diz depois, em que declara que o primeiro povoador da ilha foi um flamengo chamado Guilherme van der Haagen [1], que tomou em Portuguez o appellido de

[1] Antonio Cordeiro, *Historia Insulana*, tom. II, liv. VI, cap. II, § 6, pag. 8.

[1] Antonio Cordeiro escreve Vandaraga.

Digitized by Google

Silveira, porque isso quer dizer em flamengo «Haagen».

Como, porém, as muitas ribeiras, que desabam torrentuosas da alta serra que fica ao centro da ilha, arrasassem as sementeiras, passou ao Fayal, onde se estabeleceu, e a capitania de S. Jorge foi doada posteriormente, como dissemos, ao donatario d'Angra. O dia certo do descobrimento é o que Antonio Cordeiro suppõe saber.

«Foi achada, escreve elle, em vinte e tres de abril, dia do divino cavalleiro e martyr valorosissimo S. Jorge, e por isso lhe deram o seu nome; mas em que anno fosse descoberta se não acha [2].» É licito duvidar do argumento unico, logo que o nome de S. Jorge appareceu em mappas anteriores ao tempo do descobrimento dos Açores pelos navios do infante D. Henrique. É mais natural suppôr que os Portuguezes adaptaram a essa ilha um dos nomes do grupo, que figurava nas antigas cartas.

Ignora-se egualmente o nome do descobridor, e a época do descobrimento da Graciosa. O seu primeiro povoador sabe-se que foi Vasco Gil Sodré, natural de Montemór-o-Velho, que ouvindo falar n'essa ilha, tão ridente que mereceu dos navegantes o doce nome que ainda hoje conserva, passára para ella e a começára a colonisar. O seu primeiro donatario (de toda a ilha) foi Pedro Correa da Cunha.

A ilha do Fayal foi descoberta não se sabe quando nem por quem.

O seu primeiro donatario foi tambem um Flamengo a que os nossos deram o nome de Joz d'Utra [3].

Descoberto o Fayal, estava tambem descoberta a ilha do Pico, pois lhe fica a distancia de uma legua, e é bem visivel ainda a maior distancia por causa do altissimo pico a que deve o nome. Ácerca do descobrimento do Pico ha uma graciosa lenda que Fructuoso refere, e com elle, segundo o costume, Antonio Cordeiro.

Diz, pois, o historiador açoriano que «os primeiros descobridores da Terceira e S. Jorge, que já d'antes eram descobertas, botaram na ilha do Fayal algum gado, e que um ermitão de boa vida, por a fazer mais solitaria, se foi para a ilha do Fayal de morada; iam no verão alguns a vêr as fazendas que lá tinham tomado, e seu gado, e visitavam o dito ermitão, e achando que elle tinha preparado uma embarcação a seu modo, e perguntando-lhe para que era aquella embarcação, respondeu que da parte da visinha ilha do Pico lhe apparecia uma mulher vestida de branco, que o chamava de lá, que se fosse para ella, e que por lhe parecer que era Virgem Senhora, fazia aquelle barquinho de coiro por fóra, e determinava passar lá, quando a Senhora outra vez o chamasse. Os que o ouviram o tiravam d'isso e comtudo o ermitão ficou acabando o seu barquinho, e se metteu n'elle ao mar e nunca mais foi visto nem achado; e assim o demonio com a capa de santidade fez morrer aquelle santo ermitão, sem d'elle nem do barquinho se saber mais [1].»

Para dizer a verdade, antolha-se-nos muito verosimil que estas sete primeiras ilhas dos Açores estivessem já todas descobertas em época anterior áquella que se imagina.

O facto de ser conhecido vagamente o grupo mais confirma esta opinião. Depois de achada uma ilha do archipelago, D. Henrique não descançava dezoito annos sem as ter achado a todas. O descobrimento de Flores e Corvo, esse é que seria muito posterior, tanto porque estavam separadas das restantes, e lan-

[1] *Hist. Insulana*, tom. II, liv. VII, cap, I, § 2, pag. 236.

[3] Jobst van Huerter, como veremos adiante.

[1] *Historia Insulana*, T. II, L. VIII. cap. 2.°, pag. 273

Digitized by Google

çadas como vedetas no Oceano a explorarem as costas da visinha America, como tambem porque os antigos mappas não davam noticia de nove ilhas, que este é o numero das que compõem o archipelago.

Para tornar mais mysterioso o descobrimento das ilhas de Flôres e do Corvo, succede que os capitulos da obra manuscripta, em que fala n'isso Gaspar Fructuoso, perderam-se, e não pôde Antonio Cordeiro servir-se por conseguinte d'elles para escrever as paginas correspondentes na sua *Historia Insulana*.

José de Torres affirma que foram Diogo de Teive e seu filho João de Teive[1] que descobriram as ilhas, e prometteu publicar uma memoria para justificar essa asserção; mas ou não chegou a cumprir a promessa, ou não temos conhecimento da *memoria* annunciada.

A ilha das Flores suppõe Antonio Cordeiro que fosse descoberta pelos annos de 1464. Assevera que assim lhe chamaram os que a encontraram, porque a acharam coberta de flôres magnificas. Dos seus primeiros povoadores não ha noticia segura, affirmando Antonio Cordeiro que era tradição antiga terem sido dois Castelhanos, Antão Vaz e Lopo Vaz, os primeiros que a colonisaram. Parece que foi depois, como delegado da primeira donataria das duas lhas, D. Maria Vilhena, que aquelle Flamengo, a que os Portuguezes chamaram Guilherme da Silveira, começou a povoal-a.

O mesmo succedeu á ilha do Corvo, e diz Antonio Cordeiro, seguindo n'este ponto a opinião de Gaspar Fructuoso, que se deu esse nome á ilha, ou porque os navegadores n'ella encontraram um corvo, ou porque a ilha se lhes figurou ter essa fórma. Lembrando-nos da existencia d'esse nome nos antigos mappas, podemos mais facilmente attribuir-lhe essa origem.

Foi n'esta ilha que dizem se encontrou a famosa estatua que denunciava a America aos descobridores. Montada no seu cavallo de pedra, estendendo uma das mãos para o Occidente, a figura estranha parecia indicar, aos que abordaram á ilha, que um mundo mysterioso se escondia ainda para além das vagas em que o sol se atufava. No seguinte capitulo, depois de refutarmos as pretenções dos Flamengos á prioridade do descobrimento dos Açores, occupar-nos-hemos da estatua maravilhosa. A imaginação dos homens n'aquelle tempo era bem mais opulenta do que a dos nossos contemporaneos. Vendo surgir a cada instante novas terras do seio fecundo do Oceano, a phantasia exaltava-se, e sonhava maravilhas, como os antigos tinham sonhado os Elysios, só com o descobrirem as Afortunadas.

[1] *Originalidade*, etc. *Panorama*, vol. XI, pag. 40.

Digitized by Google

CAPITULO XXIII

Pretenções dos Flamengos ao descobrimento da Terceira. — A estatua da Ilha do Corvo

O facto de ter Jacome de Bruges povoado antes de ninguem a ilha Terceira, querem alguns Flamengos deduzir que o descobrimento d'esta ilha lhe é devido a elle, Jacome de Bruges, cujo verdadeiro nome parece ter sido Josué van den Berge, natural de Brugés. A doação feita a este estrangeiro pelo infante D. Henrique destroe completamente similhante supposição, como antecedentemente vimos.

Que elle foi o primeiro povoador da ilha é o que não soffre duvida, assim como é notavel tambem que foram principalmente Flamengos os que colonisaram os Açores. Josué van den Berge, ou Jacome de Bruges, foi o colonisador da Terceira; Willem van der Haagen, ou Guilherme da Silveira, como os nossos lhe chamaram, colonisou S. Jorge, e depois, em nome de D. Maria de Vilhena, as ilhas das Flores e Corvo; a ilha do Fayal e a do Pico foram colonisadas por outro Flamengo, esse d'alta nobreza, a que os Portuguezes chamavam Joz de Utra, e cujo verdadeiro nome era Jobst van Heurter, senhor de Moerkerke. Este Jobst ven Heurter teve differentes filhas, uma das quaes casou com o celebre Martim de Behaim, que viveu bastante tempo nos Açores, inspirando, graças aos seus vastos conhecimentos astronomicos, uma especie de terror superstitioso aos credulos habitantes das ilhas[1].

No celebre globo, obra d'este notavel astronomo, e que ainda hoje se conserva na sua velha casa de Nuremberg, lê-se o seguinte:

«As ilhas dos Açores foram colonisadas em 1466, quando foram dadas pelo rei de Portugal, depois de muitas sollicitações, a sua irmã Isabel, duqueza de Borgonha. Havendo n'aquelle tempo uma grande guerra em Flandres, acompanhada por terriveis fomes, a duqueza mandou para estas ilhas um grande numero de homens e mulheres de todas as classes, com padres e tudo o que era necessario para se manter o culto religioso. Tambem mandou varios navios carregados de materiaes para cultivar o solo e para construir casas, e durante dez annos continuou a enviar meios de subsistencia. Em 1490 vieram para alli alguns milhares d'almas com o nobre cavalleiro Jobst de Huerter, senhor de Mookirchen em Flandres, meu querido sogro, ao qual e aos seus descendentes essas ilhas foram dadas pela duqueza de Borgonha. Cresce n'ella o assucar Portuguez. Ha duas colheitas, porque não ha inverno. Todos os generos alimenticios são baratos, e haveria abundancia de subsistencia para uma grande população. No anno de 1431, quando o principe Pedro era regente, dois navios foram equipados com o necessario para dois annos pelo principe Henrique, para irem aos paizes para além do cabo Finisterra, e, navegando para o Occidente

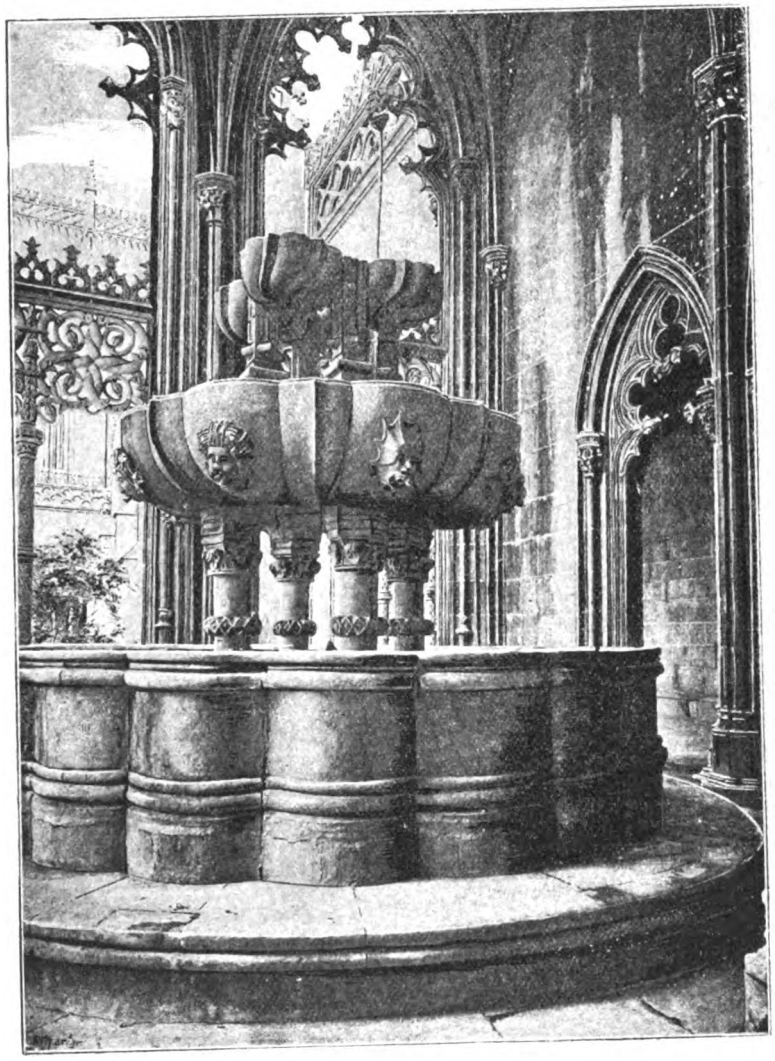
[1] Veja-se ácerca do supersticioso respeito, que Martim de Behaim inspirava, o capitulo em que Antonio Cordeiro fala das ilhas que ainda estão por descobrir.

Digitized by Google

por espaço de umas quinhentas leguas, descobriram aquellas ilhas, que acharam deshabitadas, e, como não havia alli nem quadrupedes, nem homens, os passaros não se assustaram, e por isso os Portuguezes chamaram a essas ilhas os Açores. No seguinte anno, por ordem d'el-rei, dezeseis navios foram mandados com varias especies de animaes domesticos, afim de que se podessem propagar em cada uma das ilhas[1].»

Escusamos quasi de fazer notar os erros que abundam n'esta legenda. As ilhas nunca foram doadas á duqueza de Borgonha, temos numerosos documentos que provam terem ellas pertencido sempre ao infante D. Henrique e aos seus herdeiros. Em 1431 ainda vivia el-rei D. João I; as ilhas foram chamadas Açores por causa dos bandos de passaros d'essa especie que pairavam sobre o archipelago. Mas a legenda do globo de Martim de Behaim o que serve para provar é que os Flamengos, em época proxima do descobrimento, não pretendiam para si essa gloria, pois que Martim Behaim, homem que devia conhecer a historia da colonisação flamenga, porque era genro do donatario do Fayal, e n'essa ilha muito tempo vivêra, não fala em similhante coisa.

Emquanto á supposta doação das ilhas á duqueza de Borgonha, é um facto que não assenta no mais leve fundamento. Que esta princeza foi sempre estremecida de seus irmãos, prova-se por differentes passagens do *Leal conselheiro*, em que el-rei D. Duarte não cessa de falar nas saudades que d'ella tinham. É natural mesmo que fosse em attenção a recommendações suas que obtiveram fidalgos flamengos as capitanias dos Açores, mas nada mais se póde inferir d'esse facto, nem mesmo, parece-nos, o que Major suppõe, quando diz: «É rasoavel inferir que as despezas extraordinarias feitas pela duqueza de Borgonha, de Huerter, e outros flamengos, na colonisação d'estas ilhas, lhes segurariam



BATALHA — FONTE

[1] Versão de Major — *Life of the prince Henry*, pag. 240.

Digitized by Google

privilegios e poderes que dariam alguma apparencia de plausibilidade á affirmação de Behaim, de que as ilhas foram doadas pelo rei de Portugal á duqueza de Borgonha[1].» Não ha um só documento que possa comprovar essa mesma inferencia.

Trataremos agora da estatua da ilha do Corvo.

O primeiro historiador que faz menção da celebrada estatua dos Açores é Damião de Goes na sua «Chronica de D. João II emquanto principe». Ahi conta elle que havia no cume de uma serra da ilha do Corvo, da banda do noroeste, «uma estatua de pedra posta sobre uma lagea, que era um homem em cima de um cavallo em osso, e o homem vestido de uma capa como bedem, sem barrete, com uma mão na coma do cavallo, e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, a que os Latinos chamam index, com que apontava para o poente[2].» Que poetica figura! N'essa ilha isolada no meio do Oceano, longe de toda a terra conhecida, o vulto de um homem com os cabellos soltos ao vento, com uma das mãos agarrada á crina do cavallo, com a outra apontando para o occaso, e desenhando assim na atmosphera o seu perfil magestoso, banhado pela ultima luz do sol moribundo. Devia de ser um espectaculo estranho e maravilhoso, para quem primeiro aportasse á ilha incognita, vêr essa estatua solitaria, povoadora unica da amplidão do Oceano, guarda mysteriosa de um mundo ainda ignorado! Infelizmente, não podemos deixar de arrojar para o campo da lenda essa formosa tradição, e de a abandonar a Santa-Rita Durão, José Agostinho de Macedo e Chateaubriand, que, segundo os recursos do seu engenho, a aproveitaram melhor ou peior, como episodio de alguns dos seus poemas[1].

Conta, pois, Damião de Goes que el-rei D. Manuel mandou tirar o desenho d'essa estatua pelo seu desenhador Duarte d'Armas[2], e, depois de vêr o desenho, enviou á ilha do Corvo homens para arrancarem a estatua, e trazerem-n'a á Portugal. Os homens encarregados d'esse trabalho partiram-n'a quando a foram arrancar, e, para se desculparem, disseram que já a tinham encontrado despedaçada por um temporal, trazendo comtudo ao reino alguns fragmentos, que foram conservados na guarda-roupa do rei, d'onde desappareceram, sem que Damião de Goes os visse nem soubesse o que fôra feito d'elles.

Nem merece refutação esta ridicula historia. Nenhum escriptor anterior a Damião de Goes fala na estatua, nem o proprio Damião de Goes na *Chronica d'el-rei D. Manuel*, que precedeu a do principe D. João. A estatua parte-se, os

---

[1] Versão de Major — *Lif of the prince Henry*, pag. 243.

[2] *Chronica do principe D. João*, fol. 9 v., col. I. (Edição de Lisboa de 1567.)

[1] Santa-Rita Durão no *Carumuru*, como já dissemos; José Agostinho de Macedo no *Oriente;* Chateaubriand nos *Natchez*, verdadeiro poema em prosa.

[2] Duarte d'Armas apparece-nos em 1507 encarregado por el-rei D. Manuel de levantar a planta das fozes de differentes rios da Africa. Resta d'elle um livro intitulado: *Das fortalezas que estão situadas no extremo de Portugal e Castella.* Encerra esse livro uma collecção de desenhos, que, a avaliarmos pelo fac-simile que o conde Rackzinski nos dá da planta de Freixo de Espada-á-Cinta, no seu *Dictionnaire historico-artistique*, a pag. 74, parecem antes ingenuos desenhos da escola bysantina, do que de uma época de tanto adiantamento nas artes como era o seculo XVI. Os erros de perspectiva são enormes; a bandeira da torre de menagem é quasi do tamanho da mesma torre. Isto não impede Damião de Goes de lhe chamar na «*Chronica de el-rei D. Manuel*» *grande pintor*. Não é menos estranho que entre os desenhos d'essas fortalezas da fronteira appareça tambem o castello de Cintra. Attribuia-se a este Duarte d'Armas um livro de brasões, que o conde Rackzinski, baseando-se na autoridade de D. Antonio Caetano de Sousa na sua *Historia Genealogica*, attribue ao allemão Arriet. (*Dictionnaire*, etc., pag. 14) D'este livro de brasões é copia outro que existia e naturalmente ainda existe na Torre do Tombo, cópia que tambem foi attribuida a fr. Simão de S. José (*Dictionnaire*, etc., pag. 168), quando pertence a Antonio Godinho. (*Dictionnaire*, etc., pag. 113.) Era sina do livro.

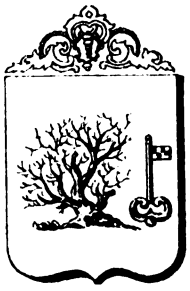
Digitized by Google

fragmentos veem a Portugal, e perdem-se d'um modo tão estranho que Damião de Goes, apesar de ter sido guarda-roupa d'el-rei D. Manuel [1], nem os viu, nem sabe o que foi feito d'elles! O facto d'elle relatar uma coisa tão proxima do seu tempo, evidentemente falsa, mostra que não foi simplesmente erro filho da credulidade, mas sim mentira intencional, e não podemos deixar de concordar com José de Torres, quando escreve o seguinte:

«Ha uma suspeita que nos pesa e tortura a consciencia se a calamos. Aquella estatua, aquelle apontar para o poente sobretudo, não esconderá uma inveja indigna, uma sinistra tenção de prejudicar a gloria de Colombo? Não seria que algum phariseu aproveitasse um boato innocente para o revestir de circumstancias calculadas, pondo até a patranha debaixo da egide real, com o fim de vincular d'alguma fórma á gloria portugueza a gloria que Colombo acabava de ganhar para si e para a Hespanha, quando a nossa fatal imprevidencia nol-a deixára primeiro sair das mãos? Se Goes o não explica, póde bem ser que nem mesmo désse attenção ao alcance da noticia que archivava, ou que não tivesse força para resistir ao sophisma dos sacerdotes da mentira [2].»

Estas circumstancias minuciosas, que dão um tal ar de verosimilhança a um d'esses boatos, que nasciam das antigas tradições d'estatuas, que a credulidade dos antigos escriptores phantasiava nas ilhas remotas, são visivelmente inventadas com a intenção de marear a gloria de Colombo, d'esse homem que, depois de ter merecido os despresos dos aulicos de D. João II, lhes mereceu as invejas e os odios.

E, observa com razão José de Torres, se a estatua existisse na ilha do Corvo, não falariam n'ella os cosmographos encarregados de darem a sua opinião sobre as propostas de Colombo, ou para acharem n'ella uma prova da verdade dos presentimentos do Genovez, ou para attribuirem a esse mysterioso vulto, como tinham attribuido ás descripções de Marco Polo, as phantasias do futuro descobridor da America [1]?



Brazão do armas da villa do Sabugal

A tradição das estatuas é, como dissemos, antiquissima, e foram os Arabes principalmente que lhe deram voga. Edrisi fala em duas estatuas de bronze, que campeavam nas ilhas Afortunadas indicando com a mão o espaço que se estendia para traz d'ellas. Assevera que os idolos d'essa especie são em numero de seis, e que um d'elles está collocado em Cadiz [2]. Ibn-Said fala de umas estatuas collocadas por Alexandre nas ilhas Khalidad, onde se lia o distico seguinte: «Não se passa mais para diante [3].» Todos conhecem a velha tradição das columnas de Hercules com o seu *Nec plus ultra*. Essas balisas iam sendo transportadas pela phantasia dos navegadores para os sitios d'onde não se atreviam a proseguir nas suas aventurosas excursões; Bakoui volta a falar nas estatuas da altura de cem braças que se vêem nas Canarias e que indicam o termo das navegações possiveis; este geographo pertence já ao seculo XV [4].

O mesmo se nota nos mappas da ida-

---

[1] Damião de Goes, diz José de Torres, «nascido em 1501, passou em 1510 á côrte onde se educou e foi seu camareiro e guarda-roupa» (d'el-rei D. Manuel). *Originalidade*, etc., *Panorama*, vol. XI (3.º da 3.ª série) pag. 48.

[2] *Originalidade*, etc., *Panorama*, vol. XI.

[1] *Originalidade*, etc., *Panorama*, vol XI.

[2] V. de Santarem, *Recherches sur la priorité*, etc. *Introduction*, pag. 39.

[3] Ibid, ibid., pag. 41.

[4] Ibid, ibd., pag. 78.

Digitized by Google

de media. O mappa dos irmãos Pizzigani de 1367 traz no cabo Bojador uma figura com uma bandeirinha na mão, como para avisar os navegantes de que d'alli para diante é impossivel continuar[1]. Massoudi, geographo arabe do seculo X, allude ainda ás columnas de Hercules, dizendo que são pilares de cobre e de pedra com inscripções e figuras que indicam a impossibilidade de se navegar no Atlantico. Accrescenta Masoudi que «dizem alguns que esses pilares não ficam no estreito mas sim n'algumas ilhas do Oceano[2].»

Este sonho das estatuas, variado a capricho pelos credulos narradores, prolongou-se até épocas ainda posteriores aos nossos descobrimentos, principalmente entre os escriptores arabes. Uma das versões mais enfeitadas é a que José de Torres extrahe d'um manuscripto arabe que se conserva na bibliotheca de Pariz com o titulo *Akhbar-az-Zeman*, que alguns attribuiram ao mesmo Massoudi, o que o sabio orientalista barão de Slane põe em duvida[3]. N'esse fragmento lê-se o seguinte:

O mar Atlantico tem «idolos feitos por Abrahah: uma d'estas estatuas é amarella, e faz signal com a mão, como se se dirigisse a alguem, ordenando-lhe que voltasse para traz. A segunda estatua é verde, e tem o braço levantado e estendido, como se quizesse perguntar: onde é que vaes? A terceira é negra e aponta com o dedo para o mar, como para advertir que quem passar n'este logar será affogado. Esta estatua tem no peito a inscripção seguinte: Feita por Abrahah Zul-Menar, o Himyarita, a seu senhor o sol para conciliar o seu favor».

Já vêmos pois que a tradição da estatua do Corvo não é isolada. Figurando primeiro nas columnas de Hercules, passando depois para as Canarias, estas estatuas mysteriosas foram a final transferidas para a ilha mais remota dos mares conhecidos, tanto mais facilmente quanto, segundo parece, a configuração de certas rochas vulcanicas da ilha do Corvo alguma idéa dá da forma de uma estatua. Major escreve o seguinte: «M. Boid, que residiu muito tempo nos Açores, falando do Corvo na sua obra intitulada «Descripção dos Açores» Londres 1835, 8.°, explica como foi que um natural phenomeno deu origem á fabula. Diz: «Entre um grande numero de absurdos proferidos pelos pobres e supersticiosos habitantes, gravemente asseveram que o descobrimento do Novo Mundo é devido á sua ilha, porque um promontorio, que se estende para o noroeste muito pelo mar dentro, apresenta a fórma de uma pessoa com a mão estendida para o occidente[1].»

O que está longe de ser verdadeiro na narrativa do escriptor Inglez, é que similhante tradição exista nos habitantes da ilha do Corvo. É um escriptor açoriano quem o affirma[2]: «Os naturaes (da ilha do Corvo) que não excedem mil almas, nenhuma tradição teem de haver na ilha nem vestigios de tal estatua, sendo que, se o achado d'ella fosse historico, a memoria de monumento tão notavel não deixaria de perpetuar-se de paes a filhos. O que porém é incontestavel é que ja sobre as rochas, já na superficie do terreno se avistam penedos, que em certa distancia, ao olho nú, parecem fi-

---

[1] V. de Santarem, *Recherches sur la priorité*, etc. *Introduction*, § X, pag. 91.

[2] Ibid. pag. 92.

[3] J. de Torres. *Originalidade*, etc. *Panorama*, vol. XI, pag. 55. V. de Santarem, *Recherches*, etc., *Introduction*, pag. CII. Este ultimo escriptor ainda accrescenta que n'outra parte o auctor arabe diz que ha n'este mar (o Atlantico) castellos que se erguem sobre a agua, e sobre os quaes apparecem muitas figuras (estatuas); esses castellos desapparecem (de tempos a tempos) debaixo das ondas

[1] Major, *Life of the prince Henry*, pag. 244.

[2] O general Antonio Homem da Costa Noronha no artigo intitulado *Estatua da ilha do Corvo*, publicado na *Revista dos Açores*, t. I, 1851, p. 93.

Digitized by Google

guras similhantes a organisadas. Nas immediações do Caldeirão, agradavel cratera de um vulcão extincto, coberta de lagos e ilhotas, matisadas, como as margens, de bella verdura, ao norte da ilha e já notada nas cartas maritimas do capitão Vida, abundam os exemplos dos taes penedos-estatuas.»

Não admira pois que a tradição da estatua, espalhada talvez pelos crédulos navegadores que primeiro viram de longe a ilha do Corvo, se radicasse nos espiritos habituados ás fabulas, que n'esse genero povoavam a geographia semi-phantastica da edade média. Mas o que prova evidentemente que houve quem approveitasse, como diz José de Torres, o boato innocente, para o transformar em insinuação malevola contra Christovão Colombo, é o facto de estarem todas as outras estatuas tradicionaes indicando que para diante não ha caminho navegavel, ao passo que a estatua da ilha do Corvo a suppõem pelo contrario pronunciando mundos desconhecidos.

Contentêmo-nos com a immensa gloria que nos cabe, e não queirâmos roubar a estranhos o que legitimamente adquiriram. Na grande empreza do descobrimento da America grande parte tivemos tambem, e essa nos basta. Foi na nossa escola que aprendeu Colombo, foi na ilha do Porto-Santo, em casa de sua sogra, a viuva de Perestrello, que o seu projecto immortal a pouco e pouco sazonou, foi passeiando n'essas ribas escarpadas, onde o mar quebra com eterno rugido, e ouvindo as narrativas dos pilotos Portuguezes tostados pelo sol dos tropicos, que elle phantasiou para além das ondas o mundo a que arrancou o véo mysterioso!

D. LEONOR, ARAGONEZA, MULHER DE D. DUARTE

Digitized by Google

CAPITULO XXIV

Portugal e as Canarias

ERÁ conveniente, antes de entrarmos na seguida narração dos descobrimentos dos Portuguezes ao longo das costas africanas, falarmos n'um archipelago do Oceano, sobre o qual adquiriram os Portuguezes direitos mais ou menos bem fundados. Referimo-nos ás ilhas Canarias.

Vimos como o principe de Fortuna, D. Luiz de Lacerda, não conseguira organisar uma expedição para tomar posse da realesa em que fôra investido pelo papa. No principio do seculo xv um fidalgote normando, por nome João de Bettencourt, acompanhado por outros aventureiros da sua provincia, entre os quaes se contava um mais notavel que se chamava Gadifer de La Salle, formou o projecto de conquistar as Canarias, que eram apenas frequentadas por piratas e um ou outro mercador Hespanhol.

As ilhas eram habitadas por uma povoação selvagem, de cujos costumes o manuscripto de Boccacio, descoberto em 1827 por Sebastião Ciampi e Gomes Eanes de Azurara, nos capitulos 79, 80, 81 e 82[1] da sua *Chronica*, nos dão curiosas noticias. Desembarcou o aventureiro Francez na ilha de Lancerote, e procurou assenhorear-se das outras. Não o conseguindo, foi pedir auxilio ao rei de Castella, prestando-lhe por isso homenagem pelas ilhas de que se apoderára. O rei então outhorgou-lh'as em soberania vassalla da corôa castelhana. Com os auxilios obtidos depois d'esta submissão, João de Bettencourt voltou ás Canarias e subjugou a ilha de Fuerteventura. Tornou então a França, de lá trouxe novos aventureiros, com os quaes tomou a ilha de Ferro. Sentindo então desejo de morrer em França, distribuiu as terras pelos seus companheiros, deixou seu sobrinho Maciot de Bettencourt como seu representante, seu vice-rei, e, voltando ao continente, prestou de novo homenagem ao rei de Castella, e obteve a concessão de um bispo para as Canarias. De Castella passou a Roma, onde obteve em 1406 do papa Innocencio a confirmação d'esse bispo, e partiu para a Normandia, onde veiu a morrer em 1425, sem voltar ás Canarias, ou porque a sua tenção fosse essa logo que se ausentou do archipelago, como nós dissemos, conformando-nos com a narrativa de Major, ou porque se envolvesse nas guerras de França como escreve Azurara, sem optar entre essas duas supposições.

Eis o que narra Major[1]. Ferdinand Denis declara, sem citar a sua auctoridade, que em 1417, quando D. João II reinava em Castella e D. Catharina sua mãe occupava a regencia, Ruben de Bracamonte, antigo almirante de França, pedira a essa princeza a investidura das Ilhas Canarias, com o titulo de rei, para um dos seus parentes João Bettencourt. Essa investidura não foi pedida senão depois da conquista das Canarias e a troco do auxilio que o rei de Castella deu a João de Bettencourt, nem de outro modo podia ser, pois que Castella não tinha sobre as ilhas direito algum

[1] Pag. 373, 380, 382, 384.

[1] *Life of the prince Henry*, p. 145.

Digitized by Google

anterior. O principe de Fortuna, D. Luiz de Lacerda, não fôra pedir ao soberano do seu paiz a investidura das Canarias, fôra pedil-a ao papa como natural senhor das terras que a ninguem pertenciam. Bettencourt pediu-as primeiro á força do seu braço, e não ao rei de Castella, com quem depois fez um contracto, em que recebeu soccorros e deu vassallagem.

A data de 1417 tambem não concorda com os dados que possuimos e que Ferdinand Denis tambem possuia, pois na pagina immediata cita palavras da relação dos proprios capellães de João de Bettencourt, relação que esteve manuscripta até ao anno de 1630, em que foi impressa e publicada em Paris por Galien de Bettencourt, descendente do rei das Canarias. O titulo mesmo d'essa narrativa declara expressamente que foi em 1402 que se effectuou a expedição de João de Bettencourt [1].

Tendo este deixado as Canarias, seu sobrinho Maciot, depois de permanecer algum tempo n'ellas, não se podendo sustentar contra a inimisade dos indigenas, passou á Madeira, e alli, a troco de algumas vantagens concedidas pelo infante D. Henrique, cedeu-lhe os seus direitos sobre as ilhas. No anno de 1424 enviou o infante a esse archipelago uma expedição commandada por D. Fernando de Castro, em que iam, segundo diz Azurara, dois mil e quinhentos homens e cento e vinte cavallos [2]. D. Fernando conquistou uma parte das ilhas, e conquistaria o resto se não receiasse que lhe faltassem mantimentos, e se os indigenas se não mostrassem tão hostis. Teve por conseguinte de se retirar. Quiz D. Henrique enviar lá outras expedições, e, para se assegurar a propriedade das ilhas, pediu a seu irmão D. Pedro, que era então regente do reino, que lh'a outhorgasse, o que elle fez, prohibindo expressamente a todas as pessoas do reino que fossem negociar ás Canarias sem licença do infante, e concedendo a este o quinto de todas as coisas que de lá viessem.

Mas o rei de Castella interveiu então, reclamando contra as pretenções do infante, e declarando-se legitimo senhor das ilhas, em virtude da vassallagem que João de Bethencourt lhe rendera. Portugal insistia fundando-se na cedencia feita por Maciot de Bethencourt. A discussão prolongou-se largo tempo, azedada ainda por frequentes incursões que as caravellas do infante faziam nas Canarias, d'onde traziam indigenas prisioneiros, como Azurara nos conta de Alvaro d'Ornellas, e outros navegadores do infante. Afinal venceu Castella. O rei de Portugal, que não queria travar uma guerra por tão pequena porção de territorio, quando a Providencia lhe estava lançando aos pés novas provincias, cessou de reclamar a posse d'esse archipelago, que ficou definitivamente pertencendo á corôa castelhana, e que no momento em que escrevemos estas linhas, está sendo povoado com os homens de bem que a Hespanha possue e que um governo despotico e sem illustração exila do continente [1].

«Se D. Henrique, escreve Ferdinand Denis, insistira, como insistiu então para doar a Portugal a propriedade d'essas ilhas, é porque percebera admiravelmente as vantagens que d'alli podiam vir ao commercio do seu paiz. Sabia, pelo

[1] *Histoire de la première descouverte et conqueste des Canaries faite dès l'an 1402 par messire Jean de Bethencourt, ensuite du temps mème par F. Pierre Bontier et Jean Le Verrier, prestre domestique dudit sieur de Bethencourt.* (Paris, 1630.)

[2] *Chronica do descobrimento*, etc, pag. 378. F. Denis escreve «duzentos cavallos» mas o algarismo dado por Azurara parece bem explicito, apesar do seu complicado systema de numeração romana. CXX cavallos, diz elle.

[1] Escrevia-se isto em 1868. O resultado d'essa medida violenta foi a revolução de Cadiz de setembro d'esse mesmo anno.

Digitized by Google

menos tão bem como os capellães do velho navegador normando, que a ilha de Lançarote *est une fort plaisante isle et bonne et qu il peut y arriver beaucoup de marchands et de marchandises, car il y a par espécial deux bons ports et aisés*. Não ignorava que a maior das Canarias encerrava pelo menos cinco mil guerreiros com immensos rebanhos, por meio dos quaes podiam ser abastecidas as numerosas caravellas, que queria enviar d'então em diante n'essas direcções desconhecidas. Mas nada do que elle desejava se pôde realisar, e os seus legitimos desejos foram obrigados a emmudecer perante as exigencias imperiosas da politica.»

É tempo agora de seguirmos as caravellas do infante ao longo das costas africanas. Era esse o rumo que D. Henrique lhes marcava. Podia a tempestade desvial-as do seu caminho para lhes lançar aos pés as verdejantes ilhas, que se escondiam entre as espumeas serras das ondas, mas voltavam logo a proseguir na senda, em que perseveravam sempre, porque ao termo d'ella entreviam ou entrevia por elles o pensador principe, que os guiava, as plagas resplandecentes do Indostão.

CAPITULO XXV

Primeiras exploraçoes dos Portuguezes ao longo das costas de Africa Prioridade dos seus descobrimentos

Imos já, como depois da tomada de Ceuta o infante adoptára o costume de enviar todos os annos algumas caravellas para além do cabo Não. Querem alguns historiadores nossos, taes como Galvão, Faria e Sousa, e Damião de Goes, que tambem ás caravellas do infante D. Henrique pertencesse a gloria de primeiro dobrarem o cabo Não. Que a navegação para além d'esse cabo fosse considerada perigosa é indubitavel, mas que tambem já tivesse sido dobrado antes do infante D. Henrique é o que se prova pelo simples facto de estarem já descobertas as Canarias. Além d'isso temos a relação dos capellães de Bethencourt, que nos dizem que um frade hespanhol, cujo livro Bethencourt viu, visitou Marrocos, Azamor, Safi, *Gazulla*, um ponto a que chama Samaleva, passou d'ahi ao cabo Não, metteu-se n'um bote, e percorreu *toute la coste des Mores, qui se nomme les Plagues Areneuses, jusqu'au cap de Bojador qui marche deuze lieues prés de nous, et est un grand royaume qui s'appelle la Guinoye*, e quando ahi chegou limitou-se a reconhecer as ilhas que ficam para áquem do temeroso cabo[1]. Não queirâmos accrescentar os nossos brazões authenticos e sublimes com famas duvidosas.

---

[1] Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista na Guiné*, pag. 51. «Esta passagem, escreve em nota n'este ponto o visconde de Santarem, indica que os maritimos portuguezes sabiam já antes da expedição de Gil Eanes que além do cabo Bojador se encontra o grande deserto de Sahara, e que a terra não era menos areiosa do que a da Lybia.

«Este nome da geographia pliniana, e as circumstancias, que o auctor refere n'este capitulo, mostram que antes d'aquellas expedições os nossos maritimos

Digitized by Google

MORTE DE D. JOÃO I (MESTRE D'AVIZ)

Digitized by Google

O cabo Bojador era por conseguinte o limite das navegações d'este tempo. Além dos terrores supersticiosos que as lendas do mar tenebroso infundiam aos nossos navegadores, além das erradas supposições que faziam ácerca do mar que banha aquellas costas, assustava-os o terem de mudar de rumo e virarem para oeste.

«Isto é claro, diziam os mareantes, que depois d'este cabo não ha ahi gente nem povoação alguma, a terra não é menos areiosa que os desertos da Lybia, onde não ha agua nem arvore, nem herva verde, e o mar é tão baixo que a uma legua não ha de fundo mais que uma braça [1].

«As correntes que lá passam são tamanhas que navio que lá passe nunca jámais poderá tornar [1].»

Doze annos gastaram os Portuguezes n'estas vãs tentativas. Para se desculparem com o infante de não se atreverem ao cabo, vingavam-se nos Moiros Granadinos e nos Moiros d'Africa, e não voltavam a Portugal senão com alguma presa feita sobre os infieis. Foi tambem d'essas tentativas baldadas que resultou o achado da Madeira. Mas emquanto nós lutavamos com essas difficuldades que as outras nações ignoravam, a Europa contemplava-nos com desdem, como depois nos contemplou com assombro. Isto não impediu que, seculos depois, um escriptor Francez que sacrifica a verdade historica a theorias futeis feitas antecipadamente, ou a effeitos de estylo, o illustre Michelet, dissesse com assombrosa prosapia: «*Les portugais firent une chose bien moins extraordinaire encore en mettant tout un siècle á découvrir la côte occidentale d'Afrique. Nos normands, en peu de temps, en avaient trouvé la moitié!*»

Como apparecem de subito os Normandos, em cujos descobrimentos africanos ninguem falou por espaço de dois seculos e meio, a disputar-nos a prioridade? È d'esse audacioso invento que nos vamos agora occupar.

Ninguem pensava em disputar aos Portuguezes a prioridade dos seus descobrimentos, prioridade attestada pelo unanime consenso de todos os geogra-

---

tinham colhido todas as noções sobre aquella parte do continente africano nos antigos geographos e nas relações dos Moiros das caravanas que atravessam o grande deserto; isto se confirma pelo que diz o auctor no capitulo LXXVII, como veremos.

[2] «O leitor observará, diz o visconde de Santarem, á vista d'esta passagem, que apesar das noções hydrographicas, que os maritimos tinham já d'aquellas costas, e do imperfeito conhecimento das correntes chamadas pelagicas (vide Rennell, *Investigation of currents of the Atlantic*, Humboldt, *Examen crit.* II, 253 e 254) aquelles maritimos do seculo XV receiavam ainda os grandes perigos que offerecia á sua imaginação a passagem d'aquelle cabo.

«Azurara nos revela n'estas passagens quanto era poderosa ainda n'aquella época a influencia das tradições dos geographos arabes sobre o *Mar Tenebroso*, que, segundo estes, existia além das ilhas de *Kalidat* situadas na extremidade do Maghreb d'Africa (As Canarias). Vid. Edrisi, Backoui, e Ebnal Ourdi.

«Finalmente sobre os receios dos navegantes da edade média póde o leitor consultar o *Itinera mundi* do Barão Peritsol, traduzido do hebreu em latim por Hydel.»

Este receio das correntes basear-se-hia no facto que A. M. de Castilho menciona na sua importante *Descripção e roteiro da costa occidental*, em que, depois de ter dito que a velocidade da corrente é de milha entre Mogador e o cabo Bojador, augmenta junto ao cabo Juby a milha e quarto, voltando a ser de milha em frente do temido cabo? (*Descripção*, etc., pag; 66). Julgariam os inexpertos navegantes que a velocidade da corrente iria sempre augmentando?

[1] Citado pelo visconde de Santarem nas suas *Recherches*, etc., pag. 171. É tanto maior a auctoridade do escriptor, que cita esta passagem, quanto o faz quando se empenha em demonstrar a prioridade dos nossos descobrimentos. Como d'esta passagem e do reino de Guinoye n'ella citado quizeram alguns escriptores inferir que o frade hespanhol visitára antes de nós a Guiné, o visconde de Santarem mostra, como claramente se vê no texto do capellão, que chamavam elles Guiné á costa comprehendida entre o cabo Não e o Bojador, que fica entre 28° 45′, e 26° 7′, de latitude N., quando a verdadeira Guiné começa no cabo Verde a 14° 44′ de latitude N. Tomamos as latitudes da *Descripção e roteiro da costa occidental da Africa* de Alexandre Magno de Castilho.

Ainda Julio Verne no seu livro *Découverte de la terre*, publicado em Paris em 1878, volta a attribuir aos capellães de Bettencourt a descoberta de Guiné! Nas notas á traducção d'esse livro o auctor da presente *Historia de Portugal* rectifica o erro indesculpavel do escriptor francez.

Digitized by Google

phos, e de todos os governos que a reconheciam nos seus tratados, quando, em 1667, um viajante Francez, Villaut *escuyer*, *sieur* de Bellefond, como elle se denomina no titulo da sua obra[1], se lembrou de dizer, sem citar provas nem documentos da minima especie, que os Portuguezes tinham sido precedidos no seu descobrimento das costas de Guiné pelos Normandos, que partindo de Dieppe, alli tinham chegado pelos annos de 1364. Isto allegava-se em 1669, quando nós, saciados da nossa grandeza antiga e como que absortos n'um estupido mysticismo, exhaustos pelos vinte e oito annos de lucta com a Hespanha, nem animo tinhamos para defender a nossa gloria. A asserção do sieur Villaut de Bellefond era o coice do asno da fabula no moribundo leão.

Não sendo destruida á nascença a affirmação do viajante Francez, foi tomando corpo, e os diccionarios geographicos Francezes, os historiadores de viagens da mesma nação começaram a acceitar o facto como comprovado, e nomes francezes começaram a figurar nos mappas, onde até ahi brilhavam aquelles que nós justamente, como descobridores, lhes tinhamos imposto.

Em Portugal, entretanto, silencio absoluto. Os reverendos frades, que mais principalmente se dedicavam ao estudo, compraziam-se antes em demonstrar que os Portuguezes tinham estado no cêrco de Troya, e tinham fundado Roma!

Felizmente, em paizes onde já n'essa época as sciencias historicas eram tomadas mais a serio, algumas vozes se levantaram para pugnarem pela verdade contra as pretenções chimericas dos vaidosos Francezes.

Em 1799 appareceu em Edimburgo uma obra intitulada: *A historical and philosophical sketch of the discoveries of the European in the northern and western Africa*. Ahi se refutavam triumphantemente as asserções de Villaut de Bellefond, e dos escriptores Francezes posteriores, terminando a refutação com estas palavras: «As viagens dos negociantes de Dieppe á Africa devem ser lançadas ao esquecimento, com as viagens dos Venezianos descobridores da America[1].» Em 1805, Macpherson tambem reconheceu a falsidade das pretenções Francezas[2], e, emfim, tacitamente os geographos europeus reconheceram todos a nossa prioridade, que era apenas contestada por alguns (não todos) escriptores Francezes, arrastados por um cego e falso sentimento de nacionalidade.

Brazão de armas da villa de Ponte de Lima

Em 1838 comtudo uma obra duplamente importante pelo talento do seu autor, e pelo caracter semi-official que lhe déra o governo Francez, *Notices statistiques sur les colonies françaises du Senégal*, por Mr. Barthélemy Saint-Hilaire, veiu de novo avivar as pretenções dos Normandos. Foi então que o visconde de Santarem entendeu dever refutar plenamente esse erro, que ia correndo á revelia e que ameaçava propagar-se de um modo assustador. Na sua magnifica obra, que já temos frequentemente citado, *Recherches sur la priorité*, etc., pulverisou do modo mais completo os argumentos dos adversarios. Por muito tempo emmudeceram os zoilos Francezes, e se no *Diccionario de Conversação*, collaborado por muitos escriptores Francezes e dirigido por William Duckett, se tenta ainda refutar as opiniões do vis-

[1] The voyages of the merchants of Dieppe to Africa must therefore be consigned to oblivion, with the voyages of the Venitian discoverers of America.

[1] *Relation des costes d'Afrique appellées Guinée*, par Villaut escuyer, sieur de Bellefond (Paris, 1699).

[2] *Annalles of commerce*. London 1805. Tom. 1, pag. 573.

Digitized by Google

conde, os argumentos empregados pelo escriptor são tão debeis que bem mostra que elle combate apenas pela honra da bandeira.

Depois da morte do visconde de Santarem, não tendo já esse athleta em frente, renovaram os escriptores Francezes a sua pretenção, appoiados d'esta vez por um documento *soi-disant* do seculo XIV. Foi Mr. Margry quem em 1867 voltou a defender a causa dos Normandos; felizmente para nós, que nem sabiamos talvez da publicação da obra[1], tanto descurâmos as coisas que interessam a gloria nacional, Margry encontrou n'um inglez, Richard Henry Major, um adversario não menos rude. Depois de, n'uma série de cartas particulares trocadas com o escriptor Francez e publicadas na *Introducção* da sua *Vida do principe Henrique*[2], o levar aos ultimos entrincheiramentos, bateu-o de um modo que impossibilita decerto por muito tempo a renovação de tão absurdas pretenções.

Vejâmos agora quaes eram as asserções de Villaut, e resumâmos n'um rapido bosquejo os argumentos com que o visconde de Santarem completamente as destruiu.

Declara Villaut que em 1364, no mez de novembro, durante o reinado de Carlos V, apromptaram os negociantes de Dieppe dois navios, cada um de cem tonelladas, que partiram para além das Canarias, chegaram no Natal a Cabo Verde, ancoraram no rio Fresco, n'uma bahia que ainda em 1660 tinha o nome de Bahia de França. Passando á costa da Serra Leoa, chegaram ao sitio que os Portuguezes chamaram depois rio dos Cestos, e pozeram-lhe o nome de Petit Dieppe. Commerciaram com os naturaes, obtiveram oiro, marfim e pimenta, e voltaram á sua patria. A noticia d'esta portentosa empreza chegou logo a Rouen, cujos negociantes se quizeram associar aos Dieppezes, e logo uma expedição de quatro navios foi enviada á costa da Malagueta, onde edificaram uma feitoria a que deram o nome de Petit Paris.

Em 1380 e em 1382 novas expedições se fizeram. Construiu-se uma egreja, de que os Hollandezes se serviram depois, e onde se viam as armas de França. Em 1410 aquelle commercio foi abandonado, e nunca mais os Normandos pensaram n'elle.

Tal é a pasmosa pretenção, como justamente Major lhe chama *(astonishing)*, apresentada com a maior tranquillidade por Villaut de Bellefond, sem citar um unico documento, um unico autor que antes d'elle falasse em similhante coisa! Os seus argumentos são os seguintes:

Em primeiro logar assevera elle que a palavra *Malagueta* é de origem franceza. Porquê? Villaut de Bellefond nunca põe os leitores no mau costume de lhes dar a razão do seu dito.

A isto responde o visconde de Santarem citando a autoridade de João de Barros, Antonio de Nolla companheiro de Cadamosto, Samuel Brown viajante em 1617, que todos declaram que os negros é que na sua lingua chamavam assim á pimenta[1]. O barão de Humbold suppõe a palavra «Malagueta» derivada de uma palavra india que significa pimenta e que se usa na ilha de Sumatra, e baseia-se para isso na autoridade da *Cosmographia* de Sebastião Munster, e da *Materia medica of Hindoostan* de Mr. Ainslie[2]. Mas a autoridade mais decisiva é citada por Major[3]. Em 1340, quer dizer vinte e quatro annos antes do sup-

---

[1] *Les navigations françaises et la révolution maritime du XIV au XVI siècle, d'après les documents inédits, tirés de France, d'Angleterre, d'Espagne, et d'Italie* par Pierre Margry (Paris 1867).

[2] De pag. XXXIV a LI.

[1] *Recherches*, etc., pag. 14 e 15.

[2] *Examen critique de la geographie du Nouveau Continent*, t. 1.º, pag. 258 e 259.

[3] *Life*, etc., pag. 121.

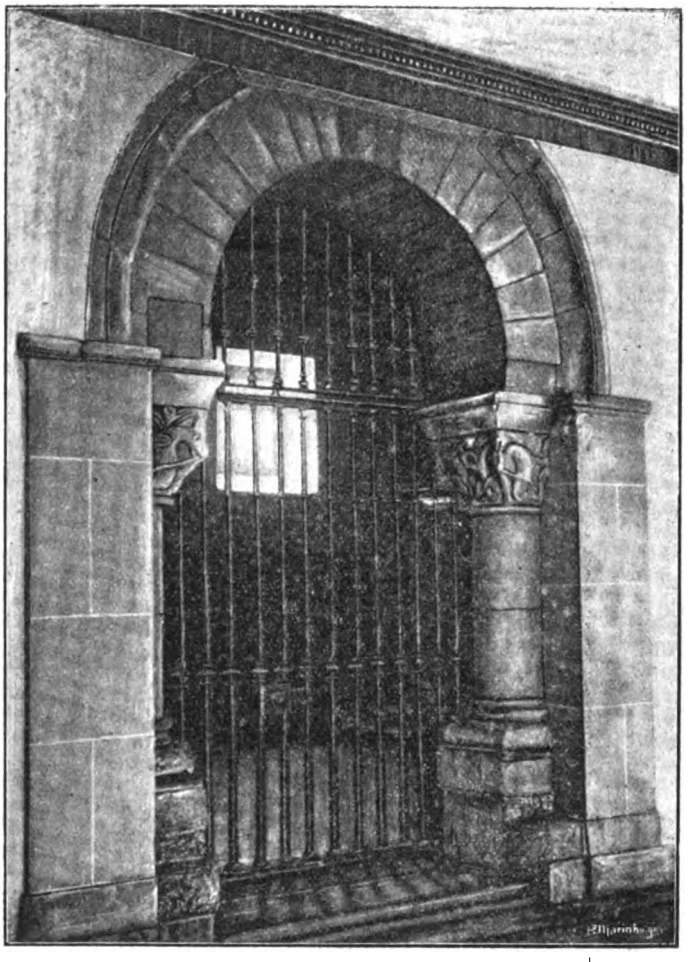
Digitized by Google

posto descobrimento feito pelos Dieppezes, já Giovanni Balducci Pegolotti, no seu livro intitulado *Della Decima*, falára na malagueta como especiaria conhecida e importada em Nimes e Montpellier.

«Tudo contribue para nol-o persuadir (o terem sido Francezes os primeiros que chegaram a Guiné) porque, além do Grande Sestro conservar o nome de Paris[1], a pouca linguagem que se lhes póde ouvir é franceza. Não chamam a essa pimenta *cestos* á portugueza (!). nem *grão* á hollandeza, mas *malagueta*, e quando um navio aborda, se teem d'essa pimenta, gritam logo: *Malaguette tout plein*, que é a pouca linguagem que de nós retiveram.»

De fórma que, em 1364, aprenderam os negros aquelle *malaguette tout plein*, conservaram-se muito calados com elle, sem o dizerem a nenhum viajante, nem Portuguez, nem Inglez, nem Hollandez, nem mesmo Francez antes de Villaut, e de subito em 1607 sahiram-se com o que tinham aprendido em 1364. É maravilhoso!

Guilherme Towrson, viajante Inglez, que visitou em 1555 aquellas paragens, não ouviu senão os negros dizerem *manigete a fayé*, que na sua lingua quer dizer «muita pimenta»: palavras que elles proferiam derivadas das linguas europeas eram todas de origem portugueza[2]. O proprio Villaut de Bellefond confessa que para se ser entendido pelos negros é necessario falar-se Portuguez, que assim fazia o general dinamarquez commandante da feitoria de Frederiksburgo; que no Cabo do Monte o rei negro falou a Villaut em Portuguez[1], etc., etc.



PORTA ROMANICA DA CAPELLA DO CAPITULO NO CLAUSTRO DA COLLEGIADA DE GUIMARÃES

Ora, como Villaut não sabe Portuguez, faz ás vezes as observações mais divertidas. Nota, como vimos, que os habitantes

---

[1] «Esta asserção, diz o visconde de Santarem, (*Recherches*, etc., pag. 16 n° 1) prova a ignorancia completa em que Villaut estava ácerca da cartographia africana. Esta palavra não se encontra em mappa algum anterior ao meiado do seculo XVII, como o leitor verá no decurso d'esta obra».

[2] «As palavras européas, diz o visconde de Santarem (*Recherches*, etc., pag. 17) que Towrson lá ouviu pronunciar, em 1555, eram palavras portuguezas, ainda que alteradas, e escriptas com uma orthographia viciada, taes como as seguintes: *Kaurte* — cortar — *Kraka* — faca — *Bassina* — bacia — *Molta* — muito.»

[1] «*Tous les habitants parlent le portugais corrompu*, diz elle a pag. 105. *Les habitants parlent tous portugais* (pag 120).

Digitized by Google

não chamavam á pimenta *cestos*, á portugueza. O bom do homem imaginava que *cestos* em Portuguez queria dizer pimenta!

O rio dos Cestos foi assim chamado «pelos Portuguezes que o descobriram, diz Alexandre Magno de Castilho, porque os negros traziam em cestos as mercadorias que resgatavam» [1]; e Villaut, que não sabe a nossa lingua, fica satisfeitissimo por vêr que os negros não chamavam á pimenta cestos!

N'outro logar, não conhecendo a significação da palavra *Mesurado*, diz do cabo que tem esse nome que lh'o pozeram os Francezes, e que vem da palavra «Miséricorde [2].»

A ignorancia d'este escriptor ácerca da historia dos nossos descobrimentos é absoluta, e bastaria para lhe tirar toda a auctoridade. Suppõe que os Portuguezes passaram da ilha de S. Thomé á costa africana, quando a ilha de S. Thomé foi descoberta em 1471, muito posteriormente aos descobrimentos da costa africana, pois que em 1469 já nós exploravamos até á costa da Mina. Pois essa ilha de S. Thomé, declara Villaut, com um socego de espirito admiravel, foi descoberta pelos Portuguezes (concede-nos ao menos essa honra) no dia 23 de dezembro de 1405! [3]

O visconde de Santarem mostra depois que estas asserções sem fundamento, de Villaut, serviram de base a tudo o que se escreveu a favor dos suppostos descobrimentos normandos, pois todos os escriptores que os defendem são posteriores a Villaut. Foi primeiro d'Elbée em 1671, La Croix em 1688, Masseville em 1693, e em seguida o padre Labat em 1728.

Este pretendeu documentar as asserções de Villaut, declarando que havia em Dieppe um manuscripto que as comprovava, mas que ardeu nos archivos de Dieppe, no incendio de 1694. Qual é, porém, o motivo por que nem Villaut, nem d'Elbée, nem La Croix, nem Masseville principalmente, zeloso investigador, que escreveu uma *Historia da Normandia* em seis volumes, todos anteriores ao incendio, não falam em similhante documento, ao passo que Masseville se queixa de que as chronicas antigas não citem esses descobrimentos? E, tendo tambem Ruão contribuido para elles, porque não appareceu nos archivos d'esta cidade, que não arderam, algum pergaminho comprovativo do facto? Accrescenta Labat que nos annaes manuscriptos da cidade, existentes em casa de um fulano, de quem não diz o nome, se encontra o tal documento. Mas, por mais que M. Estancelin e M. Fèret, que tambem defendiam a veracidade de Villaut, procurassem esses annaes, não os encontraram, como se viram obrigados a confessar.

Um medico hollandez, Oliveiros Dapper, n'uma obra que publicou em hollandez em Amsterdam, em 1686, como diz o visconde de Santarem [1], (lendo-se 1688 na obra de Major por visivel troca typographica de algarismos) [2] escreve o

---

[1] *Descripção e roteiro*, etc., t. 1.º, pag. 277.

[2] *Parce que les Français qui y furent autrefois massacrés criérent*: *Misèricorde*. «Villaut, nota o visconde de Santarem, accrescenta, sem perceber o que diz: «Se Chegam a bordo dois amigos de differentes sitios, tomam-se pelo alto dos braços, estendendo-os um contra o outro e dizem: *Toma*.» Sendo esta palavra completamente portugueza, podiamos, com mais critica, tirar d'ella inducções contrarias fundando-nos em factos historicos e nas proprias asserções de Villaut.» *Recherches*, etc., pag. 19

[3] Cependant les Portugais commencérent de vouloir aller plus loin que les îles du Cap Vert qu'ils tenaient, et de tâcher á s'établir, aussi bien que les Français, á la côte d' Or. Pour cet effet, du régne de Jean 1er, roi de Portugal, ils equipérent um grand vaisseau á Lisbonne pour courir les côtes d'Afrique, oú ils se trouvérent au temps des pluies, ce qui leur donna tant de maladies qu'ils furent contrains de les abandonner, et voulant regagner le vent pour retourner en Portugal, furent portés le 23 decémbre 1405, fête Saint-Thomas, dans une île sous la ligne, qu'ils nomérent île de Saint-Thome ou Thomas.» Que ignorancia!

[1] *Recherches*, etc., pag. 29.

[2] *Life*, etc., pag. 123.

Digitized by Google

seguinte: «Ha alguns annos que, levantando uma bateria que se chama a bateria dos Francezes, porque, segundo a opinião da gente da terra, os Francezes foram d'ella senhores antes dos Portuguezes, acharam-se gravadas na pedra as duas primeiras cifras do numero mil e trezentos, não se podendo distinguir as outras.» Em primeiro logar, diz o visconde de Santarem, se a bateria se chamava bateria dos Francezes, de que não ha outra prova senão a affirmativa de Dapper, podia provir isso de terem trabalhado n'ella prisioneiros Francezes, sendo certo que os nossos tomaram no seculo XVI navios normandos que procuravam introduzir-se nas terras descobertas por nós, como o proprio Villaut conta, accrescentando que os Portuguezes em diversos recontros faziam prisioneiros. Em segundo logar o negro Casamansa disse a Diogo de Azambuja em 1482, que ninguem antes d'elle pensára em fundar n'aquellas paragens um estabelecimento qualquer, e todos os escriptores e cartographos anteriores a Villaut declaram o castello da Mina construido pelos Portuguezes. Taes são Fernando Colombo, Juan de la Cosa, Belleforest, Thévet e Levasseur, sendo este ultimo natural de Dieppe.

Emquanto ás cifras iniciaes de 1300 pergunta o visconde, se eram em numeração romana, como é que n'essa numeração se exprime com duas letras 1300, se eram em algarismos arabes, como podiam ser do seculo XIV, quando esses algarismos, como é geralmente sabido, e como declara de Vaines no seu *Diccionario de Diplomatica*, art. *Chiffres*, só foram introduzidos em França em 1574, no reinado de Henrique III.

Diz mais Dapper que na capella hollandeza (restos do templo Portuguez) se encontram vestigios das flôres de liz francezas; isso explica-se facilmente quando nos lembrarmos que as flôres de liz figuravam no brazão do infante D. Henrique, tendo presente o texto de João de Barros em que declara que na egreja de S. Jorge da Mina havia uma capella votiva do infante D. Henrique, onde se dizia todos os dias uma missa pela sua alma, por ter sido elle o autor principal d'esses descobrimentos.

Brazão de armas da villa de Coruche

Além d'isso as affirmações de Dapper perdem todo o valor, logo que se attender ao que d'elle diz M. Eyriés na biographia d'esse escriptor, publicada na *Biographie Universelle*, em que o dá como um escriptor sem criterio [1].

É este o resumo do § IV da obra do visconde de Santarem [2]. No § V prova elle que «nas obras dos auctores e viajantes Francezes, anteriores a Villaut, quer dizer anteriores a 1667, não se fala de modo algum no supposto descobrimento de Guiné pelos Normandos antes dos Portuguezes.»

Adduz para isso o testemunho de Commines, 1477 — visconde de Longueville no prefacio da sua traducção da *Historia do descobrimento da India*, por Fernão Lopes de Castanheda, 1553 —

---

[1] «Dapper, ayant quelquefois mis peu de choix dans les matériaux qu'il a recueilli, a induit en erreur les auteurs, qui se sont fiés à son témoignage sans l'éxaminer d'après les règles d'une sage critique.»

[2] Occupa de pag. 24 a pag. 42. No fim do paragrapho dá uma lista chronologica das obras que defenderam a prioridade das navegações normandas. A lista é a seguinte:

Villaut, 1669. — D'Elbée, 1669 a 1670. — Manesson Malle, 1683. — La Croix, 1688. — Masseville, 1693. — Corneille no artigo «Malaguette» do seu «Diccionario geographico», 1708. — P.e Labat, 1728, «Espectaculo da natureza», refutado por Macpherson, 1739. — La Martiniére, 1741. — Abbade Demanet na «Nova Historia da Africa franceza», 1767. — «Indagações sobre as viagens e descobrimentos dos navegadores normandos» (Estancelin) 1832. — «Historia das antigas cidades maritimas.» (Vitet) 1833. — «Noticia estatistica das colonias francezas» (Barthelémy Saint-Hilaire) tom. III, 1839.

Digitized by Google

Temporal [1], 1554 — Alphonse Saintongeios, 1559 — Belleforest, 1575 — La Popelinière, 1582 — Jarric, 1615 — Jean Le Tellier, 1619 [2] — Bergeron, 1630 — *Voyages d'Afrique faits par le commandement du roy, où sont contenues les navigations des Français entreprises en 1629 et 1630 sous le commandement du commandeur de Rasilly*, 1633 — P.e St. Lô, 1635 — François Cauche [3], 1638 — Jannequin [4], 1639 — Jorge Fournier [5], 1643 — João Mocquet [6], 1645 — Davity, 1660 — *Journal des savants* [7], 1665 [8].

Não só todos esses escriptores nada dizem ácerca dos descobrimentos dos Dieppezes, apesar de muitos d'elles serem Normandos, e terem viajado na Africa, mas attribuem positivamente aos nossos o descobrimento das costas africanas.

No paragrapho VI [1] mostra o visconde de Santarem que o silencio completo das chronicas francezas, contemporaneas do supposto descobrimento, é um argumento fortissimo contra a asserção de Villaut, que o silencio tambem dos estrangeiros não é menos notavel, porque uma navegação tão extraordinaria não podia ficar occulta ás vistas do mundo, quando a fama dos descobrimentos dos Portuguezes tão rapidamente se espalhou por toda a parte, que os nossos não podiam ignorar essas navegações, estando tão relacionados com a Normandia, como se mostra pelos privilegios concedidos aos mercadores Portuguezes, que negociavam em Harfleur, por Philippe VI, rei de França, em 1341, e confirmados por João II, em 1360, que apesar d'isso Azurara, escriptor contemporaneo e digno de toda a fé, declara os paizes africanos, para além do Bojador, completamente desconhecidos antes do infante D. Henrique. Demais, os negros sempre disseram aos Portuguezes, e mostraram pelo seu espanto, que eram elles os primeiros christãos, e as suas caravellas os primeiros navios que viam. Não é só Azurara que o conta, mas tambem Cadamosto, viajante veneziano, contra o qual se não póde allegar a suspeição de nacionalidade [2].

No § VII [3] demonstra o visconde de Santarem que nenhum governo estrangeiro, nem mesmo o de França, deixou de reconhecer por tratados frequentes o direito dos Portuguezes á posse das costas africanas como seus primeiros descobridores. Ninguem protestou con-

---

[1] Este diz expressamente: *Le prémier qui commença á découvrir la marine autour de l'Afrique fut le trés-illustre Henry infant de Portugal.*

[2] João Le Tellier era natural de Dieppe. Escreveu um tratado de navegação em que declara que se serviu da obra do cosmographo Portuguez Manuel de Figueiredo, que, diz elle, foi traduzida em francez por um celebre navegador tambem de Dieppe chamado Nicoláo Le Bon. Depois conta, escreve o visconde de Santarem, como por meio do tratado d'esse cosmographo Portuguez alguns novos methodos se introduziram em França, etc. Le Tellier partiu de Dieppe para a Africa no dia 12 de outubro de 1611. Na sua obra nada diz a respeito do Petit-Dieppe, e quando fala em *Rufisque* (Rio Fresco) não diz que foi descoberto por Normandos ou Francezes.

[3] Era natural de Rouen, partiu de Dieppe para a Africa em 1638. Quando fala do Rio Fresco, diz: *Les portugais habitent ce lieu où ils son-bien vemus.* —Nem uma palavra ácerca dos Normandos.

[4] Partiu de Dieppe para a Africa de onde voltou em 1639, publicou o seu livro em 1643. Silencio completo emquanto a descobrimentos dieppezes.

[5] Era normando natural de Caen, onde nasceu em 1595. Nada diz ácerca das suppostas expedições, fala em Bethencourt, e pinta a marinha no tempo de Carlos V em França, como estando em deploravel situação.

[6] A sua obra foi publicada en Rouen em 1645. *Voyage en Afrique*, etc. N'ella diz a pag. 28: *La partie d'Afrique inconnue aux anciens et déeouverte par les Portugais.* Nem palavra ácerca dos Dieppezes.

[7] N'um artigo em que os redactores d'esse periodico davam conta da traducção da *Historia das Indias orientaes*, de Maffei, louvam muito os Portuguezes por se terem esforçado tanto para descobrirem novas terras.

[8] Occupa de pag. 42 a pag. 53.

---

[1] De pag. 54 a 64.

[2] Se Cadamosto dissesse de si que fôra elle e os seus os primeiros christãos que os negros viam, podia-se ter em menos conta a sua asserção, mas declara que não tinham nunca visto navios antes da chegada *dos Portuguezes*.

[3] De paginas 64 a 72.

Digitized by Google

tra as bullas de Nicoláo V de 8 de janeiro de 1454, de Calixto III de 13 de maio de 1455, de Xisto IV de 21 de julho de 1481, que adjudicavam aos reis de Portugal a posse das costas africanas, por terem sido pelos Portuguezes descobertas. Não protestou a França contra os tratados entre Portugal e a Hespanha de 1479, de 17 de abril de 1488, de 4 de maio de 1493, em que, demarcando-se os limites das conquistas das duas nações, se attribuiam a Portugal as costas africanas. Publicaram-se com a protecção dos reis de França obras em que se contavam as navegações dos Portuguezes e se reconhecia a sua prioridade[1]. Essa prioridade era tacitamente proclamada por Luiz XII de França, quando restituia uma caravella portugueza tomada pelos Francezes na costa da Mina; por Francisco I quando o seu almirante, attendendo ás reclamações do governo Portuguez, prohibia, em 28 de junho de 1532, aos navios Francezes, que navegassem para Guiné e costa de Malagueta, em conformidade com os tratados.

«Se os Francezes, diz acertadamente o visconde de Santarem, tivessem sido os primeiros a descobrir Guiné, se lá tivessem fundado estabelecimentos antes dos Portuguezes, o almirante daria similhantes ordens? Decerto que não.

No § VIII[2] demonstra que «todos os documentos officiaes publicados e mencionados ultimamente na obra intitulada *Noticia estatistica*, etc., datam só do meiado do seculo XVIII.» Com effeito essa obra, cujo auctor teve á sua disposição todos os archivos de França, não

VASCO MOUSINHO DE QUEBEDO

menciona um só documento relativo a companhias Francezas para o commercio d'Africa anterior a 1664, e o primeiro tratado feito por Francezes com os reis africanos, e mencionado na mesma obra, data apenas de 1785; ao passo que em Azurara e Cadamosto, escriptores de seculo XV, temos documentos relativos á formação da companhia de Lagos, formada em 1444 para explorar a

[1] Taes foram as seguintes obras: *Nouveau monde et navigations faites dans les pays et îles auparavant inconnus*, por Phillippe le Noir, publicada em Pariz em 1513, com licença régia; em 1578, *Les voyages et conquestes des rois du Portugal, etc, recueilles de fideles témoings et mémoires de sieur Joachim de Centellas, gentilhomme portugais.*

[2] De pag. 73 a 82.

Digitized by Google

pescaria das costas d'Africa, etc., etc.

Passando aos documentos cartographicos, prova o visconde de Santarem no § x[1] que em nenhum dos mappas da edade média, anteriores a 1414, apparecia a costa africana para além do cabo Bojador, nem no mappa-mundi de Marino Sanuto de 1321, nem no portulano Mediceo de 1350[2], nem no mappa dos irmãos Pizzigani de 1367, nem no mappa catalão de 1375, nem no mappa-mundi das *Chronicas de S. Diniz*, cuja data é fixada entre 1364 e 1380[3], nem no portulano da bibliotheca Pinelli entre 1384-1400, nem no mappa que acompanha o manuscripto de Pomponio Mela de 1417, nem no outro mappa que acompanha o poema geographico[4] de Goro Dati de 1422, nem no atlas da bibliotheca de Weimar de 1424, nem no mappa d'Africa do cosmographo veneziano Jacob de Giraldis de 1426.

Mas dobra-se o cabo Bojador, logo se derrama a luz nas cartas geographicas, e note-se que são as denominações Portuguezas as que em todas se lêem, no mappa de Andréa Bianco de 1436, no de Graciozo Benincasa de 1468, n'outro mappa do mesmo cosmographo de 1469, no portulano da bibliotheca Vaticana de 1471, no portulano de Christofero Seligo de 1489, no globo de Martim de Behaim de 1492, no de Juan de la Cosa de 1500, no mappa d'Africa do mappa-mundi de Ruych, appenso á edição de Ptolomeu feita em Roma em 1508; na *Summa de geographia* de Ensiso de 1519, na edição de Ptolomeu de Strasburgo de 1520, n'um mappa Hespanhol de 1523, existente na bibliotheca de Weimar; no mappa de Diego Ribero tambem de 1529, em dois mappas-mundi da bibliotheca Barberini de Roma, um de 1536, outro cuja data é fixada entre 1509 e 1567; n'outro mappa-mundi appenso á edição de Pomponio Mela de 1540[1], no mappa d'Africa da edição veneziana de Ptolomeu feita em 1548[2], no mappa de Sevilha de 1550, feito por Diego Guttierres; no mappa de Paulo Forlani Veronese de 1562, no mappa veneziano de Gastaldi de 1564, no mappa feito por Juan Martines em Messina em 1567, no mappa-mundi de Ortelius[3] de 1570, nos mappas de Livio Sanuto de 1588, no mappa hollandez de João Dircher de 1599, no de Hondius de 1609, no mappa de Guiné do Roteiro de Linschot de 1619, no de Hondius de 1623, n'um mappa manuscripto de 1631, n'outro de uma edição de Mercator de 1632, publicada em Amsterdam; n'uma de Bertius de 1640, no de uma edição de Ortelius, feita em Amsterdam em 1641; n'um mappa anonymo de 1661, no mappa de Guilherme Blaew, no de Wisscher e no de Pieter Goos, todos de 1670; n'um mappa de Coro-

---

[1] De pag. 89 a 109. O § IX é um pouco estranho ao assumpto, porque tende a provar a prioridade do nosso descobrimento de Caramansa, que essa ninguem a disputa directamente.

[2] Major dá lhe a data de 1351. Na «Vida do Infante D. Henrique» vem um fac-simile do mappa africano.

[3] Note-se que este mappa é Francez e contemporaneo das suppostas navegações dos Normandos, que tem a propria assignatura de Carlos V, que, sendo esse monarcha um homem erudito, que annotou elle mesmo as *Chronicas de S. Diniz*, que fez addições importantes á historia de Philippe de Valois, que mandou traduzir por Nicolau de Orême os livros de Aristoteles do Céo e do Mundo, não era possivel que n'um mappa, authenticado com a sua assignatura, deixasse de inscrever descobrimentos feitos por subditos seus durante o seu reinado.

[4] *Ottave della Sphera.*

[1] Note-se que esta edição é de Paris e que a nomenclatura Portugueza é a que lá apparece, como em todas as outras que citamos, com exclusão absoluta dos *Petit Dieppe* e de outras fabulas inventadas um seculo depois.

[2] O visconde de Santarem cita, n'este ponto e n'outros, mappas Portuguezes; não o fazemos tambem porque entendemos que n'esta discussão deve ser afastado cuidadosamente todo o testemunho, que possa ser suspeito de parcialidade.

[3] Ortellius foi cognominado o *Ptolomeu moderno*. A obra onde este mappa figura intitula-se *Theatrum orbis terrarum*.

Digitized by Google

nelli de 1689[1], publicado em Veneza[2].

Em todos estes mappas apparece a nomenclatura imposta pelos Portuguezes á terra que descobrimos; nem rastos do Petit Dieppe, da bahia de França, do Sestro-Paris, nem uma só indicação de castello Francez em S. Jorge da Mina. Mas o visconde de Santarem não está ainda satisfeito, a sua demonstração implacavel não ha de deixar um unico recurso aos adversarios. No § XII[3] demonstra que os *Francezes* e em particular os Normandos não empregaram outra nomenclatura hydro-geographica senão a dos mappas Portuguezes: o nome de Petit Dieppe por elles imposto a um ponto da costa de Africa visinho do rio dos Cestos, não appareceu pela primeira vez senão no mappa de Guérard, feito em 1631.» Aponta o nosso sabio compatriota o mappa de Vaulx de 1533, a relação das viagens de um capitão de navios de Dieppe, relação que figura na collecção de Ramusio, e que é do tempo de Francisco I[4], o mappa de João Rots de Dieppe de 1544, o atlas de Nicoláo Valard de Dieppe de 1547, o atlas de Guilherme Testu de 1555, o mappa da traducção franceza de Leão Africano de 1556, o mappa que acompanha a cosmographia de Bellefforest de 1575, o mappa de Guilherme Levasseur de Dieppe de 1607, o mappa de Pedro de Vaulx de 1613, o mappa de Dupont de Dieppe de 1625; todos esses mappas trazem os nomes Portuguezes e em nenhum d'elles se encontra nem Petit-Dieppe, nem Petit-Paris, nem o mais leve vestigio das pretenções normandas[1].

Brazão de armas da villa de Niza

Mas em 1626 fundou-se em Dieppe e Rouen uma companhia para a exploração commercial das costas africanas. Logo n'um mappa de João Guérard de Dieppe de 1631 apparece o nome de Petit-Dieppe. Esta denominação é copiada nos mappas de Sanson, e n'outros mappas Francezes posteriores; vem Villaut de Bellefond, e transporta a companhia e o Petit-Dieppe e tudo o mais, com a maior tranquillidade, do seculo XVII para o seculo XIV.

Voltando a insistir n'um ponto de que já dissera duas palavras, consagra o visconde de Santarem o § XIII[2] a demonstrar que «as historias de França e as proprias chronicas normandas dos seculos XIV e XV não fazem menção alguma dos suppostos descobrimentos dos Normandos na costa occidental d'Africa». Cita para isso Froissard, as grandes chronicas de S. Diniz, as chronicas normandas publicadas por Jehan Saint-Denis, a chronica publicada por Ricardo Macé; todos estes velhos livros nada dizem das expedições normandas. O mesmo silencio na *Histoire et Chronique de Normandie, revue et augmentée, outre les précedentes impressions* (Rouen, 1610). Guilherme Postel, na obra intitu-

---

[1] Note-se que em 1689 já tinham apparecido, diz o visconde de Santarem, «os mappas de Sanson, onde pela primeira vez appareciam as denominações de Petit Dieppe; o cosmographo veneziano regeitou-as apesar de ter dedicado o seu mappa ao duque de Brissac e de ter sido chamado a França pelo cardeal d'Estrées.»

[2] O paragrapho em que esta prodigiosa collecção de documentos é citada a juizo occupa, na obra do visconde de Santarem, de pag. 109 a pag. 140. O § é o XI.

[3] De pag. 141 a 150.

[4] N'esta relação, em que abundam as provas do azedume contra os Portuguezes, queixa-se de que nós aspiravamos ao imperio absoluto dos mares, que tinhamos uma ambição desmedida, que se podessemos fechar a passagem do cabo Finisterra á Irlanda, o faziamos, etc., mas não diz palavra da prioridade dos descobrimentos normandos. Pois não era por amisade que elle nos tivesse!

[1] Mr. Barbié du Bocage, sabio francez (parente maternal do nosso grande poeta) provou n'um estudo publicado no *Monitor* de 1807, pag. 706, que este atlas era copiado das cartas Portuguezas.

[2] De paginas 151 a 156.

Digitized by Google

lada «Historia memoravel das expedições feitas desde o diluvio pelos Gaulezes ou Francezes», nada diz da expedição dos Dieppezes; o auctor era do seculo XVI, nascido em 1510; André Thevet nas *Singularidades da França Antartica* (Antuerpia, 1558) conserva o mesmo silencio. Mais ainda: Carlos IX fez a sua entrada publica em Rouen a 12 d'agosto de 1563; das festas, que na sua entrada se fizeram, subsiste uma relação minuciosissima; tudo quanto a imaginação dos magistrados lhes pôde suggerir, emquanto a allegorias, veiu á praça n'essa occasião, e comtudo nenhuma appareceu allusiva ás celebres expedições dos Normandos!

Mas o visconde de Santarem vae mais adiante, e mostra que não só todos os historiadores, todos os documentos conspiram para provar a falsidade da viagem dos marinheiros de Dieppe, mas que essa mesma viagem era inverosimil, attendendo ao deploravel estado da marinha normanda no seculo XIV.

As suas auctoridades são insuspeitas, porque são escriptores Francezes, e alguns d'elles partidarios da opinião de Villaut. Assim Boismêlé declara que Carlos V, não tendo navios seus com que pudesse resistir aos Inglezes, os pediu a Henrique II, rei de Castella, seu alliado[1]. Estancelin nota que os successores de Philippe Augusto foram obrigados a comprar navios a Genova, Pisa e Veneza, porque os que pertenciam aos seus subditos eram muito insufficienies, que no seculo XIV é que os reis Francezes começaram a ter alguns baixeis pequenos comprados ás republicas italianas. Accrescenta o mesmo autor que as guerras de Philippe VI e João II (antecessor de Carlos V) produziram uma grande estagnação no commercio normando, que as dessidencias de marinheiros Inglezes dos Cinco Portos com os da costa de França, a batalha de L'Écluse, em que a maior parte dos navios normandos foram tomados e mettidos a pique, as consequencias desastrosas das batalhas de Crécy e Poitiers; a *Jacquerie*, a guerra civil alimentada por Carlos o Mau na Normandia mataram o commercio por mais de trinta annos[1]. Ora isto, contado pelo mesmo escriptor que adopta as opiniões de Villaut, devia fazer com que elle reparasse no absurdo da seguinte asserção do viajante Francez: «Como a França principiava a respirar debaixo do governo de Carlos V das guerras e desgraças que soffrêra durante o reinado de João seu pae, os marinheiros de Dieppe tiveram ensejo favoravel para emprehenderem as suas descobertas e viagens.» A occasião não podia ser effectivamente mais favoravel: estavam sem marinha, a guerra civil dilacerava-os, e o commercio paralysára-se!

Depois, o que tambem pasma é como se perderam em França as tradições das navegações ousadas. Em 1364 os Dieppezes vão demandar a Africa, não costa a costa, mas arrojando-se ao alto mar, pois que iam directamente da Normandia á costa da Mina, e em 1513, segundo nos diz Deppring[2], era considerada como uma façanha a viagem de quatro navios de Marselha a Brest, e em 1530, segundo nos diz Le Grand d'Aussy, foi considerado como o «nec plus ultra» da audacia e da habilidade[3], trazer o capitão Polin de Marselha a Brest vinte e cinco navios, e ir combater com elles nas costas de Inglaterra.

---

[1] *Histoire générale de la marine*, t. II, pag. 335. (Paris 1754.)

[1] *Recherches sur les voyages des navigateurs normands*, pag. 70 e 147 (Edição de 1832).

[2] *Histoire du commerce entre l'Europe et le levant depuis le temps des croisades*, t. I, pag. 316 (Obra premiada pelo Instituto).

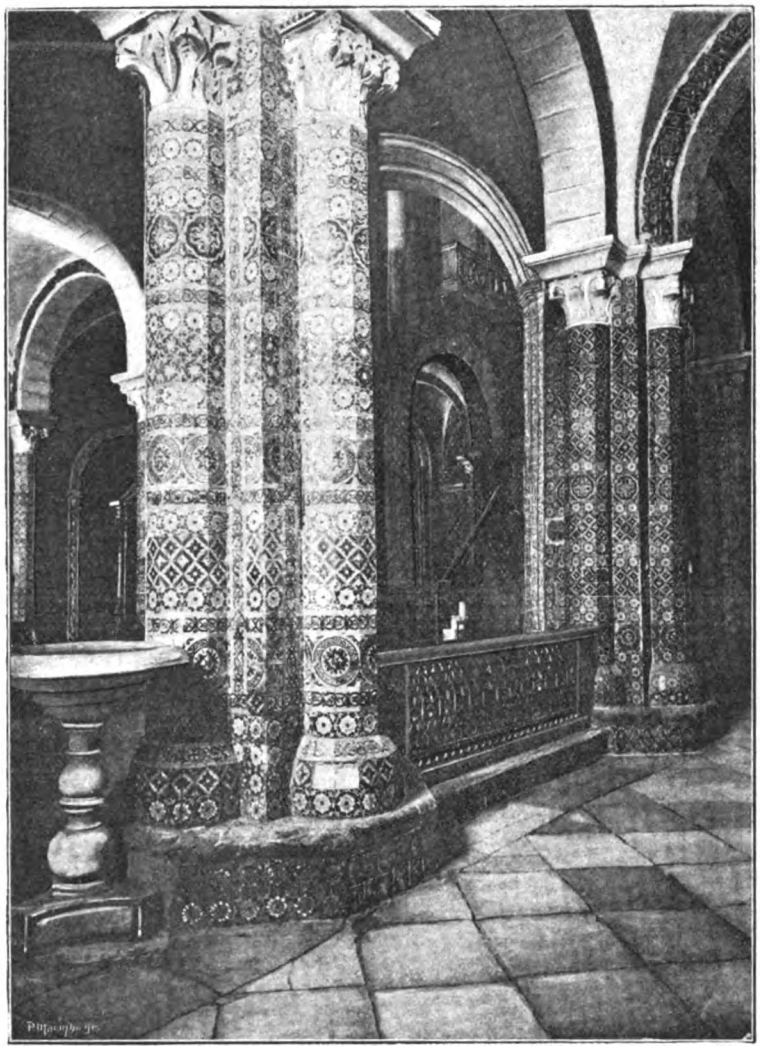
[3] *Mémoires de la classe des sciences morales et politiques de l'Institut*, t. II, pag. 341.

Digitized by Google

É este o assumpto do § XIV[1] da obra do visconde de Santarem; no § XVI[2] mostra que os «Portuguezes, tendo feito conhecer á Europa, em razão das suas descobertas, a costa occidental da Africa, para além do cabo Bojador, deram, da mesma fórma, ás outras nações e aos proprios Normandos, até ao seculo XVI, pilotos que os conduzissem a essas expedições longiquas.»

É M. Vitet, um dos defensores da opinião de Villaut, quem confessa o seguinte: «Sabe-se que era costume que em todas as viagens de longo curso emprehendidas por navios dieppezes, tomavam estes a bordo um Portuguez ou um Hespanhol para servir de interprete[3]!» Então, apesar do *Malaguette tout plein*, sempre era necessario que fossem interpretes nossos, provavelmente para explicarem aos dieppezes... o francez dos negros.

No § XVII[4] demonstra o visconde de Santarem que nenhum documento nem nenhum historiador prova que até ao fim do seculo XV apparecessem Francezes na costa da Mina, e no § XVIII[5] dá uma relação «das tentativas que fizeram as differentes nações da Europa para irem a Guiné, na ultima metade do seculo XV, depois do descobrimento da costa occidental d'Africa ter sido effectuado pelos Portuguezes.» A primeira e segunda tentativa foram feitas por Hespanhoes em 1475 e 1478, o que deu origem ao tratado de 1479, em que os reis de Hespanha reconheceram que a navegação e commercio e conquista de Guiné, Mina e Fez pertenciam exclusivamente aos Portuguezes. A terceira tentativa foi emprehendida por Inglezes em 1481, o que deu logar a reclamações de D. João III, que foram attendidas por Eduardo IV rei de Inglaterra. A



SÉ VELHA DE COIMBRA — COLUMNA DE AZULEJO

1 *Memoires de la classe des sciences morales et politiques de l'Institut*, t. II, pag. 156 a 173.
2 De pag. 181 a 189.
3 *Histoire des anciennes villes maritimes de France*, t. II, pag. 63. (Paris, 1833.)
4 De pag. 90 a 198.
5 De pag. 198 a 213.

Digitized by Google

quarta tentativa foi promovida por um descontente Portuguez, o conde de Penamacor, em Flandres e Inglaterra, e gorada por diligencias d'el-rei D. João II.

Os Francezes só começaram a tentar expedições á costa da Mina no seculo XVI, e tanto os reis de França reconheciam que os seus subditos não tinham como nós o direito de prioridade para commerciarem n'esses mares distantes, que não só attenderam sempre ás reclamações dos embaixadores Portuguezes, restituindo navios nossos capturados pelos seus, como se vê por exemplo no despacho official de 22 de abril de 1522, mas tambem prohibiam aos seus navios velejar para essas regiões, como se vê pelo despacho do nosso embaixador D. Antonio de Athaide de 18 de agosto de 1531. Ha um facto que demonstra o mais triumpantemente possivel que o governo e os subditos Francezes reconheciam os nossos direitos de prioridade, o facto é o seguinte: Preparou-se em 1532 na Normandia uma expedição para Guiné; soube-o o almirante de França, e ordenou ao vice-almirante M. de Malliére que embargasse os navios, *por serem destinados ás costas de Malagueta, Guiné e Brazil.* O embargo fez-se, e os armadores reclamaram. O que allegaram elles? Que se tinham munido previamente de uma licença d'el-rei de Portugal.

E' este o objecto do § XIX [1] da obra do visconde de Santarem.

Raras vezes uma asserção sem fundamento soffreu uma refutação mais completa e decisiva. Os documentos atropellam-se todos a provarem que não tem nem rastos de possivel a supposta viagem dos Normandos. Por isso a pretenção foi, senão olvidada pelo menos posta um pouco de parte. Alguns escriptores, como por exemplo Michelet, davam essa viagem como um facto adquirido para a historia, mas poupavam-se por isso ao trabalho de a defenderem. Finalmente M. Margry voltou triumphante á scena: trazia na mão um documento contemporaneo do successo. Lá se foi ao chão decepada pela base a argumentação toda do visconde de Santarem.

A historia do achado d'este importante documento é uma historia aventurosa, como cumpria a um documento salvador. Vamos narral-a em poucas palavras.

Conta M. Margry que em 1852 um seu amigo e sabio philologo, o sr. Luciano de Rosny, visitou o Museu Britannico de Londres para fazer n'elle investigações sobre antigos documentos da lingua franceza. Foi n'esta occasião que um tal M. William Carter poz á sua disposição um manuscripto, que parecia cópia, feita no seculo XVII, de um documento do seculo XIV com o seguinte titulo: *Briev Estoire del navigaige Mounsire Jehan Prunaut Roenois en la tiére des noirs homes et iles a nous incogneus avec les estranges façons de vivre des dits noirs et une colloque en lor language.*» Este precioso manuscripto dava noticia de uma viagem emprehendida em 1364 pelo dito João Prunaut ao Senegal, onde se relacionara com os negros, voltando lá em 1379. No seu regresso a França, Carlos V, que estava então em Dieppe, recebeu-o com muita pompa, rodeado do arcebispo de Rouen com toda a sua cleresia. Em 1380 João Prunaut enviou lá os navios *Notre-Dame, Sainte Nicolas* e *L'Espérance;* os marinheiros fundaram uma capella na terra a que deram o nome de Mina, e construiram outros fortes a que chamaram *Petit-Dieppe, Petit-Paris, Petit Rouen, Petit-Germentruville* e *Akra*. Em 1410 os Normandos abandonaram este commercio.

[1] De pag. 213 a 223.

Digitized by Google

Como se vê, tão bemaventurado documento confirmava tudo quanto disséra Villaut de Bellefond, Dapper e os que se lhe seguiram. Era pena só que nenhum dos chronistas contemporaneos tivesse conhecido este maravilhoso documento, e que a propria Christina de Pisano, a celebre biographa de Carlos V, tão conhecedora da vida do soberano, a quem acompanhára sempre com seu pae, Thomaz de Pisano, astrologo do mesmo monarcha, olvidasse mencionar estas pomposas festas celebradas em Dieppe!

Em todo o caso o documento vinha trazer um notavel reforço ás pretenções dos Normandos. Infelizmente esteve dormindo quinze annos na carteira de M. de Rosny a copia que M. William Carter lhe concedeu que tirasse do precioso manuscripto, até que em 1864 M. Margry o publicou [1].

Justamente espantado com este caso, principalmente por ter succedido n'um estabelecimento onde é empregado [2], e onde por conseguinte julgaria que nada tivesse escapado ás suas investigações, M. Major tratou de procurar o manuscripto. Como, segundo o que disséra o escriptor Francez, M. de Rosny tivera conhecimento do manuscripto porque M. William Carter lh'o communicára, procurou Major nos registros da bibliotheca o nome de William Carter como leitor. Encontrou dois, um que ainda vive, o outro que morreu em 1861. O que ainda vive declara que nem sequer conhece M. de Rosny, nem tem conhecimento de manuscripto algum similhante. Incansavel nas suas investigações, M. Major dirigiu-se a M. Margry pedindo-lhe que tivesse a bondade de lhe indicar o modo de saber quem era esse William Carter, e de conhecer o manuscripto. A resposta de M. Margry, datada de 20 de novembro de 1867, é curiosa.

Começa por declarar que nenhuma indicação póde dar a esse respeito.

«Quando o sr. Luciano de Rosny, continua elle, copiou esse documento do volume que M. Carter lhe confiou, não lhe ligou infelizmente outra importancia, senão a que lhe póde ligar um philologo que estuda a velha linguagem franceza.

«D'aqui resultou que, não suspeitando que tinha nas mãos um documento que tanto importava á honra de uma nação, não julgou dever tomar nem ter que dar um dia garantia alguma da sua boa fé contra as reclamações d'essa nação, ou contra as criticas dos eruditos. Quando a pedido seu, M. Major, interroguei de novo M. de Rosny sobre a origem do seu documento, respondeu-me hoje como outr'ora me respondera, que M. W. Carter em 1853, quando elle o viu, morava em Oxford Street, mas que, como não foi a casa d'elle, como eu julgava e disse erradamente, como só se encontravam na *British Museum* e no *Ethnological Room;* como emfim M. de Rosny é um homem cheio de reserva, nunca soube de M. Carter nem o numero da sua porta, nem se era de Londres, ou se alli estava apenas de passagem [1].»

A carta concluia com algumas phrases levemente azedas, dizendo entre outras coisas que percebia que «*dans le pays d'où est partie la mystificacion scientifique du voyage de Barthélémy Fonte, on veuille voir et toucher reconnaitre la marque du papier et le caractére des écritures* [2].»

Evidentemente o escriptor Francez impacientava-se com a investigação; depois da scena de effeito não gostava que o fossem incommodar aos bastido-

[1] Na obra já citada *Les Navigations françaises*, etc

[2] M. Major é no museu britannico conservador da secção dos mappas e cartas.

[1] *Life*, etc. *Preface*, pag. 39.

[2] Ibid., pag. 41.

Digitized by Google

res. Mas M. Major, imperturbavel, agradecia a resposta, e insistia, pedindo que M. de Rosny tivesse a bondade de lhe dizer ao menos onde e como restituira a M. Carter o manuscripto que este lhe emprestára.

D'esta vez foi M. de Rosny quem respondeu e sem demora. A carta de M. Major é de 26 de novembro de 1867, a de M. de Rosny é de 30 do mesmo mez e anno.

CONVENTO DA BATALHA—UM TRECHO ORNAMENTAL DO ARCO FEITO POR D. MANUEL, QUE DÁ ENTRADA PARA AS CAPELLAS IMPERFEITAS

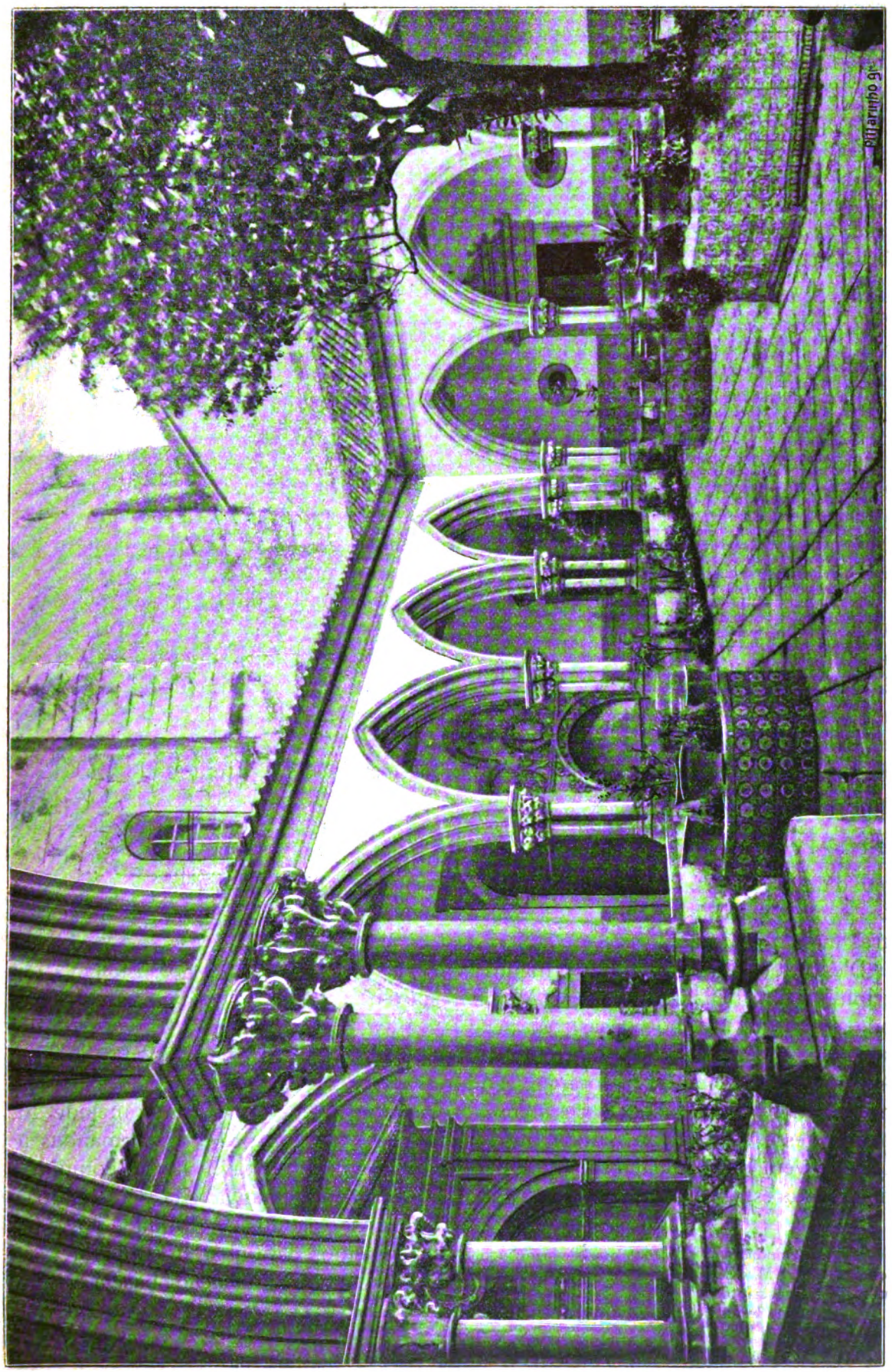
M. de Rosny declara que o livro foi-lhe emprestado por M. Carter, não na sala de leitura, mas á porta do estabelecimento. M. Carter tinha-o na algibeira; M. de Rosny restituiu-lh'o na sala das antiguidades, e M. Carter tornou-o a metter na algibeira. M. de Rosny lamenta não ter tomado garantias da authenticidade do documento, porque nunca suspeitára que podesse fazer tanta impressão no espirito dos leitores da obra de M. Margry.

«Note-se agora, diz M. Major, que o sr. Luciano de Rosny observa que não foi na sala de leitura do Museu Britannico, onde se guardam as «adresses» dos estudiosos, que elle encontrou M. Carter, e que particularmente adverte que M. Carter não tinha bilhete de leitor [1]. Esta circumstancia é o mais deploravel possivel, e, combinada com o facto notavel de ter sido emprestado o volume por um homem a outro que lhe é perfeitamente estranho, cuja «adresse» não se dá nem se pergunta, e n'uma parte do Museu onde as probabilidades de se encontrarem outra vez, ou mesmo de se acharem n'um periodo indefinido, depois de estarem feitos os extractos, eram o mais incertas possivel, porque os guardas não pedem o nome aos visitantes, torna quasi impossivel encontrarem-se rastos do documento.

«Mas ainda é mais notavel que M. Margry declare no seu livro que esse facto occorreu em consequencia de M. Carter vêr M. de Rosny a procurar velhos textos francezes.» Ora, essa investigação só podia ser feita na Sala da Leitura ou na Secção dos Manuscriptos, e, se foi n'esta ultima parte, devia haver um duplicado registro dos nomes dos estudiosos, um na Sala de Leitura, onde a «adresse» tambem devia ser tomada, outro na propria Sala dos Manuscriptos. Nenhum dos nomes apparece no registro da Sala dos Manuscriptos, ao passo que na Sala da Leitura acho que M. de Rosny recebeu o seu bilhete de leitor no dia 13 de

[1] «*M. Margry me dit que dans les recherches faites sur le registre des personnes autorisées à frequenter le British Museum le nom de M. Carter ne s'y trouve pas inscript; cela ne m'étonne nullement, car il ne frequentait pas la salle de lecture.*» Ibid. pag. XLIII.

Digitized by Google



BATALHA—CLAUSTRO

Digitized by Google

dezembro de 1852, e que, em vez de não haver, como M. de Rosny suppõe em presença do que M. Margry lhe disse, nenhum leitor d'esse tempo com o nome de William Carter, havia os dois que eu já mencionei[1]. M. William Jorge Carter era um homem tão extraordinariamente reservado que, como os seus executores testamentarios, as pessoas da sua casa, o herdeiro dos seus livros, e o comprador d'elles M. Jonnes, livreiro de *London Lybrary*, unanimemente me informaram, seria n'este mundo a ultima pessoa a ir falar a um estranho, ou mesmo a entrar em conversação com qualquer. Nunca em toda a sua vida se interessou senão pela botanica. M. Jonnes assegura-me que entre os seus livros não havia um só manuscripto, e mesmo se o houvesse, informa-me uma carta de M. Tubh, seu escrevente, que não julgava possivel que o fosse emprestar a um Francez, porque não era grande admirador das pessoas d'essa nação. É verdade que os polos negativos de um magnete se attrahem mutuamente, mas seria estranho, na verdade, que dois homens tão «pleins de réserve» como M. de Rosny e M. Carter, gravitassem um para o outro, e este fizesse e aquelle acceitasse o emprestimo d'um livro de valor e de curiosidade, sem o mais leve respeito pelas regras mais ordinarias da precaução[2].

D'esta forma vão lá achar o manuscripto original! Diz com graça M. Major que realmente um fado desastroso persegue as pretenções dos Normandos. Ardem os documentos em Dieppe, sem haver em Rouen nem em parte alguma cópia d'esses documentos, nem outros que provem a mesma coisa. Apparece finalmente este publicado por M. Margry, é logo em cópia do seculo XVII, o que faz com que não se possa analysar philologicamente o escripto, porque todas as desafinações que se encontrarem se attribuem logo ao copista; e essa mesma cópia cae nas mãos de um homem que a transcreve, mas sem lhe conhecer a importancia. E, comtudo, M. de Rosny é um erudito, e, mais ainda, é um homem que se occupa de estudos geographicos, porque foi elle que publicou em Francez a primeira carta de Colombo! Pois, apesar de tudo isso, não percebe a importancia do documento!! Foi, sem duvida, diz M. Major, o vampiro perseguidor da gloria normanda quem, n'esse momento, a tal ponto ennevoou a intelligencia do sabio Francez.

Major ainda analysa o documento, e demonstra as inverosimilhanças que n'elle se accumulam; não o seguiremos mais, para quê? Não ficou amplamente demonstrado, pelas circumstancias da historia do manuscripto, que póde a narração de João Brunaut ser collocada ao lado das poesias de Clotilde de Surville, esse celebre logro litterario, ou *mystificação*, que illudiu alguns dos mais notaveis criticos francezes?

O que nós devemos é agradecer ao illustrado e talentoso Inglez o notavel zêlo com que, investigando a verdade, pugnou ao mesmo tempo pela nossa gloria contra os vaidosos, que nos queriam ainda defraudar d'esse unico thesoiro que de tantas opulencias nos resta.

Fica, pois, demonstrado, e, segundo nos parece, d'um modo incontroverso, que são completamente fabulosas, e inventadas apenas na segunda metade do seculo XVII, as expedições normandas á Africa no seculo XIV. Não é, comtudo, essa a unica tentativa feita para se attribuir a Normandos a prioridade dos descobrimentos para além do Bojador.

Essa nova pretenção baseia-se no facto de M. de Bettencourt, o rei das

[1] O que ainda vive já vimos que declarou nem ter conhecido M. de Rosny, nem ter nunca visto similhante manuscripto.

[2] *Life*, etc., *Preface*, pag. 49.

Digitized by Google

Canarias, ter visitado a costa occidental do continente africano; mas os capellães, que escreveram a relação, declaram positivamente que os navegantes «s'allèrent noyer en la coste de Barbarie près de Maroc[1],» que M. de Bettencourt «tencionou visitar» a parte da terra firme entre o cabo Cantim e o cabo Bojador, e que consultou o livro de um religioso hespanhol, o qual religioso visitára Guiné, e chegando ao cabo Bojador limitára-se a reconhecer as ilhas que lhe ficam áquem.

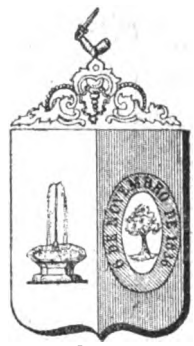
D'aqui se infere que mesmo os paizes que ficam para cá do cabo Bojador, não os visitou Bettencourt, e apenas tencionou visital-os; que tinham, tanto elle, como o tal religioso hespanhol, como os capellães, as idéas mais erroneas ácerca da geographia africnna, porque todos suppunham Guiné para áquem do cabo Bojador. O visconde de Santarem prova, no § XI[2] da sua obra, que os cosmographos europeus dos seculos XIV e XV todos tinham ácerca da posição de Guiné as idéas dos capellães de Bettencourt e do papa Innocencio VII, que dizia a Bettencourt, fundando-se no que lhe escrevêra o rei de Hespanha, que sabia que as Canarias ficavam a doze leguas de Guiné![3]

Esta relação dos capellães o que vem é trazer-nos uma nova prova contra as pretenções dadas á luz por Villaut, porque não fala nos descobrimentos dos Dieppezes, escrevendo os capellães em 1405, quando só em 1410, segundo dizem os defensores do absurdo, cessaram as relações de Dieppe com as suas supostas colonias africanas.

Ha então um paragrapho ainda mais explicito; é o seguinte, posto pelos capellães na bocca de Bettencourt:

[1] Cap. XXIII pag. 42.
[2] De pag. 173 a 181.
[3] *Histoire de la première descouverte et conqueste des Canaries*, etc., cap. LIII, pag. 95.

«Si aucun noble prince du royaume de France ou d'ailleurs voulait entreprendre aucune grande conquête par deçà, qui seroit une chose bien faisable et bien raisonnable le pourrait faire á peu de frais; car Portugal, et Espagne, et Aragon les fourniroient pour leur argent de toutes vitailles, et de navires plus que nul autres pays, et *aussi de pilotes qui savent les ports et les contrées.*


Brazão de armas da villa de Sabrosa

Reconhece Bettencourt em 1405 que na Peninsula Hispanica é que se encontravam pilotos conhecendo os portos e as regiões da Africa, e entretanto diz Villaut que estavam n'essa epoca os Normandos commerciando já arrojadamente na costa da Mina.

Ainda se disse que os Catalães nos tinham precedido nos descobrimentos para além do Bojador, porque no mappa catalão de 1375 apparece desenhado um navio velejando para o sul, e junto d'elle a seguinte legenda: «O navio de Jayme Ferrer partiu para ir ao rio do Oiro no dia de S. Lourenço, 10 de agosto de 1346. Um velho manuscripto encontrado nos archivos de Genova, segundo diz Major[1], por um negociante suecco, M. Graberg de Hemso, diz tambem o seguinte: «No dia de S. Lourenço, 10 de agosto de 1346», uma galé pertencente ao Catalão João Ferne (corrupção de Jayme Ferrer) sahiu da cidade de Mayorca afim de procurar o Rujaura (Rio do Oiro), mas da dita galé nunca mais se receberam noticias. Por causa do seu comprimento era esse rio chamado Vedamel. Tambem se chama Ruiauri, porque n'elle se reune o oiro de Pajola. Deveis tambem saber que a maioria dos habitantes d'este paiz empregam-se em

[1] *Life*, etc., pag. 102.

Digitized by Google

apanhar oiro n'este rio, que tem uma legua de largura e é bastante profundo para que n'elle entrem os maiores navios do mundo.»

Já o barão de Walckenaer, n'uma carta dirigida ao celebre geographo Malte-Brun, dissera a proposito d'estas legendas o seguinte:

«Isto o que demonstra é que em 1346 se ouvira falar n'um rio em cujas margens se colhia oiro, e que se faziam esforços para o descobrir, e que Ferrer succumbiu n'uma d'essas tentativas. Nada prova que elle tivesse chegado a sahir do Mediterraneo.

«Objectar-me-hão que vem em seguida uma descripção circumstanciada do Raujaura, mas essa descripção não póde ser de Ferrer pois que morreu na expedição [1].

Mas o visconde de Santarem consagra o § XXI [2] da sua obra, e Major uma porção do cap. VII [3] da sua, a provarem que esse rio procurado por Ferrer não era o Rio do Oiro dos Portuguezes.

Em primeiro logar, o mappa catalão termina, como os outros do seu seculo, no cabo Bojador, o que mostra que o Rio do Oiro dos Portuguezes não era conhecido, porque o Rio do Oiro fica para além d'esse cabo. Em segundo logar, a direcção do velame do navio desenhado não está como deveria estar, se Ferrer se dirigisse para o Rio do Oiro. Em terceiro logar, a descripção dada pelo manuscripto genovez em nada se adapta ao Rio do Oiro; começa por declarar que é um rio comprido, e o rio do Oiro dos Portuguezes nem rio é, mas sim um braço de mar que se estende pela terra dentro por espaço de seis leguas [4]; que é profundo bastante para que entrem n'elle os maiores navios do mundo, e o almirante Roussin affirma que só póde admittir barcos pequenos [1] e Affonso Gonçalves Baldaya effectivamente foi n'um barinel que o explorou.

Major mostra o seguinte. A tradição de um rio aureo é antiquissima, assim como tambem é antiga a tradição de que um dos ramos do Nilo ia desembocar no Oceano occidental. Já Plinio o affirmava, e Edrisi chama a esse ramo o Nilo dos Negros. O nome de Vedamel dado ao Rio do Oiro póde ser corrupção de *Wadi-Nill (wadi* em arabe significa rio); logo imagina-se que esse Rio do Oiro o queriam confundir com o Nilo dos Negros. Mas diz tambem o manuscripto que alli se junta o oiro de Pajola. Ora, no mappa dos irmãos Pizzigani e muito áquem do cabo Bojador, um pouco ao sul das Canarias, figura um rio chamado Palolo nascendo n'um lago, e com a seguinte legenda: «Este lago vem das montanhas da Lua, e passa pelos desertos d'areia.» No meio do curso do rio ha uma ilha com esta inscripção: «Ilha Palola, aqui apanha-se oiro.» Reunindo tudo isto, vê-se que Vedamel, Ruiauri, Palola são os differentes nomes do rio phantasiado em que os geographos de então queriam ver o braço do Nilo de que Plinio fala, e o rio com as palhetas d'oiro. Esse Nilo dos Negros julgaram depois os nossos encontral-o no Senegal.

Já se vê que Ferrer, além de ser infeliz na sua viagem, não procurava senão

[1] Malte Brun, *Annales des voyages*, tom. VII, an. 1809, pag. 246.

[2] De pag. 227 a 241.

[3] De pag. 110 a 116.

[4] Barros o affirmára; o almirante Roussin na sua «Mémoire sur la navigation aux côtes occidentales de l'Afrique» p. 90 diz: «Não se nota corrente alguma particular em frente do Rio do Oiro, o que destróe toda a idéa da existencia de um rio desembocando aqui.» Não era extraordinario que os descobridores tomassem um braço de mar ou uma enseada por um rio. Foi um engano d'esses que deu á magnifica bahia de Guanabara no Brazil o nome que hoje tem de Rio de Janeiro.

[1] «La plage de sable, qui, comme on l'a dit, ferme presque entierement l'embouchure du Rio do Oiro ne permet pas de penser que ce lieu puisse recevoir des bâtiments du plus faible tirant d'eau, il ne peut probablement admettre que des canots.» Já se vê que nenhuma relação ha entre o Rio do Oiro dos Portuguezes e o que Ferrer procurava.

Digitized by Google

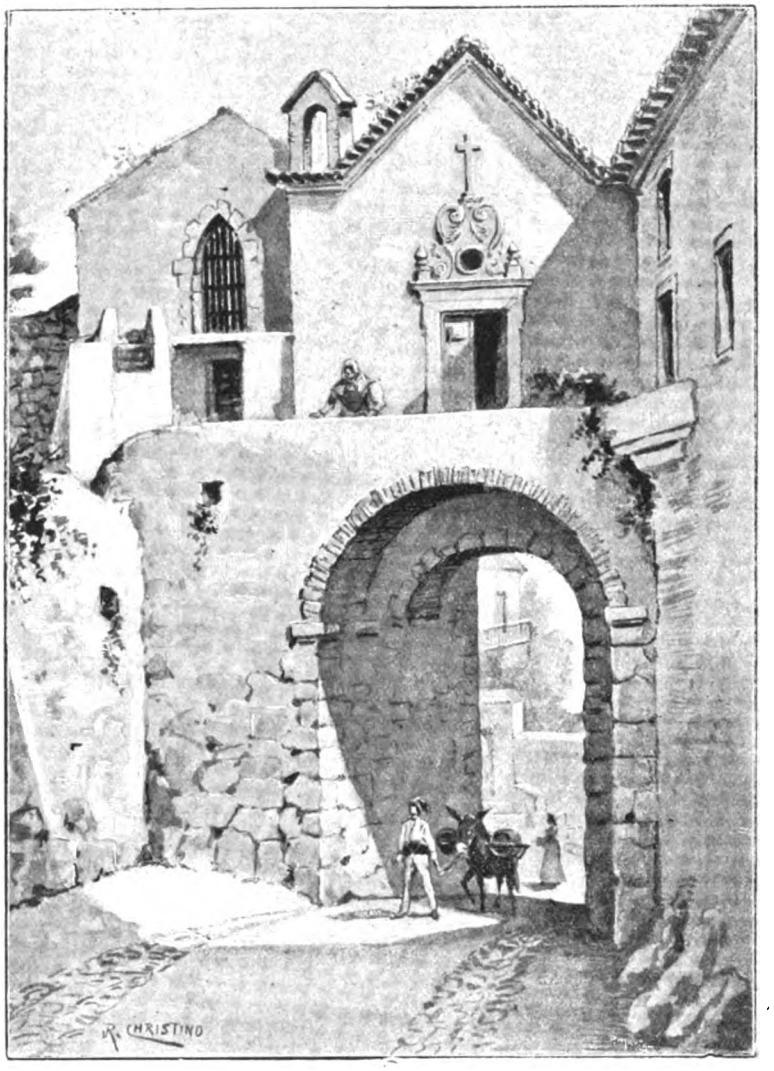
o rio que figura no mappa Pizzigani, em que elle queria ver o Nilo, e que por isso era chamado Wadi-Nill ou Vedamel.

Depois de repellida mais esta pretensão pelo consenso unanime do visconde de Santarem, barão de Walckenaer, Malte Brun, Major, etc., e pelo consenso tacito de quasi todos os geographos e historiadores de viagens, que nem falam na tentativa do Catalão, ainda nos resta citar e derribar uma pretenção genoveza.

Seguiremos primeiro o visconde de Santarem, que a refuta no § XXII [1] da sua obra, e ouvirmos depois a opinião de Richard Henry Major.

Querem alguns escriptores italianos, sendo o mais notavel d'elles o conde Baldelli Boni, que em 1291 uma expedição genoveza, commandada por Vivaldi e Theodisio Doria, sahisse do estreito de Gibraltar, percorresse a costa occidental africana, dobrasse o cabo da Boa Esperança, e por ahi chegasse á India. Jacobo Doria [2] continuador de Caffaro nas Chronicas manuscriptas de Genova, afirma o visconde de Santarem, baseando-se nas investigações de dois manuscriptos, um de Napoles, outro de Turim, investigações feitas, aquella por Joaquim José da Costa Macedo, esta pelo sr. Gazzera, sabio piemontez, que nada diz ácerca d'essa expedição, apesar da sua historia abranger o periodo de 1280 a 1293, e de o ter elle lido em 1294 em presença do podestá e dos anciãos de Genova, cuja approvação mereceu. Note-se, adverte o visconde, que Jacobo Doria era não só contemporaneo, mas tambem parente de Theodisio Doria, que fala nas façanhas maritimas de Theodisio no Mediterraneo, e que é por conseguinte impossivel que esquecesse outra muito mais importante. Jacobo de Varagine tambem nada diz d'essa expedição.

Fala n'ella pela primeira vez Pietro



ALEMQUER — ARCO DA CONCEIÇÃO (PORTA ANTIGA DO CASTELLO)

[1] De pag. 241 a 257.

[2] Acerca d'este escriptor e de Varagine, tambem continuador da chronica de Caffaro, veja-se Ginguené, *Historia da litteratura italiana*. t. I, pag. 157.

Digitized by Google

d'Abano no seu *Conciliator differentiarum* em 1312. Declara elle que duas galés genovezas bem munidas de todo o necessario sahiram do estreito de Gibraltar, mas que vae em trinta annos que partiram, e ainda se não sabem noticias d'ellas [1].

Finalmente Agostinho Giustiniani, escriptor do seculo XVI, na sua historia de Genova, publicada em 1537, escreveu o seguinte:

«E n'este anno de 1291 Theodisio Doria e Ugolino Vivaldi, em companhia de seu irmão e d'alguns outros, emprehenderam fazer uma viagem nova, quer dizer, pretenderam ir ás Indias pelo poente, armaram duas galés bem apparelhadas e levaram em sua companhia dois religiosos franciscanos; e, sahindo do estreito de Gibraltar, fizeram caminho para as Indias, e depois não se ouviu fallar mais n'elles; e Cecco d'Ascoli [2] faz menção d'esta navegação no Commentario da esphera [3].»

Em primeiro logar, pergunta o visconde de Santarem, como soube Giustiniani que fizeram caminho para as Indias, se não se ouviu falar mais n'elles; em segundo logar, nota que este escriptor é tão confuso, que depois de dar Theodisio Doria como partindo em 1291 para uma expedição de que nunca mais houve noticia, apresenta-o em 1292 apresando no Mediterraneo navios da republica de Pisa [4]; em terceiro logar, mostra que é falsa a sua citação de Cecco d'Ascoli, porque, investigando-se escrupulosamente as quatro edições do seu Commentario do Tratado da Esphera de Sacrobosco [1], tal coisa se não encontrou lá.

O outro documento citado é uma carta datada de 1455, escripta por Antonio de Nolla, genovez ao serviço de Portugal, companheiro de Cadamosto, e conhecido pelo nome d'Antoniotto Uso di Mare, pseudonymo que elle mesmo tomára, e que ficára sendo *Ususmaris* na sua fórma latinisada. N'essa carta declara o Genovez que entrou na costa d'Africa um homem da sua nação, que elle *suppõe* descendente da tripulação das galés de Vivaldi [2].

Começa por ser estranho que encontrando tão inesperadamente um compatriota em tão distantes e ignorados paizes, não se informe do modo como foi alli parar, e fique apenas suppondo que viria da expedição de Vivaldi [3]. Mas demais, com solidos argumentos que não podemos transcrever, porque este capitulo já vae demasiadamente extenso, Major e o visconde de Santarem estabelecem a pouca authenticidade d'esta carta.

Porém, ainda que ella fosse muito authentica, havia uma passagem d'Azurara que explicava o dito d'Antonio de Nolla. Quando Azurara dá noticia da expedição de Valarte, que foi morto pelos negros, conclue o capitulo com estas palavras: «Empero ao tempo que escreviamos esta historia vieram ao poder do infante alguns captivos naturaes d'aquella parte, que disseram que em um castello muito affastado pelo sertão, estive-

---

[1] Eis o texto: Parúm ante ista tempora Genuenses duas paravere omnibus necessariis munitas galeas quœ per Gades Herculis in fine Hispanice situatas transiere. Quid autem illis contigerit jan spatio feré trigesimo ignoratur anno.

[2] Francisco Stabili, conhecido por este nome de Cecco d'Ascoli.

[3] Commentario sobre o Tratado *De Sphera Mundi*.

[4] *Theodisio d'Oria con due galere combattete due volte in doi tempi una nave pisana che veniva d'Alessandria, e la piglio, e valle la preda cento millia livre.*

[1] João de Sacrobosco, inglez assim chamado por se latinisar o nome da sua patria Holywood.

[2] *Reperui ibidem unum de natione nostra ex illis galeis credo Vivaldœ qui se amiserit sunt anni 170.*

[3] O texto é um pouco obscuro *ex illis galeis* quer dizer «que sahia d'aquellas galés»; mas sahia como? não por ser tripulante, porque as galés tinham-se perdido havia cento e setenta annos; logo, provinha das galés por ser descendente d'algum marinheiro que tivesse relações com as negras do paiz. Como Antonio da Nolla descobriu n'um mulato um compatriota!

Digitized by Google

ram quatro Christãos dos quaes já um era finado, mas que os tres ficavam ainda vivos pelo qual alguns tiveram, segundo os signaes que o Negro dava, que seriam aquelles (os da expedição de Valarte)[1]. Ora não é natural que esta memoria dos Christãos vivos n'uma fortaleza do interior, que os Portuguezes do tempo d'Azurara, e por conseguinte do tempo d'Antonio de Nolla, suppunham ser os da expedição de Valarte, cavalleiro sueco, induzisse o genovez a suppor que seriam homens descendentes dos da expedição de Vivaldi, tanto mais que falarem os Portuguezes n'um estrangeiro cujo nome (Valarte) alguma similhança tinha com Vivaldi, mais devia firmar Antoniotto *Ususmaris* na sua supposição? Emquanto a elle dizer que viu o compatriota, além da inverosimilhança que já notámos revelar a mentira, explica-se facilmente pelo habito que teem todos os viajantes de dizerem succedido com elles ou por elles presenciado o que lhes é contado ou sabem de tradição.

Ora, eis o que estava conhecido no tempo do visconde de Santarem; mas em 1859 um sabio allemão, o doutor Petz, editor dos *Monumenta Germaniæ Historica,* descobriu e publicou em uma Memoria[2] apresentada á Academia Real das Sciencias de Munich, uma noticia appensa aos Annaes Manuscriptos da cidade de Genova, e da lettra de Jacopo Doria, que diz o seguinte:

«No anno de 1291 Tedisio Doria e Ugolino de Vivaldo, com seu irmão e outros cidadãos de Genova, principiaram uma viagem, que ninguem até então por modo algum tentára. Equiparam do melhor modo possivel duas galés bem fornecidas de provisões e agua, e despacharam-nas no mez de maio para o estreito de Ceuta, afim de poderem ir por mar aos portos da India e trazerem artigos uteis de mercancia. Os dois ditos irmãos Vivaldo foram em pessoa, como tambem dois frades menores. Foi uma empreza, que espantou não só os que a testemunharam, mas tambem os que ouviram fallar d'ella. Depois que passaram d'um sitio chamado Gazora nenhumas noticias certas se receberam d'elles mas queira Deus preserval-os e trazel-os seguros e sãos ás suas proprias casas.» Como nos disse Pietro d'Abano, ainda trinta annos depois não havia noticia d'elles. Ora, Gazora, que parece corresponder ao Gazulla do livro do frade hespanhol que Bettencourt viu, figura no mappa dos irmãos Pizzigani, segundo nos diz Major[1], no sitio correspondente ao cabo Não. Portanto a expedição genoveza, pela propria confissão dos contemporaneos, foi mais uma das muitas que deram origem ao famoso proverbio portuguez: «Quem passar o cabo Não ou voltará ou não».

Brazão de armas da villa de Anciães

Parece-nos que passámos em revista todas as pretenções dos estrangeiros que nos disputam a gloria da prioridade dos nossos descobrimeutos para além do cabo Bojador, e que provámos sufficientemente a nullidade da argumentação dos raros escriptores que a sustentam. Devemos dizel-o: a generalidade dos geographos modernos não ousa combater directamente a justiça das nossas reclamações; o seu systema comtudo é mais traiçoeiro: consiste em trazer a proposito de tudo, como modelos de genio e de audacia, como symbolos do espirito da navegação e dos descobrimentos, aquelles que não fizeram mais

[1] *Chronica do descobrimento*, etc., c. 94, p. 448.

[2] *Der Ælteste Versuch zur Entdeckung des seeweges nach Ostidien.*

[1] *Life*, etc., pag. 101.

Digitized by Google

do que seguir o exemplo glorioso que lhes tinhamos legado. Colombo passa, entre os escriptores Francezes principalmente, como o typo sublime dos grandes descobridores; no infante D. Henrique, no iniciador, ninguem pensa; felizmente na séria Inglaterra e na pensadora Allemanha, onde o culto da verdade é mais respeitado, o nome do nosso glorioso infante é conhecido e applaudido, e a sua vida é objecto d'estudos perseverantes. Assim, sem falarmos na magnifica obra de Major, publicada em Inglaterra, devemos citar com reconhecimento os nomes de eruditos allemães que se occuparam da biographia do nosso grande principe. Taes foram o professor J. E. Wappœus, que escreveu do principe D. Henrique uma biographia, que infelizmente não passou do primeiro volume[1], e M. Gustav de Veer, que tambem relatou as gloriosas acções emprehendidas pelo filho de D. João I[2].

Outro systema adoptam tambem os estrangeiros, que contribue para nos escurecer a gloria; é o de porem de parte, sem a mais leve cerimonia, nos seus mappas e roteiros, os nomes impostos pelos nossos navegadores aos sitios que descobriram, substituindo-os pelas denominações, que o capricho de navegantes posteriores, e pertencentes a nações actualmente mais conhecidas e respeitadas na Europa, houve por bem attribuir-lhes. Basta apenas uma simples viagem de recreio d'um principe, para que os officiaes de marinha que o acompanham alterem a seu bel-prazer, nos mappas que levantam, os velhos nomes das costas que visitam. Contra esta criminosa leviandade protestou felizmente um escriptor Francez, dizendo o seguinte: «On pourra bientôt se demander ce qu'ont découvert les Gama, les Solis, les Magellan, les Colomb, les Surville, les Bougainville, les Mendanha, les Queiroz, etc., (que je cite au hasard), dont les appellations s'effacent partout pour faire place aux changements modernes, actuellement consacrés dans les ouvrages publiés tant par les administrations que par les particuliers; l'oubli de ces corrections consacre une injustice irréparable et remet tout en doute.»

No mappa d'Africa, de que é acompanhado o livro de M. Major, o sabio inglez indicou a tinta vermelha os nomes dados pelos nossos descobridores ás terras cujos nomes modernos vão traçados a tinta negra.

Alexandre Magno de Castilho, na sua *Descripção e Roteiro,* emprehendeu a tarefa eminentemente patriotica de restituir os nomes Portuguezes ás terras que o perderam nos estrangeiros mappas. Isso bastaria, além do seu valor technico, para tornar altamente apreciavel a obra do distincto e mallogrado official de marinha, que honrava no campo severo da sciencia um nome já entre nós tão illustre nos jardins da litteratura.

A reprovação do mundo civilisado fulmina os ignorantes monges da edade média, que raspavam nos palimpsestos as obras primeiras da litteratura grega e romana, para lhes entornarem em cima as ondas de semsaboria dos seus chronicões miraculosos; mas como é que se deixa sem correctivo a audacia dos homens illustrados do seculo XIX, que raspam tambem n'estes palimpsestos geographicos estes documentos authenticos de uma gloria irrefutavel, para lhes estamparem em cima os estultos documentos da sua vaidade balofa?

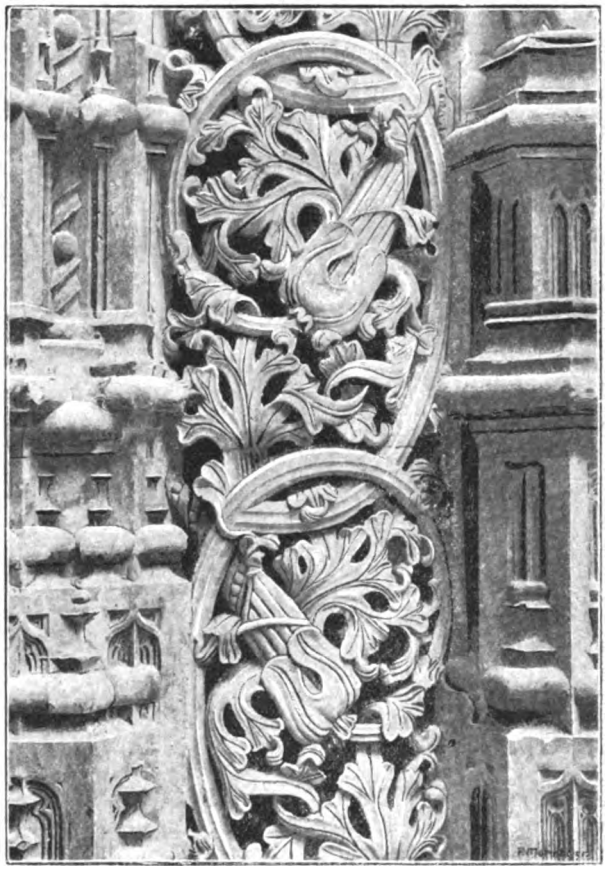
[1] Gottingen, 1842.
[2] Dantzick. 1864

Digitized by Google

CAPITULO XXVI

Gil Eanes dobra o cabo Bojador.—Segunda viagem

Os cavalleiros do infante, um dos que mais se empenhava em dobrar o cabo Bojador, era Gil Eanes, de quem não sabemos outras particularidades senão que nascera em Lagos. Em 1433 partiu elle com intenção de affrontar o temido promontorio; mas, desanimado ainda uma vez com os sabidos medos infundidos pelo cabo, voltou a Portugal, sem passar das Canarias, trazendo de lá, como de costume, alguns captivos, para que mais facilmente lhe fosse desculpado o desalento. D. Henrique recebeu-o com a brandura, que mais do que a severidade instigava os seus servidores a affrontarem todos os perigos. No anno seguinte de 1434 tornou a mandar armar o mesmo barco, em que Gil Eanes já fôra, e, chamando o seu navegador, disse-lhe com um meio sorriso de animação: «Vós não podeis achar tamanho perigo que a esperança do galardão não seja muito maior; e em verdade eu me maravilho que imaginação foi esta que todos tomaes de uma coisa de tão pequena certidão, porque se ainda estas coisas que se dizem tivessem alguma autoridade, por pouca que fosse, não vos daria tamanha culpa, mas quereis-me dizer que por opinião de quatro mareantes, os quaes, como são tirados da carreira de Flandres, ou d'alguns outros portos, para que communmente navegamos, não sabem mais ter agulha nem carta para marear; porém vós ide todavia, e não temaes sua opinião fazendo essa viagem, porque com a graça de Deus não podereis d'ella trazer senão honra e proveito[1].» Gil Eanes, desperta a emulação por estas palavras do infante, jurou n'essa empreza ou dobrar o cabo, ou morrer, e, se assim o prometteu, melhor o cumpriu. D'ahi a pouco tempo estava de volta, maravilhado do pouco que lhe custára essa façanha por todos tão receiada. Recebeu-o o infante com alvoroço e jubilo, armou-o



CONVENTO DA BATALHA—UM TRECHO ORNAMENTAL DO ARCO FEITO POR D. MANUEL, QUE DÁ ENTRADA PARA AS CAPELLAS IMPERFEITAS

[1] Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. IX, pag. 57.

Digitized by Google

logo cavalleiro, e deu-lhe todas as recompensas, com que o seu animo generoso sabia premiar os que o bem serviam.

Estava quebrado o encanto, a barreira levantada por tanto tempo diante da imaginação dos homens do Occidente, e que lhes cerrava o accesso para essas regiões desconhecidas, alluira-se logo que se fitára n'ella o olhar intrepido de um homem de coragem; estavam despedaçadas as novas columnas de Hercules, e as estatuas symbolicas, erigidas pelo pavor dos geographos arabes, desferindo o vôo diante da prôa da barca de Gil Eanes, iam fugir para regiões mais remotas; perseguidas constantemente pelos ousados Portuguezes até aos mais longinquos horisontes, desfizeram-se afinal em fumo, perdendo-se no abysmo legendario.

A empreza em si pouco valêra, mas quem fôra o primeiro a realisal-a? Não é o simples facto de dobrar o cabo Bojador que dá gloria a Gil Eanes, é o ter affrontado intrepidamente os pavores que amedrontavam todos os seus contemporaneos, e o ter aberto a senda ás nossas maravilhosas expedições[1].

Chegando ao cabo Bojador, mandára Gil Eanes um batel á praia, mas não se encontrára rasto de povoação; querendo trazer comtudo ao infante um signal da nova terra a que abordára, colheu umas ervas em Portugal chamadas rosas de Santa Maria[1]. Como os heroes dos romances de cavallaria, fôra atravez de perigos ignotos colher em novas regiões a flôr maravilhosa. Como o ramo de oiro, colhido por Eneas, abriu ao heroe do Virgilio a entrada dos Elysios, as rosas de Santa Maria eram o talisman que abria aos Portuguezes o paraiso da India.

Logo o infante pensou em não deixar esfriar o ardor dos seus cavalleiros, avivado pelo exito da expedição. Mandou armar um barinel[2], confiou o commando d'elle a Affonso Gonçalves Baldaya[3], seu copeiro, e enviou-o juntamente com Gil Eanes na sua barca a proseguir os descobrimentos. N'esta viagem passaram cincoenta leguas para além do cabo Bojador, e chegaram a uma angra a que chamaram Angra dos

---

[1] Affirma João de Barros que fôra Gil Eanes quem déra a esse cabo o nome de Bojador.

«Porque, diz elle, como este cabo começa de encurvar a terra de muito longe, e, ao respeito da costa que atraz tinham descoberta, lança e boja para o oeste perto de quarenta leguas, d'onde d'este muito bojar lhe chamaram Bojador, era para elles coisa muito nova apartar-se do rumo que levavam. *Decada* I, cap. VI, fol. 5. Ferdinand Denis combate a opinião dos escriptores que suppõem o nome derivado da onda mugir ali como um toiro espumeo, tomando para etymologia uma palavra que em portuguez não existe com tal significação—*boiar*. Effectivamente a opinião é absurda, mas tambem não podemos acceitar, em honra da verdade, a supposição que Ferdinand Denis faz de que a etymologia d'este nome é portugueza, e tal como Barros a dá. É um escriptor insuspeito quem nol-o vae dizer. Em nota á *Chronica* de Azurara a pag. 56, o visconde de Santarem, depois de citar a opinião de Barros, diz o seguinte: «Entretanto em um Atlas de que tratam Morelli e Zurla (*Dei Viaggi e delle Scoperte Africane* de Cadamosto, pag. 37), no qual se acha escripto «Jachobus de Giraldis de Venetia me fecit anno Dmi MCCCCXVI bem como em outro do seculo XIV se lê no 1.º *C. de Buider*, e no segundo *Cavo Imbugder*. (Vid Zurla, *Dissertazione*, etc., pag. 37). Além d'isso Azurara não só não fala em que Gil Eanes, ou qualquer outro Portuguez impozesse o nome ao cabo, mas sempre cita o nome do promontorio, como já conhecido, e com outra fórma do que a autorisa a etymologia que lhe dá Barros. Não diz cabo Bojador, mas cabo do Bojador, como se vê no titulo do capitulo VIII: «Porque rasom nom ousavam os navyos passar a allem do cabo de Bojador.» (*Chronica*, etc., pag. 5)

[1] Ferdinand Denis suppõe que esta rosa de Santa-Maria era a *anastatica hierochuntica* de Linneu, vulgo, rosa de Jerichó.

[2] Barinel ou varinel, diz D. Francisco Manoel de Mello, era uma embarcação de remo que então se usava, cujo nome ainda retemos nas varinas subtís de que hoje nos servimos. «*Epanaphoras de varia historia Portugueza*, pag. 317. (Lisboa, 1660.)

[3] Era este Affonso Gonçalves Baldaya natural do Porto, e pertencente a uma familia muito considerada na cidade da Virgem. Um outro membro d'essa familia, Fernão Alvares Baldaya, foi muito estimado por el-rei D. Affonso V, e por elle enviado em missão a Luiz XI de França quando andava tratando dos negocios que levaram o estouvado monarcha Portuguez a emprehender a viagem de Paris. Arnaldo Gama escolheu para heroe de um dos seus romances historicos, *O Filho do Baldaya*, um dos membros

Digitized by Google

Ruivos[1], por causa da grande quantidade de peixe d'esta qualidade que n'ella encontraram. Não havia casas na terra, mas já acharam n'ella vestigios de homens e camellos[2]. Voltaram com essa noticia a Portugal, onde foram recebidos com grande jubilo pelo infante.

A noticia da passagem do cabo Bojador espalhára-se rapidamente pela Europa, e inspirára a todos os povos uma grande admiração pelos Portuguezes. Não tardaram fidalgos e marinheiros de todas as nações, castelhanos, italianos, allemães e suecos a vir aqui a esta remota praia occidental para tomarem parte nas nossas grandes emprezas, e vêrem as maravilhas que a nossa audacia arrancára ao mysterio em que estavam sepultadas. Só seculos depois é que essa admiração ingenua havia de dar logar á inveja e ao desejo de nos roubarem a gloria, que tão legitimamente haviamos adquirido. Era quasi justo, e deviamos ser punidos do despreso em que nós mesmos tinhamos essa gloria, e da negligencia com que deixavamos o tempo marear esses brazões, que deviamos ter sempre lustrosos e resplandecentes. «Onde repoisam as cinzas de Gil Eanes? pergunta Francisco Maria Bordalo. Provavelmente confundidas com as de tantos outros generosos filhos de quem a mãe patria se esqueceu» [1]. E que admira que a patria o esquecesse, quando pouco mais lhe mereceu o principe illustre, que aos nossos descobrimentos deu impulso? Vamos vêl-o agora no seu promontorio de Sagres, e lembremo-nos com vergonha de que apenas uma pobre lapide, estragada pelas injurias dos annos e dos homens, assignala o sitio em que se iniciou uma das mais gloriosas emprezas de que se orgulha a civilisação moderna.

---

d'esta familia. Tanto n'esse romance, como nas optimas notas da «Ultima dona de S. Nicolau», dá-nos curiosas noticias ácerca d'estes Baldayas do Porto.

[1] A Angra dos Ruivos é conhecida nos mappas modernos pelo nome inglez de *Garnet-Bay*. Chamaram-lhe assim os Inglezes, diz Alexandre Magno de Castilho, «desejosos, como sempre, de substituirem nomes seus a todos e quaesquer outros. (*Descripção e roteiro*, etc., pag. 72.) É possivel, comtudo, que não houvesse intenção orgulhosa n'essa substituição de nome. «Ruivo» em inglez é *Gurnard* e de *Gurnard-Bay* para *Garnet-Bay* podia ir simplesmente a differença da corruptella na cópia de mappas para mappas atravez dos seculos. Já não acontece o mesmo ao *Cabo dos Ruivos*, que fórma a ponta meridional da angra descoberta por Gil Eanes e Affonso Gançalves Baldaya, e a que «os bons dos Inglezes, segundo nos diz A. M. de Castilho, pozeram o nome de Ponta Leven, em attenção a um seu navio de guerra assim chamado, o qual no anno de 1835 andou estudando aquella parte da costa.» É maravilhoso!

[2] Ferdinand Denis, que n'este ponto traduz a chronica de Azurára, erra a sua traducção de um modo na realidade estranho. Depois de dizer que o infante mandou Eanes e Baldaya descobrir terra para além do Bojador, continúa «ils le firent en effet, cheminant au delà du cap cinquante lieues, et ne trouvant que des terres sans habitations, *et sans traces d'hommes ou de chameaux.*» Para um estrangeiro pouco versado na nossa lingua podia talvez a phrase de Azurara prestar-se a esta errada interpretação, porque o chronista diz: «onde acharam terra sem casas, e rasto d'homens e de camellos.» Mas logo no principio do capitulo immediato torna bem claro o sentido d'esta phrase, porque o capitulo começa d'este modo: «Pois que assy he, disse o iffante contra aquelle Affonso Gonçalves Baldaya, *qeu vós achastes rastro d'homẽes e de camellos*, bem parece que a povoraçom nom he dally muy affastada, etc.

[1] *Navegadores portuguezes* (Panorama, vol. XII, 4.º da 3.ª série, pag. 28.)

Digitized by Google

CAPITULO XXVII

O promontorio de Sagres.—O palacio do infante

A extrema occidental da Europa fica o cabo de S. Vicente, outr'ora chamado *Promontorium Sacrum*, talvez em virtude d'um templo pagão do Sol, que alli existia em tempos remotos. Fórma uma pequena peninsula ligada ao continente por um isthmo de vinte braças de largura e prolongando-se a sudoeste. Nas suas ribas escarpadas bate o mar com furia, arrojando, quando a procella o açoita, a altura enorme as suas vagas espumosas. Alli, segundo se conta, foram sepultar os Christãos o corpo do martyr S. Vicente, d'onde foi trasladado a Lisboa no tempo de D. Affonso Henriques, escolhendo-o para seu padroeiro a futura capital do reino. De ter dado temporario asylo aos restos do martyr valenciano, ficou ao promontorio Sacro o nome de Cabo de S. Vicente.

Mas o nome antigo sobreviveu, levemente corrompido, n'um outro promontorio situado a uma legua para leste do cabo de S. Vicente e que se denomina «Ponta de Sagres». «Fórma, diz o «Panorama», uma peninsula de 450 braças de extensão, desde o meio da garganta do isthmo ou lingueta que o prende á terra, até á ponta que mais entra pelo mar e na direcção de nordeste e sudoeste, com duzentas braças na maior largura, que é quasi ao meio d'esta superficie; é um rochedo escalvado, que apenas em algumas fendas entupidas d'areiola mantém a enfesada vegetação de matto rasteiro, que não cresce mais d'um palmo acima do chão. Parece que está assentado em abobada feita pela naturesa e o correr dos annos, o que se confirma pelas concavidades na raiz banhada pelas ondas, e mais ainda pelas aberturas do nivel superior que são outros tantos respiradoiros, por onde resfolga impetuosamente o vento, e jorra o mar a grande altura, espalhando a larga distancia a salsugem, que esterilisa os campos contiguos ao promontorio[1].»

É Lagos a povoação importante que lhe fica mais proxima[2]. Um caminho arido e pedregoso a liga com o promontorio de Sagres. A costa d'alli ao cabo de S. Vicente é formada quasi toda «de rochedos de mais de trezentos pés de altura, em partes talhados a pique»[3]. Tudo conspira para isolar Sagres, deixando-a face a face com o Oceano.

Foi este sitio árido e triste o que o infante escolheu em 1416, quando veiu de Ceuta com idéas de exploração ma-

---

[1] *Panorama*, vol. 7.º (2.º da 2.ª serie), pag 137, artigo *Sagres*.

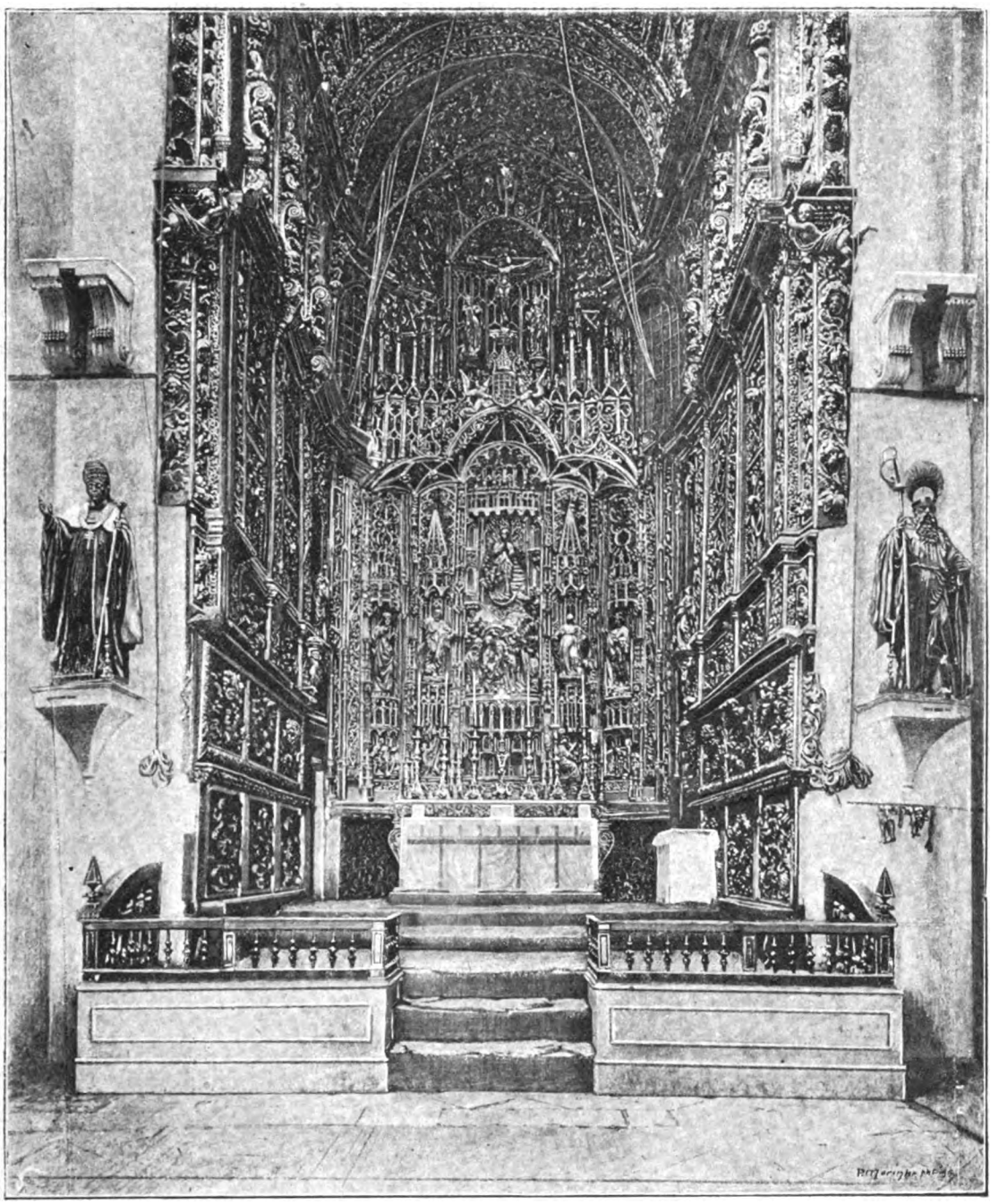
[2] A um quarto de legua da antiga cidade romana de *Lacobriga*, cujas ruinas ainda hoje se distinguem, fica a villa de Lagos, situada a «37º 7' 7'' de latitude na costa occidental da formosa bahia do seu nome, sobre tres collinas, á margem direita do pequeno rio e braço de mar que banha suas antigas muralhas». Já no tempo d'Affonso IV, em 1332, se tratava de se lhe construir uma cêrca. Os seus moradores foram sempre muito dados á navegação, á pescaria, e ao commercio. Tinham-se affeito ao commercio e navegação pelo trato com os venezianos, que vinham a este porto negociar com as suas galeras, levavam os productos da pesca, n'estes mares abundante, assim como levavam os da cultura dos campos que sempre n'este territorio foram ferteis. «Hoje está Lagos muito decahida, comtudo ainda as pescarias e cultura do figo, que se exporta em grande quantidade, ou se distilla para aguardente, dão a esta villa uma certa prosperidade». *Panorama*, vol. 1.º da 2.ª série, pag. 353, art. *Lagos*

[3] *Panorama*, vol. 6.º (1.º da 2.ª série), pag. 417 artigo *Cabo de S. Vicente*.

Digitized by Google

ritima, para lançar os fundamentos d'uma villa, cujo primeiro nome foi o de Ter-

seu fundador o nome de Villa do Infante. A collocação da villa era por tal fór-



SÉ VELHA DE COIMBRA — O ALTAR-MÓR

cena naval[1], e que, depois, tomou do

ma propria para emprezas maritimas

[1] «A que primeiramente se déra o nome de Tercena naval, diz o visconde de Santarem em nota á *Chronica* de Azurara, pag. 33, da palavra veneziana *Darcena*, arsenal de galés, onde se fabricavam e guardavam; recebeu depois o nome de Villa do Infante e ulteriormente o de Sagres, derivado, segundo D. Francisco Manuel, *Epanaph.*, pag. 310, de Sagro *Sacrum*, do famoso *Promontorium sacrum*.

Digitized by Google

que «ouvi dizer, escreve Azurara, que os Genovezes davam por ella grande preço[1].

«Era n'este sitio, escreve Ferdinand Denis, que o grande infante vinha entregar-se ás suas meditações. Sem duvida era n'este pequeno eremiterio, construido sobre tres picos avançados, e entre os quaes rola o mar as suas vagas, que vinha resar por aquelles que enviava a sondarem o grande mysterio.

«E depois, um dia em que talvez d'essa humilde capella passeiava o seu olhar pela immensa extensão das vagas, uma caravella mostra ao longe a sua vela branca. É a de Gil Eanes. Está dobrado o cabo mysterioso, ultrapassado o limite. O desejo do infante póde ir ainda mais longe; entrevê a verdade. É agora que se póde dizer com um escriptor cheio de eloquencia, que não podendo alargar o territorio da sua patria, lhe outhorgou o Oceano.

«Mais d'um historiador nos disse tambem quantas vigilias lhe custou o attingir a esse fim, quantos esforços lhe foi necessario renovar para fazer passar assim para o dominio da realidade uma theoria confusa, que se baseava apenas em narrativas mentirosas, ou nos escriptos dos antigos geographos praticos, taes como Jacome de Malhorca, que mandou vir a Sagres desde o anno de 1438[1].

Outro apresenta-o corrigindo os mappas do sabio Valseca[2], nos quaes se baseia a sciencia da sua época, e aconselhando-lhe que supponha os gráos do parallelo eguaes aos gráos do equador, o que alterava sem duvida a verdadeira grandeza e a posição relativa das terras, mas tornava os mappas mais aptos para o fim que desejava obter[3]. Um terceiro assevera que meditava elle sem descanso as obras de João Muller de Koenigsberg ou de Jorge Purbach, e procurava com todo o esforço reunir as noções esparsas de astronomia pratica que o seu seculo podia offerecer. E, em seguida a todos estes historiadores, cujos depoimentos não queremos multiplicar, vem um escri-

---

[1] *Chronica do descobrimento*, etc., pag. 34. Nota o visconde de Santarem que: «Esta passagem deve entender-se que os Genovezes offereceram grandes sommas pela concessão d'um logar em a nova villa para ali estabelecerem uma feitoria e talvez uma colonia, similhante ás que possuiam no Mar Negro, principalmente a de Caffa e a de Smyrna, etc. Não é verosimil que elles propozessem ao infante a cessão d'uma villa da qual elle não tinha a soberania. A republica de Genova tinha tido desde o principio da monarchia portugueza relações mui estreitas com Portugal, e não podiam desmembrar porção alguma do territorio sem consentimento das côrtes.

«Como quer que seja, esta particularidade referida pelo auctor mostra tambem por outra parte a prudencia do governo portuguez d'aquella epocha em ter resistido a uma tal proposta, visto que aquella republica tinha pelo seu immenso poder naval obtido dos principes moiros e africanos a concessão de differentes pontos consideraveis na Asia e na Africa, e conseguido dos imperadores gregos a cessão dos arrabaldes de Pera e Galata em Constantinopla, e as ilhas de Scio, Mytilene e Tenedos no Archipelago. É pois mui digna da attenção do leitor a circumstancia de não ter Portugal acceitado a offerta, quando aliaz os imperadores do Oriente e d'Allemanha, os reis de Sicilia, de Castella, d'Aragão e os sultões do Egypto buscavam á porfia a alliança d'aquella republica, e a protecção da sua poderosa marinha. «É verdade que o poder de Genova começava já então a declinar e a enfraquecer-se; mas nem por isso deixam de ser mui importantes as particularidades que o auctor nos refere, e as observações que offerecemos á consideração do leitor».

[1] João de Barros, Dec. I, L. 1.º, cap. XVI.

[2] «Gabriel de Valseca era da ilha de Mayorca. Em 1431 levantou em Mayorca mesmo a sua carta maritima, na qual traçou todos os contornos da costa d'Africa, descrevendo minuciosamente os cabos, as enseadas, e emfim todos os pontos descobertos pelos portuguezes; fêl-o, segundo se diz, com tal exactidão que se póde suppôr ou que assistiu pessoalmente a essas viagens, ou que pelo menos teve deante dos olhos a relação intelligente d'alguma testemunha ocular. Essa famosa carta, que era em pergaminho, e que fôra levantada em grandissimas dimensões, foi comprada em Florença por D. Antonio Dezpuigue, conego da cathedral de Mayorca. Assevera-se que Americo Vespucio mandára tirar uma copia d'este mappa, que lhe custára 130 ducados d'ouro. Esse curioso monumento foi examinado no seculo XVIII pelos abbades Bettinelli e Lampilas. Veja-se *Memorias de Litteratura*, tom. 8.º, pag. 218. Veja-se egualmente, no que diz respeito a esse geographo, as «Recherches sur les pays situés sur la côte occidentale d'Afrique, pag. 291».

[3] Veja-se o livro tão substancial e tão bem feito intitulado «Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal, por Francisco

Digitized by Google

ptor d'essa época, que viu D. Henrique, que talvez partilhou os seus estudos e que exclama: «Quantas vezes encontro o sol no sitio que occupava na vespera arruinando com o estudo a saude [1].

Mas não se creia que esta alma de fogo se consome assim em lentos esforços unicamente por amor pelas sciencias humanas. Antes de tudo, o infante é mestre da ordem de Christo; jurou, no antigo convento de Thomar, espalhar por todos os sitios entre os infieis a verdadeira religião, e os esforços que assim renova tendem apenas ao accrescentamento da fé. Vêde as caravellas que sulcam o Oceano e que partem de Lagos; é a cruz de Christo que levam no pavilhão, e o symbolo da ordem reapparece ainda no centro d'esses macissos pilares que se levantam em plagas desconhecidas, e que attestam a passagem d'esses audaciosos cavalleiros [2].»

N'este sitio, onde outr'ora se levantou a villa do infante pensador, onde tão grandes emprezas se meditaram, onde se agruparam os mais epicos vultos dos nossos annaes, reina hoje o silencio e a desolação. Por muito tempo nada lembrou ao mundo que alli vivêra e pensára o infante D. Henrique. Como ruinas vulgares, cahiam em pedaços as velhas habitações e as antigas muralhas d'onde o filho de D. João I espreitára a volta de Gil Eanes. Afinal em 1839 o marquez de Sá da Bandeira, então visconde do mesmo titulo, lembrou-se de prestar uma homenagem modesta ao fundador da nossa gloria, e sobre a porta principal da fortaleza de Sagres mandou collocar uma lapida singella cuja descripção damos em nota [1]. Essa mesma lapida, simples como é, não tem escapado ás injurias do vandalismo, que

---

de Borja Garção Stockler, pag. 17». Major nega que ao infante D. Henrique se devem esses melhoramentos no levantamento das cartas.

[1] Azurara, que o conhecera, insiste n'essa perseverança de trabalho.

«Decerto que não havia homem no seu tempo que ousasse continuar as asperezas da sua vida. Oh! quantas vezes o sol o não achou sentado no mesmo sitio, onde o deixára na vespera, velando toda a noite sem tomar descanço de qualidade alguma, rodeado de pessoas de diversas nações, não sem tirar proveito de cada uma d'ellas; porque não era pequeno jubilo para elle descobrir modo de ser util a todos». *Chronica de Guiné*. Devemos advertir que a citação está muito longe de ser textual; não é mais do que a substancia do que Azurara diz n'uma parte do cap. IV da *Chronica do descobrimento*, etc.

[2] Ferdinand Denis, *Portugal pittoresque*.

[1] «Consiste esta memoria n'uma lapida de marmore, que faz um corpo de 10 1/2 palmos de altura e 5 1/2 ditos de largura, embutida na parede sobre a porta interior da entrada principal da fortaleza de Sagres. É o mesmo corpo dividido em dois planos, contendo o superior, em meio relevo, o escudo d'armas do infante, com uma esphera armillar á direita, e da parte esquerda um navio á vela. O plano inferior consta de duas almofadas: na do lado esquerdo ha esculpida uma inscripção latina, e na do direito lê-se a versão em portuguez, sómente a qual damos aqui aos leitores. Da collocação lavrou auto aos 24 de julho de 1840 o secretario da camara municipal da visinha Villa do Bispo, e o assignaram o governador da praça, o capellão, os officiaes da guarnição, e o capitão de mar e guerra L. G. Possolo, que os convidára para este acto, a que presidiu.

INSCRIPÇÃO EM PORTUGUEZ

monum. consagrado á eternidade. o grande infante d. henrique filho de el-rei de portugal d. joão I, tendo emprehendido descobrir as regiões, até então desconhecidas, de africa occidental, e abrir assim caminho para se chegar por meio da circumnavegação africana até as partes mais remotas do oriente, fundou n'estes logares á sua custa o palacio da sua habitação, a famosa escola de cosmografia, o observatorio astronomico, e as officinas de construcção naval, conservando, promovendo e augmentando tudo isto até ao termo da sua vida com admiravel esforço e constancia, e com grandissima utilidade do reino, das letras, da religião e de todo o genero humano, falleceu este grande principe depois de ter chegado com suas navegações até o 8.º gr. de latitude septentr., e de ter descoberto e povoado de gente portugueza muitas ilhas do atlantico aos XIII dias de novembro de 1460. d. maria II rainha de portugal e dos algarves mandou levantar este monumento á memoria do illustre principe seu consanguineo aos 379 annos depois do seu fallecimento, sendo ministro dos negocios da marinha e ultramar o visconde de sá da bandeira.

1839» *

* Virgulamos para mais facil leitura.»

Panorama, vol. 7.º (2.º da 2.ª série) pag. 140. art. *Monumento ao infante D. Henrique na praça de Sagres*. Richard Henry Major na sua *Vida do principe D. Henrique*, pag. 314, apresenta em gravura a cópia da lapida, a pag 313 a da estatua do principe, tal como se vê no portal da egreja de Belem, a pag. 305, a do seu tumulo na Batalha, e finalmente a pag. 52, o mappa do promontorio de Sagres copiado em 1863 pelo sr. J. C. Bom de Sousa, no Archivo Militar, do mappa levantado pelo capitão Lourenço Germack Possollo, em 1840.

Digitized by Google

parece ser um caracteristico dos Portuguezes[1]. Os estrangeiros, que frequentemente visitam aquellas praias, teem alli um triste documento do despreso que Portugal vota ás suas proprias glorias[2].

Quando se tratasse de pagar a nossa divida aos vultos eminentes que fizeram o nosso paiz grande na historia, o infante D. Henrique seria o ultimo a merecer-nos o esquecimento. Vasco da Gama completou a grande empreza, cantou-a Camões, mas foi o infante quem a iniciou.

Mais do que Vasco da Gama, ainda mais que o proprio Christovão Colombo, merece o infante D. Henrique a respeitosa commemoração da posteridade. Foi elle que teve primeiro na Europa arrojo de pensamento para conceber a idéa de rasgar o véo do Oceano, lucidez de espirito sufficiente para zombar de vãos terrores, perseverança, para não desistir dos seus trabalhos. Se o ardor religioso inspirou em parte esses projectos, a causa principal foi decerto o desejo de dar desenvolvimento á sciencia geographica, o enthusiasmo pelo acrescentamento dos conhecimentos humanos. D. Henrique não foi só um heroe da fé, mas foi tambem um heroe da civilisação[1].

E comtudo, se D. Manuel não collocasse o vulto grave do infante entre os cinzelados lavores do monumento de Belem, parece-nos que ainda hoje não teria D. Henrique outra estatua que não fosse a que dorme no seu tumulo á sombra das gothicas abobadas da Batalha. Se nos não enganâmos, nem sequer o seu nome figura actualmente na pôpa de qualquer dos nossos navios de guerra.[2]

Se algum dia tivermos recursos e animo para pagarmos esta grande divida, a estatua, que se levantar ao infante D. Henrique, não deverá campear nas praças tumultuosas das cidades. Alli, n'aquelle eremiterio á beira-mar, por elle escolhido para meditar nas suas grandes emprezas, é que se deve erguer o vulto, collossal como o do leão da Baviera ou o da estatua de Vercingetorix em França. Sósinho, face a face com as ondas, alli deve campear sobranceiro e immovel, no extremo da Europa, guarda immortal da nossa gloria; e, aureolada de relampagos pela procella, banhada pela espuma das vagas, a melancolica e sublime figura ouvirá durante longos seculos o rugido magestoso do Oceano.

---

[1] O nosso amigo Antonio Francisco Ribeiro Guimarães, distincto official de marinha, que por alguns annos exerceu o cargo de capitão do porto de Lagos, benevolamente nos informou de que a lapida apresenta actualmente um deploravel aspecto: os mastros do galeão partidos, as inscripções meio apagadas, os circulos da esphera com grandes soluções de continuidade, mostram a incuria com que se tem olhado para este mesmo singello monumento. Quando escreviamos estas linhas na primeira edição, era ministro da marinha o sr. José Maria Latino Coelho, um dos nossos mais brilhantes escriptores, e espirito capaz de comprehender estas coisas que interessam a gloria nacional. Infelizmente não teve tempo para d'ellas se occupar.

[2] Os navios inglezes das sociedades maritimas de recreio *Royal Yacht Club*, etc., quando vem de Gibraltar, e que os apanha alguma nortada rija, abrigam-se habitualmente por aquellas bahias do promontorio de Sagres. Então desembarcam e frequentemente visitam os logares onde se iniciaram as empresas, cujo fructo a Inglaterra está agora colhendo. Depois da publicação da obra de Mr. Major, é natural que essas excursões redobrem. Não é uma vergonha que encontrem no estado em que hoje se acha a velha povoação e o novo monumento?

[1] N'um interessante livro, pnblicado na Madeira, e escripto em portuguez por um russo, o sr. Platão Lvovitch Vakcel, intitulado *Quadros da litteratura das sciencias e artes na Russia* (Funchal, 1868) encontra-se a pag. 146 esta pasmosa phrase: As expedições emprehendidas hoje não são viagens estereis para a sciencia, como as que se fizeram desde Marco Polo até o capitão Cook, por marinheiros e viajantes sem duvida intrepidos, e até algumas vezes por homens de genio, mas que nunca davam ás suas descobertas o caracter scientifico. Estamos convencidos que a pouca familiaridade do illustrado moscovita com a lingua em que escreve, deu ás suas palavras uma significação diversa do pensamento que desejava exprimir, porque devemos confessar que nunca se proferiu um absurdo, mais palpavelmente, mais axiomaticamente absurdo!

[2] Pouco depois de se escreverem estas linhas deu-se á corveta *Hawk* que se comprou, o nome de *Infante D. Henrique*, mas infelizmente essa corveta pouco durou.

Digitized by Google

ALVARO VAZ D'ALMADA EM ALFARROBEIRA

Digitized by Google

CAPITULO XXVIII

Continuação dos descobrimentos para alem do cabo Bojador.—Os Azenegues

INFANTE D. Henrique, excitado pelo facto de ter Affonso Gonçalves Baldaya encontrado rastos de homens e de camellos, tornou a envial-o, em 1436, na mesma direcção, ordenando-lhe que fizesse todos os esforços possiveis para tomar lingua, captivando algum dos habitantes, e trazendo-o a Portugal. Seguiu viagem Gonçalves Baldaya no mesmo barinel em que fôra na viagem anterior, e chegou ao sitio onde suppôz que seria o Rio do Oiro. Não é mais do que uma bahia, como dissemos já. N'uma abra, que fica ao norte da foz do «Rio do Oiro» lançou Baldaya as ancoras. Pondo em terra dois cavallos que trazia para esse effeito, mandou que montassem n'elle dois moços de dezesete annos, que se chamavam Heitor Homem e Diogo Lopes de Almeida, e enviou-os a descobrir campo[1]. Foram os heroicos mancebos, e encontraram com effeito um magote de dezenove homens, armados d'azagayas, que fugiram assim que lhes appareceram os dois cavalleiros. Accolheram-se a uns penedos d'onde estiveram combatendo com os jovens Portuguezes, ferindo um d'elles n'um pé, ferida de que os nossos tiraram ampla vingança.

Azurara conta que conheceu um d'estes mancebos, o que se chamava Heitor Homem, que depois praticou acções de alto valor. Eram ambos elles muito considerados pela extraordinaria ousadia que em tão verdes annos tinham mostrado.

Ao outro dia sahiu a terra Affonso Gonçalves Baldaya com alguns dos seus tripulantes, a vêr se conseguia captivar indigenas; elles, porém, tinham fugido para o interior com tanta pressa que deixaram os pobres objectos do seu uso, que foram pelos nossos apanhados. Mas, como o seu fim principal era tomar um prisioneiro, Affonso Gonçalves Baldaya proseguiu mais cincoenta leguas para o sul até ao sitio a que chamou Ponta da Galé, porque uma pedra tinha configuração que lembrava uma galé. Pela corrupção d'este nome se lhe chama nos modernos mappas «Ponta da Galha».

Ainda ahi foi Affonso Baldaya infeliz, porque não encontrou habitantes, mas apenas umas redes que espantaram a todos por serem feitas de entre-casco das arvores.

Voltou de mau humor a Portugal. A sua expedição não fôra comtudo infructifera, porque deixava descobertas cento e setenta leguas de costa para além do cabo Bojador.

Houve até ao anno de 1441 interrupção nos descobrimentos. A desgraçada expedição de Tanger, a morte de el-rei D. Duarte, as discordias que se lhe seguiram durante a menoridade de D. Affonso V, distrahiram a attenção do infante D. Henrique da empreza que tanto a peito tomava. Apenas dois navios foram ao Rio do Oiro a buscar azeite e pelles de lobos marinhos, que Affonso

[1] Esta abra recebeu por isso a denominação «de Angra dos Cavallos». Fica ao norte do Cabo d'Areia dos nossos navegadores, hoje pelos Francezes e Inglezes denominado cabo *Trompeur* ou *Deceipt*.

Digitized by Google

Baldaya n'aquellas paragens vira em numero de mais de cinco mil[1]. Outras duas caravellas se prepararam em 1440 para expedição ás costas de Africa, mas tiveram tempo contrario, e nada adiantaram ao que já se fizera[2].

Em 1441, estando tudo um pouco mais tranquillo (tranquillidade apparente porque, como vimos, a discordia por mais tempo se protrahiu) o infante D. Henrique mandou armar um navio pequeno, e confiou-o a um seu guarda-roupa chamado Antão Gonçalves, ainda muito moço, a quem por isso o infante apenas encarregava de ir ao Rio do Oiro tomar azeite e pelles de lobos marinhos. Antão Gonçalves lhe mostrou mais uma vez que não era a curta edade obstaculo para o emprehendimento de grandes coisas.

Chegado com effeito ao Rio do Oiro, Antão Gonçalves chamou um outro moço da camara que vinha com elle, Affonso Guterres, e os tripulantes, que eram ao todo vinte e um, e, tendo-os reunido, declarou-lhes que lhes parecia pouco honroso cumprirem simplesmente o que o infante lhes determinára, e que decerto ganhariam muita gloria e receberiam muito louvor, se fossem elles os primeiros que a Portugal trouxessem alguns captivos da terra. Acceita com applauso a proposta de tentarem a empreza internando-se no sertão, partiu Antão Gonçalves com mais nove da companha ao longo da bahia, que persistiam em tomar por um rio, e subiram quatro leguas sem encontrarem mais do que rastos de homens e de camellos.

Afinal acharam um homem completamente nú, que seguia um camello e levava duas azagayas na mão. Cahiram sobre elle e aprisionaram-n'o apesar da sua resistencia desesperada. Tomaram mais uma negra moira, á vista de um grupo de homens, de quem ella era escrava, e que tentaram accudir, mas recuaram diante do aspecto marcial dos Portuguezes, e, se não vieram fazer companhia á serva, foi porque o sol ia declinando, e os nossos, fatigados das longas marchas, almejavam por descanço. Voltaram pois para o seu navio, satisfeitos e ufanos com os seus dois prisioneiros.

Mas esperava-os um acontecimento extraordinario. No porto, onde ancorára Antonio Gonçalves, fundeára um outro navio Portuguez, commandado tambem por um dos cavalleiros do infante, chamado Nuno Tristão. Era uma novidade o encontro de dois navios Portuguezes em tão remotas regiões, e para os exploradores d'aquelles paizes a apparição de uma vela ao longe era um successo quasi impossivel. Não foi por conseguinte pequeno o jubilo e o espanto de Antão Gonçalves. Depois de se trocarem as primeiras alegres saudações, disse Nuno Tristão que fôra enviado pelo infante para proseguir os descobrimentos para além da Ponta da Galé, e soube de Antão Gonçalvas a prêsa que fizera. Accendeu-se-lhe no peito uma certa emulação, e determinou fazer entre os Moiros prêsa maior do que a que fôra

---

[1] «Lobo marinho, nota o visconde de Santarem, é a *Phoca Vitulina* de Linneu. No Roteiro da viagem de Vasco da Gama, pag. 3, dia 29 de novembro de 1497, se diz: Achámos muitas baleias e umas que se chamam *quoquas* e lobos marinhos.» N. á *Chronica* de Azurara, pag. 54.

[2] «Vêmos nas antigas cartas portuguezas ineditas, diz o visconde de Santarem, marcados entre o cabo Bojador e a Angra dos Ruivos os seguintes pontos: *Penha-Grande*, *Terra-Alta*, e *Sete Montes*, além da *Angra dos Ruivos*. Estes navios ali abordaram provavelmente, e os nossos maritimos deram áquelles pontos os nomes indicados nas ditas cartas,» N. á *Chronica* de Azurara, pag. 66. — A Penha-Grande, diz A. M. de Castilho, fica em 25° 6′ N. e se ergue uns 150 metros, altura muito grande para esta costa. A Terra-Alta provavelmente será uma barreira alta que se chamava d'antes Pedreiras e hoje Morro-Garnet. *Sete Montes* não póde deixar de ser os Sete Cabos de que fala A. M. de Castilho, que ficam seis milhas para o sul do cabo dos Ruivos, e que são sete dunas de areia mui alva.

Digitized by Google

feita pelo seu antecessor. Reuniram-se em conselho para isso, e Antão Gonçalves advertiu que não sabia onde era a povoação dos Moiros, que os vira reunidos n'um oiteiro, onde não havia nem rastos de habitações, e que seria perigoso internar-se muito no sertão á procura d'elles. Esteve quasi decidido que não se tentaria a empreza, mas Gonçalo de Cintra e Diogo Annes de Valladares, que pertenciam á tripulação da caravella de Nuno, insistiram, e conseguiram partir de noite e chegar á povoação, que saltearam, tomando uns poucos de homens, entre elles um chefe que se chamava Andahú. A lingua que estes prisioneiros falavam era uma lingua desconhecida mesmo de um interprete alárabe que Nuno trazia comsigo. Só o entendia o chefe, e por elle é que se soube que eram Azenegues aquelles povos, habitantes da costa de Saharà, que fica intermediaria á costa de Marrocos e á da Senegambia[1].

As provas de coragem e de habilidade, dadas por Antão Gonçalves, tinham sido tão notaveis, que a tripulação das duas caravellas unanimemente pediu a Nuno Tristão que o armasse cavalleiro. Debalde Antão Gonçalves recusou modestamente, allegando que não praticára façanhas que de tamanha honra o tornassem digno, teve de receber a espadeirada do ceremonial, e d'ahi ficou ao porto, onde estavam fundeadas as duas caravellas, o nome de Porto do Cavalleiro[1].

Pensando que poderiam entrar em negociação com os Azenegues para o resgate d'alguns prisioneiros, mandou Nuno Tristão á terra o interprete alárabe, mas os Azenegues não só procuraram armar traição aos nossos, emboscando-se quando elles se approximavam de terra no batel, mas retiveram prisioneiro o interprete. Então os dois navios levantaram ancora, o de Nuno Tristão para proseguir nos descobrimentos, o d'Antão Gonçalves para voltar a Portugal com os captivos.

Antes, porém, de continuar a sua navegação, Nuno fez um acto que se considerou de suprema ousadia. Como a caravella precisava de concerto, mandou-a tirar a terra, e tratou do seu corregimento como se estivesse em Lisboa. Voltando ao mar depois, passou para deante da Ponta da Galé, e, divisando um promontorio formado d'uma penedia muito alva, poz-lhe o nome de Cabo Branco, que ainda hoje conserva[2].

---

[1] O visconde de Santarem cita n'este ponto Ritter *Géographie comparée*, tom. III, p. 366 *Azenagha*. «Este autor, accrescenta o visconde, diz que falam Berbere. Sobre esta lingua vide o curioso artigo *Berbery* de M. d'Avezac na *Encyclopédie des gens du monde*.

«Quanto aos Azenegues, Barros diz (Dec. I, l. 1.º, cap. 2): «Os paizes que habitam os povos Azenegues que confinam com os negros de Jalof onde se começa a região de Guiné.» *Chronica de Azurara*, not. 2, pag. 83. Na nota 3, ainda a proposito da palavra Saharà, nos dá o erudito visconde mais esclarecimentos ácerca d'estes povos.

«*Saharà*, diz elle, denominação que significa deserto. Os geographos teem usado dos seguintes nomes: Zaharà, Sarra, Ssahharà e Sahar. Os habitantes d'este mar de areia chamam-lhes *Saharacin* (Sarracenos) *filhos do deserto* (Vid. Ritter III, 360), todavia esta denominação de Sarracenos foi applicada em grande generalidade pelos autores da edade média, principalmente pelos chronistas christãos. Plano Carpino, por exemplo, julga que na India existiam *Sarracenos negros*.

Sobre as questões etymologicas ácerca d'este nome *Vid.* a excellente obra de M. Renaud, intitulada *Invasions des Sarrazins en France*, IV. partie, p. 227 e seguintes.

«*A linguagem d'aquelles não é mourisca*» palavras de Azurara que o visconde de Santarem annota do seguinte modo:

«Entre as differentes tribus africanas, que invadiram a França, havia diversas que fallavam differentes linguas. M. Renaud, na obra citada, diz:

«Une partie seulement parlait la langue arabe; le reste faisait usage du *berber* ou de tout autre idiome.» Este sabio orientalista cita o autor arabe Ibn Alcouthya (*Invasions des Sarrasins*, pag. 242). Estes captivos, diz Major, apresentavam toda a variedade de côres, desde o negro mais intenso até ao quasi branco. *Life*, etc., pag. 178.

[1] Recebeu depois Antão Gonçalves do infante D. Henrique a alcaidaria-mór de Thomar, uma commenda da ordem de Christo, o cargo de escrivão da puridade e outras recompensas ainda.

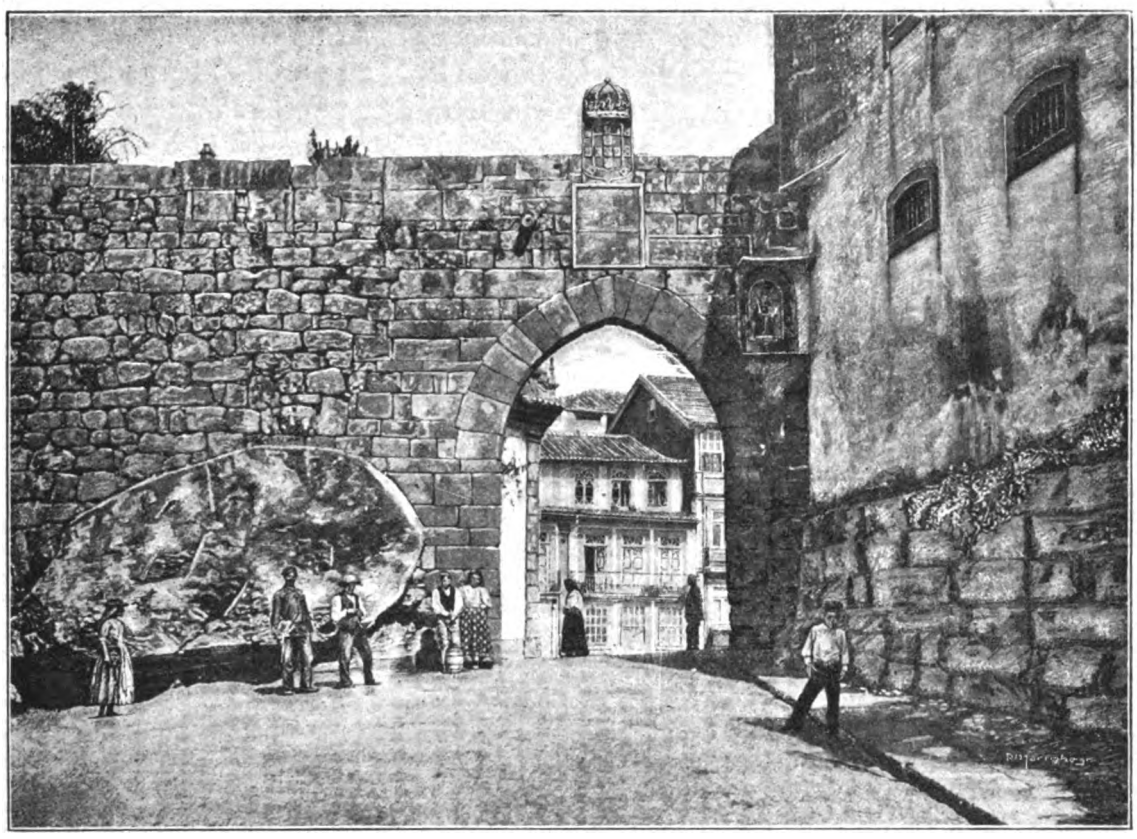
[2] Fica a 20º 46' 27'' N. Eram 6 gráus descobertos para além do cabo Bojador.

Digitized by Google

Entretanto Antão Gonçalves regressava a Portugal, onde os captivos eram recebidos pelo infante com extraordinario jubilo. Apesar de tratado com o maior carinho, o chefe Andahú não pensava senão em voltar ao seu paiz, e instava com Antão Gonçalves para que o levasse para lá, promettendo-lhe um bom resgate, e dizendo-lhe que d'outros dois moços que tinha captivos tambem tiraria bom lucro.

Foi n'esta occasião que o infante D. Henrique enviou uma embaixada ao papa Eugenio IV, dando-lhe parte dos seus descobrimentos, e rogando-lhe que concedesse indulgencias a todos os que n'essas emprezas morressem, o que o papa immediatamente lhe outhorgou[1]. Ao mesmo tempo concedeu o regente D. Pedro a seu irmão o quinto, que a el-rei devia pertencer, de todas as presas que por lá se fizessem, assim como tambem ordenou que ninguem, sem licença do infante, podesse armar navios para se ir áquellas partes.

Instado pelos pedidos d'Andahú, Antão Gonçalves offereceu-se ao infante para voltar ao Rio do Oiro, lembrando-lhe que não só obteria assim maior numero de almas para as fazer entrar no caminho da salvação, mas que além d'isso podia ter mais amplo conhecimento dos paizes de que desejava ter noticia. O infante accedeu ao pedido, dizendo a Antão Gonçalves que procurasse saber alguma coisa ácerca da In-



ANTIGA MURALHA DE VIZEU MANDADA CONSTRUIR POR D. AFFONSO HENRIQUES

[1] Além d'esta bulla, o papa Nicolau V expediu outra datada de 8 de janeiro de 1450, concedendo a el-rei D. Affonso V todos os territorios que o infante D. Henrique havia descoberto. (*Archivo R. da Torre do Tombo*, maç. 32 de bullas, n.º 1). Em 8 de janeiro de 1454 o mesmo papa ratificou e concedeu por ou-

Digitized by Google

dia, mas tambem ácerca do famoso Prestes João, monarcha que seguia a lei de Christo e que vivia entre pagãos [2].

Partiu Antão Gonçalves de novo para o Rio do Oiro, levando em sua companhia um cavalleiro allemão, chamado Balthazar, fidalgo da casa do imperador Frederico III, que depois casou com a infanta de Portugal D. Leonor. Viera elle para combater em Ceuta contra os Moiros, mas, vendo a actividade com que o infante D. Henrique promovia as navegações, desejou tomar parte n'ellas. Cutiladas e lançadas, por toda a Europa as havia, mas esse prazer especial dos descobrimentos só em Portugal se podia encontrar.

O bom do allemão ardia por poder contar, de volta á sua patria, á sua loira noiva, historias de tempestades e de novos paizes. Sahiu-lhe tudo á medida dos seus desejos. Logo ao sahir de Lagos um temporal formidavel apanhou o navio de Antão Gonçalves, que teve de voltar ao porto. Fazendo-se de novo á vela, partiu para a Africa, e chegou emfim ao Rio do Oiro, onde mandou pôr em terra o chefe Andahú, para ir tratar do seu resgate, mas o chefe nunca mais appareceu, levando, para cumulo de

---

tra bulla a el-rei D. Affonso V, e ao infante D. Henrique e a todos os reis de Portugal seus successores, todas as conquistas d'Africa com as ilhas nos mares adjacentes desde o cabo Bojador, e do Não até *toda a Guiné*, com toda a costa meridional *(Arc. R.*, maç. 7 de bullas, n.º 29, e maç. 33, n.º 14). Esta bulla foi publicada por Dumont *Corps diplomatique universel*, tom. I, pagina 200.

«Em 13 de março de 1455, Calixto III determinou por outra bulla que o descobrimento das terras d'Africa Occidental, assim adquirido por Portugal, como do que se adquirisse, o não possam fazer senão os reis de Portugal, e confirmando as de Martinho V e Nicolau V sobre o mesmo objecto. *(Arch. R., liv. dos Mestrados*, fl. 151 e 165).

«Veja-se egualmente a outra bulla de Xisto IV, de 21 de junho de 1481, que é mui curiosa. *(Arch. R.*, maç. 6, de bullas, n.º 7, e maç. 12, n.º 23).

«Veja-se egualmente Barros, *Decada I*, liv. I, cap. VII.» Nota do visconde de Santarem, *Chronica d'Azurara*, pag. 92.

[2] E' antiquissima esta tradição do Prestes João, mas o seu reino occupou differentes posições nos mappas, passando da India para a Africa, até que afinal se fixou na Abyssinia, onde existe effectivamente o christianismo desde épocas remotas.

N'um documento encontrado por Mr. Thomassy na bibliotheca de Nancy, documento do seculo XII, conta-se que veiu a Roma o patriarcha das Indias. Era pontifice Calixto II e a chegada d'esse personagem vindo da India produziu em toda a Italia geral espanto. Eis o texto: Sane Patriarcha Indorum Romam adveniens, illius scilicet Indiœ, quœ ultima mundi finem facit, adventu suo Romanis et universœ feré Italiœ stupendum miraculum fecit; cum per innumerorum curricula annorum de partibus Indiœ et tam de longinquis regionibus et barbaris per totam pené Italiam visus, nunquamque fuisset proeter istum et supradictum beatæ memoriæ *patriarcham Johannem.*

Aqui temos o patriarcha João ou o Prestes João na India. No seculo XV já o Prestes João passou para a Africa, chamando-se agora Presbytero João, como se vê d'uma nota escripta pelo cardeal Guilherme de Fillastre no verso dos mappas da Cosmographia de Ptolomeu.

«Quarta Africe tabula, tota pené ad austrum et ultra Egiptum continet Getuliam, Libiam interiorem, Ethiopiam junctam Egipto, Nubiam Indiam inferiorem que ad Ethiopiam vergit et ipsam Ethiopiam.,. Et in istis India et Ethiopia est terra *presbyteri Johannis christiani* qui dicitur regnare super 72 reges, quorum 12 sunt infideles, reliqui christiani, sed diversorum rituum et sectarum.

«Istius presbyteri Johannis duo ambassiatores. unus christianus et alter infidelis, hoc anno Domini millesimo quadringentesimo vicesimo septimo quo hœ tabulœ descriptœ fuerunt, venerunt ad regem Aragonum Alfonsum.»

Isto quadra bem com o imperador d'Abyssinia, cujo titulo foi sempre *négus* ou rei dos reis, o que parece tambem ser designado pelo *dicitur regnare super 72 reges*. A noticia vaga que havia d'este monarcha foi o que incitou muitos commettimentos atrevidos dos nossos, que tentavam ligar-se com elle e o procuravam até na India, onde antigamente se suppunha que estava o seu reino collocado. Devia ser grande o desapontamento dos enviados de D. João II, quando se viram face a face com o celebre Prestes João, cuja dynastia findou no anno de 1868, em presença das tropas de sir Robert Napier, com o tiro de pistola que fez saltar os miolos de Theodoro, ultimo *négus* da Abyssinia, da descendencia de Salomão, como elles pretendiam.

Mas d'onde vinha este nome de Prestes João? Guilherme Lejean, que foi muito tempo consul na Abyssinia, attribúe, na sua *Voyage en Abyssinie*, publicada no jornal *Tour du monde*, n'um artigo intitulado *Théodore II et l'Abyssinie*, publicado na *Revista dos dois mundos* do anno de 1864, a origem d'este nome ás palavras *Rete djan oi*, com que os subditos abyssinios dirigem aos seus soberanos qualquer supplica, mas o facto d'elle ser primeiro chamado *Patriarcha João*, depois *Presbytero João* e finalmente *Prestes João*, nos documentos da edade média, parece destruir a hypothese do escriptor francez, tornando mais verosimil a conversão de *Presbytero* em *Prestes*. Decidam os eruditos.

Digitized by Google

mangação, os ricos fatos que o infante D. Henrique lhe dera[1]. Em compensação vieram logo muitos Azenegues tratar do resgate dos dois moços, e deram por elles dez escravos negros[2], muito oiro em pó, uma darga[3], e muitos ovos de avestruz de que vieram ainda para o infante alguns que chegaram frescos e bons[4]. Quem tratou da negociação foi um Martim Fernandes, criado do infante, um verdadeiro polyglotta que entendia o *berbere* dos Azenegues, ao passo que o alarabe não sabia percebel-o. Comtudo não os entendeu tanto que não imaginasse que se encontrava alli o oiro, quando a verdade é que o traziam as caravanas do interior áquella costa, de onde passava para o norte da Africa[5].

Antão Gonçalves voltou a Portugal cum os negros, e Balthazar, o cavalleiro allemão que o acompanhava, tornou para a sua terra, onde foi naturalmente a maravilha de todos os que o escutavam, e um novo Sindbad para os pasmados Germanos. Os ovos de avestruz deviam produzir nos seus ouvintes o mesmo effeito que os ovos do celebre *roc* nos convivas do heroe das *Mil e Uma Noites*. A narração das tempestades, dos perigos, dos estranhos costumes dos Azenegues devia occupar bastantes serões de inverno nos velhos castellos allemães, junto da vasta lareira, emquanto gemesse lá fóra o vento e cahisse a neve cobrindo de alvo manto o solo endurecido.

Em 1443 partiu Nuno Tristão com uma caravella para descobrir a costa para além do cabo Branco, e chegou a uma ilha a que chamou ilha de Gete, porque assim lhe pareceu que lhe chamavam os naturaes. O nome que elles lhe davam era Ghir, e o nome que depois lhe foi posto ainda pelos nossos, quando perceberam melhor a fala dos habitantes, foi Arguim, nome que ainda hoje conserva[1].

Brazão de armas da Villa de Torre de Moncorvo

Ahi tomou Nuno Tristão quinze naturaes da terra, que passavam em jangadas para outra ilha, a que Nuno Tristão chamou ilha das Garças, pela grande quantidade de passaros d'esta especie que n'ella viu, e, feito isto, voltou para Portugal.

Estava terminado o descobrimento

---

[1] Ferdinand Denis, interpretando mal Azurara, suppõe que, depois de muitos dias de espera e de apprehensões da parte dos Portuguezes, appareceu finalmente um Moiro enviado para tratar do resgate de Andahú. Não é assim, o Moiro, com muitos outros companheiros seus, veiu, mas foi por causa do resgate dos dois moços que tinham ficado a bordo: Andahú, esse safou-se muito sem ceremonia, levando o fato ainda por cima, e Antão Gonçalves ficou jurando que nunca mais se deixaria embaçar. Vidè Azurara, cap. XVI, pag. 97 *in fine*.

[2] Estes Mouros Azenegues tinham negros por escravos.

[3] «Darga-adarga, escudo oblongo de coiro.» J. I. Roquete. *Glossaria* da *Chronica de Azurara*, pag. 468.

[4] Particularidade que parece dar a entender que eram curtas as viagens, tal é a observação que faz n'este logar F. Denis

[5] «O autor parece ignorar, diz o visconde de Santarem annotando Azurara, que o oiro era alli trazido do interior pelas caravanas que desde a antiguidade faziam este commercio atravez do grande deserto, principalmente depois da invasão dos Arabes. Sob o imperio dos Khalifas este commercio do interior da Africa se estendia não só até á extremidade occidental d'este continente, mas até mesmo á Hespanha. As caravanas atravessavam os valles e planicies de Suz, de Dareh e de Tafilet ao sul de Marrocos. (Vid. *Geographia Nubiense*, ed. de 1619, pag. 7, 11, 12 e 14, Hartmann's Edrisi, pag 26, 49, 133, 134.)

«Este oiro de que trata e autor vinha do paiz dos negros, chamado Ouangara, como se vê em Edrisí, e em Ibn-el-Ourpi nas *Notices et Extraits de la bibliotheque du roi*, fol. II. pag 33 e 37.

«Marmol y Carvajal, e Leão Africano falam varias vezes do oiro do Tiber trazido de Ouangara.

«A denominação de Tiber é derivada da palavra Thibr, que significa oiro.»

[1] Em Arguim mandou o infante em 1448 construir um forte, que nos foi tomado pelos Hollandezes em 1638, tomaram-n'o os Inglezes em 1675, os Francezes em 1678, os Hollandezes de novo em 1685, outra vez os Francezes em 1721, os Hollandezes pela terceira vez em 1722. A fortaleza construida pelo infante foi pelos Francezes arrasada.

Digitized by Google

da costa de Sahara e principiava o da costa da Senegambia.

As emprezas do infante não tinham passado sem contradicção, e quando começou a povoar as ilhas desertas do Atlantico e a mandar navios que passassem para além do cabo Bojador, levantaram-se contra elle graves murmurios, queixando-se o povo de que esbanjasse riquezas e arriscasse vidas em commettimentos de pouco valor e proveito; mas, quando a cultura das ilhas começou a dar os seus fructos, quando das terras para além do Bojador começaram a vir ao reino escravos com abundaneia, o sentimento publico mudou immediatamente, as accusações passaram a ser louvores, o descontentamento transformou-se em cubiça.

Foi na villa de Lagos que primeiro se principiou a fazer sentir esta variação das opiniões populares, porque alli, como mais proxima, se sentiam melhor os proficuos resultados das tentativas do infante. Os habitantes começaram a sentir desejos de partilhar com os criados de D. Henrique as riquezas que elles adquiriam, e o almoxarife d'el-rei na villa, um chamado Lançarote, que fôra criado de pequeno na camara do infante, entrou a instigar amigos seus para que fizessem uma expedição ás costas novamente descobertas. Pediram ao infante a necessaria licença, que lhes foi concedida com jubilo, e armaram logo seis caravellas que tiveram por commandante em chefe o instigador da empreza, Lançarote, que tambem dirigia um dos navios, sendo os outros capitães o celebre Gil Eanes, cujo concurso fôra ardentemente desejado, pela experiencia e fama que adquirira com o ser o primeiro a dobrar o Bojador, Rodrigo Alvares, João Dias, João Bernardes, e Estevam Affonso. Partiram e chegaram aos ilhéos de Arguim, onde fizeram grande captura de Moiros, trazendo ao reino duzentos e trinta e cinco captivos, não sem custo, porque tiveram de pelejar fortemente e por varias vezes tanto nos ilhéos das Garças, de Tider e de Naar[1], como depois no cabo Branco, aonde tambem foram buscar escravos.

Não deixemos de confessar que estas façanhas de Lançarote, que Azurara conta com tanto prazer e tanta minuciosidade, não passavam de actos de uma odiosa pirataria. O trafico infame da escravatura praticava-se á força armada, e repugnam aos nossos espiritos estas expedições emprehendidas para tomar escravos. As idéas do tempo eram outras e o que não podemos admittir é que o infante D. Henrique seja considerado como o introductor d'esse negocio de carne humana. A escravatura encontrou-a elle radicada no animo dos povos, como o demonstra com abundantes e solidas razões Richard Major na sua excellente obra [2]. O erudito inglez prova: primeiro, que o trafico dos escravos estava estabelecido na Europa desde a mais remota antiguidade, e que o Christianismo não viera alterar muito essa ordem de coisas, pois que na edade média até as egrejas e os mosteiros tinham escravos; segundo, que a exportação de escravos africanos tambem era feita antes do infante D. Henrique, tanto na antiguidade como no tempo das cruzadas; terceiro, que não contribuira elle indirectamente para os introduzir na America, onde o escandalo é maior, porque foi de Hespanhoes,

---

[1] Tanto a ilha de Tider como a de Naar e das Garças se acham marcadas nas antigas cartas junto á costa de Arguim. No *Isolario* de Bordone (1533), onde se notam as tres ilhas de que trata o auctor, são indicadas todas tres com a denominação de ilhas das Garças. O mesmo se vê na carta veneziana de Gastaldi, e outras. Na carta do Atlas portuguez já citado, «e] na outra carta portugueza, feita em Lisboa por Domingos Sanches em 1518, se acham pintadas estas ilhas junto da costa de Arguim, mas sem nome algum.» Visconde de Santarem. Nota á *Chronica* de Azurara, pag. 117.

[2] Consagra-lhe um capitulo inteiro, XI. «The Slave Trade» de pag. 179 a 189.

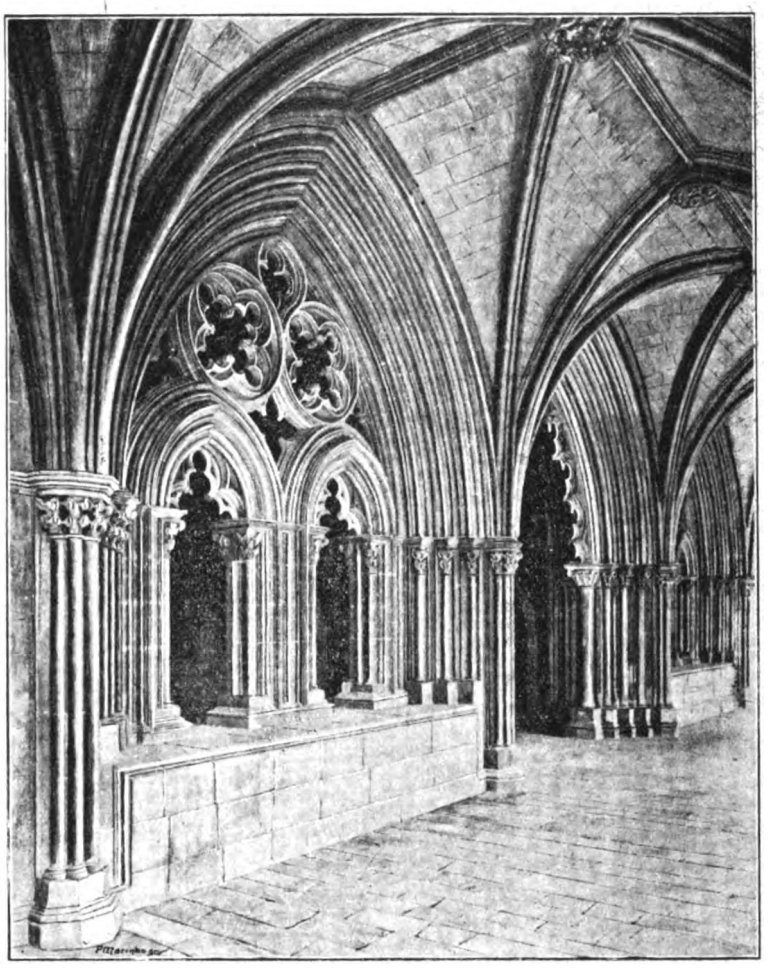
Digitized by Google

e não de Portuguezes, que partiu n'esse ponto a iniciativa[1].

Comtudo nem por isso podemos absolver completameste o infante D. Henrique de ter favorecido essas expedições com tão repugnante destino. Mas ai! os homens, por maiores que sejam, não são nunca totalmente superiores aos preconceitos do seu seculo.

Digâmos em honra de Gomes Eanes de Azurara, que se elle conta com enthusiasmo as façanhas de Lançarote e dos seus na tomada dos Moiros, é com lagrimas na voz que narra a scena dilacerante do repartimento dos captivos em Lagos. Oiçamol-o, que elle nos vae desenrolar um tristissimo quadro, e bem similhante, por nosso mal, aos que ainda hoje, em pleno seculo XIX, todos os dias se desdobram em mercados onde a civilisação campeia, nos paizes florescentes da America.

«Oh! tu celeste padre, exclama o bom do chronista, que com tua poderosa mão, sem movimento de tua divinal essencia, governas toda a infinda companhia da tua santa cidade, e que trazes apertados todos os eixos dos orbes superiores, distinguidos em nove espheras, movendo os tempos das edades breves e longas, como te praz! Eu te rogo que as minhas lagrimas não sejam damno da minha consciencia, porque não por sua lei d'estes, mas a sua humanidade constrange a minha, que chora poderosamente seu padecimento. E, se os brutos animaes, com seu bestial sentir, por um natural instincto, conhecem os damnos de seus similhantes, que queres que faça esta minha humanal naturesa, vendo assim ante os meus olhos esta miseravel companhia, lembrando-me que são da geração dos filhos de Adão! No outro dia, que eram oito dias do mez de agosto, muito cedo pela manhã, por rasão da calma, começaram os mareantes de correger seus bateis, e tirar aquelles captivos para os levarem, segundo lhes fôra mandado; os quaes, postos juntamente n'aquelle campo, era uma maravilhosa coisa de vêr, porque entre elles



BATALHA — ENTRADA DA CASA DO CAPITULO

[1] O visconde de Santarem adverte nas notas da *Chronica* de Azurara, que, antes de D. Henrique, viera João de Béthencourt vender á Europa escravos das Canarias.

Digitized by Google

havia alguns arrasoados brancos, formosos e airosos; outros menos brancos, que queriam similhar pardos, outros tão negros como Ethiopios, não desaffeiçoados, assim nas caras como nos corpos, que quasi parecia aos homens que os esguardavam, que viam a imagem do hemispherio mais baixo. Mas qual seria o coração, por duro que ser podesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquella companhia; porque uns tinham as caras baixas, e os rostos lavados com lagrimas, olhando uns contra os outros, outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos ceus, fitando os olhos em elles, bradando altamente, como se pedissem soccorro ao padre da natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se estendidos no meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume da sua terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem dos nossos não podesse ser entendida, bem correspondia ao grão da sua tristesa. Mas, para seu dó ser mais accrescentado, sobrevieram aquelles que tinham carrego da partilha e começaram de os apartarem uns dos outros, afim de porem seus quinhões em egualdade; onde convinha de necessidade de se apartarem os filhos dos paes e as mulheres dos maridos, e uns irmãos dos outros. A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei, sómente cada um cahia onde a sorte o levava! O' poderosa fortuna, andas e desandas com tuas rodas, compassando as coisas do mundo como te praz! E se quer põe ante os olhos d'esta gente miseravel algum conhecimento das coisas ultimas, porque possam receber alguma consolação em meio da sua grande tristesa! E vós outros, que vos trabalhaes d'esta partida, esguardae com piedade sobre tanta miseria, e vêde como se apertam uns com os outros, que apenas os podeis desligar! Quem poderia acabar aquella repartição, sem mui grande trabalho; porque tanto que os tinham posto em uma parte, os filhos, que viam os paes na outra, levantavam-se rijamente, e iam-se para elles; as mães apertavam os outros filhos nos braços, e lançavam-se com elles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhes não serem tirados! E assim trabalhosamente os acabaram de repartir, porque, além do trabalho que tinham com os captivos, o campo era todo cheio de gente, assim do logar, como das aldeias e comarcas d'arredor, os quaes deixavam em aquelle dia folgar suas mãos, em que estava a força do seu ganho, sómente por ver aquella novidade. E com estas coisas que viam, uns chorando, outros repartindo, faziam tamanho alvoroço que punham em turvação os governadores d'aquella partilha. O infante era alli em cima d'um poderoso cavallo e acompanhado de suas gentes, repartindo suas mercês, como homem, que de sua parte queria fazer pequeno thesouro, porque de 46 almas que aconteceram no seu quinto mui breve fez d'ellas sua partilha, porque toda a sua principal riqueza estava em sua vontade, considerando com grande prazer na situação d'aquellas almas que antes eram perdidas. E certamente que seu pensamento não era vão, porque, tanto que estes haviam conhecimento da linguagem, com pequeno movimento se tornavam christãos, e eu que esta historia ajuntei n'este volume vi na villa de Lagos moços e moças filhos e netos d'estes, nados n'esta terra, tão bons e tão verdadeiros christãos, como se descenderam do começo da lei de Christo, por geração, d'aquelles que primeiro foram baptisados[1]».

[1] *Chronica do descobrimento*, etc., cap. XXV, pag 132.

Digitized by Google

Desviemos os olhos do tristissimo quadro, e consolemos-nos ao menos com o que Azurara diz no capitulo seguinte, asseverando que estes captivos eram em geral bem tratados pelos senhores, chegando muitos a consideral-os como membros da familia, casando e dotando as raparigas, e mandando ensinar aos rapazes officios mechanicos, de fórma que bastantes se affeiçoaram á sua nova patria, emquanto outros, pelo contrario, não lhes valendo a doçura do tratamento, succumbiam á nostalgia, e definhavam-se pensando, á beira do mar do Algarve, na sua terra ardente, onde passavam descuidosos a vida á sombra dos palmares do Saharâ.

No anno seguinte de 1445, mandou o infante D. Henrique Gonçalo de Cintra para proseguir os descobrimentos, ordenando-lhe que fosse direito a procurar Guiné. Mas Gonçalo de Cintra, cégo pelo desejo do lucro, apesar das ordens expressas do infante e dos conselhos dos seus, quiz parar em Arguim para fazer captivos. Estavam comtudo já precavidos os Moiros pelo exemplo das antecedentes expedições, de fórma que não poderam tomar senão duas mulheres, e fugiu-lhes um Azenegue que traziam como interprete, porque, pela sua residencia em Portugal, se familiarisára com a nossa lingua. Esta fuga parece contradizer um pouco a affirmação de Azurara de que os captivos, quando tomavam conhecimento intimo da nossa religião e dos nossos costumes, já não queriam saber da sua terra. O que parece verdadeiro é que não fugiam, porque atravessar a nado do cabo de S. Vicente até ao cabo Branco é empreza pouco facil. Azurara não saberia que não ha bens que compensem a perda da liberdade?

Insistiu Gonçalo de Cintra em fazer alguma prêsa, e foi ao continente n'um batel com doze homens, mas internou-se de modo que não pôde depois facilmente voltar. Desembarcára elle com os seus, e os Moiros, que os andavam espiando, saltearam-n'os em numero de duzentos, e como, apesar do valor dos nossos, a desproporção era immensa, sete morreram, entre os quaes Gonçalo de Cintra. Os outros salvaram-se a nado.

Era o primeiro desastre que aos nossos succedia. O sitio por elle assignalado recebeu depois, de Bartholomeu Dias, o nome de *Angra de Gonçalo de Cintra*[1]. Damião de Lemos Faria e Castro commemora com pompa de phrase esta derrota, exclamando: «Elles os primeiros Portuguezes que rubricaram com o seu sangue as nossas conquistas, por diminuto ensaio da grande copia que, derramado no mar, tinha de tingir as ondas, espalhado na terra, havia de matisar as plantas.» Com o mesmo lyrismo entoariamos o epicedio dos martyres, se não tivessemos tanto no ouvido ainda as queixas dolorosas dos Moiros captivos, separados violentamente dos paes, dos filhos, das esposas, queixas de que Azurara enviou á posteridade os sentidos eccos. Prantearíamos devidamente esses primeiros Portuguezes que regaram com o seu sangue as plagas africanas, se não tivessemos diante dos olhos o repugnante quadro das tripulações de Lançarote, perseguindo nos ilhéos de Arguim os pobres Moiros inoffensivos, matando, captivando com bestial ardor, passando de ilha para ilha, espreitando as povoações, piratas sem fé nem lei,

[1] Ou erra gravemente Azurara dizendo que Gonçalo de Cintra «*fez guiar a caravella contra a ilha de Naar*» (pag. 143), que é um dos ilhéos de Arguim, ou se enganou Bartholomeu Dias, quando poz ao sitio onde imaginou que Gonçalo de Cintra fôra morto esse nome. Esta ultima supposição é mais provavel, porque em Arguim é que os nossos esperavam encontrar grande quantidade de captivos; ora a angra conhecida nos mappas pelo nome de angra de Gonçalo de Cintra, bahia de Cintra ou Ira Barra, fica apenas 14 leguas ao sul do Rio do Oiro e proximamente dois graus e meio ao norte de Arguim.

Digitized by Google

violando os direitos mais sagrados da humanidade, a pretexto de servirem o Martyr do Calvario.

A morte de Gonçalo de Cintra não foi um martyrio, foi o principio de uma justissima expiação.

Taxar-nos-hão os leitores de severos. É necessario que o sejâmos para os crimes commettidos pelos nossos, se queremos depois, sem remorso e com funda convicção, cantar as nossas glorias.

N'esse mesmo anno de 1445, Antão Gonçalves, Comes Pires, e Diogo Affonso foram ao Rio do Oiro para vêr se estabeleciam com os Moiros relações commerciaes seguidas. Não o conseguiram; mas esta viagem foi celebre pela audacia de um Portuguez, João Fernandes, que ficou sósinho na Africa para tomar conhecimento intimo da lingua, da terra, do interior do continente, e depois informar o infante D. Henrique[1].

N'este mesmo anno voltou Nuno Tristão á Africa, e, passando para além do Cabo Branco, reparou na differença que fazia a costa que elle agora visitava da que já fôra visitada nos annos antecedentes. Era esta ultima arenosa, esteril, a outra coberta de palmeiras e de ostentosa vegetação[2]. É porque ás aridas plagas do Sahará succedia o maravilhoso, posto que doentio, paiz da Senegambia. Foi Nuno Tristão o primeiro que visitou esta costa, e assim se deve entender o que diz Azurara, de que foi este fidalgo o primeiro que viu terra de negros. De volta deu uma saltada nos ilhéos d'Arguim, que estavam em parte deshabitados, e ainda tomou uns vinte e um Moiros; mas Azurara não relata particularidades d'este successo, porque, quando estava escrevendo a sua historia, já Nuno Tristão morrera[1].

Resumâmos agora chronologicamente os descobrimentos feitos no espaço d'estes onze annos.

Em 1434 Gil Eanes dobra o cabo *Bojador;* em 1435 Gil Eanes e Affonso Gonçalves Baldaya chegam até á *Angra dos Ruivos;* em 1436 Affonso Gonçalves Baldaya descobre o *Rio do Oiro*, desembarca na *Angra dos Cavallos*, prosegue para o sul e chega até á *Pedra da Galé;* em 1441 Nuno Tristão descobre o *Cabo Branco;* em 1443 o mesmo Nuno Tristão descobre os ilhéos *d'Arguim;* em 1445, finalmente, ainda o mesmo Nuno Tristão visita a costa da Senegambia e chega até *Palmar*. Partindo pois de 26° de latitude norte, tinha chegado a 18°. Em onze annos oito graus tinham sido descobertos pela audacia dos nossos navegadores. A costa do Sahará estava perfeitamente conhecida, e a Senegambia ia desenrolar, diante dos olhos maravilhados dos Portuguezes, o magnificente panorama das suas margens verdejantes, onde um sol ardente dava opulencia e viço a uma prodigiosa vegetação.

---

[1] E o sr. Platão Lvovitch Vakcel a dizer que ninguem emprehendia viagens com espirito scientifico!

[2] «Comparando-se esta relação com as cartas ineditas já citadas, vê-se que Nuno Tristão, depois de reconhecer de novo as ilhas de Arguim, correra ao longo da costa para o sul os seguintes logares: *Ilha Branca*, *Rio de S. João*, *Golfo de Sant'Anna*, *Moutas*, *Praias*, e *Furnas*, *Cabo d'Arca*, *Resgate* e *Palmar*. Este ultimo logar é, sem duvida, o que o autor diz que *viram acompanhado de muitas palmeiras*.» Visconde de Santarem. Nota á *Chronica de Azurara*, pag, 154.

[1] «Recommendamos á attenção do leitor esta importante passagem, pela qual se mostra quanto esta Chronica é preciosa pela sua authenticidade, visto que a dita passagem nos revela que Azurara não só consultára os documentos escriptos, mas até os mesmos descobridores, testemunhas oculares d'estes factos, visto que elle confessa não poder falar da particularidade de que trata, por Nuno Tristão ser já fallecido.» Visconde do Santarem, Ibid, pag. 156.

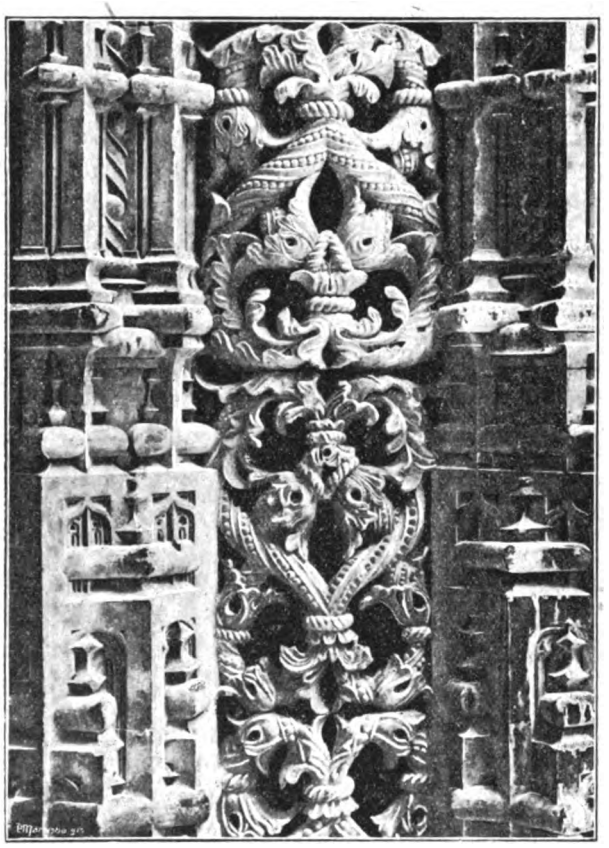
Digitized by Google

CAPITULO XXIX

Continuação dos descobrimentos para alem do cabo Bojador.—A Senegambia

Foi Diniz Dias[1], escudeiro que fôra criado d'el-rei D. João, quem se atreveu a demandar a costa da Senegambia, ou terra dos Negros, afim de proseguir o descobrimento frouxamente encetado por Nuno Tristão. N'esse mesmo anno de 1445, em que as expedições se multiplicaram, sahiu elle de Portugal com firme intenção de não regressar sem que visitasse a terra dos Negros. Com effeito passou o cabo Branco, a foz do Senegal, e chegou a um cabo a que chamou Verde, pelo viçoso aspecto que apresentava. Tomou alli alguns negros, e com elles voltou a Portugal, onde foi recebido com grandes honras pelo infante, não pela importancia da captura, que poucos eram os captivos, mas por virem d'onde vinham, o que prova, diz o visconde de Santarem, que o infante mais apreciava a extensão dos descobrimentos do que o proveito resultante da escravatura.

Chegára, por conseguinte, Diniz Dias um pouco para o sul do decimo quinto grau de latitude. A costa da Senegambia estava toda conhecida, passára se a foz do celebrado Senegal, entrára-se no paiz dos Negros, e a posição de Guiné era rectificada, ainda que não tivesse chegado aos limites que depois lhe foram attribuidos. Effectivamente, primeiro, como vimos, a Guiné começava ao norte no cabo Não, depois Azurara attribue-lhe por limite o rio Senegal, suppondo que a região que fica ao sul é o paiz dos negros Guinéos, afinal João de Barros nota que o rio Senegal divide o paiz dos Azenegues do paiz dos negros Jalofos, e a fluctuante Guiné fixase, finalmente, no sitio que hoje occupa nos mappas.



CONVENTO DA BATALHA—UM TRECHO ORNAMENTAL DO ARCO FEITO POR D. MANUEL, QUE DÁ ENTRADA PARA AS CAPELLAS IMPERFEITAS

Sete mezes depois da partida de João

[1] «Barros escreveu Diniz Fernandes, e todos os escriptores o seguiram; mas Azurara, que provavelmente o conheceu pessoalmente, chama-lhe sempre Diniz Dias.

Digitized by Google

Fernandes para a sua exploração africana, foram tres navios Portuguezes em sua procura. Commandavam-n'os Garcia Homem, Diogo Affonso e Antão Gonçalves, sendo este ultimo o commandante da expedição. Separou-os uma violenta procella, e Diogo Affonso, o primeiro que chegou ao cabo Branco, enterrou alli uma cruz de madeira, que tanto tempo durou que ainda lá se via no tempo em que Azurara escrevia o seu livro. «Bem se devia maravilhar algum de outro reino, diz elle, que por acertamento passasse por aquella costa, e visse entre os Moiros similhante signal, e não soubesse alguma coisa dos nossos navios que navegavam por aquella parte[1]». Chegaram depois os outros navios, e Antão Gonçalves propoz que se deixassem alli as caravellas entregues aos immediatos, e que fossem os capitães nos seus escaleres á ilha de Arguim. Assim fizeram, e, em tres dias que estiveram ausentes, tomaram vinte e tantos pretos; quando voltaram, já as caravellas, segundo as suas ordens, tinham velejado para as ilhas de Arguim, mas, como lhes não conheciam bem a posição, foram mais para o sul, e, quando fundearam, viram os nossos mareantes um homem a correr ao longo da praia. Era o proprio João Fernandes, louco de alegria com a vinda dos seus compatriotas, mas afflicto ao mesmo tempo por não poder chegar ás caravellas. N'essa occasião, porém, appareciam os escaleres, e João Fernandes foi recebido com extraordinario regozijo.

O que elle passára depois o contaremos, agora basta dizer que falou a Antão Gonçalves n'um chefe chamado Ahude Maymon, que desejava vender escravos; Gonçalves acceitou logo a proposta, e com objectos de pequenissimo valor comprou bastante oiro e bastantes negros. Ficou-se chamando a esse sitio cabo do Resgate[1]. Alli foi armado cavalleiro por Antão Gonçalves um nobre madeirense chamado Fernando Tavares. Depois Antão Gonçalves seguiu com os seus tres navios até á ilha de Tider, onde tiveram acceso combate com os naturaes. Voltando a Portugal, Gonçalves parou no Cabo Branco; ainda ahi tomou uns sessenta indigenas, e finalmente foi aportar a Lisboa.

«O principe Henrique, diz Major, estava n'esse tempo no seu ducado de Vizeu, d'onde mandou buscar o seu quinto, e o resto dos captivos foram dispersos na cidade pelos capitães, com grande beneficio de todos os que os obtiveram[2].»

Isto incitou um fidalgo de Lisboa, Gonçalo Pacheco, de casa do infante[3] a tentar viagem tambem. Partiu com uma caravella que mandára fazer e com mais duas de outros. Acompanhavam-n'o Diniz Eanes de Grã, sobrinho de sua mulher, e escudeiro do infante D. Pedro, Mafaldo de Setubal[4] e Alvaro Gil, ensaiador da moeda. No cabo Branco encontraram um escripto deixado por Antão Gonçalves, que os avisava de que estava deserta a aldeia visinha; seguiram para os ilhéos de Arguim, e o piloto Gonçalves Gallego, que já conhecia aquellas paragens, serviu de guia a Ma-

[1] Esta oração de Azurara, diz Major, foi adduzida por M. de Avezac como prova de que navios d'outra nação estavam no habito de passar por aquelle caminho. Eu supponho que significa exactamente o contrario. Se os navios d'outra nação estivessem no habito de passar por aquella costa, a elevação de uma cruz seria um facto de facillima occorrencia, e estaria muito longe de ser o caso de immenso espanto que Azurara pinta. Nem podiam os frequentadores d'esta costa de modo algum ignorar, como Azurara imaginando suggere, as navegações dos Portuguezes.»

[1] Onde Nuno Tristão já estivera, segundo suppõe o visconde de Santarem.

[2] *Life*, etc., pag. 194.

[3] Gonçalo Pacheco fôra criado do infante, mas n'essa occasião era «thesoureiro-mór das coisas de Ceuta». Azurara, pag. 185.

[4] Azurara diz: «Mafaldo, morador em Setubal.» Ibid.

Digitized by Google

faldo de Setubal, que tomou nos ilhéos e na costa uns cincoenta e tres naturaes só n'uma noite[1]. A 35 leguas de Tider tomou Alvaro Vasques 7 captivos e Luiz Affonso Cayado 10. Seguindo a costa chegaram a um cabo a que chamaram cabo de Sant'Anna[2], onde Alvaro Vasques e Diogo Gil captivaram mais 35. Seguiram oitenta leguas para baixo, e, apesar da attitude hostil dos indigenas, estavam resolvidos a desembarcar[3], mas a furia das vagas impediu-os de assim o fazerem.

O que viam deante era uma terra viçosa, e que lhes estimulava o desejo de continuar na sua navegação, mas tiveram de voltar para traz por causa de um temporal que durou tres dias. Quando o tempo serenou, acharam-se no sitio em que Alvaro Vasques tomára sete captivos e ainda ahi tomaram mais dez.

Acharam entre o cabo Branco e o cabo Tira[4] uma ilha arenosa em que encontraram vestigios de presença do homem, como redes, etc. Havia n'essa ilha muitas tartarugas.

Voltaram lá no dia seguinte, e acharam que já alli tinham voltado homens, que se haviam entregado á pesca. Dirigindo-se a uma ilha proxima, foram assaltados de subito pelos negros, que lhes mataram sete homens e lhes tomaram um bote, que despedaçaram em Tider para lhe arrancar os pregos[1]. D'alli partiram os nossos a fazer aguada em Arguim.

«Alguns navios tomados n'aquelle sitio, escreve Major, disseram depois que os naturaes comiam os Portuguezes que matavam, mas outros negavam que similhante monstruosidade se commettesse. Azurara declara que incontestavelmente era costume d'elles, quando vingavam a morte de um parente, comer a carne e beber o sangue do assassino, mas só como acto de vingança[2].»

Como vimos, os habitantes de Lisboa começavam tambem a querer tomar parte nas proveitosas expedições, iniciadas pelo infante D. Henrique; mas ainda assim era Lagos que tinha a primazia, e que apromptava mais consideraveis armamentos. Aquelle Lançarote, almoxarife d'el-rei n'essa villa, e a quem D. Henrique armára cavalleiro, a pedido dos capitães das caravellas que tinham servido com elle, parece que era o principal instigador de todas as emprezas que na villa se preparavam. Resolveu elle, juntamente com muitos outros, vingar nos negros a morte de Gonçalo de Cintra, e por isso pediram ao infante licença para equiparem uma verdadeira frota, com que fossem percorrer a costa africana.

Outhorgou-lhes o infante a licença pedida, e logo se equipou uma formosa

---

[1] Ha uma anecdota curiosa, contada por Azurara, e que mostra com que selvagem ardor os nossos procuravam captivos. Depois de fazerem esses cincoenta e tres prisioneiros, voltaram a terra no dia seguinte, mas só encontraram um Mouro velho, doente e quasi moribundo. Deixaram-n'o, e foram procurar prêsa melhor; mas, como a não encontrassem, á volta, para não perderem o tempo, levaram sempre o pobre diabo. Parecia-lhes já que «estava melhor» diz Azurara. É um caso a um tempo comico e repugnante.

[2] N'este cabo, chamado «cabo de Sant'Anna» por Alvaro Vasques, já Nuno Tristão estivera, segundo suppõe o visconde de Santarem.

[3] Desde o cabo Branco até ao Senegal, a parte da costa de que trata Azurara, é habitada por diversas tríbus compostas por Mouros mestiços, os quaes falam o arabe; são mahometanos, e conhecidos pelos nomes de Trazzas ou Berarzah, de Brikanas, e outros. São de sua natureza mui ferozes, e o terror dos viajantes. Os mais crueis de todos estes são os que habitam e se estendem até ao cabo Branco, chamados Ladessebas, os quaes, segundo alguns autores, são de raça arabe pura.»

[4] O visconde de Santarem suppõe que este cabo é «a ponta ou tira de terra na embocadura do Senegal, no logar marcado nas antigas cartas um pouco além de Palma Secca, que se lê em muitas d'ellas, entre outras, na de João Freire, de 1546, e na de Vaz Doirado, de 1571, posto que n'esta ultima se vê marcado um ponto ali proximo com o nome de Tarem, que aliaz se não encontra nas precedentes». Nota á *Chronica* d'Azurara, pag. 220.

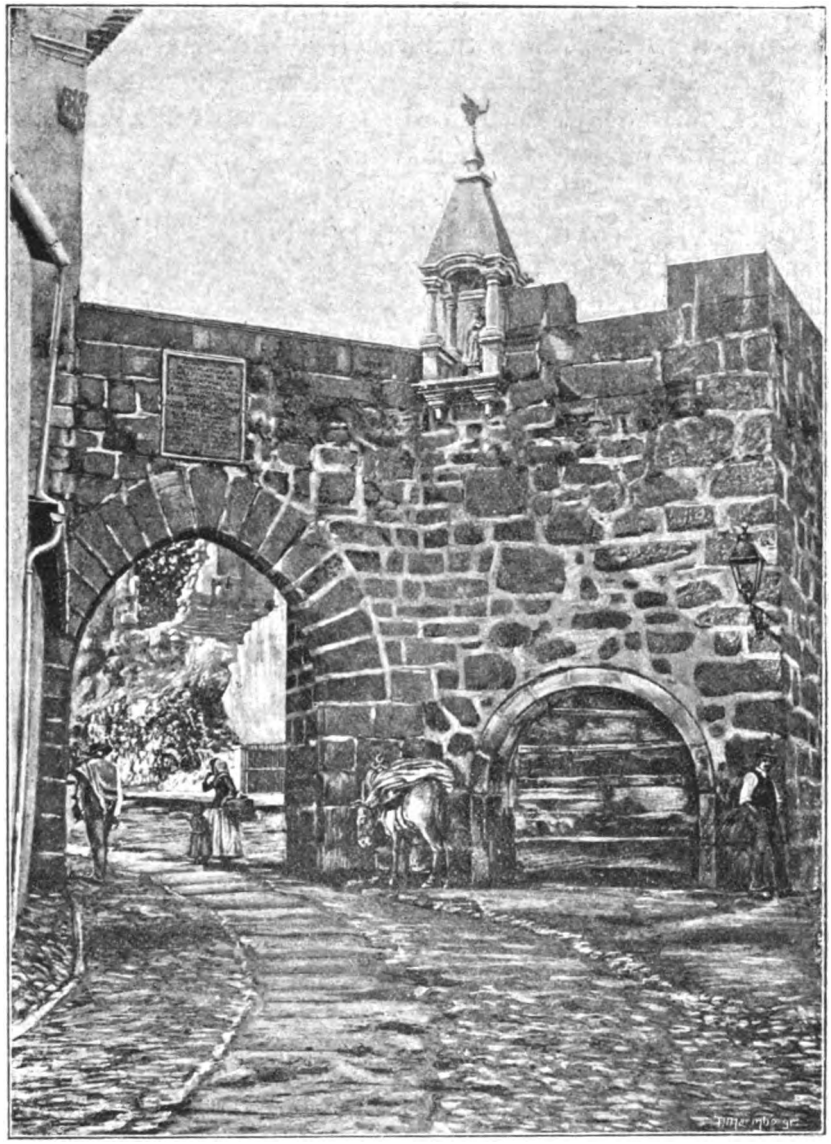
---

[1] «Por lhe tirarem as taboas com a pregadura», diz Azurara, pag. 226.

[2] *Life*, etc., pag. 198.

Digitized by Google

frota de quatorze caravellas, que juntando-se com outras armadas na Madeira e em Lisboa, perfizeram o numero de vinte e uma, commandadas todas por homens notaveis, entre os quaes avulta-



ANTIGA MURALHA DE VIZEU — OUTRO ASPECTO

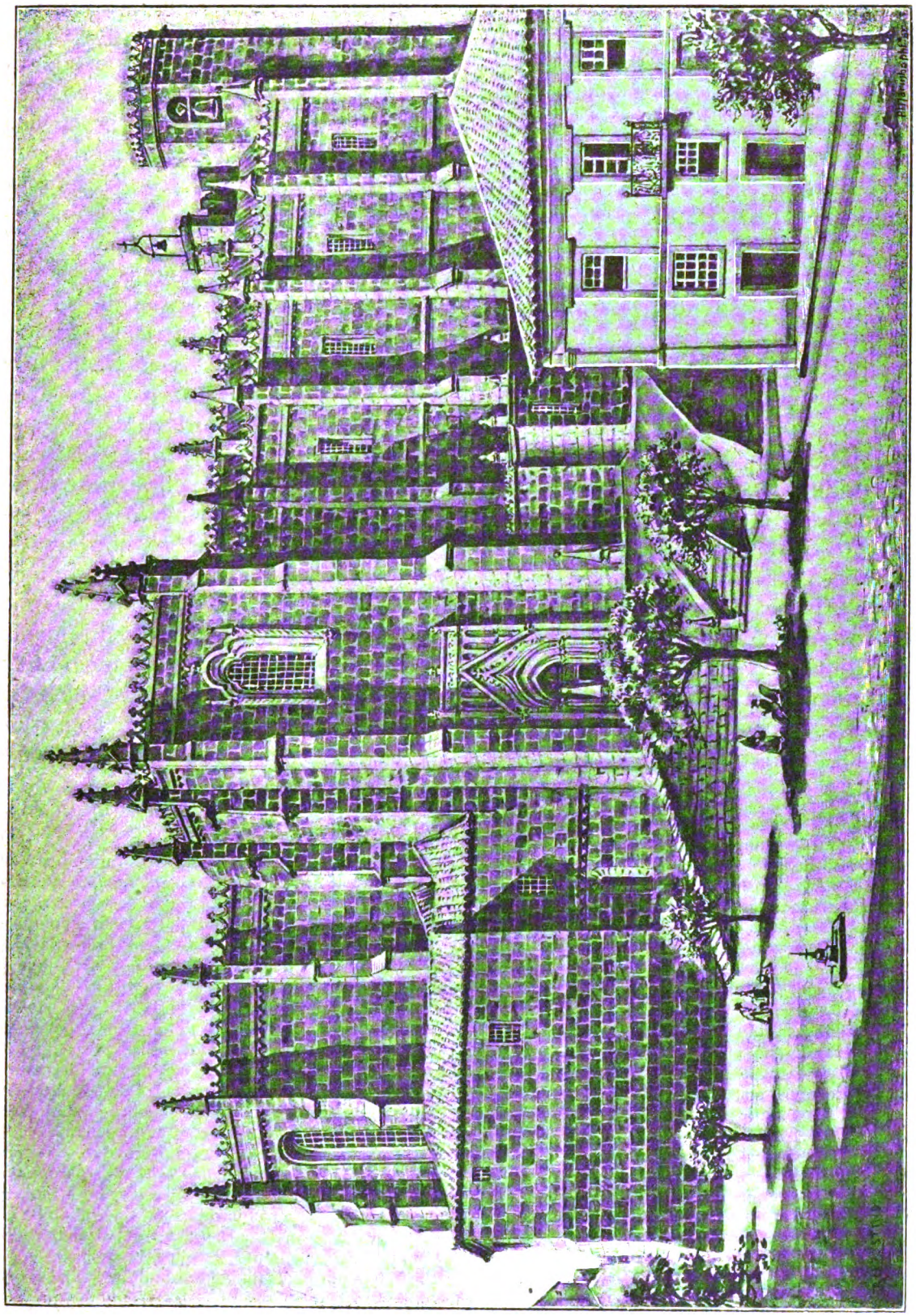
va um de que devemos fazer particular menção.

Soeiro da Costa, que, segundo quer o auctor dos *Retratos dos Varões e Donas*, foi um dos Doze d'Inglaterra, tornou-se notavel pelas suas façanhas, praticadas por toda a parte onde se podiam dar e receber cutiladas. Segundo assevera Azurara, estivera este cavalleiro com D. Fernando I de Aragão na batalha do Monviedro em 1412, no cerco de Balaguer em 1413, com o rei Ladislau de Napoles em Roma em 1404, com o conde Luiz II de Provença na guerra d'Italia que durou de 1409 a 1411, na batalha d'Azincourt ganha por Henrique V d'Inglaterra em 1415, na batalha de Valmont com o condestavel de França contra o duque de Glocester, na batalha de Monseguir com o conde de Foix e o conde d'Armagnac, na tomada de Soissons, e no cerco d'Arras[1]. D'ahi, voltando a Portugal, assistiu ao levantamento do cerco de Ceuta, e obtendo a alcaidaria-mór de Lagos, já d'annos avançados, nem por isso deixou de sentir ardente desejo de tomar parte nas façanhas praticadas pelos nossos na costa d'Africa, e de fazer scintillar á luz tropical a sua espada, onde tão diversos sóes tinham accendido lampejos.

---

1 É bastante embarulhada esta relação d'Azurara, e, se o visconde de Santarem algumas coisas nos esclarece nas notas, n'outras vê-se embaraçado, como nós nos achamos agora, para adivinhar que batalhas eram estas. Assim temos a batalha de Monviedro, ganha pelo rei d'Aragão contra os Valencianos; o cerco de Balaguer, em que ficou prisioneiro o conde de Urgel; o assalto do rei de Napoles a Roma,

Digitized by Google



SÉ DA GUARDA

Digitized by Google

Era pois este velho heroico, verdadeiro typo dos aventurosos Portuguezes d'aquelle tempo, quem capitaneava uma das caravellas da expedição de Lançarote. Os outros eram todos mais ou menos homens notaveis, ou pela sua pratica do mar e d'aquellas costas, ou pela bravura, ou pela nobreza da sua gerarchia. Eram Alvaro de Freitas, commendador d'Aljezur na ordem de Santhiago; Gomes Pires, que já fôra com Antão Gonçalves ao Rio do Oiro; Rodrigo Eanes de Travassos, escudeiro da casa do regente D. Pedro; Pallenço, um dos heroes das frequentes *razzias* de Ceuta; Gil Eanes, para assim dizermos, o patriarcha d'estes navegadores; Estevão Affonso, um dos capitães dos navios de Lançarote na primeira expedição; Diniz Dias, o descobridor do Cabo-Verde; Tristão Vaz Teixeira, o capitão de Machico; Alvaro d'Ornellas, tambem da Madeira, e Alvaro Fernandes, sobrinho de João Gonçalves Zarco, o donatario do Funchal, que vinha em duas caravellas mandadas apromptar por seu tio; e muitos outros capitães, de cujos nomes daremos noticia á medida que nos forem occorrendo no decurso da narrativa.

As quatorze caravellas sairam de Lagos a 10 de agosto de 1445, e combinaram juntar-se no cabo Branco. Tomou a dianteira Lourenço Dias, que chegou primeiro á ilha de Arguim, onde encontrou Gonçalves Pacheco e as suas tres caravellas. Sabendo que vinha tão numerosa frota, Gonçalo Pacheco resolveu ficar ainda para tomar vingança dos negros. Teve para isso de pôr os seus tripulantes a meia ração, porque lhe escasseiavam os mantimentos, e Lourenço Dias não ousava dar-lh'os, mas seguiu com este ultimo capitão para a ilha das Garças, onde caçaram muitos passaros, entre elles uns peculiares d'essa região, chamados *croes*, todos brancos e maiores do que cysnes, com os bicos de um covado de comprimento e tres dedos de largura, e como que cinzelados e lavrados artisticamente pela natureza. A bocca e o papo eram enormes. Major suppõe que este passaro, em cuja descripção se nota verdadeiro exaggero, deve ser uma especie de *marabou-jabirue* [1].

---

para proteger contra o povo romano o papa Innocencio VIII; a campanha de Luiz de Provença, em que teve por alliados Malatesta e o legado Balthasar Cossa, *condottiere* transformado em cardeal; a batalha de Azincourt, um dos maiores desastres soffridos pelos Francezes: mas que batalha é esta de Valmont, que batalha é esta de Monségui? Percorrendo a *Histoire des ducs de Bourgogne*, tão abundante de noticias sobre este periodo, principalmente a edição de que nos servimos, que é a de Bruxellas, illustrada com appendices e notas do eruditissimo belga barão de Reiffenberg, não encontramos mencionadas estas batalhas. A tomada de Soissons e o descerco d'Arras foram acções da guerra de 1414 entre o duque de Borgonha e os outros principes Francezes, que levavam comsigo o pobre louco soberano Carlos VI. Em Arras sabemos, pelo que diz Barante e já citámos n'uma nota anterior, que estavam tres cavalleiros Portuguezes que entraram n'um torneio, commandados pelo sire de Cottebrune, contra tres Francezes do exercito dos principes, commandados pelo bastardo de Bourbon. J. C. das N. C., n'um artigo publicado no *Panorama*, vol. 8.º, p. 241, querendo explicar Azurara, ainda mais o embaraça, porque tudo confunde; suppõe que os cercos de Soissons e Arras, que foram acções da celebre guerra civil dos Armagnacs e Borgonhezes, pertencem ás campanhas entre a França e a Inglaterra, e suppõe que Soeiro da Costa esteve na tomada de Ceuta, quando Azurara expressamente diz que assistiu ao descerco d'essa cidade; sendo de mais a mais possivel, mas pouquissimo provavel, que, partindo a armada Portugueza de Ceuta no principio de setembro de 1415, já a 18 d'outubro do mesmo anno estivesse Soeiro da Costa com o rei Henrique V de Inglaterra na batalha d'Azincourt.

[1] Esta ave, diz o visconde de Santarem, é o *Buceros Nasultus* de Linneu, a quem os francezes chamam Calao-Tock. Apesar d'alguma exaggeração que se nota na descripção do auctor, é indubitavel que a ave de que se trata é a que os negros do Senegal chamam *Tock*, e que os portuguezes chamavam *Croés*. Latham lhe chama *Bucerus Africanus*.

«Boisson formou duas especies, Linneu e Latham duas variedades; mas Buffon as considerou como individuos da mesma especie, facto que é aliaz attestado por Sonini. Buffon diz que o bico separado do corpo tem um pé de longo, e é de desmesurada grossura (Vid. Buffon, plan. 9337). O lavor de que fala Azurara procede não só dos poros do bico mas principalmente de uma especie de cortaduras em fórma de meias luas que a dita ave tem no bico.

Digitized by Google

Tendo chegado o resto dos navios da frota, prepararam-se duzentos e setenta homens para combate, e foram alguns á praia em tres botes, guiados por pilotos que já alli tinham estado[1]. Quizeram surprehender os naturaes, mas não o conseguiram, pela escuridão da noite e contrariedades do mar, de forma que era já dia claro, e ainda não tinham conseguido abicar. Tiveram de seguir tres leguas ao longo da praia, e, ao chegarem proximo de Tider, viram um bando de indigenas, que fugiram logo. Perseguiram-n'os os nossos, matando e aprisionando 4. Os outros saltaram á agua, e passaram ao continente, para onde se tinham escapado já as mulheres e as crianças. Na aldeia abandonada pelos pretos encontraram agua os nossos, genero que já lhes escaceiava muito. Havia na terra arvores de algodão. Conta Azurara que Soeiro da Costa e Diniz da Grã foram alli armados cavalleiros por Alvaro de Freitas[2], e que Diniz da Grã voltou para Lisboa com Gonçalo Pacheco.

Vieram no dia seguinte os indigenas dançar á praça como para desafiar os Portuguezes, alguns d'estes, porém, capitaneados por Diogo Gonçalves, de casa do infante, e por Pero Allemão de Lagos, saltaram á praia e pozeram em fuga os pretos, aprisionando ainda assim 57, perseguindo os outros até uma aldeia chamada Pira, que estava deserta da mesma fórma que outras duas em que penetraram tambem.

Brazão de armas da villa de Idanha-a-Nova

Depois de levada a cabo esta empreza, Lançarote reuniu os capitães e declarou-lhes que, estando cumprida a ordem que o infante lhe déra de tomar Tider, estavam terminadas as suas funcções de commandante em chefe, e podia cada um dos capitães seguir o destino que lhe aprouvesse. Distribuiu os captivos e perguntou aos capitães que resolução tomavam. Soeiro da Costa, Vicente Dias Armador, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias disseram que voltavam a Portugal, porque as suas pequenas caravellas não podiam affrontar o rigor do inverno que se approximava.

No regresso, quizeram explorar o braço de mar formado pelo cabo Branco. Fundearam á entrada do esteiro, metteram-se nos escaleres e seguiram para deante por espaço de quatro leguas e no fim do esteiro saltaram em terra, encontrando n'um grupo de cabanas oito indigenas que capturaram, e que lhes disseram que eram os unicos habitantes d'aquelles arredores. Soeiro da Costa voltou então a Tider, para ver se o chefe resgatava a mulher e o filho que elle aprisionára.

Sairam-lhe errados os calculos, porque, mandando a terra um Moiro e um judeu para tratarem do negocio, a mulher do chefe escapou-se a nado, e os naturaes declararam que não entregavam nem mulher, nem Moiro, nem Judeu senão a troco de outras tres pessoas. Não teve remedio Soeiro da Costa

---

«Se o celebre naturalista Aldrovandi foi o primeiro que deu o desenho do enorme bico d'este passaro, a mais antiga descripção d'elle é certamente esta, que nos dá Azurara. Não foi, pois, o padre Labat o primeiro viajante que viu e observou este passaro notavel, como diz Buffon, mas sim Lourenço Dias e outros Portuguezes seus companheiros, quasi 300 annos antes de Labat.

«Sobre esta ave veja-se a *Memoria* de Geoffroy de Villeneuve *(Actes de la société de histoire naturelle de Paris)*. Nota á *Chronica* d'Azurara, pag. 243.

[1] Major, interpretando erradamente Azurara, suppõe que foram 270 homens em tres botes, o que o nosso chronista não diz e o que é absurdo.

[2] E' notavel que Soeiro da Costa, havendo combatido por tão desvairadas partes, ainda não tivesse recebido o gráu de cavallaria. Devia ser uma ceremonia tocante essa do velho fidalgo, encanecido nas lides das batalhas, a curvar a cabeça deante d'um dos juvenis cavalleiros, e a receber o abraço fraternal que o fazia neophyto da religião da honra da edade media n'essas terras ainda quasi ignoradas.

Digitized by Google

senão resignar-se e voltar a Portugal convencidissimo da grande verdade encerrada no rifão patrio, que fala nos que vão buscar lã e vêm tosquiados.

Contra o proposito de Soeiro da Costa, e dos outros capitães das caravellas pequenas falou Gomes Pires, dizendo que, sendo grande o desejo do infante de saber noticias da terra dos Negros e principalmente do rio Nilo, entendia elle que se deviam fazer todos os esforços para D. Henrique ficar satisfeito. Lançarote declarou que era tambem esse o seu desejo, e Alvaro de Freitas exclamou com enthusiasmo que estava prompto a seguir Lançarote até ao Paraiso Terreal se necessario fosse. Adheriram a essa resolução Rodrigo Eanes de Travassos, Lourenço Dias e Vicente Dias, e logo as suas seis caravellas navegaram de conserva em demanda do rio Nilo, que o infante já sabia que os negros chamavam Çanaga, d'onde veiu depois o nome de Senegal[1].

Não nos deve passar despercebida a phrase de Alvaro de Freitas, dizendo que estava prompto a seguir Lançarote até ao Paraiso Terreal. Não era uma phrase no ar, mas mostrava a influencia que exercia no espirito dos nossos a geographia systematica da edade média.

«Os maritimos que o infante empregava n'estas navegações e descobrimentos, diz o visconde de Santarem, eram homens instruidos nas sciencias nauticas; partiam de Portugal munidos de cartas nauticas, nas quaes os cosmographos de então desenhavam não só a configuração hydrographica dos diversos paizes então conhecidos, mas, o que é mais curioso, nas quaes representavam o interior dos continentes por uma multidão de figuras, os diversos soberanos, os animaes, as aves, os arvoredos e outras particularidades reaes, outras phantasticas e hypotheticas, como o leitor poderá ver no planispherio de Andrea Bianco de 1436, publicado na obra de Formaleone, intitulada *Saggio sulla nautica antiga de Veneziani*, e no outro planispherio do celebre fr. Mauro, publicado pelo cardeal Zurla na sua obra: *Sulle antiche mappe lavorate in Venezia* (1818).

«A idéa, pois, que tinha Alvaro de Freitas da longitude em que se achava do Paraiso Terrestre (pelo seu dito mostra que o considerava na extremidade da terra), aquella idéa, dizemos, prova a influencia que sobre os nossos maritimos exercia a geographia da edade média. Com effeito, aquella idéa da localidade do Paraiso Terrestre data do tempo da *Topographia christã* de Cosmas Indico-pleustas (*Christianorum opinio de mundo* apud Montfaucon, *Coll. nov. Pat. et Script. Græc.*, tomo II) idéa que as viagens effectuadas por terra durante a edade média fortificaram, reduzindo-a a opinião systematica.

«Na carta de Andrea Bianco o Paraiso Terrestre se acha marcado na parte mais oriental da Asia.

«Ou Alvaro de Freitas alludia, como julgâmos mais provavel, á localidade em que se achava collocado o Paraiso nos antigos mappas, ou á cosmologia de Dante, segundo a qual o Paraiso estava collocado no meio dos mares do hemispherio austral[1]».

Seguiram as caravellas ao longo da costa de Saharâ, e Azurara aproveita a occasião para fazer descripções de passaros e peixes desconhecidos na Europa, taes como o *Phœnicopterus*, o *Pristis*, e *Remora*. Ao *Phœnicopterus* chama elle Flamengo. Estas descripções, como tambem a que faz depois do elephante, são exaggeradas, mas no fundo exactas, o

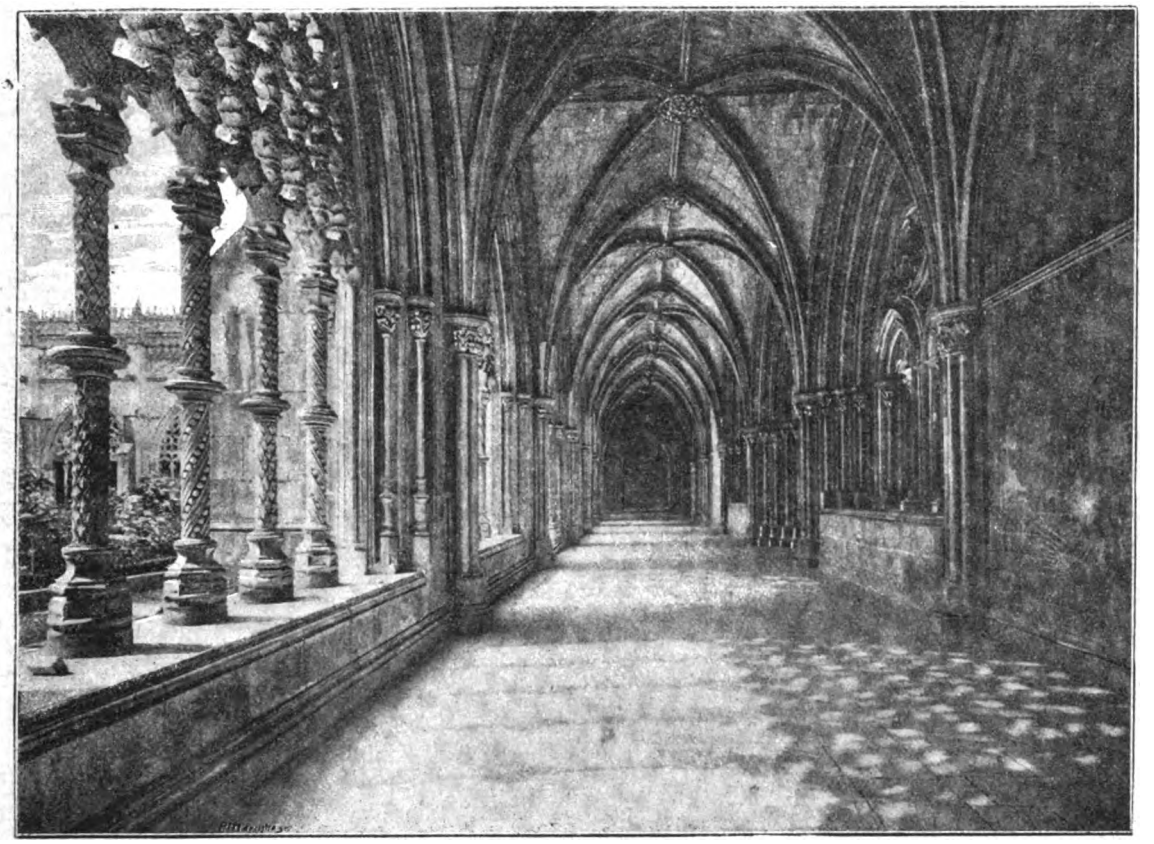
[1] Adeante veremos como succedia que os nossos confundissem o Senegal com o Nilo.

[1] Nota á *Chronica* de Azurara, pag. 273.

Digitized by Google

que dá origem a uma curiosa nota do visconde de Santarem, nota em que elle demonstra que o infante e as pessoas que o rodeavam estavam a par da erudição da Europa no seu tempo, que essas mesmas exaggerações provinham de influencias da antiguidade transmittidas por Plinio e pelo tratado das *Maravilhas*, que se attribuia a Aristoteles; que então em toda a Europa, e muito principalmente em Inglaterra, tão intimamente relacionada com Portugal, esses livros, que tratavam de coisas extraordinarias, eram tidos em muito apreço, e considerados como preciosos repositorios do saber humano, e que as idéas falsas de Azurara não eram as de um ignorante, mas sim de um erudito que se deixa dominar pelos erros systematicos da sciencia do seu tempo [1].

Continuemos a seguir a viagem das caravellas, que, passando para além de umas palmeiras notadas por Diniz Dias, e que o visconde de Santarem nos assevera que figuraram por muito tempo nos mappas [1], procuraram o Senegal, que o infante lhes affirmara que devia estar vinte leguas para diante d'essas palmeiras, segundo colhêra das informações dos seus captivos Azenegues.



CONVENTO DA BATALHA — CLAUSTRO

Deliciados por um fragrante aroma, que vinha da terra, e que bem lhes mostrava que já tinham abandonado o Sahará, os navegantes divisaram ao longe o mar de uma côr differente, e, receiando que fossem cachopos, acautellaram os navios; mas, levando por acaso um marinheiro a agua á bocca, achou-a doce. Soltaram então um grito de alegria: era o Çanaga, o Senegal, o Nilo que rom-

[1] Nota á *Chronica* de Azurara, pag. 282.

[1] Nota á *Chronica* de Azurara, pag. 277.

Digitized by Google

pia pelo mar dentro com a sua corrente impetuosa.

Foi logo um batel, em que iam Vicente Dias e Estevam Affonso com uns oito homens, subir o rio, e visitar a terra. Tomaram uns pequenos negros n'uma choupana, onde encontraram uma adarga feita de coiro de elephante[1]; depois tiveram um rijo combate com o pae dos pequenos, um negro alto e membrudo, que, cégo de dôr paternal, atacou violentamente os raptores de seus filhos, e afinal, perdida a esperança de rehaver as crianças, fugiu, frustrando todos os esforços dos nossos para o apanharem.

Esta opinião de Azurara, de que o Senegal era um dos braços do Nilo, provinha da influencia da geographia systematica dos antigos. Suppunham elles effectivamente que o Nilo nascia no Atlas, e se dividia depois em differentes braços, correndo um para o Egypto, outro para o occidente, a que davam o nome de Nilo dos negros. Confundiam ainda com estes dois rios um terceiro, que era o Niger, o qual, nascendo no interior da Serra Leôa, banha Tombuctú, e, descrevendo uma longa curva, se lança depois no Atlantico alli pela costa de Benin. Quem primeiro rectificou estas idéas erroneas ácerca do Niger, foi Brué, director da Companhia Franceza do commercio de Africa, em 1698, sendo comtudo só em 1714 que a rectificação passou para os mappas. Ainda n'este seculo Jackson, na obra intitulada *An account of the empire of Maroco and the district of Suze*, sustentou a opinião de que o Nilo e o Niger eram um mesmo rio. Essa opinião, absurda no seculo XIX, foi refutada, ou antes analysada como uma curiosidade scientifica, por Malte-Brun, nos tomos XIV e XVIII dos seus *Annales des Voyages*.

Enraizára-se no espirito dos nossos navegadores esta supposição dos geographos antigos e dos geographos arabes, e foi ella que deu origem ao jubilo que mostraram divisando o Senegal.

Proseguindo a viagem, chegaram as caravellas ao Cabo Verde, descoberto por Diniz Dias, e, desembarcando n'essas ilhas, que depois se chamaram ilhas

---

[1] Aqui dá Azurara um esclarecimento importante para se demonstrar a prioridade dos nossos descobrimentos n'aquella costa. Mostra ter conhecimento do commercio do marfim da Africa pelo littoral do Meditterraneo, ao passo que alli pelo occidente não havia tal negocio porque, diz elle «dos ossos (de elefante) se não aproveitam (os negros) em nenhuma coisa, antes os lançam ao longe, os quaes eu aprendi que, no levante d'esta parte do mar Meditterraneo que vale rasoavelmente mil dobras a ossada de um d'aquelles». (*Chronica* pag. 281.)

«O autor sabia pois a verdade, diz o visconde de Santarem, pois até aquella época o commercio de marfim era feito pelos Arabes por via do Egypto, os quaes o iam buscar á costa do Zanguebar, d'onde vinha a melhor qualidade (vide Massoudi *Notices et Extraits des Manuscrits de la Bibliotheque du roi*. t. I, p. 109. Ibn-Ourdi ibid. t. II, p. 40; Bakoui, ibid. p. 394 e 401). As caravellas arabes traziam-n'o tambem dos logares visinhos do Niger. Estas caravanas seguiam os caminhos dos antigos itinerarios (vide Ouardi *Notices et Extraits des Manuscrits*, t, II, pag. 36 e 37 *passim* Edrisi).

«Mas o centro principal d'este commercio com o interior da Africa era na parte septentrional, já então conhecida com o nome de Berberia, e nos paizes que formam hoje os reinos de Fez e de Marrocos. (Nota á *Chronica* de Azurara, p. 282.)

Ora, devemos notar que um dos argumentos com que M. Vitet defendia nas suas *Anciennes villes maritimes* a prioridade dos descobrimentos dieppezes era o facto, asseverado por elle, de que havia em Dieppe lavores de marfim do seculo XIV. É verdade que accrescenta que em diversos saques desappareceram essas joias delicadas, e que já são raras as obras de marfim mesmo do seculo XVII. Nota chistosamente M. Major que «os bombardeamentos e os saques conseguiram melhor exterminar testemunhos materiaes de questões historicas n'uns poucos de seculos em Dieppe, do que todos os accidentes de milhares de annos conseguiram na Assyria. Temos marfins assyrios com tres mil annos de data, joias tão delicadas como quaesquer que se fizessem em Dieppe, e outros em abundancia de periodos intermedios e de differentes paizes» *Life*, etc., pag. 126. Mas, embora existissem esses marfins do seculo XIV, o que provavam, em presença da simples asserção de Azurara? Pelo que diz o velho chronista, se vê que os negros não conheciam o valor dos dentes do elephante antes que nós lh'o fizessemos perceber. Logo, não era da costa occidental de Africa, mas sim da costa septentrional, pelo commercio do Meditterraneo, que os Dieppezes obtinham o marfim necessario para os seus lavores.

Digitized by Google

Madeleine[1], encontraram n'umas arvores entalhadas as armas do infante D. Henrique, signal de que já por alli tinham passado navios nossos. Era com effeito a caravella pertencente a João Gonçalves Zarco, e capitaneada por Alvaro Fernandes, sobrinho do donatario do Funchal, que lhes tomára a dianteira[2].

Voltando a Portugal, separaram-se alguns navios da conserva, e Lourenço Dias por um lado, e Gomes Pires por outro voltaram separadamente ao reino; já Rodrigo Eanes Travassos se separára tambem; tinham ficado por conseguinte juntas unicamente as caravellas de Lançarote, Alvaro de Freitas, e Vicente Dias, que voltaram á Europa depois de terem feito diversas presas pelo caminho.

Vimos que as caravellas que formavam esta numerosa esquadra se dispersaram, e não poderam navegar completamente de conserva. Uma de Tavira, outra de Lagos, quando Lançarote proseguiu os descobrimentos, quizeram acompanhal-o, mas não poderam, e voltaram camimho do reino. Encontrando uma caravella pertencente a Alvaro Gonçalves d'Athayde, e commandada por João de Castilla, disseram-lhe que já nada havia a fazer na Africa. Voltou então com elles para traz, e deram uma saltada ás Canarias.

O navio de Tristão Vaz Teixeira, capitão de Machico, navegou até ao cabo Branco, mas não pôde seguir viagem e voltou á Madeira. Diniz Dias, o descobridor do Cabo Verde, foi de conserva com uma fusta de Palenço; fizeram algumas presas, mas como a fusta estava em mau estado, alagaram-n'a e passou a tripulação para a caravella de Diniz Dias. Encontrou depois Diniz Dias a Rodrigo Eanes de Travassos, e seguiram ambos para diante do Cabo Verde. Querendo fazer presas, desembarcaram, mas os negros defenderam-se valentemente, travando-se rijo combate, em que ficaram os nossos vencedores, depois de prodigios de bravura. Sem seguirem mais adiante, voltaram então ambos ao reino.

Brazão de armas de Villa Viçosa

De todas as caravellas, que seguiram viagem n'esta occasião, a que mais ávante chegou foi a que pertencia a João Gonçalves Zarco e que ia capitaneada por seu sobrinho Alvaro Fernandes.

Dera o donatario do Funchal ordem a seu sobrinho que não tratasse de ganho, mas que fosse avante sempre, afim de trazer ao infante alguma noticia que o interessasse.

E d'isto se vê que as intenções do infante eram principalmente scientificas, e não commerciaes: o desejo do lucro levava a Africa muitas caravellas, mas aquelles que queriam agradar a D. Henrique tratavam principalmente dos descobrimentos, porque sabiam que o amor puro da sciencia era o que principalmente o incitava a emprehender aquellas navegações. Por saber isso é que João Gonçalves Zarco dava a seu sobrinho as ordens que mencionámos.

Em cumprimento d'ellas, passou Alvaro Fernandes ao Senegal, sem parar na terra dos Azenegues, e tomou duas pipas d'agua d'esse rio, de que trouxe ainda uma a Portugal; dobrando o Cabo Verde, chegou a uma ilha, onde encontrou muitas cabras mansas, ilha que nos nossos antigos mappas tem o nome de

---

[1] «São quatro rochas basalticas, diz Alexandre Magno de Castilho, desertas, cavadas pelo mar, e esbranquiçadas do muito guano que as recobre.» *Descripção e Roteiro*, etc., pag. 108.

[2] Azurara descreve aqui uma arvore, que é evidentemente o baobah. que tem o nome botanico de *Adansonia*, porque foi o celebre botanico Adamson quem a descreveu, não primeiro, porque Azurara n'isso o precedêra 310 annos, mas com mais exactidão scientifica.

Digitized by Google

Biziguiche[1] e que é a Goréa dos mappas modernos. Seguindo ávante ao longo da costa, conseguiu fazer algumas prêsas de negros, que se defendiam com muita bravura[2]. Chegou a um cabo a que chamou dos Mastros, por causa de muitas palmeiras seccas sem ramos e que á vista, diz Barros[3], representavam *mastros* arvorados. Esse cabo é o cabo Naze das cartas modernas, que adulteraram, segundo o costume, a denominação imposta pelo descobridor. Fica a 14° 13′ 30″ de latitude norte, e 7° 57′ 22″ de longitude oeste. Chegando até alli, voltou Alvaro Fernandes á Madeira, e da Madeira regressou a Lisboa, onde foi recebido com muitas honras e agradecimentos pelo infante D. Henrique.

Ainda uma outra caravella partiu da Madeira n'esta expedição, que era a de Alvaro d'Ornellas; mas essa não chegou senão até ás Canarias, e alli fez algumas prêsas com as quaes se dirigiu ao Algarve.

Depois de narrar estes acontecimentos, refere Azurara a historia do que passou João Fernandes no interior da Africa, onde se demorou sete mezes. A relação d'este ousado viajante é importantissima porque antecede um seculo a de Leão Africano, e concorda tanto com as descripções d'este geographo arabe, como com as de Clapperton, Marmol, Jackson, Denham, as dos itenerarios publicados pelo barão de Walckenaer, Burckardt, Oukney, Rennell, etc.

Contava Fernandes que os naturaes a primeira coisa que tinham feito fôra arrancar-lhe o fato, dando-lhe em troca um manto como os que elles usavam[1]. Eram pastores nomadas, a terra era quasi um deserto de areia com poucas arvores, poucas flôres e herva rara. As arvores mais numerosas eram *palmas Christi*, espinheiros e palmeiras; a agua era de poços, ou de rios.

Chamavam-se esses habitantes, que professavam a região musulmana, Alarves, Azenegues ou Berbéres. Differia a sua linguagem, falada ou escripta, da dos outros Moiros[2]. Não tinham nem lei nem senhorio, e guerreavam os negros, que eram mais fortes do que elles, mais por manha do que por força[3]. Mas venciam-n'os, captivavam-n'os, e vendiam-n'os aos Moiros que iam lá expressamente comprar-lh'os. Tambem os levavam a Barca, para além de Tunis, e vendiam-n'os aos mercadores christãos, não em troca de numerario, mas em troca de alimentos e de outros objectos. Fernandes declarou que aquelles com quem habitara tinham negros, oiro, muitos camellos excellentes, que andavam cincoenta leguas por dia[4], e bastante gado. Abundavam n'aquella terra as emas, as antas, as gazellas, as perdi-

---

[1] Alexandre Magno de Castilho parece suppôr que este nome de Biziguiche provém d'alli se terem encontrado «cabras como bicho». Os Hollandezes em 1617 é que lhe pozeram o nome de Goréa, edificando n'essa ilha um forte, que foi cedido aos Inglezes em 1676, tomado pelos Francezes em 1677, retomado pelos Inglezes em 1809, e restituido aos Francezes em 1814.

[2] Azurara dá n'este ponto a descripção d'um animal, que parece evidentemente ser a *Antilope*.

[3] *Decadas* Dec. I, liv. I, fol. 26 (Edição de 1628).

[1] Um *alquice*, diz Azurara.

[2] Vê-se que as tribus berebéres ainda não tinham adoptado, como depois fizeram, os caracteres arabicos. Alguns autores arabes falam de livros escriptos na lingua berebére. Oudney diz que vira no paiz dos Touariks inscripções em caracteres desconhecidos.

[3] N'esta passagem se mostra que se trata aqui dos Touariks e das suas contendas com os negros *Fullos* ou do *Foullan*. V. de Santarem, nota á *Chronica* de Azurara, p. 366.

[4] Esta conta não parece exaggerada. (Vide Rennell's *Memoir on the rate of travelling as performed by camels* na collecção das *Philosophical Transactions*, vol. 81, pag. 144). O autor refere-se a certos camellos do deserto, e do paiz dos Touariks, que pela sua extrema velocidade correm em um só dia o espaço que leva dez dias a um camello ordinario. Mas estes não marcham com as caravanas ordinarias e regulares, pelo contrario servem unicamente para as excursões bellicosas». Ibid. pag. 368

Digitized by Google

zes e as lebres. As andorinhas passavam alli o inverno nos areiaes, e na primavera fugiam; as cegonhas essas invernavam na terra dos negros.

O paiz ia de Tagaoz e Tagazza á terra dos negros, por um lado, e pelo outro até ao Mediterraneo, no fim da Tunisia, em Barca.

Contou Fernandes que dois cavalleiros lhe disseram um dia que os acompanhasse á presença de Ahude Maymom. Acceitou o convite, montou n'um camello e partiu. Esteve tres dias sem beber agua, e julgou-se perdido, porque os seus companheiros não se guiavam senão pelo vôo das aves e o aspecto do céu; mas, quando elle já estava quasi morto de sede, encontrou Ahude Maymom, a sua familia e a sua comitiva, que perfaziam o numero de cento e cincoenta pessoas. Fernandes apresentou-lhe as suas homenagens, e foi excellentemente recebido por Ahude, que lhe mandou logo dar leite, e o tratou e sustentou perfeitamente. Quando os seus compatriotas o encontraram de novo, estava gordo e córado, apesar do muito que padecia com o calor e com as areias.

Os Azenegues, segundo referia Fernandes, sustentavam-se principalmente de leite, ás vezes de sementes de hervas bravas, e o trigo era só para as grandes occasiões. Homens, cavallos e cães se sustentavam mezes e mezes exclusivamente de leite. Os que viviam á beiramar não comiam senão peixe, quasi sempre crú e secco. Vestiam almexias, bragas de couro, alquices. Os chefes tinham cavallos excellentes com sellas e estribeiras, e eguas de criação. O seu vestuario era relativamente luxuoso, as suas mulheres usavam differentes joias, entre ellas brincos e argolas de oiro. As outras mulheres andavam nuas, com mantas sobre o rosto. As mercadorias d'esse povo consistiam em escravos, oiro, lã, manteiga, queijo, ambar, algalia, azeite e pelles de lobos marinhos.

Tinha-se chegado ao anno de 1446, e para além do cabo Bojador já quatrocentas e cincoenta leguas[1] tinham sido

DIOGO GONÇALVES TRAVASSOS

exploradas e descobertas pelos Portuguezes, cincoenta e uma caravellas tinham demandado a costa africana, que figurava nos mappas tal como era, porque, diz Azurara, «o que se mostrava no mappa-mundi, quanto a esta costa, não era verdade, porque o não pintavam

[1] Não sabemos se esta conta dada por Azurara será muito exacta. O que é certo é que entre o cabo Bojador e o cabo dos Mastros vão doze graus de latitude.

Digitized by Google

senão á aventura; mas isto agora posto nas cartas foi coisa vista por olho, segundo já tendes ouvido[1]».

Em 1446 um novo desastre, superior ao de que fôra victima Gonçalo de Cintra, assignalou os descobrimentos Portuguezes. Nuno Tristão, o descobridor do cabo Branco, seguiu n'uma caravella muito para além do cabo dos Mastros, e, encontrando um rio caudaloso, quiz subir-lhe a corrente, mettendo-se para isso nos bateis da caravella. Assim fez algum tempo, até que se viu cercado de negros, que, mettidos em canôas, varejavam os Portuguezes com settas envenenadas.

Não havia meio de defeza contra estes traiçoeiros instrumentos de morte. Nuno Tristão e uma grande parte dos seus companheiros foram traspassados pelas armas peçonhentas, e a muito custo conseguiram os que tinham ficado na caravella recolhel-os a bordo, desamparando os bateis. Pouco depois morreram todos os feridos, e, para maior desventura, entre os sãos não havia quem soubesse governar a caravella.

Um pobre grumete, com quem contavam para o commando, declarou-se inhabil a exercel-o; quem os salvou foi um moço de Olivença, chamado Ayres Tinoco. Esse resolveu-se a tomar o leme, e, navegando a Deus e á ventura, sem nunca se approximar de terra, governou ao norte, e depois de larga viagem encontrou um corsario gallego, que lhe disse que estava na altura de Sines. Aproou então a Portugal, e foi de Sines a Lagos levar a triste noticia ao infante, que ficou por ella muito pesaroso. O rio em que tal desastre succedera recebeu, para memoria d'elle, o nome de rio Nuno, que as cartas subsequentes pouco alteraram, pois que ainda hoje figura nos mappas com o nome de rio de Nunes, que fica a pouco mais de dez graus de latitude norte.

A desventura de Nuno Tristão não desanimou os Portuguezes. João Gonçalves Zarco, pouco satisfeito com a viagem anterior de seu sobrinho, tornou-o a enviar com ordem que fosse o mais longe que podesse.

Passou Alvaro Fernandes para deante do cabo Verde, e entrou n'um rio que o visconde de Santarem suppõe que era um que figurava na carta de Juan de La Cosa com o nome de Rio de Lagos, ao passo que João de Barros declara que esse rio era o Tabite. Já houvera differentes escaramuças com os negros; mas ahi foi Alvaro Fernandes ferido com uma setta envenenada; porém, como estava prevenido, tratou logo de empregar um curativo energico que o salvou. Proseguindo a sua navegação, chegaram a uma grande enseada que ficava a 110 leguas para o sul do cabo Verde[1]. Satisfeito com o ter chegado tão longe voltou Alvaro Fernandes a Portugal, onde foi muito recompensado pelo infante.

Logo no mesmo anno se equiparam mais nove caravellas, commandadas por Gil Eanes, Fernando Valente, Estevão Affonso, Lourenço d'Elvas, João Bernardes e mais tres maritimos de Lagos. A

[1] Azurara *Chronica do descobrimento*, etc., cap. 78, pag. 322.

[1] «A grande enseada a que chegaram, e que fica situada a 110 leguas ao sul do Cabo Verde, fica situada além da Serra Leôa, e se acha marcada nas cartas de Juan de La Cosa de 1500, de Freire de 1540 e na de Vaz Doirado, tendo ao sul o cabo de Sant' Anna». Visconde de Santarem, nota á Chronica de Azurara, pag. 410. Uma grande enseada, limitada ao sul pelo cabo de Sant'Anna, não póde ser senão aquella em que desemboca o rio de Santa Maria das Neves.

«Passaram pois estes maritimos, continúa o visconde, n'esta viagem a partir do rio de Lagos pelos seguintes logares marcados nas cartas citadas: R. Gambia, R. de Santa Clara, R. das Ostras, R. de S. Pedro, Casamansa, Cabo-Roxo, R. de S. Domingos, R Grande, Bigube, Resegi, Amallo, R. de Nuno, Palmar, Cabo da Verga, R. de Pichel, R. de Marvão, R. do Hospital, R. da Tamara, R. de Ceza, Serra Leôa».

Isto é no caso de ser o rio a que Azurara allude o rio de Lagos em que fala o visconde de Santarem, mas se fôra o Tabite (nas cartas modernas *Compony*) então essa viagem começou muito mais do sul, por-

Digitized by Google

caravella de João Bernardes pertencia ao bispo do Algarve, e o commandante era escudeiro d'esse prelado. Passaram pela Madeira para se abastecerem, e alli se lhes juntaram duas caravellas, uma commandada por Tristão Vaz, capitão do Machico, e outra por Garcia Homem, genro de João Gonçalves Zarco. Seguiram para Gomera nas Canarias, pozeram em terra os indigenas do archipelago que João de Castilla tomára, e que iam muito satisfeitos com o tratamento e com os presentes do infante. Quizeram os capitães Portuguezes fazer algumas presas na ilha de Palma; os habitantes d'esta ilha, porém, estavam acautellados desde que alli appareceram as caravellas de Lourenço Dias. Então as caravellas da Madeira voltaram para traz e o mesmo fez Gil Eanes. As outras seguiram para Guiné, e passaram sessenta leguas para além do cabo Verde.

Entraram no rio Grade e alli se perdeu n'um banco de areia o navio do bispo do Algarve. Salvaram-se os tripulantes. Estevão Affonso foi ter a umas plantações de arroz e algodão, mas encontrou-se com um bando de negros armados de azagayas que o atacaram vigorosamente a elle e aos seus, matando-lhe cinco homens, dois Portuguezes e tres estrangeiros. Retiraram os nossos, vendo o grande numero de indigenas, e, quando chegaram aos navios, resolveram-se a voltar a Portugal. Dirigiram-se á ilha de Arguim, fizeram aguada, passaram ao cabo do Resgate, alli tomaram quarenta e oito captivos com que voltaram a Portugal.

Ainda n'esse mesmo anno de 1446 tornou Gomes Pires ao Rio do Oiro com duas caravellas do infante e vinte homens. Um dos que o acompanhavam era João Gorizo, criado do infante, encarregado das contas do trafico mourisco. Passou Gomes Pires, como já estava sendo costume, pela ilha da Madeira para se abastecer de mantimentos, e deixou na ilha João Gorizo para receber provisões, seguindo com o navio mais pequeno para o Rio do Oiro, em que se internou, indo fundear n'um porto a que alguns Portuguezes tinham anteriormente dado o nome de Porto da Caldeira, marcado por A. M. de Castilho nos mappas que acompanham o seu *Roteiro da costa occidental da Africa*. Accendeu fogos tres noites a fio para dar noticia aos Moiros da sua presença, mas só no fim d'esse prazo é que elles appareceram; mas lograram-n'o, porque lhe disseram que iam ao interior buscar escravos, levaram-lhe adiantado uma parte do preço e nunca mais appareceram. D'ahi a vinte e um dias chegou João Gorizo, e voltaram então as duas caravellas a Portugal, tomando n'um espaço de onze leguas da costa setenta e nove Moiros.

Brazão de armas da villa de Pena Cova

Vendo que não conseguia entrar em relações pacificas com os Azenegues do rio do Oiro, procurou o infante negociar em Mesa, cidade do reino de Sus em Marrocos, e, graças á influencia adquirida por João Fernandes[1] sobre os Moi-

que o Tabite fica pouco ao norte do Cabo Verde. Parece-nos mais verosimil a supposição de João de Barros, porque Azurara parece dar a entender que a viagem foi demorada depois da passagem do Cabo dos Mastros, porque diz, que alguns dias depois de o terem passado, saltaram em terra e travaram uma escaramuça com os pretos, depois continuaram para deante, e voltaram a saltar em terra, depois seguiram mais avante um espaço até que encontraram o rio. Ora, ficando o rio de Lagos logo ao sul do cabo dos Mastros, não era natural que estivessem tantos dias sem darem com elle. Veja-se Azurara, pag. 407 e 408.

[1] Annotando o que Azurara conta a respeito das negociações que João Fernandes conduzira a bom fim, escreve o visconde de Santarem o seguinte:

«Esta particularidade mostra a grande influencia que tinha João Fernandes sobre os Moiros, sem duvida por falar o arabe, e ter viajado com elles. M. Eyriés, no artigo biographico que escreveu d'este in-

Digitized by Google

ros, conseguiu com effeito comprar escravos n'aquelle sitio, que era já um entre-posto do commercio de Marrocos com o interior de Africa [1]. Veiu tambem ao infante um leão, que elle mandou a Galway, na Irlanda, a um seu antigo servidor irlandez. D'esta forma até ás mais remotas partes da Europa chegava a noticia das emprezas do infante, e o espanto produzido pelas maravilhas desconhecidas, que se iam tornando triviaes em Portugal.

Esta fama, que chegou até ás regiões da Scandinavia, trouxe a Portugal um gentil-homem da côrte do rei da Suecia, Noruega e Dinamarca [2], desejoso de tomar parte n'essa expedição. A esse gentil-homem chama Azurara Valarte. O infante D. Henrique immediatamente lhe deu o commando de uma caravella, mandando comtudo para o dirigir e guiar n'essas paragens desconhecidas um cavalleiro por nome Fernando Affonso, com ordem de que fossem a Cabo Verde, e procurassem entrar em relações com o senhor da terra. Chegaram os navegantes á ilha de Palma: passando um pouco adiante, fundearam n'um sitio a que os naturaes chamavam Abram [1]. Alli encetou Fernando Affonso as negociações, mas Valarte, desejando ir a terra, cahiu n'uma emboscada dos indigenas, e nunca mais se soube d'elle. Dos que o tinham acompanhado no batel escapou um que se deitou a nado, mas esse contou depois que só vira os negros matarem um dos seus companheiros, e que, lançando os olhos para traz emquanto ia nadando, ainda distinguira Valarte sentado á pôpa do escaler. Com effeito, tempos depois, uns captivos negros disseram ao infante que no interior estavam christãos prisioneiros; foi decerto essa noticia que fez com que Antonio da Nolla suppozesse que eram esses homens descendentes da expedição de *Vivaldi*, pelo facto de os imaginarem Portuguezes e de lhe dizerem que seriam talvez os companheiros de *Valarte*.

Não foi o pobre fidalgo sueco tão feliz como aquelle gentil-homem allemão, Balthazar, que pôde visitar essas terras desconhecidas e voltar ao seu solar germanico a espantar os visinhos com a narração das maravilhas que presenceára. Este encontrou ou morte ignorada nos sertões africanos, ou, o que ainda é peior, arrastou n'essas terras ardentes uma existencia amargurada pela privação da liberdade e pelas saudades das suas nevoas nataes.

É esta a ultima expedição de que fala Azurara, e apenas menciona depois a formação de uma companhia em Lagos para explorar as pescarias da costa afri-

---

trepido viajante *(Biographie universelle)* diz com razão que elle fôra o primeiro Europeu que penetrára no interior de Africa, que as particularidades da relação que déra apresentavam uma grande analogia com as da relação de Mungo-Park.» Nota á *Chronica* de Azurara, pag. 438.

[1] «O infante sabia pois, escreve o visconde de Santarem, antes de tentar aquella negociação, que alli era um dos entre-postos do commercio entre Marrocos e os estados negros, como o é desde 1810 o pequeno reino fundado por Hescham, dos Moiros independentes ao sul de Marrocos, do commercio entre este reino e o de Tombuctú. Ibid., pag. 437.

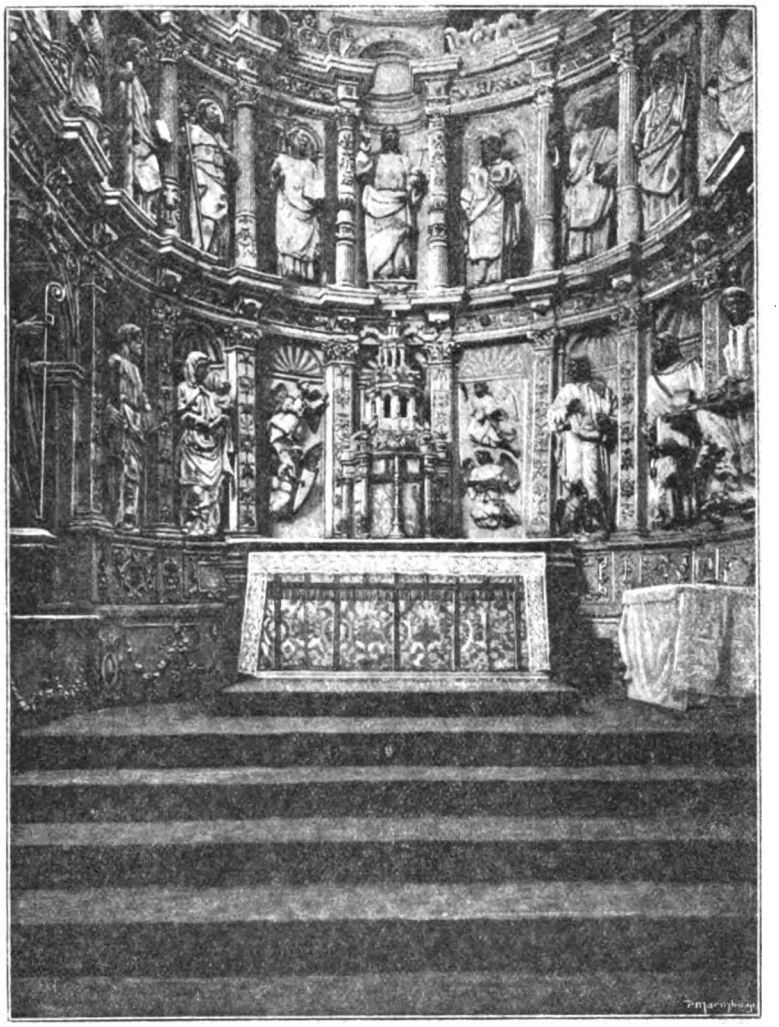
[2] Este rei era Christovão, neto do imperador Roberto, e sobrinho d'Éric II, que abdicára em 1441. Valarte partira decerto da Suecia nos fins de 1447, porque Azurara declara expressamente que elle era gentil-homem da côrte do *rei da Suecia, Dinamarca e Noruega*, e quando Christovão morreu, a 7 de janeiro de 1448, as tres corôas separaram-se. A viagem de Valarte fixa-a Azurara em 1448 tambem, o que concorda plenamente com a nossa hypothese de que elle viera para Portugal nos fins de 1447. Vide Azurara, capitulo XCIV, e o visconde de Santarem, nota á *Chronica*, a pag. 441.

[1] Qual seria este sitio, e por conseguinte onde foi o theatro da morte de Valarte, é o que não podemos determinar com segurança. A ilha de Palma, que nas cartas modernas tem o nome de ilha Yof, essa fica ao fundo da bahia de Palma (tambem chamada golpho das Almadias e golpho do Mel e hoje bahia d'Yof), a terço de milha da peninsula de Cabo Verde. (A. M. de Castilho, *Descripção e roteiro*, tom. I, pag. 101.) Ficando o tal sitio chamado pelos naturaes Abram um pouco ao sul, mas ainda proximo de Cabo Verde, devemos suppôr que seria no sitio onde se ergue a aldeia de Wakram, porque alli existe uma calheta onde a caravella podia facilmente ancorar.

Digitized by Google

cana, fazendo para isso um contracto com o infante D. Henrique. O veridico historiador, que tão grande luz derrama no primeiro periodo da historia dos nossos descobrimentos, deixa-nos ficar em espessas trevas, porque Barros e Damião de Goes são deficientes e contraditorios [1]. Cadamosto, que mereceria maior credito, não só por ser contemporaneo, mas por ter sido um dos actores principaes nos factos que narra, sacrifica muitas vezes a verdade ás suas vaidosas pretenções. Procuremos comtudo caminhar por este labyrintho, levando o fio da critica esclarecida de Major, auxiliada por um manuscripto, que não temos em Portugal, e que é o celebre manuscripto de Valentim da Moravia [2].

Em 1446 a Senegambia estava toda explorada, a Guiné de Cabo Verde já fôra visitada em grande parte, e o audacioso Alvaro Fernandes chegára á Serra Leôa. Comtudo ainda muitos pontos intermedios estavam ou desconhecidos, ou pouco visitados, e n'essas mesmas costas da Guiné de Cabo Verde havia ampla messe de loiros a colher para os descobridores do infante D. Henrique. Os deploraveis acontecimentos, que havemos de narrar, quando voltarmos á historia da politica portugueza, e que trouxeram como consequencia a batalha da Alfarrobeira, e a morte do infante D. Pedro, afrouxaram o ardor dos descobrimentos, mas não tardou que tomassem novo incremento, ainda que a D. João II é que havia de pertencer a honra de lhes dar outra vez decisivo impulso. Comtudo não largaremos mão d'esta narrativa, emquanto o infante D. Henrique permanecer na scena do mundo, e só voltare-



SÉ VELHA DE COIMBRA — ALTAR DO SACRAMENTO

[1] Barros, *Decadas;* Damião de Goes, *Vida do Principe D. João.*

[2] O livro do sr. Emiliano Bettencourt, publicado depois da primeira edição d'esta Historia, e a que já nos referimos, deu-nos conhecimento da existencia de uma copia d'esse manuscripto na bibliotheca de Ajuda.

Digitized by Google

mos á historia continental quando o grande vulto do ermita de Sagres cahir ferido pela morte, quando se apagar a luz d'aquelle espirito, que era como o pharol da sciencia a resplandecer no extremo promontorio da Europa.

CAPITULO XXX

Continuação dos descobrimentos. Viagens de Cadamosto.—Viagens de Diogo Gomes. Ilhas de Cabo-Verde. Morte do infante D. Henrique

A primeira relação contemporanea e authentica do proseguimento das nossas navegações, é a relação feita por Luiz de Cadamosto, fidalgo veneziano, das duas viagens que emprehendeu de 1455 a 1457.

A primeira vez que sahiram a lume as viagens de Cadamosto foi em 1507, em Vicenza, com o seguinte titulo: *Aloysio de Cadamosto libro della prima navigatione per Oceano alla terra dé Negri et della bassa Ethiopia, per commandamento del Infante D. Henrico di Portogallo;* em 1508 publicou-se em Milão uma traducção latina, em 1532 essa versão foi publicada na collecção de viagens de Simão Grineo, denominada *Novus Orbis*, com o seguinte titulo: *Navigatio ad terras incognitas Aloysii Cadamosto Archangelo Madrignano Interpreti;* em 1550 publicou-a João Baptista Ramusio na sua collecção *Navigationi e Viaggi.* Finalmente em 1812 appareceu a traducção portugueza no tom. 2.º da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com annotações e uma introducção do erudito socio Sebastião Francisco Mendo Trigoso. O titulo d'essa relação em Portuguez é o seguinte: *Navegações de Luiz Cadamosto a que se ajuntou a viagem de Pedro de Cintra, capitão portuguez, traduzida do italiano*, e occupam com a introducção de pag. IX a pag. 82[1].

A data d'estas viagens esteve por muito tempo incerta, entendendo o traductor Portuguez que as devia fixar em 1444. Havia certas probabilidades a favor d'essa data, antes de apparecer a lume a *Chronica* d'Azurara; mas a publicação d'essa chronica tão authentica, abrangendo até 1448, e onde nem uma palavra se diz, nem ácerca de Cadamosto, nem àcerca de muitas coisas importantes de que o viajante veneziano, na sua relação, dá noticia, destruiu pela base essa supposição, restabelecendo a authenticidade negada por Trigoso da data que figurava na primeira edição de Vicenza, e que era de 1454. Comtudo, ainda hoje muitos escriptores admittem impensadamente a data de Trigoso, o que não se póde attribuir senão a inadvertencia, porque o ponto deixou de ser controverso desde a apparição da *Chronica* d'Azurara.

[1] É esta a edição de que nos servimos, ao passo que Major consulta o original italiano. E' pena que o traductor Portuguez não respeitasse sempre escrupulosamente as denominações que Cadamosto dá ás terras que visita. Assim onde Cadamosto escreve *Monchrico* traduz o portuguez *Machico*. É uma differença importantissima, porque envolve um argumento contra ou a favor da historia de Machim e de Anna d'Arfet.

Digitized by Google

Se um dos escriptores que acceitam simplesmente a data de 1444[1] não fosse Alexandre Magno de Castilho, sempre tão exacto e consciencioso, passariamos adiante sem nos suspendermos a discutir essa questão; mas como, decerto por involuntario lapso, as viagens de Cadamosto apparecem alli referidas á data de 1445, recordaremos a tão decisiva nota do visconde de Santarem ás suas *Recherches sur la priorité*, etc., nota que não deixa subsistir a minima duvida sobre o erro.

A nota é a seguinte:

Sobre a data das viagens de Cadamosto

«Fixámos a data da primeira viagem de Cadamosto no anno de 1455, como sendo a mais exacta, ainda que o auctor do prefacio da traducção portugueza das relações d'esse viajante, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, fixasse essa data no anno de 1444. Eis as nossas razões. O academico, auctor do prefacio de que se trata, não conheceu a Chronica da conquista de Guiné por Gomes Eanes d'Azurara; não poude tambem consultar a dissertação de Zurla ácerca de Cadamosto[2], que não appareceu senão tres annos depois da publicação, feita pela Academia, da collecção precitada; teve por conseguinte de seguir Damião de Goes, o qual, não conhecendo Azurara, se determina pelo anno de 1444, apesar de ter encontrado em Ramusio a de 1454, adoptada tambem por Tiraboschi. Apesar dos argumentos de Goes e do traductor Portuguez das obras de Cadamosto, parece-nos que a verdadeira data da primeira viagem d'esse navegador é de 1455, em razão do silencio que Azurara guarda ácerca da viagem de Cadamosto, ao passo que fez menção dos outros exploradores estrangeiros que acompanharam os nossos exploradores no tempo do infante. Azurara terminou a sua chronica em 1448, isto é, sete annos antes da viagem de Cadamosto, que não se effectuou senão em 1455. Além d'isso, sendo constante que Cadamosto fez essa viagem em companhia de Antonio da Nolla, o Antoniotto Usodimare do manuscripto de Genova[1], e, sendo a carta d'este ácerca d'essa viagem datada de 12 de dezembro de 1455, e a partida de Cadamosto de 22 de março do mesmo anno, segue-se que tal é a verdadeira data da primeira viagem d'esse explorador veneziano em companhia de Vicente Dias, natural de Lagos, como elle mesmo diz no capitulo segundo da sua relação. Mas, se tomando nota d'esta particularidade, reflectirmos no silencio de Azurara ácerca do navegador veneziano, somos levados a acreditar que a sua viagem em companhia de Vicente Dias só se effectuou posteriormente a 1445, tanto mais que n'essa época esse viajante Portuguez achava-se no Senegal e commandava uma caravella, como se vê em Azurara, pag. 280, 287. Demais basta comparar a relação de Azurara com a de Cadamosto, cap. XV, para vêr que a viagem de Senegal feita por Vicente Dias em 1445 não é a que elle fez em companhia de Cadamosto, porque este diz expressamente que o Senegal fôra descoberto por tres caravellas do infante, que ahi tinham entrado cinco annos antes que elle fizesse essa viagem.

«Fixando, segundo quer Azurara, a viagem de Vicente Dias no anno de

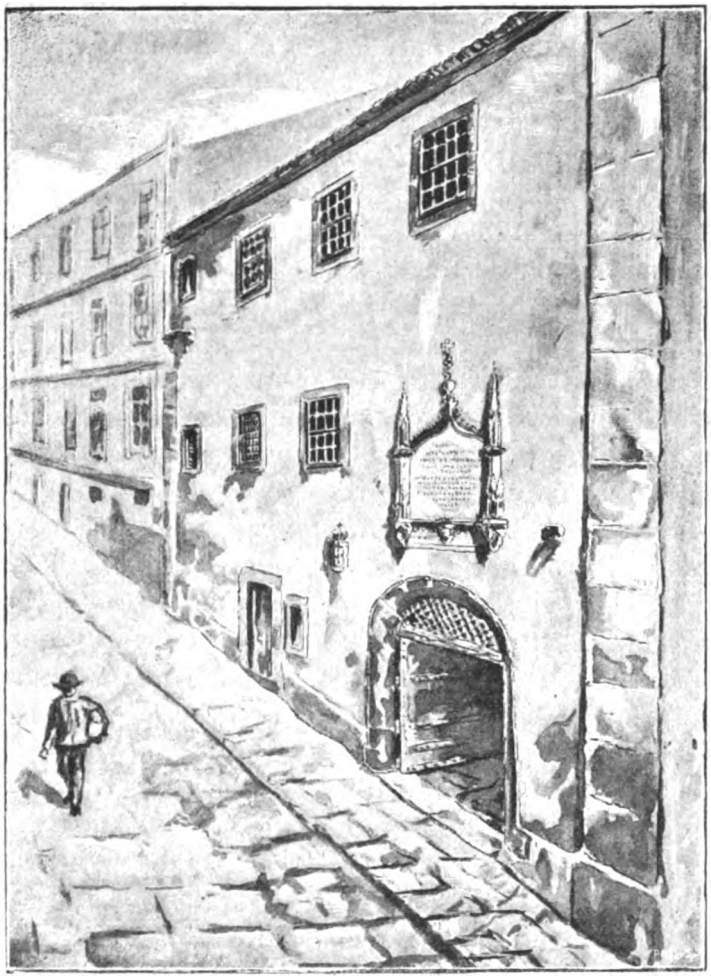
[1] Um d'esses escriptores é o sr. Guião, annotador da edição da *Historia Insulana*, feita em 1866. As notas, que se referem todas ao primeiro volume, veem comtudo publicadas no segundo.

[2] Dei viaggi delle scoperte Africane d'Aloise de Cadamosto, patricio Veneto. *Dissertazione*. Venezia, 1815.

[1] Veja-se *Anali di geographia e di statistica di Giacomo Graberg*, t. I, pag. 289.

Digitized by Google

1445, se suppozermos que a de Cadamosto foi cinco annos depois, teremos a data de 1450, data que poderiamos ainda recuar, se nos fosse permittido entregarmo-nos aqui a mais longa discussão. Cadamosto foi o primeiro Veneziano que navegou para além de Gibral-



CASA ONDE NASCEU O INFANTE D. HENRIQUE

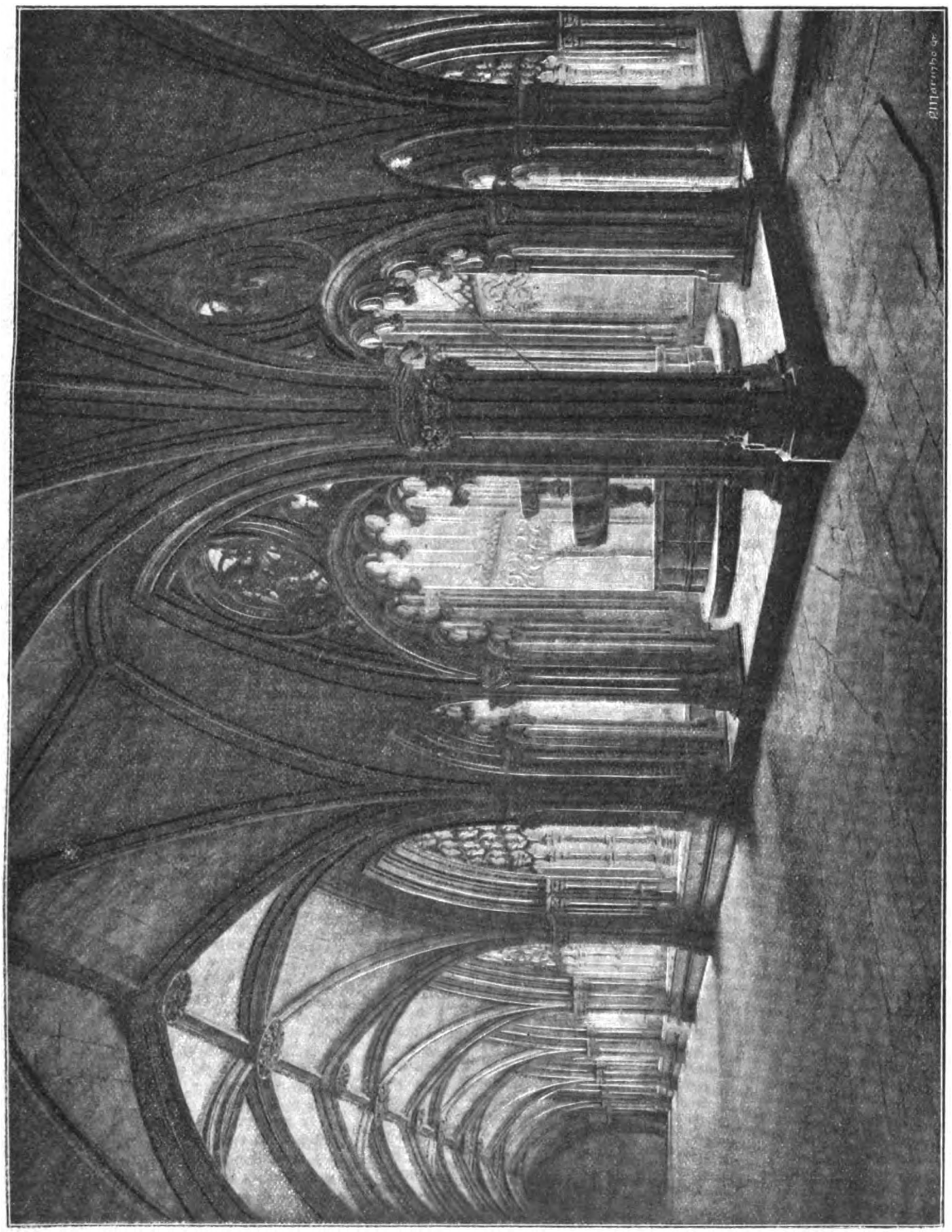
tar para e sul, como o attesta Marco Barbaro; e, quando entron ao serviço de Portugal, já os Portuguezes tinham explorado toda a costa de Africa para além do cabo Bojador, até para além da Serra Leôa: cincoenta e uma caravellas tinham visitado essa costa até ao anno de 1446[1].»

[1] *Recherches*, etc., *Additions* XII, pag. 270.

Effectivamente, Cadamosto é muito pouco exacto em datas, e quem fizer obra por essas recordações erroneas que o viajante escreve no seu gabinete em Veneza, depois de regressar de Portugal, expõe se a estranhas contradições. É essa comtudo a base principal da argumentação de Trigoso. No capitulo I diz Cadamosto, que a ilha de Porto-Santo foi descoberta «haverá vinte e sete annos pelas caravellas do sr. infante[1]» no capitulo IV, que a ilha da Madeira «foi povoada ha vinte e quatro anos para cá[2]». Temos pois a data da viagem fixada: é 1445. Mas no capitulo XI declara que os Portuguezes fizeram guerra aos Azenegues por espaço de treze ou quatorze annos[3].» Ora contando desde 1434, aqui temos a viagem posterior a 1447 ou 1448; mas no capitulo XV affirma que o Senegal foi descoberto «cinco annos antes que eu fizesse esta viagem[4];» logo a viagem foi em 1450; mas, ainda mais, no capitulo XXXIV diz que o Cabo Verde foi descoberto «um anno antes que eu fosse a estas partes[5],» ahi temos a viagem em 1446. Podiamos multiplicar as citações, podiamos notar que logo no principio diz que D. João I morreu em 1432, quando a data da sua morte é a de 14 d'agosto de 1433[6]. Não é necessario: o testemu-

[1] *Navegações de Cadamosto* na *Collecção de noticias para a historia*, etc., pag. 7, (Ediç. 1812.)
[2] Ibid., pag. 9.
[3] Ibid., pag. 20.
[4] Ibid., pag. 27.
[5] Ibid., pag. 49.
[6] Ibid., pag. 12. Note-se mais que Luiz de Cada-

Digitized by Google



CONVENTO DA BATALHA — ANGULO DO CLAUSTRO REAL.

Digitized by Google

nho tacito d'Azurara basta para fazer cahir todas as affirmações em contrario.

Ora, devemos notar que Alexandre Magno de Castilho, posto que por varias vezes no decurso da sua obra fixe ás viagens de Cadamosto a data de 1445 e 1446, dizendo por exemplo positivamente n'uma nota, quando trata do rio Barbacim: «Descoberto em 1445 por Vicente Dias, de Lagos, e Luiz de Cadamosto»[1], comtudo no seu bem elaborado prologo affirma tambem positivamente o que é hoje incontroverso, isto é, que Luiz de Cadamosto viajou em 1455 [2]. Isto mais uma vez nos adverte que o erro que notámos na obra do mallogrado official da nossa armada, foi filho apenas de desculpavel inadvertencia.

Em que se baseava pois o auctor da *Introducção* ás *Navegações de Cadamosto* para as fixar em 1445? As datas pelo Veneziano marcadas no decurso da obra não podiam senão embaraçal-o. Adoptando como exacta a que elle attribue ao descobrimento de Porto-Santo e da Madeira, tinha de emendar todas as outras. Como esse livro era o mais antigo, conhecido em 1882, que tratasse dos nossos descobrimentos, o engano era mais desculpavel. Mas tanta razão havia para adoptar para ponto de comparação a data do descobrimento da Madeira, como a data de outro descobrimento qualquer, por conseguinte devemos confessar que a fixação do anno de 1445 foi feita um tanto a capricho. Mas o que moveu principalmente Sebastião Trigoso a adoptar essa data foi o têl-a tambem fixado Damião de Goes em contradicção com Ramusio, e com o primeiro editor das *Viagens* de Cadamosto. A auctoridade não era forte, o capitulo consagrado pelo celebre historiador portuguez na *Chronica do principe D. João* a esses primeiros descobrimentos está cheio de erros e de contradicções. Além d'isso, da mesma fórma que somos nós os Portuguezes os que merecemos mais credito quando se trata de livros nossos, tambem Sebastião Trigoso devia acceitar de preferencia ás auctoridades portuguezas as auctoridades italianas, quando se tratava de um livro italiano.

Foi pois definitivamente em 1454 e no dia 8 de agosto que Alvise de Cadamosto ou Luiz da Casa de Mosto [1], sahiu de Veneza a bordo de uma das galés da esquadra que a Serenissima Republica enviava a Flandres, debaixo do commando de ser Marco Zeno [1].

Apesar de ter apenas vinte e dois annos de edade, já Luiz de Cadamosto fizera uma viagem a Flandres (a tal viagem em que os negociantes venezianos tinham querido esquivar-se a pagar o tributo de 2 %) e voltava na esquadra de Marco Zeno, quando na altura do Cabo de S. Vicente vieram a bordo das galés o consul ou feitor veneziano em Lagos, Patricio de Conti, e o secretario do infante D. Henrique, Antonio Gon-

---

mosto é tão embaraçado no que narra por ouvir dizer, que diz que os Portuguezes dobrarám em 1434 (ou 1433) o cabo Não, confundindo assim este cabo com o Bojador.

[1] *Descripção e Roteiro*, etc., pag. 123. n. 1.

[2] *Ibid.*, *Prologo*, pag. XXIV, n. 2.

[1] Cadamosto, segundo nos diz o cardeal Zurla, deve-se lêr Casa-de-Mosto, abreviatura de Casa da Mosto ou familia de Mosto. Alvise é a fórma veneziana do nome de Luiz.

[2] Aqui temos a prova mais decisiva, que seja possivel encontrar-se, da exactidão da data que fixamos ás viagens de Cadamosto. Oiçâmos Major: «O periodo d'esta viagem foi diversamente fixado por varios autores, mas não só a data que mencionamos é a que Ramusio fixa, mas a sua exactidão é confirmada por um decreto do senado Veneziano da mesma data *(a mencionada no texto)* para o seguinte effeito: «Como na ultima viagem, tres das galés foram a Sluyes, para cujo porto ia a carregação, afim de evitarem os dois por cento sobre as mercadorias, que passam entre Veneza e Inglaterra, ordenamos ao capitão das galés de Flandres, ser Marco Zeno, que indague quaes foram as mercadorias de subditos venezianos desembarcadas em Inglaterra, afim de exigir os dois por cento.» Veja-se *Calendar of statu Papers and Ms Brown*. Lond, 1864, vol. I, 1202-1504. pag. 79.» Major, *Life*, etc., pag. 246, nota. E' um documento official que vem tirar todas as duvidas.

Digitized by Google

çalves[1], trazendo amostras de assucar da Madeira, sangue de drago do Porto Santo, e outras mercadorias dos paizes recentemente descobertos. Travou-se a conversação, e o espirito juvenil de Cadamosto inflammou-se com a narração das maravilhas d'essas terras desconhecidas. Perguntou se não era possivel ir vêl-as: disseram-lhe que sim, obtendo licença do infante. Que, no caso d'este dar a caravella e a carregação, só metade do producto era para o navegador, mas dando o infante a caravella, só recebia o navegador as tres quartas partes do producto, no caso de ser a caravella equipada e carregada á custa do navegador, recebia o infante apenas o quinto régio. Immediatamente Cadamosto sahiu de bordo da esquadra, desembarcou no cabo de S. Vicente, foi ter com o infante, que estava então na Rapozeira[2], foi por elle muito bem recebido, e, tendo-lhe communicado o seu projecto, D. Henrique mandou-lhe equipar uma caravella de quarenta e cinco toneladas[3], e, dando-lhe por companheiro e guia Vicente Dias de Lagos, mandou-os á Africa, tanto para negociar[1] como para proseguir os descobrimentos, que tinham affrouxado bastante [2].

No dia 22 de Março de 1455 sahiu Luiz de Cadamosto com Vicente Dias na sua caravella, e no dia 25 de Março chegaram á ilha de Porto-Santo. No dia 28 do mesmo mez passaram á Madeira, da Madeira partiram para as Canarias, e das Canarias foram direitos ao Cabo Branco. Luiz de Cadamosto navegava não só para negociar mas tambem para ver terras novas; por isso em Porto-Santo, na Madeira, e nas Canarias demorou-se o tempo bastante para conhecer os costumes dos habitantes, e vêr esses paizes desconhecidos. Consagra por isso capitulos preciosos á descripção das ilhas [3].

Brazão de armas da villa de Mello

De Cabo-Branco passsou ás ilhas d'Arguim, e ahi viu a fortaleza que o infante D. Henrique lá mandára construir[4], dando-nos ao mesmo tempo noticias curiosas ácerca do commercio Portuguez n'essas localidades: «O senhor Infante, diz elle, fez n'esta ilha d'Arguim um contracto por dez annos d'este modo: que ninguem podesse entrar no golpho para tra-

---

[1] Este Antonio Gonçalves devia ser antes o celebre Antão Gonçalves que trouxe ao Rio do Oiro os primeiros captivos, e a quem, segundo nos diz Azurara, o infante nomeou posteriormente seu «escrivão de puridade», que vem a ser o mesmo que secretario.

[2] Sebastião Trigoso diz n'uma nota o seguinte: «A habitação do infante D. Henrique no Algarve é muito conhecida: todos sabem que para isso edificou a villa chamada Terça-nabal ou Tercena-naval, ao depois Villa do Infante, e ultimamente Sagres A assistencia da Raposeira seria alguma casa de campo, onde o infante se retirasse, junto áquella povoação.» *Navegações de Luiz de Cadomosto* na *Collecção de noticias*, etc., pag. 1, nota a.

[3] «Não é facil, diz Alexandre Magno de Castilho, e em muitos casos é difficilimo descrever hoje em termos breves as embarcações usadas pelos mareantes antigos. As caravellas eram navios armados á latina, levavam de ordinario duzentas toneladas. Affirma o padre Fournier que foram os Portuguezes os inventores d'este genero de embarcações, e diz Garcia de Rezende que em todo o mar Oceano não ha navios latinos senão as caravellas de Portugal e do Algarve.» *Descripção e Roteiro*, etc., pag. XXIV do prologo n.º 2. Cadamosto, no Proemio das suas *Navegações* diz que são «as caravellas de Portugal os melhores navios de vela que andam sobre o mar.» pag 3.

[1] Cadamosto comprou mesmo na esquadra veneziana as mercadorias de que precisava.

[2] Desde que Alvaro Fernandes chegára ao cabo de Santa Anna não tinham proseguido mais para diante as navegações, mas a exploração das costas já visitadas continuára sempre, e ainda n'essas mesmas costas conhecidas Cadamosto, segundo nos conta, viu pontos novos a que deu nomes e transportou para os mappas. E' isso que nos prova que os Portuguezes não navegavam timidamente costa a costa: o passarem em claro grandes extensões de terreno, que outros navegadores depois visitavam cuidadosamente.

[3] Capitulos III, IV e V.

[4] Se não fossem já tão abundantes as provas que temos de que as viagens de Cadamosto não foram em 1455, aqui vinha um novo argumento a nosso favor. Até 1448, termo da chronica de Azurara, ainda o infante D. Henrique não mandára construir fortaleza em Arguim.

Digitized by Google

ficar com os arabes, salvo aquelles que entrassem no contrato, o qual tem uma feitoria na dita ilha, e feitores que compram e vendem áquelles arabes que veem á marinha: dando-lhe diversas mercadorias, como são pannos tecidos, prata e alquizeis[1], que são uma especie de tunicas, tapetes, e sobretudo trigo, do qual estão sempre famintos; e recebem em troca negros, que os ditos Alarves trazem da Negraria, e oiro de Tibar[2]».

Das ilhas de Arguim passou Cadamosto ao Senegal, e tomou conhecimento das terras situadas no interior, taes como Honden (Guaden ou Wadan) e Tagazza.

Alli soube elle tambem do imperio de Melli, de cuja existencia ainda Azurara duvidava. Todos os capitulos consagrados por Cadamosto á descripção dos costumes dos negros são summamente interessantes, e deram a Major assumpto para o bello capitulo, que se intitula «Cadamosto».

O Senegal confunde-o elle com o rio Niger; tratou alli muito de perto com o chefe ou rei d'aquelles negros, que no seu temps, diz elle, se chamava Zucholin e tinha vinte e dois annos de edade. Passando adiante, encontrou outro chefe, que se chamava Budomel, e que governava despoticamente o paiz, que do nome do chefe os Portuguezes chamavam reino de Budomel e hoje denominado d'Yof, que fica fronteiro á ilha de Palma, cujo nome tambem soffreu identica alteração. Alli entrou em relações commerciaes com o rei Budomel, e tão bem acceito foi ao negro, que o acompanhou ao interior, onde presenciou muitos costumes extravagantes, e assistiu a muitas scenas curiosas de que dá ampla relação no livro das suas «Navegações[3]».

Quando voltou do interior á costa, encontrou Cadamosto dois navios portuguezes, e n'um d'elles um compatriota seu, ou quasi compatriota. Era o Genovez Antonio de Nolla conhecido pelo appellido d'Uso-di-Mare e pelo diminutivo do seu nome proprio, *Antoniot*

---

[1] Azurara chama-lhes «Alquices».

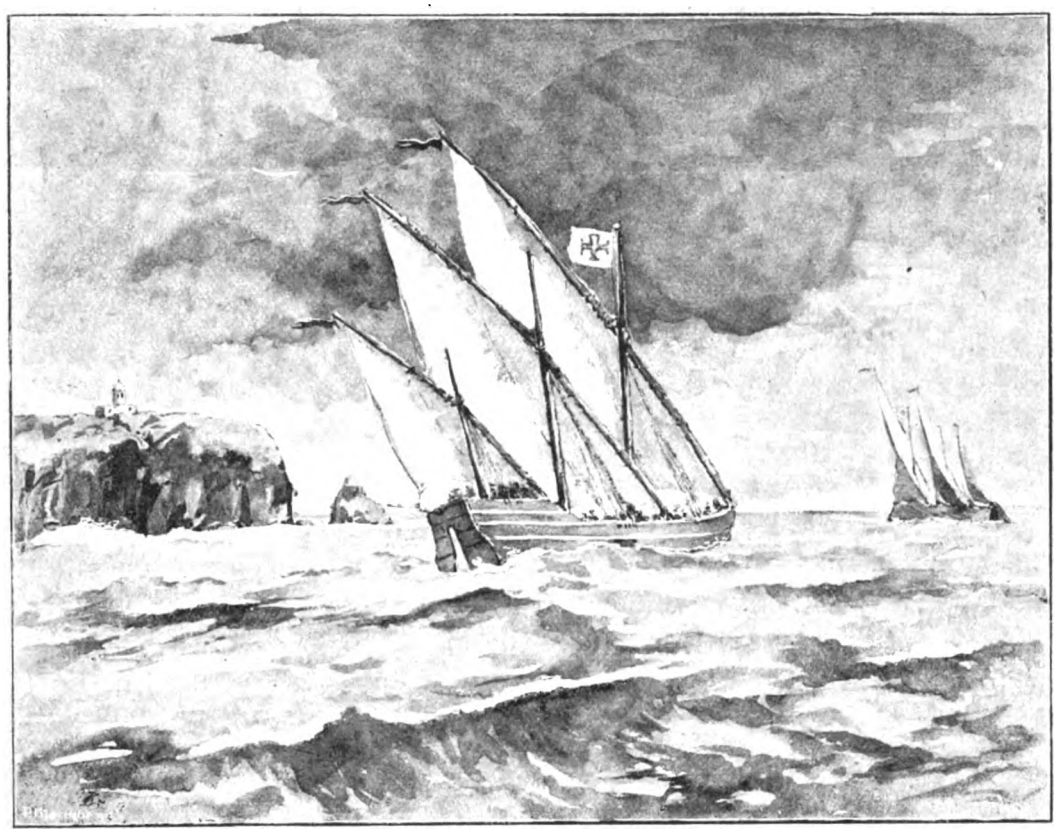
[2] *Navegações de Luiz de Cadamosto*, pag. 18.

[3] Cap. XXII, *Como Bodomel consignou Messer Luiz a um seu neto chamado Bisboror; e quanto são bons nadadores os negros d'este paiz;* XXIII. *Da casa de Budomel e de suas mulheres.* O rei andava sempre acompanhado por 200 negros e em cada aldeia onde parava tinha pouco mais ou menos 9 mulheres. cap. XXIV. *Das ceremonias de que usa Budomel, em dar audiencia e do seu modo de orar.* Este negro, segundo conta Cadamosto, exigia dos seus subditos um ceremonial mais servil do que o usado nas côrtes dos despotas mais despotas de Asia: os vassallos nunca se approximavam do fusco monarcha senão de rastos e atirando areia para cima da cabeça, isto quando imploravam alguma coisa: o rei fallava-lhes com modos desabridos e por cima do hombro. Lembra aquelles cortezãos, que Gulliver viu nas suas mirificas viagens, que esses tambem se approximavam de rastos, e lambendo a poeira do chão. O maganão de Jonathan Swift teria conhecimento das viagens de Cadamosto? Não admirava comtudo este servilismo; o rei, ao mais leve descontentamento que os seus subditos lhe davam, vendia-lhes as mulheres e os filhos. Cap. XXV. *Do modo de viver e comer de Budomel;* n'essa operação importante não havia grandes ceremonias; um cesto de carne no meio do chão, e cada conviva comia com os dedos; cap. XXVI. *Das producções do reino do Senegal; modo que teem os negros em lavrar a terra e como fazem o seu vinho.* Milho, favas e feijões eram as culturas principaes; as sementeiras faziam-se em julho, e logo as colheitas em setembro; o vinho era de palmeira a que chamavam mignol. Extrahiam esse licor do pé da arvore, que feriam em dois ou tres logares. Cap. XXVII. «Dos animaes que nascem n'este reino». Cap. XXVIII. «Dos animaes que ha no reino do Senegal e coisas notaveis dos elephantes.» Bois, vaccas, e cabras eram os unicos animaes domesticos; leões, bodes bravos, lobos, leopardos, lebres e elephantes havia em grande abundancia; os elephantes, como não eram domesticados pelos negros, andavam em rebanho pelos bosques. Cap. XXIX. «Das aves d'este paiz, de como n'elle ha varias castas de papagaios, e de sua industria na construcção dos ninhos». A caravella de Luiz de Cadamosto levou para Portugal cento e cincoenta papagaios, que vendeu a meio ducado cada um «Estes papagaios, diz Cadamosto, são muito industriosos na fabrica de seus ninhos, que fazem de junco, redondos e ocos como bolhas d'ar, e vão sobre as palmeiras e outras arvores, que tenham os ramos o mais delgado possivel, e na extremidade do ramo atam um junco, que fica pendurado dois palmos, na ponta do qual formam o seu ninho, tecendo-o maravilhosamente, de modo que quando está feito, parece uma pella pendurada n'aquelle junco, no qual ha somente uma abertura, por onde entram, e isto fazem por causa das cobras, que lhes comem os filhos; as quaes não podem andar sobre o ramo por

Digitized by Google

to Usodimare, como elle era mais conhecido em Genova sua patria. Juntaram-se as tres caravellas, e proseguiram reunidas na viagem para além do Cabo Verde.

Estiveram nas ilhas Madeleine, e notou Cadamosto que para diante do Cabo Verde havia um golpho que era de cerlum[1]. O modo como elles navegavam bem mostra a intenção exploradora da viagem. «A nossa navegação por esta costa, e para diante, diz Cadamosto, sempre foi de dia, lançando ancora todas as tardes ao sol posto em dez ou doze braças d'agua, affastados da terra quatro ou cinco milhas; e ao nascer do



CARAVELLAS DO INFANTE D. HENRIQUE PASSANDO POR SAGRES

to a bahia de Bisiguiche, hoje chamada de Goréa.

Continuando a sua navegação chegaram a um rio a que pozeram o nome de Barbacim e que hoje se chama Sasol faziamo-nos á vela, tendo sempre um homem na gavea e dois na prôa da caravella, afim de vêr se quebrava o mar em algum logar, e assim descobrir algum cachopo[2]». Todo o seu desejo

ser fraco e não lhes supportar o peso; de modo que os ditos seus ninhos veem a ficar seguros». Cap XXX. «Do mercado que fazem os negros, e das coisas que n'elle se encontram». Cap. XXXI. «Como se sustentam e vendem os cavallos em este reino e de certas ceremonias e encantos de que usam quando os compram; Cap. XXXII. «Dos costumes das mulheres d'este paiz, do que causou a admiração d'aquelles homens, e dos instrumentos musicos de que usam». Maravilhou-os e assustou-os o disparar de uma bombarda; uma gaita de folles que tomavam por um animal vivo: julgavam que os olhos pintados nas prôas eram olhos verdadeiros, uma vela accesa causou-lhes grande admiração. «Navegações de Luiz de Cadamosto,» de pag. 34 a 48.

[1] Major, *Life*, etc. pag. 272, suppõe, mas muito dubitativamente, que esse rio fosse o Joeia; quem diz positivamente que era o Salum é A. M. de Castilho, *Descripção e Roteiro*, etc., p. 123.

[2] *Navegações de Luiz de Cadamosto*, p. 51.

Digitized by Google

era chegarem ao rio Gambia, e, encontrando um rio que lhes pareceu tão bello e tão largo como o Senegal, julgaram emfim tel-o encontrado. Não era; era o Joombas ou Gusomboss, que fica por 13° 45′ de latitude norte. Pondo alli em terra um dos interpretes negros que traziam, viram que os habitantes se lançavam a elle e o matavam, apezar de serem da mesma côr. Por isso avaliaram quanto essa gente era cruel, e não quizeram contratos com elles. Passaram adiante, e logo encontraram um rio, que era finalmente o suspirado Gambia. Subiram por elle acima, porém os negros receberam-n'os mal, e houve um combate em que muito se distinguiu um filho de Antonio de Nolla[1]. Quiz Luiz de Cadamosto subir mais a corrente do rio, mas os marinheiros, anciosos de voltarem para as suas casas, não consentiram em similhante coisa, e o viajante veneziano viu-se obrigado a tornar a Portugal.

Não adeantára o descobrimento da costa, mas explorára cuidadosamente os paizes já visitados por Diniz Dias, Nuno Tristão e Alvaro Fernandes, e demarcára a posição de tres rios — o Barbacim, o Joombas e o Gambia.

Começando em março de 1455, a viagem de Cadamosto durou até 1456, como se vê facilmente pela confrontação das datas, que o mesmo navegante nos apresenta. A 8 de agosto de 1454 sahiu de Veneza a esquadra de ser Marco Zeno, a cujo bordo vinha Cadamosto, a 22 de março de 1455 sahiu este de Lagos, em novembro estava no paiz de Budomel, como diz no capitulo XXII, pag. 34, e depois achava-se nas ilhas Madeleine e Cabo Verde em junho, como diz no cap. XXXIV, pag. 50; era por conseguinte em junho de 1456.

Emprehendeu Cadamosto uma segunda viagem no anno seguinte, e portanto no anno de 1457. A narração d'essa segunda viagem inspira muito menos confiança do que a da primeira. Já antes de ter documento em que se baseasse, um escriptor Portuguez, Lopes de Lima[1], punha em duvida a veracidade de Cadamosto; Major, encontrando no livro manuscripto de Valentim Fernandes uma narração authentica das suas proprias viagens feita por Diogo Gomes, poude restabelecer a verdade dos factos, e mostrar que Cadamosto nem sempre a respeitava.

Conta Cadamosto que, no anno seguinte ao da sua primeira viagem, e portanto no anno de 1457, o Genovez Antonio de Nolla, de accordo com elle Cadamosto, mandou armar duas caravellas para irem negociar a Africa. O infante juntou a essa expedição uma caravella sua, e, sahindo os tres navios de Lagos no principio de maio, chegaram em poucos dias ás Canarias, aonde não aportaram; seguiram para o Cabo Branco, e ahi assaltou-os um tão furioso temporal de sudoeste, que tiveram, para não retrocederem, de se fazerem na volta d'oes-noroeste com intenção de pairarem. Duas noites e tres dias aguentaram o tempo, até que avistaram terra, o que muito os espantou, porque a não esperavam n'aquellas paragens. Viram então que eram duas grandes ilhas até ahi desconhecidas; aproaram a uma d'ellas, e mandando Cadamosto alguns dos seus marinheiros a terra para ver se encontravam habitação ou rasto de homens, não acharam coisa que lh'o indicasse. No dia seguinte foram doze homens

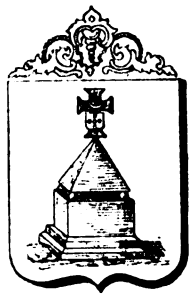
[1] É esta uma das rasões que leva o visconde de Santarem, Major e outros escriptores a duvidarem da carta de Antoniotto Usodimare aos anciãos de Genova; porque o navegante não fala em proesas de seu filho, o que n'um pae é pouco natural.

[1] José Joaquim Lopes de Lima, «Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas», etc. L. I. P. II, cap. 1.°, pag. 4. (Lisboa, 1844).

Digitized by Google

n'uma lancha, não encontraram senão pombos mansos. D'essa ilha viram os marinheiros outras tres a sotavento, uma para a banda do norte, as outras duas para o sul, e «todas tres, diz Cadamosto, á vista uma das outras. Tambem nos pareceu ver da parte do Poente (mas muito mettidas pelo mar dentro) a modo de outras ilhas, mas não se enxergavam bem, pela sua muita distancia, e a estas não cuidei de ir, tanto por não perder tempo, e seguir a minha viagem, como por julgar que eram deshabitadas, e selvagens, como eram est'outras duas; mas depois, pela fama d'estas quatro ilhas que eu tinha descoberto, outros que chegaram aqui as foram reconhecer, e acharam serem dez entre grandes e pequenas, todas deshabitadas; não havendo n'ellas senão pombos e aves de estranhas sortes e grande pescaria de peixes.

«Tornando ao nosso proposito, partimos d'esta ilha, e, seguindo a nossa derrota, chegámos á vista das outras duas; e, correndo ao longo da costa de uma d'ellas, que parecia cheia de arvores, descobrimos a bocca de um rio, e julgando que fosse de boa agua, surgimos para nos prover d'ella; e, sahindo alguns dos meus em terra, foram ao primeiro porto pela margem acima d'este rio, e acharam algumas pequenas lagôas de sal branquissimo e bello, de que trouxeram para o navio grande quantidade, e d'elle tomámos quanto nos pareceu, e egualmente, vendo a agua bellissima, tambem nos provemos d'ella; e declaro que aqui achámos grande quantidade de tartarugas, das quaes tambem tomámos algumas, e as suas conchas eram maiores que uma boa adarga; e fizemos com ellas diversos guizados, dizendo-me que por outras vezes as tinham já comido no golpho de Arguim, onde tambem se achavam, mas não tao grandes: e tambem eu para provar de tudo as comi, e me pareceram boas não menos que a carne branca de vitella, tão bom era o cheiro e sabor que tinham, de sorte que salgámos muitas, que em parte nos foram de bom soccorro para a viagem. Tambem pescámos sobre a embocadura d'este rio e dentro d'elle, e achámos tão grande quantidade de peixes que é incrivel de se dizer; muitos dos quaes nunca tinhamos visto, mas eram grandes e de bom gosto. O rio era grande, e bem á vontade podia entrar dentro um navio de setenta e cinco toneladas; tendo de largura um bom tiro de arco: n'elle estivemos dois dias de descanso, e nos provemos dos sobreditos refrescos, com muitos pombos de que matámos um sem numero; e á primeira ilha em que abordámos pozemos o nome de ilha da Boa-Vista, por ter sido a primeira terra que vimos n'aquellas partes, e a est'outra, que nos parecia a melhor de todas quatro, o de Sant'Iago, porque no dia de S. Filippe e de Sant'Iago é que lançámos ancora n'ella[1]».



Brazão de armas da villa da Varzea

O leitor já notou as contradicções e as inverosimilhanças palpaveis, que abundam n'esta narrativa. Cadamosto encontra primeiro duas ilhas a pouca distancia uma da outra: vê de longe mais tres, e afinal declara que descobriu quatro. Ora duas e tres são cinco. Depois de estar n'uma d'essas ilhas, a que chama da Boa-Vista, dirige-se para as outras duas (quaes duas?) e a uma a que aporta dá o nome de Sant'Iago. Qual é o motivo por que ficam as outras sem denominação? Qual é o motivo por que Luiz de Cadamosto, que se declara

[1] *Navegações de Luiz de Cadamosto na Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, etc., *Navegação segunda*, cap. I, pag. 60. (Edição da Academia, Lisboa, 1812).

Digitized by Google

levado a fazer viagens mais pelo amor dos descobrimentos do que pelo desejo do lucro, não procura visitar outras ilhas que de longe enxerga, e deixa essa gloria a subsequentes navegadores? Tudo isso é pelo menos estranho.

Mas ouçâmos Major, que nota ainda contradições mais sérias, inverosimilhanças mais evidentes, que tiram todo o valor á narrativa e que, combinadas com o que se lê de Diogo Gomes no manuscripto de Valentim da Moravia, nos auctorisam a suppôr que Luiz de Cadamosto, regressando a Veneza, não poude resistir á tentação d'augmentar a sua propria gloria com alguns explendores furtados a outros, que não podiam reclamar.

Depois de relatar a viagem de Cadamosto, tal como o proprio viajante a refere, Major accrescenta:

«Ora agora tudo isto é impossivel. 1.º Um homem que deu á vela de Lagos no principio de maio, não podia, depois d'uma viagem d'alguns dias, ancorar n'uma das ilhas de Cabo-Verde no dia de S. Philippe e de S. Thiago, que em toda a christandade é o dia 1.º de maio. 2.º Uma tempestade furiosa, levando adeante de si um navio durante tres dias na direcção oes-noroeste a partir do Cabo-Branco, não podia arrojal-o á ilha da Boa-Vista, que fica um cento de leguas para sudoeste. 3.º da Boa-Vista póde-se ver com tempo claro a ilha do Sal, que fica a oito leguas de distancia, mas, desde o tempo de Cadamosto até agora, nunca um ser humano foi capaz de ver d'aquella ilha a de S. Thiago, que fica mais de vinte e cinco leguas para sudoeste. Para oeste fica S. Nicolau, proximamente á mesma distancia que S. Thiago, de forma que os exploradores não podiam da Boa-Vista ver mais do que uma ilha para o norte. 4.º Nem em S. Thiago nem em alguma outra das ilhas de Cabo-Verde ha um só rio d'agua fresca, nem uma corrente onde possa fluctuar uma simples canôa; e os habitantes de S. Thiago ficariam satisfeitissimos, se podessem realisar o delicioso sonho de Cadamosto, especialmente se o tal rio d'agua fresca, onde cabia facilmente um navio de setenta e cinco toneladas, tivesse pelas margens lagôas de sal branquissimo e bello, riqueza que falta absolutamente a essa ilha como tambem lhe faltam as tartarugas com que o Veneziano a beneficiou...

«Sabemos, conclue Major, por uma confissão feita algures por Cadamosto, que se demorou em Lisboa até 1463, e é clarissimo que fez capital dos descobrimentos até essa epoca realisados, e que se appropriou d'elles por uma alteração de data[1]».

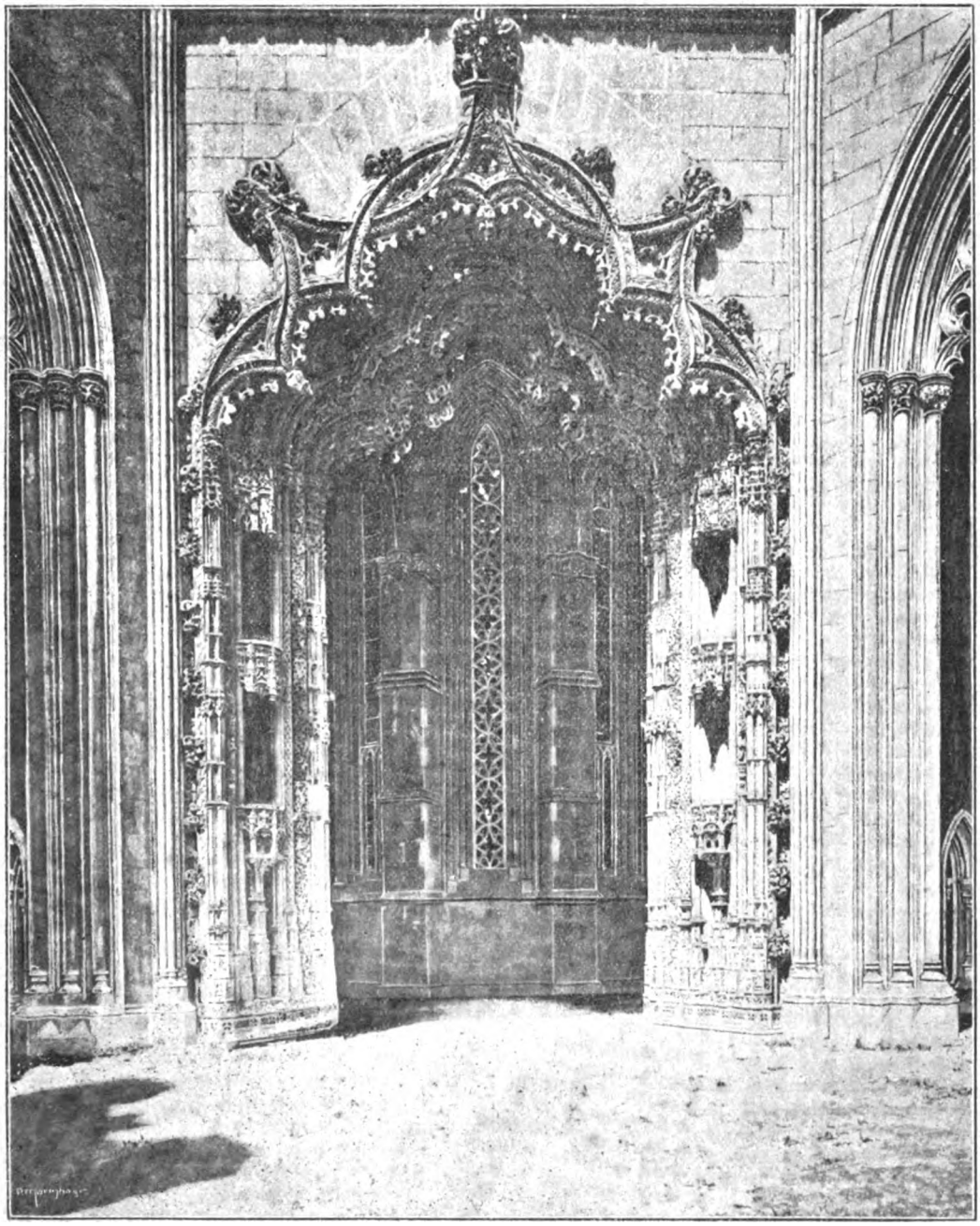
---

[1] *Life of the prince Henry of Portugal*, pag. 286. É realmente notavel que estas assombrosas inverosimilhanças não ferissem o espirito do traductor Portuguez das *Navegações de Luiz de Cadamosto*. Em qualquer calendario se encontra o dia de S. Philippe e de S. Thiago correspondendo ao 1.º de maio. Que as ilhas de Cabo-Verde não ficam a oes-noroeste do Cabo-Branco vê-se pela sua propria denominação, que lhes provém de estarem situadas na altura de Cabo-Verde. Ora, emquanto o Cabo-Branco fica a 20º 46' 27'' de latitude norte, o Cabo-Verde fica a 14º 46', quer dizer pouco mais ou menos 6º para o sul do Cabo-Branco. (Estas latitudes são tomadas da *Relação alphabetica das posições geographicas de varios sitios da costa, bancos, etc., descriptos no presente livro*, inserida por T. A. M. de Castilho no 1.º volume da sua *Descripção e roteiro da costa occidental d'Africa*. a pag. 307). Em qualquer mappa d'Africa se vê o absurdo da narração de Cadamosto pela posição respectiva das ilhas de Cabo-Verde. Ao sudoeste de S. Thiago fica a ilha do Fogo, e a Boa-Vista essa fica-lhe para nordeste e a grande distancia, e tanto assim que, demorando S. Thiago pouco mais ou menos na altura do Cabo-Verde, Boa-Vista fica, tambem pouco mais ou menos, na altura do Senegal! A respeito dos taes rios em S. Thiago eis o que diz J. M de Sousa Monteiro, n'uma serie d'artigos, publicados no *Panorama*, vol. X e XI, relativos a esta ilha: «É cortada por estreitos e profundos valles, n'alguns dos quaes, principalmente para o norte e no interior, no sitio a que chamam *Fóra*, correm perennes ribeiras d'agua limpida, mui fresca e leve, etc.» e adiante:

«Comtudo para o sul e oeste ha tambem algumas ribeiras, posto que raras, que parece receiarem-se da approximação do mar, pois seccam a uma ou duas legaes de distancia das costas, posto que só-

Digitized by Google

Mas, se é evidente que não foi Cadamosto que descobriu as ilhas de Cabo-Verde, a quem devemos attribuir esse descobrimento? É sobre esse ponto que nos vem illucidar o livro manuscripto de Valentim de Moravia existente em Munich, e consultado por Major. Esse livro, como já tivemos occasião de di-



CONVENTO DA BATALHA — PORTAL DAS CAPELLAS IMPERFEITAS

zer, encerra differentes relações de descobrimentos feitas pelos proprios desco-

mente na estação das brisas; que assim que chega a estação chuvosa, quando se diria que se abrem as cataractas do céo, d'onde cahem as chuvas torrenciaes, estes humildes regatos convertem-se, dentro de poucos minutos, em caudalosos rios, que não só interceptam por muitos dias toda a communicação de uma com outra margem, mas chegam a destruir tudo, casas, sementeiras e vallados; e, na impetuosidade da sua corrente, não só carreiam para o mar plantações inteiras, arvores, gados e gente, mas até

Digitized by Google

bridores, e entre outras uma das viagens de Diogo Gomes, piloto muito familiar do infante D. Henrique. Essa relação, escripta pelo proprio Diogo Gomes, dá-nos noticia de duas viagens suas, uma emprehendida em 1458, outra em 1460. È a ultima que elle narra da seguinte maneira. Traduzimos a versão ingleza de Richard Henry Major:

«Dois annos depois (de 1458) o rei Affonso equipou uma grande caravella, em que me mandou como capitão, e tomei comigo dez cavallos, e fui á terra dos Barbacins, que fica entre Serreos e o rei Nomemans *(sic)*. Aquelles Barbacins tinham dois reis, a saber Barbacin Dun, Barbacin Negor. E o rei deu-me autoridade sobre aquelles mares, afim de que quaesquer caravellas, que eu podesse encontrar para os lados da terra de Guiné, ficassem debaixo do meu commando e regimento, porque elle soubera que havia caravellas lá, que levavam armas e espadas aos Moiros, e ordenou-me que aprisionasse os tripulantes e os trouxesse comigo a Portugal. E com a ajuda de Deus em doze dias cheguei a Barbacin a alli achei duas caravellas; uma em que estava Gonçalo Ferreira, de casa do principe Henrique, natural do Porto, que levára para alli cavallos, e na outra caravella estava o capitão Antonio de Nolla, Genovez, que era tambem mercador que trazia cavallos. Isto foi no porto de Zaza, onde achei tambem Borgebil, que fôra rei dos Jalofos, e que fugira para alli com medo do rei de Burbuck, que lhe tomára o seu paiz. Os mencionados mercadores com as suas caravellas grandemente prejudicaram n'aquellas partes o trafico, porque emquanto os Moiros costumavam dar doze negros por um cavallo, d'ahi por diante não davam mais de seis. Então chamei a mim aquelles capitães, e da parte do rei lhes dei sete negros, por um cavallo, mas eu troquei cada cavallo por quatorze ou quinze negros. Quando alli estavamos, appareceu uma caravella vinda de Gambia, que nos trouxe a informação do que um certo homem, chamado Prado, estava para vir com uma caravella muito ricamente carregada; por isso eu immediatamente aproptei a caravella de Gonçalo Ferreira, e ordenei-lhe em nome do rei, sob pena de morte, e de confiscação de todos os seus bens, que fosse a Cabo-Verde esperar aquella caravella, o que elle fez, e tomou-a, e achámos n'ella grande presa. Em continenti despachei o capitão, juntamente com Gonçalo Ferreira, para el-rei, a quem escrevi uma noticia de todos estes acontecimentos.

«Eu e Antonio de Nolla deixámos então aquelle porto de Zaza, e navegámos dois dias e uma noite para Portugal, e vimos algumas ilhas no mar, e, como a minha caravella era mais veleira do que a outra, *abordei eu primeiro a uma d'aquellas ilhas*, e vi areia branca, e pareceu-me um bom porto; e alli fundeei, e o mesmo fez Antonio. *Disse-lhes eu que desejava ser o primeiro a desembarcar, e assim fiz*. Não vimos rastos de homem, e *chamámos á ilha Sant'lago, por ser descoberta no dia do santo*. Alli pescámos grande abundancia de peixe. Na praia encontrámos muitos passaros estranhos e correntes de agua fresca. Os passaros eram tão mansos que os matavamos com bordões e havia lá muitos gansos. Havia tambem uma grande abun-

---

enormes pedaços de rocha, que causa admiração como as aguas poderam movel-os. No artigo immediato accrescenta: «Descem d'este pico (o *Pico d'Antonia*) regatos caudalosos, que formam a ribeira d'Antonia, um dos sitios mais vecejantes e productivos da ilha, e que vae desaguar no mar, onde fórma um pequeno porto, que sómente póde ser frequentado de lambotes, pequenas embarcações, cujo nome lhes provém de uma corrupção das palavras inglezas *long-boat*, e que alguma apparencia teem dos nossos hiates na armação.» *Panorama*, vol. X, pag. 184 e 196, art. *Archipelago de Cabo Verde*. Eis a que se reduz o rio de Cadamosto, onde entrava um navio de setenta e cinco toneladas!

Digitized by Google

dancia de figos, mas não crescem nas arvores do mesmo modo que nas nossas terras, porque os nossos crescem ao pé das folhas, emquanto que estes crescem sobre o tronco desde o pé até ao cimo. Ha grande numero d'estas arvores e tambem muito feno... depois vimos uma das ilhas Canarias chamada Palma, e d'ahi fomos á ilha da Madeira. Como estava ancioso por voltar a Portugal, sahi e fui arrojado por um vento contrario para os Açores; mas Antonio de Nola deixou-se ficar na Madeira, e, servindo-se d'um vento mais favoravel, chegou a Portugal antes de mim. E pediu a el-rei a capitania da ilha de Sant'-Iago, que eu tinha descoberto, e o rei deu-lh'a, e elle guardou-a até morrer. Eu com extremo trabalho segui o meu caminho para Lisboa, e depois d'algum tempo foi o rei ao Porto, onde aquelle Prado, que levára armas aos Moiros e que Gonçalo Ferreira aprisionára, jazia em ferros, e el-rei ordenou que lhe fosse applicada a tortura, e que se fizesse uma fogueira, e que o lançassem n'ella com a sua espada e o seu oiro[1]».

Esta narrativa tem o cunho de verdadeira. Concorda plenamente a sua rapida descripção da ilha descoberta com o que sabemos das producções da ilha de Sant'Iago, etc. Alem d'isso Faria e Sousa attribue ao descobrimento das ilhas de Cabo-Verde a data de 1460; ha um documento de D. Affonso V, de 3 de dezembro, d'esse mesmo anno, em que, fazendo a seu irmão D. Fernando doação das ilhas novamente descobertas como a herdeiro do infante D. Henrique, menciona o archipelago de Cabo-Verde. «Estas ilhas, diz Major, algumas das quaes teem nomes agora desconhecidos, são registradas na ordem dos grupos, sendo o ultimo o grupo de Cabo-Verde, do qual se mencionam as seguintes ilhas: S. Jacob (Sant'Iago); S. Philippe (Fogo); De las Moyaes (Maio). S. Christovão, que se suppõe que seja Boa-Vista, nome dado apparentemente por Cadamosto annos depois; ilha Lana, muito provavelmente ilha do Sal, que, pela sua proximidade da Boa-Vista, não podia deixar de ser, como aqui é, mencionada logo em seguida a ella. O resto das ilhas de Cabo-Verde foram logo depois descobertas por alguns marinheiros ao serviço do principe Fernando, quando receberam o seu nome collectivo do cabo em cuja altura demoravam. El-rei cedeu-as áquelle principe no dia 19 de setembro de 1462. A primeira colonisada foi Sant'Iago[1]». Nota o escriptor inglez que não era muito natural que, se as ilhas tivessem sido descobertas por Cadamosto em 1457, subsistissem até 1460 sem ser colonisadas, quando em 1461 se encontra a colonisação progredindo com rapidez notavel. Em presença de tudo isto, parece-nos que podêmos sem hesitação affirmar que as ilhas de Cabo-Verde foram descobertas não em 1457 por Luiz de Cadamosto e Antonio de Nolla, mas sim em 1460 por Antonio de Nolla tambem, isso é verdade, mas principalmente por Diogo Gomes, que foi o chefe da expedição, e o primeiro que n'ellas desembarcou.

Brazão de armas da villa de Machico na ilha da Madeira

Não foi comtudo destituida de gloria para o Veneziano esta segunda viagem, que elle emprehendeu em 1457. Subiu de novo o rio Gambia, relacionou-se com um chefe dos negros chamado Batimansa, e, proseguindo para o sul, entrou n'um rio a que deu o nome de Casamansa[2], porque assim se chamava o

[1] Major, *Life*, etc., pag. 286.

[1] Major, *Life*, etc., pag. 299.

[2] «A palavra *mansa* quer dizer rei ou senhor em

Digitized by Google

chefe que dominava o paiz situado nas suas margens. Continuou a navegar e chegou a um rio que chamou de Santa Anna[1] e que é hoje o Cacheu, depois a outro a que pôz o nome de S. Domingos, e que é hoje chamado Rio de Jatta[2], depois, finalmente, a um outro de tão larga embocadura que lhes pareceu primeiro um golpho. Seria o Geba[3]? Já tinha dobrado um cabo a que chamára Cabo-Roxo[4]. Toda essa costa fôra descoberta por Alvaro Fernandes, mas teve Cadamosto o merito de a estudar e explorar cuidadosamente.

Depois d'esta viagem de Cadamosto houve até á morte do infante as duas viagens de Diogo Gomes, uma em 1458, outra em 1460. A primeira parece que desenvolveu os conhecimentos dos Portuguezes ácerca do interior do continente africano, e que teve grandes resultados como propagação da fé, mas não adiantou os descobrimentos; a segunda, essa deu principalmente em resultado o descobrimento das ilhas de Cabo-Verde.

Em 1460 morreu o infante D. Henrique, e os descobrimentos affrouxaram por algum tempo; mas o pensamento não se perdia. Da morte do infante falaremos em tempo competente, agora, desamparando as caravellas, voltaremos á terra firme, e, seguindo a historia politica de Portugal, iremos assistir a outras tempestades não menos terriveis do que as que agitavam as vellas latinas das nossas naves. A procella é menos grandiosa; não é o sopro do Senhor que a desencadeia, é o sopro vil das despresiveis paixões humanas.

CAPITULO XXXI

Superstições maritimas da edade media. — A lenda do mar Tenebroso

ANTES de entrarmos ainda, como promettemos no fim do anterior capitulo, na historia da regencia do infante D. Pedro, demoremo-nos um pouco a vêr com que terrores se povoava na edade média o Oceano que nós primeiro devassámos. Quando o sol campeia no ceo com alegre resplendor, é que se analysam com um sorriso os sonhos phantasticos da noite.

Vimos já como a propria sciencia se illudia estranhamente sobre os mysterios do Oceano; quanto não devaneiaria a imaginação popular em presença d'esse enigma insondavel! Brotavam as lendas da espuma de cada vaga, como os monstros do antigo paganismo que fervilhavam na onda procellosa.

A lenda do mar Tenebroso é uma das mais antigas e das mais caracteristicas. Vejâmos o que Ferdinand Denis escreve a respeito d'ella:

---

lingua dos naturaes». A. M. de Castilho *Descr.* etc. pag. 135 do 1.º volume.

[1] Castilho suppõe que o rio de Santa Anna é o Souta; vae em desaccordo com Cadamosto porque o Souta fica ao norte do Casamansa.

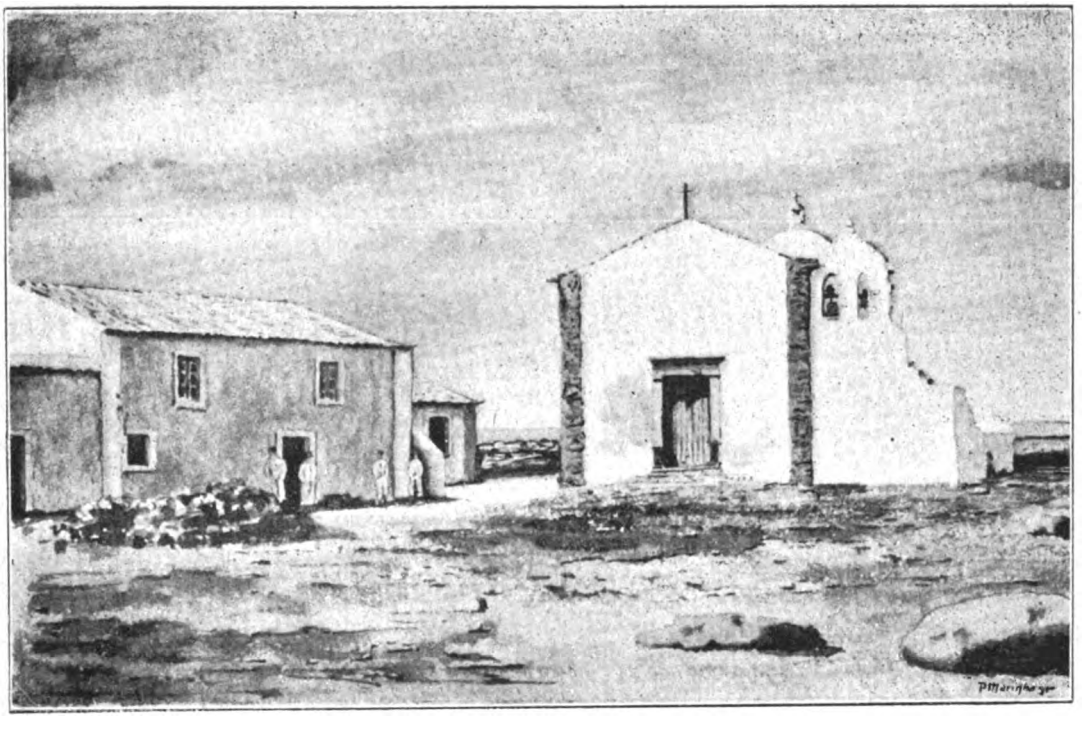
[2] Affirma Castilho depois que o S. Domingos é o Cacheu. Já vimos que o mais provavel é que sejá Cacheu o rio de Santa Anna. Major é quem suppõe que o S. Domingos era o Jatta.

[3] Chamado outr'ora Rio Grande, mas que se deve distinguir do Rio Grande de Bolola e do Rio Grande de Guinala, que lhe ficam proximos.

[4] O traductor portuguez das *Navegações de Cadamosto* chama-lhe Cabo Vermelho. Não se confunda com o que fica logo ao sul de Cabo Verde.

Digitized by Google

«Entre as curiosas narrativas, que circulavam no seculo xv, e que versavam sobre os mysterios que a extensão do Oceano escondia, ha uma que foi frequentemente alterada, e que a politica ciosa dos monarchas Portuguezes folgava que se narrasse aos estrangeiros, já no tempo em que os navios de Portugal sulcavam os mares d'Africa. Ora, esta lenda tão curiosa foi contada, no proprio seculo xv, a um viajante allemão, que nol-a conservou na sua primitiva ingenuidade. Ao livro das suas viagens é que a iremos procurar.



CASA DO INFANTE D. HENRIQUE E CAPELLA EM SAGRES

«N'uma época desconhecida, certo rei de Portugal mandou construir tres navios, e ordenou que se munissem de tudo quanto fosse necessario para uma viagem mais longa do que nenhuma das que até alli se tinham emprehendido. A precaução do digno rei não se limitou a isso, e poz doze escribas a bordo de cada navio, para lhe darem conta do que succedesse. Não podia faltar trabalho aos chronistas, porque os navios do rei de Portugal deviam navegar durante quatorze annos. Partiram, e, no fim de dois annos, segundo o que foi narrado ao irmão da rainha da Bohemia[1], chegaram ao meio de certa região tenebrosa *(in tenebras quasdam)*, e, depois de duas semanas de navegação, aportaram a uma ilha desconhecida.

«Depois de terem fundeado, desembarcaram, e em breve descobriram habitações subterraneas, cheias de oiro e de prata. Nenhum ser humano apparecia, e todavia não ousaram levar coisa alguma d'esses thesoiros. Nos terraços das casas havia jardins e plantações de vinhas; e aqui o digno viajante nota judiciosamente que o mesmo acontece em França. Os Portuguezes demoraram-se tres horas na ilha, consultando-se entre si sobre o que deviam fazer a essas riquezas immensas que parecia não terem donos. Hesitaram em partir com as mãos

[1] O barão de Rormitale e Batna, irmão da rainha Joanna da Bohemia, esposa do rei Jorge II. Começou as suas peregrinações em 1405.

Digitized by Google

vasias; emfim venceu um receio salutar. Foi sem duvida isso para elles uma felicidade; porque, apenas voltaram a bordo, começou o Oceano a rolar diante d'elles as suas ondas como immensas montanhas, e a arrojal-as aos ceos! Um grande terror se apoderou dos nossos viajantes, apesar de se terem mostrado muito discretos. Ora, havendo-se posto á capa os tres navios, reuniram-se os tripulantes em conselho: «Temos, disseram elles, diante de nós, uma prova manifesta do poder divino: que devemos fazer? Arrojar-nos-hemos ao meio d'este vortice, ou affastar-nos-hemos? Que triste será o nosso regresso! disseram alguns d'entre elles. Que milagre contaremos ao nosso soberano, que nos enviou para explorarmos desconhecidas terras? Lancemo-nos antes a estas ondas frementes». Decidiu-se por conseguinte que dois navios tentariam a aventura, e que o terceiro os esperaria. Se os viajantes não tivessem voltado no fim de quatro ou cinco dias, era certa a sua morte; e o navio que estava á espera devia abandonar essas paragens, e voltar a Portugal. Não só os esperaram cinco dias, mas ainda mais onze, sem tomarem uma resolução definitiva. Vencidos pelo terror, tiveram de deixar essas paragens, e de voltar a Lisboa. Quando entraram no porto, os habitantes da cidade vieram ao seu encontro, interrogando-os ácerca do paiz d'onde eram originarios; por mais que respondessem que eram os homens que el-rei enviára para explorar os mysterios do mar, ninguem os reconhecia.

«Emfim, uns grandes personagens lhes responderam: «Estavamos presentes quando el-rei expediu esses navios; mas elle não enviou pessoas do vosso aspecto. Tendes cabellos brancos, elles pelo contrario estavam na flôr da mocidade. Ora, era incontestavelmente um grande milagre de Deus; porque, apesar de terem muitos parentes na cidade e nos arredores, ninguem os queria reconhecer; e de facto, estavam brancos como as arvores carregadas com os gelos do inverno. O rei reinante de Portugal não se via menos embaraçado do que o seu povo; as narrativas d'esses homens tinham todos os caracteres da verdade, mas temia que fossem piratas manchados com o sangue dos seus subditos, e repetia com uma certeza de juizo, preciosa sem duvida em outras circumstancias: «Se nós enviámos trinta e seis escrivães divididos pelos trez navios, não nos devem voltar menos de doze.» O digno rei mandou vir á sua presença os pobres homens, que ninguem queria reconhecer, e, á falta do relatorio dos historiographos, teve de se contentar com a sua narrativa. Resumil-a hemos. No fim de cinco mezes de navegação facil, tinham andado seis mil leguas; fôra-lhes necessario gastar dezoito mezes para chegarem ao mar Tenebroso. A ilha, a que tinham aportado, podia ter tres milhas de comprimento sobre uma largura proporcionada. O resto da relação que foi contada ao rei de Portugal já o leitor a conhece. O redactor das viagens de Rosmithal affirma apenas que esta narração dos aventureiros viajantes foi conservada por ordem do principe[1].»

Eis o que era esse mar Tenebroso, cujo vago sonho perseguira durante longos seculos a imaginação dos navegadores. Sentados na prôa das caravellas, não encaravam os nossos marinheiros sem receio as vagas do horisonte, temendo vêl-as a cada momento revestir a negra

[1] «As viagens do barão bohemio How de Rozmitale e Batna foram reimpressas em Brunn em 1824. Veja-se o que diz a esse respeito o sr. Ternaux. Mas o livro original deve ser posto no numero das maiores raridades bibliographicas do seculo XV. A traducção latina d'esta relação, que foi publicada egualmente no seculo XV, é tambem muito rara. Existe um exemplar na bibliotheca de Santa Genoveva (em Pariz).

Digitized by Google

côr, que denunciaria a approximação do pélago infernal. As descobertas dos Portuguezes não dissiparam completamente a visão atterradora: a politica dos nossos monarchas concorreu muito para que essa velha crença se protrahisse, e não foi sem intenção que os Portuguezes, já no seculo xv, narraram ao irmão de Joanna da Bohemia a historia do mar Tenebroso.

Ainda no fim d'esse seculo, os marinheiros hespanhoes dos navios de Colombo, vendo-se no alto mar, tão longe de terra, se lembráram dos pavores com que na infancia os assustavam as viuvas dos naufragos nos portos de mar da Andaluzia, e impozeram ao seu heroico ehefe o celebre prazo dos tres dias, findos os quaes deixariam de proseguir a sua viagem para o desconhecido Occidente.

Não eram essas as unicas visões com que os nossos marinheiros povoavam o Oceano, que destemidos sulcavam. Se pavidas crenças os aterravam, outras havia mais ridentes que os incitavam a devassar os mysterios das vagas. Já vimos que suppunham todos firmemente encontrar o paraizo terrestre ao cabo das suas longas navegações. Ilhas fabulosas e esplendidas, semeadas pelo mar occidental, os esperavam para lhes offerecerem a doce recompensa da sua coragem e dos seu trabalhos. Tal era a ilha das Sete-Cidades, de que Antonio Galvão nos conta a mirifica historia.

Segundo o que elle nos assevera, um navio Portuguez que atravessava o estreito de Gibraltar, foi impellido por furiosa procella na direcção do occidente. Debalde os tripulantes tentaram reagir contra a força dos elementos, e navegar em direitura á patria; a tempestade, desprendida sem duvida por sobrenatural poder, emprestava azas ao navio, e fazia-o voar direito ao horisonte, onde o sol se escondia nas vagas. Depois de longos dias de viagem, devisaram emfim uma ilha, na qual sete cidades se elevavam. Correram os habitantes á praia, e a primeira pergunta que dirigiram aos recem-chegados, teve por fim saber se ainda estavam os Moiros na Hespanha.

Esses habitantes eram homens que tinham fugido da peninsula, quando o rei Rodrigo fôra derrotado nos campos do Guadalete. Falavam, comtudo Portuguez, o que não deixava de ser maravilha, porque no tempo em que elles tinham sahido da patria ainda o Portuguez não nascêra. O contra-mestre do navio trouxe, quando voltou a Portugal, uma pouca d'areia d'essa ilha, que deu a um ourives de Lisboa, o qual conseguiu extrahir d'ella uma boa porção d'oiro em pó[1]. O mytho da ilha das *sete cidades*, ou d'Antilia, onde os muros eram de oiro resplandecente, prolongou-se até bem tarde. Ferdinand Denis suppõe que seria uma nova fórma da velha lenda da ilha de S. Brandão.

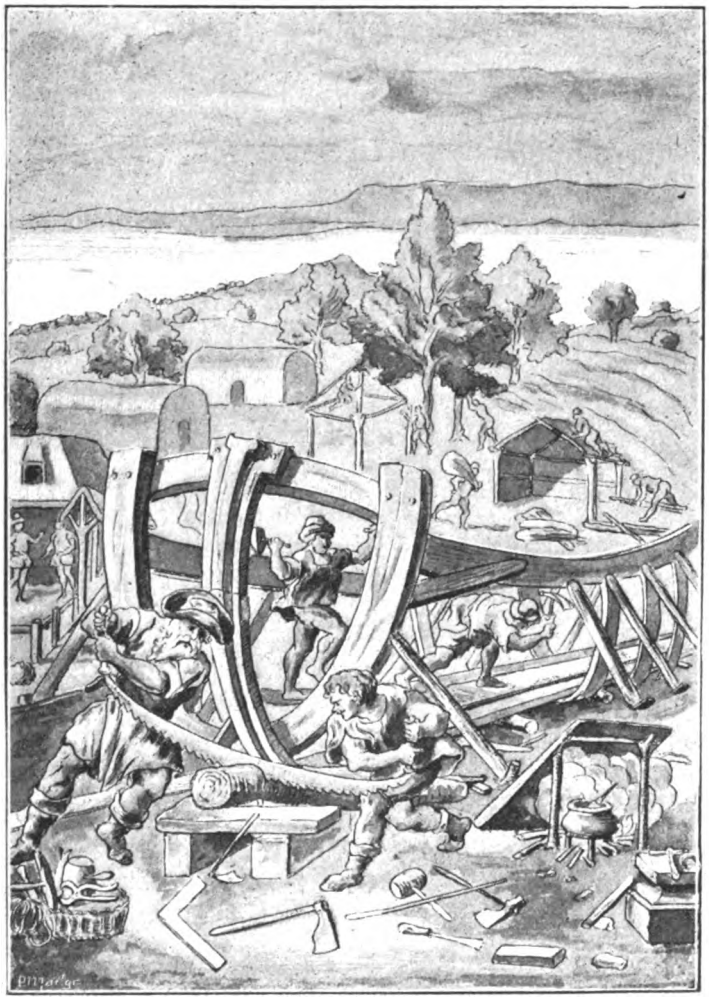
Esta lenda, que M. Achille Jubinal e com elle Ferdinand Denis julgam d'origem bretã, fazendo-a ascender ao seculo xii, dá-lhe pelo contrario o visconde Hersart de Villemarqué, na sua *légende celtique*, uma origem irlandeza. Deram-lhe nascimento, segundo parece, as missões apostolicas emprehendidas no anno 560 pouco mais ou menos por S. Brandam, ou, mais correctamente, S. Brendan, filho d'um bardo irlandez. A imaginação popular apoderou-se do thema, e bordou sobre elle as mais miraculosas variações, que nos claustros, onde a velha poesia nacional dos bardos se abrigára á sombra da cruz, mudando a tunica dos velhos cantores pagãos no burel do monge catholico, se transformaram n'uma verdadeira epopéa que Ernesto Renan chama «uma das mais es-

[1] Antonio Galvão. *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*. pag. 25.

Digitized by Google

pantosas creações do espirito humano, e a expressão mais completa do ideal celtico».

Essa epopéa encontrou n'um poeta irlandez contemporaneo, M. Florence Mac-Carthy, quem lhe désse todo o interesse romantico e todo o esplendor de colorido do moderno estylo.



CONSTRUCÇÃO DE UMA CARAVELLA (SEGUNDO UM DESENHO ANTIGO)

«Mirabiles elationes maris», diz o visconde Hersart de Villemarqué, tal é o texto biblico desenvolvido nas scenas da vida maritima de S. Brendan e dos seus companheiros. Evidentemente o autor da narrativa tomára parte n'alguma expedição do mesmo genero, como esse baldo que ia a bordo do navio dos irmãos Corra. Pintando debaixo de côres tão vivas as maravilhas do Oceano, não fez senão idealisar a pittoresca realidade que o impressionára. Vira, junto ao costado do seu fragil navio, os monstros marinhos perseguir-se e devorar-se: as vagas do mar mudadas em azul transparente; dias sem noite, montanhas jorrando chammas; cathedraes de crystal illuminadas pelo sol, folhagens, fructos, passaros, uma vegetação, uma temperatura com as quaes nada havia comparavel nas brumas do seu paiz; mas vira mais do que isso nas regiões atlanticas, trazia de lá o ideal das virtudes christãs; lá colhera flores admiraveis de caridade, de egualdade, de humanidade, sobretudo de piedade.

«Achára uma ilha, onde anjos cahidos do céo, menos culpados do que os companheiros endurecidos de Lucifer, cantavam de dia e de noite, com os passaros de que falei, os louvores do Creador, cheios de esperança na sua bondade. Encontro mais tocante ainda! vira de pé sobre um rochedo, no meio dos mares, com um pedaço de véo por vestimenta, Judas o precito, a quem o Salvador, por infinita misericordia, suspende todas as semanas os padecimentos durante vinte e quatro horas: o meigo santo d'Erin obteve-lhe um dia mais de allivio.

«Chegára afinal á «Terra promettida aos santos»; os seus olhos tinham sido deslumbrados por ondas de luz, e uma voz se fizera ouvir: «Coragem, meu irmão, é aqui a terra que o Senhor reservou para os seus eleitos. Jesus Christo

Digitized by Google

TUMULTOS POPULARES DURANTE A REGENCIA DE D. PEDRO

nosso Deus, é a sua luz; se os homens não tivessem peccado, ainda aqui seriam felizes.»

«A estas palavras os prantos haviam-lhe deslisado dos olhos, e, tornando a dar á vela, regressára tristemente á Irlanda[1].»

Até aqui a lenda irlandeza. Mas o

[1] V. Hersart de Villemarqué, «La Legende Celtique et la poésie des cloitres en Irlande, en Cambrie

Digitized by Google

mundo inteiro se assenhoreára d'ella, e a desenvolvêra. Ainda Christovam Colombo, nos seus extasis de mysticismo, que o estão apresentando á côrte de Roma como um candidato para a canonisação, sonhára com o Paraiso Terrestre, pensára que as aguas do Orenoque o podiam conduzir ao paiz celestial, e acreditara que na ilha de S. Brendan é que esse Paraiso existia.

«Estou convencido que é ahi o paraiso terrestre, aonde ninguem póde chegar senão pela vontade de Deus[1].»

Azurara fala n'essa ilha, e, nos tratados entre Portugal e Castella, quando a este reino foram cedidas as Canarias, lá ia comprehendida no numero a ilha de S. Brandam, a não achada. Ainda no seculo XVII o crédulo Antonio Cordeiro consagra um capitulo «ás ilhas que estão por descobrir[2]», no numero das quaes se encontra a ilha paradisiaca e mysteriosa.

Não se limitavam comtudo a isto os sonhos dos navegantes, a que andava ligado o nome do santo irlandez. Pensava-se que o aventuroso e beatifico viajante encontrára a morte nas solidões do Oceano, e que ahi os anjos lhe tinham construido um tumulo no seio das ondas, guardado pelo mysterio.

Eram muitas as lendas maritimas dos povos celticos. «Filhos dos audaciosos navegadores para quem era um brinquedo atravessarem o Oceano em pelles de bufalo[3], os povos gaelicos e bretões folgavam com as narrativas mais extraordinarias de expedições maritimas; havia para as exprimir uma palavra na lingua celtica *Imramha;* disputavam o passo, nas assembléas publicas, ás historias de guerra e de amor[1].»

Assim narravam uns aos outros, com terror, junto da lareira invernal, a historia mysteriosa do naufragio dos cincoenta navios de Brekan, filho do rei Neil. Ninguem sobreviveu ao desastroso caso, e apenas se soube da sorte dos desgraçados, porque o cadaver do cão de Brekan foi reconhecido na praia por magia da vara de um bardo cego.

Outra expedição não menos legendaria era aquella a que se alludiu na narrativa da viagem de S. Brendan: a dos tres filhos de Corra, e dos seus quatorze companheiros. Iam a bordo do navio um bispo, um padre, um diacono, o carpiteiro constructor do navio, e um bardo.

No alto mar entregaram-se á mercê de Deus, e, impellidos pelo sopro divino, foram ter ás ilhas das Almas, depois de quarenta dias e quarenta noites de viagem. Os habitantes da terra a que aportaram, não faziam senão chorar. Compadecidos os bons dos Irlandezes desembarcaram um dos seus para ir consolar os desventurados, mas o consolador voltou-lhe para bordo ferido tambem pelo magico poder, e chorando de maneira que não tiveram remedio senão pôl-o em terra, para que a molestia se não transformasse em epidemia. N'outra ilha havia uma população de ferreiros e fundidores, que horriveis aguias negras dilaceravam com as garras e os bicos.

Era em castigo do metal que haviam roubado no mundo aos freguezes que lh'o tinham confiado para elles o manipularem. N'outra ilha um moleiro, em castigo da farinha que roubára, estava condemnado a moer farello eternamente. N'uma quarta ilha galopava um ca-

---

et en Bretagne. Introduction (La poésie des cloîtres celtiques.)» pag. LX, (Paris, 1864).

[1] Traducção de Ferdinand Denis—«Le mond enchanté», pag. 170.

[2] Historia Insulana, 2.º vol. passim. Edição de 1866.

[3] «Cui pelle salum sulcare britannum». «Ludus». Sidonio Apollinario D. Bouquet, t I, pag. 807.

[1] Villemarqué «Légende celtique», etc., «introduction», pag. LVI.

Digitized by Google

vallo de fogo, montado por um desgraçado que, emquanto vivo, roubára um cavallo a seu irmão.

«Os narradores irlandezes, continúa Villemarqué, apaixonavam tambem a turba com a narrativa das viagens de Snedgus e de Mac Riagla, navegadores celebres d'Iona. Esses dois Gaelicos foram os primeiros que falaram da ilha dos *passaros*, da arvore de folhas sempre verdes, lustrosas, largas como pelles de bufalo, sobre as quaes se empoleiram; da sua plumagem d'açafrão, de purpura e azul; do seu rei, cuja cabeça é d'oiro, e as azas de prata; dos seus cantos que não teem de comparavel senão os do céo, ou os que se ouvem d'uma ilha proxima. Approximando-se d'essa ilha, reconheceram-n'os, «Ouvis, disseram elles entre si, ouvis o *Shianan*, a aria plangente das mulheres d'Erin? Quando desembarcaram, foram acolhidos graciosamente por Irlandezas, que lhes falaram a sua bella lingua, e que os conduziram ao seu chefe: «Reino, disse elle aos navegadores, reino aqui sobre pobres exiladas do nosso doce paiz d'Erin[1].

«Sombras meigas e melancolicas, irmãs ignoradas de Malvina, e como ella captivas, não das nuvens, mas das ondas, ha quanto tempo esperam que lhes seja restituida uma patria?[2]»

Tambem os Cambrianos, os Celtas do paiz de Galles, devaneiam, nos sombrios recessos das suas montanhas, expedições mysteriosas pelas vagas do Oceano ignorado. Myrdhinn ou Merlim, o seu bardo, o seu nigromante nacional, que os romances da Tavola-Redonda tanto popularisaram na Europa, tambem sulcou as ondas e lá foi procurar uma outra ilha fatidica, a ilha verde anterior ao diluvio, que não podéra ser submergida pelas vagas. Nove bardos o acompanhavam; mas a lenda não nos refere se a encontraram[1]. Os viajantes santos, quando voltavam d'essas expedições, sempre traziam um signal mysterioso que denunciava o terem elles percorrido regiões defezas aos simples mortaes, que a graça divina não reveste. S. Brandam, voltando da ilha paradisiaca, trahe a sua residencia lá pelo perfume que exhala das vestimentas, e que os seus monges notam[2].

Brazão de armas da villa de Alemquer

Os Bretões de França, habitantes da velha e legendaria Armorica, tão batida pelo vento do mar, e pela onda nebulosa, envolta no manto verde das suas florestas, eriçada de rochedos e conservando um druidico aspecto debaixo do seu manto catholico, a Bretanha não póde deixar de contribuir com o seu contingente de devaneios para esta collecção de oceanicas visões. Os seus navegadores tambem tinham demandado e encontrado uma ilha de pomos de oiro, onde brilha immortal aurora, onde vivem, formando eterna choréa, e dançando sempre jubilosos, lindos rapazes e formosas raparigas[3].

Passando e tornando sempre a passar diante dos filhos de S. Patricio, de S. Kadok, ou de S. Gwénolé, as velas dos navegadores nacionaes projectavam

---

1 «O'Curry, *Leituras*, pag. 334.

2 Hersart de Villemarqué, «Légende celtique etc.» Introduction», pag. LVII.

1 Veja-se «Myrdhinn ou l'enchanteur Merlin, son histoire, ses oeuvres, son influence», pelo visconde Hersart de Villemarqué, pag. 25 (2.ª edição).

2 «Abba novimus quia fuisti in Paradiso Dei... per fragrantiam vestimentorum.» Rees «Lives of the Cambro-British saints», pag. 253.

3 Veja-se «Barzaz Breiz, chants populaires de la Bretagne, recueillis et publiés avec une traduction française, une introduction, un épilogue, des éclaircissements et les mélodies originales», pelo visconde Hersart de Villemarqué, t. 1.º, pag. 281 (4.ª edição, coroada pela academia franceza).

Digitized by Google

a sua sombra magica sobre as meditações do claustro[1]...»

Outros povos não menos navegadores do que os gaelicos, os povos escandinavos, povoavam tambem com as suas lendas aterradoras e os seus ridentes sonhos a ignota amplidão do Occeano. Ahi chamava-se *Nickur*, *Nikker*, *Niord* ou *Niorder*, o genio temivel das aguas, aquelle que póde suscitar ou acalmar as procellas[2].»

Este Nicker tinha um culto entre os escandinavos, e o terror que elle inspirava sobreviveu até aos nossos dias, tomando a sua personalidade uma inesperada fórma. O Nicker transformou-se em S. Nicoláo, e este bemaventurado bispo de Myra, e um dos padroeiros do imperio da Russia, herdou, pela similhança do nome, os attributos da velha divindade pagã. Quem nol-o diz é um escriptor essencialmente catholico, rude muitas vezes na defeza das suas opiniões ultra-religiosas, o conde de Résie. «A historia sagrada da edade média, algumas vezes tão estranhamente se amalgamou com a mythologia popular dos tempos mais antigos, que, por uma transição facil, o Nikker ou Nicker, invocado outrora pelos marinheiros normandos, passou a ser S. Nicolau, padroeiro dos maritimos, cujo soccorro todos os dias reclamam contra os vendavaes e as procellas[3].» Os marinheiros inglezes esses conservavam tambem a tradição do Niker escandinavo ou normando no *old Nick* (velho *Nick*), tambem chamado por elles *old Davy* ou *David Jonnes*, figura estranha de velho hediondo, que arroja fogo azulado pelas ventas, e que, segundo crêem os supersticioso descendentes dos marinheiros da edade média, é o chefe de todos os espiritos malfazejos que povoam as ondas,

Todas estas superstições, todos estes pavores com que a edade média semeava o Oceano, veem por fim de contas a prender-se com as crenças pagãs da antiguidade. O que é o Nicker escandinava senão o velho Glauco da Grecia, que, assim que se desprende o temporal, ergue a cabeça pallida entre as ondas, de cuja côr «glauca» toma o nome o proprio deus que faz ouvir os seus gemidos entre o rugir furioso da procella?[1]

Essas ilhas maravilhosas, com que a imaginação dos povos da edade média enchia o Oceano, o que eram senão as reliquias, os fragmentos dos Elysios sonhados por Homero, e collocados por elle nas regiões atlanticas? Esses povos estranhos, que os nossos navegantes esperavam a cada passo encontrar, e que, fugindo diante da sua audacia, iam sempre escolher nova residencia nas regiões inexploradas, o que eram senão os descendentes dos Cimmerianos, que Ulysses, no dizer de Homero, encontrou junto á entrada do oceano, e que viviam sempre em espessas trevas? Para além do estreito, nos campos de Cysthina, habitavam as tres filhas de Phorcys, velhas com rosto de cysne, que tinham todas tres um dente e um olho, que para toda tres serviam, e as tres Gorgonas com a cabelleira de serpentes, e outras ficções maravilhosas, de que Eschylo nos dá conta[2]. Os Arimaspes, que andavam sempre a cavallo, e que tinham um olho só, os Hyperboreos, povo afortunado, que vivia uma larga vida aben-

[1] Villemarqué, «Legende celtique», etc. «Introduction», pag. LIX.

[2] Conde de Resie. «Histoire et traité des sciences occultes», t. 1.°, 1. 2.°, cap. 4.°, pag. 251 (Paris 1857).

[3] Conde de Résie, «Histoire et traité des sciences occultes», t. 1.°, pag. 254.

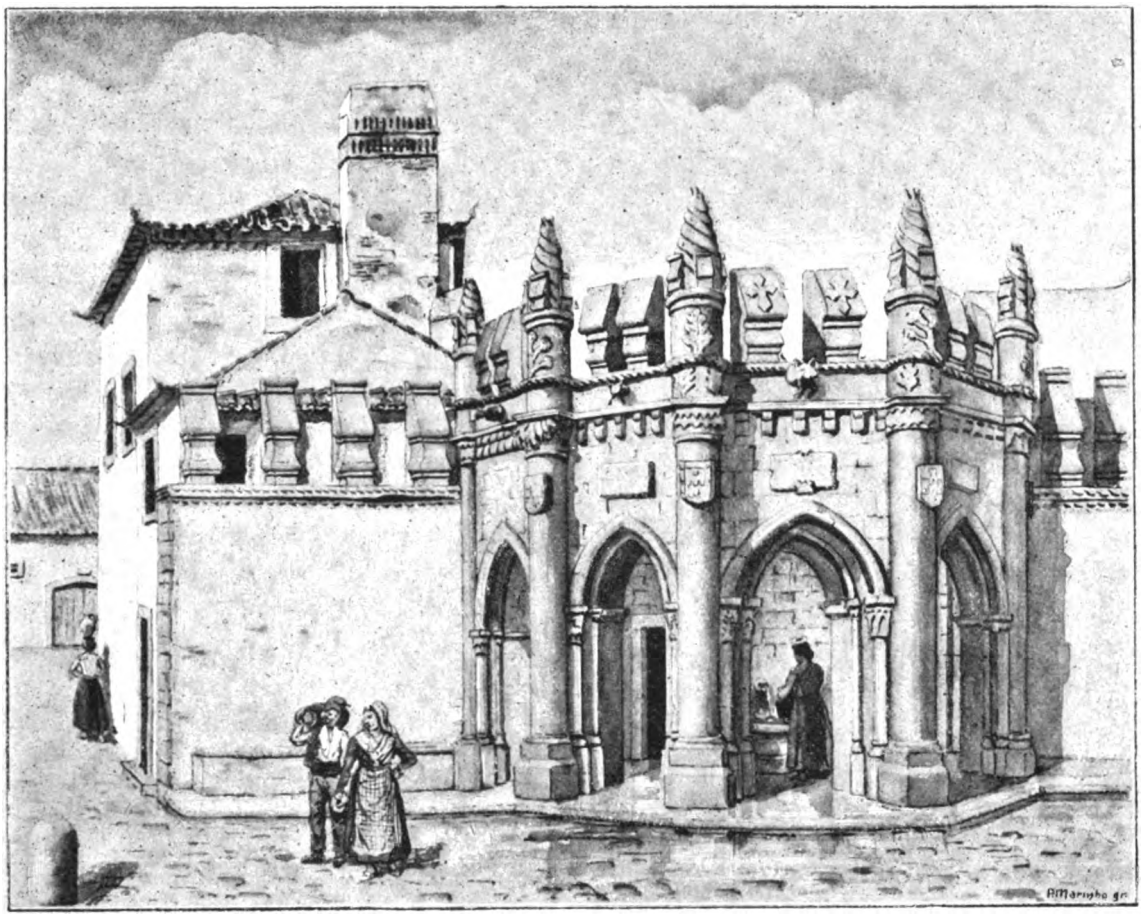
[1] Veja-se a proposito de Glauco e da origem d'esse mytho, um formosissimo artigo de Ernesto Renan nos seus «Études de histoire religieuse», artigo escripto a proposito do livro das «Religiões da antiguidade», de Creuzer, traduzido em francez e ampliado por Guigniaut.

[2] «Prometheu», traducção de Pierron.

Digitized by Google

çoada pelo céo, e que todas as virtudes ornavam, tudo isto eram povos que habitavam para além das fronteiras do Oceano conhecido, e nos quaes ainda Azurara fala logo no principio da sua «Chronica».

A' medida que o mar ia sendo explorado, esses povos mysteriosos iam refugindo dos navegadores até se perderem no ether, d'onde tinham sahido. Já os Hyperboreos, das regiões afortunadas que habitavam, tinham passado para Albion, quando Albion era ainda uma ilha mysteriosa. «Mas quando a ilha d'Albion foi bastante conhecida, e, por conseguinte, deixou de ser um asylo para entes fabulosos, transportaram os geographos os Hyperboreos até ás extremidades septentrionaes da terra, para um paiz muito quente e muito agradavel, posto que situado debaixo do proprio polo, visto que os dias e as noites eram alli de seis mezes. Esses povos passavam a vida no seio da paz, da innocencia, e de todas as virtudes; e quando se enfastiavam de viver muito tempo no meio de taes felicidades, coroavam-se de flôres, depois, em seguida a um festim, precipitavam-se no mar, do alto de certo rochedo[1].»



FONTE DE S. LOURENÇO, EM TORRES VEDRAS

Os arabes tambem, com todo o ardor da sua imaginação oriental, não deixaram de phantasiar paizes mysteriosos, ilhas estranhas nas solidões do Oceano. Essa phantasmagoria, mais talvez

[1] «Histoire et traité des sciences occultes», t. I, liv. V, cap. I, pag. 605.

Digitized by Google

ainda do que os sonhos da antiguidade, exerceu uma grande influencia nas superstições maritimas da edade média. É com immensa estranhesa que vêmos um escriptor tão sensato como Ferdinand Denis evocar uma d'essas imaginações para a apresentar, ainda que timidamente, como argumento contra a prioridade das nossas navegações no oceano. «Affirmando, diz elle n'uma nota, que os autores arabes guardam completo silencio ácerca da existencia de terras situadas para além do cabo Bojador, e citando Edrisi para justificar o que affirma, seria para desejar que o visconde de Santarem não omittisse uma passagem d'esse autor, que necessariamente muda o estado da questão. Quando escreveu a sua obra, Edrisi achava-se na côrte do rei da Sicilia, e, por conseguinte, podendo ser bem informado. Ora, elle fala de um navio Francez que fez naufragio em paragens que póde suppôr-se serem as do Senegal. Citaremos aqui o texto: Junto da ilha que acabamos de nomear (a ilha dos Carneiros) acha-se a de Raca, que é a ilha dos Passaros. Diz-se que se acha lá uma especie de passaros similhante á das aguias vermelhas, e armadas de garras; sustentam-se de marisco e de peixe, e não se affastam nunca d'estas paragens. Diz-se tambem que a ilha de Raca produz uma especie de fructos similhantes aos figos da grande especie, e que póde servir de antidoto contra os venenos. O autor do livro das Maravilhas conta que um rei de França, informado d'esse facto, enviou a esse sitio um navio para obter o fructo e os passaros; mas o navio perdeu-se, e nunca mais se ouviu falar n'elle[1].»

Pois isto apresenta-se como argumento serio? Nem a autoridade é d'Edrisi, porque o que elle faz é citar o «autor do Livro das Maravilhas», nem, ainda que o fosse, podia valer mais do que a celebre narrativa da navegação portugueza no mar Tenebroso, feita pelo barão de Rosmithal. Este rei de França bem se vê que é irmão do rei de Portugal que mandou doze historiographos em cada navio explorador do escuro pégo, e a ilha dos Passaros pertence á classe de outra que tem esse nome na lenda das navegações de Mac-Riagla, das ilhas das Almas dos irmãos Corra, e da ilha paradisiaca de S. Brendan.

Tal era o phantastico mundo de que se achavam povoadas as ondas do Atlantico, taes eram os terrores que salteavam a alma crédula dos nossos navegadores, quando, por noites de temporal, o vento assobiava nas enxarcias, e as ondas, atropellando-se no seio das sombras, rugidoras e espumantes, similhavam bem as vagas do tenebroso pélago. Então, ao clarão dos relampagos, que avermelhavam, com luz phosphorica, as longas fitas de espuma que cingiam as caravellas, os marinheiros Portuguezes julgariam vêr apparecer as ilhas da eterna punição, nos gemidos da procella cuidariam ouvir os eternos prantos das almas penadas. Era necessario ter a alma cingida de triplice bronze para arrostar estes terrores que faziam desmaiar os mais intrepidos. Depois, quando á tréva succedia a luz, á noite a aurora, ao temporal a bonança, quando a vaga amorosa, banhada pelo sol, quebrava meigamente, aplacadas as furias, na amurada do baixel, o marinheiro, esperançado, sonhava as ilhas radiantes, o paraizo de S. Brendan, e cria vêr ao longe reflectirem-se nas aguas as muralhas de oiro d'Antilia. Essas maravilhas fugiram-lhes, mas outras, reaes, e não menos esplendidas, a cada instante lhes surgiram das ondas. Eram as ilhas verdejantes, as terras ardentes dos tropicos; eram, emfim, lá ao longe, os

[1] «Geographia d'Edrisi», tr. de Jaubert, t. I, pag. 201.

Digitized by Google

encantados paizes do Oriente. Hoje, graças aos Portuguezes, o Oceano não tem mysterios, e, se ainda, em noites de luar, fluctua sobre as vagas, no seu fragil baixel de casca de ovo, a fada de negros cabellos, se em noites lugubres de vendaval se ouvem gemer as almas dos naufragos, é porque a imaginação do homem, não contente com a realidade, ha de forjar sempre sonhos ridentes, que o consolem da prosa da vida, ou phantasmas atterradores, que o reconciliem com os jubilos raros da sua existencia incerta e procellosa.

CAPITULO XXXII

Regencia do infante D. Pedro.—Intriga do duque de Bragança e do conde de Ourem

EIXÁMOS, para tratar dos nossos descobrimentos, a historia da politica Portugueza n'um periodo de momentaneo repouso. A rainha D. Leonor, não encontrando amparo, nem no povo, nem na nobreza, nem nos seus parentes de Castella, arrastava no exilio uma vida de privações, e, confessando-se, emfim, vencida, erguia para o seu competidor um grito de supplica, pedindo-lhe o olvido do passado, que elle generosamente lhe concedia, quando a morte de subito a surprehendeu em Toledo, no anno de 1445. O conde de Barcellos, depois de agitar o reino, sentindo-se incapaz de continuar a luta, humilhava-se diante do infante D. Pedro, que não só o recebia de braços abertos, mas que até mesmo lhe outhorgava mercês e honras, como se quizesse recompensar a rebeldia! Generosidade de uma grande alma, que devia ter por premio a ingratidão vilissima de todos aquelles com quem se portára de um modo condigno da nobreza do seu caracter. Não sabia elle, ou não o queria saber, porque a experiencia não fazia senão augmentar a tristeza habitual do seu alto espirito, sem lhe endurecer ou lhe perverter o coração, não sabia elle que ha uma coisa que os homens vulgares nunca perdôam — é a clemencia dos seus adversarios.

A paga começou bem cêdo a tel-a. Quando D. Leonor morreu, estava D. Pedro para lhe enviar a licença, por ella pedida, de vir residir em Portugal: como lhe foi agradecida pelos partidarios da rainha essa nobre concessão? Accusando-o de ter mandado envenenar sua cunhada, como já o accusavam de ter envenenado seu irmão D. Duarte, como o accusariam depois de ter mandado matar seu irmão D. João!

No anno de 1442 morrêra effectivamente o infante D. João, mestre de Sant'-Iago, e terceiro condestavel do reino, dos filhos de D. João I o que menos resplandece na historia, mas não decerto o que teve menos solidas qualidades. Conservando-se sempre modestamente n'um logar secundario, sabiam seus irmãos que era isso devido não á falta de merito mas ao excesso de modestia, e na sombra, onde elle teimava em occultar-se, iam consultal-o sobre todas as cousas do reino, e ouviam com respeito o seu auctorisado voto.

A sua morte foi muito lamentada pelos seus dois irmãos, e principalmente

Digitized by Google

pelo infante D. Pedro, que tratou de suas sobrinhas orphãs como se fossem filhas suas. Tres filhas deixára o infante D. João, a saber: a princeza D. Izabel, a princeza D. Beatriz e a princeza D. Philippa. A primeira casou-a seu tio com el-rei D. João II de Castella, que a desposou em segundas nupcías; a segunda tambem seu tio a casou pelo mesmo tempo (1447) com o infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, e que devia vir a ser um dos principes mais ricos da Christandade, porque tinha de ser herdeiro de seu tio o infante D. Henrique, assim como já fôra de seu tio D. Fernando [1], cuja morte, succedida em 1443 nos carceres africanos, enchera de dôr profunda o coração do infante D. Pedro, que ainda não sarára da ferida com que o pungira a morte de seu irmão D. João [2].

Este luctuoso successo deu origem a novo desencadeamento de más paixões contra o infante D. Pedro. Ficára vago o logar de condestavel [3], e o infante nomeou para elle D. Pedro, seu filho mais velho. Moço illustrado, e que deu toda a sua vida provas de que valia muito [4], o joven principe tinha todas as condições requeridas para este alto cargo, e ninguem podia estranhar ao regente, que tão prodigo fôra de mercês com quem lh'as não merecia, que outhorgasse a seu filho, quer dizer a um dos principes mais chegados ao throno, a dignidade de condestavel, que sempre andára annexa, desde a sua creação no tempo de D. Fernando, a fidalgos apparentados com a casa real. Mas, apesar d'isso, o conde d'Ourem reclamou, dizendo que, quando seu avô D. Nuno Alvares Pereira fôra nomeado condestavel, dera-se-lhe esse cargo como hereditario na sua familia. D'essa fórma a hereditariedade dos empregos, uma das manifestações do feudalismo, implantar-se-hia em Portugal, exactamente na occasião em que se estavam extirpando as fraquissimas raizes que elle por cá lançara, e implantar-se-hia, começando pela dignidade que, na propria França, paiz essencialmente feudal, nunca os reis tinham querido fazer independente da eleição da corôa!

D. Pedro respondeu com toda a moderação, pedindo ao conde d'Ourem que apresentasse documento, se o tinha, para justificar a hereditariedade; o documento não appareceu, mas o rancor esse é que ficou subsistindo no peito do conde d'Ourem, e de seu pae o conde de Barcellos, que fôra bem pouco tempo antes elevado á dignidade de duque de Bragança, com amplas concessões de terras, pelo mesmo homem cuja perda ambos juravam.

O resentimento conservou-se occulto, e entretanto D. Pedro entregou-se, desassombrado d'intrigas e inimigos, á sua grande obra administrativa. Foi então que se recopilaram as ordenações do reino, conhecidas pelo nome «Ordena-

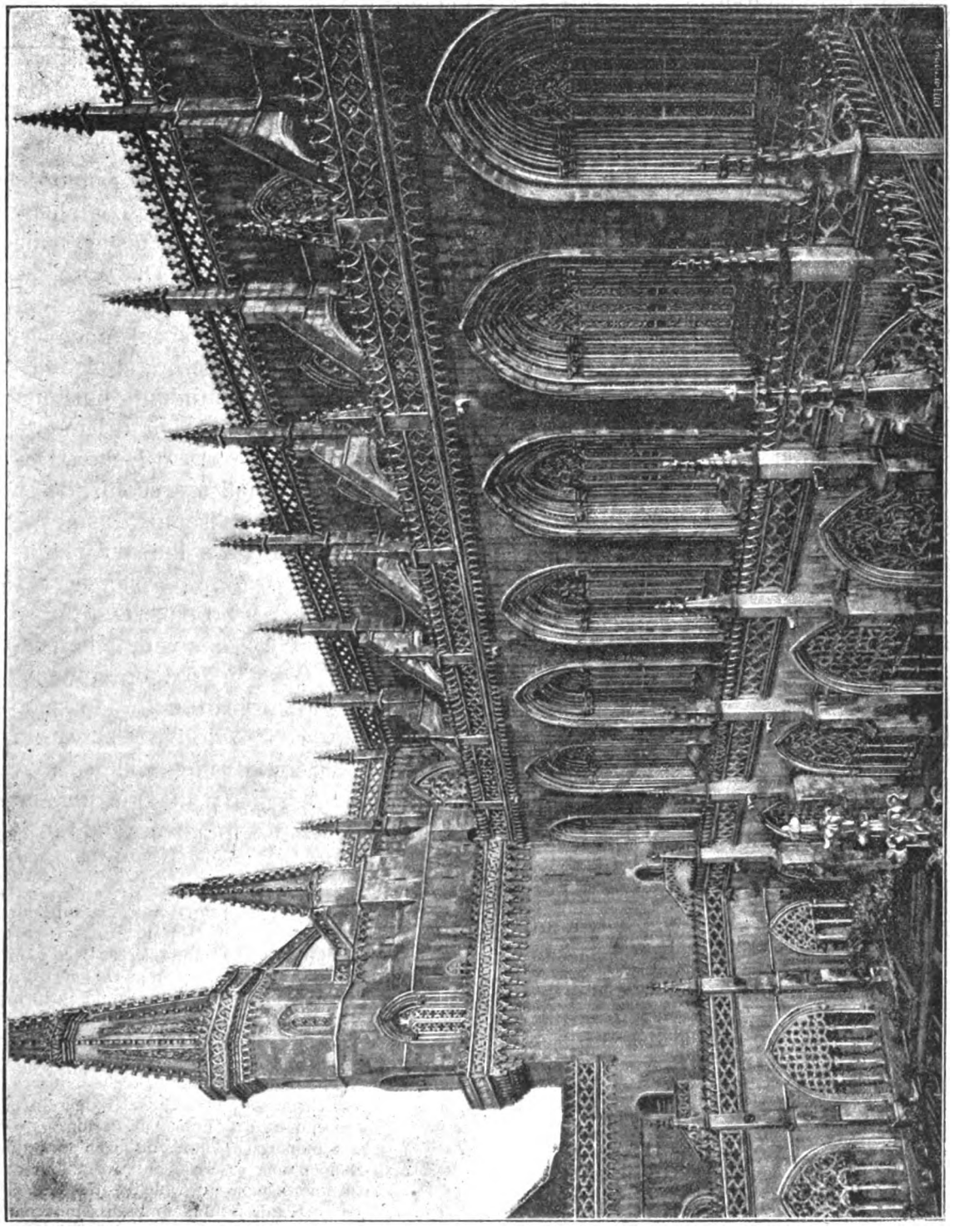
[1] Quando o infante D. Henrique e o infante D. Fernando andavam tratando de obter de seu irmão D. Duarte o consentimento para a desgraçada expedição de Tanger, prometteram á rainha D. Leonor, para a decidirem a advogar a sua causa, fazer seu herdeiro universal a seu sobrinho D. Fernando. Apesar do triste resultado da expedição, a promessa foi cumprida.

[2] A terceira, a infanta D. Philippa, não quiz nunca casar; mas «casando e fazendo muito bem a seus criados e criadas, acabou virtuosamente a sua vida». Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, capitulo LXXXI, pag. 242 (Lisboa, 1797. Edição da Academia).

[3] Depois da morte do infante D. João, herdára o cargo de condestavel seu filho o principe D. Diogo, que pouco tempo o gosou, porque em breve morreu.

[4] Uma das provas da illustração do condestavel D. Pedro está na celebre carta que lhe dirigiu o marquez de Santillana, poeta notavel da côrte de Castella, carta que é o documento unico, de que dispõe a historia litteraria, para conhecer um grande numero de escriptores olvidados, de que o marquez dá noticia, falando egualmente nos Castelhanos e nos Portuguezes. Essa carta, publicada no livro de Sanchez—*Poesias anteriores al siglo XV*, é um documento inestimavel para a historia litteraria d'esse tempo. Veja-se para mais ampla noticia Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola*, t. I, cap. XIX, pag 533 (tr. franc.).

Digitized by Google



CONVENTO DA BATALHA—FACE LATERAL DA EGREJA PARA O LADO DO NORTE

Digitized by Google

ções Affonsinas.» O ingrato D. Affonso V, que devia ser o assassino do homem que dera tanto lustre aos primeiros annos do seu reinado, tambem lhe roubava a gloria, e a posteridade irreflexiva impunha o nome do algoz na grande obra da victima.

As navegações proseguiam como vimos, e Portugal, em paz com as outras nações, trabalhava tranquillamente na sua organisação interna. Comtudo D. Pedro, fiel ás suas allianças, não olvidava os serviços que o condestavel de Castella, D. Alvaro de Luna, lhe prestára na sua contenda com a rainha D. Leonor.

A pedido d'elle enviou-lhe tropas, com que acabasse de domar o partido dos infantes de Aragão. Essas tropas partiram commandadas pelo novo condestavel D. Pedro, então da edade de quinze annos, a quem acompanhava a nova e heroica geração, que devia formar a brilhante phalange dos leões, que se distinguiu á vista d'Affonso V nos campos de batalha da Africa. Eram D. Alvaro Castro, depois conde de Monsanto; Lopo de Almeida, depois conde d'Abrantes; D. Duarte de Menezes, depois conde de Vianna e muitos outros. O exercito constava de dois mil homens de cavallo e quatro mil de pé. Antes de partirem, quiz o regente que seu filho fosse armado cavalleiro por um homem tal, como nenhum cavalleiro da Europa se ufanava n'esse tempo de ter por iniciador na região da honra e da coragem. Era o infante D. Henrique. Para satisfazer os desejos de seu irmão, veiu D. Henrique de proposito de Sagres a Coimbra, onde a ceremonia se realisou no convento de S. Jorge. Não chegaram a tempo de tomar parte na guerra. Com a noticia da sua vinda, apressaram-se os infantes de Aragão a dar batalha a el-rei de Castella junto da villa d'Olmedo onde estavam cercados, temendo que a victoria lhes fosse mais difficil quando ás tropas castelhanas se juntassem os alliados portuguezes. Apesar d'essa prevenção, foram completamente derrotados, e o condestavel de Portugal achou a guerra terminada, o que não impediu o rei de receber magnificamente os seus auxiliares.

Chegára-se ao principio do anno de 1446, e D. Affonso V, tendo completado quatorze annos, attingira a sua maior edade: por isso o infante D. Pedro reuniu as côrtes geraes do reino, e, em presença d'ellas, entregou selemnemente ao seu pupillo o governo, applaudindo-se por ver que elle tinha já bastante siso e sciencia[1] para dirigir o leme do Estado. Isto passava-se em Lisboa. Depois da sessão publica, recolhendo-se el-rei aos seus aposentos, acompanhou-o o infante para lhe dar alguns ultimos conselhos sobre o systema a seguir na governança do paiz. D. Affonso V ouviu-o attento, e, quando elle acabou, disse-lhe, cedendo a um impulso natural do seu coração, no fundo generoso, que a direcção do paiz estava em muito boas mãos para que elle pensasse em tirar-lh'a, que lhe pedia que quizesse continuar ao seu lado, governando tudo

[1] D. Affonso V recebera uma educação superior á dos principes do seu tempo. Um dos seus mestres fôra o celebre Matheus de Pisano que escreveu o Livro da guerra de Ceuta (*Gesta illustrissimi regis Johannis de Bello Septensi*). Segundo suppõe o erudito academico José Correia da Serra na *Introducção* ao *Livro da guerra de Ceuta*, pag. 3 e 4 (*Collecção de livros ineditos da historia portugueza*, tomo 1.º). Matheus de Pisano era filho da celebre Christina de Pisano, chronista do rei Carlos V de França, e neto por conseguinte de Thomaz de Pisano, astrologo do mesmo monarcha. Temos de fazer portanto uma rectificação n'uma asserção anterior. Matheus de Pisano não foi chamado a Portugal para escrever a chronica da guerra de Ceuta, como dissemos baseando-nos com alguma precipitação na noticia dada por um estrangeiro historiador da nossa litteratura. Gomes Eanes d'Azurara na *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, cap. 2.º, diz positivamente: «Mestre Matheus de Pisano, que foi mestre d'este rei D. Affonso, o qual foi poeta laureado, etc. *Collecção de livros ineditos da historia portugueza*, t. 2.º

Digitized by Google

como até ahi. Irreflectido, mas bom, D. Affonso V, quando cedia ás suas primeiras inspirações, mostrava-se do sangue de D. João I; mas, homem sem as grandes qualidades sérias que distinguiram seu avô e principalmente seu filho D. João II, deixava-se levar descuidosamente pelos conselhos maus d'aquelles que o rodeavam, e obedecia tão facilmente ás suas más paixões, quando sabiam inspirar-lh'as, como cedêra momentos antes aos seus generosos instinctos.

O que D. Affonso V dissera a seu tio em particular, foi-lhe por ordem d'elle repetido em nova sessão publica pelo doutor Diogo Affonso Mangaancha. Para dar a seu tio uma nova prova de quanto desejava ser-lhe agradavel, determinou D. Affonso casar com sua prima D. Izabel, tornando assim effectivas as ceremonias esponsalicias celebradas annos antes em Obidos.

Mas quem ficou furioso com esta inesperada peripecia foi o duque de Bragança, seu filho o conde d'Ourem, e os fidalgos do seu partido. Julgavam que as coisas se succediam naturalmente, e que o seu inimigo teria de ceder o governo, assim que soasse a hora da maioredade de D. Affonso V. A resolução generosa do joven monarcha surprehendeu-os, e, trataram logo de remediar com as suas intrigas os inconvenientes que para elles d'essa generosidade resultavam. Logo o duque de Bragança, o conde d'Ourem e o arcebispo de Lisboa principalmente, entraram a falar em segredo a el-rei, e aguilhoando-lhe a vaidade sempre irritavel em D. Affonso V, conseguiram que poucos mezes depois de ter pedido ao infante que continuasse a reger o reino, lhe reclamasse o poder. O infante percebeu immediatamente d'onde lhe vinha o golpe, mas, conservando-se impassivel, disse logo que estava prompto a entregar a el-rei o governo do Estado, e combinou o praso em que isso devia estar feito. Ufanos do seu primeiro triumpho, os inimigos do regente não quizeram deixar ao monarcha o tempo da reflexão. Bem conheciam a indole inconstante de D. Affonso, indole que se conservou sempre a mesma até ao fim do seu longo reinado. Por isso em maio de 1447, sem esperar que chegasse o praso que ajustára, D. Affonso V exigiu de seu tio que lhe entregasse a direcção dos negocios. Assim um passo, que se podia considerar naturalissimo, logo que D. Affonso V attingíra á maior-edade, tornava-se, pelo modo como era dado, uma verdadeira offensa.

Brazão de armas da villa de Albufeira

Tragou-a comtudo D. Pedro, sem mostrar o resentimento, assim como depois recebeu uma outra injuria disfarçada, que aliás o devia pungir bastante. O casamento de D. Affonso V com D. Izabel effectuou-se, mas a cerimonia foi feita quasi sem pompas, e como se el-rei cumprisse de má vontade uma obrigação que imprudentemente contrahira.

Apesar d'isso, esse casamento parecia que devia ser um escudo para D. Pedro: inconstante, e vacillante ao sopro das alheias insinuações, D. Affonso V devia sentir a doce influencia de sua esposa, que podia contaminar um pouco a influencia malevola dos principes da nova casa de Bragança. Annos depois, essa influencia seria talvez decisiva; então, n'esse casal de dois esposos infantis, as lagrimas d'Izabel podiam amollecer um instante o coração do joven Affonso; mas a voz grave e auctorisada do velho duque de Bragança exercia de novo o seu fatal imperio. Parece que estamos vendo essas outras duas crianças, que na historia de França se chamam Fran-

Digitized by Google

cisco II e Maria Stuart, e junto d'ellas a segredar ao pobre monarchasinho de dezeseis annos as intolerantes inspirações, o vulto fatidico e sombrio da velha Catharina de Medicis.

O acto praticado por D. Affonso V, quando primeiro o regente lhe quizera entregar o governo do reino, acautellára contra a volta de similhantes tentações os figadaes inimigos de D. Pedro. A intriga enredava-se sem descanço; a guerra desleal lançava mão de todas as armas.

Percorrendo o reino abertamente, o duque de Bragança tirava dos castellos os alcaides affeiçoados ao regente, e punha tudo ao mesmo tempo em som de guerra, como se o infante fosse um publico inimigo, contra o qual todas as precauções seriam necessarias. Entretanto na côrte a traição mais vil e mais covardemente combinada preparava o ultimo golpe, que devia saciar a vingança do bastardo de D. João I e de seu filho o conde d'Ourem.

O instrumento principal do duque de Bragança foi um fidalgo Portuguez, que estivera em Roma, que de lá trouxera o titulo de proto-notario pontifical, que mostrava uma viva intelligencia, e bastante erudição, e que assim soubera captivar a privança do infante D. Pedro, naturalmente inclinado a conversar com aquelles, que tinham como elle viajado e que mostravam conhecer os costumes do estrangeiro[1]; foi este mesmo fidalgo que se insinuou no animo de D. Affonso V e o convenceu da necessidade de affastar da côrte seu tio, que havia de querer conservar toda a authoridade, e elevar seus filhos. O moço rei desejoso, como todos os pupillos que se emancipam, de se vêr livre da pressão moral que um tutor sempre exerce, acolheu tanto mais facilmente estas insinuações quanto partiam de um homem que parecia insuspeito pela privança que tinha com o regente. Deliberou ir a Torres Novas conferenciar com o conde d'Ourem. Este aconselhou-lhe que mandasse retirar seu tio da côrte, mas que lhe não communicasse directamente essa ordem, para o não affrontar, que lh'a mandasse communicar por outro. Tinha este conselho por fim evitar que o infante actuasse no animo do seu regio pupillo; mas D. Affonso V percebeu que o systema que lhe aconselhavam era mil vezes mais injurioso do que o da communicação directa, e não o quiz seguir. Estava tudo perdido para os intrigantes, se D. Pedro quizesse luctar; mas o infante, como veremos, era um d'estes homens superiores, que não querem rebaixar-se a disputar aos seus adversarios umas vantagens mesquinhas, e que por isso são sempre vencidos na lucta da vida pelos intrigantes vís. Apenas soube que seu sobrinho pensava em affastal-o da côrte, veiu elle mesmo pedir-lhe licença para se retirar para as suas terras.

Ficou satisfeitissimo o joven soberano com tão inesperada solução. Via-se livre do tutor, e não era obrigado a desconsideral-o e a affastal-o. Por isso despediu-se de D. Pedro com todas as provas de affecto, declarou-lhe que não deixaria de confirmar tudo quanto elle fizera durante o governo da regencia, e deu-lhe emfim todos os testemunhos de consideração e de estima. Pouco importavam ao duque de Bragança e a seu filho esses pormenores; o seu fim principal estava conseguido.

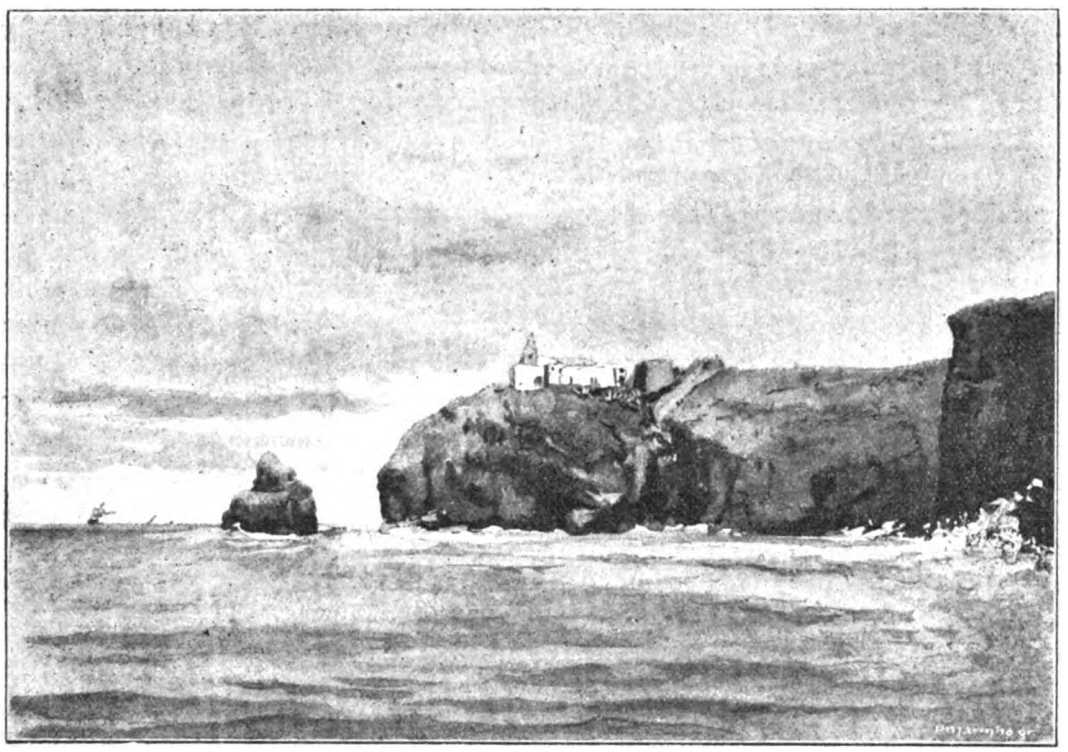
Em presença de meios de guerra tão vis o que havia de fazer o infante senão retirar-se? Era melhor talvez que acceitasse a luta, e não abandonasse assim o campo de peleja aos seus adversarios. Mas é este o motivo por que os maus triumpham sempre: emquanto elles, rojando-se na lama, procuram, como a vi-

[1] O nome d'elle, segundo Ruy de Pina, era Berredo, filho de Gonçalo Pereira de Riba de Viseda, *Chroniea de D. Affonso V*, cap. 89, pag 358.

Digitized by Google

bora, morder o calcanhar dos homens de alto espirito e de nobre coração, estes, em vez de os procurarem para os esmagar, retiram-se, sem lhes ouvir o silvo agudo, e com os olhos perdidos na immensidade azul, d'onde Deus lhes sorri. Demais, já vimos, por differentes exemplos, que no caracter de D. Pedro havia ésta melancholia resignada que o

Partiu emfim D. Pedro de Santarem, e o duque de Bragança, o conde d'Ourem, e o arcebispo de Lisboa, desassombrados da sua presença, deram largas ao seu odio, e todas as coisas com que poderam magoal-o folgaram de as pôr em pratica. A expulsão dos seus partidarios de todos os cargos do Estado que occupavam, e sempre acompanhada de



PROMONTORIO DE SAGRES

levava a cruzar os braços, e a contemplar, com um sorriso amargo e triste, as miserias e as torpezas do mundo que se agitava em torno d'elle. E' esse signal que até á morte o caracterisa, e que dá uma tão attrahente sympathia ao seu nobre vulto. Quando rejeita, sorrindo docemente, as honras da estatua, quando interpreta a seu modo, falando com seu irmão D. Henrique, a allegoria das armas de Coimbra, ha sempre na sua attitude não sabemos que meiga misanthropia, se nos é permittido o termo, que nos captiva e que imprime um cunho original no seu delicado semblante.

infamantes suspeitas, accusando-se este de ter prevaricado na administração da justiça, aquelle de se ter apropriado do dinheiro do thesouro, est'outro de ser capaz de envenenar o rei; as calumnias atrozes, espalhadas contra o infante, em que o accusavam de envenenador e fratricida, de tudo lançaram mão os inimigos de D. Pedro para espesinharem bem torpemente o grande vulto derribado.

Todos os odios comprimidos até então acordaram com violencia: antigos criados da rainha D. Leonor deram expansão aos seus resentimentos, e affirmaram que a sua infeliz ama fôra enve-

Digitized by Google

nenada por ordem d'elle, que o mesmo succedêra a el-rei D. Duarte, e que o infante D. João tambem não escapára ao fratricida impiedoso. Era de temer que o mesmo succedesse a Affonso V, se não se pozesse cobro á insolencia d'esse ambiciosissimo vassallo.

O que espanta, em presença d'esta actividade dos inimigos de D Pedro, d'este zêlo de calumnia, d'esta perseverança de intriga, d'este accumular de meios differentes para perderem o infante no espirito d'el-rei, o que espanta é a inercia dos amigos do duque de Coimbra. Já explicámos por que singularidade, por que extremada delicadeza de uma indole mais celestial do que terrena, deixava D. Pedro passar a calumnia e a intriga, sem que essas nuvens impuras conseguissem turvar-lhe o rosto, senão o espirito; mas não se explica do mesmo modo a indifferença dos seus amigos. O procedimento do infante D. Henrique principalmente foi na realidade reprehensivel, e todos os historiadores vão de accordo em censural-o[1].

Desculpemol-o comtudo um pouco. Devia ser custoso a um homem costumado ás mais elevadas cogitações que podem preoccupar o espirito humano, ter de descer d'essa esphera á das mesquinhas intrigas que enleiavam n'esse tempo o nobre vulto do infante D. Pedro.

Não lhe valeu nem mesmo a semifriesa, com que defendeu a causa de seu irmão. Os conselheiros malevolos que rodeavam o inconstante Affonso V, para mais seguramente conseguirem o seu fim, souberam tambem prevenir contra o infante D. Henrique o sspirito do joven monarcha.

Mas, no meio d'esta apathia geral dos amigos de D. Pedro, um só se conservava activo, fiel e heroico, desejoso de se immolar para salvar a vida e a honra do nobre infante, incapaz de transigir com os inimigos do bom e do justo, de se dobrar a quaesquer considerações, de descançar um instante quando se tratava de defender um amigo e um homem leal. Esse vulto, um dos mais notaveis dos nossos annaes, é o de Alvaro Vaz de Almada, conde de Avranches na Normandia, e cavalleiro da ordem da Jarreteira.

Fôra armado cavalleiro pelo infante D. Pedro na mesquita de Ceuta, e os deveres de fraternidade e de dedicação, que essa ceremonia impunha, soube elle cumpril-os em toda a sua amplitude. A cavallaria, essa instituição de que só vemos o ridiculo, depois que todos lemos o immortal *D. Quixote*, sem comprehen-

---

[1] Ruy de Pina diz: O Infante D. Henrique, que era no Algarve, lhe veiu fallar, e porque sentiu que a vida e honra do infante seu irmão com maneiras falsas de seus inimigos era maltratada, e se dispunha a destruição e perigo, atalhou a isso algum tanto, mas não com aquella fortaleza, e escarmento, que elle a seu irmão devia e o mundo esperava, e que lhe fôra bem possivel se quizera. «Chronica d'el-rei D. Affonso V», cap. 90, p. 362.

Schoeffer repete as palavras de Ruy de Pina e sccrescenta: Que podia elle receiar, elle tão independente que não tinha responsabilidade senão para comsigo mesmo? Os mais graves perigos que podesse correr sendo energico amparo de seu irmão, ameaçavam-n'o egualmente sendo defensor timido e indolente. «Historia de Portugal», tr. fr. p. 485.

Duarte Nunes de Leão é ainda mais severo: «Mas elle, diz o chronista, ou pela sequidão da sua condição ou frialdade o fez tão remissamente, sendo tempo em que podéra atalhar grandes males, se quizera, que não montou nada sua vinda, nem fez officio de irmão. «Chronica de D, Affonso V», cap. 16, pag. 169.

Ferdinand Denis não é mais indulgente: D'outro lado, escreve elle, vê-se o infante D. Henrique, o que recebeu diante de Coimbra a confidencia prophetica, não abandonando os seus estudos, não pondo de parte os negocios do mestrado, não esquecendo um só dos seus navios exploradores, para vir em soccorro da victima. «Portugal Pittoresco», pag. 85.

Major, o enthusiasta biographo do infante D. Henrique, não censura, mas o seu silencio ainda é mais accusador do que as reprehensões dos outros: A apathia dos que podiam ter defendido o principe era tão notavel como a malignidade dos seus inimigos. «Houve uma nobre excepção comtudo em Alvaro Vaz de Almada», etc. «Life of prince Henry of Portugal», cap. 13, p. 229.

Digitized by Google

dermos o fundo de amargura que encerra aquella satyra sublime, estava quasi a expirar n'esse tempo em que já se antevia a era diplomatica e estrategica, aberta por D. João II em Pertugal, Fernando de Aragão em Hespanha, Luiz XI em França, Henrlque VII em Inglaterra e o imperador Maximiliano na Allemanha, mas, como a chamma que vae a expirar, podemos dizer d'ella que, proxima a extinguir-se, lançava em Portugal os seus mais vividos fulgores, quando um dos ultimos exemplos que legava ao mundo era o sacrificio sublime consummado nos campos da Alfarrobeira.

CAPITULO XXXIII

D. Alvaro Vaz de Almada, conde de Avranches

SEGUNDO conta o auctor dos *Retratos e elogios de varões e donas*, Alvaro Vaz de Almada era filho de João Vaz de Almada, e bisneto, por sua avó paterna D. Maria da Cunha, do senhor de Pombeiro, João Lourenço da Cunha, primeiro marido de D. Leonor Telles. Parece que por differentes desgostos passára seu pae a Inglaterra, onde Alvaro Vaz tambem militou largo tempo, e com tal distincção que foi por Henrique VI creado conde de Avranches na Normandia, e cavalleiro da Jarreteira, honra insigne que nem mesmo a todos os principes se concedia.

O autor dos *Retratos dos varões e donas*, que é d'uma pasmosa ignorancia em tudo quanto diga respeito a historia estrangeira, affirma que Alvaro Vaz de Almada «foi muito acceito a Henrique IV de Inglaterra, a quem fez muitos serviços e acompanhou na jornada que fazia a França, e ajudou na tomada de Ruão, e obrou nas galés tantas proezas que ganhou grande honra, e mereceu a ordem da cavallaria da Jarretière». Ainda que a redacção não seja das mais limpidas, parece d'estas phrases deduzir-se que foi Henrique IV quem nomeou Alvaro Vaz cavalleiro da Jarreteira. Ora, Henrique IV morreu antes de 1415, anno em que seu filho Henrique V ganhou a batalha de Azincourt, e em 1415 é que Alvaro Vaz de Almada foi em Ceuta armado cavalleiro pelo infante D. Pedro, o que certamente não podia ser posterior á sua entrada para uma ordem de cavallaria e de tal importancia como a da Jarreteira. Outro erro commette o autor dos *Varões e donas*, mas n'esse acompanham-n'o todos os historiadores, e é em suppôr que foi Alvaro Vaz de Almada nomeado conde de Avranches por Carlos VII, rei de França. Documentos citados e transcriptos pelo sr. visconde de la Figanière provam que o condado e a cavallaria da Jarreteira lhe foram outhorgados juntamente no anno de 1445 por Henrique VI de Inglaterra.

Oiçâmos o nosso erudito compatriota:

«A tradição tem-nos transmittido, singularmente alterada, uma circumstancia importante, relativa a um dos vultos mais conspicuos nos fastos portuguezes. Referimo-nos ao nobre e esforçado cavalleiro Alvaro Vaz de Almada, tão afamado no seu tempo por toda a Europa;

Digitized by Google

e especialmente á sua nomeação como conde d'Avranches.

«Tem-se generalisado entre nós a erronea idéa de que este illustre Portuguez fôra feito conde d'Avranches pelo rei de França, e cavalleiro da ordem da Jarreteira pelo de Inglaterra, quando é certo que Henrique VI, rei de Inglaterra, foi quem fez ambas as mercês no anno de 1445.

MATHEUS FERNANDES
Architecto do Convento da Batalha

«Na actual sub-divisão da França, Avranches está situada no departamento da Mancha, que se acha incluida na antiga provincia ou ducado na Normandia. Esta porção do territorio Francez achava-se, como é bem sabido, incorporada nos dominios da corôa de Inglaterra, desde a conquista d'este reino pelo duque Guilherme, chamado o Conquistador, e assim permaneceu até que veiu a ser reduzida pelas armas do rei de França, Carlos VII. Mas Henrique VI era ainda duque da Normandia em 1445, e foi como tal que deu e podia dar o titulo de conde de Avranches a D. Alvaro. Esta circumstancia, mal entendida, é que provavelmente originou o erro que mais tarde se propagou, bem como a de se intitular aquelle monarcha inglez *rei de França*, ditado que nasceu da conquista de França, effectuada por Henrique V e que os soberanos inglezes só largaram muito tempo depois. Releva lembrar que, quando este rei morreu no meio da sua gloria, deixou seu filho Henrique VI, então menor, como rei de França, e em plena posse do reino; a expulsão d'este, ou antes da sua authoridade, teve logar só passados alguns annos, devendo portanto haver muita gente que o considerasse realmente como rei de França emquanto vivesse.

«Seja como fôr, o erro tornou-se posteriormente tão geral que todos os auctores contemporaneos o acreditaram sem exame, e entre outros, o doctor Schœffer, illudido pelas auctoridades portuguezas que seguiu, mostrando aliás na sua bem elaborada historia de Portugal, ser escriptor de muito descernimento e de um talento historico mui distincto[1]. O fallecido visconde de Santarem foi o unico, se não nos enganamos[2], que rectificou a tradição antiga, dando noticia do contheudo d'uma carta de Henrique VI datada de 4 de agosto de 1445[3] que achou publicada na collecção ingleza de Rymer.

«Numa obra que publicamos[4] ultima-

[1] Veja-se a mesma historia Ep. 2.ª L. 1.º, c. 4 § 1.º (tr. fr., pag. 486. Naturalmente por erro de imprensa, em vez de se lhe chamar ahi conde de Abranches, chamava-se-lhe conde d'Arronches).

[2] Ferdinand Denis, depois de dizer que Alvaro Vaz de Almada fôra creado successivamente «cavalleiro da ordem da Jarrateira e conde d'Avranches, pelos reis de Inglaterra e de França,» adverte com tudo no fim da nota em que isto se diz: Tavares affirma que a doação (do condado) vinha dos reis de França; *mas é bom que lembremos aqui as pretenções dos reis de Inglaterra.*

[3] Veja-se «*Quadro Elementar* t. XIV. pag. 203 e tambem pag. CLV da introducção.»

[4] *Catalogo dos Mss portuguezes no Museu Britanico*, pag. 259 e 260.»

Digitized by Google

D. DUARTE LENDO O LEAL CONSELHEIRO

Digitized by Google

mente noticiámos summariamente quatro documentos que existem no Museu Britannico[1] relativamente a Alvaro Vaz d'Almada, e agora offerecemol-os na sua integra[2], entendendo que merecem publicar-se, visto o seu interesse historico. Estes documentos não são os originaes, mas só as cópias ou parte d'um registo; os originaes estavam no archivo da Torre de Londres e talvez ainda estejam em alguns dos depositos dos archivos inglezes. O primeiro é o mesmo de que já falámos acima, achando-se em substancia no *Quadro elementar*[3] do illustre visconde de Santarem; do segundo dá tambem noticia o mesmo auctor[4]; o terceiro documento vê a luz pela primeira vez. São todos tres datados do 23.º anno do reinado de Henrique VI, que principiou em 31 de agosto de 1444 e terminou em 30 do mesmo mez de 1445[5]; e como estes diplomas são do mez de agosto, segue-se que pertencem ao anno de 1445.

«N'estes papeis temos um testemunho insuspeito da grande reputação de que gosava este famoso cavalleiro. São estrangeiros que prodigalisam louvores devidos a um guerreiro de reconhecido valor. Vê-se que, se elle fazia sentir o peso do seu braço no campo da batalha. tambem fazia ouvir a sua voz auctorisada no recinto do gabinete, quando assim o pedia o bem publico.

«A pensão vitalicia que lhe dá o rei de Inglaterra de 100 marcos annuaes, ou pouco mais ou menos 100 libras esterlino[1], que não era somma mesquinha, se atendermos á escassez do numerario, especialmente em Inglaterra, e seu grande valor representativo n'aquelles tempos; o presente d'uma taça de oiro, do valor de 100 marcos contendo outros 100 marcos em dinheiro, que lhe faz o mesmo rei; mas sobretudo o facto de ser eleito por unanimidade membro da insigne ordem da Jarreteira, em cujo gremio a admissão é tão difficil, e mesmo nulla para estrangeiros, exceptuando-se as testas coroadas, são tudo provas inquestionaveis dos grandes e valiosos serviços prestados pelo celebre Portuguez a Henrique VI e a seu pae Henrique V, pois é certo que andou no serviço tanto d'este como d'aquelle. É de crer que D. Alvaro acompanhasse Henrique V quando este invadiu a França[2], o que logo por si provaria que quem fôra galardoado pelo monarcha inglez por similhante motivo não o poderia ser tambem pelo seu adversario, a menos que não fôsse um mercenario[3]».

Os tres documentos citados pelo sr. Figaniére são dois em latim, e o outro em velho inglez. O primeiro declara que para recompensar os serviços prestados por D. Alvaro a elle Henrique VI e a seu pae, para premiar o seu valor na guerra, e o seu bom conselho na paz[4], o nomeia cavalleiro da Jarreteira, e conde d'Avran-

---

[1] E' notavel que, sendo Major empregado no Museu Britannico, repita ainda na sua obra o velho erro, dizendo que *Charles VII, King of France, had confered upon him the title of count d'Avranches*, *Life*, etc., pag. 229. Notámos isto por serem pouco habituaes estas faltas na obra d'esse profundo investigador.

[2] Julgamos escusado publicar um d'estes documentos por ser apenas uma noticia de poucas regras sobre D. Alvaro, sem offerecer novidade alguma.»

[3] «Tom. XIV, pag. 205.»

[4] «Ibid pag. 206. Este doc. acha-se egualmente em Rymer.

[5] Henrique VI subiu ao throno em 31 d'agosto de 1422.

[1] 100 marcos equivaliam a 66 lib. 13 s. 1 d.; mas as moedas tinham n'aquella época em Inglaterra o dobro do peso ou valor intrinseco do que tem hoje as da mesma denominação.

[2] Achamos isso pelo contrario pouco natural; é possivel que Alvaro Vaz d'Almada andasse com Henrique V nas guerras de França; mas na invasão é inverosimil, porque essa invasão foi em 1415 e em 1415 foi tambem a tomada de Ceuta; em que esteve presente Alvaro Vaz.

[3] *Panorama*, vol. XIII (5.º da 3.ª série), pag. 65, art. *Archeologia portugueza — Alguns documentos ácerca do conde d'Avranches.*

[4] Adeo sua pro virili bellorum descrimini insudavit forti animo, et pacis tranquillitati consilio quod suo jure proemia debentur suo labori.

Digitized by Google

ches na Normandia[1]. O segundo, tambem em latim, declara que lembrando-se da fidelidade, trabalhos, etc., de D. Alvaro d'Almada, conde d'Avranches, capitão mór em Portugal e alcaide-mór da cidade de Lisboa, lhe concede el-rei espontaneamente a pensão vitalicia e annual de cem marcos[2].

O terceiro documento, escripto em velho inglez, ordena ao thesoureiro da corôa que entregue ao mesmo Alvaro Vaz d'Almada uma taça de ouro de quarenta marcos e cem marcos dentro d'ella[3].

O que parece ter occasionado o erro de se imaginar que o condado d'Avranches fôra outorgado a Alvaro Vaz d'Almada pelo rei de França, é que Luiz XI, filho de Carlos VII, confirma essa doação a D. Fernando d'Almada, neto do heroe, e concede-lhe tambem uma mercê pecuniaria. Mas então já o ducado da Normandia pertencia incontestavelmente á França, e o rei de França, herdeiro, pela conquista, dos duques normandos, podia ou annullar ou confirmar a doação anterior. Confirmou-a, attendendo aos meritos ou aos serviços de D. Fernando!

Tantas distincções concedides a D. Alvaro Vaz mostram bem quanto elle era apreciado em Inglaterra. Em diversos reinos estrangeiros andára elle militando, e fôra por todos os soberanos bem acolhido.

Tambem militou na Allemanha na guerra do imperador Sigismundo contra os turcos, e ahi foi companheiro do infante D. Pedro[4].

Em Portugal estivera na tomada de Ceuta, assistira á expedição de Tanger, e sempre desenvolvêra altas qualidades militares. Fôra elle o primeiro que depois de Tanger reanimára o espirito abatido de el-rei D. Duarte. Capitão-mór do mar, e alcaide-mór de Lisboa, respeitado por todos em Portugal, a sua influencia era grande. Não deixou a lenda de desenrolar em torno d'este grande vulto os seus magicos véos, fazendo d'elle tambem um dos doze d'Inglaterra, cantados por Camões [1].

Brazão de armas da villa de Gouveia

Tal era o homem que apparecêra a defender a honra e a boa fama do infante D. Pedro, quando todos os seus outros amigos, ou indolentes ou timidos, se conservavam na sombra. Estava militando em Ceuta; quando soube do que se tramava contra e infante logo veiu á corte, e, sem resguardo nem precauções, com a altivez propria d'um homem de bem e d'um cavalleiro leal, começou a proclamar em alta voz a innocencia de

[1] Socium et fratrem de Garteria... comitem Davarans in ducato nostro Normandiae.

[2] Ex mero mutu nostro concessimus et concedimus per proesentes eidem Alvaro centum marcas.

[3] We charge you that ye delivere unto hin a cupp of golde of XL marc and Cimarc thereinne, etc.

[4] Julga Ferdinand Denis provavel que fosse n'essa época «que elle se ligasse por estreita amizade com D. Pedro». Que então se apertassem os laços do affecto que unia os dois cavalleiros, é provavel e natural, mas que ahi principiasse a amizade dos dois é falso, pois que antes d'isso em Ceuta a ceremonia, pela qual D. Alvaro fôra armado cavalleiro, formára entre os dois um laço indissoluvel, segundo as idéas do tempo.

[1] Esta lenda dos doze d'Inglaterra vem contada no «Memorial dos cavalleiros da Tavola Redonda» de Jorge Ferreira de Vascorcellos (1.ª edição, pag. 213 verso. Ha uma 2.ª edição feita em Lisboa modernamente em 1867). Serviu para um dos mais formosos episodios dos Luziadas» de Camões. Copiaram-n'a ambos de alguma velha chronica desconhecida, d'alguma tradição meio olvidada? É' o que não podemos saber. Nada nos auctorisa a acreditarmos na veracidade do facto; mas o que elle nos symbolisa bem é o espirito aventuroso dos Portuguezes, que n'essa época appareciam por toda a parte onde havia façanhas a praticar, justas onde combater. Na Allemanha, na Inglaterra, em Flandres, em França, as chronicas estrangeiras nos mostram n'esse tempo cavalleiros Portuguezes a quebrarem lanças por Deus e por sua dama. Se desapparecem depois mais talvez do que deviam, dos campos de batalha da Europa, é porque o seu amor das aventuras encontra amplo alimento nos descobrimentos e nas conquistas.

Digitized by Google

D. Pedro, e a declarar traidores ao rei, malevolos e infames todos os que o contrario diziam. Temendo-se da influencia d'este brioso fidalgo, procuraram o duque de Bragança e os seus adherentes desviar D. Affonso V de lhe dar attenção. Mas o joven monarcha, d'espirito cavalleiroso, amador d'historias de grandes feitos e de grandes cutiladas, sabendo, porque lh'o dissera seu tio D. Henrique, o grande guerreiro que era D. Alvaro Vaz, não se cansava de o ouvir, e, com a inconstancia habitual do seu caracter, começava a prestar certa attenção ao que elle lhe dizia em abono do infante. Procuraram então os fidalgos affastar D. Alvaro Vaz, já que não podiam dissuadir el-rei de o escutar. Foram então alguns que se diziam muito seus amigos aconselhar-lhe a que se retirasse, porque no conselho, a que elle tambem devia assistir, fôra determinado prenderem-n'o. Mas elle, com a nobre segurança que nunca o desamparou, respondeu que os seus serviços mereciam outra recompensa que não fossem algemas, que não desistiria d'ir ao conselho, porque, se effectivamente o quizessem prender elle mostraria que era cavalleiro da Jarreteira, e saberia defender-se de modo que conquistaria morte honrada, porque antes queria que os seus amigos o fossem visitar á sepultura do que ás masmorras. E, com effeito, vestindo-se de gala, e envergando por baixo a armadura, D. Alvaro Vaz dirigiu-se ao conselho, e ahi falou desassombradamente a el-rei, contando-lhe o que lhe haviam dito ácerca da sua prisão, e não se esquecendo de fulminar os adversarios de D. Pedro, e de declarar que estava prompto a combater contra elles em campo aberto, para demonstrar que mentiam pela gorja, como infames e desleaes.

E el-rei gostava de o ouvir! Aquella voz sonora e cheia, aquelle altivo aspecto, aquella superior audacia fascinavam o moço guerreiro, o futuro vencedor d'Arzilla e d'Alcacer, o futuro batalhador do Toro. Percebiam já esse encanto os intrigantes que o rodeavam, e, anciosos pelo impedirem, conseguiram levar D. Affonso V para Cintra, onde adquiriram de novo sobre elle a influencia funesta que, por mal da gloria d'el-rei, conservaram ainda bastante tempo.

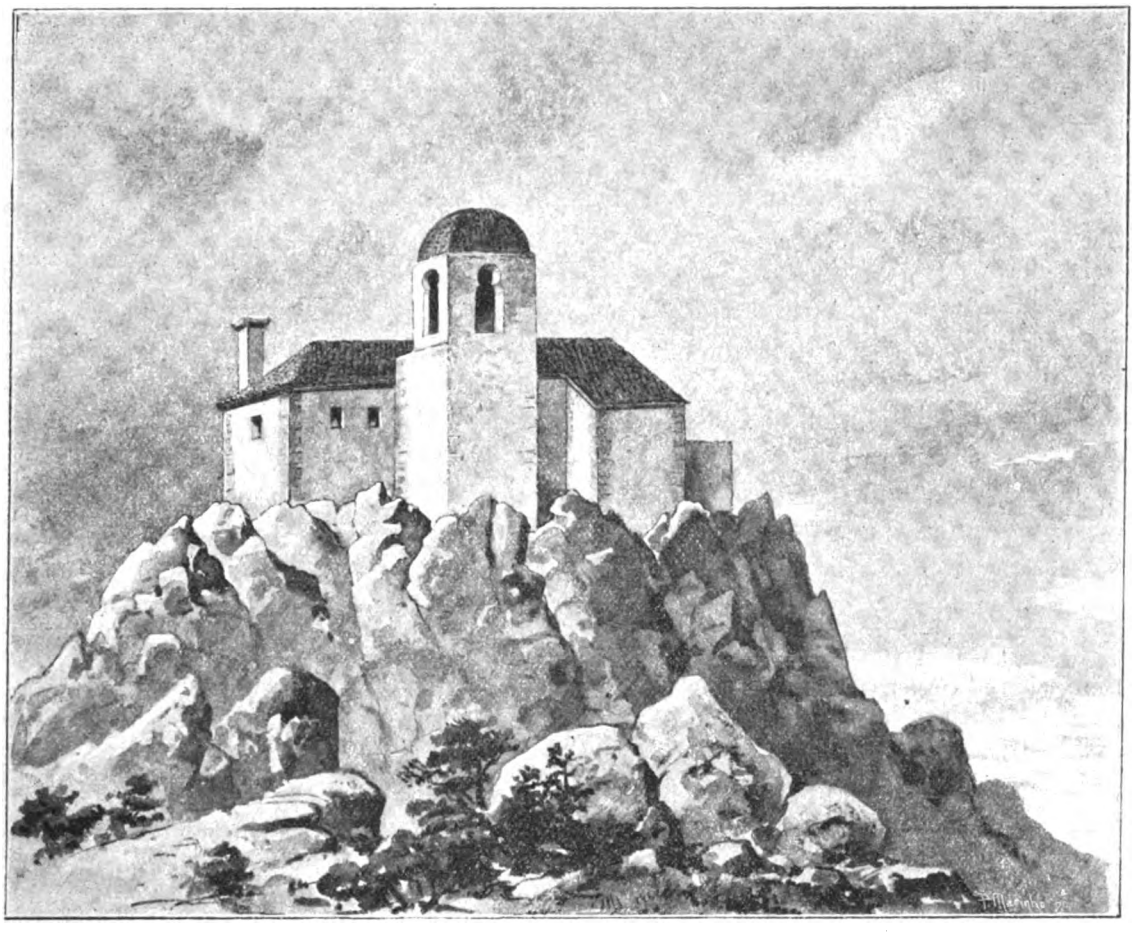
Entretanto o conde d'Avranches e o infante D. Henrique dirigiram-se a Coimbra, onde estava o infante D. Pedro, que os recebeu com muita alegria e muito reconhecimento. E entretanto el-rei, incitado pelos fidalgos que o rodeavam, promulgava decretos sobre decretos, o qual mais offensivo para o infante. Um prohibia a todos os fidalgos que fossem visitar D. Pedro; o outro annunciava aos criados e partidarios de D. Leonor, que tivessem perdido alguns bens por se conservarem fieis á causa da rainha, que se apresentassem para receber uma indemnisação, o que se effectuou com verdadeiro escandalo, porque as restituições foram feitas a capricho.

Proseguindo na sua obra insultante, enviaram a todas as partes do reino ordens para que se fizessem apercebimentos de guerra; mas exceptuaram d'este aviso o infante D. Pedro, e seu filho, apesar d'este ultimo exercer o cargo de condestavel. Finalmente el-rei enviou de proposito a Coimbra um fidalgo, por nome Diogo da Silveira, para lançar em rosto a D. Pedro os preparativos de guerra, que, dizia elle, se faziam nos seus castellos. A resposta de D. Pedro, sempre sereno, como um Christo, em presença de todos estes insultos, foi mostrar a Diogo da Silveira os seus castellos de Coimbra e de Montemór, onde não havia o mais leve signal de preparativos bellicos. Emfim os poucos partidarios que D. Pedro contava exercendo ainda logares importantes foram demittidos por el-rei. Tirou-se a D. Alvaro

Digitized by Google

Vaz a alcaidaria de Lisboa, a Luiz d'Azevedo a vedoria da fazenda, a Ayres Gomes da Silva a regedoria da justiça na casa do Civel.

O desejo do duque de Bragança e do conde d'Ourem, o fim a que tendiam todas essas tropelias, era o provocarem D. Pedro a commeter alguma imprudencia, que se podesse taxar de rebellião. Por isso, á medida que D. Pedro mostrava maior resignação e longanimidade, mais rodobravam os insultos. Quizeram-lhe armar um laço propondo-lhe uma concordia com o duque de Bragança, esperando que elle recusasse, mas D. Pedro assignou-a quasi sem a lêr, porque bem sabia que era apenas uma impostura. Communicaram-lhe em nome d'el-rei ordem de se considerar degradado da côrte, pediram a seu filho a dignidade de condestavel, e tencionaram revestir com ella o conde d'Ourem, que a reclamára; mas o rei oppoz-se então a esse insulto supremo, e, demittindo seu primo D. Pedro, quem nomeou para o substituir foi seu irmão D. Fernando.



A PENA EM CINTRA NO SECULO XV

Não conseguiam estas offensas alterar a melancolica impassibilidade de D. Pedro: respondia á injuria com a resignação. Houve comtudo uma ultima exigencia a que elle não pôde deixar de se recusar, e de se recusar com energia. Tinha armazenadas em Coimbra armas ainda provenientes do exercito expedicionario, que seu filho conduzira a Castella. Por conselho dos inimigos do infante, mandou-lhe D. Affonso V pedir

Digitized by Google

essas armas. D'esta vez tinham acertado no alvo; o dilemma em que punham D. Pedro era terrivel: ou recusava obedecer ás ordens do seu sobrinho, e então era rebelde, ou entregava o que lhe pediam, e ficava inerme, entregue á mercê dos seus adversarios. D. Pedro não hesitou, e recusou entregal-as, com moderação, mas com firmeza tambem. Disse que essas armas nas mãos dos seus vassallos não brilhariam ao sol senão para defeza do rei e da patria; pediu que lhe dessem tempo para mandar comprar outras, e offereceu tambem dar em dinheiro o valor d'ellas; mas desarmar-se completamente quando o duque de Bragança e os outros fidalgos do seu partido se apercebiam para uma guerra que não podia senão ameaçal-o a elle infante, porque não havia contendas com paizes estrangeiros, desarmar-se n'essa occasião era o mesmo que entregar o peito ao punhal dos seus inimigos.

Se avaliarmos este acto de D. Pedro segundo as idéas do nosso tempo, não veremos n'elle outra cousa senão uma verdadeira rebellião, mas devemos pensar no que era n'esse tempo a Europa ainda meio envolta nos laços do feudalismo. Apesar de todos os golpes que lhe tinham sido vibrados pelos monarchas, o poder dos barões era ainda grande, e se nas tropas municipaes, principalmente nos bésteiros de conto, havia os germens d'um exercito permanente e nacional, isso era bem pouco em presença dos homens d'armas da nobreza, das numerosas tropas que os grandes vassallos podiam levantar, com as quaes serviam o rei em tempo de guerra, mas que em tempo de paz formavam em torno de cada altivo senhor um verdadeiro grupo de pretorianos. Desarmar o infante D. Pedro, quando o duque de Bragança, o conde d'Ourem, e os outros do seu partido conservavam as suas lanças em pé de guerra, justificados pelo aviso que el-rei lhes fizera expedir, sem o enviar nem a D. Pedro nem a seu filho o condestavel, era positivamente entregal-o nas mãos dos intrigantes, que tramavam a sua perda com perseverança tão odiosa.

Na familia do Duque de Bragança havia comtudo um homem que, por estranha anomalia, se mostrava tão dedicado ao infante quanto os outros lhe eram adversos. Coração leal, espirito recto, o conde de Arrayolos, irmão do conde de Ourem, não podia vêr sem tédio as intrigas que seu irmão e seu pae machinavam contra a honra illibada do mais nobre vulto que então havia em Portugal. Estava elle commandando Ceuta, por morte do conde D. Fernando de Noronha, quando soube do que se passava no reino. Deixou sem demora a praça africana, e veiu á côrte defender audaciosamente perante el-rei a innocencia de D. Pedro. Debalde o conde de Ourem, appellando para o sentimento da familia, o quiz demover do proposito de se alliar com o homem de quem seu irmão e seu pae eram inimigos: o conde de Arrayolos respondeu que acima d'essas considerações estava o sentimento do justo e do bom, e que, vendo um innocente calumniado, não indagava quem eram os calumniadores. Conhecendo que assim nada fazia, o conde de Ourem seguiu com elle tactica egual á que seguira com o conde de Avranches: começou a inspirar suspeitas a el-rei contra seu proprio irmão! Era natural que o espirito de Affonso, posto que leviano e inconsiderado, se revoltasse contra tão imprudentes conselhos; o que é certo é que o conde de Ourem e os seus partidarios tiveram de recorrer a um estratagema em que foram melhor succedidos. Fingiram que se tinham recebido de Ceuta noticias de um cêrco posto pelos Mouros á praça. O conde de Arrayolos, illudido, partiu im-

Digitized by Google

mediatamente para a Africa, d'onde só voltou depois da morte do infante, porque os acontecimentos seccederam-se então com grande rapidez.

Effectivamente os partidarios do duque de Bragança percebiam que deviam apressar a catastrophe: estas adhesões que o infante encontrava sem as procucar, estes espontaneos protestos, feitos pelos homens mais honestos do reino, contra as intrigas dos calumniadores de D. Pedro, eram symptomas de que o espirito publico se ia predispondo a favor do offendido.

O proprio monarcha, apesar da secreta má vontade que contra seu tio nutria desde criança, má vontade que os seus perfidos conselheiros tinham habilmente desenvolvido, sentia-se levado de vez em quando por um vago sentimento de justiça a reconhecer o crime que o estavam fazendo praticar. Quando o infante lhe escreveu, queixando-se brandamente das injurias que lhe eram feitas em seu nome, e da desconfiança que d'elle tinha, D. Affonso V não pôde deixar de lhe responder sensibilisado, e de lhe dar mostras de certa affeição; mas logo os conselheros interviram, e, achando modo de envenenar esta correspondencia que se ia travando entre o tio e o sobrinho, introduziram cartas falsificadas, umas enviadas pelo rei ao infante, outras por este ao soberano, que destruiam todo o effeito salutar produzido pelas primeiras epistolas. «Nem podia deixar de ser assim, escreve Ruy de Pina, porque mostrava ser de rei imigo para vassallo desleal, e em tanta contradição de cartas d'uma só pessoa para outra, e em um tempo e sobre uma mesma substancia, claro se podia conhecer que aquellas em que apparecesse a boa vontade eram proprias e verdadeiras de el-rei, e as outras eram accidentaes e postiças, ou, o mais certo, constrangidas[1].»

[1] *Chronica de D. Affonso V*, cap. 95, pag. 373.

O mesmo succedia com os recados verbaes, que eram sempre adulterados por mensageiros habitualmente vendidos ao conde de Ourem, ou homens de sua facção. Assim, por exemplo, um mensageiro vinha contar que o infante lhe dissera que se considerava subdito não do rei de Portugal, mas do rei de Castella, que, assim como expulsara do reino a rainha D. Leonor, tambem saberia expulsar os filhos da aragoneza. Outro dizia-se maltratado pelo infante, quando ia levar uma mensagem de el-rei ao duque de Bragança. E assim estas calumnias faziam voltar o espirito versatil de D. Affonso V na direcção que os seus conselheiros queriam.

Brazão de armas de Villa Franca de Xira

Mas a catastrophe não podia tardar, todos a desejavam, e a colera accumulada havia tanto tempo no peito do infante não tardaria tambem a rebentar. Foi o que succedeu quando o duque de Bragança, recebendo um recado de el-rei para vir á côrte, quiz atravessar as terras do infante D. Pedro, á testa de um numeroso corpo de tropas, tendo aliáz outro caminho. O infante, exasperado por esta ultima prova de desconsideração, intimou-o positivamente para que não fizesse tal, declarando que se opporia pela força das armas a similhante audacia.

O duque de Bragança respondeu hypocritamente que era aquelle o seu caminho para vir a Lisboa, que o acompanhava apenas a sua comitiva habitual, e que não tinha a minima intenção de injuriar um irmão a quem sempre estimára. Mas D. Pedro é que já sentia uma colera surda devoral-o, e respondeu rudemente que o duque de Bragança bem sabia que não era elle homem que se deixasse illudir por tão grosseiras dissimulações;

Digitized by Google

que nunca fôra comitiva habitual de um vassallo, em tempo de paz, por mais proximo da corôa que o seu nascimento o collocasse, um exercito de mil e seiscentas lanças com peões á proporção. Terminava repetindo a intimação que já fizera, e annunciando que se ia aperceber bellicamente para sustentar a sua intimação com a força das armas. O enviado do duque de Bragança retirou-se immediatamente, e o infante D. Pedro mandou contar o que se passára ao infante D. Henrique, dizendo-lhe que estava resolvido a defender-se por todos os meios contra os seus inimigos.

O conde de Ourem, sabendo em Lisboa da affronta que seu pae recebêra, mais com isso folgou do que se irritou, porque viu ensejo propicio para derribar no espirito de el-rei os ultimos escrupulos que falavam a favor do infante, e movel-o a consummar a sua perda. Pintou-lhe a offensa como feita á corôa, e, actuando sobre o espirito do infante D. Fernando, outra creança estouvanada, teve artes de o persuadir que interessava á sua honra em tomar como sua a causa do duque de Bragança, pois era casado com sua neta, filha do infante D. João. D. Affonso V, obedecendo a estes varios impulsos, mandou immediatamente que todas as tenças e rendas que D. Pedro recebia da corôa lhe fossem suspensas, e enviou-lhe ordem para que deixasse passar o duque de Bragança com todo o sequito que lhe conviesse. Extremamente offendido e pungido por esta nova prova de desamor, D. Pedro respondeu comtudo que, se o duque de Bragança quizesse passar como amigo e parente, da melhor vontade lh'o consentiria, mas em som de guerra não estava resolvido a permittir-lh'o. Debalde o infante D. Henrique lhe mandou tambem pedir que cedesse: D. Pedro, que bem via que uma concessão feita n'esse sentido não seria senão uma prova de fraqueza, que animaria os seus inimigos a pedir-lhe outra e outras, que o aviltariam cada vez mais, insistiu respeitoso, mas firme, na sua primeira determinação.

Teve elle n'esta occasião um bem fatal desengano. O affecto do infante D. Henrique não resistiu ao desejo de se conservar em boas avenças com o monarcha. Não sabemos agora como possâmos desculpar o glorioso iniciador dos nossos descobrimentos. Se é verdade, como disse Aristophanes, que a vida é como o vinho, que vae azedando á medida que vae diminuindo, tambem parece verdade ainda mais desconsoladora que o egoismo cresce com os annos. O generoso D. Henrique, tão enthusiastico, tão expansivo, parecia, no ultimo quartel da vida, pouco disposto a fazer, até pelos entes que tão caros lhe tinham sido, os mais leves sacrificios. Não será tambem porque a sciencia, amante severa e ciosa, não consente que outras affeições preoccupem o espirito d'aquelles que se lhe entregam? É possivel que D. Henrique, habituado a consagrar exclusivamente ás emprezas maritimas os seus cuidados e o seu amor, olvidasse um pouco os outros sentimentos que lhe faziam, em annos mais ridentes, pulsar o coração.

A verdade é que, tendo promettido a D. Pedro encontrar-se com elle em Penella para combinarem o que se havia de fazer, em vez de ir ao ponto aprasado, foi ter com el-rei a Santarem, e desamparou completamente seu irmão. Foi um golpe terrivel para o duque de Coimbra, e no seu coração dilacerado esta ultima gota havia de fazer trasbordar as ondas de amargura, que o faziam desejar a morte como a solução unica d'esta tragedia miseranda, em que elle, a victima escolhida, via agruparem-se em torno do altar do sacrificio, para desempenharem o papel de algozes, os entes a quem mais queria no mundo.

O procedimento do infante D. Hen-

Digitized by Google

D. AFFONSO V

rique tem sido sempre objecto de espanto para todos os historiadores. Já Ruy de Pina dizia: «E não sei como esta virtude de piedade falleceu n'este principe para seu irmão, pois em seu coração todas as outras parecia que sobeja-

Digitized by Google

vam[1].» Rebello da Silva, biographando-o no «Archivo Pittoresco[2]», nota, com tristeza, que é essa a macula da sua vida, e Alexandre Herculano, falando da rainha D. Philippa, diz que aos seus cuidados maternaes «deveu talvez Portugal os tres mais bellos caracteres da sua historia, os tres irmãos Duarte, Pedro, e Fernando». D. Henrique foi excluido, como se vê, pelo nosso grande historiador. E' que havia, na realidade, no caracter do infante, nos leves toques de egoismo, que bastavam para que elle não podesse competir, pelo lado moral, com os tres nobres vultos de que Alexandre Herculano faz menção.

Chegára-se a abril de 1449, e el-rei, sempre influenciado pelos inimigos do infante, e não tendo já, pela ausencia do conde de Arroyolos e do conde de Avranches, que estavam, um em Ceuta, outro em Coimbra, e pelo inconcebivel procedimento de seu tio duque de Vizeu, quem advogasse a causa de D. Pedro, insistiu nas ordens que já dera, e mandou dizer ao infante que deixasse passar o duque de Bragança, e que cessasse nas suas possessões com os movimentos de tropas, que não eram compativeis com o estado de um vassallo. D. Pedro respondeu brandamente que estava prompto a obedecer ás ordens régias, mas que desejava que o mesmo fosse ordenado ao duque de Bragança, e que, logo que este desistisse de atravessar as suas terras em som de guerra, não teria a mais leve objecção a fazer, e recebel-o-hia como a irmão e a amigo. Depois de enviar esta resposta, vendo bem que só podia contar comsigo mesmo para se defender da malevolencia dos seus inimigos, continuou a juntar forças para se oppor á passagem do duque de Bragança.

Sahindo, pois, de Coimbra á frente do exercito que reunira, encaminhou-se para a Lousã, e da Lousã ao Villarinho, onde soube que o duque de Bragança estava em Coja, que era terra do bispo de Coimbra. Aconselharam-lhe alguns que deixasse o infante entrar primeiro nas suas terras, para assim se encher de razão contra elle; mas o infante jurou que não consentiria que o duque de Bragança pisasse a mais pequena porção que fosse de territorio seu. Tomando este firme proposito, reuniu os chefes do seu exercito, e disse-lhes que estava decidido a oppôr-se pela força das armas ás pretenções do duque de Bragança, affirmou que não desejava senão ser fiel vassallo de el-rei, a quem tinha sempre a mesma affeição, porque bem sabia que os males que elle lhe causava não provinham senão dos maus conselhos e da funesta influencia d'aquelles que o rodeiavam; que ao mesmo duque de Bragança e ao conde de Ourem sempre tratara, emquanto regente, com a maior benevolencia, e que se elles lhe pagavam o beneficio com a injustiça fôra por elle entender que não lhes devia saciar á custa do Estado e do patrimonio real, a sua immensa ambição, recusando, por exemplo, doar Guimarães e Porto ao duque de Bragança, que repetidas vezes lh'as pedira.

Entretanto, o duque hesitava vendo o infante decidido firmemente a recusar-lhe passagem. Não tinha plena confiança nas tropas que o acompanhavam, e essa confiança ainda diminuiu quando, pedindo conselho aos principaes fidalgos da sua comitiva, Alvaro Pires de Tavora lhe respondeu, com certa rudeza, que, já que praticára a imprudencia de encetar aquelle debate, em que a razão não estava do seu lado, lhe ficava mal agora recuar, quando se tratava de combater. Esta resposta não satisfez muito o duque, pelo tom em que era dada; ainda

---

[1] *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, pag. 381.
[2] Vol. I.

Digitized by Google

assim, fez tambem uma fala ás tropas dizendo-lhes que era chamado por el-rei a Lisboa, que seguia a estrada publica a todos, e que o uso d'esse direito tão simples era o que o infante D. Pedro lhe queria, sem razão alguma, impedir. Accrescentou ainda algumas phrases hypocritas, recommendando toda a misericordia com os inimigos, que sempre eram Portuguezes, etc. Mas parece que a attitude das tropas não foi tão satisfatoria como o duque esperava, porque na noite seguinte tomou elle a mais estranha das resoluções. Communicando o seu projecto apenas a alguns dos mais intimos, atravessou a Serra da Estrella e dirigiu-se á Covilhã. Era no tempo da Paschoa, a neve ainda cobria a serra, as neves do inverno dos annos ainda pesavam mais duramente a fronte do velho duque. Essa fuga atravez d'agruras selvaticas, por um tempo bastante rigoroso, hia causando a morte ao intrigante ancião, que ficou doente para o resto da sua vida. Era pequena a expiação para o grande crime com que o bastardo de D. João I maculou a sua velhice.

Não foi pequeno o espanto dos soldados do duque de Bragança, quando se viram assim desamparados pelo seu chefe; trataram tambem logo de fugir, tomados de um verdadeiro panico, e, atravessando a serra da Estrella, com graves perdas de homens e de bagagens, porque o frio era de matar, e elles não queriam senão pôr-se a salvo, julgando que todas as tropas do infante D. Pedro os perseguiam, chegaram á Covilhã muito diminuidos, e em deploravel estado. Como as neves da Estrella, por entre as quaes retiravam em desordem, fundia-se sem motivo nem causa a hoste numerosa, com que viera o duque de Bragança, cheio de orgulho, insultar seu irmão.

A surpreza foi grande no acampamento do infante, onde só tarde houve noticia do facto, porque era tão estranho o acontecimenio que os vigias nem suspeitaram, senão quando o rumor geral d'isso os informou. Foi grande a alegria do infante, que se via assim libertado de uma falsa posição, e não foram tambem poucos os motejos com que as suas tropas celebraram panico tão singular.

E comtudo essa victoria incruenta, como as sanguinolentas victorias de Pyrrho, não fazia senão preparar a perda do vencedor.

Com effeito, quando o duque de Bragança appareceu na côrte em Santarem, coberto de ridiculo que fizera cahir sobre si a sua estranha expedição, o conde d'Ourem e os seus partidarios receberam-n'o como se elle acabasse de ganhar uma grande victoria, e ao mesmo tempo apresentaram a el-rei a attitude defensiva do infante D. Pedro como um acto de formal rebeldia, a que era devido o mais exemplar castigo. Logo se proclamou por todo o reino o infante como rebelde e desleal, mandaram-se fazer apercebimentos de guerra contra elle, e o conde de Odemira D. Sancho foi enviado contra seu filho o condestavel, que estava então no Alemtejo. O condestavel, indignado tanto mais quanto, por ordem expressa de seu pae, não fizera um unico movimento para entrar na contenda, quiz-se defender; mas os fidalgos que com elle estavam aconselharam-n'o a que não fizesse a mais leve tentativa de resistencia, não só porque as forças contra elle enviadas eram muito superiores ás suas, mas tambem porque assim prejudicaria a causa de seu pae, justificando a accusação de rebeldia com que pretendiam fazel-o odioso ao povo, ao mesmo tempo que espalhavam pelo reino que era intenção sua prender el-rei e o infante D. Fernando, e tomar para si a corôa. Docil a estas advertencias, o condestavel passou a

Digitized by Google

Castella, onde foi recebido pelo mestre de Alcantara, mas não com as attenções que se deviam esperar do homem a quem seu pae tanto auxiliára, quando o partido dos infantes predominára sobre o partido de Alvaro de Luna, partido de que o mestre de Alcantara fora sempre um dos principaes chefes..

Assim estava proximo o triumphar dos maus; tantas intrigas, tantas calumnias, que tinham urdido a trama d'esta tragedia, iam chegar emfim ao desenlace: nas mãos quasi infantis de D. Affonso V já luzia o cutello, e a victima ia approximar-se para receber a morte, legando comtudo ao sacrificador o remorso, o eterno opprobrio aos que preparavam o sacrificio.

CAPITULO XXXIV

Batalha de Alfarrobeira. — Morte de D. Pedro

Depois de falar nas cartas falsificadas e verdadeiras, que se trocaram entre o infante D. Pedro e Affonso V, cita Ferdinand Denis uma carta do regente, de que nos não dá noticia Ruy de Pina, e que o escriptor Francez teve occasião de vêr na Bibliotheca Real de Paris. «Uma das peças d'essa correspondencia, diz elle, ignorada mesmo pelo autor das *provas da historia genealogica*, mostra a que ponto chegára a animosidade contra o infante. E' a um tempo um monumento politico e litterario, que folgâmos de poder offerecer ao leitor pela primeira vez.

«N'essa admiravel carta, que D. Pedro dirigiu ao filho do seu mais cruel inimigo, a esse digno conde de Arrayollos, ao qual vota uma estima particular, vêmol-o recapitular com uma nobreza cheia de simplicidade, mas tambem com um sentimento de amargura facil de perceber, todas as allegações mentirosas, que não tardaram a ser a causa da sua morte. Essa carta, effectivamente, é escripta em Coimbra no dia 30 de dezembro de 1448; e no dia 20 de maio do seguinte anno succumbiu a victima de uma odiosa intriga. Repito, é n'essa exposição sincera de uma vida que foi sempre irreprehensivel, que se podem lêr as calumnias que amarguraram esse nobre principe até aos seus ultimos dias. Elle, em quem el-rei D. Duarte não fala nunca sem encarecimento, e a quem chama, entre todos, seu irmão bem-amado; elle, que os principes da Europa designaram com o nome de *leal cavalleiro*, vê-se baixamente accusado de um crime que ainda não fôra commettido em Portugal. «E enadendo de mal em peor, assy fizeram devassar contra mim, perguntando se sabia quem fizera a peçonha com que mataram el-rey D. Duarte, o infante D. João meu irmão, e a rainha D. Leonor [1].»

O principe desgraçado tem um desejo, que o não abandonará na hora suprema. Quem é que poderá comtudo demorar esse instante, chamado com tanto ardor por aquelles que não recuam diante de taes calumias? Alvaro segue a sua fortuna, e nem sequer póde já prestar-lhe o amparo do seu braço. Ora, continuan-

[1] O desgraçado principe continúa dizendo que, tendo um dia o Infante D. Henrique encontrado el-rei munido com esses depoimentos, Affonso V lhe mandou dizer que nunca procederia contra elle, apezar de similhantes denuncias, mas depois, accrescenta elle simplesmente, obrigaram-n'o a fazer o contrario.

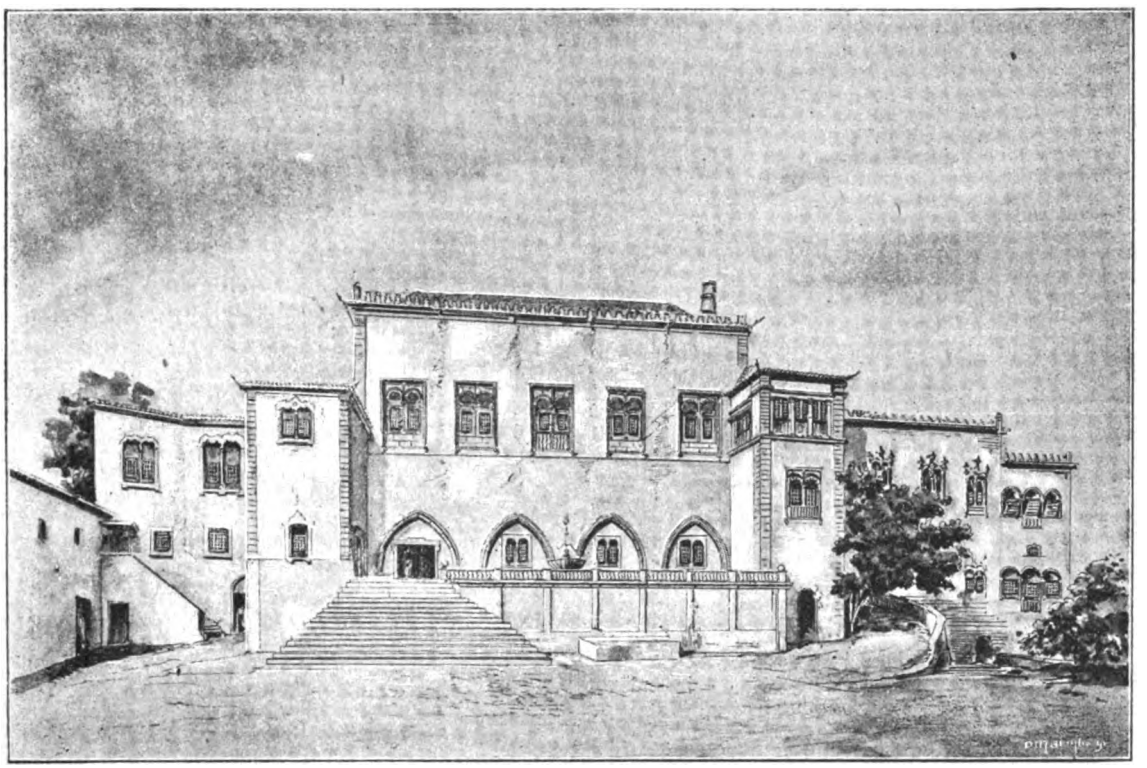
Digitized by Google

do, diz elle, as suas boas obras para levarem a cabo a minha deshonra, tiraram o castello de Lisboa ao conde d'Avranches, que prestára tantos serviços a este reino e aos seus soberanos. Porque devia isto ser feito? bem o sabeis. Deram-lhe pois por favor especial, e em razão do que acabava de fazer em Ceuta, a recompensa que me concederam.....

.....

guar o seu espirito, e proceder commigo e com os meus como o exigia a razão, repetindo-lhe que era seu leal servidor, e que ninguem havia que o amasse tão verdadeiramente como eu, nem que o servisse tão grandemente e tão lealmente...

«Honradissimo e presadissimo sobrinho, para tudo esclarecer, para mais me justificar aos olhos d'el-rei meu senhor,



FACHADA PRINCIPAL DO PALACIO REAL DE CINTRA

«Segundo pois, meu sobrinho muito amado, a que máo fim tudo isto me conduzia, tentei por differentes vezes enviar a el-rei meu senhor, mensageiros munidos de tudo quanto podia acredital-os, expedindo-lhe cartas em que lhe explicava largamente para tudo o que eu tinha feito em serviço de Deus, para seu bem proprio, e para descanso do reino; lavando-me do que lhe diziam contra mim, perante Deus e perante o mundo, tanto quanto eu o podia fazer; pedindo-lhe por favor que lhe aprouvesse apazisabei que, logo que elle me escreveu com o seu proprio punho pelo meu confessor que, se eu quizesse fazer certas concessões iria tudo segundo os meus desejos, mandei-lhe pedir por favor que declarasse o que queria, para eu logo o executar; as coisas de que desejava que eu me abstivesse para eu d'ellas me abster; e que tudo quanto um homem da minha gerarchia podesse fazer que o faria.

«Nem uma palavra se me respondeu; o que vos peço especialmente é que fa-

Digitized by Google

çaes com que o dito senhor rei me envie a resposta»[1].

N'essa carta desabafava, como se vê, o infante D. Pedro a dôr que lhe opprimia o coração.

É por isso um tal documento precioso. Vimol-o na historia sereno, supportando sem se queixar as injurias e os aggravos mas n'esta carta a sua alma afflicta, revela que não deixava de ver ter sangue, quando a feriam os golpes dos seus inimigos.

Não tinha elle junto d'el-rei só quem lhe fosse adverso; uma defensora tinha tambem que advogava a sua causa quanto podia, mais com rogos, lagrimas e caricias do que com argumentos: era sua filha a rainha D. Izabel. Mas a pobre creança nem possuia no animo de el-rei a influencia necessaria para destruir as intrigas dos seus inimigos, nem ousava despeitar seu marido censurando-o e importunando-o. O amor de esposa sempre vencia n'ella o amor de filha, e, ainda que fizesse tudo o que podia para defender a causa de seu pae, nunca era com energia verdadeira, nem com a intimativa necessaria: temia descontentar o seu joven esposo. Toda entregue ás doçuras do noivar, não sabia avaliar bem as amarguras que seu pae soffria, e involuntariamente dava contra elle razão ao seu Affonso.

É com effeito isso o que o velho chronista nos deixa entrevêr quando, falando da carta que ella escreveu a seu pae, accrescenta estas palavras: «E bem é de crêr que a rainha lhe não escreveria esta carta sem expresso consentimento e mandado de el-rei, cujo bem e amor ella teve sempre em tanta estima que pelo conservar e não perder nem minguar, como mui virtuosa que era, nunca nos feitos do infante seu pae contra o gosto e contentamento de el-rei se quiz intrometter»[1]. A pobre e timida creança soffria e calava, de forma que o infante nem esse meio de acção tinha sobre o monarcha. E accusavam-n'o de ambicioso, quando casára o rei com sua filha!

Na carta a que Ruy de Pina se refere, e que foi escripta logo depois do duque de Bragança chegar a Santarem, dizia D. Izabel a seu pae que no conselho a que presidíra el-rei, fôra decidido punirem-n'o ou com a morte, ou com o desterro ou prisão perpetua, e que no dia 5 de maio de 1449 devia partir Affonso V, á testa do seu exercito, para ir executar a sentença. D. Pedro recebeu a noticia com a sua habitual impassibilidade, perguntou ao mensageiro pela saude de el-rei e mostrou-se muito satisfeito com a resposta favoravel, mas depois, reunindo os seus fidalgos mais intimos, communicou-lhes a carta que recebera, e pediu-lhes conselho, accrescentando que estava resolvido a morrer se não lhe déssem razões que o convencessem para proceder d'outro modo; que entendia que o exilio não lhe ficava bem a elle, que sahira do reino, para visitar, com todo o estado de um principe, os paizes estrangeiros; que a prisão na sua edade seria uma tortura infernal; que a morte era o unico recurso que tinha, e que estava resolvido a lançar mão d'elle. Que portanto o seu intento era sahir de Coimbra e ir ao encontro de el-rei afim de lhe pedir que o deixasse combater com os seus inimigos para lhes provar, por essa especie de juizo de Deus, que eram todos desleaes e calumniadores; que, se el-rei lhe não outhorgasse o que lhe pedia e quizesse prendel-o, então se defenderia, e acabaria como cavalleiro.

---

[1] O leitor póde desejar consultar o texto d'esta carta, acha-se inserida na compilação da Bibliotheca Real, hoje imperial, n.º 10, 245 F. F.

[1] Ruy de Pina, *Chronica de el-rei D. Affonso V*, cap. 109, pag. 397.

Digitized by Google

Ouvindo isto, cada um dos seus fidalgos o aconselhou de diverso modo. Assim, uns diziam-lhe que, como christão, não devia ir procurar a morte, mas esperal-a, e que aguardasse em Coimbra a chegada de el-rei, defendendo-se o melhor que podesse; outros aconselhavam-lhe que se refugiasse nas margens do Guadiana, nas terras de seu filho o condestavel, aonde el-rei decerto não ousaria seguil-o.

A verdade é que a carta do rei produzira uma certa impressão no animo da maior parte dos fidalgos que rodeavam D. Pedro. A energia e a habil politica de D. João I cercára de um tal prestigio o nome da realeza, que, ainda quando esse principio era representado por um mancebo leviano e inexperiente, que demais a mais combatia contra os seus proprios interesses, porque servia a vingança dos grandes vassallos contra o homem que acareara os seus odios por manter illesas, durante a sua regencia, as prerogativas da coroa, ainda assim bastava o nome do monarcha para infundir um certo respeito nos fidalgos.

Mas D. Alvaro Vaz d'Almada, esse é que era homem de altos espiritos, e capaz de comprehender as nobres resoluções do infante. Não lhe aconselhou nem a fuga nem a inacção.

«Antes morrer, disse elle, grande e honrado, que viver pequeno e deshonrado, e que para isso vestissem todos, os corpos de suas armas e os corações armassem principalmente de muita fortaleza, e que se fossem caminho de Santarem, não como gente sem regra, desesperada nem desleal, mas como homens d'accordo e que iam sobre a governança e mando d'um tal principe e d'um tal capitão, que a el-rei sobre todos era mais leal e servidor mais verdadeiro, e que mandasse a el-rei pedir e requerer que com justiça o ouvisse com seus inimigos, que lhe tão sem causa tanto mal ordenavam, ou lhe désse com elles campo em que de suas falsidades e enganos, elle por sua limpeza e lealdade faria que se conhecessem e desdissesem. E que quando el-rei alguma d'estas coisas não houvesse por bem, e todavia quizesse vir sobre elle, que então defendendo-se morressem no campo como bons homens e leaes cavalleiros[1]».

Brazão de armas da villa de Santiago do Cacem

O infante ouviu commovido esta nobre fala do seu amigo, e declarou que era isso o que entendia dever fazer, não deixando de agradecer aos outros os varios conselhos que lhe tinham dado. Assim que tomou essa resolução, a agitação, que transluzia nas suas feições desde que reunira o conselho, desappareceu como que por encanto. Essa agitação fôra a agonia de Gethsemani a que nem Christo se esquivou; mas depois de se ter resignado, não mostrou na phisionomia a minima turbação, e deu caçadas e bailes, como se não se estivesse preparando para elle o sacrificio extremo.

Foi então que se realisou em Coimbra uma ceremonia estranha e commovente, que bem podemos dizer o ultimo lampejo da cavallaria expirante. D Pedro chamou D. Alvaro Vaz, e com a maior simplicidade lhe perguntou se estava resolvido a acompanhal-o na morte, como sempre o acompanhára na vida. Alvaro Vaz respondeu-lhe que era essa a sua firme resolução, e que não tinha outro desejo que lhe fosse mais caro. Então juraram aquelles dois leaes amigos não sobreviverem um ao outro, e, para tornarem mais solemne e mais santo aquel-

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D Affonso V*, cap. 11.º, pag. 402.

Digitized by Google

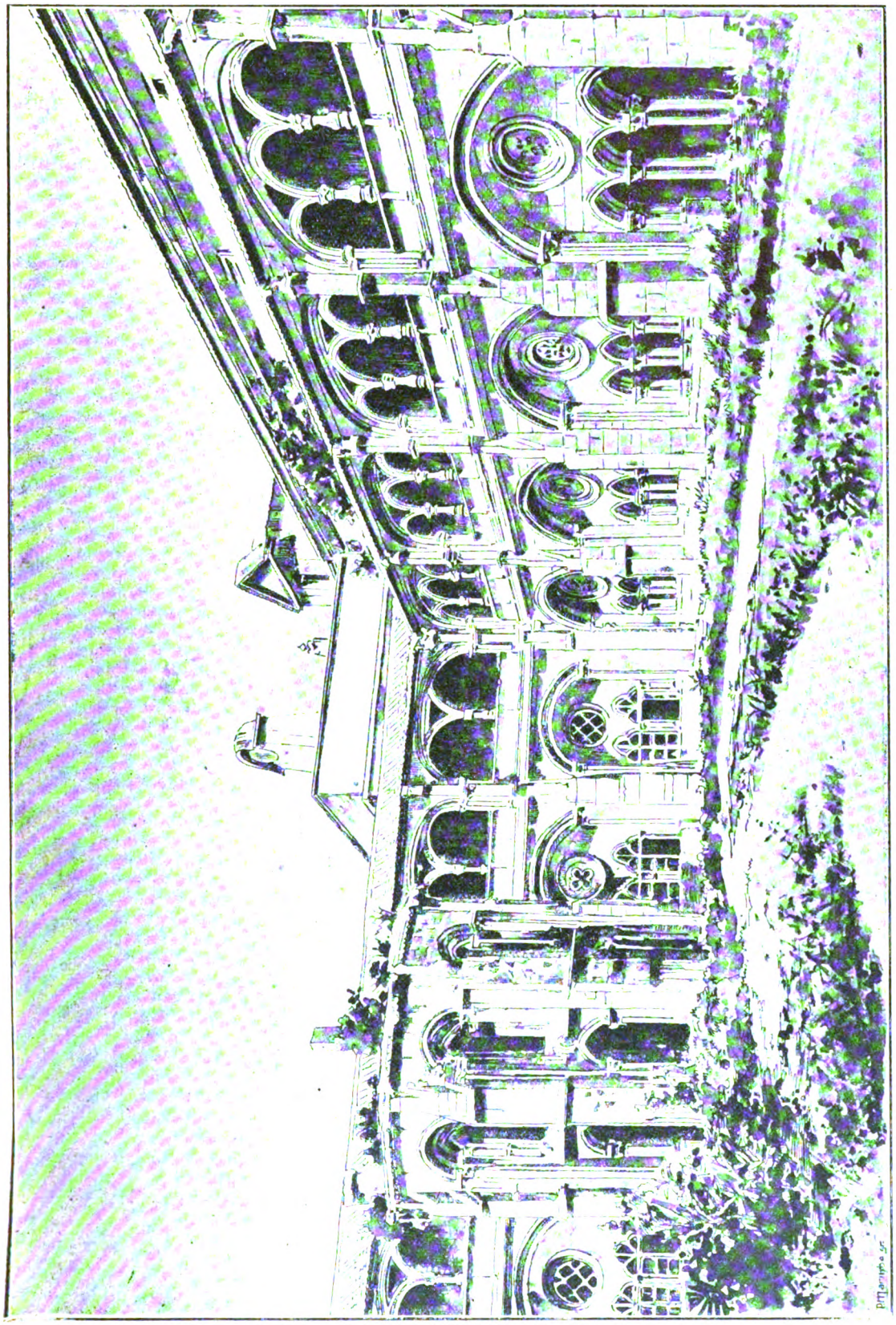
le juramento, commungaram ambos e sobre a hostia repetiram aquella concordia. As idéas exaltadas de cavallaria e de mysticismo, predominantes nos mais nobres espiritos d'essa época, davam assim ao sentimento da amisade um caracter ethereo e grandioso, que hoje parece pertencer exclusivamente ao amor. Aquelles laços com que, na sua edade brilhante e feliz, a ceremonia praticada em Ceuta os unira um au outro, fortaleciam-n'os elles agora em tempos de desventura e de calamidade, proximos da morte. É grandiosa esta scena em que os dois velhos irmãos de armas renovam e fortificam entre si, contra a injustiça, a baixesa, a villania dos adversarios, a mystica alliança contrahida outr'ora nos seus flóreos annos.

E, emquanto esta fraternidade de coração e de espirito se affirmava com tanta energia, os irmãos pelo sangue e pela criação, esses esqueciam todos os deveres, e mostravam ou um odio tenaz ao infante, ou uma quasi indifferença. O duque de Bragança era o principal dos seus inimigos, e o infante D. Henrique não era seu defensor! É verdade que elle em Santarem, quando se tratou de proclamar D. Pedro desleal e rebelde, sempre levantou a voz dizendo que um filho de D. João I nunca podia ser acoimado de rebeldia; mas, contentando-se com esse timido protesto, voltou logo a cahir no silencio de que por um instante se apartára.

Só quem defendia o infante na côrte era sua filha, a pobre rainhasinha D. Izabel, mas a medo e sem comprehender bem a alteza da sua missão. Quem defendesse o infante, tão reconhecidamente innocente dos crimes que lhe assacavam, devia prezar, mais que tudo, a sua dignidade; mas a pobre rainha, mulher e criança, o que desejava era salvar-lhe a vida. Vencido pelas suas lagrimas, o rei D. Affonso chegou a dizer-lhe que não puniria seu tio, se elle se resolvesse a pedir-lhe perdão das suas desobediencias. Louca de jubilo, a rainha mandou logo, com consentimento de seu marido, dizer isto a seu pae, rogando-lhe ao mesmo tempo que cedesse á formalidade que d'elle exigiam. D. Pedro recusava-se obstinadamente; vencido emfim pelo conselho dos seus, pelas instancias de sua filha, que tremia de vêr escapar-lhe o ensejo de reconciliar seu pae com seu marido, reflectindo além d'isso que o rei, juvenil e vaidoso, devia estar profundamente ferido pela desobediencia ás suas ordens, apezar d'essa desobediencia ser justificadissima, e que, aplacado esse resentimento pelas supplicas do infante, veria então as coisas como ellas eram e não como lh'as pintavam os seus conselheiros, resolveu-se a dar esse passo, ainda que de má vontade: «Olhae, dizia elle para os seus conselheiros, olhae que isto ha de ser uma cilada dos meus inimigos para me terem como *reum confitentem:* pois quem pede perdão tacitamente se reconhece culpado. Redigiu-se a carta para el-rei, de modo que tudo se conciliasse, e o infante enviou-a, mas na carta, dirigida á rainha ao mesmo tempo, dizia: «E isto, senhora, faço eu mais por vos comprazer e fazer mandado que por me parecer razão que o eu assim faça».[1] El-rei, que estava já arrependido da resolução que tomára, e a quem sua esposa mostrou a carta, achou n'ella um pretexto para não cumprir a sua promessa. Os conselheiros tinham retomado sobre elle o seu imperio, e, demais a mais, na sua vaidade de adolescente, não queria que se dissesse que se deixára dominar por sua mulher. Além d'isso, segundo nos diz Ruy de Pina, «el-rei tinha já um odio callejado ao Infante»[2]. Assim, a fraqueza da pobre

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 113, pag. 407.
[2] Ibid., ibid., pag. 408.

Digitized by Google



CLAUSTRO DE D. DINIZ NO CONVENTO DE ALCOBAÇA

Digitized by Google

rainha, bem intencionada mas criança e incapaz de perceber que ha occasiões em que mais vale morrer do que dar um só passo para defender a sua vida, fez com que o infante D. Pedro proporcionasse um momento de vangloria aos seus inimigos.

D. Izabel tambem padeceu por isso, pois que os conselheiros recorreram aos meios mais ignobeis para a affastarem de seu marido, umas vezes representando a el-rei, e empregando para isso conselhos medicos, admoestações de padres, que (vejâmos se Ruy de Pina se faz entender melhor do que nós fariamos com as modernas conveniencias de linguagem) que «a conversação continua de sua mulher em tal edade, não sómente era mui contraria á sua saude, mas ainda mingua e grande quebra das grandes forças do corpo e do entendimento, e que ficaria effeminado e não digno nem poderoso para suster o pêso do regimento e defensão dos seus reinos»[1]. Como se isso não bastasse, acudiam os padres dizendo «que eram publicos adulteros e deshonestos concubinarios, jazendo infernaes em mui continuo e reprovado coito!»[2] Depois, mudando de rumo, accusavam a rainha de adultera, e indicavam como seu amante o camareiro-mór D. Alvaro de Castro, que foi depois conde de Monsanto. Mas a accusação era por tal fórma absurda, era tão evidente a honestidade da rainha e a lealdade do cortezão, que el-rei D. Affonso, apezar de ser facil de se deixar illudir, não fez caso algum d'estas calumnias, e continuou a amar e a estimar a rainha, e a ter no seu valimento o camareiro-mór D. Alvaro de Castro.

No dia 5 de maio de 1449 sahiu D. Pedro de Coimbra á testa de cinco mil homens de pé e mil de cavallo, e encaminhou-se na direcção de Santarem. Segundo assevera Ruy de Pina, foi essa a sua perdição, porque D. Affonso V, apesar de ter reunido um exercito numerosissimo, que dizem que subia a trinta mil homens, como não podéra reunir meios de transporte para as bagagens, estava na impossibilidade de se mover. Mas D. Pedro ia decidido a provocar, o mais depressa possivel, a catastrophe ultima: innundavam-lhe o coração ondas d'amargura e de tristeza, e uma colera surda o turvava.

No centro do seu pequeno exercito tremulavam duas bandeiras, uma sua, outra de seu filho D. Jayme, e n'ambas se liam de um lado *Lealdade*, do outro *Justiça e vingança*. Ao passar pelo mosteiro da Batalha, esteve muito tempo D. Pedro considerando com tristeza o tumulo que o esperava ao lado de seu irmão D. Duarte. Depois de mandar rezar bastantes missas por alma dos penhores tão caros que alli tinha, D. Pedro proseguiu a sua jornada, cada vez mais triste e mais profundamente irritado.

Comtudo nem um unico pensamento de rebeldia lhe atravessava o espirito: o seu desejo todo era encontrar-se face a face com os seus inimigos para tirar d'elles bem crua, ah! decerto bem crua vingança. Por isso quando chegou a Rio-Maior sem que pessoa alguma sahisse a impedir a marcha, os seus conselheiros opinavam que estava satisfeita a honra, logo que se atravessára uma tão grande porção do reino sem que os seus inimigos se atrevessem a injurial-o; que não faria bem se quizesse ir sobre Lisboa, porque os habitantes da capital já não estavam tão dispostos a favor d'elle, como no tempo em que lhe offereciam estatuas. «Já não era a madre que o criara, segundo elle dizia e confiava, mas que a havia de achar mui ira-

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 113, pag. 407.
[2] Ibid, cap. 114, pag. 408.

Digitized by Google

da bem guardada madrasta contra si[1];» que portanto valia mais regressar a Coimbra. Na resposta comtudo de D. Pedro transparece o desejo vehemente que o devorava. Podia ser, dizia elle, que o duque de Bragança, e o conde de Ourem, vendo-o acompanhado de tão pequeno exercito, ousasssem vir ao seu encontro, e não julgassem necessario dar tão pouco trabalho ao rei, que então conseguiria combatel-os, sem ter de combater juntamente a pessoa sagrada do soberano.

Tres dias se demorou D. Pedro em Rio-Miaor, e, vendo que ninguem apparecia, seguiu caminho de Lisboa, entendendo que, para o impedirem de chegar á capital, posto que D. Affonso V já a pozera em estado de defeza, viria alguem ao seu encontro. Effectivamente perseguiram-n'o muitos cavalleiros do exercito d'el-rei, que foram volteando sempre em tôrno da sua hoste, insultando-o, e dizendo-lhe as maiores villanias. D. Pedro prohibia expressamente aos seus que respondessem, mas elle é que se sentia ferido no coração por essas insolencias, que eram demais a mais proferidas por homens a quem elle bem conhecia por lhes ter outhorgado mercês e beneficios.

Em Alcoentre ousaram atacar-lhe o arraial, mas os soldados de D. Pedro, que tambem tinham durante o dia reprimido a sua irritação, sahiram em tropel, repelliram os atacantes, mataram e aprisionaram uns trinta, sendo d'estes ultimos o principal um tal Pero de Castro, que foi levado á presença do infante. Uma d'aquellas coleras terriveis, que duas ou tres vezes na sua vida tinham posto D. João I n'um estado de phrenesi tocando as raias da loucura, invadiu o espirito do infante. Eram ainda uns restos do sangue ardente e febril de seu avô D. Pedro o Cru. Depois de ter lançado em rosto a Pero de Castro a sua ingratidão, depois de se ter queixado amargamente dos insultos com que o tinham perseguido, o duque de Coimbra, levantando um pau que tinha na mão, deu lhe com elle na cabeça: logo todos o imitaram, e o desgraçado alli mesmo foi morto. Os outros prisioneiros foram ou degolados ou enforcados. Este acto de crueldade, tão estranho no espirito illustrado e brando do infante D. Pedro, espalhou o espanto e o terror no arraial, e a indignação no régio acampamento. Muitos dos que acompanhavam o infante, receiando a vingança d'el-rei, abandonaram a sua causa. Quem pensar em todos os insultos, em todas as amarguras que durante longos mezes tinham derramado o seu fel no coração do infante D. Pedro; quem se lembrar das desillusões que o tinham pungido ultimamente, vendo-se desamparado pelo seu irmão tão querido, calumniado por aquelles a quem enchera de beneficios, vilipendiado pelo povo inconstante que lhe quizera levantar estatuas, porque em Lisboa tinham sido mortos ultimamente dois homens suspeitos de serem seus partidarios; insultado por pessoas que lhe deviam tudo; sentindo instinctivamente que no coração da sua pobre filha, apesar de todos os seus protestos e de todos os seus esforços, o amor ao esposo vencia o affecto que votava ao pae; quem ao mesmo tempo pensar em que essas coleras cégas, rapidas mas terriveis, eram essencialmente caracteristicas da raça generosa dos nossos primeiros reis, bem differente da que se lhe seguiu, que teve por caracteristico o rancor surdo e dissimulado, decerto explica e desculpa uma crueldade tanto

Brazão de armas da villada Golleg㠍

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, cap. CXVII, pag. 415.

Digitized by Google

em contradição com os outros actos praticados pelo infante D. Pedro.

Os seus inimigos é que aproveitaram habilmente esta imprudencia para dicidirem el-rei a marchar contra seu tio. Este sahira da Castanheira, e dirigira-se para Alverca, assentando o seu acampamento nas margens d'um ribeiro por nome Alfarrobeira, que devia marcar na historia portugueza um bem triste, vergonhoso acontecimento. Ahi se fortificou o infante segundo as regras da arte militar, e com tanta habilidade, que um pequeno exercito se podia defender largo tempo, dentro das improvisadas trincheiras, contra um exercito muito superior. A hoste d'el-rei logo marchou para aquelle sitio, e D. Alvaro Vaz d'Almada, que foi reconhecel-a, não pôde deixar de dizer ao infante que vinha maravilhosamente ordenada, contando nas suas fileiras muitos nobres e briosos cavalleiros.

Foi no dia 20 de maio de 1449 que o exercito real se approximou d'Alfarrobeira, e acampou, envolvendo completamente os estreitos arraiaes do infante, em torno dos quaes vinham arautos apregoar que todos os cavalleiros que estivessem com o infante houvessem de deixal-o, sob pena de serem considerados rebeldes; mas apesar de tal intimação, ninguem se moveu, antes pelo contrario muitos cavalleiros do exercito real, movidos por uma verdadeira generosidade, por um verdadeiro sentimento da justiça, porque a causa do infante estava definitivamente perdida, passaram para o seu lado.

O infante desejava e tencionava conservar-se na defensiva, mas, como o ribeiro de Alfarrobeira estava sombreado por espesso arvoredo, alli se foram collocar bésteiros que mataram e feriram muitas pessoas no acampamento de D. Pedro. N'uma altura mais distante postaram-se espingardeiros, que tambem varejavam o arraial do infante. Mandou este disparar contra elles algumas bombardas; mas uma das balas, por erro de um bombardeiro, foi cahir junto da tenda de el-rei, e espalhou-se que o joven monarcha fôra ferido. Indignados com essa noticia, todos os seus seguidores correram em desordem contra a hoste de D. Pedro. Não estava esta prevenida para tão subito ataque, e os aggressores no primeiro impeto entraram no acampamento por muitos pontos. Os soldados do infante, uns resistiam valentemente, outros fugiram. Era immensa a superioridade do numero dos seus adversarios. D. Pedro lançou-se na vanguarda, combatendo com inexcedivel bravura, mas como quem procura a morte e a vingança antes do que a victoria. Um virote disparado por mão certeira prostrou-o morto no campo de batalha.

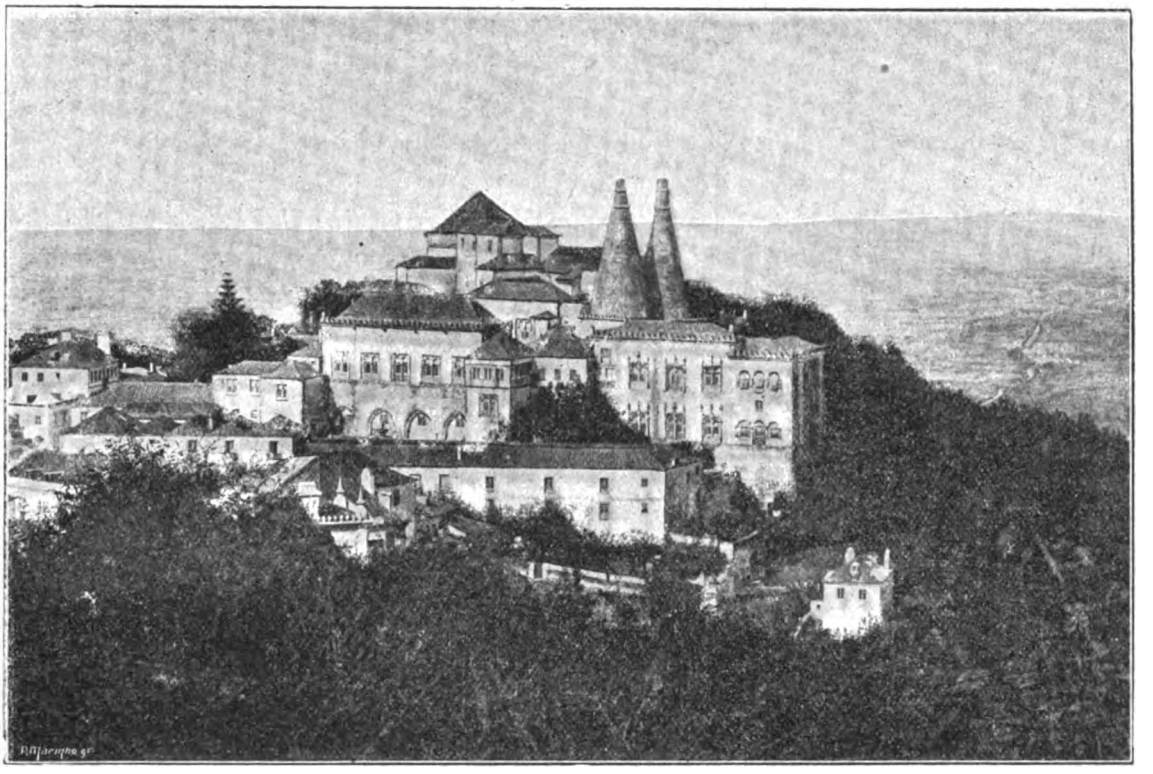
Disseram que fôra disparda por um habil bésteiro, que, juntamente com os melhores atiradores de bésta do exercito real, fôra collocado pelos inimigos de D. Pedro em sitio opportuno para lhe vararem o coração.

Entretanto D. Alvaro Vaz d'Almada, conde de Avranches, combatia valentemente n'outra estancia do acampamento, quando um pagem lhe veiu dizer, chorando: «Que fazeis, senhor, o infante D. Pedro é morto». D. Alvaro recebeu a noticia com semblante sereno, como se aquellas palavras annunciandolhe o passamento do amigo não proferissem tambem a sua ultima sentença. «Cala-te, e não o digas a ninguem», accudiu elle, e, sem mais demora, correu á sua tenda, tomou pão e vinho para cobrar esforço que lhe permitisse morrer vingando-se. Logo se lançou onde mais revolta andava a peleja. Apenas os inimigos o conheceram, todos os seus esforços convergiram contra elle, mas Alvaro Vaz, immovel entre as ondas dos inimi-

Digitized by Google

gos, traçando em torno de si com a larga espada um circulo relampejante, derribava a seus pés todos quantos lhes passavam ao alcance do braço destruidor. Cançado de vencer, deixou pender o braço e disse com tristeza: «Ó corpo, já sinto que não podes mais; e tu, minha alma, já tardas». Depois estendendo-se no chão, e offerecendo o peito ás espadas ardentes de

Com a morte dos dois chefes principaes, acabou o deploravel combate, a que se convencionou chamar-se «batalha de Alfarrobeira», mas que não foi mais do que uma verdadeira «*èchafourée*». Acabou não pela fuga dos defensores do infante, mas porque os que lhe ficavam fieis, desamparando a defeza do acampamento, se lançaram como fu-



PALACIO REAL DE CINTRA

vingança que anciavam por se cravarem n'elle, exclamou: «Ora fartar, rapazes» ou «ora vingar, villanagem[1]». Não foi necessario repetil-o, vinte espadas e lanças se enterraram a um tempo n'aquelle heroico peito, onde pulsava tão nobre coração. «Assim acabaram n'um dia, diz o *Panorama*[2], o homem mais sabio e virtuoso das Hespanhas e o mais esforçado cavalleiro que n'aquelles tempos havia».

riosos entre os inimigos e morreram todos vendendo bem caro as vidas. «E dos principaes da gente do infante, diz Ruy de Pina, morreram alli João Mascarenhas, alferes do infante, e Luiz Gomes da Grã, que levava a bandeira de D. Jayme, e um seu irmão, e Diogo Peixoto e Rodrigo de Anellos e outros cavalleiros e escudeiros de boa sorte[1]. Richard Major accrescenta que alli morreu tambem pelejando valentemente «sir William Arnold, cavalleiro inglez, que fôra mórdo-

[1] Ruy de Pina, *Chronica de el-rei D. Affonso* V, cap. 122, pag. 425.

[2] Art. *Quadros da Historia Portugueza*, 2.º *Batalha de Alfarrobeira*, vol. 2.º da 1.ª série, pag. 43.

[1] *Chronica de el-rei D. Affonso V*, loc. cit.

Digitized by Google

mo da rainha Philippa, e depois da sua morte passára ao serviço de D. Pedro[1].

Tal foi esta desastrosa batalha de Alfarrobeira, de que só vergonha resultava para D. Affonso V, mas que os seus cortezãos lhe persuadiram ser mais gloriosa do que a de Pharsalia ou de Cannas. O joven monarcha, ufano de ter estado presente aos dezesete annos, como chefe, n'um campo de batalha e de ter ganhado a victoria, deixou-se persuadir que era superior a Cesar e a Annibal, o que muito convinha aos inimihos do duque de Coimbra, para protrahirem, ainda para além da morte, a vingança que desejavam tirar do desgraçado infante. Disseram ao rei que em todas as batalhas era costume estarem tres dias insepultos os cadaveres dos vencidos, e assim ficou jazendo tres dias o cadaver de D. Pedro, exposto aos insultos da plebe. Bem o adivinhára elle quando recusára a estatua que lhe queriam erigir os habitantes de Lisboa.

Decerto que os remorsos ainda saltearam o coração de D. Affonso, e pelo menos o vencedor d'Arzilla e d'Alcacer havia de se envergonhar da importancia que ligára ao miseravel prelio d'Alfarrobeira[2].

Implacaveis na sua vingança, não quizeram os inimigos do duque de Coimbra deixar ainda em repouso a memoria do grande homem: trataram de proceder a uma devassa no acampamento e entre os fidalgos prisioneiros, para encontrarem as provas que se não acharam em parte alguma, com grande desapontamento do duque de Bragança e de seu filho.

A rainha Izabel ficou atterrada, quando soube do acontecido, tanto pela morte desastrosa de seu pae, como porque temia ella mesmo ser victima das intrigas dos mesmos que a tinham machinado.

Razão tinha para isso, porque elles, receiando a sua influencia, persistiam em a affastar do monarcha. Não o conseguiram: na sua primeira entrevista com seu marido, depois de um tão afflictivo acontecimento como fôra a batalha de Alfarrobeira, mostrou summo tacto, mais presença de espirito talvez do que desejariamos encontrar na filha que acabava de perder um pae, e que pae! É verdade que ella jogava n'esse momento a sua existencia toda: o divorcio era fortemente aconselhado ao rei, e bastava talvez uma prova de resentimento, mais pronunciada do que cabia á respeitosa esposa do soberano, para ser proferida a dissolução fatal. D. Izabel appareceu triste, mas sem transluzir no seu rosto expressão que se podesse dizer accusadora. Affonso V mostrou-lhe todas as

---

[1] *Life of the prince Henry of Portugal*, cap. 13, pag. 232, nota.

[2] Olivier de la Marche, celebre chronista borgonhez, mordomo de Carlos o Temerario, que militou como voluntario em Portugal, conta do seguinte modo, nas suas Memorias, a batalha d'Alfarrobeira:

Et le duc, quand il se tit venir le roy, se cloyt et fit un camp clos de fossez et d'artillerie, et mit ses gens en bonne ordonance, et, á ce que m'ont plusieurs nobles hommes portugalois (qui furent présents) certifié, le duc ne le faisoit en autre intention, sinon cuidant faire partir de son camp aucuns des plus notables, pour aller au roy en grande humilité, pour soy recommander en sa bonne gâve, et sçovoir les causes porquoy il estoit meslé avec sa royale majesté, soy excuser par humbles voyes, et lui ramantevoyr les services qu'il entendoit avoir faicts au roy en ses jeunes jour et l'utilité du royaume, en concluant qu'il lui offroit son service. Mais il avint que les arbalestriers du roy de Portugal approchérent du camp en grand nombre, et se commença une escarmouche par meschans gens d'un costé et d'autre, tellement que d'un trait d'arbaleste le duc de Coimbres au milieu de sez gens fut atteint en la poictrine, dont il mourut en celle mesme heure, et n'ay point sceu qu'un seul homme de nom fust blessé, atteiout de celle escarmouche, fors le duc seulement» *Les Memorias de messire Olivier de la Marche*, p. 291, 3.ª edição.

O testemunho d'Olivier de la Marche é importante porque narra o que lhe foi contado por testemunhas oculares; mas ainda assim n'uma circumstancia sabemos positivamente que se engana elle, é quando diz que nenhum vulto de nome alli morreu ou foi ferido á excepção do duque; temos pelo menos a memorar o conde d'Avranches.

Digitized by Google

attenções possiveis, e tratou-a com um respeito, com uma delicadeza, que fizeram decerto perder as esperanças a todos os interessados no divorcio.

No estrangeiro, onde D. Pedro era muito estimado, e onde não havia motivo para se reprimirem as expressões de descontentamento, a reprovação d'este acto foi unanime. El-rei dirigira um manifesto ao papa e aos outros soberanos da Europa, explicando-lhes as causas do seu procedimento. Responderam-lhe todos com uma censura absoluta. A duqueza de Borgonha, que extremecia seu irmão, essa fez com que seu marido Philippe o Bom enviasse a Portugal um ecclesiastico auctorisado, o deão de Vergy, que não só transmittiu a D. Affonso V a reprovação de seu amo, porém exigiu ao mesmo tempo, em nome do duque borgonhez, que o cadaver de D. Pedro fosse enterrado com todas as honras na sua capella funebre da Batalha, ou que, se o não quizessem fazer, lhe concedessem licença de o transportar para a Borgonha, onde receberia honrada sepultura. Affonso, com receio que o cadaver fosse roubado, mandou-o transportar de Alverca para Abrantes[1]. O deão de Vergy fez comtudo em Evora tres discursos publicos, em que demonstrou a iniquidade dos inimigos do infante, e a innocencia do assassinado; queria elle que fossem restituidos todos os bens e dignidades aos filhos de D. Pedro; a isso negou-se D. Affonso, e só muito tempo depois é que soltou seu primo D. Jayme, que cahira prisioneiro em Alfarrobeira, e que perdoou a todos os que tinham seguido as bandeiras do infante, á excepção de quatro burguezes de Lisboa, que foram desterrados para Ceuta.

Isto succedeu em 1455: a rainha déra um filho a seu esposo, e obteve d'elle tudo quanto lhe pediu. Foi então tambem que o cadever de D. Pedro foi emfim sepultado na Batalha com todas as honras que lhe eram devidas. O infante D. Henrique dirigiu o pomposo cortejo. Queria rasgatar pela homenagem que mostrava ao morto a friesa com que defendêra o vivo.

Brazão de armas da villa de Soure

«Pedro, diz Schœffer, a quem folgâmos de seguir na apreciação que fez da indole, do espirito e do desenvolvimento intellectual do infante, era alto, magro, mas bem proporcionado. O seu olhar mais brando amaciava a impressão de receio produzido ao primeiro aspecto pela sua alta estatura, pelo seu rosto comprido e fortemente accentuado. Nos seus olhos, assim como nos seus cabellos e na sua barba loira e frisada, havia um não sei que de estranho para os Portuguezes. O seu andar era tranquillo e compassado, a sua expressão annunciava o sangue-frio e a tranquillidade d'espirito adquirido pelo imperio sobre si mesmo e a maduresa de experiencia de vida. A sua linguagem era digna, nervosa, concisa; uma voz insinuante abrandava ainda a asperesa de fórmas que essa nitidez rigorosa descobre tantas vezes. Se estava transportado pela colera, tinha então o seu aspecto um não sei que de aterrador; mas em breve retomava a benevolencia o seu imperio. O seu trajar era o d'um homem, que, sem deixar de ter a consciencia do seu valor intimo e da sua dignidade, não desdenha a fórma que attrahe ou surprehende o primeiro julgamento do mundo. Extremamente mo-

[1] Depois de ter jazido tres dias ao desamparo, o corpo do infante fôra levado em cima de uma escada para a egreja de Alverca, e ahi sepultado sem pompa.

Digitized by Google

desto nos seus gosos, fiel á pureza dos seus sentimentos[1], mostrou sempre uma continencia que o seu seculo honrava. Para ennobrecer os prazeres da meza, abandonou o costume dos reis e dos principes Portuguezes de comerem sós e retirados; convidava gente, mandava que se fizessem durante a refeição leituras uteis, e provocava palestras sobre questões scientificas. Como todos os homens que teem constantemente diante dos olhos o preço e o emprego da vida, era avaro do tempo, e não deixava passar um dia sem ter feito algum trabalho ou alguma boa acção[2], e na extensão dos deveres que impunha a si mesmo, assim como nos limites estreitos e na rapidez da vida humana, sentia a necessidade de contar as horas do dia e de applicar a cada uma a sua tarefa. O seu tempo e o seu trabalho estavam regulados; o mesmo succedia a toda a sua existencia. A sua natureza particular isto exigia, e, por um exercicio constante, adquiriu um modo de ser sempre compassado e uniforme. De todas as faculdades do seu espirito, e das disposições da sua alma nenhum tinha predominio. O caracteristico da sua natureza consistia sobre tudo em serem eguaes a força e a vivacidade, em concorrerem o espirito, o coração e a vontade para o mesmo fim, n'uma harmonia perfeita. Pedro não era por conseguinte um d'estes homens, que, assim que apparecem, subjugam as vistas, e logo sabem grangear dos outros uma homenagem absoluta, prestada ao seu merito e á sua valia. Foi só n'uma série de situações e de relações, no meio das quaes o destino o lançou, que se desenvolveram com esplendor as virtudes e os talentos de que era dotado, e pouco a pouco todos o foram conhecendo, estimando, presando e honrando. Nunca chegou a excitar o enthusiasmo; porém o vigor tranquillo e continuo da sua natureza pouco a pouco se apoderava do espirito e da alma do admirador e do amigo, e foi assim que um Alvaro Vaz d'Almada correu com elle á morte. A sua actividade moral e intellectual era regulada por um temor de Deus grave e sincero. Esse sentimento fôra muito cedo despertado e alimentado por uma educação, que uma mãe verdadeiramente piedosa, a melhor guia da mocidade, vigiava com a mais terna sollicitude.

As viagens e os estudos scientificos sobretudo actuaram poderosamente sobre o desenvolvimento das suas faculdades innatas. As viagens emprehendidas n'uma edade madura offereceram ao seu espirito uma infinidade de observações e de pontos de comparação, alargaram o seu horisonte, e deram-lhe a experiencia, o tacto, a previdencia e a segurança. Acompanhado por alguns fidalgos e por alguns creados sahiu de Portugal em 1424, para visitar a Terra Santa e para ir vêr algumas côrtes e paizes estrangeiros; viajou quatro annos na Europa, na Asia, e na Africa [1]. O illustre nome de seu pae e o seu merito pessoal valeram-lhe por toda a parte um bom acolhimento, principalmente na

---

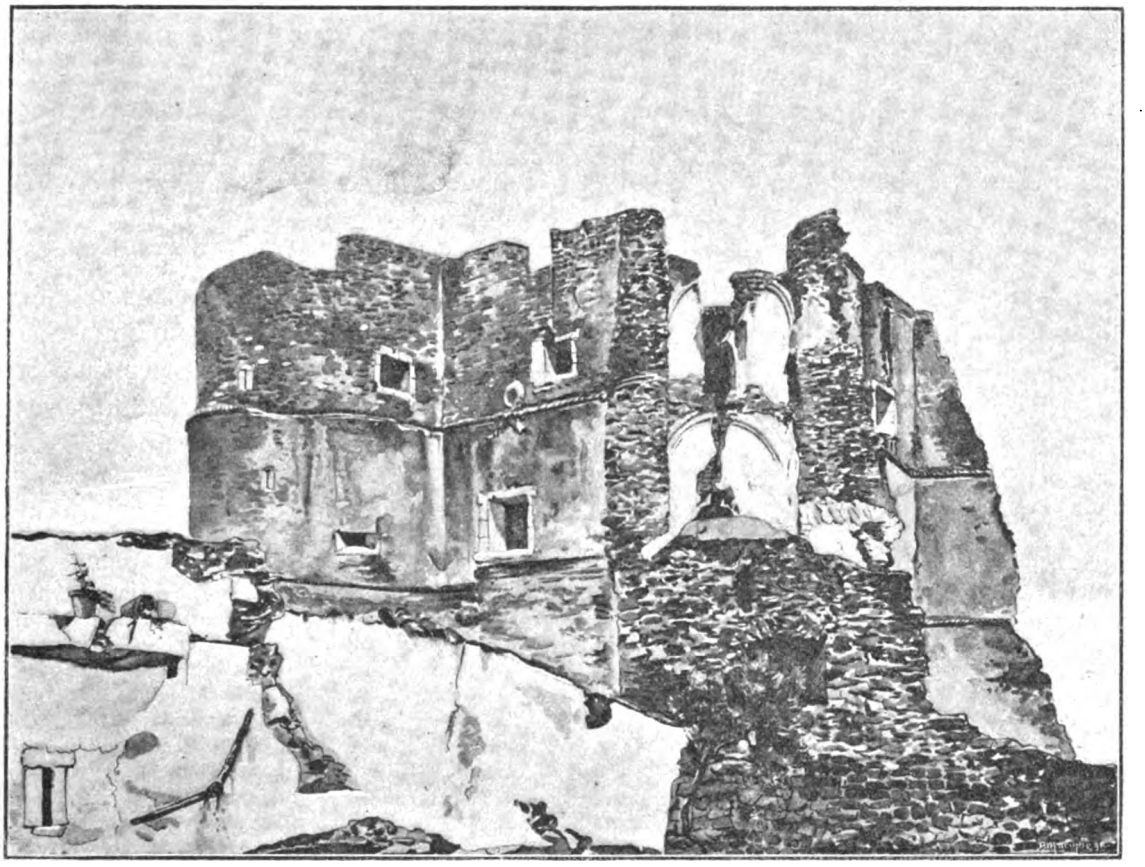
[1] O defeito que notâmos em Schœffer é que segue tão servilmente as nossas chronicas, que muitas vezes até perfilha as observações dos nossos historiadores. Na parte narrativa o trabalho de Schœffer não é senão resumir. N'este ponto que annotamos supprimimos as seguintes phrases da versão franceza: «*et s'abstint avant le mariage de tout rapport défendu avec les femmes, et même quand il fut marié il observa les jours de fête cette continence*, etc. E' quasi textualmente o que diz Ruy de Pina, cap. 125, pag. 432 in fine e 433. Mas isto, que no ingenuo chronista, apenas nos faz sorrir, torna-se ridiculo, quando passa pela bocca de um historiador allemão do seculo XIX.

[2] «Fez sempre uma mui louvada profissão do tem-«po, que nunca em seus dias lhe passou sem benefi-«cio ou louvor, teve para todas as coisas horas certas «e limitadas que nunca trespassou. Pina, cap. 125. pag. 433.»

[1] «Por isso o proverbio diz elle: «O Infante D. Pedro viu as sete partidas do mundo.» Ha uma relação romanesca d'essa viagem: O Auto das sete partidas do infante D. Pedro, 1554 in 4.º»

Digitized by Google

Porta Ottomana e na côrte do sultão de Babylonia. Á volta foi recebido com distincção pelo papa Martinho V em Roma. Entre os signaes do favor pontifical, que lhe foram dados sem que elle os sollicitasse, cita-se a bulla que concede aos reis de Portugal o direito de se fazerem sagrar do mesmo modo que os reis de França e de Inglaterra. N'essa mesma bulla o Santo Padre exalta o saber e as virtudes do infante. Vêmos depois Pedro na côrte do imperador Sigismundo, e dotado por este principe com a Marca Trevisana, pelas suas façanhas contra os Turcos e Venezianos; depois nas côrtes de Dinamarca, de Inglaterra, berço de sua mãe, de Aragão, e de Castella, por toda a parte acolhido com distincção [1]. Voltou rico de experiencia e de observações, das suas viagens, que eram então a melhor escola do homem de estado. Se não pairou pelas superficies, se não se limitou a observar o exterior da vida humana e da vida civil é porque tinha penetração neutral, e entregára-se anteriormente a estudos scientificos. Um profundo co-



CASTELLO DE EVORA-MONTE

nhecimento da lingua latina [1] lhe abrira as portas do mundo intellectual e da vida politica dos antigos Romanos. Pela traducção de muitos dos seus escriptores espertára a sua imaginação, e pela imitação d'esses modelos eternos chegára a ser classico elle mesmo no seu idioma materno [2]; por exercicios sobre a lingua metrificada como sobre a prosa livre desenvolvêra as suas proprias fa-

[1] «Pina, cap. 125.» Não encontramos n'este capitulo em Ruy de Pina coisa que justifique a citação.

[1] «Foi bem latinado.» Pina, cap. 125, pag. 433.

[2] «Das suas traducções não se póde citar senão *De officiis* de Cicero e *D re militari* de Vegecio,»

Digitized by Google

culdades, e marcára as producções do seu espirito com um cunho particular [1]. Foi com essa intelligencia cultivada, com essa grande experiencia que elle tomou o governo do estado em edade bastante madura (tinha quarenta e seis annos quando morreu el-rei D. Duarte); infelizmente foi-lhe necessario applicar quasi todos esses recursos a uma triste lucta com vilissimas paixões, que desviaram sem cessar a sua actividade. Mas, quando se podia soltar d'esses debates, a mantença da justiça, a ventura e a prosperidade dos Portuguezes foram o alvo das suas ordenações e das suas medidas; apezar de todas as odiosas calumnias com que os seus adversarios o perseguiram sem descanço, o povo não se deixou illudir no que dizia respeito á bondade das suas vistas, e deu-lhe provas publicas do seu reconhecimento» [2].

O infante D. Pedro deixou tres filhos e tres filhas; o primeiro foi, como vimos, o condestavel D. Pedro, que depois morreu em Barcelona com o titulo de rei de Aragão, de cuja corôa foi pretendente[3]; o segundo D. Jayme, que cahiu prisioneiro na batalha de Alfarrobeira, foi solto a pedido de sua tia a duqueza de Borgonha e por ella enviado a Roma, onde o papa o fez cardeal, e veiu a ser ainda arcebispo de Lisboa; o terceiro D. João, principe de Antiochia e regente do reino de Chypre[4]. As filhas foram D. Izabel, rainha de Portugal, D. Filippa, que morreu no convento de Odivellas, deixando de si não só fama litteraria, mas tambem fama artistica, sendo uma notavel illuminadora de manuscriptos[1]; a terceira, D. Beatriz, casou-a a duqueza de Borgonha, segundo diz Ruy de Pina, «com Monseor Cléves, de que nasceu o Filippe Monseor que foi lá grão senhor[2]». Este «monseor de Cléves» era o senhor de Ravenstein, e o Filippe que foi lá «grão senhor» era Filippe de Clèves, senhor de Ravenstein, que commandou a cavallaria do duque Maximiliano, na batalha de Guinegate[3].

Se quizermos agora lançar a vista para a significação historica dos acontecimentos que trouxeram como consequencia a batalha de Alfarrobeira, veremos que é ainda a prolongada lucta da aristocracia e da realeza a que põe os exercitos em presença; mas d'esta vez, caso notavel, o rebelde é quem representa o

---

[1] Como o seu opusculo ascetico *(ascetico?) Virtuosa bemfeitoria;* as suas *Coplas do Cancioneiro geral* impressas em Silva, *Memorias, Collecção*, tom. IV. Na bella carta que escreveu, no dia 6 de janeiro de 1434, a el-rei D. Duarte, enviando-lhe uma traducção do livro de Cicero *De amicitia*, o seu espirito nobre e vigoroso, a sua sensibilidade profunda, e o seu amor fraternal exprimem-se de um modo tocante. Sousa, *Provas*, tom. I, pag. 432.»

[2] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 500.

[3] Chamaram-n'o os Catalães, como herdeiro por sua mãe da casa de Urgel, para tomar posse do reino de Aragão, que os soberanos de Castella e de França disputavam entre si. Nada pôde fazer, porque logo falleceu em Barcellona, suspeitando-se que fôra envenenado.

[4] O barão de Reiffenberg, em nota á *Historia dos duques de Borgonha* de M. de Barante, vol V., pag. 391 (edição de Bruxellas) chama-lhe «João de Coimbra, principe de Antiochia, regente nominal do reino de Chypre, cavalleiro do Tosão d'Oiro». «Este filho de D. Pedro d'Alfarrobeira, escreve Ferdinand Denis em nota, chamava-se D. João. Tendo acompanhado sua irmã D. Beatriz á côrte de sua tia a duqueza de Borgonha, uniu-se a Carlota, herdeira presumptiva do reino de Chypre. Suppõe-se que morreu de peçonha, e um celebre viajante portuguez, fr. Pantaleão (de Aveiro) viu ainda em Nisoris, no seculo XVI, o magnifico tumulo que lhe fôra elevado. Nenhum epitaphio recordava esse principe infeliz, mas as armas reaes de Portugal diziam ainda a sua origem».

[1] «São conhecidas, escreve D. Fr. Francisco de S. Luiz, as composições litterarias d'esta senhora, e acho em memoria particular que deixára por sua morte ás religiosas do mosteiro de Odivellas um manuscripto seu que continha as homilias aos evangelhos de todo o anno, *com varias imagens e figuras por ella debuxadas*, com a perfeição que era propria da sua habilidade e pericia na arte». *Lista de alguns artistas portuguezes, colligida de escriptos e documentos pelo excellentissimo e reverendissimo senhor bispo conde D. Francisco no decurso de suas leituras em Ponte do Lima no anno de 1825 e em Lisboa no anno de 1839*, pag. 36 (Lisboa, 1839).

[2] *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, cap. 127, pag. 435.

[3] *Memoires de Philippe de Commines*, nouvelle edition revue sur les manuscrits de la bibliothéque royale et publiée avec annotations et eclaircissements par M.elle Dupont (Pariz 1847. A edição é da sociedade da historia de França) tom. II, pag. 206.

Digitized by Google

principio monarchico, e é o proprio Affonso V quem serve os designios ambiciosos e vingativos da nobreza humilhada.

Affonso V é um instrumento: creança de dezesete annos, obedecendo ao impulso dos seus cortezãos, julga fazer a sua propria vontade.

É isso o que torna essencialmente perigosa a posição de D. Pedro. Ancioso, como todos os adolescentes, para quem a maior injuria que se lhes póde dirigir é o chamar-se-lhes crianças, ancioso por mostrar que já sahira da tutella, temia que tomassem como obediencia de pupillo a attenção que prestasse a D. Pedro, e, zeloso infantilmente da sua auctoridade varonil, receiava que o dissessem dirigido pela esposa, se cedesse ás suas instancias e deixasse de perseguir seu sogro. D'este sentimento, natural em todos os mancebos d'aquella edade, e que ainda devia ser mais forte n'um homem do caracter leviano e pouco sério que até ao fim da sua vida sempre mostrou, se aproveitaram os fidalgos para o dirigirem a seu bello prazer, fingindo obedecer ás suas ordens e acatar a sua auctoridade. Demais, no espirito de Affonso V havia uns certos germens de antipathia contra seu tio. Em primeiro logar estas indoles graves, prudentes e pensadoras infundem respeito mas não affecto á mocidade; já seus irmãos, estimando-o sempre, como que se temiam d'elle, e receiavam mostrar as suas fraquezas áquelle vulto que parecia não saber o que eram fragilidades humanas. D. Duarte não ousava confessar-lhe que cedêra ás instancias dos infantes, e déra o seu consentimento á imprudencia de Tanger. No conselho, em que essa expedição se resolvêra, D. Henrique, o principal auctor do insano projecto, sentia-se embaraçado quando a palavra grave de D. Pedro mostrava friamente os defeitos do designio. D. Affonso V, homem de indole cavalleirosa, um dos ultimos representantes d'aquella cavallaria andante da edade média, que amava o combate pelo combate, não podia sympathisar muito com esse homem sério, que, sendo um notavel militar, sabia comtudo que a guerra é um meio e não um fim, e que occupar-se um rei em pelejar só por pelejar é uma louca e perigosa frivolidade. Portanto, havia disparidade entre as indoles do tio e do sobrinho.

Pór outro lado, Affonso V, desde criança, conservára um certo rancor a D. Pedro. A lucta entre seu tio e sua mãe não lhe passára despercebida, e a criancinha, que não entendia de que lado estava a razão e a justiça, não via senão uma coisa: que o privavam dos affagos maternaes para o entregarem a um homem, que, por muito bom que fosse, uunca lhe podia fazer esquecer os carinhos de sua mãe. Vimos como o infantil Affonso mostrára n'essas separações uma impassibilidade superior aos seus annos, mas essa impassibilidade escondia os germens do odio que não tardaria a manifestar-se.

Por conseguinte Affonso V foi um instrumento nas mãos dos fidalgos, que aproveitaram para os seus fins a sua inconstancia, a sua leviandade e as antipathias antigas que nutria contra D. Pedro.

A lucta era entre o duque de Bragança e o conde d'Ourem, chefes da nobreza despeitada, e o infante. N'essa lucta este ulte ultimo representava o poder monarchico. Quaes eram os principaes motivos do odio do duque e de seu filho? Não ter consentido D. Pedro que fosse hereditario o cargo de condestavel, e não ter querido outhorgar ao duque o Porto e Guimarães, quer dizer ter reprimido, continuando a politica de D. João I e de D. Duarte, as invasões e a extensão do poderio da nobreza. Para

Digitized by Google

isso continuára a appoiar-se na democracia, e a democracia, encontrando n'elle um alliado fiel, com elle se ligava estreitamente. A regencia de D. Pedro fôra, como a realeza do mestre d'Aviz, filha do voto popular. A aristocracia não lh'o perdoava. Por outro lado, D. Pedro favorecia o povo, e dando o exemplo do cumprimento das leis, levantando os Estáos em Lisboa, em Evora, etc., fazia com que se tornasse por uma vez effectiva a abolição das aposentadorias, debalde promulgada por D. Affonso IV, por D. Pedro I, por D. Fernando, e ainda por D. João I. Portanto, D. Pedro defendia o poder monarchico, alliado do povo contra os nobres; D. Affonso V, combatendo contra os interesses do principio de que o seu nascimento o fazia representante, pugnava, na Alfarrobeira, pelos privilegios da aristocracia. E tanto a nobreza, e não o rei, foi quem venceu n'essa batalha, que o primeiro fructo da victoria foi obter o duque de Bragança a villa de Guimarães, que debalde cubiçára, e não obteve o Porto, porque os habitantes da cidade da Virgem energicamente recusaram serem prestameiros do duque.

Devemos attribuir este procedimento de D. Affonso V á sua pouca edade? Em parte, mas o que é certo é que D. Affonso V foi sempre uma criança, até de cabellos brancos. Nunca elle teve o genio politico, que tanto distinguiu seu filho. Valente, cavalleiroso, temerario, instruido, Affonso V tinha qualidades brilhantes, não qualidades sérias. Foi sempre amador da nobreza, porque a nobreza era a legião dos bravos, mas amando-a e protegendo-a interrompeu por largos annos o progresso das instituições politicas portuguezas. Talvez D. João I tambem assim fosse, se não tivesse João das Regras ao seu lado. Essa interrupção comtudo em nada aproveitou á aristocracia; depois de D. Affonso V veiu D. João II, o ceifador terrivel, que em poucos annos arrancou as hervas parasitas, e sasonou a messe. D. João II continuou a obra de D. Pedro com redobrado vigor, e fez com que a nobreza expiasse amargamente a sua passageira victoria. O cadafalso de Evora, em que a cabeça do terceiro duque de Bragança rolou aos pés do algoz, foi em todos os sentidos o vingador de Alfarrobeira.

CAPITULO XXXV

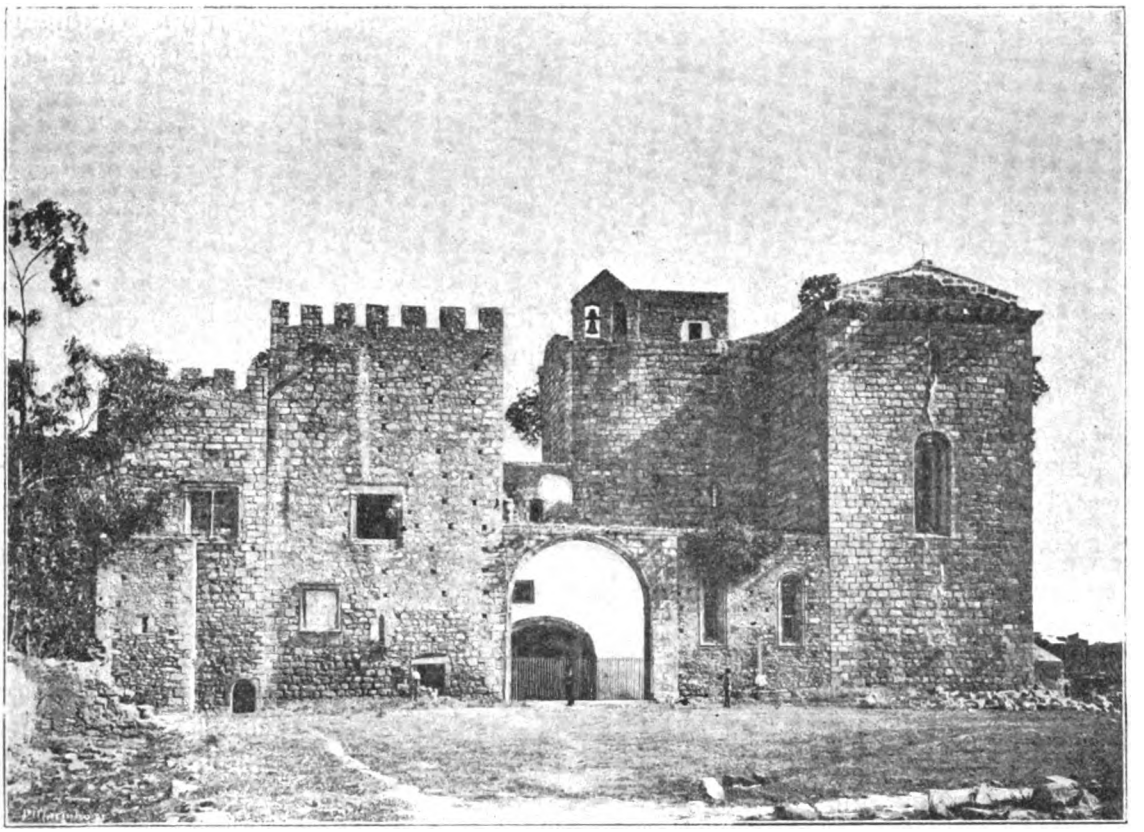
Continuação do reinado de D. Affonso V.—Projecto de Cruzada.— Expedição de Africa

AFFONSO V, cognominado pela historia portugueza o *Africano*, mereceu devéras esse nome porque foi a Africa a sua terra de promissão e o theatro da sua gloria. Para a Africa se voltaram sempre os seus pensamentos, e, quando a sua ambição tomou outro rumo, e se voltou para Castella, houve no seu espirito como que um desnorteamento; até o seu caracter guerreiro perdeu um pouco da sua energia. Não se habituava ás guerras européas o valente cavalleiro de Arzilla.

Não foi de certo um pensamento politico o que o impelliu a essas emprezas; a sua primeira idéa de emprehender uma cruzada para reconquista de Constantinopla mostra que o guiavam

Digitized by Google

sobretudo sentimentos cavalheirescos e christãos; mas esses sentimentos estavam n'esse momento em pleno accordo com os interesses bem entendidos da politica portugueza. Não só dava a Portugal o seu natural desenvolvimento, mas estabelecia alli uma escola de guerreiros e de navegadores, que haviam de mostrar em longiquos mares e em affasta-



EGREJA E CONVENTO DA FLOR DA ROSA EM CRATO

das praias o que essa escola valia. «As viagens frequentes á Africa, diz com razão Schoeffer, é uma escola de navegação e de hydrographia. Passando á Africa, aprenderam em seguida a navegar para as longas terras da India. Para estas expedições de tão longo curso, as conquistas e as possessões da costa septemtrional da Africa tornaram-se novas escolas, ponto de descanço e de apoio.» Deve-se notar que estas observações se referem não só á conquista das praças marroquinas, mas ás explorações da Senegambia e da Guiné, que então continuaram com grande affinco, depois da passageira interrupção causada pelas fataes discordias que tiveram em Alfarrobeira o seu funestissimo desenlace.

Os fermentos que tinham produzido essas discordias, precisavam de um derivativo, sob pena de produzirem no reino um estado anarchico. Nos fins d'esse anno de 1449 o povo de Lisboa, excitado pelo castigo que alguns estouvados Christãos tinham soffrido em consequencia de haverem maltratado alguns Judeus, lançou-se na judiaria e poz tudo a fogo, a sangue e a saque. Era um ensaio da horrivel matança de 1506. Affonso V não foi menos severo do que el-rei D. Manuel, e as punições por elle infligidas chegaram a excitar os murmurios de dignos catholicos, que não entendiam que valesse a pena fazer-se tanta bulha por alguns Judeus queimados.

Digitized by Google

Foi no anno de 1450 que se travaram as negociações para o casamento, que devia sentar uma princeza portugueza no throno dos cesares germanicos. Fernando III, imperador da Allemanha, então ainda apenas rei dos Romanos, pediu em casamento a infanta D. Leonor, filha d'el-rei D. Duarte e irmã de Affonso V. Era uma infantasinha de dezeseis annos, radiante de mocidade e de formosura.

O casamento foi contratado na côrte de Napoles, onde reinava Affonso o sabio, um dos infantes de Aragão, irmãos da rainha D. Leonor, e tios da noiva, sendo para isso negociadores, da parte de Portugal João Fernandes da Silveira, que foi depois o primeiro barão de Alvito, da parte do imperador da Allemanha o bispo de Trieste, o barão Jorge de Vellesdorff, e Miguel Phullendorff, secretario do imperador. Concluido o contracto no dia 10 de dezembro de 1450, vieram a Portugal como embaixadores, para levarem a nova imperatriz a Italia, onde seu marido a esperava, os capellães do imperador Jacob Motz e Nicolao Valrensteny.

Celebrou-se o casamento por procuração em Lisboa no dia 9 de agosto de 1451. Os embaixadores estavam hospedados nos paços dos Estáos, ao Rocio; mas os esponsaes foram celebrados, segundo nos diz Ruy de Pina, «nos paços do duque, que são juntos com S. Christovam» [1]. Fizeram-se festas sumptuosas com saráos, justas, festas e momos, apparecendo n'estes ultimos o infante D. Fernando vestido de seda em frocos, a parecer homem selvagem e cabelludo, disfarce muito em moda, segundo parece, nos seculos XIV e XV, porque o vemos tambem adoptado por Carlos VI em França nas suas bodas com Izabel da Baviera, onde ia tendo funestissimas consequencias [1].

No dia 25 de outubro d'esse mesmo anno de 1451 partiu para a Italia, n'uma esquadra capitaneada por Pedro Rodrigues de Castro, e composta de dez navios: seis náos, duas carracas, e duas caravellas.

Acompanhava a nova imperatriz, para a entregar a seu marido, o conde de Ourem, elevado havia pouco á dignidade de marquezado de Valença, que foi o primeiro marquez de Portugal. Brilhante comitiva de fidalgos ia na esquadra, que, salteada por um violento temporal no estreito, teve de se acolher a Ceuta. Não cessou a tempestade de a perseguir no Mediterraneo, e além da tempestade vieram tambem os piratas, que, na proximidade de Marselha, atacaram os nossos navios; eram tres naus e duas galés, que foram repellidas.

Depois de todos estes contratempos, chegou a esquadra a Liorne no dia 2 de fevereiro de 1452.

De Liorne partiram para Sienna, onde estava Frederico III, homem então de 36 annos, que por essa occasião subia ao throno, e que esperava a imperatriz Leonor, para ir com ella ser coroado em Roma pelo papa Nicolau V.

Era um homem tranquillo e simples, um tanto burguez, que só desenvolveu

---

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, cap. 131, pag. 442.

[1] Quando Carlos VI de França desposou Izabel de Baviera, a impudica, a traidora, a adultera, appareceu no saráo, acompanhado por varios outros esturdios, vestidos todos de homens selvagens. Ninguem sabia comtudo que era o rei um dos mascarados. Seu irmão Luiz, duque d'Orléans, tão doido como elle, achou divertido lançar fogo ás estopas ou sedas que fingiam o pello dos mascaras. Logo estes soltaram gritos afflictivos: «Salvem o rei!» Felizmente Carlos VI estava n'essa occasião apartado dos seus companheiros, que soffreram atrozes torturas, morrendo alguns, se não todos. Não faltou quem attribuisse a Luiz de Orléans a intenção positiva de matar seu irmão. Veja-se esta scena contada por mr. de Barante na «Histoire des ducs de Bourgogne», t. I e posta em acção com a vivacidade habitual do estylo do grande escriptor na «Izabel de Baviére», de Alexandre Dumas.

Digitized by Google

certa ambição nos ultimos annos da sua vida para fazer com que a corôa imperial, electiva, recahisse em seu filho Maximiliano. Effectivamente assim succedeu. Conta-se comtudo que, mesmo quando a ambição o agitava, ainda não deixava de exclamar suspirando, ao amputarem-lhe uma perna ulcerada: «Mais vale ser camponez e ter saude, do que ser imperador e doente» [1].

Acompanhavam-n'o o seu irmão o archiduque Alberto, seu sobrinho Ladislau, rei da Hungria [2], e muitos homens notaveis, entre os quaes não devemos esquecer o celebre e erudito Eneas Silvius, que foi depois papa com o titulo de Pio II [3]. Tambem alli veiu ao seu encontro Luiz Gonçalves Malafaia, embaixador de Affonso V em Roma, para onde partiu a comitiva. Um dos fidalgos portuguezes, que assistiram á ceremonia da coroação imperial, Lopo d'Almeida, que foi depois conde d'Abrantes, escreveu uma relação d'essas festas, que vem publicada nas *Provas da historia genealogica*. Não seguiremos a diffusa narrativa do antigo fidalgo, mas não deixaremos tambem de aproveitar o resumo que d'essa narrativa fez Francisco Maria Bordalo no *Panorama*, porque folgamos de vêr uma princeza de Portugal, recebendo, das mãos do papa, a investidura da mais alta dignidade que então havia na Europa.

«Quinta-feira, 13 de março, á hora de terça, se foi o santo padre Nicolau V á egreja de S. Pedro apparelhado em pontifical, e seguido de muitos cardeaes e prelados. Já ahi o esperava Federico II, com o embaixador de Portugal e varios condes e senhores allemães. Depois chegou a imperatriz, acompanhada pelo rei da Hungria e Bohemia, pelo archiduque Alberto, e os fidalgos portuguezes, e logo o imperador se foi vestir de capa, alva, amicto, estola e manipulo, como um sacerdote; seu irmão, de manto comprido de escarlate, forrado de arminho, com a corôa imperial na mão, que era toda de diamantes e aljofares, precedia agora o Cesar, e antes d'elle vinha o duque de Baviera, com o globo d'oiro, tendo em cima uma pequena cruz do mesmo metal; um conde do imperio com o aureo sceptro, outro com uma corôa menor, tambem d'oiro e pedras preciosas, e o mestre de ceremonias com a espada do imperador, cuja bainha era da maior riqueza. Frederico e Leonor ajoelharam ante o papa, beijaram-lhe o pé e a mão, e Nicolau beijou na face o imperador.

«Depois das resas do ritual, benzeu este os anneis que deu aos noivos, fez-lhes as perguntas do estylo e mandou que se beijassem. Em seguida coroou o imperador com a corôa menor, e deu-lhe de novo a beijar o pé e a mão. D. Leonor assistiu á cerimonia vestida com uma cotta de carmezim, capa de brocado pardo, toucada com uma crispina rica, e cingida por um tecido de brocado branco. Os senhores portuguezes foram tratados pelos cardeaes e pelo papa com mil distincções, e n'este acto designaram-lhes logares entre os bispos e os condes.

«No domingo seguinte, 16, teve logar a ceremonia da coroação solemne dos

---

[1] Dito que deu origem, segundo parece, ao conhecido verso francez, não sabemos já de que poeta, mas cremos que de Lafontaine:

Plutôt goujat vivant qu'empereur enterré

[2] Foi o antecessor do celebre Mathias Corvino. Durante a sua menor edade governou o reino como regente João Hunyadi, voivode da Transylvania. O filho de D. João Hunyadi era Mathias, homem popularissimo que Ladislau por vezes tentou mandar matar. Mas quando Ladislau morreu, Mathias Corvino (assim chamado porque a familia Hunyadi tinha um corvo nas armas) foi eleito rei. e governou a Hungria desde 1457 até 1490. Veja-se Emile de Laveley *L'Allemagne depuis la guerre de 1866-VI. La Hongrie, ses institutions et son avenir*» publicado na *Revue des deux mondes* de 1 de junho de 1868.

[3] O seu nome de familia era Piccoliomini; occupou dias apenas a cadeira de S. Pedro.

Digitized by Google

cesares na mesma egreja de S. Pedro. Começaram por vestir ao imperador a sobrepeliz e o capello de conego, pois ficava com essa dignidade na dita egreja, e depois, voltando ao seu traje usual, subiu Frederico á capella-mór, aonde já o esperava o santo padre, emquanto D. Leonor entrava no templo, e a faziam parar no meio da nave, para ser ungida

BRAGA — PIA BAPTISMAL DA SÉ (SECULO XVI)

na espadua e no braço e mão direitos. A imperatriz ia em cabello, apenas enfeitado por um fio d'oiro, e acompanhada por Ladislau e dois cardeaes. Tendo revestido nma cotta de carmezim, foi tambem sentar-se na capella-mór. Então começou a missa, e antes do evangelho collocou o papa pela sua mão as corôas do imperio romano sobre as cabeças de Frederico e Leonor. Depois deu ao imperador a espada, que elle brandiu sete vezes, e em seguida cingiu-lh'a, e collocou-lhe nas mãos o sceptro e o globo de oiro. Acabada a missa, deu-lhe agua ás mãos o marquez de Valença, e todos se retiraram a seus aposentos, sendo D. Leonor a primeira a sahir, e atravessando a cidade com a corôa na cabeça, ao som de enthusiasticos vivas do povo romano. No domingo de paixão, 23 de março[1], partiram os imperiaes conjuges para Napoles[2]».

Depois de passarem algum tempo em Napoles, onde foram muito festejados por el-rei D. Affonso o sabio, tio maternal da imperatriz, voltaram a Roma, e de Roma partiram para Allemanha. Não foi muito feliz a nova soberana. Morreu em 1467, contando apenas trinta e tres annos de edade, e deixando um filho que foi o imperador Maximiliano, avô de Carlos V[3].

Ao casamento da infanta se liga uma lenda amorosa similhante á que enlaça com uma cadeia de violetas os nomes de Beatriz e de Bernardim. Com uma differença comtudo, é que n'esta ultima o desenlace é que é mysterioso, emquanto n'esta a que nos referimos o desenlace é positivo, e os começos talvez um pouco problematicos.

O que ha incontestavel é que um fidalgo Portuguez, por nome João de Menezes da Silva, entrando em religião na Italia com o nome de fr. Amador ou Amadou, fundou uma regra de observancia rigorosa, filiada na dos Franciscanos, e que do nome do fundador se chamou congregação dos Amadeus, que

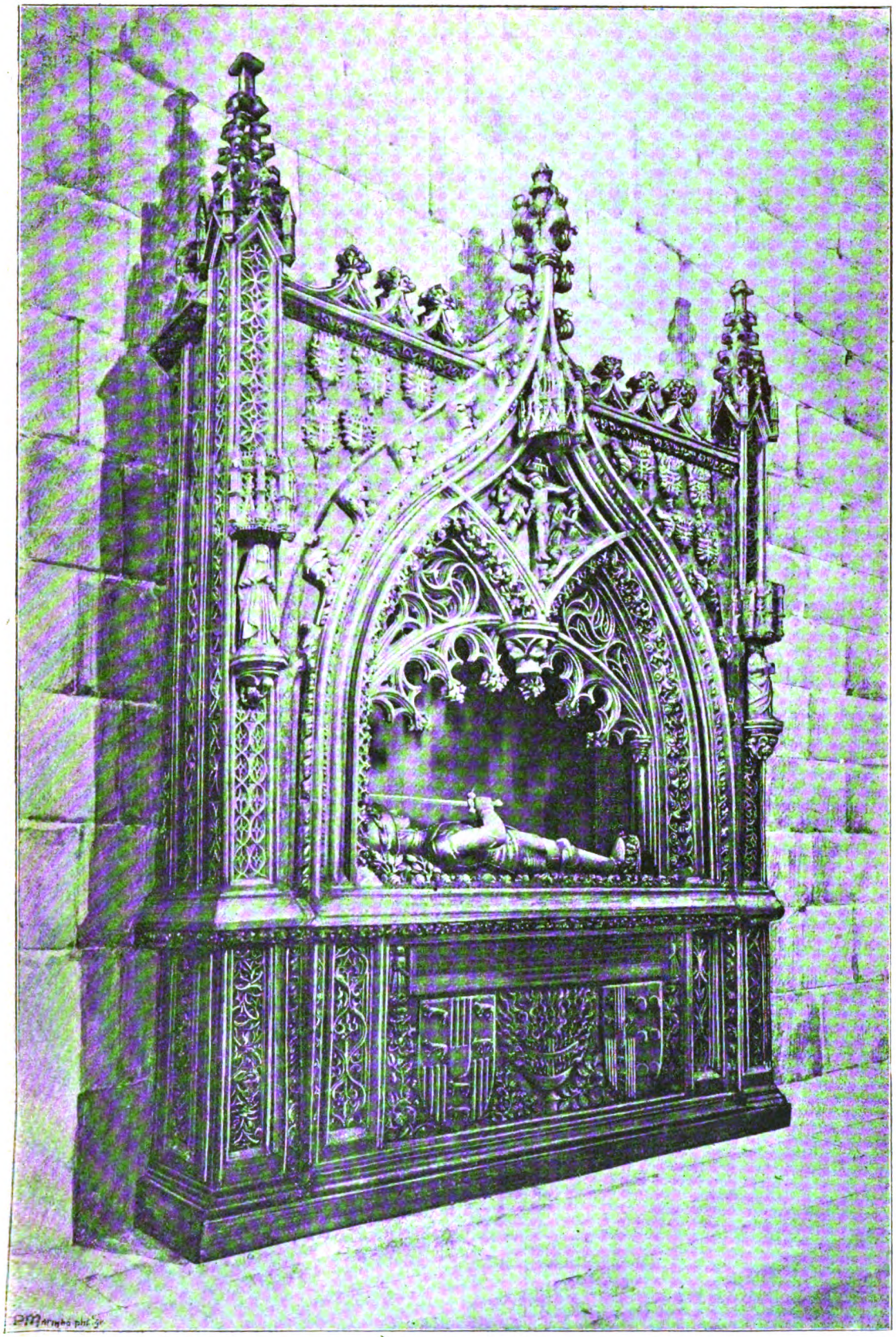
---

[1] A 27 de março, diz Ruy de Pina «Chronica», etc., cap. 133, pag. 447.

[2] «Panorama», vol. XII (4.º da 3.ª série), pag. 195.

[3] E' notavel que o grande imperador Carlos V tinha de todas as procedencias o sangue Portuguez nas veias, como se vê pelo seguinte: Carlos V era filho de Philippe o Formoso e de Joanna a Louca, Philippe era filho do Imperador Maximiliano e de Maria de Borgonha, Maximiliano era filho de Frederico III e de «D. Leonor de Portugal, irmã de D. Affonso V», Maria de Borgonha era filha de Carlos o Temerario, e Carlos o Temerario filho de Philippe de Bom, e de «D. Izabel de Portugal», irmã de D. Duarte. Vejamos agora pelo lado maternal, Joanna a Louca era filha de Fernando de Aragão, e de Izabel a Catholica; Izabel era filha de D. João II de Castella e de «D. Izabel de Portugal», filha do infante D. João e sobrinha de D. Duarte.

Digitized by Google



TUMULO DE D. DUARTE DE MENEZES
(existente no Museu Districtal de Santarem)

Digitized by Google

chegou a ter na Italia vinte mosteiros. Ao mesmo tempo, em Hespanha, sua irmã D. Beatriz fundava uma nova ordem chamada da Conceição de Nossa Senhora, que principiou nos paços de Galiana em Toledo.

Mas que motivo levou estes dois fidalgos, moços, gentis, estimados na côrte, a desampararem o mundo, trocando em cilicio as galas, e na solidão do claustro as pompas dos palacios? o fidalgo, diz a tradição que um louco amor sem esperança o lançára aos pés da gentil imperatriz, e que, estranho aos galanteios vulgares, foi por muito tempo o seu motto e a sua empreza a discreta lettra *Ignoto deo*, em que os mais perspicazes adivinham facilmente a ambição desvairada d'um coração que se deixára ir atraz de sonhos que nunca poderia realisar. A dôr secreta, que consumiu o espirito de Beatriz, e a lançou tambem nas asperezas da vida monastica, não sabemos ao certo qual era. A supposição de Bordalo, que lhe attribue um amôr similhante ao que devorava em silencio o coração da irmã de René, devemos suppôl-a baseada em vaga noticia historica, ou devemos attribuil-a apenas á imaginação do romancista, desejoso de illuminar a doce figura portugueza do seculo xv com um reflexo da aureola que cinge a fronte da Amelia de Chateaubriand?

E' mais verosimil esta segunda hypothese.

Eis a tradição que se liga ao casamento da infanta D. Leonor com o imperador de Allemanha Frederico III, tradição que Francisco Maria Bordalo aproveitou habilmente no seu formoso romancinho *Ignoto Deo*. Duarte Nunes de Leão, acabando de referir, accrescenta o seguinte: «E é muito de considerar os chamamentos que Deus faz aos homens, que um fidalgo mancebo muito gentil homem e loução, e que tinha todos os seus pensamentos no mundo, e uma dama de tão extremada belleza, e tão desejada de tantos grandes, com que ella podéra vir a ter grande estado; e tão illustres, e irmãos, ambos na flor de suas edades, em reinos estranhos fossem instituidores de duas ordens de religião, renunciando o mundo por ganharem o céo.»

Era d'um modo bastante differente que Affonso V esperava tambem ganhar o céu. Esse não queria entrar no Paraizo, senão d'espada em punho.

No anno de 1453 cahiu a cidade de Constantinopla nas mãos de Mahomet II, sultão dos Turcos. Havia longos seculos que o imperio do Oriente não apresentava senão o espectaculo d'uma decadencia vergonhosa.

Vergontea sahida da arvore romana, quando corrupção profunda lhe carcomira o tronco, o imperio do Oriente logo ao nascer tinha em si os germens da dissolução. O servilismo mais repugnante, a fraqueza mais completa, a frivolidade mais absoluta, a immoralidade imperando nos costuntes, enervando as almas, acanhando os espiritos, tudo isto fez com que ligassemos ao nome de Baixo-Imperio a idéa de todos os vicios que podem formar o cortejo d'uma decadencia completa.

Tal decadencia ainda se tornou mais sensivel, quando essa reliquia decrepita do mundo antigo se achou em presença das rudes e vigorosas nações da moderna Europa, que um dos grandes refluxos da historia arrojava para a Asia, d'onde tinham sahido os seus barbaros antepassados. A corôa dos cezares gregos cahiu aos pés dos cruzados, e Balduino, conde de Flandres, foi proclamado imperador de Constantinopla. Esbulharam-n'os do diadema usurpado os Paleologos, mas para rojarem esse diadema na lama aos pés de uma nova raça nomada, a ultima das raças invasoras da

Digitized by Google

Europa, os Turcos, que, passando por cima das ruinas do imperio dos Kalifas, vieram percorrer com as suas hostes devastadoras os jardins do imperio grego.

Não contaremos a longa série de humilhações e de revezes, que tiveram de soffrer os imperadores de Byzancio, calcados aos pés pelos Turcos insolentes. Diremos apenas que em 1453 Mahomet II, appellidado pelos seus soldados E-Fathy, o conquistador, estava ás portas de Constantinopla, cidade em que se resumia o imperio do Oriente, cujo ultimo chefe, chamado Constantino, do mesmo modo que o seu fundador, se preparava para cahir com gloria, dando assim um remate honroso a essa deploravel tragedia do desmoronamento do Baixo-Imperio.

Combateu como heroe, mas a cidade succumbiu. A Europa, que assistira com indifferença á vagarosa ruina d'essa reliquia da antiga Roma, soltou um grito de terror quando viu baquear o ultimo baluarte que a defendia contra as hordas asiaticas. Era provavel que os estados europeus expiassem amargamente o seu descuido, porque Mahomet II, homem de incansavel actividade, já se preparava para a conquista da Italia, se dois heroes não surgissem a suster a torrente invasora, oppondo-lhe como dique as suas espadas robustas. Esses dois heroes foram na Hungria um dos celebres Hunyadas e na Albania o denodado Scamderbeg (Iskader-bey).

O papa Calixto III soltou um grito de alarma, convidando os principes christãos para a cruzada. Tinham passado porém as épocas do fervor religioso, e os monarchas catholicos estavam mais dispostos a terminarem as suas contendas particulares do que a unirem-se contra os inimigos da fé. D. Affonso V de Portugal é que respondeu enthusiasticamente ao brado que o pontifice erguera, e se mostrou prompto a tomar a cruz. Prometteu servir por um anno com doze mil homens, á sua custa, e logo começou a fazer os preparativos necessarios. Comtudo o povo mostrava-se descontente, porque as despezas eram enormes. Os outros principes christãos respondiam com bastante frieza ao convite do papa e de D. Affonso.

Brazão de armas da villa de Alvito

Por outro lado, correrias dos piratas Francezes sobre navios nossos tornavam urgente o emprego de algumas forças maritimas contra elles, e além d'isso o rei de Fez, constando-lhe que Affonso V se ia apartar do reino para uma empreza longinqua, lisongeava-se com a esperança de recuperar Ceuta.

Ao mesmo tempo outros objectos chamaram a attenção de D. Affonso V, e lh'a desviaram da projectada cruzada. Nasceu-lhe um filho, o principe D. João, no dia 8 de maio de 1455, e el-rei Henrique IV de Castella desquitou-se da sua primeira mulher, filha d'el-rei de Navarra, e pediu em casamento a irmã d'el-rei de Portugal, D. Joanna, que foi depois a tristemente celebre e formosissima Beltraneja.

Preparava-se comtudo D.Affonso para ir defender Ceuta contra el-rei de Fez, aproveitando os aprestes que fizera, contra o sultão dos Turcos; porém o Moiro levantou o assedio que chegára a pôr. Ficou assim gorada a empreza de Affonso V.

Mas o coroado D. Quixote nem por isso desistiu das suas tenções, e quando em 1457 o papa de novo prégou a cruzada, Affonso V de novo a tomou, promettendo ainda os mesmos doze mil homens. Renovaram-se os preparativos, apesar dos queixumes dos povos, e D. Affonso V mandou embaixadores a differentes principes christãos, e entre outros a seu tio de Napoles, para que o

Digitized by Google

acompanhassem em tão santa empreza. Encontrou-os frios como da primeira vez; mas não deixou elle de persistir. Como o antigo condestavel, seu primo, filho do infante D. Pedro, andava por Castella foragido, e el-rei sabia que era um perito homem de guerra, acolheu-o de novo em seu valimento. Para que n'essa expedição longinqua o dinheiro portuguez fosse por todos acceito, mandou cunhar moedas que excediam em peso todos os ducados estrangeiros, moedas que se ficaram chamando «cruzados» pelo destino que esteve para lhes ser applicado. Mas como nenhum principe christão se resolvia a acompanhal-o na empreza, aconselharam-lhe os seus fidalgos que emprehendesse alguma conquista africana, o que seria maneira proveitosa para o reino de cumprir o seu voto. Resolveu-se effectivamente a ir sobre Tanger com vinte e cinco mil homens, mas sobreveiu uma peste em Lisboa, que o demoveu, muito a seu pezar, das suas tenções bellicas.

Estava elle dando ordens para que uma porção da esquadra que preparára, fosse dirigida contra os piratas Francezes, quando recebeu noticias de Ceuta, do conde de Odemira, governador da praça, em que este lhe pedia soccorro porque estava cercado por el-rei de Fez.

Logo partiram alguns fidalgos, e D. Affonso V tencionava seguil-os, mas a noticia de que estava levantado o cêrco veiu colhel-o no meio dos seus preparos. Entendeu que não devia largar mão d'elles, e determinou partir sobre Tanger. A conselho do conde de Odemira, mudou de plano, e escolheu Alcacer-Ceguer.

Logo tudo se preparou, convocaram-se os fidalgos, e determinou-se que a esquadra partisse em tres divisões, uma de Setubal, commandada por el-rei, outra do Porto, commandada pelo marquez de Valença, a terceira de Sagres, commandada pelo infante D. Henrique. Reuniram-se as tres esquadras em Lagos, d'onde partiram no dia 17 de outubro de 1458, constituindo uma formosa frota de duzentas e vinte velas. Era a mais bella que sahia dos portos de Portugal depois da que demandára e conquistára Ceuta. Brisas egualmente prosperas lhe infunavam as velas. D. Affonso V meneava nas mãos juvenis a espada de D. João I, e ia remir-se com os loiros de Alcacer da vergonha de Alfarrobeira. Os manes do infante D. Fernando, martyrisado em Fez, estavam clamando vingança: o desastre de Tanger precisava de que uma victoria lhe offuscasse a lembrança, e escondesse aquella pagina negra dos nossos bellicos annaes debaixo dos festões esplendidos de um triumpho notavel.

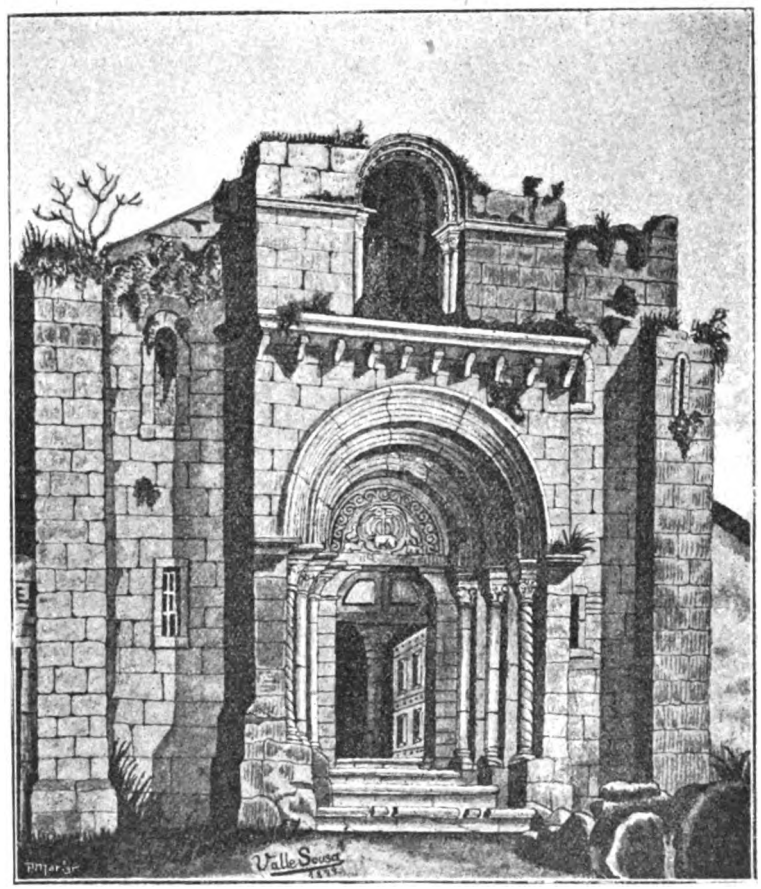
Digitized by Google

CAPITULO XXXVI

Tomada de Alcacer-Ceguer. — D. Duarte de Menezes. Novas tentativas para a conquista de Tanger.

ALCACER-CEGUER, como o seu nome o indica[1], era uma pequena villa, situada a pouca distancia de Tanger, mas bem fortificada e que, juntamente com Tanger, servia de refugio aos Moiros nas suas correrias contra Ceuta. Quando passou por diante de Tanger, esteve-a D. Affonso namorando, mas conheceu que era imprudencia saltear a cidade, e, passando adiante, foi na segunda-feira 21 de outubro fundear diante de Alcacer-Ceguer.

Tratou-se do desembarque. As correntes do estreito haviam arrastado para alguma distancia os navios dos dois infantes, tio e irmão d'el-rei, D. Henrique e D. Fernando; mas D. Affonso V mandou logo chamal-os, e, assim que elles chegaram, o desembarque operou-se com tanto ardor, que nem se póde dizer quaes foram os primeiros nem quaes os segundos.



COIMBRA — EGREJA DE S. CHRISTOVÃO, SECULO XII (DEMOLIDA HA ANNOS)

Estavam na praia uns quinhentos Moiros de cavallo, acompanhados por muitos peões, que foram logo repellidos, refugiando-se uns na praça, outros nas montanhas. A' tarde el-rei mandou fazer um simulacro de assalto, para conhecer qual seria a defeza; encontrou-a rija e efficaz, mas os seus soldados, incitados talvez por isso mesmo, transformaram o simulacro em verdadeiro assalto, e investiram com ardor as muralhas. Os cavalleiros do infante D. Henrique atacaram as portas, e, em vez de serem reprimidos, foram animados a

[1] *Ceguer* ou *seguir* quer dizer em arabe *pequeno*. Os Moiros chamavam a esta villa *Carcer-el-seguir*, Alcacer pequeno, em contraposição a Alcacer-quivir *(cacer-el-quebir)* ou Alcacer grande. João de Sousa. *Vestigios da lingua arabica em Portugal*, pag. 18.

Digitized by Google

isso pelo infante, tão temerario na velhice diante de Alcacer, como na virilidade diante de Tanger, e na juventude diante de Ceuta. Vendo o ardor dos Portuguezes, D. Affonso e seu irmão D. Fernando deixaram ás soltas o resto da tropa, que investiu denodamente com a villa. Era meia-noite, e o prelio estava tão acceso como em pleno dia. Uma grossa bombarda, a que D. Henrique mandou dar fogo, e que fez graves estragos nas muralhas, acabou de desanimar os Moiros, que pediram para capitular. Dirijiram-se ao infante D. Henrique; este disse-lhes que el-rei só queria a cidade, e que os habitantes podiam sahir levando todas as suas riquézas. Depois de reflectirem algum tempo, os Moiros acceitaram a proposta.

Na quarta feira 23 de outubro, a capitulação foi executada fielmente: os Moiros sahiram, a mesquita mudou-se em egreja com a invocação de Santa Maria da Misericordia, e a bandeira das quinas fluctuou em mais uma praça africana, tomando todos por milagre tão rapido rendimento.

A capitania de Alcacer, que muitos ambicionavam, foi dada por D. Affonso V a D. Duarte de Menezes, o filho bastardo de D. Pedro de Menezes e o mais notavel heroe das nossas guerras africanas. Depois de ter adoptado, em virtude da sua nova conquista, o seguinte titulo: «D. Affonso por graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, senhor de Ceuta e de Alcacer em Africa,» partiu o joven monarcha para Ceuta. Diz o seu chronista que, ao ver surgirem-lhe no horisonte as muralhas torreadas da velha cidade do conde Julião, ao ver desenrolar-se pelo dorso dos seus montes a magnifica Ceuta, e comparando a conquista de D. João I com a sua pobre conquista, não pôde deixar de sentir um movimento de tristeza.

Pois, pequena como era, Alcacer-Ceguer tinha de lhe ser fortemente disputada. O rei de Fez vinha em soccorro da cidade, quando soube que chegava tarde: determinou cercal-a; soube-lhe do designio D. Duarte de Menezes, avisou el-rei D. Affonso, que enviou logo soccorros em armas e mantimentos; mas no seu conselho os votos dividiram-se sobre a questão se el-rei devia partir para Portugal, como tencionara antes, ou se devia ficar na Africa. Os negocios do reino reclamavam a sua presença, mas por outro lado entendia-se que parecia de covarde sahir da Africa, quando o rei de Fez estava em campanha. Coisa que podesse ser acoimada de testemunha de fraqueza era o que D. Affonso não praticava. Mandou logo a Tanger, aonde o rei de Fez viéra, Lopo d'Ameida e Martim de Tavora para o desafiarem em seu nome. O Moiro, comtudo, sabendo a que elles vinham, nem deixou approximar o navio, mandando fazer fogo sobre elle. A resposta era clara; os fidalgos portuguezes transmittiam-n'a a D. Affonso, e depois foram metter-se em Alcacer, onde já estavam muitos fidalgos voluntarios, desejosos de militarem debaixo das ordens do heroico D. Duarte de Menezes, e entretanto D. Affonso voltava a Portugal para preparar soccorro com que viesse descercar Alcacer; mas encontrou o reino muito fálho de dinheiro, e pouco disposto a ajudal-o no seu proposito.

No dia 13 de novembro assentava o rei de Fez o seu arraial diante de Alcacer. A darmos credito ao que diz Ruy de Pina, constava o seu exercito de trinta mil homens de cavallaria e grande numero de peões. Ia começar um dos assedios, que deviam immortalisar D. Duarte de Menezes e fazer do seu nome o terror da Mauritania.

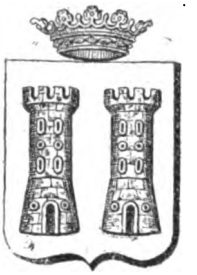
D. Duarte tinha então quarenta e quatro annos. Era, como dissemos, filho bastardo de D. Pedro de Menezes,

Digitized by Google

conde de Vianna, e por elle legitimado a 15 de março de 1424[1]. Aos quinze annos começou em Ceuta, debaixo das ordens de seu pae, a mostar o seu valor. Esteve na expedição de Tanger em 1437; em 1438 nomeou-o D. Duarte alferes-mór, e fronteiro e alcaide-mór do castello de Beja. Acompanhou o condestavel D. Pedro a Castella contra os infantes de Aragão, e era tido por todos em tão alta conta que logo D. Affonso V se lembrou d'elle para capitão de Alcacer-Ceguer.

Era baixo, mas bem proporcionado, sobrio, e capaz de supportar as mais rudes provações. O seu gosto eram as façanhas cavalheirescas[2]. «O seu poder sobre si mesmo, a sua gravidade natural, que raras vezes era interrompida por um sorriso, mas sobretudo o seu juizo são e a sua alta intelligencia tornavam-n'o proprio para o commando[3]». O seu ar era senhoril, e o seu nobre espirito animado dos mais puros sentimentos. Tal era o homem que ia defender Alcacer contra o poder da Moirama. Logo conheceram os assaltantes quanto elle valia, quando viram a vigilancia, a ordem e disciplina que se mantinha dentro dos muros, quando se acharam sempre repellidos, e ao passo que as suas bombardas nenhum mal faziam nem aos Christãos nem ás muralhas, o seu arraial sempre varejado e com graves perdas pela artilheria dos sitiados. Tinham elles muita esperança n'umas grossas bombardas que os Christãos tinham deixado no arraial diante de Tanger, quando fôra a desgraçada expedição de 1437; mas de todo desanimaram ao vêrem que os tiros d'essas bombardas não produziam o desejado effeito.

Veiu restituir-lhes comtudo algum alento uma informação inesperada. Enviára D. Affonso V a Alcacer Luiz Alvares de Sousa, védor da fazenda do Porto, para levar conforto aos sitiados, promettendo-lhes proximo soccorro. De bordo do navio communicavam com a fortaleza por meio de settas em que iam cravadas cartas, e de dentro respondiam da mesma fórma. Uma d'essas missivas cahiu no acampamento moirisco. Era escripta em francez, para maior cautella, mas havia no arraial quem a percebesse e o rei de Fez pôde vêr por ella que D. Duarte confessava que lhe faltavam mantimentos e polvora. Cheio de jubilo, mandou logo um parlamentario dizer a D. Duarte que se rendesse, porque já se sabia dos apuros em que estava; mas o intrepido commandante respondeu orgulhosamente que el-rei de Portugal lhe confiára a praça não para a entregar mas para a defender. Esta resposta causou immenso espanto aos Moiros, e começaram a duvidar de que fosse verdade o que D. Duarte dizia na carta apprehendida, suspeitando muitos que a exageração natural nos cercados que pediam soccorro fosse o que houvesse dictado essas expressões, tanto mais que parecia pouco provavel que el-rei de Portugal não tivesse abastecido amplamente a praça, que tomara havia tão pouco tempo. A verdade, porém, era que os mantimentos faltavam, que a guarnição estava reduzida a pequenissimas rações diarias, e que já se tratava de matar os cavallos. Antes de lançar mão d'este ultimo recurso, quiz D. Duarte fazer uma sortida, em que os cavallos apparecessem. Assim foi. A sortida fez-se, e se



Brazão de armas da cidade de Portalegre

[1] Retratos e elogios de varões e donas, etc., biographia de D. Duarte de Menezes.

[2] Ruy de Pina «Chronica do conde D. Duarte de Menezes», cap. III publicado no tom. III da «Collecção de livros ineditos da historia portugueza». (Edição da Academia).

[3] Schoeffer, «Historia de Portugal», t. fr., pag. 515.

Digitized by Google

Moiros, que suppunham os cavallos devorados, sentiram immenso desanimo[1], e logo trataram de levantar o cêrco, vendo que nada conseguiam nem á força viva, nem pela fome. No dia 31 de dezembro de 1458 começaram a fazer os seus preparativos de partida, e no dia 2 de janeiro de 1459 levantou-se o assédio que durára cincoenta e tres dias, e em que os assaltantes haviam perdido mil e duzentos homens. Assim que a noticia do feliz exito chegou a Portugal, fizeram-se procissões de acções de graças, e mandou el-rei louvar extremamente a D. Duarte de Menezes e a todos os que o tinham ajudado na sua briosa defeza.

Uma das causas porque D. Affonso V não podéra soccorrer Alcacer, fôra por não ter a villa coiraça que ligasse as fortificações com a beira-mar. Para remediar portanto de futuro similhantes inconvenientes, ordenou-se logo a construcção da coiraça, que foi dirigida por D. Duarte com grande actividade e zelo. Presentiram-n'a os Moiros, e trataram de a impedir, e D. Duarte, para lhes tirar o gosto de o fazerem, determinou ir elle mesmo saltear os alcaides, que para isso se tinham juntado com mil e quinhentos homens de cavallaria, e muita peonagem. Succedeu que duas sentinellas á noite no muro, praticando desenfastiadamente, falaram no projecto de D. Duarte; ouviu-os um Moiro que entendia o portuguez, e que andava espionando a praça por fóra da cêrca; avisou os al-kaides, e estes, suppondo que Deus lhes lançasse nas mãos o seu mortal inimigo, prepararam ciladas de que elle não podesse escapar. A nova correu entre os Moiros, e chegou aos ouvidos d'um Christão captivo, que tinha relações de amisade com um d'elles, e que, pungido pelo pensamento do desastre que esperava D. Duarte instou com o Moiro seu amigo para que fosse avisar os Portuguezes, promettendo-lhe que de tal aviso colheria immenso proveito. O Moiro, que sabia portuguez porque já estivera prisioneiro em Tavira, deixou-se seduzir, e foi a Alcacer communicar o succedido a D. Duarte, que tomou as precauções necessarias, e, em vez de soffrer um desastre, infligiu uma derrota aos inimigos.

Não desistia o rei de Fez de tomar Alcacer, e no dia 2 de julho de 1459 appareceu de novo sobre a villa com um grande e poderoso exercito. Aconteceu que n'esse mesmo dia desembarcou em Alcacer D. Izabel de Castro, mulher do governador, que foi assim recebida com aquelle apparato bellico. Acolheram-na com enthusiasmo os cavalleirosos defensores «assim, diz Ruy de Pina, pelo reparo que os feridos e doentes em sua cura d'ella recebiam, como pelo favor de suas donzellas com que os fidalgos fronteiros se favoreciam e folgavam melhor de pelejar; porque ella tinha em sua casa gentis mulheres filhas d'homens honrados, que, guardada em tudo a sua honra e honestidade, sabiam bem fallar e tratar os homens como mereciam[1].» Aquelles cavalheirescos pelejadores rejubilavam-se com a idéa de combaterem pelo seu rei, pelo seu Deus e pela sua dama, e por isso corriam de Portugal os voluntarios desejosos de quebrar lan-

[1] «N'este combate, conta Schoeffer, Martim de Tavora, filho de Pero Lourenço de Tavora o velho, senhor de Mogadouro, e reposteiro-mór de el-rei D. João I, vendo o seu inimigo mortal, Gonçalo Vaz Coutinho, em perigo extremo de morrer no meio dos Moiros, correu como terno irmão a expor a sua vida para soccorrer Coutinho e pela sua coragem o arrancou das mãos dos Moiros. Coutinho, commovido por essa generosa acção, e disposto a reconciliar-se, perguntou a Martim de Tavora como viveriam d'ahi em diante. «Como d'antes,» respondeu Tavora, e effectivamente a sua antiga inimisade continuou.» Schoeffer, «Historia de Portugal,» tr. fr. pag. 517 — nota. Este caso conta-o Duarte Nunes de Leão na «Chronica de Affonso V,» cap. 30, pag. 239, e Ruy de Pina, cap. 140, pag. 475.

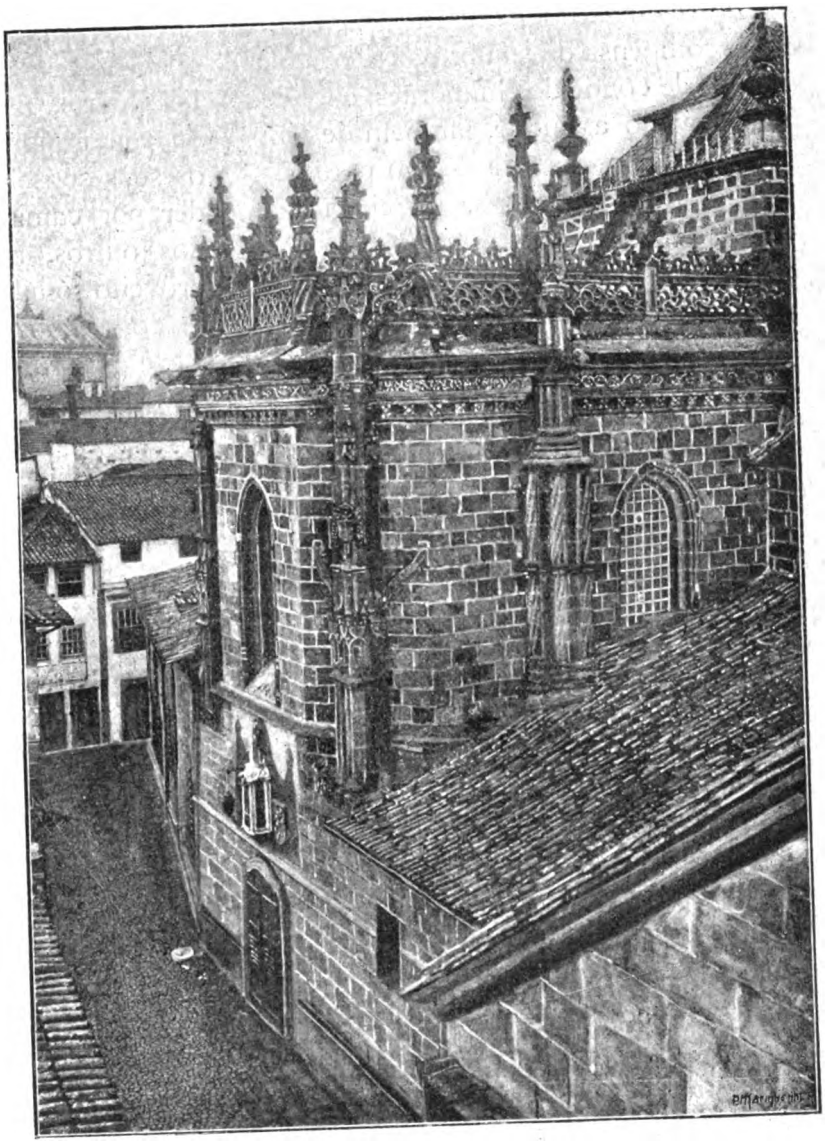
[1] *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, cap. 142, pag. 481.

Digitized by Google

ças em tão illustres torneios. Os Moiros comtudo, que sabiam quanto e como cortava a espada portugueza, não se approximavam muito da praça, e punham toda a sua confiança nas bombardas, que effectivamente alluiam os muros; mas D. Duarte com tal promptidão os reparava, que os Moiros, perdida outra vez a esperança, de novo levantaram o cêrco tambem, depois de cincoenta e tres dias de arraial, e partiram seguidos pelas apupadas dos Portuguezes, cujo chefe, D. Duarte, lhes mandára dizer por carta que se portavam covardemente em não ousarem vir pelejar corpo a corpo. Os Moiros tinham respondido com insultos, mas não se tinham resolvido a acceitar o desafio[1].

O levantamento successivo d'estes dois cêrcos, e a constancia intrepida de D. Duarte haviam-lhe grangeado merecida popularidade, e para premiar os seus serviços o nomeou el-rei, com applauso de todos, conde de Vianna do Minho, quando veiu d'Alcacer com licença ao reino[1].

Não perdia D. Affonso V a idéa de passar á Africa, e em 1460 tudo preparou para realisar o seu desejo; o que o impediu de o fazer foi uma doença grave que o teve em perigo de morte. Sa-



EXTERIOR DA CAPELLA-MÓR DA SÉ DE BRAGA

[1] Já no cêrco anterior, quando o rei de Fez ameaçára D. Duarte com o dar-lhe um assalto, o governador d'Alcacer respondeu, offerecendo-lhe as escadas que D. Affonso V deixára, dizendo que lh'as mandaria collocar entre as torres para lhe facilitar a subida. Estas bravatas são carecteristicas do tempo, e da indole d'aquelles paladinos, verdadeiros heroes de romances de cavallaria.

[1] O diploma do conde passado por D. Affonso V com a dada de 6 de julho de 1460, vem impresso na *Chronica do conde D. Duarte de Menezes* de Ruy de Pina, in fine, pag. 372 a 376 do tomo III da *Collecção de livros ineditos da historia portugueza*. Ahi se diz expressamente que o titulo de conde lhe foi dado para recompensar o valor com que defendera Alcacer, duas vezes sitiada, etc.

Digitized by Google

biam comtudo os seus fidalgos que o lisongeavam, quebrando lanças nas praças africanas, e cedendo tambem a uma natural inclinação, atravessavam o estreito, e iam combater como voluntarios. Foi o que fez em 1481 D. Fernando, filho do segundo duque de Bragança, que, em recompensa da sua bravura, recebeu o titulo de conde de Guimarães, e foi depois elevado a duque, tambem de Guimarães, ainda em vida de seu pae[1].

Em 1462 resolveu-se el-rei a tomar Tanger: foi o caso que um tal Diogo de Barros e um João Falcão, tendo estado em Tanger, souberam d'um cano que havia na cidade, que vinha ter fóra da cêrca, e pelo qual talvez se podesse tomar a cidade. Falaram n'isso a el-rei, foram secretamente a Tanger, escalaram um muro d'onde trouxeram hervas que no alto do muro colheram, para mostrarem como seria facil o assalto. Regressaram depois a Portugal, e enthusiasmaram el-rei com estas noticias que lhe traziam, exaltando-lhe o espirito facilmente inflammavel. «Certamente, diz Ruy de Pina, eu não poderia escrever com quanta ledice el-rei ouvia áquelles seus criados as novas d'aquelle feito de Tanger, e tanta era sua ledice que já lhe parecia o feito acabado[1]». Mas essa empreza, que para ser bem succedida, se devia conservar o mais secreta possivel, divulgou-se de tal modo que chegou aos ouvidos do conde de Vianna, governador de Alcacer, que avisou el-rei para que andasse com mais cautella n'um emprehendimento em que todo o cuidado era pouco. «Mas a voz da prudencia, diz Schoeffer, raras vezes achava accesso junto d'Affonso, e n'esse momento sobretudo tinha Duarte poucas probabilidades de ser escutado, porque el-rei se deixava levar pelas insinuações do conde de Villa-Real, que, parente de D. Duarte, não deixava de ter ciumes da sua importancia, tornava suspeitos os seus conselhos, e accusava-o de tender por caminhos affastados, e á custa dos outros, a fazer redundar em seu proveito só a honra e as vantagens. Chamado, segundo os seus desejos, a fazer parte da expedição, o conde declarou-se prompto a supportar por el-rei a escravidão até á morte. Pediu só que em tal caso se lembrassem d'elle e de seus filhos, e Affonso, com grande desvantagem dos bens da corôa, concedeu logo os pedidos illimitados e inconvenientes que o conde apresentava (sem duvida para fazer brilhar o seu desinteresse ao lado do supposto egoismo de D. Duarte[1])».

D. Affonso V tinha effectivamente uma pasmosa facilidade em esbanjar os bens da corôa. O povo mais de uma vez lhe fez sentir o desprazer que esses desperdicios lhe causavam. N'umas côrtes de Lisboa queixou-se de taes liberalidades e lhe pediu «que as temperasse e quizesse ter mão mais firme nas coisas da corôa, com que sustivesse seu estado como seus antecessores faziam, e não as dar com tanta soltura e sem necessidade, como dava, que se contentasse em arrecadar dos vassalos os antigos e velhos direitos e não aggravar seu povo com novos pedidos e imposições. E para o melhor poder fazer, lhe outhorgaram cento e cincoenta mil dobras de oiro com que desempenhasse e negasse as rendas da corôa, que por tenças e por

[1] O primeiro duque de Bragança, D. Affonso, o que fôra conde de Barcellos, morreu em 1461; em 1460 morrêra seu filho mais velho, o marquez de Valença, que fôra conde d'Ourem; succedeu lhe pois seu filho segundo, D. Fernando conde d'Arrayolos, que fôra feito por Affonso V marquez de Villa Viçosa, e que veiu a ser por conseguinte 2.º duque de Bragança. D'este é que era filho D. Fernando, conde e depois duque de Guimarães, e posteriormente 3.º duque de Bragança, decapitado em Evora por ordem d'el-rei D. João II.

[2] *Chronica do conde D. Duarte de Menezes* cap. 129, pag. 317.

[1] *Historia de Portugal*, trad. fr., pag. 520

Digitized by Google

casamentos, ou por outras dividas e obrigações tivesse dadas, com juramento que fez de nunca mais as dar, mas isto nem sómente aquelle anno em que se prometteu se manteve; porque na passagem em Africa que logo fez se desordenou tudo, e com muita mais soltura por mal da corôa real[1]».

Essa passagem á Africa foi a expedição de Tanger. D. Affonso V combinou com o conde de Villa Real sair este de Ceuta com as tropas necessarias para sitiar Tanger, que D. Affonso V cercaria do lado do mar com uma esquadra. D. Affonso V daria o assalto, e o conde de Villa Real ficaria de observação para não deixar que tropas de fóra viessem acudir aos sitiados. Logo houve transtorno, porque, demorando-se a partida do rei mais do que se combinára, o conde de Villa Real teve de mandar embora uma grande parte dos seus soldados, mercenarios estrangeiros. Partiu emfim D. Affonso V a 7 de novembro de 1463, logo o accommetteram ventos ponteiros, que só lhe permittiram chegar a Lagos no dia 9 de novembro, juntando-se com elle o conde de Odemira e o almirante. Seguiram então para Africa, mas uma tempestade violenta os salteiou, e os obrigaria a refugiar-se em Silves, se D. Affonso V, por esse espirito quixotesco de que sempre deu provas, não entendesse que devia luctar contra vento e maré, a ponto que nem quiz que se alijassem as bagagens do navio em que ia com seu irmão D. Fernando. Perdeu-se uma caravella com uma carregação preciosa, com os tripulantes e com os passageiros que eram alguns dos Portuguezes mais distinctos, affundou-se o baixel de Affonso de Vasconcellos, salvando-se miraculosamente os que iam a bordo, e emfim o rei e seu irmão foram, desgarrados, aportar a Ceuta. D. Duarte de Menezes conheceu o navio pela bandeira real, e veiu logo prestar homenagem ao soberano; principiaram a apparecer a pouco e pouco os outros navios da frota, entre elles o que trazia o duque de Bragança e seus filhos, que, apenas desembarcaram, foram, em camiza e de pés descalços cumprir uma promessa á egreja de Santa Maria de Africa, egreja matriz de Ceuta, fundada pelo infante D. Henrique.

Brazão de armas do concelho de Belem

Ia já mal agourada a expedição, mas Affonso não desistiu. Mandou por mar Luiz Mendes de Vasconcellos com doze galés, indo elle por terra. Debalde o conde D. Duarte lhe mostrou o inconveniente d'essa divisão de forças, n'uma epoca do anno em que as procellas podiam inutilisar a expedição maritima. D. Affonso não attendeu a conselhos; e sairam de Alcacer para Tanger Luiz Mendes por mar, e el-rei por terra. Andavam bem prevenidos os Moiros de espias, de tudo tiveram conhecimento, e, quando Vasconcellos, ao approximar-se da cidade, viu que não podia tentar desembarque, e se retirou, nem por isso D. Affonso V deixou de ouvir o signal que devia annunciar-lhe entrada em Tanger — uma salva de bombardas. Eram os Moiros que davam o signal combinado.

Foi grande a alegria dos companheiros de D. Affonso V, e profunda a sua tristeza quando viram que tinham sido illudidos. Ainda chegaram os esquadrões Portuguezes á vista da cidade, mas retiraram logo, sem que Affonso V pensasse em desistir das suas emprezas africanas[1].

Resolveu em compensação ir sobre Arzilla, mas os frios rigorosos, que so-

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 134, pag. 485.

[1] Pina *Chronica de D. Affonso V*, cap. 149.

Digitized by Google

brevieram, obrigaram-n'o a addiar essa tentativa.

Mas seu irmão D. Fernando, estava ancioso de conquistar uma gloria puramente pessoal. Era duas vezes duque[1], tinha um grande numero de vassallos, era mestre de Christo e de S. Thiago, queria justificar com os seus feitos essas honras accumuladas sobre a sua cabeça[2]. Resolveu tentar elle só a empreza de Tanger. Convocou os seus amigos e apaniguados, e, como dispunha de pingues commendas que podia repartir como lhe aprouvesse, não lhe foi difficil encontrar quem lhe applaudisse o pensamento. Só Fernão Telles perguntou se obtivera de el-rei a licença e as tropas necessarias. Respondeu violentamente o conde de Odemira, grande lisongeiro do infante, e todos entenderam, em conformidade com os desejos de D. Fernando, que a licença d'el-rei era dispensavel, mas as tropas? Com a leviandade de cortezãos, declararam os lisongeiros do infante que poucas eram precisas, mas o conde de Vianna, que já conhecia os Moiros e o seu systema de guerra e o seu valor, provou que Tanger se não podia atacar com um punhado de homens. Mais alto do que as suas palavras falava ainda a lembrança do desastre da antiga expedição. A nada se attendeu, e D. Fernando partiu. Soube-o el-rei, e mandou-lhe logo ordem para o esperar, e em seguida á ordem partiu immediatamente. Regressaram um e outro depois a Alcacer-Ceguer, sem se haverem encontrado; D. Fernando indignadissimo contra o conde de Vianna, que accusava de ter revelado tudo a el-rei, D. Affonso V indignado com a desobediencia do infante, que rudemente reprehendeu[3].

[1] Duque de Vizeu e Beja.

[2] *Chronica do conde D. Duarte de Menezes*, cap. 144.

[3] Pina *Chronica de D. Affonso V*, cap. 152 pag. 501.

As ordens de D. Affonso V tinham impedido D. Fernando de fazer uma tentativa de assalto, mas por isso mesmo Tanger estava tendo para elle todo o encanto do fructo prohibido. O conde de Odemira, desejoso de lisongeal-o, ainda mais o excitava. Conseguiu afinal o infante, quando seu irmão foi a Gibraltar a uma entrevista com o rei de Castella, obter d'el-rei a necessaria licença; tomou então as tropas necessarias, e, occultando loucamente ao conde de Vianna a expedição que se emprehendia, partiu para Tanger, no dia 19 de janeiro de 1464, com um pequeno exercito que ia cheio de sinistros presentimentos[1].

E comtudo o inesperado da tentativa ia fazendo com que obtivesse exito. Antes do romper do dia se encostaram escadas aos muros da cidade e os Portuguezes subiram sem serem presentidos, mas emfim um guarda soltou um grito de alarma[2]. Ainda os Moiros acudiram em grande confusão e tropel, mas infelizmente os Portuguezes não poderam arrombar a porta de uma torre, como esperavam, accumularam-se nas escadas, demoraram-se, e o ponto em que davam o assalto foi de subito illuminado por um grande fogo que o alcaide Ben-

[1] Um cometa de grande cauda, que viram no céo, assustou além d'isso estes espiritos supersticiosos. «Noite má para quem te apparelhas?», disse Gomes Freire, valente fidalgo. Esta locução foi muito tempo proverbial segundo diz Ruy de Pina. O cometa, accrescenta elle, «lançava de si muitos raios de fogo em figura de dragão». *Chronica de D. Affonso V*, cap. 153, pag. 505.

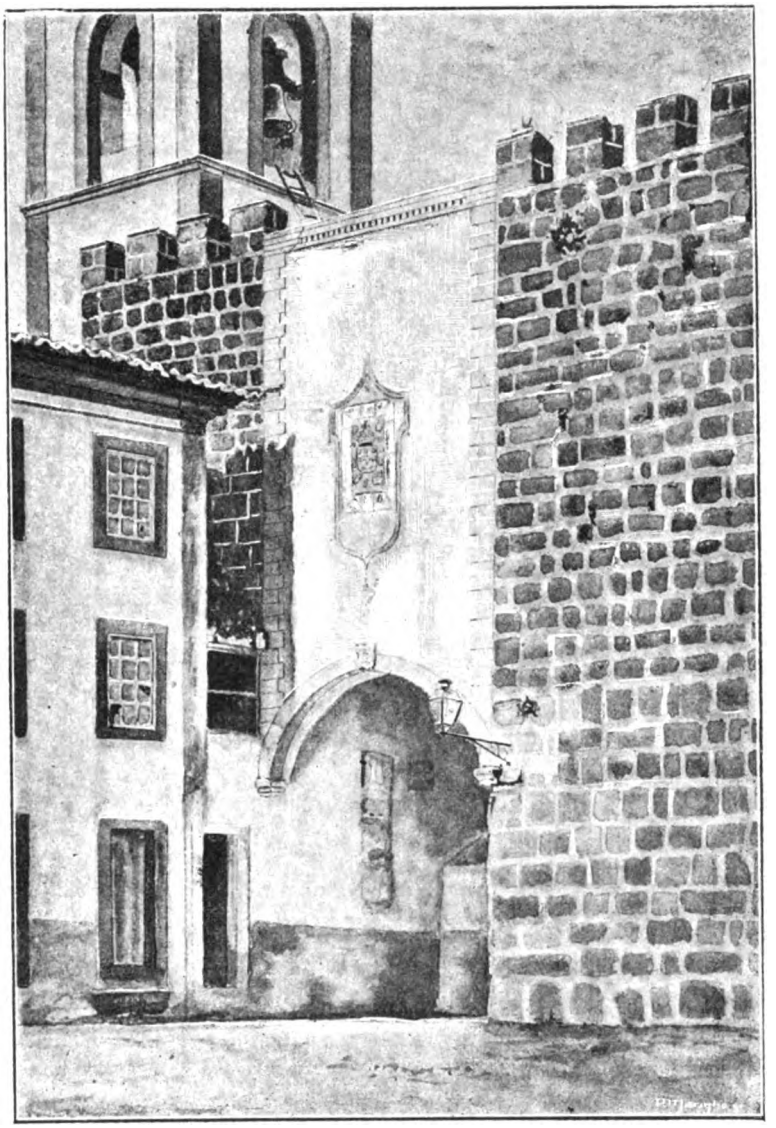
[2] Segundo conta Ruy de Pina a rolda parou, e poz o ouvido á escuta por julgar ouvir rumor no muro

Então João Falcão «disse a João de Souza que tomasse ou matasse um Moiro guarda que tinha ante si. E João de Souza, como fidalgo accordado e de bom coração, remetteu a elle, o qual, da sombra da morte que comsigo via, acabou ser desenganado da sua duvida, e começou de se pôr em defeza, e em João de Souza correndo a lança nas mãos para lhe dar, o Moiro em se retrahindo cahiu do muro contra a cidade dentro em um pomar, d'onde começou logo a dar grandes brados.» *Chronica de D. Affonso V*, cap. 153, pag. 507.

Digitized by Google

Ahmed mandou accender. Então os christãos, não podendo recuar, porque as escadas já estavam derribadas pelos inimigos, padeceram grande mortandade.

O infante, que ao principio fôra enviando reforços sobre reforços, cheio de jubilo pelo triumpho que suppunha seguro, quando soube do revez, quiz agarrar n'uma escada, e ir lançar-se no meio da peleja. A custo o retiveram e o obrigaram a voltar a Alcacer[1]. Tinha razão para procurar a morte, porque fôra causa de um terrivel desastre. Dos trezentos Portuguezes, a flôr do exercito, que tinham subido ás muralhas, nenhum escapara, duzentos foram mor-



PORTA DA VILLA DE NIZA

pitado em Evora. Singular destino, que fazia das duas irmãs, uma a esposa do algoz, e outra a esposa da victima!

O infante D. Fernando fôra sempre um principe de caracter muito aventuroso. Antes de D. Affonso V emprehender as suas expedições africanas, sahira o infante secretamente do reino, disseram uns que para combater na Africa, outros que para ir visitar D. Affonso de Napoles, seu tio, com esperança de que este, por não ter filhos, o adoptasse por herdeiro. El-rei teve conhecimento da sua sahida e orde-

[1] «Cinco annos depois, o infante D. Fernando poz-se mais uma vez á testa d'uma expedição contra Africa, tomou com uma esquadra e tropas numerosas a cidade de Anafé, e arruinou-a, porque em consequencia da grande extensão da praça, não podia lá deixar uma guarnição sufficiente *. No anno seguinte morreu em Setubal (no dia 18 de setembro de 1470) de edade apenas de 37 annos. Pina cap. CLX e CLXI.» Foi casado com a infanta D. Beatriz, sua prima e filha do infante D. João. Deixou quatro filhos, o primeiro D. João, que lhe succedeu nos ducados de Vizeu e de Beja, nos mestrados de Christo e de S. Thiago, e morreu sem descendencia, succedendo-lhe em tudo isso seu irmão D. Diogo, que morreu apunhalado por el-rei D. João II. O terceiro foi D. Duarte que morreu muito novo, e o quarto foi D. Manuel, conhecido pelo titulo de duque de Beja, e que, depois da morte de D. João II, subiu ao throno de Portugal. Teve além d'isso duas filhas: uma, D. Leonor, foi rainha de Portugal, porque casou com seu primo, o principe D. João, que veiu a ser D. João II; a outra, D. Izabel que casou com o conde de Guimarães, o qual foi n'essa occasião feito duque do mesmo titulo, e por morte de seu pae herdou o ducado de Bragança, morrendo depois deca-

* Dar-el-Beida, ou Casa Branca diz A. M. de Castilho, (*tambem chamada antigamente Anafé*), 11 milhas arredadas de Fedala, foi em outros tempos logar muito importante... São muito apparatosas suas torres e mesquitas... mas não passa de 700 o numero de seus moradores. *Descripção e roteiro* etc. t. I pag. 45. Fica Anafé a pouca distancia de Asamor.

Digitized by Google

tos, cem ficaram prisioneiros[1]. Tinham-se portado com grande valor, mas com pouca disciplina, ou antes faltára o commando. Por isso o alcaide moiro, quando os seus andavam procurando o cadaver do conde de Vianna, disse-lhes: «Não procureis, porque, pela grande desordem com que os Portuguezes combatiam, percebi que não viera com elles[2].»

Assim Tanger continuava a ser fonte de desastres para os Portuguezes. Quando D. Affonso V soube do que succedêra, mandou logo D. Duarte de Menezes confortar o infante desanimado, mas essa lição terrivel, e os conselhos dos homens assisados que o rodeavam não fizeram com que el-rei deixasse de praticar imprudencias exactamente analogas. Foi correr o campo nos arredores d'Arzilla, ainda que todos lhe aconselhavam que sahisse de Africa, visto que essa campanha lhe fôra tão pouco propicia, e que regressasse a Portugal. De volta a Ceuta, encontrou quatro Moiros, que lhe disseram que nas serras de Benacofú é que havia gente guerreira, de cujo vencimento resultaria gloria. Como um verdadeiro cavalleiro andante que era, D. Affonso V marchou logo n'essa direcção, acompanhado por muitos fidalgos, entre os quaes ia o conde de Vianna D. Duarte de Menezes, que foi com certa repugnancia. A expedição logo se mostrou desastrosa. N'aquelles ingremes serros, que as tribus arabes percorriam facilmente, mas onde os nossos cavalleiros se viam embaraçados, D. Affonso V, rodeado por innumeraveis inimigos, deveu muitas vezes a sua salvação á sua coragem pessoal. Os fidalgos que o rodeavam faziam prodigios de valor, e entre outros o conde de Villa Real, que n'essa occasião colheu immensa gloria; mas muitos dos Portuguezes, pouco habituados a luctarem com tantas difficuldades, não se envergonhavam de fugir, elles que em raso campo morreriam todos, antes do que abandonar a sua bandeira. El-rei, que pela sua leviandade se mettêra n'aquelles perigos, quando se quiz ver livre d'elles, chamou o conde de Vianna, e disse-lhe que, como melhor conhecedor dos ardis de guerra dos Moiros, lhe protegesse a retirada. Disse-lhe o conde que era difficil ser elle obedecido por cavalleiros que ao seu rei desobedeciam, mas que apesar d'isso faria tudo quanto podesse para defender a pessoa do soberano. Succedeu exactamente o que elle previra; apenas el-rei começou a retirar, seguiram-n'o todos á pressa, e D. Duarte de Menezes ficou a sustentar a rectaguarda quasi sósinho. Logo os Moiros se accumularam em torno d'elle, e não tardou que o heroe succumbisse, victima da sua dedicação e das imprudencias do seu soberano, cujo intrepido valor de cavalleiro não basta aos olhos da historia imparcial para resgatar a imprudencia do general, a leviandade do rei, e o frivolo egoismo do homem, que sacrificava os outros ás funestas consequencias dos caprichos que elles desapprovavam.

«Assim morreu o conde, diz Schœffer, verdadeiro cavalleiro na mais bella expressão do tempo. Á coragem pessoal e ao valor do guerreiro unia o lance d'olhos, a prudencia e o sanguefrio de ge-

---

nou ao conde d'Odemira, capitão de Ceuta, que vigiasse o estreito para não deixar passar navio em que o infante fosse; effectivamente D. Fernando foi obrigado a regressar ao reino. Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 134, pag. 448.

Não foi este o unico infante que sahiu assim do reino sem licença dos monarchas, como depois veremos, o mesmo fez o infante D. Luiz, irmão de D. João III, para ir servir o imperador Carlos V, e o infante D. Manuel, irmão de D. João V, para ir combater contra os Turcos, debaixo das ordens do principe Eugenio de Saboya.

[1] Os principaes fidalgos que alli morreram foram D. Gonçalo Coutinho, conde de Marialva, D. Jorge de Castro, filho de D. Alvaro de Castro que foi conde de Monsanto, etc. Os principaes prisioneiros foram o marechal D. Fernando Coutinho, Diogo da Silva, que foi depois conde de Portalegre, etc. Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 153 pag. 509.

[2] Pina, cap. 153.

Digitized by Google

neral, e seus talentos eram embellesados pelas mais attrahentes virtudes.

«O seu merito esplendia tão vivamente a todos os olhos, que a historia contenta-se com algumas das suas palavras e das suas acções para mostrar o heroe e o subdito leal, porque a elevação da alma e da dedicação pintam-se na sua linguagem e no seu procedimento. A sua morte foi muito chorada, mas ainda não tanto como merecia sel-o[1].» Nem todos eram capazes de o comprehenderem e apreciar, a sua franqueza offendêra muitas pessoas; o esplendor dos seus serviços e das suas façanhas enchêra outras de inveja e de ciume. Todavia, a despeito do amor-proprio ferido, e da odiosa malevolencia, o merito imponente fez-se reconhecer tranquillo e triumphante, chamou a estima, e attrahiu a sympathia. Bastantes olhos derramaram lagrimas sobre o nobre martyr[2].

«Atravez de mil perigos, depois de perdas multiplicadas, el-rei retirára-se, perseguido sem descanço, até ás faldas da serra. Mais de uma vez o conde de Villa Real repellira com vigoroso braço os ataques dos inimigos, e desviára os golpes dirigidos contra seu amo. D. Affonso, quando o tornou a vêr, disse-lhe com razão: «Toda a minha confiança, conde, em vós hoje repoisa[3]». Chegado a Ceuta, el-rei tomou as medidas necessarias para as possessões de Africa, depois voltou a Portugal onde celebrou em Evora a festa da Paschoa (1464)[4].

«Passavam os annos, mas a Africa ficava sendo sempre o alvo dos desejos e dos planos de Affonso. El-rei desprezava o que os Portuguezes faziam na costa occidental d'essa parte do mundo; a ponta septemtrional, fortemente povoada, era para elle uma excellente liça para o valor cavalheiresco, um vasto campo de brilhantes façanhas e gloriosas conquistas[1]. Aqui em poucos mezes se podia ganhar uma reputação, cujo esplendor se derramaria ao longe na christandade. Além, pelo contrario, sobre areias ardentes, n'esses desertos aridos, o estrangeiro não tinha que luctar senão com a natureza, talvez com hordas fugitivas e selvagens; e o marinheiro, que desembarcava, deixava as privações, as fadigas e os perigos de um mar desconhecido, para as trocar pelos perigos e pelos soffrimentos que o esperavam n'uma costa devastada e inexplorada. A tantos esforços e sacrificios não se podia prevêr um termo, nem sequer se podia fixar um fim certo e determinado. Mas deante do espirito do infante D. Henrique se apresentava esse fim, e só a elle apparecia tão claro, que estava em estado de lhe medir a altura e de apreciar a' importancia, que o seu ardor n'esse floco se alimentava. Deante da sua imaginação desappareciam as fadigas da navegação, as solidões das costas, e até os longos espaços de tempo que era necessario atravessar antes de se chegar ao termo. A sua vida não se estendeu até lá; deixou a sua tarefa a cumprir á patria, convencido de que o seu nome nem por isso deixaria de ser immortal[2]».

Effectivamente, dois annos depois de ter desembainhado ainda ao sol das batalhas deante de Alcacer-Ceguer a sua heroica espada de Ceuta, no dia 13 de

[1] Pina, cap. 156.

[2] Logo depois da morte de D. Duarte, el-rei deu a seu filho bastardo D. Henrique o titulo de conde de Vianna, que depois mudou em Valença, e afinal em Loulé.

[3] Os principaes fidalgos, que acompanhavam Affonso V, eram o duque de Bragança e seus filhos o conde de Guimarães, que depois foi duque, e D. Affonso, que foi depois conde de Faro, e D. Affonso de Vasconcellos que foi depois conde de Penella, e o conde de Monsanto, etc.

[4] Pina, cap. 157.

[1] E como todos os principaes a maior parte da vida gastaram nas obras de sua inclinação, veiu el-rei D. Affonso a se descuidar das coisas d'este descobrimento, e celebrar muito as da guerra de Africa, Barros, *Da Asia*, dec. I, liv. II, cap. 2.

[2] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 525.

Digitized by Google

novembro de 1460, o infante D. Henrique fallecia em Sagres.

Era elle dos filhos de D. João I o ultimo que descia ao tumulo. D'essa geração heroica, que tão grandes coisas fizera, elle que fôra o que as fizera maiores era o derradeiro a desapparecer da scena do mundo.

Os novos actores que se lhe seguiam tambem estavam fadados para praticar feitos gloriosos; Portugal ainda devia ser levado mais longe no caminho do Capitolio pelos filhos e netos dos homens de D. João I, mas por muito grandes coisas que praticassem, effectuando-as, não faziam senão seguir o impulso dado por esses homens cavalheirescos, por esses vultos epicos e gigantes.

Em todas as façanhas que tivermos de narrar, sempre havemos de voltar os olhos para o passado, para encontrarmos a causa primordial que as produziu, na época de D. João I. Narrando o descobrimento do novo caminho para a India, havemos de nos curvar reverentes deante do vulto do infante D. Henrique, assim como, agora que vamos contar a gloriosa tomada de Arzilla, temos ainda de lembrar que o primeiro canto d'essa épopea africana, continuada por D. Affonso V, foi escripto com a espada de D. João I nas rendidas muralhas da fortaleza de Ceuta.

CAPITULO XXXVII

Conquista d'Arzilla. — Tomada de Tanger

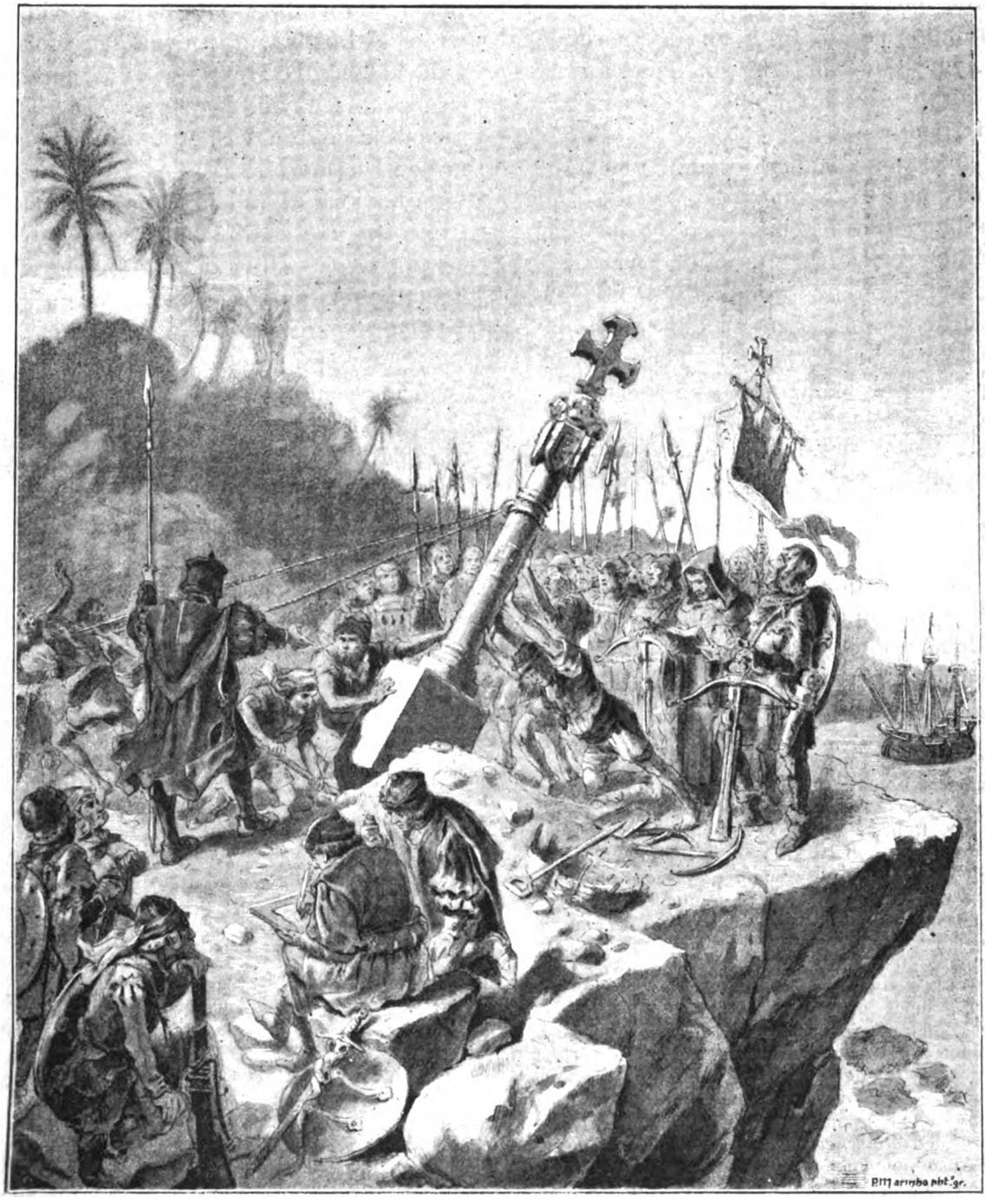
Não descontinuava D. Affonso V de pensar nas guerras d'Africa e a praça que o andava namorando era a praça d'Arzilla, situada na costa occidental d'Africa para o sul do cabo Espartel[1]. Frequentes vezes mandara espiar a praça por dois homens em quem tinha muita confiança, Pero d'Alcaçova e Vicente Simões. Em 1471, julgando emfim que podia reunir recursos sufficientes para que a sua expedição tivesse proficuos resultados, preparou-se para passar á Africa, e juntou uma frota consideravel. Quando estava porém acabando os seus preparativos, teve noticia de que doze navios de commercio portuguezes que vinham de Flandres tinham sido salteados e tomados na Mancha por um corsario inglez Falconbridge[1], sobrinho do conde de Warwick[2], ministro omnipotente que então governava a Inglaterra. D. Affonso, irritado, determinou mudar o destino da esquadra, e envial-a a tomar vingança da affronta recebida pelos Portuguezes, quando soube que o conde de Warwich fôra derrotado n'uma batalha, a 14 d'abril de 1471, por Eduardo IV, que se sentou pacificamente no throno d'Inglaterra. Fôra por conseguinte Eduardo IV quem indirectamente se encarregára de tirar vingança do insulto soffrido pela bandeira portugueza. D. Affonso V, que já nomeára para chefe da esquadra que tencionava mandar a Inglaterra, D. João, filho do duque de Bragança, posteriormente condestavel

[1] A 35°, 28' 30'' de latitude norte.

[1] Ruy de Pina chama-lhe Facumbrix, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 162, pag. 523.

[2] Conde Baroique é o nome que lhe dá Ruy de Pina, ibid., pag. 522.

Digitized by Google



BARTHOLOMEU DIAS COLLOCANDO O PRIMEIRO PADRÃO

do reino e marquez de Montemór[1], pôde applical-a de novo ao fim para que a reunira. Mas a perda soffrida pelos mercadores Portuguezes é que precisava d'indemnisação. D. Affonso V permittiu aos lesados que se pagassem á vontade com as propriedades dos Inglezes residentes em Portugal, o que elles fizeram com tal excesso que Eduardo IV teve de enviar plenipotenciarios a Lisboa, os quaes primeiro combinaram que se fizesse uma restituição reciproca

[1] Depois decapitado em estatua por ordem d'el-rei D. João II.

Digitized by Google

dos bens tomados, e depois concluiram uma alliança entre as duas corôas[1] por tratado assignado a 29 de março de 1472. Esta alliança diz Schœffer que «durou até a reunião de Portugal á Hespanha[2]».

N'esta expedição commetteu el-rei mais uma das muitas leviandades, que assignalaram o seu governo, e que eram caracteristicas da sua indole. Apesar do conselho da maioria dos seus fidalgos, accedeu com a maior facilidade ao pedido que lhe dirigiu seu filho o principe D. João, e levou-o comsigo á Africa, de fórma que, se a sorte lhes fosse desfavoravel, podia ficar o reino privado a um tempo do monarcha e do herdeiro da corôa.

Foi o velho duque de Bragança, D. Fernando, quem ficou governando o reino, durante a ausencia do monarcha e de seu filho. Como de costume, organisaram-se tres frotas, e a reunião operou-se em Lagos. A frota que sahia do Porto commandava-a o duque de Guimarães. A Lagos tambem veiu ter o conde de Valença D. Henrique de Menezes, com gente e navios de Alcacer-Ceguer, praça que governava desde a morte de seu pae D. Duarte.

A esquadra completa era a mais numerosa que até então sahira dos nossos dois portos. Constava de quatrocentos e setenta e sete navios, e levava a bordo trinta mil homens, dos quaes vinte e quatro mil eram combatentes.

A 15 de agosto sahiram de Lagos e dirigiram-se a Arzilla, aonde chegaram a 20 d'esse mez. Logo n'esse dia quiz el-rei, com a sua habitual imprudencia, effectuar o desembarque, apesar de estar o mar tempestuoso.

D'ahi resultou perderem-se uma galé, algumas caravellas e bateis, e morrerem cêrca de duzentos homens, entre os quaes oito fidalgos.

Logo se pôz o cêrco, e se armou o arrayal, acabando de se realisar o desembarque em tres dias, por não soffrer opposição dos Moiros. Só se poderam assestar duas bombardas, e pequenas; mas essas mesmas destruiram dois lanços do muro, que os sitiados repararam com muita presteza e muito esforço.

No dia 24, o conde de Monsanto, que commandava as guardas avançadas, participou a el-rei que os Moiros queriam parlamentar. A chegada do mensageiro do conde, a pressa com que el-rei sahiu logo da sua tenda, interpretadas a capricho pela fervente mocidade que rodeava o conquistador, fizeram com que se imaginasse que a praça estava entrada. Logo, sem esperarem ordens, sem disciplina, nem accordo, correram as tropas a encostar escadas aos muros, e a dar o assalto. O valor remediou a imprudencia, que podia ter sido fatal, como já por varias vezes fôra fatal em Tanger. Os Moiros, surprehen-

---

[1] Rymer *Fœdera*, v. 3, pag. 24.—«Thomaz Rymer publicou, por ordem da rainha Anna, a sua vasta collecção em Londres em 1704, e nos seguintes annos, 20 vol. in-folio. Tendo morrido durante a impressão do 15°, Roberto Sanderson, que trabalhava havia muito tempo debaixo da sua direcção, encarregou-se de dar á luz os dois volumes preparados por Thomaz Rymer e dos quaes o 17.° continha o indice geral. Os tres volumes seguintes só appareceram de 1726 a 1735, e formam uma série que leva a obra até o anno de 1654, sexto do governo de Cromwell. Uma segunda edição, de que se tiraram apenas 150 exemplares, e mais correcta, foi dada por Guilherme Holmes, Londres, 1727-35, 20 vol. in-folio. O livreiro Neaulme publicou terceira mais completa, Haya, 1739-45, 20 tomos ou 10 vol. in-folio. Emfim a commissão dos *Records* principiou em 1816 uma nova edição dirigida principalmente por M. M. Ad. Clarke e Fred. Holbrook, edição que principia no anno de 1066, e de que ha apenas 6 volumes in-folio. O ultimo, terminado em 1830, pára em 1377. Mas hão de ser necessarios supplementos por causa das descobertas devidas ás novas investigações da commissão. Só no reinado d'el-rei D. João, assignalou M. Cooper nove vezes mais documentos do que tinha a 4.ª edição, e no anno de 1204, 59 documentos em vez de 9. A bibliotheca do Museu real em Londres possue uma compilação manuscripta em 59 volumes in-folio, de supplemento aos de Rymer, que devia dar pela maior parte novos documentos.» Barão de Reiffenberg, nota á *Historia dos duques de Borgonha* de M. de Barante, tom. III, pag. 187.

[2] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr., p. 532.

Digitized by Google

didos do inesperado ataque, e não podendo resistir á impetuosa furia com que os nossos os derribavam das ameias, abandonaram a defeza da cêrca, e refugiaram-se na mesquita e no castello. Mas ahi a defensão foi incrivelmente denodada: o ataque não o era menos. El-rei e o principe tinham ido arrastados no turbilhão dos seus, e com elles tinham entrado na cidade. Na mesquita foi onde se travou primeiro mais accesa a peleja; os Moiros morreram desde o primeiro até o ultimo, não sem terem vendido bem caro as suas vidas. Alli morreu um dos mais briosos cavalleiros Portuguezes, D. João Coutinho, conde de Marialva. Já o seu antecessor no titulo morrêra em Tanger, sete annos antes. Da mesquita passou o combate para o castello, onde a defeza não foi menos intrepida, nem menos valoroso o ataque. Ahi tiveram os Portuguezes outra dolorosa perda, a de D. Alvaro de Castro, conde de Monsanto. Os nossos praticavam prodigios de valor, os Moiros defendiam-se com uma coragem feroz, de modo que a tomada de Arzilla foi devéras sanguinolenta. Dos Moiros, segundo o calculo de Ruy de Pina, morreram dois mil, e ficaram captivos cinco mil. A perda dos Portuguezes foi incomparavelmente menor, mas tambem não devia ser pequena. A cidade foi entregue a saque, e a prêsa, segundo diz tambem Ruy de Pina, avaliou-se em oitenta mil dobras de oiro[1]. El-rei não quiz nada para si, deixou aos soldados todo o saque, sem exigir o costumado quinto régio.

D. Affonso V combatêra com o seu valor incontestavel. Diante da mesquita, diante do castello tinham-n'o sempre visto os seus na primeira fileira. O principe D. João, que tinha apenas dezeseis annos de edade, déra tambem mostras de uma bravura heroica. No fim do combate a sua espada estava rubra de sangue, e toda torcida do muito que acutilára. Rei e principe tinham pelejado como simples soldados. D. Affonso V entendeu que não podia escolher melhor occasião para armar seu filho cavalleiro. Já estava purificada a mesquita, e transformada em egreja christã, tendo por orago Santa Maria da Assumpção. Ali, depois de ter sido recebido pelos sacerdotes, com psalmos e hymnos de triumpho, em presença do cadaver do conde de Marialva, celebrou D. Affonso V a ceremonia de outhorgar a seu filho a cavallaria: «Filho, disse-lhe elle com as lagrimas nos olhos, Deus te faça tão bom cavalleiro como esse que ahi jaz.» N'essa mesma occasião deu D. Affonso V o titulo de conde de Marialva a D. Francisco, irmão do fallecido, e o de conde de Monsanto a D João de Castro, filho do finado D. Alvaro.

Brazão de armas da villa da Povoa de Varzim

No castello encontraram-se cincoenta prisioneiros christãos, que foram restituidos á liberdade, e duas mulheres, e uma filha e um filho de Muley, scheick de Arzilla, que estava ausente e occupado por guerras civis quando a sua cidade fôra cercada e tomada. Este Muley subiu posteriormente ao throno de Fez. Dois annos depois da tomada de Arzilla as mulheres e a filha do scheick foram trocadas pelos restos mortaes de D. Fernando, o infante santo, e o filho, esse veiu a Portugal, onde aprendeu a nossa lingua e se habituou tanto aos nossos costumes, que depois os seus compatriotas lhe chamavam o «Portuguez». Enviou-o D. Affonso V a seu pae, sem resgate, sete annos depois.

[1] *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, cap. 165, pag. 528. Damião de Goes diz 800000. *Vida do principe D. João*, cap. 25; Duarte Nunes de Leão diz 700000, *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, cap. 40.

Digitized by Google

Tratou-se logo de se nomear o fronteiro da nova praça portugueza. Foi escolhido para esse importante cargo D. Henrique de Menezes, conde de Valença, filho legitimado do fallecido conde de Vianna, D. Duarte.

«Assim, depois de ter estado duzentos e vinte annos submettida aos Moiros, diz Schoefer, cahiu essa cidade em poder dos Portuguezes... Arzilla era uma das melhores possessões dos Moiros na Africa, ornada de edificios imponentes, florescente pelo commercio e até pela cultura das sciencias, e continha arsenaes e estabelecimentos militares. Os seus habitantes haviam muitas vezes causado graves perdas aos Christãos de Ceuta e de Alcacer. Debaixo do sceptro Portuguez, a sua população augmenta, não só por causa da guarnição, e de uma guarda permanente da fronteira, mas tambem pelos numerosos negociantes que alli se fixaram para commerciarem com o resto da Africa. Como o territorio d'Arzilla era além d'isso muito fertil, a cidade attingiu a uma grande prosperidade[1]».

Estava, como dissémos, ausente o scheik d'Arzilla, que andava guerreando o visir, o hadjeb, o *merin*, como os nossos chronistas lhe chamam, o ministro omnipotente do rei de Fez, o successor de Lazuraque. N'essa guerra, que depois continuou, foi tão feliz o scheick d'Arzilla, que não só derribou o seu adversario, mas tambem o rei que o protegia, e, como já dissémos, subiu ao throno. Andava pois elle occupado n'essas discordias, quando soube da expedição de D. Affonso V. Correu em soccorro da sua boa cidade, mas, quando chegou a Alcacer-Quivir, constou-lhe que chegára tarde e que Arzilla estava tomada. Pediu então para entrar em negociações, que effectivamente se entabolaram, e das quaes resultou uma trégua de vinte annos, que excluia as praças, as quaes podiam ser tomadas e retomadas sem que se julgasse a trégua rota.

Estava pois Arzilla definitivamente uma praça portugueza. Fôra nomeado seu commandante D. Henrique de Menezes, conde de Valença. Tratava D. Affonso de prover aos negocios da guarnição, quando recebeu noticia de que os defensores de Tanger, aterrados pela nova da rapida tomada de Arzilla, tinham abandonado a cidade. O successo era por tal fórma inacreditavel que D. Affonso V mandou, para se assegurar da verdade, o futuro marquez de Montemór á testa d'um numeroso exercito. Voltou o enviado trazendo a confirmação da novidade, e d'ahi a poucos dias Affonso entrou sem resistencia na praça onde por tantas vezes viera naufragar o valor Portuguez, na praça que fôra causa de tantos desastres para os nossos. E comtudo D. Affonso não estava satisfeito. Para aquelle verdadeiro heroe de romances de cavallaria, a entrada triumphal n'uma praça forte, sem ser pela brecha, perdia uma grande parte do seu valor: e sentiu-se quasi humilhado, lembrando-se que não precisára de desembainhar a espada para render uma cidade, diante da qual retirara tristemente alguns annos antes. Parecia-lhe que não estava assim completa a sua missão de vingador do infortunio de seu tio o infante D. Fernando, e que deveriam ser conquistados á viva força esses muros, por duas vezes tumulo de tantos nobres Portuguezes.

Resignou-se comtudo, e tratou de nomear commandante da praça, que foi Ruy de Mello, posteriormente conde d'Olivença: transformou-se a mesquita em egreja cathedral, porque Tanger já era bispado, até então *in partibus infidelium*. O titular d'essa diocese tinha sido

[1] *Historia de Portugal* tr, fr, pag. 535.

Digitized by Google

o deão de S. Vicente de Lisboa, que tomou então posse devéras do baculo episcopal.

Mais duas cidades, e duas cidades importantes, com os territorios convisinhos, vinham accrescentar os nossos dominios do norte da Africa. Na Barbaria, d'onde viéra a invasão que inundára a Hespanha toda, tremulava agora a bandeira Portugueza em quatro praças: Ceuta, Alcacer-Ceguer, Arzilla e Tanger. Por isso D. Affonso V entendeu, e com razão, que podia adoptar o seguinte dictado, que seu filho D. João II e seu sobrinho D. Manuel ainda haviam d'augmentar: *D. Affonso, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa.*

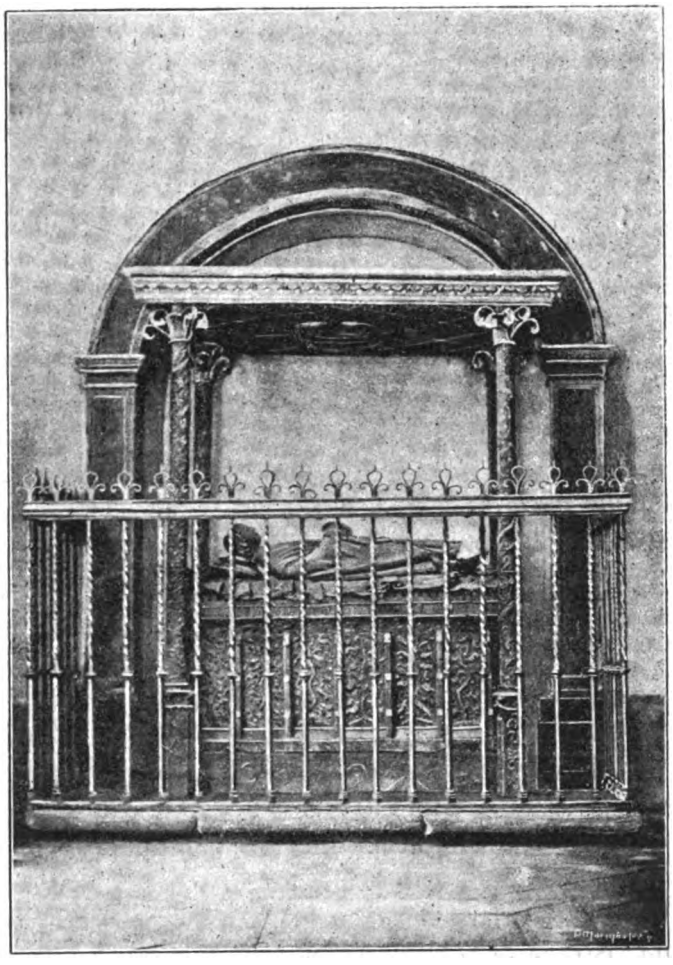
Este titulo conquistára-o com a sua valente espada.

As duas praças ultimas que tomára eram na realidade importantes. De Arzilla já vimos o que disse Schoeffer.

Ácerca de Tanger expressa-se do seguinte modo, quando fala no enthusiasmo com que Affonso foi recebido no reino, á volta da sua expedição:

«Tanger sobretudo parecia o mais bello florão da corôa, que Affonso para si entrançára na Africa. Em verdade o territorio d'esta cidade não era tão fertil como muitas outras regiões da Africa mourisca; mas alguns valles bem regados das proximidades de Tanger offereciam excellentes pastagens, cortadas por vinhedos e olivaes. A cidade era importante pela sua extensão, os seus edificios, os seus arsenaes, e as suas fortificações, até pelas suas escolas onde se cultivavam as sciencias. A antiga reputação, que conservava desde o tempo dos Romanos, dava-lhe ainda na opinião publica uma posição mais elevada do que merecia na realidade[1]»

Foi este o periodo glorioso do reinado de Affonso V, tão mal estreiado e tão mal findo. O espirito, fatigado da leviandade d'este monarcha, leviandade que ultrapassa todos os limites, folga de vêr que em duas coisas ao menos não desmentiu o sangue que lhe corria nas veias; no valor e na illustração. Monarcha erudito, era digno filho de D. Duarte o eloquente, soldado intrepido, bem mostrava ser neto do heroe de Aljubarrota e de Ceuta.



TUMULO DO INFANTE D. AFFONSO, FILHO DE EL-REI D. JOÃO I

Por isso tambem a poesia, quando

[1] *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 536.

Digitized by Google

quiz glorificar as acções d'este soberano, escolheu para os cantar os feitos das suas campanhas africanas, especialmente da ultima, decerto a mais épica, a tomada de Arzilla. Foi ella que serviu de assumpto principal para a formosa epopéa de Vasco Mousinho de Quevedo, o *Affonso Africano,* epopéa que na lista dos nossos poemas d'esse genero muitos collocam, e parece-nos que acertadamente, logo abaixo dos *Lusiadas*[1].

Vamos agora narrar a segunda parte do reinado d'este soberano, aquella em que, impellido pelas suas pretenções á corôa de Castella, foi D. Affonso V estragar os recursos do reino n'uma guerra improductiva e ingloria.

Esta linha divisoria do reinado de D. Affonso V parece-nos que marca o termo do primeiro periodo da nossa nacionalidade. A unidade hispanica vae-se operar; os differentes reinos da peninsula, impellidos por uma tendencia, então geral na Europa, vão-se absorver na nacionalidade castelhana e formar um reino unico; d'aqui a pouco tambem o reino de Granada, a ultima reliquia do antigo imperio dos kalifas hespanhoes, vae desapparecer deante da cruz invasora, e Abu-Abdllah, ou Boaddil, como é mais vulgarmente conhecido, sumindo-se tristemente no exilio, ao passo que Fernando e Izabel entram triumphantes na risonha cidade de Andaluzia, assigna a abdicação da Hespanha pelo Islam, e apaga o ultimo obstaculo que se oppunha á unidade hespanhola. Durante a lucta, que vamos descrever, a fortuna das armas indecisa esteve hesitando se seria em torno de Portugal e Castella, ou em torno de Castella e Aragão que essa unidade se realisaria. Mas ser Portugal o nucleo do novo reino era já n'essa epocha uma impossibilidade. Odios profundos dividiam os dois povos, e as duas nacionalidades já se tinham caracterisado tanto que a desapparição d'uma d'ellas seria immensamente difficil. Mas essa epocha era uma epocha de crise, e, se houve occasião em que a unidade iberica estivesse proxima a realisar-se, foi decerto na vespera da batalha de Toro. Não se effectuou: nem D. Affonso V era homem capaz de dirigir uma tão improba empreza politica, nem o profundo resentimento que os Castelhanos conservavam d'Aljubarrota lhes permittia acceitarem d'esse tão odiado Portugal um soberano, ainda que lhes trouxesse em presente esta cubiçada provincia. Passou o ensejo e nunca mais voltou: as nacionalidades vacillantes da Peninsula unificaram-se para constituirem a grande nacionalidade hespanhola; a nacionalidade portugueza mais robusta, perseverou, e teve uma existencia definitiva e gloriosa, uma autonomia de que já nos não podem esbulhar sem violarem os direitos mais legitimos dos povos.

Por isso dizemos que esta linha divisoria do reinado d'Affonso V, marca a separação dos dois periodos da nossa nacionalidade. No primeiro periodo Portugal é, como Aragão, Castella, Navarra, etc., um dos muitos reinos em que se divide a Peninsula hispanica, reinos cuja autonomia não é definitiva, que se conglobam, e se tornam a separar a capricho das batalhas e das heranças; e ninguem poderá dizer se Portugal, quando chegar a crise por que ha de passar a Europa, e que, apagando os ultimos vestigios do feudalismo, dará em resultado as nacionalidades mais consistentes do mundo moderno, terá energia bastante para resistir á tendencia unificadora ou se deixará absorver no corpo hespanhol. No segundo periodo Portugal, depois de ter atravessado incolume essa

[1] Serviu a tomada d'esta cidade para nó do enredo de um romance historico do sr. Bernardino Pinheiro, romance intitulado «Arzilla» e que grangeiou ao seu autor uma subita popularidade.

Digitized by Google

crise, affirma vigorosamente perante o mundo a sua autonomia, e quebrados de todo os laços que o prendem á Hespanha, entra definitivamente, não já como satellite, mas descrevendo uma orbita independente, no vasto systema planetario das nacionalidades européas, systema a que preside, como centro e motor, o sol radiante da moderna civilização.

CAPITULO XXXVIII

Intervenção de D. Affonso V nos negocios de Castella.— Casamento do rei de Portugal com sua sobrinha D. Joanna

Estava proximo a findar o seculo XV, e as grandes nacionalidades iam-se fundar na Europa. Os innumeros pequenos estados, que tinham brotado do feudalismo, e as republicasinhas, filhas da intrepidez das communas, obedecendo ás mysteriosas leis da historia, curvavam-se ao nivel da realeza, e passavam a constituir em grande parte as nações definitivas da moderna Europa. Já o astucioso Luiz XI, sentado no solio da França, começava a destruir os grandes vassallos, e a travar com o temerario duque de Borgonha a luta, em que o leão, ou antes o selvagem toiro havia de ser afinal vencido pelas manhas da raposa. A França constituia-se; a Italia, rebelde á unidade, pagava o seu erro com o ser escrava do estrangeiro; a peninsula hispanica anciava tambem por vêr reconstruida a velha monarchia visigothica, e os esforços que haviam de conduzil-a não á unidade, mas á constituição definitiva das duas familias em que tinha de ficar dividida, principiavam a agitar o solo e a preoccupar os espiritos.

D. Affonso V pensou que lhe estava reservado o grande papel de unificador da Hespanha, e que Portugal e Castella podiam constituir debaixo do seu sceptro um reino unico, onde mais tarde ou mais cedo viria absorver-se o Aragão. O plano não era tão insensato como poderiamos suppol-o: é verdade que já entre Castelhanos e Portuguezes havia odios irreconciliaveis, qualquer das duas nacionalidades era vigorosa bastante para que não fosse possivel confundil-as n'uma só, a recordação d'Aljubarrota levantava-se entre os dois povos como uma barreira insuperavel; mas n'essa época de crise tudo seria talvez possivel, um habil politico poderia talvez operar a união das duas corôas, e quem sabe se d'ahi resultaria a unidade politica dos povos? D. Affonso V não era porém esse politico habil: para luctar com Fernando V e com Izabel a Catholica era necessario um homem como D. João II, e esse, então apenas principe real, via com dôr os erros commettidos por seu pae, sem poder remedial-os. Muitas vezes, depois, os lamentou, como nos diz Ruy de Pina pelas seguintes palavras: «Porque depois da sua morte (d'el-rei D. Affonso V) muitas vezes o principe D. João, seu filho, sendo rei, com aquella honestidade e reverencia que devia, accusava a negligencia ou não bom conselho d'el-rei seu pae; porque não consentira e acceitára os primeiros commettimentos dos casamentos de Castella, el-rei D.

Digitized by Google

Affonso com a infanta D. Izabel, e elle com a princeza D. Joanna, com que de uma maneira ou de outra foram de Hespanha pacificos senhores[1].»

Effectivamente esses dois casamentos tinham sido propostos a Affonso V por Henrique IV de Castella.

Henrique o Impotente, que, sendo principe herdeiro, se revoltára contra seu pae, teve, quando subiu ao throno, de lutar frequentemente com os grandes do seu reino. Quando resumirmos brevemente os acontecimentos, que se haviam passado em Castella, diremos quaes os motivos e as consequencias d'essas discordias; agora, mencionaremos apenas o que teve relação máis intima com o rei de Portugal.

No anno de 1455 desquitou-se Henrique IV de sua primeira mulher, e casou com a infanta D. Joanna de Portugal, filha de D. Duarte e irmã de D. Affonso V, «que sem dote e com os sós corregimentos de sua pessoa, casa e camara, que foram muito reaes e de grão cumprimento, a recebeu (Henrique IV) por mulher em edade de dezesete annos e foi muito honradamente levada a Castella por a condessa D. Guiomar e por o conde da Athouguia D. Martinho, seu filho, que a entregaram a el-rei, e além das festas que em Lisboa se fizeram mui grandes, houve tambem outras e honradas justas na Landeira, porque a rainha entrou por Elvas[2].

Teria por este casamento, em que nem sequer pedia dote, D. Henrique IV a intenção de encontrar em D. Affonso V um alliado na sua luta contra os grandes de Castella? É possivel, porque em 1464 vêmos o rei de Castella pedindo auxilio a seu cunhado, e ajustando com elle novos casamentos, que apertariam mais os laços que uniam entre si os dois monarchas.

[1] *Chronica de D. Affonso V*, cap. 133, pag. 438.
[2] Ibid. cap. 136, pag. 455.

Foi durante a segunda expedição d'el-rei D. Affonso V á Africa, n'aquella em que infructiferamente procurou tomar Tanger. El-rei D. Henrique viera a Gibraltar, tomada havia pouco tempo aos Moiros, e Affonso V passára o estreito, vindo de Ceuta. N'essa occasião succedia ao infante D. Fernando o grande desastre do malogrado assalto de Tanger. Antes de partir para a entrevista, recebeu D. Affonso V noticia do desastre, mas ordenou ao escudeiro que lh'a trazia que «até ser no mar não dissesse nada do caso por não commover a choro e tristeza os senhores que em sua companhia tinha ordenados». Comtudo el-rei devia ir preoccupado, e era possivel que essa preoccupação concorresse para não reflectir bem nos compromissos que tomava.

Com effeito n'essa conferencia prometteu D. Affonso V auxiliar seu cunhado contra as pretenções dos grandes, que proclamavam rei seu irmão D. Affonso com o nome de Affonso XII, e ajustavam-se casamentos entre o rei de Portugal e a infanta hespanhola D. Izabel, e entre o principe D. João de Portugal e a princeza D. Joanna de Castella, sua prima.

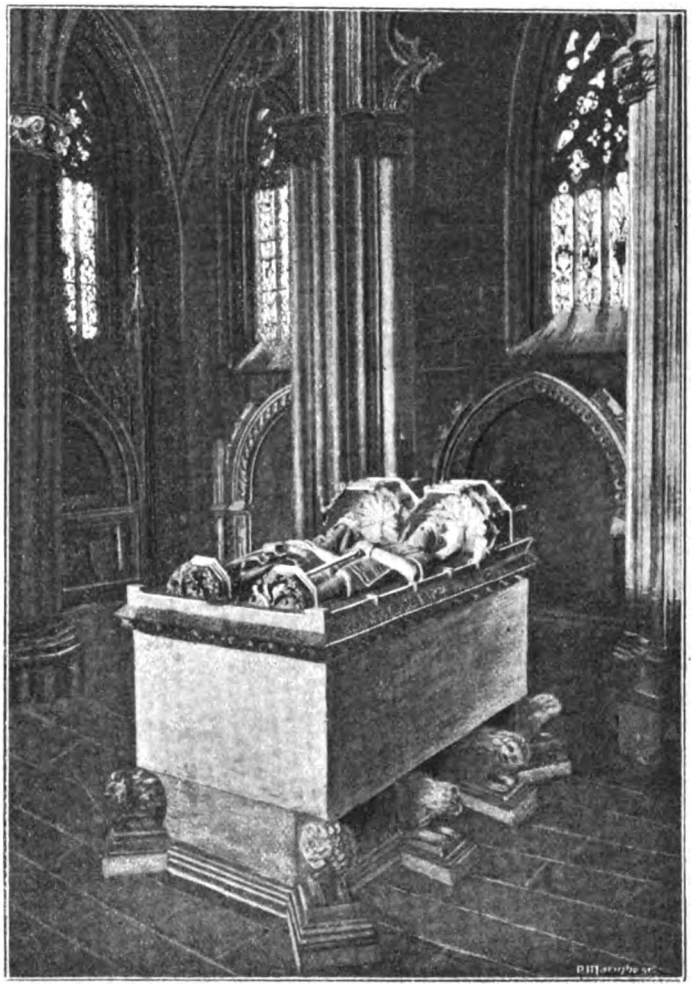
Affonso V effectivamente estava viuvo desde 1455. No dia 2 de dezembro d'esse anno falleceu sua esposa, depois de lhe ter dado trez filhos, um que se chamou D. João e que morreu criança, outro D. Joanna, que foi depois Santa Joanna, porque a canonisou a instancia de el-rei D. Pedro II o papa Innocencio XII[1], e

[1] A 4 de abril de 1693 na bulla que principia «Sacrosancti Apostolatus,» Retratos e elogios de varões e donas» 41.ª biographia v. 1.º (edição de 1817.) — Nasceu esta princeza na cidade de Lisboa. Como não havia ainda filho varão de D. Affonso V, foi jurada princeza herdeira até que a 3 de maio de 1455 nasceu o futuro D. João II. Mostrou desde muito creança tendencias asceticas que se desenvolveram com os annos. Diz o autor dos «Retratos e Elogios», firmando-se na autoridade do padre Antonio de Vasconcellos na sua «Anacefaleosis, que a pediram Luiz

Digitized by Google

finalmente o principe D. João, a cujo nascimento pouco sobreviveu a infeliz rainha e que foi depois el-rei D. João II. Morria na flôr da edade a pobre Izabel, depois de ter satisfeito ao menos o desejo do seu coração, de ter visto as honras funebres prestadas a seu pae o infante D. Pedro, e seus irmãos reintegrados nas suas dignidades e no valimento régio. «A causa da sua morte, diz Ruy de Pina, foi accidental e arrebatada, por imaginação dos mais foi attribuida a peçonha, que dos inimigos de seu pae por sua segurança, disseram que lhe foi ordenada, e como quer que para isso houve muitas conjecturas e presumpções, porém nada se pôde saber. Foi enterrada na Batalha por si[1] em uma capella do cruzeiro[2]. E d'ahi a um mez que foi no janeiro seguinte de mil quatrocentos e cincoenta e seis, el-rei lhe fez o mais honrado e solemne sahimento, que até então por rainha d'estes reinos se fizera[1]. A que vieram ao dito mosteiro todos os senhores e senhoras e Prelados, Abbades e Priores de todo o reino, e toda outra gente de sorte sem excepção[2].»

Estava pois D. Affonso V viuvo, e podia contratar novas bodas com a infanta D. Izabel, que veiu depois a ser a



BATALHA — TUMULO DE D. JOÃO I

XI de França para o Delphim seu filho, o imperador Frederico III para seu filho Maximiliano, «e o rei de Inglaterra Carlos III !!». Quem seria este Carlos III rei de Inglaterra, que viveu dois seculos antes de Carlos I e Carlos II, os dois unicos reis d'esse nome que a Inglaterra teve? A admittirmos que foi erro de imprensa, só poderemos suppôr que o rei de que se trata fosse Ricardo III Em todo o caso parece que D. Joanna persistiu voluntariamente no celibato. Para evitar as muitas despezas que ella fazia tendo casa sua, e os escandalos que se poderiam seguir de viver assim no mundo, sem ser protegida pelo escudo matrimonial, metteu-a D. Affonso V, de edade de dezoito annos, no convento de Odivellas, d'onde passou para o mosteiro de Jesus em Aveiro, mostrando sempre grande fervor de piedade. Ahi falleceu aos trinta e seis annos, a 12 de maio de 1490. Foi sepultada no côro, onde em 1577 a duqueza de Caminha lhe mandou fazer um tumulo de ébano marchetado de oiro, passando as suas reliquias em 1711, já depois de beatificada, para um tumulo de jaspe, construido por ordem de D. Pedro II.

[1] A' parte, em séparado.

[2] Na capella de Nossa Senhora do Rosario. «Vê-se n'ella, diz fr. Luiz de Sousa, um bem lavrado moimento alto, em que el-rei D. Affonso V mandou trasladar a rainha D. Isabel sua mulher, que falleceu em Evora no anno de 1455.» *Historia de S. Domingos*, vol. I, pag. 265. (Edição de 1866.)

[1] N'essa mesma occasião mandou D. Affonso V vir de Toledo os ossos de sua mãe, que foram sepultados ao lado dos de D. Duarte na capella para elles destinada.

[2] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 137, pag. 457.

Digitized by Google

rainha catholica D. Izabel I, esposa de Fernando de Aragão. O principe D. João, esse devia casar com a infanta D. Joanna, que veiu a ser a origem da guerra. «E sobre isto fizeram accordos prometidos, diz Ruy de Pina, e jurados nas mãos de D. Jorge bispo de Evora, que depois foi arcebispo de Lisboa e cardeal. Os quaes, principalmente pela grande inconstancia do dito rei e por impedimentos e contradições outras que se seguiram, não tiveram effeito[1].»

Ruy de Pina contradiz-se attribuindo ás inconstancias de Henrique IV o mallograrem-se estes casamentos, quando adiante assevera, como vimos, que D. João II se queixava da negligencia ou máu conselho de seu pae em os não ter levado a effeito. A contradição ainda é mais patente nas seguintes palavras do velho chronista. Depois de dizer que se ajustára o casamento entre o principe D. João e sua prima a infanta D. Leonor, filha do infante D. Fernando, accrescenta: «Porque, *como quer que o dito principe muitas vezes fôra d'el rei D. Henrique requerido para casar com a senhora D. Joanna, sua filha e princeza que então se dizia de Castella,* e el-rei D. Affonso era a isso inclinado; porque no tempo d'este requerimento sobreveio o máo succedimento do escalamento de Tanger, de que o infante D. Fernando ficou mui anojado e triste, e el-rei D. Affonso seu irmão, pelo confortar e alegrar como era razão, e tambem porque a dita senhora D. Leonor sua filha por seu real sangue, muitas bondades e grande piedade, era digna de um grande imperador, *prouve-lhe que o casamento do principe seu filho se fizesse com ella*[5].» Ora já se vê que ás muitas culpas de Henrique IV de Castella não devemos accrescentar mais esta, e que não á leviandade de Henrique mas á leviandade de Affonso devemos attribuir o mallogro do casamento. È um tanto pueril, devemos confessar, o motivo allegado pelo chronista, e prova que D. Affonso V tinha talvez um optimo coração, mas uma pessima cabeça[1].

Já não succedeu o mesmo no matrimonio de D. Affonso V. Esse não foi culpa d'elle se se não realisou. Depois de voltar da sua segunda expedição de Africa, D. Affonso V fez uma romaria a Santa Maria de Guadalupe, e encontrando-se alli de novo com sua irmã e seu cunhado «tiveram as mesmas praticas e accordos de Gibraltar sobre casamentos e allianças, que emfim não houveram effeito[2]»; de um lado porque D. Affonso V, mudando de tenção, casou seu filho com a sua sobrinha; do outro lado porque D. Izabel, contra vontade de Henrique IV, casou no dia 18 de outubro de 1469 com o principe de Aragão[3].

Abstivera-se comtudo D. Affonso V de intervir nos negocios do reino visinho, e, quando em 1465 sua irmã D. Joanna veiu á cidade da Guarda pedir auxilio a D. Affonso contra os inimigos de seu marido, el-rei, que tivera primeiro vontade de lh'o dar, rendeu-se ás justas observações das côrtes que reuniu, e permaneceu socegado, mas com desejo secreto de entrar na contenda. «E, segundo o muito desejo que para isso tinha, diz Ruy de Pina, não fôra maravilha forçar as prudentes vozes e accordos de seu conselho, se o dito rei D. Henrique fôra dos seus vassallos mais tempo desobedecido, mas falleceu logo o dito rei D. Affonso[4] seu irmão e com-

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 154, pag. 511.
[2] Ibid. cap. 159, pag. 519.

[1] Esta opinião é confirmada por todos os actos da sua vida.
[2] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 157, pag. 517.
[3] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. p. 538.
[4] Affonso XII.

Digitized by Google

petidor, por cuja morte todas as rebelliões e alvoroços cessaram logo e voltou o reino á obediencia d'el-rei D. Henrique[1].»

A attenção de Affonso V voltára-se para a Africa, e não pensava já nas discordias de Castella, quando de subito morre, nos fins de 1474, el-rei D. Henrique IV, deixando por testamento o reino a sua filha D. Joanna, nomeando D. Affonso V governador do reino e pedindo-lhe que casasse com sua sobrinha. O testamento foi communicado a D. Affonso V, que estava em Extremoz, em dezembro de 1474, por uma carta do marquez de Villena. Ainda que a negativa de Pulgar, escriptor contemporaneo[2], e a falta do documento podessem fazer-nos duvidar da existencia d'elle, a carta do marquez de Villena, em que d'esse testamento se dá noticia e que Damião de Goes transcreve[3], basta para dissipar as nossas duvidas. O silencio de Pulgar não nos espanta, por isso que, sendo escripor todo dedicado aos reis catholicos, tem interesse em correr um veo sobre esse acontecimento, que lhes prejudicava algum tanto a legitimidade da causa.

Um escriptor moderno, fundado certamente em autoridade que lamentamos que não cite, conta que estando Henrique IV para expirar, perguntou-lhe «seu confessor que era Pedro Manzuelo, a quem pertencia a corôa? A' princeza D. Joanna, minha filha, e logo deu o ultimo suspiro[4]». Seja ou não authentica esta anecdota, é certo que a herança do reino de Castella pertencia legalmente á princeza D. Joanna, e ao principe que a desposasse. Em Extremoz Affonso V folgou com a noticia do testamento, e ainda mais do que elle folgou seu filho o ambicioso principe D. João, que empregou toda a sua influencia para decidir os conselheiros de seu pae a recommendarem-lhe que se apossasse da corôa castelhana. Formidaveis rivaes surgiam a disputar-lh'a; esses rivaes, que tinham de ser vencedores, eram D. Izabel e seu marido D. Fernando de Aragão.

Brazão de armas da cidade de Lisboa

Para comprehendermos a narrativa, que se vae seguir, é preciso que demos uma idéa das discordias que tinham dilacerado Castella durante o reinado de Henrique IV, e das facções que a dividiam quando esse monarcha falleceu. Tanto n'essa narrativa como na historia da grande luta em que D. Affonso V se empenhou contra os futuros reis catholicos, encostar-nos-hemos a Ruy de Pina[1], Damião de Goes[2], Hernan Peres[3]

---

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 158, pag. 518.

[2] *Cronica de los reyes catolicos*, p. I, cap. 11.

[3] *Chronica do principe D. João*, cap. 42.

[4] F. D. de Almeida e Araujo, *Historia de Portugal*, t, I, pag. 660 (Lisboa, 1852).

[1] *Chronica d'el-rei D. Affonso V.* (Edição frequentemente citada) do capitulo 173 em diante.

[2] *Chronica do principe D. João.* (Coimbra, 1790).

[3] *Cronica de los reyes catolicos D Fernando y D. Isabel* (Valencia, 1780 in fol.) — Fernando del Pulgar, diz Ticknor, seu conselheiro d'estado (de Fernando e de Izabel), seu secretario, e seu chronista official, personagem muito conhecido no seu tempo, ainda que se ignore a data do seu nascimento e da sua morte. Se foi homem de finura e saber, agudo observador da vida, é o de que nos informam as suas noticias sobre os «Claros varones de Castilla», os seus «Commentarios á las coplas de Mingo Revulgo», algumas cartas graciosas e encantadoras, dirigidas aos seus amigos e que nos foram conservadas. Como chronista, o seu merito não tem importancia alguma. A primeira parte da sua obra não é digna de fé, e a ultima, que principia em 1482 e acaba em 1490, é uma narração curta e fastidiosa pelos discursos empolados que a sobrecarregam. O que a Chronica tem melhor é o estylo muitas vezes dignissimo, mas é estylo de historia antes do que estylo de chronica. Effectivamente a divisão formal da obra em tres partes, apropriadas aos assumptos, e as reflexões philosophicas que a embellesam demonstram o estudo que o autor fez dos antigos, e o seu desejo de os imitar. Porque não continuou elle a sua narrativa depois de 1490 é o que eu não posso dizer; conjecturou-se que morrêra antes d'essa época. Mas é engano, porque temos d'elle uma relação muito bem escripta e muito curiosa dirigida á

Digitized by Google

de Pulgal, Schoeffer[1] e Prescott[2], o ultimo dos quaes, principalmente, traçou d'estes acontecimentos, que precederam o glorioso reinado de Fernando e Izabel, um admiravel quadro.

Depois da morte de D. João I de Castella, e do tratado de paz que terminára longa e desastrosa guerra com Portugal, esperavam os Castelhanos obter tranquilidade e desenvolver os elementos da riqueza nacional. A união de D. Henrique III, filho de D. João I, com Catharina de Lancaster, ultima descendente de D. Pedro o Cruel, assegurava definitivamente ao ramo bastardo de Trastamara a indisputavel posse da corôa; as auspiciosas qualidades do joven rei eram a esperança do povo. Effectivamente, durante o seu curto governo, o terceiro estado obteve a sua legitima preponderancia, e o reino prosperou immensamente.

«A salutar acção do corpo politico, diz Prescort, durante o longo intervallo de paz que se seguiu a esta auspiciosa união, habilitou-o a recuperar a fortaleza que se perdêra nas suas mortiferas dissenções civis. Os antigos canaes do commercio foram outra vez abertos: varias manufacturas novas foram introduzidas e levadas a consideravel perfeição; a riqueza, com os seus companheiros habituaes, elegancia e conforto, correu a flux; e a nação esperou uma longa carreira venturosa debaixo do sceptro d'um monarcha que respeitava as leis e

---

rainha ácerca de toda a historia dos Moiros de Granada, depois da tomada d'esta cidade em 1492. «Historia da litteratura hespanhola» traducção franceza de Magnabal (Paris, 1864) t. I, pag. 178.

É severo o juizo do escriptor americano. Parecenos comtudo que o não podemos completamente acceitar. Que a parcialidade, natural n'um secretario dos reis catholicos, a favor de seus amos, nos obrigue a lêrmos com certa desconfiança a primeira parte da sua *Chronica*, é indubitavel; não podemos esquecer comtudo que é um escriptor contemporaneo, e em posição de ser muito bem informado. Basta que sujeitemos a uma critica severa as suas asserções, e que façâmos o desconto ao espirito de partido para que o livro de Pulgar nos seja de muito auxilio. Prescott, amigo e compatriota de Ticknor, não julga o secretario de Izabel com tanta severidade, e frequentemente o cita na sua magnifica *Historia*.

A edição de que nos servimos, a de Valencia, infolio, que é a segunda conhecida, e considerada como a melhor. A primeira fôra feita em Valladolid no anno de 1565, e a Chronica apparecêra publicada como sendo obra de Antonio de Lebrija. O prefacio da edição de Valencia destroe esse erro, que se fôra acreditando.

[1] *Historia de Portugal* (traducção e edição frequentemente citada). Epoca II, livro I, cap. 5.º, § 2.º *Le roi Affonso en Castille.*

[2] *History of the reign of Ferdinand and Isabella* (Edição Routledge. London. 1858, 2 vol.) William Hickling Prescott nasceu em Salem nos Estados-Unidos no dia 4 de maio de 1796. Em criança, n'uma brincadeira d'estudantes, levou com um pedaço de pão n'um olho que o deixou quasi cego. Tudo foi inutil para elle se restabelecer. A fraqueza da vista que até á morte conservou impediu-o de se entregar a estudos de qualquer ordem, e obrigou-o a viver sempre n'uma penumbra escrupulosa. Valeu-lhe sua irmã Isabel Prescott, que foi o seu leitor, o seu secretario, e a confidente das suas esperanças litterarias. Tinha mais de vinte e quatro annos comtudo quando se entregou a um vigoroso estudo de litteratura e de historia. Foi a sua amisade com Mr. Jorge Ticknor que o fez applicar todas as suas faculdades ao estudo da historia de Hespanha. Com uma difficuldade incrivel, em consequencia da fraquesa da sua vista, começou a revolver manuscriptos, chronicas, servindo-se das muitas relações que elle e seus amigos tinham na Europa para obter cópias de documentos, etc. Um seu parente, M. Hickling, que era consul americano na ilha de S. Miguel, foi quem lhe proporcionou ensejo de lêr os historiadores portuguezes. No fim de sete annos d'um trabalho herculeo, publicou em 1838 a sua *Historia de Fernando e Isabel*, que foi acolhida com um enthusiasmo incrivel na America, e depois applaudidissima na Europa, e que collocou logo o seu auctor entre os historiadores mais notaveis d'este seculo. D'ahi a cinco annos, em 1843, publicou a *Historia da conquista do Mexico*, accolhida pelo publico illustrado com o mesmo furor. Pouco tempo depois apparecia a *Historia da conquista do Perú*, inferior aos seus outros livros. Mas os tres primeiros volumes da *Historia de Filippe II*, que por morte do auctor ficou incompleta, resgataram plenamente essa decadencia passageira. A morte veiu feril-o no dia 27 de janeiro de 1859. Estes pormenores biographicos são tomados da *Life of Prescott* (Boston, 1868) escripta pelo seu amigo o illustre escriptor Jorge Ticknor, e d'um artigo publicado por M. Othenin de Haussonville na *Revista dos Dois Mundos* de 1 de julho de 1868 (pag. 202 a 229), artigo intitulado «William Prescott, sa vie et ses oeuvres».

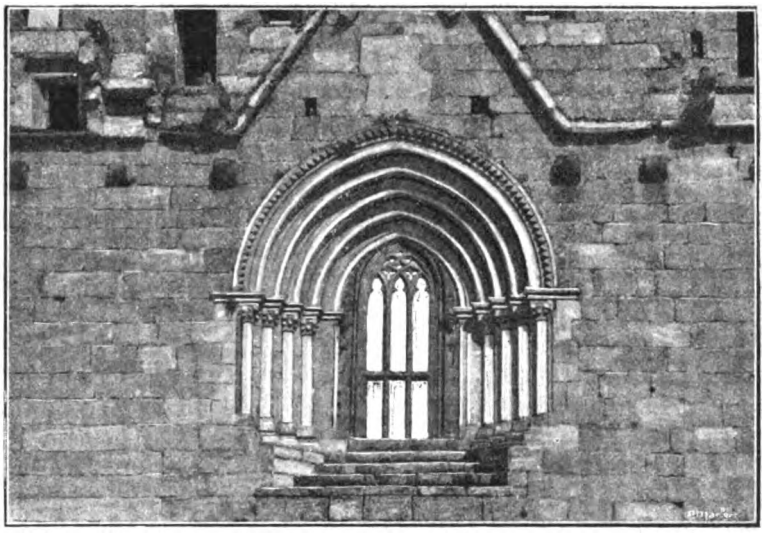
Além da exactidão escrupulosa propria dos historiadores inglezes, do alcance philosophico caracteristico da moderna escola historica, Prescott possue uma qualidade que lhe é peculiar, a magia d'um estylo pittoresco, luminoso e animado, que dá aos seus livros, sem lhe tirar a severidade da historia, o captivador encanto do romance.

Digitized by Google

as administrava com rigor. Todas essas bellas esperanças foram destruidas pela prematura morte d'Henrique III, antes de chegar aos vinte e oito annos de edade. A corôa passou para seu filho João II, então menor, cujo reinado foi um dos mais desastrosos que os annaes castelhanos commemoram[1].

Devasso, indolente, fraco e totalmente inhabil para o governo, D. João II não merecia senão o despreso da historia, se o seu gosto decidido pelas lettras não fizesse da sua côrte uma verdadeira academia de poetas e prosadores, e do seu reinado um dos periodos mais notaveis da litteratura hespanhola. Então brilharam com esplendor vivissimo os talentos de Juan de Mena, marquez de Santillana, marquez de Villena, Affonso de Baena, Cibdareal, etc. Mas esses predicados não bastam para que se perdôe a D. João II a sua inconcebivel fraqueza. Dominado sempre por favoritos, deixára principalmente D. Alvaro de Luna, condestavel de Castella, tomar sobre elle um incrivel ascendente. Em tudo lhe obedecia, e as suas condescendencias chegavam a um ponto que seria difficilmente acreditavel se o não affiançassem autores contemporaneos e dignos de fé. D. Alvaro de Luna era uma poderosa intelligencia, e o cargo de primeiro ministro não estaria abaixo do seu talento, nem seria pesado á Hespanha, se o seu immenso orgulho e a sua indole despotica não o levassem a exercer uma ferrea tyrannia, que indispôz contra elle os grandes e os povos de Castella.

Vimos como os infantes d'Aragão se pozeram á testa do movimento contra elle, como el-rei D. João, sempre fraco e indeciso, se deixou andar á mercê dos partidos, conservando a sua predilecção pelo condestavel, como emfim, graças em parte ao auxilio do infante regente de Portugal, D. Pedro, readquiriu o condestavel a supremacia. Não foi sem luta; o principe Henrique, o herdeiro do throno, juntára-se aos sublevados, e D. João II e o condestavel tiveram de derramar o sangue castelhano na batalha d'Olmedo, para a qual contribuiu, como dissemos, não o exercito auxiliar Portuguez e commandado pelo condestavel Portuguez, mas o receio da sua chegada.



GUIMARÃES — PORTA JOANNINA DA EXTINCTA CAPELLA INTERIOR DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA

Esta victoria, comtudo, desvairou o immenso orgulho do condestavel; tendo por inimigos os grandes e o principe herdeiro, por unico alliado o monarcha, abusou do seu predominio sobre o espirito d'este, e com uma gota d'agua fez trasbordar o vaso.

Quando morreu a primeira mulher

[1] *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, t. I, pag. 62 (Londres, 1858).

Digitized by Google

d'el-rei de Castella, D. Maria d'Aragão (envenenada por ordem do condestavel, do mesmo modo que sua irmã a rainha de Portugal, D. Leonor, segundo se dizia) D. João II projectou casar com uma filha do rei de França.

Sem se importar com os projectos de seu amo, o condestavel encetou com o seu alliado, o regente de Portugal, negociações para o casamento de D. João II com uma princeza Portugueza.

A escolhida foi D. Izabel, filha do infante D. João, como já dissemos, a mesma que o duque de Bragança quizera dar por noiva a D. Affonso V.

Como de costume, o condestavel foi quem venceu: D. João II casou com a infanta Portugueza, mas era natural que não fosse sem humilhação e resentimento que o rei de Castella mais uma vez obedecesse ao incrivel ascendente do favorito[1].»

Onde porém esperava uma alliada encontrou o condestavel uma inimiga. Coisa notavel! foi elle mesmo que trouxe para Castella, contra vontade de todos, o instrumento da sua quéda!

D. Izabel era altiva; irritou-se vendo seu marido curvo a tão extraordinaria preponderancia. Quem sabe mesmo se ella não trazia de Portugal, inoculados por seu avô materno, o duque de Bragança, uns germens d'odio contra o condestavel, que fôra alliado do infante D. Pedro na sua luta contra D. Leonor e os infantes do Aragão?

Fosse como fosse, a influencia da juvenil esposa venceu no espirito de D. João II o velho ascendente do condestavel. Arrancaram-lhe uma sentença contra D. Alvaro, fizeram-lhe summariamente o processo, decapitaram-n'o logo. D. Alvaro de Luna cahiu com uma grandeza que resgata os erros da sua vida: no cadafalso a sua serena dignidade foi tal que o povo, ainda que o odiava, não pôde deixar de verter lagrimas.

E entretanto el-rei, indeciso, estava a cada instante para revogar a ordem fatal, e, quando soube da morte do condestavel, o fraco monarcha pranteou-a com dôr profunda.

Não lhe sobreviveu muito tempo: como Richelieu pareceu que arrastava para o seu tumulo esse pallido phantasma da realeza que se chamava Luiz XIII, assim o condestavel pareceu que sepultava comsigo o frouxo D. João II!

Ainda viveu um anno, mas no dia 21 de julho de 1454 morreu «depois de um reinado de quarenta e oito annos, se se póde chamar reinado o que foi mais propriamente uma longa menor-edade[1].»

Ficavam tres filhos: o primeiro, que tivéra de D. Maria de Aragão, foi o rei Henrique IV; o segundo filho, já de D. Izabel de Portugal, foi o infante D. Affonso, proclamado depois Affonso XII em vida de seu irmão; o terceiro foi a infanta D. Izabel, que nascêra em Madrigal no dia 22 de abril de 1451, e que tinha de ser a rainha D. Izabel I.

Durante o reinado de D. João II os padecimentos de Castella tinham chegado ao seu auge. Reprimidas pelo energico despotismo de Alvaro de Luna, as côrtes haviam perdido todo o seu prestigio e auctoridade; a maior parte das cidades não tinham já voto em côrtes, e o systema dos definidores, que só muito depois se adoptou em Portugal, e o pagamento feito pelo thesouro a esses definidores para despezas de viagem, que os punha na dependencia da corôa, e que só nos fins do seculo XVI em Portugal teve principio, começaram a empregar-se em Castella nos meiados do seculo XV.

Esperava-se muito do novo rei Henrique IV. Todas as esperanças foram

[1] Veja-se Faria de Sousa, *Europa portugueza*, t. 2.°, pag. 335 e 372 (Lisboa, 1679).

[1] Prescott, *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, part. I, cap. 1, pag. 75.

Digitized by Google

mallogradas. Prodigo, timido, devasso, sem dignidade, o novo rei em breve se tornou o ludibrio da côrte. Deixou-se dominar não só por favoritos, mas tambem por favoritas. «Repudiára, diz Prescott, a sua primeira mulher Branca d'Aragão, por motivos sufficientemente ridiculos e humilhantes [1]. Em 1455 desposou Joanna, infanta portugueza, irmã de Affonso V, monarcha reinante. Esta senhora, então na flôr da mocidade, possuia encantos verdadeiros e um vivaz espirito, que faziam d'ella, dizem os historiadores, as delicias da côrte de Portugal. Acompanhava-a uma brilhante comitiva de donzellas e a sua entrada em Castella foi saudada pelas festividades e pompas militares que pertencem a um seculo de cavallaria. As levianas e vivas maneiras da joven, que pareciam zombar da etiqueta formal da côrte castelhana, deram occasião ás mais graves suspeitas. A lingua do escandalo indicou Beltran de la Cueva, um dos mais galantes cavalleiros do reino, e recentemente erguido ao valimento régio, como a pessoa a quem mais liberalmente prodigalisava os seus favores. O cavalleiro defendeu um passo de armas, em presença da côrte, em que manteve a superior formosura da sua amante contra quem ousasse negal-a [2]. O rei tanto se deleitou com as suas proesas que commemorou o acontecimento erigindo um mosteiro dedicado a S. Jeronymo: extravagante origem de uma instituição religiosa [3].»

[1] O casamento entre Branca e Henrique foi publicamente declarado nullo pelo bispo de Segovia, confirmado pelo arcebispo de Toledo por impotencia respectiva, devida a alguma influencia maligna.» Veja-se Pulgar, «Crónica de los reyes catolicos.» (Valencia 1780) cap. XX.

[2] «Não parece comtudo, diz Prescott adiante, que Beltran de la Cueva designasse alguem n'esta occasião como a dama do seu amor.» O escandalo seria demasiadamente forte.

[3] Florez «Reinas catolicas.» tom. II, pp. 763, e 766. Alonso de Palencia «Chronica» MS. part. I, cap. 20 e 21.»

«A leviandade da rainha alguma justificação podia procurar na impudente libertinagem de seu marido. Uma das donzellas de honor, que trouxéra na sua comitiva, adquiriu sobre Henrique um ascendente que elle nem tentou disfarçar [1]; e o paço, depois da exhibição das

[1] Esta dama era D. Guiomar de Castro, e pertencia á familia dos condes d'Athouguia. N'um livro intitulado «Poesias e prosas ineditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita com uma prefação e notas de Camillo Castello Branco» (Porto, 1868), vem em nota uma asserção do nosso grande escriptor que não podémos deixar passar sem reparo. E' o caso que Soropita, o editor das poesias lyricas de Camões, escriptor elle tambem que viveu nos fins do seculo XVI e principios do XVII debaixo do dominio castelhano, e cujas obras ineditas o nosso eminente romancista e erudito investigador desenterrou do olvido em que jaziam, escreveu uma satyra que vem publicada a pag. 133 do seu volume, e em que o sr. Camillo Castello Branco vê reminiscencias evidentes da celebre satyra dialogada do «Mingo Revulgo» que os historiadores da litteratura hespanhola consideram como uma das primeiras e balbuciantes tentativas da comedia peninsular. Illustrando essa satyra de Soropita com uma nota (a 11.ª, pag. 175, 178) Camillo Castello Branco diz o seguinte: «Soropita, quando escrevia esta satyra tinha em vista as «Coplas» chamadas de «Mingo Revulgo», attribuidas por Nicoláo Antonio ao poeta quinhentista Juan de Mena ou qualquer outro engenho de egual tomo que soubesse esfregar com mordente sal as devassidões do seu tempo, «œvi sui mores satyrico sale perfricuissè».

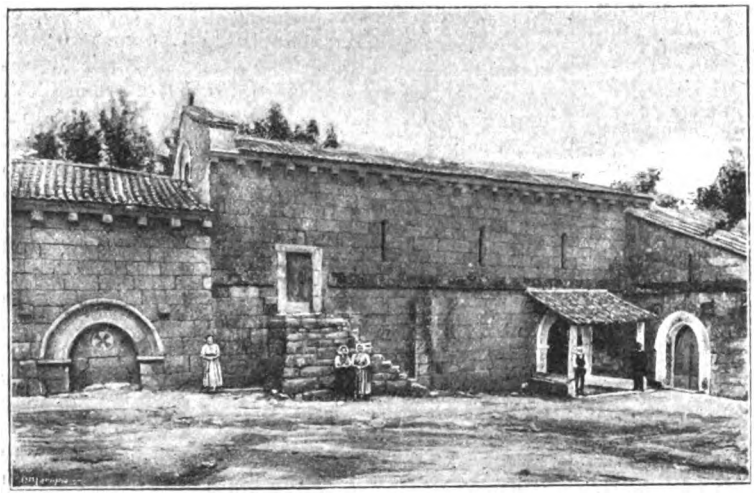
«Em o tempo de Soropita vogavam as coplas de Mingo Revulgo, glosadas pelo celebrado Hernando de Pulgar, em 1581. * Mingo é o povo representado n'um pastor; Revulgo sôa como «republico». O povo queixa-se da perdição, e vida libertina do rei, que seria D. João II de Castella na sua mocidade. Gil Arivato ou propheta, em dialogo pastoril com Mingo, vaticina calamidades á Hespanha e diz que o povo por seus peccados geme espésinhado por tal rei. Uma dama Portugueza, pelo que a trova diz, concorria não pouco para os soltos costumes do monarcha. A historia não sabia isto ou eu não sei que a historia o contasse.»

Não admira que a historia o não soubesse, quando a accusação é uma calumnia assacada innocentemente pelo nosso illustre compatriota a D. João II de Castella, que já não tinha pouco de que dar contas a Deus. A satyra do «Mingo Revulgo» sempre se tem considerado como escripta no tempo de Henrique IV. E, segundo o que Ticknor diz n'uma nota, só Velasques é que «suppõe que «Mingo Revulgo» é uma satyra contra D. João II e a sua côrte, mas applica-se mais naturalmente e mais verdadeiramente á época de Henrique IV e «sempre foi considerada como dirigida contra este desgraçado monarcha. A

* Aqui ha de certo erro typographico. Não se sabe ao certo nem o anno do seu nascimento nem o da sua morte, mas em 1482 foi elle nomeado historiographo. É natural que o «1581» do texto seja «1481».

Digitized by Google

mais vergonhosas scenas, dividiu-se em facções partidarias das formosas rivaes. O arcebispo de Sevilha não se envergonha d'esposar a causa da favorita, que mantém um magnifico estado que rivalisa com a propria realeza. O publico ainda mais se escandalisou com Henrique introduzir sacrilegamente outra das suas amantes no logar de abbadessa de um convento em Toledo, depois de expulsar a sua antecessora, dama de nobre gerarchia e de irreprehensivel caracter.[1]»



GUIMARÃES — EGREJA ROMANICA DE SERZEDELLO, VISTA DE LADO

Esta profunda immoralidade da côrte produzia tambem a immoralidade das classes médias, e a indolencia e froixidão do rei alimentava as discordias, ao passo que as suas prodigalidades e má administração causavam no povo uma profunda miseria, augmentada pela constante alteração das moedas. Os favoritos dominavam o rei como Alvaro de Luna dominára seu pae; os principaes foram o marquez de Villena[2], João Pacheco, de origem portugueza, descendente ainda d'aquelle famoso Diogo Lopes Pacheco, um dos verdugos de D. Ignez de Castro, e seu tio, o arcebispo de Toledo Affonso Carrillo. Mas, tão inconstante, como inhabil e indolente, D. Henrique IV não guardava muito tempo no seu valimento os mesmos fidalgos, e em breve a subida ao poder de novos favoritos desgostou os primei-

sexta estrophe parece evidentemente fazer allusão á sua paixão por D. Guiomar de Castro». Ticknor «Historia da litteratura hespanhola» (tr. fr.) pag. 239, nota 2 (Paris 1864). A sexta estrophe é a seguinte:

Uno le quiebra el capado,
otro le toma el çurron,
otro le quita el çamarron,
y el tras ellos desbavado,
y aun el torpe majadero,
que se precia de sertero,
hasta aquella ʒagaleja
la de nava Lusiteja
la traydo al retortero.

E Hernando de Pulgar commenta «Cresse que la tal mujer era de Portugal.»

«Agora os sabios, accrescenta Camillo Castello Branco, que pesquizem e nos digam a qual corôa ducal d'estes reinos pertence aquella joia perdida.»

Pertence á corôa dos condes d'Athouguia. A satyra de «Mingo Revulgo» é attribuida com maior grau de probabilidade, não a Juan de Mena, mas a Rodrigo Cota. Nicoláo Antonio effectivamente, como Camillo Castello Branco diz, attribue-a na sua «Bibliotheca nova» (t. 1.°, p. 387) a Juan de Mena; mas Ticknor na «Historia da litteratura hespanhola» p. 240 n. 1. diz: «infelizmente para esta conjectura João de Mena era exactamente do partido opposto». Alberto Lista (Lecciones de litteratura española, etc., tomo 1.° p. 26) escreve: «Rodrigo de Cota escribió un dialogo representable entre el amor y un viejo, y otro pastoril entre Mingo Revulgo y Gil Arrivato «en el cual satiriza los desordenes y calamidades del'turbulento reinado de Enrique IV.» Prescott (Ferdinand and Isabella, etc. p. 126 do t. 1.° n. 2.°) não opta por nenhum dos candidatos á gloria de serem autores do «Mingo Revulgo». Depois accrescenta na mesma nota o seguinte, que nos explica o erro de Camillo Castello Branco: «Bouterwek is much mistaken in asserting it to have been aimed at the government of John II. The gloss of Pulgar, whose authority as a contemporary must be considered decisive, plainly proves it to have been directed against Henry IV». Vê-se que Camillo Castello Branco não fez mais do que seguir o celebre sabio allemão, Bouterwek.

[1] Prescott «Ferdinand and Isabella, etc.», t. 1.°, cap. 3.°, pag. 97.

[2] Não se deve confundir este marquez de Villena com o antecedente marquez D. Henrique d'Aragão, tão celebre na historia da litteratura hespanhola. Depois da sua morte em 1434, o seu marquezado vol-

Digitized by Google

NUNO TRISTÃO ARMANDO CAVALLEIRO A ANTÃO GONÇALVES

ros. Tinham estes muitos partidarios entre a nobreza, quasi toda irritada tambem com o procedimento de D. Henrique, e facilmente se formou entre a fidal-

tou á corôa, muito cerceado por confiscações repetidas, que já tinham encorporado nos régios bens a maior parte das suas possessões. El-rei D. João II outhorgou-o a este João Pacheco, no qual principia

Digitized by Google

guia uma secreta colligação, disposta a, quando fosse necessario, fazer sentir ao rei o seu poder.

Conservou-se comtudo ella mysteriosa, até que o marquez de Villena e o arcebispo de Toledo, tendo cahido completamente no desvalimento do rei, por este os julgar (não sem motivo) vendidos á França e a Aragão, entenderam que era tempo de levantarem a mascara. Tivera em 1462 a rainha de Castella uma filha; todos consideravam a recem-nascida criança como o fructo do adulterio, e filha, não de Henrique IV, mas de Bertran de la Cueva. Foi por isso que a pobre princeza, que entre nós é conhecida pelo nome de «excellente senhora» recebeu logo no berço o infamante appelido de *Beltraneja*. Henrique IV comtudo quiz que os fidalgos lhe prestassem juramento como á herdeira do throno. Assim fizeram, mas, quando o marquez de Villena se decidiu a romper a luta, os nobres, reunidos em Burgos, protestaram contra o juramento que haviam prestado, e declararam que, convencidos da illegitimidade de D. Joanna (assim se chamava a princeza) não a reconheciam como successora do throno, exigiram que lhes fosse entregue, para o guardarem como o legitimo herdeiro, o infante D. Affonso, irmão do rei, filho de D. João II e de D. Izabel de Portugal, e disseram mais que, se não se reformassem os abusos multiplicados que havia na administração, e que todos se deviam attribuir ao favorito Bertran de la Cueva, se considerariam como desligados do seu juramento de obediencia para com o monarcha. O torpe D. Henrique IV resignou-se a passar por debaixo d'estas humilhantissimas forcas caudinas. Resignou-se a que se lhe reconhecesse a illegitimidade da filha, entregou nas mãos dos conjurados seu irmão D. Affonso, e nomeou commissarios que providenciassem sobre os abusos da administração. N'este ultimo ponto é que D. Henrique não pôde satisfazer todas as exigencias dos nobres, que levaram por deante o seu projecto de desenthronisarem o imbecil monarcha. Fizeram então uma ceremonia solemne, que Prescott narra da seguinte maneira:

«N'uma planicie aberta, não longe da cidade d'Avila, ordenaram que um cadafalso fosse erigido, de sufficiente elevação para ser facilmente visto de todas as campinas dos arredores. Uma cadeira de estado foi alli collocada, e n'ella sentaram uma effigie do rei Henrique, trajando negras vestes e adornada com todas as insignias da realeza, espada ao lado, sceptro na mão, e corôa na cabeça. Um manifesto foi então lido, apresentando em negras côres o tyrannico procedimento do rei, e a consequente determinação de o depôrem, e reivindicando o seu procedimento por varios precedentes tirados da historia da monarchia. O arcebispo de Toledo, subindo então á plata-fórma, arrancou o diadema da cabeça da estatua; o marquez de Villena tirou o sceptro, o conde de Placencia a espada, o mestre de Alcantara e os condes de Benavente e Paredes o resto das reaes insignias; depois d'isso, a imagem, assim despojada das suas honras, foi rojada no pó entre os confusos gemidos e clamores dos espectadores. O joven principe Affonso, que n'aquelle tempo tinha apenas onze annos de edade, sentou-se no throno vago, e os grandes reunidos beijaram-lhe a mão em signal de homenagem, as trombetas annunciaram que se completára a ceremonia, e o populacho saúdou com alegres acclamações a subida ao throno do seu novo soberano[1]».

um novo ramo distincto de marquezes de Villena, elevados por D. Izabel a Catholica á dignidade de duques d'Escalona.

[1] Prescott, *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, cap. 3.°, pag. 103.

Digitized by Google

Aqui temos pois dois soberanos em Castella, Affonso, a quem os seus partidarios chamam Affonso XII, e Henrique IV. Burgos, Toledo, Cordova e Sevilha seguem o partido do primeiro; quasi todas as provincias meridionaes lhe obedecem. Mas o norte permanece fiel a Henrique IV, o conde de Haro, a poderosa familia dos Mendoza mantêem voz por elle. Um monarcha energico teria luctado, Henrique IV preferiu submetter-se e negociar. Por outro lado o marquez de Villena estava descontente com o seu partido; encetaram-se ajustes. Henrique IV prometteu casar o mestre de Calatrava, irmão do marquez de Villena, com sua irmã D. Izabel, que tinha então dezeseis annos e que protestou energicamente contra similhante casamento. Trez annos antes, em 1464, fôra-lhe proposto, como dissemos, para noivo el-rei D. Affonso V, mas ella, que estivéra presente á conferencia de Gibraltar, tambem se mostrára rebelde a esse casamento. Já em criança mostrava a energia que a havia de distinguir.

N'isto morreu o mestre de Calatrava; e o marquez de Villena, perdendo com a morte de seu irmão as suas esperanças ambiciosas, lançou-se com redobrado ardor no partido opposto ao de Henrique IV. Haviam decorrido tres annos desde a ceremonia d'Avila. Os dois reis Affonso XII e Henrique IV continuavam a reinar juntamente; era impossivel continuarem as coisas assim sem um conflicto; a batalha travou-se em Olmedo, e ficou indecisa. A anarchia redobrou; afinal Affonso XII morreu no dia 5 de julho de 1468 na aldeia de Cerdeñosa, a duas leguas d'Avila. Os confederados comtudo não desistiram da revolta, e quizeram pôr á sua frente a infanta D. Izabel, que estivera com a familia de Henrique IV até depois da batalha d'Olmedo, em que, sendo tomada pelos insurgentes a cidade de Segovia onde residia, reclamou a protecção de Affonso XII.

Izabel não accedeu ao desejo dos conjurados, e mostrou alto bom senso, aconselhando-lhes que se submettessem ao rei D. Henrique. Estabeleceram comtudo as suas condições, e a infanta D. Izabel, em nome dos nobres, celebrou com Henrique IV um tratado em Toros de Guisando, na Castella Nova, no qual se ajustou — amnistia completa; repudio da rainha, que seria mandada para Portugal; Izabel devia receber o principado das Asturias, e ser reconhecida herdeira da corôa de Castella e Leão; as côrtes seriam convocadas dentro de quarenta dias para reformarem os abusos; Izabel emfim não podia ser obrigada a casar com quem lhe não aprouvesse.

Brazão de armas da villa de Pombal

Este tratado vergonhoso para Henrique IV foi celebrado no dia 9 de setembro de 1468. Condições tão humilhantes só podiam ser acceitas pelo monarcha, tendo elle a firme intenção de as não cumprir. Mas entretanto o facto de Izabel ser reconhecida herdeira da corôa attrahia numerosos pretendentes á sua mão. Pediu-a Ricardo duque de Glocester, que foi depois o celebre Ricardo III de Inglaterra, o malevolo e criminoso corcunda, heroe de um dos mais bellos dramas de Shakespeare. Depois foi pretendente o duque de Guyenne, irmão de Luiz XI de França; finalmente o terceiro pretendente foi Fernando, filho de João II de Aragão, e herdeiro da corôa. Por este pretendente é que se decidiu D. Izabel: além de considerações politicas, influiram bastante no animo da princeza as qualidades pessoaes de Fernando, de que um seu enviado lhe fizera a mais entusiastica descripção. Effectivamente Fernando era um galante ho-

Digitized by Google

mem, optimo cavalleiro, dextro jogador de armas, valente, e sympathico. Querido de seus paes, tinham praticado elles verdadeiros crimes para lhe assegurarem a herança do throno que lhe não pertencia. É uma tenebrosa historia, que não contâmos para não nos affastarmos demasiadamente do assumpto, mas que o leitor curioso póde vêr admiravelmente narrada no livro de Prescott [1].

Os antigos partidarios de Henrique IV, os que o tinham sustentado contra Affonso XII, ficaram, como era natural, descontentissimos com o tratado de Toros de Guisando. Encontraram, inesperadamente, um alliado no marquez de Villena, que fôra até ahi o chefe dos seus adversarios. Por que motivo mudára tão subitamente de partido o marquez de Villena? Por um motivo de supremo egoismo e de interesse pessoal. Foi esse motivo ainda que fez perseverar seu filho na defeza da princeza D. Joanna, que fôra sua familia a primeira a appellidar de Beltraneja, e a sustentar com enthusiasmo a causa de Affonso V de Portugal.

As riquezas do marquez de Villena pertenciam legitimamente á casa de Aragão. Como dissemos, era Henrique de Aragão o precedente marquez, e os seus bens tinham passado para a corôa de Castella principalmente por confiscos, e por não ter herdeiro directo quando morreu. Esses bens déra-os D. João II a João Pacheco, dando-lhe ao mesmo tempo o marquezado. Mas agora o herdeiro presumptivo da corôa de Aragão casava com a herdeira presumptiva da corôa de Castella. Estariam muito em segurança debaixo do governo de um principe aragonez os bens confiscados a Henrique de Aragão? Estas considerações actuaram no espirito do marquez de Villena, e fizeram com que passasse com armas e bagagens para o campo dos seus antigos inimigos, e que se reconciliasse com el-rei, obtendo sobre elle o seu antigo ascendente.

Logo foram illudidas todas as condições do tratado de Toros de Guisando. Começou o marquez por querer obrigar Izabel a casar com Affonso V de Portugal, e escreveu ao nosso monarcha aconselhando-lhe que renovasse as suas pretensões. Assim fez elle, como já dissémos, e enviou uma embaixada a Ocaña, onde estava Izabel, a pedir-lhe a a mão de esposa. Izabel respondeu recusando. O marquez de Villena ameaçou-a de a prender no castello de Madrid; Izabel perseverou na recusa, fiada demais a mais no affecto do povo de Ocaña, que jurava defendel-a, e que foi effectivamente o que impediu o marquez de Villena de realisar as suas ameaças. O povo mostrou-se decidido a desenvolver toda a energia, os proprios garotos passavam pelas ruas cantando cantigas em que satyrisavam a velhice de Affonso V comparando-a com a flor da juventude de Fernando. Affonso V não era velho, tinha trinta e sete annos, mas, para uma princeza de dezoito que ia casar com um principe de dezesete, a desproporção da edade era sensivel.

---

[1] Vol. 1.°, cap. 2.° «Condition of Aragon during the minority of Ferdinand—Reign of John II of Aragon», pag. 76 a 94. O herdeiro do throno era Carlos principe de Vianna, filho mais velho de João II. As perseguições, intentadas contra elle por seu pae e sua madrasta, Joanna Henriques, mãe de Fernando, são horrorosas. Afinal o desgraçado principe morreu envenenado; o mesmo succedeu a Branca sua irmã. Os Catalães, que adoravam o principe, revoltaram-se, e proclamaram a deposição de João II, offerecendo a corôa, primeiro a Henrique IV de Castella, que a regeitou, depois, como vimos, a D. Pedro, condestavel de Portugal, filho do infeliz infante D. Pedro d'Alfarrobeira, descendente por sua mãe dos antigos soberanos de Catalunha, condes d'Urgel. O principe morreu, dizem que envenenado, a 25 de junho de 1466. Chamaram então os insurgentes o celebre bom rei René, duque de Lorena, que morreu tambem a 16 de dezembro de 1469. Ainda então os Catalães protrahiram a luta até 22 de dezembro de 1472, em que João II entrou em Barcelona, depois de dez annos de revolta provocada pelos seus horriveis crimes.

Digitized by Google

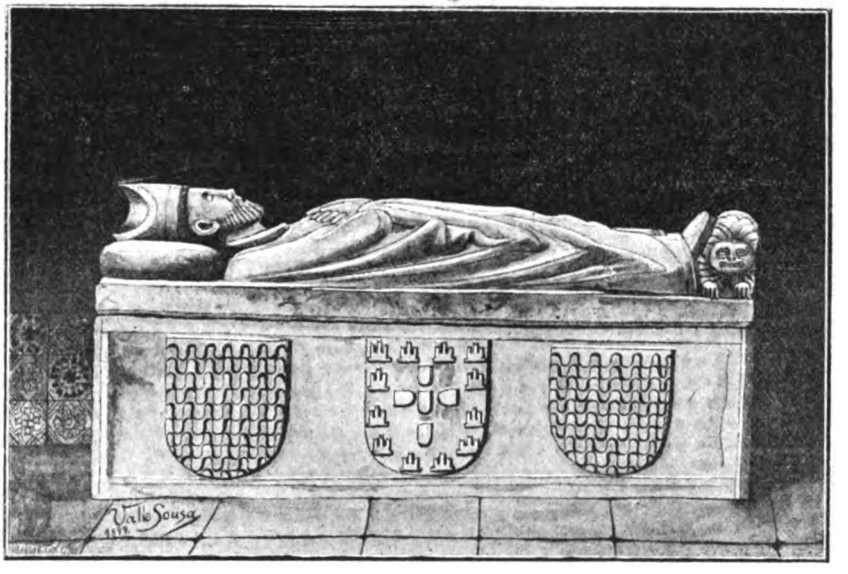
Entretanto tudo se preparava entre o rei de Aragão e os partidarios castelhanos de Fernando para que o casamento se realisasse. Apesar da vigillancia do marquez de Villena, Fernando conseguiu entrar disfarçado em Castella e ir a Valladolid, onde casou com Izabel no dia 18 de outubro de 1469. Os dois conjuges enviaram uma embaixada a Henrique IV, participando-lhe o seu casamento.

A ira do rei, ou antes do marquez de Villena, devia ser grande; comtudo o rei apenas respondeu friamente:

«Que avisaria com os seus ministros.»

O marquez de Villena, que passára então a ser mestre de San Thiago, resignando o marquezado em seu filho, vendo que a infanta Izabel escapava assim completamente á sua influencia, voltou toda a sua attenção para a princeza D. Joanna, e tratou de vêr se destruia a sua propria obra, fazendo com que a Beltraneja fosse de novo reconhecida por herdeira do throno. Para sustentar melhor as suas pretenções, offereceu, em nome de Henrique IV, a mão da infantil princeza ao duque de Guyenna, irmão de Luiz XI de França, como depois havia de offerecer a mão da mesma princeza a D. Affonso V de Portugal. A politica do marquez de Villena resumia-se toda n'isto: conservar as suas possessões. Pouco lhe importava o mais; que Castella houvesse de ser Franceza, ou que a unidade Hespanhola se effectuasse pela reunião dos povos mais heterogeneos, em que se dividia a raça néo-gothica, o castelhano e o portuguez.

Ao mesmo tempo que encetava as negociações com a França, proclamava Henrique IV nullo para todos os effeitos o trabalho de Toros de Guisando, visto que D. Izabel o violára, casando contra vontade do seu monarcha. Depois fez a coisa mais insolita e mais ridicula d'este mundo. Elle e a rainha sua mulher



SE DE COIMBRA — TUMULO DO BISPO D. TIBURCIO

lavraram um protesto, que ambos assignaram, declarando que a princeza D. Joanna era filha legitima e não adulterina!! [1] E' um facto sem exemplo na chronica escandalosa da Europa.

Estas abjecções, e principalmente as negociações com a França, que feriam altamente o sentimento nacional, deram muitos adherentes a Izabel. A casa de Medina Sidonia era sua partidaria, e arrastára pela sua influencia a Andaluzia toda, o arcebispo de Toledo mantinha-se fiel ao seu serviço, apesar da deserção de seu sobrinho. As provincias da

[1] Prescott *Ferdinand and Isabella*, t. 1. cap. IV, pag. 124, baseando-se nas auctoridades de Oviedo *Quinquagenas*, Castillo, *Crónica*, Palencia, *Crónica*.

Digitized by Google

Biscaya e Guipuscoa protestaram contra o projecto de casamento, que devia dar em resultado a união de Castella e de França. Mas ainda assim muitas grandes familias não tomavam o partido da infanta D. Izabel: não concorreriam pouco para isso os odios excitados pela casa de Aragão. Os Pachecos, quer dizer, o mestre de Santhiago, seu filho o novo marquez de Villena e os seus edherentes; os Mendozas, isto é o, marquez de Santillana, depois duque do Infantado, e seus irmãos condes de Tendilla e Corunha, e o arcebispo de Sevilha, os Zunigas, condes de Palencia e depois duques d'Arevalo, os Velascos, condes d'Haro, os Pimenteis, condes de Benavente e muitos outros fidalgos seguiam o partido de Henrique IV. D'ahi provinha uma anarchia terrivel, e uma conflagração geral por toda a Hespanha. Comtudo a devassidão da familia real contrastava por tal fórma com a dignidade e pureza de costumes de Izabel, e da pequena côrte que a cercava, que muitos homens sérios passaram pouco a pouco para o seu partido. Foi o que fez, por exemplo, a familia dos Mendozas.

Em 1474 morreu o mestre de Santiago, e logo depois falleceu tambem Henrique IV no dia 11 de dezembro d'esse anno. «O rei, diz Prescott, não obstante o vagaroso caminhar da sua doença lhe dar muito tempo de se preparar, expirou sem testamento e até, como geralmente se affirma, sem designar o seu successor. Isto era notavel, não só por ser contrario ao uso estabelecido, mas por acontecer n'um periodo em que a successão fôra tão longa e tão calorosamente debatida [1].» Como vimos pelo testemunho de Damião de Goes, que transcreve a carta do marquez de Villena, em que participa a Affonso V que este testamento existia, a asserção de Prescott está longe de ser justificada, e elle mesmo, n'uma nota, se encerrega de fazer pender a balança para o lado contrario á sua affirmativa [1].

[1] *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, T. 1.°, cap. 4.°, pag. 134.

[1] A nota é a seguinte. «Este ponto jaz envolto em não pouca obscuridade, e foi referido com muita discrepancia e inexactidão pelos modernos historiadores hespanhoes. Entre os antigos, Castillo, historiographo de Henrique IV, menciona certos «executores testamentarios» sem comtudo dar noticia d'um modo mais directo da existencia d'um testamento (*Cron.* c. 168) O cura de Los Palacios refere-se a uma clausula que elle diz ter existido no testamento de Henrique IV, em que declara Joanna sua filha e herdeira (*Reyes Catholicos*, Ms. cap. 10) Affonso de Palencia declara positivamente que não houve tal instrumento; e que Henrique perguntando-se-lhe quem lhe deveria succeder, indicou o seu secretario Juan Gonzalez como sabedor das suas intenções (*Cron.* c. 92) L. Marineo tambem declara que o rei «com a sua habitual imprevidencia» não deixou testamento, (*Çosas memorables*, fol. 155) Pulgar, outro contemporaneo, expressamente declara que o rei não fez testamento, e cita as palavras por elle dictadas ao seu secretario, em que simplesmente designa dois dos grandes como «albaceas de su anima,» e outros quatro, juntamente com elles, como guardas de sua filha Joanna (*Reyes Catholicos*, pag. 31). Não parece impossivel que a existencia d'este instrumento fosse confundida com a d'um testamento, e que se deva interpretar, em referencia a elle, a phrase acima citada de Castillo, assim como a passagem de Bernaldez. A historia de Carbajal da existencia d'um testamento, occulto por mais de 30 annos, e a final supprimido por Fernando, vem tão despida de provas que não pode ser do minimo peso para o historiador (Vejam-se os seus *Anales*, Ms. anno 74). Devemos dizer comtudo que a maior parte dos escriptores acima citados compilaram as suas obras depois de Izabel subir ao throno, e que nenhum d'elles, á excepção de Castillo, era partidario do seu rival. Tambem devemos accrescentar que, nas cartas dirigidas pela princeza Joanna ás differentes cidades do seu reino, quando assumiu o titulo de rainha de Castella (datada de maio de 1475), expressamente se declara que Henrique IV, no seu leito de morte, solemnemente affirmou ser ella a sua unica filha e legal herdeira. Estas cartas foram escriptas por João d'Oviedo (Juan Gonzalez) o secretario confidencial de Henrique IV. Veja-se Zurita (*Anales*, tom. IV, fol. 235, 239)». Se Prescott houvesse consultado mais do que consultou os chronistas portuguezes, dissipar-se-hiam as suas duvidas, e reconheceria, como Schoef fer reconheceu, a existencia do testamento; mas Prescott, emquanto a livros da historia de Portugal, os que lê de preferencia são a *Historia*, de La Clède, e a *Europa portugueza*, de Faria e Sousa. Cita uma ou outra vez Ruy de Pina, e parece-nos que nunca invoca o testemunho de Damião de Goes. Pois para descrever um periodo da historia de Hespanha em que Portugal e o seu rei Affonso V representaram um papel tão importante, devia incluir as chronicas portuguezas no ambito dos seus estudos.

Digitized by Google

«A maior parte dos escriptores contemporaneos, diz Prescott, contentam-se em derivar o titulo de Izabel á coroa de Castella da illegitimidade da sua rival Joanna. Mas, como esse facto, por muita probabilidade que receba da sabida devassidão da rainha, e de algumas outras circumstancias collateraes, nunca foi estabelecido por evidencia legal, ou foi sequer objecto de um inquerito, não pode ser rasoavelmente adduzido como offerecendo por si só uma base satisfatoria ás pretenções de Izabel[1].

«Estas d'onde se devem derivar é da vontade da nação expressa pelos seus representantes nas côrtes. O poder d'este corpo para interpretar as leis que regulavam a successão, e para determinar a propria successão do modo mais absoluto, é incontroverso, porque repetidos precedentes o estabelecem desde um periodio antiquissimo [1]. No caso actual, a legislatura, logo depois do nascimento de Joanna, prestou-lhe os usuaes juramentos de homenagem como á herdeira presumptiva da monarchia. Em subsequente occasião comtudo, as côrtes, por motivos de si mesmo julgados sufficientes, e com a convicção de que seu consentimento á precedente medida fora obtido por illegal influencia da parte da corôa, revogou os seus primeiros actos, e prestou homenagem a Izabel como á unica verdadeira e legal successora. A legislatura permaneceu tão resoluta n'esta disposição, que, não obstante Henrique ter duas vezes convocado os estados para o fim expresso de renovarem a sua homenagem, recusaram obedecer á sua intimação; e assim Izabel, quando seu irmão morreu. possuia um titulo inquestionavel para obter a corôa, e derivado da unica auctoridade que lhe podia dar sua validade constitucional. Póde-se accrescentar que a princesa estava tão conscia da base real das suas pretenções que, nos seus varios manifestos, posto que se refere á noção popular da illegitimidade da sua rival, assenta a fortalesa da sua causa na sancção das côrtes [2].»

Brazão de armas da cidade de Ponta Delgada

Com effeito, considerada a questão debaixo do ponto de vista do direito estricto, a justiça estava do lado de D. Joanna. *Pater is est quem nuptiæ demonstrant*, diz a velha fórmula juridica: D. Joanna era perante a lei humana, que não póde investigar os mysterios e

---

[1] A crença popular da illegitimidade de Joanna fundava-se nas seguintes circumstancias:

1.ª O primeiro casamento do rei Henrique com Branca de Navarra fôra dissolvido, depois de durar doze annos, pelo motivo, publicamente allegado, de impotencia.

2.ª A princeza Joanna, unica filha de sua segunda esposa, Joanna de Portugal, nascêra só no oitavo anno do seu casamento, e muito tempo depois de se tornar notoria a sua muita leviandade.

3.ª Posto que Henrique tivesse amantes varias, que sustentou de um modo tão impudente que excitou escandalo geral, não constou jámais que as suas relações fossem fecundas.

Para contrapesar a probabilidade offerecida por estes factos deve-se dizer que Henrique parece, até ao dia da sua morte, ter amado a princeza Joanna, como prole sua, e que Bertran de la Cueva, duque d'Albuquerque, seu supposto pae, em vez de sustentar os direitos de sua filha á corôa por morte de Henrique IV, como seria natural se elle podesse reclamar as honras da paternidade, ligou-se á facção adversa, á de Izabel.

A rainha Joanna só sobreviveu a seu marido perto de seis mezes. O padre Flores (*Reynas Catholicas*, tom. II, pag. 760, 786), tentou lavar o seu caracter, mas, sem falarmos em quasi todos os escriptores contemporaneos assim como nos documentos officiaes do tempo (veja-se Marina, *Teoria*, tom. III, part. II, n.º II), a macula foi tão profundamente estampada pelo testemunho repetido de Castillo, leal adherente do seu partido, que não póde facilmente apagar-se.

Diz-se comtudo que a rainha morreu em cheiro de santidade; e Fernando e Izabel mandaram-n'a depositar n'um rico mausoléo, erigido para si mesmo pelo embaixador á côrte do grande Tamerlan, mas d'onde os seus restos foram expulsos um tanto sem ceremonia, afim de darem logar aos da sua régia ama.

[1] Veja-se este assumpto discutido «in extenso», por Marina, (*Teoria de las Côrtes*, part. II, cap. I).

[2] *History of the reigne of Ferdinand and Isabella*, tom. I, cap. V, pag. 138.

Digitized by Google

escandalos domesticos, filha d'Henrique IV. *La recherche de la paternité est défendue*, ordena o codigo civil francez com perfeito bom senso. Effectivamente, a que desmoralisadores, e abjectos e iniquissimos abusos não daria logar a admissão d'um principio differente? Perante a razão clara e todos os codigos d'este mundo, antigos e modernos, civilisados e semi-barbaros, D. Joanna era a herdeira d'Henrique IV.

Mas, como diz muito bem Prescott, a base verdadeira, justa e inabalavel das pretenções de Izabel era a vontade popular, unanime a seu favor, e repetidas vezes expressa. Affonso V, invadindo Castella, ia-se collocar exactamente na posição em que D. João I de Castella se collocára quando invadira Portugal. Como elle, em nome da vontade ultima d'um rei e dos direitos do parantesco, ia D. Affonso V contrastar a vontade d'um povo e excitar o seu sentimento patriotico. Tudo seguiu exactamente os mesmos tramites, e se Toro esteve muito longe de ter para nós as proporções desastrosas que Aljubarrota teve para os Castelhanos, se nem chegou a ser uma derrota foi comtudo uma lição severa para Affonso V, que tinha ambições gigantes, sem ter para as sustentar outra capacidade que não fosse a sua temeraria intrepidez, e o seu arrojo de cavalleiro.

E guerra ia accender-se entre os dois estados limitrophes.

Effectivamente, apenas Henrique IV morreu, Izabel fez-se proclamar em Segovia com toda a solemnidade rainha de Castella, e logo muitas cidades a reconheceram como tal. Seu marido estava no Aragão fazendo guerra a França por causa do Roussillon; veiu, e logo se travou uma discussão entre os partidarios dos dois conjuges. Queriam uns que o throno pertencesse a D. Fernando, como o ultimo varão representante da familia de Trastamara[1], outros que pertencesse exclusivamente a D. Izabel, como filha do ramo primogenito, e herdeira reconhecida da corôa. Não se podia objectar contra ella a lei salica, que não existia em Hespanha, onde só foi introduzida pelos Bourbons, e de novo abolida por Fernando VII, nem e falta d'exemplo, porque já D. Urraca, irmã da nossa D. Tareja, governára Castella. Para se conciliarem as diversas pretenções, combinou-se que Fernando e Izabel reinariam juntos, e teriam parte egual no poder; que a nomeação de cargos municipaes, e collação de beneficios ecclesiasticos deviam ser feitos em nome d'ambos, mas sempre com aviso e consentimento da rainha; nomeações fiscaes e saques de thesouro só á ordem d'ella; a ella só tambem prestariam menagem os alcaides das fortalezas. A justiça ambos a administrariam quando estivessem juntos; cada um de per si quando separados. Proclamações e cartas patentes deviam levar a assignatura de ambos, nas moedas deviam figurar as suas effigies, e no sello regio as armas enlaçadas de Castella e d'Aragão. A Fernando custou-lhe o sujeitar-se a estas restricções. Filho da casa real aragoneza, onde a lei salica estava em vigor, entendia dever manter os fóros da sua dignidade varonil; mas Izabel conseguiu aplacal-o, dizendo-lhe que as suas duas vontades não fariam senão uma só, e que, se a lei salica se pozesse em vigor, ficaria privada do throno a sua filha unica.

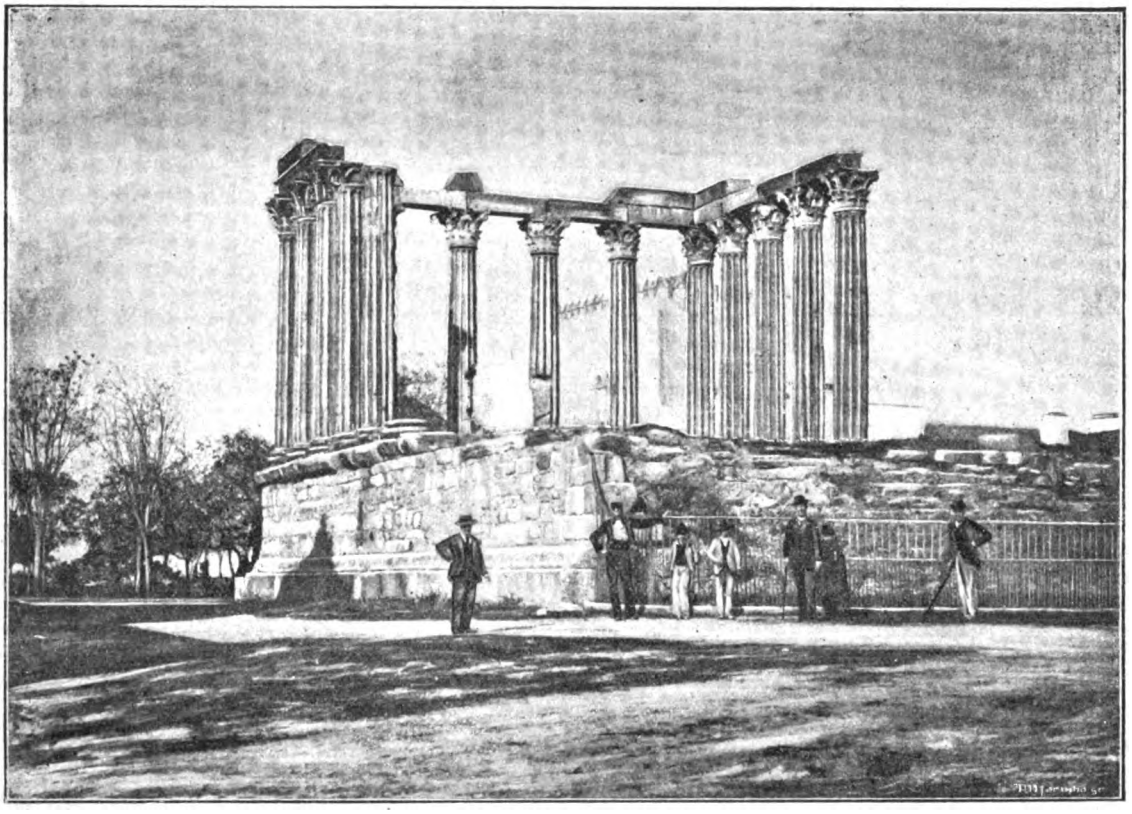
Entretanto os nobres descontentes enviaram, como dissemos, a Affonso V de

[1] Eis a arvore genealogica de Fernando e Izabel: Henrique II de Castella, fundador da casa de Trastamara, foi pae de João I de Castella casado com D. Leonor d'Aragão, João I foi pae d'Henrique III de Castella e de Fernando I d'Aragão. Henrique III foi pae de João II de Castella. Fernando I pae de João II d'Aragão. Este foi pae de *Fernando o Catholico*, aquelle pae de *Izabel a Catholica*.

Digitized by Google

Portugal a noticia do testamento d'Henrique IV, e a proposta de sustentar pelas armas o seu direito, e o direito de sua sobrinha que devia desposar.

Os chefes d'este partido eram o marquez de Villena, menos intelligente do que seu pae, mas tão intrepido que os seus contemporaneos o declaravam a melhor lança de Castella, o duque de Arevalo, o mestre de Calatrava, e o marquez de Cadix. As possessões do marquez de Villena, que se estendiam de Toledo a Murcia, collocavam debaixo da sua influencia todo o sul da Castella-Nova; o duque de Arevalo dominava a Extremadura, o marquez de Cadix tinha quasi toda a Andaluzia na mão, o mestre de Calatrava os immensos recursos da sua ordem. Um novo, poderoso, inesperado auxiliar se devia juntar em breve á confederação dos descendentes. Era o arcebispo de Toledo, que fôra sempre fiel partidario de Izabel, mas que, cioso da influencia progressiva do arcebispo de Sevilha, o celebre cardeal Mendoza, determinou vingar-se derrubando a mesma princeza que amparára até ahi. Debalde o velho rei do Aragão, D. João II, recommendava a seu filho e a sua nora que não descontentassem o arcebispo primaz. Impacientes da tutella que o prelado desejava exercer, os juvenis monarchas não attendiam aos conselhos do experimentado politico, e quando quizeram acudir, já era tarde. O arcebispo de Toledo passára definitivamente para o campo inimigo.



EVORA — TEMPLO DE DIANA

Tantos e tão poderosos auxiliares, de cuja firme vontade de o servirem lhe trouxe noticia Lopo de Albuquerque, camareiro-mór, que enviára para saber ao certo com quem podia contar, encheram de ambiciosas esperanças o coração de Affonso V, e principalmente de seu

Digitized by Google

filho. Debalde o arcebispo de Lisboa e o marquez de Villa Viçosa allegaram as difficuldades que havia para se levar a cabo essa empreza. D. Affonso persistiu n'ella, tendo enviado primeiro Ruy de Sousa a Valladolid para declarar a Fernando e Izabel, que estavam n'essa cidade, o seu proximo casamento com a sua sobrinha, e para os intimar a que cedessem a corôa á legitima herdeira. A resposta foi, como se poderia julgar, desfavoravel e «a determinação do feito, como diz Ruy de Pina, ficou entre os reis não a boas razões, nem a justificação de leis que apontassem, mas sómente a disposição e força das armas[1].»

No mez de maio de 1475 passou D. Affonso V a Arronches para concluir os seus preparativos de guerra, e ordenar o governo interino do reino, que foi confiado a seu filho. Este já começava a exercer uma certa tutella sobre seu pae, que era um verdadeiro *pae prodigo*. Os papeis trocavam-se: o filho era o homem de bom senso, o pae era a criança estouvada. Por isto D. João, prevendo as loucas liberalidades de Affonso V, conseguiu que este lhe passasse um documento, que declarava nullas todas as doações, que fizesse durante a guerra de Castella, e que excedessem dez mil réis de renda[2].

Ao mesmo tempo contrahia uma alliança com Luiz XI de França, assignada no dia 21 de dezembro de 1475[3], na qual se obrigava a ceder a Biscaya ao seu astuto auxiliar, com a condição d'este fazer uma diversão pelo norte com as suas tropas[4]. Feito isto, reuniu o seu exercito, e entrou em Castella.

Não era a hoste muito numerosa, mas brilhante e cheia de animação. Constava ao todo de quatorze mil homens de pé, cinco mil e seiscentos cavallos, e bastante artilheria. Partindo de Arronches entrou em Castella por Piedra-Buena, onde se despediu d'elle o infante D. João.

«Esta força, diz Prescott, posto que numericamente não tão formidavel como se podia esperar, comprehendia a flôr da cavallaria portugueza, ardendo em esperança de colher loiros similhantes aos que seus paes haviam outr'ora conquistado nos plainos de Aljubarrota[1].»

Este exercito marchava na seguinte disposição:

Caminhava na vanguarda o adail-mór Diogo de Barros com alguns ginetes, a explorar e assegurar o campo, seguia-se o marechal D. Fernando Coutinho com os guias e as tropas e petrechos necessarios para assentarem o arraial, depois Vasco Martins de Sousa Chichorro, commandante dos ginetes d'el-rei, e depois o conde de Penamacor[2], chefe da vanguarda real, e em seguida a elle as bagagens e a artilheria, e depois o corpo de exercito, commandado por el-rei, com as suas bandeiras e pendões fluctuantes ao vento. Fechava a marcha a rectaguarda commandada pelo condestavel duque de Guimarães; as alas eram commandadas pelo conde de Faro, conde de Loulé[3], conde de Penella, conde de Monsanto, etc.

N'esta brilhante ordenança chegou o exercito Portuguez a Placencia, onde o esperava a princeza D. Joanna, e os principaes dos seus partidarios, o duque de Arevalo, o marquez de Villena, o

---

[1] *Chronica de D. Affonso V*, cap. 174, pag. 539.

[2] Damião de Goes, *Chronica do principe D. João*, cap. 48; Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 195.

[3] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr. pag. 541.

[4] Prescott, *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, pag. 143.

[1] Prescott, ibid., ibid.

[2] Era Lopo de Albuquerque, feito então conde de Penamacor, pelos serviços que prestára na sua missão a Castella.

[3] Era D. Henrique de Menezes, que fôra primeiro conde de Vianna, depois conde de Valença, e agora conde de Loulé.

Digitized by Google

conde de Ureña, etc. Foi o marquez de Villena quem apresentou a el-rei a sua noiva[1].

Casaram, mas não se consummou o casamento, porque faltava a dispensa do papa, cuja promulgação Fernando e Izabel por todos os modos procuravam demorar senão impedir[2].

Logo Affonso V juntou ao escudo de armas de Portugal e escudo de armas castelhanas, e se proclamou rei de Portugal, Castella e Leão. A rainha D. Joanna, sua esposa, expediu a todas as côrtes e aos seus subditos uma exposição dos acontecimentos que se tinham seguido á morte de seu pae, e do direito que lhe assistia para subir ao throno[3].

Fernando e Izabel em revindicta proclamaram-se tambem reis de Portugal, e a guerra ateou-se.

A tentativa da Iberia ia-se fazer, como em 1870 pretenderam renoval-a, presidindo um rei Portuguez aos destinos das duas nações; mas o sentimento nacional dos Castelhanos revoltou-se contra a união, como o sentimento nacional dos Portuguezes se revoltára contra egual tentativa um seculo antes. Em 1870 Castella, tendo absorvido em si todos os outros reinos da peninsula hispanica, apresentando uma massa enorme, que na união seria sempre preponderante, estendeu-nos os braços e pediu-nos um monarcha; então que a egualdade se poderia estabelecer, regeitava-o indignada. Não nos quizeram para irmãos quizeram-nos depois para escravos.

CAPITULO XXXIX

Guerra da successão de Castella.— Batalha de Toro

Iz Prescott, e com alguma apparencia de razão, que se Affonso V tivesse aberto a campanha com energia, e, irrompendo logo para os districtos meridionaes de Castella, onde estava a força principal dos seus adherentes, fizesse d'ahi a base das suas operações, as coisas correriam de um modo muito differente: Fernando e Izabel estavam em tão deploravel situação, que mal tinham quinhentos cavallos com que se oppozessem aos seus competidores.

Mas Affonso V, em vez de proceder assim, dirigiu-se a Arevalo, e alli esperou que se lhe viessem unir os seus partidarios, e aquelles a quem, segundo diz um velho chronista hespanhol, Bernaldez, citado por Prescott, prodigalisára antes da invasão largas quantias. «Alguns d'elles, especialmente o duque d'Alva, receberam os seus presentes, e empregaram-n'os em servirem a causa de Izabel[1].» Estando em Arevalo, recebeu de Juan d'Ulloa, fidalgo de Toro, noticia de que se lhe entregava a cidade e foi

---

[1] Prescott, *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, tom. I, cap. V, pag. 143.

[2] Schœffer, *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 542.

[3] «O manifesto, de grande importancia por causa da exposição historica dos factos relativos á successão do throno, em razão da notoriedade d'esses factos, citados perante o tribunal da opinião publica, era forçado de algum modo, apesar da parcialidade da redacção, a não se affastar muito da linha da verdade.» Veja-se Leão, cap. 51, Zurita *Anales*, tom. IV, liv. XIX, cap. 28, e Sousa, *Provas*, tom. II, pag. 60 a 71.» Schoeffer *Ibid.*

[1] Prescott, *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, cap. V, p. 144, nota.

Digitized by Google

tomar posse d'ella. A mesma participação recebeu do alcaide de Samora, que lhe entregou a praça; mas o castello de Toro é que resistiu. Rodrigo d'Ulloa, irmão do que entregára a cidade, tomára voz por D. Fernando, e, apesar d'estar ausente, sua mulher, fazendo as suas vezes, defendia-o com uma intrepidez varonil.

Entretanto haviam passado quasi dois mezes, e D. Fernando, e principalmente sua esposa D. Izabel, não tinham perdido o tempo, que o seu adversario tão generosamente lhes concedia. Izabel passava as noites a escrever despachos, os dias a correr a cavallo de cidade em cidade, reanimando as guarnições abaladas, appellando para a lealdade dos seus adherentes, e procedendo emfim com uma tal actividade, que a saude melindrosa da rainha, gravida n'essa época, soffreu a ponto de ter um desmancho. Fernando auxiliava-a infatigavelmente, e foram tão bem succedidos nos seus trabalhos, que poderam emfim reunir um exercito de quatro mil homens de armas, oito mil ginetes, e trinta mil peões, exercito muito mais numeroso do que o de D. Affonso V, mas composto, é verdade, de indisciplinada milicia, que não resistiria facilmente ao embate dos velhos soldados das campanhas africanas, que formavam o nucleo da hoste portugueza.

Isso D. Fernando percebia-o tanto, que, apesar da sua enorme superioridade de forças, quando veiu descercar o castello de Toro, enviou recados a D. Affonso offerecendo-lhe algumas concessões, que Affonso regeitou. Então D. Fernando propôz ainda um combate singular com Affonso, que decidisse a contenda. Affonso não era homem que deixasse de levantar a luva, mas, quando se tratou dos refens que garantissem a execução das obrigações resultantes do duello, não poderam vir a um accôrdo. Affonso V propunha a troca das duas princezas, de modo que ficasse D. Joanna nas mãos dos partidarios de Izabel, e D. Izabel nas mãos dos partidarios de Joanna. Era com effeito o mais logico e rasoavel. Mas D. Fernando disse que não reconhecia a egualdade dos refens, e soltou palavras offensivas para D. Joanna. Então Affonso V, indignado, parou com as negociações, e decidiu-se a travar batalha[1]. Mas D. Fernando é que tambem estava em pessima situação para se defender: o conde de Faro, o conde de Marialva, o conde de Penella, etc., segundo nos diz Ruy de Pina, salteavam-lhe o acampamento, e faziam-n'o soffrer cruelmente[2]; Schœffer diz que um fidalgo castelhano do partido de D. Affonso, por nome Pedro de Mendana, alcaide de Castro-Nuno, com um bando d'uns trezentos e tantos cavallos, interceptou os viveres ao acampamento[3]; Prescott accrescenta que, tendo sido o exercito de Fernando reunido muito á pressa, faltava-lhe completamente artilharia, o que incitou o esposo de Izabel a retirar-se: mas a indisciplina das tropas era tal que a retirada transformou-se em desordenada fuga, e o exercito desfez-se como a neve no estio[4]. O castello de Toro rendeu-se. Todos os historiadores asseveram que, se D. Affonso V aproveitasse o ensejo, D. Fernando vêr-se-hia reduzido a triste posição. Izabel, indignada com a retirada, correu de Tordesillas a Medina del Campo, e vendo como o exercito chegára, parece que

---

[1] Prescott, diz apenas que houve desaccordo nas garantias, Ruy de Pina esse não diz palavra, o que não admira, porque Ruy de Pina é extremamente laconico em tudo o que diz respeito á guerra de Castella. Quem narra particularmente o facto é, do nosso lado Damião de Goes na «Chronica do principe D. João» cap. 55 e 56, e da parte dos Castelhanos Pulgar «Crónica de los reys catolicos» Parte II, cap. 22.

[2] *Chronica de D. Affonso V*, cap. 179.

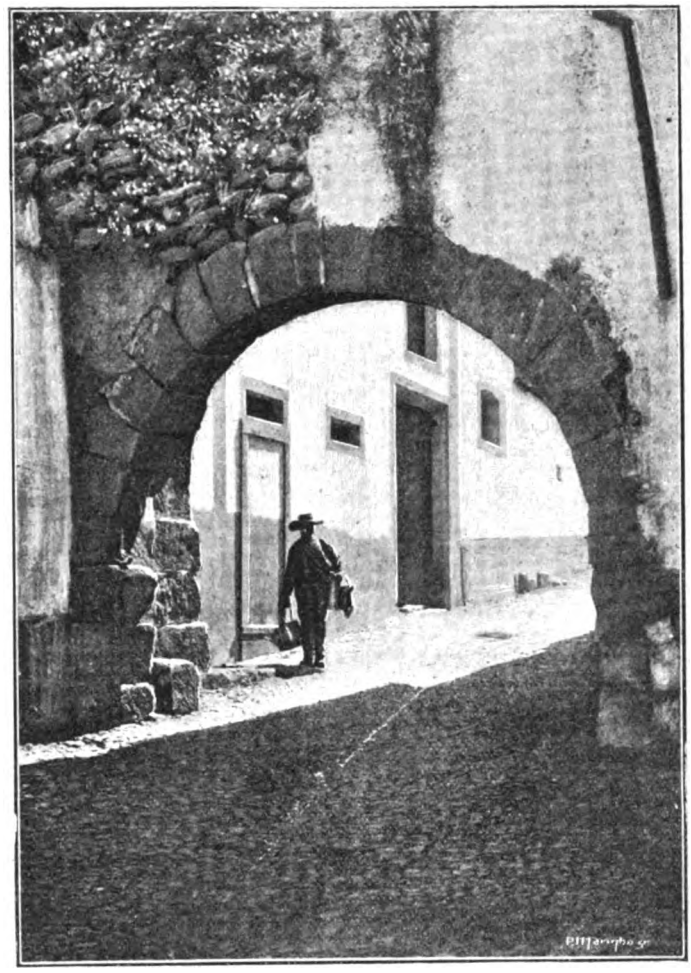
[3] *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 543.

[4] *History of the reign of Ferdinand and* Izabella, vol. I, p. 145.

Digitized by Google

disse palavras asperas a seu marido, e que julgou a sua causa definitivamente perdida[1]. No opposto campo o arcebispo de Toledo, que em Zamora se juntára a Affonso V, dizia com orgulho que fôra elle que levantára Izabel ao throno, e que seria elle quem do throno a faria cahir[2].

Não é desculpavel Affonso V por ter perdido tal e tão brilhante ensejo. Nunca estivera em tanto perigo a causa de Fernando e de Izabel: o que a salvou foi a incapacidade de Affonso, e a indomavel energia de Izabel, que Fernando, esse estava profundamente abatido. O cardeal Mendoza foi por elle encarregado de propôr a Affonso V a paz, deixando ao soberano Portuguez o cuidado de fixar as condições. A Affonso V não desagradou a proposta: os populares Castelhanos com má vontade se lhe juntavam, e os fidalgos não lhe podiam dar as lanças promettidas, porque os partidarios de Fernando talavam-lhes as terras, e impediam-n'os de distrahir as suas forças; outras guerrilhas passavam as fronteiras de Portugal, e iam devastar o Alemtejo; os Portuguezes estavam descontentes e anciavam pela volta á patria. Mas a desastrosa retirada de Fernando collocára este em situação muito peior do que a do seu adversario. Perdêra o seu partido a força moral, os indecisos inclinavam-se para Joanna, e os defensores da Beltraneja redobravam de energia. Por conseguinte ambos os contendores, por motivos diversos, desejavam a paz. Affonso V mostrou-se disposto a resignar a corôa castelhana, comtanto que fosse cedida a Portugal a provincia de Galliza, as praças de Toro e de Zamora, e que lhe fosse dada uma consideravel indemnisação em dinheiro. Fernando resignou-se a estas condições, que não achava muito duras, mas Izabel foi que protestou altamente. Disse que pagaria uma contribuição de guerra ainda mais forte, comtanto que não cedesse nem um palmo do territorio castelhano. Affonso não acceitou a proposta, e a lucta reaccendeu-se mais furiosa do que nunca.



EVORA.—ARCO DE D. ISABEL
(E' a unica porta romana que existe no cinto da muralha antiga)

[1] *Chronica do principe D. João*, de Damião de Goes cap. 57.

[2] *Crónica de los reyes católicos*, de Pulgar, pag. 55 a 60.

Digitized by Google

Continuou a ser desastrosa para Fernando. O alcaide do castello de Burgos, João de Zuniga, sobrinho do duque de Arevalo, tomára o partido de Affonso, e perseguia os habitantes da cidade muito dedicados a Fernando. O bispo de Burgos, D. Luiz de Accuna, tomára tambem a voz de Affonso; D. Fernando teve de accudir aos seus adherentes, porque a cidade era importantissima. Os soberanos de Castella, que já tinham o thesoiro esgotado, haviam obtido do clero um formidavel emprestimo, que os habilitou a levantarem um grande corpo de tropas, com que o Aragonez marchou para Burgos, obrigando o bispo a render-se depois de uma defeza desesperada. Mas o alcaide resistia sempre, e pedia scccorro a Affonso, que marchou em seu auxilio com o seu exercito, já muito diminuido pelas doenças, pelas deserções, e pelas forças que fôra obrigado a enviar a Portugal a defender as fronteiras.

Em Baltana o conde de Benavente sahiu-lhe ao encontro, mas foi completamente derrotado e feito prisioneiro, com grande desgosto de Izabel, que tinha n'elle um dos seus mais habeis e poderosos defensores. Este successo animava Affonso a progredir no seu caminho, mas Izabel desenvolvera a sua habitual actividade e enviára tropas numerosas em soccorro de seu marido. Os Portuguezes aconselhavam a Affonso que não se affastasse da fronteira portugueza; Affonso accedeu e voltou a Arevalo.

Retirou tambem Izabel para Valladolid, e empregou toda a actividade do seu espirito em conciliar adherentes, aproveitando a má impressão que produzira a retirada de Affonso e, desenvolvendo todos os recursos da sua viva intelligencia e da sua extrema affabilidade. Muitas cidades n'essa occasião tomaram o seu partido, sendo a primeira de todas Ocaña, que expulsou os soldados do marquez de Villena, e se entregou a Izabel. A rainha fez doação d'essa cidade ao mestre de Santiago, Rodrigo Manrique, e encarregou-o de a defender. Mostrava mais uma vez a sua grande perspicacia, porque empenhava na defeza, não só a dedicação partidaria, mas tambem o interesse pessoal do mestre.

Effectivamente, o marquez de Villena, tratando de recuperar Ocaña, encontrou as terras do seu marquezado devastadas, e muitos dos seus apaniguados revoltados contra elle. Escreveu irritadissimo a Affonso V, dizendo-lhe que, se queria ser rei de Castella, era necessario que pensasse mais em Castella do que em Portugal, que se affastasse da fronteira, e que marchasse sobre Madrid, onde encontraria com abundancia artilheria e provisões.

Não agradava esse plano aos fidalgos Portuguezes, que não estavam dispostos a arriscarem as suas propriedades para salvar as dos Castelhanos. Foi essa opinião a que prevaleceu no conselho de el-rei e o marquez de Villena, assim que o soube, começou a esfriar no seu zelo pela causa de D. Joanna e a pensar no modo de se reconciliar com D. Izabel.

E era assim que D. Affonso V procurava luctar com adversarios tão habeis e tão energicos como Fernando e Izabel; era assim que os seus conselheiros procuravam minorar os males da guerra! Quando se enceta uma empreza, sensata ou louca, a primeira obrigação dos conselheiros, por mais contrarios que a ella sejam, é esquecer-se de que a desapprovaram, e leval-a a cabo com toda a energia e com a maior força de vontade. D'outro modo não se faz senão preparar um desastre. Ou Affonso entendeu que era do seu interesse fazer a guerra, ou não: no primeiro caso, devia proceder com todo o vigor, levar por diante os planos offensivos, e desenvolver uma

Digitized by Google

actividade superior á dos seus adversarios; no segundo caso, fizesse a paz com as condições que Izabel propunha e que já não eram pouco gloriosas para Portugal. Mas os conselheiros não pensavam senão nos seus interesses particulares, e D. Affonso V, guerreiro heroico, era completamente incapaz de conceber um plano qualquer e de o executar com firmeza. Emquanto Izabel parecia ter adquirido o privilegio da ubiquidade, e apparecia em toda a parte a animar os seus, e a conciliar os adversarios; emquanto Fernando, guiado pelos conselhos de seu astucioso pae, auxiliava, á testa do exercito e nas negociações, os planos de sua esposa, D. Affonso V não pensava em coisa alguma. e satisfazia-se com as homenagens dos seus adherentes, ou deleitava-se com a tomada de qualquer praça insignificante.

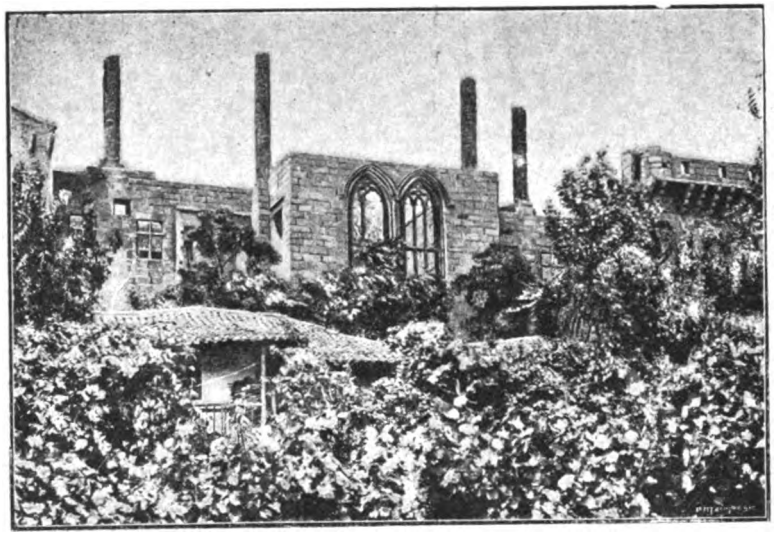
Ah! se fosse o principe D. João. o grande D. João II, que dirigisse a campanha, como as coisas correriam de outra maneira! Esse é que era em tudo um digno adversario de Izabel, e tanto esta o sabia e tanto o respeitava, que, quando elle morreu, disse a catholica rainha voltando-se para os seus cortezãos: «Morreu o *homem*» designação eloquente na sua mesma simplicidade. Mas D. João estava em Portugal, onde remediava tanto quanto podia os desacertos de seu pae; D. Affonso dilapidava em Castella e D. João juntava-lhe o dinheiro necessario em Portugal, procurando sempre não molestar muito o povo; D. Affonso deixava o reino desamparado, guardando quasi inutilmente em torno de si a flôr da cavallaria portugueza, e entretanto o principe D. João, infatigavel e intrepido, corria de fronteira a fronteira, reprimindo as incursões dos Castelhanos, e mantendo a ordem e a segurança do reino.

Devemos dizer, em honra de D. Affonso V, que reconhecia elle o merito superior de seu filho, e que o ouvia sempre e attendia, e buscava mesmo o seu conselho, sem se irritar com as suas admoestações. Na critica posição em que se achava, com o exercito diminuido immensamente, mandou chamar o principe a uma conferencia em Zamora. O principe veiu, mas quando chegou a Miranda do Douro, recebeu um recado de seu pae, que o avisava que não proseguisse, porque em Zamora lhe estava preparada uma traição. O caso fôra o seguinte:

A cidade de Zamora fica situada na margem do Douro, e tinha n'essa época sobre o rio uma ponte, defendida e fechada nas duas extremidades por duas torres, que estavam confiadas ao commando d'um Francisco Valdez, sobrinho do que havia entregado a cidade a Affonso V. Depositava por conseguinte n'elle o rei de Portugal a maxima confiança, ao passo que o traidor tinha secretas intelligencias com Fernando e Izabel, e tramava uma conspiração para tomar prisioneiro o principe de Portugal quando este viesse á conferencia, a que seu pae o chamára. O plano era bem combinado; deviam deixar entrar o principe livremente, e quando estivesse no meio da ponte, cerravam sobre elle as portas das torres e aprisionavam-n'o assim. Soube da conspiração D. Affonso V, e logo avisou seu filho, preparando-se ao mesmo tempo para surprehender a ponte; mas Francisco Valdez desconfiou de que estava descoberto, e, quande Affonso V quiz sahir da cidade e se apresentou diante da ponte, Francisco Valdez negou-lhe a passagem. Travou-se combate, e os Portuguezes foram repellidos. Todos os historiadores contemporaneos, inclusivamente os nossos, declaram que bastava levantar-se um muro fronteiro á torre para pôr a cidade a abrigo da guarnição da ponte; mas D. Affonso V. passando da confiança extrema á extrema suspeita, sem attender aos conselhos

Digitized by Google

dos Portuguezes, ás representações dos Castelhanos do seu partido, que se viam desamparados por elle, e entregues á vingança dos adversarios, sahiu de Zamora a toda a pressa, e retirou-se para Toro. Fernando, que continuava a cercar o castello de Burgos, veiu logo tomar posse da cidade que o seu competidor lhe cedia, e amnistiando a maxima parte dos que se tinham insurgido contra elle, concedendo livre sahida aos



GUIMARÃES — TRAZEIRAS DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA

Portuguezes, conseguiu por esta habil politica uma popularidade que se foi amplando cada vez mais. Os castellos de Burgos e de Zamora continuavam comtudo heroicamente a manter a voz por D. Affonso, e em Bugos o alcaide João de Zuniga, em Zamora o marechal Affonso de Valenza não cediam nem á força, nem ás promessas de Fernando. Não merecia D. Affonso V, devemos confessal-o, tão perseverante dedicação.

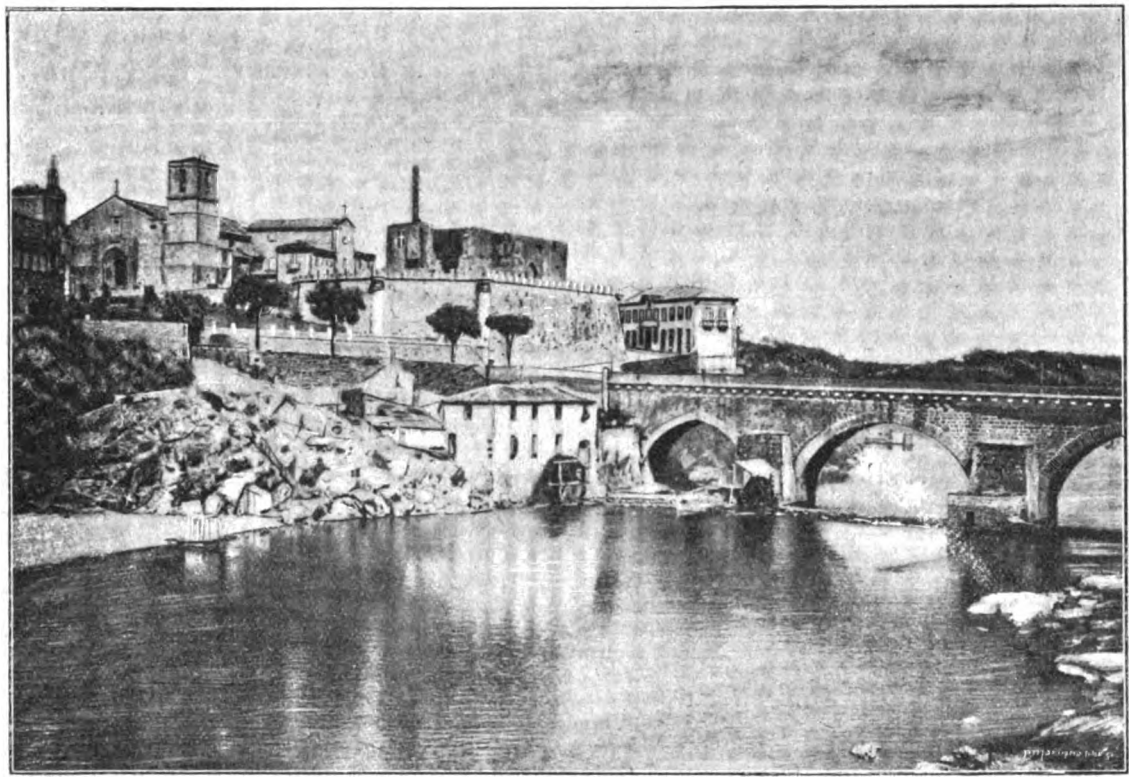
Entretanto avisava elle seu filho para que se lhe viesse unir com todas as forças disponiveis. Não esperára D. João a ordem paternal: indignado com a traição de Zamora, reunira côrtes na Guarda, alcançára um emprestimo do clero, e preparára um pequeno exercito com que entrou em Castella. Foi assumpto de admiração para amigos e adversarios a marcha habil do principe D. João. Na sua passagem os partidarios de Fernando ou se escondiam, ou lhe pagavam contribuições de guerra, como fez a villa de Ladesma, ou eram punidos severamente, como succedeu á povoação de San-Felice. Em janeiro de 1476 juntou-se com seu pae em Toro.

Entretanto o castello de Burgos estreitado cada vez mais pelo irmão bastardo de D. Fernando, o duque de Villa-Hermosa, rendia-se a final; os nobres castelhanos abandonavam pouco a pouco o partido d'Affonso; o duque d'Arevalo fazia as pazes com Izabel, sendo por ella amnistiado, a troco apenas da cedencia d'Arevalo, que lhe dava o titulo, que trocou pelo de duque de Placencia. O marquez de Villena respondia ao chamamento d'Affonso V, dizendo-lhe friamente que tinha que defender as suas proprias terras. Só o arcebispo de Toledo lhe permanecia fiel. Este prelado, realmente notavel, não era homem que mudasse facilmente de partido. Foi entre todas as eventualidades fiel a D. Izabel I, quando se julgou desconsiderado passou para o partido de D. Joanna, e nem ameaças, nem promessas, nem os desastres do seu partido o obrigaram a atraiçoal-o.

Antes da chegada do principe, tinham travado frequentes escaramuças, e uma vez Affonso sahiu de Toro para surprehender um comboyo d'artilheria que vinha de Medina del Campo a Zamora afim de bater o castello. Não o conse-

Digitized by Google

guiu, mas, impaciente de combater, mandou por um arauto desafiar Fernando, que recusou a batalha. A rainha Izabel tomou como covardia este acto de seu esposo, e enviou-lhe um grande reforço de tropas com ordem d'ir procurar Affonso. Foi effectivamente; Affonso, porém, d'esta vez recusou a batalha. Tinha as suas tropas dispersas com a sua hato ao castello, querendo descercar o castello! Effectivamente é pouco comprehensivel o movimento. D'um lado do rio fica a cidade occupada por Fernando, que sitia o castello; uma ponte bem fortificada une ou antes separa as duas margens, e é na margem fronteira a Zamora que vae Affonso estabelecer o seu arraial! «Ao romper o dia, diz Prescott,



BARCELLOS—EGREJA MATRIZ E CASTELLO DOS DUQUES DE BRAGANÇA

bitual imprevidencia. Fernando não insistiu, retirou-se logo, porque esse movimento não o fizéra elle senão para comprazer com sua esposa, em extremo sensivel a todas as questões de brio e de pundonor cavalheiresco.

Chegou emfim o principe D. João, e logo D. Affonso tentou ir descercar o castello de Zamora. Prescott, que tem uma certa parcialidade pelos seus heroes, e que é perfeitamente o que nós hoje chamariamos um pronunciado *isabelista*, moteja muito da idéa d'Affonso de se ir collocar do lado do rio oppos-

foram os Castelhanos surprehendidos pela ostentação de fluctuantes bandeiras, e de marcial panoplia scitillando ao sol do lado opposto do rio, emquanto as descargas da artilheria ainda mais inequivocamente annunciavam a presença do inimigo. Mal podia Fernando acreditar que o monarcha Portuguez, cujo objecto, segundo a sua propria confissão, fôra o levantamento do cêrco do castello de Zamora, tivesse escolhido uma posição tão obviamente impropria para o seu fim. A intervenção do rio, entre elle e a fortaleza situada na extre-

Digitized by Google

midade septentrional da cidade, impedia-o de soccorrer o castello, ou lançando reforços dentro d'elle, ou offendendo as tropas castelhanas que, entrincheiradas comparativamente em segurança dentro dos muros e das casas da cidade, estavam habilitadas, por meio de certas posições eminentes, bem guarnecidas d'artilheria, a fazer muito maior mal ao inimigo do que o que podiam d'elle receber. Ainda os soldados de Fernando, expostos ao duplo fogo da fortaleza e do exercito Portuguez, desejariam travar com este ultimo uma batalha; mas o rio, engrossado pelas torrentes invernosas, não era vadeavel; e a ponte, a unica avenida directa da cidade, era enfiada pelo canhão do inimigo, de fórma que tornava uma sortida por aquella direcção inteiramente impossivel. Durante este tempo, os esquadrões de cavallaria ligeira d'Izabel, salteando os arredores do acampamento Portuguez, conseguiram cortar os viveres, e logo fizeram reinar a fome no acampamento. Esta circumstancia, juntamente com as noticias da rapida marcha de forças addicionaes em supporte de Fernando, determinaram Affonso, contra toda a espectativa, a uma retirada immediata; e por conseguinte, na manhã de 1 de março, pouco menos de quinze dias depois de ter dado começo a esta vã fanfarronada[1], o exercito portuguez deixou a sua posição diante de Zamora com o mesmo silencio e a mesma rapidez com que a occupára.

«As tropas de Fernando queriam immediatamente seguir os Portuguezes[1], mas estes ultimos tinham demolido a extremidade meridional da ponte antes da sua partida; de fórma que ainda que alguns, poucos, effectuaram em botes uma passagem immediata, o grande corpo de exercito foi necessariamente demorado, até que se completaram os reparos que occuparam mais de tres horas. Com toda a promptidão que poderam usar, e deixando a artilheria, não conseguiram alcançar o inimigo antes de perto das quatro horas da tarde, quando os ultimos desfilavam por uma estreita garganta formada pelos pincaros d'ingremes outeiros d'um lado, e o Douro do outro, a distancia de perto de cinco milhas da cidade de Toro[2].»

A parcialidade de Prescott é n'este ponto evidentissimo, e devemos confessar que elle tenta apresentar sempre como indubitavel uma coisa que está muito longe de ser provada, —a coragem de Fernando. Sem ser covarde, o rei catholico ouvia com melhor vontade os conselhos da prudencia do que as instigações da temeridade. N'esta occasião ainda uma vez succede assim, e ainda uma vez Prescott se mostra parcial. Nem a demonstração foi uma vã fanfarronada, nem os Portuguezes fugiram, nem os Castelhanos se mostraram tão arden-

---

[1] Não diziamos nós que Prescott era um pronunciado isabelista? Agora chama «empty gasconade» ao movimento de D. Affonso V. O movimento era pouco habil, mas não se póde dizer fanfarrão. Era uma demonstração offensiva, tendente a attrahir Fernando fóra dos seus entrincheiramentos. Admittimos que seria necessario que Fernando fosse destituido de toda a especie de bom senso para largar os entrincheiramentos e vir acceitar a batalha campal, mas Affonso V ainda tinha as suas velhas idéas de pundonores cavalheirescos, que faziam das batalhas uns vastos duellos, em que a honra ordenava que houvesse vantagens eguaes. Se não foi atacar os entrincheiramentos ou estancias, como então se dizia, foi porque, segundo nos diz Ruy de Pina (*Chronica de D. Affonso V*, cap. 189, pag. 555) achou que não tinha forças bastantes para isso, e quiz ao menos fazer a demonstração de que fallámos.

[1] Prescott diz *fugitives;* fugitivos de que? Não se tinha trocado um tiro, Fernando não sahira do acampamento: como é que fugiam os nossos? Se a sombra do illustre escriptor americano nol-o permitte, dir-lhe-hemos que D. Affonso V, em vez de fugir, desejoso como estava d'uma batalha (o que Prescott mesmo confessa), não conseguindo chamar Fernando fóra dos entrincheiramentos, retirou para attrahir o inimigo em seu seguimento, como com effeito succedeu, seguindo-se d'isso a batalha de Toro

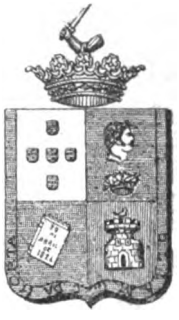
[2] Prescott, *History of the reign of Ferdinando and Isabella*, tom. I, pag. 148.

Digitized by Google

tes em seguil-os[1]. Oiçamos Schœffer, que nos parece n'este ponto a melhor auctoridade.

E dizemos isso não pela sua qualidade de estrangeiro, mas pela direcção das suas investigações. Emquanto Prescott consulta quasi exclusivamente os escriptores hespanhoes, Schœffer consulta imparcialmente os Hespanhoes e os Portuguezes, o que o habilita a formar um juizo muito mais seguro das operações de campanha. «No fim de quinze dias el-rei fez levantar o campo, depois do exercito haver soffrido muito com as chuvas e frios, e tomou a direcção de Toro. Fernando seguiu em boa ordem, mas tão vagarosamente, que já Affonso atravessára, sem ser atacado, as montanhas entre Zamora e Toro, quando o seu inimigo chegou ao sopé da cordilheira. *Fernando de bom grado daria o nome de fuga á retirada d'Affonso, e, contente com a honra de ter seguido de longe o fugitivo, voltaria sem duvida tranquillamente aos seus quarteis.* Mas o cardeal fêl-o mudar de opinião; porque, tendo chegado ao cimo da montanha, d'onde podia vêr as campinas até Toro e os movimentos do inimigo, não tardou a convencer-se de que os Portuguezes, bem longe de procurarem o abrigo das muralhas, exercitavam-se em manobras militares, esperando uma occasião para assignalarem a sua coragem[2].»

Affonso desejava ardentemente uma batalha, porque era uma victoria decerto a anica solução favoravel das difficuldades em que se via. Os seus partidarios Castelhanos fugiam-lhe pouco a pouco, estavam os Portuguezes descontentes, e a alliança do rei de Fança, em vez de lhe dar fructos proveitosos, tivéra em resultado augmentar-lhe as difficuldades. Effectivamente, no fim de 1475, Luiz XI, em cumprimento do tratado, ou antes para aproveitar alguma coisa nas discordias dos seus visinhos, invadira com quarenta mil homens a Guipuzcoa, e cercára Fuenterabia, sem a poder tomar. Izabel, com a sua actividade habitual, mandára em soccorro da praça o conde de Salinas com as tropas que podéra reunir, e em-



Brazão de armas da cidade da Horta

torno das quaes se devia agrupar a insurreição nacional das Vascongadas. Chamado por outros negocios, e vendo que não tomava posse da provincia hespanhola com a facilidade que imaginára, Luiz XI apressou-se a concluir com o seu inimigo uma trégua de um anno. D'esta fórma Affonso V não lucrou da tentativa guerreira do seu astucioso alliado senão vêr o adversario, que até ahi ao menos, emquanto Luiz XI não se movia mas se conservava em declarada hostilidade, tinha sempre receios pela sua rectaguarda, estar agora, graças ao armisticio, completamente seguro, podendo voltar contra elle todas as suas forças.

Por isso Affonso V anciava por jogar n'um lance decisivo a partida, que, prolongando-se, ia tomando para elle cada vez mais desfavoravel aspecto.

Os dois exercitos, que se achavam em presença nos arredores de Toro, eram pouco numerosos; Prescott assevera que qualquer d'elles não excederia muito dez mil homens, mas que ainda assim havia da parte dos Portuguezes uma pequena superioridade numerica[1]; Ruy

[1] A prova d'isto é que Fernando tentou de novo encetar negociações com o adversario, reunindo-se os plenipotenciarios n'uma ilhota do Douro. Não poderam chegar a um accordo, porque Affonso queria a Gallisa, e Izabel, disposta a pagar-lhe uma forte contribuição, jurára não ceder nem uma pellegada de territorio. Pulgar *Crónica de los reys catolicos* cap. 41. Damião de Goes, *Chronica do principe D. João*, cap. LXXVI.

[2] Schoeffer, *Historia de Portugal*.

[1] Prescott, *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, tom. I, pag. 150.

Digitized by Google

de Pina, pelo contrario, affirma que a desproporção era grande e que D. Affonso V tinha *muito menos gente* que Fernando[1]. D'aqui o que podêmos concluir é que a superioridade numerica era pequena, mas estava do lado de Fernando e Izabel; nem podia deixar de ser assim. Sempre desde o começo, ainda quando Affonso V contava nas suas fileiras muitos auxiliares Castelhanos, sempre os reis catholicos tinham posto em campo um exercito muito superior ao nosso: não era natural que no fim, quando a maior parte dos defensores de D. Joanna tinham desamparado a sua causa, quando Affonso V estava reduzido só aos seus Portuguezes, fosse exactamente quando juntasse um exercito mais numeroso.

Era já quasi sol posto; os dois exercitos estavam cansados d'essa longa marcha, mas tão desejosos de combater que se formaram á pressa, e dispozeram-se a travar a batalha. Era no dia 1 de março de 1476.

O exercito Portuguez dividia-se do seguinte modo: Na vanguarda Ruy Pereira, senhor de Feira[2], ligando-se com o centro por uma divisão que o conde de Faro commandava. No centro tremulava a bandeira real, e ao lado da bandeira cavalgava D. Affonso V; á direita d'elle o arcebispo de Toledo, cujas tropas se ligavam com as do duque de Guimarães, e do conde de Villa Real, que guardavam Toro, onde estava a rainha D. Joanna. A ala esquerda, onde figurava a flôr da cavallaria portugueza, commandava-a o principe D. João, e acompanhava-o o bispo d'Evora D. Garcia de Menezes á testa dos bésteiros e espingardeiros; a reserva commandava-a o conde de Monsanto D. João de Castro; a peonagem, formada em quatro corpos, encostava-se ao Douro, que ficava na rectaguarda, ao passo que na vanguarda e fronteiros se erguiam os serros das montanhas de Zamora, em cujos pincaros altivos, doirados pelos ultimos raios do sol de março, começavam a apparecer os soldados castelhanos.

Vinham distribuidos de fórma que os seus differentes corpos de batalha correspondiam exactamente aos dos Portuguezes. A vanguarda era formada pela guarda real; a direita, repartida em seis divisões, compunha-se dos homens de armas de Galliza, Olmedo, Valladolid, Medina del Campo, Salamanca, Ciudad-Rodrigo e Zamora, commandados pelos seus respectivos chefes; a esquerda capitaneavam-n'a o duque d'Alba e o almirante de Castella; no centro estava a bandeira real, mas não estava Fernando; esse ficára á rectaguarda commandando uma pequena força de reserva, afim de se pôr a salvo, e não ser envolvido no desastre dos seus, se houvesse desastre[1].

---

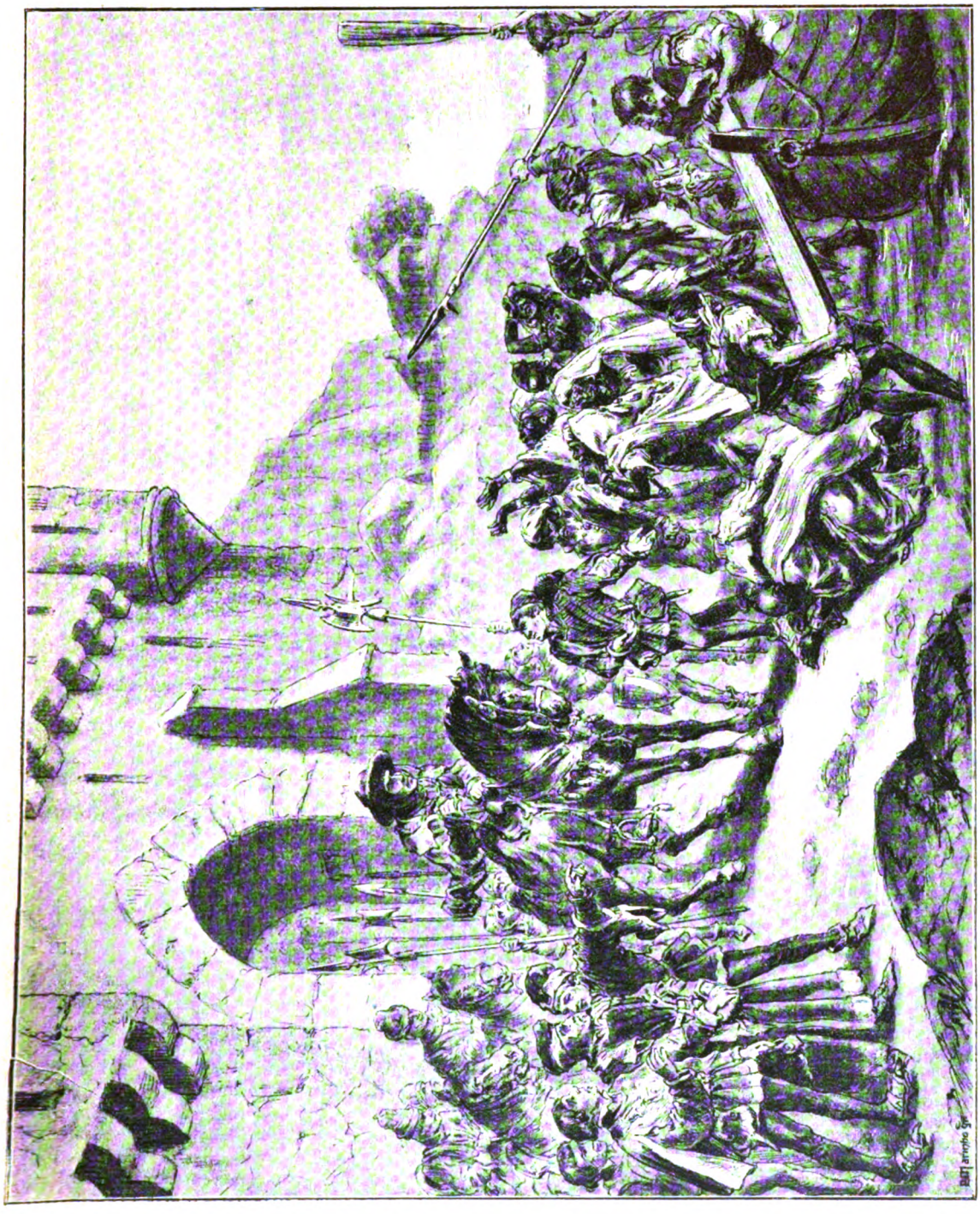
[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. CXC.

[2] Chão da Feira ou Terra de Santa Maria, que estes dois nomes tinha. Este Ruy Pereira, fidalgo violento, foi o que teve uma aspera contenda com os burguezes do Porto, que o impediram á força d'elle violar os seus foros municipaes. Essa contenda narrou-a pittorescamente Arnaldo Gama no seu bello romance, antes magnifico estudo historico, *Ultima dona de S. Nicoláo.*

[1] A descripção da ordenança das divisões e em geral da batalha é feita segundo Pulgar, *Cronica de los reys catolicos*, pag. 45; Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 190 e 191. Damião de Goes; *Chronica do principe D. João*, cap. 77 e 78; Schoeffer, *Historia de Portugal*, pag. 555 a 556; Prescott. *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, vol. 1.º cap. V.—Prescott, illudido talvez pelo facto da bandeira real não estar junto do rei, como devia estar, imagina que Fernando avançou, combateu, venceu, quando a verdade é que Fernando nem sequer desembainhou a espada, e fugiu antes do fim da batalha, julgando-a perdida. Ruy de Pina conta naturalmente o facto, sem o censurar, antes pelo contrario louvando-o pela sua prudencia. Pulgar não diz palavra ácerca dos movimentos de Fernando, o que inspira a Schoeffer a seguinte verdadeirissima observação: «Lendo-se a narrativa que Pulgar faz da batalha de Toro, e que nos pontos essenciaes concorda com os chronistas portuguezes, é cada um levado necessariamente a perguntar a si mesmo onde estava então o rei Fernando quando se batiam por sua causa? Pulgar em razão da sua posição especial junto de Isabel e de seu esposo, é desculpavel de não ter respondido a esta pergunta. O seu amor da verdade devia cerrar-lhe os labios.

Digitized by Google

O combate começou pela nossa esquerda, o grito de guerra dos Castelhanos era n'essa batalha «S. Thiago e S. Lazaro», o dos Portuguezes «S. Jorge e S. Christovão». Quando ia a travar-se a batalha, notou o principe D. João que da ala esquerda destacára o inimigo um corpo de tropas. Para o imitar, com os ginetes de Ruy de Sousa e Gonçalo Vaz de Castello-Branco formou uma divisão ligeira, que pôz ás ordens de D. Pedro de Menezes, depois conde de Cantanhede.



ANTÃO GONÇALVES APRESENTANDO AO INFANTE D. HENRIQUE OS PRIMEIROS ESCRAVOS

Os Castelhanos avançaram sobre a hoste do principe D. João com grande impeto e coragem, mas a fusilaria viva e bem sustentada dos espingardeiros do

Digitized by Google

bispo D. Garcia de Menezes fel-o recuar logo; aproveitando a hesitação dos adversarios, os homens d'armas do principe deram-lhes uma carga formidavel, e romperam-n'os completamente, levando-os em destroço até ao corpo de reserva, onde estava D. Fernando[1]. Vendo as seis divisões da esquerda em perfeita desordem, e sem conseguirem reunir-se em torno do nucleo apresentado pela reserva, D. Fernando julgou a batalha completamente perdida, e, dando d'esporas ao cavallo, fugiu á redea solta em direcção a Zamora, depois de ter dito ao duque d'Alba e ao cardeal Mendoza que procurassem salvar o exercito. Quasi ao mesmo tempo o seu adversario, D. Affonso V, retirava tambem julgando a batalha perdida[2].

Com effeito, emquanto o principe D. João, victorioso na esquerda, e impellido pelo ardor da luta, levava os seus esquadrões até ao amago do exercito castelhano, e punha em fuga o chefe dos inimigos, o centro castelhano cahia com todo o impeto sobre o centro Portuguez, onde D. Affonso V combatia com a sua habitual audacia de cavalleiro, e, depois de uma resistencia desesperada rompia os Portuguezes tambem, e fazia-os recuar em desordem na direcção de Toro. O embate fôra impetuoso, a resistencia temivel. Vinha já a descer a noite, a chuva cahia em grossas gotas, a tristeza de um crepusculo de primavera envolvia a planicie, as montanhas e o rio, correndo torvo e espumante na nossa rectaguarda. Estava ainda no centro indecisa a batalha, quando a esquerda dos Castelhanos veiu em auxilio do corpo principal: logo a nossa direita, commandada pelo arcebispo de Toledo, accudiu tambem a reforçar o centro. Alli comtudo era notavel a superioridade numerica do inimigo. O prélio accendia-se cada vez mais. Praticavam-se actos de valor memoravel, e uma das façanhas effectuadas pelos Portuguezes celebravam-n'a com enthusiasmo amigos e inimigos. Quando já entre os nossos começava a fazer-se sentir a hesitação, os Castelhanos dirigiram todos os seus esforços contra o estandarte real Portuguez, que tremulava nas mãos do seu heroico alferes, Duarte de Almeida. Envolto n'um turbilhão de lanças, Duarte de Almeida defende-se com energia: uma cutilada corta-lhe a mão direita, empunha com a esquerda o estandar-te; decepam-lhe a esquerda, toma o estandarte nos dentes, e resiste ainda, com os olhos em fogo, feroz, mutilado, horrivel e heroico. Os Castelhanos rodeiam-n'o, incitados tambem por uma febre sanguinaria, uma convulsão de desespero: chovem sobre elle os golpes, e o alferes cahe emfim no campo exangue e moribundo! Mas a bandeira ainda não completára os seus destinos: um escudeiro Portuguez encontra-a levada em trium-

[1] Ha aqui discordancia entre Hespanhoes e Portuguezes. Prescott, baseando-se nos chronistas castelhanos, diz que foram os soldados de Fernando que primeiro atacaram, e que os repelliu, destroçou e perseguiu o principe D. João. Schoeffer e os chronistas portuguezes dizem que foram os nossos que primeiro atacaram; mas adoptámos a opinião de Prescott por nos parecer mais verosimil. Effectivamente o nossso exercito estava na defensiva, e era natural por conseguinte que esperasse e não procurasse o ataque.

[2] Quem lê os nossos chronistas não póde ter a menor duvida de que D. Ferdando fugiu no principio da batalha; contam-n'o sem intenção de deprimirem a sua coragem. Depois de narrar como D. Affonso V retirou do campo, accrescenta Ruy de Pina: «No qual algum dos reis cuja era a esperança de vencer, não aturou nem esteve, porque, como disse tambem el-rei D. Fernando não foi em pessoa propria na sua batalha, a que venceu a el-rei D. Affonso, mas, como era pratico guerreiro, por vêr como as coisas de tamanha ventura succediam, apartou-se fora em uma batalha, e quando logo viu vencidas e desbaratadas suas tamanhas e primeiras batalhas pelas batalnas do principe que eram menos em gente, crendo que assim o seriam as outras suas pelas d'el-rei D. Affonso, foi aconselhado que se recolhesse como recolheu, e se foi a Zamora.» *Chronica*, cap. 191, pag. 561. É impossivel duvidar da veracidade de Ruy de Pina, quando os chronistas castelhanos guardam completo silencio ácerca dos feitos de D. Fernando na batalha.

Digitized by Google

pho pelos Castelhanos: levado de generosa furia, arranca-a das mãos dos inimigos e volta com ella salva para o exercito.

Mas esses rasgos de valor não suspendem a derrota dos nossos. Sem noticias de seu filho (a chuva, a noite e a procella separavam completamente uns dos outros os differentes corpos do exercito) Affonso V julga a batalha perdida em toda a linha. Retira na direcção de Toro, mas na ponte os nossos accumulam-se, atropellam-se, cahem ao rio em grande numero, e são mais os que as turvas aguas do Douro arrastam no seu curso espumante do que os que são cortados pelo ferro castelhano. Affonso V vê-se na impossibilidade de entrar em Toro com o exercito, foge na direcção de Castro-Nuño, cujo alcaide Pero de Mendaña o recebeu com respeito e fidelidade.

E entretanto o que fazia o principe? O principe fôra perseguindo as seis divisões que derrotára, até que as internára nas montanhas d'onde tinham descido. Recebe a noticia do desastre que accommetêra seu pae, volta então á rectaguarda e reune emtorno do seu corpo de exercito uma grande parte dos fugitivos. Os Castelhanos, que sabiam o rei em Zamora, tinham suspendido a perseguição; o duque d'Alba, que decidira a derrota de D. Affonso V, torneando-o e atacando-o pela rectaguarda, recolhe o exercito, e pouco a pouco vae se retirando tambem na direcção de Zamora. O principe D. João, accendendo fogueiras e mandando tacar as trombetas, serve a todos os Portuguezes, que se acham espalhados pelos campos, de ponto de reunião. O heroico principe queria ficar tres dias no campo da batalha, mas o arcebispo de Toledo fez-lhe observar que, estando tres horas, satisfazia plenamente ás obrigações da honra[1]. No dia seguinte o principe entrou em Toro, onde encontrou as lamentaveis reliquias da hoste portugueza do centro, e onde se tranquilisou emfim ácerca do destino de seu pae, que julgára morto na batalha.

Diz Prescott que «varias companhias Portuguezas, a favor da escuridão, conseguiram illudir os seus inimigos, soltando o grito de guerra castelhano. O principe João, retirando-se com um fragmento dos seus *rotos esquadrões*[1]» etc. Sente-se ainda aqui a parcialidade de Prescott a favor dos seus heroes. Ninguem contesta que os resultados da batalha de Toro fossem desastrosos para nós e venturosos para Fernando. Affonso V, para restabelecer os seus negocios, gravemente arriscados, precisava de ganhar uma victoria decisiva, e tinha um meio desastre e uma batalha indecisa. Fernando, pelo contrario, esse ainda podia perder uma batalha, sem perder a causa: uma meia victoria bastava para lhe dar prestigio.

Mas a verdade é que a batalha não a ganhou elle; será Prescott mesmo quem nol-o dirá: «O monarcha castelhano, escreve elle, ficou no campo de batalha até depois da meia-noite em que voltou a Zamora, sendo seguido de manhã pelo cardeal de Hespanha, e pelo almirante Henrique á testa das *victoriosas legiões!*[2]». Estas *victoriosas legiões* ganham uma batalha, e de que maneira o provam? Retirando heroicamente! Em nota accrescenta Prescott. «Faria e Sousa reclama as honras da victoria para os Portuguezes, porque o principe João se conservou no campo até pela ma-

---

[1] «Por comparação que trouxe da resurreição de Nosso Senhor, que foi depois da morte trez dias não todos inteiros, mas porque tomou de trez dias tomando a parte por todo.» R. de Pina, cap. 191, pag. 562». Rasgo caracteristico, diz Schoeffer, da extensão dos sentimentos christãos e cavalheirescos da edade media.» *Historia de Portugal*, pag. 556.

[1] «*Broken squadrons. History of the reign of Ferdinand and Isabella*», pag. 151.

[2] Ibid. pag. 152.

Digitized by Google

nhã. O proprio Mr. La Cléde, com toda a sua deferencia pelo historiador Portuguez, não póde admittir similhante coisa .» Tambem nós o não admittimos, porém resta provar que maior numero de factos teem os Castelhanos a seu favor para dizerem que ganharam a victoria. O principe D. João destroça a ala esquerda castelhana, fica no campo até pela manhã, e retira para Toro; o rei D. Fernando, ou antes os seus generaes, porque elle nem desembainhou a espada, destroçam a ala esquerda Portugueza, ficam no campo até pela manhã, e retiram para Zamora. É isto mesmo o que diz Prescott. Quem ganhou a victoria? Ninguem, é claro.

A batalha o que teve, e n'isso concordamos plenamente com Prescott, foi deploraveis consequencias moraes para D. Affonso V. O pouco prestigio que lhe restava, apagou-se completamente; mas a gloria militar Portugueza, em vez de se deslustrar com esta batalha, ganhou pelo contrario novo brilho. O valor, a intrepidez, a pericia militar do principe D. João foram admirados por todos, e o rei D. Fernando escrevia a sua esposa, dizendo-lhe que se não fosse o franganito, teriam apanhado o gallo: podia mesmo accrescentar que o franganito estivera quasi para o apanhar a elle.

Feitos gloriosos tinham sido praticados pelos Portuguezes, e não fôra dos menos memorados o que Duarte de Almeida effectuára e que já contámos. Os proprios inimigos lhe prestaram a homenagem devida, e Prescott não deixa de o citar. Fernando mandou que a armadura d'este brioso cavalleiro fosse guardada como um dos grandes despojos da batalha. «No tempo de Marianna, diz Prescott, ainda se via na egreja cathedral de Toledo, onde fôra conservada como tropheu d'esse acto de desespero e de heroismo, que lembra uma façanha similhante narrada na historia grega[1].»

Na primeira edição d'este livro lamentou-se a miseria em que se suppunha que Duarte de Almeida fallecera. Levantou o sr. Camillo Castello Branco a nossa asseveração, e provou com documentos e argumentos irrefragaveis, que Duarte de Almeida, senhor de uma casa opulenta ou pelo menos abastada, voltou a Portugal e acabou serenamente os seus dias no seu castello de Aguiar da Pena, rodeiado de seus filhos, e que é portanto inexacta a affirmação de Faria e Sousa, e de outros chronistas, affirmação em que tinhamos baseado a nossa. Igualmente é completamente phantasiada a lenda dos tristes amores em que se baseia um romance em verso de Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento.

Cita o sr. Camillo Castello Branco um documento que desconheciamos, datado de Zamora, no anno de 1475, em que D. Affonso V, ainda antes de Toro, concedia a Duarte de Almeida, pelos seus serviços anteriores, um reguengo no concelho de Lafões. Este documento acha-se na Torre do Tombo a folhas 17 do V *Livro da chancellaria de Affonso V.*

Não podemos saber se Gonçalo Peres, o escudeiro que arrancou das mãos dos castelhanos a bandeira portugueza, recebeu mais recompensas do que o direito de usar do sobrenome glorioso de Bandeira, mas folgamos de poder n'esta segunda edição expungir o paragrapho em que diziamos «que principiava para Portugal a decadencia porque principiava a era das grandes ingratidões», e de poder, graças ás investigações do nosso grande escriptor, expungir tambem essa

[1] «*Broken squadrons. History of the reign of Ferdinand and Izabella*», pag. 152. nota 1.ª».

[1] Prescott, *Ferdinand and Izabella*», vol. I, pag. 151.

Digitized by Google

macula da nossa historia, e affirmar que o *decepado*, longe de luctar com a miseria, pôde dar aos seus filhos e aos populares que o comtemplavam respeitosos, só com a sua nobre presença, o mais glorioso exemplo de dedicação á bandeira, que era para os Portuguezes, nas solidões do Oceano, e nos campos de batalha remotos, o symbolo fluctuante da patria amante e estremecida [1].

CAPITULO XL

Partida de D. Affonso V para França

A influencia da batalha de Toro foi, repetimol-o, desastrosa para os Portuguezes. Tanto Fernando e Izabel o sentiram que, em acção de graças de não terem sido batidos, erigiram em Toledo um soberbo mosteiro franciscano com a invocação de San Juan de los Reyes, e a rainha Izabel em Tordesillas, onde recebeu a noticia, ordenou que se fizesse uma pomposa procissão á egreja de S. Paulo. Se aquillo era entoar Te-Deum por uma supposta victoria, não deixava de ser ridiculo, mas se agradeciam a Deus terlhes salvado a causa livrando-os d'uma derrota, e fazendo com que os ultimos partidarios castelhanos de D. Affonso se desprendessem d'elle, razão tinham infelizmente. Oiçâmos Schœffer contar-nos as consequencias immediatas da batalha de Toro: «Voltando para continuar o cêrco de Zamora, Fernando encontrou ainda a resistencia mais tenaz, e cada tentativa sobre a fidelidade do commandante malogrou-se, como se malograram todos os assaltos ás muralhas da praça; mas Affonso de Valenza, tendo sabido do estado desesperado dos negocios do rei, entregou a fortaleza com favoraveis condições. Por este tempo muitas praças castelhanas, que tinham até então voz por D. Affonso, cairam em poder do inimigo. O mestre de Calatrava, e o conde d'Urena reconciliaram-se com D. Fernando, e el-rei de Portugal conservou apenas o arcebispo de Toledo, que o sustentou fiel-

CARLOS O TEMERARIO

[1] Camillo Castello Branco, *Noites de insomnia*, n.º 24, art. o *Decepado*, pag. 70 a 82. (Porto 1874.)

Digitized by Google

mente com a sua intelligencia e o seu braço emquanto esteve ao seu serviço. Mas esse prelado foi tambem obrigado a deixar o rei, quando soube que os seus proprios dominios estavam sendo devastados pelos castelhanos. Affonso deu-lhe para o escoltar o bispo d'Evora com tropas, e separou-se tristemente d'um prelado, cujos conselhos e soccorro lhe seriam agora tão necessarios. Por uma habil marcha, o arcebispo evitou uma forte divisão de cavallaria que Fernando destacára para o aprisionar, e chegou felizmente a Alcala d'Henares. Acha-se agora o principe sósinho ao lado d'el-rei. Soube-se então que os castelhanos se espalhavam em Portugal sem encontrarem resistencia, e D. João teve de se pôr á testa d'uma pequena divisão do exercito para ir bem depressa em soccorro do seu paiz dilacerado. Os talentos militares, a prudencia e o sangue frio que n'esta circumstancia desenvolveu fizeram a admiração dos seus inimigos, assim como dos seus subditos, e os proprios Fernando e Izabel mais d'uma vez manifestaram que faziam mais caso da prudencia activa do principe do que do ardor intrepido e temerario do rei. Emquanto seu filho manejava com egual habilidade a espada e o sceptro, foi Affonso assolar a comarca de Salamanca, e obrigou Fernando a levantar o cerco de Canta la Piedra para vir assentar os seus arraiaes n'essa provincia devastada. Voltando a Toro, Affonso proseguiu depois nas suas irrupções mais como fronteiro do que como soberano. Os seus conselheiros não o puderam dissuadir, e n'esse ponto não quiz seguir a opinião de pessoa alguma[1].

Foi vendo assim os seus negocios quasi completamente perdidos em Castella que se lembrou D. Affonso V d'ir elle em pessoa pedir auxilio ao rei Luiz XI de França, seu alliado. Era uma idéa estranha e que bem mostrava o pouco conhecimento que D. Affonso tinha do caracter do rei de França.

Havia quinze annos que reinava em França Luiz XI, que subira ao throno no dia 15 d'agosto de 1461. Nascido no dia 3 de julho de 1413, tinha n'essa época cincoenta e tres annos, e a sua indole suspeitosa e astuta fôra azedando com a edade, ao passo que o amor da vida, que se manifesta sempre nos velhos com intensidade mais notavel, lhe tirava o tal ou qual prestigio que o valor militar lhe dava emquanto moço. As affeições naturaes nenhuma influencia tinham sobre elle: mau filho, mau esposo, mau pae, mão irmão, amigo pessimo, a sua existencia foi toda de egoismo e de traições; mas a sua alta intelligencia de rei resgata em parte aos olhos da historia a velhacaria e os crimes do homem, porque ninguem mais do que elle soube firmar a realeza sobre as ruinas do feudalismo, tendendo sempre para constituir essa magnifica unidade da monarchia franceza, que deu a esse paiz a preponderancia decisiva que desde o seculo XVI tem exercido sempre sobre os negocios da Europa. Um dos primeiros que iniciaram a epoca diplomatica, se assim nos podemos exprimir, Luiz XI despendia sommas enormes para ter em todas as côrtes informadores, que lhe communicavam os mais secretos designios dos reis estrangeiros, e o traziam sempre ao facto das intrigas e dos projectos dos gabinetes. Amando o dinheiro, mas despendendo-o á larga, não o empregava em magnificencias e em luxo, empregava-o em comprar adhesões e partidarios, julgando como Philippe da Macedonia que não havia praça inconquistavel, onde pudesse entrar um macho carregado de ouro. O seu porte e o seu trajo não indicavam um soberano, e

[1] Schoeffer, *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 556.

Digitized by Google

n'uma entrevista com o rei Henrique IV de Castella, os nobres hespanhoes, faustosos e opulentos, zombaram muito do miseravel fato do rei de França, cujo chapellinho com imagens de chumbo[1] se tornou celebre pelo muito que o aproveitaram os modernos romancistas e dramaturgos.

Havia no espirito de Luiz XI as mais estranhas contradicções; mas apesar d'ellas se revelava por fim de contas um homem notavel e um rei. De falas humildes e mansas, com uma cortezia que parecia tocar ás vezes as raias da baixeza, tinha uma altivez innata, que não só fazia com que todos o reconhecessem como rei no meio dos seus cortezãos magnificamente vestidos, mas que até nas entrevistas com os outros monarchas o faziam sobresahir[2]. Corajoso, porque fez as suas provas, como delphim, na tomada da bastilha de Dieppe[3], na campanha contra os suissos[4], e, como rei, na batalha de Montlhéry[1] e em muitos outros combates; affrontando intrepidamente o punhal dos conspiradores, as iras cegas do seu adversario duque de Borgonha, no fim da sua vida rodeava-se de guardas, encerrava-se em Plessis-les-Tours[2], e obedecia como uma creança ás prescripções do seu medico que o tratava brutalmente[3]; não recuando nunca diante de um crime para preencher os seus fins, era ao mesmo tempo incrivelmente supersticioso, dando credito aos absurdos da astrologia (o que não admirava porque era crença vulgar no seu tempo) e tendo uma

Brazão de armas da villa de Santa Cruz na ilha Graciosa

---

[1] A entrevista foi em Bayona. «Luiz, escreve Prescott, que estava ainda peior vestido do que de costume, segundo Commines, trajava um casaco de lã grosseira muito curto, moda que então se julgava impropria de pessoas de alta gerarchia, com forro de fustão e um chapéo ornado por uma pequena imagem da Virgem, feita de chumbo. «*History of the reign of Ferdinand and Isabella*, vol. 1.°, pag. 100.»

[2] Contando a entrevista de Luiz XI com Eduardo IV de Inglaterra, M. de Barante escreve o seguinte: «... O rei (Luiz XI), que com o seu ar simples e facil, parecia comtudo ter auctoridade sobre todos os que estavam presentes». *Histoire des ducs de Bourgogne*, t. 8.°, pag. 147. (Edição de Bruxellas de 1836 com as notas do barão de Reiffenberg. Ha uma outra edição tambem belga, de 1838, mas as notas são de M. Gachard. Tivemos conhecimento d'esta ultima edição pela «Lista das obras citadas nas annotações ás Memorias de Commines» da edição de m.elle Dupont, p. CXL. Deve ser muito apreciavel, porque M Gachard é um dos homens mais eruditos da Belgica).

[3] Quando Luiz XI entrou em Paris, depois de ter sido sagrado rei, os parisienses, para lhe fazerem honra, collocaram nas ruas uma representação da «tomada da bastilha de Dieppe, afim de recordarem ao rei o seu mais bello feito d'armas». M. de Barante, *Histoire des ducs de Bourgogne*, t. 6.°, p. 207.

[4] Na batalha de Saint-Jacques em 1444 derrotou o delphim Luiz os Suissos, já então temiveis pelas suas victorias contra os principes austriacos. Essa victoria narra-a M. de Barante circumstanciadamente na sua *Historia dos duques de Borgonha*, t. 5.°, pag. 227 e seg.

[1] Em 1465 por occasião da famosa guerra do *Bem publico*, occasionada pela revolta da nobreza de França capitaneada pelos principes de sangue contra a tyrannia de Luiz XI. N'essa batalha commandava os adversarios do astuto monarcha o seu mais acerrimo inimigo, Carlos o Temerario, depois duque de Borgonha, e então apenas conde de Charolais, porque seu pae ainda vivia.

[2] A residencia de Luiz XI no castello de Plessis-les-Tours é descripta minuciosamente por Philippe de Commines nas suas *Memorias*, livro VI, cap. XI, vol. II, pag. 267 (edição publicada pela sociedade da historia de França e dirigida por m.elle Dupont, Paris 1843). Foi essa descripção que Walter Scott approveitou no seu famoso romance *Quintino Durward*. Não devemos comtudo acceitar completamente os dados do romancista escossez. M. de Barante n'um bello artigo critico publicado na *Revue française*, (março de 1829, pp. 204-231) a proposito de um romance do seculo XV, diz o seguinte do modo como Walter Scott trata a historia no seu romance: «Toma Luiz XI ainda novo, presumpçoso, atrevido nas suas manhas, cheio d'essa actividade funesta que o animava, tal emfim como era quando se dirigiu imprudentemente á entrevista de Péronne, e faz d'elle um só e mesmo personagem com o Luiz XI, velho, apoplectico, sombrio, desconfiado e vivendo tristemente encerrado nos muros de Plessis. Approxima assim duas épocas muito separadas pelas datas; ao interesse historico, que consiste em mostrar o progresso das coisas e a sua mudança successiva, substitue o interesse dramatico com a sua unidade concentrada e a sua marcha instantanea. Não é um defeito: o romancista ha de e deve muitas vezes fazer o que não seria permittido ao historiador».

[3] «Ledict medicin (Jacques Coitier) luy estoit si tres rude que l'on ne diroit point à ung varlet les

Digitized by Google

devoção mesquinha pelos santos, e pelas imagens de toda a especie, de que andava sempre rodeado e cujo nome tinha sempre na bocca[1]; pequeno e repugnante como homem, grande como rei, Luiz XI de França, com o seu caracter complexo, é incontestavelmente um dos vultos mais notaveis do seculo XV[2].

Tal era o homem em quem D. Affonso V se ia imprudentemente confiar. Bem diz Philippe de Commines que, se os conselheiros d'el-rei de Portugal se tivessem melhor informado das coisas de França, o teriam dissuadido da viagem[3], e Mr. de Barante accrescenta que D. Affons V era «um leal e digno principe, que não conhecia nem os homens, nem as coisas da França[4]». Se os conhecesse, havia de saber que o velho costume de Luiz XI era illudir todos com boas palavras, e trazer embaídos e atraiçoados aquelles a quem mais obrigações devia; que o duque de Borgonha, Philippe o Bom, que o amparára quando, depois da revolta contra seu pae, se refugiára nos seus Estados, nunca obtivera d'elle senão vãs promessas; que o duque de Saboya, seu sogro, andára por França transformado n'um verdadeiro escravo de seu genro, porque commettêra a loucura de lhe vir pedir soccorro contra os revoltosos do seu paiz; saberia, emfim, que ninguem já se fiava nas palavras de Luiz XI[1]. Affonso V devia ter as maiores desillusões, e não havia dois caracteres mais oppostos; elle fazia a guerra pela guerra, Luiz XI só a fazia quando não podia obter de outro modo o que desejava; elle era o ultimo rei cavalleiro, Luiz XI o primeiro rei diplomata; elle era todo amador da nobreza, Luiz XI comprazia-se em levantar do nada as creaturas mais baixas para lhes dar a preponderancia suprema; Affonso V emfim, era magnificente e gastador, liberal até á prodigalidade; Luiz XI mesquinho, avaro, e sabia dispender largamente, mas com proveito e a proposito. Affonso V em Castella, querendo ganhar para o seu partido os nobres adversos, tão inhabilmente o fizéra que, como já vimos, muitos tinham gasto em serviço de Izabel o dinheiro que haviam arrancado a Affonso; Luiz XI, quando á força de dinheiro fizéra passar para a côrte de França Fhilippe de Commines, até então conselheiro do duque de Borgonha, arranjára as coisas de modo que Philippe de Commines viu-se na alternativa ou de passar para França, ou de vêr os seus segredos divulgados, porque Luiz XI já déra ordem que fossem tomadas umas seis mil libras tornezas que lhe man-

ultraigeuses et rudes parolles qu'il luy disoit. (Mémoires de Philippe de Commynes» L. 6.°, cap. 11, pag. 263, edição de m.elle Dupont). Conta ainda Commines que o medico tinha sobre elle um imperio tal, porque lhe asseverava com toda a energia que se o rei o mandasse matar morreria logo oito dias depois. Foi isto aproveitado por Walter Scott para uma bella scena entre Luiz XI e o astrologo Galeotti, pondo na boca do astrologo as palavras do medico.

[1] Na magnifica tragedia de Casimiro Delavigne *Louis XI*, aproveita o auctor admiravelmente esta feição do caracter de Luiz XI n'uma scena em que o rei, confessando-se a S. Francisco de Paula, lhe conta todos os seus crimes, procurando attenual-os, e desculpal-os. O santo, indignado afinal, quando o rei lhe diz que mandou matar seu irmão, arroja-lhe esta soberba apostrophe:

Et contre tes remords ton cœur cherche un refuge!
Tremble! j'étais ton frère et je deviens ton juge;
E'crasé par ta faute aux pieds du tribunal,
Courbe dans la poussiére, courbe ton front royal!
Fratricide, á genoux.

[2] O typo de Luiz XI, que o seu contemporaneo e valido Philippe de Commines tão admiravelmente nos descreve, foi aproveitado frequentemente pelos modernos romancistas e dramaturgos. As composições onde elle nos apparece com mais relevo, são incontestavelmente o *Quentin Durward* de Walter Scott, a *Notre-Dame de Paris* de Victor Hugo, que lhe consagra mais de um capitulo, e o *Louis XI* de Casimiro Delavigne. Um escriptor nosso, Arnaldo Gama, tambem desenhou o vulto do monarcha francez n'um romance em que habilmente dramatisou esse tão curioso episodio dos nossos annaes, o da ida de Affonso V a França. O romance intitula-se *O Filho do Baldaya*.

[3] *Memorias*, vol. 2.°, t. 5.°, cap. 7.°, pag. 60.

[4] *Historia dos duques de Borgonha*, vol. 8.°, pag. 162.

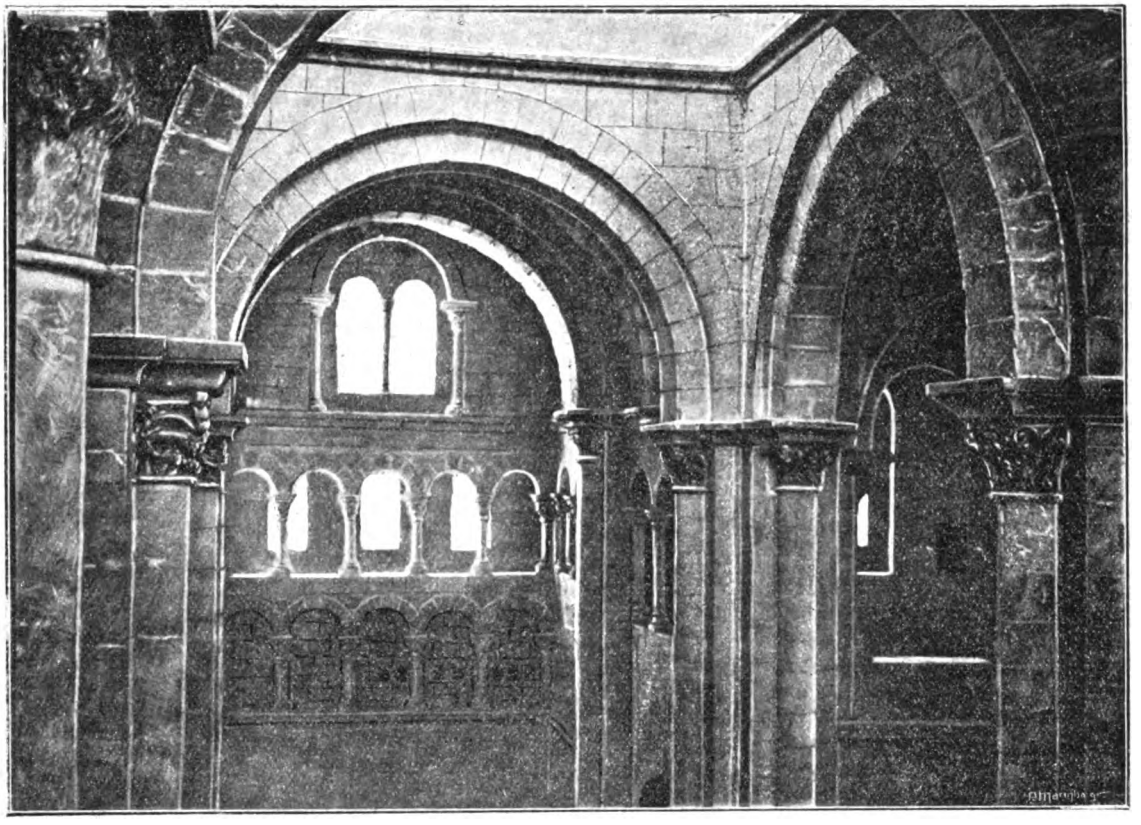
[1] *Historia dos duques de Borgonha*, vol. 5.°, 6.°, 7.° e 8.°

Digitized by Google

dára para o attrahir a si, não recuando diante do escandalo, comtanto que conseguisse os seus fins [1].

Affonso V devia sentir-se extremamente desilludido, quando começasse as negociações com o seu alliado.

Commines em que se engana é quando suppõe que os conselheiros do rei



COIMBRA — SÉ VELHA

de Portugal o não dissuadiram do seu projecto. Quasi todos o desapprovaram, mas Affonso V, que era teimoso, persistiu. Como Alvaro d'Athayde, seu embaixador em França, lhe trouxe muito boas palavras de Luiz XI, Affonso V sentiu-se animado a emprehender o que tencionava, e, depois de enviar Pero de Sousa [2] ao monarcha francez para o pre-

venir da sua visita, sahiu de Lisboa n'uma magnifica frota de dezeseis náos e cinco caravellas, levando a bordo dois mil e duzentos soldados, e quatro centos e oitenta fidalgos para seu serviço. Primeiro tencionara D. Affonso ir pelo Oceano, mas. como receiava que a poderosa frota, que D. Fernando tinha na bahia de Biscaia, lhe fizesse alguma affronta, decidiu-se a ir pelo Mediterraneo para desembarcar em Marselha [1]. Partiu de Lisboa em agosto de 1476 [2], e arribou a Lagos, onde lhe veiu prestar homenagem uma esquadra franceza commandada por Mr. de Coulon [3], a quem

[1] M.elle Dupont *Notice sur Philippe de Commines* precedendo a sua edição das *Memorias*, t. 1.°, pag. XXXV.

[2] Arnaldo Gama, que explorou minuciosamente os archivos da camara municipal do Porto, n'elles encontrou a prova de que Fernão Alvares Baldaya, rico negociante d'aquella cidade, fôra enviado por Affonso V a Luiz XI como embaixador.

[1] Schoeffer *Historia de Portugal*, tr. fr., pag. 558.

[2] Ruy de Pina, *Chron. de D. Affonso V*, c. 193, p. 567.

[3] Ruy de Pina chama-lhe Cullam, corsario francez. Mr. de Barante *(Historia dos duques de Borgonha*, t. 8.°, pag. 292) chama-lhe Coulou vice almirante do mar, e suppõe que foi a sua esquadra que transportou Affonso V de Lisboa a França, o que é evi-

Digitized by Google

Affonso V recebeu magnificamente, agradecendo-lhe muito o auxilio que prestára algum tempo antes á sua praça de Ceuta, assaltada a um tempo pelos Castelhanos e pelos Moiros.

Effectivamente, o capitão de Ceuta, que então se chamava Ruy Mendes Ribeiro, vira-se cercado pelos Castelhanos do lado do mar, e pelos Moiros do lado de terra. Defendêra-se intrepidamente contra os dois inimigos, e, auxiliado pela esquadra franceza de M. de Coulon, conseguira repellir o duplo assalto.

De Lagos passou Affonso a Ceuta, depois fez-se de véla para as costas de França, mas não desembarcou em Marselha por causa do tempo contrario, e foi arribar a Collioure [1], onde deputados do rei de França o receberam e lhe aprestaram todo o necessario para seguir viagem por terra. Déra Luiz XI ordem para que em toda a parte fosse recebido com as honras devidas aos proprios reis de França, de modo que os governadores entregavam-lhe as chaves da cidades, e soltavam os presos das cadeias. Assim chegou a Perpignan, d'onde enviou ao rei de França um emissario, que foi D. Francisco d'Almeida, que pela primeira vez apparece na nossa historia, e que tinha de abrir gloriosamente a série dos vice-reis da India. De Perpignan passou a Narbonne, de Narbonne a Montpelier, depois a Besiers e a Nimes. Ahi deixou a via romana, e tomou por Pont-Saint-Esprit o caminho de Lyon. Ahi veiu visital-o o duque de Bourbon, principe de sangue, e em Roanne recebeu um recado de Luiz XI congratulando-se com elle pela sua vinda, e dizendo-lhe que o esperaria em Tours. Em Bourges, n'uma abbadia de benedictinos, que visitou, mostraram-lhe um rico manuscripto com admiraveis illuminuras, encerrando a historia de Lançarote do Lago. Em todos os conventos que visitava D. Affonso V informava-se das riquezas bibliographicas que elles continham, mostrando o gosto esclarecido, que tanto o distinguia e illustrava.

CAPITULO LXI

Acolhimento que Affonso V recebe de Luiz XI Recepção que lhe é feita em Paris.— Entrevista com o duque de Borgonha — Abdicaçao de D. Affonso V

AFFONSO V chegou finalmente a Tours; Luiz XI não estava lá, mas deixára para o receber com todas as honras possiveis os principaes fidalgos da sua côrte, e entre elles Phillippe de Commines, já então sire d'Argenton [1], o celebre historiador que trata nas suas *Memorias* com bastante desdem, do alto da sua importancia diplomatica, *ce povre*

dentemente falso, como se deduz não só do testemunho unanime dos nossos chronistas, mas do documento official relativo ao equipamento da frota, que D. Antonio Caetano de Sousa transcreveu nas *Provas da Historia Genealogica*, t. 2.°, pag. 18, e do qual consta que o armamento dos navios custou trinta e oito mil dobras.

[1] «Desembarcou, escreve F. Denis, n'um pequeno porto que os chronistas Portuguezes designam bastante confusamente». E accrescenta em nota: «A falta de vento obrigou-o a desembarcar em Colibre, diz Faria. Será Collioure, *Caucoliberis?*» E' notavel esta duvida n'um escriptor francez. Bastava-lhe abrir as chronicas do seu paiz e do tempo de Luiz XI, para vêr muito positivamente apontado Collioure como o sitio em que Affonso V desembarcou. M. de Barante diz o mesmo exactamente na *Historia dos duques de Borgonha*, tom. I, pag. 291.

[1] «O seu Minham Monseor d'Argentam» diz Ruy de Pina, cap. CXCV, pag 570. *Minham* deve ser *mignon*, valido, favorito intimo.

Digitized by Google

roy de Portingal, como elle diz. Luiz XI fôra a uma romaria, segundo deixára dito, «pretexto, escreve M. de Barante, que lhe servia sempre em todas as suas viagens [1]». Mas d'ahi a pouco tempo voltou a Plessi-les-Tours, e veiu, como de passagem, visitar D. Affonso V.

A entrevista entre os dois reis é uma das coisas mais curiosas que a historia apresenta. Parece que D. Affonso V não estava muito costumado á etiqueta que a côrte de Borgonha principalmente pozera em voga, porque se acreditarmos Schœffer, mostrou-se um pouco offendido, vendo que dois fidalgos francezes que o acompanharam lhe não permittiam de modo algum que sahisse ao encontro de Luiz XI, chegando a illudil-o dizendo-lhe que ainda el-rei vinha longe quando já estava na rua, e oppondo-se de todos os modos a que desse um passo só que fosse ao encontro do rei de França. Schœffer diz que bem viu Affonso V que estava como que prisioneiro; Ruy de Pina não diz similhante coisa, e em todo o caso errava muito Affonso V, porque essa obstinação em não o deixarem fazer o que elle queria era uma das leis da etiqueta franceza, e mostrava que el-rei de França lhe queria conceder as maximas honras já que não estava disposto a conceder-lhe mais [2].

Mas emfim Affonso V resignou-se, e Luiz XI appareceu á porta do aposento. Estão os dois reis em presença, oiçâmos agora Ruy de Pina, e, tendo bem presentes as magnificas descripções do caracter de Luiz XI, que encontrâmos em Philippe de Commines, e entre os modernos em Barante e Michelet, e no romance em Walter Sott, veremos que ao nosso chronista não faltam as côres tambem para traçar com pittoresca fidelidade o vulto do rei de França.

«El-rei de França vinha com um só barrette na cabeça, tendo já d'ella tirado um barrete e duas grandes carapuças, e trazia solto um saio curto de máo panno, á cinta uma espada d'armas muito comprida, com a guarnição de ferro limada, e umas botas calçadas e nos pés as esporas do mesmo jaez da espada, e ao pescoço uma beca de chamalote amarello, forrada de cordeiras brancas muito grosseiras, e suas calcas brancas entre-talhadas de muitas cores. E ambos os reis com os barretes nas mãos se abraçaram inclinando os joelhos muito baixo. E tendo el-rei de França assim abraçado el-rei, com os olhos no céo, disse, que dava muitas graças a Nossa Senhora e a monseor Sam Martim, porque a um tão pobre homem como elle era fizeram tanta mercê. Que a seu reino e casa o viesse vêr e visitar um tamanho-rei, que elle sempre desejára tanto de vêr, e ter por irmão e amigo, e que porém elle não crêsse que era vindo em reino estranho, mas no proprio seu; porque assim se faria n'elle todo seu prazer e serviço, como nos de Portugal. E com isto acabado se recolheram á camara, á entrada da qual sobre quem se cobriria e entraria primeiro houve entre ambos grandes e louvados debates. E emfim el-rei D. Affonso se deu por vencido, dizendo que havia por melhor ser-lhe bem mandado que cortez [1].»

Olhem! como nos salta da tella aquelle Luiz XI tão nosso conhecido, como nos avultam as suas feições astutas e velhacas. È o mesmo de quem o duque de Borgonha dizia: «Je crois qu'on n'a jamais tant promené personne avec de belles paroles. On me promet monts et

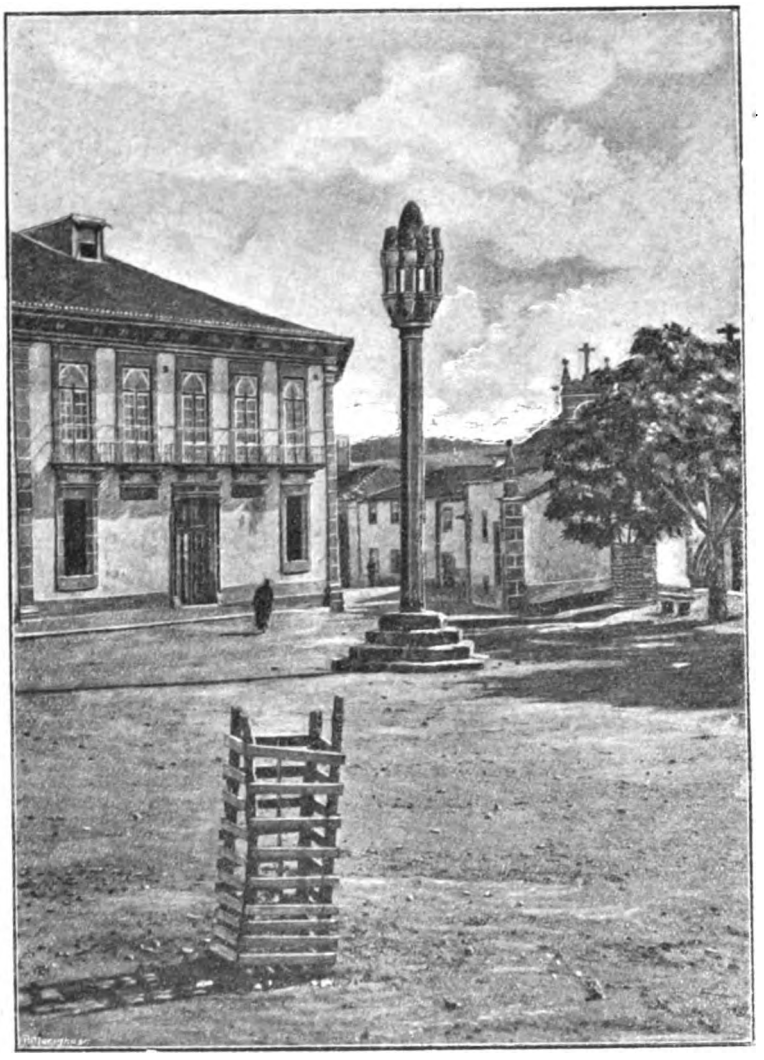
[1] *Hist. dos duques de Borgonha*, tom. VI.

[2] Veja-se por exemplo a narração da entrevista do duque de Borgonha com Luiz XI ainda delphim, e do rei de Chypre com o duque de Borganha tambem na «Historia dos duques de Borgonha,» t. VI «passim».

[1] *Chronica de D. Affonso* V, cap. 195, pag. 571.

Digitized by Google

merveilles et nul effet ne s'ensuit[1].» O mesmo Luiz, cuja palavra, segundo a phrase de Molinet «estoit tant douce et vertueuse qu'elle endormoit comme la seraine tous ceux qui lui présentoient oreilles[2].» Mas Affonso V, que não tinha



PALOURINHO DE PINHEL

do caracter de Luiz XI a experiencia que seu tio Filippe o Bom á propria custa adquirira, deixou-se embair por suas doces palavras, e folgou immenso com o auxilio que Luiz lhe promettêra. Effectivamente Luiz mostrou-se muito disposto a ajudal-o, mas advertindo-o que primeiro conviria que fosse Affonso V pedir ao duque de Borgonha, que estava então em guerra com o duque de Lorena que cercava Nancy, que o ajudasse contra Castella, ou ao menos que segurasse o rei de França, que o não atacaria emquanto elle estivesse guerreando a favor de el-rei de Portugal. Disse-lhe mais que tratasse de obter a dispensa do papa que legalisasse o seu casamento com sua sobrinha D. Joanna[1], promettendo-lhe logo que isto se obtivesse, ajudal-o com soldados e especialmente com dinheiro, porque elle estava certo de que os alcaides castelhanos seriam vencidos mais pelo ouro do que pelo ferro.

D. Affonso V ficou radiante com estas promessas, e a condição, que lhe era necessario preencher para ellas se realisarem, affigurou-se-lhe facilima. El-rei Luiz de França, emquanto não lhe dava as sommas promettidas, pediu-lhe que ao menos acceitasse cincoenta mil escudos de oiro «para convidar alguma gentil dama, como era usança e cortezia do seu reino[2].» D.

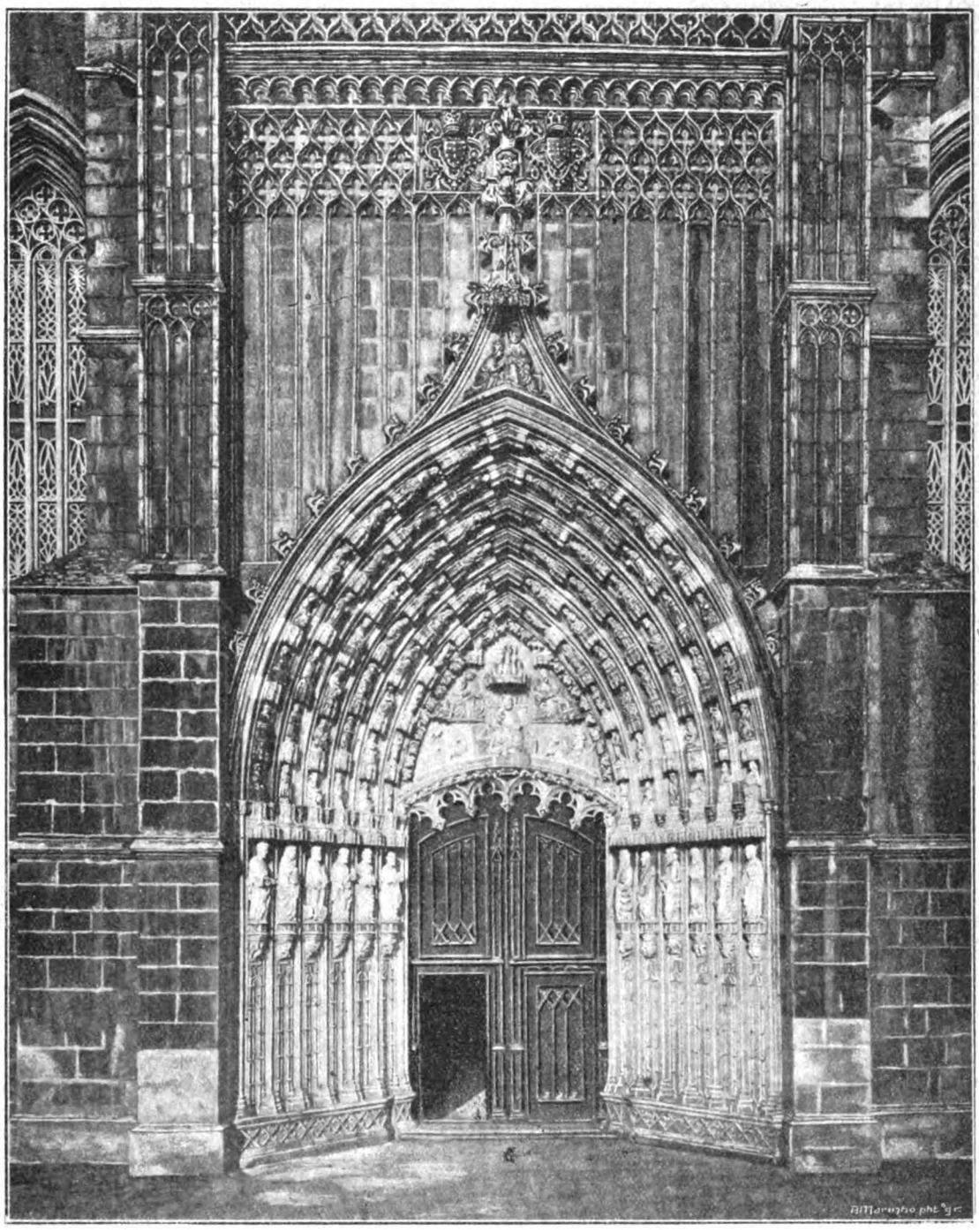
[1] *Histoire des ducs de Bourgogne*, t. VI, pag. 279.

[2] *Chroniques*, t. II, pag. 61 (edição de J. A. Buchon. Paris 1827-1828, 5 vol. in 8.°).

[1] Como é que Philippe de Commines, que desempenhou um papel principal n'estas negociações, commetteu o erro estranho de dizer que o rei de Portugal fôra a França para vêr se casava sua sobrinha com o delphim que depois foi o rei Carlos VIII? (*Memorias*, l. V, cap. VII, pag. 59). Trahiu-o decerto a sua reminiscencia ou a sábia editora, mademoiselle Dupont, apesar da sua muita erudição, decifrou inexactamente o manuscripto original.

[2] Pina, *Chronica de D. Affonso V*, cap. 96, pag. 573.

Digitized by Google



CONVENTO DA BATALHA — PORTA PRINCIPAL

Affonso, homem essencialmente honesto, regeitou polidamente a offerta.[1] Era mais um symptoma da incompatibilidade d'aquelles dois caracteres; costumado á severidade de costumes usada en-

[1] Era costume do rei de França fazer estas offertas licenciosas. Já n'uma entrevista que tivera em 1473 com Eduardo IV rei de Inglaterra, lhe disséra: «Meu primo vinde-nos vêr a Paris. Festejar-vos-hemos o melhor que podermos. Encontrareis gentis e amaveis damas, e, se commetterdes algum peccado, dar-vos-hemos por confessor o senhor cardeal Bourbon, que vos absolverá com muito gosto.» Barante, *Histoire des ducs de Bourgogne*, tom. VIII, pag. 147.

Digitized by Google

tão na côrte de Portugal, e que era como que ainda um distante reflexo da virtude inoculada por Philippa de Lencastre em seus filhos e nas pessoas que a rodeavam, não podia sympathisar com um homem como Luiz XI, que folgava principalmente com obscenidades[1]. Affastaram-se pois os dois soberanos descontentes um do outro, posto que satisfeitos. Affonso V por julgar os seus negocios bem encaminhados, Luiz XI por ter mais uma vez logrado alguem.

Carlos o Temerario, duque de Borgonha, filho de Philippe o Bom, e neto por sua mãe D. Izabel de D. João I de Portugal, era por conseguinte primo coirmão de D. Affonso V. Quando recebeu, por morte de seu pae, a corôa ducal, os seus Estados eram vastissímos, e podia considerar-se como um dos principes mais poderosos da Europa. Inimigo figadal do rei de França (inimizade que principiára quando Luiz XI, ainda delphim, se refugiára na côrte de Borgonha), uma guerra mortal se travára entre elles, guerra toda de manha da parte de Luiz XI, toda de brutalidade da parte do duque de Borgonha. Confiando demasiadamente na sua habilidade, e julgando poder facilmente adormentar o seu adversario com doces palavras, Luiz XI foi-se-lhe metter nas mãos em Péronne, onde se combinára uma entrevista. Infelizmente para os seus planos, rebentou n'essa occasião em Liége uma revolta contra o duque, revolta de que Luiz XI fôra um dos primeiros instigadores. Não escutando senão a sua ira, Carlos o Temerario queria praticar as ultimas coisas, e a vida do rei de França esteve durante tres semanas pendente d'um fio. Salvou-se, graças aos prudentes conselhos dos cortezãos de Borgonha, e sobretudo graças a um tratado que assignou, vantajosissimo para o seu adversario[1]. D'ahi em diante Luiz XI redobrou de manha para resgatar a imprudencia commettida, e, sem se arriscar a si nem a seu reino, não fez senão suscitar inimigos e obstaculos ao duque de Borgonha. A sua politica, auxiliada pelas temeridades loucas de Carlos, teve afinal o desejado exito. Instigados secretamente por Luiz, os Suissos manifestaram-se hostís á Borgonha; com toda a imprudencia da sua indole, Carlos entendeu que esmagaria facilmente com os seus cavalleiros vestidos de ferro a tosca infanteria dos cantões suissos; mas as tropas democraticas venceram a cavallaria feudal, e duas derrotas sanguinolentas, a de Granson, e a de Morat, deram começo aos infortunios do Temerario. Luiz XI trabalhava na sombra. Auxiliado por elle secretamente, René, duque de Lorena, que o duque de Borgonha despojara dos seus Estados, intentou recobral-os. Em apparencia Luiz XI conservava-se neutral, mas não se movia um soldado contra o duque de Borgonha, que a sua mão occulta o não impedisse. Quando D. Affonso V intentava ingenuamente reconciliar estes dois adversarios implacaveis, sitiava o duque de Borgonha a cidade de Nancy, capital da Lorena, que se declarára pelo seu legitimo senhor. Luiz XI ria-se *dans sa barbe* da tentativa que o pobre D. Affonso V ia emprehender; e esperava talvez que illudisse tambem algum tanto Carlos de Borgonha, ao passo que as suas tropas caminhavam secretamente com as do duque de Lorena, e que elle esperava, como o corvo sinistro, os primeiros rumores d'uma

[1] A sua predilecção pelos contos obscenos revela-se nas *Cent nouvelles nouvelles*, especie de *Decamerone* muito mais licencioso do que o de Boccio, e que é o fructo das horas de ocio do seu exilio, quando delphim, em Borgonha. Luiz XI era escriptor: tambem compoz um livro celebre intitulado, se temos bem presente o nome, *Le Rosier des guerres*.

[1] Esta entrevista é admiravelmente dramatisada por Walter Scott no seu *Quentin Durward*.

Digitized by Google

derrota para cahir sobre a presa do campo de batalha, e cevar-se n'ella. Carlos de Borgonha tinha só uma filha, e Luiz esperava, com boas razões, apanhar-lhe a herança[1].

Partiu Affonso V contentissimo para o acampamento de seu primo. Era no coração do inverno; cobria a neve os caminhos, elle cavalgava, acompanhado por alguns nobres, caminho de Lorena, passando por Pariz. A recepção que em todas as cidades lhe faziam, era pomposa; do seu recebimento solemne na capital de França deixou-nos curiosa narrativa um dos chronistas Francezes contemporaneos. A relação é a seguinte:

«E depois d'estas coisas o rei de Portugal[2] que pretendia que lhe pertenciam os reinos de Sevilha e Castella, todas as Hespanhas juntas, por causa de suà mulher, partiu do seu dito reino de Portugal, e veiu desembarcar nas fronteiras de França, e depois foi a Lyão e de ahi a Tours para visitar o reino, e para lhe requerer ajuda e soccorro de gente que o ajudasse a recobrar os ditos reinos, e foi recebido do rei muito benigna e honrosamente. E depois que esteve no dito logar de Tours por certo espaço de tempo, em que foi muito festejado por muitos senhores e nobres, estando com o rei, e tudo á custa do rei, o dito rei de Portugal se despediu do rei e foi a Orléans, onde se lhe fez honrado recebimento, e depois partiu do dito Orléans, e veiu á boa cidade de Pariz, na qual fez a sua entrada, e chegou no sabbado vinte e trez de novembro de 1476, entre as duas e trez horas da tarde, e entrou pela porta de S. Thiago. E, para irem ao encontro d'elle e receberem-n'o nos campos até ao moinho de vento, foram todos os estados de Pariz por ordem e com honrados e ricos fatos, assim como se fosse para fazerem a entrada do rei. E primeiro sahiram para fóra de Pariz para irem a elle os prebostes dos mercados e outros magistrados da dita cidade, que para a dita vinda foram vestidos de damasco branco e vermelho orlado de ricas pelles, os quaes eram acompanhados pelos burguezes e officiaes da dita cidade. E depois lá foi tambem unir-se Roberto de Estouteville, preboste de Pariz que era acompanhado pelos seus logares-tenentes civil e criminal e por todos os officiaes do rei e praticos do Chatelet, que se acharam em grande numero e honrados vestidos. E depois veio o senhor chanceller Doriole, os srs. presidentes e conselheiros do parlamento, os conselheiros e gente de contas, os intendentes dos tributos e do thesoiro com uma grande quantidade de prelados, bispos e arcebispos, e outros homens notaveis, em muito grande e honrado numero. E assim acompanhado, como dito é, levado e conduzido até á porta de S. Thiago, entrando na dita cidade encontrou outra vez os ditos prebostes de mercadores e outros magistrados, que lhe apresentaram um formosissimo pallio com as armas de Castella. E, indo elle assim debaixo, foi conduzido até Santo Estevão dos Gregos onde achou os reitores e bedeis da universidade de Pariz, que propozeram diante d'elle a sua boa vinda, e, feito isto, chégou á sé de Pariz onde foi recebido pelo prelado muito honrosamente. E, depois de feita a sua oração, veio ao longo da ponte de Nossa Senhora, e achou á entrada do mercado Palu cincoenta archotes accesos, que o conduziram rodeando este pallio, e na extremidade da dita ponte de Nossa Senhora, na altura da

Brazão de armas da cidade de S. Sebastião de Moçambique

[1] Veja-se Barante, *Histoire des duce de Bourgogne*, tom. VII e VIII. (Edição de Bruxellas de 1836.)

[2] *Portugal*, é como dizem sempre os chronistas d'esse tempo.

Digitized by Google

casa d'um alfaiate chamado Motin, levantou-se um grande andaime, onde estavam diversos personagens ordenados para a sua dita vinda. E de ahi foi para o seu alojamento, que lhe foi preparado na rua des Prouvaires, no palacio de messer Lourenço Herbelot, negociante e burguez da dita cidade, onde foi bem recebido. E ali lhe foram feitos muitos bellos presentes, tanto da dita cidade como d'outra parte, e foi vêr todos os bellos sitios e estados de Pariz, e primeiramente foi levado ao parlamento, que muito triumphou n'este dia com a sua vinda porque todas as camaras foram armadas e enfeitadas; e na grande camara achou o senhor chanceller Doriole, os senhores presidentes, prelados, conselheiros e outros officiaes, todos honradamente vestidos, e diante d'elle foi debatida uma demanda por mestre Francisco Hallé, arcediago de Pariz e advogado do rei no dito parlamento, e contra elle estava por advogado mestre Pedro de Breban, advogado no dito parlamento e prior de Santo Eustachio, os quaes dois advogados eram muito bons de ouvir. E depois da dita demanda foram-lhe mostradas as camaras e logares do dito parlamento, e n'outros dias foi á grande sala do palacio do bispo de Pariz, para ali vêr doutorar na faculdade da theologia, e depois d'ali foi vêr o Chatelet, as prisões e camaras, que todas estavam forradas de boas tapeçarias, e todos os officiaes cada um no seu estado vestidos com bellos e honrados habitos, e depois no domingo primeiro de dezembro do dito anno de 1476, foram passar por diante do seu alojamento toda a universidade de Pariz, e todas as faculdades e sujeitos d'ella e depois vieram cantar uma missa de gala a S. Germano d'Auxerre, e por toda a parte aonde ia pela dita cidade era levado e conduzido pelo senhor de Gaucourt, logar-tenente do rei no dito logar de Paris, que lhe deu em sua casa uma muito bella e rica ceia aonde foram grande numero de pessoas notaveis d'aquella cidade, tanto homens como mulheres, damas, donzellas e outros[1].

Assim recebido pomposamente por toda a parte por onde passava, D. Affonso V dirigiu-se para o acampamento de seu primo, cheio d'esperança no resultado da embaixada. Carlos o Temerario, posto que azedado pelos seus ultimos desastres, tendo se-lhe transformado em verdadeira loucura a habitual impetuosidade, recebeu-o maravilhosamente. Carlos ufanava-se da sua origem portugueza, e bastantes vezes se gavava d'ella quando, para insultar Luiz XI, rejeitava irritado a sua nacionalidade franceza, e os laços do parentesco que uniam a casa de Borgonha á casa dos Valois[2].

Affonso V chegou ao acampamento a 29 do mez de dezembro do anno de 1476. Estava por dias o desenlace fatal d'esse inquieto drama da existencia do filho de Philippe o Bom. Os seus fidalgos estavam descontentes, os soldados exhaustos, e a traição envolvia-o nas suas rêdes, porque um Napolitano, o conde de Campo-Basso, em quem depo-

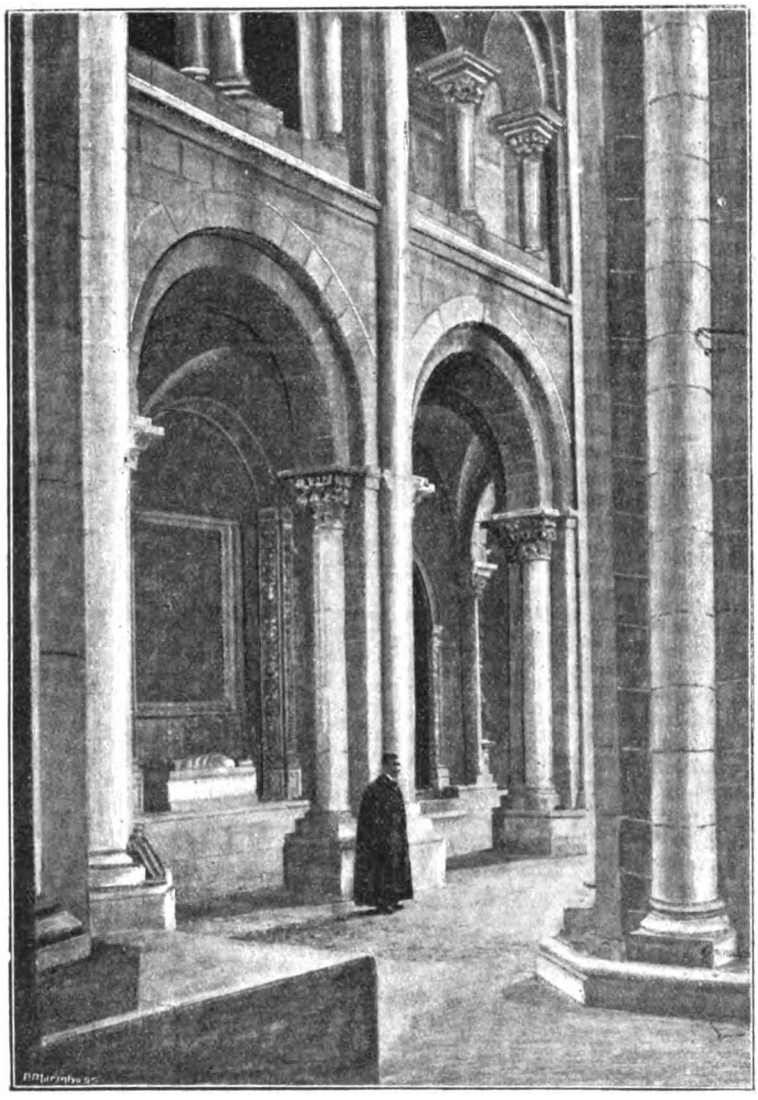
[1] *Histoire de Louis XI*, roy de France et des choses mémorables advenues de son regne depuis l'an 1460 jusque en 1483 autrement dicte la Cronique scandaleuse, escrite par un Graffier de l'hotel de ville» (Jean de Troyes): pag. 1240. M. de Reiffenberg nas suas notas á edição de Bruxellas da *Historia dos duques de Borgonha* de M. de Barante, diz com razão d'este livro «*impropriamente chamado* Chronica escandalosa).»

[2] M. de Barante conta uma anecdota que prova o que dizemos no texto, e que ao mesmo tempo é caracteristica da indole do duque de Borgonha. Em 1470 enviou o rei de França embaixadores ao duque de Borgonha para se desculpar de ter feito allianças com os inimigos do duque. No meio da audiencia, irritado pela altivez d'um embaixador, Carlos o Temerario levantou-se de subito e exclamou: Entre *nós outros Portuguezes* é costume que quando os nossos amigos se fazem amigos dos nossos inimigos, mandamol-os aos cem mil diabos do inferno.» Os seus conselheiros lamentaram esta violencia, e murmuravam, exclamando: «Nós outros Portuguezes, diz elle, renunciando assim ao nobre reino de França, e fazendo-se do paiz de sua mãe.» *Historia dos duques de Borgonha*, tom. VII, pag. 212.

Digitized by Google

sitava plena confiança, já tinha intelligencias com o inimigo. Apesar das numerosas preoccupações, que o salteavam, Carlos accolheu affavelmente o rei de Portugal. «Ambos se abraçaram, diz Schoeffer, sobre o rio [1] coberto de gêlo. O duque, informado dos designios de Affonso, deu-lhe esclarecimentos ácerca da indole do rei de França. Representou este como homem sem virtude e sem fé. Para dar mais credito á sua pintura, bastava-lhe citar um facto: emquanto Luiz aconselhava Affonso, esse principe excellente, só preoccupado de paz e de amisade, a dirigir-se a Nancy, enviava ao mesmo tempo atraz d'elle numerosas tropas afim de sustentarem o duque de Lorena. Mas, accrescentou Carlos de Borgonha, faço tão pouco caso do rei de França que só com este pagem (disse mostrando-lhe um) não hesitaria em lhe dar batalha e ganharia a victoria. Comtudo, como o rei considerava uma alliança com Luiz vantajosa e desejavel, decidia-se tambem por esse partido, afim de se mostrar agradavel ao seu hospede, e promettia não manter entre elles a paz e amisade verdadeiras, mas ainda cumprir todos os compromissos, que a pedido de Affonso contrahia com o rei de França. Em seguida Affonso partiu para Pariz, aonde Luiz o convidára a dirigir-se [1].»

É isto o que diz Schoeffer, seguindo a narração dos historiadores Portuguezes. M. de Barante conta de um modo diver-



SÉ DE COIMBRA — UM ASPECTO DAS NAVES

so a conferencia. Segundo elle narra, D. Affonso V «achou um principe pouco disposto a ouvir as suas razões. O duque, por unica resposta aos seus projectos de paz e de concordia, propoz-lhe logo ir-se encerrar com a guarnição de

[1] O Meurthe.

[1] Schoeffer, *Hist. de Portugal*, tr. fr., pag. 559.

Digitized by Google

Pont-á-Mousson, afim de defender a cidade contra o duque de Lorena, que chegava da Suissa com o seu exercito; emquanto elle o esperaria diante de Nancy para o combater.

«O rei de Portugal, que não viéra com similhante proposito, ficou surprehendido com este accolhimento e com o pouco juizo que o duque mostrava; desculpou-se o melhor que pôde, dizendo que não tinha armadura, e que não trouxera comsigo nenhum dos seus. No dia seguinte partiu [1].»

É tambem isto o que Philoppe de Commines conta e o que parece mais conforme com o caracter de Carlos, e com as disposições do seu espirito n'essas circumstancias [2].

O certo é que Affonso partiu desanimado, e entretanto os acontecimentos succederam-se com uma rapidez terrivel. Chegou o duque de Lorena: Carlos de Borgonha, em vez de o esperar nos seus entrincheiramentos, quiz ir ao seu encontro a campina rasa; a traição de Campo Basso realisou-se, os terriveis Suissos mais uma vez mostraram a sua superioridade militar, e no dia 5 de janeiro de 1477 Carlos o Temerario foi derrotado, e ficou morto no campo de batalha [3]. D. Affonso V logo sentiu que essa morte era para elle um deploravel acontecimento, e mostrou por isso tristeza, inspirando suspeitas aos Francezes, que principiaram a olhal-o com desconfiança, elles que estavam cheios de regosijo por um successo para elles tão fausto.

Comtudo essa morte exercêra primeiro uma influencia benefica nos negocios de Affonso V. O papa, a quem enviára uma embaixada, para lhe pedir a dispensa que legalisasse o seu casamento, influenciado por Fernando de Castella, appellára para as dilações; sabendo da morte do duque de Borgonha, e suppondo que Luiz XI, livre d'esse formidavel adversario, auxiliaria effectivamente o seu alliado Portuguez, concedeu a dispensa emfim, mas usando de um subterfugio, que foi declarar que, fazendo isso apenas para comprazer ao rei de França, ao rei de França tambem concedia a dispensa, de que elle disporia depois a seu bel-prazer [1]. Mas o rei de França tinha n'essa occasião mais coisas em que pensar.

Effectivamente, apenas soube da morte do duque de Borgonha, sem mais tardar lançou-se como um falcão sobre as desamparadas provincias do seu inimigo, fazendo tanto caso da herdeira directa, Maria de Borgonha, como se ella não existisse. Negociações, astucias, oiro espalhado profusamente, a força das armas até, empregou tudo para tomar o maior quinhão possivel dos despojos de Carlos o Temerario. Enviou ás cidades borgonhezas emissarios seus, encarregados de favorecerem a annexação, esco-

---

[1] Barante, *Historia dos duques de Borgonha*, tom. VIII, pag. 291.

[2] «Il trouva (D. Affonso V) que ce seroit chose bien malaysee que de les acorder, et que en tout estoit differens: ainsi n'y arresta que deux jours qu'il ne print congié dudict duc de Bougongne, son cousin, pour s'en retourner á Paris, dont il estoit party. Ledict duc de Bourgogne luy pria attendre encores, et qu'il voulaist aller au Pont-á-Mousson (qui est assez pres de Nancy) pour garder ce passaige: car ja scavoit ledict duc l'arrivee des Allemans, qui estoient logiez á sainte Nicolas. Le roy de Portingal se excusa, disant n'estre point en armes, ny acompagné pour tel exploict.» *Memorias*, tom. II, pag. 57. (Edição de M.elle Dupont.)

[3] Algum tempo se procurou sem se encontrar, o cadaver do duque de Borgonha, até que uma lavadeira o descobriu, e o reconheceram diversos personagens, entre os quaes foi o seu medico «portuguez diz M. de Barante, e por nome Matheús Lupi.» Já se vê que o nome está errado, Lupi não nos sôa como nome de compatriota. Effectivamente n'uma das notas de M.elle Dupont ás «Memorias de Commines,» tom. II, lá vem o verdadeiro nome, que é Matheus Lopes, senhor de La Garde.

[1] Esta é a versão dos chronistas Portuguezes. Pulgar não conta d'esse modo. Diz que o papa concedeu a D. Joanna dispensa, para casar com parente até ao quarto gráo. «Reyes catolicos,» cap. 57, pag. 108. Essa mesma dispensa revogou-a depois quando D. Affonso V perdeu as esperanças do auxilio de Luiz XI, allegando que os requerentes o não tinham informado com verdade!.

Digitized by Google

lhendo de preferencia os que tinham vivido outr'ora na côrte ducal, e entre elles foi Philippe de Commines. O rei transportou-se em pessoa para Arras na Picardia, afim de estar mais proximo do campo onde trabalhava a diplomacia.

A Arras mandou el-rei D. Affonso o conde de Penamacor pedir a Luiz XI uma entrevista, que lhe foi logo outhorgada com toda a deferencia e honras: mas nem por isso os effeitos seguiram as promessas. Importavam-lhe bem, a Luiz XI, n'essa occasião, Castella, Portugal e as suas guerras: a Borgonha absorvia-o todo.

Desanimado, abatido, envergonhado de ter servido de joquete á politica de Luiz XI, Affonso V cahiu n'uma profunda tristeza; não ousava apparecer outra vez em Portugal, d'onde nunca deveria ter sahido, e n'estas incertezas e n'estas tribulações lhe correu uma grande parte do anno de 1477. Passando da extrema confiança á extrema suspeita, não havia crime de que não julgasse Luiz XI capaz. Imaginando até que o quereria prender e entregar a D. Fernando[1], tomou de subito a resolução de partir, e com os seus criados foi para Rouen, e de Rouen passou a Honfleur, pequeno porto da Normandia. N'esse arido sitio, batido pelas vagas, em presença do nebuloso oceano, passou Affonso V longos e amargos dias lembrando-se talvez com infindas saudades da sua formosa Lisboa, e da sua ridente Cintra, onde nascêra e aonde havia de ir morrer. Dava largos passeios a cavallo, depois mettia-se no seu quarto e escrevia, mettendo depois os papeis n'um cofre que fechava com toda a cautella. Um dia sahiu como do costume a cavallo; era a 24 de setembro de 1477; levava comsigo dois moços da camara, dois moços de esporas, e o capellão a quem mandára que o fosse esperar á estrada. Quando já estava longe de Honfleur, deu a um moço de esporas a chave do cofre onde encerrava os papeis que escrevia e ordenou-lhe que voltasse e entregasse aos fidalgos a chave, e lhes dissesse que dessem aos papeis o destino que elles tinham.

Já estavam todos inquietos com a desusada demora de D. Affonso V, quando o moço de esporas chegou. A leitura dos papeis mudou em pasmo e em terror a inquietação dos Portuguezes: Affonso V escrevia uma carta a Luiz XI de França, queixando-se com leves remoques da sua má fé, e dizendo-lhe que, desanimado, e desilludido das vaidades do mundo, abdicava a corôa em seu filho, e partia como peregrino para Jerusalem, em cumprimento de um antigo voto que fizéra[1]. Outra carta era para seu filho o principe D. João, em que lhe communicava o que resolvera, e lhe ordenava que tomasse a corôa, e se fizesse acclamar rei. Terceira carta, muito affectuosa, dirigia-se aos fidalgos que ficavam em França desculpando-se de assim os desamparar, e ordenando-lhes que obedecessem ao conde de Faro.

Se a afflicção nos Portuguezes foi grande, não foi menor a de mr. de Lebret, fidalgo francez que Luiz XI collocára junto de Affonso V, e que estava responsavel pela pessoa do monarcha Portuguez. Lançou em rosto aos Portuguezes a sua negligencia, e, com a cabeça perdida, mandou emissarios em todas as direcções com ordem de, onde quer que encontrassem Affonso V, impedirem-n'o de partir, tratando-o com o maximo respeito. Quem o descobriu n'uma pequena aldeia da costa, segundo nos diz Philippe de Commines, foi um fidalgo nor-

[1] É o proprio Commines quem o declara.

[1] Assim diz Ruy de Pina. Commines conta o caso d'outro modo, affirmando que o rei de Portugal tencionava ir a Roma entrar em religião.

Digitized by Google

mando, chamado Robinet-Bœuf[1]. O rei, para ser menos conhecido dormia e comia juntamente com os seus criados, mas o Normando ainda assim deu com elle, e pediu-lhe as maiores desculpas pelo ter despertado. Affonso V estava na cama: o Normando sahiu, e muito em segredo juntou o povo da aldeia e agrupou-o emtorno da casa onde D. Affonso V estava, de modo que lhe impedissem a sahida. Logo expediu mensageiros ao conde de Penamacor, ao conde de Faro, a mr. de Lebret, e a Luiz XI, participando-lhes o feliz encontro. Os fieis Portuguezes correram logo á pobre aldeia, onde seu amo estava, beijando-lhe as mãos e regando-lh'as de lagrimas; mr. de Lebret não cessava de lhe supplicar que não insistisse no seu projecto de fuga. Ao mesmo tempo Luiz XI, que recebera a carta do rei de Portugal, um tanto envergonhado de ter dado causa áquella triste resolução[2], e principalmente afflicto ao lembrar-se do que diria o mundo, quando visse que pela sua má fé lançára no desespero um principe nobre e leal, Luiz XI escrevia uma carta a Affonso V cheia de consolações e de promessas, em que procurava emfim sanar as feridas que elle mesmo rasgára.

Affonso V deixou-se persuadir por tantas supplicas, mas o que não quiz foi demorar-se mais tempo em França. Vergonhoso ainda do mau exito da sua tentativa de fuga, não regressou a Paris, e desejou partir logo para Portugal, saindo não de Honfleur, mas de um dos mais pequenos portos de mar da Normandia, la Hogue, a bordo de um navio pequeno que mandou fretar. Luiz XI, satisfeito por se ver livre de tão incommodo hospede, ao menos quiz dar toda a pompa á sua saida, e fazer-lhe as maiores honras para disfarçar aos olhos do mundo a perfidia de que se tornará culpado para com elle. Uma esquadra franceza commandada por George le Grec[1], foi logo equipada para acompanhar o navio do rei de Portugal e, partindo emfim das costas da Normandia em outubro de 1477, veiu arribar a Cascaes no meiado de novenbro do mesmo anno.

Assim findou a louca peregrinação de Affonso V, que, de indole um tanto infantil, como já dissémos, porém nobre e leal, não podia comprehender os caracteres habeis mas refalsados como o de Luiz XI, O astuto monarcha logrou-o completamente, e, no meio d'aquelle drama terrivel que então se representava em França e que tinha por actores principaes o rei de França e o duque de Borgonha, Affonso V passou como um comparsa indifferente, senão importuno. *Ce povre roy de Portingal!* dizia desdenhosamente Commines; mas ainda assim, fóra da esphera diplomatica onde Luiz XI imperava, o caracter bom de Affonso V foi devidamente apreciado, e o principe estrangeiro inspirou sympathias na França, sympathias que transluzem nas chronicas de um modo bastante claro para que Barante, que as segue, chame a D. Affonso V *prince noble et loyal*. Depois, em toda a parte por onde passava, procurava as raridades bibliographicas, acolhia os sabios, mostrava-se erudito, eloquente (era este um dos seus predicados), de fórma que o regio habitante do longiquo Occidente

---

[1] Robinet le Boeuf, cavalleiro da Normandia de junto de Evreux, em 1466 criado de quarto de Aubin du Cormier. M.elle Dupont. Nota ás «Memorias de Commines», vol. II, l. V, cap. VII, pag. 58. (Paris 1843.)

[2] É o proprio Commines quem o diz: «Le Roy nostre maistre fut marry et eut quelque honte de ce cas». Repetimos, Commines é aqui a primeira auctoridade, ainda superior ás dos chronistas portuguezes, porque não só era testemunha occular do que se passava, mas um dos personagens principaes nas comedias de Luiz XI, e em posição tudo de saber.

[1] Jorge o Grego, assim chamado por ser d'essa nação. O seu verdadeiro nome era Jorge Paleoldo de Bicipat, Foi naturalisado francez por alvara de Luiz XI, passado no mez de novembro de 1477 (exactamente depois de acompanhar a Portugal Affonso V.)

Digitized by Google

não se apresentou como um barbaro, mas como um dos mais civilisados homens do mundo, n'essa babélica Paris, onde já começava a sentir-se que os destinos a fadavam para ser o centro da civilisação européa.

CAPITULO LXII

Volta de Affonso V a Portugal — D. João entrega-lhe de novo a administração dos negocios

Em quanto D. Affonso V servia em França de ludribio ás combinações politicas de Luiz XI, o principe D. João governava Portugal com o tacto e a energia de que sempre deu provas. A guerra continuava com o reino de Castella, limitando-se ao ataque das fortalezas, mas sem que D. João deixasse de manter, pelo menos na defensiva, a superioridade que sempre destinguia as suas operações militares. Em Castella as fortalezas de Castro-Nuño e de Canta la Piedra, que tinham voz por Affonso, defendiam-se heroicamente, e os seus defensores, quando se viram obrigados a capitular, fizeram um accordo por tal fórma honroso, que atravessaram, com as bandeiras Portuguezas desfraldadas ao vento, as terras castelhanas e entraram tranquillamente em Portugal. Prestêmos homenagem ao valor d'estes Castelhanos, sem lhes fazermos os desmedidos louvores que os nossos chronistas lhes prodigalisam.

E' com effeito uma incoherencia elogiar o patriotismo dos Portuguezes que defendem heroicamente a sua terra contra os Castelhanos, e o acto exactamente inverso de Castelhanos que praticam façanhas contra seus irmãos em defeza dos Portuguezes.

Reunira D. João côrtes em Montemór-o-Novo afim de obter subsidios para a continuação da guerra, subsidios que lhe foram outhorgados, e fazia todos os seus aprestos para a proseguir com energia, quando recebeu d'Antão de Faria, seu valido, que mandára a

D. FERNANDO V DE CASTELLA

Digitized by Google

França com despachos para el-rei seu pae, a carta em que este lhe participava a sua abdicação e lhe ordenava que cingisse a corôa Portugueza. Extremamente afflicto com esta noticia, obedeceu comtudo, e no dia 10 de novembro de 1477 foi acclamado rei em Santarem. Dias depois da acclamação, veiu-lhe aviso de que seu pae arribara a Cascaes, e voltava para o reino.

A esta ocasião refere-se uma anecdota, que nem Ruy de Pina, nem Damião de Goes, nem Garcia de Rezende relatam, e que é pela primeira vez narrada por Duarte Nunes de Leão, confirmando-a D. Antonio Caetano de Sousa na sua *Historia genealogica*. Será isto sufficiente para lhe garantirmos a authenticidade? Em todo o caso é a seguinte:

«Quando chegou a D. João II a noticia de que seu pae arribára a Cascaes, andava elle passeiando á beira do Tejo proximo do paço de Santos, e eram companheiros do passeio o duque de Bragança D. Fernando, e o arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa, conhecido depois pelo nome de cardeal d'Alpedrinha. El-rei ficou assombrado ao receber a noticia, e voltando-se para os seus companheiros perguntou-lhes no sobresalto do primeiro momento: Que hei de fazer? «O que, accudiu vivamente o duque de Bragança, senão receberdes vosso pae como pae e como rei?» D. João II não respondeu, mas, pegando n'uma pedra que encontrou na praia, atirou-a, como por brinquedo, ao rio. A pedra foi resaltando pela superficie lisa, até larga distancia como impellida que fôra por mão febril. «Aquella pedra, disse o arcebispo inclinando-se ao ouvido do duque de Bragança, não me ha de acertar a mim na cabeça.» E effectivamente logo partiu para Roma, d'onde nunca mais voltou[1], ao passo que a cabeça do duque de Bragança, D. Fernando, rolou, poucos annos depois, decepada pela mão do algoz, no cadafalso de Evora.

Ora ha dois factos que parecem confirmar a anecdota; o primeiro é a morte do duque D. Fernando, o segundo a ida para Roma de D. Jorge da Costa: mas a morte do primeiro foi a consequencia de um vasto systema politico; D. Fernando não foi decapitado pelas palavras que proferiu á beira do Tejo, foi-o porque era o chefe natural d'essa nobreza, com a qual D. João II travára uma lucta de morte; D. Jorge da Costa, depois de ir para Roma, sempre foi o homem de confiança de D. João II, e por elle encarregado das mais difficeis missões. Além d'isso, o que vamos narrar mostra que D. João II não hesitou em reconhecer a soberania de seu pae, e instou pelo contrario com elle para que empunhasse de novo o sceptro, e de novo cingisse a coroa.

E comtudo não rejeitâmos a anecdota. É natural, é verosimil que D. João II, o homem sério, o espirito pensador, não deixasse de sentir um verdadeiro movimento de impaciencia ao ter a prova de mais uma puerilidade da augusta creança, que o céo lhe déra para pae. Esse movimento de impaciencia, que lhe escapou, trahiu-o diante de estranhos, e era natural que lhe desagradasse o ter tido testemunhas a luta breve que no seu

---

[1] O homem de que se fala aqui, nota n'este ponto Ferdinand Denis, é o famoso D. Jorge da Costa, cardeal de Lisboa, mais conhecido pelo nome de cardeal d'Alpedrinha, porque nascera na aldeia d'este nome (provincia da Beira). Fôra mestre de D. Catarina, filha d'el-rei D. Duarte, uma das princezas mais instruidas d'esse tempo, e era affamado pela sua vasta erudição. Confessor de D. Affonso V, occupava um logar no seu conselho. De bispo de Evora fôra promovido a arcebispo de Lisboa. Depois da scena que acabamos de lembrar, retirou-se para Roma, onde não tardou a adquirir uma iufluencia real, e a servir Portugal d'um modo efficaz, nos negocios difficeis que depois se apresentaram. Morreu n'essa cidade de edade de cento e dois annos, no dia 19 de setembro de 1508; viu por conseguinte realisar-se a maior parte dos descobrimentos que illustraram o seu paiz.

Digitized by Google

espirito se travou, e que não ficasse muito agradecido a D. Fernando por elle parecer indicar-lhe a resolução que espontaneamente seguiria; D. Jorge da Costa, habil cortezão, sabia que não era prudente presenceiar estas primeiras impressões de certos monarchas, e que se pagam caro essas involuntarias indiscripções. Mas d'ahi a suppôr que foi esse o motivo unico da partida de D. Jorge da Costa para Roma, e principalmente da morte de D. Fernando, vae uma distancia immensa.

Entretanto D. Affonso V, depois de ter arribado a Cascaes, vinha desembarcar em Oeiras, onde seu filho o foi receber, com jubilo sincero. Queria el-rei que nada se mudasse no que estava ordenado, que seu filho continuasse a reinar. Recusando este peremptoriamente a similhante cousa, instou ainda D. Affonso V para ficar unicamente com o Algarve e as praças africanas, afim de poder servir a Deus guerreando contra os mouros. Ainda n'isso não consentiu o principe D. João, que obrigou brandamente seu pae a retomar o sceptro e a corôa.

Emquanto D. Affonso V sollicitava debalde em França uns auxilios qne lhe não negavam directamente, o que era ainda peior do que não lh'os conceder, os seus partidarios em Castella, desilludidos completamente, e vendo que a sua causa era uma causa perdida, foram-n'o successivamente abandonando. O arcebispo de Toledo e o marquez de Villena reconciliaram-se com Fernando e Izabel, por intermedio do rei de Aragão. As praças castelhanas, que tinham voz por Affonso, foram-se entregando successivamente, e só permaneceram fieis á sua causa, pela lealdade cavalheiresca dos seus governadores, Toro, Canta-la-Piedra, Siete Iglesias, Covillas e Castro Nuño. Toro tivera por alcaide Juan de Ulloa. Tendo este morrido, a sua viuva, Maria Sarmiento, conservou-se na praça, e manteve-a com rara constancia, auxiliada pelo conde de Marialva, fidalgo Portuguez. Mas os Castelhanos introduziram-se de surpreza na cidade, guiados por um padre; o conde de Marialva teve de se metter com suas tropas dentro do castello de Castro Nuno, e Maria Sarmiento ficou encerrada no castello de Toro, dentro da cidade tomada. Pois ainda assim não se rendeu. Veiu em pessoa cercal-a a rainha Izabel, porque Fernando tivera de ir á Biscaya. Deu-se então o caso curioso de estarem frente a frente duas mulheres heroicas. Izabel recorreu primeiro aos meois brandos, mas a sua adversaria mostrou-se inabalavel, allegando sempre que prestára juramento ao rei Affonso, e que só elle a podia dispensar de o cumprir. Então Izabel ordenou o assalto; foi repellido. Só quando viu que já não tinha homens validos na guarnição, que não lhe vinham soccorros de Portugal, que lhe iam faltar os mantimentos, e que a prolongação da resistencia era impossivel, foi que Maria Sarmiento capitulou, e capitulou honrosissimamente, estipulando que todos os que tinham tomado partido por ella, fossem reintegrados na posse plenissima dos seus bens, honras e privilegios. Esta honrosa capitulação prova sobretudo a generosidade dos reis catholicos, que souberam apreciar a nobreza de alma de Maria Sarmiento, e que depois sempre tiveram na mais elevada consideração a sua heroica adversaria.

Tratou Fernando então da cercar as outras praças. Siete Inglesias rendeu-se depois de um cerco de dois mezes, Canta la Piedra resistiu tres, e a guarnição, que era portugueza, retirou para Portugal com armas e bagagens.

Mas o principe D. João, que se preparava entretanto para continuar a guerra, mandou dois corpos do exercito pa-

Digitized by Google

ra a fronteira. Um entrou por Badajoz, outro por Ciudad-Rodrigo. Foi tal a devastação que fizeram em Castella, que os dois reis catholicos a toda a pressa correram a defendel-a. D. Fernando foi dirigir o cerco de Castro Nuño, a rainha foi para Badajoz, o mestre de S. Thiago para Ciudad-Rodrigo. Tropas castelhanas invadiram Portugal, e tiraram sanguinolentas represalias. Uma guerra feroz, inutil e devastadora desolou as provincias da fronteira, e os povos da raia viram os seus campos talados, as suas aldeias incendiadas, sem fim determinado, sem motivo sério, pela simples obstinação de um rei leviano, que andava a essas horas merecendo de Philippe de Commines a qualificação desdenhosa de «ce pauvre roi de Portingal».

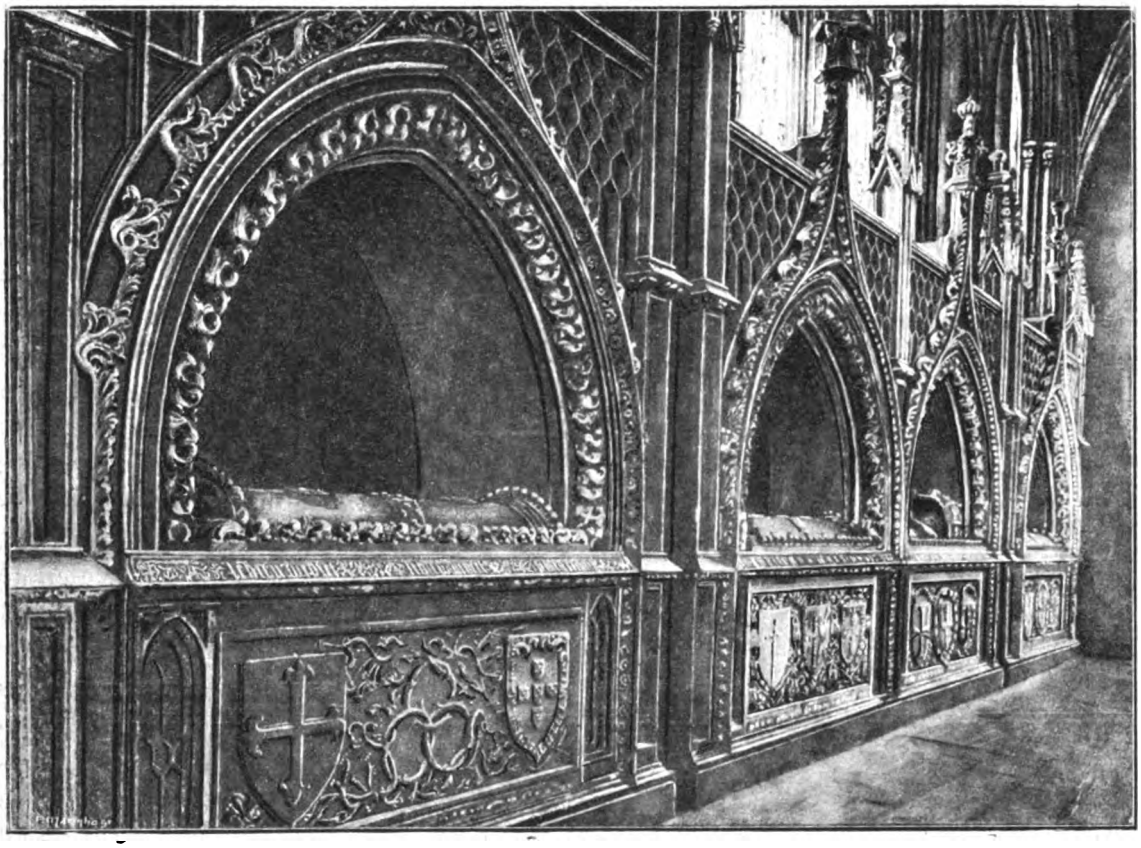
Não era feliz entretanto o rei Fernando. Castro Nuño e Covillas defendiam-se energicamente. Governava-as um fidalgo castelhano, chamado Pedro de Avendano, uma das phisionomias mais curiosas da sua época. Nas dissenções entre Henrique IV e os fidalgos, tomára o partido d'estes ultimos, e fôra um dos que mais tinham concorrido para levantar a realeza ephemera do primeiro Affonso XII que viu a Hespanha, depois tomou o partido da filha de Henrique IV, e pôz ao serviço da Beltraneja e de D. Affonso V de Portugal a sua audacia intemerata, e os seus poderosos meios. N'essas guerras civis, que eram sempre guerras de bandidos, pozera a resgate um grande numero de povoações, e reunira cabedaes sufficientes para manter em pé de guerra forças consideraveis. Com ellas sustentava Covillas e Castro Nuño, e desesperava Fernando não só com a tenacidade da sua resistencia, mas tambem com as frequentes e felizes sortidas que fazia. As tropas sitiadoras já murmuravam, e Fernando estava meio disposto a retirar-se, quando Avendano se mostrou disposto a entrar n'um accordo. Apezar das sortidas, faltavam-lhe mantimentos; não o suppunha Fernando, porque segundo uma tradição mais ou menos authentica, Avendano sustentava os porcos a pão de cevada para enganar os espiões. Eram tambem numerosos dentro dos dois castellos os doentes e os feridos. Avendano comtudo falou alto, e Fernando, para acabar a guerra, a tudo accedeu. Assim teve de esperar que Affonso V ratificasse de França a capitulação das duas praças, de consentir que as guarnições saissem com armas e bagagens, de bandeiras arvoradas, e atravessassem quasi em triumpho uma parte de Castella, para entrarem em Portugal por Miranda do Douro, e teve finalmente de pagar ao orgulhoso fidalgo uma importantissima quantia, como indemnisação pelas despezas da guerra. Emquanto Avendano não estivesse em terras portuguezas, as tropas de Fernando não entrariam nem em Castro Nuño, nem em Covillas, que um outro fidalgo, Rodrigo de Ulloa, em seu nome conservaria. Pode-se chamar a este contracto uma capitulação? Pode, mas quem capitulava era o rei catholico.

Digitized by Google

CAPITULO XLIII

Pazes com Fernando e Izabel. — Morte de Affonso V

SUPPUNHAM Fernando e Izabel que tinham comprado caro a paz definitiva mas enganaram-se, porque n'essa occasião voltava de França Affonso V, retomára a corôa, e pensára de novo na invasão da Hespanha. Felizmente seu filho, senão hesitára em entregar a corôa a seu pae, tomava secretamente as suas precauções para que elle não seguisse a politica errada que produzira tantas desgraças. Affonso V pensava loucamente em consummar o seu casamento com sua sobrinha D. Joanna, depois de ter obtido, como obtivera já, a dispensa do papa; obstou secretamente o principe a esse plano, e fez sentir aos fidalgos hespanhoes, que D. Affonso procurava chamar de novo ao seu partido, que essa politica não a sanccionava elle; o arcebispo de Toledo, que, juntamente com outros grandes de Castella, procurava incitar D. Affonso a que entrasse de novo em Hespanha com Joanna, desanimou com esta noticia, e os reis catholicos sempre inquietos, apezar dos seus triumphos, com a permanencia d'essa causa de discordia, vendo que ti-



CONVENTO DA BATALHA — TUMULO DOS INFANTES

Digitized by Google

nham um alliado poderoso junto do rei de Portugal, deram os primeiros passos para a conclusão da paz.

Começaram, porém, as negociações com todo o mysterio. Izabel fingiu que desejava matar saudades de sua tia, a princeza D. Beatriz, sogra do principe D. João de Portugal, e foi-se encontrar com ella em Alcantara. D. Affonso, que era, como todos os espiritos futeis e caprichosos, tão prompto em impôr loucamente a sua vontade como em curvar a cabeça a todas as tutellas, Affonso pois mostrou-se n'essa occasião perfeitamente docil escravo de seu filho. Em Alcantara se tratou entre as duas senhoras dos preliminares da paz, e foi o principe D. João quem dirigiu depois a continuação das negociações. Os negociadores officiaes eram, da parte de Portugal, João Fernandes da Silveira, barão de Alvito, da parte dos reis catholicos o doutor Rodrigo Maldonado, e foram elles que assignaram o tratado de Alcaçovas no dia 4 de setembro de 1479.

A victima escolhida foi a pobre e infeliz princeza D. Joanna, a mais desgraçada creança que se póde encontrar nos degraus de um throno. Recáe sobre ella, innocente, a vergonha de sua mãe, e é tão injusta a historia que lhe dá a ella o cognome infamante de *Beltraneja*, como se fosse ella que tivesse culpa das suspeitas injuriosas, que motivaram o debate da sua verdadeira filiação. Emfim, quando ella, apenas adolescente, sonha de certo para companheiro da sua vida com algum moço, gentil e namorado, impõe-lhe a politica o casamento com um homem no declinar da vida, que ella póde respeitar, mas que não póde amar. Dar-lhe-ha ao menos o carinho e a protecção de um pae? Nem isso; ao primeiro sopro da desgraça, abandona-a o leviano velho, e entrega-a sem defeza ao odio, ou á indifferença do principe seu filho, que, se não detesta a criança que esteve para ser sua madrasta, e que veiu como que cercear-lhe a herança, pelo menos não está de certo disposto a fazer nem o mais leve sacrificio para lhe garantir os direitos que nunca se pódem negar. Os dois reis catholicos, que vêem n'essa creança a sombra da guerra civil, tudo sacrificariam ao desejo de a eliminarem do mundo, e a pobre Joanna, para quem o nascimento foi uma vergonha, e o casamento um sacrificio, ainda tem de expiar, com a perda da sua liberdade, as culpas d'aquelles que a sacrificaram para as praticar! Que desventurado destino!

O tratado estipulou pois que D. Affonso e D. Joanna resignariam os titulos de reis de Leão e de Castella, e que D. Joanna nem sequer princeza ou infanta se poderia intitular. Quando o principe D. João, filho de Fernando e Izabel, chegasse aos sete annos, Joanna desposal-o-hia! Tinham-n'a forçado a casar primeiro com um velho, agora obrigavam-n'a a casar com uma criança.

Mas n'esse segundo casamento ainda estava á merçê da vontade do noivo! Se D. João, chegando aos quatorze annos, não quizesse realisar o casamento, Joanna seria repudiada, e poderia então deixar o seu retiro forçado com uma dotação connsideravel. Effectivamente D. Joanna tinha de estar ou em Moura, ou n'um convento de Santa Clara, á sua escolha. Em Moura tambem ficaria o infante D. Affonso, filho do principe D. João de Portugal, que devia desposar a princeza D. Izabel, filha dos reis catholicos, e esta egualmente residiria em Moura, confiados todos estes principes á guarda e vigilancia de D. Beatriz, viuva do infante D. Fernando de Portugal. Para reforçar os refens, como hoje diriamos, dava ainda Portugal o duque de Vizeu, que seria depois substituido por seu irmão D. Manuel, que veiu a ser o rei venturoso. D. Beatriz, e depois da morte

Digitized by Google

d'esta D. Philippa, o duque de Vizeu, e D. Manuel foram os responsaveis por esses refens ou *terçanás*, como se dizia então, nomeando os guardas, e tomando, com os seus alcaides e cavalleiros, as precauções indispensaveis.

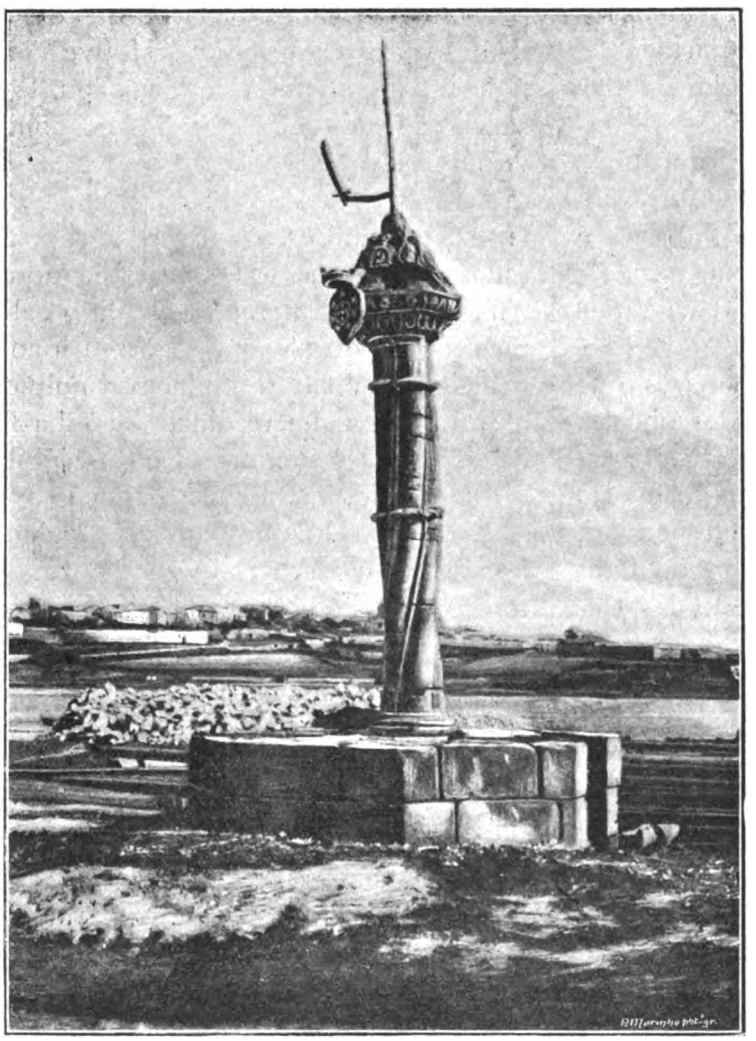
O resto do tratado de 1479 era modelado pelo de 1431. Restituiam-se reciprocamente as praças conquistadas, e arrazavam-se as fortificações levantadas nas fronteiras. Fernando e Izabel concediam amnistia plena e inteira a todos os Castelhanos que tinham tomado o partido do rei de Portugal. Tomaram-se emfim outras disposições mais genericas. Portugal fez reconhecer o seu direito ao commercio, conquista e navegação de todas as terras, e mares que tinha descoberto, ou que descobriria, desde o cabo Não até ás Indias. Reservara tambem para si as conquistas na Barbaria, reservando Castella para si, em compensação, a conquista de Granada, e a posse do archipelago das Canarias.

Uma disposição havia no tratado que ainda não mencionámos, e que era comtudo essencial, porque se revelava n'essa disposição o pensamento secreto dos negociadores. D. Joanna podia, como dissémos, ou ir para Moura juntar-se aos principes que alli ficavam em terçaria, ou entrar n'um convento de Santa-Clara; mas, se a infeliz princeza, passado um anno, quizesse tomat o véo, ninguem a isso se opporia. Era esse o desejo de todos. Joanna fez-lhe a vontade. Tinha dezesete aonos, e já conhecia todas as amarguras do destino, já perdera todas as illusões da mocidade. Assistira de perto ás convulsões das guerras civis, percebera que essas paixões funestas lhe não poupariam a vida, para que se realisassem os devaneios de soffregas ambições. Em Moura estava tão perto dos seus inimigos e sentia-se tão pouco protegida pelos seus amigos!... Preferiu o convento. Por sua propria vontade, mas com o coração profundamente angustiado, vestiu o habito de Santa Clara, e entregou á thesoura despiedosa essas opulentas tranças que estavam sendo então o seu unico diadema. Até esse lhe arrancaram. Passou o anno de prova, e a infeliz princeza declarou que queria definitivamente professar. Houve comtudo um momento em que vacilou. Passaram de subito diante dos seus olhos de adolescente as visões encantadas do mundo que ia deixar: as pompas, as festas, os amores, o poder, a riqueza, todas as alegrias, todos os esplendores. Affastou de si com mão trémula o calix, mas, assim que o soube, correu logo o principe D. João, o implacavel politico, a firmal-a na sua resolução, a falar-lhe de esperanças immortaes e dos jubilos do sacrificio. Tambem a tentação passou rapida, e Joanna resignada inclinou a cabeça juvenil para que lhe pozessem na fronte esse diadema da morte, o véo de esposa de Christo.

Estava consummado o sacrificio, estavam coroados os votos dos seus algozes. O principe D. João podia agora sonhar que bastaria um acaso da fortuna para arredar do caminho do throno o filho dos reis catholicos, e para cingir a fronte de seu filho D. Affonso, de sua nora D. Izabel com a corôa de Hespanha e de Portugal. Esse acaso realisou-se. O filho estremecido dos reis catholicoe morreu na flor da vida, mas antes d'elle morrer, caíu victima de um desastre funesto, aos golpes da fatalidade, o filho adorado do principe D. João, o infante D. Affonso. Ah! se quando o poderoso rei D. João II, com o coração dilacerado pela angustia mais cruel, acompanhava pela ribeira de Santarem o cadaver de seu filho, ao levantar os olhos por acaso para as janellas gradeadas do convento de Santa Clara, podesse ver por traz das rechas o vulto pallido

Digitized by Google

e sombrio de uma pobre freira, que se chamára no seculo a rainha D. Joanna de Castella e de Portugal, não seria para elle essa visão como que a visão pungente do remorso, como que a encarnação formidavel da vingança divina?

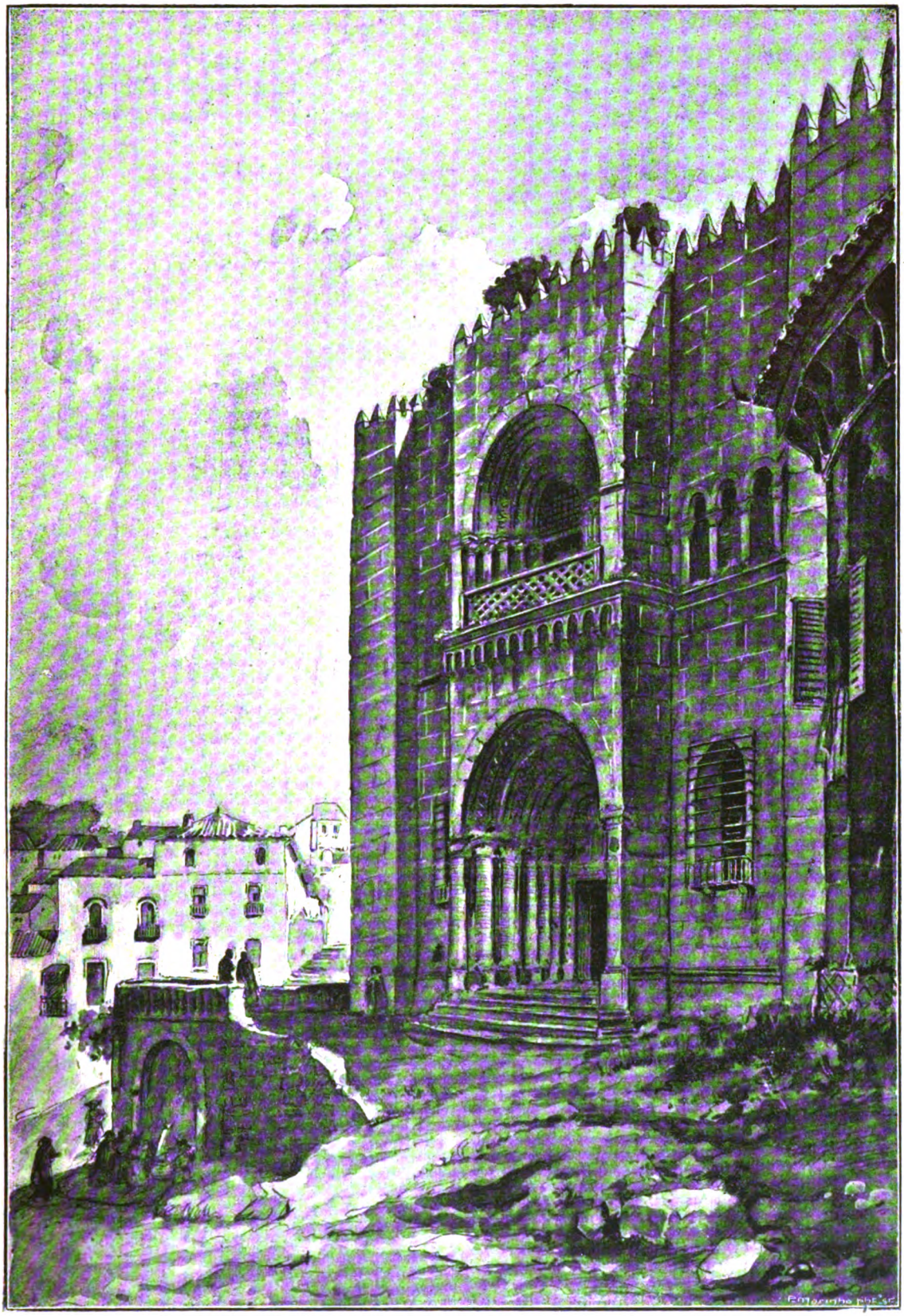


VILLA DO CONDE — PELOURINHO

E não parou aqui essa mysteriosa vingança. Izabel a Catholica, que tão friamente sacrificára á sua ambição e á sua segurança a sua infeliz sobrinha, via o destino arrancar-lhe successivamente seu filho D. João, sua filha D. Izabel, para os lançar, na flor da vida, nos braços gelidos da morte, sua filha D. Joanna para a arrojar nos braços ardentes da loucura! Singulares coincidencias, mysteriosas combinações do acaso! O povo corrigiu, com o seu eterno bom senso, os decretos dos reis, e as determinações da nobreza. O povo, que n'esse tempo como que representava nas grandes tragedias da historia o papel do côro das tragedias athenienses, encarregou-se de commentar com uma palavra só todos estes planos mallogrados; a Joanna, a *Beltraneja,* a Joanna, a quem os grandes e os reis tinham arrancado todos os titulos, deu-lhe um, mais brilhante, mais puro, mais nobre, o titulo de «*excellente senhora*»; a Joanna, filha dos reis catholicos, a Joanna a quem seus paes legaram o titulo de rainha de Hespanha, a quem procuraram preparar o titulo de imperatriz do Santo Imperio, a essa deu-lhe o povo simplesmente o nome de *Joanna a Louca.*

Voltemos porém ao assumpto de que tratavamos. A paz de Alcaçovas estava assignada, e vantajosamente para Portugal, mas os Castelhanos procuravam eximir-se a cumpril-a rapidamente. Antes de entregarem á terçoria a sua princeza D. Izabel, recorreram a meios dilatorios, falaram em novas condições. Não sabiam com quem tratavam. Affonso V, ralado pelos desenganos, torturado pela voz da sua consciencia que o accusava de não ter procedido com D. Joanna com esse brio cavalheiresco, que fôra, por assim dizer, o seu unico

Digitized by Google



SÉ VELHA DE COIMBRA ANTES DE RESTAURADA

Digitized by Google

predicado, passeiava pelo reino o seu desgosto e sua inquietação, deixando o governo completamente a seu filho. Este era homem de outra tempera, e Luiz XI não o illudiria. Aos subterfugios diplomaticos dos Castelhanos respondeu com a intimação formal de trazerem a princeza, ou de considerarem a guerra de novo declarada. Esta resolução, confirmada logo com movimentos de tropas, acabou com todas as hesitações.

Entretanto D. Affonso, pungido cada vez mais pelas suas enfermidades physicas e moraes, foi-se encontrar na primavera de 1481 com seu filho em Beja, e ahi conversou com elle largamente e a sós. Tratou em primeiro logar de vêr se apaziguava as discordias que principiavam a levantar-se entre o principe e a casa de Bragança, e ás suas advertencias respondeu D. João apenas com evasivas; em segundo logar observou-lhe que tencionava reunir em Estremoz as côrtes no fim do anno, para resignar definitivamente o governo, e recolher-se, como leigo, ao convento de Varatojo, que fundára junto de Torres Vedras, e acabar ahi pacificamente os seus dias. Tentou D. João dissuadil-o, mas D. Affonso partiu com essa idéa profundamente radicada no espirito. No principio do verão foi para Cintra, terra muito sua predilecta. Ahi salteou-o uma febre ardente que fez rapidos progressos. D. João correu para junto d'elle, mas já o encontrou moribundo. No dia 28 de agosto de 1481 falleceu D. Affonso V no mesmo quarto em que nascera, e os seus restos foram logo transportados para a Batalha.

»Affonso, diz Schœffer, mais cavalleiro do que general, e mais guerreiro do que monarcha, merecia como homem attrahir as affeições. Os seus costumes eram puros, a sua temperança á mesa, a sua vida regular, a fidelidade que guardou a sua esposa, o seu proceder immaculado, depois que enviuvou aos vinte e tres annos de edade, conquistaram-lhe a estima de toda a gente. Amigo das sciencias, honrou aquelles que as cultivavam, e chamou-os para junto de si. Foi o primeiro rei Portuguez que teve uma livraria[1] no seu palacio, e parece que n'esse ponto imitou seus tios o rei de Napoles e o infante D. Pedro. A sua intelligencia fôra cultivada de um modo notavel. O que dizia, o que escrevia era tão bem pensado e ordenado que parecia obra de longa meditação e de primorosa arte. Um agradavel metal de voz dava encanto e auctoridade ás suas palavras. Todavia o seu espirito era mais lucido que profundo, a sua imaginação mais viva do que forte; cedia facilmente a sentimentos de fraqueza, e deixava-se arrastar por impetos apaixonados. Ainda julgava pensar com rectidão, emquanto essas commoções lhe escureciam a intelligencia, e o raciocinio, applicando-se ao desejo, lhe dava a apparencia de uma combinação do espirito. D'ahi provinha essa confiança de Affonso no seu proprio juizo, e nas suas luzes, que lhe deixava difficilmente seguir o conselho dos outros, quando esse conselho contrariava a sua propria vontade; sem ter grande profundeza no espirito, podia facilmente com a sua vista clara abranger a tarefa que o poder supremo lhe impunha, e cumpril-a bem n'uma epocha pouco exigente; mas faltou-lhe para similhantes trabalhos o gosto e a perseverança. Não possuia bastante força de vontade para dirigir o seu espirito com firmeza para os negocios do governo, e para repellir, d'esse campo das meditações tranquillas e frias, os impulsos dos sentimentos irreflectidos, as seducções de projectos acariciados pela phantasia. As virtudes que

[1] Já vimos, quando fallámos no reinado de D. Duarte, que a este rei, e não a D. Affonso V, devemos attribuir a creação de uma livraria no Paço.

Digitized by Google

o tornavam digno do amor na vida particular, não tendo regra nem medida, produziram effeito muito differente n'um principe sentado no throno e tornaram-se muitas vezes funestas a elle mesmo e ao paiz. A sua physionomia era imponente, o seu corpo admiravelmente proporcionado, e todavia o seu exterior prejudicava a régia autoridade. A doce amenidade da sua conversação, em que a dignidade monarchica pouco se sentia, a sua familiaridade, que passava os limites da inconveniencia, davam ás pessoas pouco reservadas a audacia de ultrapassarem os limites do respeito, dê arriscarem pedidos estranhos, e Affonso depois tinha medo de lhes oppor uma recusa. Generoso e reconhecido a ponto de ser prodigo, distribuiu muitas vezes, sem motivos sufficientes e sem que houvesse serviços a recompensar, os bens e os thesouros da corôa, não vendo n'esses recursos mais de que um meio de satisfazer o seu gosto de profusão, e a sua liberalidade, e sem se importar com os limites que lhe impunham o destino dos bens do Estado e o seu dever para com o throno e o paiz. A sua benevolencia, que lhe fazia sempre vêr os outros á luz que elles escolhiam, e o impediu de aproveitar os rudes ensinamentos de provações muitas vezes repetidas, não lhe permittiu tambem reparar quanto a sua inclinação para frequentar religiosos cheios de piedade o tornou muitas vezes ludibrio dos hypocritas, e quanto o rei e o paiz tiveram muitas vezes que expiar as fraquezas do homem.

« Affonso desejou sobretudo muito tempo dois objectos com ardor; a corôa de Castella, e a posse das praças fortes da Africa moira. A força que n'elle havia applicou-a a realisar estes planos favoritos. Se não deu n'isto prova de sensatez de politico e de rei, pelo menos assignalou o valor pessoal de guerreiro, em que se formára e exercêra de preferencia a qualquer outro predicado. Se a prosperidade do seu povo fosse egualmente o seu fim, e se a sua energia, que não era muito notavel, se fixasse n'este ponto, em vez de ir exercer-se fóra do reino para la gastar as suas forças e as do Estado, seria o bem-feitor do seu povo. Demais, se a situação do reino foi ainda supportavel, apesar de tamanhas perdas no estrangeiro, e de tantas dissipações no interior, isso prova os recursos immensos da nação, e as relações que principiavam a fazer affluir riquezas de fóra. Todavia a Providencia velava por Portugal e a D. Affonso V deu por successor D. João II. A mudança foi subita e violenta, e a equidade lamenta este desequilibrio, mas o mundo só por opposições é que se agita, e a immobilidade do fiel na grande balança das coisas humanas seria o termo da vida.

Brazão de armas da Ilha de Porto Santo

« A morte de Affonso, diz Nunes de Leão que foi lamentada pelos grandes, mais do que pelos pequenos, porque os grandes receberam d'elle muitos dons e concessões, os pequenos pouca justiça obtiveram e foram até acabrunhados por impostos continuados, que tornavam necessarias as guerras a que el-rei se deixava arrastar. Seu filho, pelo contrario, el-rei D. João, foi amado pelos pequenos e destestado pelos grandes [1].»

N'estas paginas de Schœffer está bem descripto o caracter de D. Affonso V, tal como elle resalta do exame attento das chronicas. De Affonso V a D. João II vae a distancia que separa Carlos o Temerario de Luiz XI de França, isto quanto ao systema de governar, porque emquanto aos caracteres levam os nossos

[1] Schoeffer, *Hist. de Portugal*, tr. fr., p. 569.

Digitized by Google

dois principes incontestavel vantagem ao duque de Borgonha e ao rei de França. «Carlos o Temerario, diz Guisot no seu optimo *Curso de Historia*[1], é o representante do antigo systema de governar, não procede senão pela violencia e appella constantemente para a guerra; não sabe ter paciencia, dirigir-se ao espirito dos homens para d'elles fazer o instrumento do seu exito. È pelo contrario o gosto de Luiz XI evitar o emprego da força, apoderar-se dos homens individualmente pela conversação, pelo manejo habil dos interesses e dos espiritos. Mudou não as instituições, não o systema exterior, mas os processos secretos, a tactica do poder. Estava reservado para os tempos modernos introduzir tanto nos meios, como no fim politico, a justiça em vez do egoismo, a publicidade em vez da mentira. Por isso não é menos verdade que era já um grande progresso renunciar ao continuado emprego da força, invocar sobretudo a superioridade intellectual, governar pelos espiritos e não pela ruina das existencias. Foi isso, no meio dos seus crimes e das suas faltas, a despeito da sua natureza perversa, e só pelo merito da sua viva intelligencia, o que Luiz XI iniciou[2].

Assim tambem, como Affonso V é entre nós, para assim dizermos, o ultimo rei da edade média, com os seus instinctos cavalheirescos e guerreiros, é D. João II o primeiro rei da época, astucioso, politico, e despotico. Mas, se o fim a que aspirava era o mesmo que o de Luiz XI, se os meios de que se serviu foram em grande parte similhantes, sempre no seu procedimento se revelava a grandeza do seu espirito, e a franca energia do homem que sabe cingir a espada. Affonso V tambem, se, como Carlos de Borgonha, tem a irreflexão e commette as imprudencias d'um homem que vive mais no passado do que no presente, não tem ao menos a brutalidade e impetuosidade selvagem, a ferocidade do Temerario. Ha no seu caracter, como já dissemos, um não sei que de infantil, que bastantes vezes impacienta, mas que tambem bastantes vezes excita a sympathia. A vaidade e a obstinação foram, como homem, os seus defeitos mais sensiveis, os seus defeitos de rei já Schœffer os notou. Por vaidade e obstinação manchou os primeiros annos do seu reinado com a morte de seu tio D. Pedro; por vaidade e obstinação o salteiaram nas plagas africanas desastres que podia ter evitado; ainda por obstinação e vaidade se empenhou n'uma guerra mal conduzida contra Castella, e a proseguiu, até depois de lhe irem escasseando todos os elementos de successo. Mas a historia perdoa-lhe bastantes erros do monarcha, e bastantes culpas do homem, quando o vê cavalleiro intrepido, á testa da brilhante nobreza de Portugal, lembrando diante d'Arzilla a figura épica de D. João I em Ceuta; e, reconhecendo que o seu reinado é um verdadeiro parenthesis aberto na historia da civilisação portugueza, não póde deixar de prestar homenagem a essa figura que tão poeticamente illuminam os ultimos e expirantes raios do facho da cavallaria romantica e aventurosa que lampejava entre as sombras da edade média.

---

[1] O *Curso de Historia* na edição belga, que é a de que nos servimos, comprehende o bello resumo da *Historia da civilisação na Europa* e a magnifica obra da *Hitoria da civilisação em França*.

[2] Guisot, *Histoire générale de la civilisation en Europe depuis la chute de l'empire romain jusqu'à la revolution française*, 11.ª lição, pag. 90 do *Cours d'histoire moderne* (Bruxellas, 1843).

Digitized by Google

CAPITULO XLIV

Descobrimentos e navegações dos Portuguezes depois da morte do infante D. Henrique até á morte de D Affonso V

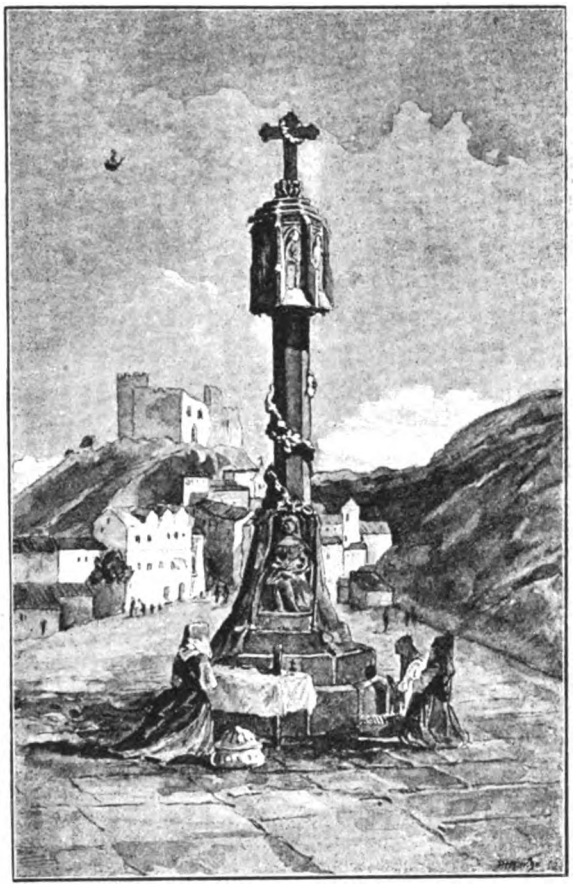
AINDA que Affonso V, todo preoccupado com as suas guerras da Mauritania, não prestasse attenção aos descobrimentos, nem por isso elles deixaram de proseguir, senão com muito ardor, pelo menos com perserverança. Durante o reinado de D. Affonso V foi que pela primeira vez passaram os nossos navios o Equador, foi então que diante dos seus olhos maravilhados se desenrolaram novas constellações em mais esplendido firmamento.

O ponto mais distante, a que navios portuguezes chegaram durante a vida do infante D. Henrique, foi á Serra Leôa, a uma bahia a que depois Pedro de Cintra deu o nome de Santa Maria das Neves. Alvaro Fernandes, sobrinho de João Gonçalves Zarco, foi o feliz navegador que tão longe levou as caravellas do infante.

Mas a costa, que se estendia entre o Rio Geba e a bahia de Santa Maria das Neves, ainda não fôra cuidadosamente explorada. Explorou-a um escudeiro da casa de D. Affonso V, chamado Pedro de Cintra. A narrativa d'esta viagem foi ainda feita por Luiz de Cadamosto, e anda appensa ás *Navegações* do Veneziano.

«Com este capitão, diz Cadamosto, foi um moço Portuguez meu amigo, que já tinha navegado commigo por escrivão n'aquellas paragens: e, na volta das caravellas, achando-me eu em Lagos, chegou o dito capitão, e o meu amigo veiu ter a minha casa, e me deu noticia, ponto por ponto, de todo o paiz, que tinham descoberto, dos nomes que lhe haviam posto e das estações como estavam, todas por sua ordem, as quaes jazem, principiando pelo Rio Grande, onde nós ambos tinhamos estado, pelo modo que abaixo se dirá»[1].

No anno de 1461 ou 62 partiram, como dissemos, duas caravellas commandadas pelo capitão Pedro de Cintra.



CRUZEIRO DE PORTO DE MOZ

[1] *Navegação do capitão Pedro de Cintra Portuguez, escripta por mestre Luiz de Cadamosto*, cap. 1.°, pag. 73 da *Collecção de noticias para a historia das nações ultramarinas*, etc., publicada pela Academia das Sciencias, t. 2.° (Lisboa 1812).

Digitized by Google

Depois de terem visitado as ilhas que ficam na embocadura do Geba e que encontraram desertas, proseguiram para o sul, e a um rio cuja embocadura ficava a quarenta milhas da foz do Geba, deram o nome de rio Bessegue, porque assim se chamava o senhor do paiz por esse rio banhado[1]. Seguiram depois demarcando o cabo de Verga[2] e em seguida o de Sagres, a que deram esse nome para recordarem (o que admira que não se houvesse feito ainda) o promontorio illustrado pelo genio e pelas expedições do infante D. Henrique[3]. Nos mappas estrangeiros dá-se agora a esse cabo o nome de ponta Tumba[4].

O cabo Sagres da Guiné, segundo as modernas demarcações geographicas, é o que fórma o limite entre a costa da Guiné de Cabo Verde e da Serra-Leoa. Foi n'esta ultima costa que Pedro de Cintra encontrou o rio a que deu o nome de S. Vicente, e que depois se chamou Primeiro ou de la Maga, e hoje nos mappas estrangeiros Mellacoree[5]. Logo abaixo appareceu-lhes outro rio que denominaram rio Verde, a que posteriores cartographos deram o nome de Café Grande, e que hoje se chama á ingleza, pois que são os Inglezes os dominadores d'aquella costa, *Great Scarcies*[1].

D'ahi, continuando para o sul, encontraram um cabo a que chamaram Cabo Ledo ou Alegre, e que os inglezes hoje chamam Cabo Sierra Leone. Ficalhes proximo Freetown, a capital da sua colonia da Serra-Leoa, cidade florescente, cujo esplendor contrasta com a miseria das nossas cidades ultramarinas; situado a 8° 30′ de latitude norte «ergue-se a altura meã, touca-se de muito arvoredo, e faz como ilha quando é vista de certa distancia, por ser formada d'isthmo de areia baixa na parte opposta ao seu extremo; crescem n'esse isthmo varias palmeiras e outras arvores, que de longe se figuram symetricamente dispostas e são boas balizas[2]».

Foi esse aspecto viçoso que fez com que os nossos navegantes lhe dessem o ridente nome de Cabo Ledo. Para o interior, contrastando com esta suave paizagem, erguia-se a montanha, a que os nossos deram o nome de Serra Leôa, por causa dos rugidos que se ouviam continuamente emtorno d'ella, provenientes das trovoadas que no cume lhe reboavam sempre. Um nevoeiro espesso lhe coroava o pincaro trovejante. Um piloto Portuguez, que no seculo seguinte descreveu a viagem á ilha de S. Thomé, exprime-se d'este modo ácerca do aspecto da Serra Leôa: «O seu cume está sempre occupado e rodeado por uma nevoa muito densa que produz continuamente trovões e raios; sente-se este estrondo em o alto do monte, a quarenta ou cincoenta milhas de distancia pelo mar, e nunca se dissipa esta nevoa ain-

---

[1] Nem no bello mappa que acompanha a *Vida do principe Henrique* de Major, nem nos mappas minuciosos da *Descripção e roteiro*, etc., de Alexandre Magno de Castilho, encontrámos indicação alguma ácerca d'este rio. Será o Kassagna?

[2] Figura com aquelle nome, diz A. M. de Castilho, nos mappas de Ptolomeu, 1513, e de Ortillio, 1570; com o de Bergen, no de Levasseur, 1601.» *Descripção e roteiro*, etc., t. 1.°, pag. 191, nota 1.

[3] Travou-se no *Jornal do Commercio* uma breve discussão entre o sr. Ricardo Henrique Major e o visconde de Porto Seguro, ácerca do sitio de residencia do infante D. Henrique. A tradicção, legalisada pelo monumento, quer que essa residencia fosse em Sagres, comtudo o visconde de Porto Seguro sustenta que foi na bahia do Belixe (se temos bem presente a sua carta) e prova-o com um documento. Ora, as palavras de Cadamosto ácerca do descobrimento d'este cabo em que falamos, parecem confirmar a opinião do sr. visconde, porque o Veneziano exprime-se d'este modo: «puzeram-lhe o nome de Sagres, em memoria de uma fortaleza que o sr. infante D. Henrique, de feliz memoria, mandou fazer sobre uma das pontas do cabo de S. Vicente a que deu o nome Sagres». Era natural que, se ahi fosse a residencia do infante, Cadamosto o dissesse.

[4] *Descripção e roteiro*, etc., t. 1.°, pag. 201.

[5] *Ibid*, pag. 220.

---

[1] *Ibid*, pag. 234.

[2] A. M. Castilho, *Descripção e roteiro*, etc., t. 1.°, pag. 236.

Digitized by Google

da que o sol seja ardentissimo, e passe perpendicularmente por cima[1]». Pedro de Cintra não deixava de ter, como se vê, a imaginação um tanto poetica, porque se lembrou de dar á rugidora montanha o nome de Leôa.

Para baixo do Cabo Ledo havia no mar umas ilhas a que Pedro de Cintra deu o nome de Selvagens, que o cosmographo Pimentel chamou depois Bravas, e que tem hoje nos modernos mappas, por uma contradição, cuja causa se não percebe, o nome de *Bananas*[2].

Seguindo para o sul, encontrou Pedro de Cintra um rio, cuja agua era avermelhada, ou antes arroxada, porque o terreno tambem tinha essa côr. A esse rio chamaram pois Rio Vermelho ou Roxo, e a um cabo que lhe ficava proximo Cabo Roxo, e a uma ilha fronteira Ilha Roxa. São o rio Cockboro, a ponta Tassa e a ilha Plantain, dos modernos mappas.

Estavam chegados ao ponto extremo a que Alvaro Fernandes attingira. Na vasta enseada, onde elle fundeou, desembocava um rio, que Pedro de Cintra chamou Santa Maria das Neves, porque o avistou no dia em que a Egreja festeja debaixo d'esta invocação a Virgem Sagrada. E o Sherbro moderno.

Fôra até ahi que o infante D. Henrique arrojára as suas caravellas; seguindo ainda o impulso que a mão vigorosa do principe imprimira a todos os Portuguezes, Pedro de Cintra seguíu para além e, encontrando umas ilhas baixas e arenosas, deu-lhes o nome de ilhas dos Bancos. Chamam-lhes os Inglezes hoje, e com elles a Europa lhes chama, ilhas Turil.

O cabo de Sant'Anna «que talvez por descuido, diz Castilho, conserva o seu nome primitivos»[1] e que ficar por 7.°, 34′, 36″ de latitude norte, foi o promontorio que depois primeiro demarcaram.

Seguiu-se depois o rio a que chamaram das Palmas, porque, entre o viçoso arvoredo que lhes vestia as margens, se distinguiam muitas palmeiras. Logo a outro rio para o sul pozeram o nome de rio dos Fumos, porque os naturaes produziam muito fumo com as fogueiras que accendiam.

«Figura com o nome de rio das Gallinhas em varios mappas antigos, com o Juan de la Cosa, 1493, o de Ptolomeu 1513, o Universal, 1527, o de Diogo Ribeiro, 1529[2]». Chegando finalmente a um cabo que um monte dominava, chamaram-lhe cabo do Monte. Fica situado a 6° 44′ 23″ de latitude norte. É o extremo limite meriodional da costa da Serra-Leôa, e alli começa a costa chamada outr'ora da Malagueta, hoje da Liberia[3].

A pouca distancia para o sul dobra-

---

[1] «Navegação de Lisboa á ilha de S. Thomé escripta por um piloto Portuguez, e mandada ao conde Raymundo de La Torre, gentil-homem veronez, traduzida da lingua portugueza para a italiana, e novamente do italiano para o portuguez» cap. 8.°, pag. 332 da «Collecção de noticias para a historia das nações ultaramarinas» t. 2.° Esta narrativa, escripta por um piloto Portuguez, cujo nome se ignora, sabendo se apenas que era natural de Villa do Conde, que estivera na Italia e que ahi se relacionára com o conde de La Torre, e com o celebre poeta e erudito Fracastor, foi publicada na collecção de Ramusio, d'onde se traduziu por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa. Segundo nos diz o mesmo Ramusio, foi este piloto quem primeiro na Europa ieterpretou correntemente o periplo de Hannon. Parece que escrevia em 1554.

[2] Castilho. *Descripção e roteiro*, etc., t. 1.°, pag. 242.

[1] *Descripção e roteiro*, etc., t. I, pag. 249.

[2] Ibid., pag. 257.

[3] «Não ha muitos annos ainda, diz Castilho, que alguns maritimos trocaram o nome de costa da Malagueta, posto em tempos antigos a esta beiramar, no de costa de Liberia. Deram-lhe esse nome por se estender ao longo de quasi toda ella a republica de Liberia, fundada em 1821 pelos pretos e mulatos fugidos dos Estados-Unidos. Com terrenos comprados se foi essa republica dilatando, e se acha hoje reconhecida por Inglaterra, França e Estados-Unidos; de presumir é que passados tempos venha a tomar tal ou qual importancia, vista a sua grande prosperidade. Muito lhe deve já a causa da abolição do trafico da escravatura, pois já se não resgatam negros n'essa costa, que d'antes era tão mal affamada. *Descripção e roteiro*, etc., pag. 264 do t. 1.°

Digitized by Google

ram outro cabo a que chamaram Mesurado ou Cortez. Não nos explica Cadamosto o motivo da denominação, dizendo-nos apenas que tinha tambem, como o antecedente promontorio, um monte, porém mais pequeno. Estaria galhofeira a imaginação de Pedro de Cintra, e, vendo, depois d'um cabo com um alto monte, outro com um pequeno oiteiro, ria com os seus tripulantes chamando *cortez* ou *mesurado* ao promontorio que humildemente corteja o seu visinho[1]?

A costa, d'ahi por diante, é, como ainda hoje se vê, forrada de arvoredo; a um bosque mais espesso que encontrou dezeseis milhas ao sul do cabo Mesurado, chamou Pedro de Cintra «Arvoredo de Santa Maria».

Este navegante prolongára por conseguinte os descobrimentos dois graus para diante do pouto a que tinham chegado os navios do infante D. Henrique, chegando pouco mais ou menos ao 6.º grau de latitude septentrional.

Não se póde fixar ao certo a data d'esta viagem; o mais provavel parece que fosse em 1462; em todo o caso foi depois de 1460 e antes de 1463, porque se effectuou entre a morte do infante D. Henrique e a partida de Cadamosto para a Italia, acontecimentos que succederam, o primeiro a 13 de novembro de 1460, o segundo a 1 de fevereiro de 1463.

Poucas e muito vagas noticias temos dos descobrimentos que se effectuaram entre 1463 e 1469. Parece que não se estenderam para diante dos ultimos pontos demarcados por Pedro de Cintra. O que lhes deu novo impulso foi o espirito commercial.

Já, como vimos, o infante D. Henrique m andára levantar na ilha de Arguim uma fortaleza onde tinha um feitor, que velava pelos seus interesses no commercio entre os armadores Portuguezes e os negros[1]. Vimos tambem como se formára em Lagos uma companhia para as pescarias d'Arguim; á medida que as costas se iam descobrindo, que o trafico ia sendo mais rendoso, o espirito commercial ia despertando nos Portuguezes, e os especuladores começavam a voltar as suas vistas para o trafico de Guiné. «No dia 12 de junho de 1466, diz Major, concedeu o rei privilegios aos colonos a respeito do trafico da Guiné, que foi am abusivamente estendidos por elles a ponto que obrigou o rei a promulgar um novo diploma, que restringisse o uso d'estes privilegios aos limites da concessão original[2]».

Em 1469, para cortar esses inconvenientes, Affonso V outhorgou o resgate de Guiné, por cinco annos, a um negociante chamado Fernão Gomes, com as condições seguintes, de que nos dá noticia Alexandre Magno de Castilho na sua *Descripção e roteiro*. Eis o que diz o illustre official de marinha:

«Muitas foram as clausulas d'esse contracto e as seguintes as principaes:

«Pagamento de cem mil reaes brancos por tempo de cinco annos.

«Em cada um dos cinco annos descobrir pela costa adiante cem leguas, o qual descobrimento havia de começar na Serra Leôa.

«Todo o marfim havia de ser d'el-rei,

---

[1] Queria Villaut de Bellefond que a etymologia de *Mesurado* fosse *Misericorde!* Junto do cabo Mesurado fica a cidade de Monrovia, capital da republica da Liberia.

[1] Major tem n'este ponto uma contradição. Depois de ter dito a pag. 254, no capitulo intitulado *Cadamosto*, o mesmo que dizemos no texto, a pag. 317, no capitulo que se chama *The stormy cape* escreve o seguinte: No anno, que seguiu á morte do principe, foi o rei induzido, pelo grande trafico de oiro e negros na ilha d'Arguim, a construir um forte para segurança sua. A construcção e o commando d'esse forte foram confiados a Soeiro Mendes, fidalgo de sua casa, concedendo el-rei a elle e a seus herdeiros, por alvará de 26 de julho de 1464, o governo da fortaleza.» Ora, a fortaleza já se estava construindo em 1455, porque nol-o diz o proprio Cadamosto que a vira construir.

[2] *Life of the prince Henry of Portugal*, pag. 321,

Digitized by Google

a preço de tres cruzados e tres quartos por quintal.

«Ter Fernão Gomes licença para poder resgatar em cada um dos cinco annos um gato d'algalia.

«Não poder resgatar na terra firme, defronte das ilhas de Cabo Verde, por ficar para os moradores d'ella, por serem do infante D. Fernando.

«Não poder resgatar no castello de Arguim, por pertencer ao principe D. João.

(Foi depois tirada esta condição pelo pagamento de 100$000 réis por anno, etc.)

«Diz Barros que, passados quatro annos, eram o commercio de Guiné e o resgate da Mina de tanto proveito, e ajudavam tanto ao estado pela boa industria de Fernão Gomes que, assim por este serviço, como por outros de sua pessoa, mereceu este toda a honra e mercê que lhe foram feitas.

«No ultimo anno do arrendamento, a 29 de agosto de 1474, concedeu el-rei D. Affonso V[1] a Fernão Gomes o appellido *de Mina*, por ter sido o primeiro que a descobriu, e deu-lhe por armas um escudo em campo de prata, com tres meios corpos d'Ethiopes, ornados de collares ao pescoço e arrecadas nas orelhas e narizes»[2].

Foi pois em cumprimento das clausulas d'este contracto que os capitães de Fernão Gomes proseguiram os descobrimentos, ao longo da costa de Malagueta, passando á de Marfim.

Foi então que os navegadores Portuguezes passaram a linha. Na costa de Marfim apparece um rio chamado de Soeiro da Costa, que se diz descoberto por este velho navegador. Não parece muito provavel que ainda navegasse por esse tempo um homem já conhecido nas guerras européas de 1400 e 1402, e que era bastante edoso no principio das navegações do infante D. Henrique. É mais natural que amigos do alcaide de Lagos dessem ao rio o nome de Soeiro da Costa para honrarem a memoria do cavalleiro heroico. Este rio é hoje conhecido nos mappas pelo nome de Grand Bassan.

D. IZABEL I DE CASTELLA

Em 1470 mandou Fernão Gomes João de Santarem e Pedro d'Escohar, com dois pilotos que foram Martim Fernandes e Alvaro Esteves. Seguindo sempre para o sul descobriram a costa da Mina, a costa de Benin, a costa do Galabar e a costa chamada do Gabão. Foi tambem n'esta viagem, segundo parece, que se descobriram a ilha de S. Thomé, e a ilha do Principe, que primeiro foi chamada de Santo Antão, recebendo posteriormente o nome pelo qual é hoje conhecida quando o tributo dos assucares da ilha foi dado por apanagio ao filho mais ve-

[1] Castilho diz, por evidente lapso, D. João II, que só começou a reinar sete annos depois.

[2] *Descripção e roteiro*, etc., tom. I, pag. 224.

Digitized by Google

lho do rei, segundo informa o desconhecido piloto Portuguez de Villa do Conde, cuja carta ao conde Raymundo de la Torre já uma vez citámos [1]. Então se descobriu tambem a ilha do Anno Bom, e Major suppõe possivel que n'essa mesma viagem Fernando Pó, fidalgo da casa real, descobrisse a ilha que ainda conserva o seu nome.

Como se vê, porém, não partia directamente da corôa o impulso d'estes descobrimentos. Era o espirito commercial que a elles presidia; a grande preoccupação scientifica do infante D. Henrique foi obliterada por D. Affonso V, como a preoccupação politica do infante D. Pedro tambem por elle fôra desconhecida. Estava reservado a D. João II continuar essas tradições, e completar os pensamentos esboçados dos homens da época de D. João I. A seara, que estes haviam semeado, sasonou-a o grande homem que mereceu da posteridade o glorioso sobrenome de «principe perfeito» mas veiu a colhel-a D. Manuel o *Venturoso,* que esse o que fez apenas foi colher os fructos do passado e semear desgraças para o futuro.

CAPITULO LXV

O fim da Idade Media

TERMINA com o reinado de D. Affonso V a idade média portugueza, e em poucos paizes se acha tão profundamente e tão claramente accentuada a linha divisoria, que separa os dois grandes periodos da historia da humanidade —a idade média e a epoca moderna. Reinava D. Affonso V quando caiu Constantinopla diante das armas do sultão Mahomet II, e, como se sabe, foi esse acontecimento o ponto escolhido pelos historiadores para ponto final dos tempos medievaes. Em toda a parte, pouco mais ou menos por esse tempo, começam as realezas modernas com o seu caracter especialissimo; em Portugal, porém, foi exactamente D. Affonso V o ultimo rei feudal, D. João II o primeiro rei politico, D. Affonso V o ultimo rei segundo a formula das *Assises* de Jerusalem, apenas o primeiro entre os nobres, D. João II o primeiro rei segundo a formula da resurgida jurisprudencia romana. D. Affonso V, o amigo de Azurara, é o ultimo rei quasi semi-legendario das velhas chronicas; D. João II, o correspondente de Angelo Policiano, o primeiro rei da Renascença classica. Em França Carlos VII já pretendera derribar o feudalismo, antes que Luiz XI lhe desse o golpe fatal, em Hespanha Henrique IV é victima do poder dos seus ricos-homens, que a politica de Fernando e Izabel ha de irremissivelmente quebrar, em Portugal Affonso V começa a sua vida como campeão da nobreza contra seu tio D. Pedro, representante da idéa monarchica, termina-a favorecendo as pretenções dos grandes senhores contra a realeza nascente de Fernando e Izabel. O ultimo acto da sua vida tem por fim apertar a alliança da nobreza e do rei, procurando conciliar seu filho com o duque de Bragança; o primeiro acto de D. João II foi levantar em Evora o cadafalso onde hade expirar esse mesmo duque de Bragança, o mais altivo e o mais poderoso dos nobres.

[1] *Navegação de Lisboa á ilha de S. Thomé*, pag. 92.

Digitized by Google

Chegados pois a esta linha divisoria, tão nitidamente traçada em Portugal, voltemos os olhos para o caminho percorrido e vejâmos o que foi em toda a Europa essa tumultuosa idade média.

A invasão dos barbaros, que encheu o mundo romano de horror e de espanto e que o alastrou de ruinas, que demoliu de subito essa poderosa e magnifica civilisação antiga, cujos restos são ainda hoje a maravilha e o assombro de todos os pensadores, teve comtudo um caracter providencial. Se é permittido ao auctor d'este livro citar-se a si proprio, diremos que n'umas quadras de uma das suas poesias procurou elle resumir o que havia de util e de fecundo n'esse inesperado e formidavel cataclysmo. Põe o auctor na bocca do vulto symbolico da liberdade os seguintes versos:

Chamei, para insuffiar a vida ao mundo velho,
do Norte o vendaval, da catacumba a luz,
as canduras sem nodoa, o barbaro, o Evangelho;
trazia o Godo a espada e o christianismo a cruz.

Essa raça, como que virginal e immaculada, era a materia prima de uma nova humanidade regenerada. Não bastava a influencia purificadora do christianismo, não pôde elle salvar o imperio do Oriente dos vicios de uma vergonhosa decrepitude. Nos espiritos envelhecidos dos Romanos de Byzancio o christianismo desfazia-se em subtilezas philosophico-theologicas, como a lympha purissima das fontes se turva e se corrompe n'uma taça enferrujada. A agua lustral do baptismo só podia resplandecer com mil scintillações ao sol nascente de uma nova civilisação quando caisse no crystal immaculado e limpido, ainda que rude e grosseiro, dos barbaros do Norte. Mas essas raças do Norte traziam comsigo uma melancholia estranha, que havia de dar á litteratura medieval um caracter completamente novo. O christianismo que vinha das catacumbas, as raças germanicas que vinham do fundo das florestas e das plagas do mar do Norte, traziam naturalmente um fundo de tristeza, que não encontrava um sentimento de reacção no mundo romano, que atravessava um cataclysmo horrivel. Por isso em toda a parte se sente um desconsolo, uma angustia geral; não ha senão pensamentos de morte, na arte balbuciante, nos cantos dos poetas, nas chronicas dos monges, no ascetismo dos mosteiros, nas concepções da philosophia. Prophetisa-se para o anno 1000 o acabamento do mundo. Considera-se esse praso como inevitavel e fatal. No meio das luctas terriveis que por toda a parte se travam, do desmoronamento de todas as instituições estabelecidas, da queda de todas os poderes, só avulta, só se destaca um poder novo e forte, o do pontificado estabelecido em Roma, que representa a unica força moral capaz de cohibir a expansão de todas essas forças brutaes e infrenes que se desencadeiavam pela Europa, porque representava a omnipotencia do mundo sobrenatural, a unica que sobreviveria ao proximo desmoronamento do mundo. Todos os outros interesses desappareciam diante d'esse interesse supremo; os monumentos litterarios e artisticos da antiguidade, que representavam a tradição do bello e do ideal, a perpetuidade do pensamento humano nas suas producções mais notaveis, eram como que um protesto blasphemo contra o dogma desolador da proxima desapparição da humanidade. Por isso os codices antigos se raspavam para se escreverem no pergaminho as lendas hagiographicas, por isso nos monumentos que principiavam a erguer-se, longe de se pretender attingir a essa harmonia pura, sublime, e elevada, que é como que o reflexo tranquillo da eternidade, se reproduzia o tumulto, a confusão delirante d'essa época agitada.

Digitized by Google

Mas, ao mesmo tempo, emquanto irrompia do norte uma raça forte e energica, que vinha pedir ao mundo romano que destruia uma crença nova, e uma nova fé, que curvava a rude cerviz diante de um homem de paz, e inclinava as frameas diante da cruz, vinha do sul uma outra raça não menos energica, não menos impetuosa, que trazia já uma crença definida e fanatisadora, que tinha um ideal estreito, mas que tinha um ideal perfeitamente consubstanciado com o seu organismo, o que lhe dava n'esse momento uma força irresistivel. Essa invasão era a dos musulmanos, que tinham recebido de um propheta legislador, do arabe Mahomet, e seu codigo religioso e o seu codigo politico, que veneravam nos seus kalifas a um tempo os seus reis e os seus pontifices. A sua irrupção é irresistivel; cáe-lhe nas mãos a Asia, e encontram-se n'um momento nas margens do Mediterraneo. Mais um passo e estão na Hespanha, e atravessam os Pyreneus. A lucta perpetua aryano-semitica renova-se debaixo de um novo aspecto. A Roma forte e juvenil da republica está substituida por um imperio esphacelado, a Carthago já decadente de Annibal por uma nacionalidade potente, unificada politica e religiosamente, cheia do ardor da conquita e do fanatismo religioso. A monarchia visigothica, que pretende crear no sul da Europa um imperio estavel, não é bastante forte para resistir á invasão, mas a raça franka, mais energica, mais fortemente unificada, oppõe aos musulmanos uma barreira que os Pyreneus não tinham podido levantar-lhe. A batalha de Poitiers marca o limite onde deve parar a vaga musulmana.

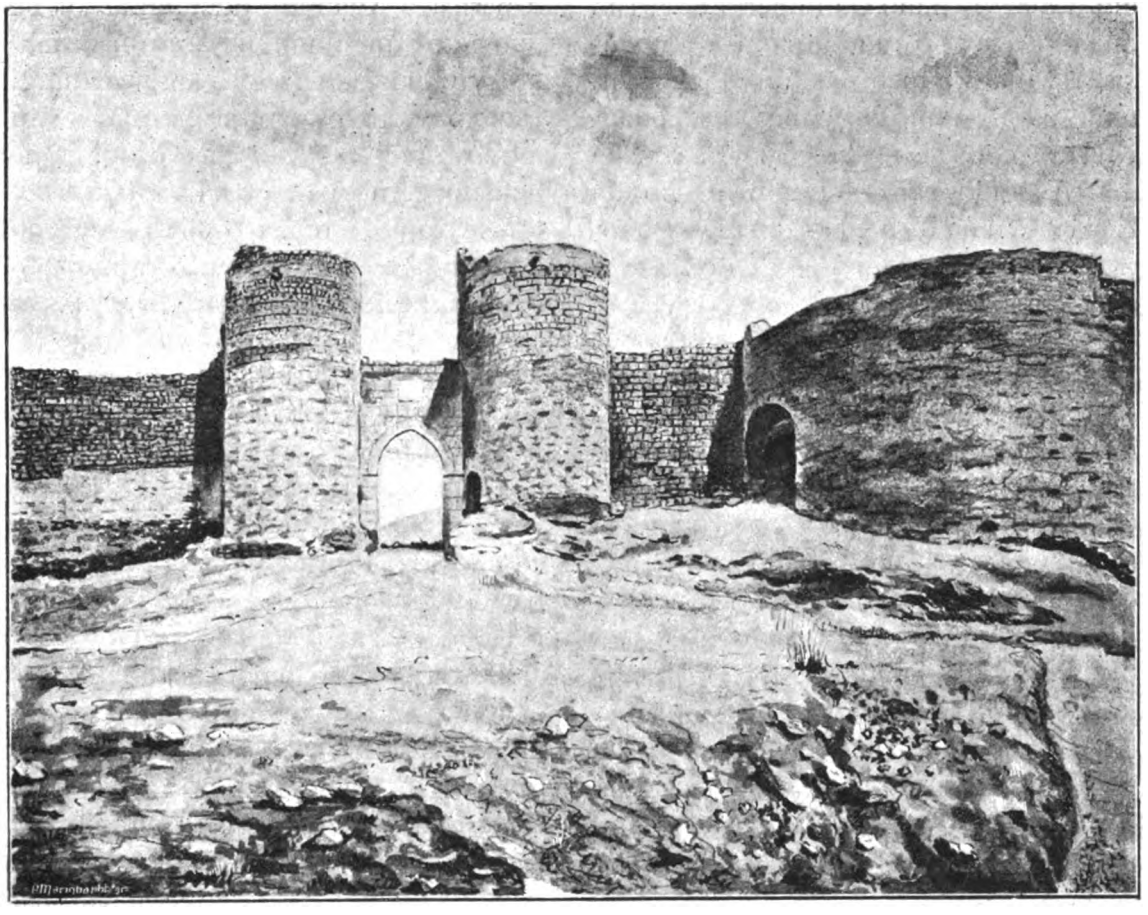
Mas a lucta continua a ser desigual: de um lado a raça musulmana, forte, potente, concentrada, com uma civilisação sua, em que entram comtudo muitos elementos da antiga civilisação hellenica, tem na sua frente a christandade dividida, que a força e a authoridade moral dos papas não pódem comtudo unificar sufficientemente, porque as idéas abstractas, ainda que procure revestil-as de uma fórma, até certo ponto tangivel, o sentimento religioso, não teem força bastante para exercer imperio efficaz em povos semi-barbaros. Carlos Magno procura restabelecer o imperio do Occidente, mas essa creação magnifica é e não póde deixar de ser ainda ephemera. Debalde procura e consegue a alliança intima dos pontifices. O papel que tem a desempenhar, é demasiadamente difficil. Tem de reprimir ao sul os musulmanos, e esses estão ainda no seu periodo de robustez; tem de conter ao norte as ultimas tribus barbaras, e essas estão ainda no seu periodo de expansão; tem de restabelecer a velha civilisação, e as suas ruinas confusas alastram ainda o mundo; tem de submetter os grandes, e esses são ainda nimiamente poderosos; tem finalmente de se manter perante a grande auctoridade moral dos pontifices, e é quasi absolutamente impossivel que se mantenham ao lado uma da outra duas potencias de tal ordem—a imperial e a pontificia.

Effectivamente, apenas Carlos Magno morre, a sua grande tentativa unificadora desapparece. Das ruinas do seu imperio brota o feudalismo, os musulmanos mantem-se solidamente em Hespanha, os normandos, vindos do norte, como o seu nome o indica, renovam as scenas luctuosas das invasões do seculo V, até que se pacificam, como se pacificaram os seus predecessores, estabelecendo-se em reinos conquistados; começa emfim a grande lucta entre o Imperio e a Egreja, com vantagem grande para esta. A Europa será uma theocracia tendo por chefe o papa, ou um imperio cesarista, tendo por chefe o imperador do Occidente? A victoria pertence aos pa-

Digitized by Google

pas. São elles que arrojam sobre o Oriente a torrente dos cruzados, são elles que põem a corôa na fronte dos reis, ou que lh'a arrancam, que obrigam os imperadores a ajoelhar diante d'elles, ou que lhes despem o manto imperial. Mas o feudalismo, que tornára impossivel a organisação imperial, torna impossivel tambem afinal a organisação theocratica.

Ha feudos ecclesiasticos como ha feudos seculares. A unidade sonhada por Gregorio VII não póde realisar-se, como não poderá realisar-se a unidade sonhada por Carlos Magno. Depois ao lado dos feudos brotam as communas, com a partida dos nobres para as cruzadas robustecem se as communas populares; enriquecem com o commercio as republicas italianas, os reis alliando-se com o povo começam a quebrar a organisação do feudalismo. A instituição da cavallaria remedeia o que póde haver de fatal na falta de uma grande força unitaria que contenha as demasias brutaes e dá defensores e protectores á justiça e á fraqueza. As cruzadas fazem refluir para o Occidente uma grande somma de civilisação. Formam-se as linguas, renascem as artes, a architectura levanta monumentos maravilhosos, a poesia lega á humanidade uma obra immortal —a *Divina Comedia*. Essa lucta immensa das eras medievaes, em que tudo se baralha e se confunde, é fecundissima para a civilisação. O cesarismo não consegue renascer, nem a theocracia consegue impor-se, mas as nações moder-



ENTRADA PARA O CASTELLO DE EVORA MONTE

Digitized by Google

nas brotam com os seus caracteres especiaes d'esse cadinho tumultuoso em que tudo se funde: a influencia purificadora do christianismo, o sentimento individualista da raça germanica e os sentimentos poeticos e cavalheirescos da civilisação oriental, a tradição scientifica e artistica do mundo antigo. O feudalismo desfaz o sonho do imperio cesarista que ameaçava o mundo com a renovação de um regimen esterilisador e aviltante para o espirito humano, o municipalismo corrige a tendencia que se ia manifestando para a fragmentação da Europa n'uma turba de pequenos senhorios, que não tardariam a entregal-a á invasão musulmana, e a dar á civilisação um caracter immovel e abjecto. Os reis comprimem de um lado o feudalismo ecclesiastico, do outro o feudalismo secular, e formam sobre a base das communas as modernas nacionalidades. Quando a idade media acaba, o perigo que ameaçava a Europa pelo oriente, como o ameaçára pelo occidente, desfaz-se completamente em fumo. A formação principalmente da nacionalidade franceza fôra o obstaculo que impedira os califas de passarem além de Poitiers; a formação principalmente da nacionalidade hespanhola foi o obstaculo que impediu os sultões de passarem para além de Lepanto. Quando terminava a idade média, estavam porém em pleno desenvolvimento todos os germens de que devia sair a esplendida civilisação moderna. Viviam já e começavam a preparar o seu trabalho fecundo, nasciam ou iam nascer, os homens que haviam de fazer desabrochar todos esses germens brilhantes: Vasco da Gama, Christovão Colombo, Fernando e Izabel, Luthero, Raphael, Miguel Angelo, Rabelais, Copernico, Gil Vicente, D. João II, Ariosto, os que arrancaram do seio dos mares os mundos ignorados, e resolveram os ultimos grandea problemas da geographia, os emancipadores do pensamento humano, os corypheus da Renascença artistica e philosophica, os fundadores do theatro, os renovadores da poesia, os fundadores das nacionalidades, os que foram a gargalhada que demoliu o passado e os que foram o sonho que adivinhou o futuro, os que immobilisaram na America a Atlantida fluctuante dos antigos e os que immobilisaram no centro do systema planetario o sol viajante de Ptolomeu, todos emfim os que, de mil modos diversos, com o escopro, com a palheta, com a pena, com a espada, com o telescopio, com a bussola, déram á humanidade um immenso impulso, e realisaram no seculo XVI a obra maravilhosa de Renascença.

Qual foi o papel do nosso paiz n'este grande movimento da civilisação européa? Entrado tarde na scena do mundo, nos principios do seculo XII, Portugal não teve já que soffrer a ominosa dominação do feudalismo, que aliás nunca imperou amplamente para áquem dos Pyrinéos.

Desde o principio da monarchia se achou a realeza com bastante força para dominar as pretenções da aristocracia; foi mais prolongada e mais indecisa a sua lucta com o clero; vencida uma vez, no tempo de D. Sancho II, só recuperou definitivamente a sua supremacia, graças ao esforço e ao tacto supremo de el-rei D. Diniz. Ouçâmos Guizot dizernos o que era a realeza nos principios do seculo XII, e comprehenderemos melhor o seu papel em Portugal.

Depois de expôr o que era a realeza perante as instituições feudaes e a pouca importancia que tinha, Guizot continúa do seguinte modo:

«No seculo XII, com o reinado de Luiz o Gordo, as cousas principiam a mudar de face: ouve-se falar mais vezes no rei; a sua influencia penetra em sitios onde pouco tompo antes não intervinha

Digitized by Google

nunca; o seu papel é mais activo na sociedade. Se se procura saber por que titulo, nenhum se reconhece dos que a realeza até ahi tinha costume de invocar. Não é como herdeira dos imperadores, a titulo de realeza imperial, que se amplia e vae tomando mais consistencia. Não é tambem em virtude de uma eleição, nem como emanação do poder divino. Toda a apparencia electiva desappareceu; o principio da hereditariedade do throno prevalece definitivamente; e, ainda que a religião sanccione a subida ao throno dos reis, os espiritos não parecem nada preoccupados com a realeza de Luiz o Gordo. Um elemento novo, um caracter até então desconhecido introduz-se na realeza; principia uma realeza nova.

«A sociedade, não preciso de o repetir, estava n'essa época n'uma desordem prodigiosa, em prêsa a continuadas violencias. Para luctar contra esse deploravel estado, para recuperar alguma regra, alguma unidade, a sociedade não tinha em si mesmo meio algum. As instituições feudaes, esses parlamentos de barões, esses tribunaes de senhores, todas essas fórmas debaixo das quaes, nos tempos modernos, se tem apresentado o feudalismo como um regimen systematico e ordenado, tudo isso era sem realidade e sem poder; nada havia que pudesse restabelecer uma pouca de ordem e de justiça; de fórma que no meio da desolação geral não se sabia a quem se havia de recorrer para se reparar uma grande injustiça, remediar um grande grande mal, constituir um pouco o estado. O nome de rei sobrevivia; usava-o um nobre; alguns se dirigiram a elle. Os titulos diversos, debaixo dos quaes se apresentava até então a realeza, ainda que não exercessem um grande imperio, estavam comtudo presentes a muitos espiritos; em algumas occasiões se tornavam a encontrar. Succedeu que, para reprimir uma violencia escandalosa, para restabelecer alguma ordem n'um logar proximo da residencia do rei, para terminar uma differença, que durava havia muito tempo, a elle se recorreu; foi chamado a intervir em negocios que não eram directamente os seus, interveiu como arbitro, como protector da ordem publica e reparador das injustiças. A auctoridade moral, que se ligava ao seu nome attrahiu-lhe pouco a pouco esse poder.

«Tal é o caracter que a realeza principia a tomar no tempo de Luiz o Gordo, e debaixo da administração de Suger. Pela primeira vez se percebe muito incompleta, muito confusa e muito fraca, mas emfim se descobre nos espiritos a idéa de um poder publico, estranho aos poderes locaes, a que a sociedade se sujeita, chamado a prestar justiça áquelles que não podem obtel-a pelos meios ordinarios, capaz de impôr a ordem, de a exigir ao menos; a idéa de uma grande magistratura, cujo caracter essencial é manter ou restabelecer a paz, proteger os fracos, pronunciar nas differenças que ninguem póde solver. É esse o caracter, completamente novo, debaixo do qual, a partir do seculo XII, se apresenta a realeza na Europa, e especialmente em França. Não é nem como realeza barbara, nem como realeza religiosa, nem como realeza imperial que exerce o seu imperio; não possue senão um poder limitado, incompleto, accidental, o poder de algum modo (não conheço expressão mais exacta) de grande juiz de paz do paiz[1].»

Eis o que era, segundo a opinião de um dos maiores pensadores d'este seculo a realeza no seculo XII, exactamente quando Portugal tomava logar separado na historia da Europa. Vêmos com effeito logo de começo a realeza de Affonso Hen-

[1] *Historia da civilisação na Europa*, IX lição, 3.º vol.

Digitized by Google

riques e de Sancho I invocada como protectora pelos humildes contra os grandes; é quasi no berço da monarchia que encontrâmos a intima união entre o rei e os concelhos. Essa união chega ao seu auge quando o povo, em armas, ergue ao throno o mestre de Aviz; a nobreza e o clero succumbem esmagados por essa ligação cada vez mais estreita. No reinado de D. Affonso V a fidalguia recupera em grande parte a sua supremacia.

LEÇA DE BAILIO—TUMULO DE FREI D. JOÃO COELHO (PRIOR DO CRATO)

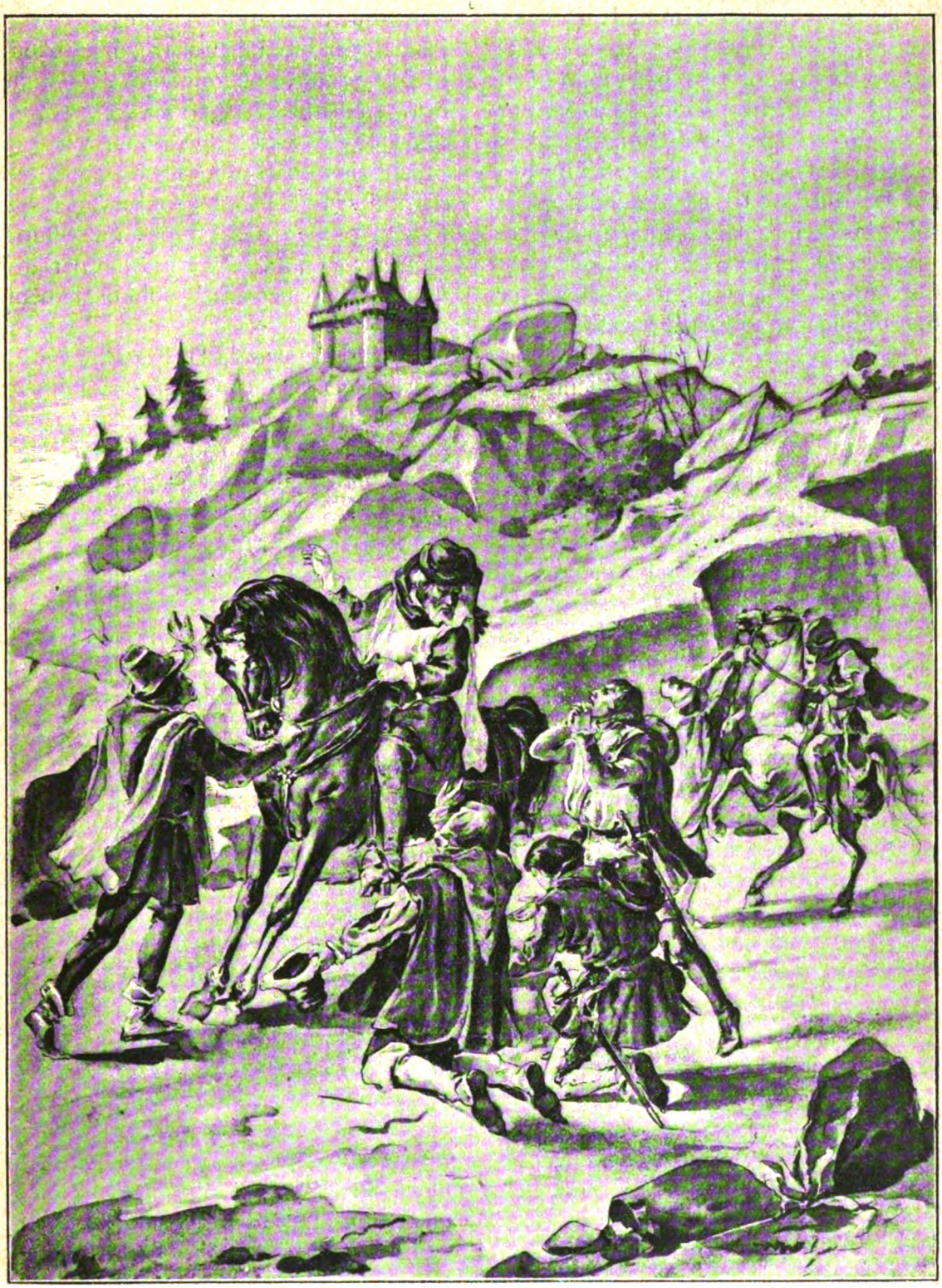
É esse comtudo o ultimo clarão da lampada expirante: ainda amparado nos municipios, no terceiro estado, D. João II, obedecendo ás tendencias geraes da sua época, tendencias de que é elle talvez na Europa o mais franco representante, decepa as cabeças que ousam erguer-se acima do nivel commum, e, entre a nobreza submettida e ajoelhada, levanta o solio altivo, onde D. Manuel se senta desassombrado. Esse completa a obra, trahindo a alliança; fará o mesmo em Hespanha Carlos V; o povo que ajudou a realeza no combate é por ella victimado; o grande despotismo religioso e monarchico do seculo XVI estabelece-se triumphante, mas o movimento dos espiritos não pára; a reforma é o primeiro grito de reacção, victorioso no norte da Europa, suffocado no sul por todas as forças reunidas do absolutismo e da theocracia; mas a lucta continúa a travar-se, e as revoluções dos fins do seculo XVIII e dos principios do seculo XIX affirmam de novo o direito menospresado dos povos, e desfraldam sobre os thronos demolidos, ou curvados ao jugo do constitucionalismo, a bandeira augusta da liberdade.

CAPITULO XLVI

Agricultura e Commercio nos seculos XIV e XV —A Fazenda Publica

Já dissemos o que fôra até ao fim do reinado de D. Fernando I a agricultura portugueza. Procuremos completar esse rapido estudo com mais alguns elementos importantes. Tambem nos deve merecer attenção o commercio, agora que elle vae tomar um desenvolvimento notavel com as descobertas portuguezas. Foi Affonso III que lhe deu o primeiro impulso; pelo menos é do seu reinado que datam os primeiros documentos que tratam do estabelecimento de feiras e mercados. Contribuiu para isso de certo a longa residencia de Affonso III em Flandres, paiz essencialmente industrial e commerciante. Os documentos

Digitized by Google



D. AFFONSO V TENTANDO FUGIR PARA A TERRA-SANTA

Digitized by Google

do seu tempo mostram que já então exportavamos para o resto da Europa sal, fructas, vinho e pelles, em troca dos tecidos e artefactos dos paizes do norte.

Um documento importante para estudo do commercio Portuguez n'esse tempo é a tarifa dos preços impostos por D. Affonso III ás mercadorias, ás soldadas de jornaleiros e á mão de obra. Citando este valioso documento, escreve o sr. Mendes Leal n'um excellente artigo publicado no jornal a *America:*

«D'elle recebe não pouca luz a situação economica do paiz no seculo XIII. Em muitos dos artigos taxados se vê claramente quaes eram já as nossas relações com as praças importantes e os centros manufactureiros, principalmente de França e Flandres[1] e de varias disposições accessorias transluz a constante preoccupação da *balança commercial*[2] que ainda hoje parece a ultima expressão do progresso a muitos que mais o invocam do que mostram entendel-o.

«A maior abundancia de metaes amoedados, produzindo para logo um principio de regularidade e organisação financeira[3], foi a primeira e feliz consequencia da iniciada prosperidade. Entendia-se então que o augmento da riqueza nacional devia, para honra e proveito commum, ser proporcionalmente representado em accrescimos de rendimento para o Estado. Ha actualmente muito quem, antepondo pretextos e lisonjas á verdade e á lisura, pregõe e recommende o contrario. Longe pois d'adiantarmos, entrámos n'este ponto n'um caminho de retrocesso, que poderia levar a precipicios, se o bom senso publico e o natural sentimento de conservação não fossem os perennes faroes que illuminam a voragem, advertindo o perigo a quantos não cerrarem voluntariamente os olhos[1].

Desde a morte de D. Fernando até á morte de D. Affonso V, a agricultura seguiu as fluctuações do estado interior do paiz. As guerras com que se abriu o longo e prospero reinado de D. João I foram desastrosas para a lavoira. As suas consequencias sentiram-se ainda por largos annos apezar da administração habil e reparadora do rei de boa memoria. Além da ruina occasionada pela devastação que sempre acompanhava n'esses tempos os exercitos belligerantes, succedeu que muitos fidalgos, que haviam tomado o partido de Castella, sahiram do reino e deixaram as suas terras incultas e ermas, ficando assim até que el-rei as concedeu a novos proprietarios, que foram os seus velhos companheiros d'armas. D'ahi ainda resultou um novo inconveniente: a propriedade accumulou-se em poucas mãos, e a amplitude dos territorios concedidos a um só fidalgo, tal como, por exemplo, o condestavel Nuno Alvares Pereira, tornou impossivel a sua cultivação regrada e séria.

Mas o povo erguia a sua voz contra esses abusos prejudiciaes á riqueza publica. Protestavam as côrtes de 1389 contra a demasiada extensão das coutadas dos fidalgos, que dava em resultado serem os seus campos devastados pela caça, que se mantinha para divertimento

---

[1] ...*Et cobitus de escarlata engleza meliori valeat septuaginta solidos: Et cobitus de melior escarlata framenga valeat tres libras: Et cobitus de Ingres tinto in grano vaieat quadraginta et quinque solidos. Et cobitus de melior panno tinto de Gam* (Gand) *aut de Ruans* (Rouen) *ant de Ipli* (Ypres) *valeat quadraginta solidos, etc.* (Carta de D. Affonso III, 1291 da éra de Cesar. Ann. de Christo, 1253.)»

[2] ...*Item mando et defendo quod nullus mercator de extra regnum saquet mercbandiam de Regno, nisi duxerit alliam pro illa; que se valeat cum illa.* Cart. cit.»

[3] «Foi per meio da crescente riqueza monetaria do povo que nos meiados do seculo XIII começou a simplificar-se a machina complexa da fazenda publica, e os chamados foraes d'Affonso III são no seu maximo numero o monumento e a expressão d'esse facto. Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, L. VI.»

[1] *Noticia resumida do antigo Commercio de Portugal e sua decadencia.*—Artigo publicado em *America*, n.º 6 pag. 81, vol. 2.º

Digitized by Google

dos fidalgos; queixavam-se ainda de que os alcaides-móres, recebendo os soldos da corôa para manterem e equiparem homens de armas, obrigavam comtudo os populares dos municipios a servirem-n'os de graça, de que abusavam da justiça que tinham em grande parte nas mãos para arrancarem as ultimas mealhas dos pobres com injustas demandas, emfim de que o abuso das aposentadorias, cada vez mais flagrante, redundava em ruina dos lavradores, e muitas vezes na sua deshonra e até na perda da sua liberdade pelas violencias que os hospedes commettiam [1].

D. João I, rei essencialmente popular, attendeu ás suas queixas, e reprimiu os abusos da nobreza, que nas côrtes de 1398 se queixou altamente das invasões do poder regio, e da multiplicação das isenções municipaes; mas, força é dizel-o, a agricultura entrou n'um periodo de decadencia, apezar da protecção com que D. João I amparava o povo trabalhador contra a nobreza oppressora. Concorria para isso no primeiro periodo do reinado de D. João I a guerra continuada com a visinha Castella, guerra que, se já não punha em perigo a independencia do reino, nem dava origem a grandes batalhas, trazia sempre sobresaltado o lavrador, e nas fronteiras sobretudo a cada momento devastava e destruia as mais cuidadas herdades; não concorriam menos os apuros da fazenda, resultantes do pé de guerra em que era necessario manter o paiz, e que tornavam o governo severo na cobrança do imposto. Os altos preços dos cereaes no seu tempo, as fomes de 1405 e de 1414 dão um triste testemunho da declinação da agricultura portugueza, e do commercio correspondente, porque, sendo as guerras agricolas os principaes elementos da nossa exportação, tornava-se necessario prohibil-a para que não escasseassem em Portugal as subsistencias. Além d'isso as vastas doações concedidas a alguns fidalgos, que contradiziam o systema geral seguido pelo monarcha, mas que eram justificadas ou explicadas pela necessidade de recompensar os serviços prestados durante a guerra da independencia, augmentavam o numero de terras incultas, instituindo as immensas propriedades tão funestas á agricultura.

Brazão de armas da Ilha de S. Thiago de Cabo Verde

A este inconveniente, que se fazia sentir, como hoje, principalmente no Alemtejo, teve D. João I de occorrer promulgando a lei de sesmarias, que figura nas *Ordenações Affonsinas*, liv. 4.°, tit. 81, §§ 21, 22, e em que se ordena que, se dentro do prazo de um anno as terras dadas de sesmaria não estiverem cultivadas, se possam vender, arrendar ou aforar a outros.

A expedição de Ceuta e as descobertas que se lhe seguiram não concorreram pouco para aggravar essa funesta situação. A Africa, as navegações, a colonisação das ilhas descobertas começaram a absorver-nos gente e dinheiro. As terra foram cada vez mais abandonadas. O infante D. Pedro, duque de Coimbra, que el-rei D. Duarte encarregou, como hoje diriamos, de fazer um inquerito agricola no Alemtejo, e que deu conta d'essa missão n'um parecer apresentado a el-rei, e impresso pelo nosso famoso João Pedro Ribeiro[1], observa que a ruina da agricultura n'aquella provincia é completa, e, com a alta sagacidade que o distinguia, apontou logo um dos motivos que a punham n'essa situação; era

[1] Queixas das côrtes de 1389. V. Rebello da Silva, *Memoria sobre a população e agricultura de Portugal*, pag. 145.

[1] «*Dissertações Chronologicas*, t. I, App. pag. 389 a 396.

Digitized by Google

Ceuta e eram as explorações do continente e das ilhas da Africa[1].

Não partilho, comtudo, devo confessal-o, a opinião de Rebello da Silva e de muitos outros, que lamentam, como D. Pedro lamentava, este estado de coisas. Se a população escasseava em Portugal, se a desfalcavam as nossas immortaes descobertas e conquistas, as compensações eram tamanhas que não podemos lamentar o sacrificio. Demais as causas da pouca prosperidade do Alemtejo não eram só essa. Hoje Ceuta não nos rouba braços, não nos roubam braços as caravellas das navegações, e o Alemtejo está nas mesmas condições em que se achava no seculo xv. È verdade que hoje os braços quem nol-os rouba é o Brazil, mas rouba-nos principalmente ao Minho, e o Minho floresce e prospera.

Se a agricultura portugueza não acompanhou no tempo de D. João I o desenvolvimento e o progresso da nação, se D. Duarte, permittindo a exportação dos cereaes, lhes impoz comtudo um direito de 2% *ad valorem,* para que não viessem a escassear no paiz, não se deve attribuir isso senão ás consequencias das longas e terriveis guerras que tinhamos sido forçados a sustentar pela causa da independencia. Louva-se e justamente se louva a legislação de D. Fernando; mas o que importavam essas providencias, devidas sem duvida alguma ao bom senso dos seus ministros, se elle com a sua politica ambiciosa, caprichosa e prodiga, destruia de todo o effeito salutar das suas leis? Mais fez pela agricultura D. João I, apezar de não enriquecer a nossa legislação com um grande numero de leis, reprimindo com energia os excessos da nobreza, dando um derivativo ás suas ambições com a conquista de Ceuta, porque no estado de agitação em que fica sempre um paiz depois de prolongadas guerras, essa turba de aventureiros, que se arrojam para remotas conquistas, se ficassem na patria, longe de a enriquecer, empobrecel-a-hiam, inçando-a de vadios e de bandidos. Fôra o que succedera quarenta ou cincoenta annos na França, infestada pelas grandes companhias, que era necessario a todo o custo impellir para fora do reino.

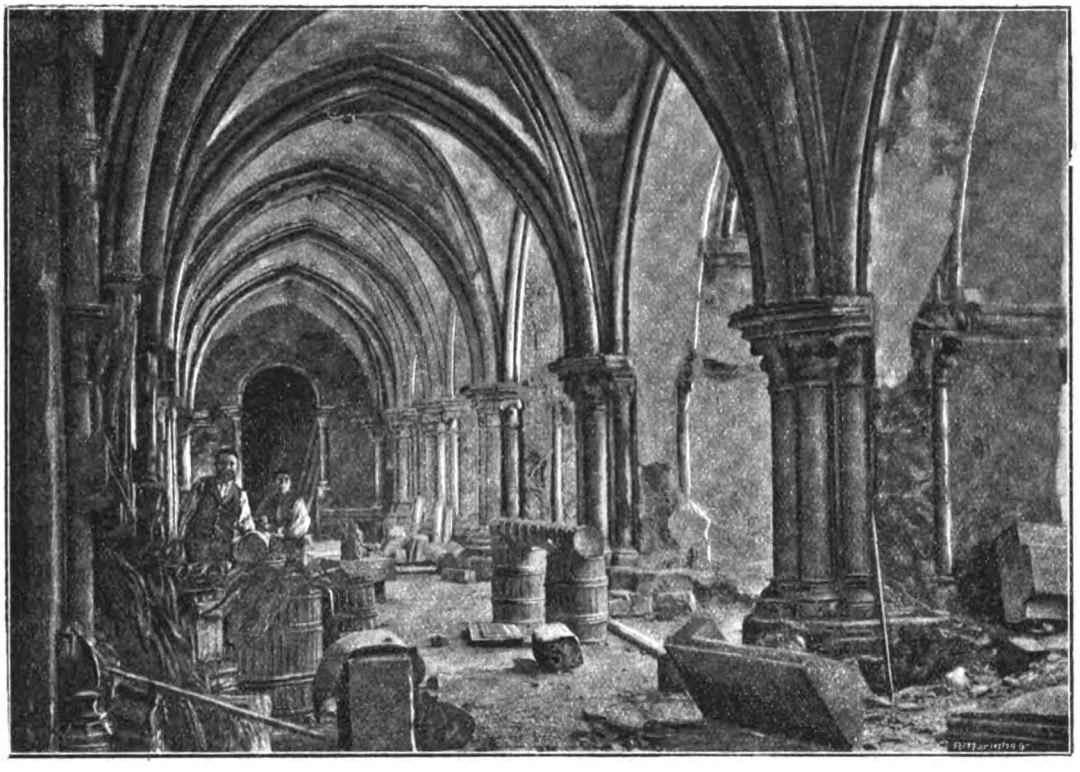
Comtudo, se D. João I não pôde entregar-se largamente á questão da organisação agricola do paiz, sabemos que poz em pleno vigor a lei das sesmarias, principalmente no Alemtejo; mas o encarregado de a executar em Estremoz, Alvaro Gonçalves, encontrou tantas difficuldades que, pouco depois de subir ao throno D. Duarte, queixava-se amargamente, allegando que os grandes proprietarios deixavam as terras de pão cobertas de zambujaes e de sobreiraes, e apenas cultivavam uma pequena folha; que deixavam egualmente incultos os olivedos e vinhas outr'ora productivos, e onde se viam agora apenas de longe em longe algumas cepas e oliveiras; que as egrejas, albergarias, mosteiros e baliados arrendavam a maior parte dos seus bens de raiz a quem só os tomava para pastos, que outros terrenos pertenciam a pessoas homiziadas em Castella, e ficavam egualmente sem cultura, que os fidalgos não cuidavam senão de augmentar os seus vinculos, que os bens que elle dava em sesmaria para cumprir a lei, eram logo embargados perante as justiças locaes, e a maior parte das vezes restituidos aos seus primitivos donos, de forma que já não havia quem quizesse acceitar terras de sesmaria, com medo de as perder e de perder o trabalho que chegasse a ter com ellas[1].

[1] D. Pedro, citando a opinião de estrangeiros, allegava que Ceuta era uma causa de ruina para o paiz.

[1] *Ord. Aff.*, liv. 4, tit. 8, §§ 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

Digitized by Google

D. Duarte procurou tomar providencias, mas a falta de sancção penal effectiva tornava-as inuteis. Que importava que elle ordenasse que os proprietarios das terras fossem intimados para lavrarem as terras, para aproveitarem as vinhas, olivaes, sob pena de lhes serem confiscadas e dadas de sesmaria, se não se obrigavam os juizes a respeitar estas



SÉ VELHA DE COIMBRA — CLAUSTRO EM RESTAURAÇÃO

providencias, e a não seguir o systema de que Alvaro Gonçalves se queixava? Que importava que suscitasse a observancia da lei, como hoje se diria, com relação aos bens das egrejas, albergarias e mosteiros, se faltava o receio do castigo no caso de violação? Ordenou com relação aos bens dos menores que os tutores os cultivassem, sob pena de lhes pagarem o valor, se por sua culpa ficassem por arrotear, com relação aos bens dos homiziados ordenou que se intimassem as mulheres para avisarem seus maridos, dando-lhes prazo sufficiente para elles se poderem recolher ao reino; se persistissem no voluntario exilio, nomear-se-hiam então curadores para as suas terras. Com relação, porém, aos bens dos fidalgos, aggravou o mal em vez de o minorar, porque, ordenando D. João I que no prazo fixo e fatal de um anno se confiscassem as terras que não fossem cultivadas, D. Duarte deixou que o prazo fosse fixado pelos sesmeiros. Cahindo sobre estes empregados a responsabilidade d'essa medida violenta, quem ousava tomal-a em presença do poder ainda respeitavel da fidalguia, quem ousava incorrer nas iras dos barões, quando só D. João II ousou affrontal-as?

O que é certo é que o infante D. Pedro, no relatorio a seu irmão, a que já nos referimos, pinta como deploravel o estado da agricultura, e attesta-o claramente a inquietação que mostraram as côrtes de 1434, por saberem que D.

Digitized by Google

Duarte auctorisára a sahida para fóra do reino de dois mil moios de trigo, quantidade perfeitamente insignificante, principalmente para um paiz tão cerealifero como o nosso.

Com relação á cultura dos cereaes, não melhorou o reino no tempo de D. Affonso V. As guerras e os descobrimentos multiplicavam-se e arrancavam cada vez maior numero de braços á lavoura; em compensação as terras do ultramar começavam a dar bons rendimentos. Na Madeira tinham-se plantado cepas de Malvasia e cannas de assucar da Sicilia, e prosperava por tal fórma essa cultura que não só as vinhas tinham grangeado a grande reputação que sempre depois conservaram mas, como diz Rebello da Silva, «em 1501 só a Madeira á sua parte fabricava 63:000 arrobas de assucar. Quando Barros compunha as suas *Decadas*, um trato de tres leguas do terreno pagava de direito (o quinto de producção) 60:000 arrobas.

«As adegas, attestadas de vinho precioso, estimado na Europa, eram a riqueza e o orgulho dos lavradores»[1].

Entretanto o commercio ultramarino florescia, Fernão Gomes da Mina enriquecia com o monopolio do commercio da costa de Africa, e o governo tirava largos proventos do monopolio do marfim que reservára para si. A agricultura, porém, definhava, por um contraste inevitavel. Dois assumptos comtudo mereciam muito a attenção dos reis, o aperfeiçoamento das raças cavallares e o desenvolvimento da cultura florestal. Prendiam-se esses assumptos com as preoccupações predominantes do governo: as guerras da fronteira e de Africa, e os descobrimentos maritimos. Para aquellas eram necessarios bons cavallos, para estes bons navios.

Vinha de longe a protecção á industria pecuaria, e á creação de bons cavallos. Já no tempo de D. Affonso IV se encontra uma doação feita a Egas Coelho de todos os baldíos que demorassem entre a sua granja e as margens da Cidreira, em recompensa da boa creação de eguas que fazia. D. Fernando, que tomou providencias legislativas, ordenando que todos a quem doava terras o servissem nas guerras com bons cavallos, que o mesmo fizessem os aquantiados, que não podessem exercer cargos municipaes senão os homens bons que tivessem cavallo, que do quinto real sobre os despojos se deduzisse o necessario para as remontas, que os mestres das ordens militares, commendadores, freires e seus vassallos tivessem todos cavallo, e finalmente que não podesse passeiar e jornadear em muares senão quem provasse possuir pelo menos um cavallo.

Esta ultima providencia era dictada pela observação de que muitas pessoas preferiam machos e mulas para seu uso. Só se exceptuavam d'essa lei os clerigos de ordens sacras.

Outras disposições não menos importantes e acertadas se encerravam n'estas leis, porque D. Fernando foi, como é sabido de todos, um excellente legislador, o que em nada attenúa as suas culpas e os seus erros. Só imagina o contrario quem suppõe que, no regimen absoluto, eram os reis sempre que legislavam.

D. Fernando teve a felicidade de se rodeiar de gente grave e sensata, que infelizmente, se pôde estudar e redigir boas leis, não pôde egualmente inspirar-lhe idéas tão sensatas em politica como em administração.

D. Fernando chegou mesmo a estabelecer postos hippicos, a marcar pastos gratuitos para eguas fantis, e, como ao mesmo tempo o governo permittia que os aquantiados se apresentassem ao serviço com eguas, a combinação d'estas

[1] Rebello da Silva, *Memorias sobre a população e a agricultura de Portugal*, pag. 162.

Digitized by Google

providencias concorreu muito para o desenvolvimento da raça cavallar.

D. João I seguiu este caminho, ampliando em 1405 a prohibição do uso de muares, revalidando os privilegios de isenção de tributos de jugada para certos possuidorrs de cavallos, isentando do pagamento da siza os negocios feitos sobre cavallos, e mandando em 1409 castar os mais para não degenerarem as boas raças [1].

Estas e outras muitas providencias de D. João I produziram os mais favoraveis resultados. A producção cavallar cresceu no reino rapidamente. Demonstra-o não só o recenseamento militar mandado fazer por ordem de D. João I, mas tambem a noticia das numerosas tropas de cavallaria com que o rei de Portugal entrou em Castella por varias vezes. Tanto se desenvolvia que se considerou de prejuizo para Portugal a clausula do tratado de Aylhom, pelo qual a Castella reconheceu définitivamente a independencia, clausula que prohibia expressamente a exportação de cavallos, poldros, etc., como prohibia tambem a exportação de armas, prata e oiro amoedados ou não. Essa clausula obedecia a um principio militar. Receiava-se de um e de outro lado que largas compras de cavallos, feitas a tempo por um dos paizes, pozessem de um momento para o outro em triste pé a cavallaria do outro paiz.

Em 1418 promulgara D. João I em Cintra a lei mais importante, que elaborou para o desenvolvimento da raça cavallar: a do regimento dos coudeis. Ahi se concediam privilegios importantes a quem apresentasse um bom cavallo pae. D. Duarte mandou pôr em execução esse regimento, favoreceu as regiões pecuarias ou antes hippicas do Alemtejo, e resistiu energicamente ao pedido que lhe fizeram as côrtes de 1434 para que se revogasse a lei que obrigava a ter um certo numero de cavallos quem se servisse de muares.

D. Affonso V foi, como de custume, menos severo em frente das pretenções da nobreza e concedeu a muita gente o direito de usar de cavallos pequenos, providencias que longo concorreram para paralysar, ou antes para peiorar a creação hippica do paiz.

A cultura florestal não foi menos privilegiada do que a industria pecuaria, não só porque era de primeira necessidade que houvesse com fartura a materia prima das embarcações, mas tambem porque nos bosques se asylava a caça, materia prima tambem dos divertimentos reaes.

Desde D. Diniz, e ainda antes d'elle, tinham pensado todos os governos em povoar de mattas o territorio do reino. Protestavam contra isso os povos, não só porque os privilegios da caça, e as penas asperrimas com que eram punidos os seus infractores, tornavam esses privilegios verdadeiramente odiosos, mas porque a abundancia de animaes bravos, cuja vida devia ser cuidadosamente respeitada, eram a desgraça das searas circumvisinhas.

Para regular isso d'algum modo, sem que se perdessem as tradições venatorias da casa real, e sem que os povos fossem, como eram, tão vexados por esses privilegios, publicou D. Duarte em 1435 o *regimento do monteiro-mór*, e tornou menos severas as penas dos caçadores furtivos ou balhesteiros, como então se dizia. A multa para elles era de 2$000 réis, ainda assim enorme para esse tempo. Os córtes de madeira eram punidos com multas de 400 réis por cada carrada, os de lenha com multa de 200 réis

[1] Veja-se sobre este asssmpto *Estudos hippicos* de Sylvestre Lima no *Archivo Rural*, 2.º anno, n.º 5, etc. (Lisboa, 1859,) *Memorias para a Historia da agricultura em Portugal*, t. 2.º das *Memorias da Academia das Sciencias*, *Ordenações Affonsinas*, tit. 29, 59 e 119.

Digitized by Google

tambem por cada carrada O monteiro-mór tinha a seu cargo a policia florestal, que exercia por intermedio dos seus moços de monte e monteiros de cavallo, e a direcção das caçadas reaes em que tinha ás suas ordens, além dos monteiros, os escudeiros d'el-rei e os moços da camara. Além dos privilegios que tinha e tributos que auferia, recebia tambem um marco de prata de cada monteiro que nomeava para as differentes comarcas. Entre os tributos que constituiam o rendimento dos monteiros e do seu chefe, citaremos o que era pago pelos mouros de Lisboa, que tinham de dar a cada monteiro um cobertor, um pote, um pucaro, um alguidar, uma panella com testo, uma tigella com tampa, uma almotolia, uma enfusa e um candieiro, e ao monteiro-mor o dobro, de cada vez que el-rei vinha a Lisboa. D. Duarte suavisou o tributo, fazendo-o simplesmente annual. Aos setenta annos os monteiros podiam sem aposentados com todos os seus privilegios, e o monteiro-mor exercia sobre elles ampla jurisdição, podendo não só demittil-os, mas prendel-os na cadeia[1].

Affonso V, em ordenação de Santarem de 23 de maio de 1474, aggravou as penas contra os que lançavam fogo ao matto, ou cortavam madeira sem licença, ou não respeitavam a caça defeza. Havia coutadas onde só se prohibia a caça durante certos mezes, tal era a coutada de Mugem, pertencente ao municipio, mas sujeito, a requerimento do proprio concelho, a jurisdicção do monteiro-mór e onde lebreus e furões não podiam entrar nos mezes de março, abril e maio; a coutada de Cintra, onde se prohibiu absolutamente a caça de 1 de março a 24 de junho. Na coutada de Mira não se podia pescar trutas na lagôa senão em sitios marcados. As pessoas que tinham licença para cortar madeira não o podiam fazer sem que o guarda lhes indicasse o sitio onde deviam fazer os cortes. Os pastos nas coutadas tambem eram prohibidos em certos mezes ou sempre. A caça e pesca estavam além d'isso sujeitos a certas prescripções e a certos prazos que impediam que se destruisse nos seus germens a riqueza futura dos bosques e dos rios. A apanha de lenha era tambem defeza em certas circumstancias.

Pagava cem reaes de multa quem matasse cysnes na lagôa de Athouguia. Além das penas pecuniarias Affonso V infligia aos infractores da lei penas de prisão, de desterro para Arzilla e para Tanger. Em todo o caso n'este documento legislativo abundam as disposições sensatas, que deviam concorrer e bastante para o desenvolvimento das florestas, d'essas florestas onde se cortavam as dezenas, as centenas de galeões e caravellas que todos os annos saíam dos portos do reino, essas florestas onde D. João II devia ir elle proprio escolher a madeira de que haviam de fazer-se o *S. Raphael,* o *S. Gabriel*, e o *Berrio*, os tres navios gloriosos que deviam levar a bordo Vasco da Gama e os seus intrepidos companheiros.

Por este documento a que nos referimos, que vem publicado no *Livro vermelho de D. Affonso V*[1], e pelo regimento do monteiro-mór, se podem ver quaes eram as coutadas que então pertenciam á corôa. Eram as de Cabrella desde a foz do Marateca até á ribeira de Canha, e ponte de Lavar, Amora e Montargil até ao rio Sôr, valle de Alcotula ao Tramagal, margem do rio de Moinhos á foz do Nabão, estrada de Coimbra ás cercanias do Porto, matta do Botão, termo de Montemór o-Novo, tapadas entre Evora, Monsaraz, Redondo e Portel,

[1] *Ordenações Affonsinas*, liv. I, tit. 67. «Do monteiro-mór e coisas que a seu officio pertencem.»

[1] Inserto no tomo 3.º da *Collecção de ineditos para a Historia Portugueza*, t. II.

Digitized by Google

coutadas de Santarem, dos olivaes de Alemquer, de ponte de Lamas, de Otta, de Mira, das Gandras desde os arredores de Aeiro até Santa Maria da Vimieira com as mattas do Casal de Comba, Torres do Bairro, Jelfa, Lagôa Limpa, tapada dos coelhos, Lagoa de Mira, coutadas de Obidos e de Athouguia, comprehendendo a Matta Velha, mattas do Avenal, Ribeira Rica, Faldreu, Navalhas, Delgada, Vode, Annifes, Valbemfeito, Ameal, Matta Secca, Matta da Amoreira, do Formigal e de Cezaredo, Monte Longo, Zimbral, ilha de Peniche e Albergaria.

Assim, se pela fatalidade exactamente da nossa gloria, a agricultura declinava sensivelmente, nem por isso diminuia a prosperidade do paiz. O commercio curava ainda as feridas que fazia, e dava-nos largas compensações pelos prejuizos de que era causa.

Mas se depois d'observarmos as fontes sempre crescentes da riqueza publica, voltarmos os olhos para o estado da fazenda, encontral-o-hemos cada vez mais miserando; é ainda a nobreza que suga a mais pura substancia do paiz, senão retalhando o reino em prestamos, e absorvendo os bens da corôa, pelo menos opulentando-se com tenças, moradias, *casamentos* e outras fórmulas diversas que se traduziam em réditos abundantes.

Oiçâmos o que diz a este respeito o illustre escriptor Rebello da Silva.

«O estado do paiz, no seu aspecto economico e financeiro, quando D. João II subiu ao throno, justificava os cuidados e receios do novo monarcha.

«Nos ultimos annos, apesar da resistencia, mais ou menos declarada, do principe, Affonso V, cada vez mais prodigo, tudo parecia achar pouco para dis-

LUIZ XI, RÉI DE FRANÇA

tribuir pelos fidalgos mais intimos, a pretexto de os recompensar dos serviços e proezas, com que tinham ennobrecido os revezes da desastrosa guerra, tentada contra Fernando e Izabel.

«Os sacrificios necessarios para se começar esta aventura, condemnada pelos conselheiros sisudos, excediam as faculdades do soberano, e por isso vieram

Digitized by Google

recahir pesados e oppressivos sobre todo o reino; e a lucta, prolongada sem exito, exigiu taes despezas, que acabaram de nos enfraquecer, reduzindo tudo a grande apuro.

«No seu testamento, datado de 28 d'abril de 1475, o competidor infeliz dos reis de Castella e Aragão revela sem disfarce os encargos que deixava ao seu herdeiro com a successão da corôa.

«As dividas contrahidas elevam-se a avultadas sommas, entrando prata das egrejas e o dinheiro levantado no cofre dos orphãos, que, só ellas, não desciam de trinta e quatro milhões, segundo confessa o pai de D. João II[1]. Os thesoiros, consumidos pelo rei cavalleiro, procediam em parte do dote não pago ao imperador, e em parte foram emprestados por pessoas principaes, e por individuos d'inferior jerarchia.

«O casamento da imperatriz D. Leonor, irmã de D. Affonso V, celebrou-se com tal pompa, a sua jornada para Italia fez-se com tanto fausto, que, vinte e quatro annos depois, o vencedor d'Arzilla não duvidava accusar-se d'excessivamente liberal, lamentando tantos gastos superflos, imputando a culpa d'elles á sua pouca edade, e falta d'experiencia, e rogando aos seus successores, com o auxilio do clero e do povo, que não se negassem a saldar o dote de sua irmã, por conta do qual já tinha dado ao imperador sete mil corôas[2].

«Os recursos de que podiam dispor os ministros para occorrerem ás obrigações ordinarias do Estado, e sobretudo para subsidiarem as emprezas militares d'um reinado tão longo e guerreiro, não correspondiam á ousadia dos commettimentos do soberano, nem estavam em harmonia com a imprudente generosidade propria do seu animo[1].

Um documento precioso encontrado no Archivo da Torre do Tombo, e relativo ao reinado de D. Affonso V, encerra elementos preciosos para o estudo da fazenda publica n'esse tempo. Por elle se vê que é antigo o *deficit* nos nossos orçamentos. Eis o orçamento de Affonso V:

Receita	43:074$000 réis
Despeza	46:008$870 »

Vejamos agora as verbas de despeza:

Dotação da infanta D. Joanna por herança de sua mãe	300$000 réis
Tenças anteriores ao juramento d'el-rei	1:003$788 »
Tenças da infanta D. Philippa filha do duque D. Pedro	450$000 »
Tenças para compensação de quantias devidas	3:115$000 »
Tenças vitalicias por mercês anteriores ao juramento	301$607 »
Tença á infanta D. Beatriz em troca de direiros reaes cedidos	853$130 »
Tenças a outras pessoas pelo mesmo motivo	213$660 »
Assentamento de duques e fidalgos por moradias de diversos titulos	4:135$000 »
Despezas pessoaes do rei e principe	14:818$077 »
Despezas de D. Leonor mulher do principe herdeiro e de seu filho D. Affonso	1:650$000 »
Dotação de D. Joanna «a excellente senhora»	1:400$000 »
Tenças graciosas sem praso limitado concedidas por el-rei	6:731$000 »
Tenças dadas até se resgatarem com algum despacho para algum officio ou concessão de direitos reaes	451$880 »
Tenças dadas a pessoas que desposavam damas que tinham jus a receber os chamados «casamentos»	672$700 »
Tenças dadas como indemnisações a pessoas que se não tinham despachado, como se promettêra	640$040 »
Subsidios para estudos dos moços fidalgos	202$540 »
Casas do Civil e Supplicação	986$878 »
Outras despezas	2:000$000 »

Deve notar-se que a organisação fi-

[1] Sousa, *Historia Genealogica*, Provas, tom. II, N.º 4. Testamento d'el-rei D. Affonso V, copiado do real archivo, grav. 16 na casa da corôa.

[2] *Historia Genealogica*, Provas, tom. II, N.º 4, pag. 9.

[1] Rebello da Silva. — *D. João II e a nobreza*, artigo publicado nos *Archivos de sciencias e lettras* da Academia, vol. 8, pag. 669.

Digitized by Google

nanceira da idade média em nada se parecia com a nossa, e que este orçamento está muito longe de comprehender as despezas geraes do Estado. Estas eram as despezas do Thesouro Real, como a receita a que nos referimos era a que entrava no Thesouro; mas havia ainda, é claro, outras innumeras despezas que saíam de diversas receitas e que não figuram aqui.

O *deficit* que dissemos que existia n'este orçamento assustava comtudo os ministros de D. Affonso V, que aconselhavam economias. Planearam-se deducções, descontaram-se 100$000 réis á excellente senhora e 100$000 réis a D. Leonor, reduziu-se metade á verba das tenças graciosas, ás tres quartas o ordenado dos desembargadores, a metade á verba de subsidios para estudos de moços fidalgos.

Essas economias, porém, ficaram no papel, mas as côrtes da Guarda em 1465 tão alto clamaram, queixando-se do bando de vadios que enxameava na côrte, que D. Affonso V resolveu emendar-se, e publicou em agosto de 1465 um alvará de reforma que reduzia a vinte o numero de moços fidalgos, e a vinte e quatro o dos moços da camara, que providenciava sobre tudo largamente com relação aos «casamentos», esses dotes dados pelo rei aos fidalgos e ás damas do Paço e que constituiam um onus immenso da fazenda publica. Os apuros da fazenda eram taes que chegou mesmo a resolver-se que durante dois annos se não pagassem casamentos, ou que se destinassem para essa despeza apenas 2 contos de réis, emquanto se não cobrassem as 20:000 corôas que o judeu Isaac devia pelo contracto do latão.

De que serviam esses propósitos? Vinha a indole gastadora de D. Affonso V e tudo se despendia em pompas e em dadivas. O que concorria muito para estes apuros eram as magnificencias das festas e as luzidas expedições guerreiras em que se comprazia D. Affonso V. A esse proposito diz ainda Rebello da Silva:

«Outro documento, não menos instructivo do que aquelle que acabamos de citar, proporciona vivas côres para o painel que estamos debuxando.

«É um papel escripto por D. Vasco de Athayde, filho do conde de Athouguia, prior do Crato, e companheiro de armas de D. Affonso V em Africa, no qual por curiosidade ia assentando as mercês e liberalidades do rei cavalleiro durante o seu longo reinado [1].

«Esta memoria, apezar de defectiva, ministra preciosos subsidios para reconhecer até onde podia chegar a generosidade imprudente do pai de D. João II, e de que modo se desbaratavam, quasi sem discernimento, os rendimentos proprios do soberano, e os do paiz.

«As despezas d'este governo prodigo, registadas por um cortezão, que devia ao filho de D. Duarte a elevada posição a que subira, dão o verdadeiro retrato do principe guerreiro e faustuoso, e explicam ao mesmo tempo os apuros e estreitezas dos ultimos annos do seu reinado e os secretos motivos que, além do odio latente, mas constante, contra os mais poderosos vassallos, influiram no animo do seu herdeiro, decidindo-o a apressar a lucta, e a não recuar um passo depois de a travar.

«O casamento de sua irmã a imperatriz no anno de 1450, com o dote e passagem por Italia, enxoval e joias, custou a Affonso V, ou antes ao reino, 150:000 cruzados.

«A princeza foi acompanhada em toda a jornada pelo marquez de Valença, pelo bispo de Coimbra, e pelo conde de Villa Real, levando quatrocentos e oitenta ca-

---

[1] *Coisas que deu em sua vida el-rei D. Affonso V.*

Digitized by Google

vallos, duas naus, duas caravellas e duas embarcações menores [1].

«Nos ultimos annos, desenganado de algumas das vaidades da sua mocidade, o venceder de Arzilla arrependeu-se do excessivo gasto d'esta pomposa entrega, e desculpou-se perante Deus e os homens, cedendo sem duvida á voz da consciencia. Mas os arrependimentos d'este genero de peccados eram n'elle sempre curtos e levianos.

«Se de novo se lhe offerecia occasião de ostentar a grandeza e o esplendor, a que era inclinado, tornava a repetir o erro, e feliz ainda se o não exaggerava.

«O casamento de sua irmã, a infanta D. Joanna, em 1455, com o rei de Castella, Henrique IV, serve de prova ao que asseverâmos.

«O dote, a viagem e o enxoval da princeza, até ser entregue a seu marido pela condessa d'Athougiua D. Guiomar, importou em trinta mil dobras [2].

«Para casar sua prima D. Izabel com D. João, rei de Castella, em 1446, brindou-a com um dote de 50:000 dobras, sendo acompanhada d'um opulento cortejo, no qual figuravam, entre outras pessoas principaes, os bispos de Coimbra e d'Evora, o prior do Crato D. João, e muitos outros fidalgos [3].

«Finalmente, além das grossas sommas que deu para casar alguns dos fidalgos da casa de Bragança com vantagem, e que já apontámos nos capitulos antecedentes, bastará observarmos que, para o consorcio de seu irmão o infante D. Fernando com a infanta D. Brites, teve de dar 60:000 florins d'oiro, que se gastaram em comprar á rainha de Castella D. Izabel o montado do Campo d'Ourique, e os logares de Bellas, Almada, Collares e Azeitão com a mouraria de Loulé.

«Não satisfeito ainda com tão magnifico presente de noivado, o rei concedeu ao infante o mosteiro de Santiago, e as terras do infante D. Henrique com a ilha da Madeira, Beja, Serpa, Salvaterra, Marvão e Guarda [1].

«As emprezas e aventuras militares do rei cavalleiro, e as suas conquistas absorveram egualmente avultados capitaes.

«O socorro, que enviou em 1445 por seu primo D. João[2] ao rei de Castella, composto de duas mil lanças e cinco mil homens de pé, importou em 44:000 dobras; e os outros auxilios de tropas, com que ainda o ajudou por duas vezes, consumiram mais de 16:000 dobras[3].

«Para a expedição, que tomou aos Moiros Alcacer, em 1458, armou 280 vélas e 22:000 homens de peleja, despendendo 115:000 dobras; e na couraça, que mandou construir um anno depois para fortificar melhor a praça conquistada, empregou 10:000 dobras e 26 naos[4].

«A primeira vez que passou a Ceuta com 2:000 lanças, gastou 33:000 dobras, e a gloriosa facção, que terminou pela conquista de Arzilla e de Tanger, em-

---

[1] *Coisas que deu em sua vida el-rei D. Affonso V.*—Provas da Historia Genealogica» t. 2, n.º 8, pag. 17.

[2] «Ibidem, p. 48.

[3] Ibidem. Esta ultima prodigalidade, em boa justiça, não se póde imputar a el-rei D. Affonso V, que tinha então 14 annos. O casamento da princeza D. Izabel foi feito com essa pompa pelo regente D. Pedro, que queria recompensar os serviços do fallecido infante D. João, pae da noiva.

[1] «*Coisas que deu em sua vida el-rei D. Affonso V. Provas da Hist. Genealogica*, t. 2.º, n.º 8, pag. 18. «Ainda n'este ponto observaremos que a riqueza do infante D. Henrique pertencia de direito ao infante D. Fernando, porque o fallecido o nomeára seu herdeiro, em conformidade da promessa que fizéra á rainha D. Leonor, por occasião da expedição de Tanger.

[2] D. Pedro é o que Rebello da Silva quer dizer. Esse era o nome do primo d'Affonso V, filho do infante D. Pedro, condestavel do reino e commandante do exercito auxiliar que foi a Castella.

[3] «*Coisas que deu em sua vida, etc. — Provas da Hist. Geneal.*, t. 2.º, n.º 8, pag. 18 e 19». Notaremos ainda que estas emprezas pertencem á regencia do infante D. Pedro, e não ao governo de D. Affonso V.

[4] «Ibidem., p 18.

Digitized by Google

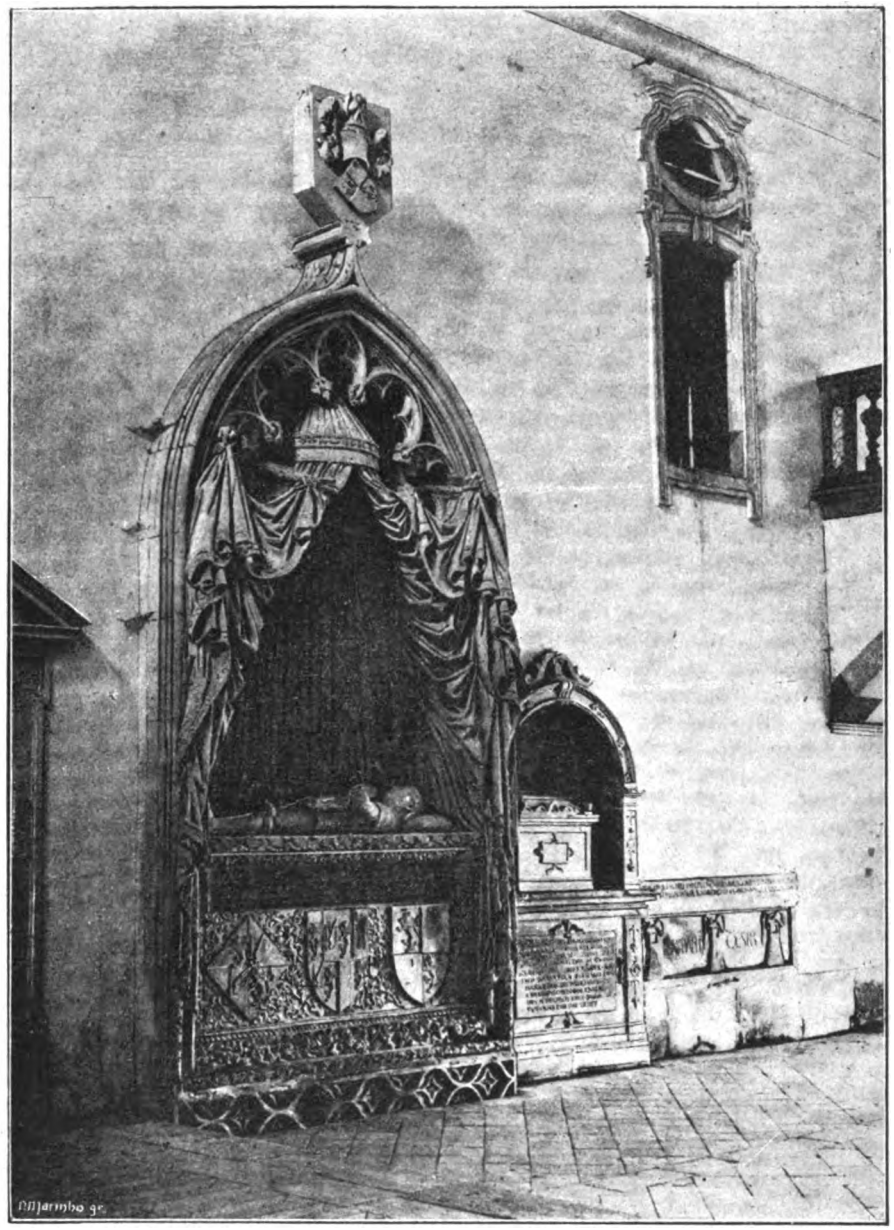
prehendida com uma armada de 338 vélas e de 23:000 homens, custou 135:000 dobras[1].

«Quando passou a França, attrahido pelas falsas promessas de Luiz XI depois do revez de Toro, levou comsigo 2:200 homens com 16 naus e 5 caravellas, trazendo, sempre que andou nas terras estrangeiras, um estado real proporcionado, e malbaratando n'esta imprudente jornada não menos de 38 000 dobras[2].

«A fatal guerra, tentada contra Fernando e Izabel em nome dos direitos da desditosa filha de Henrique IV, acabou de arruinar a fazenda publica, e não se pôde sustentar senão recorrendo a emprestimos e a expedientes ruinosos.

«O exercito, quando o rei passou a fronteira em 1475, era de 5:600 lanças e de 14:000 infantes, e gastou-se com elle em 13 mezes 275:000 dobras[1].

«Nas outras armadas do soccorro, que mandou a Ceuta, Alcacer e Arzilla, assim como na que expediu sobre Anafé



TUMULO DE FERNAO TELLES DE MENEZES NO MOSTEIRO DE S. MARCOS

[1] *Coisas que deu em sua vida, etc.—Provas da Hist. Geneal.*, t. 2.º n.º 8, pag. 18 e 19. Notaremos ainda que estas emprezas pertencem á regencia do infante D. Pedro, e não ao governo de D. Affonso V, p. 19.

[2] Ibidem., p. 18 e 19.

[1] «*Coisas que deu em sua vida el-rei D. Affonso V. Provas da Historia Genealogica*, t. II, n.º 8, p. 18 e 19. A dobra valia em 1451 150 reaes brancos, se era dobra cruzada, e se era de banda deviam dar-se por ella 120 reaes. A dobra de banda de D. João I e de João II de Castella valia em Portugal,

Digitized by Google

ás ordens do Condestavel[1], calculava-se que a despeza total deveria exceder a 80:000 dobras[2].

Mas sobretudo o grande erro de D. Affonso V consistiu na prodigalidade extraordinaria que mostrou em dividir pelos principes e fidalgos principaes do reino o patrimonio do paiz.

Assim fez seu irmão D. Fernando duque de Vizeu e duque de Beja, e confirmou esses titulos com a posse das terras que d'elles dependiam, com a das ilhas, com os mestrados de Christo e de S. Thiago, e com a renda das saboarias na pessoa de seu sobrinho D. João.

A D. Sancho de Noronha deu o titulo de conde de Odemira com as villas de Aveiro e Odemira, reguengo e castello d'Elvas; a D. Francisco Coutinho, conde de Marialva, deu as lezirias de Santarem; a D. Martinho de Athayde deu o titulo de conde de Athouguia e os rendimentos da judiaria de Castello-Branco; ao conde de Monsanto deu a alcaidaria do castello de Lisboa, e a villa e reguengos de Castello-Mendo; ao marquez de Montemór deu o officio de condestavel do reino, as rendas das Alcaçovas e de Redondo e da portagem d'Elvas, ao conde de Faro deu os direitos do castello de Estremoz.

As despezas com os «casamentos» e moradias dos fidalgos eram immensas. Com os «casamentos» gastou-se no tempo de D, Affonso V uma somma superior a 600:000 corôas; as moradias eram exorbitantes, e accumulavam-se com todos os outros proventos e benesses resultantes da munificencia real. Os membros do conselho do rei recebiam moradias avultadas, sendo a menor a de 4:286 reaes. Em 1462 eram 14 os chamados cavalleiros do conselho, mas a despeza por isso não diminuia. Se o conde de Marialva não recebia menos de 8:000 reaes, o conde de Monsanto e outros recebiam 6:500. Os fidalgos cavalleiros eram 100 em 1477 e recebiam uns 3:900 reaes, outros 2:700, outros 2:500, outros 1:800, outros 1:400; havia 38 escudeiros fidalgos e 51 moços fidalgos, todos largamente remunerados.

Quando voltou de França, D. Affonso V, em vez de trazer idéas de economias, foi pelo contrario mais prodigo ainda do que o fôra até ahi, com grande despeito do principe D. João, que, depois de ter tido nas mãos o governo do reino, o via outra vez dirigido n'um sentido bem diverso do que aquelle em que desejava impellil-o.

Ao conde de Olivença deu D. Affonso V a jurisdicção civel e crime da villa e dos padroados de Olivença, ao duque de Guimarães, depois duque de Bragança, a jurisdicção dos logares de Melgaço e de Castro Laboreiro, e a seu filho mais velho Monforte com o castello, rendas e direitos; a seu irmão, conde de Faro, o direito de nomear os tabelhães de Silves, a D. Alvaro de Bragança a confirmação da quinta de Valverde no termo de Santarem, a Gonçalo Vaz de Castello-Branco o senhorio de Villa Nova de Portimão, ao duque de Bragança, pae do duque de Guimarães, concedeu o privilegio de não haver nas suas terras outro fronteiro-mór que não fosse elle mesmo, e a mesma graça outhorgou ao conde de Faro com o direito de apresentação de todos os officios nas suas terras e nas terças de sua mulher.

O duque de Guimarães, apesar da sua immensa riqueza, ainda arrancou a D. Affonso V uma tença de 400$000 réis annuaes até herdar a casa de seu pae. A seu sobrinho D. Manuel, que foi depois o rei venturoso, e que pertencia a uma casa egualmente riquissima, ainda

no anno de 1460, 230 reaes brancos. Memorias da classe de sciencias moraes e politicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. II. Parte I da nova série, p. 90 a 100.

[1] Era-o n'esse tempo seu irmão D. Fernando.

[2] *Povas da Hist. Ceneal.* T. II, n.º 8, p. 18 e 19.

Digitized by Google

D. Affonso V concedeu a tença de réis 500$000 annuaes, emquanto duraram as terçarias. O duque de Bragança ainda recebeu, além de tudo o que já obtivera, o padroado de Castro-Laboreiro e as dizimas das sentenças condemnatorias pronunciadas nas suas terras; o duque de Vizeu recebeu Beja com o seu termo, castello, entradas e saidas e toda a jurisdicção, e a ilha da Madeira nas mesmas condições em que a possuia D. Henrique, de quem elle era herdeiro; o conde de Loulé recebeu as villas de Arzilla e de Alcacer, o conde de Marialva o direito de legar a seus filhos ou a seu irmão todos os bens da corôa que possuia e ainda a mercê das pensões dos tabelliães de Vizeu.

O que tornava os ultimos actos de D. Affonso V profundamente ineptos era que todos tendiam a alienar da corôa as jurisdicções e os direitos, que com tanto trabalho os reis seus antecessores tinham ido arrancando á nobreza, e que D. João II havia de concentrar completamente ou quasi completamente no Estado.

Mas d'onde vinha o dinheiro para tantos esbanjamentos como os que indicamos? Saía, além dos tributos e sizas e rendimentos dos monopolios, dos subsidios que votavam de vez em quando as côrtes para supprirem os desfalques occasionados pela prodigalidade régia.

Assim tiveram de votar de uma vez 150:000 dobras de 230 réis cada uma e 285:969 de 120 réis cada uma para se pagarem tenças obrigatorias e casamentos, e de conceder que se applicassem para o mesmo fim 274:000 dobras que existiam de sobra nos almoxarifados do reino.

E para que era que o povo suava todo este dinheiro? Era para se pagarem tenças e moradias a fidalgos como os duques de Bragança, cuja casa estava, quando D. João IV subiu ao throno, na situação que passamos rapidamente a descrever.

D. Fernando era duque de Bragança e de Guimarães, marquez de Villa-Viçosa, conde de Neiva, senhor de Montalegre, de Monforte e de Penafiel, etc. Estes titulos não eram simples honrarias, e comprehendiam largos privilegios, isenções e jurisdicções.

A casa de Bragança tinha, como a casa real, moços fidalgos, cavalleiros e escudeiros, despachados por alvarás; tinha o direito importante de dispor de commendas da ordem de Christo com plena independencia do mestrado:

Possuia as cidades e villas de Bragança, Chaves, Guimarães, Valença, Montemór-o-Novo, Almada, Vidigueira e muitas outras. Eram tão numerosos os seus vassallos, que só em Barcellos levantava 32 bandeiras no tempo de D. João II; os duques de Bragança tinham servido nas guerras, uma vez com 1:900 cavalleiros e muita peonagem, outra vez com 700 lanças e 2:000 infantes, outra vez com 200 lanças e 1:000 infantes. Apresentavam 18 alcaidarias-móres, e apresentavam, como padroeiros, 160 beneficios, conezias e egrejas com as collegiadas de Barcellos e de Ourem.

No seu magnifico Paço havia camareiro, estribeiro e copeiro-mór, veador, trinchante, capellão-mór, monteiro, secretario, porteiro da cana, e emfim todos os empregos da casa real.

Como podia supportar-se n'um paiz um vassallo com tal grandeza, poder e opulencia? Depois, não se limitava a casa de Bragança a ter no seu chefe um quasi soberano: os seus irmãos eram egualmente poderosos. D. João, marquez de Monte-Mór e condestavel do reino, tinha o senhorio de Vianna do Alemtejo e alcaidaria-mor e a villa de Montemor-o-Novo com todas as suas rendas, as villas do Cadaval, Peral e Redondo, e o cargo de fronteiro-mor d'Entre-Tejo e

Digitized by Google

Guadiana emquanto durou a menor edade do duque de Vizeu.

D. Affonso conde de Faro possuia as villas d'Odemira, Aveiro, Vimieiro, castello e reguengos d'Elvas, castello d'Extremoz, terras de Riba do Vouga, julgados d'Eixo, Oiy, Paus e Villarinho.

D. Alvaro, quarto filho do duque, D. Fernando I de Bragança, e irmão de D. Fernando II, possuia as rendas de Beja e seu termo com todos os privilegios e jurisdicções, a alcaidaria-mór e as rendas d'Olivença, o reguengo e campo de Tooes no termo de Santarem, a torre de Ferreira com as suas rendas e jurisdicção civil e crime, o castello e alcaidaria-mór de Villa-Maior, a judiaria d'Alcacer com Arega e as Abitureiras com padroado, fóros, censos e tributos, as villas e castellos de Torres Novas e Alvaiazere com o padroado das egrejas das mesmas villas, e as dizimas do pescado de Buarcos e Montemór-o-Velho. Além de tudo isto concedeu-lhe D. Affonso V, a 11 d'agosto de 1475, o cubiçado cargo de chanceller-mór do reino. João das Regras, o intrepido adversario dos privilegios da nobreza, devia estremecer no tumulo de indignado!

Póde-se por este exemplo avaliar o que seria o resto! A fidalguia era senhora de Portugal inteiro, e D. João II podia dizer com razão que seu pae o deixára rei das estradas do paiz, dito que Prescott tambem attribue a Fernando o Catholico [1], provando essa coincidencia que não era menos deploravel debaixo d'esse ponto de vista o estado de Castella. Em toda a parte succedia o mesmo, e em toda a parte porém havia a tendencia para a unidade e centralisação monarchica.

«O caracter do seculo xv, diz Guisot, é tender constantemente para a centralisação e trabalhar em crear interesses geraes, idéas geraes, em fazer desapparecer o espirito de localidade, e reunir, elevar juntamente as exigencias e os espiritos, crear emfim o que não existira em ponto grande até então: povos e governos.

«A explosão d'este facto pertence aos seculos xvi e xvii, e foi no seculo xv que se preparou.» [1]

Henrique VII na Inglaterra, Luiz XI em França, Fernando o Catholico em Hespanha, Maximiliano I na Allemanha, D. João II em Portugal, foram os grandes obreiros d'este trabalho centralisador, e a desgraça da Italia foi que lhe não apparecesse então um homem capaz de tomar tambem a seu cargo essa grande obra de unidade, que só no seculo xix se effectuou. Era por elle que Machiavello anciava [2], era esse papel grandioso o que Lourenço de Medicis desejava assumir [3]. Não surgiu quem tivesse prestigio bastante para fazer desappare-

[1] *King only of the highways—History of the reign of Ferdinand and Izabella*, tom. 1.º, pag. 172 (Londres 1858).

[1] Guisot *Civilisação na Europa*, lição 11.ª, pag. 92 do *Curso d'Historia Moderna* (Bruxellas, 1843).

[2] «Em todos os trabalhos de Machiavello um só pensamento o preoccupava, o de vêr todos os estados diversos da Italia reunidos debaixo do poder d'um só principe, que á testa d'um exercito poderoso e nacional, podesse livrar a peninsula de toda a oppressão estrangeira». Ferrari. Prologo da traducção franceza do *Principe* na edição da Bibliotheca Nacional (Paris, 1865) pag. xx. Com effeito o proprio Machiavello diz ao terminar a sua obra: A Italia, não tendo já senão um sopro de vida, espera quem lhe cure as feridas e ponha termo ás devastações e ao saque da Lombardia, aos roubos do reino de Napoles e da Toscana, e pense as chagas que o tempo tornou quasi incuraveis. Vêde como ella roga a Deus que lhe envie alguem que a livre d'esta oppressão e da insolencia dos barbaros, vêde-a prompta e decidida a seguir uma bandeira, contanto que alguem a hasteie.» O *Principe*, traducção franceza de C. Ferrari, cap. 26, p. 182 (Paris, 1865).

[3] Lourenço de Medicis procurava sempre conservar a união e a paz entre os estados da Peninsula e fazer com que elles adoptassem uma politica italiana. «A' sua prematura morte podêmos inquestionavelmente attribuir, diz Roscoe, não só a destruição da republica, mas todas as calamidades que a Italia depois soffreu». William Roscoe *The Life of Lorenzo de Medicis called the Magnificent*, cap. x, pag. 332 (10.ª edição, Londres, 1862).

Digitized by Google

TRISTÃO DA CUNHA ASSALTADO PELOS NEGROS

Digitized by Google

cer diante da grande unidade italiana a tuba de principados e de pequenas republicas que se agitava entre os Alpes e o Mediterraneo.

D. João II tinha pois de cumprir em Portugal a missão centralisadora, que a outros principes, n'outros paizes, coube pelos fins do seculo xv. Desgraça para os obstaculos que diante de si encontrasse! Ao menos feria os inimigos pela frente e sem receio, e, quando assassinava o duque de Vizeu, o punhal de D. João II pouco menos heroico seria do que a sua espada de Toro, porque, se no campo da batalha o rodeavam Castelhanos, rodeava-o no seu palacio de Setubal uma turba fremente de fidalgos conspiradores e anciosos de vingança, que o prestigio quasi inexplicavel da energia do monarcha obrigou a curvarem-se, pallidos e trémulos, diante d'aquelle que tinham quasi á sua mercê.

CAPITULO XLVII

As moedas na Idade Media

O estudo financeiro e economico do paiz liga-se naturalmente com o estudo do seu systema monetario. Quando publicámos a primeira edição da nossa Historia, tinhamos para esse estudo apenas dois elementos principaes: a obra de Manuel Severim de Faria e um belissimo artigo publicado por Herculano no *Panorama*. Agora, porém, temos diante de nós a excellente e completissima obra do sr. Teixeira de Aragão[1], que nos habilita a tratarmos este assumpto com mais minuciosidade.

Apezar d'isso servir-nos-ha sempre de muito o artigo de A. Herculano, que sobretudo sabe encontrar os traços geraes, que na obra vasta do sr. Teixeira de Aragão forçosamente se diluem um pouco.

Segundo o que nos diz o nosso eminente historiador, temos no principio da monarchia dois systemas monetarios vivendo ao lado um do outro, e, por assim dizermos, cruzando-se. De um lado a libra franceza com a sua subdivisão em soldos e dinheiros, do outro o maravedi Arabe, que não tem subdivisão propria e que vae, para a ter, entroncar-se no systema Francez. O maravedi é de oiro, ao passo que a libra é de prata. Juntamente com estas moedas coexiste uma outra, reliquia naturalmente do velho systema Arabe, que é o maravedi de prata. Havia ainda uma outra moeda moirisca, que tinha curso no principio da monarchia, segundo se deduz de documentos de D. Affonso I e de D. Sancho I, que se chamava *moxmodi*, suppondo Herculano, juntamente com Viterbo, que era meio maravedi[1].

Houve maravedis, cunhados no tempo de Affonso Henriques, a que chamaram por isso *maravedis alfonsins*, distinguindo-se d'esse modo dos que foram

[1] *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 3 tomos (Lisboa 1874, 1877, e 1880).

[1] M. B. Lopes Fernandes discorda d'esta opinião, escrevendo o seguinte: «Do que diz D. Pedro de Cantos Benitez, a pag. 38 e 39 da sua obra, falando de «Dobras mazmudinas», vê-se que é errada a supposição do autor do «Elucidario» querendo achar nos «mormudis» maravedis menores ou meios maravedis, sendo aquelles realmente moedas de oiro moirisco. Nota ao *Elucidario* de Viterbo, pag. 114 do II vol. (Lisboa 1865) vocabulo *Mosmodis*.

Digitized by Google

cunhados no tempo de D. Sancho I, e que se chamavam *maravedis novos*. Os de prata correram até ao seculo XIII, sendo então conhecidos pelo nome de *velhos*, para se distinguirem d'outros que se cunharam com differente peso e a que chamaram novos.

A libra de prata tinha pois 20 soldos ou *brancos*, cada soldo 12 dinheiros ou *pretos*. Um maravedi de prata valia 15 soldos, o maravedi de oiro, segundo o que parece mais provavel, tinha o valor de duas libras e meia, quer dizer de 50 soldos ou 600 dinheiros.

Eram os dinheiros, que tinham curso na primeira época nummaria da monarchia, quer dizer na que se estende do principio do reinado de D. Affonso I ao começo do de D. Affonso IV. Incluiremos mais n'esta relação os *fortes* e *meios fortes* mandados cunhar por el-rei D. Diniz, e que não eram senão méras subdivisões da libra.

D. Affonso Heriques concedeu á sé de Braga o privilegio da cunhagem de dinheiro, mas não parece que só ahi se cunhasse moeda em Portugal. Alli se cunharam os morabitinos ou maravedis de oiro, que se chamaram alfonsins e depois tambem *soldos de oiro*, e os dinheiros e as mealhas que eram moedas de bilhão[1]. Havia comtudo n'esse tempo uma confusão extraordinaria de moedas: havia os soldos *kazimios*, os *romanos*, os *galleganos*, os *mahometanos*, os *leonezes*, os *pepiones*, os *burgalezes*[2]. A libra foi diminuindo por tal forma de valor que no seculo XV já se davam 1:000 por uma das primitivas, e serviam de moeda de conta, antes de se passar para os reaes[3].

A preciosa lei de D. Affonso III, a que já nos referimos quando falámos do commercio, lei de 26 de dezembro de 1253, indica da seguinte forma o valor das differentes moedas: o morabitino novo de oiro valia 22 soldos, o morabitino velho 27 soldos, o morabitino alfonsim 30 soldos, o quadrado de oiro 45 soldos[1]. O quadrado de oiro foi o que se chamou tambem dobra moirisca, o morabitino alfonsim teve o nome de soldo de oiro.

Havia pois em oiro as differentes especies de maravedis velhos e novos; em prata o maravedi de prata, a libra, o soldo, ou *branco*; em cobre o dinheiro ou *preto*.

A famosa lei de Affonso III dar-nos-ha indicações preciosas a respeito do valor do dinheiro, dando-nos ao mesmo tempo indicações valiosas a respeito do custo dos objectos necessarios á vida. Extractaremos algumas especies interessantes.

Quintal de cobre	12 libras portuguezas[2]
» de estanho	12 » »
» de chumbo	50 soldos[3]
Um boi excellente	3 morabitinos velhos (81 soldos)
Uma vacca prenhe	2 » (54 »)
Outra qualquer	1 » (27 »)
Quatro carneiros vivos	1 »
Quatro cabras vivas	1 »
Um bom porco de dois annos	18 soldos
Um porco cevado de tres annos	1 morabitino velho[4]
Um ganso	20 soldos
Um coiro de vacca	20 »
Um coiro de gamo	8 »
» » sendo curtido	10 »
Uma arroba de cera	7 1/2 libras portuguezas
Um alqueire de mel	9 soldos
Uma pelle de cabrito	6 dinheiros[5]
» de gato	1 soldo
Uma pelle de lontra	3 libras
Um alqueire de azeite de peixe	7 soldos e meio
Um covado de escarlata ingleza	70 soldos

[1] Teixeira de Aragão *Descripção geral e historica das moedas, etc.*, t. I, pag. 142 (Lisboa, 1874).

[2] Ibid, pag. 20 e 21.

[3] Ibid, pag. 21.

[1] Ibid, pag.

[2] Como diremos adiante uma libra no tempo de Affonso I.I valia em dinheiro actual 548 réis 8/14.

[3] Um soldo equivalia a 28 réis pouco mais ou menos.

[4] Valia 756 rs.

[5] Cada dinheiro valia 2 réis 1/3.

Digitized by Google

Um covado de escarlata flamenga.....	3 libras
Um covado de panno tinto de Gand, Rouen ou Ypres	40 soldos
Um covado de sarja.....	13 »
Uma vara de burel.....	2 »
Uma vara de bom panno de linho.....	3 »
Uma arroba de pimenta..	14 libras
Uma arroba de amendoas.	30 soldos
Uma cinta de prata.....	2 libras
Cordões de senhora com ouro ou prata de Londres e Montpellier.....	6 libras
Uma mula boa.....	60 »
Uma sella de carneira vermelha.....	70 soldos
Um ferro de lança.....	4 soldos
» » de ascuma.....	7 »
Por doirar um ferro de lança.....	2 »
Por doirar um ferro de ascuma.....	4 »
Uma egua.....	15 libras
Um jumento	10 morabitinos de 15 soldos
Um chapeu com ouropel..	10 »
» » grande de lã...	7 »
» » de lã pequeno.	$3^1/_2$ »
Um gallo capão.....	18 dinheiros
Uma galliuha	1 soldo
Um frango.....	6 dinheiros
Dois ovos.....	1 »
Uma perdiz.....	4 »
Passaros pequenos cada tres	1 »
Sapatos de cordovão.....	3 soldos
Esporas doiradas.....	12 »

Esta curiosissima lei, de que fizemos apenas alguns pequenos extractos, foi publicada por A. Herculano nos seus *Portugaliæ Monumenta Historica*, vol. I, *Leges et consuetudines*, pag. 192 a 196.

Por elles vemos que as moedas correntes, principalmente no tempo de D. Affonso III, eram as libras portuguezas, os soldos e dinheiros, os morabitinos velhos, e os morabitinos de quinze soldos, que pareciam corresponder a meios morabitinos; mas tambem em documentos legislativos do tempo de D. Sancho I se encontram morabitinos de dez soldos [1]; a confusão é medonha e impossivel fixar o valor definitivo das differentes moedas nos primeiros tempos da monarchia. Affonso III, mandando cunhar moeda nova, procura retirar da circulação toda a moeda antiga, ordenando que doze dinheiros novos valessem no troco dezeseis antigos [1]. O britar moeda, ou, como se dizia no latim da epoca, *frangere monetam*, era um dos grandes recursos financeiros dos nossos primeiros reis, como o era de todos os governos da meia edade. Significava simplesmente refundir a moeda existente, augmentando a liga de oiro ou de prata e conservando á moeda o mesmo valor nominal.

Os *morabitinos de oiro* de D. Affonso I e de D. Sancho I, confundidos depois com o nome de morabitinos alfonsins, os morabitinos de prata de 15 soldos, que, segundo nos diz Fernão Lopes, se usavam na Extremadura, os dinheiros e as mealhas eram as moedas que circulavam no tempo dos cinco primeiros reis. As libras e os soldos eram moedas de conta, mas as moedas estrangeiras invadiam o reino, e vinham complicar de um modo notavel o nosso systema monetario. D. Diniz mandou cunhar os *fortes*, que correspondiam, no entender do sr. Teixeira de Aragão, aos *tornezes* de França, e que Herculano nos diz que valiam 5 soldos, e os meios-fortes que valiam 2 soldos e meio,

Os maravedis de oiro começaram então a chamar-se dobras cruzadas.

No tempo de D. Affonso IV fizeram-se alterações profundas na moeda, porque as côrtes lhe permittiram que fizesse de um marco de prata dezoito libras e quatorze soldos, quando até ahi n'um marco de prata se encerravam quatorze libras apenas. Esse novo dinheiro de prata ficou-se chamando dinheiro alfonsin. Veiu D. Pedro I, e esse, longe de britar moeda como fizera seu pae, fez dinheiros novos, mas dinheiros excellen-

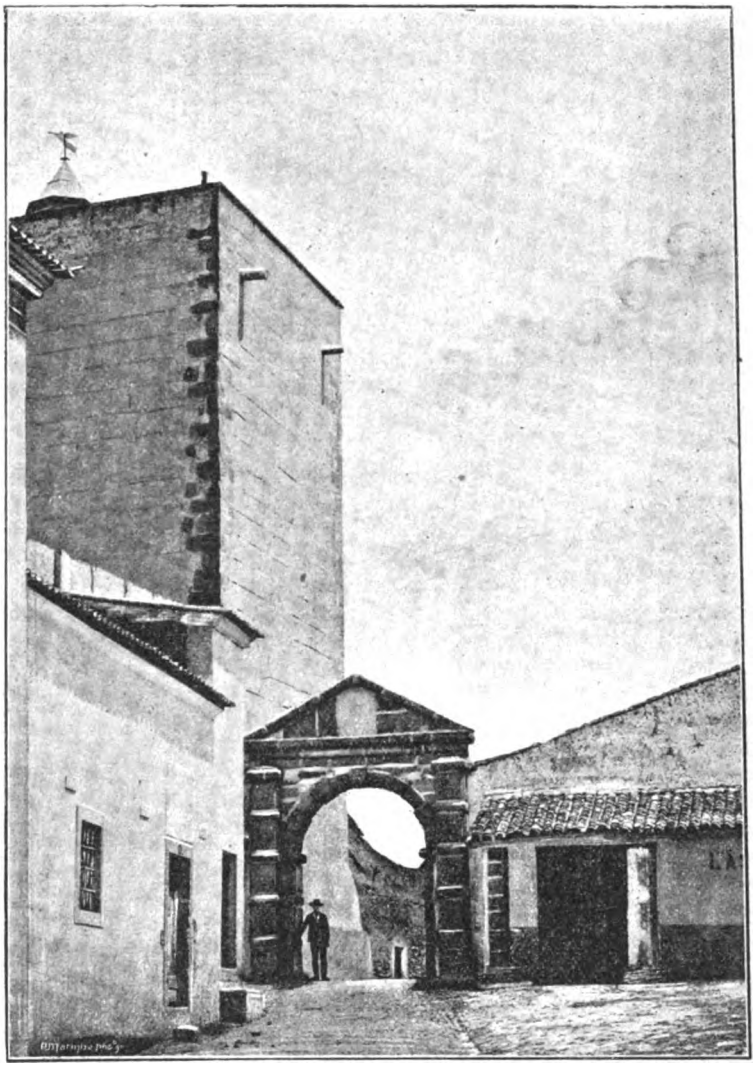
[1] Teixeira de Aragão, *Descripção*, etc. t. I, pag. 151.

[1] Teixeira de Aragão, *Descripção*, etc. t. I, pag. 151.

Digitized by Google

tes, dobras, que entravam 50 n'um marco de oiro, emquanto as antigas, as *dobras cruzadas*, que eram os antigos maravedis, entravam 54 n'um marco. Tambem D. Pedro I fez de prata tornezes e meios tornezes, que correspondiam pouco mais ou menos aos reaes de Castella. Em moeda de bilhão lavrou dinheiro. Se D. Pedro não alterou a moeda, não fez o mesmo D. Fernando, que usou e abusou d'esse recurso financeiro. Começou por mandar fazer dobras como as de seu pae, dobras que se chamavam *péterra*, porque a effigie representava uma imagem grosseirissima do rei, em pé, com a espada na mão, ao passo que as antigas dobras do tempo de D. Affonso II representavam uma imagem ainda mais grosseira e imperfeita de um guerreiro a cavallo, e as de D. Pedro representavam o rei sentado, segundo conta Faria e Sousa que as viu, porque as moedas d'este rei não chegaram ao nosso tempo. Essas dobras tinham o valor nominal de seis libras, apezar de serem inferiores ás de D. Pedro, depois vieram os gentis de um ponto, dois pontos, tres pontos e quatro pontos, que valeram successivamente quatro libras e meia, quatro libras, tres libras e meia, tres libras e cinco soldos [1].

Na prata, a libra que era de 14 ao marco até ao tempo de D. Affonso IV, que este rei mudára para 18 e tanto ao marco, em tempo de D. Fernando passou a ser de 53, e note-se ainda que este marco era do toque de tres dinheiros, emquanto que o marco antigo era do toque de onze dinheiros. A falsificação era horrorosa, porque um antigo marco de prata vinha a produzir 195 libras chamadas barbudas; como os moedeiros diziam que davam por um marco de boa prata antiga 27 libras, os que possuiam a prata corriam a vendel-a, recebiam 27 barbudas, de fórma que o thesouro lucrava a differença, 168 libras, roubando escandalosamente o vendedor. Ainda fa-



ÉVORA — UMA DAS PORTAS DO FEUDO DOS CONDES DE BASTO MOSTRANDO A TORRE DENOMINADA DE SERTORIO

[1] *Descripção*, etc. t. I, pag. 169.

Digitized by Google

ziam mais os moedeiros de D. Fernando. Trocavam 21 soldos por uma barbuda, levando apenas um soldo de premio, mas como a barbuda valia quasi dez vezes menos do que a antiga libra de 20 soldos, imagine-se o lucro escandaloso do thesouro.

Como o systema era bom, tratou D. Fernando de multiplicar os typos de moeda. Foi assim que mandou tambem cunhar os graves. No marco de 3 dinheiros havia 12 graves, com um marco de prata de 11 dinheiros faziam-se graves, cujo valor nominal equivalia ao de 307 barbudas, pagava-se o marco por 27, lucravam-se 280. Adoptou-se o mesmo systema com os pilartes; esses eram de 128 ao marco, mas o marco era de 2 dinheiros. Com esses lucrava o thesouro apenas 170 libras. Os nomes de *barbudas*, *graves* e *pilartes* vinham dos nomes das differentes tropas inglezas. Chamavam *barbudas* aos que usavam um elmo com viseiras que assim se denominavam, *graves* aos que tinham umas lanças do mesmo nome, *pilartes*, *pilardi*, ou *pillardi*, a umas tropas irregulares que acompanhavam os exercitos, e que eram tão funestas aos paizss que atravessavam, como o dinheiro falso a que deram o nome ao mercado a que se arrojavam.

D. Fernando mandou tambem lavrar reaes á imitação de Castella, que correspondiam pouco mais ou menos ás libras antigas, antes da falsificação das barbudas; tornezes, que eram os antigos *fortes* pouco mais ou menos, e finalmente as *petitas*, dinheiro de bilhão, e que parece que eram meios tornezes. Todos estes dinheiros padeceram uma enorme baixa quando, terminnda a guerra, os povos poderam fazer ouvir as suas reclamações em côrtes. O dinheiro então, que D. Fernando mandára cunhar em Corunha, em Toro e em Samora, terras de Hespanha que tinham estado em seu poder, esse ainda era mais falsificado, e por isso correu apenas como mealhas.

Resumindo, vêmos pois no reinado de D. Fernando a falsificação da moeda tomar proporções até ahi desconhecidas. Ás magnificas *dobras* de D. Pedro, que valiam 4 libras de D. Affonso IV, substituiu dobras eguaes, mas a que augmentou o valor, fazendo com que representassem 6 libras, quer dizer: sendo até ahi o seu valor representativo de 2$400 réis actuaes, deu-lhes o valor ficticio de réis 3$600. Ao mesmo tempo novas moedas de oiro vieram figurar ao lado das dobras da nossa collecção nummaria: foram os *gentis de um ponto*, que valiam 4 ½ libras; os *gentis* de dois pontos, que valiam 4 libras; outros de 3 ½ libras, e finalmente outros de 3.

As libras cunhadas por D. Fernando foram as *barbudas*, a que se deu, como ás antigas libras, o valor ficticio de 20 soldos, quando 14 d'essas *barbudas* dariam quando muito uma das antigas libras. Correspondia essa enorme falsificação quasi á que se fizesse agora dando a um tostão de prata o valor de réis 1$500.

Provou o proprio D. Fernando, quando. em attenção ás queixas do povo, se viu obrigado a reduzir a *barbuda* do valor de 20 soldos a 14, e depois a 2 ½! E já se vê que ainda assim não ficaram tendo a sua valia legitima.

Os *graves* eram outras moedas de prata egualmente falsificadas, a que se dava o valor de 15 soldos, e cuja enorme falsificação se póde calcular, quando se vir que o valor ficticio, 15 soldos, foi reduzido a 14 dinheiros, quer dizer a menos de 1/30 do seu valor primitivo.

Os *pilartes* valiam por decreto 5 soldos; era este o seu valor ficticio, e tão pouco proporcionado ao seu valor intrinseco, que baixou depois a 10 dinheiros, quer dizer á sexta parte do seu primeiro valor.

Digitized by Google

Não eram os procellosos tempos do governo do mestre d'Aviz proprios para remediar os effeitos da pouca probidade de D. Fernando I. Por isso continuou a falsificação, auctorisada pela necessidade; mas o povo, em vez de se queixar, pendurava ao pescoço as novas moedas, trazendo-as como reliquias santas, tal era o amor que ao Mestre consagravam, e o zelo com que se mostravam dispostos a fazer todos os sacrificios á causa da independencia nacional [1].

Foi o *real de prata* não a nova moeda mas sim a moeda principal que D. João I mandou cunhar. sempre com o mesmo peso, diz Viterbo, mas cada vez menor no preço. O seu valor primitivo foi de 10 soldos [2].

Fez tambem lavrar depois reaes de 10 reaes cada um, e que se chamaram reaes brancos.

A moeda de cobre, mandada lavrar por el-rei D. João I, foi a dos ceitis, que se cunhou á volta da tomada de Ceuta ou *Ceita*, e que d'ahi se chamou *ceitil*. O seu valor variou entre $^1/_5$ a $^2/_6$ ou $^2/_7$ de real branco. Tinha esta moeda no anverso as armas de Portugal, e no reverso uma cidade ao longo da agua, o que bem claramente designa a cidade de Ceuta, conquistada pelo valor dos nossos [3].

Quer José Soares da Silva [4] que nos grandes apuros em que esteve o reino durante o interregno, o mestre de Aviz tivesse mandado cunhar moeda de sola, opinião que Viterbo impugna com boas razões, entre as quaes avultam a do silencio completo de Fernão Lopes, a da não existencia em archivo algum ou cartorio de camara de documento que se refira a similhante moeda [1].

«Percebe-se facilmente, escreve Ferdinand Denis, a revolução monetaria que forçosamente se operou durante o reinado do successor de João. Este principe não se occupou na realidade de melhorar o valor metallico; as libras diminuiram tanto que D. Duarte mandou cunhar uma moeda mais grossa e a que chamou *reaes brancos* [2]. Eram de cobre com uma liga de outro metal [3]. Faria Severim diz que um decreto régio deu a esses reaes brancos o valor de um soldo antigo, e por conseguinte cada um d'elles valia trinta e cinco libras pequenas, e vinte reaes faziam uma libra antiga de

Brasão de armas da cidade do Funchal na Ilha da Madeira

---

[1] Notemos comtudo que estes reaes eram feitos com a prata das egrejas, o que tambem contribuia para a devoção que lhes tinham.

[2] *Elucidario*, voc. *Real*, pag. 119 do t. 2.º (Lisboa, 1865.)

[3] Ibid, voc. *Ceitil*, pag. 179, do t. 1.º

[4] *Memorias d'el-rei D. João I*, t. 1.º, cap. 38, § 262 (Lisboa 1734).

[1] A proposito d'esta affirmativa de Viterbo escreve Lopes Fernandes o seguinte: «Não sei se D. João I fabricou moedas de sola: não ha n'isto nenhum documento exacto até agora. Comtudo, para o negar abertamente como impossivel, só porque taes moedas não apparecem, nem memorias da sua existencia nos archivos publicos e particulares, teriamos de incorrer em absurdo. Quantas leis de moedas nos faltam porque se perderam? Quantas moedas de oiro, prata e cobre são hoje apenas conhecidas pelos nomes? Os Cartaginezes tiveram effectivamente moedas de coiro, como é expresso em Cesar nos *Comment*, lib. V. cap. IV. E por isso é melhor confessar que se não sabe, do que affirmar positivamente como facto o que não podêmos saber». Nota ao *Elucidario* (edição de 1865) voc. *Moeda*, t. 2.º, p. 100. Ou não p· dêmos affirmar e negar facto algum do passado, ou, segundo todas as leis da critica historica, póde-se negar affoitamente a existencia das moedas de sola, logo que Fernão Lopes e os documentos todos deixam de mencionar similhante facto que só vem á luz no seculo XVIII. Um Francez diria (e com alguma razão) que Lopes Fernandes quiz ter com Viterbo *une querelle d'Allemand*.

O sr. Teixeira de Aragão observa justamente que a pessima qualidade e o pouco peso da moeda foi que fizeram que se dissesse que era de sola. Commines tambem diz que o rei João de França mandára fazer moeda de sola. E', por assim dizer, uma lenda numismatica.

[2] Quem os cunhou primeiro foi D. João.

[3] De estanho, diz Viterbo, e de prata diz Lopes Fernandes.

Digitized by Google

setecentas libras pequenas[1]; assim cada um d'esses reaes valia da nova moeda dez ceitis e quatro quintos de ceitil, pois que vinte valiam trinta e seis réis, que sommam uma das grandes libras. Houve tambem reaes pretos, dez dos quaes faziam um real branco. D. Duarte mandou cunhar egualmente escudos d'oiro[2], mas eram de baixa valia, e o nosso autor nada diz ácerca do seu valor effectivo. Comtudo accrescenta mais adiante que havia grande difficuldade em os fazer passar nos paizes estrangeiros. É provavel que a administração do illustre D. Pedro não durasse bastante tempo para remediar tal desordem, mas o mal foi reparado, logo depois da regencia, e póde-se suppôr que o seu espirito justo e probo não deixou de ter alguma influencia n'este ramo da administração».

Não fala Ferdinand Denis nos reaes de dez reaes brancos, chamados tambem *leaes,* mandados cunhar por D. Duarte.

Este real de prata correspondia á antiga libra, cujo valor foi sempre diminuindo. Até ao tempo de D. Affonso IV entravam 14 libras n'um marco de prata; das libras de D. Affonso entravam n'um marco de prata 18 libras e 14 soldos, das barbudas de D. Fernando entravam 53 n'um marco de prata, mas o marco era do toque de tres dinheiros e não de 11 como as libras antigas. Dos leaes entravam 80 no marco de prata, sendo o marco de 11 dinheiros.

Dos escudos de oiro entravam 50 n'um marco.

Eram por conseguinte correspondentes ás dobras de D. Pedro, mas não encontraram o apreço que estas sempre tiveram.

[1] *Librinhas* era a nome proprio d'estas libras pequenas.

[2] Esta moeda valia 90 reaes. «Mandou-as desfazer el-rei D. Manuel; porque, pela muita liga que tinham, eram mal recebidas, principalmente d'estrangeiros Documento de Paderne de 1457». Viterbo *Elucidario*, voc. *Escudo*, pag. 294 do t. 1.º (Edição de 1865).

Ao nome de D. Affonso V se liga o lavramento da melhor moeda de oiro que no reino correu depois das dobras de D. Pedro, os cruzados. Mandou-os elle cunhar, como dissemos no logar competente, de fórma que excedessem em quilates de oiro e em valor os ducados de toda a Christandade, para que não lh'os regeitassem em parte alguma quando levasse a cabo a projectada expedição contra os Turcos, que haviam tomado Constantinopla. A expedição não se realisou, mas os *cruzados* ficaram, lembrando com o seu name o guerreiro projecto, que lhes déra origem. Ainda se viam muitos no seculo XVII, e, segundo diz Severim de Faria, eram de um oiro tão fino que tinham muita procura para serem empregados em doiradura. N'uma das faces via-se a cruz de S. Jorge com letras que significavam *Adjutorium nostrum in nomine domini*, na outra o escudo real coroado e assente sobre a cruz d'Aviz com a legenda *Crusatus Alfonsi qninti R.*

«Passaremos rapidamente, continua Ferdinand Denis, por esses reaes de Affânso V que representavam um rodizio de moinho[1], e por esses espadins de cobre e de prata, destinados a perpetuarem a lembrança da ordem da Torre e Espada. O que houve notavel n'estas ultimas moedas foi o lembrarem uma lenda toda oriental. A ordem, instituida na época em que el-rei meditou a expedição de Fez, adoptou o emblema que a distinguia, em memoria de uma tradição celebre no fim do seculo XV. Um astrologo arabe, iniciado em todos os mysterios da arte cabalistica, pozéra um *espadim*, como que uma espada, na torre mais alta do castello de Fez, e aquelle que pudesse tornar-se senhor d'esse poderoso talisman, graças á força das armas, seria senhor do mundo inteiro; no

[1] Um rudizio com gotas d'agua espargidas emtorno era a divisa adoptada por D. Affonso V.

Digitized by Google

seculo XVII ainda essa lenda subsistia.»

D'estes espadins diz Viterbo o seguinte:

«Moeda de oiro, de prata e de cobre. El-rei D. Affonso V foi o primeiro que os fez lavrar. Eram de prata com o tamanho de um meio tostão, com o valor de 24 réis [1]. Tinham de uma parte o escudo do reino com a letra *Adjutorium nostrum in nomine Domini*, e da outra uma mão com a espada núa e a ponta para baixo, e o nome do rei na orla. Deu occasião a esta moeda a *Ordem da Espada*, que elle instituiu para a conquista de Fez. D'esta moeda se faz menção nas côrtes de Evora de 1481. Depois el-rei D. João II fez lavrar espadins de oiro com o mesmo cunho, mas com a ponta da espada para cima, e com o valor de 300 réis (que el-rei D. Manuel fez subir a 500 réis; porém na sua *Ordenação* da edição de Lisboa de 1565, livro 1.º, tit. 61, se dá constantemente ao *Espadim* o valor de 300 réis sendo de oiro). Egualmente fez bater espadins de cobre prateado com o valor de 4 réis» [2].

Mas logo abaixo accrescenta:

«Não parece de todo certo que el-rei D. Affonso V ordenasse *Espadins* de oiro e prata, pois na *Chronica do Conde D. Pedro*, liv. 1.º, cap. 81, unicamente se diz que elle mudára os reaes brancos em outra moeda mais baixa a que chamavam *Espadins*, que só podia ser de cobre, a valer menos que um *Real* branco de cinco ou seis ceitis» [3].

O que parece certo é que havia os *espadins* de prata que valiam 4 reaes brancos, os *espadins* de cobre prateado que valiam menos de um real branco, e outra moeda de bilhão, os *cotrins*, que valiam 5 ceitis, quer dizer o mesmo pouco mais ou menos que os espadins de bilhão.

Assim, fazendo um breve resumo das moedas principaes cunhadas desde o principio da monarchia até D. Affonso V, encontrâmos os *maravedis alfonsins*

CONDESTAVEL D. ALVARO DE LUNA

de oiro de D. Affonso I, os de Sancho I e os dos reis subsequentes, os *maravedis* tambem de prata, as *libras* de prata, que Lopes Fernandes assevera serem apenas moeda nominal, que Herculano positivamente affirma que já se cunhavam no tempo de D. Diniz, e que nos parece que se cunhavam antes, porque a lei de Affonso III fala em libras portuguezas; os *dinheiros alfonsins de prata* de Affonso IV, que eram as libras com o valor diminuido, os *fortes* e os *meios-fortes* de D. Diniz, as *barbudas graves* e os *pillartes* de D. Fernando I, as *dobras* de D. Pedro e os *turonezes* e as *petitas* de D. Fernando tambem, e os *ceitis* de cobre

[1] «O sr. M. B. Lopes Fernandes diz haver aqui erro, devendo lêr-se realmente 4 réis, em logar dos 24 que tem o texto». (Nota de I. F. da Silva, que foi quem dirigiu a edição de 1865, de que nos servimos. Accrescentemos agora que tiuha razão Lopes Fernandes. Documentos citados pelo sr. Teixeira de Aragão mostram que o espadim valia 4 reaes brancos.

[2] *Elucidario*, voc. *Espadim*, t. 1.º, pag. 295.

[3] Ibid., voc. *Espadins*, ibid.

Digitized by Google

de D. João I, e os *escudos de oiro* de D. Duarte, e os *leaes* e os *reaes brancos* e *pretos* do mesmo soberano, os *cruzados* de oiro de D. Affonso V e os *espadins* e os *cotrins* do mesmo monarcha. Taes são as principaes especies da nossa historia nummaria durante a edade media.

Procurámos dar aos leitores algumas idéas seguras sobre uma historia que, affigurando-se tão pouco valiosa, é comtudo tão importante — a historia das moedas. Lá diz Severim de Faria: «Os livros depressa se consomem, se se não copiam, as fabricas e as estatuas não passarão de um logar e ahi mesmo acabarão; as pyramides e obeliscos, em que se esculpiram os hieroglyphicos mysteriosos, já d'elles não ha memoria. Pelo que nenhuma coisa conserva tanto a antiguidade, como as moedas e medalhas, que, pela incorrupção dos metaes, perseveram perpetuamente, e pelo seu grande numero estão em toda a parte, onde representam os verdadeiros rostos, que tiveram os mais antigos principes, seus nomes, suas fabricas, e finalmente o valor de todas as coisas, porque todas ellas se reduzem ao peso e valia das moedas».

Effectivamente, costume era já dos antigos Romanos commemorarem com medalhas os acontecimentos mais dignos de serem transmittidos á posteridade, hoje ainda se lavram essas memorias; nos alicerces dos monumentos se lançam as moedas do tempo, afim de que sejam no futuro, quando o monumento fôr ruinas, testemunhas do commettimento que uma geração emprehendeu. Ainda as moedas servem bem claramente para denunciar, melhor do que os livros da historia, qual o caracter dos governos que as lançaram á circulação. Quem não vê nas boas dobras de D. Pedro I o symbolo manifesto do seu governo prospero, que opulentou os povos, opulentando ao mesmo tempo os cofres do Estado? Quem não sente logo nas falsificadissimas *barbudas*, nos despresiveis *graves* e *piltartes* de D. Fernando a penuria a que um rei imprudente arrastou o paiz, e os pouquissimos escrupulos de quem recorre a tão impudentes burlas para encher de novo os exhautos cofres? Não está nos *espadins* e nos *cruzados* de oiro de D. Affonso V bem expressa a indole aventurosa e faustosa do rei-cavalleiro? Não ha que duvidar; essas moedas, que circularam n'um paiz durante a existencia de uma geração, e que os seculos futuros archivam como curiosidades, são apenas mais algumas folhas dispersas do grande livro, onde se escreve a historia dos feitos, e do viver e crêr das nações[1].

---

[1] Para acharmos em dinheiro moderno o valor das moedas antigas, temos de empregar o seguinte systema; saber quantas moedas se continham n'um marco de oiro ou prata, e qual o valor d'esse marco em dinheiro moderno. Assim o marco de oiro amoedado vale 120$000 réis, logo um maravedi de 60 ao marco vale 12$000 réis. Assim temos:

Moedas de oiro

Maravedi (60 ao marco)	2$000 réis
Dobra de D. Pedro e pé-terra (50 ao marco)	2$400 »
Escudo de D. Duarte	2$400 »
Cruzado de D. Affonso V (64 64/95 ao marco)	1$840 »

Moedas de prata

Libra de D. Affonso III (14 ao marco)	548 8/11
Dinheiro alfonsim de D. Affonso IV (18 14/20 ao marco)	405
Barbuda (nominalmente 53 ao marco)	145
Leal (80 ao marco)	96
Espadim (110 ao marco)	67

O valor do marco de prata amoedado tem sido de 7$680 réis, e foi essa a base que nos serviu para os nossos calculos.

Digitized by Google

CAPITULO LXVIII

Livros e livrarias na Idade Media

s escriptores, escreve F. Denis, concordam geralmente em considerar Affonso V como fundador de uma bibliotheca d'alguma importancia em Portugal. É certo comtudo que el-rei D. Duarte, seu pae, possuia algumas obras de grande preço, cujo catalogo se póde facilmente lêr no *Leal Conselheiro.*» Já se vê, pois, que tinha Ferdinand Denis conhecimento mais ou menos vago do que Innocencio Francisco da Silva depois mostrou claramente, isto é, que sabia que a honra da formação da primeira bibliotheca nos paços dos nossos reis pertencia a D. Duarte, e não a D. Affonso V, ainda que fosse talvez este, segundo suppõe Ferdinand Denis, quem lhe désse o titulo official de livraria. Que elle era amador de bons e bellos livros vê-se pela carta que escrevia ao seu chronista Gomes Eanes de Azurara, estando este em Alcacer-Ceguer, e em que transparece um verdadeiro culto pela illustração. Transcreveremos alguns trechos d'essa carta:

«Gomes Eanes, eu vos envio muito saudar, vi uma carta que me enviastes pos Antonio Frz com que muito folguei por saber que ereis em boa disposição de saude, porque certo tanto tempo havia que vós lá ereis e eu não via carta vossa, que havia por muito certo que d'alguma enfermidade ereis occupado que não podieis escrever; e d'isto dou por testemunha ao reverendo bispo de Lamego com que eu muitas vezes fallava que causa seria por que vós me não escrevieis, que por mui sem duvida tinha que não seria por mingua de vontade e lembrança vossa; e muito me prouve de saber como vos o conde aposentára, e o gasalhado que d'elle recebestes; e posto que o elle deve a si fazer por usar de sua virtude, eu lh'o agradeço muito e vós assim lh'o dizei de minha parte. Não é semrasão que os homens que tem vosso cargo sejam de prazer e honrar, que depois d'aquelles principes ou capitães que fazem os feitos dignos de memoria, aquelles que depois de seus dias os escreveram muito louvor merecem; bem aventurado dizia Alexandre que era Achilles porque tivéra a Homero por seu escriptor; que fôra dos feitos de Roma se Tito Livio os não escrevera, e Quinto Curcio os feitos de Alexandre, etc., etc.»

Por esta carta se vê quanto este illustrado rei estimava os bons auctores, e honrava os seus contemporaneos peritos na arte de bem escrever. Que não era menos apreciador de *bellos* livros, quer dizer d'esses diliciosos manuscriptos da edade média enriquecidos com admiraveis illuminuras, vê-se pelo que o seu chronista Ruy de Pina nos diz da sua viagem a França, onde todos os mosteiros e doutas corporações se apressavam a mostrar-lhe os thesouros bibliographicos que possuiam, como fez a abbadia dos Benedictinos de Bourges, que lhe apresentou um riquissimo volume do celebre «Lançarote do Lago».

Apesar das nossas modernas edições luxuosas, não podemos formar idéa do que era um d'aquelles manuscriptos, em que a penna traçava admiraveis phantasias, em que o illuminador, combinando, de mil modos, as tintas de oiro e as côres, fazia de um d'esses volumes uma

Digitized by Google

obra prima de desenho e de pintura. Uma curiosissima nota com que Arnaldo Gama acompanha o seu romance *A ultima dona de S. Nicolao*, servir-nos-ha de guia para darmos aos leitores uma idéa do que era na edade média a calligraphia com todas as suas variadas ramificações.

Escusamos de acompanhar o eruditissimo romancista portuense nos louros que tece á arte da calligraphia, valiosissima nos tempos da Grecia e Roma, quando a grande cultura intellectual fazia dos livros uma das primeiras necessidades dos homens illustrados, e quando não havia outro meio de os conhecer senão alcaçando uma copia do manuscripto primitivo. Havia calligraphos primorosos em Grecia e Roma e encadernações luxuosissimas.

Essa arte, como todas as que se prendiam com a cultura do espirito, encerrou-se, com a invasão dos barbaros, nos mosteiros, até que no seculo XIII começou a ser exercida por leigos. A calligraphia e a pintura acompanhavam as outras artes no seu renascimento maravilhoso; as tarjas, as rubricas, as iniciaes matisavam com a sua maravilhosa e delicada efflorescencia o pergaminho dos missaes, como as esculturas, os lavores, e os mil brincados cinzelamentos rendilhavam o marmore das egrejas gothicas. Foi em França que a calligraphia e a illuminura mais promptamente se desenvolveram; foi de França que essas artes nos vieram. Affonso III, que de França trouxe tantas idéas civilisadoras, de lá trouxe tambem os mestres que em 1248 poz á frente da escola de pintura de manuscriptos que fundou em Lisboa.

«As verdadeiras copias, aquellas que merecem attenção dos eruditos, como especimens preciosos da sciencia calligraphica da edade média, são as feitas em pergaminho.

«O papel inventou-se no seculo XII ou fins do seculo XI, mas como diz Hallam, não principiou a vulgarisar-se senão nos fins do seculo XIV. O mais antigo accordão da camara do Porto, que existe em papel d'algodão, no cartorio da mesma camara, é do dia 24 de junho de 1390 (1428 da era de Cesar). Apesar da espessura d'este papel, e de ser todo coberto de felpa, não ha n'elle um só borrão. No seculo XV, o papel era já vulgarissimo, como se vê do *Livro antigo das provisões*, que se acha no cartorio da mesma camara. Comtudo no seculo XIII, e mesmo XIV, o papel não era empregado senão para os documentos do mesmo valor; os mais importantes e as copias dos livros escreviam-se em pergaminho. D'estes é que vamos particularmente falar.

«As copias dos livros em pergaminho ou se escreviam *em bandeira*, isto é, em longas tiras de pergaminho que se chamavam *rotulos;* ou em *folios* á similhança dos livros modernos. Os escriptos em *bandeira*, que são os mais antigos, e que principiaram a cahir em desuso logo nos fins do seculo XIII, enrolavam-se em cylindros de buxo ou de ebano, colladas as bandeiras primorosamente umas ás outras, e a extremidade da ultima collada com toda a segurança ao cylindro, que tinha ou não tinha, segundo o luxo do possuidor, uma lamina de prata n'uma das extremidades, na qual se escrevia o titulo da obra. Os *in folios* eram encadernados como os nossos livros modernos, e as encadernações eram desde a carneira simples até á carneira ricamente imprensada e coberta de lavores de metal, inclusivè de prata. Alguns eram encadernados em seda, setim, velludo, tudo ricamente bordado a oiro.

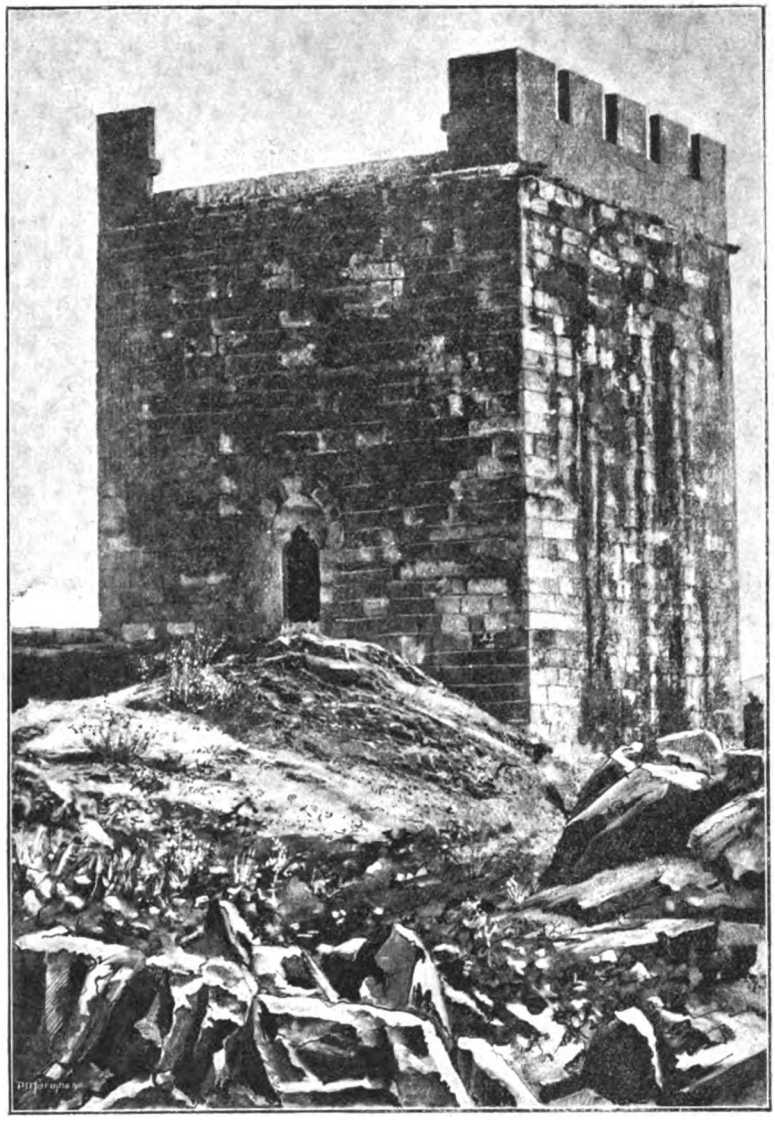
«Estas differenças d'encadernações procediam da mais ou menos opulencia de quem possuia o livro.

Digitized by Google

«Nas cópias mais simples, o livro era escripto a tinta preta, e as rubricas dos capitulos e as iniciaes dos paragraphos a tinta vermelha, tão fina e tão perfeita, que ainda hoje existe na maxima parte dos codices com o lustre e brilho primitivo. As cópias, além das pinturas e miniaturas, tinham todas as iniciaes primorosamente illuminadas com figuras e boscagens, aves, arabescos, etc., d'oiro, prata, purpura, azul e verde, e outras côres. A' excepção da prata, que em muitos codices se acha completamente oxydada, tudo o mais tem atravessado os seculos sem nada perder da perfeição primitiva[1].»

Os instrumentos de trabalho dos copistas eram simples. No pergaminho escreviam com uma penna de ferro a que chamavam, em palavra derivada do latim, *estilo*, no papel escreviam com penna de ave. As mezas ou eram similhantes ás actuaes, com a sua escrevaninha, e os tinteiros com as tintas de diversas côres presos em argolas de latão nas faces lateraes da meza, ou consistiam n'uma simples taboa movel, a que podia dar-se a inclinação que se quizesse, outras emfim consistiam n'uma especie de pulpito, com tabua movel a servir de meza, com os tinteiros presos a argolas, e com um espaldar que resguardava a escripta de qualquer sujidade e que sobre ella podesse cair.

Era Affonso V um grande apreciador dos primores calligraphicos, pois que trazia na côrte um escrivão calligrapho para lhe copiar os livros, como se vê no manuscripto da *Chronica de Guinè*, de Eanes de Azurara, manuscripto dado á estampa em Paris pelo visconde de Santarem.



CASTELLO DE PINHEL (TORRE VÂ OU PRISÃO)

Dois nomes de calligraphos de Affonso V chegaram ao nosso tempo

[1] Arnaldo Gama, *Ultima dona de S. Nicolau*, n. XXVI, pag. 452 (Porto, 1865).

Digitized by Google

Gonçalo Eanes e Vasco, que Racksinsky suppõe dever ser Vasco Eanes[1].

Na familia real o gosto pela calligraphia e pela illuminura era geral. A infanta D. Philippa, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, morto em Alfarrobeira, deixou no convento de Odivellas um manuscripto do Evangelho, enriquecido com miniaturas feitas por ella; D. Joanna, filha de D. Affonso V, parece que tambem tinha identicas predilecções.

Muitos e bons illuminadores devia ter Portugal então, como se mostra dos formosos codices que ainda se conservam nas nossas bibliothecas e nos nossos archivos.

Essa arte, comtudo, arte encantadora e mimosa, ia fenecer em breve, porque os manuscriptos iam perder a importancia que tinham. A banca do copista vinha naufragar no caixotim do typographo. o estilo quebrava-se no componedor, e o typo movel, substituindo a lettra manuscripta, vinha multiplicar as cópias com uma rapidez que faria empallidecer de terror e de assombro o mais agil copista da edade média. A imprensa já fôra inventada na Allemanha; se dermos credito a Antonio Ribeiro dos Santos, já no reinado de D. Affonso V, em 1464 e em Leiria, se começára a fazer uso do novo invento; surgira Guttemberg, e o sol da imprensa, despontando no horisonte, fazia desmaiar e fenecer essas tremulas lampadas, que fulguravam timidamente, illuminando os longos serões do paciente calligrapho.

CAPITULO XLIX

Breve noticia da litteratura portugueza durante a Idade Media

A historia litteraria é o complemento indispensavel do estudo de uma época, e, ainda que deva ser tratada com o competente desenvolvimento nos livros especiaes, nem por isso estaria completa a historia de um povo, se não estudassemos tambem, ainda que de relance, a historia das suas manifestações intellectuaes. Torna-se-nos indispensavel portanto traçar n'um breve resumo a historia da litteratura portugueza.

A historia da lingua precede sempre a historia da litteratura; entrelaça-se intimamente com o estudo das suas origens. Falaremos pois, tanto quanto nol-o permittem os poucos dados que possuimos, da origem da lingua portugueza. É hoje um facto, sem a mais leve contestação admittido pela sciencia, que o idioma Portuguez é uma lingua e não um dialecto, e que, juntamente com o Hespanhol, o Valaquio, o Francez, o Provençal e o Italiano, constitue o grupo das chamadas linguas romanas filhas do latim. Ainda n'esto seculo, e n'um periodo em que os sabios estrangeiros não poderiam escutar sem um sorriso tão estranha contestação, se disputou entre nós gravemente, se o Portuguez vinha do celtico se do latim. Adoptou a primeira opinião um sabio, aliaz eminente, o douto patriarcha fr. Francisco de S. Luiz. Combateu-o com toda a gravidade e com mal empregada erudição um sapiente anonymo. Vieram a terreiro

[1] *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pag. 76. (Paris, 1847).

Digitized by Google

dois socios do conservatorio real de Lisboa, pugnando pela sonhada origem celtica, e foi necessario que accudisse, no *Panorama*, Alexandre Herculano, com um artigo, infelizmente incompleto, a mostrar a futilidade da contenda, para que não passasse em julgado que Portugal era um paiz de barbaros, onde não chegava nem uma vaga noticia dos progressos que as sciencias philologicas e ethnographicas faziam lá por fóra, e principalmente na Allemanha.

Era com effeito curioso vêr os contendores darem como assente que o que se tratava de demonstrar era se a lingua portugueza descendia ou não da lingua latina litteraria. Parecia que, apezar de serem tão explicitos n'esse ponto os auctores romanos, não suspeitavam sequer os nossos philologos que havia um latim rustico, d'onde as linguas modernas provinham. D. fr. Francisco de S. Luiz, para impugnar a filiação latina, empregava argumentos d'esta força (seguimos o habil resumo dado pelo sr. José Silvestre Ribeiro na obra que citámos em nota):

«*Casos*. A lingua portugueza não tem aquellas variadas fórmas, a que os grammaticos latinos chamam casos, e pelas quaes exprimem, bem como os gregos, com um só e mesmo vocabulo, varias e differentes relações da mesma idéa.

«*Transposição*. Carece, por consequencia, da ampla liberdade de que a lingua latina usa na construcção, e não lhe são naturaes e proprias as inversões, que encontramos nos nossos escriptores, principalmente dos seculos XIV, XV e XVI»[1].

Parece que o douto patriarcha suppunha que o povo romano usava as elegantes inversões de Virgilio ou de Sallustio, e não via ao mesmo tempo as declinações desapparecerem pouco a pouco do latim corrupto da meia-edade, e aquelles povos semi-barbaros, não podendo haver-se com as flexões da terminação, lançarem mão das preposições para indicarem a modificação de uma idéa. Os documentos vetustos mostravam-lhe todavia a cada passo o genitivo, por exemplo, indicado já pela preposição *de*. Littré, na sua *Historia da lingua franceza*, é de opinião que n'alguma das linguas romanas sobreviveram dois casos da declinação latina.

Felizmente o artigo de Herculano, a que já nos referimos, artigo admiravel de lucidez e de espirito scientifico, restabeleceu perfeitamente o verdadeiro modo de encarar as coisas, e reivindicou os fóros da philologia e da ethnographia, tão estranhamente menospresadas pelos contendores graves:

«Haverá um anno, diz o illustre historiador escrevendo em 1844, que appareceu um escripto anonymo destinado a refutar uma memoria do eminentissimo cardeal Saraiva sobre as origens da lingua portugueza. O auctor do opusculo reivindicava para a latina a maternidade d'esta, que sua eminencia lhe refusára. Differindo até certo ponto da opinião do escriptor anonymo, que nos parece ter attribuido ao latim puro uma acção demasiado *exclusiva e immediata* na formação do portuguez, não podêmos deixar de reconhecer que elle tinha obtido um completo triumpho no pensamento essencial do seu trabalho; isto é, que tinha demonstrado o nenhum fundamento das sonhadas origens da nossa lingua, que se dizia existirem na linguagem primitiva das Hespanhas, conservada atravez de todas as invasões, conquistas e mudanças sociaes da Peninsula, com uma tenacidade, não dizemos admiravel, mas milagrosa. Assentámos que o opus-

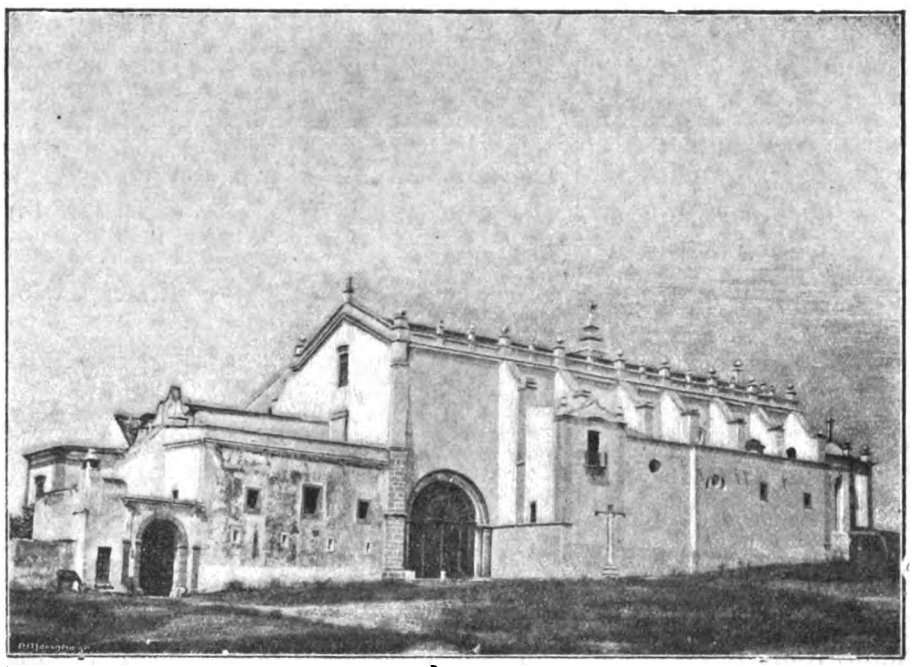
[1] José Silvestre Ribeiro, *Primeiros traços de uma resenha da litteratura portugueza*, tom. I, tit. III, cap. IV, § 3.º, pag. 209. (Lisboa, 1855.) Crêmos que d'esta interessante obra, que tão importantes subsidios encerra para a nossa historia litteraria, não chegou a sair senão o primeiro volume.

Digitized by Google

culo anonymo ficaria sem resposta, acaba, porém, de sahir á luz a 1.ª parte d'uma obra mais vasta que a memoria do eminentissimo cardeal patriarcha, em que seus AA, (dois membros do conservatorio real) querem demonstrar: 1.º Que o latim, introduzido na Peninsula pela conquista dos Romanos, não foi durante o dominio d'aquella nação a lingua vulgar dos Hespanhoes e Portuguezes (que Portuguezes serão estes?); 2.º que tambem o não foi até ao reinado de D. Diniz, época em que, conforme a opinião geralmente recebida, começou a figurar a nossa lingua; 3.º que em a natureza d'estes dois idiomas se dá uma opposição manifesta; 4.º que o celtico é a fonte genuina do portuguez. Estas quatro proposições ao menos são claras e precisas. Demonstradas ellas, ficará perfeitamente refutado o escripto anonymo, cujas conclusões nos parecem evidentes e indestructiveis.»

. . . . . .

«Se em these o systema de desprezar o vocabulario para se ater exclusivamente á grammatica é absurdo, na hypothese d'estudar as origens da lingua portugueza, ou d'outra qualquer da Europa central e meridional, e d'inquirir se o celtico ou o latim formam a base d'ellas, tal systema corre grande risco de ser ridiculo, porque no estado presente da ethnographia elle conduzira seus fautores ao impossivel, ou antes ao nada. Hoje parece incontestavel que todas as linguas da Europa chamadas mães ou primitivas, teem uma origem commum, o Sanskrit, ou um mais antigo idioma que o gerou[1] e tambem ao grego, ao latim, ao teutonico, ao slavo e ao celtico[2]. E como se chegou a similhante resultado no exame comparativo d'essas linguas? Pelas claras analogias grammaticaes que ha entre ellas, pela comparação das palavras elementares, ou antes necessarias em qualquer idioma, despojadas das lettras ou syllabas affixas ou prefixas, e attendendo a certas mudanças regulares de taes ou taes consoantes d'uma para outra lingua.



EVORA — CONVENTO DE ESPINHEIRO DA ORDEM DE S. JERONYMO

---

[1] Esta segunda hypothese de A. Herculano é a que hoje está admittida geralmente pelos philologos. O Sanskrito é considerado não como a lingua mãe, mas como a irmã mais velha das linguas européas.

[2] As obras em que esta materia se póde estudar a fundo são a de Bopp. *Vergleichende Grammatik des Sankist*, etc., etc., a de Pott *Etymologischen Forschugen auf dem Gebiete der Indo Germanischen Sprachen*, a de Prichard *Eastern origin of the celtic nations*, e ainda a de Balbi *Introduction à l'Atlas ethnographique.*

Digitized by Google

OS MOUROS ABANDONARAM A CIDADE DE TANGER

Digitized by Google

Assim os que na índole do celtico quizeram achar contraste com a do latim terão primeiro de destruir as doutrinas dos principaes ethnographos, e linguistas da Europa, trabalho e gloria que estamos bem longe de lhes invejar.

«Mas, dir-se-ha, se é verdade que o Sanskrit seja a mãe commum de todas as linguas antigas da Europa, e se a grammatica e os vocabulos concordam em mostrar essa origem identica do latim e do celtico, a comparação das palavras elementares ou necessarias do portuguez com as suas similhantes, latinas ou celticas, dará um resultado egual á das approximações grammaticaes, isto é, a impossibilidade de resolver a questão das origens. Este argumento, que ao primeiro aspecto parece concludente, fôra apenas especioso: o celtico e o latim não são sanskrit; são duas transformações d'elle, transformações operadas por diverso modo, porque para ellas concorreram circumstancias diversas. Nas lettras, ou syllabas radicaes das trez linguas, ha clara analogia e muitas vezes identidade; mas as affixas e prefixas e o som fluctuante das vogaes em cada uma d'ellas fazem variar a totalidade do mesmo vocabulo d'uma para outra, e muito mais nos seus dialectos[1]. Transformadas, organisadas, e augmentadas na Europa, ellas geraram as modernas por transformações successivas, vindo as ultimas a ser, por assim dizermos, as netas ou bisnetas da lingua fundamental da Asia que produzio aquellas. Assim ficando na base de todas, antigas ou modernas, certos caracteres de indole, communs e fundamentaes, que profundamente as separam das pertencentes á familia semitica, em cada uma os respectivos vocabulos de significação identica são mais ou menos diversos na sua forma completa, posto que nas radicaes sejam identicos. As linguas modernas, porém, nascidas em circumstancias mais favoraveis, deviam tomar d'aquelle idioma de que nasciam uma boa parte das suas lettras affixas e prefixas, isto é, mostrar mais facilmente e ao primeiro aspecto a lingua de que provinham immediatamente. A palavra sanskrita *mira*, por exemplo; é na verdade a remota origem da palavra portugueza *mar;* mas, tendo ella passado pela fórmula d'uma lingua intermedia fallada outr'ora na Hespanha, e, devendo nós resolver se nos veiu pelo latim ou pelo celtico, ficaremos convencidos de que foi pelo primeiro, quando soubermos que *mar* corresponde ao vocabulo latino *mare* e ao celtico *moir* ou *mor*, segundo fôr cymraeg ou gael.

«D'este modo fica evidente que a subfiliação das linguas dentro da mesma familia só póde ser indicada pelos vocubulos, ao passo que a analogia grammatical nos habilita para classificarmos os idiomas, não tanto em relação á sua origem immediata, como em relação á sua origem primitiva!»[1]

Quando se acaba de vêr a argumentação do cardeal patriarcha, ainda a argumentação do seu proprio refutador, posto que mais sensata, e a dos que reivindicaram depois as doutrinas de fr. Francisco de S. Luiz, e se lê este artigo, claro, substancioso e verdadeiramente scientifico de A. Herculano, parece que se passa das trevas para a luz e reconhece-se quanto era superior a todos os seus contemporaneos o altissimo espiri-

[1] Como se vê nos numeraes dos dois dialectos celticos conhecidos: por ex. *dwi* Sanskrit, em latim *dou*. no Cymraeg *da* ou *do* e no Gael *dau* ou *dwy* — *chatur* S., em latim *quatour*, no Cym. *keathair* e no G. *pedwar* — *shash* S., em lat. *sex*. no C. *se*, no G. *chwech* — *Navan* S., em lat. *novem*, no C. *noi*, no G. *naw*, etc.

[1] A. Herculano *Reflexões ethnographicas, philologicas e historicas a proposito d'uma publicação recente sobre a origem celtitica da lingua portugueza. Panorama*, vol 8.º (3.ª da 2.ª série), pag. 391.

Digitized by Google

to, que foi entre nós verdadeiramente o fundador da sciencia historica.

Comtudo, depois que Herculano escreveu este artigo, as sciencias philologicas teem feito grandes progressos, mas por elles ainda mais veiu confirmar-se a insensatez da theoria celtica. Sabemos que o sanscrito não é, como Herculano se inclina a suppôr, a mãe das linguas grega e latina, é filha, como ellas, de uma linguagem primitiva, tronco commum de todas as linguas indo-européas. O sr. Francisco Adolpho Coelho, no seu excellente opusculo, intitulado *A lingua portugueza*, nota que, sendo o celtico e o latim derivados da mesma origem, podia facilmente attribuir-se a muitas palavras portuguezas tanto uma origem celtica como uma origem latina. «Podia affirmar-se por exemplo, diz o erudito escriptor, que os originaes dos vocabulos portuguezes *egua*, *seguir*, *dez*, *tres*, *nau*, *somno*, estavam nas fórmas latinas do antigo inglez *ech* = latim *equus*, raiz *rech* = lat. *requi*, *deich* = lat. *decem*, *tri* = lat. *tres*, *nau* — lat. *navis*, *suan* = lat. *somnus*» [1]. O argumento de Herculano subsiste pois, modificando-se o papel que elle attribue ao *sanscrito* e que se deve attribuir ao idioma *aryo*, d'onde o sanscrito saiu.

Tambem é certo que se reconhece hoje o que fr. Francisco de S. Luiz parece ter vagamente entrevisto, que a filiação das linguas não se reconhece pelo vocabulario, mas pelo seu organismo intimo. N'este ponto parece ter fraquejado Herculano; a verdade porém é que o seu argumento o que tem apenas é um aspecto pouco scientifico, e não chegou a formular-se de um modo nitido. O vocabulario não pode ser de certo indistinctamente a base do estudo da lingua, mas deve-o ser na parte relativa aos radicaes dos vocabulos que constituem a essencia fundamental dos idiomas. As fórmas grammaticaes servem de fio conductor, mas segundo o preceito do sr. Adolpho Coelho, que diz no mesmo opusculo: «O todo d'esses argumentos, diz o eminente professor e philologo referindo-se aos argumentos do cardeal Saraiva, reduz-se a pouco: o portuguez não é o latim, differe muito d'elle, logo não podemos vêr no segundo a origem do primeiro. Ora é evidente que se podia dizer pelo mesmo argumento: o francez do cantico de Santa Eulalia não é o francez de Corneille; n'aquelle ha particularidades grammaticaes (por exemplo dois casos distinctos) que não se encontram no segundo e reciprocamente: logo entre o francez do cantico de Santa Eulalia e o francez de Corneille não ha connexão. O que o cardeal não comprehendeu, nem comprehendeu ninguem da sua escola, é que o que se devia determinar era se o que existe no portuguez pode ou não ter a sua razão de ser no latim [1]».

Brasão de armas da villa da Praia da Victoria Ilha Terceira

Mas o que era um absurdo, que mostrava o completo desconhecimento das leis philologicas pelos disputadores, era o basearem-se nas formas grammaticaes consideradas inflexiveis, para deduzirem qualquer coisa sobre a filiação dos idiomas. O modo como as formas grammaticaes se introduzem n'uma lingua descreve-o Guilherme d'Humboldt da seguinte maneira:

«No principio a lingua não tem signaes senão para os objectos, e deixa a quem ouve o cuidado d'accrescentar pelo pensamento as formas que servem de laço ao discurso.

«Mas procura facilitar essa operação

[1] F. A. Coelho *A lingua portuguesa*, pref. pag. XIII (Coimbra, 1868).

[1] Adolpho Coelho *A lingua portuguesa*, pref. pag. XII.

Digitized by Google

do pensamento tomando para expressão das relações e da forma palavras que servem para designar objectos e coisas.

«Assim se produz, no seu gráo mais inferior, a representação grammatical por meio de locuções, de construcções e de phrases.

«Estes primeiros meios são depois sujeitos a uma certa regularidade: a combinação das palavras torna-se constante; as palavras mesmas perdem pouco a pouco o seu valor independente, a qualidade que tinham de ser signal d'objectos, e o seu som primitivo.

«Assim se produz no seu segundo grau a representação grammatical, por meio de combinações de palavras fixas, e de termos ainda indecisos entre a designação dos objectos e das fórmas.

«As combinações de palavras ganham em unidade, as palavras representativas de fórma accrescentam-se-lhes e tornam-se affixas. Mas o laço ainda não é muito solido, os pontos de prisão conservam-se visiveis, — o todo é um aggregado e não uma unidade.

«Assim se produz no seu terceiro grau a representação grammatical por analogia de fórmas.

«A formalidade rompe emfim. A palavra é uma unidade modificada apenas, segundo as suas relações grammaticaes, por uma mudança de som, que contitue a flexão; cada palavra pertenee a uma parte de oração determinada, e já não tem só uma individualidade lexicologica, mas grammatical tambem; as palavras, affectadas á representação da fórma, não teem já significação accessoria, que perturbe a intelligencia; tornaram-se puros signaes de relações.

«Assim se produz no seu mais elevado grau a representação grammatical, por meio de fórmas verdadeiras, de flexão, e de palavras puramente grammaticaes»[1].

[1] Guilherme d'Humboldt «De l'origine des formes grammaticales et de leur influence sur le développement des idées, opuscule traduit par Alfred Tonuelé, pag. 32. Pariz 1859

Como queriam pois os partidarios da origem celtica fundar na dissimilhança entre as fórmas grammaticaes do Portuguez e do latim a base da sua argumentação? Se estudassem bem a transição entre a lingua latina e a lingua portugueza, ou qualquer outra das modernas linguas romanas, veriam que a desapparição das declinações e das conjugações se fez não d'uma maneira subita mas d'uma maneira consecutiva, que já no latim vulgar, falado pelo povo, esse systema elegante, mas complicado, das flexões era substituido pelo uso dos auxiliares e das preposições, que essa modificação das fórmas grammaticaes era a consequencia do desenvolvimento natural do latim vulgar, continuando-se apenas com modificações lexicologicas nos idiomas novos, porque, segundo a opinião de Guilherme d'Humboldt «a desapparição successiva das flexões effectua-se por diversos motivos, mas sobretudo porque as linguas, formando-se, tendem cada vez mais para a clareza, a nitidez, e sacrificam outro qualquer fim ao de tornarem a intelligencia mais facil e o discurso mais commodo; é o que obteem, desembaraçando-se pouco a pouco da multidão de fórmas que as sobrecarrega, e substituindo as flexões por particulas auxiliares»[1]. Convencer-se-hiam emfim de que a these, irrefutavelmente verdadeira, e a que foi apresentada e demonstrada ultimamente por um dos nossos mais eruditos compatriotas e contemporaneos: «Entre a lingua portugueza e a lingua romana não ha solução de continuidade, aquella deriva immediatamente d'esta, apenas modifi-

[1] Alfredo Tonnelé *Analyse de l'ouvrage intitulé «De la diversité dans la constitution des langues et de son influence sur le développement intellectuel de l'humanité* (de G. Humboldt), pag. 70. Paris, 1859).

Digitized by Google

cada na parte lexicologica pelas linguas primitivas das Hespanhas»[1].

Quaes seriam essas linguas primitivas? É o que não se póde saber com certeza, porque reina a maior obscuridade n'esses primordios da historia peninsular. Que o Biscainho seja a lingua d'alguns dos primitivos habitadores das Hespanhas, que se conservasse atravez dos seculos, graças ao caracter peculiar d'aquella raça e á posição especial do seu paiz montanhoso, é um ponto ainda hoje controverso, mesmo depois dos doutos estudos de Guilherme de Humboldt, que se inclina para a solução affirmativa. «A conjectura mais razoavel proposta até aqui, diz Ticknor, para explicar o caracter particular e notavel dos Biscainhos e da sua lingua, é a que os suppõe descendentes d'esses antigos e mysteriosos Iberos, cuja lingua parece ter-se espalhado, em certa época, por toda a Peninsula, e ter deixado rastos que se podem ainda reconhecer no hespanhol moderno»[1].

Seja como fôr, e sem nos demorarmos n'esta questão, o incontestavel é que a lingua latina, com o seu caracter absorvente e dominador, venceu em toda a Hespanha não só as linguas primitivas do paiz, mas tambem as linguas de colonias estrangeiras, que alli se tinham estabelecido, que tinham conservado a independencia do seu idioma, sem terem modificado o dos indigenas, mas que cederam afinal ao ascendente romano, como o demonstra com toda a eviden-

VISTA GERAL DA CIDADE DE PINHEL

[1] Augusto Seromenho, *Origem da lingua portugueza*. (Lisboa 1867).

[1] Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola*, (tr. fr. de Magnabal) t. I Appendice A, pag. 418 (Paris 1864).

Digitized by Google

cia a inscripção da cidade d'Ampurias, transcripta por Duarte Nunes de Leão[1]. A superioridade da civilisação, a propaganda unificadora dos delegados de Roma, o estabelecimento da lingua latina como lingua official produziram em poucos seculos este resultado.

Mas que latim era esse que se falava em Hespanha? Não era decerto nem podia ser o latim litterario, o culto idioma dos Ciceros e dos Virgilios. Na propria Roma não era essa lingua, cheia d'inversões e de transposições impossiveis d'entrar no discurso corrente, a que tinha curso entre o povo, e no trato usual. «Os escriptores romanos, diz Augusto Soromenho, que mais poliram e elevaram a lingua latina, fazem constantes allusões ao dialecto popular usado em Roma, denominando-o *sermo rusticus, vulgaris, pedestris*, e *castrensis;* e citam a miudo termos peculiares d'essa lingua, que, não só no vocabulario, como na construcção grammatical e syntactica, differia consideravelmente da *nobilis* ou latina. E não escasseiam provas de que, longe de ser apenas usado pela plebe, esse dialecto era tambem a lingua dos cidadãos romanos de mais elevada gerarchia: d'Augusto por exemplo e de Justiniano[1]».

Temos poucos monumentos onde possâmos estudar esse falar do povo; um nos resta comtudo trazido hoje á luz pelos sabios da moderna Roma, e que ministra importantes especies para o estudo do latim vulgar: são as inscripções das catacumbas.

N'essas inscripções, onde o povo rude e illettrado, a turba dos humildes, que confluiam ao aprisco de Jesus, lavrava o epitaphio dos que tinham succumbido, é que se póde observar claramente o mecanismo do latim vulgar.

Vê-se então apparecerem, n'essa lingua corrente dos dominadores do orbe, os principaes caracteristicos das linguas posteriores, que do romano se derivaram. Em vez das elegantes dissinencias, que, modificando a palavra na declinação e na conjugação, davam tão sonora magestade ao idioma poetico de Virgilio, vêm as preposições e os verbos auxiliares simplificar, para esses espiritos pouco cultivados, a relação grammatical, e dar ao discurso a facil clareza, que é hoje considerada como um dos bons predicados d'uma lingua, e que para o povo era já então uma verdadeira necessidade. Quer dizer, a lingua vulgar, como as linguas modernas que d'ella se derivam, era essencialmente analytica, ao passo que a lingua litteraria era synthetica, ideal a que procurou voltar a reacção classica do seculo XVI, e em que ainda hoje se vão os olhos de certos escriptores, mais supersticiosos adoradores do passado, do que conhecedores dos sãos principios philologicos.

«Resulta pois, diz ainda Soromenho, do exame d'eases monumentos, que na lingua rustica ou *castrensis* em que estão escriptos, se dava o completo aban-

---

[1] «D'esta introducção da lingua latina, que os Romanos fizeram em Hespanha, e como de muitas nações e varios costumes, se vieram a conformar, e parecer tudo um povo de Romanos, é testemunha a mesma lingua que hoje fallamos, ainda que corrupta, e uma pedra antiga que se achou na cidade d'Empurias do reino d'Aragão, que era habitada de Gregos e Hespanhoes, que diz assim:

«*Emporitani popvli græci hoc templvm svb nomine dianæ ephesiæ eo secvlo condidere, qvo nec relicta græcorum lingua, nec idioma ipatriæ iberæ recepto, in mores, in lingvam, in ivra, in ditionem cessere romanam, M. Cetego, et Lvcio Apronio, coss.*

Que querem dizer:

«Os moradores gregos da cidade d'Empurias edificaram este templo da invocação da Deusa Diana d'Epheso, no tempo que não deixando sua lingua grega, nem tendo tomado até então a lingua natural dos Hespanhoes, se sujeitaram aos costumes, á lingua, ás leis, e ao senhorio doe Romanos sendo consules M. Cetego e Lucio Apronio». Duarte Nunes de Leão, *Origem e orthographia da lingua portugueza*, pag. 18. (Edição de Lisboa de 1864.)

[1] *Origem da lingua portugueza* por A. Soromenho, pag. 12.

Digitized by Google

dono da terminação dos casos[1], e especialmente do nominativo masculino; que o genitivo era substituido pela preposição *de*[2]; o dativo e o ablativo regido da preposição *ad* ou *at*[3] e o accusativo pelas preposições *cum* e *de*[4]; e que os adjectivos em concordancia com os substantivos soffriam a mesma alteração por que estes passavam[5].

Assim, todos os caracteristicos que D. Fr. Francisco de S. Luiz encontrava triumphantemente no moderno Portuguez, e que o levavam a dar-lhe uma origem differente da latina: os artigos, o emprego das preposições, dos verbos auxiliares, a auzencia ou pelo menos a diminuição das diclinações e das conjugações, tudo isso se encontra já na lingua latina vulgar, e tudo isso o vamos encontrar nas linguas romanas balbuciantes, podendo seguir facilmente a transição por que vão passando das formulas latinas para a independencia de novos idiomas.

Ticknor comtudo, o eminente escriptor americano, que tanta luz derramou na historia litteraria de Hespanha, suppõe que foram os Godos que trouxeram á Peninsula, e em geral os barbaros á Europa, o uso dos artigos e a privação das dissinencias; mas, ainda que não fosse possivel encontrar aqui ou além nos proprios escriptores romanos vestigios d'essas caracteristicas do latim vulgar, o estudo das inscripções das catacumbas provava exuberantemente que ao proprio seio da sociedade latina devemos ir procurar a raiz dos modernos idiomas[1].

Eoi esta lingua pois a que os Romanos espalharam, na Peninsula hispanica, entre o povo, conservando-se sempre, já se vê, nos actos officiaes e nas numerosas escolas a lingua litteraria, que foi pelos Hespanhoes manejada com tanta perfeição, que o proprio Cicero não achava nos poetas cordovezes outro defeito que não fosse um ligeiro accento *pingue quiddam... atque peregrinum*[2].

Mas a lingua popular não se apoderára tão completa e unanimemente da Hespanha que os antigos idiomas não sobrevivessem, lexicologicamente, quer dizer por meio de vocabulos, que se entremeiariam no vocabulario latino, e que viriam a ser origem de muitos termos

[1] «Il pittore... commise anche l'errore di scrivere giusta la lingua volgare» Nicolao «in luogo di *Nicolaus* Rossi, «Bollet«. Tom. I, pag. 10. *Unu* (por *unus*) *salbo*, (por *salvus*), *birginio* (por *virginius*), *bitali* (por *vitalis*), etc. etc».

[2] De via noba (viæ novæ).

[3] *Ad tibi, ad uxore* (por *tibi, uxori*), *ad ursu, at locu*, etc.

[4] *Cum maritum, com illum, com virginium suum*, etc., *(exit seculum)*.

[5] *Renovavit cymiteriu totu, ad ursu pileatu*, etc. A Soromenho, *Origem da lingua portugueza*, pag, 14.

[1] O que Ticknor escreve é o seguinte: «Por isso quando (*os Godos*) receberam em Hespanha o latim que não tem artigo, forçaram *ille*, a palavra mais approximativa que poderam encontrar, a servir-lhes de artigo definido, e *unus* de artigo indefinido, de fórma que nos velhos actos e em outros ducumentos lèmos as expressões *elle homo* o homem, *unus homo* um homem, *illa mulier* a mulher. D'ahi foi que o hespanhol moderno fez derivar os seus artigos, *el, lá, uno, una*, da mesma fórma que, por um processo similhante obteve o francez os artigos *le, la, un, une*, e o italiano *il, la, un, una*.

« A mesma especie de decomposição se operou nas modificações dos verbos; em vez de *vici* venci, disseram *habeo victus*; em vez de *amar*, sou amado, *sum amatus*, e por este emprego de *habere* e *esse* introduziram no héspanhol moderno os auxiliares *haber* e *ser*, como os Italianos introduziram na sua lingua *avere, esser*, e os Francezes *avoir ètre*. *Historia da litteratura hespanhola*, tr. fr, t. I. Appendice A. p. 434. Comtudo não só as inscripções das estacumbas mostram a existencia dos artigos, dos verbos auxiliares, etc., no latim vulgar, mas atè nos principaes escriptores romanos se encontram exemplos d'isso, como Soromenho mostra nas seguintes passagens: «*Satis* doctum habeo.—Cicero «Cognitum habeo *insulas*.—Plinio *Quem ex omni provincia* coactum habebat» Cesar. Aqui temos pois, mau grado a Ticknor, os primeiros escriptores romanos a empregarem os verbos auxiliares, quatro ou cinco seculos antes dos Godos.

[2] Eis o texto completo: «Qui præsertim usque eó de suis rebus scribi cuperet ut etiam Cordubæ natis poetis, pingue quiddam sonantibus atque peregrinum, tamen aurea suas dederet»—Oratio pro Archia poeta § X, pag. 261 do volume. M. Tullii Ciceronis Orationes Selectæ ad usum scholarum lusitanarum, etc. (Lisboa, 1793).

Digitized by Google

modernos, cuja etymologia se não encontra em nenhum dos tres elementos principaes que Frederico Diez dá como constituitivos das novas linguas romanas: o elemento latino, o elemento grego, e o elemento gemanico [1]. Segundo tambem a maior ou menor resistencia que os antigos dialectos opporiam á invasão do latim, e por conseguinte mais ou menos contribuiriam para o adulterar, assim tambem mais ou menos *provincialismo* caracterisa o latim hespanhol. Essa differença nos *latins* das várias provincias, a diversidade dos dialectos antigos, e por conseguinte o modo díverso como elles tambem reagiram sobre a lingua commum, é a origem da multiplicidade das linguas modernas, que logo multiplas brotaram do cadaver do latim. D'outro modo, diz com razão Soromenho, seria uma verdade a utopia de Raynouard [2]; quer dizer, se o latim não fosse modificado pelos idiomas primitivos dos povos subjugados, as mesmas causas, actuando em toda a extensão da Europa romana, produziriam o mesmo effeito, o latim modificar-se-hia similhantemente e produziria uma lingua intermediaria entre a antiga linguagem de Roma e as linguas modernas européas, que seria, n'esse caso, como quer Raynouard, o provençal. Ora, é isso exactamente o que não succede; a provençal não é filha do latim, e mãe das linguas néo-latinas, é irmã d'estas ultimas, irmã ao principio mais donairosa e arrebicada, mas que, tendo tido prematura mocidade, cedo tambem envelheceu e morreu.

Com a quéda do imperio romano, e a vinda dos barbaros, veiu um novo elemento, o elemento germanico, actuar sobre o latim rustico; a lingua dos invasores, rudes como elles eram, não podia deixar de ser vencida pela lingua dos conquistadores, possuidores de um muito elevado grau de civilisação, mas devia actuar lexicologicamente sobre ella, como tinham actuado as antigas linguas primitivas; effectivamente assim succedeu, mas esse elemento, poderoso na França, omnipotente na Inglaterra [1], foi pouco sensivel na Hespanha. Os Visigodos, que aqui se estabeleceram, eram de todos os invasores os mais civlisados, adoptaram profundamente a lingua dos vencidos, como lhes adoptaram a religião e a cultura. «Emquanto os Visigodos se conservaram Arianos, diz Frederico Diez, teve a sua lingua uma altissima vantagem sobre o franko e o lombardo; reinava na vida publica e até na egreja. Mas, depois que em 587 o rei Recaredo se converteu ao catholicismo e outhorgou a todos os seus subditos, sem distincção de origem, um direito uniforme, a fusão dos Germanos e dos Romanos, favorecida por elle e pelos seus successores, marchou, em detrimento da lingua gothica, mais rapidamente na Hespanha do que em qualquer outra parte» [2].

Mas a invasão arabe é que veiu apressar a formação das novas linguas da Hespanha, não pela sua influencia propria, mas pela desordem que lançou na sociedade goda. Emquanto nas cidades, sujeitas ao dominio musulmano, os vencidos, graças á ampla tolerancia dos invasores, conservavam a sua lingua e a sua religião, nos serros das Asturias, onde começou a resistencia, juntavam-se em confusão indescriptivel todas as classes do imperio visigothico. Oiçamos Soromenho:

«As povoações mais importantes da

[1] E. Diez, *Introducção á grammatica das linguas romanas* (tr. fr. de Gaston, Paris. Edição parisiense de 1863).

[2] *Origem da lingua portugueza*, pag. 21.

[1] «Só os Anglo-Saxonios, que não se achavam em contacto com uma população indigena tão numerosa, conseguiram salvar a sua lingua, os seus sabios... cultivaram-n'a com amor.» Diez *Introducção á grammatica*, etc., tr. fr., pag. 77.

[2] Diez, *Introducção*, pag. 78.

Digitized by Google

Peninsula, aquellas onde devia conservar-se mais puro o idioma romano, estavam em poder dos Sarracenos: e os proceres romano-godos, nos recessos das montanhas, que lhes serviam ao mesmo tempo de côrte e de reducto, estavam rodeados de um exercito formado, na maior parte, dos habitantes do campo, de colonos, de servos, das classes infimas da sociedade, d'aquellas que mais tenazmente conservavam o uso da lingua dos seus maiores, ou falavam uma linguagem mixta ibero-romana.

«Comprehende-se facilmente que esta multidão, composta de elementos heterogeneos, disciplinada como milicia, mas desorganisada como sociedade, n'um estado permanente de guerra, instavel, sem residencia, devia pela mescla dos seus dialectos produzir uma alteração sensivel na lingua. De feito os documentos do VIII seculo resentem-se já bastante da influencia popular na parte lexicologica; porém o estylo e a fórma conservam ainda toda a apparencia romana. Explica-se isso facilmente: são documentos redigidos por clerigos e relativos a assumptos da Egreja.

«Quando, porém, aquella milicia errante foi engrossando e ganhando importancia pelas successivas victorias e conquistas; quando teve um centro commum da vida social e politica, e com elle influencia e preponderancia nas assembléas publicas, na eleição dos reis e dos prelados; quando, emfim se converteu em nação e pôde fazer valer a sua força e o seu direito, os documentos, que conteem os privilegios populares extorquidos violentamente, ou concedidos pelos monarchas, já por liberalidade, já com um intuito politico, são ao mesmo tempo monumentos de summo interesse para a linguistica. Prevalece n'elles a lingua romana, singularmente misturada com os diversos dialectos locaes, que não influem do mesmo modo em toda a parte, mas conforme preponderavam mais ou menos na localidade as tribus do norte ou as do sul da Hespa-

D. IZABEL DE PORTUGAL, RAINHA DE HESPANHA

Digitized by Google

nha»[1]. Aqui temos pois as linguas novas da Hespanha a procurarem sahir do chaos e a formarem-se durante os seculos X, XI, XII, desenvolvendo-se cada uma d'ellas do latim vulgar, e modificando-o de diverso modo com os elementos celticos, germanicos, e arabes. Foi a nossa lingua uma das primeiras que se formaram. Quer Soromenho que houvesse em vez de um dois dialectos em Portugal, e que a linha de demarcação d'esses dois dialectos fosse o Mondego. É muito acceitavel esta opinião, porque effectivamente as provincias portuguezas actuaes não formavam então um todo homogeneo. Os condados de Portucale e de Coimbra, esses é que eram verdadeiramente leonezes, e foram esses os confiados ao conde D. Henrique. Para o sul do Mondego o imperio era mais exclusivamente arabe, e até D. Affonso Henriques nunca alli tiveram os Christãos senão um dominio precario. Comtudo o dialecto do norte é o que primeiro nos interessa, é esse o idioma verdadeiramente *portuguez* ou *gallego*, pois que Portugal e Galliza estavam tão intimamente ligados; foi esse, onde predominava bastante (relativamente) o elemento germanico ou suevo, o primeiro que adquiriu, parece, fórma litteraria. A elles pertencem os mais velhos documentos poeticos da nossa lingua; foi n'elle que D. Affonso X de Castella quiz compor as *suas cantigas*. Mas a separação politica das duas provincias, a influencia, talvez depois predominante, do dialecto do sul, afastou o idioma portuguez do gallego, que feneceu como as outras linguas secundarios da Hespanha, succumbiu debaixo do jugo da castelhana, emquanto a nossa prosperava com o bafejo da independencia, e com a cultura e desenvolvimento litterario [2].

Irmã pois, do altivo castelhano, a lingua portugueza segue na sua formação o mesmo processo. É no reinado de D. Diniz que assume definitivamente o Portuguez os seus foros de língua official, substituindo o corrompido latim dos actos e dos documentos. Mas como lingua litteraria havia muito que os trovadores portuguezes tinham n'ella começado a suspirar algumas canções, que, posto que rudes e incompletas, não deixam de ter uma certa graça melancolica.

Não podemos senão passar muito ao de leve pela historia dos primordios da poesia portugueza; requeria tantas investigações, tanta critica, tanto deslindar de textos que, ainda que nos sentissemos com força para tratar o assumpto, deveriamos dal-o de mão, sob pena de transformarmos a *Historia de Portugal* na *Historia de litteratura portugueza*.

As reliquias da velha poesia nacional, que hoje nos restam, será difficil marcar-lhes uma data precisa, em tudo quanto remonta de D. Diniz para traz. Apresenta-nos a tradição como contemporaneos de D. Affonso Henriques os trovadores Egas Moniz[1], e Gonçalo Hermi-

---

[1] *Origem da lingua portugueza*, pag. 22.

[2] Para que se veja como o Portuguez deriva immediatamente do latim rustico, e não do latim litterario, poremos uma lista de termos dos tres idiomas, tendo a mesma significação.

LATIM POPULAR	LATIM LITTERARIO	PORTUGUEZ
Vernus	Hyems	Inverno
Bucca	Os	Bocca
Caballus	Equus	Cavallo
Casa	Domus	Casa
Bellus	Pulcher	Bello
Parentes	Affines	Parentes
Camisia	Tunica	Camisa
Sanguisuga	Hirudo	Sanguesuga
Catus	Felis	Gato
Discursus	Sermo	Discurso
Gubernum	Gubernaculum	Governo
Mammare	Lactare	Mamar
Sapius	Sapiens	Sabio
Somnolentus	Somniculosus	Somnolento
Stagnum	Stannum	Estanho

[1] Sobrinho do celebre Egas Moniz. Eis um fragmento das duas poesias, que se lhe attribuem, canções d'amor dirigidas a uma dama—Violante.

Digitized by Google

gues, a quem se attribuem composições, que destoam por tal forma uma da outra, que ou não podemos affirmar que esses trovadores fossem contemporaneos, ou devemos suppor que as poesias supostas d'Egas Moniz e as de Gonçalo Hermigues[1] pertencem a cada um dos dialectos, em que Soromenho entende que se dividia primitivamente a lingua portugueza.

Ainda outros dois fragmentos nos restam d'essa velha poesia; um attribuido a Gaesto Ansures[2], e outro que não tem nome de auctor[1] que J. M. da Costa e Silva (aliaz rarissimas vezes feliz na suas observações historico-litterarias, suppõe, com alguma razão, parece-nos, dever ser classificado n'uma época posterior á de D. Diniz[2]. No reinado d'este, quer dizer nos fins do seculo XIII, é que podêmos marcar com segurança o principio bem definido da litteratura portugueza.

Os cancioneiros, n'este seculo descobertos, e que encerram as poesias de muitos dos trovadores, que se agrupam em torno das figuras dominantes de D. Diniz e de seu filho bastardo o conde D. Pedro de Barcellos, fazem com que tenhâmos um fio, para seguir d'ahi por diante com certa segurança a historia da litteratura portugueza na edade média. Como tem succedido em todas as epocas litterarias, duas correntes então se estabeleceram, uma a da côrte, outra a do povo. Na primeira domina essencialmente a influencia provençal, na segunda a musa do povo celebra os feitos dos seus heroes, recheia de maravilhoso os seus cantos, e toma emfim a feição essencialmente original da Peninsula Hispanica, originalidade

---

Fincaredes bos embora
Taom cuitada,
Que ei boi-me por hi fora
De longada.
.....

Bem satizfeita ficades
Corpo de oiro;
Alegrade a quem amades,
Que ei já moiro

[1] Daremos um fragmento da poesia que se lhe attribue, dirigida a sua esposa Oriana, que era, segundo se diz, moira convertida por elle:

Tinbera-bos, nom timbera-bos,
Tal a tal cá assoma
Tinherades me, nom tinherades-me
De lá vinherades, de cá ficaredes
Cá andabito lido em sóma.

[2] «Este poeta, diz Costa e Silva, que foi o tronco da familia dos Figueiredos, vivia no tempo em que Mauregato occupou o throno d'Asturias, Gallisa e Portugal, e foi muito affamado não só pelo talento de trovar, mas por sua illustre linhagem, e por ser gentil cavalleiro e muito valente de sua pessoa.» *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portugueses*, t. 1.º (Lisboa, 1850 Livro 1.º, cap. 4.º, p. 35. A aventura que deu origem aos versos, legendaria por si, liga-se com um outro facto não pouco legendario tambem, o do *tributo das cem donsellas*. Tanto o facto *soi-disant* historico, como a aventura do poeta o que são é boa fonte de dramas e de romances, e assim o entenderam dois eminentes compatriotas nossos, o sr. Mendes Leal escrevendo um drama que se intitula. *O tributo das cem donzellas*, e Pizarro Moraes Sarmento inserindo no seu *Romanceiro* um romance poetico intitulado *Gaesto Ansor*. Dos versos a que nos referimos daremos um fragmento, que é o seguinte:

No figueiral figueiredo,
A no figueiral entrei,
Seis niñas encontrara
Seis niñas encontrei, etc.

Esta poesia o que tem é todos os caracteristicos da xacara ou da ballada popular, e quere-nos parecer que não errariamos muito se a co.locassemos como uma das mais velhas producções da musa do povo.

[1] Este é o poema de Cava, composto n'aquelles versos d'arte maior, tão musicaes e tão queridos dos nossos maiores. A versificação d'este poema é, com effeito tão accurada, que na litteratura castelhana, escripto exactamente do mesmo modo e rivalisando com elle, o primeiro que encontrámos é *La danza de la muerte* do rabbi Santob, que data do fim do seculo XIV. Eis um fragmento do nosso poema:

O rousso da Cava emprio de tal sanha
A Juliano e Horpas, a sua Grey daninhos
Que ensembra c'os netos d'Agar fornesinhos
Uma atimarom prasmada façanha.
Ca Musa, e Zeriph com hasta companha
De jussu da sina de Miramolino,
Com falsa Infançom e Prestes malino
De Cepta adduxeram ao solar da Hespanha.

Veja-se a *Danza de la muerte*, que na fórma tanto lembra este, em Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola* (tr. fr.) t. I. Append. F p. 543 a 563.

[2] *Ensaio Biographico critico* etc. t., 1.º p. 40 e 82.

Digitized by Google

que tanto ha captivado n'este seculo os investigadores das velhas inspirações, e das tradições populares. Parece-nos que podemos affirmar que a canção de Gaesto Ansures, como dissemos n'uma nota, é um especimen bem claro da poesia popular, ao passo que as canções de Egas Moniz denunciam, quanto a nós, a inspiração cortezã e provençal. Se estas ultimas remontam, como querem os nossos escriptores, ao reinado de D Affonso Henriques, então disputa quasi Portugal á Catalunba a prioridade na imitação da poesia da Provença[1]. Em 1113 Raymundo Berenguer, terceiro conde de Barcelona, obteve, por casamento, a corôa de Provença, e os trovadores, poetas essencialmente cortezãos, pois que ao amor, ou antes ao galanteio, flôr que desabrocha maravilhosamente nas salas doiradas dos paços, consagravam as suas poesias, ainda que tambem se entregassem algumas vezes á inspiração violenta da satyra, os trovadores agruparam-se emtorno do seu novo soberano, e com elle foram tambem transplantar a sua poesia para a Catalunha. Em 1137 os condes da Catalunha obtiveram a corôa aragoneza, e a poesia provençal, continuando sempre a doidejar, como a borboleta, emtorno da luz dos palacios, lá foi procurar o abrigo dos muros severos de Saragoça, que não tardou a ser conquistada aos Moiros. Os reis não desdenharam entrelaçar a corôa de loiro e murta dos poetas com o seu diadema hereditario. «Affonso II, diz Ticknor, que recebeu a corôa de Aragão em 1162, e que a cingiu até 1195, é admittido aos olhos de todos como um trovador. Possue-se d'elle um pequeno numero de *cobles*, ou estancias, dirigidas a sua mulher, que não deixam de ter elegancia. São tanto mais curiosas quanto constituem a mais velha poesia em dialectos modernos da Hespanha, cujo auctor nos seja conhecido, e a unica que provavelmente seja tão velha como qualquer outra poesia anonyma da Castella e das provincias do Norte. Como os outros soberanos do seu seculo, que amavam e praticavam a arte da *gaia sciencia*, Affonso reuniu poetas emtorno da sua pessoa. Pedro Rogiers vivia na sua côrte, assim como Pedro Raymundo de Tolosa e Emerico de Peguilain, que deplorou em verso a morte do seu protector, todos tres famosos trovadores do seu tempo, e todos tres cheios de honras e favores em Barcelona. Foi por conseguinte então, sem duvida alguma, que o espirito provençal se estabeleceu, e se foi estendendo sobre essa parte da Hespanhu antes do fim do seculo XII[1]».

Mas, ao mesmo tempo que a poesia provençal penetrava, com a comitiva dos reis, no oriente da Hespanha, causas similhantes introduziam no occidente da Peninsula, no condado de Portugal, a poesia do sul da França. Henrique de Borgonha. parente dos principes que tinham governado até 1092 o doce paiz da Provença, não podia deixar de trazer comsigo o amor e o gosto d'essa poesia suave, se é que não trouxe tambem alguus trovadores. O que é certo é que o poema do Cid, o mais antigo monumento da poesia castelhana, que remonta aos fins do seculo XII, não traz senão lembranças de heroismo, e de guerra: os mais antigos monumentos da nossa poesia, que remontam decerto ao mesmo periodo, são, como as coplas de Affonso d'Aragão, canções amorosas no genero provençal. Sismondi vê n'isto um symptoma do genio peculiar do nosso povo. «Os Portuguezes, diz elle, foram, desde a sua primeira origem, cos-

[1] Veja-se o que dizemos ainda. N'este momento não rectificamos, porque não queremos aqui alterar o texto da primeira edição.

[1] Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola*, (fr fr.) pag. 284.

Digitized by Google

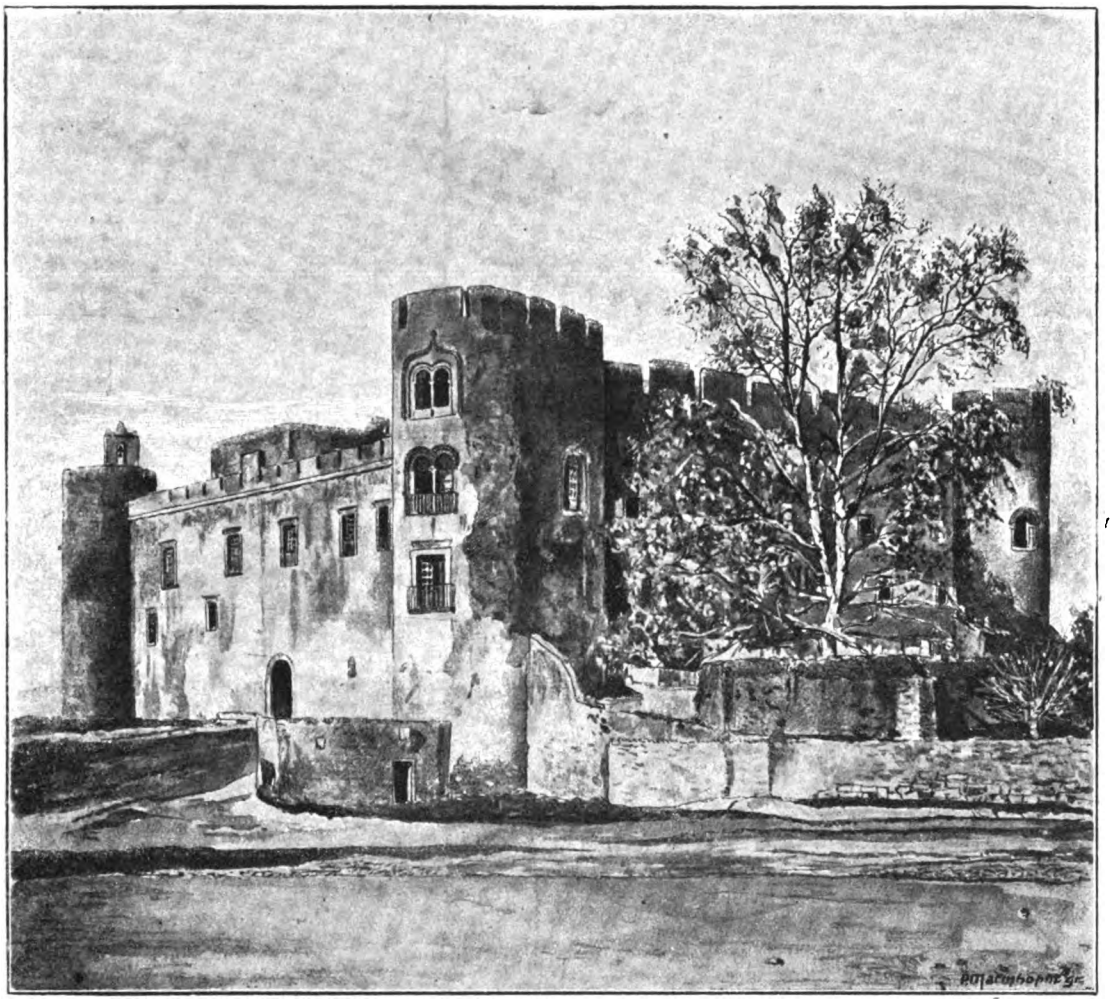
tumados a uma vida menos solitaria, formaram-se pelo commercio dos homens, não pela vida dos castellos, foram por conseguinte menos selvagens, menos imperiosos, menos altivos. menos fanaticos; por outro lado, achando-se maior numero de Mosarabes de subito encorporados na nação, a influencia oriental fez-se sentir sobre elles, ainda mais vivamente do que sobre os Castelhanos. O amor occupou uma parte maior da sua vida; foi mais apaixonado, mais terno, mais scismador; e a sua poesia tornou-se um culto das suas bellas, mais enthusiasta do que o de outro qualquer povo da Europa[1] ».

[1] Simonde de Sismondi *De la littérature du midi de l'Europe*. T. IV, p. 269 (3.ª edição. Paris. 1829).

Não seria a isso estranha decerto a influencia provençal, que é transparentemente visivel nas poesias de D. Diniz. Antes porém que o nosso monarcha entoasse as suas canções, já Affonso X de Castella adoptára o dialecto gallego ou Portuguez para n'elle modular as suas *cantigas* em louvor da Virgem, por isso mesmo que, mais polido, e mais afinado pelo diapasão do mais culto idioma da Europa d'essas eras — o provençal, melhor se prestava ao mimo que requeriam essas poesias religiosas[1].

[1] Daremos um especimen d'esses versos de Affonso X:

Nom catedes como
Pequei assas,



CASTELLO DE ALVITO

Digitized by Google

Foi n'essa lingua, escolhida por Affonso o sabio para n'ella modular as suas canções poeticas, que D. Diniz e seu filho o conde de Barcellos, e os outros desconhecidos auctores, cujas obras figuram nos Cancioneiros conhecidos pelo nome de D. Diniz, e do conde D. Pedro, modularam as suas canções, ecco enfraquecido das poesias dos trovadores provençaes, muito mais rudes decerto, ainda que não isemptas de certa graciosidade e bastantes vezes de uma tocante melancolia. Mas estava ainda tão embaraçada a nossa lingua, e estava, apezar de tudo, tão longe da civilisação, relativamente brilhante, que florescêra na Provença, antes que a terrivel repressão da heresia albigense affogasse, em sangue, a um tempo o pensamento que anciava por se emancipar, e a poesia descuidosa que borboleteava nos laranjaes da França meridional, ao som do canto indolente da vaga mediterranea, e á luz de um sol italiano, que hoje mal podemos apreciar essas toscas composições, onde comtudo se encontra o germen das poesias mais perfeitas de Christovão Falcão e de Bernardim Ribeiro [1].

O gosto pela poesia perpetuava-se no throno, e o proprio D. Affonso IV, e seu irmão bastardo D. Affonso Sanches, e seu filho D. Pedro I não desdenharam a lyra dos trovadores. Comtudo devemos confessar que nenhum poeta contámos então que podesse rivalisar com os poetas castelhanos do mesmo periodo, nem com Juan Lorenzo de Segura, o auctor do *Poema de Alexandre*, nem com o arcipreste d'Aita, nem principalmente com o rabbi Santob, o auctor da original *Danza de la muerte*. Na época de D. João I é que principia para a poesia, como para tudo o mais, um periodo de esplendor. «Aqui se deve pôr, diz o nosso immortal Garrett, a data da verdadeira aurora das lettras em Portugal, que por singular phenomeno pouco visto entre outros povos, raiou ao mesmo tempo com a das sciencias; por maneira que, quando o romantico alaúde de nossas musas começava a dar mais afinados sons, e a subir mais alto que o até alli conhecido, as sciencias e as artes cresciam a ponto de espantar a Europa, mudar a face do mundo e alterar o systema do universo» [1].

O que acaba de se lêr era textualmente o que estava inserido na primeira edição. Conservamol-o assim para que se veja que já então nos inspiravam uma grande duvida essas reliquias dispersas

---

Mas catad o gran
Ben que en nos ias;
Ca vos me fesestes
Como quien fas
Sa cousa quita
Toda per assi.
Santa-Maria nembrevos de mi!

De Affonso X disse Garrett:

Poeta portuguez, que em nossa lingua
Mais estreme da arabiga aspereza,
Mais goda e mais romana, preferia
Suas regias canções cantar do solio.

D. Branca. Canto I, pag. 4, (Lisboa, 1850).

[1] Daremos uns breves especimens das poesias dos dois cancioneiros. As seguintes estrophes pertencem a uma poesia do cancioneiro de D. Diniz:

Ai flores! ai flores do verde Pino
Se sabedes novas do meu amigo
Ai Deus e hu é?

Ai flores, ai flores do verde ramo
Se sabedes novas do meu amado
Ai Deus, e hu é?

Se sabedes novas do meu amigo
Aquel que mentio do que tinha jurado
Ai! Deus! e hu é? etc., etc.

Como a expressão poetica é ainda balbuciante!

No cancioneiro de D. Pedro já a poesia é mais viva. Oiçâmos esta canção:

N'outro dia quando mi perdi
De mia Señor, e quando me houve a ir
E me fallou, e non me quiz oyir
Tan sen ventura fui que non morri
Que se mil vezes podesse morrer
Meor cuita me fôra de soffrer, etc.

[1] Visconde de Almeida Garrett, *Bosquejo da historia da poesia e lingua portugueza*. T. XXI das *Obras completas*, pag. 176. (Porto, 1867).

Digitized by Google

da primitiva poesia portugueza. Hoje podemos desenvolver mais esse estudo e aventurar a este respeito um juizo mais definido e mais completo.

Dissemos que o poema da *Destruição da Hespanha* não podia ser anterior ao seculo XIV, e tudo vem confirmar a verdade da nossa supposição, que achamos confirmada até pelo sr. Theophilo Braga, cujas opiniões nem sempre estão de accordo com as nossas. O illustre professor, que de certo não vira o que tinhamos escripto em fins de 1868, escrevia em 1871:

«Conhecido o espirito litterario d'este cyclo, facilmente se resolve um problema quasi insoluvel da historia da poesia portugueza: é nada menos do que determinar a época da formação do *Poema da Cava*.

Temos para isso:

1.° A tendencia historica da poesia Portugueza no meiado do seculo XIV, pela influencia das nossas relações depois da batalha do Salado...

2.°—Por essa influencia hespanhola se nos revela a forma estrophica do *Fragmento da Cava* como pertencente ao meiado do seculo XIV etc.[1]

Tambem dissemos que a canção de Gaesto Ansures poderia classificar-se como uma das mais antigas producções da musa do povo. O sr. Theophilo Braga, que tambem de certo não vira o que dissemos, affirma energicamente a mesma opinião, dizendo «Podemos avançar que essa canção á genuinamente popular, e que já andava na tradição oral no fim do seculo XV... Do caracter popular e genuino da *Canção do Figueiral* não se pode duvidar ser sem pyrrhonico[2]».

Com relação a Egas Moniz Coelho, acceitamos plenamente a opinião do sr. Theophilo Braga, que, arrancando-o á época de D. Affonso Henriques o colloca no seculo XIV. Ha muito já que alimentavamos grandes duvidas com relação a este trovador, supposto sobrinho do famigerado Egas Moniz, que escreve uma poesia deliciosa de forma e de harmonia, n'uma metrificação que se não encontra reproduzida nos Cancioneiros, e que effectivamente, como diz o sr. Theophilo Braga, é uma forma estrophica do seculo XIV[1]. O sr. Theophilo Braga procura mesmo determinar a physionomia historica d'este Egas Moniz Coelho, dizendo que era filho de Pero Coelho, e tinha regressado a Portugal no tempo de D. Fernando achando-se na batalha de Trancoso[2].

Accrescenta o sr. Theophilo Braga que este Egas Moniz foi casado com D. Maria Gonçalves Coutinho, e que passou para Hespanha, atraiçoando a causa de Portugal. Tudo isto já é pura phantasia. O nome de Egas Coelho, e de Egas Moniz, é vulgar no seculo XIV em Portugal. Não se póde deduzir de modo algum da canção citada, como o sr. Theophilo Braga imagina, que o poeta foi para Castella[3]. É exactamente o contrario. O poeta é que diz á sua dama:

Cambastes a Pertigal
Por Castilla,
Abasmades o mei mal
Que dor me filha.

Granhais-me por Castijanos
E pestineque etc[4].

Não se póde pois evidentemente determinar a individualidade historica d'es-

---

[1] *Trovadores gallecio portugueses*, pag. 272 (Porto, 1871).

[2] *Manual da Historia da litteratura portugueza* (Porto, 1873).

[1] *Manual*, etc, pag. 141.

[2] O Pero Coelho, a quem o sr. Theophilo Braga allude, é assassino de Ignez de Castro, e o sr. Theophilo Braga baseia-se para estes dados no manuscripto da *Pedatura lusitana* da Bibliotheca do Porto.

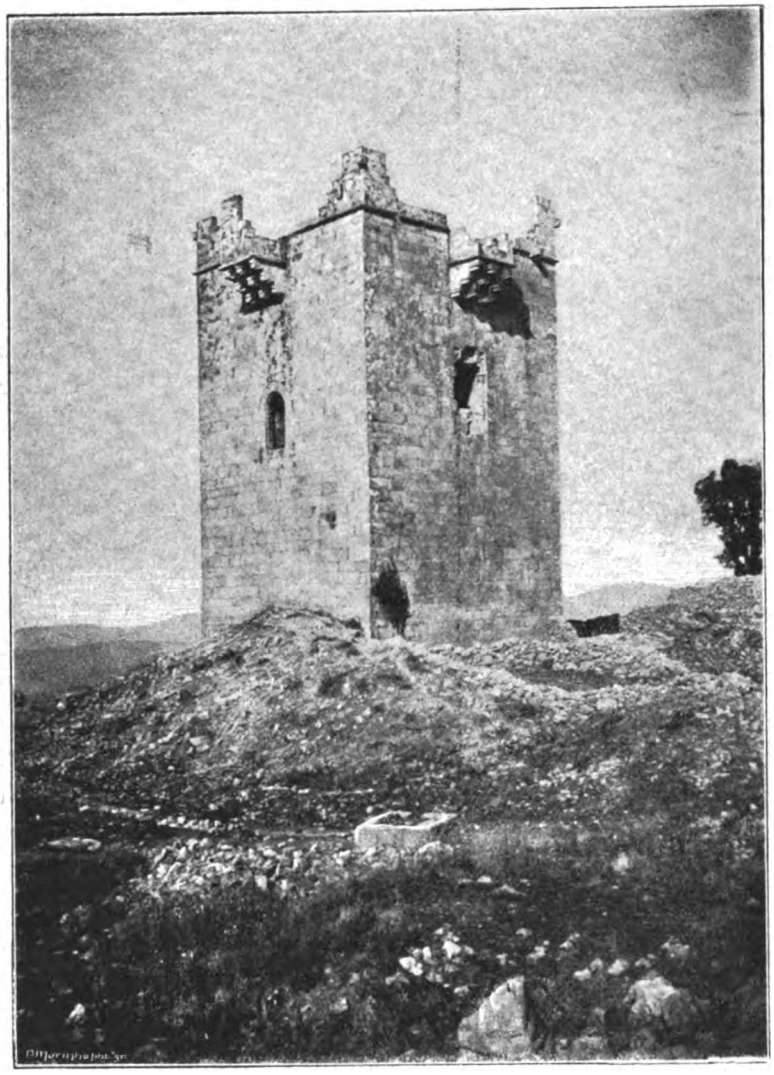
[3] «No fim do seculo XIV apparece-nos um fidalgo com o nome de Egas Moniz, que atraiçoou el-rei D. João I passando-se para Castella, o *que tambem se nota na canção* «Cambastes a Portugal, etc.» *Manual*, pag. 141.

[4] Versão publicada pelo proprio sr. Theophilo Braga no *Cancioneiro Popular*, pag. 7 (Porto, 1867).

Digitized by Google

te trovador, mas a collocação das suas canções no seculo XIV parece-nos exacta e folgamos de o reconhecer.

Já não dizemos o mesmo da canção de Gonçalo Hermigues; ahi não concordamos com o sr. Theophilo Braga, que entende que esta canção deve ser posterior ao *Amadis de Gaula*, contradizendo-se porém, por evidente lapso, quando diz successivamente no mesmo paragrapho: «O nome de Ouroana apparece-nos frequentemente usado no meio do seculo XIV pelas damas Portuguezas, como se pode ver a cada passo nos livros de Linhagens, e Nobiliarios; este nome só foi corrente na sociedade aristocratida depois de se tornarem proverbiaes os amores de *Amadis* e *Oriana*... E portanto (a canção de Gonçalo Hermigues) só podia ser produzida depois de bem vulgarisado o «Amadis», isto é nos fins do seculo XIV[1]». Já aqui a contradicção é sensivel, porque, se o nome de *Ouroana* era frequente no meiado do seculo XIV, não podia começar só a ser corrente nos fins do mesmo seculo. Mas houve lapso evidentemente, porque o sr. Theophilo Braga, fazendo estas affirmações muito ao correr da penna em 1875, esqueciase de que em 1873, no seu *Amadis de Gaula*, provára com largas citações colhidas no *Livro Velho das Linhagees* (que suppõe do tempo de D. Affonso Henriques) e em todos os *Nobiliarios* que se succedem «até ao do conde D. Pedro» que o nome de *Ouroana* era frequentissimo em Portugal nos seculos XII, XIII e XIV[2].



CASTELLO (TORRE DE MENAGEM) EM PINHEL

É esta, emquanto a nós, a versão verdadeira; a poesia de Gonçalo Hermigues não pode pertencer, como aventurámos na primeira edição, apresentando essa hypothese como uma das mais possiveis, a um dialecto differente do das

[1] T. Braga, *Manual de litteratura*, etc., pag. 143 (Porto, 1875).

[2] Th. Braga, *Amadis de Gaula*, pag. 64 e 65. (Porto, 1873).

Digitized by Google

D. IZABEL DE CASTRO EM ALCACER CEGUER

Digitized by Google

poesias de Egas Moniz; mas a outra hypothese parece-nos incontestavel; a poesia pertence a outra época, e essa época é de certo a das primeiras tentativas poeticas do nosso paiz no genero provençalesco.

Respondendo a umas theorias geraes do sr. Theophilo Braga, diziamos nós em 1872 com referencia á imitação da poesia provençal do nosso paiz:

«Desde o principio da monarchia houve em Portugal uma poesia essencialmente cortezã, não nascida no seu territorio, mas trazida do estrangeiro e implantada no nosso solo pelos trovadores da França meridional.»

Essa graciosa poesia, que nascera entre os laranjaes da Provença, á beira do Mediterraneo, requintada, subtil, galanteadora, mas ao mesmo tempo audaciosa e satyrica, era a primeira expressão do pensamento moderno, que procurava secularisar-se, que tentava sair do claustro, e espanejar-se ao sol da liberdade e do amor. É notavel que a poesia provençal brota depois d'esse fatal anno 1000, designado pela Egreja como o ultimo anno da vida do nosso globo. O seculo x fôra um dos seculos mais luctuosos da humanidade; pesava sobre toda a Europa a immensa tristeza que as prophecias sacerdotaes espalhavam, uma guerra sem treguas dilacerava as populações; é então que brota a poesia provençal, ligada com todos os grandes factos sociaes, que preparam a vida moderna; as cruzadas, a cavallaria, a independencia municipal, e as tentativas da emancipação do pensamento contra a Egreja oppressora.

A poesia provençal irradiou para todos os lados na expansão da sua ephemera existencia, penetrou na Hespanha Oriental pelo casamento de Raymundo Berenguer, conde de Barcellona, com a herdeira da Provença, e penetrou na Hespanha Occidental, onde dois principes da casa de Borgonha, Henrique Raymundo, governavam os condados de Portugal e de Galliza.

Em tres épocas principalmente deviam ter vindo a Portugal trovadores das provincias meridionaes da França; no tempo das primeiras cruzadas, quando governava em Portugal um principe de Borgonha; no tempo de Affonso II, quando a impia guerra dos Albigenses quasi anniquilou a poesia provençal, dispersando os trovadores que tinham sido dos mais energicos adversarios da cruzada pontificia, e no tempo de Affonso III, quando este principe, que residira tanto tempo em França, chamára Aymeric d'Ebrard, trovador de Cahors, para ser mestre de seu filho. Portugal conservára sempre relações seguidas com a França; os principes portuguezes, quando tinham algumas discordias com os soberanos, á côrte franceza iam offerecer os seus serviços. Não é verosimil que, depois da cruzada dos Albigenses, os trovadores provençaes, procurando em toda a parte refugio, se abrigassem no Aragão, cujo soberano tomára as armas em seu favor, e que tambem alguns viessem á côrte portugueza, cujos reis tão energicamente luctavam com os papas, onde Innocencio III encontrára a resistencia tenacissima de Sancho I, onde D. Affonso II se não deixava assoberbar pela audacia dos filhos de S. Domingos de Gusmão, e reprimia severamente as ousadias de Soeiro Gomes, o orgulhoso prior dominicano?[1]

Attribuir á Galliza uma influencia preponderante na poesia provençal portugueza, é realmente, parece-me, querer á viva força, e contra toda a verosimilhança, tirar a Portugal qualquer iniciativa litteraria. A poesia provençal, poesia de côrte, não ia procurar de certo uma pro-

[1] Fauriel dá noticia de trovadores que vieram á côrte portugueza; em varias poesias provençaes se fala em Portugal.

Digitized by Google

vincia sem independencia, quando tinha bem proximo um paiz constituido, uma côrte cujos soberanos descendiam dos principes francezes. O dialecto gallego confundia-se quasi com o portuguez, bastantes trovadores gallegos figuraram nos cancioneiros, como muitos fidalgos d'essa provincia figuravam na côrte portugueza, mas o foco da cultura litteraria estava incontestavelmente em Portugal. A unica prova que se adduz para se demonstrar o contrario, é a existencia de galleguismos na lingua portugueza, que se attribuem á influencia litteraria da poesia provençal gallezianа. Cita-se por exemplo no cancioneiro de Ajuda o verso:

Cá *dix-eu* ca morria por alguem.

e ainda no cancioneiro de D. Diniz:

Tanto cuita m'é, e *tarix* mal amor *traxi*

Galleguismos d'esse genero encontramol-os em documentos onde decerto se não podem attribuir a influencia litteraria, no principio do seculo XV, como é o titulo das herdades do Baval, existente no archivo da camara municipal de Coimbra:

«E *trageas* hora vicente domynguez... per scrytura que lhe foy feita per guomez martinz, veedor que foy del Rey dom fernando. E *dixe* que perdera a dita scriptura...»[1]

A pronuncia de algumas das nossas provincias do norte tem ainda muita similhança em alguns sons com a pronuncia gallega, resultado da intima connexão do dialecto Portuguez do norte e dialecto gallego, como um e outro tambem tiveram caracteristicos similhantes, que egualmente perderam. Assim no dialecto de Entre-Douro e Minho e no dialecto gallego predomina, no seculo XIII, ou no final dos nomes, como um nosso compatriota provou pela confrontação de documentos coevos, e ambos os dialectos o vem a perder.

No tempo de el-rei D. Diniz ha na côrte portugueza uma verdadeira renascença provençal; antes de desapparecer para sempre da historia, o alegre rouxinol da Provença vinha soltar, á beira do Oceano, os seus ultimos gorgeios mais suaves, afinando-os pela doce melancholia do occidente.

Brazão de armas da cidade de Benguella

Na poesia provençal portugueza penetra n'essa época a influencia da poesia dos *trouvéres* da França septemtrional. Não podia deixar de ser, não tanto porque D. Affonso III residira n'esses paizes, o que é ainda assim uma circumstancia não despicienda, como porque o seculo XIV é o seculo da expansão da litteratura franceza da edade média; as suas *chansons de geste*, os seus romances de cavallaria, os seus *fabliaux* compostos nos seculos anteriores, espalham-se por toda a Europa, em toda a parte são acolhidos com enthusiasmo. A lingua dos contos e dos romances é denominada *francigena loquela*. Já Brunetto Latini, o mestre de Dante, escolhera o francez para escrever os seus livros; a poesia franceza inspirava os poetas hespanhoes, e era profundamente conhecida em Portugal. Tinhamos relações intimas com a Inglaterra, onde a dynastia e a aristocracia normanda haviam implantado a lingua e a litteratura da França do norte. Não foi o casamento de D. João I com Philippa de Lencastre que estabeleceu relações entre os dois paizes, foram pelo contrario essas intimas relações que motivaram a alliança matrimonial. Vemos pelo contracto dos negociantes portugue-

[1] *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da camara municipal de Coimbra*, P. 1.ª, pag. 42.

Digitized by Google

zes com algumas cidades maritimas inglezas em 1293, pelo tratado de commercio de 1308, pelo accordo de 1353 e pelos tratados d'abril de 1372, novembro de 1372, junho de 1373, julho de 1380, a intimidade que havia entre os dois paizes[1]».

O que está provado tambem, sem contestação alguma, apezar da duvida que ainda Varnhagen apresentou no seu ultimo livro[2], é que os poetas que figuram nos cancioneiros de D. Diniz e do conde D. Pedro são em grande parte muito anteriores ao reinado do filho de D. Affonso III. Depois de D. Diniz vem um cyclo de trovadores, que se agrupam em torno de D. Affonso IV, que se entregam á poesia narrativa, e que contam, como João Zorro e outros, a batalha do Salado, os combates maritimos que houve por esse tempo, e isso denuncia já a influencia dos trovadores da França septemtrional, resultante das relações mais frequentes que principiavamos a ter com a Inglaterra, o que significa tambem relações com a Normandia e a Picardia. Essa invasão de um novo genero ainda mais concorre para mostrar a impossibilidade de que um homem como o conde de Barcellos, D. Pedro, compozesse só elle um livro de trovas amorosas, dedicadas á sua dama, que era, no entender do sr. Varnhagen, sua sobrinha, a rainha D. Maria de Castella[3]. Evidentemente o cancioneiro de D. Pedro encerrava muitas poesias de trovadores mais antigos.

Esta influencia da Inglaterra e da França do norte produz essa litteratura brilhante a que alludimos anteriormente, e em que a prosa, como veremos, predomina, por que a influencia veiu quando as canções de gesta, que formaram as grandes epopéas francezas do seculo XI, se transformaram nos romances de cavallaria.

O poeta mais notavel que nos apparece n'este segundo periodo, é o infante D. Pedro. A época em que o nobilissimo escriptor floresceu é uma das mais brilhantes da litteratura do visinho reino. A influencia provençal foi substituida pela influencia italiana, e Dante, Boccacio e Petrarcha, esses grandes vultos do seculo XIV em Italia, inspiram evidentemente os poetas cortezãos que se agrupam emtorno do solio de D. João II de Castella, rei bemquisto das lettras. O proprio D. João II, o marquez de Villena, o marquez de Santillana e Juan de Mena traduzem Dante, admiram Boccacio e imitam Petrarcha. Uma certa alteza de pensamento philosophico, tomado decerto da inspiração dantesca, principia a fazer-se sentir nas composições poeticas dos vates hespanhoes. O celebre *Labyrintho* ou *las Trescientas* de João Mena é evidentemente pautado, emquanto á fórma externa, pela *Divina comedia* do amador de Beatriz. Apesar do seu pedantismo, das suas lastimosas redundancias, do seu tom empolado, João de Mena inspirava a toda a Hespanha uma fanatica admiração. Como os *Trabalhos de Hercules* do marquez de Villena, como a *Comedia de Ponza* do marquez de Santillana, estava o *Labyrintho* de João de Mena em afinação com o gosto erudito e lettrado da côrte de D. João. O seculo XV foi em toda a parte o seculo da erudição pesada. Da poesia, rude, mas ingenua e verdadeiramente inspirada da edade média, passava a Europa pelo caminho fastidioso das longas allegorias, e dos poemas sabios para o classicismo do seculo XVI. Não se sente isso mesmo em Portugal, compa-

[1] Pinheiro Chagas, *Desenvolvimento da litteratura portuguesa*, pag. 28 (Lisboa, 1872).

[2] *Cancioneirinho de trovas antigas, colligidas de um grande cancioneiro da bibliotheca do Vaticano, Noticia Critica*, pag. 19 (Vienna de Austria 1870).

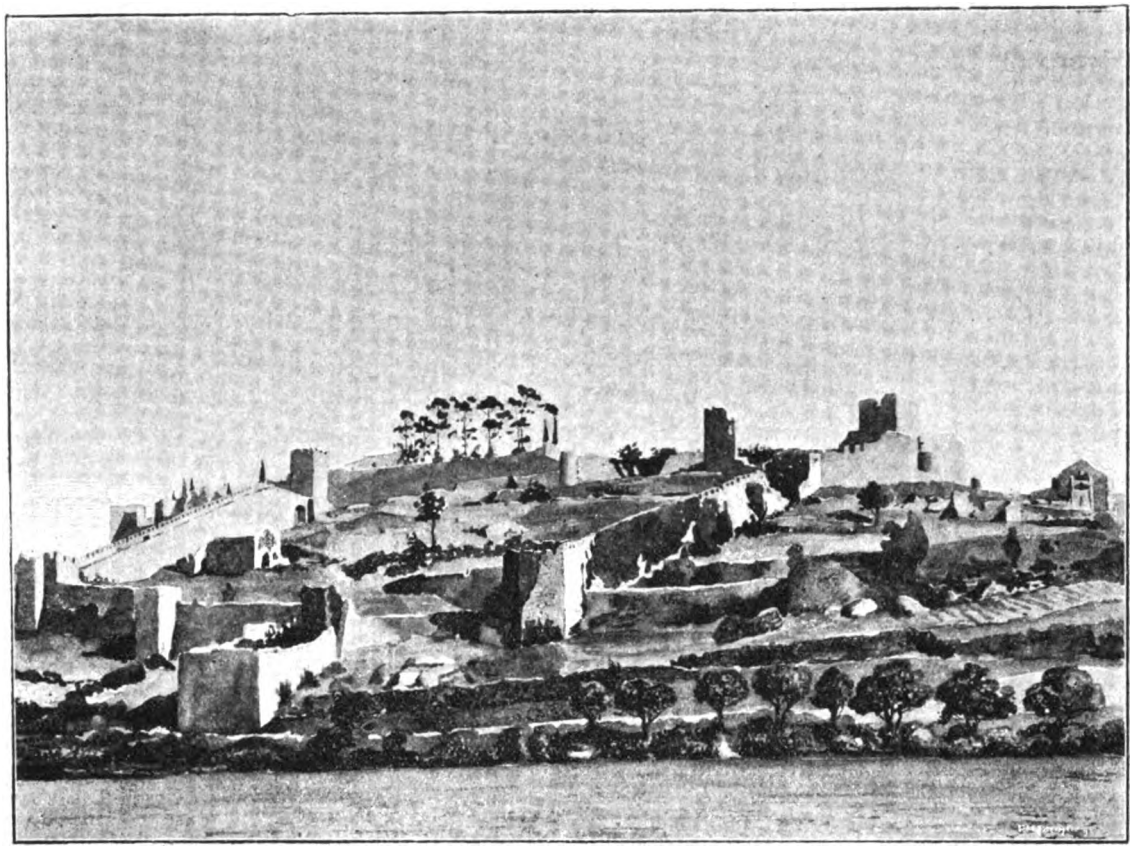
[3] *Trovas e Cantores de um codice de XIV seculo; ou antes mui provavelmente o livro das cantigas do conde de Barcellos, Introducção*, pag. VI. (Madrid, 1849).

Digitized by Google

rando-se o estylo de Gomes Eanes de Azurara com o do seu predecessor Fernão Lopes[1]?

Foi o infante D. Pedro um grande admirador de João de Mena, com quem teve uma correspondencia poetica, de que damos em nota um especimen[2]. Á imitação d'esses poemas philosophicos, que estavam então adquirindo grande voga em Castella, compôz o infante D. Pedro um poema em hespanhol sobre o despreso do mundo, digno, na elevação da idéa, do melancholico pensador, que tinha na devida conta a gloria vã da popularidade[1].

D'esta poesia de côrte, ora philosophica á maneira de Dante, ora metaphysicamente amorosa á moda de Petrar-



MONTEMÓR-O-VELHO—CASTELLO E CAPELLINHA DO ABBADE JOÃO

[1] Veja-se ácerca d'esta época da poesia castelhana os dois capitulos XVIII e XIX da *Historia da litteratura hespanhola*, de Ticknor, p. 315 a 353 do tomo I, da traducção franceza de Magnabal.

[2] Dirigira D. Pedro a João de Mena uns versos elogiosos, a que o poeta castelhano fez uma agradecida réplica, na opinião de Ticknor inferior á poesia que a provocára. O infante retrucou-lhe então com os seguintes versos:

Como terra fructuosa,
João de Mena, respondestes
Com messe mui abastosa
De fructos, que recebestes.
Mas em esto vós errastes
Louvar mais de merecido;
Mas por mi é recebido
Que louvando-me ensinastes
Aquillo que desviastes
Seguirei a meu poder,
Sequer que possam dizer
Que muito não sobejastes.

[1] Este poema é escripto em estancias, e cada uma de duas redondilhas de versos de arte maior, metrificação então muito usada em Hespanha, adoptada por João de Mena no *Labyrintho*, pelo marquez de Santillana na *Comedieta de Ponza*, e já anteriormente pelo rabbi Santob na *Danza de la muerte*. E' a metrificação tambem do *Poema da Cava*, e não será essa uma das menos fortes razões, pelas quaes attribuimos a esse fragmento de velha poesia portugueza

Digitized by Google

cha, ora satyrica, chocarreira e livre, como as producções da musa latina de Boccacio, conserva-nos o cancioneiro de Garcia de Resende preciosos especimens. Quasi todos elles pertencem a epocha posterior á de que nos occupámos, quer dizer, aos reinados de D. João II e de D. Manuel; comtudo ha entre outros um poeta notavel, que se chama Alvaro de Brito Pestana[1], e que floresceu no tempo de D. Affonso V [2].

Entretanto a poesia provençal, vencida por esta nova poesia de côrte, bem mais prosaica, devemos confessal-o, do que a ingenua filha da inspiração dos trovadores, tinha um representante n'um poeta que a Hespanha reclama como tendo-lhe sido patria, e Portugal como tendo sido a sua lingua ou o dialecto gallego que lhe serviu para n'elle formular as suas composições. Referimo-nos a Macias o enamorado, como é habitualmente conhecido, fidalgo natural da Galliza, de casa do marquez de Villena, e que se tornou celebre pela romantica historia dos seus amores, pelo seu desastroso fim, e pelas poesias com que celebrou o encanto que o prendera. Foi a elle verdadeiramente que tomaram por modelo Christovão Falcão e Bernardim Ribeiro, os dois ultimos representantes em Portugal da enamorada poesia dos trovadores[1].

Este resumo, apesar da brevidade com que forçosamente corre por tão importantes assumptos, não seria completo, no seu mesmo laconismo, se não désse uma idéa do que era a poesia popular n'esses remotos tempos. A historia democratica, procurando a origem das instituições, investigando não tanto a biographia dos reis como a vida e as crenças dos povos, deve tambem no estudo das origens litterarias procurar conhecer quaes eram as manifestações da rude e ingenua, mas tantas vezes sublime, inspiração popular. Assim como as instituições modernas, quebrando as algemas do despotismo, reataram, melhorando-as e aperfeiçoando-as, a tradição das velhas liberdades da edade média, assim tambem a moderna litteratura, reagindo contra a regrada tyrannia dos classicos, voltou ás fontes da inspiração primitiva, nacional e democratica, polindo as suas producções, alindando-as, mas conservando a originalidade e o encanto das idéas. Foi assim que Garrett, o grande reformador da nossa litteratura, tirou das ruinas da velha can-

---

uma data posterior á que Faria e Souza lhe pretendeu fixar. Do poema do infante D. Pedro citaremos uma estancia ácerca da Fama, que encerra bellos pensamentos elegantemente expressos :

De ti que diré, ó bolante Fama ,
Y de tus volaces alas tan hermosas ?
Tu siempre engañas aquelle que ama
Con cosas mas bellas que no provechosas;
Las quales, por ser en si enganosas,
Perescen haziendo perescer la vida;
Todas tus mercedes tristes no gazozas
Se muestram alfin con dura salida

[1] O sr. Theophilo Braga consagra um capitulo a este poeta e diz que elle nasceu em 1432, que seguiu o partido de D. Affonso V contra o infante D. Pedro, que rompeu o combate em Alfarrobeira, e que ainda frequentou a côrte de D. Manuel. e vivia em 1496. *Poetas palacianos*, L. II, cap. II, pag. 223 a 242 (Porto, 1821).

[2] Eis um especimen das composições de Alvaro de Brito Pestana. E' uma chistosa queixa dirigida a el-rei contra tres juizes, que julgavam n'uma demanda que elle trazia com um homem do povo :

Senhor, João, Pero, Luiz,
Tres de vossa Relação
O que Deus não quer nem quiz
Querem mostrar por razão,
Querem salvar um villão,
Querem condemnar a mim,
Querem fazer por latim
Do não sim e do sim não.

[1] Eis a primeira das melancolicas e mimosas trovas de Macias o enamorado :

Cativo de mi tristura
Já todos prendem espanto,
E perguntam que ventura
Foi que me atormenta tanto ?
Mas não sei ao mundo, amigo,
O que mais do meu quebranto
Diga que isso que vos digo :
Que subir nunca devia
A pensar que faz folia.

Digitized by Google

ção da *Silvaninha* o seu primoroso monumento da *Adosinda*, foi assim que em Portugal, como em todos os outros paizes da Europa, a litteratura do seculo XIX, desdenhando os aristocraticas pergaminhos roubados á Grecia e a Roma, foi pedir antes os seus brazões á musa popular da meia-edade.

Isso mesmo nol-o dirá melhor, e em mais puro estylo, o immortal Garrett, o chefe do movimento romantico Portuguez.

«A poesia romantica, a poesia primitiva, a nossa propria, que não herdámos de Gregos nem Romanos, nem imitámos de ninguem, mas que nós modernos creámos, a abandonada poesia nacional das nações vivas, resuscitou bella e remoçada, com suas antigas galas, porém melhor talhadas, com suas feições primeiras, porém mais compostas. É a mesma selvatica, ingenua, caprichosa e aerea virgem das montanhas, que se apraz nas solidões incultas, que vae pelos campos allumiados do pallido reflexo da lua, envolta em véos de transparente alvura, folga no vago e na incerteza das côres indistinctas, que nem occulta nem patentea o astro da noite: — a mesma beldade mysteriosa que frequenta as ruinas do castello abandonado, da torre deserta; do claustro coberto de hera e musgo, e folga de cantar suas endeixas desgarradas á bocca de cavernas fadadas, por noite morta e horas asiagas. É a mesma sem duvida; porém o gosto mais puro e fino de seus adoradores, sem alterar a liturgia, modificou os ritos e os accommodou para espiritos e ouvidos costumados aos hymnos variados, porém mais cadentes, da antiguidade classica. Não ficou menos natural, nem menos nacional, porém muito mais amavel e encantadora a nossa poesia primitiva assim resuscitada [1].

Havia pois uma poesia differente, na edade média, da poesia da côrte, differente na renascença da poesia classica, ausente no seculo XVIII das reuniões da Arcadia? Havia, é ainda Garrett quem nol-o diz:

«Quem não tem olhado senão á superficie da nossa litteratura, quem, cego do brilho classico das nossas tantas epopéas, seduzido pela flauta magica dos nossos bucolicos, enthusiasmado pelo estro tão rico e variado dos innumeraveis poetas, que, nos quartettos e tercettos sicilianos da elegia, da epistola e do soneto, rivalisam e tantas vezes lutam de vantagem com o proprio Petrarcha; quem, sobretudo porque n'esse genero é a musa portugueza superior á de todas as linguas vivas, adora em Sá de Miranda, Ferreira, Diniz, Garção e Filinto o genio redivivo de Horacio e de Pindaro — não crê, não suspeita, ha de ficar maravilhado de ouvir dizer, como eu quero dizer e provar no presente trabalho, que ao pé, por baixo d'essa aristocracia de poetas que nem a viam talvez, andava, cantava, e nem com o despreso morria, outra litteratura, que era a verdadeira nacional, a popular, a vencida, a tyrannisada por esses invasores gregos e romanos, e que, a todos os esforços d'elles para lhe obliterarem e confundirem o caracter primitivo, resistia na servidão com aquella força de inercia com que uma raça vencida, com que a população aborigene de um paiz resiste a egual empenho de seus conquistadores que lhe usurparam a dominação, e que, seculos e seculos depois, quando esses já não são, ou não cuidam ser senão uma casta privilegiada e patricia, reagem fortes aquell'outros com o que seus proprios senhores lhes ensinaram, regenerados por um longo martyrio, e extirpam muitas vezes, mas geral-

[1] Visconde d'Almeida Garrett, *Romanceiro*, t. I. (4.ª edição) pag. 9, t. IV das obras completas. (Lisboa, 1863.)

Digitized by Google

mente se contentam de avassalar, os seus antigos oppressores[1]».

Como porém nos seculos rudes em que não era maior a illustração no paço do que na choupana, quando fidalgos e plebeus, ainda que separados pelos preconceitos, tinham o mesmo sentir, como se distinguiria a poesia cortezã da poesia popular? O proprio Garrett confessa que a distincção era difficil:

«Como porém no seculo XIII começa a apparecer a lingua portugueza propriamente dita, n'esse tempo já o estylo provençal tem o predominio, as duas litteraturas da côrte e do povo, vistas hoje d'esta distancia, se confundem aos olhos inexpertos; mas o observador illustrado bem depressa as extrema logo[2].

E comtudo a distincção existia, profunda, e incontestavel; é ainda Garrett quem o reconhece:

«A nossa poesia primitiva e eminentemente nacional, a que do principio, e, para assim dizer, do primeiro balbuciar de nossa lingua nos foi commum com todos os outros povos, que mais ou menos tiveram communhão com a lingua provençal, primeira culta da Europa depois da invasão septemtrional, foi seguramente o romance historico e cavalheiresco, ingenua e rude expressão do enthusiasmo d'um povo guerreiro. Logo vieram esses trovadores de Provença, e nos ensinaram modos mais cultos, porém menos originaes e menos cunhados do sello popular; era coisa mais de côrte. E, como tal, não pôde absorver, senão modificar, o que brotára espontaneamente do natural da terra. Mas as duas feições ficaram ambas, e deram assim á poesia portugueza um caracter talvez unico no mundo, nas Hespanhas decerto[1]».

Para a historia d'essa poesia popular, menos felizes do que os nossos visinhos castelhanos, temos apenas o formoso, mas infelizmente incompleto, Romanceiro de Garrett. Das quatro partes em que tencionava dividil-o, e que deviam conter: 1.ª Romances cavalheirescos antigos d'aventuras, e que ou não teem referencia á historia ou não a teem conhecida; 2.ª Lendas e prophecias; 3.ª Romances historicos compostos sobre factos ou mythos da historia portugueza e d'outros; 4.ª Romances varios comprehendendo todos os que não são epicos ou narrativos[2], só a primeira deixou concluida. Os Hespanhoes, esses, desde o seculo XVI que se deram ao trabalho de colligir os romances populares, salvando-os de se perderem ou de se irem cada vez mais adulterando na tradição oral[3]. Cancioneiros temol-os nós talvez mais completos do que os d'elles, mas os cancioneiros de Garcia de Rezende, D. Diniz, conde D. Pedro, como os seus irmãos castelhanos os cancioneiros de Baena, não encerram senão versos de côrte, e despresam completamente o ele-

---

[1] Visconde d'Almeida Garrett, *Romanceiro*, t. I, *Prologo da 2.ª edição*, pag. XXII co tomo IV das obras completas. (Lisboa, 1863).

[2] Idem, *Romanceiro*, t. II. *Romances cavalheirescos antigos — Introducção*, pag. XXVI do tomo XIV das obras completas. (Lisboa, 1863).

[1] Garrett, *Romanceiro*, t. I, p. 5 do t. IV das obras completas.

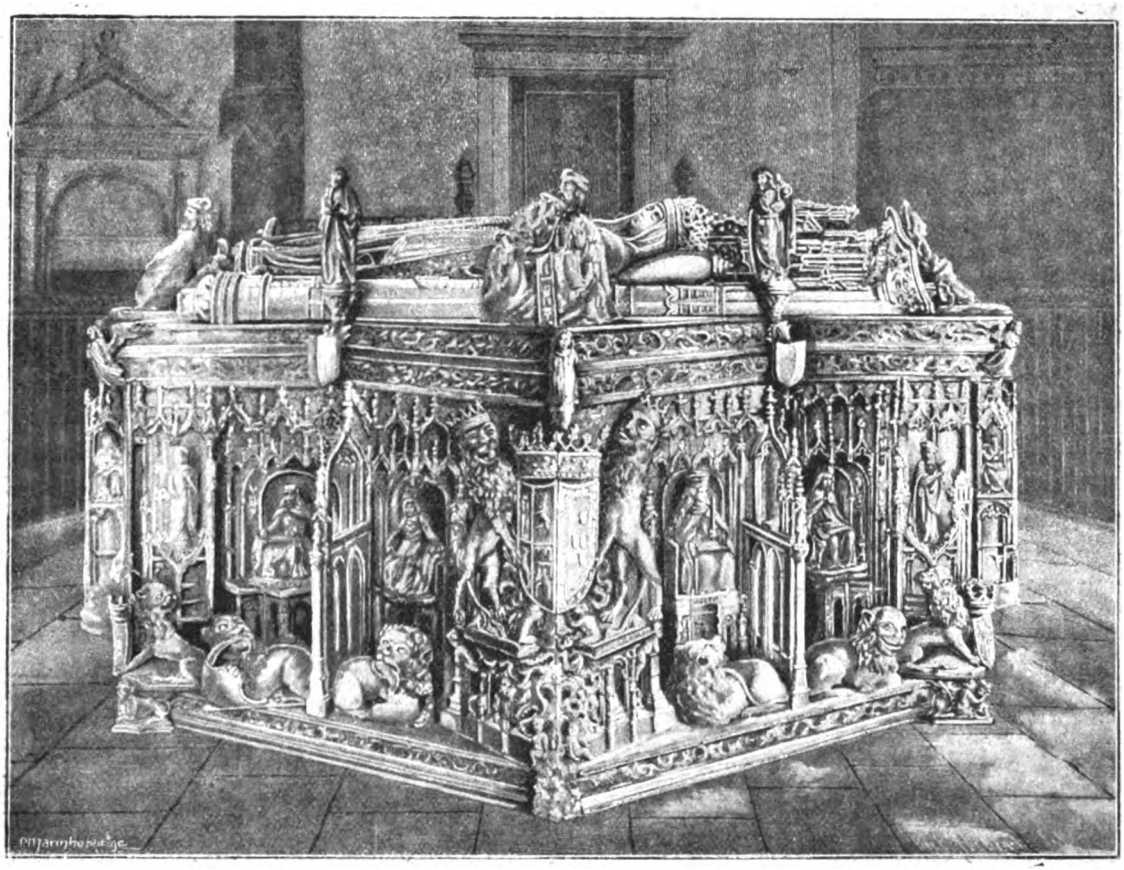
[2] Ibidem, t. 2.º, p. XLVIII do t. XIV das obras completas.

[3] O primeiro homem que prestou esse serviço á litteratura do seu paiz foi Esteban de Najera, que publicou em 1550 em Saragoça a *Silva de varios romances*. Appareceram depois outras, que foram as de Sepulveda em 1551, de Timoneda em 1573, de Linares no mesmo anno, de Padilla em 1583, de Maldonado em 1586, de la Cueva em 1587, depois uma compilação geral, que pretendia reunir em si sodas as anteriores, intitulada *Flor de varios y nuevos romances*, começada a publicar em 1593. Appareceu depois em 1600 em Madrid o *Romancero General*. No seculo XIX publicaram-se afinal as monumentaes collecções de D. Eugenio Ochoa, e de D. Agostin Duran. E' notavel que foi em Lisboa, em 1593, na conhecida typographia d'Antonio Alvares, que se imprimiu uma parte da *Flor de varios romances* com o titulo de *Ramilletes de flores*. Veja-se a nota de D. Paschoal de Gayangos e D. Henrique de Vedia á traducção hespanhola de Ticknor, reproduzida na traducção franceza, p. 631.

Digitized by Google

mento popular, que predomina nos Romanceiros de que infelizmente nenhum temos.

O romance cavalheiresco, o romance popular, filho mimoso da Peninsula hispanica, é-nos commum com todos os outros povos da Hespanha. O enthusiasmo que, na renascença litteraria do menos modificadas ou alteradas. É incontestavelmente um peculio commum dos filhos da Peninsula, e peculio que pertence ás antigas éras, em que a nacionalidade portugueza, mal despegada ainda do tronco leonez, mantinha com os seus irmãos d'além da fronteira laços fortissimos e indestructiveis.



MAUSOLEU DE D. ISABEL DE PORTUGAL E D. JOÃO DE HESPANHA, NA CARTUXA DE MIRAFLORES (BURGOS)

seculo XIX, essa admiravel poesia do povo hespanhol excitou em toda a Europa culta e principalmente na Allemanha e na Inglaterra, tambem para nós o podemos reclamar, porque mnitas vezes esses maravilhosos romances são filhos do solo Portuguez, e em todo o caso raras vezes se pode distinguir onde primeiro nasceram, se aqui, se na Hespanha. Lendo o *Romanceiro* de Garrett e o *Romanceiro* de D. Agostinho Duran, encontram-se em Portuguez e em hespanhol as mesmas trovas populares, mais ou

D'onde vinham pois esses romances, que inspiravam a Villemain no seu *Cours de littérature française au moyen âge* um tão vivo enthusiasmo? Seria um resto da velha poesia nacional dos bardos iberos de que Strabão nos fala? É possivel que d'ahi viesse o gosto especial dos Hespanhoes por esses poemetos populares. Seria na poesia arabe que elles colheram a flôr explendida do romance cavalheiresco? Ticknor pronuncia-se energicamente contra essa idéa, mostrando que nada faz sentir a influencia

Digitized by Google

oriental, que os romances propriamente mouriscos só principiam a popularisar-se em Hespanha no seculo XVI depois da conquista de Granada, e como um enxerto feito por uma civilisação mais adiantada no velho tronco da poesia nacional.

«Durante muito tempo, continua o illustre escriptor americano, esses romances nacionaes primitivos existiram apenas na memoria do povo, no seio do qual tinham visto a luz, e que os conservou no seguimento dos seculos, e por longas tradições, graças aos interesses e aos sentimentos que lhes tinham dado primitivamente origem. Não podêmos por conseguinte rasoavelmente esperar conhecer hoje exactamente alguns d'esses romances taes como foram primitivamente compostos e cantados, nem saber quaes são aquelles a que podemos attribuir um época definitiva com certo grau de probabilidade. Não ha duvida que possuimos ainda um certo numero d'elles, que, com ligeiras mudanças na simplicidade dos pensamentos e na melodia, acham logar entre os impetos primitivos d'esse enthusiasmo popular que, do seculo XII ao seculo XV, levou os christãos hespanhoes á emancipação da sua patria. Esses romances fizeram-se ouvir nos valles da Serra Morena, ou nas margens do Turio e do Guadalquivir, com o accento primitivo d'essa lingua, que depois se espalhou em toda a Peninsula. Mas o pobre menestrel que, em tempos de turbações, ia procurar uma subsisteneia precaria de choupana em choupana, ou o descuidoso soldado que, depois da batalha, cantava as suas façanhas, ao som da guitarra, á porta da sua tenda, não podiam esperar ver mais adiante do que o momento presente; de fórma que, se os seus versos rudes e grosseiros nos foram conservados, foram-n'o por aquelles que os repetiram de memoria, mudando a sua entoação e a sua linguagem, conforme mudaram as opiniões do tempo e até os acontecimentos que lhes succedia recordarem. Assim pois tudo o que pertence a essa época primitiva pertence ao mesmo tempo á vida do povo que as chronicas não dão, e ao caracter d'esse povo de que esses cantos fazem parte; se alguns d'esses romances, assim compostos, sobreviveram até aos nossos dias, maior numero ficou, sem duvida alguma, sepultado com a inspiração poetica que lhes deu origem[1]».

É essa mesma idéa a que Sismondi expende, quando escreve:

«Os seus romances eram ensinados pelas mães a seus filhos; eram repetidos em todas as festas; eram entoados pelos soldados antes da batalha, e, transmittidos muito tempo de bocca em bocca antes de serem escriptos, mudavam com a linguagem, e apresentavam sempre o mesmo espirito com versos que se alteravam cada vez mais[2]».

Assim, a tradição oral, modificando constantemente a linguagem dos romances, conservou até ao nosso tempo monumentos poeticos da mais alta antiguidade, contemporaneos das mesmas poesias, que, ao principio mais cultas e cortezãs, hoje mal são decifradas pelos archeologos nos velhos *Cancioneiros*. E' isto uma difficuldade enorme para se marcar com qualquer grau de certeza a data de uma composição popular. A's vezes uma circumstancia caracteristica de uma época, circumstancia de costumes, de vestuario, etc., que o povo repete, já sem a entender, serve ao historiador para fixar essa data incoercivel[3].

---

[1] Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola*, (tr. fr.), t. I, p. 113.

[2] Sismondi, *De la littérature du midi de l'Europe* (3.ª edição, tom. III, pag. 167.

[3] Temos um exemplo d'isso no romance *Claralinda*, onde o vestuario do conde Claros indica antiguidade anterior ao seculo XV, diz isso o romance

Digitized by Google

Mas isso é raro, e, só muito por alto, podêmos marcar á maior parte dos romances o seculo em que nasceram, sabendo comtudo indubitavelmente que ascendem a altissima antiguidade.

Os romances Portuguezes teem differentes nomes genericos, cuja definição é difficultosa. Vejamos se, com o auxilio de Garrett, poderemos determinar os caracteristicos mais provaveis d'esses differentes generos.

As mais antigas denominações com que vêmos classificados em Portugal os romances populares são: *xacara*, *romance* ou *rimance*, *solao*, *trova*, *cantiga*, *cantar*, *canção*. Mais modernas, quer dizer posteriores ao periodo que nos occupa, suppõe Garrett que sejam as denominações de *lôa*, *barca*, *tenção* e *chacota*, mas nem umas nem outras poderão ser bem determinadas.

«A *xacara*, diz Garrett, é toda dramatica; o poeta falla pouco ou nada, não narra elle senão os seus interlocutores, que apenas indica e nem sempre claramente.»

O *romauce*, imagina-o Garrett «um canto épico, isto é, todo narrativo, pouco ornado, pouco lyrico.

«O *saláo*, continua Garrett, será sempre cantar triste, como indica Bernardim Ribeiro? Narrativo é elle tambem, pelo que tão claro nos diz Sá de Miranda. Mas uma coisa não exclue a outra. Eu inclino-me a crer que o soláo é um canto épico ornado, em que as effusões lyricas acompanham a narrativa de tristes successos, mais para gemer e chorar sobre elles, do que para os contar ponto por ponto.

Deram-lhe uma alva camisa
Que el-rei a não tinha tal;
Deram-lhe *saio de seda*
Cantura de oiro e firmal,
Trazem-lhe esporas doiradas
Para com ellas montar.

(Garrett, *Romanceiro*, tom. II. pag. 225).

«*Cantiga* deve ser a expressão lyrica e improvisada d'um sentimento.

«*Cantar*, é talvez o genero de todas estas especies.

«A *trova*, mais artificial, mais elaborada, achou-a o poeta com estudo, cingindo-se a regras mais severas de metro ou de estylo: *trovar* (trouver, trovare) é *achar*; e para achar procura-se, trabalha-se.

«*Canção* tambem é termo generico, mas inculca mais artificio do que a *cantiga* e o *cantar*: entre nós designa mais strictamente a ode romantica da meia edade com certas formulas de metros, e divisões regulares de estrophes.

«*Lôa*, virá do latim *laus*? Pode ser; é um canto de louvor, mas por certo modo e regra. A lôa *deita se* ainda hoje nos cirios das provincias do sul; recita-se nos presepes do Natal das provincias do norte do reino. É um cantar de anjos, de genios, de espiritos; mas dramatico, dialogado: é um côro hieratico que se entôa, que se *deita* do céo para a terra, que entes superiores cantam para ouvirem homens e deuses. Os Thespis do nosso theatro começaram talvez por aqui, antes que Gil Vicente e João da Ensina subissem ao tablado de novos Eschylos. Na descripção das festas do casamento do principe D. Affonso, acho que algum tanto nol-o indicam as expressões de Garcia de Rezende, e mais claramente ainda o romance de Ayres Telles de Menezes. Ahi, diz, descrevendo aquellas mesmas festas:

Depois ledos tangedores,
Aa vinda da princesa
Fizeram fortes rumores,
Espanto da natureza;
Barcas e *lôas* fizeram
E outras representações,
Que a todos granprazer deram
Conforme suas tenções.

«A *Barca* (alguma coisa da barcarolla veneziana?) era, creiu eu, cantiga alternada tambem, e outra vez a vozes e côro, que o mar mandava á terra para tomar

Digitized by Google

parte em seus regosijos. Navegantes, tritões, sereias, os habitantes reaes e os imaginarios do outro elemento, vinham a este cantar e deitar suas *lôas*, que appropriadamente tomavam n'este caso o nome de *barcas*. Tambem se acham vestigios de barcas *ao divino*, compostas sobre assumptos religiosos...

«*Tenção* é a *tençon* dos provençaes, distico breve, em metaphora ou dito engenhoso, já acompanhando e explicando o symbolo heraldico de uma *empreza*, no escudo, na bandeira; já expressando, em mais pacifico ensejo, os sentimentos intimos e recatados do poeta, que quer que o adivinhem sem elle se explicar de todo. A tenção é originariamente cortezã, e só tarde e degenerada se relaxou ao braço popular.

«Da *chacota*, do que ella era pelo menos no seculo XV e XVI, nos dá muitos exemplos e claro conhecimento o theatro de Gil Vicente, precioso thesouro de coisas populares, o mais rico e variado que temos, e, em minha opinião. mais ainda que os proprios cancioneiros, cujos collectores, homens só de côrte, desprezaram tudo o que não era alambicado pelas modas e pallida affectação dos trovadores cortezãos; emquanto Gil Vicente, homem do povo no meio do palacio, divertia seus amos com os dizeres, os gracejos, os modos originaes, as superstições antigas, as tradições immemoriaes, os cantares rusticos, mas cheios d'alma, tintos na côr fechada e forte que só o povo sabe dar e que não desbota.

«A *chacota* era uma cantiga de rir e brincar, mas que mordia nos vicios, e nos ridiculos dos homens e dos tempos; uma especie de *sirvente* menos aspera e severa, menos séria e grave do que ella, e mais popular: cantava-se a vozes, muita vez era o remate, o côro final dos entremezes e das farças.

«A mesma palavra *sirvente* ou *serventе*, e a designação de versos *sirventesios*, não foi estranha aos nossos antigos, que houveram a palavra e talvez confundiram a idéa dos provençaes. Sabe-se que a *sirvente* do trovador era amarga, e satyrica; por vezes foi o grito de guerra, o hymno revolucionario dos Alceus da meia-edade contra a tyrannia real e sacerdotal: a *sirvente* nossa creio que era toda ascetica e religiosa, se não é que mystica[1].

«Mas repito com sinceridade que se tenho consciencia de navegar para a verdadeira latitude, não tenho certeza da longitude: as observações são imperfeitas, e quasi todos estes calculos fundados em hypotheses vagas. Os nossos philologos, que elucidaram tanta coisa insignificante, despresaram sempre a litteratura popular como indigna dos seus classicos estudos. Faria e Sousa e alguns poucos mais, que tinham o instinto da sua importancia, sacrificaram-a aos prejuizos do tempo; e, ou por credulidade ou por pouco escrupulo, fizeram-lhe fracos serviços, porque os fizeram sem verdadeira fé e lisura[2]».

Aqui temos pois determinadas, tanto quanto o permittiam a obscuridade do assumpto ao grande genio, que entre nós foi o unico a tratal-o, as principaes especies da poesia popular[3]. Vamos agora vêr desfilar diante de nós alguns d'es-

---

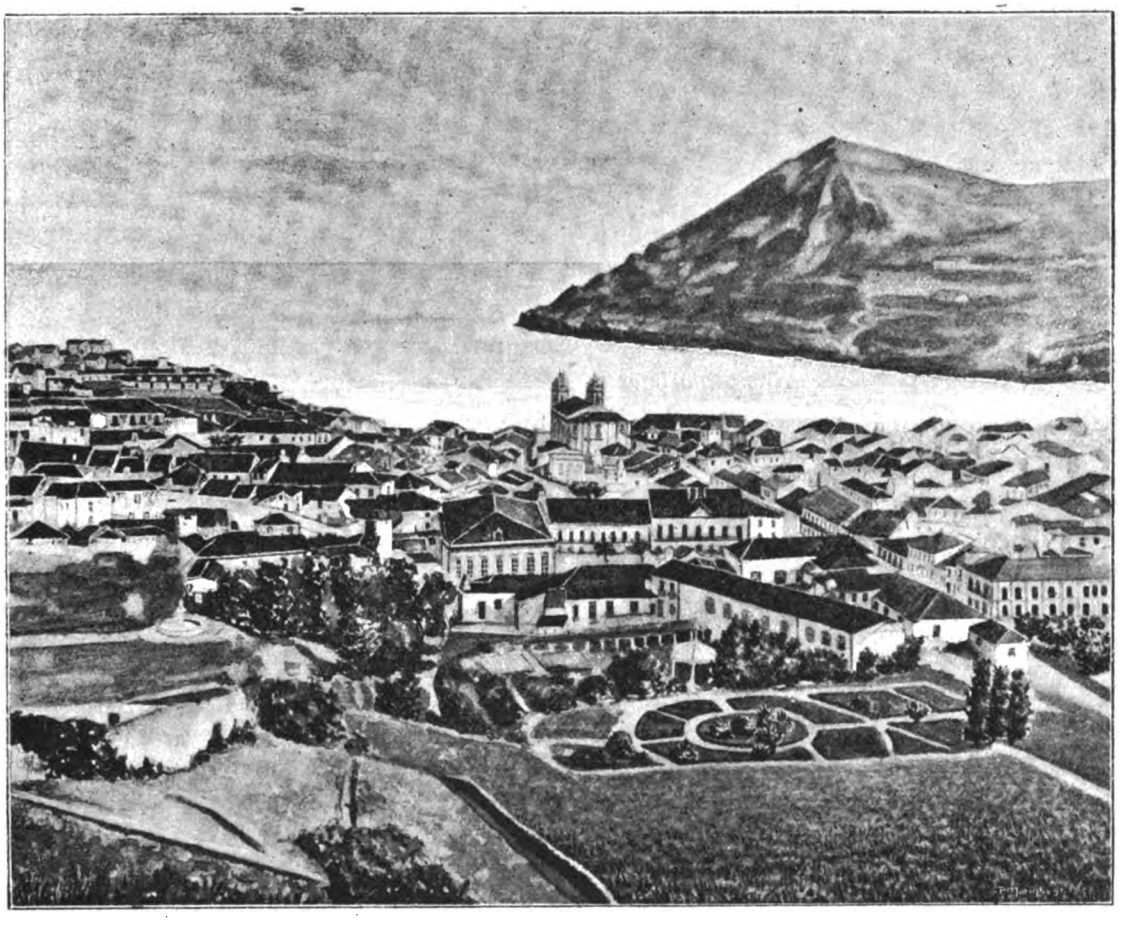
[1] O sr. Theophilo Braga contesta violentamente nas suas *Epopeas da raça mosarabe* esta classificação de Garrett, sem lhe substituir comtudo, parece-nos, uma classificação menos hypotetica. V. *Epopéas*, etc., cap. VIII (Porto, 1871).

[2] Garrett. *Introducção do Bernal Frances*, t. 2.º do *Romanceiro* (XIV das obras completas), pag. 127 a 133.

[3] Hoje, na segunda edição, devemos dizer que o sr. Theophilo Braga publicou a *Historia da poesia popular portugueza*, o *Cancioneiro popular da tradição oral*, o *Romanceiro geral colligido da tradição*, os *Cantos populares do archipelago açoriano*, a *Floresta de romances do seculo XVI e XVII;* o sr. Estacio da Veiga publicou o *Romance do Algarve;* o sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo está colleccionando as poesias populares da ilha da Madeira. Para o nosso rapido estudo, em que procuramos só os traços geraes, basta-nos ainda o *Romanceiro* de Garrett.

Digitized by Google

ses velhos romances, que encerram thesouros de inspiração, bem mais valiosos do que as producções da musa cortezã. Cotejando as peças do *Romanceiro* de Garrett com as do *Romanceiro* de Agostin Duran, veremos, como já dissemos, que as mesmas poesias circulavam, le-



ANGRA DO HEROISMO — VISTA GERAL

vissimamente alteradas, de um a outro extremo da peninsula, fluctuando sobre as cordas da guitarra dos menestreis, ou passando, de bocca em bocca, nas azas da tradição.

A xacara da *Bella Infanta* é certamente uma das mais antigas; da lição castelhana só restam fragmentos que Eugenio Ochoa e Agostin Duran suppõem que devem remontar pelo menos ao seculo XIII; ora, a lição portugueza tem-n'a Garrett em conta de mais antiga. Os menestreis populares não sabem historia, e não vão procurar portanto o seu assumpto aos acontecimentos do passado. Successo historico, a que n'algum romance do povo se faça allusão, podemos ter a certeza que é contemporaneo, ou pelo menos pouco anterior á época em que se compôz o romance. Ora, na *Bella Infanta* allude-se ás cruzadas, acontecimento que não tinha entre nós demais a mais a importancia tradicional da guerra contra os Moiros hespanhoes, que, ainda depois d'extincta, se conservou na memoria do povo. O tempo em que as cruzadas tiveram entre nós uma certa popularidade, foi aquelle em que governou o conde D. Henrique, a ponto do pontifice promulgar uma bulla prohibindo aos Christãos de Hespanha o

Digitized by Google

desampararem a defeza da sua terra para irem guerrear na Palestina. Seria desacertado fazermos remontar a esses tempos primitivos a composição da xacara portugueza[1].

Tambem é contado como um dos romances mais antigos da Peninsula aquelle a que entre nós se chama o *Caçador* e em Castella a *Infantina*. Escusamos de disputar a prioridade, porque, como já dissemos, rarissimas vezes é possivel, ainda o mais remotamente, determinal-a.

Damos em nota um especimen das duas versões[2].

Uma das mais antigas, mais poeticas, e mais dramaticas xacaras castelhanas é incontestavelmente a do *Conde Alarcos*, que foi vertida em inglez por Lockart, aproveitada para o theatro por Lope de la Vega e outros autores hespanhoes, e já n'este seculo e na Allemanha por Frederico Schlegel. Todos os criticos a teem admirado, como uma das mais sublimes reliquias da grande e verdadeiramente homerica poesia dos povos nas épocas heroicas. Effectivamente a Grecia d'Eschylo e de Sophocles não tem mais admiravel tradição nos seus tragicos annaes. Pois esse romance castelhano tambem o nosso povo o cantava desde os mesmos tempos; é entre nós conhecido pelo nome de *Conde Yanno*, e este nome proprio, que é a fórma antiquada do nome de «João» assigna-lhe uma vetusta data, pelo menos tão antiga como a do *Conde Alarcos*[1].

Que dramatica não é tambem, que profundamente tragica (e essa então unicamente portugueza, porque lhe não encontrâmos o parallelo em Hespanha) a xacara da *Silvaninha*, d'onde Garrett extrahiu a sua admiravel *Adosinda!* Rivalisa decerto esta nossa xacara, tão exclusivamente nossa, com a outra do *Conde Alarcos*, e as peripecias d'esse pequeno

---

[1] *Versão portugueza da xacara da Bella-Infanta*:

Estava a bella infanta
No seu jardim assentada;
Com o pente d'oiro fino
Seus cabellos penteava.
Deitou os olhos ao mar,
Viu vir uma nobre armada,
Capitão, que n'ella vinha,
Muito bem que a governava.
«Dize-me ó capitão
D'essa tua nobre armada,
Se encontraste meu marido
Na terra que Deus pisava.» etc.

Versão castelhana:

Estaba la linda infanta
A la sombra de una oliva,
Peine de oro en las sus manos,
Los sus cabellos bien cria.
Alzó sus ojos al cielo
En contra de el sol salia:
Vió venir un fuste armado
Por Guadalquivir arriba:
Dentro venia Alfonso Ramos.
Almirante de Castilla:
«Bien vengais, Alfonso Ramos,
Buena sea tua venida.» etc.

Na versão castelhana não ha allusão ás cruzadas, como na portugueza, sendo natural que os trovadores populares a supprimissem, logo que se lhes tornou inintelligivel, d'onde parece deprehender-se tambem que é a nossa versão a mais antiga.

[2] *Versão portugueza (O caçador)*:

O caçador foi á caça,
A' caça como sohia,
Os cães já leva cansados,
O falcão perdido havia. etc.

Versão castelhana (La infantina):

A cazar va el caballero,
A cazar como solia;
Los perros lleva cansados
El falcon perdido habia, etc.

As duas versões caminham quasi sempre com o mesmo parallelismo.

[1] *Versão portugueza (O conde Yanno)*:

Chorava a infanta, chorava,
Chorava e razão havia,
Vivendo tão descontente;
Seu pae por casar a tinha, etc.

Versão castelhana (El conde Alarços):

Retraida está la infanta,
Bien asi como solia,
Viviendo muy descontenta
De la vida que tenia, etc.

As peripecias e o desenlace da versão portugueza são mais dramaticos do que os da castelhana

Digitized by Google

drama lembram as gigantes concepções da poesia oriental, verdadeira fonte do que ha mais sublime nas primeiras creações do genio grego[1].

O *Bernal-Francez*[2] assim como a *Rainha e captiva*[3] são tambem romances exclusivamente Portuguezes, e que devem remontar aos primeiros seculos da monarchia. Referem-se ambos ainda ás guerras com os Moiros, e ao constante batalhar, ás continuadas incursões nas nossas fronteiras.

D'essas incursões é o segundo d'esses romances um episodio commovente; o *Bernal-Francez*, que o nosso immortal Garrett aproveitou para reconstruir sobre elle um dramatico e formosissimo poemeto, que foi traduzido n'umas poucas de linguas; rivalisa em tragica belleza, e profundo sentimento, com a *Silvaninha* e o *conde Alarcos*.

D. Claros d'além-mar e *Claralinda* são as duas versões portuguezas dos romances que os Castelhanos teem com o titulo de *D. Claros de Montalvan* e *El conde Claros*, que ambos se referem a amorosas aventuras d'este D. Claros ou conde Claros, o qual, diz Garrett, «devia de ser o D. Juan d'aquelles tempos, á immensidade de aventuras e conquistas amorosas que os romanceiros lhe attribuem. E talvez é um mytho em que os trovadores moralistas resumiram todos os Lovelaces da meia-edade»[1]. As versões portuguezas são muito mais resumidas do que as castelhanas, que se podem considerar verdadeiros e longos dramas. Tudo nos leva a acreditar que a versão castelhana é a primitiva[2].

---

[1] Assim principia a *Silvaninha*:

Passeiava-se a Silvana
Pelo corredor acima;
Viola de oiro levava
Oh! que tão bem a tangia!

[2] Andam ainda na bocca de todos, os primeiros versos d'este admiravel romance.

«—Quem bate á minha porta,
Quem bate, oh! quem está ahi?
—«Sou Bernal-Francez, senhora,
Vossa porta, amor, abri.

Todas as peripecias d'este pequeno drama estão admiravelmente combinadas, e a fala que a morta dama dirige ao amante, que lhe vae chorar sobre o tumulo, é uma das mais bellas e das mais commoventes inspirações que a ingenua musa da Peninsula segredou ao ouvido d'esse ignorante sublime, que se chama povo.

Garrett affirma que nos *Romanceiros* castelhanos não encontra o mais leve vestigio de poesia que se ossimilhe a esta. Assim é, mas o qne não será difficil encontrar aqui ou além, dispersas em outros romances, são reminiscencias do tom, da fórma dialogal d'esta formosa xacara, que bem mostram que os nossos visinhos tambem conheciam, e apreciavam, o *Bernal-Francez*. Nos fragmentos d'um romance dos que Ticknor chama *mouriscos*, acha-se tambem a fórma do dialogo atravez da porta entre um namorado que pede asylo, e a dama que já está deitada.

Ao saltar da minha cama
Eu rompi o meu frandil
.....
Ao abrir a minha porta
Me apagaram meu candil.

Isto diz a heroina do *Bernal-Frances*, e a moira do romance (citado em Ticknor p. 116) conta tambem a sua ida da cama á porta:

Vistierame un almexia
No hallando mi briale,
Fuera-me para la puerta
Y abrila de pare en pare.

[3] A *Rainha e captiva* começa do seguinte modo:

A' guerra, á guerra, moirinhos
Quero uma christã captiva

---

[1] *Romanceiro*, t. 2.º (14.º das obras completas), pag. 221.

[2] O *D. Claros d'além-mar* começa nas duas versões da seguinte maneira:

Na portugueza:

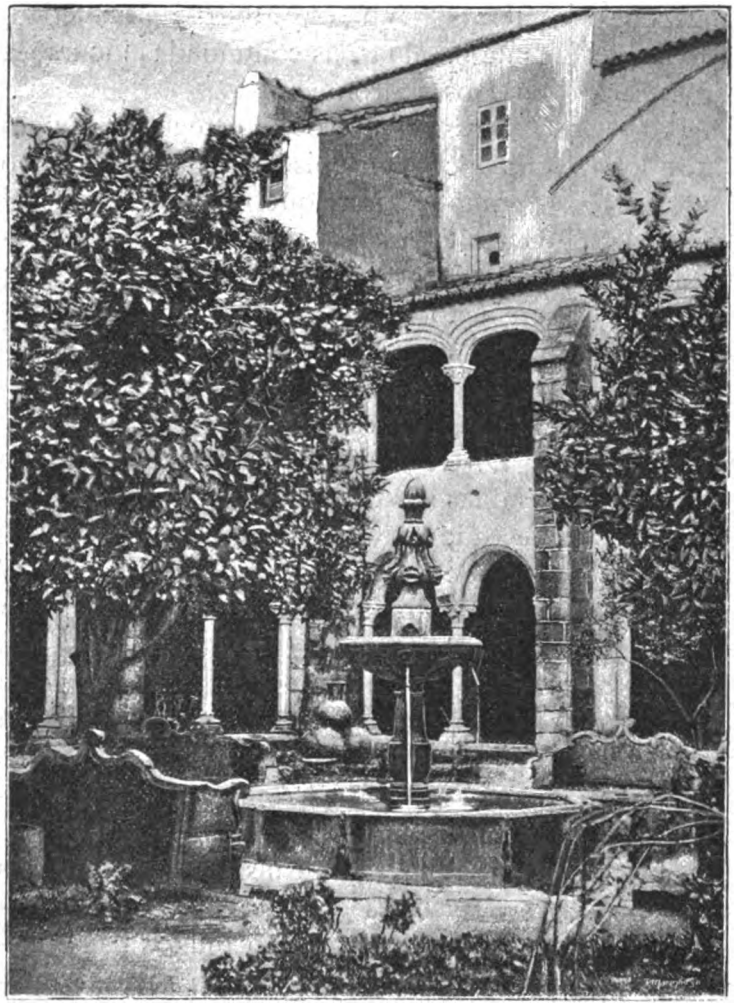
Quero fazer uma aposta,
Ou eu não sei apostar;
Claralinda ha de ser minha
Antes do gallo cantar, etc

Na castelhana:

A caza va el emperador,
A San Juan de la montiña
Con el iba el conde Claros
Por le tener compañia, etc.

A versão portugueza é muito mais graciosa e muito te-se de tecedeira, e leva teias a Claralinda, depois finge mais *gaiata* do que a versão castelhana. D. Claros vesreceiar-se do caminho, e dos atrevimentos dos creados

Digitized by Google



PORTALEGRE — PARQUE DO CONVENTO DE S. BERNARDO

Até agora temos visto nos romances a fórma octosylabica[1], que é a forma geral d'esses romances tanto em portuguez como em castelhano; apparece-nos porém uma outra metrificação, de que não achamos exemplo nos romanceiros castelhanos, mas que encontramos pelo contrario nos mais velhos poemas da litteratura dos nossos visinhos, ao passo que nos nossos poemas cortezãos essa fórma não apparece. É a metrificação da xacara de *Santa Iria*, da xacara do *Cego*, da canção da *Linda-a-Pastora* e de outras ainda, e é ao mesmo tempo a metrificação do velho *Poema do Cid* e do *Livro d'Apollonio*, dos poemas de Berceo, etc. Qual a explicação d'este facto que apontamos é o que nós não o poderemos dizer; apenas a assignalamos como notavel. Pomos em nota trechos da ballada do *Cégo* e do *Poema do Cid*, para que os leitores

e consegue dormir no quarto da donzella; o resultado é o que se póde imaginar. Nove mezes depois, o pae acha que o fato da filha a veste mal; veem alfayates para averiguar o caso, e vê-se que o defeito não estava no fato... E' o mesmo que succede n'outro romance, que se não encontra nos romanceiros castelhanos, e que se chama *D. Ausenda*, o qual principia:

A' porta de D. Ausenda
Está uma herva fadada:
Mulher que ponha a mão n'ella
Logo se sente pejada,

Mas este é ainda mais gaiato; o velhinho ermitão que vem quebrar o encanto da herva, e que afinal, quando menos se espera, sahe um moço cavalleiro elegante e bem apessoado, tranformação que explica aos mais incredulos a virtude da herva, dá-nos ares d'aquelles velhaquetes *fabliaux* francezes, que tanto assumpto deram ao magano Boccacio e ao bom Lafontaine, e faz-nos suppôr que da influencia dos *trouvères* da lingua *d'oil*, talvez no tempo de D. Fernando, e por intermedio dos Inglezes, nos viesse a canção ou a inspiração.

A *Claralinda*, chamada em castelhano *El conde Claros*, começa nas duas versões, como se segue:

Versão portugueza:

Meia noite já é dada
Os gallos querem cantar,
O conde Claros na cama
Não podia repoisar, etc.

Versão castelhana:

Media noche era por hilo
Los gallos querian cantar,
Conde Claros, por amores,
No podia reposar, etc.

[1] Ou heptasyllabica, como muito racionalmente quer o nosso grande poeta Antonio Feliciano de Castilho, no seu excellente *Tratado de metrificação*.

Digitized by Google

PRIMEIRA ENTREVISTA DE FREDERICO III DA ALLEMANHA COM D. LEONOR, IRMÃ DE D. AFFONSO V

Digitized by Google

possam vêr se não é exactamente o mesmo metro que, nos fins do seculo XIV, a desapparecer dos poemas castelhanos, sobrevive nas xacaras populares portuguezas.

Quando distinguimos, na nossa antiga poesia da edade média, a poesia cortezã e a poesia popular, a que se resente da influencia estrangeira e a que é filha legitima do solo nacional, não quizemos com isso dizer que a distincção fosse tão viva e tão pronunciada que não entrassem n'uma os elementos da outra. Assim veremos que a influencia dos *troubadours* da Provença e dos *trouvères* do norte de França não se limitou ás altas classes, mas tambem foi actuar nas classes inferiores, e enriquecer com inspirações novas o peculio da poesia popular. Encontramas a cada passo no *Romnnceiro* vestigios d'esta influencia. Já dissemos como na *D. Ausenda* nos parecia sentir o pico do *esprit gaulois*, o lampejo da phantasia maliciosa d'um auctor de *fabliau;* encontraremos todos os vestigios dos romances de cavallaria, que do norte da França nos tinham vindo, em romances de aventuras, que teem uma tal ou qual relação com o genero, mais de preferencia escolhido pelos poetas da França septemtrional. Passasse da bocca dos trovadores aristocraticos para a dos menestreis populares, entoasse-a um *Yeoman* da hoste do duque de Cambridge, ou cantarolasse-a na sua loja algum dos mercadores estrangeiros, que por cá tanto abundavam no tempo de D. Fernando, a trova de alheios poetas cahia no ouvido d'algum dos nossos trovadores, e, tomando a fórma predilecta do romance popular, passava a entreter os serões da boa gente do campo, que cantava, sem as entender, as aventuras de Éginhard, o secretario de Carlos Magno, ou as do portentoso D. Gaiferos, que prestaram a Cervantes assumpto para um dos mais chistosos capitulos do seu immortal *Quijote*.

Pois que outra origem póde ter o romance de *Reginaldo*[1], onde tão claramente está expressa a historia d'Éginhard? E muitos outros, que figuram no *Romanceiro* de Garrett, teem visivelmente origem estrangeira, ou são inspirados pelos heroes, ou pelo espirito dos romances de cavallaria, ou tambem pelo sainete zombeteador dos *fabliaux*. Taes são a *Infeitiçada*[2], conhecida em Hespanha pelo nome de *Romance de la infanta de Francia*, o *Conde d'Allemanha*[3], *D. Aleixo*[4] do

---

[1] Eis o principio da ballada do *Cégo:*

Abre a porta, Anna, abre de mansinho
Que venho ferido, morto do caminho.
«—Se vindes ferido, pobre coitadinho,
Ireis muito embora por outro caminho.»

Com mais melodia, com mais sciencia de toada, se assim nos podemos expressar, é comtudo essa visivelmente a metrificação do *Poema* do *Cid*:

Embraçan los escudos delant los coraçones;
Abajan las lanças abuestas de los pendones:
Enclinaron las caras de suso de los arçones
Ivanlos á ferir de fuertes coraçones, etc.

Garrett nota que esta cantiga do *Cégo* tem uma grande similhança com a ballada escoceza *The Gaberlunzie man*, composta por James V da Escocia no seculo XVI. A qual das duas pertencerá a prioridade?

1 Reginaldo, Reginaldo,
Pagem d'el-rei tão querido.
Não sei por que, Reginaldo,
Te chamam o atrevido. etc.

2 Vae correndo o cavalleiro
A Paris levava a guia;
Viu estar uma donzella
Sentada na penha fria. etc.

A versão castelhana começa:

De Francia partió la niña,
De Francia la bien guarnida, etc.

3 Já lá vem o sol na serra,
Já lá vem o claro dia,
E inda o conde d'Allemanha
Com a rainha dormia. etc.

4 Nós eramos tres irmãs
Todas tres d'um egualhar;
Uma ensinava á outra
A coser e a bordar. etc.

Digitized by Google

qual diz Garrett: «Tem este romance um viço, um frescor d'originalidade que ressende. Todo elle respira a graça desaffectada da poesia primitiva. E todavia é fino, elegante, cheira a um salão de castello da meia-edade, aos perfumes do *boudoir* d'uma nobre donzella do tempo da *Madresilva* ou da *Ala dos namorados*. Se o contaria o condestabre á sua dama? Ou o Magriço áquellas *misses* d'olhos azues que foi defender a Inglaterra? Ou se o traria de Normandia o conde d'Abranches?[1] » *D. Beltrão*[2], que pertence claramente ao cyclo de Carlos Magno; *D. Gaifeiros*[3] que recorda o heróe dos romances de cavallaria, que têm esse nome, e do qual, como já dissemos, falava Cervantes claramente, ou antes, pela bocca d'elle, o empresario do theatro de titeres que D. Quixote espatifou; o *conde Nillo*[4], o *Cegador*[5], de que diz Garrett: «Teremos aqui algum episodio da crapulosa historia bysantina, ou é outro capitulo licencioso da chronica secreta de Carlos Magno[6]?... Fecha finalmente a nossa breve lista o *Marquez de Mantua*[1], que pertence decerto aos fins d'este periodo da nossa historia litteraria, ou talvez ainda a épochas posteriores, longo romance dialogado, filho legitimo d'esses livros de cavallaria que desvairam a cabeça ao *ingenioso hidalgo* manchego, e que a tão crüel auto de fé foram condemnados pelo barbeiro e o cura e a ama de D. Quixote.

Brazão de armas da cidade de Macau

Vimos pois a poesia popular portugueza acompanhar a poesia hespanhola na composição tão nacional das xacaras, romances, soláos, etc., vimos precedel-a talvez nas trovas que a inspiração estrangeira, provençal ou propriamente franceza, lhe inspirou: ha comtudo um genero em que infelizmente nada pode-

[1] *Romanceiro*, t. II, pag. 91.

[2] Quedos, quedos cavalleiros,
Que el-rei os manda contar!»
Contaram e recontaram
Só um lhe vinha a faltar. etc.

[3] Sentado está D. Gaifeiros
Lá em palacio real,
Assentado ao taboleiro
Para as tabolas jogar. etc.

[4] Conde Nillo, conde Nillo
Seu cavallo vae banhar;
Emquanto o cavallo bebe,
Armou um lindo cantar. etc.

N'este romance apparece a formosa imagem que Garrett aproveitou na *Rosalinda*, e que já figura no *Tristram et Yseult* dos menestreis francezes. São as duas roseiras que nascem no tumulo dos dois amantes, e que se abraçam e enlaçam as hastes, apesar de todos os esforços que se fazem para o impedirem.

[5] O imperador de Roma
Tem uma filha bastarda,
A quem tanto quer e tanto
Que a traz mui mal creada. etc.

[6] *Romanceiro*, t. 3.º (XV das obras completas) pag. 103.

[1] O romance começa em fórma narrativa e depois continua dialogando, mas com todas as apparencias dramaticas; a metrificação já não tem tambem a singelesa antiga, adopta a fórma variada da caprichosa combinação de rimas, approximando-se da metrificação e do tom de Gil Vicente, como se verá logo no trecho que abre o romance:

Na caça andava perdido
De Mantua o velho marquez
E no peito presentido
O coração traz de envez;
Mais, não sabe o succedido!
Farto já de caminhar
Por tão fragosa montanha,
Cançado assim sem companha,
Sem ter onde repoisar
N'essa terra tão estranha. etc.

Aqui já anda mão de trovador entendido em arte de rimas e versos. É de notar que esta tragedia do marquez de Mantua é attribuida por Barbosa Machado a um poeta Balthazar Dias. O nosso erudito bibliographo, Innocencio da Silva, abstem-se de expôr opinião fixa a este respeito, e escreve o seguinte no tomo 8.º do seu *Diccionario Bibliographico*. «O que sim me cousou e causa ainda estranhesa, escreve elle, é que o visconde d'Almeida Garrett, apesar da sua vasta e peregrina erudição, e de tão lido como era nas nossas coisas, mostrasse ignorar que houvéra em Portugal um Balthazar Dias, e que a *Bibliotheca Lusitana* dava, sob o seu nome, entre outras composições, o celebrado *Marquez de Mantua*.— *Diccionario Bibliographico*, t. 8.º (1.º do Supplemento), p. 358, (Lisboa 1867).

Digitized by Google

mos apresentar, para o cotejarmos com o brilhante peculio dos nossos visinhos, e não porque o não tenhâmos, mas porque Almeida Garrett não chegou a colleccionar as composições que a esse genero pertencem, e depois d'elle ninguem se entregou mais a trabalho tão importante e valioso. É o genero dos romances cavalheirescos historicos, isto é d'aquelles que se referem a factos ou a heroes conhecidos.

Em Hespanha são esses dos mais bellos. Pertencem a tal especie os celebres romances do Cid, que inspiraram um verdadeiro enthusiasmo aos sabios allemães, principalmente a Herder. Outros heroes verdadeiros, ou fabulosos, ou legendarios (e chamamos legendarios áquelles que existiram sim, mas que a tradição doirou com mais vividos raios) foram assumpto dos romances populares; taes como o conde Fernan Gonzalez de Castella, Bernardo del Carpio, o rei Rodrigo, que perdeu na batalha de Guadalete contra os Arabes invasores o solio e a nacionalidade dos Visigodos. Não podemos apontar romances nossos com referencia aos nossos heroes nacionaes, mas temos a certeza absoluta de que existiram e porventura ainda existem na tradição popular, tanto que os romanceiros castelhanos encerram alguns relativos a D. Affonso Henriques, os quaes tiveram decerto origem portugueza. D'esses romances dá clara noticia o livreiro-poeta Pedro de Flores, n'uma composição com que abre a *Sexta parte da Flor de romances nuevos, recopilados de muchos autores*, impresso pela primeira vez em Toledo em 1594, e onde diz, referindo-se ao livro que publica:

Yo junté en el las hazañas
Que en los siglos ya passados
Hizieron en nuestra España
El Cid, Ordoño, y Bernardo.
Pinté destruida España
Y luégo puse el reparo
De muchos grandes varones
Sin los arriba nombrados
Puse «al conde Alfonso Enriquez»
«Primer rey de Lusitanos»,
Tambien á Fernan Gonzales
Rasura, y Arias Gonzalo, etc. [1]

Quem sabe quantas das nossas tradições historicas, evidentemente apocriphas, que a historia conscienciosa hoje regeita, não seriam filhas d'essas verdadeiras canções de *gestes*, entoadas pelo povo, e passando de bocca em bocca em Portugal, como passavam em Hespanha os romances do Cid, os romances de Fernan Gonzalez, os de Bernardo del Carpio, etc. Acenheiro e outros chronistas assim os trasladaram para o papel, como em Hespanha tambem as velhas e semi-fabulosas chronicas não faziam senão copiar do romance popular até ás vezes as proprias palavras, se é que n'outras occasiões não seria da chronica que o romance tiraria o verso, o que, emquanto a nós, posto que Ticknor o admitta, é muito menos provavel do que a primeira hypothese [1].

---

[1] Citado em Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola*. Appendice B, pag. 458 (tr. fr.).

[1] Comparêmos, como faz Ticknor, os versos d'um dos romances de Bernardo del Carpio com as palavras da «Chronica geral» que narram a vida do mesmo fabuloso heroe:

«Quando» Bernaldo «lo supo»
«Pesole» á gran demasia,
Tanto «que dentro en el cuerpo»
«La sangre se le volvia.»

Yendo «para su posada»
Muy grande llanto hacia,
«Vistióse panos de luto,»
Y delante elrey se iba.

Elrey cuando asi *le vió*
Desta suerte le decia:
Bernaldo, por aventura
Cobdicias la muerte mia?

Oiçâmos agora a *Chronica*:

E el *quandol supo*, que su padre erapreso, *pesol* mucho de coraçon, e *bolviósele la sangue en el cuerpo* e fuesse *para su posada*, faciendo el mayor duelo del mundo; *e vistióse panos de duelo* e fuesse para el Rey don Alfonso; e *el-Rey cuando lo vido* dixol: *Bernald cobdiciades la muerte mia?*

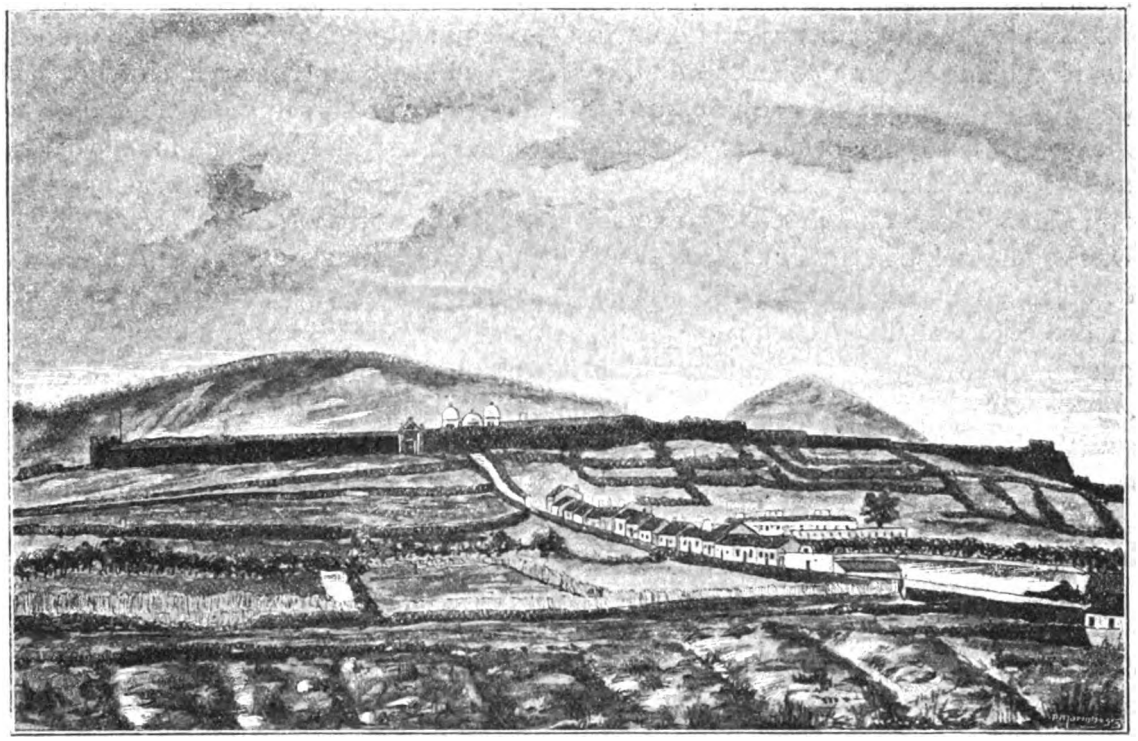
«É evidente, accrescenta Ticknor, que no caso presente a *Chronica* serviu de original ao romance Mas é muito difficil, senão impossivel, designar um

Digitized by Google

Essas tradições de Martim de Freitas, de Martim Moniz, do governador de Celorico, do milagre de Ourique, das batalhas navaes e D. Fuas Roupinho, e tantas outras para as quaes a historia séria procura debalde um documento comprovativo, uma auctoridade admissivel, e que vem figurar pela primeira vez nas chronicas escriptas no seculo xv, não seriam, como as façanhas de Bernardo del Carpio, e as aventuras do Cid, assumpto predilecto da musa popular, que passassem dos romances cantados pela turba para as paginas dos chronistas?

É esta uma supposição que aventurâmos, não um facto que estabelecemos.

O que é certo é que, durante a edade média, emquanto a historia da litteratura nobre, para assim dizermos, não é mais do que a monotona repetição de rapsodias galanteadoras, cujos originaes encontrâmos muito mais frescos e mais vivos na litteratura provençal, a historia da litteratura popular é pelo contrario opulentissima, e premeia o trabalho dos que a investigam com thesouros de inspiração altissima e original. Felizes seriamos se algum dos nossos grandes vultos litterarios retomasse o trabalho interrompido de Garrett, e o completasse e o corrigisse, seguindo ainda assim o magnifico plano traçado pelo grande poeta.



CASTELLO DE S. JOÃO BAPTISTA EM ANGRA DO HEROISMO

romance particular que servisse para a *Chronica* (*Hist. da lit. hesp.*, t. I, pag. 150, tr. fr. Nota). Não vêmos muito claramente o motivo d'essa evidencia. A chronica, servindo de original ao romance, implica necessariamente a idéa de um trabalho litterario no auctor do romance, o que é um caracteristico essencialmente contrario á indole dos menestreis populares. Um dos argumentos de Ticknor, ainda que exposto com bastante obscuridade, parece basear-se em ser a linguagem do romance mais moderna do que a da chronica, argumento que não colhe, porque a linguagem dos romances modifica-se com o tempo, tanto que o povo canta ainda hoje romances da mais alta antiguidade na linguagem contemporanea, como o povo do seculo xvii os cantava na lingugem do seculo xvii, e o do seculo xvi, na linguagem do seculo xvi, etc.

Digitized by Google

Completemos a historia da litteratura da edade média com a breve noticia do desenvolvimento das outras manifestações do espirito humano n'essa época e em Portugal.

Se precedemos os nossos visinhos Castelhanos na poesia, é tambem incontestavel que por elles fomos precedidos na prosa. A linguagem confusa do *Nobiliario* attribuido ao conde D. Pedro, mas que, segundo a auctorisada opinião de Herculano, é uma collecção de descosidos fragmentos, não se póde certamente comparar á prosa sábia e corrente do *Conde Lucanor*, escripta pelo infante D. João Manuel (avô do nosso rei D. Fernando) no seculo XIV; o seu grande chronista nacional Pero Lopez d'Ayala precede tambem o chronista portuguez Fernão Lopes, mas, apenas este apparece, manejando, com o primor que sabemos, a sua rude e ingenua linguagem, como tudo parece pequeno diante dos seus capitulos verdadeiramente homericos!

Os leitores d'este livro conhecem, pelas nossas frequentes citações, o estylo do pae dos nossos chronistas, e poderam por conseguinte avaliar a sua maneira pittoresca e viva, a sua sagacidade, e a sua consciencia. Paginas, como a descripção da entrada dos castelhanos de D. Henrique em Lisboa, ou como a do combate de Nuno Alvares Pereira em Almada, e da sua conversação nocturna por meio d'almenaras com o Mestre d'Aviz na capital sitiada, bastam para dar enorme reputação a um escriptor, mesmo em épocas mais cultas. Tão poetico e animado como Froissart nas descripções de batalhas, tão sagaz como Villani na descripção das assembléas publicas e no delinear das varias paixões que presidem á deliberação tumultuosa (o que bem mostra na historia das côrtes de Coimbra), tão conhecedor como Pedro d'Ayala dos segredos da politica, e tão habil avaliador como o astuto chanceller castelhano do mecanismo diplomatico, parece-nos que, sem receio de sermos taxados de preoccupações nacionaes, poderemos assignalar a Fernão Lopes o primeiro logar entre os chronistas da meia-edade.

Quereis ouvir o que Alexandre Herculano diz de Fernão Lopes? Oiçâmos com respeito e deslumbramento o nosso eminente contemporaneo falando do seu glorioso antepassado intellectual; dir-se-hia Victor Hugo evocando o vulto de Shakspeare, e julgando, elle o creador de *Marion Delorme*, o genio sublime do auctor de *Ricardo III*.

«Na chronica de Fernão Lopes ha a historia d'uma geração: é um quadro immenso de muitas figuras no primeiro plano. Nos degraus do throno de D. João I estão assentados guerreiros e *sabedores*, e monges, e clerigos, e povo que tumultúa, e brada com voz de gigante: *patria!* Ao pé da imagem homerica de Nunalvrez vê-se a fronte serena e santa do arcebispo de Braga, e a face meditabunda e enrugada de João das Regras, e os vultos terriveis do Ajax-portuguez Mem Rodrigues, e do esforçadissimo Martim Vasques, e de tantos outros cavalleiros a quem difficilmente sobrepuja o rei popular, o Mestre de Aviz. O chronista faz-vos acompanhar as multidões, quando rugem amotinadas pelas ruas e praças; guia-vos aos campos da batalha onde se dão e recebem golpes temerosos; abre-vos as portas dos paços ao celebrar das côrtes, ao discutir dos concelhos; arreda-vos dos templos, onde troa a voz do monge eloquente; lança-vos emfim no existir dos tempos antigos, e, embriagando-vos com o perfume da edade média, e deslumbrando-vos com o brilho da época mais gloriosa da historia d'esta nossa boa terra portugueza, evoca inteiro o passado, e, rasgando-lhe o sudario em que jaz, com o sopro do

Digitized by Google

genio dá alma e vida e linguagem ao que era pó e morte e silencio[1]».

Joinville, accrescentamos nós, tem ás vezes uns certos pontos de contacto com Fernão Lopes, descreve com tanta fidelidade as suas impressões, que a sua amavel e ingenua figura, e a bondosa physionomia de Luiz IX ficaram impressas na memoria dos homens; mas Joinville reproduz as suas impressões, pinta admiravelmente os dois interlocutores, elle e o rei, nas suas scenas famíliares. Fernão Lopes evoca e anima um mundo de personagens.

Comprehende, como ninguem, a vida municipal, e applaude a sua energia. Com que enthusiasmo fala n'esses audaciosos populares, que sem armas, e *ventres ao sol*, segundo a sua phrase rudemente pittoresca, não duvidam de atacar os castellos defendidos pela nobreza! Froissart, quando narra o heroismo dos burguezes de Calais, não tem uma só palavra que revele admiração; chama todo o interesse dos leitores para a scena entre o rei de Inglaterra Eduardo III, e sua mulher Philippa do Hainaut. M. Villemain, que é um bom juiz, nota esta particularidade, e, transcrevendo o trecho, que é um dos mais celebres das *Chronicas* dé Froissart, observa que o chronista não parece haver-se enternecido muito com o heroismo de Eustachio de Saint-Pierre e os seus cinco companheiros[2].

É que Fernão Lopes tem a alma essencialmente democratica; nas suas chronicas vive a edade-media portugueza com a altiva independencia dos seus municipios, com a sua realeza popular, com o seu espirito cavalheiresco e emprehendedor. O grande chronista morre quando D. João II está para subir ao throno. A liberdade municipal expira tambem, depois de ter uma ultima vez auxiliado a realeza, que a sacrifica a essas idéas de despotica centralisação que giram no ar do seculo, que impellem a Europa para mais uma das grandes provações com que os povos expiam cada conquista do progresso.

Gomes Eanes d'Azurara, o continuador de Fernão Lopes, e o auctor da *Chronica de D. Pedro de Menezes*, e da *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, distingue-se ainda pelas mesmas qualidades, posto que nem tenha o genio do seu antecessor, nem o fogo da sua phantasia, nem ao mesmo tempo o sentimento popular tão vivo do homem que retemperava na alma do povo o seu espirito e o seu estylo, para cantar dignamente essa epopéa d'Aljubarrota, de que o povo é o principal heroe. O estylo de Gomes Eanes deixa de ser pittoresco para ser florido, animado para ser radiante, ingenuo para ser erudito. Muita veneração lhe deve comtudo a nossa historia pela escrupulosa consciencia e o amor da verdade que sempre o guiaram, e de que na narração dos nossos descobrimentos dá tão subidos e repetidos testemunhos.

Se na historia nos precederam os nossos visinhos, pois que Ayala é anterior a Fernão Lopes, precedemol-os nós comtudo na introducção das novellas de cavallaria na peninsula, pois que incontestavelmente sahiu de Portugal o *Amadis de Gaula*, fosse ou não fosse seu auctor Vasco de Lobeira.

Demonstrou-o irrefutavelmente Ticknor[1], que attribue a auctor Portuguez a composição d'esse romance notavel, mostrando o pouco fundamento das pretenções castelhanas, que, graças aos nossos incriveis descuidos, iam triumphando, porque, ao passo que havia

---

[1] A. Herculano, *Historiadores Portugueses*, artigo publicado no *Panorama*, vol. 4.° (1842), pag. 221.

[2] *Cours de litterature française au moyen âge*, t. 2.°

[1] *Historia da litteratura hespanhola* (tr. fr.), cap. XI, pag. 203.

Digitized by Google

desde o seculo xv repetidas edições da traducção hespanhola (que tomava assim fóros de original) o romance Portuguez se conservava manuscripto, existindo a copia unica, de que temos noticia pelo testemunho de Diogo Barbosa Machado, na bibliotheca do duque de Aveiro, onde para sempre a sumiu o terramoto de 1755!

Um dos nossos mais eruditos compatriotas, o homem que em boa consciencia julgariamos habilitado para escrever a nossa historia litteraria, José Gomes Monteiro, a quem outras occupações desviaram d'essa empreza, mas que em fragmentos (infelizmente raros) ministra subsidios importantissimos para essa historia, tem ha muito tempo preparado um estudo sobre o *Amadis de Gaula*, estudo que talvez nunca veja a luz da imprensa, mas que seria, estamos d'isso convencidos, o estudo definitivo ácerca do assumpto [1]. Por communicações obsequiosas temos conhecimento da idéa que presidia ao seu trabalho, e que resultou das suas investigações. José Gomes Monteiro estava convencido de que o *Amadis de Gaula* não era original Portuguez, mas tambem estava convencido de que foi d'aqui que elle passou para Hespanha, e lá introduziu o genero Francez dos romances de cavallaria.

O que é indubitavel, ou tradução do Francez, ou resultado da inspiração franceza, o *Amadis de Gaula* pertence a essa brilhante pleiade de romances de cavallaria, que formava o opulentissimo thesouro da litteratura dos *trouvéres*. As nossas intimas communicações com a Inglaterra desde remotos tempos, a vinda principalmente dos Inglezes a Portugal devia-nos ter familiarisado com esse genero, que era para os nossos visinhos Castelhanos uma novidade. A Inglaterra, depois da conquista normanda, e a França do norte formavam litterariamente uma nação unica: a mesma litteratura, a dos *trouvères*, em ambas predominava: o pae da poesia ingleza, *Chaucer*, já escreve n'uma lingua distincta da franceza, mas a sua inspiração é ainda a mesma, apesar de se vasar nos novos moldes do idioma anglo-normando [1].

A época da composição ou da traducção do *Amadis de Gaula* tem andado muito controvertida. Parece comtudo fixal-a definitivamente no periodo em que todas as probabilidades a determinavam o testemunho de Gomes Eanes d'Azurara, no cap. 65 da sua *Ghronica do conde D. Pedro de Menezes:* «E assim o livro d'Amadis, como quer que sómente este fosse feito a prazer de um homem *que se chamava Vasco Lobeira em tempo d'el-rei D. Fernando*, sendo todas as coisas do dito livro fingidas do autor.» Esta passagem parecia tambem tirar todas as duvidas ácerca da originalidade portugueza da novella, se não soubessemos que era difficil n'esse tempo extremar das traducções os originaes, quando os autores não davam ao publico satisfações ácerca da composição das obras que lhe davam a lêr. Isto póde-se vêr no catologo da livraria de D. Duarte, onde só dois livros latinos se diz que foram postos em Portuguez, quando muitos outros havia tambem latinos, e tambem traduzidos.

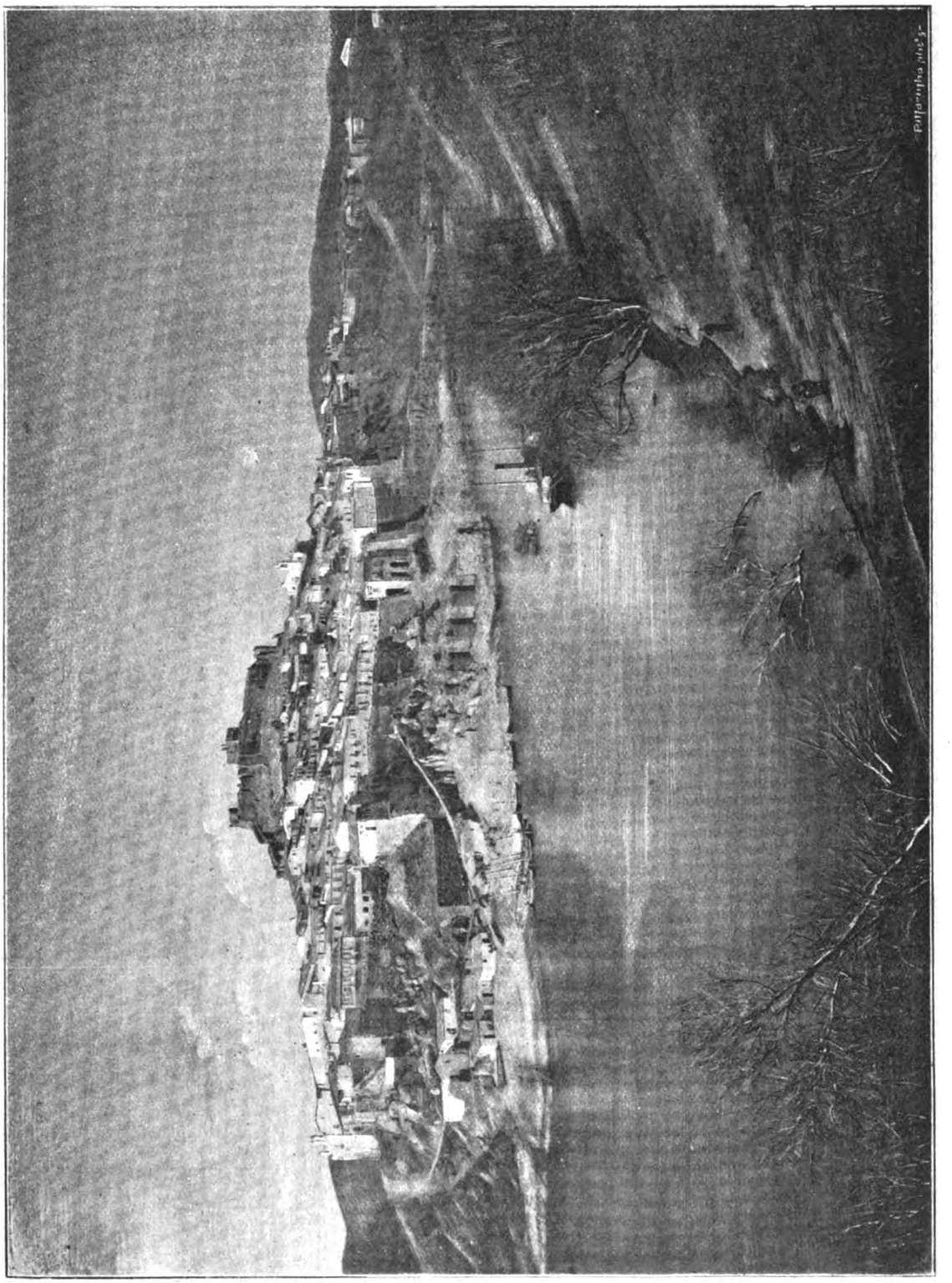
Oiçâmos o que diz A. Herculano acerca do *Amadis* e em geral das novellas de cavallaria:

«As idéas d'honra, de valentia e d'amor, que occupavam quasi exclusivamente os espiritos durante a edade média, reproduziram-se em todas as fórmas sociaes e instituições d'aquella brilhante

[1] José Gomes Monteiro falleceu em julho de 1879, sem ter effectivamente publicado esse estudo, que não sabemos se se encontrou entre os seus papeis.

[1] O sr. Theophilo Braga, no seu livro *Amadis de Gaula* (Porto 1873), sustenta, com argumentos acceitaveis, que a novella portugueza se deriva da canção de gesta *Amadas et Idoine.*

Digitized by Google



MERTOLA — VISTA GERAL.

Digitized by Google

época: o sentimento religioso traduzia-se em cruzadas ou em guerras de seitas; o do prazer em justas, torneios e caçadas, que eram imagem da guerra, ou em serões, onde os themas inexgotaveis dos trovadores eram amores ou armas; as leis, apesar de terem a sua principal origem no direito canonico e depois no romano, lá abriram a liça aos combates judiciarios; emfim as habitações eram castellos, e os adornos dos aposentos corpos d'armas pendurados, lanças e razes, onde as mãos das donzellas tinham lavrado a historia de combates. N'este predominio exclusivo de certas idéas, como escaparia a litteratura de ser dominada por ellas? Assim, depois das cantigas dos trovadores vieram os *rimances* mais longos e as novellas de cavallaria.

«Era esta a litteratura d'aquelles seculos, nem outra podia ser: a imaginação dos poetas e novelleiros não alcançaria espraiar-se além das formas da sociedade de então; porque a litteratura de todas as épocas, sem exceptuar a nossa, não é mais do que um ecco harmonioso, ou um reflexo explendente das idéas capitaes que vogam em qualquer d'ellas. As aventuras, os amores, os feitos de armas, dos heroes do Baiardo eram a imagem, vista atravez de um prisma, dos homens do xv seculo: a ancia de liberdade descomedida, a misanthropia, os crimes, a incredulidade dos monstros de Byron são o transumpto medonho e sublime d'este seculo de exaggerações e de renovação social.

«O praso, durante o qual os Portuguezes tocaram a méta do espirito cavalleiroso, e o conservaram em toda a pureza e vigor, prolongou-se por obra de um seculo, desde os ultimos annos do reinado de el-rei D. Fernando, até o de el-rei D. Affonso V. Antes d'esse tempo, nossos avós eram demasiado rudes para conceberem e reduzirem a inteira pratica a concepção eminentemente bella da cavallaria; depois d'elle, eram muito cidadãos para serem cavalleiros.

«D. Alvaro Vaz d'Almada, cahindo morto na batalha d'Alfarrobeira, era o symbolo da cavallaria expirando nas paginas da ordenação affonsina. N'esta compilação indigesta e essencialmente contraditoria da legislação de tres seculos, não bastava o ser inserido o velho regimento de guerra Portuguez, emendado por jurisconsultos, para salvar da morte a cavallaria, que outras disposições d'esse codigo indirectamente assassinavam. N'isto, como em tudo o mais, das actas das côrtes portuguezas anteriores a D. João II, e da ordenação affonsina se póde extrahir toda a substancia philosophica da historia dos primeiros tres seculos da monarchia.

«Se o espirito puro de cavallaria dominou tão largo periodo, os *cavalleiros modelos* (permitia-se-nos a expressão) foram só os que se crearam na côrte de D. João I; a poetica ficção dos Doze de Inglaterra pinta a época em que se diz succedêra essa aventura. Cavalleiros andantes portuguezes houve-os nos seculos anteriores; mas a cortezia, a louçania e a galanteria que caracterisam a verdadeira cavallaria só as mostra a nossa historia nos guerreiros indomaveis, que na batalha d'Aljubarrota formavam o esquadrão brilhante chamado *Ala dos namorados:* eram estes guerreiros que faziam aquelles *votos denodados*, em demanda de cuja execução muitas vezes perdiam a vida; eram estes, que, discorrendo pelas terras estrangeiras, ahi deixavam perenne memoria de seus esforçados feitos.

«Foi na luzida côrte do mestre d'Aviz onde achou a cavallaria de toda a Europa o seu Homero, em Vasco de Lobeira. Como antes d'aquelle houve poetas, assim antes d'este houve romancistas; como Homero eclipsou a memoria

Digitized by Google

dos cantos de seus antecessores, assim Lobeira fez esquecer as mal tecidas invenções dos mais antigos novelleiros, e o *Amadis de Gaula* é a primeira e a principal novella no extensissimo catalogo de contos de cavallaria[1]».

Sabe-se effectivamente que no famoso auto de fé, praticado pela ama de D. Quixote com auxilio do cura e do barbeiro, escapou das chammas o *Amadis de Gaula*, porque lhe reconheceram o merecimento os sabios censores. Abre além d'isso o *Amadis* um novo cyclo nos romances de cavallaria, que se veem enfileirar ao lado de Carlos Magno, do Santo Greal, e de Tavola-Redonda.

A perfeita afinação em que o *Amadis* está com a conhecida indole da côrte e dos cavalleiros de D. João I, muitas outras circumstancias secundarias, que a brevidade agora nos não deixa mencionar, levam-nos a crêr effectivamente que o *Amadis* seja de origem portugueza, e que aos Francezes ou aos Inglezes não se deve mais que a introducção do genero, de que Vasco de Lobeira seria muito mais perfeito cultor; as razões adduzidas por Gomes Monteiro, são comtudo fortissimas tambem, como o publico poderia avaliar se o estudo do nosso erudito compatriota lhe chegasse a ser communicado. Deixemos por conseguinte ainda em aberto a questão sem a procurarmos resolver.

O que é notavel é que o *Amadis* não houvesse encontrado logo imitadores, e que nenhum outro Portuguez seguisse o caminho aberto por Vasco de Lobeira. Na livraria de D. Duarte, diz A. Herculano, «existiam quatro obras que pelos titulos se vê serem novellas de cavallaria. Eram estas o *Livro de Tristão*, *Merlim*, o *Livro de Galaz*, e *Livro d'Annibal*. O referido catalogo, que apenas merece o nome de rol, só declara expressamente ser em Portuguez o *Livro d'Amibal*. Incrivel é quasi que o Amadis ficasse sem imitadores, e poder-se-hia conjecturar que alguma das citadas novellas fosse original Portugueza. De todas porém temos achado rastos na litteratura estrangeira, vindo, portanto, a ser provavelmente todas ellas traducção do normando saxonio (inglez) ou com mais probabilidade da lingua d'oil (francez) ou da lingua d'oc (provençal)[1]».

Na côrte de D. João I e dos seus immediatos successores era, como se vê, grande o movimento intellectual. Vasco de Lobeira escrevia as fabulosas façanhas do *Amadis*, Fernão Lopes e Gomes Eanes d'Azurara traçavam a chronica dos nossos grandes feitos, e os principes D. Duarte e D. Pedro, descendo tambem, ou antes subindo á arena litteraria, ou versejavam brilhantemente, ou aperfeiçoavam a lingua, compondo já em bem culta prosa livros de philosophia taes como o *Leal conselheiro* e a *Virtuosa Bemfeitoria*[2]. Não era menor o

[1] A. Herculano, *Novellas de cavallaria portugueza*, art. do *Panorama*, t. 2.º, p. 123.

[1] A. Herculano, *Novellas de cavallaria portugueza*, art. do *Panorama*, vol. 4.º, p. 7.

[2] Já estavam impressas as primeiras folhas d'esta caderneta quando, ao folhearmos a *Revista Occidental*, excellente periodico hispano-portuguez que se publicou em Lisboa em 1875, e que pouco tempo durou, encontrámos um excellente artigo do sr. D. José M. Octavio de Toledo, intitulado *El Duque de Coimbra y su hijo el condestable D. Pedro*, em que se demonstra de um modo evidentissimo que o poema do *Desprezo do mundo*, que nós, como todos os escriptores que nos antecederam, inclusivamente D. José Amador de los Rios, que estudou detidamente este poema, attribuimos ao infante D. Pedro, era de seu filho D. Pedro, o condestavel de Portugal, já conhecido como poeta notavel, a quem o marquez de Santillana dirigiu a sua celebre carta sobre a historia da poesia na Peninsula. Os argumentos do sr. Octavio de Toledo são de tal ordem que nem suffrem discussão. Basta que citemos um. Cita o sr. Octavio de Toledo estes dois versos de uma das oitavas:

Mirad al maestre si vivió penando
Mirad luego junto su acabamiento.

«Este ultimo verso, continua o sr. Toledo, estranhando a inadvertencia de Amador de los Rios, lhe teria indicado que foi escripto depois do *acabamento* de D. Alvaro de Luna, justiçado no anno de 1453, e que por conseguinte o não pôde compôr o duque de Coimbra, que morrera quatro annos antes, em 1449

Digitized by Google

gosto e o anceio da instrucção. «As obras de Cicero, diz aindo Herculano, foram traduzidas pelo infante D. Pedro e por sua ordem o livro do Regimento dos principes. Só a lista das obras d'el-rei D. Duarte espanta pela variedade de materias, em que este rei philosopho empregou a sua penna nada rude. Marco Paulo já estava traduzido no seu tempo. O livro da côrte imperial prova que n'aquella época se tratavam em vulgar as arduas materias da theologia polemica. Levantavam-se cartas topographicas do reino, se é que os *Cadernos das cidades e villas de Portugal*, que existiam na livraria d'el-rei D. Duarte, não eram antes uma especie d'estatistica, o que, em nosso entender, mais admiravel fôra. Então Diogo Affonso Mangaancha, fr. Gil Lobo, os dominicanos fr. Rodrigo e fr. Fernando d'Arrotea, e tantos outros oradores faziam descer do pulpito palavras d'eloquencia e d'uncção, que chegavam ao fundo dos corações, como se viu nas exequias de D. João I. Estudava-se a philosophia e a historia, de que dão testemunho os livros philosophicos e historiadores romanos e modernos da mesma livraria d'el-rei D. Duarte. Emfim o ensino da jurisprudencia, trazido da Italia por João das Regras, produziu uma multidão de juris-peritos, a quem Portugal deveu grande parte da legislação, excellente para aquelle tempo, que se encontra no codigo affonsino[1]».

No capitulo, que intitulámos os *Filhos de D. João I*, falámos largamente do papel desempenhado por el-rei D. Duarte e o infante D. Pedro na historia litteraria do nosso paiz. Vimos que ambos, mas principalmente D. Duarte, dedicaram a sua penna aos estudos philosophicos, e a proposito d'isso devemos tambem historiar brevemente os progressos da philosophia em Portugal durante e edade média.

O mais notavel philosopho que Portugal apresenta durante a edade média, é Pedro Julião, conhecido lá fóra pelo nome de Pedro Hispano, e que subiu ao throno pontifical com o nome de João XXI. As suas obras philosophicas principaes são *Summulæ logicales*, *In Logicam Reparationes Petri Hispani* e *Parva Logicales*. Pedro Julião não abre novas sendas á philosophia do seu tempo, mas, resumindo nas *Summulæ* todas as idéas philosophicas correntes no seculo XIII, expõe-as de um modo bastante lucido, para que os seus livros em tanto apreço fossem tidos que os adoptavam como expositores das doutrinas philosophicas nas cadeiras que regiam os professores estrangeiros.

«Pelo que respeita ao merito da obra, diz o erudito escriptor que se abalançou com feliz audacia a tratar da historia da philosophia em Portugal, e embora ella não contenha idéas novas na fórma que a illustra sobre as outras composições contemporaneas, é forçoso confessar que a admissão d'este livro para texto das lições em muitas escolas, claramente indica que fôra muito adequadamente composto para satisfazer ás exigencias do ensino n'aquella época. E, se é maior gloria descobrir regiões ignotas, tornar mais facilmente viaveis os terrenos conhecidos não é merecimento para desprezar-se, nem serviço que não mereça galardão[1]».

Com a fundação da universidade de

Em que este mestre a que se refere o texto era D. Alvaro de Luna não pode haver duvida, pois que na edição sem data de que nos occupámos anteriormente, ha tres glosas a esta copla e a terceira diz assim:

«Fabla aqui dei maestre don alvaro de luna grand privado delrey don joan de castilla el segundo mi tio...» (*Revista Occidental*, t. I., pag. 303 — Lisboa, 1875).

Rectificamos por conseguinte n'este sentido a affirmação que anteriormente fizemos.

[1] A. Herculano, *Novellas de cavallaria portuguesa*, art. do *Panorama*, vol. 4.°, p. 7.

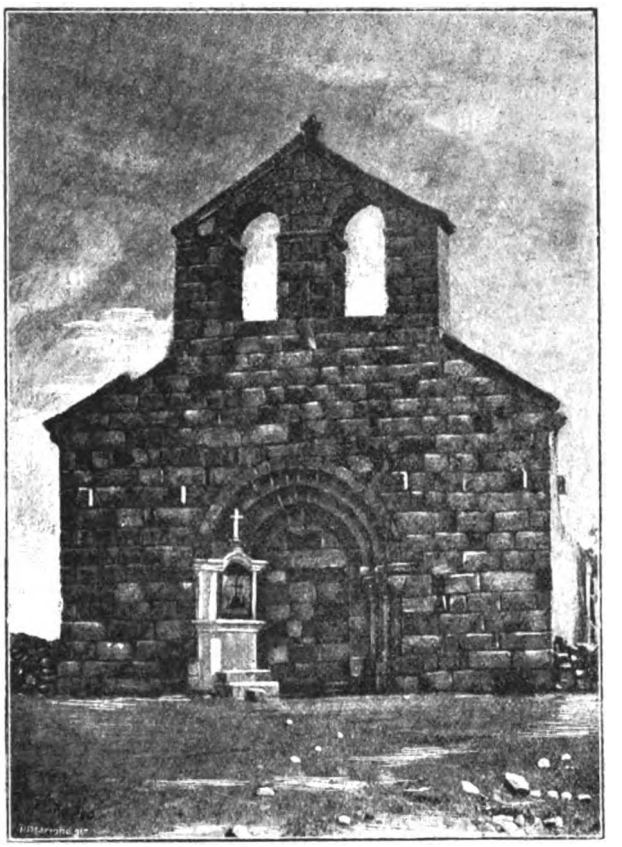
[1] J. J. Lopes Praça, *Historia da philosophia em Portugal nas suos relações com o movimento geral da philosophia*, p. 38 (Coimbra 1868).

Digitized by Google

Coimbra, o estudo da philosophia em Portugal ampliou-se e regularisou-se. O nome dos homens, debaixo de cujos auspicios a universidadé portugueza foi creada, todos elles filhos da universidade de Paris, claramente indicava qual o rumo que se havia de seguir no estabelecimento scientifico devido á iniciativa d'el-rei D. Diniz. Os estudos scientificos obedeceram ao mesmo impulso que se seguia na celebre universidade franceza; Aristoteles (o Aristoteles adulterado da edade-média) foi aqui tambem o dictador da philosophia. Ainda que todas as probabilidades o não indicassem, tinhamos d'isso provas positivas. Existe uma escriptura de 12 de outubro de 1431, em que o infante D. Henrique dôa á universidade umas casas. «E n'essa mesma escriptura, diz o sr. Lopes Praça, indicando-se os emblemas que deviam pintar-se nas casas, segundo a sciencia a cujo ensino eram destinadas, se mandava pintar um Aristoteles na casa destinada ao ensino da philosophia moral. Esta circumstancia revela-nos assaz claramente qual seria o espirito da philosophia então admittida nas escolas[1]».

Se queremos prova mais directa, ahi nos dá outra o sr. Lopes Praça. «Fr. Antonio da Purificação, diz o apreciavel escriptor, transcrevendo de Anastasi de Graciano o elogio de fr. Rodrigo, diz haverem versado as suas lições sobre Aristoteles e o Mestre das sentenças. Estas lições, segundo o mesmo autor, foram consumidas n'um incendio pelos annos de 1510[2]».

A universidade de Coimbra era o grande foco de instrucção em Portugal. Damos noticia da sua fundação em Lisboa e da sua transferencia para Coimbra, no reinado do mesmo soberano. Não parou lá muito tempo: no reinado de D. Affonso IV foi de novo transferida para Lisboa, ainda uma vez passada para Coimbra, e veiu de novo para Lisboa no reinado d'el-rei D. Fernando[1].



PINHEL — RUINAS DA ANTIGA EGREJA DA TRINDADE

As suas peregrinações não tinham ainda de terminar.

Os estudos mathematicos desenvolvidos, graças ao impulso do infante D. Henrique, os philosophicos nobilitados pelo carinho protector de D. Duarte, a poesia popular radiante de inspiração, a poesia da côrte tão apurada como em Castella, e o seu gosto derramado entre principes e fidalgos, a litteratura historica levantada a um alto grau de perfei-

[1] Lopes Praça, *Historia da philosophia em Portugal*, p. 18.
[2] Ibid. p. 58.
[3] Lopes Praça, *Historia da philosophia em Portugal*, p. 89.

Digitized by Google

ção nas chronicas de Lopes e Azurara, os romances de cavallaria introduzidos na Hespanha pela iniciativa portugueza, tudo isso dava um vivido esplendor a essa época da edade-média, que se fechava com os ultimos annos do reinado de D. Affonso V. A edade-média em Portugal fôra um periodo de espantoso desenvolvimento politico e intellectual, e a que se lhe seguia tinha de colher os fructos, mas, como o selvagem de Montesquieu, decepava a arvore que os produzia, e que era a das liberdades populares.

Apezar da grandeza dos commettimentos effectuados no reinado de D. João II e de D. Manuel, apezar da gloria immensa que então adquirimos, ao abandonarmos esta época de gestação não podêmos deixar de a comtemplar com tristeza e saudade, porque nos lembramos do tempo de heroismo puro, de enthusiasmo sem mistura de sordido interesse, que caracterisam as façanhas de Aljubarrota, e os primeiros descobrimentos do infante D. Henrique. Assim tambem admiramos, como devemos, essa época brilhantissima da litteratura portugueza, em que a lingua polida e ornada serviu para um poeta como Camões, para um historiador como João de Barros, e ainda assim não deixamos de lamentar que as rudes flôres da edade-média, em vez de serem pisadas aos pés pelos grandes homens do seculo XVI, não desabrochassem ao doce calor d'essa civilisação tão opulenta. Admiramos as paginas verdadeiramente levianas de João de Barros, e vão-se-nos comtudo os olhos nos traços fugitivos do pincel de Fernão Lopes, e em Camões o que mais nos encanta não é o que foi buscar a Homero ou a Virgilio, mas o que soube colher da ingenua inspiração da musa popular da edade-média, como em Belem o que nos fascina são, mais do que os novos primores da Renascença artistica, os reflexos ainda tão palpaveis e visiveis das cinzeladas phantasias do monumento da Batalha.

CAPITULO L

Direito romano. — Ordenações de D Affonso V

oi por muito tempo o *Fuero-Juzgo* ou *Liber Judicum* dos Visigodos, o corpo de leis que dominou em Portugal. Regendo a monarchia de Leão, de que Portugal fizera parte integrante, não era natural que a separação d'esta provincia occidental abolisse aqui a legislação antiga. Ampliavam-n'a sim as leis geraes promulgadas nas curias e nas côrtes, mas a sua base era sempre, continuava a ser o livro das leis dos Visigodos. Claramente o demonstra uma referencia de Affonso II ás leis do reino, referencia que perfeitamente coincide com um dos artigos do *Fuero Juzgo*. Mas no seculo XIII começou a Europa toda a voltar-se com enthusiasmo para a legislação da Roma imperial; ao mesmo tempo a predominancia da Egreja inoculava insensivelmente no governo de todos os paizes o direito canonico. Foi no tempo de D. Affonso III que essa transformação se principiou a effectuar; foi no reinado de seu filho D. Diniz que definitivamente se operou.

Digitized by Google

«A influencia, diz Coelho da Rocha, que a côrte de Roma exercia sobre Portugal, as decisões d'alli expedidas sobre os differentes negocios, as frequentes relações entre os dois paizes, e sobre tudo o grande poder do clero, não podiam deixar de introduzir e dar uma preponderancia decidida ao *Direito Canonico*, principalmente depois da publicação do Decreto de Graciano, pouco posterior á fundação da monarchia, e na verdade muitos documentos d'esse tempo o comprovam. As Decretaes de Gregorio IX, publicadas depois em 1234, tinham-se de tal maneira vulgarisado no tempo de D. Diniz, que não só eram applicadas na decisão dos negocios, e citadas nas concordatas e nas leis, mas chegaram até a correr vertidas em vulgar.

«Por este mesmo tempo começou a ter uso a Jurisprudencia, ou o *Direito Romano*, cujo estudo, aberto em Bolonha no seculo XII, foi immediatamente frequentado por alumnos de todas as partes da Europa, que alli concorriam a ouvir como oraculos os famosos glossadores Azão e Accursio, aos quaes se seguiram depois Bartholo e Baldo. E ainda que sómente se possa asseverar a sua introducção em Portugal desde o tempo de D. Affonso III, comtudo no reinado seguinte estava tão acreditado, que se mandou ensinar na Universidade e se generalisou abertamente. D'este direito eram pela maior parte extrahidas as leis das partidas de Castella, mandadas traduzir em Portuguez por D. Diniz, e fonte de muitos artigos da nossa legislação posterior»[1].

Era o direito romano aquelle que mais favorecia as pretenções do poder central, e foi principalmente apoiado nos jurisconsultos, que o defendiam e sustentavam, que os reis que se seguiram a D. Diniz poderam debellar as pretenções da nobreza. Foi João das Regras um dos seus mais constantes propugnadores, mas o caracter pessoal de D. João I, e muito principalmente as circumstancias da sua eleição pela vontade do povo, salvaram o paiz então do absolutismo, a que o direito romano logicamente conduzia. Oiçamos Guizot.

O eminente historiador distingue tres especies de realeza em lucta durante a edade-média: a realeza barbara, a realeza romana, e a realeza religiosa.

«A realeza barbara, diz elle, é essencialmente electiva: os reis germanos são eleitos, ainda que a sua eleição não se realise nas fórmas ás quaes estamos ha-

---

[1] M. A. Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal para servir de introducção ao estudo do direito patrio* (2.ª edição, Coimbra, 1843) pag. 79. D'esta obra disse Herculano o seguinte: «Escripta por um professor de jurisprudencia na universidade, e destinada a servir de introducção ao estudo do direito patrio, se poderia considerar como um verdadeiro compendio d'Historia portugueza, se a cada uma das épocas, em que o Ensaio está dividido, seu auctor lhe houvera ajuntado uma breve noticia dos factos então succedidos. Todavia se por esta falta (que considerada á luz a que o autor viu a materia, o não é) não podemos chamar ao seu livro um compendio d'historia patria, podemos, sem favor nenhum, dar-lhe o nome de um resumo da historia da civilisação portugueza. Com effeito, posto que em breve quadro, o sr. Coelho da Rocha enriquece a nossa litteratura com uma obra analoga ao celebre livro de Mr. Guizot sobre a civilisação em França. Seguindo as pisadas d'aquelle escriptor, a sua historia é a dos factos sociaes, é a da organisação e desenvolvimento d'este corpo moral chamado nação portugueza. A publicação do *Ensaio* marca a época da introducção do verdadeiro systema historico no nosso paiz. Até hoje pouco mais se tem feito do que apurar chronologias, descendencias, casamentos, obitos, e batalhas: n'isto se tem cifrado, com raras excepções, o trabalho dos nossos antiquarios e chronistas. A indole das antigas instituições politicas, o estado da agricultura, commercio e industria nas diversas épocas da monarchia, a legislação civil e administrativa, a acção do clero nos negocios do Estado, e os progressos da instrucção publica taes são em geral os objectos que abrange o valioso compendio do digno professor, e que apenas tinham sido parcial e incompletamente tratados em memorias e papeis avulsos, e nas obras eruditissimas, mas ás vezes desordenadas e confusas, do precursor dos estudos historicos em Portugal, o veneravel J. P. Ribeiro, posto que essas materias fossem indisputavelmente as mais graves e importantes para averiguar nas investigações relativas á historia nacional. *Panorama*, vol. 5.º (1841), pag. 291.

Digitized by Google

bituados a ligar uma idéa: são chefes militares, obrigados a fazerem acceitar livremente o seu poder por grande numero de companheiros, que lhes obedecem como aos mais bravos, aos mais habeis. A eleição é o seu caracter primitivo e essencial»[1].

É verdade que depois da invasão do imperio romano, a hereditariedade penetrou na indole da realeza barbara, mas nas fórmulas da coroação subsistem os mal apagados vestigios da antiga eleição. Vejâmos agora o que diz Guizot da realeza romana:

«Tomo a realeza romana; esta é muito differente: é a personalisação do estado, a herdeira da soberania e da magestade do povo romano. Considerae a realeza de Augusto e de Tiberio; o imperador é o representante do senado, dos comicios, da republica toda; succede-lhe na sua pessoa. Quem o não reconheceria pela modestia da linguagem dos primeiros imperadores, d'aquelles pelo menos que eram homens de bom senso e comprehendiam a sua situação? Sentem-se em presença do povo ha pouco soberano e que abdicou em seu favor; falam-lhe como os seus representantes, como os seus ministros. Mas de facto exercem todo o poder do povo e com a mais temivel intensidade. Uma tal transformação, meus senhores, é-nos facil de perceber: nós mesmos assistimos a ella; vimos a soberania passar do povo para um homem; é a historia de Napoleão. Foi tambem aquelle uma personalisação do povo soberano. Dizia-o sem cessar, dizia: Quem foi eleito, como eu, por dezoito milhões de homens? quem é, como eu, o representante do povo? E quando nas suas moedas se lia de um lado *Republica franceza*, do outro *Napoleão imperador*, o que era isto senão o facto que descrevo, o povo exaltado ao throno?»[1]

A realeza religiosa vê-a Guizot principalmente na Hespanha. «Aqui, diz elle, a realeza apresenta-se debaixo de um aspecto differente; não tem a sua origem na terra: principe não é o representante da soberania publica, é a imagem de Deus: o seu representante, o seu delegado»[2].

O inconveninte d'essa realeza logo adiante Guizot o aponta.

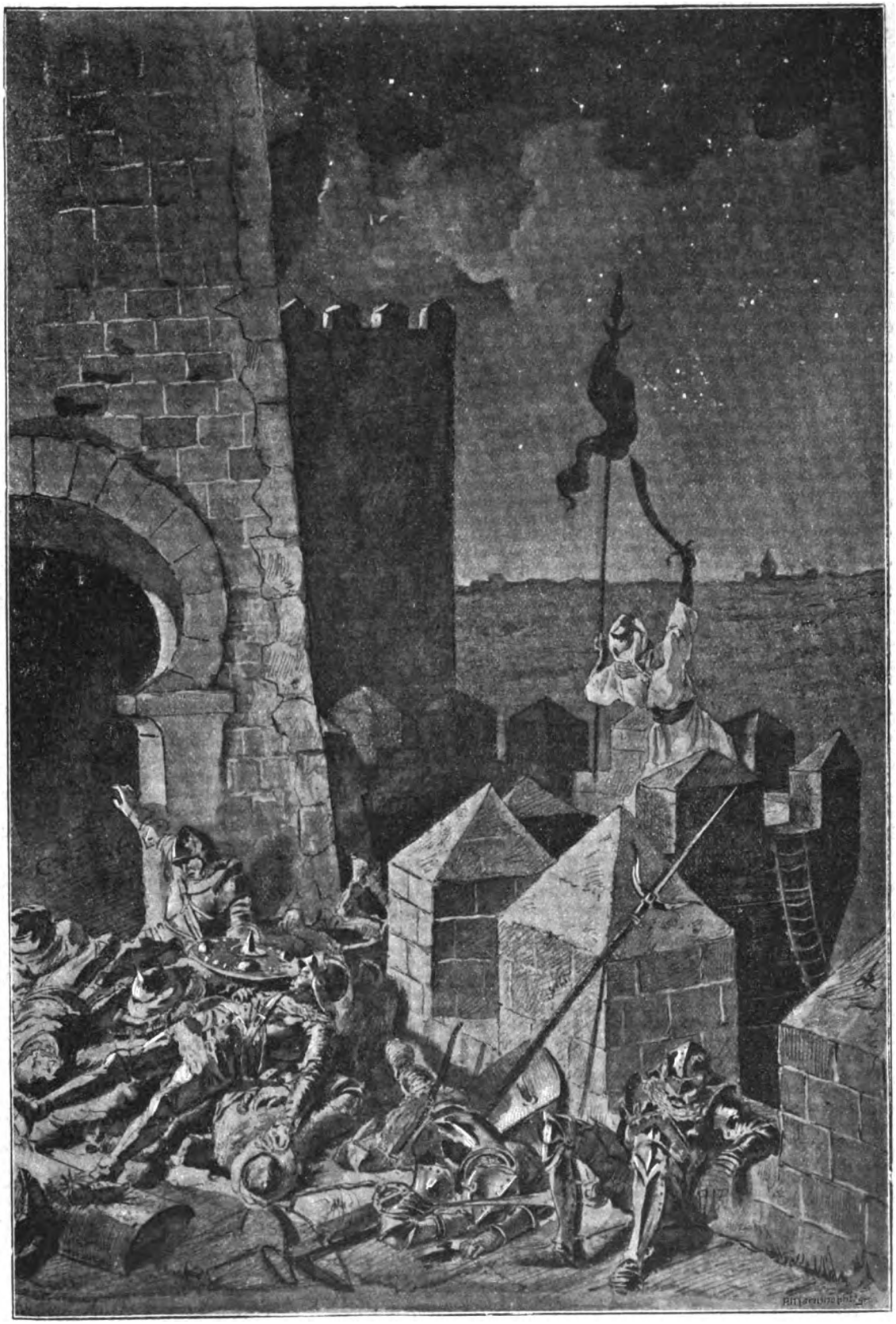
«Mas no systema da realeza religiosa introduz-se quasi sempre um outro elemento differente da propria realeza. Um poder novo toma logar ao seu lado, um poder mais proximo de Deus, da fonte d'onde a realeza emana, do que a mesma realeza. O poder do clero, o poder ecclesiastico vem impôr-se a Deus e aos reis e aos povos, de fórma que a realeza, imagem da Divindade, corre o perigo de cahir na ordem de instrumento dos interpretes humanos da vontade divina. Nova causa de diversidade nos destinos e nos effeitos da instituição»[3].

Percebe-se facilmente quanto os reis deviam preferir, para bem da sua auctoridade, a tradição da realeza romana a qualquer dos outros dois principios. Em Portugal a realeza tinha a um tempo os dois aspectos: «a electiva e religiosa». Pela vontade dos seus nobres fôra D. Affonso Henriques levantado ao throno, do pontifice procurára elle obter a consagração do diadema. Os inconvenientes resultantes d'esta ultima consagração bem se fizeram sentir durante o reinado dos soberanos da primeira época e attingiram até onde podiam chegar na iniqua deposição de D. Sancho II. Ahi tambem a nobreza levantou pretenções, que tendiam a transformar a realeza do nosso

[1] *Historia da Civilisação na Europa*. Lição IX, pag. 81 do *Curso d'Historia moderna* (ed. cit.).

[1] *Historia da Civilisação na Europa*, etc., pag. 82.
[2] Ibid. ibid.
[3] Guizot, *Histoire de la civilisation en Europe*, lic. IX, p. 83 do *Cours d'histoire moderne*.

Digitized by Google



TENTATIVA DA TOMADA DE TANGER

Digitized by Google

paiz, n'essa pallida realeza feudal, que existe em França de um modo distincto, no periodo que vae da morte de Luiz *le Débonnaire* á subida ao throno de Luiz *le Gros*. A mão firme e habil de D. Affonso III soube poupar ao throno essa humilhação, mas tanto elle como seu filho D. Diniz deviam lançar olhos cubiçosos para a tradição romana, que assegurava ao principe um prestigio illimitado, e uma auctoridade independente de quaesquer raizes na eleição ou na consagração religiosa. Por esse tempo a sciencia da legislação voltava tambem a procurar no codigo de Justiniano a tradição dos principios do direito dominantes no mundo antigo. A realeza encontrou por conseguinte n'essa renascença classica da jurisprudencia um verdadeiro amparo: os reis tiveram nos jurisconsultos alliados fieis.

Oiçâmos a opinião auctorisada d'outro escriptor não menos eminente, Ernesto Renan. Depois de narrar a traços largos a confusão da edade-média, Renan continua.

«Sem custo se percebe qual seria a natureza particular da realeza que devia sahir d'este chaos fecundo. Devia ser, foi com effeito, em primeiro logar, estrictamente hereditaria. A lei da successão no oriente e no imperio romano nunca fôra rigorosamente definida. Graças ao culto quasi supersticioso da hereditariedade, a civilisação moderna foi preservada d'esse regimen de aventuras, que, uma ou duas vezes, deu ao mundo annos de felicidade, mas que, pelas desconfianças, as hesitações, as rivalidades que traz comsigo, conserva em permanencia o assassinio, a traição e affoga a sociedade que se lhe entrega n'um diluvio de sangue. A realeza foi, em segundo logar, a consequencia de um direito pessoal e como uma extensão da propriedade. A soberania do povo fundava as velhas republicas, e os velhos despotismos. N'essa nova ordem politica, não se trata já de uma tal soberania. A edade-média (exceptuo os escolasticos peripateticos, que copiavam Aristoteles sem se importarem com a constituição real dos Estados do seu tempo) não tem idéa alguma da nação encarada como origem do poder. O rei é proprietario da corôa, e, se lh'a tiram sem justo motivo, ferem-n'o no seu direito. Em terceiro logar a realeza acha-se ligada por cartas ou obrigações livremente consentidas, a cuja execução póde ser o rei obrigado pela guerra, pela recusa do imposto, e do serviço militar. Em quarto logar emfim é muito limitada: o rei occupa-se de muito menos coisas do que o despota antigo: a sua côrte tem pouca importancia; tem um fraco orçamento, ou nenhum tem; deixa livremente existir emtorno de si verdadeiras republicas: Egreja, universidades, ordens religiosas, cidades, corporações de toda a especie. Todos são armados contra elle de privilegios e de costumes, em que não póde tocar. O honrado Carlos V morreu com a consciencia perturbada por ter levantado impostos em que os Estados não tinham consentido, e ter conservado exercitos permanentes. A evidente necessidade dos tempos não bastou para o tranquilisar sobre a legitimidade d'estes actos, que a edade-média toda considerava como attentatorios aos principios do direito christão[1]».

Mas isto era assim antes que as idéas do direito imperial fossem invocadas; ainda E. Renan nol-o diz: «O rei deFrança, desde Philippe o Formoso, apoiando-se de preferencia nos jurisconsultos, representantes do principio romano, fez uma guerra de morte ás soberanias lo-

[1] E. Renan, *Questions Contemporaines*, p. 13 (Paris, 1868). O artigo, onde vem admiravelmente traçado o quadro do desenvolvimento da realeza intitula-se *Philosophie de l'histoire contemporaine* e é escripto a proposito das *Memorias*, de Guizot.

Digitized by Google

caes e ás liberdades provinciaes, e procurou estabelecer um genero de soberania muito differente do de S. Luiz[1]. E o que succedeu em França, no tempo de Philippe o Formoso, começou a succeder tambem em Portugal pela mesma época, no tempo d'el-rei D. Diniz. A classe dos jurisconsultos começou a formar no Estado como que uma ordem á parte, verdadeira origem da classe média, que foi o escudo dos reis contra as pretenções das outras ordens. A lucta entre as disposições consuetudinarias e o direito canonico e o romano decidia-se a favor d'estes ultimos, principalmente do direito romano, que nas Ordenações Affonsinas, primeiro corpo de leis que possuimos, é o que predomina.

A antiga magistratura municipal estava substituida pelos *juizes ordinarios* e *vereadores*, que constituiam a camara. Os *juizes ordinarios* eram dois, e exerciam a fiscalisação dos costumes e a policia da terra, impedindo que houvesse adivinhos, feiticeiros, vadios, alcoviteiras, barregãs de clerigos e frades, que se violassem as posturas ou fóros do municipio, ou que se levantasse gente poderosa a amotinar ou a opprimir o povo[2]. Julgavam sem appellação nem aggravo um certo numero de crimes e de causas civeis até dez mil libras (antigas é claro, o que não dava mais de dez pela conta nova dos dinheiros), cuidavam dos bens dos orphãos e da direcção dos hospitaes, na terra onde não havia juiz especial dos orphãos e juiz especial dos hospitaes.

Os *vereadores* administravam os bens do concelho, faziam posturas, tratavam das obras publicas, estabeleciam padeiros, carniceiros e almocreves para que não faltassem as provisões necessarias aos povos, julgavam com os juizes um certo numero de causas, faziam o recenseamento dos bésteiros de conto e decidiam as isenções[1]. Eram tres.

O *procurador do concelho* fazia as vezes do thesoureiro nas terras onde o não havia, e tratava de sustentar perante a justiça de el-rei as causas em que o concelho era interessado[2].

Brazão de armas da villa de Bardez e Salsete—India

Os *almotacés* tinham quasi as mesmas attribuições que antigamente, vigiavam os pesos e medidas, olhavam pela limpeza da terra, vigiavam tambem que se vendessem os generos pelas taxas que as posturas lhes impunham, e taxavam o peixe que vinha ao mercado[3]. Eram elles que lançavam as coimas, e tinham para isso escrivão.

A policia e guarda da terra era confiada ao *alcaide pequeno* ou *alcaide menor* com os seus *jurados*, homens que eram dados para o serviço da policia pelos vereadores. Estes alcaides menores ou pequenos eram da nomeação, ou dos alcaides móres, quando a terra era prestamo de algum fidalgo, ou dos cor-

---

[1] E. Renan, *Questions Contemporaines*, pag. 17.

[2] *Ordenações Affonsinas*, Liv. I, Tit. XXVI, pag. 164 a 172 do t. I (Coimbra, 1792).

[1] *Ordenações Affonsinas*, L. I, Tit, XXVII, pag. 173 a 179 do t. I.

[2] *Ibid.* Tit. XXIX, pag. 187 a 189.

[3] 9 *Item.* — Os almotacés sejam bem avisados e diligentes em seus officios e os dias que o pescado vier cheguem logo á praça, e ponham em elle almotaçaria, segundo o seu costume, pondo o maior e meão e mais pequeno, segundo a sua valia, pondo as mostras em logar, onde as vejam os que comprarem; e, se o pescado fôr pouco, estejam ahi ambos ou um d'elles, que o reparta pelos maiores e menores cada um como merecer, e segundo o pescado fôr, em tal guisa que os ricos e os pobres hajam todos mantimentos, e não se parta d'ahi até que todo seja dado e repartido, como dito é; e não vindo ahi, ou se partindo antes d'ahi, pague para as obras da cidade ou villa cem brancos por cada vez, e o escrivão da almotaçaria escreva-o logo, e dê o escripto ao escrivão da camara, que o ponha em receita sobre o procurador sob pena dos officios, e de os pagarem em dobro; e, se o pescado fôr muito, depois que almotaçado fôr, e postas suas mostras, não seja teúdo de ahi mais estar. *Ordenações*, liv. I, tit. XXVIII, pag. 182.

Digitized by Google

regedores da comarca quando dependia directamente de el-rei[1].

Em muitas terras havia os *juizes de fóra* que substituiam os *juizes ordinarios*, quando havia motivos de queixa do procedimento d'estes magistrados locaes[2], e qualquer coisa servia de pretexto para se estabelecerem os taes *juizes de fóra*, que depois se generalisaram, porque significavam uma invasão do poder real nos municipios.

Estes juizes podiam reprimir as prepotencias dos fidalgos, obrigar os magistrados municipaes a cumprirem o seu dever, e tinham emfim mais largas attribuições do que os juizes ordinarios, como delegados especiaes que eram da magestade real.

Nas comarcas havia corregedores, que não eram, como poderia imaginar-se, julgadores em segunda instancia, eram delegados administrativos e politicos e fiscaes de justiça nas suas comarcas, podendo, quando andavam em correição, substituir-se aos juizes, e julgar as causas que estavam pendentes perante os seus tribunaes, ou obrigar os juizes a dar sentenças. Tinham obrigação de mandar prender os malfeitores, de julgar pleitos entre fidalgos, e zelar a jurisdicção real, e impedir motins, e verificar se os castellos estavam bem abastecidos, fiscalisar as cadeias, e a competencia dos escrivães e dos tabelliães, mesmo dos que pertenciam a jurisdições que não eram as reaes, e a observação das pragmaticas e das leis sobre agricultura, de fazer proceder á organisação nos concelhos das listas de elegiveis para os cargos de vereadores, juizes a procuradores. e fazer proceder á eleição para esses cargos feitos pelos homens bons, e confirmada por el-rei, e de velar emfim pelo cumprimento da lei e pela manutenção da ordem publica. Todos estes cargos tinham os seus escrivães e tabelliães, de nomeação regia nas terras onde a jurisdicção pertencia á corôa, da confirmacão regia nas terras onde a jurisdicção pertencia aos particulares.

Das decisões de todos estes magistrados appellava-se para a casa do civel, tribunal que existia em Lisboa, composto de juizes denominados *sobre-juizes*, que julgavam em segunda instancia todas as causas civeis do reino e as causas crimes de Lisboa; as causas crimes do resto do paiz iam para o tribunal dos tres *ouvidores*, a que se juntava o *ouvidor* das terras da rainha; superior a esses, emfim, havia a *Casa de Justiça* ou *Relação da Côrte* governada pelo *regedor* ou governador da justiça, que era em negocios administrativos e judiciaes o mais importante cargo da côrte. Esse tribunal supremo era dividido em duas mezas, e compunha-se de *desembargadores de aggravo ou de supplicação* e de *desembargadores do Paço*. Esta meza, que resolvia os negocios mais graves do paiz, era muitas vezes presidida por el-rei. O tribunal acompanhava o rei em todos os sitios por onde ia, e deve notar-se que as frequentes viagens dos nossos antigos monarchas não tinham simplesmente por fim ou por motivo o divertimento ou o capricho regio, eram motivadas pelas necessidades da administração da justiça e da fiscalisação administrativa.

Assim como este supremo tribunal ou relação da côrte acompanhava el-rei nas suas viagens, assim tambem era o *corregedor da côrte* que fazia correição em todo o reino, como os *corregedores das comarcas* faziam correições nas comarcas, quer dizer, substituia-se nos julgamentos aos juizes de primeira instancia e aos corregedores de comarca.

«Mandamos, dizem as *Ordenações*, ao corregedor da nossa côrte que tome co-

---

[1] *Ordenações*, etc., L. I, tit, XXX *Do alcaide pequeno das cidades e villas e coisas que a seu officio pertencem*, pag. 190 a 190.

[2] Ibid. Tit. XXV, Lei de D. João I, pag. 155 a 164.

Digitized by Google

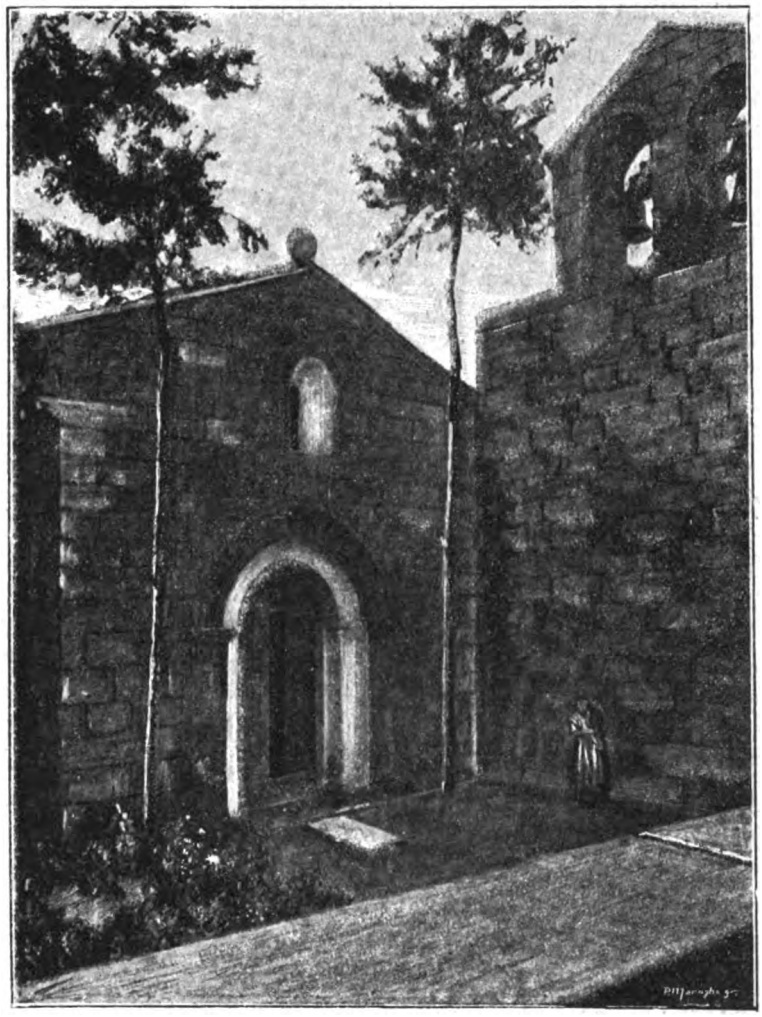
nhecimento dos feitos e desembargos onde quer que nós fôrmos, ou onde a casa de justiça, que comnosco ande, estiver, assim e pela guiza que é mandada aos corregedores das comarcas que hajam de tomar em suas correições...

«Item. Tomará conhecimento nos logares, onde nós formos, dos feitos das viuvas e orphãos e pessoas miseraveis que o escolherem por juiz, porque teem privilegio de perante elle demandarem, ou de defenderem quando perante elle quizerem litigar»[1].

Exercia o corregedor da côrte como delegado d'el-rei, e com a auctoridade da sua presença, superintendencia absoluta sobre as comarcas e corregedores e empregados de fazenda, tendo obrigação de fazer inqueritos em todos os ramos do serviço publico, e de julgar as causas mais graves, e de mandar pôr a tormento, de accordo com o regedor da casa da justiça, e com os desembargadores presentes, os grandes criminosos. Tinha o corregedor da côrte, como tinha a Relação, os empregados menores necessarios para o bom desempenho dos seus cargos — escrivães, porteiros, pregoeiros, carcereiros, etc.

O *corregedor da côrte* era sempre do Desembargo do Paço, e o mesmo acontecia ao *juiz dos feitos d'el-rei*, que julgava todas as causas do contencioso, como hoje diriamos, com excepção das que estavam confiadas a juizes especiaes. Effectivamente, segundo o systema d'aquelles tempos ainda semi-barbaros, a idéa da divisão de poderes era completamente desconhecida, e os encarregados de certos serviços eram os mesmos que julgavam as reclamações por ellas levantadas. Assim os *védores de fazenda* julgavam as questões relativas a sizas, etc. O *juiz dos feitos* julgava todas as outras questões em que o rei ou o estado era parte. Já se vê, tinha o seu escrivão.

O *procurador dos feitos d'el-rei*, cujas attribuições eram em parte as que hoje pertencem ao procurador da corôa, ti-



EGREJA ROMANICA DE SE«ZEDELLO (VISTA DE FRENTE)

[1] *Ord.* Tit. XV, pag. 99.

Digitized by Google

nha principalmente de promover e de sustentar demandas de contencioso em que era interessado ou o rei ou o Estado.

O *meirinho da côrte* acompanhava tambem o rei, prendia os criminosos que o corregedor da côrte lhe mandava prender, e tratava tambem do abastecimento da côrte. O *meirinho das cadeias* tratava dos presos, velava pela segurança das prisões, e pelo bem estar relativo dos encarcerados. «Haverá cuidado, dizem as Ordenações, de em cada um dia levar por si, ou seus homens duas vezes todos os presos assim das cadeias do corregedor da côrte a folgar e fazer sua *necessidade aos logares que por elle para isso forem assignados*[1]».

O meirinho das cadeias era tambem incumbido da policia das meretrizes que acompanhavam a côrte, e que já então, como hoje, tinham matricula aberta pelo escrivão, que se chamava *escrivão das malfeitoras* e que tinha entre as suas obrigações a seguinte:

«Hade trazer todos os regatões, e «as mancebas do mundo cortezão» em um livro[2]».

Militarmente o reino tinha por cargos principaes: no exercito de terra, o *condestavel e marechal* e o *alferes-mór;* no exercito maritimo, o *almirante* e o *capitão-mór do mar*. De todos estes cargos nos occupámos já anteriormente. Falámos tambem já dos *adais* e *almocadens*, cargos que tambem ainda existiam nominalmente, mas que já não tinham o caracter dos primeiros tempos da monarchia. O chefe dos bésteiros de conto, ou bésteiros municipaes que constituiam o verdadeiro exercito permanente, era o *anadel-mór*.

O recenseamento dos bésteiros do conto feito no tempo da regencia do infante D. Pedro dava o seguinte resultado:

Entre-Tejo e Odiana (Alemtejo e Algarve)...	1701
Estremadura.....	1197
Entre Douro e Minho.....	697
Traz os-Montes.....	410
Beira.....	1014
	5019

Havia em cada concelho um *anadel*, que capitaneava os seus bésteiros, que velava porque elles estivessem devidamente armados e equipados, etc. Havia tambem em cada comarca, e ás vezes tambem em cidades e villas, um coudel, commandante dos bésteiros a cavallo, serviço que faziam os que tinham uns certos rendimentos e deviam ir á guerra com armas e cavallos, e eram por isso *acontiados*. Os coudeis, sujeitos ao *coudel-mór,* como os anadeis ao *anadel-mor*, tinham, além d'isso, a obrigação de zelar a observancia das leis relativas ao apuramento das raças cavallares, á remonta da cavallaria, etc.

Resta-nos falar agora do recenseamento maritimo.

A esse presidiam nos portos do mar e dos rios os *vintaneiros*, assim chamados porque os maritimos eram distribuidos por *vintenas*, em que entravam todos os moços de doze annos para cima, e tambem os estrangeiros, e era a essas *vintenas* que o rei ia buscar os galeotes ou marinheiros de que precisava para a guarnição dos seus navios[1].

Os officiaes-móres da casa do rei eram o *mordomo-mór*, o *camareiro-mór*, o *aposentador-mór,* e o *meirinho-mór*, a cujas attribuições já nos referimos anteriormente. O logar politico mais importante do reino, apezar de ser considerado in-

[1] *Ordenações*, L. I, Tit. V. pag. 3; do t. I.
[2] *Ordenações*, Tit. XII, pag. 82.

[1] Todas estas indicações a respeito da organisação militar do rei são tiradas do livro I das *Ordenações Affonsinas*, Tit. LII, *Do Condestabre*, LIII, *Do Marechal*, LIV. *Do Almirante*, LV. *Do Capitão-mór do mar*, LVI. *Do Alferes-Mor*, LXII. *Dos Alcaides-mores*, LXV.—*Quaes devem ser os adais*, LXVI. *Dos Almocadens*, LXVIII. *Do Anadel mor*, LXX. *Do que pertence á apuração dos galeotes*, LXXI. *Dos Coudeis*, pp. 306, 315, 319, 328, 333, 350, 387, 394, 405, 466, 473 do T. I.

Digitized by Google

ferior em importancia ao do regedor da casa da justiça, era o de *chanceller-mór*.

A organisação financeira do reino era muito imperfeita. Cobravam as rendas d'el-rei nas camaras os almoxarifes e contadores, e os negocios de fazenda e os processos de contencioso financeiro, no que dizia respeito a sizas, eram dirigidos e resolvidos pelos védores de fazenda.

Trata o livro II das *Ordenações Affonsinas* dos assumptos ecclesiasticos, e, depois de transcrever textualmente as concordatas de D. Diniz e de D. Pedro e de D. João I, estabelece alguns principios importantes, como o da necessidade do benaplacito regio para a publicação das bullas[1], da prohibição de compra de bens de raiz imposta aos clerigos[2], da protecção d'essas egrejas e mosteiros contra os abusos do padroado fidalgo[3], do castigo das mulheres que escandalosa e publicamente se faziam amantes de clerigos e frades, etc.[4]

Trata este livro tambem dos tributos, do modo como devem ser pagos, entre outros as jugadas e as luctuosas e as portagens[5], das isenções de alguns contribuintes[6], da repressão de alguns abusos praticados pelos thesoureiros, arrendatarios e almoxarifes das rendas d'el-rei[7], e dos dizimeiros e almoxarifes nas alfandegas[8], das violencias praticadas por fidalgos e do abuso e invasão de jurisdicção[9].

Encerra esse livro além d'isso o regimento dos judeus e moiros, onde estão inscriptos principios de uma tolerancia relativa que já o seculo seguinte havia de menosprezar. A lei prohibe-lhes o terem criados christãos, entrarem em casa das christãs, ou as christãs em casa d'elles, não lhes consente que sejam visinhos de qualquer terra, ainda que lá morem largos annos, que gosem do privilegio da lei da avoenga, manda-os viver em judiarias separadas, fóra das quaes não podem estar depois de Ave Marias, ordena que usem uns signaes vermelhos, que não sejam officiaes nem do rei nem da rainha, e que não arrematem renda de mosteiros; authorisa os christãos a negarem a divida aos judeus, passados dois annos depois do emprestimo, mas, apezar d'esse estado de parias, ao menos guardava-lhes os seus privilegios, protegia-os contra as violencias da plebe, prohibia que os forçassem a fazer-se christãos, etc., etc.[1] O resto do livro é consagrado á legislação relativa aos moiros, que se parece immensamente com a relativa aos Judeus.

No livro III trata-se minuciosamente do processo civil ordinario e summario, legislação muitissimo complicada pela introducção das formulas do direito romano e do direito canonico, mas que ao mesmo tempo estabelece alguns principios salutares, como o da appellação para a conciliação recommendada aos juizes, e por estes aos litigantes, da limitação dos casos em que póde ser reclamada a revista, etc.

Trata o livro IV o direito civil, referindo-se, mas de um modo confuso, a acquisição, conservação e transmissão da propriedade, inserindo algumas leis sobre compras, vendas, doações, soldadas, commercio maritimo e estrangeiro, etc., extrahindo do direito romano a legislação sobre tutellas e curatelles.

É finalmente o livro V consagrado a legislação criminal e alli se sente ainda a

---

[1] *Ord.* etc., L II, Tit. XII, pag. 166 do T. II (Coimbra, 1792).
[2] Tit. XIV e XV, pp. 174 e 176.
[3] Tit. XVII e XIX, pp. 187 e 190.
[4] Tit. XXII, p. 194.
[5] Tit. XXIX, e XLVII, pp. 243 e 308.
[6] Tit. XXX e XLV, pp. 270 e 305.
[7] Tit. XLII e XLIII, pp. 301 e 303.
[8] Tit. L, p. 312.
[9] Tit. LX, LXI, LXII LXIII, pp. 377 a 404

[1] A legislação ácerca dos judeus vae no L. II das *Ordenaçoes*, desde o tit. LXXVI ao tit. XCVIII (de pag. 425 a pag. 529).

Digitized by Google

barbaridade da edade-média, e transparecem tambem as desigualdades flagrantes do velho systema feudal.

Emquanto os plebeus são punidos de morte por terem relações illicitas até com as creadas da casa em que vivem (lei de D. Diniz attenuada por D. Affonso V), os clerigos que tem amantes quasi que nem punidos são. O plebeu, que achar sua mulher em flagrante delicto de adulterio, póde matar o seu cumplice, excepto se este fôr fidalgo. O crime de sodomia era punido com a morte na fogueira. Eram punidos com a pena de morte o furto de um objecto qualquer de valor de um marco de prata, o crime de feitiçaria e as relações illicitas de um christão com uma judia ou moira. O crime de lesa-magestade era punido com a morte mais cruel, recorrendo-se para isso á legislação do imperio romano.

«Para indagação dos crimes, diz Coelho da Rocha, admittia-se não só o meio da accusação do Direito Romano e as querellas filhas dos antigos costumes, mas tambem as inquirições e devassas do direito canonico.

«Se quizessemos ajuizar d'estas ordenações pelas idéas do seculo actual, muito haveria que censurar; porém, se remontarmos á éra em que foram compiladas, e nos rodearmos das circumstancias, costumes e maximas, que então vogavam, não só havemos de escusar, mas ainda admirar os seus auctores, os quaes com poucos subsidios, e sem modêlo comprehenderam este codigo, o primeiro de toda a Europa depois da meia-edade. Falta-lhe, é verdade, unidade de plano. A mistura das disposições do systema feudal, que decahia, com os principios de direito romano e canonico, que se acreditavam, deixou n'ellas contradições e inconsequencias, que debalde procuraremos conciliar. Porém, se nas ordenações posteriores alguma philosophia se póde descobrir, é aos compiladores das Affonsinas que ella se deve; porque os das outras pouco mais fizeram do que em parte copial-as, sem attenção á mudança dos tempos, em parte mutilal-as, e tornal-as difficultosas de entender por falta das integras, e omissão dos motivos, que as tinham dictado, os quaes a cada passo precisam ser indagados.

«Para supprir a deficiencia das leis, e cohibir o arbitrio dos juizes, foram por D. Affonso V, no liv. II, tit. IX, declarados subsidiarios o direito romano ou leis imperiaes e o direito canonico. Este, o canonico, devia ser applicado aos casos que envolvessem peccado, e aquelles nos outros: distincção porém difficil na pratica, que fez a jurisprudencia dependente das opiniões dos casuistas, e que concorreu sobretudo para a influencia extraordinaria do clero. Na falta d'estes, e como em terceiro grau, foram mandadas seguir as glossas e opinões d'Accursio, e depois d'este as de Bartholo, que então eram respeitadas como dogmas.

«No conflicto d'estes ou absoluta falta de textos, devia o juiz consultar o governo»[1].

Como foram compiladas as *Ordenações Affonsinas?* Dil-o-hemos rapidamente. No tempo de D. João I as leis que regiam o paiz consistiam nos foraes, nas leis promulgadas em côrtes pelos reis, e em muitas prescripções tomadas do direito novo, cujo estudo se ia ampliando cada vez mais. Sentia-se a necessidade de se reunir n'um codigo essa legislação dispersa, e as côrtes pediram a D. João I que mandasse proceder a esse trabalho. D. João I encarregou-o ao corregedor da côrte João Mendes, a quem succedeu no tempo de D. Duarte Ruy Fernandes, e foi este que o concluiu, no tempo do infante D. Pedro, que mandou publicar o Codigo em 1446,

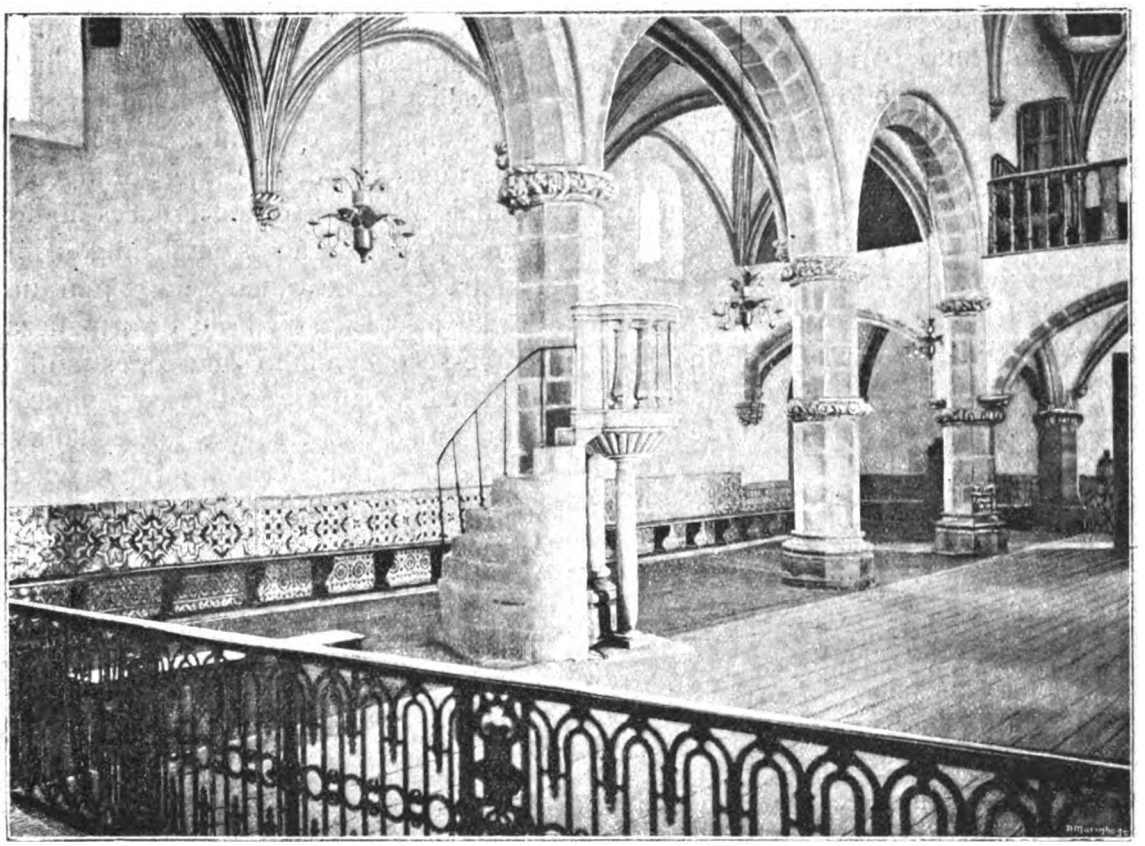
[1] Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal*, pag. 125.

Digitized by Google

depois de o terem revisto, juntamente com Ruy Fernandes, o corregedor de Lisboa Lopo Vasques, e os desembargadores Luiz Martins e Fernão Rodrigues. Comtudo, devemos dizer que algumas leis que figuram nas *Ordenações Affonsinas* são evidentemente promulgadas no tempo de D. Affonso V, como é a que declara quaes são os castigos a que ficam sujeitos os que seguiram o partido do infante D. Pedro, e estiveram com elle na batalha de Alfarrobeira.

Juntaram-se n'estas Ordenações leis promulgadas desde o tempo de D. Affonso II, resoluções das côrtes desde D. Affonso IV, as concordatas de D. Diniz, D. Pedro e D. João I, que se transcreveram quasi na integra, e finalmente capitulos inteiros do Direito Romano e do Direito Canonico, perfeitamente copiados.

Dividiram-se as Ordenações em cinco livros, por imitação das Decretaes de Gregorio IX, mas a collecção foi feita sem methodo nem ordem. Ás vezes os colleccionadores dão redacção propria ás leis, mas a maior parte das vezes transcrevem as leis antigas, accrescentando apenas a sua confirmação ou as alterações que reputavam necessarias.



VIANNA DO ALEMTEJO — EGREJA (VISTA INTERIOR)

Adquirira o estudo do direito no tempo de D. João I um grande desenvolvimento, e a Universidade foi por elle e pelos seus successores grandemente beneficiada. Achava-se então a Universidade em Lisboa, e em 1431 recebeu os seus primeiros estatutos, porque D. Diniz deu-lhe apenas uma carta de privilegios.

Determinavam esses estatutos que, para qualquer estudante receber o grau de bacharel, devia ter estudado pelo menos

Digitized by Google

grammatica e logica, frequentando a Universidade tres annos, e oito mezes em cada anno, defendendo conclusões publicas em presença dos mestres e doutores da faculdade.

«Que para algum ser admittido, ao grau de licenciado», escreve o sr. Sylvestre Ribeiro, devia ler quatro annos na Universidade, e fazer depois uma repetição por conclusões de tudo o que tivesse lido, e depois de tudo isto feito, se lhe daria ponto para ler duas lições e fazer exame e, sendo julgado capaz, se lhe daria licença «para tomar o grau de doutor», e que os reitores assistissem ao exame, sendo estudantes da mesma faculdade[1].

Em 1400 havia na Universidade cadeira de leis, de decretaes, de grammatica, de logica, de physica, de theologia e de musica.

N'um documento curioso de 1431, pelo qual o infante D. Henrique doou á universidade de Coimbra umas casas da freguezia de S. Thomé, se vê indirectamente a importancia enorme que já tomara n'esse tempo o estudo do direito romano. Effectivamente D. Henrique, distribuindo as salas d'esse predio para as differentes aulas, e determinando a sua ornamentação, ordenava que se pintasse um Galeno na aula de medicina, um Aristoteles na de philosophia racional e moral, a Santissima Trindade na de theologia, um pontifice na de decretaes, e *um imperador na de leis*. Esta symbolisação, tão naturalmente adoptada, mostra-nos que no ensino, da mesma fórma que na sociedade politica, se obliterou já o direito consuetudinario, e definitivamente triumphou o direito romano.

Triumphou o velho direito romano, apenas modificado, para mal das sociedades, pelo direito canonico. As *Ordenações Affonsinas*, prestando um verdadeiro serviço ao paiz, porque lhe davam um corpo de leis, eram comtudo ao mesmo tempo o epitaphio, que a mão do infante D. Pedro inscrevia no tumulo das velhas liberdades da edade-média. Não culpâmos o grande homem, que dando esse passo, que hoje, abrangendo de mais alto a historia e a successão dos seculos, considerâmos fatal, julgou imprimir e effectivamente imprimiu um grande impulso á civilisação portugueza. Era esse o caminho que o destino lhe marcava, a centralisação era a aspiração commum das sociedades no seculo XV; o direito romano era na jurisprudencia o mais poderoso agente da reconstrucção dos poderes. O direito canonico entrava tambem alli infelizmente, e abria caminho á deploravel influencia que as idéas religiosas, ou antes as idéas ultramontanas exerceram em Portugal. As *Ordenações Affonsinas*, cerrando o cyclo tumultuoso e cheio de vida da edade-média, matando a cavallaria, esmagando as liberdades locaes com os textos e glossas de Bartholo e d'Accursio, substituindo aos julgamentos, quasi patriarchaes, dos tribunaes do municipio, as fórmulas complicadas da jurisprudencia romana, preparavam por fim de contas a dupla tyrannia politica e religiosa, que opprimiu durante o seculo XVI os espiritos e as consciencias.

[1] J. S. Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos scientificos*, etc., t. I, App. pag. 433 (Lisboa, 1871).

Digitized by Google

CAPITULO LI

Crenças populares de Portugal.—Contos populares

O estudo das superstições populares constitue um dos ramos mais importantes da historia de um povo, não só porque alli se encontram as mais ricas producções da phantasia nacional, mas porque dão tambem a chave das relações ethnologicas dos povos, da sua ligação com um tronco primitivo e commum. No tempo em que se publicou a primeira edição d'este livro havia já um grande numero de elementos para a historia das superstições populares portuguezas. Herculano percebera, com a rara intuição do seu genio maravilhoso, o valor e a importancia d'esse estudo; Garrett e os escriptores da escola romantica, que o seguiram, prestaram um grande serviço a este estudo, já colleccionando os romances populares, já desencantando as tradições para fazerem d'ellas o assumpto principal dos seus contos, das suas xacaras e dos seus romances. As bruxas, as moiras encantadas, toda a mythologia da meia-edade, todos os sonhos d'essa eterna criança que se chama povo, surgiram assim á plena luz da litteratura das cidades, coroados pela musa dos poetas, e pela imaginação dos romancistas. Hoje tem-se feito um trabalho de outro genero, tem-se explorado scientificamente essa mina opulentissima, e, como ao mesmo tempo no resto da Europa se procede a um trabalho similhante, a comparação d'esses diversos elementos tem dado resultados maravilhosos para o estudo da historia das raças. Um dos nossos mais eruditos escriptores, o sr. F. Adolpho Coelho, tem applicado a esse estudo importantissimo as raras faculdades do seu espirito e a sua grande energia de trabalho; o sr. Z. Consiglieri Pedroso, outro moço erudito, que soube já conquistar um logar brilhante no professorado Portuguez e um honroso logar entre todos os que se occupam de estudos historicos, tem procurado tambem colligir, ou na tradição popular ou nos processos da Inquisição, minas preciosas para esse estudo, as crendices e as superstituições do nosso povo. Tudo isto são elementos novos e importantissimos que nos hão de esclarecer n'esta segunda edição, que emprehendemos, da *Historia de Portugal*, sem abandonarmos comtudo o excellente artigo publicado por A. Herculano no *Panorama* e que transcrevemos quasi na integra na primeira edição d'este livro.

«Todas as nações, diz o nosso eminente historiador, tanto antigas como modernas, teem sido sugeitas á doença moral chamada credulidade. Dada a crença da existencia dos espiritos e da sua immortalidade, os homens, vendo diariamente morrer os seus similhantes, e sentindo em si uma consciencia que repugna á anniquilação, perceberam facilmente que o espirito não morria; a revelação não fez mais que confirmar um sentimento innato no homem. Depois a saudade dos mortos que nos foram caros, e o temor que experimentavam os criminosos de que as suas victimas ainda se podessem vingar d'elles além do sepulchro; emfim, amor e remorso, ajudados da imaginação, povoavam este mundo de phantasmas. A Grecia, sempre poetica, formulou esta série de factos intellectuaes em muitas expressões

Digitized by Google

materiaes: sirva d'exemplo a descida d'Orpheu aos infernos em busca d'Eurydice, mytho formosissimo com que os antigos Gregos symbolisaram o amor como capaz d'unir os espiritos que passaram com os que vivem na terra. D'ahi vieram os lemures, as strygas, e todas essas creações extravagantes, que, ainda no primeiro seculo christão, o severo philosopho Plinio não se atrevia inteiramente a descrer.

«Entre as nações modernas a portugueza passa por uma das mais inclinadas a muitas d'estas superstições. É uma das multiplicadas calumnias que sobre as nossas cabeças lançam estrangeiros; quem d'isso se quizer desenganar leia o *Diccionario infernal* de Collin de Plane[1], e achará que qualquer provincia da França, ainda das mais civilisadas, nos deita, como se diz vulgarmente, a barra adiante em superstições populares. Quasi o mesmo se póde dizer da nação mais allumiada da Europa — a allemã. Na Inglaterra basta dizer que não haverá ahi perro turco, ou brahmane crédulo que leve vantagem em superstição ao povo dos tres reinos unidos. As bruxas, diabos azues, vampiros, e seiscentas outras diabruras, surgem por assim dizer, debaixo dos pés dos inglezes, como nos pinhaes do Alemtejo e Extremadura se erguem, debaixo dos pés dos caminhantes, as ninhadas dos sapinhos, quando sobre o pó das estradas cahe em dia de verão um aguaceiro de trovoada.

«Apezar, porém, de não sermos dos povos mais abastados n'este genero de riquezas (que poeticamente o são), tem havido entre nós muitas crenças populares dignas de se fazer menção d'ellas; por isso mesmo que as mais antigas são geralmente desconhecidas, e as mais modernas vão diariamente desapparecendo; que ao menos esse bem temos tirado das nossas luctas politicas e d'este espirito do seculo, que renegou de tudo quanto nos transmittiu o passado. Tanto d'umas como d'outras colligiremos aqui algumas especies.»

A famosa postura da camara de Lisboa, que em 1385 prohibia certas e determinadas superstições populares, como que para assim agradecer a Deus a victoria de Aljubarrota, é o mais precioso documento que se conhece a respeito d'essas antigas superstições.

«Os sobreditos estabelecem e ordenam que d'aqui em diante, n'esta cidade nem em seu termo, nenhuma pessoa não use, nem obre de feitiços, nem de ligamento, nem de chamar os diabos, nem de descantações, nem de obras de veadeira, nem obre de carantulas, nem de geitos, nem de sonhos, nem de encantamentos, nem lance roda, nem lance sortes, obre de adivinhamentos, nem outrosim ponha nem meça cinta, nem *escante olhado* em ninguem, nem lance agua por joeira.

«Outrosim estabelecem que d'aqui em diante n'esta cidade e em seu termo não se cantem janeiras, nem maias, nem a outro nenhum mez do anno, nem se lance sal ás portas sob titulo de janeiro, nem se furtem aguas, nem se lancem sortes.

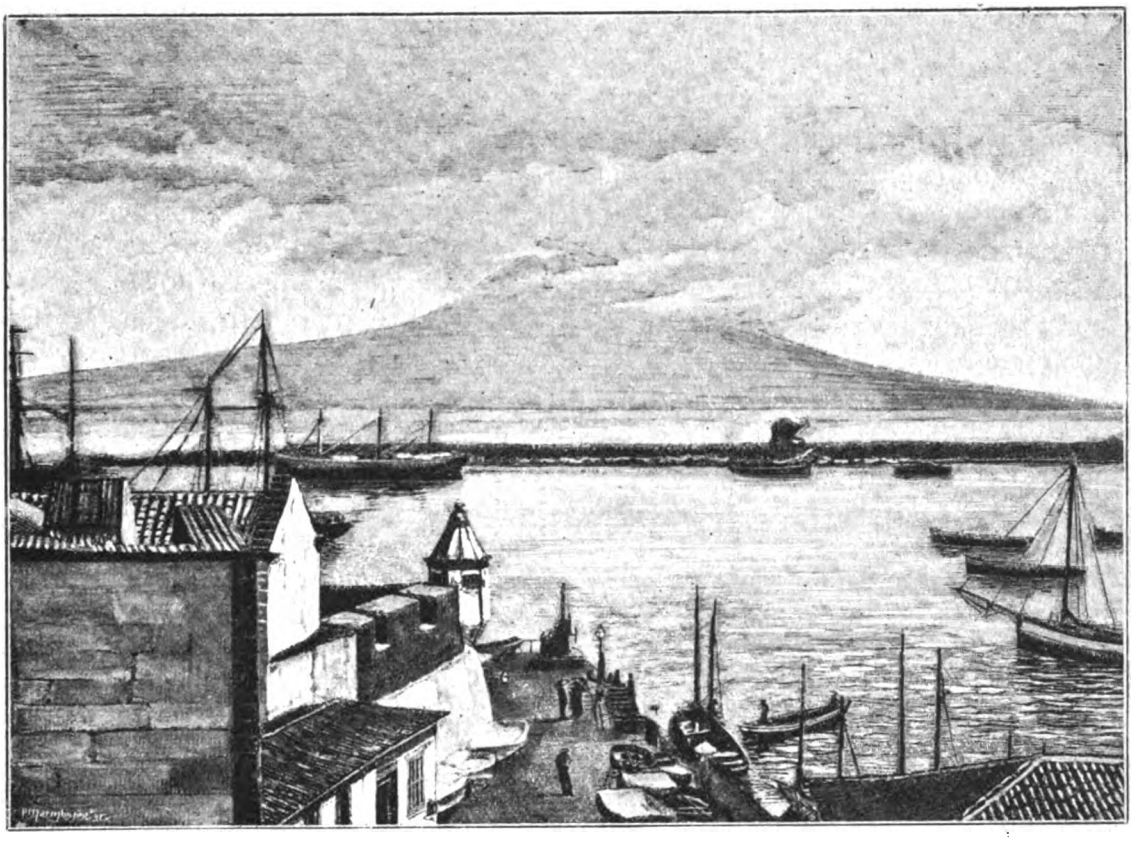
«Porque o carpir e depenar sobre os finados é costume que descende dos gentios, e é uma especie de idolatria, e é contra os mandamentos de Deus, ordenam e estabelecem os sobreditos que d'aqui em diante, n'esta cidade, nenhum homem ou mulher não se carpa nem depene, nem brade sobre algum finado, nem por elle, ainda que seja pae, mãe, filho ou filha, irmão ou irmã, marido ou

[1] A. Herculano, que escrevia o seu notavel artigo em 1840, não podia por conseguinte ter conhecimento dos dois volumes da *Historia das sciencias occultas* do conde de Résie, que só se publicou em 1857. Mas essa obra é que é um completo e magnifico repositorio das superstições de toda a Europa. Alli se verá que verdadeiramente os povos mais supersticiosos são os do norte, Allemães e Inglezes.

Digitized by Google

mulher, nem por outra nenhuma pena, nem nojo, não tolhendo a qualquer que não traga seu dó, e chore se quizer...»

Confundindo as superstições iniquas com as expansões da alma popular, a camara de Lisboa intentava a empreza, impossivel, de anniquilar no espirito do povo essas manifestações da sua intimidade religiosa com a Natureza, que eram rém? Eram um dos elos da tradição da humanidade, essa alegre troca de cantigas e de presentes, em que se conserva ainda effectivamente a tradição romana, pelo menos em Portugal. Ovidio, nos seus *Fastos*, parece indicar já os presentes de broas que por esse tempo são habituaes entre nós [1], broas ou outro saboroso doce conforme a provincia [2].



ILHA DO PICO — VISTA DO CAES DA HORTA

uma reliquia do paganismo, como tantas outras que aliás o catholicismo official acceitára e consagrára. As festas de janeiro e as de maio, que a camara de Lisboa proscrevia, eram, como as festas de Santo Antonio e de S. João, como as festas do Natal, como as Rogações, vestigios das festas pagãs, com que se celebravam, com que se hão de celebrar eternamente, as varias épocas do anno. As janeiras tinham a sua origem nas festas de Jano, como supprimil-as po-

O canto das *janeiras* perpetuou-se. Dura ainda hoje nas provincias do norte e no Alemtejo. Em algumas partes, para se christianisar, tomou o nome de *cantar dos Reis*, e festejando os Reis da

[1] Et data sub niveo candida mella cado
Fastos, canto I

«Candido mel em barrilinhos alvos», traduz Castilho, *Fastos*, t. I, pag. 21. (Lisboa, 1862.)

[2] Julio Cesar Machado, n'uma nota aos *Fastos* acima citados, observa que o presente no Minho é um doce chamado *orelhas de abbade*.—*Fastos*, t. I, pag. 349.

Digitized by Google

lenda evangelica, o povo festeja afinal o velho Jano dos Romanos, ou antes, festeja o principio do anno novo. «Em Elvas, diz o sr. Julio Cesar Machado, a usança é atar uma pelle de carneiro ao gargallo de uma bilha, que se fica chamando rouca, e batendo na pelle com um pau, alcançar sons que fazem o dito verdadeiro[1]».

O sr. Theophilo Braga colleccionou algumas cantigas das janeiras, e dos Reis, muito conhecidas, mas em que se mostra evidentemente que umas e outras teem a mesma significação. É a entrada do anno que se festeja ou no dia 1 ou no dia 6.

As janeiras não se cantam
Nem aos reis, nem aos coroados[2];
Mas nós vimol-as cantar
Por ser annos melhorados[3].

Isto era uma janeira; agora um cantar dos Reis:

Vimos dar as boas festas
E tambem cantar os Reis;
Vamos ver os vossos brios
Que alguma coisa nos deis[4].

O cantar das maias tinha evidentemente a significação do cantar da primavera. Vinha do paganismo a origem d'essa usança, que ainda até hoje se conservou n'algumas das nossas provincias, e em épocas muito remotas e em paizes muito affastados se encontram as raizes d'esta festa popular. Os gregos festejavam o maio juncando de flores o limiar das portas, os romanos celebrando jogos floraes; já aqui se vê a origem das maias Portuguezas. A sr.ª D. Maria Peregrina de Sousa, uma das mais perspicazes investigadoras d'estas crenças populares, escrevia o seguinte n'uma nota á traducção dos *Fastos*, de Castilho:

«Nas aldeias (e na classe humilde do Porto) faziam grinaldas e ramilhetes de flôres diversas, em que predominavam *infallivelmente* as maias (flôr de giesta) e as punham nas portas e janellas. Os menos primorosos mettiam apenas um ramo de giesta florida nas portas. Em pequena, perguntava eu o que isto significava, e me diziam as velhas: É para não entrar o maio em casa[1].

O sr. Consiglieri Pedroso, nas suas excellentes *Contribuições para uma mythologia popular portugueza*, nota a seguinte superstição popular muito espalhada no paiz, e que deve ser conhecida de muitos dos nossos leitores:

«Quem no 1.º de maio não comer uma castanha pilada, antes de nascer o sol «entra-lhe o maio no corpo». Por isso é costume de algumas pessoas fica-

---

[1] Nota á traducção dos *Fastos de Ovidio* por Castilho, t. I, pag. 349.

[2] A versão mais exacta d'esta quadra é, parece-nos:

As janeiras não se cantam
Nem aos reis, nem aos fidalgos

N'estas janeiras, que o sr. Theophilo Braga diz serem de uma versão de Penafiel, estão evidentemente inseridas umas quadras, que não são nem nunca podiam ser populares, como é a seguinte:

Os bons annos só se cantam
A quem, contra o tempo rude,
Como vós, numera os passos
Pelos passos da virtude.

[3] Cancioneiro e romanceiro geral portuguez, t. II, pag. 153.

[4] *Ibid.* pag. 158. A formula mais habitual d'estas cantigas, que teem por fim solicitar sempre algum donativo das pessoas abastadas, é esta quadra variada até ao infinito:

Viva a senhora Fulana,
Raminho de salsa crua,
Quando se põe á janella,
Allumia toda a rua.

Se o donativo não vem, a trova torna-se ameaçadora:

Ora venha, se ha de vir,
Não nos esteja a dilatar,
Que somos de muito longe
E temos muito que andar.

Se a esperança se mallogra a descompostura metrificada é certissima.

[1] *Fastos de Ovidio*, trad, de Castilho, Nota 7.ª ao vol. 3.º, pag. 230 do mesmo volume (Lisboa, 1862)

Digitized by Google

rem com a castanha de vespera na cama, para a comerem logo que accordarem[1]».

Tivemos tambem até ha muito pouco tempo o costume de se vestirem as creanças de *maios*. Este uso parece-nos que dura ainda em alguns pontos das provincias do norte. A indole especial d'este livro não nos permitte demorarnos n'este assumpto, mas vê-se que debalde prohibiu a camara de Lisboa as maias e as janeiras. Vieram até aos nossos dias, porque eram não tanto umas fórmas de superstição popular como uma das manifestações da sua poesia, da communhão da alma do povo com a alma da natureza. A sua origem pagã tornava-as odiosas aos olhos dos fieis christãos, mas tiveram de transigir como em muitas outras coisas, porque o grande Pan não morreu, come dizia a voz mysteriosa da Sicilia, transformou-se apenas: os satyros e os faunos e as dryades e as naiades tomam formas christãs, ou são as Senhoras que apparecem no concavo das arvores ou na cavidade das rochas, ou são as moiras encantadas das fontes, ou os trasgos da floresta, mas em todo o caso o povo é que não desiste de povoar e de animar com entes sobre-naturaes e maravilhosos os campos e os bosques em que vive, como não desiste de festejar o desabrochar da primavera, a plenitude ardente do estio, o conchego do lar em pleno inverno, o principiar do anno. Prohibem as janeiras? Vem os Reis. Probibem as Maias? Vem as festas do Espirito Santo. Proscrevem as festas dos solsticios? Vem tomar o seu logar o S. João e o Natal. E assim, atravez dos tempos e atravez das religiões, se vai perpetuando a tradicção das festas populares, e vemos com surpreza que as mesmas festas, quasi os mesmos contos que hoje deleitam o nosso povo, deleitaram nos tempos remotos da primitiva civilisação os habitantes das margens do Ganges.

Diz Herculano que a prohibição de se fazerem prantos pelos mortos não acabou com esse costume que ainda existia no tempo de D. Manuel, citando o grande historiador para isso a conhecida quadra de Gil Vicente:

> Prantos fazem em Lisboa
> Dia de Santa Luzia
> Por el-rei D. Manuel
> Que se finou n'esse dia.

Podia ir mais adiante, para desmentir essa estranha asseveração de Francisco Brandão, de que o costume dos prantos e das carpideiras acabou no tempo de D. João I. Até ha muito pouco tempo não se extinguira ainda nas nossas provincias, como se não extinguirá tambem e não se extinguiu talvez ainda o costume ainda mais pagão das refeições funebres, costume que não vem só dos romanos, mas que, encontrando-se tambem nos povos não latinos da Europa, mostra que esse costume ascende á mais alta antiguidade, e vem dos aryos, d'esse povo de que descendem todas as nações indo-europêas.

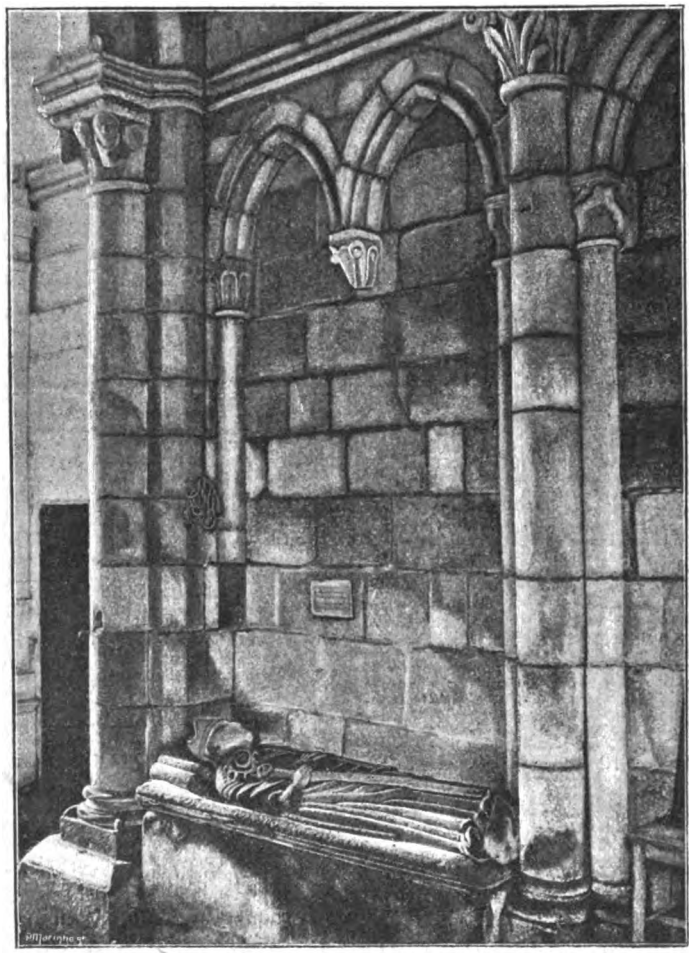
Herculano conta entre as superstições populares as differentes provas juridicas usadas na edade-média, como a do juizo de Deus, e a do ferro caldo.

Já D. Diniz quizera limitar os reptos judiciaes, ordenando o seguinte n'uma lei de 1318: «Estabeleço e ponho por lei, diz elle, que d'aqui a diante nenhum filho d'algo não desafie, nem mande desafiar outro nem por si, nem por outrem, perante mim, nem nos logares onde eu fôr, nem duas leguas ao redor de mim. E aquelle que contra isso vier morra por isso e a desafiação não valha.» A *Ordenação Affonsina* não permittiu esses juizos de Deus senão em caso de traição contra a pessoa real.

[1] Z. Consiglieri Pedroso, *Contribuições para uma mythologia popular portugueza*, V. *Superstições populares (varia)* n.º 263, pag. 10 (Lisboa, 1881).

Digitized by Google

As provas a que se podiam sugeitar directamente as mulheres accusadas de algum crime, eram a prova de agua quente, de agua fria, e de ferro em braza ou ferro caldo. Esta ultima foi a mais usada em Portugal, e consistia em passar a accusada com os pés nús por cima de um ferro em braza sem os queimar, ou em caminhar um certo espaço, levando nas mãos um ferro em braza sem se queimar tambem. Referem-se algumas lendas a esse respeito: uma conta-a Jorge Cardoso, dizendo que no seu tempo ainda se via em Leça do Balio um ferro que a mulher de um ferreiro, accusada de adulterio, levára em braza até á sepultura do santo commendador de Leça, D. Garcia Martins, ficando perfeitamente incolume [1]; outra contam-n'a fr. Bernardo de Brito e fr. Antonio Brandão, citando o documento de uma doação feita por D. Tareja Soares, mulher de D. Gonçalo Mendes de Sousa, ao convento de Arouca, a que se recolheu, depois de ter saido illesa e exanime de uma accusação de adulterio por meio da prova do ferro em braza [2]. No seculo XIV ainda estava muito em uso, porque D. Leonor Telles, ao saber da morte do conde Andeiro, exclamou, protestando contra o rumor publico d'elle ser seu amante, e asseverando que faria tres salvas «quaes nunca mulher fez por estas coisas» [3]. Chamavam-se *salvas* esses passeios terriveis que se davam com o ferro em braza nas mãos.



TUMULO DE D. ESTEVÃO DA GAMA NO MOSTEIRO DE CETTE

Accrescenta Fernão Lopes maliciosamente que a rainha não estava muito disposta a fazer o que promettera, mas isso prova que o uso existia, porque, como diz muito bem Herculano, não era natural que a rainha fizesse n'essa occasião uma figura de rhetorica.

D'esse uso da prova do ferro em braza ficou a locução popular ainda existente, quando para se affirmar a verdade do que se assevera, e principalmente a innocencia de alguem que julgamos justamente accusado, dizemos: «Por elle ou por ella, punha as mãos no fogo».

As provas judiciarias do desafio, do ferro em braza, estavam, como sabemos,

---

[1] Arnaldo Gama tomou esta lenda para assumpto do seu romance *O Balio de Leça* (Porto, 1872). Saiu posthumo.

[2] Herculano diz que é «mais facil e rasoavel crêr na supposição do documento do que na realidade do milagre».

[3] Chronica de D. João I, cap. XI.

Digitized by Google

BATALHA DE ALCACER CEGUER

Digitized by Google

na legislação, figuravam no *Fuero-Juzgo*, e no foral de Baeça davam-se a esse respeito algumas particularidades curiosas que em seguida transcrevemos:

«A mulher que sabidamente mover, sendo o motivo por mau termo, seja queimada ou salve-se por ferro quente, e se alguem disser que é prenhe de algum homem e elle a não querer, tome ferro quente, e, queimando-se, não seja crida; mas, se escapar livre do ferro, dê o filho ao pai, e crie-o como mandam as leis.

«A mulher que ligar homens ou animaes, ou quaesquer outras coisas que podem ser ligadas, queimem-n'a, e se negar, salve-se por ferro quente; e, se o ligador fôr homem, seja açoutado e lançado fóra da terra, e, se negar, salve-se por combate.

«A mulher que der hervas peçonhentas, ou fôr feiticeira, seja queimada ou se salve por ferro quente.

«A mulher que matar seu marido seja queimada ou se livre por ferro quente; toda a mulher que taes coisas faz deve tomar ferro, mas não por erro de sua pessoa propria, salvo quando fôr approvada por má mulher, e que teve parte com cinco homens differentes. As terceiras sejam queimadas, ou, se negarem, salvem-se por ferro quente.

«O ferro, que se manda fazer por justiça para esta experiencia, tenha um palmo de comprimento e dois dedos de largo, e tenha quatro pés a modo de banco, tão altos que a pessoa, que houver de fazer a salva, possa metter a mão por baixo. E, quando o tomarem, levem-n'o por distancia de oito pés, e tornem-n'o a pôr em terra suavemente, mas antes o benza o sacerdote, e depois elle e o juiz aquentem o ferro, e, emquanto o ferro se aquentar, nenhum homem se chegue junto ao fogo, porque não acerte de fazer alguma feitiçaria, o que houver de tomar ferro primeiro se confesse muito bem, e depois seja olhado porque não traga algum feitiço. Depois lave as mãos diante de todos, e, depois de limpas, tome o ferro, mas antes façam todos oração a Deus que mostre a verdade, e depois que tiver levado o ferro, o juiz lhe cubra logo a mão com cera, e sobre ella lhe ponham estopa ou linho, e depois atem-lh'as com um panno, e leve-a o juiz a sua casa, e, passados tres dias, vejam-lhe a mão, e, se fôr queimada, queimem-n'a tambem a ella.»

O systema dos juizos de Deus, ou das provas pela agua, pelo fogo, etc., não era só peculiar de Portugal, nem da edade-média, remontava a mais alta antiguidade. A Biblia nol-o mostra existindo entre os Judeus; a mulher adultera em Israel era obrigada, quando não confessava o seu crime, a sujeitar-se á prova das «aguas amargas». Davam os sacerdotes a beber á accusada agua misturada com pó do tabernaculo, e algumas hervas amargas. «Se a mulher era innocente, concebia um filho n'esse anno, e dava-o á luz até sem grandes dôres; mas se era culpada, uma pallidez mortal lhe cobria o rosto, desvairava-se-lhe a vista, e expirava immediatamente; accrescenta-se mesmo que o seu amante não tardava a seguil-a[1]».

Era difficil, devemos confessal-o, por um systema similhante, fixar o espirito dos juizes, sendo qualquer das duas soluções egualmente improvavel. A lei romana, que tambem appellava para estas provas absurdas, era comtudo menos terrivel do que a lei da edade-média. Segundo esta ultima o prodigio revelava a innocencia, mas, segundo a lei romana, a culpabilidade é que era revelada miraculosamente. Para descobrir um roubo, serviam-se de bolos consagrados. «Apenas o ladrão engulia o seu pedaço, diz ainda o conde de Résie, manifestavam-se n'elle signaes exteriores que faziam

[1] Conde de Résie, *Histoire et traité des sciences occultes*, tom. 2.º, Liv. 7.º, cap. 2.º pag. 107 (Paris, 1857).

Digitized by Google

descobrir a sua culpabilidade. Estes signaes, como os dos perjuros, eram, segundo Horacio e Theocrito, ter os dentes negros, a lingua empolada, o nariz marcado de escarbunculos, as unhas disformes, e lividas[1]».

A prova judiciaria pelo duello foi costume importado no mundo romano pelos povos do norte, e prolongou-se lá fóra muito mais do que em Portugal. «Desde a lei de Gondebaut o Borgonhez (anno 500), até á auctorisação dada por Henrique II ao duello de Jarnac e de la Châtaigneraie (anno 1547) que se effectuou em presença do monarcha e de toda a sua côrte, bastantes bullas e bastantes decretos foram promulgados para abolir esse costume barbaro, que não cessou todavia, senão no fim do seculo XIV, de ser lei no Estado e de governar a sociedade nos seus actos mais importes[2]».

A prova do ferro em brasa parece, por uma passagem de Sophocles na *Antigona*, ter sido conhecida dos Gregos. Entre os barbaros do Norte estava muito em uso, e durante a edade-média foi empregada em toda a Europa, da mesma fórma que na peninsula hispanica. As particularidades do processo, taes como as dá o conde de Résie, são exactamente as mesmas que descrevemos. Mas, segundo nos conta Saxo Grammatico nas suas *Historiæ danica*, havia nos paizes escandinavos um processo differente para os cavalleiros que se sujeitavam á prova a que nos referimos. Calçavam elles uma luva de ferro posta em brasa, que lhes chegava ao cotovello, e se, tres dias depois d'estar a mão resguardada da acção do ar, não se lhe encontrava pustula ou ferimento, era o cavalleiro declarado innocente.

Contavam-se no estrangeiro, assim como em Portugal se narravam, historias maravilhosas de pessoas innocentes, que tinham soffrido as provas sem o minimo incommodo. Uma das mais curiosas é a seguinte, que Alberto Krantz narra, e que o conde de Résie transcreve:

Brazão de armas da villa de Porto de Mos

«Um homem, accusado de incendio, foi obrigado, para se justificar, a levar um ferro em brasa, o que fez sem se molestar, e sahiu absolvido. Um anno depois, o ferro é encontrado por outro homem, que o quer levantar do chão e se queima. Os que o viram suspeitaram que seria elle o réo do incendio. Levado á presença do juiz, confessou o seu crime e foi enforcado[1]».

«A primeira lei, diz Herculano, que nos lembre fosse promulgada em Portugal contra os feiticeiros, é uma de D. João I, do anno de 1403, em que se diz o seguinte: «Não seja nenhum tão ousado que, por buscar oiro ou prata, ou outro haver lance varas, nem faça circo, nem veja em espelho ou em outras partes». Esta lei foi confirmada no codigo affonsino, d'onde em substancia passou para os que se lhe seguiram. Vê-se por ella que a magia Portugueza d'esse tempo se reduzia a uma especie de alchimia, ou sciencia de encontrar oiro, o que, em verdade, era bem pouco, se o compararmos ao incremento prodigioso que teve a feiticeria no seculo seguinte.

«Da variedade de praticas superstiçiosas que produziu esse incremento, nunca encontrámos memoria mais curiosa, que o capitulo que trata d'esta materia no rarissimo livro das Constituições do arcebispado de Evora, impressas em Lisboa no anno de 1534. Eis aqui

[1] Conde de Résie *Histoire et traité des sciences occultes*, tom. 2.°, pag. 109.

[2] Ibid., pag. 111.

[1] Conde de Résie, *Histoire et traité des sciences occultes*, tom. 2.°, pag. 116.

Digitized by Google

o texto da constituição primeira do titulo 25, que se intitula — *Dos feiticeiros, benzedeiros, e agoireiros:*

«Defendemos que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição que seja, tome de logar sagrado ou não sagrado, pedra de ara ou corporaes, ou parte de cada um d'elles ou qualquer outra coisa sagrada; nem invoque diabolicos espiritos em circulo, ou fóra d'elle, ou em encruzilhadas; nem dê a alguma pessoa a comer ou a beber qualquer coisa, para querer bem ou mal a outrem, ou outrem a elle, nem lance sortes para adivinhar, nem para achar haver; nem veja em agua, ou crystal, ou em espelho, ou em espada ou em outra qualquer coisa luzente, nem em espadua de carneiro; nem faça, para adivinhar, figuras ou imagens algumas de metal, nem de qualquer outra coisa; nem trabalhe de adivinhar em cabeça de homem morto, ou de qualquer outra alimaria; nem traga comsigo dente ou baraço de enforcado, nem façam com as ditas coisas ou cada uma d'ellas, nem com outra alguma similhante, posto que aqui não seja nomeada, especie alguma de feitiçeria, ou para adivinhar, ou para fazer damno ou proveito a alguma pessoa ou fazenda; nem faça coisa para que uma pessoa queira bem ou mal a outrem; nem para ligar homem ou mulhe, etc.

«Outrosim defendemos que nenhuma pessoa passe doente por silva ou macieiro, ou por baixo de trovisco, ou por lameiro virgem; nem benzam com espada que matou homem, ou que passasse o Douro e Minho trez vezes; nem cortem solas em figueira baforeira; nem cortem sobro em limiar da porta; nem tenham cabeças de saudadores encastoadas em oiro, ou em prata, ou em outras coisas; nem apregoem os demoninhados; nem levem as imagens de alguns santos ácerca d'agua, fingindo que os querem lançar em ella, e tomando fiadores que, se até certo tempo lhes não dér agua ou outra coisa que pedem que lançarão a dita imagem na agua; nem revolvam penedos e os lancem na agua para haver chuva; nem dêem a comer bolo para saberem parte de algum furto; nem tenham mendracolas em sua casa, com tenção de haverem graças, ou ganharem com ellas, nem passem agua por cabeça de cão, para conseguir algum proveito; nem digam coisa alguma do que é por vir, mostrando que lhe foi revelado por Deus, ou algum santo, ou visão, ou em sonho, ou por qualquer outra maneira; nem benzam com palavras ignotas, e não entendidas, nem approvadas pela Egreja, ou com cutellos de tachas pretas ou de outra alguma côr, nem por cintos e ourellos ou por qualquer outro modo não honesto; nem façam camisas fiadas e tecidas em um dia, nem as vistam, nem usem de alguma arte de feiticeria[1]».

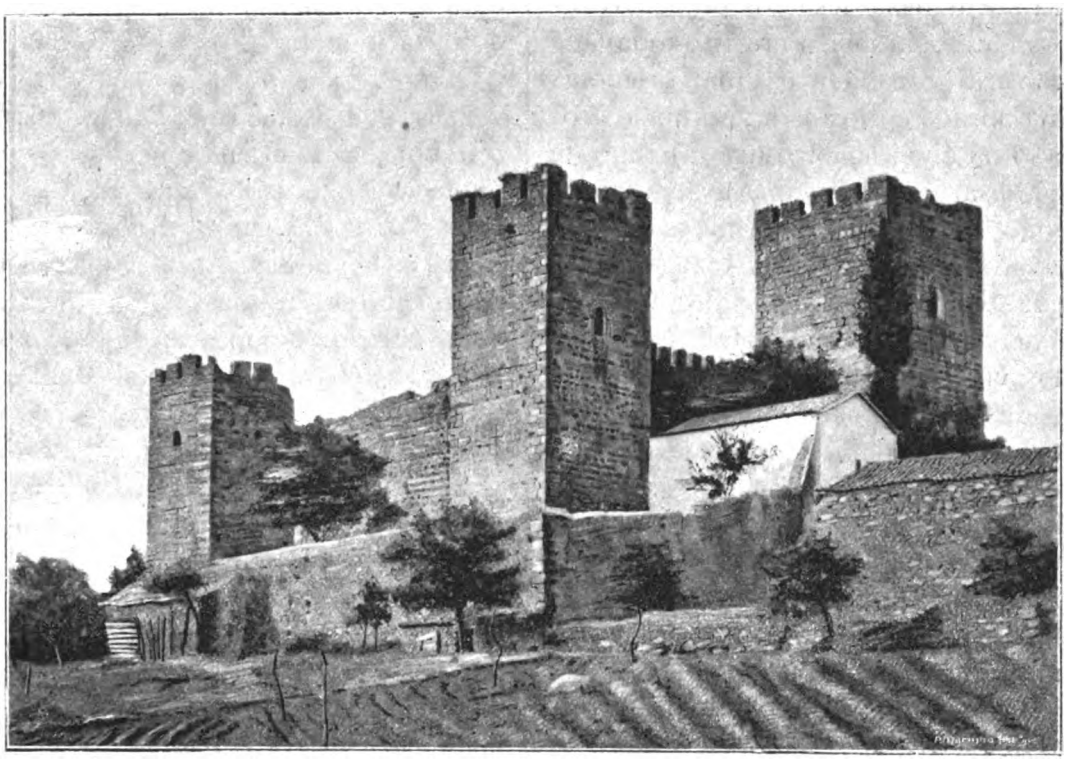
Como não teremos decerto occasião no decurso d'esta historia de voltar a dar conta das superstições populares, acompanharemos ainda A. Herculano, que vae investigando na legislação portugueza o vestigio das crendices populares sanccionadas pelos legisladores, que lhes davam importancia, punindo como crimes o que podiam ser quando muito burlas ridiculas.

«Transcrevemos, prosegue o eminente historiador, o titulo das constituições do arcebispado de Evora ácerca de feiticerias com preferencia a outro qualquer documento, por ser o que mais especificadamente trata d'esta materia: as outras constituições diocesanas que vimos, promulgadas no seculo XVI, limitam-se em geral a prohibir agoiros e bruxedos sem os particularisar, e sem que d'elles se possa tirar maior luz para a historia das crenças nacionaes. Muitas d'essas antigas compilações ecclesiasticas são

[1] A. Herculano, *Crenças populares portuguezas*, artigo publicado no *Panorama*, vol. 4.º (1840), pag. 138.

Digitized by Google

hoje rarissimas, nomeadamente as que primeiro se imprimiram, como uma da diocese do Porto, de que nos lembra ter visto uma copia, e que pela linguagem e estylo nos pareceu pertencer ao seculo xv: Nas mais remotas achar-se-hiam porventura outras noticias, mas não as podemos alcançar. E de passagem lembraremos aqui aos amigos das



CASTELLO DE AMIEIRA, REEDIFICADO POR D. NUNO ALVARES PEREIRA

velhas coisas do velho Portugal, que não ha, porventura, mais rica mina para a historia dos costumes dos nossos avós, depois da compilação das leis civis, que estas leis ecclesiasticas que iam devassar o proceder das familias, o proceder de todas as classes, de todos os individuos, não só nas suas relações sociaes, como por via de regra acontece com aquellas, mas tambem nas relações domesticas, nas relações com Deus, tomando muitas vezes para si os misteres e direitos, que em boa razão só deveriam pertencer á consciencia de cada

qual. Pelas antigas constituições dos bispados quasi podêmos seguir a existecia de nossos antepassados do berço ao tumulo, porque a religião de um até outro cabo os acompanhava, e ella então era essencialmente positiva e pratica. A lei ecclesiastica vigiava a infancia, a puberdade, a edade viril, e a velhice; e para cada época da vida tinha preceitos, e para cada erro castigos. Perguntava ao celibatario se as suas noites eram solitarias, aos esposos se o seu leito era casto, ao sacerdote se o seu coração era puro, batia alta noite ás portas afferrolhadas das casas da devassidão, do jogo e da ebriedade, e fazia tremer o devasso, o jogador, o ebrio; porque não era uma lei morta, mas sim lei com a sancção de penas materiaes. Esta legislação particular, que tinha por base o Evangelho, por objecto os costumes, devia primeiro que tudo conhecer exactamente estes, e ser definida e

Digitized by Google

precisa nas suas disposições. É assim que ella nos conservou a historia das crenças e abusões do povo, das suas paixoes, dos seus trajos, das suas festas e jogos, e até dos seus alimentos; é assim que talvez se possa dizer em rigorosa verdade, que só com as leis civis e ecclesiasticas se poderia escrever a historia intima, a historia do viver das gerações, que antes de nós passaram n'esta terra portugueza desde os primeiros seculos da monarchia. Para isto todavia é necessario consultar as mais remotas com dobrada curiosidade; porque o progresso da civilisação trouxe o habito de generalisar as idéas, e este habito, influindo na legislação, tornou a sua expressão mais geral e por consequencia n'este sentido muito menos historica[1].

Parece por isto que a feiticeria no seculo XVI fizera progressos em Portugal; encontra-se uma variedade espantosa de feiticerias que parece terem sido desconhecidas nos seculos anteriores. No seculo XVII, longe de diminuirem, recrescem, e o que é mais triste é que a legislação torna-se cumplice d'esse desvergonhamento dos espiritos, punindo com penas gravissimas esses sonhos de espiritos enfermos ou esses charlatanismos de meros especuladores. A Ordenação Manuelina ainda pune simplesmente com a pena de morte aquillo a que Herculano chama a grande feiticeria, aquella em que se empregava pedra d'ara, ou em que se esconjurava e invocava o diabo, ou em que se davam a comer ou a beber coisas enfeitiçadas, mas veiu depois a Inquisição sinistra, e os seus horrorosos processos, ao passo que mostravam a fecundidade da imaginação popular, e tambem a da falsa sciencia d'esse tempo, punham em relevo o que havia de atroz e de ultrajante para a consciencia humana n'esse medonho tribunal.

N'um processo citado pelo sr. Consiglieri Pedroso, é que data de 1616, o reu Luiz de La Peña é accusado de levantar as figuras de um livro, de fazer cartas de tocar, tirando da perna esquerda de uma pessoa um pequenino de carne que fizesse sangue substituindo-o por um de massa, de lançar sortes para adivinhar, de benzer doentes queimando ao mesmo tempo um ramo de alecrim, de usar de pedra de ara, de ter a oração de Santa Martha que dizia assim:

Martha, não já a dina
nem a santa
senão aquella que o peccado encanta;
detraz da porta estarás,
de luto te vestirás
com tres varas te mandarei
a meu mandado estarás,
depressa e logo irás,
á embaixada tu a trarás,
com tres varas te mandarei;
quatro cantos catarei

[1] «Para prova de quanto se podem aproveitar as leis como fontes da historia, não dos reis ou dos soldados, mas do *progresso das nações*, deixando as leis civis de que poderiamos apontar circumstancias de extraordinaria curiosidade, limitar-nos-hemos a dizer que d'estas mesmas constituições de Evora se deprehende o uso antiquissimo das representações nas egrejas, e d'outras indecencias similhantes que o povo então julgava licitas ou piedosas. «Defendemos, diz a constituição no titulo 15, a todas as pessoas ecclesiasticas e seculares, de qualquer estado e condição que sejam, que *não comam em egrejas, nem bebam, com mesas* ou sem mesas; nem cantem nem bailem n'ellas nem em seus adros; nem os leigos façam ajuntamentos dentro d'ellas sobre coisas profanas; nem se façam nas ditas egrejas, ou adros d'ellas, jogos alguns posto que seja em vigilia de santos ou d'alguma festa; nem *representações, ainda que sejam da paixão de N. S. Jesus-Christo, ou da sua resurreição ou nascença, de dia nem de noite sem* nossa especial licença; porque *dos taes autos* se seguem muitos inconvenientes e muitas vezes trazem escandalo nos corações d'aquelles, que não estão muito firmes na nossa santa fé catholica. D'esta passagem se póde concluir que o uso de fazer autos nas egrejas data pelo menos do decimo sexto seculo, sendo além d'isso provavel que similhante usança remonte a época muito mais remota; porque os costumes populares levam muitos annos tanto a estabelecer-se, como a destruir-se; e com effeito ainda no fim do seculo XVII o bispo do Porto, D. Fernando Corrêa de Lacerda, fulminava censuras contra taes comedias, como se vê d'uma sua ordenança que lêmos, ainda mais curiosa que a antecedente constituição, mas que, por brevidade, não apontaremos aqui.»

Digitized by Google

com a vara de maior alçada
tu não beberás,
nem comerás,
até comigo a conta vires estar

Segundo parece deduzir-se dos artigos do libello, este Luiz de La Peña era um explorador do genero, um Cagliostro de ultima ordem, que vivia e folgava á custa da credulidade alheia, abusando das mulheres que o consultavam e extorquindo sommas avultadas a outros clientes. Tinha conjurações para ligar homens e mulheres, e para adivinhar: entre essas conjurações havia a do pão alvo atravessado por uma faca e um prégo, a da figura do homem ou de mulher com as palavras Tubalcam e Armudeus escriptas na testa e nos braços, que se mettia com o rosto para o fogo, invocando-se os espiritos infernaes e dizendo-se:

o peito e o coração lhe aquenteis
que não possam descançar,
nem outra coisa fazer
até que venha a fazer
tudo o que eu quizer

Os livros, que se encontraram a este homem, tinham as receitas das differentes sortes para adivinhar e para ligar ou desligar corações, do modo como se haviam de fazer as figuras para os maleficios, e as cartas de tocar que tinham orações cabalisticas, a de Santa Martha, e de S. Manços, a do Justo Juiz, cartas que se deviam metter debaixo das pedras de ara, mandando-se dizer missas, ou rezando-se um numero cabalistico de orações, porque o que havia de curioso n'esta feiticeria erudita, por assim dizermos, era que os seus processos eram exclusivamente catholicos, da mesma fórma que os processos dos magnetisadores e dos espiritistas de hoje são scientificos. O que faziam os feiticeiros para evocar as almas? Collocavam-se com um rolo de cera acceso, rezavam trinta e tres credos e trinta e tres Ave-Maria, e trinta e tres Padre Nossos, e diziam. «Deus é luz, luz é Deus, etc.[1]» Não havia uma palavra só em toda esta evocação que não fosse rigorosamente religiosa. — O que fazem hoje os espiritistas para evocar um espirito? Reunem-se emtorno de uma meza, e empregam os meios conhecidos da sciencia para produzir uma corrente magnetica: A feiticeria então, era como que o ultimo arcano da religião defezo aos profanos, da mesma forma que o espiritismo hoje toma o aspecto do ultimo grau da sciencia, a que só podem attingir alguns privilegiados.

Por isso estas superstições não podem considerar-se como exclusivamente populares. Dir-se-hia que os feitiços tiveram tambem a sua Renascença, e que as velhas formulas da magia pagã tinham vindo christianisar-se como se christianisavam os idolos, ou se paganisava o christianismo na Roma de Leão X. A adivinhação com a pedra de ara o que era senão a *arioloracia?*[1] E esse systema de ver em espelhos ou espadas ou em outras coisas luzentes, ou em agua, e a adivinhação pelas varas, o que é senão a *catropomancia*, a *axiomancia*, a *hydromancia*, e a *castrolomancia* dos Romanos, já prohibidas pela legislação imperial, e que apparecem renovadas no seculo XVI da era christã e condemnadas pelas constituições dos bispados? A crença, porém, na efficacia d'estas praticas estava maito arraigada até nos espiritos mais illustrados.

«E cumpre aqui advirtir, diz Herculano no artigo que temos citado, referin-

[1] Veja-se o curiosissimo processo que o sr. Z. Consiglieri Pedroso publicou nas suas excellentes *Contribuições para uma mythologia popular portugueza.* VI, *Superstições populares n'um processo da Inquisição* (Porto, 1881).

[2] *Arioli discutir, qui'circa aras idolorum nefarias preces emittunt* — Santo Izidoro *Etymol apud* Gonçalo Tello de Magalhães Collaço. *As feiticeiras e bruxas dos Romanos*, nota ao 3.º volume dos *Fastos de Ovidio*, trad. de Castilho, vol. 3.º, pag. 311.

Digitized by Google

do-se ás *Ordenações Manuelinas*, que, se, quando se reformou este codigo no principio do seculo XVII, se conservaram penas tão severas contra individuos que não passavam de meros charlatães, que por taes meios viviam á custa da credulidade publica ou que se enganavam a si proprios, imaginando ter imperio nos demonios, e trato com as potencias infernaes, é porque ainda então se cria que similhantes sonhos eram realidades, e fomos só nós acaso os que assim acreditámos? Não, a Europa inteira estava na mesma persuasão: n'essa época todos os governos e legisladores, e até homens da mais alta cathegoria litteraria admittiam a possibilidade dos maleficios, dos sortilegios, dos adivinhamentos, e tão duradoura foi essa crença que ainda no principio do seculo XVII, quando appareceu a *Magica anniquilada*, de Maffeu (livro, em nosso entender, muito áquem da sua reputação) se levantou uma grande discussão a similhante respeito, o que é claro signal de que para muitos homens instruidos, a magia não era uma coisa inteiramente vã[1]».

Era uma consequencia natural das crenças catholicas do tempo. Se acreditarmos que o demonio tem todo o empenho em desviar os homens do caminho da virtude, como havemos de deixar de acreditar que elle possa conseguir o seu fim, dando aos homens que tenta um poder sobre-natural durante a vida terrena? Mas esta necessidade do maravilhoso é tão profunda, tão intensa na alma humana, que hoje ainda em muitos espiritos e dos mais illustrados, e dos mais scepticos até, vivem, perseveram estas crenças, debaixo do nome de *agouros*, de *feitiços*, de *enguiços*, e chega a ser profundamente comico ver um homem, como alguns que conhecemos, que se ri da divindade de Jesus, que encara com o mais profundo desdem o Evangelho, e a religião que d'elle se deriva, e que é comtudo incapaz de se sentar a uma meza onde estejam mais doze pessoas, porque era treze o numero dos convivas na ceia do senhor! E o mau olhado que tantos homens illustradissimos receiam, o que é senão um vestigio dos antigos maleficios, de que os mesmos homens illustradissimos se riem quando os vêem descriptos no processo de Luiz de La Peña?[1]

Mostrámos que toda a especie de adivinhações e feitiços que encontramos mencionados na legislação episcopal e inquisitorial tem a sua origem nas velhas crenças romanas e que parece ter havido nas feiticerias como na lingua duas correntes diversas — a corrente popular e a corrente erudita, a corrente da idade-média e a corrente da Renascença.

As feiticeiras, as bruxas, os lobis-homens prendem-se tambem com a tradição romana, mas esses vieram de certo na corrente popular.

As feiticeiras eram mulheres velhas e feias, cujo aspecto repugnante inspirava ao povo a crença de que deviam pertencer a esse mundo infernal, que a idade-média representava como sendo o receptaculo de tudo quanto a imaginação póde conceber de mais hediondo e mais repugnante. No entender de Herculano a differença entre feiticeiras e bruxas consiste simplesmente nos graus do poder que umas e outras exerciam, sendo o das bruxas limitado ao dos vampiros de outros paizes, que chupam o sangue ás creanças, emquanto as feiticeiras gosam de toda a confiança de Satanaz. Dos lobis-homens logo nos occuparemos.

---

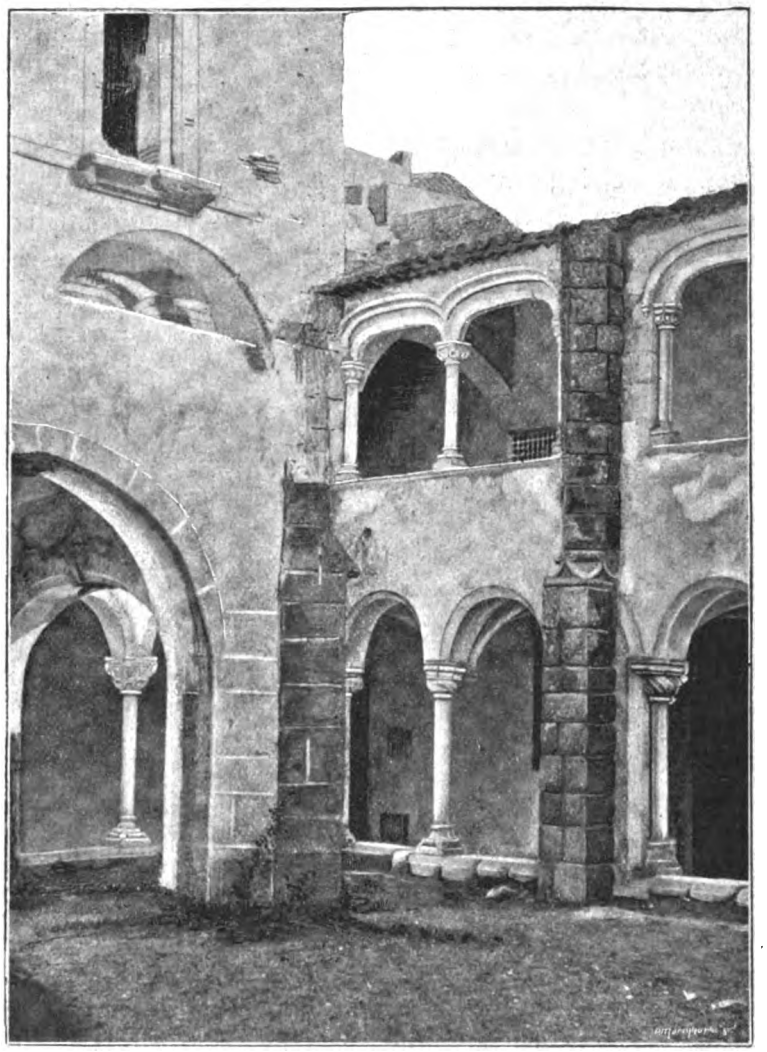
[1] A. Herculano, art. cit. no vol. 4.º do *Panorama*, pag. 162.

[1] V. no curioso e interessantissimo livro de Julio Cesar Machado, *Da loucura e das manias em Portugal*, que, debaixo da sua fórma humoristica, encerra uma grande copia de dados importantes para a historia das crenças populares, os capitulos *Enguiços*, *Agouros*, *Feitiços*, pag. 97, 117, 135, (Lisboa, 1872). Este livro teve segunda edição.

Digitized by Google

«A instituição de qualquer feiticeira ou bruxa, diz Herculano, é pela seguinte maneira. A adepta é levada alta noite pelas feiticeiras professas a um logar ermo, onde o diabo apparece transformado em bode negro. Começa a ceremonia, como é razão, pela matricula,. e a noviça escreve o termo de venda da sua alma com o proprio sangue: então o diabo lhe entrega um novello e um pandeirinho, que são os symbolos da nova dignidade que recebe, e pelo que fica habil para fazer os seus maleficios, e para se transformar no que quizer, quer sejam corpos animados, quer inanimados. Depois d'isto o demonio *bodificado* se assenta no seu throno cercado de candeiinhas, e por baixo d'este throno passa a noviça tres vezes, acabado o que, a nova feiticeira dá um beijo na proximidade da cauda ao transformado rei do inferno. Feita esta ceremonia, as circumstantes (que são todas as feiticeiras da provincia, chamadas alli para assistir áquelle auto) tocam os seus pandeirinhos, e com dansas mysteriosas levam a nova socia a casa, onde logo mostram os respectivos novellos de fiado, que são maiores ou menores, conforme a importancia ou estimação em que as tem o diabo.

«Estes novellos diabolicos, em que principalmente reside a força e o poderio das feiticeiras, são compostos de uma especie de linho fiado pela *mão do diabo*, e cuja materia prima é o pello do bode, em que o cão tinhoso costuma transformar-se. Tambem as bruxas teem por apanagio uma maçaroca preta; mas a demonologia popular não declara de que maneira, ou de que materia seja feita, bem como a dos lobis-homens que tambem possuem este adminiculo, do qual sabemos apenas uma circumstancia, que é o de ser de fio pardo.



PORTALEGRE — CLAUSTRO DO CONVENTO DE S. BERNARDO

«Quando alguma d'estas importantes personagens, que teem pacto ou fado, está para morrer, chama a pessoa que mais estima e a esta entrega o fatal novello. Se lh'o não acceitam, não póde expirar, ainda que esteja em agonias mortaes: mas apenas essa pessoa, ou alguma das circumstantes lh'o recebe, a

Digitized by Google

pobre creatura entrega logo descansadamente a sua alma a Satanaz. Parece que a posse de tal herança dá um direito na secretaria do estado infernal, para o herdeiro ser preferido no preenchimento do logar que ficou vago.

«Tem a feiticeira obrigação, cada vez que quer enfeitiçar alguem, de invocar primeiramente o diabo, e de lhe pedir licença para exercer seu officio, o que prova que não só na terra ha maus systemas de legislação.

«A formula usada em taes casos, segundo alguns gravissimos auctores, é *Tenato*, *ferrato*, *andato*, *passe por baixo*, o que se repete tres vezes. Accode o demo ao reclamo, e a professora de feitiços póde então ter a certeza de tirar a sua a limpo.

«Se, porém, se não trata de um feitiço de segunda ordem, mas sim de algum que deva produzir a morte do individuo enfeitiçado, é preciso mais trabalho, e pelas lei infernaes não é licito a qualquer feiticeira tomar sobre si só tamanha responsabilidade, d'onde se póde concluir qual seja a prudencia, gravidade e consciencia do diabo, que por certo não é tão feio como o pintam.

«Quando, pois, alguma d'estas boas creaturas quer dar cabo de qualquer individuo, toca o seu pandeirinho e chama duas das suas companheiras para d'ellas se ajudar n'aquella boa obra. Então as tres fazem uma figura da pessoa condemnada a morrer, e, compostos certos unguentos liquidos, vão com elles untando aquelle vulto, e, á proporção que o trabalho se vae adiantando, vae o enfeitiçado adoecendo, até que chega ás ultimas. N'este ponto a feiticeira mais velha tira o seu novello, põe-se a dobal-o, e, quando o doente deve morrer, uma das outras corta o fio com uma thesoira, e no mesmo instante expira o enfeitiçado. Depois invocam todas tres o demonio, que vem, e solda de novo o fio que ficou cortado»[1].

Promettemos falar dos lobis-homens, fal-o-hemos ainda que muito rapidamente. O lobis-homem não tem nem origem romana, como suppunha Castilho[2], nem origem germanica, como o sr. Theophilo Braga suppõe[3], e o sr. Consiglieri Pedroso nega[4], e nós já negamos tambem[5]. O lobis-homem deriva-se de certo de mais remotas origens. O lobis-homem não é como o feiticeiro um agente do mal, é um condemnado, é um infeliz, tem fado, tem fadario, e esse fado, essa punição do Destino não provem de sua culpa, nem de culpa dos seus, pelo menos ás vezes. É certo que o lobis-homem póde ser filho da ligação incestuosa entre padrinho e afilhada[6], e então é filho incestuoso, segundo o pensar da idade-média, mas essa fatalidade provém muitas vezes de ser o mais novo de sete filhos varões[7].

Podiamos descrever largamente os usos e costumes do lobis-homem, porque teriamos de mais a mais um excellente guia. O estudo consagrado pelo sr. Consiglieri Pedroso ao lobis-homem é um dos mais completos que se lhe devem. Não mencionaremos portanto a infinita variedade das lendas, não diremos como se relaciona o lobis-homem com o *loup-garou* ou com o *meneur de loups* da França, como se transforma em Portugal não só em lobo, mas principalmente em jumento, nem como se póde perder o fado, nem como se póde communicar. Diremos apenas que o lobis-homem pertence evidentemente á familia dos vam-

---

[1] A. Herculano, *Superstições populares*, art. publicado no *Panorama*, vol. 4.º (1840), pag. 162.

[2] Prologo da trad. dos *Fastos de Ovidio*, t. I.

[3] *Epopéas mosarabes*, pag. 67 e 68.

[4] *Tradições populares portuguezas*—VII—O *lobis-homem*.

[5] *Desenvolvimento da litteratura portugueza*.

[6] Tradição de Bragança, *apud*, Consiglieri Pedroso, *Tradições*, etc. *O lobis-homem*, pag. 5.

[7] Tradição do Porto, de S. Vicente de Cabo Verde, etc. *Ibid.*

Digitized by Google

piros, com a differença que entre nós as attribuições sangui-sedentas dos vampiros passaram mais directamente para as bruxas; mas vampiros e lobis-homens obedecem igualmente a uma lei fatal, uns e outros se conhecem pela pallidez do rosto, pelo aspecto triste e doentio. Uns e outros só perdem esse dom funesto pela acção do fogo. O vampiro é mil vezes mais terrivel; mas, segundo a lenda hungara, não póde perder as suas horrorosas tendencias, mesmo depois de morto, senão quando se lhe queima o coração com um ferro em braza.

Nota o sr. Consiglieri Pedroso no seu estudo eruditissimo, em que não só fez uma ampla colheita de todas as lendas portuguezas relativas ao assumpto, mas cotejou-as com as lendas estrangeiras, servindo-lhe muito para isso o conhecimento que tem de quasi todas as modernas linguas da Europa, nota pois que esta lenda do lobis-homem exerceu na edade-média tamanha influencia no espirito popular, que produziu até a terrivel doença da *lycanthropia*. Seria effeito ou seria causa? As lendas da transformação dos homens em animaes sinistros ou repugnantes são antiquissimas como sabemos. Na antiguidade quem comia umas certas hervas, quem se untava com certos unguentos transformava-se n'um animal. Na Thessalia, o paiz dos feiticeiros, corriam mais do que em nenhum outro essas lendas estranhas. É porque ahi seriam mais frequentes tambem, pelo estado habitual de exaltação dos espiritos, as doenças nervosas, cujos singulares effeitos explicam hoje tão facilmente á sciencia investigadora uma boa parte do maravilhoso da edade-média, as allucinações, os extasis, etc. N'esse periodo triste e convulso da edade-média, cortado de terrores, de fomes e de epidemias, as perturbações anarchisadoras do systema nervoso deviam repetir-se com frequencia, e a lycanthropia apparecer conjunctamente com muitas outras d'essas estranhas aberrações que resultam, como hoje sabemos, de qualquer desarranjo no complicado organismo dos nervos. Os estranhos effeitos da hydrophobia, as maneiras singulares dos animaes atacados por essa terrivel doença deviam tambem actuar desde os tempos mais remotos na imaginação do povo ignorante. A entrada do espirito maligno no corpo dos animaes, ou a existencia por baixo da pelle d'esses mesmos animaes de uma personalidade humana, condemnada a essa triste metamorphose, eram as explicações que occorriam á phantasia popular.

Poderiamos pois largamente falar da lycanthropia, dos vampiros; podiamos lembrar a velha lenda grega das tres Parcas reapparecendo na crendice das feiticeiras a produzirem, por meio do fio, que a tesoura corta, o passamento do enfeitiçado: mas o que dissemos basta para que se fique sabendo que as crenças populares portuguezas são uma das malhas da vasta rêde supersticiosa, que se estende sobre o povo ignorante na Europa inteira

A crença na feiticeria, e os castigos terriveis, com que a legislação punia as bruxas e as feiticeiras, existiam em todos os paizes da Europa. O conde Résie suppõe que remonta ás superstições egypcias a crença popular, commum a todas as nações, de que Satanaz reveste a forma de um bode, quando preside ás assembléas das feiticeiras, suas subditas. Se procurarmos na legislação ingleza e allemã, apezar de protestantes, os artigos relativos á feiticeria, encontramos uma intolerancia e uma cegueira egual á da inquisição catholica. O protestantismo foi incontestavelmente um movimento de emancipação do espirito humano, mas quanto embaraçado ainda nos laços das velhas superstições!

Estas relações, que se encontram nas

Digitized by Google

crenças populares de quasi todos os povos, encontram-se tambem nos contos populares, ainda nos mais insignificantes e pueris. No eruditissimo prologo com que o sr. F. Adolpho Coelho antecedeu a sua optima collecção de *contos populares portuguezes*, discute-se a traços largos a questão de saber se se transmittiram esses contos de povo a povo, ou se brotaram naturalmente do espirito popular nas differentes partes do mundo, espirito dotado das mesmas faculdades, actuado pelas mesmas influencias [1].

Quando porém se encontra uma tão perfeita concordancia em contos insignificantes, como acontece com o conto da Carochinha, que vamos achar por exemplo no fundo da Sicilia[2], exactamente com a mesma fórma que tem em Portugal, é impossivel desconhecermos que esse conto narrado pelas avós ás netas vem das mais remotas origens da nossa raça. Para toda a parte para onde nos voltemos, encontramos o fio ininterrupto de uma tradição artistica na humanidade. A lenda do *chapim d'el-rei*, que Garrett tão elegantemente dramatisou, encontra-se tambem em Pomigliano[3], o caso do *pot ao lait* de Perrette está em Gil Vicente, e está antes de Gil Vicente no *Pantcha Tantra* da India. Contos, superstições, lendas, formam uma longa cadeia que se vae prender nos mais remotos dias da humanidade. Grimm collecionara os contos populares allemães, como Garrett colleccionou os romances populares Portuguezes, movidos uns e outros pelo desejo de trazer á luz do dia uma litteratura riquissima e esquecida; hoje estão-se colleccionando esses contos principalmente por um interesse ethnographico, e trabalha-se n'isso com ardor.

Entre nós principalmente, ou quasi unicamente, os srs. Adolpho Coelho e Consiglieri Pedroso é que se teem dado a esse estudo, e fizeram já ampla colheita. Os *Contos populares portuguezes*, formam, com o *Romanceiro* de Garrett, e os romanceiros e cancioneiros do sr. Theophilo Braga, que trouxe principalmente uma ampla messe de romances populares açorianos, e os do sr. Estacio da Veiga, que colleccionou os romances algarvios, e os do sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, que está colleccionando os da ilha da Madeira; os *Contos populares*, pois, do sr. Adolpho Coelho completam com as *Tradicções populares portuguezas* e as *Contribuições para uma mythologia popular portugueza* do sr. Consiglieri Pedroso, uma collecção já bastante importante para o estudo das creações artisticas do nosso povo, estudo que sae completamente fóra do nosso quadro, mas cujos principaes lineamentos deixamos apontados. No estrangeiro o gosto por esses estudos desenvolveu-se de um modo extraordinario. Na Allemanha, na Italia, na Russia, collecionam-se com ardor todas as producções da phantasia popular [1], cotejam-se umas com as outras, e com os contos arabes, e com os contos narrados pelos viajantes que percorrem a Africa, e d'esse confronto resulta com espanto que houve sempre, e entre as raças mais divergentes e nos paizes mais affastados, uma corrente que fez passar de uns para outros o mesmo conto, a mesma puerilidade, estabelecendo assim nas regiões da phantasia essa vasta solidariedade humana que já está estabelecida na esphera da moral; os dif-

[1] *Contos populares portuguezes*, colligidos por F. Adolpho Coelho. Prologo, pag. X (Lisboa, 1879.),

[2] V. Marc Monnier *Les contes de Pomigliano et l'origine des mythes populaires*, artigo publicado a proposito dos *Conte Pomiglianese*, de Vittorio Imbriam na *Revista dos dois mundos* de 1877, vol. 6.º pag. 133.

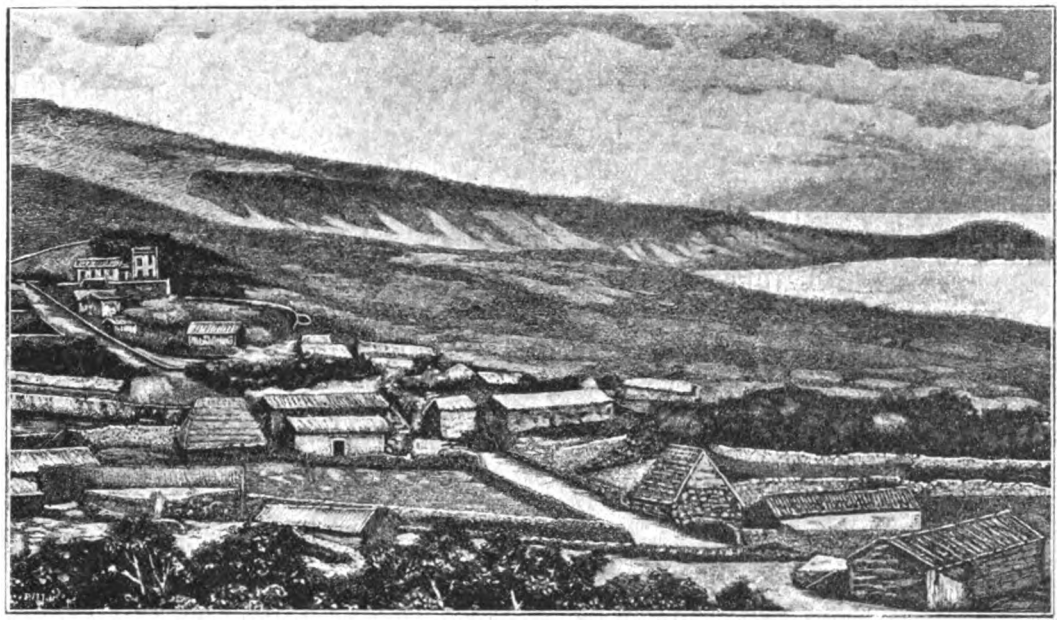
[3] E' a historia do rei Frederico II e de Pedro das Vinhas.

[1] Vejam-se para avaliar a importancia que tem assumido lá fóra esses estudos, os folhetos publicados pelo sr. Consiglieri Pedroso com o titulo *Ensaios criticos* (Porto, 1881) e o já citado artigo de Marc-Monnier, etc.

Digitized by Google

ferentes ramos de tradição assim se vão relacionando até chegarem a um tronco primitivo e commum d'onde tudo se deriva.

Antes de terminarmos, porém, definitivamente este capitulo consagrado ao estudo das crenças populares, diremos ainda muito rapidamente duas palavras ácerca de um outro elemento da tradição popular Portugueza, elemento risonho e suavissimo.



ILHA DO FAYAL— VISTA DA BAHIA DO VARADOURO E FREGUEZIA DO CAPELLO

Effectivamente nem só superstições de bruxas e de feiticeiras povoam a imaginação do nosso povo; outras, mais lindas e mais proprias para illuminarem com a sua doce luz os cantos da poesia, ornam tambem as tradições populares; taes são as *Moiras encantadas* e as *fadas*, e outras gentis ficções, enlevo de poetas enamorados d'estas bellezas ingenuas, d'estas formosas filhas da imaginação do povo.

As moiras encantadas, e em geral todos os encantamentos teem relação intima com a noite de S. João, noite de que o povo, n'uma deliciosa mythologia, faz uma noite de redempção para as aerias e vaporosas victimas de carrancudos nigromantes.

«É crença popular entre nós, diz Garrett, que na noite de S. João todos os encantamentos se quebram, as moiras encantadas, que ordinariamente andam em figura de cobras, tomam n'essa noite sua bella e natural presença, e vão pôr-se ao pé das fontes ou á borda dos regatos a pentear os seus *cabellos de oiro*. Os thesouros sumidos no fundo dos poços veem á tona d'agua, e mil outras maravilhas succedem em tão milagrosa noite[1].»

E continua mais abaixo:

«Ainda hoje é superstição commum nas aldeias o quebrarem as cascas dos ovos depois de comidos, por temer, dizem e crêem, que d'ellas se não sirvam as bruxas para ir á India ou a outras partes longes, onde costumam d'ir embarcadas em taes navios, chupar sangue de meninos por baptisar, ou fazer alguma outra maldade do seu officio. Todavia é mister que se recolham cêdo, e an-

[1] *D. Branca*. Nota *A* ao *Canto terceiro*, p. 252, (vol. XIII, das obras completas) Lisboa 1850.

Digitized by Google

tes do cantar do gallo-preto, que são os mais certeiros c'o a meia-noite — porque a essa hora acaba-se-lhes o encanto e o poder: assim muitas teem morrido por esses mares de Christo[1].»

O sr. Consiglieri Pedroso, no folheto consagrado ás moiras encantadas, entende muito bem que «as moiras encantadas eram divindades ou genios femininos das aguas, analogas ás *nixen* germanicas, ás *lake-ladies* inglezas, ás *rusalki* russas, ás *vilas* servias, ás *elfen* scandinavas, ás *naiadas* gregas. Eram tambem, além d'isso, os genios que guardavam os thesouros escondidos no seio da terra, crença que é commum a todos os povos, que conservam vestigios d'esta entidade mystica, que parece ser indo-europea, ou pelo menos europea, por isso que se encontra, quasi sem excepção, em todos os grupos aricos da Europa. Apenas da mythologia Portugueza desappareceu a feição malefica que estas entidades por vezes revestem em outras mythologias, por exemplo na russa, a não ser que queiramos ver um derradeiro reflexo d'esta concepção n'algumas superstições ainda hoje em vigor no nosso paiz, e que se executam junto ás fontes. Que novas descobertas venham confirmar ou infirmar esta hypothese, é certo que de todas as creações do nosso maravilhoso popular, esta é incontestavelmente umas das mais poeticas e talvez a que melhor reproduz a crença geral europea, como teremos occasião de ver pelas approximações e comparações que n'este trabalho apresentamos[2].»

Poderiamos ainda falar das mulheres de virtude, e para isso encontrariamos elementos curiosos no artigo de Julio Cesar Machado publicado no interessantissimo livro, que já aqui citámos, mas as mulheres de virtude não teem caracteristicos especiaes, são, por assim dizer, *anti-feiticeiras*, estão iniciadas nos mysterios das esconjuras, e empregam o seu saber em desfazer o mal que as outras fizeram, mas pelo mesmo systema, empregando os mesmos versos cabalisticos:

Deus te fez,
Deus te creou,
Deus te desolhe
De quem mal te olhou.
Se é torto ou excommungado,
Deus te desolhe do seu mau olhado.

as mesmas rezas estranhas:

«Sant'Anna teve a virgem, a Virgem teve Jesus; assim como isto é verdade, Deus te desolhe do teu mau olhado[1].

Esta secção das moiras encantadas é a parte risonha, luminosa, da nossa mythologia, toda essa parte que, para assim dizermos, gira emtorno da noite de S. João, e se perfuma com a fragrancia das suas flores desabrochadas, a que dão viço os bentos orvalhos, que se illumina com o placido luar d'esta noite bemquista de namorados e de menestreis populares, é essa a mythologia tão nossa, tão meridional, que Garrett derramou a plenas mãos nas paginas encantadoras da sua *D. Branca*, e que apregoava ao mesmo tempo como a que devia ornar os poemas, que verdadeiramente se presassem de nacionaes: Vivam as fadas, dizia o grande poeta.

Vivam as fadas, seus incantos vivam
Nossas lindas ficções, nossa engenhosa
Mythologia nacional e propria
Tome emfim o logar que lhe usurparam
Na lusitana, antiga poesia
De suas vivas feições, de sua ingenua
Natural formosura despojada
Por gregos deuses, por espectros druidicos,
E com postiças, imprestadas galas
Arreada sem primor, rica de arte [2]

[1] Garrett, *D. Branca*. Nota *B* ao *Canto terceiro* p. 252.

[2] *Tradições populares Portuguezas*, IX, ou *Mouras encatadas*, pag. 3 (Porto, 1881).

[1] Julio Cesar Machado, *Da loucura e das manias em Portugal*, pag. 237.

[2] *Garrett*, *D. Branca*, Conto terceiro, § VII, pag. 61.

Digitized by Google

CAPITULO LII

Jogos e divertimentos portuguezes na Idade Média

A primeira edição d'este livro cingimo-nos demasiadamente n'este capitulo ao texto de Ferdinand Denis, que afinal de contas não fez senão applicar ao nosso paiz os estudos já feitos sobre os divertimentos dos Hespanhoes. Que em Portugal houvesse effectivamente na edade-média o jogo do tablado, jogo de força e de destreza em que, arrojando-se um dardo, se faziam cair umas poucas de tavolas collocadas a grande altura, que o jogo das *canas* de origem arabe se implantasse em Portugal, que o premio dos vencedores d'esses jogos de destreza fosse a manga bordada, a que tanto se referem as chronicas hespanholas da edade-média, tudo isto é de um interesse secundario para a historia especial de Portugal.

Houve aqui os torneios como nos outros paizes da Europa, e até os cavalleiros Portuguezes eram no seculo XIV considerados por esse mundo, como grandemente peritos n'esse divertimento bellicoso. Eram egualmente muito apreciados em Portugal todos os jogos em que se podia mostrar a destreza dos cavalleiros, taes como o jogo das *canas*, da *argolinha*, do *pareo*, de que adiante falaremos, que foi causa da morte do principe D. Affonso; mais do que as *mangas bordadas* eram as *charpas bordadas* os premios, que as damas portuguezas conferiam aos cavalleiros que, em sua honra, ganhavam a victoria n'esses jogos. Das touradas é que não encontramos vestigios em Portugal, pelo menos na classe elevada, durante a edade-média. Era um divertimento moirisco, que só principiou a estar em voga depois de acabar o costume dos torneios e quando se principiou a achar um pouco sem sabor o jogo da argolinha.

As festas dos Paços e residencias da fidalguia assemelhavam-se aos divertimentos congeneres dos outros paizes da Europa.

Já notámos que uma das festas, celebradas no tempo de D. Affonso V, se parecia exactamente com outra realisada em França, no tempo de Carlos VI.

Quereis penetrar n'um dos saraus da côrte de Portugal, antes que nos costumes nacionaes se tivesse introduzido a modificação vinda de fóra? Sigâmos Alexandre Herculano, que n'um dos capitulos do seu *Monge de Cister* nos dá ingresso nos salões, onde, ao lado da figura viril de D. João I, se desenha o perfil doce e modesto de D. Philippa de Lencastre.

«O sarau antigo, diz A. Herculano, continha em si essas duas especies de espectaculo (o do theatro e o do carnaval). Então o segundo era mais variado, grandioso, posto que o primeiro fosse desengenhoso e barbaro. Os mômos, todavia, continham o embryão do moderno drama; eram quasi o carro de Thespis. De ordinario consistiam em allegorias, que, proxima ou remotamente, se ligavam com successos recentes ou notaveis. As visualidades constituiam a parte essencial d'essas scenas informes, onde apenas algum monologo extemporaneo se misturava com os gestos e visagens d'uma pantomima extravagante e exagerada, a qual fizera attribuir aos actores de similhantes representações o

Digitized by Google

epitheto de *tregeiteadores*. As bufonerias dos chocarreiros, que ahi figuravam, eram as delicias dos principes e senhores, e os dicterios e allusões, muitas ve-

CAPITEIS DA SÉ DE LISBOA

zes grosseiros, offensivos e indecentes, parece que não se estranhavam nem sequer em presença das damas, e corriam como boa moeda. Assim, o truão bobo ou bufão era uma casta de animal indispensavel nos alcaceres régios e senhoriaes; um contra-veneno do tedio, prompto sempre para encher o vacuo das horas de enfadamento; e é por isso que nos documentos, nas leis e nas chronicas dos diversos reinos das Hespanhas, se encontram não raras memorias d'esses domesticos representadores dos *mômos, arremedilhos e escarneos*.

«Acima do bobo, ou maninello, mas confundido ás vezes com elle, estava o jogral. O jogral era conjuntamente instrumentista, bailarino, cantor e até improvisador. Em velhos manuscriptos de trovas e cantigas, muitas das quaes eram composição d'illustres cavalleiros, de ricos homens e até de monarchas encontram-se ainda signaes que indicavam o tonilho que devia acompanhar os rhythmos dos trovadores repetidos pelo jogral. Dos instrumentos, de que usavam esses cantores professos, ora serios, ora jocosos, restam-nos ainda desenhadas as formas, mais ou menos confusamente, nas illuminuras contemporaneas. Alli se vêem os adufes pouco djfferentes dos modernos, e as castanhetas, cuja forma de pequenos parallelo-grammos as distingue das de hoje usadas. O som d'estes instrumentos semi-barbaros, segundo o que se pode colligir d'aquellas illuminuras, marcava o compasso ás danças dos jograes, e das pellas ou jogralesas de que tambem ha memoria. Outros, como o laúde e guitarra, a harpa, a ayabeba, a rebeca, o anafil, as charamellas, o orgão, compunham as orchestras, aproximando-se mais ou menos, no feitio, das que ainda subsistem, contribuindo com as suas vozes melodiosas ou estrugidoras para os desenfados e folgares dos festins e saraus[1]».

Desçâmos agora dos paços reaes, e depois de termos visto o sarau do mo-

[1] A Herculano, *Monge de Cister ou a epocha de D. João I*, vol. 2.º (3.º do *Monasticon*) p. 255 Lisboa, 1859.

Digitized by Google

ENTREVISTA DE D. AFFONSO V COM LUIZ XI DE FRANÇA

Digitized by Google

narcha, vejâmos as procissões, que ainda hoje são, mas que então eram principalmente o grande espectaculo, a grande diversão da plebe. As procissões, que todas, para assim dizermos, se consubstanciam no typo magnifico offerecido pela procissão do Corpo de Deus, são por tal fórma caracteristicas da indole dos Portuguezes na edade-média, por tal modo formam a parte principal dos seus divertimentos, que não resistimos ao desejo de apresentarmos aos leitores mais uma das bellas paginas de Alexandre Herculano.

Vejâmos, pois, como elle nos desenrola com arte, no seu *Monge de Cister*, o brilhante panorama d'essa solemnidade meio-pagã, que se chamava na edade-média a procissão de *Corpus Christi:*

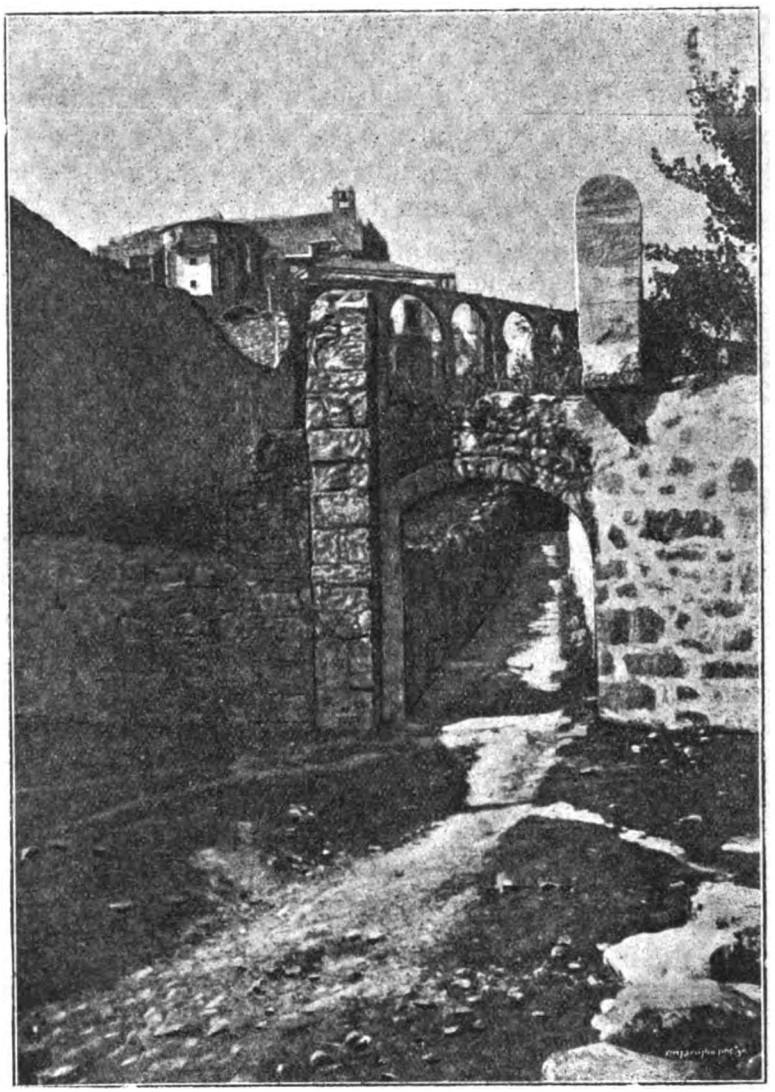
«A primeira scena do espectaculo, que enlevava as attenções de tantos milhares de olhos, representavam-n'a os almuinheiros ou hortelões de Valverde, d'Alvalade, e d'outros sitios ao redor de Lisboa. Doze d'elles conduziam sobre os hombros uma arrasoada machina de páus e bragaes pintados, que representava uma almuinha com os seus alfobres, canteiros, noras, canaviaes e hortaliça. Apoz elles, com insignias figurativas dos diversos misteres que exercitavam, os vendilhões de pregão, os ganha-pães e albardeiros, e depois os almocreves e atafoneiros, occupavam um comprido trato da procissão. Seguiam-se os carniceiros, em numero de vinte e dois, rodeando dois graves mascaras, que reprentavam um imperador e um rei, cujos ademanes de gravidade e altiveza ridicula e acanhada revelavam bem que eram rei e imperador d'um dia. Igual numero de tecelões se mettiam de permeio entre aquelles simulacros de realeza, e os pelliteiros, cuja insignia era um gato montez chamado o *gato paúl*. Em seguida dois diabos faziam momices e tregeitos no meio de vinte oleiros, fabricantes de telha, vidreiros, cujo logar no prestito aquelle era. Os merceeiros, vendedores de especies e boticarios, conduziam, logo atraz dos vidreiros, um descommunal gigante, que contrastava com um pequeno anjo que parecia dirigil-o. Aquella especie de Goliath excedia em altura quatro torres de madeira, duas das quaes pertenciam aos correeiros, e duas aos cortadores. A immediata representação, ordenada pelos sapateiros, mostrava mais arte, e despertava, talvez, mais que todas as outras, a attenção dos espectadores. Vinha a ser o dragão infernal, sarapintado de vivas côres, que vigiava dois diabos, os quaes procuravam induzir dois frades noviços a voltarem aos deleites do mundo, ao que elles mostravam resistir heroicamente, posto que, como de reserva aos dois infernaes prégadores, os trovadores acompanhassem dois diabos espertos, promptos a soccorrer os seus discretos collegas. Se, porém, como auctores dramaticos, os sapateiros levavam immensa vantagem aos mesteiraes dos officios immediatos no prestito, nem por isso vinte e quatro alfaiates deixavam de pavonear-se apoz elles ao redor da serpe tentadora da nossa mãe Eva, a que fazia sombra uma torre, solidissima na apparencia. Mas, se, pela excellente pintura da sua charola, os alfaiates tinham justos motivos de orgulho, mais justa era a vaidade, com que os carpinteiros da Ribeira e os calafates, em numero de trinta e oito, arrastavam uma nau e uma galé, armadas e empavesadas de muitas côres, cujos mastros quasi que topavam com os balcões e frestas da padaria, e passavam a custo pela Porta de Ferro.

«Os pulverulentos pergaminhos conservaram-nos a memoria da *representação da dama*, em que figuravam tambem dois diabos, e que estava a cargo dos reposteiros. Em que consistia esta *representação* ignorâmol-o hoje, mas, se a

Digitized by Google

avaliarmos pelo que sabemos da antiga procissão de *Corpus* em diversas partes do reino, podemos conjecturar que não seria demasiadamente edificativa.

«De todos os outros mistéres, cujos membros, em maior ou menor numero, ajudavam a tecer aquella enfiada de scenas ridiculas ou grutescas, distinguiam-se pela singularidade das invenções que ostentavam, primeiramente, os pedreiros e os carpinteiros, pelo seu *engenho* ou machina de guerra, servida por dois feios demonios, e os armeiros pelo seu *saggitario*, symbolo do soldado peão, e, no meio d'estas duas corporações, os tanoeiros por uma torre grandemente historiada e similhante á dos correeiros e cortadores. Os moedeiros, correctores, tabelliães, e mercadores, como mistéres mais nobres, fechavam aquelle extenso sequito. Danças d'espadas, danças moiriscas, danças das pellas ou mulheres sustentadas sobre os hombros d'outras, bailando e volteando conjunctamente; tudo emfim quanto se possa imaginar de caricatura, de burlesco, de doidejante servia de moldura a este quadro singular, em cujo tope figuravam alguns magistrados municipaes, e sobre o qual fluctuam dezenas de pendões, bandeiras e guiões variegados. Como contraste a estas visualidades heteróclitas, a esta especie de sonho, de pesadello, seguiam-se as communidades monasticas, mancha escura no dorso d'aquella immensa cobra, que se estirava pelas ruas de Lisboa; frades negros, frades brancos e pretos, frades crises e pardos, frades de todas as côres tristes, e agostinhos, bentos, bernardos, dominicos, franciscanos, beguinos. Depois um sem numero de



CONVENTO DA VILLA DO CONDE (VISTO DA FONTE DE S. JOÃO)

cavalleiros de Christo, do Hospital, de Aviz, de Santiago, precedidos dos respectivos mestres e commendadores, e seguidos dos freires, leigos e serventes d'armas. Depois os magistrados da côrte, os officiaes da corôa, e o proprio monarcha rodeavam a hostia triumphante nas mãos do bispo de Lisboa, e sustentavam as varas de riquissimo pallio. O

Digitized by Google

esplendor dos trajos cortezãos, as tellas custosas das vestes sacerdotaes, os renques de tochas accesas que faziam scintillar as lhamas e brocados, os arrazes, que, forrando as paredes das ruas, serviam de decoração á scena, os tangeres e folias, que se entresachavam com os diversos grupos, o sussuro do povo, similhante ao rugido longiquo do mar, o perfume do incenso que se espalhava em rolos de fumo transparente, a fragrancia das murtas e rosmaninhos de que o chão estava juncado, produziam um composto de sensações capazes ainda hoje de excitar o enthusiasmo frenetico das multidões, quanto mais n'uma época em que as crenças, tão ardentes como grosseiras e sinceras, santificavam as scenas mais burlescas e até mais indecentes, associando-as ao culto, e fazendo d'ellas, como diria Sterne, parte instrumental da religião»[1].

Eis o que era a procissão do Corpo de Deus nos fins do seculo XIV. Temos um documento curioso, que nos mostra o que ella era nos fins do seculo XV. Esse documento acompanha uma carta que el-rei D. João II enviou á cidade d'Evora para que alli se festejasse com toda a solemnidade o dia anniversario da batalha de Toro, que D. João II considerava (pela sua parte com justiça) uma victoria. Esse documento intitula-se assim:

«Regimento que mandou o dito rei D. João II com a carta e relação acima dos que hão de servir nas quatro procissões do Corpo de Deus, em cada um anno; a saber dia de quinta-feira do Corpo de Deus, e logo no dia do Milagre da Cêra a que vae o dito Corpo de Deus, e vespera de Santa Maria de agosto pelo vencimento da batalha real, e o dia em que el-rei D. João, nosso senhor, venceu a batalha de entre Toro e Samora[1]».

Ahi se ordena que vão os carniceiros com um toiro por cordas, e elles a acompanharem-n'o por alto e com a sua bandeira, tangendo seu atabaque, e os hortelões com a horta, e as *mancebas* de partido, e as parteiras n'uma dança com os seus pandeiros, e depois duas pellas de pescadeiras, e uma de padeiras, e tres de fruteiras, regateiras e vendedeiras, e os almocreves e carreteiros e estalajadeiros com os seus castellos e pendões, e os sapateiros com o seu imperador e os seus dois reis, e os alfaiates com a serpe, e os bésteiros do conto, e os espingardeiros d'el-rei e os homens d'armas levando S. Jorge com o pagem e a donzella, para matar o dragão, e os barbeiros, ferreiros, armeiros, cutileiros, ferradores, celleiros, bainheiros, esteireiros, latoeiros, fusteiros e serralheiros. Deviam ir tambem os tecelões e penteadores de lã e bordadores levando S. Bartholomeu com o diabo preso por uma cadeia.

E os correeiros, drogueiros, e serigueiros levariam S. Sebastião.

Os latoeiros seriam encarregados de levar S, Miguel e o demonio.

Os oleiros e os telheiros e os tijoleiros iriam com Santa Clara e as suas duas companheiras.

Os ourives e picheleiros com S. João.

«Os tosadores e cerieiros (transcrevemos as proprias palavras do regimento) porão bombinha a praça, e levarão sua bandeira e atabaque, e levarão suas tochas com seus castellos d'estanho accesos».

Os mesmos castellos d'estanho levavam-n'os os trapeiros (que são os mercadores de panno de linho, diz o regi-

[1] A. Herculano, *Monge de Cister*, vol. 2.º, cap. XVII, pag. 81 (Lisboa. 1839).

[1] Publicado por A. P. de Mendonça como appendice do seu artigo *A Batalha do Toro*, que sahiu nos *Annaes das sciencias e lettras da Academia*, vol. I, pag. 729.

Digitized by Google

A TOMADA DE ARZILLA

Digitized by Google

mento) e os merceeiros, e além d'isso levavam mais dois cavallinhos brancos.

Os que acompanhavam simplesmente com tochas eram os mercadores de panno de côr, e os escrivães das armas, e os tabelliães judiciaes, e os procuradores do numero e inquisitores, e o escrivão dos orphãos e almotaçaria, e o escrivão das armas, e o dos contos, o do almoxarifado, o das cisas, o do juizo das cisas, o das cisas dos pannos, o dos portos e vinhos, e além d'isso dois juizes do anno anterior, e tambem dois vereadores do anno anterior.

Entre os mestéres deviam fluctuar a bandeira da cidade, a bandeira d'el-rei, e a dos apostolos.

Seguiam-se a isto os apostolos, os evangelistas e os anjos, e depois a procissão propriamente dita, quer dizer a fradaria, etc.

Já se vê pois que a procissão do Corpo de Deus, em vez de ir diminuindo em esplendor com o progresso dos tempos, augmentára pelo contrario em lustre e bisarria.

Seria deficientissimo o quadro dos divertimentos dos Portuguezes na edade-média, se não falassemos tambem nos jogos, em que se enlevavam com toda a desregrada brutalidade d'essa época. Para nos pôr ao facto d'essa especie curiosa, temos felizmente uma erudita nota de Arnaldo Gama, que diz assim:

«El-rei D. Affonso IV, foi o primeiro que prohibiu as casas de jogo ou tavolagem, a que tambem se deu o nome de garito, do qual veiu o de gariteiros aos proprietarios d'ellas. El-rei não só puniu as tavolagens que estavam publicas, mas tambem as que eram secretas.

«Antes d'elle as tavolagens eram publicamente toleradas, e os donos d'ellas pagavam por isso grossas sommas a el-rei ou aos senhorios das terras onde ellas estavam estabelecidas. Parece mesmo que o ter tavolagem era um direito senhorial, cujo uso se arrendava por um tanto. N'ellas o jogo mais vulgar era o dos dados. Affonso IV prohibiu-as castigando os jogadores tavoleiros (os que davam tavolagem e os que jogavam n'ella) com a perda do dinheiro que jogavam; e demais, se fossem pessoas abastadas, pagariam cinco libras de cada vez que ahi fossem achadas, e, se as não quizessem pagar, estivessem na cadeia até o fazerem; e se fossem homens vis, que nada tivessem de seu, pagassem por cada vez vinte soldos, não pagando, os quaes estivessem dez dias na cadeia, e, ao fim d'elles, se ainda não pagassem a multa, levariam dez açoites publicamente no concelho [1].»

A legislação de D. Fernando, a respeito de jogo, é muito curiosa: Quem fosse apanhado a jogar dinheiros sêccos aos dados (e logo diremos o que eram dinheiros sêccos) estava quinze dias na cadeia e perdia as roupas que levasse vestidas, que ficavam para quem o prendia, e que elle não podia resgatar por dinheiro nenhum. Quem estivesse a ver jogar passava uma noite na cadeia, e perdia a roupa tambem, mas ao menos podia resgatal-a.

D. João I fez uma lei, em que ordenava que fosse preso e perdesse a roupa quem fosse apanhado a jogar a «dados, em publico, nem em escondido gallinhas, nem frangãos, nem patos, nem leitões, nem carneiros, nem cabritos, nem ovelhas, nem perdizes, nem outras carnes algumas, outrosim nem lampreias, nem saveis, nem congros, nem outros pescados, nem outrosim trigo, nem cevada, nem milho, nem centeio, nem avelãs, nem arfeloa a descontar; nem outro sim não joguem preços por penhores a vinhos, nem agua, nem vinagre, nem sal, nem outra cousa alguma; salvo se fôr

[1] Arnaldo Gama, *Ultima dona de S. Nicolau*, n. XX, pag. 44.

Digitized by Google

vinho para beber logo e pagar, que não passe quantia de vinte soldos».

Ora aqui está o que se chamavam dinheiros molhados, era o dinheiro com que o que perdia pagava a despeza feita com o vinho bebido por ambos. Dinheiros sêccos eram por conseguinte os que não tinham só este pacato destino.

As *Ordenações Affonsinas* cítam além dos jogos de dados em geral muitos jogos que prohibiam tambem, como eram a *torrelha*, *dadas fémeas*, *vacca* e *jaldete*, que se não sabe o que eram, o *curre-curre*, especie de jogo de *pares ou nones*, o *bulir* especie de jogo da bola, e a *porca*, especie de malhão, que se jogava com um pau, em vez de se jogar com uma bola, e que Arnaldo Gama diz que no seu tempo ainda se usava n'alguns pontos do Minho.

Demorámo-nos um instante mais n'este alegre quadro dos divertimentos da edade-média, como quem se suspende na praia florida antes de se arrojar ao mar tempestuoso, como quem se entretem com o idyllio antes de entrar no campo da tragedia, e uma tragedia das mais altas se vae desenrolar diante de nós, porque vamos entrar no reinado, ora sombrio, ora luminoso, mas sempre tragico ou grande, do inflexivel D. João II, do *Principe Perfeito*.

FIM DO SEGUNDO VOLUME

Digitized by Google

Digitized by Google

EXPLICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

DAS

Gravuras comprehendidas no presente volume

Pag. 5 — S. Pedro de Rates

Remonta á mais alta antiguidade este monumento da arte christã em Portugal. Segundo antiga tradição, o primitivo edificio, sobre as ruinas do qual se levantou mais tarde o que a nossa gravura representa, foi fundado por S. Pedro de Rates em 716 e n'este mesmo anno destruido pelos Sarracenos. Reconstruido em 1100 pela mulher do conde D. Henrique, para n'elle estabelecer os Monges da Caridade, foi mais tarde, 1152, augmentado, reedificada a egreja, e construido o tumulo de S Pedro de Rates. Esta rainha, bem como seu marido, doaram o mosteiro e deram-lhe grandes privilegios. Em 1315 sabe-se que ainda era mosteiro de conegos regrantes, perdendo-se a noticia d'elle até á data de 1566, em que se sabe que passou á commenda de Christo. No adro da egreja de Rates vêem-se ainda muitas sepulturas bastante antigas. O corpo de S. Pedro de Rates é que já lá não existe, porque foi trasladado em 1552, com a maior pompa, para a Sé de Braga, por ordem do arcebispo D. Frei Balthazar Limpo.

Pag. 8 — Castello de Torres Novas

Aquelles velhos pannos de muralhas que o leitor vê foram testemunhas de grandes e notaveis acontecimentos, que n'este pequeno espaço de uma nota nem sequer rememorar podemos. A data da fundação d'ellas é ignorada, ou pelo menos attribue-se-lhe uma tal origem que chega a perder-se nas brumas do tempo, constando até: que fôram os Gregos quem fundaram a primitiva fortaleza, a que deram o nome de *Neupergama* (Torre nova); que esta fortaleza se conservára por mais de 550 annos em poder dos varios povos que foram habitando successivamente a Lusitania, até que foi arrazada e incendiada no anno de 209 A. C. pelos Romanos; que, reedificada pelos Carthaginezes, estes lhe deram o nome de *Kais pergama* (Torre queimada), denominação que conservou até ao anno 64 A. C., em que os Romanos, já senhores de toda a Lusitania, a reconstruiram e ampliaram, dando-lhe o nome de *Nova Augusta*. Passaram os tempos, foram-se successivamente assenhoreando d'aquella Torre os Godos, os Vandalos, os Suevos e os Alanos, que lhe restituiram o seu antigo nome, alterando-o um tudo nada, chamando-lhe Torres Novas, por serem bastantes as torres que, de onde a onde, interrompiam a linha das muralhas. Os Arabes, quando, em 716 da nossa era, invadiram a Lusitania conservaram esta fortaleza, mantendo-se senhores d'ella até 1148, em que foi tomada por D. Affonso Henriques. Conquistada de assalto em 1185 pelo Miramolim de Marrocos, Joseph-Aben-Jacob, foi por elle mandada arrasar; retomada por D. Affonso Henriques, foi por este mandada reconstruir; mas logo em 1191 o irmão do Miramolim fallecido a tomou de novo e a mandou novamente destruir. Foi D. Affonso II, o filho de D. Sancho, quem definitivamente a reconquistou para os Portuguezes, reconstruindo-a mais uma vez. D'ahi para cá, não nos consta que este castello figurasse de novo na historia do nosso paiz. Mas os feitos que á sua sombra se practicaram dão-lhe jus a figurar na nossa galeria.

Pag. 9 — Os habitantes dos arredores de Lisboa accolhendo se á capital

Representa-se aqui uma das scenas mais pittorescas d'aquelle movimentado periodo da Historia portugueza, e acha-se descripto este interessante episodio, que o nosso collaborador artistico tão intelligentemente soube interpretar, a pag. 540 do 1.º volume da nossa edição

Pag. 13 — Sé de Miranda do Douro

Apezar de não ter já honras de Sé, sendo uma simples egreja matriz, o templo representado pela nossa gravura é magestoso no seu aspecto geral, mas não tanto que se possa pelo exterior avaliar as bellezas architectonicas que elle encerra. Foi seu fundador D. João III, sendo lançada a primeira pedra em 1552. Foi séde de bispado durante 212 annos, creando-se alli, depois que lhe foram tiradas essas honras, uma collegiada, que nunca chegou a constituir-se de facto por lhe faltarem os rendimentos, de modo que foi supprimida em 1825. Desde 1764 até 1834 foi esta cathedral regida por dois parochos; d'esta data para cá, por um apenas. Excusado é dizer que no espaço que decorreu de 1552 até agora, o edificio em questão soffreu numerosas alterações, de modo que hoje não apresenta exteriormente nada do aspecto que tão magestoso templo devia ter em meiados do seculo XVI.

Pag. 16 — Mestre de Aviz

Aparte o traje, com que, com muita correcção e estudo o nosso collaborador artistico completou o quadro, este retrato é uma fiel reproducção, como se lê nas poucas palavras que acompanham a epigraphe da nossa gravura, do retrato a oleo do seculo XV, existente na galeria imperial de Vienna.

Pag. 17 — Bloqueio de Lisboa

Veja-se a pag. 559 e seguintes do 1.º volume a brilhante descripção que d'este notabilissimo episodio da Historia patria, com tanta verdade interpretada pelo nosso illustrador, faz M. Pinheiro Chagas.

Pag. 21 — Capella e Castello de N. S. da Gloria

O arcebispo D. Gonçalo Pereira (1325-1348) mandou construir esta capella e castello, que lhe serve de sacristia, principiando a obra em 1330 e concluindo-se a 27 de abril de 1334. Para este fim obteve elle um Breve de João XXII, e o consentimento do cabido para se unirem á obra umas casas que lhe ficavam contiguas, pertencentes á Sé e chamadas *do Conselho*. Um dos vidros do centro da janella sobranceira á porta parece ser coevo da capella. Tem uma preciosa pintura, a côres, representando a Virgem com o Menino no collo e na extremidade inferior: *Tota pulchres* (sic). Toda tu és formosa. Dois annos depois de concluir a capella, mandou-se dar principio á construcção do tumulo de pedra de Ançã,

Digitized by Google

que ainda hoje se vê ao centro, com a sua figura de pontifical em cima, e tendo em volta, dentro de pequenas ogivas, 24 estatuetas, que representam os 12 apostolos e 12 clerigos cantando. A's cabeceiras Christo crucificado, a Virgem e os emblemas dos quatro evangelistas. E' notavel o facto de usar um annel prelaticio em cada mão e de se representar com os pés voltados para o altar-mór. Na cornija do tumulo, hoje vestida de madeira, tem esta inscripção: «1348. Aqui jaz o arcebispo D. Gonçalo Per.ª, avô do condestavel de Portugal D. Nuno Alvares Pereira, do qual procede o imperador Carlos Quinto, e tm todos os reinos christãons da Europa ou os reis, ou rainhas d'elles, ou ambos &. Reformada pelo deão administrador D. Luiz no anno de 1789.» O patriotismo d'este grande prelado não se revelou sómente na batalha do Salado protegendo D. Affonso IV; no testamento com que falleceu, entregando ao deão da Sé a administração da sua capella, diz: *contanto que sejam portuguezes, e não o sendo passe a referida administração para o chantre*, etc.

Pag. 25 — Nuno Alvares Pereira

E' copiado de um dos mais authenticos, senão do mais authentico retrato que se conhece do valeroso condestavel, o que a nossa gravura representa, pois que é a reproducção do que apparece na *Chronica do Condestabre*, edição de 1526. Simplesmente o nosso director artistico, tirando-lhe todo o aspecto primitivo que o desenho apresentava, conservou lhe o essencial, que são os traços physionomicos, o trajo guerreiro e até a posição que lhe déra o auctor do primeiro retrato.

Pag. 29 — A espada do condestavel

Sobre esta preciosa reliquia do grande condestavel, diz Ignacio de Vilhena Barbosa no seu inapreciavel livro *Monumentos de Portugal:* «Pela extincção das ordens religiosas em 1834, foi nomeada uma commissão composta de tres religiosos d'este convento (do Carmo) para fazer entrega dos vasos sagrados e alfaias. Por essa occasião, fr. Antonio Simões, presidente da commissão, foi ao paço entregar nas mãos do sr. D. Pedro, duque de Bragança e regente do reino, a espada do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. A folha d'esta espada é, segundo dizem as chronicas antigas, a mesma que o alfageme de Santarem concertou, sem querer receber paga. Guarda-se actualmente esta preciosa reliquia no gabinete de archeologia e numismatica d'el-rei o sr. D. Luiz, no palacio real de Nossa Senhora d'Ajuda. Está encerrada em um estojo, com a seguinte inscripção gravada em uma chapa de metal na tampa: *Espada de D. Nuno Alvares Pereira, que S. M. o senhor Duque de Bragança, de gloriosa memoria, mandou tirar do convento do Carmo de Lisboa, no dia 28 de maio de 1834; e que os frades do referido convento tinham mandado cortar e transformar para ser apropriada á mão de uma imagem de Santo Elias.*»

Pag. 32 — Pulpito de Santa Cruz de Coimbra

O precioso pulpito que a nossa gravura representa, e de que se encontra a reproducção em gesso no Museu Archeologico de Lisboa, reproducção que já figurou n'uma das exposições universaes de Paris, é uma maravilha de esculptura e decerto a peça mais brilhante no genero que existe no vetusto mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. E' uma das obras primas do tempo de D. Manuel e é tão galante, tão delicada, tão finamente trabalhada, que mereceu ao conde de Rackzinsky, um dos estrangeiros que mais se extasiaram perante as bellezas artisticas do nosso paiz, estas lisongeiras palavras: «E' uma verdadeira joia que dá vontade de encaixar n'um medalhão ou até n'um simples annel.»

Pag. 33 — Batalha dos Atoleiros

O grandioso feito com que para assim dizer se encetou a serie de gloriosos combates que terminaram pela batalha de Aljubarrota, e que inspirou ao nosso illustrador o movimentado quadro que o leitor tem á vista, encontra-se descripto por M. Pinheiro Chagas, com a inegualavel elegancia que todos lhe reconhecem, a pag. 553 do 1.º volume da nossa edição.

Pag. 37 — Altar-Mór da Sé de Miranda do Douro

A confirmar o que ficou dito a pag. 617, quando tivémos que referir-nos á fachada d'este monumento da architectura em Portugal, temos a presente gravura, pela qual se pode fazer idéa da elegancia e riqueza das obras de arte que aquelle templo encerra dentro em si. Este altar-mór é, por certo, uma das suas mais brilhantes peças, e contém 56 imagens e pinturas de santos, alguns de grande merecimento artistico, attrahindo especialmente a attenção o retabulo, que representa a Assumpção.

Pag. 41 — Eannes de Azurara

Mal procederiamos se não enriquecessemos a nossa galeria de retratos com o d'este vernaculo escriptor do seculo XV, o elegante chronista, que nos deixou os melhores documentos para a Historia dos primeiros descobrimentos dos Portuguezes, especialmente na sua *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Este retrato de Gomes Eannes de Azurara é feito sobre a estatua que do grande chronista se vê no pedestal do monumento a Camões em Lisboa, obra do insigne esculptor Victor Bastos.

Pag. 45 — Castello de Ourem

Sem duvida uma das mais brilhantes manifestações do gosto artistico nas construcções guerreiras de Portugal é este castello, que se impõe pela originalidade e pela belleza da sua edificação. Erguem-se as magestosas ruínas d'este celebre castello a cavalleiro da villa de Ourem, ficando lhe em frente uma torre, e para a direita uma ampla planicie, a rodear o monte, que foi em tempos remotos cercada de muralhas, de que restam poucos vestigios. A fortaleza, quando completa, tinha seis torres, communicando entre si por galerias subterraneas, tendo a ultima d'essas torres uma escadaria, que servia, em caso de perigo, para dar sahida para o sitio denominado Valle Bom, ao sul da povoação.

Pag. 48 — Sino de S. Geraldo

Reliquia de passados tempos, este sino, que conta quasi nove seculos, está suspenso nos quatro arcos que formam a cupula da torre do lado direito da Sé de Braga, e collocou-se alli em 1724, por ordem do arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, a expensas de quem foi levantada a actual fachada com as respectivas torres. E' o sino do relogio. O povo denomina-o de S. Geraldo por ser feito no anno 1000 do Senhor, como se lê nos hombros em caracteres gothicos:— ANO. DNI. MILESIMO.. e porque a tradição lhe diz que o referido sino tocava sem auxilio estranho todas as vezes que o santo arcebispo sahia á rua.

Pag. 49 — Os Castelhanos matando os Portuguezes pela asphyxia

Na guerra, como na guerra; e quando assistimos na epocha actual aos actos de ferocidade que entre si practicam os povos em combate, não nos devemos admirar de que no seculo XIV se dessem factos como este descripto na nossa edição da Historia a pag. 548, do 1.º volume, e que Roque Gameiro tentou resuscitar pelo pincel.

Digitized by Google

Pag. 53 — Estandarte do condestavel Nuno Alvares Pereira

Fôra ideado pelo nobre paladino da independencia de Portugal o interessante pendão que a nossa gravura representa e que era simultaneamente uma revelação dos piedosos sentimentos do santo condestavel. «Era, diz Oliveira Martins, uma bandeira branca, dividida ao centro em quatro campos por um cruz vermelha: a cruz do escudo de Galaaz, tinta no sangue do Redemptor; em cada quarto havia uma imagem piedosa, e nos quatro cantos outros tantos escudos da linhagem de Nun'alvares. No primeiro quarto, o superior, junto á haste, via-se Jesus Christo crucificado e aos pés da Cruz sua mãe, a Virgem Maria, de um lado e do outro S. João, o discipulo amado. No segundo quarto, superior, estava a Virgem, com o Menino ao collo. No terceiro, inferior, S. Jorge de joelhos, resando a Deus, de mãos postas. No quarto finalmente, o apostolo das Hespanhas, S. Thiago, na mesma attitude».

Pag. 57 — Porta do Sol na Sé de Braga

Assim se denomina a riquissima porta lateral romanica da Sé, talvez por estar voltada para o sul. E' obra do seculo XII, como o arco e columnas da porta principal, a que o arcebispo D. Diogo de Sousa ajustou outro de sarapanel. Primitivamente esta porta lateral, assim como se vê, esteve um pouco mais acima entre os dois ultimos contrafortes ou gigantes que a gravura nos mostra. Foi mudada por occasião de se commetter um assassinato á entrada para a missa do gallo. Estava onde hoje se vê o altar de Santa Barbara. Defronte abriu-se então a que fica junto á pia baptismal, e que d'antes estava fronteira á primeira, onde hoje se vê o altar de S. Bento.

Pag. 61 — Capella de S. Jorge, proximo de Aljubarrota

Tendo D. João I feito mercê a D. Nuno Alvares Pereira do senhorio de Ourem, o valente condestavel no dia seguinte áquelle em que d'ella tomou posse, dirigiu-se para o sitio chamado de S. Jorge, em cujo logar estava a bandeira real no dia da batalha de Aljubarrota, e alli mandou edificar a capella que a nossa gravura representa, sob a invocação de Nossa Senhora da Victoria e de S. Jorge, por ser este santo tomado como padroeiro de Portugal, desde aquella batalha. Mais tarde foi mandado construir por D. João I o sumptuoso templo da Batalha, a que foi dada a invocação de Nossa Senhora da Victoria, e a capellinha fundada por Nun'Alvares ficou desde então sendo denominada simplesmente de S. Jorge.

Pag. 64. — Tumulo de Nuno Alvares

O memoravel terramoto de 1755, que tanta belleza architectonica sepultou em suas ruinas, tambem arrazou o grandioso templo do Carmo, e com elle o magnificente tumulo de jaspe em que, junto ao altar mór, fôra sepultado o seu fundador, o denodado Nun'Alvares. Este tumulo fôra mandado de França pela sua quarta neta, a duqueza de Borgonha. Na frente d'elle, armado de armas brancas, havia o vulto de D. Nuno, que tambem se via sobre a campa, deitado, mas vestido com o habito dos carmelitas. Felizmente já era bem conhecido esse tumulo e d'elle ha uma copia em madeira, existente no Museu Archeologico do Carmo, e da qual foi tirada a photogravura que illustra a nossa edição.

Pag. 65. — Combate naval no Tejo

Para nós, os d'este seculo, que conhecemos todos os progressos da arte da guerra e da navegação, a gravura que temos presente parece um brinquedo de creanças. No emtanto, ella dá-nos uma idéa bem nitida de como se combatia no mar n'aquella epocha longinqua, em que os tiros de polvora e de melinite não estorvavam os habitantes da mais nobre e leal cidade de Lisboa de assistirem a esses prelios gigantes dados quasi corpo a corpo. Vem a pag. 566 e 567 do 1.º vol. da nossa Historia a descripção d'este terrivel combate, em que mais uma vez se manifestou o ardor guerreiro do valeroso povo portuguez.

Pag. 69. — Capella de Nossa Senhora da Conceição, em Braga

Está situada na extremidade da rua de S. João de Souto e foi construida em 1525, a expensas do doutor João de Coimbra, provisor do Arcebispo D. Diogo de Sousa, instituindo n'ella morgado e dotando-o com bens de raiz por auctorização de D. João III, datada de Lisboa, a 12 de março de 1527. Foi consagrada á Virgem Mãe de Deus, no anno de 1528. O palacete do instituidor ainda hoje se conserva em frente da capella com as suas riquissimas janellas rendilhadas. Breve, porém, será demolida para seguimento da rua Nova d'El-Rei. (Vidè *Inscripções e lettreiros*, por Albano Bellino).

Pag. 73. — D. Philippa de Lancaster

E' copia de um retrato feito por Simão Beninc, existente no manuscripto n.º 12:531 do Museu Britannico, a que nas notas appensas ao primeiro volume d'esta Historia por mais de uma vez nos referimos, o que agora apresentamos da virtuosa e intelligente esposa de D. João I. Além d'este retrato, o unico que de D. Philippa de Lancaster se conhece é o que existe em pedra sobre o seu tumulo, e que em seguida vem reproduzido n'esta nossa edição da Historia.

Pag. 77. — Tumulos de D. João I e de D. Philippa de Lancaster

Excusado será encarecer a sumptuosidade d'este mausoleu, existente na capella chamada do fundador, no magestoso convento da Batalha. E' o tumulo inteiriço, todo de marmore branco, tendo sobre a tampa as estatuas jacentes dos dois reaes esposos, cujas cabeças repousam sobre duas almofadas, e debaixo de dois baldaquinos finamente rendilhados. A figura de D. João segura na mão esquerda uma espada e dá a direita a D. Philippa, que lhe dá tambem a direita, sustentando na esquerda um livro. Ornamentam as duas faces do tumulo os brazões de Portugal e os da rainha, com leões e flores de liz. Nas faces lateraes lêem-se os epitaphios, quasi biographias, dos dois monarchas. No friso superior, em toda a volta ha um silvado com flores e amoras, tendo do lado da rainha esta divisa, em gothico, *Pour bien*, e do lado do rei est'outra *Il me plait*. Por occasião da invasão franceza, este, como tantos outros monumentos da nossa bella architectura, soffreu muitos estragos, ficando bastante deteriorada a face da cabeceira, onde se via esculpida a cruz da jarreteira, com a sua conhecida divisa *Hony soit qui mal y pense*.

Pag. 80. — Relicario de Ourem

E' uma das mais preciosas obras da ourivesaria portugueza do seculo XV, tão rica n'este genero, o elegantissimo relicario, que a nossa gravura representa. Tem muitas reliquias de grande devoção para os crentes e foi doado á collegiada de Ourem pelo seu fundador, D. Affonso, conde de Ourem, neto de D. João I, e que falleceu em 1464. A data da fundação do templo de Nossa Senhora das Misericordias, em que foi estabelecida aquella collegiada, é de 1445, podendo suppor-se tambem ser d'esta data o relicario em questão. O templo foi destruido em parte pelo terramoto de 1755, e em suas ruinas se perderam muitas joias importantes do thesouro da collegiada. Felizmente escapou o relicario, da elegancia e delicadeza do qual o leitor póde fazer idéa pela gravura que tem presente.

Digitized by Google

Pag. 81 — Nuno Alvares resando durante a batalha de Valverde

A piedade do santo Condestavel, que era um dos seus caracteristicos mais salientes, revelou-se sempre nos actos, ainda os de aspecto mais extravagante, do heroico vencedor de Aljubarrota. Não nos admira pois que esta scena, a que se faz referencia a pag. 36 d'este volume da nossa Historia, suggerisse ao nosso illustrador esta inspirada composição.

Pag 84. — Torre de menagem do castello da cidade de Braga

N'esta torre esteve, segundo o testemunho de D Rodrigo da Cunha, a seguinte inscripção: «O moi nobre rey D. Fernando mandou fazer este castello. Era MCCCCXIII». E', porém, de crer que date do tempo de D. Diniz, a quem se deve a fortificação da cidade e que em 1375 fosse apenas reparada, como o foi depois por D. João IV em 1642, pelo arcebispo D. João de Souza em 1696 e por D. Rodrigo de Moura Telles em 1717. Este castello está hoje annexo á cadeia civil de Braga.

Pag. 89 — D. Fr. João d'Evora

Este religioso trino, que foi bispo de Vizeu e confessor de D. João I, foi um dos mais preclaros e virtuosos varões do seu tempo; nem de outro modo se comprehenderia como o principe de Boa Memoria, que foi sempre considerado como prototypo da rectidão e justiça, podesse conceder-lhe as honras que concedeu a D. Fr. João d'Evora. Acompanhou em 1415 D. João I a Ceuta, d'onde voltou com innumeraveis captivos que foram resgatados n'aquella occasião. Falleceu em Lisboa em 1426 e foi sepultado na capella mór do convento da Trindade. O retrato que nós dâmos do inclito varão é reproducção do que vem no livro já hoje pouco vulgar *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*, etc., lendo-se na biographia que o acompanha o seguinte: «Fizemos copiar o retrato que offerecemos de um painel de pintura muito antiga, que está na portaria do Convento (da Trindade), de Lisboa, que o representa ao natural, e de corpo inteiro; tambem está na Casa do *De profundis* do Convento de Santarem, mas de pintura moderna».

Pag. 93 — Egreja de Freixo de Espada á Cinta

Examinando minuciosamente este velho monumento christão, vê-se que não foi de uma assentada que elle se construiu, mas sim aos poucos e poucos e demoradamente, como se verifica pela historia da sua fundação, que é simples. O povo de Freixo de Espada á Cinta requereu em 1342 a D. Affonso IV que lhe désse a *terça* da sua egreja, para concluir a sua villa, o que o rei lhe concedeu, e que prova que a egreja remonta a mais alta antiguidade ainda, parecendo que fôra principiada até por D. Diniz. Depois, com essas mesmas terças continuaram a egreja, que esteve incompleta por muitos annos por o rendimento d'ellas não dar para a sua conclusão. Em 1650, estavam ainda por fazer o côro, o pulpito e os remates. N'esse tempo pertenciam já á corôa as terças de todo o reino, pelo que os habitantes de Freixo pediram a D. João IV a terça que lhes pertencia para a conclusão da egreja. O templo tem bellezas architectonicas, de diversos estylos, merecendo especial menção a frontaria, de que dâmos aqui a gravura, e as duas portas lateraes, que mais adeante reproduzimos.

Pag. 96 — Elmo e espada do Mestre de Aviz

Eram numerosas as preciosidades artisticas, historicas e archeologicas que se guardavam nos armarios e gavetas de excellente madeira muito bem trabalhada que guarneciam a sacristia do mosteiro de Alcobaça. D'estas curiosidades desencaminharam-se não poucas por occasião da extincção das ordens religiosas, para irem sabe Deus para onde. Felizmente que o quasi nullo valor intrinseco do capacete e do elmo do fundador da dynastia de Aviz fez com que ninguem se tentasse com estes objectos, de certo os de maior valor alli existentes, e lá se conservam ainda no thesouro de Alcobaça, como padrão de passadas glorias.

Pag. 97 — Foram accolhidos com grande espanto seu...

Representa mais um dos brilhantes progressos dos nossos illustradores a composição a que nos referimos, e cuja descripção historica se encontra a paginas 569 do 1.º volume.

Pag. 101 — Cruz de D. Sancho

Existe no Museu real da Ajuda esta preciosidade artistica e archeologica do seculo XIII. D. Sancho II, em seu testamento, deixava ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde quiz ser sepultado, dois objectos de ouro de seu uso, para com elles se fazer uma cruz e um calix. N'esta cruz esteve durante muitos annos um pedaço do Santo Lenho que pertencera a D. Affonso Henriques. E' ella floreteada, como a de Aviz, muito ornada de pedras preciosas, filigrana e ornatos abertos a buril. Tem 41 pedras, sendo 28 saphyras e 13 rubis, todos elles cercados de perolas e aljofares. Pesava 7 marcos e 6 onças, o que correspondia a 1778 grammas e meia; actualmente peza 1873 grammas e meia, ou seja mais 95 grammas, o que é devido a um accrescente de prata que lhe puzeram para servir de cruz processional.

Pag. 105 — D. Juan Affonso

Não porque o seu nome venha citado na nossa Historia, mas porque, sendo raros os retratos da época, encontrâmos, na *Iconographia* de Carderera, o d'este fidalgo castelhano morto na memoravel batalha de Aljubarrota, pareceu-nos que elle ficaria bem na galeria dos homens illustres que mais ou menos estiveram em contacto com factos da Historia portugueza.

Pag. 109 — Torre das Cabaças em Santarem

Tambem chamada o *Cabaceiro*; é o relogio official de Santarem. Esta torre foi construida por D. Manuel, e ácerca d'ella correm varias lendas. E' bastante alta, quadrada, de boa e soberba alvenaria, com os cantos de grossa cantaria, tendo ao cimo um sino sustido por quatro varões de ferro que se estribam nos quatro angulos. Apesar de ser o relogio official, parece que não se lhe ouviam as horas em toda a cidade, pelo que se lembraram de o cercar de oito bilhas vidradas suspensas nos varões de ferro, com as boccas voltadas para o sino. Algumas já se partiram, e as restantes estão muito deterioradas, assim como a torre. Ainda que principiada por D. Manuel, parece que não foi no seu reinado que esta torre se concluiu, pois que no sino se lê uma inscripção latina, com a data de 1604. Corre ácerca d'esta torre uma anecdota muito curiosa; o leitor que a deseje conhecer, procure o interessante livro do sr. Zephyrino Brandão, *Monumentos e lendas de Santarem*, a pag. 508.

Pag. 112 — Costas do velho paço archiepiscopal de Braga

Presume-se que desde a sua origem nunca mudou de local a habitação dos prelados bracarenses. O que é certo é que a parte que a nossa gravura representa occupa um pequeno espaço no fundo do actual edificio, ao qual ainda teremos occasião de referir-nos. Esta parte é do seculo XII, como o testemunham, além de outros vestigios, a porta ogival, as paredes almofadadas e ainda uns restos da parede que dá para o jardim.

Digitized by Google

Pag. 113—**Levantamento do cêrco de Lisboa**

Nada temos que dizer sobre o assumpto d'esta gravura cuja descripção se lê a pag. 576, 1.º vol., da nossa edição.

Pag. 117 — **Antiga egreja de Aljubarrota**

E' anterior á batalha de Aljubarrota e, portanto, á fundação do sumptuoso mosteiro da Batalha a Torre que o leitor vê na gravura que tem presente, e que é o que resta apenas da velha egreja já destruida. A sua antiguidade está bem marcada pelo estylo da sua construcção. O pouco cuidado que no nosso paiz ha pelas antigualhas faz-nos suppor que não será por muito tempo que alli veremos aquella Torre. Fique ao menos registado na nossa edição da Historia mais esse monumento dos antigos tempos

Pag. — 121 — **D. João I de Castella**

Tão grande parte tomou na historia do nosso paiz este monarcha das Hespanhas, que falta seria não o darmos aqui a enriquecer a nossa galeria. E' elle feito sobre o que vem na bellissima *Historia de Hespanha*, de Lafuente, tão rica em documentos archeologicos de toda a ordem.

Pag 126 **Tumulo de João Affonso de Santarem**

Verdadeira obra prima da arte portugueza, este mausoléu ainda se conserva muito bem tractado na capella de Jesus Christo na egreja de S. Nicolau, em Santarem. João Affonso de Aguiar, ou João Affonso de Santarem, batalhou em Aljubarrota com D. João I que ahi o armou cavalleiro, em 14 de agosto de 1385. Legou todos os seus bens para a fundação do Hospital de Jesus Christo em Santarem em 1426, onde ainda existe. João Affonso foi tambem do conselho de D. João I.

Pag. 128—**Porta lateral da egreja de Freixo de Espada á Cinta**

Veja-se o que a pag. 621 d'este volume fica dito ácerca da Egreja de Freixo de Espada á Cinta.

Pag 129—**Batalha de Aljubarrota**

Este prelio gigantesco, o mais notavel talvez dos fastos guerreiros de Portugal, vem brilhantemente descripto por M. Pinheiro Chagas nas pag. 5 e seguintes d'este volume da nossa edição.

Pag. 133—**Porta lateral da egreja de Freixo-de-Espada á Cinta**

Leia-se o que dissémos quando tractámos da edificação da egreja, a pag. 621 d'este mesmo volume.

Pag. 137—**O cardeal de Alpedrinha**

E' talvez uma das maiores raridades da nossa galeria o retrato do cardeal de Alpedrinha D. Jorge da Costa. Dizemos raridade, porque é a primeira vez que apparece publicado o retrato d'este insigne ornamento da egreja, reproduzido d'um retrato a oleo muito antigo (1488) existente na casa de D. Pedro Corrêa de Sampaio (Castello Novo). Devemos a posse d'uma preciosa photographia d'esse quadro a oleo, que nos serviu para a gravura em questão, ao nosso bom amigo Antonio Maximo Lopes de Carvalho, um verdadeiro fanatico por velharias e retratos antigos.

Pag. 141 — **Tumulo de D. Affonso I duque de Bragança**

O fundador da casa de Bragança, o opulento fidalgo da edade media, que mandou edificar para seu uso dois dos mais grandiosos palacios d'aquelle tempo, o de Guimarães e o de Barcellos, merecia bem ter um mausoléo sumptuoso, como esse que a nossa gravura representa, e que é feita sobre uma photographia expressamente tirada para a nossa publicação.

Pag. 144—**Restos de um antigo palacio da Povoa de Santa Iria**

Quando esta Empreza tentou, por meio de assiduos esforços, alcançar o retrato do Sá das Galés, que se encontra a pag. 513 do 1.º volume da nossa Historia, o artista encarregado de o ir copiar á casa dos Marquezes de Abrantes, onde elle existe, lobrigou, por entre os campos proximos a esse palacio, as ruinas que o leitor vê, e tão interessantes as encontrou que para logo as reproduziu para ornamentar a nossa Historia, onde nos parece ficar bem, porque é realmente d'uma dependencia d'um palacio historico, o dos Marquezes de Abrantes, que este desenho é copia.

Pag. 145 — **Alvaro Gonçalves Camillo, prior do Hospital, traçando, na presença de D. João I e de seus filhos, a planta de Ceuta**

Ouçâmos como Oliveira Martins, n'aquelle seu estylo magico que é todo um encanto, descreve, estribado na Chronica de Azurara, esta interessante scena que tão bem interpretada foi por Manuel de Macedo: «Estava o rei com os infantes em Cintra, talvez n'aquella pequenina camara forrada de azulejos... Estava tambem o prior do Hospital, o que, na sua viagem da Sicilia, duas vezes passára em Ceuta, para examinar o porto: vinha secretamente dar conta da sua missão... Mas o prior não se abria, não explicava, deliciando-se em ser a mira da curiosidade avida de todos. Instado abertamente respondeu ao rei:—«Senhor, de cousa que visse nem achasse não vos hei de dar resposta até que me façaes trazer duas cargas de areia, um novello de fitas, meio alqueire de favas e uma escudella.» — «Temos o capitão com as suas prophecias?» accudiu D. João I rindo. Sériamente o prior retorquiu:—«Eu não tenho costume de jugatar com vossa mercê; mas ainda vos torno a dizer que sem as referidas cousas não vos darei nenhuma resposta.» O rei voltou se para os filhos, desculpando-se no mesmo tom:—«Vêde que bem concertadas respostas! Estou-lhe perguntando pelas cousas que lhe mandei, e falla-me em astronomia e em similhanças de feitiços. Quem havia de cuidar que taes homens trouxessem d'estes recados?» Mas, com uma alegre bonhomia de velho, D. João I mandou buscar as cousas que o prior reclamava, commentando a extravagancia, sem temores, pois todos sabiam que as noticias eram boas. Vindo a areia, as favas, a fita e a escudella, e fechando-se o prior n'um quarto, lá dentro esteve um certo tempo machinando. O rei, os infantes, n'uma curiosidade benevola, esperavam. Por fim, tornou o prior a chamal-os, dizendo-lhes:—«Agora podeis ver a similhança dos meus feitos e perguntar-me por tudo o que vossa mercê fôr servido, e eu poder-vos-hei responder com experiencia ante vossos olhos.» Entraram todos, e sentados em volta, examinavam, n'um primeiro silencio de espanto, o mappa em relevo que o prior fizera no chão com a areia. Era o estreito de Gibraltar... O prior do Hospital ia contando como a terra era uma joia e o mar abundantissimo em pescarias de atuns e coraes.—O infante D. Henrique, de braços cruzados sobre o peito, e com a mão segurando a barba, observava a lição de cartographia em relevo. A idéa engenhosa do prior mostrava-lhe quanto havia a lucrar com taes processos, e como a terra inteira, nos seus contornos e desenhos, podia bem conhecer-se por meio das artes graphicas. Por ventura a idéa da eschola de Sagres nasceu n'este instante; e se assim não foi, pois essa eschola reunia a nautica á cartographia, tendo ao lado um porto franco, é indubitavel que o alcance dos mappas lhe saltou á idéa nitidamente. Emquanto

Digitized by Google

o infante scismava, os outros faziam perguntas discretas ou ociosas, a que o prior ia respondendo com a satisfação clara de quem acaba uma obra a seu contento. Revia-se no seu mappa, e lembrava-se das manhas empregadas durante a viagem á Sicilia.»

Pag. 149—**O castello de Chaves**

Tanto este castello, como a maior parte das muralhas que cercam a villa, são obra de D. Diniz, pelos annos de 1300; teem sido, porém, tão concertadas, alteradas e modificadas, que talvez nada d'ellas exista das suas primeiras fundações.

Pag. 153—**Arcebispo D. Lourenço da Cunha**

E' copia d'um retrato a oleo, contemporaneo do valeroso arcebispo, retrato ainda existente em Braga, este que pela primeira vez apparece publicado. Nomeado arcebispo de Braga, em 1371, este amigo de D. João I occupou a cadeira archiepiscopal até 1397, em que falleceu. Na memoravel batalha de Aljubarrota, onde tão valiosos serviços prestou ao Mestre de Aviz, recebeu uma cutilada no rosto, presando-a tanto que, sendo convidado pelo esculptor a examinar o seu vulto sobre a tampa do tumulo que mandou construir no centro da capella dos Reis, na qual ainda se conserva, vibrou com a sua espada um golpe na face da estatua, dizendo: o retrato está agora a minha vontade. No dia 4 de junho de 1663, foi o seu cadaver incorrupto trasladado do centro da capella para o lado da Epistola, onde está n'um tumulo de madeira envidraçado. O tumulo de pedra, com a figura de pontifical desappareceu! Seria soterrado no seu logar primitivo? Na batalha de Aljubarrota trazia D. Lourenço o capacete encimado pela imagem da Virgem, de prata, que adeante apresentâmos, e que mede 0,30 de altura. Guarda-se no thesouro da Sé e assenta n'uma peanha que, no anno de 1663, lhe mandaram fazer o deão D. Ignacio e Manuel Pereira de Mello, sendo juizes. Na inscripção diz-se, por engano: «mandarão fazer esta Snâr.»

Pag. 157.—**Tumulo e verdadeira reliquia do arcebispo D. Lourenço da Cunha**

E' aquelle o tumulo em madeira e esta a imagem da Virgem, a que nos referimos na nota precedente, que, parece-nos, aqui dispensa maiores esclarecimentos.

Pag. 160—**Pá de Aljubarrota**

Conservou-se por muitos annos, sobre a verga de uma das portas da egreja matriz de Aljubarrota, esta pá, á qual andam ligadas gloriosas recordações, e o nome de uma varonil mulher, a celebre Brites de Almeida, por alcunha a *Pisqueira*, conhecida vulgarmente por *Padeira de Aljubarrota*. Escusado é repetir aqui a tão vulgarizada historia d'esta padeira. Quanto á pá, devemos dizer que é de ferro e com cabo de pau, terminando por couto egualmente de ferro. Quando antigamente ia á villa alguma pessoa de qualidade, era costume expôr-se na praça esta pá, empunhada por uma mulher de bom comportamento e que fosse padeira. Os Philippes, quando dominaram Portugal, mandaram ordens sobre ordens, para que a pá fosse para Castella; mas houve alguem que a escondeu em uma parede da casa da camara, tornando só a apparecer triumphantemente em 1640.

Pag. 161—**Os infantes em Ceuta**

Veja-se a pag. 100 e seguintes a descripção d'este episodio das primeiras conquistas dos Portuguezes em Africa.

Pag. 165—**Oratorio do rei de Castella, tomado na batalha de Aljubarrota**

Não nos alongaremos na descripção d'esta preciosa obra de arte do seculo XIV, existente actualmente na sacristia da egreja de Nossa Senhora de Oliveira, em Guimarães, á qual foi doada por D. João I, que lhe mandou modificar as armas, etc., quando procedeu a essa doação. Quanto a architectura e ornamentação é peça muito digna de ser vista e admirada; as figuras, porém, tanto em correcção como em desenho, deixam muito a desejar. A pag. 89 e seguintes do livro *Monumentos de Portugal*, lê-se uma minuciosa descripção d'este oratorio, devida á penna de Ignacio de Vilhena Barbosa que, para dar idéa de qual era o peso de similhante joia, conta que quando a foi buscar a Guimarães para a Exposição de Arte Ornamental, que em 1882 se realizou em Lisboa, eram precisos 8 homens ou 6 muito possantes para a transportarem para as carroças, etc.

Pag. 169—**Conde de Barcellos, filho natural de D. João I**

Um pouco de historia genealogica. Era 7.º conde de Barcellos, em tempo de D. João I, D. João Affonso Tello de Menezes, irmão da rainha D. Leonor Telles, viuva do rei D. Fernando I. Como este conde seguisse o partido de Castella contra o Mestre de Aviz, tomou parte na batalha de Aljubarrota, onde morreu. Vago, pois, o condado de Barcellos, D. João I aproveitou essa circumstancia, para com elle brindar o grande Condestavel. Uma filha d'este, D. Beatriz Pereira, veiu a contrahir matrimonio com D. Affonso, filho legitimado do rei D. João I, que com assentimento do Condestavel, o fez conde de Barcellos e 1.º duque de Bragança. Foi, pois, este D. Affonso o 9.º conde de Barcellos; mandou elle dar o brazão de armas á villa e engrandeceu-a, como já n'estas notas tivemos ensejo de dizer. E' este conde de Barcellos que a nossa gravura representa, sendo o seu retrato tirado de um que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Pag. 173—**Batalha—Claustro real**

Nem sequer pensamos em dar aqui ligeira nota d'esta sumptuosissima egreja, de architectura normando-gothica, um dos mais bellos edificios do mundo, n'este genero, fundado por D. João I em memoria da gloriosa batalha de Aljubarrota, em 1385. Nacionaes e estrangeiros se teem extasiado perante as bellezas architectonicas do grandioso monumento, havendo mais de uma monographia, a de Murphy e a do Visconde de Condeixa na vanguarda, ácerca da sua fundação, historia, etc. Apenas damos as gravuras, sem mais explicações, como specimen do altissimo valor artistico de cada uma das minucias do extraordinario edificio.

Pag. 176—**O caldeirão de Alcobaça**

Desnecessario é dizer que por lapso typographico, que saberão bem desculpar os que vivem n'este labutar de revisão de livros, é que se comprehende que o nome de Barcellos venha substituir o de Alcobaça, no tão conhecido caldeirão, uma das maiores curiosidades d'este mosteiro. Este caldeirão fôra tomado, bem como dois mais pequenos, por Gonçalo Rodrigues (que por este facto se ficou appellidando desde então Caldeira) aos Castelhanos na celebrada batalha de Aljubarrota, em 1385. O caldeirão, que permaneceu durante 449 annos em Alcobaça, d'onde desappareceu, não se sabe como, em 1834, é de metal muito fino; batendo-se n'elle com uma pedra, diz-se que o seu som cobria o de todos os sinos do mosteiro. N'elle se fazia de comer para 293 pessoas, quando servia na cosinha do rei de Castella. Estava no claustro, sobre uma pedra, em que se lia uma inscripção em latim. Dos outros dois caldeirões, a que acima nos referimos, um foi mandado pelos frades para um lagar de azeite que elles possuiam na Fervença; este caldeirão é hoje propriedade particular; o outro foi collocado pelos frades no forno, d'onde foi depois mandado para a casa chamada dos Reis, onde ainda se vê, bem como

Digitized by Google

o caldeirão grande que voltou, como bom filho, á sua antiga casa.

Pag. 177 — **O Infante D. Henrique**

Deram-se as mãos dois grandes artistas, Roque Gameiro e M. de Macedo, para nos apresentarem, completo e montado no rigor da epocha, um dos mais grandiosos vultos da opulenta Historia portugueza. O busto é copiado do magnifico retrato que nos dá Gomes Eannes de Azurara na sua *Historia da Conquista de Guiné*, retrato reproduzido mais tarde por Ferdinand Denis, no *Portugal*, por Henry Major no seu *Infante D. Henrique*, e posteriormente trasladado em centenas de publicações portuguezas.

Pag. 181 — **Altar de S. Pedro**

Tão cheia de maravilhas é esta Sé Velha, que nos dá ensejo a enriquecermos com a reproducção de muitas d'ellas as paginas da nossa edição da Historia. A gravura que ora damos representa, como fica dito, o altar de S. Pedro, mandado fazer pelo bispo D. Jorge de Almeida, filho de D. Lopo de Almeida, primeiro conde de Abrantes. O seu retabulo, de pedra em relevo, é obra de grande delicadeza e primor, revelando o grande merecimento artistico do seu auctor. Este D. Jorge que, durante 62 annos exerceu o episcopado, falleceu em 1543, com 85 annos de edade e jaz sepultado n'aquella mesma capella, sob uma campa rasa com o pavimento, tendo o brazão do illustre prelado e um epitaphio em latim, que não reproduzimos, para não alongarmos esta noticia.

Pag. 185—**Canto do Claustro dos Reis, na Batalha**

Veja-se o que deixámos dito a pag 622, quando tractámos do Claustro Real.

Pag. 189 — **Janella da casa em que nasceu D. Duarte**

Das nossas antigas cidades, Vizeu é, sem duvida, uma das que mais vetustas reliquias conserva do velho Portugal. Entre ellas avulta a chamada Casa da Torre, á qual pertence a janella que o leitor vê, casa, onde, segundo a tradição, nasceu D. Duarte. O que se sabe ao certo é que n'ella viveu o celebre infante D. Henrique, o infatigavel iniciador das descobertas maritimas. Sobre a janella que a nossa gravura representa vêem-se ainda as armas da dynastia de Aviz.

Pag. 192 — **Bandeira usada por Bernardim Sola na batalha de Aljubarrota**

E' um documento de alto valor historico que saberão bem apreciar os amadores de antigualhas esta bandeira, cuja publicação na nossa historia devemos á amabilidade de um dos descendentes do celebre guerreiro do seculo XIV, que nos enviou d'ella um fiel desenho, que aqui reproduzimos.

Pag 197 — **Fachada principal do convento da Batalha**

Veja se o que ficou dito a pag. 622 d'este volume, sob a epigraphe *Claustro Real.*

Pag. 197 — **Claustro dos Reis**

Reportamos o leitor para a pag. 622 (Claustro Real).

Pag. 201 — **D. Duarte**

Existe na Casa Pia de Lisboa o retrato do Eloquente monarcha, que serviu de modêlo ao que ora dâmos; não se conhece outro mais authentico. N'aquelle estabelecimento encontram-se ainda retratos de outros monarchas, a que recorreremos sempre que isso nos pareça necessario.

Pag. 205 — **Feito heroico de Diogo do Avelal**

Veja-se a descripção respectiva a pag. 47 e seguintes d'este volume da nossa edição.

Pag. 208 — **Trecho ornamental das Capellas Imperfeitas**

Leia-se o que ficou dito a pag. 622 (Claustro Real).

Pag. 209 — **Vista geral do lado da porta lateral do convento da Batalha**

Enviamos o leitor para o que dito fica acerca da Batalha, a pag. 622 d'este mesmo volume (Claustro Real).

Pag. 213 — **Sé d'Evora, vista do Sul**

Já a pag. 619 do 1.º volume d'esta obra dissemos o que se nos offerecia ácerca do monumental edificio. Esta gravura que hoje publicamos, além de nos mostrar um novo aspecto d'aquelle templo, dá-nos ainda um trecho da cidade, muito curioso por nos apresentar um cunho todo caracteristico da sua vetustez.

Pag. 217 — **Vasco de Lucena offerece o seu livro ao Duque de Borgonha**

Dava aso a uma interessante nota bibliographica a descripção d'este quadrinho, se este fosse logar proprio; como não seja, apenas diremos que este Vasco de Lucena foi escudeiro de Carlos o Temerario, duque de Borgonha, vivendo portanto no seculo XV, e era reputado um dos mais illustres sabios do seu tempo. Fez varias traducções do grego e do latim, entre as quaes a da vida de *Alexandre Magno*, de Quinto Curcio, impressa em 1503, mas de que se conservam em varios locaes cinco preciosos manuscriptos; esses codices são todos delicadamente illuminados; e é d'uma d'essas illuminuras, e do exemplar existente na Bibliotheca Nacional de Paris, que é reproducção o lindo quadrinho que o leitor tem á vista. Foi Ferdinand Denis quem vulgarizou a interessante composição artistica, trasladando-a em nitidissima gravura para o seu livro *Portugal*, Paris, 1846.

Pag. 221 — **Infante D. João**

Condestavel de Portugal e Mestre da ordem de S. Thiago da Espada, o infante D. João foi o setimo filho de D. João I, nascido em 1400 e fallecido em 1442. Era principe de bom aviso e muito discreto; no voto e conselho que seu irmão D. Duarte tomou para a jornada de Tanger, foi de parecer contrario, parecendo, pelas razões que expoz, antever o insuccesso de tal expedição. O retrato que d'elle dâmos aqui é, á parte o trajo com que o nosso illustrador o adornou, tirado do que vem nos *Retratos e Elogios dos Varões e Donas* etc., publicação para a qual elle foi copiado do que existia no convento da Batalha.

Pag. 225 — **Pateo do Claustro do Convento da Batalha**

A'cerca d'esta gravura nada devemos adeantar, depois do que dissémos em pag. 622, ao tractarmos do Claustro Real.

Pag. 229 — **Torre Forte da antiga muralha de Braga**

Assim se denomina por ser, de todas as da antiga muralha da cidade, a mais alta e sem duvida a mais forte. As suas paredes medem de espessura 2,m30. Quando os Padres da Companhia mandaram construir na face norte o oratorio da *Senhora da Torre* collocaram no logar das ameias as sineiras e fecharam-n'a de parede em toda a volta, abrindo janellas e telhando o remate que serve de resguardo á torre.

Digitized by Google

Por motivo d'estas obras, taparam com cantaria a porta ogival da cidade, a qual ainda se vê voltada para o campo de S. Thiago, substituindo a pela que actualmente dá passagem ao publico, por baixo do edificio do Collegio, hoje Seminario Conciliar.

Pag. 233 — D. Fernando, o Infante Santo

O interessante livro *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*, etc, que tão bons subsidios nos tem dado para a illustração da nossa Historia, é que forneceu este retrato do sympathico Infante Santo. Da authenticidade d'elle se póde fazer idéa pelas seguintes palavras que, no livro citado, acompanham a gravura n'essa obra: «Tem (o Infante) altar particular (na Batalha)... no retabulo está retratada a sua imagem com os grilhões, e nos varios successos de seus trabalhos. O Infante D. Henrique o mandou pintar tambem no seu altar pela muita devoção que com elle tinha. De vulto e em pedra está sobre o seu tumulo, assim como o damos n'este seu retrato, e é bem similhante ao que traz no *Anacephaleoses Regum Lusitaniæ* o padre Antonio de Vasconcellos, d'onde o copiou Daniel Papebrochio na *Acta Sanctorum*, dia 5 de junho, ainda que o accusa de lhe accommodar vestidos mais modernos, e de ser pouco fiel na estampa.»

Pag. 237 — O Infante D. Henrique em Sagres

Todas as estampas que demos tendentes a gravar no espirito do publico a physionomia d'este homem, sem duvida um dos vultos que mais gloriosamente honraram a sua patria, nos parecem poucas. Em Sagres, principalmente, onde elle estabelecêra o seu observatorio e d'onde fizera o ponto de partida para as grandes excursões maritimas, é que ficava bem essa primacial figura do glorioso infante. Foi certamente esta idéa que inspirou ao nosso illustrador a interessante composição que adorna a nossa Historia.

Pag. 240 — Um trecho ornamental da Batalha

Leia-se o que fica dito a pag. 622 ao tractarmos do Claustro Real.

Pag. 241 — Vista do lado do norte da egreja da Batalha

Como acima, reportâmos o leitor para o que fica dito a pag. 622 a proposito do Claustro Real.

Pag. 245 — Um trecho ornamental da Batalha

Repetimos o que nas linhas supra fica dito.

Pag. 249 — Desenho conjectural da egreja do Carmo em Lisboa nos fins do seculo XVI

Este desenho, bem como o do Castello de S. Jorge, o da Sé de Lisboa, que já publicámos, e os de tantos outros monumentos que havemos de publicar, constituem talvez para o amador de velharias archeologicas a parte mais interessante da nossa edição; e nós talvez lhe achemos razão. Porque, positivamente, estes desenhos conjecturaes, quando elles são feitos com a consciencia com que o foram os que até agora temos dado, são como que uma resurreição dos tempos passados, que tanto nos commove e nos interessa. Este, devido ao lapis do distincto architecto Raul Lino, sobre revelar um bello merecimento artistico dá a perceber os vastos conhecimentos do illustre architecto sobre a constituição da velha capital portugueza, n'aquelle extraordinario periodo de riqueza e de gloria da nossa querida patria.

Pag. 253 — O Infante D. Pedro

Serviu de modêlo, não nos trajes e no toucado, mas nos traços physionomicos, para o retrato que aqui dâmos d'um dos mais sympathicos vultos da Historia portugueza, o que vem publicado no celebrado livro *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*, etc.; Para esta publicação fôra o retrato reproduzido do que existe no convento da Batalha, onde o Infante D. Pedro tem magnifico tumulo, mandado fabricar por seu pae, o glorioso D João I.

Pag. 257 — O adail sahindo a dar nos Mouros

Vem no capitulo consagrado á tomada de Ceuta a descripção d'este memorando feito dos Portuguezes em Africa.

Pag. 261 — Tumulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira

Existe este tumulo, mandado fazer pelo proprio arcebispo, na capella de Nossa Senhora da Gloria (Veja-se pag. 617) por elle egualmente mandado edificar no seculo XIV, em Braga. Como se vê tem a sua estatua deitada e vestida de pontifical. E' o unico retrato authentico do valeroso arcebispo, progenitor da casa de Bragança e varão querido de D. Affonso IV, pelos serviços que lhe prestou na batalha de Salado.

Pag. 265 — Fonte da Batalha

Não descrevemos esta, como não descrevemos nenhuma das maravilhas do sumptuoso Mosteiro, pelas razões expostas a pag. 622, quando nos referimos ao Claustro Real do grandioso edificio.

Pag. 269 — D. Leonor, Aragoneza, mulher de D. Duarte

Não querendo cingir-se ás fórmas classicas adoptadas, o nosso illustrador vestiu de roupas, que de certeza estudou com muito cuidado, o busto da orgulhosa rainha, não deixando comtudo de reproduzir com a maior fidelidade todos os traços physionomicos do retrato que se vê nos *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*, publicados por Pedro de Figueiredo, e reproduzido pelo sr. Benevides no seu curiosissimo livro *Rainhas de Portugal*. Esse retrato é tirado da estatua tumular da mulher de D. Duarte existente no convento da Batalha.

Pag. 273 — Morte de D. João I, Mestre de Aviz

A descripção d'esta scena angustiosa, tão bem interpretada pelo nosso illustrador, acha-se a pag. 110 e seguintes d'este 2.º volume da nossa edição.

Pag. 277 — Porta romanica da capella do capitulo no claustro da collegiada de Guimarães

E' este um dos poucos vestigios que resta da primitiva fundação do magestoso edificio, ao qual já nos referimos a pag. 609 do 1.º volume da nossa obra, e de que se encontra uma desenvolvida e muito curiosa noticia nos *Monumentos de Portugal*, de Ignacio de Vilhena Barbosa.

Pag. 281 — Vasco Mousinho de Quebedo

Bem merecia ser memorado na nossa monumental edição este illustre cantor dos feitos do ultimo rei cavalleiro, feitos tão superiormente descriptos em bellas estrophes no seu poema *Affonso Africano*. Do famoso poeta do seculo XVI não se conhece retrato algum, sendo o que nós aqui publicamos reproduzido da magnifica estatua de Victor Bastos, uma das oito que circumdam o monumento a Camões, em Lisboa.

Pag. 285 — Columnas de azulejos da Sé Velha de Coimbra

Não são das menores bellezas do vetusto templo as duas fileiras de columnas, todas revestidas de azulejos, que separam em tres naves a sumptuosa egreja. Não podemos precisar a data em que elles foram fabricados, e estranhamos não encontrar a tal respeito noticia nos varios livros que conhecemos tractando da formosa cidade de Coimbra; e não são poucos esses livros.

Digitized by Google

Pag. 288 — **Um trecho ornamental da Batalha**

Nada temos a accrescentar ao que dissémos a pag. 622, quando nos referimos ao Claustro Real.

Pag. 289 — **Claustro do convento de Thomar**

Ainda por um lapso typographico sahiu Batalha, onde deveria ter sahido Thomar, de cujo claustro é reproducção o desenho que o leitor tem á vista. De todos os edificios religiosos é o de Thomar o que maior numero de claustros encerra, pois que conta nada menos de oito. O que a nossa gravura representa, e que é chamado *do cemiterio*, porque n'elle se fazia o enterramento dos cavalleiros de Christo, é um lindo specimen da architectura gothica, ainda no seu estado de pureza; esse claustro tem uma só galeria, de quatro lances, com arcos de ponto subido ou ogivaes, sustentados por columnas duplas, delgadas, e rematando em graciosos capiteis guarnecidos de folhagem. Ha n'elle magnificos mausoléus, entre os quaes se destaca o que encerra os restos de D. Diogo da Gama, esmolér de D. Manuel, fallecido em 1552, e que a mesma gravura deixa vêr muito bem. O claustro do cemiterio é um dos que alli fundou o infante D. Henrique.

Pag. 293 — **Arco da Conceição em Alemquer**

O sub-titulo, porta antiga do castello, bem está indicando a ancianidade da sua construcção. Era esta a porta da praça, mas não lhe podemos marcar epocha de fundação, porque não a encontrámos em documento algum dos que procurámos para a confecção d'estas notas. Porque lhe foi dado o nome de porta da Conceição, é que se sabe muito bem, por ser facto relativamente moderno. Em principios do seculo XVIII havia sobre aquelle arco um quadro representando N. S. da Conceição, com a qual o povo da villa e dos arredores tinha grande devoção, cobrindo as paredes, em volta do quadro, de promessas e ex-votos. O prior da Varzea vendo isto, em 1740, mandou então construir sobre o arco uma capella, onde collocou o quadro, fazendo tambem alli sua casa de residencia, o que tudo lhe custou 400$000 réis. Casa e capella pertencem actualmente á junta de parochia.

Pag. 297 — **Um trecho ornamental da Batalha**

Veja-se n'estas mesmas notas o que deixamos dito, a pag. 622, ácerca do Claustro Real.

Pag. 301 — **O altar-mór da Sé Velha de Coimbra**

Obra do bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, que exerceu o episcopado durante 62 annos, de 1488 a 1543, este altar-mór, todo em talha, é um trabalho delicadissimo, de muito bom gosto, ostentando em seus lavores e rendados grande mimo e elegancia. No capitulo XXXII da sua *Conquista... de Coimbra*, diz Gasco que é no genero o trabalho mais curioso e subtil que se sabe haver em Hespanha; no seu precioso livro *Les Arts en Portugal*, o conde de Rackzinsky considera-o do mais puro estylo gothico; na *Lyrica*, diz Garrett que é este o mais fino, perfeito e delicado lavor gothico em talha de que teve noticia e que talvez exista; e Vilhena Barbosa, a pag. 386 do *Panorama*, de 1855, classifica-o entre as obras que revelam a um tempo, na prodigiosa variedade de desenhos, uma imaginação viva e fecunda; na perfeição do trabalho, aquelle estudo e esmero que só podem nascer do amor pela arte; e, finalmente, na concepção de tantos primores, aquelle gosto apurado que, em qualquer nação, caracterisa a florescencia das artes.

Pag. 305 — **Alvaro Vaz d'Almada em Alfarrobeira**

O tristissimo episodio, representado pela nossa gravura encontra-se descripto a pag. 380 e seguintes do presente volume.

Pag. 309 — **Antiga muralha de Vizeu mandada construir por D. Affonso Henriques**

Por mais de uma vez tivemos já occasião de dizer que, das cidades de Portugal, é Vizeu uma das que maior numero de monumentos antigos encerra. Esta cidade fôra cingida desde tempos immemoriaes por uma cerca de que ainda em tempo de D. Affonso Henriques se divisavam vestigios, suppondo-se até que essas muralhas deviam já ter quatrocentos annos. Affonso Henriques entendeu que, para a defender de invasões do inimigo, devia levantar nova cerca, o que fez, sendo a porta que a nossa gravura representa ainda uma das da nova cerca.

Pag. 313 — **Entrada para a casa do capitulo na Batalha**

Leia-se a pag. 622 o que fica dito a respeito do Claustro Real.

Pag. 317 — **Um trecho ornamental da Batalha**

Repetimos quanto a esta gravura o que acabamos de dizer quanto á de pags. 313.

Pag. 320 — **Antiga muralha de Vizeu — Outro aspecto**

Sobre esta gravura nada temos a accrescentar ao que fica dito em meia duzia de linhas acima sobre a antiga muralha de Vizeu.

Pag. 321 — **Sé da Guarda**

Esta cathedral é uma das mais vastas e sumptuosas de Portugal, de bella architectura gothica, sendo exteriormente construida de boa cantaria e interiormente ornada de bellos marmores e de primorosa talha dourada. Durou a sua construcção mais de um seculo, pois que tendo começado em tempo de D. João I, logo depois das guerras com Castella, só terminou no reinado de D. João III. Antes d'esta tinha havido outras egrejas servindo de Sé: a primeira, pequena, de fabrica humilde, fôra começada em 1197 por D. Sancho I e concluida em 1214 por D. Affonso II. Como era pequena, D. Pedro mandou construir outra em sitio mais espaçoso, fóra dos muros da cidade, em 1360. Foi, porém, arrazada por ordem de D. Fernando I, afim de desaffrontar as fortificações da cidade, ficando a Guarda sem cathedral, até que D. João I, solicitado pelos bispos, mandou construir a que a nossa gravura representa, e que se encontra em magnifico estado de conservação.

Pag. 325 — **Claustro do convento da Batalha**

Leia-se o que fica dito a proposito do Claustro Real, a pag. 622 d'este volume.

Pag. 329 — **Diogo Gonçalves Travassos**

Fidalgo illustre e creado muito valido d'El-Rei D. João I, Diogo Gonçalves Travassos fez parte dos valerosos varões que tomaram Ceuta, sendo em 1415 armado cavalleiro pelo infante D. Pedro. Foi muito honrado até depois da sua morte, pois que teve o privilegio de ser enterrado dentro da egreja da Batalha, na qual, além das pessoas reaes, ninguem podia ser sepultado. Ainda que modificado nos trajes, o retrato que damos conserva todos os traços physionomicos d'aquelle de que foi copiado, que é o que vem no já por nós tão citado livro *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*. No elogio que o acompanha vemos que é esta a origem do retrato: «Damos o seu retrato da mesma forma que nos foi remettido do dito Convento (da Batalha), quando o mandámos pedir, com o mesmo escudo de armas que se vê na sepultura».

Digitized by Google

Pag. 333 — Altar do Sacramento da Sé Velha de Coimbra

Transcrevemos para aqui do excellente livro de Augusto Mendes Simões de Castro, *Guia Historico do Viajante em Coimbra*, o que aquelle erudito escriptor diz ácerca da monumental capella: «E' toda de pedra e torna-se apreciavel pela sua forma elegante e pelo esmero e bom effeito das suas esculpturas. E' quasi circular e guarnecem-n'a duas ordens de nichos com bellos lavores, nos quaes se vêem as estatuas de Christo e dos Apostolos cinzeladas com primor. A abobada tambem se ostenta elegante e aprimorada nos medalhões e outros delicados lavores que a adornam. N'ella se vê esculpida a data de 1566. Foi mandada construir esta capella pelo bispo conde D. João Soares. Este prelado jaz sepultado n'esta mesma capella sob uma campa rasa e sem brazão, epitaphio nem signal algum das suas altas dignidades».

Pag. 336 — Casa onde nasceu o infante D. Henrique

Existem no Porto, entre a antiga rua dos Inglezes, actualmente rua do Infante D. Henrique, e a Fonte Taurina os restos dos antigos paços dos reis portuguezes n'aquella cidade, e onde nasceu o glorioso infante. Ainda lá se vê, como a nossa gravura o mostra, um brazão com as armas reaes, junto á porta principal da velha alfandega. Sobre a porta d'esta casa historica foi mandada collocar, em 1894, por occasião do centenario do grande iniciador dos descobrimentos portuguezes, uma lapide commemorando o facto do nascimento n'aquella casa do grandioso vulto. A nossa gravura bem claramente mostra essa lapide, que está dentro de uma linda moldura de cantaria, estylo manuelino.

Pag. 337 — Angulo do Claustro Real da Batalha

A pag. 622 ao tractarmos d'este Claustro já dissémos o que deviamos aqui dizer ácerca do sumptuoso edificio da Batalha.

Pag. 341 — Caravellas do infante D. Henrique passando por Sagres

Serve esta gravura para mostrar ao publico qual a fórma das caravellas que a tão longinquas paragens levaram a fama do nome portuguez, e bem assim o aspecto que n'aquelles seculos atrazados apresentava o abrupto promontorio, em que D. Henrique estabelecêra o observatorio, d'onde mais tarde havia de irradiar todo o grande renome e gloria dos navegadores portuguezes.

Pag. 345 — Portal das capellas imperfeitas da Batalha

Remettemos o leitor para o que ácerca do Claustro Real do mesmo edificio dissémos a pag. 622 d'este volume.

Pag. 349 — Casa do Infante D. Henrique e capella em Sagres

A villa de Sagres foi fundada, ou, com mais probabilidade, reedificada em 1419 pelo glorioso infante que lhe deu o nome de Terça Naval ou Villa do Infante, ou Villa Nova do Infante, nomes pelos quaes a povoação foi conhecida. N'ella assentou elle a sua residencia, para dirigir as descobertas que os Portuguezes realizaram em terras de além mar. Foi elle quem alli fundou o primeiro observatorio astronomico de Portugal, estabelecendo em seu proprio palacio as aulas de mathematica, nautica, geographia, astronomia, cosmographia e commercio. Foi n'estas escolas que se crearam os grandes navegadores que tanto honraram o nome e a patria portugueza. Na casa em que o infante morreu, foram mandadas collocar em 1839 duas lapides de marmore, n'uma das quaes se vêem gravadas as armas do infante, tendo por timbre uma cabeça de serpente alada, com a divisa do infante: *Talent de bien faire*, e aos lados um globo terrestre e um navio á vella, e na outra uma inscripção rememorando os relevantes serviços pelo infante prestados á sua patria.

Pag. 352 — Construcção de uma caravella segundo desenho antigo

A ingenuidade do desenho bem está marcando a epocha em que elle foi feito e que deve ser justamente aquella em que nos estaleiros portuguezes se fabricavam aquellas originaes embarcações com que parece quasi um milagre que se atravessassem milhares de leguas pelo oceano.

Pag. 353 — Tumultos populares durante a regencia de D. Pedro

Prolonga-se pelas pag. 173 e seguintes d'este volume a descripção do periodo tumultuoso com que se iniciou a regencia do infante D. Pedro, e que inspirou ao nosso illustrador o interessante quadro que o leitor tem ante os olhos.

Pag. 357 — Fonte de S. Lourenço, em Torres Vedras

Esta fonte, vulgarmente conhecida pela denominação de Fonte dos Canos, é um dos mais antigos e curiosos monumentos da velha villa de Torres Vedras. Consta de dois tanques, um superior e outro inferior e corre-lhe em volta, em semi-circulo, uma arcada com cinco arcos ou porticos de pedraria lavrada e fabricada segundo a architectura gothica. Por cima dos arcos e em todo o semi-circulo existem ameias e fogaréos, e na frente dos mesmos arcos está mettida uma lapide em que está esculpida uma inscripção latina, que, em vulgar, quer dizer: Esta obra foi levantada debaixo da inspecção do licenciado Duarte Velho, juiz, por mandado da Infanta Nossa Senhora, no anno de 1561. Esta infanta, donataria então da villa, devia ser D. Maria, filha de D. Manuel, fallecida em 1577. Posteriormente este monumento soffreu varias modificações, sendo a mais notavel em 1831, como se póde vêr pelas duas outras inscripções latinas que se lêem por cima da segunda e da quarta ogiva da arcada.

Pag. 361 — Face lateral da egreja da Batalha

Pelas razões já expostas a pag. 622 d'este volume, quando tractámos do Claustro Real, não damos aqui nota alguma ácerca do monumental edificio.

Pag. 365 — Promontorio de Sagres

Este promontorio, padrão de glorias patrias porque sobre elle construira o infante Navegador o primeiro observatorio de Portugal, fórma uma peninsula chamada a *Ponta*, de 1:000 metros de comprido por 445 de largo, sendo toda composta de um escalvado rochedo, quasi todo minado pelo mar.

Pag. 368 — Affonso Domingues, Architecto do convento da Batalha

E' de Affonso Domingues e não de Matheus Fernandes o busto representado na nossa galeria; e provém a troca do nome na epigraphe de ser sob a denominação de Matheus Fernandes que elle se encontra nos *Retratos* e *Elogios dos Varões e Donas*, etc. Este Affonso Domingues, que foi quem planeou e dirigiu a grandiosa obra do convento da Batalha, era natural de Lisboa, da freguezia da Magdalena, sendo porém ignoradas as datas do seu nascimento e da sua morte. O retrato que publicâmos é, como dissémos, copiado da dos *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*, que por sua vez o copiaram da sua estatua que serve como de cariatide a um dos arcos da casa do capitulo no convento da Batalha.

Digitized by Google

Pag. 369 — **D. Duarte lendo o Leal Conselheiro**

Não ha ninguem que ignore que D. Duarte, que, pelo seu amor ás sciencias e ás lettras, mereceu o cognome de Eloquente, foi o primeiro rei portuguez que em seus paços ordenara livraria, a qual se compunha de oitenta e duas obras diversas. Esta tendencia pela litteratura e pela sciencia cultivou-a o illustrado monarcha, escrevendo varias obras de alto valor, que até á primeira metade d'este seculo permaneceram ignoradas, sendo apenas conhecidos os seus titulos. Das suas obras a mais notavel é o *Leal Conselheiro*, cuja primeira edição, de Paris, 1842, tem o seguinte titulo: *Leal Conselheiro, seguido da Arte de bem cavalgar. Dado pela primeira vez á luz sobre o manuscripto original da Bibliotheca Real de Paris, com notas philologicas e um glossario das palavras antigas, por José Ignacio Roquete:* é in 4.º maximo com um fac-simile do manuscripto. Ha uma segunda edição d'este livro feita em Lisboa, na *Typographia Rollandiana*, 1843. Acerca d'esta celebre obra, que inspirou ao nosso illustrador a magnifica scena que o leitor tem presente, ha nos tomos 8.º e 9.º dos *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*, Paris 1820, um trabalho philologico, muito digno de apreço de Candido José Xavier.

Pag. 373 — **A Pena em Cintra no seculo XV**

A primitiva ermida que existiu no sitio em que actualmente se vê o grandioso palacio da Pena, foi fundada pelos annos de 1372, por D. Henrique Manuel de Vilhena, tio de D. Fernando I, para n'ella se encerrar uma imagem de N. Sr.ª que, segundo a tradição, alli foi encontrada n'essa epocha; é o elegante desenho da ermida n'esse tempo que a nossa gravura representa copiado do livro de Duarte d'Armas. A capellinha foi creando fama e devotos, até que D. Manuel, depois de haver pedido licença a Alexandre VI, mandou destruir a ermida, aplanar e alargar o terreno em que ella se levantava, despontando a grande penha a ferro e fogo, o que foi obra de grande trabalho e despeza, e construir de madeira uma nova casa que doou aos Monges Jeronymos. Poucos annos volvidos, em 1503, andando o mesmo monarcha á caça n'aquelle sitio, diz a tradição que elle avistára uma frota de nove vélas que demandava a barra de Lisboa, e que mostrava ser parte da expedição que em 1502 enviara pela segunda vez á India, capitaneada por Vasco da Gama; em memoria de tão feliz e inesperado regresso, mandou o venturoso monarcha destruir a antiga casa de madeira e erigir outra moderna, capaz de estabilidade, encarregando da sua construcção o architecto italiano João Potassi; fez-se outra nova egreja, claustro, dormitorio, officinas, campanario, etc., tudo de laçaria de pedra, com todo o primor da arte architectonica d'aquelle tempo. Muito posteriormente Philippe II mandou-lhe fazer varias reparações necessarias, entre as quaes a collocação de azulejos nas paredes da egreja, para a preservar da humidade. O sacrario de alabastro que ainda se admira n'essa egreja, foi doação de D. João III, que o mandara fabricar pelo notavel esculptor Nicolau Romano. Decorreram annos, o tempo foi causando damnos no mosteiro, o que vendo D. João V o mandou logo reparar em 1743. Supprimidas as ordens religiosas em 1834, ficou aquelle regio edificio completamente abandonado até 1838 em que D. Fernando II o adquiriu por compra, ordenando que se procedesse a novas obras e se reparassem as antigas, guardando sempre a mesma primitiva ordem de architectura. Interiormente mudou as cellas em grandes salas e camarins, transformando assim no primoroso palacio acastellado que é a delicia de quantos o vêem o antigo Mosteiro dos Monges Jeronymos.

Pag 377 — **D. Affonso V**

A Manuel de Macedo, tão conhecedor de velharias e costumes antigos, se deve o primoroso retrato que temos na nossa presença do rei cavalleiro, notando-se em todas as suas minucias e mais detalhados pormenores tanto no trajo e armas do monarcha, como nos arreios e jaezes do cavallo, o maior rigor historico.

Pag. 381 — **Fachada principal do palacio real de Cintra**

O edificio primitivo em que hoje se levanta o gracioso palacio de Cintra era alcaçar de Mouros, onde residia o governador do castello, e de que ainda restam vestigios, como são a sala, que se suppõe ter sido de banhos, e que é sem duvida um dos mais bellos monumentos da antiguidade, e os fragmentos de uma Mesquita. Aqui pernoitava D. Affonso IV quando ia para as mattas de Cintra, a caçar, o que, como se sabe, era uma das suas diversões predilectas. Quanto á epocha de sua reedificação, ha duvidas, sendo porém certo que é ella devida a D. João I, suppondo-se com bons fundamentos que esse facto se realizasse em 1415, quando o valeroso monarcha voltou da conquista de Ceuta. El-rei D. Manuel o accrescentou, quando o reedificou em parte, pelos annos de 1507 a 1519, conservando-lhe sempre a mesma ordem de architectura. O erudito abbade de Castro, na sua interessante monographia *Descripção do Palacio real na villa de Cintra*, etc., diz acerca da construcção geral do sumptuoso edificio o seguinte: «Todo elle é construido de boa cantaria, e de uma solidez e firmeza que parece affrontar os seculos. As suas fachadas, columnas, arcos, capiteis, e bases são guarnecidas de um numero immenso de engraçados ornatos, esculpturas e baixos relevos; a cada passo está sobresahindo a elegancia, a graça, a phantasia e delicadeza do antigo cinzel oriental. Architectura sublime e magestosa, colossal, não monotona e compassada, mas rica de variedade; não silenciosa e muda, mas animada e viva, fazendo falar as pedras que os nossos antepassados souberam tão felizmente imitar, e conservar até ao glorioso reinado d'el-rei D. Manuel». Referindo-se á parte do edificio que a nossa gravura representa, escreve o douto abbade:... «com a frontaria para o sul, e composta de seis membros, diversos uns dos outros no tamanho, na altura, e no feitio, mas cada um d'elles sobre si, com harmonia de frontispicio, nos differentes ornatos de que se compõe a architectura arabe, ou mourisca: contendo ao todo quarenta janellas em frente distribuidas em duas ordens fóra de symetria como é belleza n'esta ordem de architectura. No centro do edificio, na porta externa está uma varanda extendida ao longo cercada de balaustres de marmore branco, para a qual se sóbe por treze degraus de egual cantaria, e no meio da referida varanda ergue-se uma perenne fonte com quatro bicas desaguando, de uma concha circular, dentro de um tanque lavrado, e deixando-o cheio, sóme-se n'elle, e vae ao lago do pateo».

Pag. 385 — **Claustro de D. Diniz no convento de Alcobaça**

Este claustro, em que ha muito que vêr e que apreciar, é formado por duas séries de arcos ogivaes d'uma belleza delicadissima; no plano superior, são muito dignos de especial reparo, para quem ama a arte, os quatro arcos abatidos nos angulos de cada face do plano. Na face d'este claustro, que olha ao poente, foi construido por D. Manuel, segundo diz Fr. Bernardo de Brito nos seus *Elogios dos reis de Portugal*, o primeiro pantheon real, a que elle deu o nome de Gallilé, e que mais tarde foi chamado Casa dos Reis. Posteriormente, D. Diniz, quando mandou construir este claustro, deixou ainda duas faces inferiores

Digitized by Google

reservadas para o mesmo fim; assim é que lá vamos encontrar grande numero de campas, entre as quaes a que encerra os ossos dos heroes mortos em Aljubarrota. A um dos lados do claustro de D. Diniz ha um tanque, que é uma verdadeira obra de arte pelos bellissimos relevos que apresenta nas suas faces externas e pela elegancia do meio em que está collocado.

Pag. 389 — **Palacio real de Cintra**

O que em poucas linhas acima dissémos ácerca d'este palacio, quando tractámos da sua fachada principal, dispensa-nos de nos referirmos aqui a elle pela segunda vez.

Pag. 393 — **Castello de Evora-Monte**

Situada n'um alto, d'onde se avista uma grande parte da provincia do Alemtejo, Evora-Monte é uma povoação antiquissima, não se sabendo ao certo quem foram os seus fundadores, attribuindo-se-lhe uma origem que a faz remontar a mais de 3:800 annos de existencia. Parece que já tinha algumas obras de fortificação do tempo dos Romanos, mas foi D. Diniz quem a cingiu de muralhas e lhe edificou o castello, em 1312. O espantoso tremor de terra de 1531, que se repetiu por intermittencias durante oito dias, causou grandes ruinas n'esta villa, demolindo muitas casas e parte das fortificações. D. João III mandou reedificar a parte arruinada das muralhas e algumas das casas das mais pobres. Têem, porém, passado os annos, o castello ficou de todo abandonado, e é por isso que elle se encontra muito arruinado, como se vê pela nossa gravura.

Pag. 397 — **Egreja e convento da Flor da Rosa, em Crato**

Deve este magestoso edificio a sua fundação ao grão-prior do Crato, D. Alvaro Gonçalves Pereira, pae do santo condestavel; foi construido em 1356, sendo a capella dedicada a Nossa Senhora das Neves. E', como se vê, de architectura gothica e de excellente fabrica. Este edificio, que mais é castello do que templo, foi o alcaçar do seu fundador e devia então ser uma inexpugnavel fortaleza, pois é todo construido de robusta cantaria e coroado em toda a sua extensão de ameias, guaritas e cubellos. Quasi todo o edificio se encontra em completa ruina, á excepção da egreja, a meio da qual se vê o tumulo em marmore do fundador, mandado erigir, ao que parece, pelo filho, o condestavel; no cruzeiro existe ainda outro tumulo egualmente de marmore, sobre seis leões, no qual está sepultado o grão-prior do Crato D. Diogo Fernandes de Almeida.

Pag. 400 — **Pia baptismal da Sé de Braga**

E' um bello specimen da esculptura em pedra do seculo XVI, e foi construido por occasião das grandes reedificações a que se procedeu na velha cathedral de Braga, n'aquella epocha.

Pag. 401 — **Tumulo do D. Duarte de Menezes**

Esta formosa peça de architectura do seculo XV fôra mandada fabricar logo depois da morte do valeroso soldado de Ceuta pela condessa de Vianna, sua esposa, no convento de S. Francisco, de Santarem, d'onde no ultimo quartel d'este seculo foi trasladada para o Museu districtal da mesma cidade, como obra muito digna de ser conservada e admirada. Este D. Duarte de Menezes, filho natural de D. Pedro de Menezes, foi um valente guerreiro e um dos mais bellos homens do seu tempo. Nascera em 1414, e aos 15 annos mostrou tanta bravura n'um ataque contra os Mouros, que seu pae, mesmo no campo de batalha e á vista do inimigo, o armou cavalleiro. Foi alferes-mór na jornada de Tanger, alcaide-mór e fronteiro-mór do castello de Beja, general no tempo do regente, e embaixador em Castella, onde prestou relevantes serviços á patria; acompanhou D. Affonso V a Alcacer-Ceguer, onde excedeu em prudencia e bravura os maiores capitães portuguezes, sendo por este facto nomeado governador d'aquella praça. Chamado á patria por aquelle monarcha, em 1460, foi por elle recebido com grandes distincções e feito conde de Vianna. Regressando a tomar conta do seu governo em Alcacer Ceguer, teve de luctar novamente com os Mouros, sendo por estes despedaçado n'um recontro em 1464, com 50 annos de edade apenas. O seu cadaver desappareceu completamente. Mas a esposa, que muito quiz honrar a memoria do marido, mandou levantar aquelle grandioso mausoléu, depositando n'elle um dente que D. Duarte de Menezes lhe déra pouco antes da sua partida para a Africa.

Pag. 405 — **Egreja de S. Christovam, de Coimbra**

N'este paiz, que era um verdadeiro filão de monumentos archeologicos de todas as epochas, parece que houve sempre o mau sestro de destruir e damnificar tudo quanto representasse uma manifestação de arte; e isto bem se podia comprehender e desculpar nos seculos transactos; no presente seculo não se comprehende nem se desculpa. Vem esta ligeira consideração a proposito do vandalismo commettido ha annos em Coimbra, onde, para se edificar um pardieiro, que dá pelo nome de theatro D. Luiz, se deitou abaixo a vetusta egreja de S. Christovam, que era um dos mais delicados specimens da arte romanica, contemporanea da Sé Velha, e que fôra mandado construir em 1110 por D. João Peculiar. Felizmente que uma gravura antiga, que ainda existia, representando esse edificio, permittiu que se não perdesse de todo a memoria d'elle; pois que foi d'essa velha gravura que o sr. Julio do Valle e Sousa copiou a preciosa aguarella que enriquece as paginas da nossa monumental edição da *Historia de Portugal*.

Pag. 409 — **Exterior da Capella-mór da Sé de Braga**

O arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), vendo prestes a cahir em ruinas o edificio da sua Sé Cathedral, deu principio á obra de reparação no corpo do vasto templo e reconstruiu a capella-mór, entregando a execução d'esse trabalho a artistas biscainhos que habitavam n'uma das ruas cujo nome ainda os torna lembrados. E' um bello specimen do estylo manuelino. Pouco abaixo da janella do centro vê-se esculpturada em pedra uma imagem de N.ª S.ª do Leite com o escudo de D. Diogo de Sousa á esquerda e o de el-rei D. Manuel á direita, repetidos ambos no alto do edificio e no interior da capella-mór que mede 10,m56 de comprido por 6,m73 de largo. A abobada de pedra, bellamente coberta de nervuras, está pintada... a fingir pedra! desde 1533 até maio de 1877 conservaram-se ao fundo da capella-mór os dois tumulos que encerram os restos mortaes do conde D. Henrique, fallecido em Astorga no anno de 1112 e sepultado a seu pedido na Sé de Braga; assim como os da rainha D. Thereza, fallecida em Coimbra no 1.º de novembro de 1130 e transportada para alli por ordem de seu filho D. Affonso Henriques. Para a collocação d'estes tumulos mandou D. Diogo de Sousa cortar do lado direito o altar-mór de pedra de Ançã, que representa a resurreição de Christo e os 12 apostolos collocados aos pares d'um e outro lado, tudo primorosamente esculpturado entre formosos arabescos. Que o desacato foi commettido no tempo de D. Diogo de Sousa prova-o o frontal bordado a matiz e ouro que el-rei D. Manuel mandou fazer na India, offerecendo-o com as dimensões exactas do altar cortado. E', pois, de suppôr que este precioso altar esculpturado em pedra pertencesse á anterior capella-mór do tempo do conde D. Henrique. Hoje está vestido de madeira!

Digitized by Google

Pag. 413 — Porta da Villa de Niza

Não é a primitiva villa de Niza a actual povoação d'este nome; a primeira não se sabe quando nem por quem foi fundada, sendo com toda a certeza povoação de fundação anterior ao seculo VIII. Segundo a tradição, essa villa primitiva foi mandada arrazar por D. Diniz em castigo de tomar partido por seu irmão, o infante D. Affonso que em 1287 lhe quiz disputar a corôa; tem, porém, poucos visos de verdade esta tradição, pois se sabe que foi justamente o infante D. Affonso quem a saqueou e a incendiou. Arrazada e deserta, D. Diniz tractou da sua reedificação em local mais ameno e apropriado, encarregando da direcção das construcções a D. Frei Lourenço Martins que era ao tempo mestre dos Templarios. Isto foi em 1290; em 1296 estavam já as obras concluidas, tendo-se para ellas aproveitado todo o material da antiga cidade, muralhas, castello, etc. A nova villa foi tambem cercada de muralhas, guarnecidas de torres e cubellos, com seis portas, uma das quaes a nossa gravura representa. Em breve, porém, o recinto não poude conter a povoação que se alastrou para fóra d'essas portas, a ponto de occupar hoje uma área quatro vezes maior do que a que lhe fôra demarcada pelo fundador.

Pag. 417 — Bartholomeu Dias collocando o primeiro padrão

Começa a epocha das descobertas e com ella a collocação d'aquelles monumentos com que os Portuguezes iam demarcando os terrenos que tomavam e com os quaes alargavam o ambito do nosso poderio, que attingiu um apogeu, a que nunca povo algum antes do nosso conseguira chegar. E' uma d'essas scenas, que constituem decerto uma grande festa para os denodados marinheiros portuguezes, que a nossa gravura tão expressivamente reproduz.

Pag. 421 — Tumulo do infante D. Affonso, filho de D. João I

Está este tumulo, que é de cobre, dentro de um arco aberto na parede interior da fachada da Sé, á direita de quem entra. O infante falleceu em Braga a 22 de dezembro de 1400 e foi sepultado na Sé. Annos depois encerrou-se n'este tumulo de cobre dourado que para esse fim veiu de Borgonha offerecido por sua irmã a infanta D. Izabel, mulher do duque D. Philippe o Bom. As columnas da frente assentavam sobre dois leões de cobre e á cabeceira do infante havia um anjo do mesmo metal com as mãos postas. Uma e outra cousa desappareceram, assim como a perna direita da figura e parte dos caracteres gothicos da inscripção que tem no friso.

Pag. 425 — Tumulo de D. João I, na Batalha

E' a meio da capella do fundador que existe este tumulo, uma das muitas e preciosas obras de arte do grandioso edificio. Já a pag. 77 d'este volume damos este monumento, que n'este logar repetimos, para se poder avaliar a belleza architectonica da capella, que é sem duvida uma das obras mais primorosas que encerra o templo da Batalha. A descripção d'este tumulo deixâmol-a nós feita a pag. 619.

Pag. 429 — Porta joannina da extincta capella interior do paço dos duques de Bragança em Guimarães

Este paço, que ficava situado perto do venerando castello de Guimarães, era um edificio de vastas e agigantadas proporções, cujas paredes se acham hoje quasi todas desmoronadas, mantendo-se apenas de pé a frontaria do norte, cujo corpo central é quasi todo occupado por formosissimas janellas de mais de sete metros de altura, as quaes são um precioso exemplar de gothico puro. Estas janellas pertenciam á capella, cujo portico, que o leitor vê na estampa que lhe dâmos aqui, é formado de delgadas columnas e guarnecido de lindos silvados; deitava elle outr'ora para uma sala ou galeria do andar nobre e actualmente cahe sobre o pateo, pois quasi de todo se desmoronou a fachada d'este lado. Tinha as dimensões de uma grande egreja esta capella.

Pag. 432 — Egreja romanica de Serzedello

Fica esta povoação a cerca de 9 kilometros de Guimarães, e aquella egreja é ainda um dos melhores specimens da arte romanica em Portugal, podendo talvez attribuir-se a sua fundação ao seculo XII. Esta egreja foi de um mosteiro de monges benedictinos, passando no seculo XV a ser abbadia secular e mais tarde reitoria.

Pag. 433 — Nuno Tristão armando cavalleiro a Antão Gonçalves

Vem a pag. 308 a referencia a esta scena magnificamente tracejada pelo nosso erudito illustrador Manuel de Macedo.

Pag. 437 — Tumulo do bispo D. Tiburcio, na Sé de Coimbra

Ao sr. Valle e Souza devemos o prazer de reproduzir com tanta verdade e exactidão o tumulo do famoso bispo que tanto concorreu para a deposição de D. Sancho II. A reproducção que dâmos é tão perfeita que até n'ella se vêem os defeitos do ingenuo artista que esculpiu a estatua tumular.

Pag. 441 — Templo de Diana, em Evora

Acerca d'este notavel monumento romano, que tem sido assumpto de tantos e tão variados escriptos, encontrâmos n'um pequenino opusculo intitulado *Roteiro da cidade de Evora e breve noticia dos seus monumentos*, uma pequena noticia que, por ser clara e synthetica, para aqui reproduzimos: «Sahindo da Bibliotheca encontra o viajante as magnificas ruinas do templo romano, a que os Eborenses e muitos escriptores chamam *Templo de Diana*. Não é facil, senão antes impossivel, saber hoje a que pagã divindade foi sagrado o templo. O que se alcança com certeza é que desde os Pyreneos até á extrema occidental da peninsula não ha umas tão bellas ruinas architectonicas do grande povo, e que em Portugal é este arruinado templo o unico monumento, embora mutilado, da graciosa arte romana que possuimos. As bases e os capiteis corinthios são de marmore alvissimo e os fustes e a architrave de granito. Até ao mez de junho de 1870, estiveram estas bellas columnas meio escondidas em grosseira alvenaria da edade-média; hoje ostentam sua graça primitiva despida d'essas paredes dando a lembrar ao viajante uma das muitas ruinas, que ainda abrilhantam a cidade dos Cesares, a rainha do Tibre, a grandiosa Roma. Alli se guardam hoje muitas inscripções romanas, godas e portuguezas de varias epochas, treze das quaes foram da numerosa collecção do *Museu Sisenando*, creado em Beja por Cenaculo, e por diligencia do Bibliothecario o sr. dr. Simões para alli trazidas. Esta collecção epigraphica é a mais numerosa de Portugal. Por excavações feitas ha annos sabe-se que as aguas do aqueducto romano alli vinham cahir em grandes tanques que havia em volta do templo».

Pag. 445 — Arco de D. Izabel

A historia dá-nos noticia de tres cintos de muralhas em Evora, conhecidas pelos nomes de romana, fernandina e affonsina. Da romana, ha claros vestigios em diversos pontos da sua peripheria. Começava n'uma torre junto ao collegio do Espirito Santo, seguia pelos palacios dos condes de Basto e Ferreira, que ainda existem, Salvador, S. Paulo, Alcarcovas, Misericordia, Freiria, passando pelo arco

Digitized by Google

que a nossa gravura representa, e que fica antes do Salvador, indo a abraçar-se com a mesma torre, que se chamava Mouchinha, e que já n'este seculo foi arrazada. Não se pode saber qual fosse a epocha da sua construcção. Quer-nos parecer que a denominação que o arco tem de D. Izabel lhe fôra dada para honrar a memoria da infanta D. Izabel, filha de D. João I, que em Evora nascera em 11 de fevereiro de 1397.

Pag. 448 — Trazeiras do Paço dos duques de Bragança em Guimarães

O que poucas linhas acima dissémos acerca d'este palacio, quando tractámos da porta joannina da sua capella, dispensa-nos de nos alargarmos mais sobre a assumpto, pois que em tão ligeiras notas como estas são, não temos a pretenção de fazer a monographia dos diversos assumptos tractados.

Pag. 449 — Egreja matriz e castello dos duques de Bragança em Barcellos

A pag. 573 do 1.º volume d'esta obra já nós demos uma estampa representativa de Barcellos; esta, porém dá-nos um aspecto muito diverso da villa, deixando-nos vêr muito claramente a egreja matriz e o castello, dois monumentos que honram Barcellos. Sobre a origem da egreja não se conhece informação alguma segura, sabendo-se apenas que foi o duque D. Affonso o seu principal reformador e o que primeiro ahi pensou em crear uma collegiada como se deduz da provisão do arcebispo D. Fernando Guerra dada em Braga nos annos de 1433, 1434 e 1436; mas essa collegiada só foi erecta em 1464, pelo duque D. Fernando. O templo é vasto, de tres naves com formosos azulejos antigos, e a sua porta principal revela a sua veneranda antiguidade. Quanto ao castello, contentamo-nos em transcrever o que ácerca d'elle se lê na curiosa monographia *Memoria Historica de Barcellos, Barcellinhos e Famalicão*: Junto da ponte de Barcellos na margem direita do seu rio Cávado, n'uma forte e formosissima torre, toda de cantaria e altura notavel, principiava o espaçoso palacio dos condes e duques de Barcellos e Bragança, com communicação para a collegiada por um passadiço que já não existe, mas do qual ainda se observam vestigios na cachorrada de pedra existente e embutida no exterior da torre dos sinos, da mesma collegiada, do lado do sul, e na pequena porta existente ainda na mesma linha e lado, por cima do telhado da casa do despacho da confraria das Almas. Por baixo da torre d'este palacio, hovia tres portas de arcaria... O paço foi mandado construir, como o fôra o de Guimarães, pelo duque D. Affonso, sendo encarregado da inspecção d'essa obra Tristão Gomes Pinheiro, senhor da casa solar dos Pinheiros, que ainda lá existe em Barcellos.

Pag. 453 — Antão Gonçalves apresentando ao infante D. Henrique os primeiros escravos

Dá-se conta d'esta scena a pag. 309 d'este segundo vol. da nossa Historia.

Pag. 457 — Carlos o Temerario

O facto de correr nas veias d'este duque de Borgonha sangue portuguez, do que elle muito se orgulhava, demonstrando realmente pelos actos de valentia praticados que n'elle predominava justamente a parte portugueza do seu sangue e as relações que elle teve com D. Affonso quando este monarcha se dirigiu a França são motivos mais que sufficientes para que o seu retrato figure na galeria da nossa Historia. O que aqui publicamos é copia do que vem na *Historia de França*, de Henri Martin.

Pag. 461 — Sé Velha de Coimbra

E' mais um aspecto d'este celebrado e magestoso templo, um dos principaes e mais historicos monumentos de Portugal, que ora dâmos. Como diz Augusto Mendes Simões de Castro no seu erudito *Guia historico do Viajante em Coimbra e arredores*, antiguidade veneranda, aspecto imponente, e grandioso, bellezas e excellencia de architectura, notabilidades artisticas, restos de pessoas illustres que encerra este edificio e recordações de notaveis acontecimentos a elle ligados, tudo concorre para fazer celebre e importantissima esta velha cathedral. D'onde não é para admirar que publiquemos tão variados detalhes do venerando monumento.

Pag. 464 — Pelourinho de Pinhel

O pelourinho, esse emblema de ignominia que campeava n'um grande numero de villas e cidades de Portugal, deu ensejo a grandes manifestações artisticas, da parte dos esculptores a quem era confiada a sua fabrica. Em Portugal ha-os lindissimos, de uma phantasia extraordinaria, d'uma finura e delicadeza de execução estranha, alguns d'elles verdadeiras obras de arte. Não é dos menos interessantes, pela elegancia com que está lançada a sua columna, o de Pinhel, uma das mais antigas povoações da Lusitania.

Pag. 465 — Porta principal do convento da Batalha

Depois do que dissemos a pag. 612 ao tractarmos do Claustro Real, nada podemos aqui accrescentar sobre o grandioso portico da Batalha.

Pag. 469 — Um aspecto das Naves da Sé de Coimbra

Excusado será dizer que é da Sé Velha este novo aspecto representado pela nossa gravura; como por ella se vê, o interior do templo em nada desdiz da nobre e veneranda apparencia da parte externa. A sua architectura simples mas magestosa, o seu aspecto de ancianidade, uma claridade moderada tão propicia aos actos e sentimentos piedosos, tudo nos enche a alma, como disse Garrett, de um certo não sei que entre goso, respeito, devoção, melancolia e suavidade, que podemos alli estar horas esquecidas sem nos lembrar nem importar mais nada.

Pag. 473 — D. Fernando V de Castella

A parte activa que este monarcha castelhano tomou nas relações com Portugal exigiu a reproducção do seu retrato na nossa galeria. Esse retrato é calcado sobre o que apparece na *Historia de Hespanha* de Lafuente.

Pag. 477 — Tumulos dos infantes na Batalha

Ao lado sul da capella do fundador, estão abertos no grosso da parede quatro arcos, que a nossa gravura representa, contendo os jazigos dos quatro infantes, filhos de D. João I. O primeiro, do lado do poente, é o do filho mais velho, o duque de Coimbra D. Pedro, que veiu a morrer na infausta batalha da Alfarrobeira; a par do seu tumulo, para a parte interior do arco, está outro encerrando as cinzas de sua mulher D. Izabel filha do conde de Urgel, D. Jayme; no friso do tumulo tem a seguinte legenda em lettra gothica: DÉZIR. No segundo arco, a seguir, está o mausoleu do 2.º filho de D. João, o infante navegador, D. Henrique; na orla do tumulo tem como legenda a sua divisa: TALENT DE BIEN FAIRE. E' do terceiro filho do Mestre de Aviz, o infante D. João, condestavel do reino, o terceiro tumulo; tambem a par d'elle, dentro do mesmo arco, está o tumulo de sua mulher, D. Izabel, filha do primeiro duque de Bragança; a legenda que corre na orla do friso é esta: J'AI BIEN RAISON. No quarto monumento repousam os restos do venerando infante Santo, trazidos das mãos dos infieis para este reino em tempo de seu sobrinho D. Affonso V; no friso do mausoleu lê se a seguinte inscripção: LE BIEN ME PLAIT.

Digitized by Google

Pag. 480 — **Pelourinho de Villa do Conde**

Ahi tem o leitor um dos mais elegantes monumentos d'esse genero existentes em Portugal, que os conta por centenas. «Se não fôra o foral que lhe (á Villa do Conde) foi dado por D. Manuel em 1516, e no qual se provou a estima em que o rei afortunado teve esta povoação, ahi estava esse pelourinho como documento artistico,... para demonstrar quanto se opulentou de galas no tempo de D. Manuel a joia engastada por D. Sancho no diadema da sua formosa amante». Esse trecho que ahi fica, transcrevemol o nós de José Augusto Vieira *(Minho Pittoresco)*, para authenticar a epocha em que o elegante pelourinho de Villa do Conde foi levantado.

Pag. 481 — **Sé Velha de Coimbra, antes de restaurada**

E' feita sobre uma bellissima gravura a talho doce de Lemaitre, gravura que adorna o excellente livro de Ferdinand Denis, *Portugal* (1846) a magnifica estampa que aqui dâmos, representando a magestosa cathedral antes de restaurada. A paginas 245 do primeiro volume da nossa *Historia* já démos o aspecto da mesma fachada depois de restaurada, e nas notas appensas no fim d'esse volume o que ácerca de tão venerando monumento poderiamos dizer.

Pag. 485 — **Cruzeiro de Porto de Moz**

Esta interessante povoação da Extremadura ergue-se a cerca de 15 kilometros de Leiria e é cheia de poeticas tradições. São celebres as ruinas dos seus arredores e bem mereceriam ser visitadas por um archeologo conhecedor. Ao meio da sua praça principal, levanta-se o pequeno cruzeiro que a nossa estampa representa, e que apresentamos ao leitor não como um vestigio das velhas edades, mas como um specimen d'aquellas lindissimas cruzes de pedra que com tanta frequencia se encontram no nosso paiz.

Pag. 489 — **D. Izabel I de Castella**

Foi decalcado sobre o magnifico retrato d'esta notavel princeza, que vem na esplendida edição da *Historia de Hespanha*, de Lafuente, o que vem enriquecer a galeria de retratos historicos que adornam a nossa edição. No texto de M. Pinheiro Chagas, encontrará o leitor a noticia das relações d'aquella princeza com o nosso paiz, que bem justificam o apparecimento d'esse retrato na nossa Historia.

Pag. 493. — **Entrada para o Castello de Evora Monte**

A pag. 628 d'este volume, n'estas mesmas notas já tractámos d'este castello, do qual agora damos a gravura representando a sua entrada.

Pag. 496 — **Tumulo de D. João Frei Coelho, em Leça do Bailio**

Ainda que pouco já alguma cousa dissémos nas notas do primeiro volume d'esta Historia, acerca de Leça do Bailio, pelo que não devemos tornar-nos agora mais extensos. Quanto ao tumulo representado pela nossa gravura acha-se elle na capella chamada de N. S. do Rosario, vulgo *Capella de ferro*, á direita do altar, debaixo d'um arco. Este Dr. Frei João Coelho fôra chanceller-mór de Rhodes, e falleceu em 25 de novembro de 1515. Como se vê sobre o tumulo está a sua estatua jacente. Na face do tumulo, está esculpido um anjo de pedra tendo nas mãos uma bandeira, contendo o epitaphio do sepultado; aos lados vêem se as armas dos Coelhos.

Pag. 497 — **D. Affonso V tentando fugir para a Terra Santa**

Veja-se a pag. 471 a descripção d'este extranho episodio da vida de D. Affonso, o Africano.

Pag. 501 — **Claustro em restauração da Sé Velha de Coimbra**

Nunca serão demais as gravuras que dêmos sobre este edificio pelas razões já expostas nas pequenas notas de que temos acompanhado n'este livro as gravuras já apresentadas.

Pag. 505 — **Luiz XI, rei de França**

São de tal ordem as relações mantidas entre D. Affonso V de Portugal, e o rei de França Luiz XI, que nos pareceu do nosso dever dar o seu retrato, que é a reproducção dos classicos retratos conhecidos do manhoso monarcha, que com tanta astucia e habilidade soube destruir o feudalismo em França.

Pag. 509 — **Tumulo de Fernão Telles no mosteiro de S. Marcos**

A pouca distancia da cidade de Coimbra encontra-se o celebrado mosteiro de S. Marcos, construcção do seculo XVI, que encerra uma esplendida collecção tumular, como nos parece que não ha outra egual no paiz. E' alli o pantheon dos Silvas, um dos quaes, João da Silva, foi um valente capitão de D. João II. O tumulo que a nossa gravura representa é a do denodado guerreiro Fernão Telles de Menezes.

Pag. 513 — **Nuno Tristão assaltado pelos negros**

Começam as navegações dos Portuguezes e com ellas a serie de episodios que tornaram a nossa historia uma das mais brilhantes do mundo, onde, pelo ardor bellicoso e valentia dos nossos maiores, Portugal conseguiu occupar um bello logar. A scena representada pela nossa gravura vem referida a pag. 308 d'este volume.

Pag. 517 — **Uma das portas do feudo dos condes de Basto mostrando a torre denominada de «Sertorio», em Evora**

O viajante curioso que ainda hoje quizer ver em Evora um specimen perfeito de um solar da edade média, procure o Pateo de S. Miguel, proximo da Sé, e a Torre chamada vulgarmente de *Sertorio*. Ahi verá o palacio antigo, formado a nordeste da muralha romana, e cercado de um grande numero de habitações isoladas d'elle, mas suas dependencias, que, ao modo de uma aldeia, poderiam ser habitadas por muitas familias, e cujo unico senhor feudal era o conde de Basto. Duas portas de arco redondo, uma das quaes a nossa gravura mostra dão entrada para elle: uma a oeste e outra a sodoeste. Por cima de cada arco existe ainda uma pedra de marmore, com o brazão das armas do conde de Basto.

Pag 521 — **Condestavel D. Alvaro de Luna**

A *Iconographia* de Carderera, que, pela consciencia com que foi organizada, é o melhor repositorio de retratos authenticos dos personagens que mais illustraram visinha Hespanha, tem-nos dado bellos subsidios para a nossa Historia; é ella que nos fornece mais este excellente retrato de D. Alvaro de Luna, que, pelas suas especiaes circumstancias, tanta intervenção tomou nos negocios de Portugal.

Pag. 525 — **Castello de Pinhel (Torreão ou prisão)**

Seja Pinho Leal quem mais uma vez nos ajude a dar conta aos nossos leitores da historia dos velhos monumentos de Portugal. Eis como elle nos descreve as fortificações e as torres de Pinhel, de uma das quaes nós dâmos um aspecto: «... as muralhas, das quaes ainda resta uma grande parte, eram de grande espessura e muito fortes. Das seis torres que tinha a praça apenas existem vestigios, e a do relogio foi nos principios d'este seculo substituida por outra que se vê sobre um angulo da praça, ainda com um

Digitized by Google

relogio. No alto da parte murada, havia um castello, com fortes muros (hoje quasi completamente demolidos) tambem com duas torres muito altas, que ainda lá se vêem muito firmes, apesar dos rijos empuxões das tempestades e do peso de cinco a seis seculos, pois foram mandadas fazer por el-rei D. Diniz, ultimo restaurador d'esta praça, em 1312. — A torre do lado N. defendia a porta principal do castello, e a outra torre estava, e está, um pouco mais ao S. — São ambas de granito superior, e bem trabalhado, ambas ainda conservam parte das ameias que as coroavam, e a do lado do S. tem a meio uma espaçosa janella, com mimosos lavores, e no topo, em um dos angulos, uma pedra, que avulta cerca de metro e meio além do prumo da torre, com um buraco, por onde jorrava a agua do eirado. — Representa aquella pedra uma mulher em posição caprichosa, mas indecentissima; offende porém pouco a honestidade publica, porque o castello hoje está ermo, e a tal estatua, pela grande altura em que se acha a custo se distingue da base da torre; e tanto esta como a sua companheira, já não tem escadas, nem pavimentos, e por conseguinte não pode observar-se de perto a figura que serve de embornal... E' muito para lamentar o abandono em que se acham estas duas torres, tão antigas, tão altas e tão solidas, e que ainda com tanto garbo e tão perfeito aprumo desafiam os seculos e os vendavaes, porque, alémdeserem dois importantes padrões da nossa historia, são marcos que se avistam de muitas leguas de distancia, e do alto d'elles, em dias de sol, se deve descobrir um dos mais largos horizontes de Portugal... Prescindindo do seu valor historico e archeologico, offerecem estas duas torres dois mirantes de subido merecimento, e estou certo de que, apenas sejam accessiveis, não irá a Pinhel um unico hospede, que as não visite e se não recorde d'ellas com saudade.»

Pag. 528 — Convento de Espinheiro, em Evora

Lê-se a pag. 30 e 31 do *Roteiro da cidade de Evora e breve noticia dos seus principaes monumentos*: «O mosteiro de N. S.ª do Espinheiro, cujos restos ainda hoje existem na distancia de 5 kilometros d'Evora, para o lado nordeste, foi erguido por mandado dos monges de S. Jeronymo em 1566 sobre as ruinas do antigo, que lhes mandára fazer o Bispo D. Vasco Perdigão em 1458. Assenta em sitio coberto de arvoredo, ameno e um tanto elevado, quasi ao centro do mesmo tracto de terreno, em que são mais numerosas e melhores as fazendas visinhas do concelho. O templo é tão alegre, tão magestoso e tão apuradamente acabado, que, ao vel-o assim abandonado e deserto, o coração aperta-se de magua. Ainda alli se conservam varias sepulturas e mausoléus de pessoas bem insignes da nossa patria, e uma capella do Senhor Morto que chama a attenção dos visitantes, pela finura e lavor de seus preciosissimos marmores. O convento está muito estragado e privado de todos ou quasi todos os objectos valiosos e notaveis que possuia, vendo-se ainda na cerca, prestes a desabar, a capella em que foi sepultado o grande Garcia de Rezende. N'esta casa recebeu el-rei D. Manuel as primeiras faustosas noticias do descobrimento da India. — A ida a este logar é um dos mais deliciosos passeios que o viajante pode dar em volta de Evora».

Pag. 529 — Os Mouros abandonaram a cidade de Tanger

Veja-se a pag. 410 e seguintes d'este volume a descripção do episodio pela nossa gravura representado.

Pag. 533 — Vista geral da cidade de Pinhel

Segundo a opinião de auctorizados geographos nacionaes e estrangeiros, Pinhel é povoação fundada pelos Turdulos no anno de 500 A. C. Com o peso dos seculos e das guerras achava-se naturalmente em lastimoso estado no tempo de D. Affonso Henriques que, portanto, em 1179 a povoou e restaurou, dando-lhe foral e grandes privilegios depois confirmados e ampliados por D. Sancho I, pelos outros reis seus successores. A ultima restauração foi a de D. Diniz, em 1312, que mandou fazer as duas torres no castello, como já acima tivemos occasião de dizer.

Pag. 537 — D. Izabel de Portugal, rainha de Hespanha

O bellissimo retrato que da formosa infanta portugueza aqui dâmos, é decalcado sobre o que vem na *Iconographia* de Carderera, que tão valiosos subsidios nos tem fornecido para a illustração da nossa Historia.

Pag. 541 — Castello do Alvito

Foi mandado construir o castello de Alvito em 1454 por D. João II, que d'elle fez doação a João Fernandes da Silveira, chanceller-mór do reino, védor da Fazenda, escrivão da puridade e embaixador de Portugal nas côrtes estrangeiras por varias vezes. Tem cinco torres e acha-se magnificamente conservado. E' a fortaleza antiga mais robusta e mais bem conservada do nosso paiz. A torre de menagem, que é toda de cantaria, não chegou a concluir-se. Dentro do castello existe a egreja do Espirito Santo, que é capella dos seus possuidores os condes-barões de Alvito (conde de Oriol e barão de Alvito). Sobre a porta principal do castello vê se a seguinte inscripção. «Esta fortaleza se começou a 15 de agosto de 1454 por mandado d'el-rei D. João II N. S. e acabou-se no tempo d'el-rei D. Manuel o 1.º Fêl-a, por seus mandados, D. João Lobo, barão de Alvito».

Pag. 544 — Castello (Torre de Menagem) em Pinhel

O que acima dissémos ácerca d'este castello dispensa-nos de dar aqui mais amplas informações a seu respeito.

Pag. 545 — D. Izabel de Castro em Alcacer Ceguer

Descreve-se a pag. 408 d'este volume da nossa Historia o episodio a que se refere a gravura em questão.

Pag. 549 — Castello e capellinha do abbade João em Montemór-o-Velho

E' villa notavel pela sua antiguidade esta que a nossa gravura nos representa. O castello que lá se vê reedificado pelo conde D. Henrique em 1109, por seu filho D. Affonso Henriques, e por D. Sancho II em 1210, tinha capacidade para aquartelar uma guarnição de cinco a seis mil homens, e, apezar de muito arruinado, conserva ainda as muralhas do seu recinto, com as suas ameias, torres e séteiras, bem como tres cisternas ou subterraneos no seu centro; uma para munições de guerra, outra para munições de bocca, e a terceira para deposito de agua. Dentro do castello existe ainda a capellinha do abbade João, onde se diz que o famoso abbade que lhe deu o nome, tio de D. Ramiro I de Leão, animava os habitantes da villa com os seus sermões patrioticos a combater os Mouros. Tambem dentro do castello estão os restos d'um antigo palacio real que se suppõe ter sido mandado construir pela rainha D. Urraca, irmã de D. Tareja, mãe de D. Affonso Henriques, e bem assim os da egreja de Santa Maria de Alcaçova, construida por ordem do conde D. Sisenando, no tempo de D. Affonso VI de Leão. Vem a proposito contar aqui algumas das proezas d'este famigerado abbade. Era abbade do mosteiro de Lorvão no seculo IX, ou foi alli posto pelo rei leonez seu tio, esse famoso padre, a quem seu sobrinho deu o governo do Castello de Monte-Mór-o-

Digitized by Google

Velho. Em breve deu o valeroso abbade evidentes provas de que sabia tão bem cantar matinas e laudes na egreja, como manejar o seu pesado montante nos combates. Abd-el-Raman, khalifa de Cordova investe contra o castello d'esta villa, no anno 848, com um poderoso exercito; porém a heroica defeza e bravissima resistencia do abbade e dos seus companheiros o fez levantar o cerco, para ser derrotado por D. Ramiro I na gloriosa batalha de *Clavijo*.—Pouco depois, levantaram-se contra o rei os condes de Alderêde e Pinelo. O abbade sae com parte da sua gente, do castello, e submette-os. Marcha na direcção de Vizeu e derrota os Mouros em um rude combate. Diz-se que este combate foi dado nas immediações da actual freguezia de S. Miguel, e que foi por essa occasião que o bispo de Salamanca descobrira a sepultura de Rodrigo, ultimo rei gôdo.—Mas emquanto o abbade João se occupava d'estas expedições, Garcia Janhes, renegado, que tinha sido familiar do abbade João, combinava com o khalifa de Cordova, a perda dos christãos da Lusitania. O khalifa dá-lhe um formidavel exercito com o qual o renegado dá inopinadamente sobre Monte-Mór, pondo-lhe um apertadissimo cerco. A povoação da villa e o abbade e monges de Lorvão, que se tinham posto ao abrigo da fortaleza, resistem com denodo á aggressão; mas a praça estava desprevenida de victualhas e a fome principiou a affligir a guarnição. Então os Monte-morenses, imitando os bravos de Sagunto, decidiram morrer matando. Resolvidos a romper por entre as hostes agarenas, degolaram todas as pessoas das suas familias que os não podiam acompanhar, e sahiram decididos a vingar as suas mortes e as dos seus. Com tal furor, porém, atacaram os Mouros desprevenidos, e que não esperavam tamanho arrojo dos cercados, que aquelles foram completamente desbaratados. O renegado Garcia e quasi todos os seus ficaram mortos no campo, retirando poucos, na maior desordem e a passos de cavallo. Segundo uma lenda, referida por muitos historiadores, quando os christãos voltaram á villa encontraram resuscitadas todas as pessoas que, no acto da sua heroica desesperação, tinham assassinado. Em memoria d'este milagre ainda agora, no mez de agosto, se fazem em Monte-Mór-o-Velho umas festas populares.

Pag. 553 — Mausoléu de D. Izabel de Portugal e de D. João de Hespanha na Cartuxa de Miraflôres (Burgos)

Apenas terminou a edificação da egreja da Cartuxa de Miraflôres, em 1489, logo se procedeu á construcção do sumptuoso mausoléu cujo desenho publicâmos, mausoléu que é uma obra prima de arte e das mais bem acabadas que no seu genero existem. Foi Gil Syloe, pae do celebrado architecto de Burgos Diogo de Syloe (o famigerado director da cathedral de Granada), quem traçou e dirigiu o tumulo, por ordem da rainha D. Izabel I, terminando a sua construcção em 1493. Tem a forma octogonal, apresentando, visto de cima, o aspecto de uma estrella de oito pontas. Sobre elle vêem se as estatuas jacentes de D. Izabel de Portugal e de D. João II, de Hespanha, deitadas a par. Em volta da base e até nos recantos, vêem-se varios leões em attitude de defenderem o sagrado deposito confiado á sua guarda. Nas diversas faces do mausoléu sobresahem, admiravelmente esculpidos, altos relevos servindo de molduras a estatuas diversas, de apostolos e de santos.

Pag. 557 — Vista geral de Angra do Heroismo

Justo é que, á falta de outros documentos, com que illustrêmos a nossa Historia, relativos aos primeiros descobrimentos dos Portuguezes, nós publiquêmos a vista d'esta villa, uma das mais pittorescas dos Açores, primeiro logar a que aproaram as caravellas portuguezas, que se dirigiam á conquista de novos mundos.

Pag. 560 — Portalegre — Parque do convento de S. Bernardo

Dedicado a Nossa Senhora da Conceição, este convento de freiras bernardas, que fica extra-muros de Portalegre, foi fundado em 1572, pelo bispo da Guarda D. Jorge de Mello, cujos restos jazem em um tumulo sumptuoso na capella da Senhora da Conceição. O trecho do edificio, que a nossa gravura deixa entrever, dá-nos uma ligeira idéa da belleza do convento. N'elle falleceu, em 1674, com 100 annos de edade, a freira D. Francisca de Paula da Costa Murta.

Pag. 561 — Primeira entrevista de Frederico III da Allemanha com D. Leonor, irmã de D. Affonso V

Faz-se referencia a este episodio da Historia portugueza n'este segundo volume da nossa edição. Adrêde vem trasladar-se para aqui, do magnifico livro do sr. Benevides, *Rainhas de Portugal*, a parte em que, a largos traços, se historia a vida d'esta princeza D. Leonor, o seu casamento, etc. «A infanta D. Leonor nasceu em Torres Vedras, a 18 de setembro de 1434, e casou com o imperador Frederico III, o Pacifico, o qual havia nascido a 21 de setembro de 1416, tendo sido eleito imperador em 17 de março de 1440, e coroado em Aix-la Chapelle, em 17 de junho de 1442. Foi por intervenção do rei D. Affonso V, o Sabio, de Aragão e Napoles, que o imperador pediu a mão da infanta D. Leonor a seu irmão, o rei D. Affonso V de Portugal. Os contractos matrimoniaes foram feitos em Napoles, sendo embaixador de Portugal D. João Fernandes da Silveira, primeiro barão de Alvito, grande ministro, que foi onze vezes embaixador, e sendo o bispo de Trieste o procurador do imperador.—O rei de Portugal dava á noiva sessenta mil florins de ouro de Camera, correntes na curia romana; e o imperador, segundo o antigo uso germanico, dava a sua esposa, *propter nuptias* (Tratado de casamento da infanta D. Leonor com o imperador Frederico III, Archivo da Torre do Tombo, gaveta 17, maço 3, n.º 12 transcripto na *Historia genealogica da casa real*, tomo I das *Provas*, pag. 585), tambem sessenta mil florins de ouro de Camera.—Fez-se o casamento por procuração em Lisboa, a 9 de agosto de 1451, sendo o imperador representado por Jacob Motz, bacharel em theologia e seu capellão. Foi este acto objecto de uma pompa extraordinaria, fazendo-se o embarque em Lisboa, a 10 de outubro do mesmo anno, precedendo uma missa festiva na egreja da Sé, indo a noiva a cavallo com grande prestito, levando cada cavalleiro as redeas do palafrem da sua dama; el-rei D. Affonso V ia com a imperatriz Leonor, a rainha D. Izabel com o infante D. Henrique, e a infanta D. Joanna com D Affonso, marquez de Valença e conde de Ourem; todos os mais iam a pé. Fez-se o embarque na grande ponte do caes da Ribeira.—Foi a imperatriz acompanhada a bordo da esquadra pelo marquez de Valença, pela sua camareira-mór, condessa de Villa-Real, pelo primeiro conde de Atalaya, primeiro conde de Abrantes e outros fidalgos. Depois de embarcados, levantou se tão máu tempo, que só passados oito dias pôde a esquadra sahir a barra, fazendo escala por Ceuta, aonde fundeou a 5 de dezembro, sendo governador D. Sancho de Noronha, depois conde de Odemira. A 1 de fevereiro de 1452 aportou a Leorne onde se fez o desembarque, indo a imperatriz encontrar o imperador em Sienna; em memoria d'este acontecimento se gravou uma lapide com as armas do imperio e de Portugal, que se conserva n'aquella cidade.—De Sienna seguiram os esposos para Roma, onde o papa Nicolau V os casou a 16 de março do mesmo anno, sendo coroados com a corôa de ouro a 19 do mesmo mez. Os

Digitized by Google

imperadores em seguida visitaram Napoles, e, passando a Allemanha, foram coroados reis de Bohemia e Hungria.—Falleceu a imperatriz Leonor em Neustadt, em 3 de outubro de 1467. Jaz no mosteiro de Cister d'aquella cidade. O imperador Frederico III, seu marido, falleceu em Lintz, em 7 de setembro de 1493. Jaz em Vienna de Austria».

Pag. 565—**Castello de S. João Baptista em Angra do Heroismo**

Sobre a fundação d'este castello, obra dos fins do seculo XVI, lê se a pag. 265 da *Historia Insulana*, do padre Antonio Cordeiro, edição de 1717: «Chegado pois o tempo em que Castella entrou no governo de Portugal, & em que emfim entrou na ilha Terceyra... fez o prudente Felippe II tal conceyto de quanto lhe importava esta Ilha, como cabeça das mais, e tal juizo do sobre descripto monte do Brazil, que logo tratou de fundar nelle hum Castello, que não só lhe defendesse a Terceyra, mas ainda as mais Ilhas, ou as restaurasse ao menos, se por inimigos fossem entradas; que assim passado o anno de 1590, & o decimo depois de ter tomado a Coroa de Portugal, (tempo em que faleceo o Doutor Gaspar Fructuoso, anno de 1591, quando ainda desta Fortalesa não podia dizer mais) então, haverá 124. annos pouco mais, ou menos, sendo nomeado para Governador da dita Fortalesa hum Castelhano, chamado Don Antonio de la Puebla, & Bispo de Angra D. Manoel de Gouvea, por ambos foy lançada, & com grande festa, & assistencia, a primeyra pedra de tal Fortalesa; & he muyto de notar que houve logo alli quem declarou, & disse, que nella fundavão hum grilhão para toda aquella Ilha, &c. & o tempo depois mostrou... quanto este dito parece ter sido hüa profecia.» Segue depois uma minuciosa descripção da Fortaleza, que, sendo aliás mui curiosa, não reproduzimos, por ser demasiado extensa para as ligeiras notas que aqui pensâmos em dar.

Pag. 569—**Mértola—Vista geral**

Segundo a tradição, data do tempo dos Phenicios a fundação d'esta villa, que é, por esse motivo, considerada uma das mais antigas da Luzitania. Com o decorrer dos tempos e com a repetição das guerras, soffreu ella extraordinariamente, a ponto de estar quasi em ruinas nos primeiros annos da monarchia. Em tempo de D. Sancho foi conquistada aos Mouros, parece que em 1239 ou que em 1242. O rei mandou-a povoar, deu-lhe foral, e doou a á ordem militar de S. Thiago, com a condição de a fortificarem e defenderem das invasões dos Mouros, que só em 1250, reinando D. Affonso II, se conseguiu expulsar do Algarve. D. Diniz e D. Manuel tambem lhe doaram foraes. Tanto no terreno occupado pela povoação, como nas suas immediações, teem-se encontrado, em varias epochas, muitos objectos antiquissimos, sendo alguns de grande apreço artistico como vasos, estatuas, columnas, etc. Entre esses achados ha o de uma estatua primorosamente gravada, da qual D. Frei Amador Arraes fez uma minuciosa e interessante descripção; e Rezende diz terem tambem alli apparecido em umas excavações que mandou fazer dez magnificas estatuas romanas. Os Godos e os Arabes destruiram a maior parte dos monumentos deixados pelos Romanos para com esses materiaes construirem as muralhas da praça. Em Mertola nasceu S. Fabricio, bispo de Evora, que foi martyrisado. Houve perto de Mertola dois antigos conventos christãos, um de S. Salvador, fundado no anno 630, outro de S. Domingos de Coimbra, destruidos pelos Mouros no anno X, sendo n'essa occasião assassinados todos os frades e freiras que os habitavam, pois que os mosteiros eram *dobrados*, que assim se chamavam os conventos em que professavam simultaneamente homens e mulheres. A cerca de 10 kilometros de Mertola mostra-se uma gruta onde, segundo a tradição, viveu no seculo VII o frade benedictino S. Varão, fallecido no anno 700. As lendas e tradições que correm acerca d'este santo, bem como de S. Fabricio, são muitas, e não as trasladamos para aqui, para não alargarmos demasiadamente estas notas.

Pag. 573—**Pinhel—Ruinas da antiga egreja da Trindade**

Que a fundação d'esta egreja deve ser attribuida aos primeiros annos da monarchia, não ha que duvidar; basta olhar-lhe para o seu aspecto; não podémos, porém, conseguir averiguar a data d'essa fundação, sabendo nós apenas que em 1757 era uma das freguezias de Pinhel, curato da apresentação do commendador de Malta, rendia 10$000 réis de congrua e o pé de altar, e tinha 21 fogos. Actualmente já nem tem telhado e acha-se completamente abandonada.

Pag. 577—**Tentativa da tomada de Tanger**

Veja-se a pag. 405 e seguintes d'este segundo volume a descripção d'este episodio da nossa Historia.

Pag. 581—**Egreja romanica de Serzedello (vista de frente)**

Já a pag. 629 d'este mesmo volume nos referimos a esta reliquia da velha archeologia portugueza.

Pag. 585—**Vianna do Alemtejo—Egreja (vista do interior)**

Matriz de Vianna do Alemtejo, esta egreja, que fica encostada á muralha que circumda parte da povoação, foi fundada por D. Diniz, em principios do seculo XIV, e reconstruida por D. João e por D. Manuel. E' um templo claro, espaçoso, muito elegante, de estylo manuelino, e de tres naves, tem seis altares lateraes e o altar-mór. Nas suas janellas tinha magnificas pinturas em vidro, que o tempo e os homens foram destruindo, conservando-se apenas uma com os primitivos vidros, em que está pintada uma magnifica imagem de S. Pedro. A capella do Santissimo é de construcção muito moderna, pois que foi feita em 1851 á custa do legado do parocho d'esta freguezia, padre Luiz Antonio da Cruz.

Pag. 589—**Ilha do Pico—Vista do caes da Horta**

E' uma das maiores dos Açores, tendo 18 leguas de comprido e quatro de largo. Deu-lhe o nome que tem o famoso monte que a nossa gravura bem deixa vêr, e em cujo cume ha uma cratera d'um vulcão já extincto. Na ilha da Horta, que está no primeiro plano, vê-se bem a fortaleza, que é uma das suas melhores obras, mas de fundação relativamente recente.

Pag. 592—**Tumulo do D. Estevão da Gama no mosteiro de Cette**

A pag. 615 do primeiro volume d'esta obra já tivemos ensejo de nos referirmos a este mosteiro, dando n'essa nota uma breve informação ácerca da sua fundação, etc. Aqui limitar-nos-hemos a dizer que este D. Estevão da Gama, que viveu no seculo XIII, foi um dos reformadores do mosteiro de Cette, e que o seu tumulo, que a nossa gravura representa, d'essa mesma epocha, se encontra na capella-mór da dita egreja.

Pag. 593—**Tomada de Alcacer Ceguer**

Veja-se a pag. 405 e seguintes d'este volume da Historia a narração d'essa terrivel batalha.

Pag. 597—**Castello de Amieira**

Amieira é uma villa do Alemtejo, situada n'uma baixa ao sul do Tejo, que tem foral do tempo de D. Manuel, que lh'o concedeu em 15 de novembro de 1512. Tem hospital e misericordia muito antiga, á qual, em 1642, D. João IV doou as fazendas da ca-

Digitized by Google

pella de Nossa Senhora de Sanguinheira, com obrigação de reparar e conservar varias capellas da freguezia. Amieira nunca foi cercada de muralhas, mas desde os primeiros seculos da monarchia, talvez desde o tempo de D Diniz, que possue na praça um forte castello de quatro torres, que D. Nuno Alvares reedificou e que a nossa gravura representa. A torre principal era a de menagem, e o castello tinha cisterna com agua permanente. Gosou de bastante importancia este castello, pois que teve alcaides-mores. Foi um d'elles, em tempo de D. Manuel, Ruy Dias da Ribeira, passando, por sua morte, a alcaidaria a seu filho Damião Dias da Ribeira, escrivão da camara e fazenda de D. João III. A este Damião Dias da Ribeiaa, que casou com uma filha bastarda de D. Duarte de Menezes, deu D. João III brazão de armas, em 1 d'abril de 1526, assim constituido: Em campo azul um leopardo de prata, passante-chefe de ouro, carregado de tres estrellas de purpura, de cinco pontas em aspas elmo aberto de prata; timbre um leopardo, como o das armas, tendo na espadua uma das estrellas. São oriundos da villa de Amieira os condes de Aveiras e os marquezes de Monte-Mór.

Pag. 601 — **Portalegre — Convento de S. Bernardo**

Temos aqui outro aspecto d'este velho mosteiro de religiosas, ao qual já acima nos referimos (pag. 633).

Pag. 605 — **Ilha do Fayal — Vista da Bahia do Varadouro e freguezia do Capello**

E' uma das grandes ilhas dos Açôres, distando da Terceira cerca de 100 kilometros. Tem approximadamente 25 kilometros de comprido por 15 de largo. Foi descoberta em 1453 por navegantes da Terceira, S. Jorge e Graciosa, tomando o nome das muitas faias que lá havia. Tem muitas egrejas e ermidas, varios fortes e rochas inaccessiveis. Foi seu primeiro donatario Jorge de Utra, flamengo, casado em Lisboa com D. Brites de Macedo, dama do Paço. Foi elle quem, á sua custa, e com varios compatriotas, todos catholicos, começaram a povoar o Fayal.

Pag. 608. — **Capiteis da Sé de Lisboa**

A grande antiguidade d'esta cathedral, faz com que, apesar dos successivos terremotos que a teem lançado por terra, se conservem no seu interior diversos typos de architectura. Isto explica a variedade de estylos, cada um d'elles marcando sua epocha, dos treze capiteis, que a nossa gravura tão nitidamente reproduz. E, a proposito da Sé, com que prazer nós transportariamos para aqui, se podessemos, as elegantissimas paginas da *Lisboa antiga*, do sr. Julio de Castilho, a respeito d'este monumental edificio, cuja fundação se não sabe ainda bem a quem é devida, taes as duvidas que sobre o assumpto teem sido suscitadas. Entretanto, como não podemos satisfazer aquelle nosso desejo, porque o sr. Julio de Castilho quasi consagra um volume da sua obra ao estudo d'esta cathedral, não resistimos ao prazer de trasladarmos para aqui o que elle diz, analysando o interessante livro de Mendes Leal, *Monumentos nacionaes* ácerca da sua fundação, e que nos parece altamente curioso: «Em tres grupos se repartem as opiniões dos eruditos quanto á fundação d'este magnifico templo, que é de todos os de Portugal (segundo aprecia o sr. dr. Filippe Simões) aquelle sobre que «mais se tem escripto, e de cuja fundação mais varias e memoraveis opiniões correm.» — *Primeiro grupo:* os que pensam fosse edificado nas primeiras eras da egreja. E enumera-as o sr. Mendes Leal. Em dois sub-grupos se dividem: 1.º os que o tem por obra romana, da mão de Constantino; 2.º os que o attribuem a suevos ou godos. — *Segundo grupo:* os que julgam fôra mesquita principal de Lissibona, convertida ao culto christão pelo nosso rei; e enumera-os. — *Terceiro grupo:* os que vêem na Sé edificação nova do primeiro soberano portuguez; e tambem os cita. Quanto aos primeiros: — 1.º sub-grupo: Não se oppõe peremptoriamente o sr. Mendes Leal a que a Sé fosse obra romana de Constantino, isto é, dos principios do IV seculo. Só pondera que da estructura do templo actual (unico argumento) nada se póde inferir. Os monumentos religiosos dos seculos primeiros eram geralmente mesquinhos, e de pouca dura, por serem quasi tudo madeira. A supposta similhança, da actual cathedral com Sancta Sophia, nada prova, porque da basilica primitiva de Constantinopla, obra de Constantino, nada resta. Se o plano do nosso edificio actual ainda apresenta, como é certo, a feição das *basilicas*, isso tambem não colhe, por ser commum a muitas cathedraes de origem relativamente moderna. Logo, dos traços do templo nada se póde concluir ácerca da sua origem e fundação romana. — 2.º sub-grupo: Tambem o sr. Mendes Leal não nega a presumida origem sueva ou goda; o que diz é que de todo faltam provas. Os do segundo grupo querem (e com razão plausivel) que houvesse já ao tempo da conquista sido a sé mesquita de mouros. — Mas ha quem objecte... Nada mais verosimil portanto do que admittir que alli houvesse sido a mesquita maior. Nada mais verosimil (e eu accrescentarei: *nada mais provavel)*, que alli fosse, desde o seculo IX, o edficio que Abd-el-Rhaman, sumptuoso khalifa, em Lissibona levantou, ou muito mais provavelvemente accrescentou sobre paredes de templo christão, como succedeu n'outras partes da peninsula. — Restam-nos ainda os argumentadores do terceiro grupo. Esses adduzem os testemunhos: de Acenheiro.. ; do Livro velho da mesma sé...; do chantre Estevão... Começa o sr. Mendes Leal por invalidar o peso das affirmações de Rodrigues Acenheiro e do Livro velho... Quanto ao chantre Estevão, certo é que as suas palavras as traduzia assim o excellente latinista D. Rodrigo da Cunha: *egreja que o Rei de seus proprios fundamentos levantára.* — Depois pergunta o sr. Mendes Leal: se estes escriptores, que não assistiram aos factos, merecem credito para alguns, não o mereceriam muito mais as chronicas menos antigas, e as se que referem detidamente aos pormenores da conquista? ora essas é que nada dizem de tal, ao passo que são muito explicitas ácerca da fundação de S. Vicente e de nossa Senhora dos Martyres... Adopto a opinião do sr. Mendes Leal. Foi a mesquita maior mudada em tempo christão, e appropriada ao novo culto. Não me resta duvida; comquanto não deva escurecer que me fez muito peso ver que um dos nossos mais profundos sabedores de archeologia, o chorado Augusto Filippe Simões, parece não se dar por convencido.»

Pag. 609. — **Entrevista de D. Affonso V com Luiz XI de França**

O episodio que esta gravura representa vem descripto a pag. 462 e seguintes da nossa Historia.

Pag. 611. — **Convento de Villa do Conde (visto do Forte de S. João)**

Tem tres obras monumentaes esta nobre villa do Douro: a egreja matriz, o aqueducto e o convento de Santa Clara. A egreja matriz não a deixa ver bem a nossa gravura; mas do aqueducto vê-se um trecho, e mais longe um trecho tambem do convento, que é fundação de D. Affonso Sanches, filho natural de D. Diniz, que lá tem seu tumulo. Mas ouçamos, quanto ao convento, o que nos diz José Augusto Vieira, n'aquelle seu estylo tão colorido e tão suggestivo: «O convento ergue-se senhorilmente em sitio um pouco elevado e sobranceiro á villa. A primeira fabrica de D. Affonso Sanches conservou-se com algumas obras de reparo até ao seculo passado. Achando-se então o convento muito deteriorado, e ameaçando ruina, foi mister pro-

Digitized by Google

ceder-se a uma reedificação desde os alicerces. E tão avultadas eram as suas rendas ainda n'esta epocha, apesar do muito que tinham diminuido, quando foram tirados ás freiras os direitos senhoriaes da villa, que a nova fabrica, verdadeiramente sumptuosa, foi levantada á custa da ordem. Não chegou a concluir-se, mas ainda assim é um dos mais vastos mosteiros que ha no reino, e quanto á singularidade, belleza, e magestade de sua architectura, é muito superior aos melhores de Lisboa, e a todos os que conhecemos no paiz. A frontaria principal que está voltada para o occidente, era digna de um palacio real. Compõe-se de tres andares com dezesete grandes janellas em cada um, e divide-se em cinco corpos por duplicadas pilastras. O do centro é coroado por um frontão, ornado no tympano com um baixo relevo, no vertice com uma estatua colossal, e nos acroterios com quatro vasos. Cada um dos corpos das extremidades tem quatro vasos ou pyras por decoração superior— A egreja é boa, e contém alfaias de muita riqueza e primor.»

Pag. 613.—**A tomada de Arzilla.**

O feito historico dos Portuguezes que esta gravura representa vem magistralmente descripto a pag. 410 n'este mesmo volume da nossa Historia.

Digitized by Google

INDICE

CAP.		PAG.
I	Batalha de Aljubarrota	5
II	Invasão do Condestavel em Castella — Batalha de Valverde	29
III	Novas invasões em Castella — Vinda do Duque de Lancaster — Conclusão da guerra da Independencia	38
IV	Dissensões entre o Rei e o Condestavel — Casamento de D João I	63
V	Os filhos de D. João I	70
VI	Caracter e côrte de D. João I — Legislação, monumentos e artes	79
VII	Expedição contra Ceuta	86
VIII	Tomada de Ceuta — Bravura do Infante D. Henrique	100
IX	Importancia da conquista de Ceuta — Regresso a Portugal	107
X	Morte de D. João I	110
XI	Reinado de D. Duarte	116
XII	Expedição a Tanger	126
XIII	Captiveiro do Infante Santo	150
XIV	Morte do rei D. Duarte — D. Affonso V — Regencia	164
XV	Principio dos descobrimentos — Estado da Geographia da Europa até ao tempo do infante D. Henrique	195
XVI	O infante D. Henrique — Motivos que o levaram a emprehender os descobrimentos	218
XVII	Descobrimento do Porto Santo e Madeira	224
XVIII	Historia de Arfet e de Machim—Opinião de Bowdish — Narrativa de Antonio Galvão—Novas razões dadas por Major	230
XIX	Continuação da expedição de Zarco e de Tristão Vaz — Concessão da ilha feita aos primeiros exploradores	247
XX	Incendio da Ilha da Madeira — Progresso da colonisação	250
XXI	Descobrimento dos Açores	254
XXII	Continuação dos descobrimentos no archipelego dos Açores: Terceira, S. Jorge, Graciosa, Fayal, Pico, Flores e Corvo	260
XXIII	Pretenções dos Flamengos ao descobrimento da Terceira — A estatua da ilha do Corvo	264
XXIV	Portugal e as Canarias	270
XXV	Primeiras explorações dos Portuguezes ao longo das costas de Africa — Prioridade dos seus descobrimentos	272
XXVI	Gil Eannes dobra o cabo Bojador — Segunda viagem	297
XXVII	O Promontorio de Sagres — Palacio do Infante	300
XXVIII	Continuação dos descobrimentos para além do Cabo Bojador — Os Azenegues	306
XXIX	Continuação dos descobrimentos para além do Cabo Bojador — A Senegambia	317
XXX	Continuação dos descobrimentos — Viagem de Cadamosto — Viagem de Diogo Gomes — Ilha de Cabo Verde — Morte do Infante D. Henrique	334
XXXI	Superstições maritimas da edade média — A lenda do Mar Tenebroso	348

Digitized by Google

CAP.		PAG.
XXXII	Regencia do Infante D. Pedro — Intrigas do Duque de Bragança e do conde de Ourem	359
XXXIII	D. Alvaro Vaz d'Almada, conde de Avranches	367
XXXIV	Batalha de Alfarrobeira — Morte de D. Pedro	380
XXXV	Continuação do reinado de D. Affonso V — Projecto de cruzada — Expedição de Africa	396
XXXVI	Tomada de Alcacer Ceguer — D. Duarte de Menezes — Novas tentativas para a conquista de Tanger	405
XXXVII	Conquista de Arzilla — Tomada de Tanger	416
XXXVIII	Intervenção de D. Affonso V nos negocios de Castella — Casamento do rei de Portugal com sua sobrinha D. Joanna	423
XXXIX	Guerra da successão de Castella — Batalha de Toro	446
XL	Partida de D. Affonso V para França	457
XLI	Acolhimento que Affonso V recebe de Luiz XI — Recepção que lhe é feita em Paris — Entrevista com o duque de Borgonha — Abdicação de D. Affonso V	462
XLII	Volta de D. Affonso V a Portugal — D. João entrega-lhe de novo a administração dos negocios	473
XLIII	Pazes com Fernando e Isabel — Morte de Affonso V	477
XLIV	Descobrimentos e navegações dos Portuguezes depois da morte do infante D. Henrique até á morte de D. Affonso V	485
XLV	Fim da edade média	490
XLVI	Agricultura e commercio nos seculos XIV e XV — A Fazenda publica	496
XLVII	As moedas na edade média	514
XLVIII	Livros e livrarias na edade média	523
XLIX	Breve noticia da litteratura portugueza durante a edade média	526
L	Direito romano — Ordenações de D. Affonso V	574
LI	Crenças populares de Portugal — Contos populares	587
LII	Jogos e divertimentos portuguezes na edade média	607
	Justificação e explicação das gravuras	609

Digitized by Google

Digitized by Google

COLUMBIA UNIVERSITY LIBRARIES

This book is due on the date indicated below, or at the expiration of a definite period after the date of borrowing, as provided by the rules of the Library or by special arrangement with the Librarian in charge.

DATE BORROWED	DATE DUE	DATE BORROWED	DATE DUE
C28(1141)M100			

Digitized by Google

COLUMBIA UNIVERSITY LIBRARIES
0036749893

946.9 P8385
v. 2
Chagas
Historia de Portugal

946.9 P8385
V.2

DEC 4 1945

Digitized by Google

Digitized by Google